



REPÚBLICA DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

1967 — VOLUME I

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos do Poder Executivo

LEIS DE JANEIRO A MARÇO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1967

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

E

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

	<i>Págs.</i>		<i>Págs.</i>
Constituição do Brasil. — Pub. no D. O. de 24-1-67	3	101 — Decreto-lei de 11 de janeiro de 1967 — Modifica dispositivo da Lei nº 5.159, de 21 de outubro de 1966, que au- toriza a abertura, pelo Mi- nisterio da Indústria e do Co- mércio, do crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (hum bilhão e quinhentos milhões de cru- zeiros), a favor do Instituto de Resseguros do Brasil, des- tinado a garantir as responsa- bidades a serem assumidas pelo Governo Federal, no to- cante ao seguro de crédito à exportação, objeto da Lei nú- mero 4.678, de 16 de junho de 1965. — Pub. no D. O. de 12-1-67	83
I — ATOS COMPLEMENTARES			
32 — Ato Complementar nº 32 — Pub. no D. O. de 6-1 e ret. no de 10-2-67	73		
33 — Ato Complementar. — Pub. no D. O. de 19-1-67	73		
34 — Ato Complementar. — Pub. no D. O. de 31-1-67	74		
35 — Ato Complementar — Al- tera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e legislação posterior sobre o Sistema Tri- buitário Nacional. — Pub. no D. O. de 28-2-67	78	102 — Decreto-lei de 13 de janeiro de 1967 — Dispõe so- bre a distribuição gratuita à magistratura e magistério es- pecializado das publicações do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. — Pub. no D. O. de 16-1-67	84
36 — Ato Complementar. — [Pub. no D. O. de 14-3-67	81		
37 — Ato Complementar. — Pub. no D. O. de 14-3-67	82		
II — DECRETOS-LEIS			
100 — Decreto-lei de 10 de ja- neiro de 1967 — Disciplina a aplicação do disposto no arti- go 53, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965. — Pub. no D. O. de 11-1-67	83	103 — Decreto-lei de 13 de ja- neiro de 1967 — Dispõe sobre a elevação do capital social da Fábrica Nacional de Moto- res S. A. e de sua transfe- rência para o setor privado. — Pub. no D. O. de 16-1-67 ..	84

	Págs.		Págs.
104 — Decreto de 13 de janeiro de 1967 — Altera a legislação do imposto sobre produtos industrializados e dá outras providências. — Pub. no D. O. de 16-1-67	35	go 37 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, que dispõe sobre abertura, pelo Poder Executivo, do crédito especial de Cr\$ 700.000.000.000 destinado a atender ao reajustamento dos servidores civis da União. — Pub. no D. O. de 26-1-67	90
105 — Decreto-lei de 16 de janeiro de 1967 — Aprova o termo aditivo ao convênio firmado entre o Governo Federal e o Estado da Guanabara para a reinclusão, nos Quadros da Polícia Militar do Estado da Guanabara, do pessoal da Polícia Militar do antigo Distrito Federal, aprovado pelo Decreto-lei nº 10, de 23 de junho de 1966. — Pub. no D. O. de 17 e ret. no de 19-1-67	86	113 — Decreto-lei de 25 de janeiro de 1967 — Altera a Organização Judiciária do Distrito Federal e dá outras providências. — Pub. no D. O. de 26 e ret. no de 27-1-67	90
106 — Decreto-lei de 16 de janeiro de 1967 — Altera dispositivos no Decreto-lei nº 29, de 14 de novembro de 1966. — Pub. no D. O. de 17-1-67	87	114 — Decreto-lei de 25 de janeiro de 1967 — Cria cargos na carreira de Ministério Público do Distrito Federal, e dá outras providências. — Pub. no D. O. de 26-1-67	95
107 — Decreto-lei de 16 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa Telecomunicações Aeronáuticas S. A. (TASA), e dá outras providências. — Pub. no D. O. de 17-1-67	87	115 — Decreto-lei de janeiro de 1967 — Aprova o Regimento Custas da Justiça do Distrito Federal e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 26 e retificado no de 27-1-67	95
108 — Decreto-lei de 17 de janeiro de 1967 — Modifica disposição da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. — Pub. no D. O. de 25-1-67	88	116 — Decreto-lei de 25 de janeiro de 1967 — Dispõe sobre as operações inerentes ao transporte de mercadorias por via d'água nos portos brasileiros, delimitando suas responsabilidades e tratando das faltas e avarias. — Publicado no D.O. de 26-1 e retificado no de 1-2-67.	109
109 — Decreto-lei de 18 de janeiro de 1967 — Altera o Decreto-lei nº 94, de 30 de dezembro de 1966. — Pub. no D. O. de 19-1-67	89	116-A — Decreto-lei de 27 de janeiro de 1967 — Altera alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados. — Publicado no D O de 3-2-67	110
110 — Decreto-lei de 23 de janeiro de 1967 — Ratifica o sistema de remuneração nos órgãos de deliberação coletiva da previdência social, a que se refere o art. 26 do Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966. — Pub. no D. O. de 24-1-67	89	117 — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1967 — Regula o limite máximo de carga por eixo, para o tráfego nas vias públicas, de veículos ou combinações de veículos e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 31-1 e retificado no de 6-3-67	111
111 — Decreto-lei de 24 de janeiro de 1967 — Altera a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966. — Pub. no D. O. de 26-1-67	89	118 — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1967 — Dá nova redação ao Art. 7º da Lei número 5.165, de 21 de outubro de 1966. — Publicado no D.O. de 31-1-67	113
112 — Decreto-lei de 24 de janeiro de 1967 — Altera o arti-			

	Págs.		Págs.
119 — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1967 — Autoriza o Serviço de Navegação da Baía do Prata (SNBP) a alienar, em concorrência pública, o navio "Cidade Murtinho" de sua propriedade. — Publicado no D.O. de 31-1-67	113	127 — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1967 — Dispõe sobre operação de carga e descarga de mercadorias nos portos organizados e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 1 e retificado no de 15-2-67	118
120 — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1967 — Cria o Serviço de Estatística dos Transportes no Ministério da Viação e Obras Públicas. — Publicado no D.O. de 31-1-67	114	128 — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1967 — Dispõe sobre a alienação de imóveis integrantes dos acervos das empresas concessionárias dos serviços portuários. — Publicado no D.O. de 2-2-67	120
121 — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1967 — Estabelece a competência da União para regulamentar o transporte rodoviário de cargas e coletivo de passageiros. — Publicado no D.O. de 31-1 e retificado no de 3-2-67	114	129 — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1967 — Dá nova redação ao art. 43 do Decreto-lei nº 72 de 21 de novembro de 1966. — Publicado no D.O. de 2 e retificado no de 3-2-67	120
122 — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1967 — Reorganiza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 31-1-67	115	130 — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1967 — Altera o parágrafo único do art. 1º do Decreto-lei nº 38, de 18 de novembro de 1966. — Publicado no D.O. de 2-2-67	120
123 — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1967 — Estabelece a correção monetária nos contratos à conta do Fundo da Marinha Mercante, define as condições do prêmio pago aos armadores nacionais e eleva o teto dos financiamentos sob responsabilidade da Comissão de Marinha Mercante. — Publicado no D.O. de 1-2-67 ..	116	131 — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1967 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 32.358.800, para o fim que especifica. — Publicado no D.O. de 2 e retificado no de 3-2-67	121
124 — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1967 — Altera a redação do art. 22 do Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966. — Publicado no D.O. de 1-2-67	116	132 — Decreto-lei de 1 de fevereiro de 1967 — Altera a Lei nº 3.654, de 4 de novembro de 1959. — Publicado no D.O. de 2-2-67	121
125 — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1967 — Altera a redação do art. 11 da Lei número 4.425, de 8 de outubro de 1964. — Publicado no D. O. de 1-2-67	117	133 — Decreto-lei de 1 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre regime de trabalho nas empresas, em decorrência do racionamento de energia elétrica, e dá outras providências. Publicado no D. O. de 2 e ret. no de 3-2-67	121
126 — Decreto-lei de 31 de janeiro de 1967 — Define as atribuições dos Portos Organizados e Repartições aduaneiras na fiscalização, controle e trânsito de mercadorias. — Publicado no D. O. de 1-2-67	117	134 — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre o cálculo do "imposto único" incidente sobre águas minerais industrializadas, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 3-2-67	122
		135 — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a constituição da Fundação	

	Págs.		Págs.
denominada Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes — GEI POT — e sobre os contratos celebrados pelo Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes órgão centralizado da União. — Publicado no D.O. de 3-2-67	123	143 — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1967 — Estabelece modificações no Plano Ferroviário Nacional do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1954 e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 3-2-67	137
136 — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1967 — Altera o Anexo 2 integrante da Lei número 5.189, de 8 de dezembro de 1966. — Publicado no D.O. de 3-2-67	124	144 — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1967 — Cria a Tabela de Taxas e Emolumentos da Junta Comercial do Distrito Federal e dá providências para sua instalação, organização e funcionamento. — Publicado no D.O. de 3-2-67 ..	138
137 — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a política de consolidação do Distrito Federal, cria a Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRAS), extingue o Grupo de Trabalho Brasília — G.T.B. e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 3-2-67	126	145 — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1967 — Extingue as taxas criadas pelo Decreto-Lei nº 7.632, de 12 de junho de 1945 e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 3-2-67	140
138 — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1967 — Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a executar obras de Engenharia Rural. — Publicado no D.O. de 3-2-67	128	146 — Decreto-lei de 3 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre vencimentos dos Tesoureiros dos Tesoureiros efetivos, Tesoureiros-Auxiliares do Serviço Público Federal e Autárquico, e Conferentes das Caixas Econômicas Federais, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 3-2-67 ..	141
139 — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1967 — Reestrutura o Conselho Nacional de Transportes. — Publicado no D.O. de 28-2 e retificado no de 8-3-67	130	147 — Decreto-lei de 3 de fevereiro de 1967 — Dá nova lei orgânica à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (P.G.F.N.). — Publicado no D.O. de 3 e retificado no de 15-2-67	143
140 — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1967 — Acrescenta o § 7º ao artigo 4º da Lei número 4.985 de 18 de maio de 1966. — Publicado no D.O. de 3-2-67	131	148 — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a organização da vida rural, investiduras das Associações Rurais nas funções e prerrogativas do órgão sindical. — Publicado no D.O. de 9-2-67 ..	158
141 — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre liquidação dos direitos e obrigações das autarquias extintas. — Publicado no D.O. de 3-2-67	132	149 — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1967 — Aprova o Convênio firmado entre o Governo Federal e o Estado da Guanabara para a reinclusão, nos Quadros do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara, do pessoal do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal. — Publicado no D.O. de 10 e retificado no de 17-2-67	160
142 — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre o Plano Rodoviário Nacional. — Publicado no D.O. de 3, retificado no de 15 e republicado no de 28-2 e retificado no de 8-3-67	132		

Págs.	Págs.
150 — Decreto-lei de 9 de fevereiro de 1967 — Dispensa de registro, no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, os diplomas expedidos por Escolas ou Faculdades de Medicina e de Farmácia. — Publicado no D.O. de 10-2-67	162
151 — Decreto-lei de 9 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre os depósitos bancários do SESI, SESC, SENAI, SENAC e das entidades sindicais. — Publicado no D.O. de 13 e retificado no de 22-2-67	162
152 — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1967 — Autoriza a constituição de uma sociedade de economia mista destinada a explorar os serviços de transporte marítimo na Baía de Guanabara. — Publicado no D.O. de 13 e retificado no de 22-2-67	163
153 — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1967 — Estabelece normas para o funcionamento da Companhia Brasileira de Dragagem, constituída nos termos do artigo 26, da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, e de acordo com o disposto no Decreto nº 54.046, de 23-7-64. — Publicado no D.O. de 13-2-67 ...	166
154 — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre os bens e pessoal vinculado ao Serviço de Navegação da Baía do Prata — Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Viação e Obras Públicas, extingue esta Autarquia, e autoriza a constituição do Serviço de Navegação da Baía do Prata S. A. e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 13 de fevereiro de 1967	168
155 — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a extinção da autarquia federal denominada Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará; autoriza a constituição da Empresa de Navegação da	
Amazônia S. A. e da Companhia das Docas do Pará, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 13 de fevereiro de 1967	172
156 — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1967 — Modifica disposição do Decreto-lei número 38, de 18 de novembro de 1966. — Publicado no D.O. de 13 de fevereiro de 1967 ..	177
157 — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1967 — Concede estímulos fiscais à capitalização das empresas; reforça os incentivos à compra de ações; facilita o pagamento de débitos fiscais. — Publicado no D.O. de 13 de fevereiro de 1967	177
158 — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a aposentadoria especial do aeronauta e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 13 e retificado no de 22 de fevereiro de 1967 ..	181
159 — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre as substâncias capazes de determinar dependência física ou psíquica, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 13 de fevereiro de 1967	182
160 — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Indústria e do Comércio, o crédito especial de Cr\$ 107.000.000 (cento e sete milhões de cruzeiros), para cobrir despesas com indenizações decorrentes de sentenças judiciais. — Publicado no D.O. de 13 de fevereiro de 1967	182
161 — Decreto-lei de 13 de fevereiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a instituir a "Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística" e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 14 e retificado no de 22 de fevereiro de 1967	182

	Págs.		Págs.
162 — Decreto-lei de 13 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a exploração dos serviços de telecomunicações. — Publicado no D.O. de 14 de fevereiro de 1967	187	169 — Decreto-lei de 14 de fevereiro de 1967 — Reduz alíquotas do imposto de importação e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 15 de fevereiro de 1967 ...	205
163 — Decreto-lei de 13 de fevereiro de 1967 — Exclui do sistema de alienação compulsória, instituída na Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, com as alterações decorrentes do prescrito na Lei número 5.049, de 29 de junho de 1966, os imóveis de propriedade das entidades que menciona. — Publicado no D.O. de 14 de fevereiro de 1967	188	170 — Decreto-lei de 15 de fevereiro de 1967 — Altera a Lei Orçamentária sem aumento de despesa. — Publicado no D.O. de 16 de fevereiro de 1967	206
164 — Decreto-lei de 13 de fevereiro de 1967 — Modifica a Legislação da Política Econômica da Borracha e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 14 de fevereiro de 1967	188	171 — Decreto-lei de 15 de fevereiro de 1967 — Altera, sem aumento de despesas, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967. — Publicado no D.O. de 16 de fevereiro de 1967 ...	206
165 — Decreto-lei de 13 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a isenção ou redução do imposto sobre a transferência de juros para o exterior, quando houver acórdão tributário. — Publicado no D.O. de 14 de fevereiro de 1967 ..	190	172 — Decreto-lei de 15 de fevereiro de 1967. — Dispõe sobre a transferência de dotações orçamentárias para o Conselho Federal de Cultura. — Publicado no D.O. de 16 de fevereiro de 1967	207
166 — Decreto-lei de 14 de fevereiro de 1967 — Transfere a Agência Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para a Presidência da República. — Publicado no D.O. de 14 de fevereiro de 1967	190	173 — Decreto-lei de 15 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre os recursos financeiros para a manutenção, no exercício financeiro de 1967, do Instituto Nacional do Cinema, entidade autárquica, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 16 de fevereiro de 1967 ..	207
167 — Decreto-lei de 14 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 15 de fevereiro de 1967	191	174 — Decreto-lei de 15 de fevereiro de 1967 — Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966, que dispõe sobre as promoções de oficiais da ativa da Aeronáutica. — Publicado no D.O. de 16-2-67	208
168 — Decreto-lei de 14 de fevereiro de 1967 — Retifica dispositivos do Decreto-lei número 73, de 21 de novembro de 1966, no que tange a aspectos administrativos da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). — Publicado no D.O. de 15 e retificado no de 22 de fevereiro de 1967	204	175 — Decreto-lei de 15 de fevereiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial que menciona, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 16-2-67 ..	208
		176 — Decreto-lei de 15 de fevereiro de 1967 — Modifica o § 1º do art. 23 do Decreto-	

<i>Págs.</i>	<i>Págs.</i>
lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966 e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 16-2-67	209
177 — Decreto-lei de 16 de fevereiro de 1967 — Altera o Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966. — Publicado no D.O. de 17-2-67	209
178 — Decreto-lei de 16 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a cessão de imóveis da União Federal para as finalidades que especifica. — Publicado no D.O. de 17-2-67	210
179 — Decreto-lei de 16 de fevereiro de 1967 — Autoriza a instituição da Federação Interstadual para o Desenvolvimento dos Vales do Tocantins-Araguaia e Paraguai-Cuiabá (FIRTOP) e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 17-2-67	211
180 — Decreto-lei de 16 de fevereiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial que menciona, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 17-2-67 ..	213
181 — Decreto-lei de 17 de fevereiro de 1967 — Dá nova denominação à atual Escola Técnica Federal da Guanabara. — Publicado no D.O. de 20-2-67	213
182 — Decreto-lei de 20 de fevereiro de 1967 — Acrescenta parágrafo único do art. 16 da Lei nº 3.222, de 21 de julho de 1957, alterado pela Lei número 5.176, de 1º de dezembro de 1966. — Publicado no D.O. de 21-2-67	214
183 — Decreto-lei de 21 de fevereiro de 1967 — Retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966. — Publicado no D.O. de 22 e retificado no de 24-2-67	214
184 — Decreto-lei de 21 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a criação de cargos em comissão, no Conselho Federal de Cultura. — Publicado no D.O. de 22-2-67	215
185 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Estabelece normas para contratação de obras e para revisão de preços em contratos de obras ou serviços a cargo do Governo Federal. — Publicado no D.O. de 24-2-67	215
186 — Decreto-lei de 23 de fevereiro de 1967 — Incorpora o Instituto Borges da Costa à Universidade Federal de Minas Gerais. — Publicado no D.O. de 24-2 e retificado no de 22-3-67	217
187 — Decreto-lei de 23 de fevereiro de 1967 — Concede pensão especial à cidadã portuguesa Mary Crispim Galvão, servidora da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior. — Publicado no D.O. de 24-2-67	218
188 — Decreto-lei de 23 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a aplicação da correção do registro contábil do valor original dos bens do ativo imobilizado do capital das empresas concessionárias dos serviços portuários. — Publicado no D.O. de 24-2-67	218
189 — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a taxa de câmbio a que se refere o parágrafo único do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966. — Publicado no D.O. de 24 e republicado no de 28-2-67	220
190 — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre o despacho de embarcações e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 27-2-67	220
191 — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de NCr\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de cruzeiros novos), como reforço ao Fundo de Marinha Mercante, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 27-2 e retificado no de 8-3-67	222
192 — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1967 — Fixa o entendimento da expressão "inde-	

	Págs.		Págs.
zações trabalhistas" nos textos legais que menciona. — Publicado no D.O. de 27-2-67	223	va, e dá outras providências. — Pub. no D. O. de 27-2 (Supl.) e ret. nos de 8 e 30 de março de 1967	240
193 — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1967 — Altera a redação dos artigos 10 e 11 da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, que instituiu o cadastro permanente dos admissões e dispensas de empregados. — Publicado no D.O. de 27-2-67	224	201 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências. — Pub. no D. O. de 27-2 e ret. no de 14-3-67	279
194 — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos. — Pub. no D. O. de 27-2-67	225	202 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1967 — Incorpora ao Fundo Rotativo Habitacional de Brasília, saldos de dotações orçamentárias, consignados a favor do Grupo de Trabalho de Brasília. — Pub. no D. O. de 27 de fevereiro de 1967	283
195 — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a cobrança da Contribuição de Melhoria. — Pub. no D. O. de 27-2 e ret. no de 8-3-67	225	203 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1967 — Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a promover a desapropriação de terras situadas no perímetro do Distrito Federal. — Pub. no D. O. de 27-2-67	283
196 — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1967. — Altera dispositivo da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964. — Pub. no D. O. de 27-2-67	228	204 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a exploração de loterias e dá outras providências. — Pub. no D. O. de 27-2 e ret. no de 8 de março de 1967	284
197 — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1967 — Dá nova redação a dispositivos da Lei número 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as Penções Militares. — Pub. no D. O. de 27-2-67	229	205 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a organização, funcionamento e extinção de aeroclubes, e dá outras providências. — Pub. no D. O. de 27-2-67	288
198 — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Minas e Energia, o crédito especial de NCr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros novos), para o fim que especifica. — Pub. no D. O. de 27-2-67	229	206 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto e dá outras providências. Pub. no D. O. de 27 de fevereiro de 1967	290
199 — Decreto-lei de 25 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. — Pub. no D. O. de 27-2 (Supl.) e ret. no de 8 de março de 1967	230	207 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1967 — Altera dispositivos da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. — Pub. no D. O. de 27-2-67	290
200 — Decreto-lei de 25 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes, para a Reforma Administrati-		208 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1967 — Regulamenta a cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre os derivados de petróleo, redistribui o Fundo Rodoviário Nacional e dá outras providências. — Pub. no D. O. de 27-2 e ret. no de 14-3-67	291

Págs.	Págs.
209 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1967 — Institui o Código Brasileiro de Alimentos, e dá outras providências. — Pub. no D. O. de 27-2 e ret. no de 8 de março de 1967	292
210 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1967 — Estabelece normas para o abastecimento de trigo, sua industrialização e comercialização e dá outras providências. — Pub. no D. O. de 27-2 e ret. no de 8 de março de 1967	300
211 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre o registro dos órgãos executivos de atividades hemoterápicas a que se refere o art. 3º, item 3, da Lei nº 4.701, de 28 de junho de 1965, e dá outras providências. — Pub. no D. O. de 27 de fevereiro de 1967	304
212 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre medidas de segurança sanitária do País. — Pub. no D. O. de 27-2-67	305
213 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1967 — Organiza o Departamento Nacional de Salário. — Pub. no D. O. de 27 de fevereiro de 1967	305
214 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1967 — Prorroga o período de vigência do crédito especial autorizado pela Lei nº 4.793 de 20 de outubro de 1965. — Publicado no D. O. de 28-2-67	307
215 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1967 — Altera o Código da Justiça Militar (Decreto-lei nº 995, de 2 de dezembro de 1938). — Publicado no D. O. de 27-2-67	307
216 — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a execução do art. 188 da Constituição Federal e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 27-2-67	308
217 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de NCr\$ 700.000,00 destinado a atender despesas com a posse do Presidente da República, em 15 de março de 1967. — Publicado no D. O. de 28-2-67	308
218 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial que menciona e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28-2-67	309
219 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCr\$ 4.898.600,00 (quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil e seiscentos cruzeiros novos). — Publicado no D. O. de 28-2-67	309
220 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a aceitação pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo S. A. da Nota Promissória Rural prevista no Decreto-lei nº 187, de 14 de fevereiro de 1967. — Publicado no D. O. de 28-2 e ret. no de 9-3-67	310
221 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28-2 e ret. no de 9-3-67	310
222 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Revigora o crédito especial aberto pelo art. 55 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963. — Publicado no D. O. de 28-2-67	320
223 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Autoriza a desapropriação de imóveis residenciais em Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28-2 e ret. no de 8-3-67	320
224 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a extinção do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), transfere os respectivos bens, serviços e atribuições, com o respectivo	

	Págs.		Págs.
<p> pessoal, para outros órgãos e entidades, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28-2-67 </p> <p> 225 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a administração do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28-2-67 </p> <p> 226 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Cria junto ao Departamento de Administração do Ministério do Trabalho e Previdência Social o Serviço da Conta "Emprego e Salário". — Publicado no D. O. de 28-2-67 </p> <p> 227 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dá nova redação ao Decreto-lei número 1.985 (Código de Minas) de 29 de janeiro de 1940. — Publicado no D. O. de 28-2-67 </p> <p> 228 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28-2 e ret. no de 9-3-67 </p> <p> 229 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28-2 e ret. no de 9-3-67 </p> <p> 230 — Decreto-lei de 29 de fevereiro de 1967 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de NCRs 472.080,53 para o fim que menciona. — Publicado no D. O. de 28-2-67 </p> <p> 231 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Altera o Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967 e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28-2-67 </p> <p> 232 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Faz doação à Academia Brasileira de Le- </p>	<p>321</p> <p>324</p> <p>326</p> <p>3</p> <p>343</p> <p>346</p> <p>374</p> <p>375</p>	<p> tras do imóvel situado na Avenida Presidente Wilson número 231, no Estado da Guanabara. — Publicado no D. O. de 28-2 e ret. no de 9 e 21-3-67 </p> <p> 233 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Faz doação à Universidade Federal do Rio de Janeiro, do imóvel situado na Avenida Pasteur número 250, e dependências anexas, no Estado da Guanabara. — Publicado no D. O. de 28-2-67 </p> <p> 234 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Altera disposições do Decreto-lei número 32, de 18 de novembro de 1966 (Código Brasileiro do Ar), e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967 </p> <p> 235 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-lei nº 162, de 18 de fevereiro de 1967. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967 </p> <p> 236 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962 — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro e retificado no de 9 de março de 1967 </p> <p> 237 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Modifica o Código Nacional de Trânsito. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967 </p> <p> 238 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Retifica o Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967 e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro e retificado no de 9 de março de 1967 </p> <p> 239 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967. — Define o Programa Tecnológico Nacional, o sistema nacional de tecnologia e dá outras providências — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967 </p>	<p>375</p> <p>376</p> <p>376</p> <p>379</p> <p>379</p> <p>384</p> <p>389</p> <p>389</p>

Págs.	Págs.
240 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Define a política e o sistema nacional de metrologia e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro e retificado no de 9 e 21 de março de 1967	392
241 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Inclui entre as profissões cujo exercício é regulado pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, a profissão de engenheiro de operação — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967	397
242 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre o custeio do Plano Nacional de Cultura — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967	397
243 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Fixa as Diretrizes e Bases de Cartografia Brasileira e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro e retificado no de 9 de março de 1967	398
244 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a indústria de construção naval. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro e retificado no de 10 de março de 1967	404
245 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Transforma o Colégio Pedro II em autarquia e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro e retificado no de 9 de março de 1967	405
246 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Modifica o Decreto-lei nº 113, de 25 de janeiro de 1967, e o Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1967	410
247 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Modifica a redação do art. 4º da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28 de março de 1967	411
248 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Institui a Política Nacional de Saneamento Básico, cria o Conselho Nacional de Saneamento Básico e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967	411
249 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a reorganização da Companhia de Navegação de São Francisco. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967	412
250 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Autoriza a Universidade Federal da Bahia a incorporar a Escola Agrônômica da Bahia e a Escola de Veterinária da Bahia. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967	413
251 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Desapropria, por utilidade pública, imóvel destinado a Hospital, em Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro e retificado no de 9 de março de 1967	414
252 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967	415
253 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Modifica a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 23 de fevereiro e retificado no de 9 de março de 1967	416
254 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Código da Propriedade Industrial — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro e retificado no de 9 de março de 1967	418
255 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967. — Transfere para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara o Quadro Suplementar, a que se refere o artigo 9º da Lei	

	Págs		Págs.
nº 4.017, de 16 de dezembro de 1961, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967	448	262 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a venda de terrenos do Instituto Nacional da Previdência Social a entidades do Sistema Financeiro da Habitação — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967	461
256 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a extinção da Autarquia Federal denominada Administração do Porto do Rio de Janeiro e autoriza a Constituição da Cia. Docas do Rio de Janeiro, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro e retificado no de 10 de março de 1967	449	263 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Autoriza o resgate de títulos da Dívida Pública Interna Fundada Federal e dá outras providências — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro e retificado no de 10 de março de 1967	462
257 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a Política Econômica do Sal, regula sua execução e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967	453	264 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a Tarifa das Alfândegas e dá outras providências sobre comércio exterior. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro e retificado no de 10 de março de 1967	464
258 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Organiza o Departamento Nacional de Salário e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro e retificado no de 10 de março de 1967	457	265 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Cria a Cédula Industrial Pignoratícia, altera disposições sobre a Duplicata e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967 ...	465
259 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Atribui competência ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para aprovar a estrutura e regimento da Secretaria Executiva da entidade. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro e retificado no de 10 de março de 1967	460	266 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre o regime do pessoal das Caixas Econômicas Federais. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967	468
260 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Concede ao Supremo Tribunal Federal um crédito especial de NCr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros novos), para a construção de um edifício anexo para o Tribunal — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967	460	267 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Introduz alteração no Ministério Público da União junto à Justiça Militar e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967	468
261 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967	460	268 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Autoriza a abertura de crédito especial de NCr\$ 350.000 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros, novos) ao Ministério da Educação e Cultura. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1967 ...	469
		269 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Sergipe e dá outras provi-	

Págs.	Págs
dências — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro e republicado em 21 de março de 1967.. 470	276 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Altera dispositivos da Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1967 483
270 — Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Cria o Fundo Aeroviário e o Conselho Aeroviário Nacional e dispõe sobre a constituição do Plano Aeroviário Nacional e a utilização da infra-estrutura Aeroportuária Brasileira, estabelecendo as taxas correspondentes — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967 473	277 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Altera os artigos 48 e 53, do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o imposto de importação e reorganiza os serviços aduaneiros. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1967 485
271 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967 475	278 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Altera a denominação do Banco Central da República do Brasil, dispõe sobre suas contas, orçamentos, balanços, atos e contratos, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1967 ... 486
272 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto-lei nº 149, de 8 de fevereiro de 1967. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967 476	279 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial, ao Ministério da Educação e Cultura. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1967 486
273 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de NCr\$ 30.000.000,00 para os fins que especifica. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967 477	280 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a organizar uma Sociedade por Ações e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro e retificado no de 10 de março de 1967 486
274 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre o Sistema de Classificação de Cargos do Distrito Federal, aprova os respectivos Quadros de Pessoal e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1967 (Suplemento) 477	281 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Extingue o Instituto Nacional do Mate e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1967 488
275 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, o crédito especial de NCr\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil cruzeiros novos), para atender a despesas com a Seção Brasileira da Comissão Mista da Lagoa Mirim. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1967 483	282 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o Crédito Especial que menciona. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1967 489
	283 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre empréstimos contraídos no exterior destinados à cons-

	Págs.		Págs.
trução e venda de habitações. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1967 ..	489	naís ns. 1 e 2. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro e retificado no de 10 de março de 1967	502
284 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Institui o imposto sobre transporte rodoviário de passageiros e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1967	490	291 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Estabelece incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, da Faixa de Fronteiras abrangida pela Amazônia e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro e retificado no de 10 de março de 1967	503
285 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre o tratamento fiscal das pessoas jurídicas nos casos de fusão ou incorporação considerados de interesse para a economia nacional. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1967	491	292 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Cria a Superintendência do Vale do São Francisco, extingue a Comissão do Vale do São Francisco e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro e retificado no de 10 de março de 1967	506
286 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a regularização de emissões ilegais de títulos, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1967	491	293 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1967	512
287 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre licitação e contratação de serviços ou obras, pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE — e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1967 ..	492	294 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Altera parcialmente o disposto no artigo 20 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967	521
288 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro e retificado no de 10 de março de 1967	492	295 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Cria Comissão Liquidante do Acervo do Conselho Nacional de Economia. — Publicado no D. O. de 28-2-67	521
289 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1967	498	296 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Altera dispositivos do Decreto-lei número 73, de 21 de novembro de 1966. — Publicado no D. O. de 28-2-67	522
290 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Regula a situação dos servidores das autarquias federais e dos empregados das sociedades de economia mista, aposentados na forma dos Atos Institucio-		297 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Altera a distribuição de dotações destinadas à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste pela Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que aprovou o Orçamento da União para o exercício financeiro de 1967. — Publicado no D. O. de 28-2-67	524

<i>Págs.</i>	<i>Págs.</i>
298 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito de NCr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros novos) e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967 526	304 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Abre Crédito Especial pelo Ministério da Viação e Obras Públicas ao Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes — GEIPOP. — Publicado no D. O. de 28-2-67 550
299 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Reorganiza o Grupo Ocupacional P-1700 do Anexo I da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960 e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28-2 e ret. no de 10 de março de 1967 526	305 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a legalização dos livros de escrituração das operações mercantis. — Publicado no D. O. de 28-2 e ret. no de 10 de março de 1967 550
300 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre as penalidades pela falta de pagamento da contribuição sindical rural. — Publicado no D. O. de 28-2 e ret. no de 10 de março de 1967 529	306 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Introduz um § 4º no art. 21 do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966. — Publicado no D. O. de 28-2-67 551
301 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste, aprova o I Plano Diretor, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, cria a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste — SUDESUL — e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28-2 e ret. no de 10-3-67 530	307 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Autoriza a abertura de crédito especial para concessão de recursos financeiros ao Estado da Bahia. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967 552
302 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Revoga o Decreto-lei nº 137, de 2 de fevereiro de 1967, dispõe sobre a política de consolidação do Distrito Federal; cria a Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRAS), extingue o Grupo de Trabalho de Brasília (GTB), e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28-2 e ret. no de 10 de março de 1967 544	308 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A.) e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28-2 e ret. no de 10 e 21-3-67 552
303 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Cria o Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28-2 e ret. no de 10 e 21-3-67 546	309 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Altera as Leis ns. 4.448, de 29 de outubro de 1964, e 5.074, de 22 de agosto de 1966, que regulam as promoções dos Oficiais do Exército. — Publicado no D.O. de 28-2-67 555
	310 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28-2 e ret. no de 10 de março de 1967 556
	311 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, materiais transferidos à Companhia de Transportes Urbanos (CTU). — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967 559

	Págs.		Págs.
312 — Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967 — Autoriza a prestação da assistência farmacêutica pela previdência social e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1967	559	sobre os derivados de petróleo — Publicado no D.O. de 28 de março de 1967	577
313 — Decreto-lei de 7 de março de 1967 — Cria, no Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa, o Quadro de Oficiais-Engenheiros e sua respectiva reserva. — Publicado no D. O. de 9-3-67	560	320 — Decreto-lei de 29 de março de 1967 — Prorroga a vigência do Decreto-lei número 265, de 28 de fevereiro de 1967 — Publicado no D.O. de 29 de março de 1967	577
314 — Decreto-lei de 13 de março de 1967 — Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências — Publicado no D.O. de 13 e retificado no de 27-3-67 ..	563	III — DECRETOS LEGISLATIVOS	
315 — Decreto-lei de 13 de março de 1967 — Organiza a Secretaria de Segurança Pública da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências — Publicado no D.O. de 13 e retificado no de 27 de março de 1967 —	568	1 — Decreto Legislativo de 1967 — Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da despesa de Cr\$. 14.502 (quatorze mil, quinhentos e dois cruzeiros), para pagamento à Rio Light S.A. — Serviços de Eletricidade e Carris — Publicado no D.O. de 11 de janeiro de 1967 ...	578
316 — Decreto-lei de 13 de março de 1967 — Dispõe sobre as estipulações de moeda de pagamento das obrigações — Publicado no D.O. de 13 de março de 1967	571	2 — Decreto Legislativo de 1967 — Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do contrato-escritura de compra e venda, de 31 de agosto de 1953, para efetivação de desapropriação de lotes de terrenos e benfeitorias localizados na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, firmado entre Verônica Carlini e outros e a União Federal — Publicado no D.O. de 30 de janeiro de 1967	579
317 — Decreto-lei de 13 de março de 1967 — Reorganiza as Polícias e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências — Publicado no D.O. de 14 e retificado no de 17 de março de 1967	572	3 — Decreto Legislativo de 1967 — Torna definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma ao ex-Cabo do Exército José Francisco de Araújo — Publicado no D.O. de 30 de janeiro de 1967 ...	580
318 — Decreto-lei de 14 de março de 1967 — Da nova redação ao preâmbulo e a dispositivos do Decreto-lei número 227, de 28 de fevereiro de 1967 — Publicado no D.O. de 14 de março de 1967	575	4 — Decreto Legislativo de 1967 — Dispõe sobre o hasteamento, pelo Congresso Nacional, das bandeiras dos Estados, institui a Distinção Parlamentar e dá outras providências — Publicado no D.O. de 1967	580
319 — Decreto-lei de 27 de março de 1967 — Prorroga o prazo de início para a cobrança e recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias		IV — LEIS	
		5.197 — Lei de 3 de janeiro de 1967 — Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras pro-	

Págs.	Págs.
vidências — Publicado no D.O. de 5 de janeiro de 1967	581
5.198 — Lei de 3 de janeiro de 1967 — Cria, sob a forma de Fundação, o Centro Brasileiro de TV Educativa — Publicado no D.O. de 4-1-67	584
5.199 — Lei de 12 de janeiro de 1967 — Altera a redação do art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, que dispõe sobre "Obrigações do Reaparelhamento Econômico" — Publicado no D.O. de 13-1-67	585
5.200 — Lei de 12 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 424.716.780 (quatrocentos e vinte e quatro milhões setecentos e dezesseis mil setecentos e oitenta cruzeiros), correspondente ao excesso de arrecadação do "Imposto de Fatois", nos exercícios de 1967, 1964 e 1965 — Publicado no D.O. de 13 de janeiro de 1967	586
5.201 — Lei de 12 de janeiro de 1967 — Altera o artigo 1º da Lei nº 4.662, de 2 de junho de 1965, no concernente à denominação da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Ceará — Publicado no D.O. de 13-1-67	586
5.202 — Lei de 12 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 22.200.000 (vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar a Arquidiocese da cidade do México na construção de um templo dedicado a Nossa Senhora da Aparecida, naquela Capital — Publicado no D.O. de 13 e retificado no dia 23 de janeiro de 1967	587
5.203 — Lei de 12 de janeiro de 1967 — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 732.300.000 (setecentos e trinta e oito milhões e trezentos mil cruzeiros) ao Ministro	
Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, para ser aplicado pela Fundação Brasil Central — Publicado no D.O. de 13 de janeiro de 1967	587
5.204 — Lei de 12 de janeiro de 1967 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, materiais destinados à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, do Estado de São Paulo — Publicado no D.O. de 13-1-67	587
5.205 — Lei de 12 de janeiro de 1967 — Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento importado pela Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda., destinado à ampliação de fábricas de leite em pó, instalada em Sete Lagoas — Publicado no D.O. de 13 de janeiro e ret. no de 2-2-67	588
5.206 — Lei de 16 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 8.500.000.000 (oito bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) destinado a atender a despesas de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes — GEIPOT, para a realização de estudos de engenharia específica — Publicado no D.O. de 17-1-67 ..	588
5.207 — Lei de 16 de janeiro de 1967 — Desdobra em duas unidades universitárias distintas a atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal de Goiás — Publicado no D.O. de 18 de janeiro de 1967	589
5.208 — Lei de 16 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Estado do Rio Grande do Sul as quotas do Serviço Marítimo Sul Brasil Ltda. — SEMASUL — Publicado no D.O. de 18-1-67 ..	589
5.209 — Lei de 16 de janeiro de 1967 — Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 942.142.836 (novecentos e	

Págs.

Págs.

- quarenta e dois milhões cento e quarenta e dois mil oitocentos e trinta e seis cruzeiros), destinado aos encargos de desapropriação do prédio ocupado pelo Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos — Publicado no D.O. de 18 de janeiro de 1967 590
- 5.210 — Lei de 16 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 8.050.000 (oito milhões e cinqüenta mil cruzeiros, destinado à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, no Estado da Bahia — Publicado no D.O. de 18-1-67 590
- 5.211 — Lei de 16 de janeiro de 1967 — Concede pensão especial mensal ao Senhor Deolindo de Araújo Costa — Publicado no D.O. de 18-1-67 591
- 5.212 — Lei de 16 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18.997.062,214 (dezoito bilhões novecentos e noventa e sete milhões sessenta e dois mil duzentos e quatorze cruzeiros), em favor da Polícia Militar do Estado da Guanabara, para atender aos encargos decorrentes da aplicação do Decreto-Lei nº. 10, de 28 de junho de 1966 — Publicado no D.O. de 18 de janeiro de 1967 591
- 5.213 — Lei de 16 de janeiro de 1967 — Autoriza a Superintendência dos Serviços de Transportes da Baía de Guanabara a vender as embarcações que menciona — Publicado no D.O. de 18-1-67 .. 592
- 5.214 — Lei de 16 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 133.724.236 (cento e trinta e três milhões setecentos e vinte e quatro mil duzentos e trinta e seis cruzeiros) para atender a despesas decorrentes do cumprimento de sentença prolatada pelo Supremo Tribunal Federal, em que são recorrentes as empresas "Varig", "Real", e recorrida a União Federal — Publicado no D.O. de 18 de janeiro de 1967 592
- 5.215 — Lei de 16 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.200.000.000 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas com o reparacionamento dos órgãos centrais e regionais do Departamento de Imposto de Renda — Publicado no D.O. de 18-1-67 .. 593
- 5.216 — Lei de 16 de janeiro de 1967 — Concede isenção dos impostos e taxa que menciona para equipamento importado pela S.A. Empresa de Vição Aérea Rio Grandense — "Varig" — Publicado no D.O. de 18 de janeiro de 1967 593
- 5.217 — Lei de 16 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 322.930.000 (trezentos e vinte e dois milhões novecentos e trinta mil cruzeiros), para atender ao pagamento da parte do auxílio consignado no Orçamento Geral da União de 1965, em favor da Universidade Federal da Paraíba — Publicado no D.O. de 18 de janeiro de 1967 593
- 5.218 — Lei de 16 de janeiro de 1967 — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 3.024.000.000 (três bilhões e vinte e quatro milhões de cruzeiros) ao Ministério da Saúde, para atender ao pagamento das diferenças e vantagens decorrentes do enquadramento definitivo dos seus funcionários — Publicado no D.O. de 18 e retificado no de 23 de janeiro de 1967 594
- 5.219 — Lei de 17 de janeiro de 1967 — Concede pensão especial mensal a Alice Lins Fer-

Págs.		Págs.
	reira, viúva de Alfredo da Silva Ferreira — Publicado no D.O. de 19-1-67	594
5.220	— Lei de 17 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Sua Alteza Eminentíssima Frei Angelo de Mojana di Caloana — Publicado no D.O. de 19 de janeiro de 1967	595
5.221	— Lei de 17 de janeiro de 1967 — Concede pensão especial a Fausta Gama Ribeiro e igual pensão a Lucy de Lima Campos e seus filhos menores — Publicado no D.O. de 19 de janeiro de 1967	595
5.222	— Lei de 17 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 172.369.000 (cento e setenta e dois milhões trezentos e sessenta e nove mil cruzeiros), destinado a regularizar despesas com a subscrição de 172.369 ações da Companhia Vale do Rio Doce pelo Tesouro Nacional — Publicado no D.O. de 19 de janeiro de 1967	595
5.223	— Lei de 17 de janeiro de 1967 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, equipamentos importados pela Companhia Estadual de Águas da Guanabara — Publicado no D.O. de 19 de janeiro de 1967	596
5.224	— Lei de 17 de janeiro de 1967 — Isenta do imposto de importação equipamento de televisão importado pela Rádio Difusora do Maranhão Limitada. — Publicada no D. O. de 19-1-67	596
5.225	— Lei de 17 de janeiro de 1967 — Atualiza o valor da gratificação concedida aos membros dos Tribunais Eleitorais, ao Procurador-Geral e aos Pro-	
	curadores Regionais Eleitorais e aos Juizes e Escrivães Eleitorais. — Publicada no D. O. de 19-1-67	596
5.226	— Lei de 17 de janeiro de 1967 — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 986.563.164 (novecentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e sessenta e três mil cento e sessenta e quatro cruzeiros) destinado à restituição, pela Caixa de Amortização, de indenizações trabalhistas e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 19-1-67 ...	597
5.227	— Lei de 18 de janeiro de 1967 — Dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 19-1 e ret. no de 2 de fevereiro de 1967	597
5.228	— Lei de 18 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000.000 (quarenta bilhões de cruzeiros), em reforço do Fundo Federal de Eletrificação. — Publicada no D. O. de 19-1-67	607
5.229	— Lei de 18 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo, pelo Ministério da Fazenda, a doar, ao Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social "MUNDES", Obrigações Reajustáveis ao Tesouro Nacional, e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 19-1-67	607
5.230	— Lei de 19 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o crédito especial de Cr\$ 301.983 (trezentos e um mil novecentos e oitenta e três cruzeiros), para atender ao pagamento de gratificação pela execução de serviço de natureza especial. — Publicada no D. O. de 23 de janeiro de 1967	608

	Págs.		Págs.
5.231 — Lei de 19 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — crédito especial para pagamento de exercícios findos. — Publicada no D. O. de 23-1-67	608	5.237 — Lei de 31 de janeiro de 1967 — Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 8.700.000.000 (oito bilhões e setecentos milhões de cruzeiros), para atender aos encargos do ano de 1965 da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, destinando-se	611
5.232 — Lei de 20 de janeiro de 1967 — Acrescenta parágrafos ao art. 33 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, que regula a locação de prédios urbanos. — Publicada no D. O. de 23-1-67	609	Cr\$ 3.500.000.000 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) à regularização de despesa já realizada. — Publicada no D. O. de 2-2-67	
5.233 — Lei de 20 de janeiro de 1967 — Altera o item III do art. 178 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União), incluindo a doença de Parkinson entre as que dão direito à aposentadoria integral. — Publicada no D. O. de 23-1-67	609	5.238 — Lei de 31 de janeiro de 1967 — Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a transferir recursos para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 2-2-67	612
5.234 — Lei de 20 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 700.000.000 (setecentos milhões de cruzeiros) para a instalação, organização e funcionamento do Estado do Acre, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 24-1-67	609	5.239 — Lei de 31 de janeiro de 1967 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 659.880.000 (seiscentos e cinquenta e nove milhões oitocentos e oitenta mil cruzeiros) para atender, no corrente ano, às despesas com o aumento de salário do pessoal da Companhia de Navegação Bahiana. — Publicada no D. O. de 2-2-67	612
5.235 — Lei de 20 de janeiro de 1967 — Dispõe sobre o pagamento de proventos e outras vantagens aos servidores públicos e autárquicos federais, aposentados das instituições de previdência social. — Publicada no D. O. de 24 de janeiro de 1967	610	5.240 — Lei de 31 de janeiro de 1967 — Fixa em 10% (dez por cento) ad valorem a alíquota incidente sobre películas destinadas à fabricação de filmes foto-sensíveis. — Publicada no D. O. de 2-2-67	612
5.236 — Lei de 20 de janeiro de 1967 — Autoriza a abertura, pela Secretaria de Finanças do Distrito Federal, de créditos especiais no total de Cr\$ 60.005.275 (sessenta milhões, cinco mil duzentos e setenta e cinco cruzeiros), para pagamento de despesas realizadas nos exercícios de 1961 a 1966. — Publicada no D. O. de 24-1-67	611	5.241 — Lei de 31 de janeiro de 1967 — Cria cargos de Professor Catedrático na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo. — Publicada no D. O. de 2-2-67	613
		5.242 — Lei de 31 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República o crédito especial de Cr\$ 32.874.000 (trinta e dois milhões oitocentos e setenta e quatro mil cruzeiros), para ocorrer a despesas com os próprios presidenciais em Brasília, Rio de Janeiro e Petrópolis. — Publicada no D. O. de 2 de fevereiro de 1967	613

Págs.	Págs.
5.243 — Lei de 31 de janeiro de 1967 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 450.000.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento de diferença salarial devida a servidores da Administração do Porto do Rio de Janeiro. — Publicada no D. O. de 2-2 e ret. no de 10 de março de 1967	613
5.244 — Lei de 31 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul — o crédito especial de Cr\$ 31.330 (trinta e um mil trezentos e trinta cruzeiros), para os fins que especifica. — Publicado no Diário Oficial de 2 de fevereiro de 1967	614
5.245 — Lei de 31 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 715.773.407,70 (setecentos e quinze milhões setecentos e setenta e três mil quatrocentos e sete cruzeiros e setenta centavos), para atender à regularização de adiantamentos ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos. — Publicado no Diário Oficial de 2 de fevereiro de 1967	614
5.246 — Lei de 31 de janeiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos especiais no montante de Cr\$ 3.190.666.338,20- (três bilhões, cento e noventa milhões, seiscentos e sessenta e seis mil trezentos e trinta e oito cruzeiros e vinte centavos), para atender a despesas de diversos Ministérios. — Publicado no Diário Oficial de 2 de fevereiro de 1967	615
5.247 — Lei de 2 de fevereiro de 1967 — Concede a isenção prevista na alínea "c" do item I do art. 1º da Lei nº 4.622, de	
3 de maio de 1965, a equipamentos importados, para execução de projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas. — Publicado no Diário Oficial de 8 de fevereiro de 1967	616
5.248 — Lei de 2 de fevereiro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.227.440 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros), para pagamento de sentença judicial proferida em favor de diaristas de obras da 5ª Zona Aérea — Porto Alegre. — Publicado no Diário Oficial de 8 de fevereiro e ret. no de 10 de março de 1967	616
5.249 — Lei de 9 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a Ação Pública de Crimes de Responsabilidade — Publicado no Diário Oficial de 10 de fevereiro de 1967	617
5.250 — Lei de 9 de fevereiro de 1967 — Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. — Publicado no Diário Oficial de 10 de fevereiro e ret. no de 10 de março de 1967	617
251 — Lei de 9 de março de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 14.027.673.000 (quatorze bilhões, vinte e sete milhões, seiscentos e setenta e três mil cruzeiros), para indenização à Companhia Port of Pará. — Publicado no Diário Oficial de 10 de março de 1967	636
252 — Lei de 9 de março de 1967 — Revalida a transferência gratuita, à Fundação Darcy Vargas, do terreno de acréscido de marinha descrito no Decreto-lei nº 5.440, de 30 de abril de 1943. — Publicado no Diário Oficial de 10 de março de 1967	637

ÍNDICE DO APENSO

	Págs.		Págs.
29 — Ato Complementar nº 29 — Ret. no Diário Oficial de 6 de janeiro de 1967	641	87 — Decreto-lei nº 87, de 28 de dezembro de 1966 — Altera a Lei nº 5.190, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1967. — Ret. no Diário Oficial de 13 de janeiro de 1967	647
57 — Decreto-lei de 18 de novembro de 1966 — Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências. — Ret. no Diário Oficial de 4 de janeiro de 1967 ..	641	94 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1966 — Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. — Publicado no Diário Oficial de 4 de janeiro de 1967	647
59 — Decreto-lei de 21 de novembro de 1966 — Define a política nacional de cooperativismo, cria o Conselho Nacional do Cooperativismo, e dá outras providências — Ret. no Diário Oficial de 19 de janeiro de 1967	641	95 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1966 — Autoriza a emissão de Letras do Tesouro, fixa a forma de liquidação das que foram adquiridas pelo Banco Central da República do Brasil, por antecipação de receita referente ao exercício de 1965, e prorroga o prazo de vigência do crédito especial autorizado pela Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, aberta pelo Decreto nº 54.434, de 12 de outubro de 1964. — Publicado no Diário Oficial de 4 de janeiro de 1967	648
74 — Decreto-lei nº 74, de 21 de novembro de 1966 — Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. — Rep. no Diário Oficial de 5 de janeiro de 1967	641	96 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1966 — Institui normas para a utilização dos créditos orçamentários e adicionais, e dá outras providências de natureza financeira. — Publicado no Diário Oficial de 4 de janeiro de 1967	649
82 — Decreto-lei de 26 de dezembro de 1966 — Regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências — Ret. no Diário Oficial de 17 de janeiro de 1967	643	97 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1966 — Exclui o Conselho Federal de Educação dos efeitos do Decreto-lei número 81, de 21 de dezembro de 1966. — Publicado no Diário Oficial de 5 de janeiro de 1967	650
83 — Decreto-lei nº 83, de 26 de dezembro de 1966 — Estabelece normas para cobrança pelas Administrações de Portos, de taxas portuária incidentes sobre mercadorias movimentadas em terminais ou embarcadouros de uso privativo e instalações rudimentares, e dá outras providências — Rep. no Diário Oficial de 2 e ret. no de 4 de janeiro de 1967	644		

	<i>Págs.</i>	<i>Págs.</i>
98 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1966 — Prorroga, por mais um exercício, a vigência da autorização, contida na Lei nº 4.661, de 2 de junho de 1965 para a abertura do crédito especial de Cr\$ 877.852.800 (oitocentos e setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos cruzel-ros) — Publicado no Diário Oficial de 10 de janeiro de 1967	651	Art. 1º da Lei nº 4.788 de 13 de outubro de 1965. — Publicado no Diário Oficial de 10 de janeiro de 1967 651
99 — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1966 — Prorroga, por mais um exercício; a vigência da autorização para abertura do crédito especial de Cr\$ 87.864.828 (oitenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e vinte e oito cruzeiros), contida no		5.108 — Lei de 21 de setembro de 1966 — Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito. — Publicado no Diário Oficial de 14 de março de 1967 651
		5.194 — Lei de 24 de dezembro de 1966 — Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências. — Ret. no Diário Oficial de 4 de janeiro de 1967 652

Figuram neste volume a Constituição do Brasil, os Atos Complementares, os Decretos-Leis, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no primeiro trimestre de 1967, foram publicados no D.O. até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL

Título I

DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Brasil é uma República Federativa, constituída, sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido.

§ 2º São símbolos nacionais a bandeira e o hino vigorantes na data da promulgação desta Constituição e outros estabelecidos em lei.

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

Art. 2º O Distrito Federal é a Capital da União.

Art. 3º A criação de novos Estados e Territórios dependerá de lei complementar.

Art. 4º Incluem-se entre os bens da União:

I — a porção de terras devolutas indispensável à defesa nacional ou essencial ao seu desenvolvimento econômico;

II — os lagos e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, que sirvam de

limite com outros países ou se estendam a território estrangeiro, as ilhas oceânicas, assim como as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países;

III — a plataforma submarina;

IV — as terras ocupadas pelos silvícolas;

V — os que atualmente lhe pertencem.

Art. 5º Incluem-se entre os bens dos Estados os lagos e rios em terrenos de seu domínio e os que têm nascente e foz no território estadual, as ilhas fluviais e lacustres e as terras devolutas não compreendidas no artigo anterior.

Art. 6º São Podêres da União, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único. Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Podêres delegar atribuições; o cidadão investido na função de um deles não poderá exercer a de outro.

Art. 7º Os conflitos internacionais deverão ser solvidos por negociações diretas, arbitragem e outros meios pacíficos, com a cooperação dos organismos internacionais de que o Brasil participe.

Parágrafo único. É vedada a guerra de conquista.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO

Art. 8º Compete à União:

I — manter relações com Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções; participar de organizações internacionais;

II — declarar guerra e fazer a paz;

III — decretar o estado de sítio;

IV — organizar as forças armadas; planejar e garantir a segurança nacional;

V — permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

VI — autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VII — organizar e manter a polícia federal com a finalidade de prover:

a) os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

- b) a repressão ao tráfico de entorpecentes;
- c) a apuração de infracções penais contra a segurança nacional, a ordem política e social, ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, assim como de outras infracções cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

d) a censura de diversões públicas;

VIII — emitir moedas;

IX — fiscalizar as operações de crédito, capitalização e de seguros;

X — estabelecer o plano nacional de viação;

XI — manter o serviço postal e o Correio Aéreo Nacional;

XII — organizar a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente a sêca e as inundações;

XIII — estabelecer e executar planos regionais de desenvolvimento;

XIV — estabelecer planos nacionais de educação e de saúde;

XV — explorar, directamente ou mediante autorização ou concessão:

a) os serviços de telecomunicações;

b) os serviços e instalações de energia eléctrica de qualquer origem ou natureza;

c) a navegação aérea;

d) as vias de transporte entre portos marítimos e fronteiras nacionais ou que transponham os limites de um Estado ou Território;

XVI — conceder anistia;

XVII — legislar sobre:

a) a execução da Constituição e dos serviços federais;

b) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, aéreo, marítimo e do trabalho;

c) normas gerais de direito financeiro; de seguro e previdência social; de defesa e proteção da saúde; de regime penitenciário;

d) produção e consumo;

e) registos públicos e juntas comerciais;

f) desapropriação;

- g) requisições civis e militares em tempo de guerra;
- h) jazidas, minas e outros recursos minerais; metalurgia; florestas, caça e pesca;
- i) águas, energia elétrica e telecomunicações;
- j) sistema monetário e de medidas; título e garantia dos metais;
- l) política de crédito; câmbio, comércio exterior e interestadual; transferência de valores para fora do País;
- m) regime dos portos e da navegação de cabotagem, fluvial e lacustre;
- n) tráfego e trânsito nas vias terrestres;
- o) nacionalidade, cidadania e naturalização; incorporação dos silvícolas à comunhão nacional;
- p) emigração e imigração; entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;
- q) diretrizes e bases da educação nacional; normas gerais sobre desportos;
- r) condições de capacidade para o exercício das profissões liberais e técnico-científicas;
- s) uso dos símbolos nacionais;
- t) organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e dos Territórios;
- u) sistemas estatístico e cartográfico nacionais;
- v) organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais de sua convocação, inclusive mobilização.

§ 1º A União poderá celebrar convênios com os Estados para a execução, por funcionários estaduais, de suas leis, serviços ou decisões.

§ 2º A competência da União não exclui a dos Estados para legislar supletivamente sobre as matérias das letras *c, d, e, n, q* e *v* do item XVII, respeitada a lei federal.

Art. 9º A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:

I — criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de uns contra outros Estados ou Municípios;

II — estabelecer cultos religiosos ou igrejas; subvencioná-los; embaraçar-lhes o exercício; ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colabo-

ração de interesse público, notadamente nos setores educacional, assistencial e hospitalar;

III — recusar fé aos documentos públicos.

Art. 10. A União não intervirá nos Estados, salvo para:

I — manter a integridade nacional;

II — repelir invasão estrangeira ou a de um Estado em outro;

III — pôr termo a grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção;

IV — garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes estaduais;

V — reorganizar as finanças do Estado que:

a) suspender o pagamento de sua dívida fundada, por mais de dois anos consecutivos, salvo por motivo de força maior;

b) deixar de entregar aos Municípios as cotas tributárias a eles destinadas;

c) adotar medidas ou executar planos econômicos ou financeiros que contrariem as diretrizes estabelecidas pela União através de lei;

VI — prover à execução de lei federal, ordem ou decisão judiciária;

VII — assegurar a observância dos seguintes princípios:

a) forma republicana representativa;

b) temporariedade dos mandatos eletivos, limitada a duração destes à dos mandatos federais correspondentes;

c) proibição de reeleição de governadores e de prefeitos para o período imediato;

d) independência e harmonia dos Poderes;

e) garantias do Poder Judiciário;

f) autonomia municipal;

g) prestação de contas da administração.

Art. 11. Compete ao Presidente da República decretar a intervenção.

§ 1º A decretação da intervenção dependerá:

a) no caso do nº IV do art. 10, de solicitação do Poder Legislativo ou do Executivo coato ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;

b) no caso do nº VI do art. 10, de requisição do Supremo Tribunal Federal, ou do Tribunal Superior Eleitoral, conforme a matéria, ressalvado o disposto na letra c deste parágrafo;

c) do provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, nos casos do item VII, assim como no do item VI, ambos do art. 10, quando se tratar de execução de lei federal.

§ 2º Nos casos dos itens VI e VII do art. 10, o decreto do Presidente da República limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida tiver eficácia.

Art. 12. O decreto de intervenção, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, dentro de cinco dias, especificará:

I — a sua amplitude, duração e condições de execução;

II — a nomeação do interventor.

§ 1º Caso não esteja funcionando, o Congresso Nacional será convocado extraordinariamente, dentro do mesmo prazo de cinco dias, para apreciar o ato do Presidente da República.

§ 2º No caso do § 2º do artigo anterior, fica dispensada a apreciação do decreto do Presidente da República pelo Congresso Nacional, se a suspensão do ato tiver produzido os seus efeitos.

§ 3º Cessados os motivos que houverem determinado a intervenção, voltarão aos seus cargos, salvo impedimento legal, as autoridades dêles afastadas.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Art. 13. Os Estados se organizam e se regem pelas Constituições e pelas leis que adotarem, respeitadas, dentre outros princípios estabelecidos nesta Constituição, os seguintes:

I — os mencionados no art. 10, nº VII;

II — a forma de investidura nos cargos eletivos;

III — o processo legislativo;

IV — a elaboração orçamentária e a fiscalização orçamentária e financeira, inclusive a aplicação dos recursos recebidos da União e atribuídos aos Municípios;

V — as normas relativas aos funcionários públicos;

VI — proibição de pagar a deputados estaduais mais de dois terços dos subsídios atribuídos aos deputados federais;

VII — a emissão de títulos da dívida pública fora dos limites estabelecidos por lei federal.

§ 1º Cabem aos Estados todos os poderes não conferidos por esta Constituição à União ou aos Municípios.

§ 2º A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado far-se-á por sufrágio universal e voto direto e secreto.

§ 3º Para a execução, por funcionários federais ou municipais, de suas leis, serviços ou decisões, os Estados poderão celebrar convênios com a União ou os Municípios.

§ 4º As polícias militares, instituídas para a manutenção da ordem e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares, reserva do Exército.

§ 5º Não será concedido, pela União, auxílio a Estado ou Município, sem a prévia entrega, ao órgão federal competente, do plano de aplicação dos respectivos créditos. A prestação de contas, pelo Governador ou Prefeito, será feita nos prazos e na forma da lei e precedida de publicação no jornal oficial do Estado.

Art. 14. Lei complementar estabelecerá os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos Municípios.

Art. 15. A criação de Municípios, bem como sua divisão em distritos, dependerá de lei estadual. A organização municipal poderá variar, tendo-se em vista as peculiaridades locais.

Art. 16. A autonomia municipal será assegurada:

I — pela eleição direta de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores realizada simultaneamente em todo o País, dois anos antes das eleições gerais para Governador, Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa;

II — pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse, especialmente quanto:

a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei estadual;

b) à organização dos serviços públicos locais.

§ 1º Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação:

a) da Assembléia Legislativa, os Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual;

b) do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo.

§ 2º Sòmente terão remuneração os Vereadores das capitais e dos Municípios de população superior a cem mil habitantes, dentro dos limites e critérios fixados em lei complementar.

§ 3º A intervenção nos Municípios será regulada na Constituição do Estado, só podendo ocorrer:

a) quando se verificar impontualidade no pagamento de empréstimo garantido pelo Estado;

b) se deixarem de pagar, por dois anos consecutivos, dívida fundada;

c) quando a administração municipal não prestar contas a que esteja obrigada na forma da lei estadual.

§ 4º Os Municípios poderão celebrar convênios para a realização de obras ou exploração de serviços públicos de interesse comum, cuja execução ficará dependendo de aprovação das respectivas Câmaras Municipais.

§ 5º O número de Vereadores será, no máximo, de vinte e um, guardando-se proporcionalidade com o eleitorado do Município.

CAPÍTULO IV

DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Art. 17 A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Caberá ao Senado discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal.

§ 2º O Prefeito do Distrito Federal e os Governadores dos Territórios serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado.

§ 3º Caberá ao Governador do Território a nomeação dos Prefeitos Municipais.

CAPÍTULO V

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

Art. 18. O sistema tributário nacional compõe-se de impostos, taxas e contribuições de melhoria e é regido pelo disposto neste Capítulo, em leis complementares, em resoluções do Senado

e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, estaduais e municipais.

Art. 19. Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios arrecadar:

I — os impostos previstos nesta Constituição;

II — taxas pelo exercício regular do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos de sua atribuição, específicos e divisíveis; prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III — contribuição de melhoria dos proprietários de imóveis valorizados pelas obras públicas que os beneficiaram.

§ 1.º Lei complementar estabelecerá normas gerais de direito tributário, disporá sobre os conflitos de competência tributária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e regulará as limitações constitucionais do poder tributário.

§ 2.º Para cobrança das taxas não se poderá tomar como base de cálculo a que tenha servido para a incidência dos impostos.

§ 3.º A lei fixará os critérios, os limites e a forma de cobrança da contribuição de melhoria a ser exigida sobre cada imóvel, sendo que o total da sua arrecadação não poderá exceder o custo da obra pública que lhe der causa.

§ 4.º Somente a União, nos casos excepcionais definidos em lei complementar, poderá instituir empréstimo compulsório.

§ 5.º Competem ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em Municípios, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e Municípios; e à União, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados e, se o Território não fôr dividido em Municípios, os impostos municipais.

§ 6.º A União poderá, desde que não tenham base de cálculo e fato gerador idênticos aos dos impostos previstos nesta Constituição, instituir outros além daqueles a que se referem os arts. 22 e 23 e que não se contenham na competência tributária privativa dos Estados, Distrito Federal e Municípios, assim como transferir-lhes o exercício da competência residual em relação a determinados impostos, cuja incidência seja definida em lei federal.

§ 7.º Mediante convênio, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão delegar, uns aos outros, atribuições de administração tributária, e coordenar ou unificar serviços de fiscalização e arrecadação de tributos.

§ 8.º A União, os Estados e os Municípios criarão incentivos fiscais à industrialização dos produtos do solo e do subsolo, realizada no imóvel de origem.

Art. 20. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I — instituir ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

II — estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, exceto o pedágio para atender ao custo de vias de transporte;

III — criar imposto sobre:

- a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros;
- b) templos de qualquer culto;
- c) o patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei;
- d) o livro, os jornais e os periódicos, assim como o papel destinado à sua impressão.

§ 1.º O disposto na letra a do n.º III é extensivo às autarquias, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes; não se estende, porém, aos serviços públicos concedidos, cujo tratamento tributário é estabelecido pelo poder concedente no que se refere aos tributos de sua competência, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2.º A União, mediante lei complementar, atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional, poderá conceder isenções de impostos federais, estaduais e municipais.

Art. 21. É vedado:

I — à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em relação a determinado Estado ou Município;

II — à União tributar a renda das obrigações da dívida pública estadual ou municipal e os proventos dos agentes dos Estados e Municípios, em níveis superiores aos que fixar para as suas próprias obrigações e para os proventos dos seus próprios agentes;

III — aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.

Art. 22. Compete à União decretar impostos sobre:

I — importação de produtos estrangeiros;

II — exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III — propriedade territorial rural;

IV — rendas e proventos de qualquer natureza, salvo ajuda de custo e diárias pagas pelos cofres públicos;

V — produtos industrializados;

VI — operações de crédito, câmbio, seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VII — serviços de transporte e comunicações, salvo os de natureza estritamente municipal;

VIII — produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos;

IX — produção, importação, distribuição ou consumo de energia elétrica;

X — extração, circulação, distribuição ou consumo de minerais do País.

§ 1.º O imposto territorial, de que trata o item III, não incidirá sobre glebas rurais de área não excedente a vinte e cinco hectares, quando as cultive, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

§ 2.º É facultado ao Poder Executivo, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo dos impostos a que se referem os n.ºs I, II e VI, a fim de ajustá-los aos objetivos da política cambial e de comércio exterior, ou de política monetária.

§ 3.º A lei poderá destinar a receita dos impostos referidos nos itens II e VI à formação de reservas monetárias.

§ 4.º O imposto sobre produto industrializado será seletivo, em função da essencialidade dos produtos, e não-cumulativo, abatendo-se, em cada operação, o montante cobrado nas anteriores.

§ 5.º Os impostos a que se referem os n.ºs VIII, IX e X incidem, uma só vez, sobre uma dentre as operações ali previstas e excluem quaisquer outros tributos, sejam quais forem a sua natureza e competência, relativos às mesmas operações.

§ 6.º O disposto no parágrafo anterior não inclui, todavia, a incidência, dentro dos critérios e limites fixados em lei federal, do imposto sobre a circulação de mercadorias na operação de distribuição, ao consumidor final, dos lubrificantes e combustíveis líquidos utilizados por veículos rodoviários, e cuja receita seja aplicada exclusivamente em investimentos rodoviários.

Art. 23. Compete à União, na iminência ou no caso de guerra externa, instituir, temporariamente, impostos extraordinários compreendidos, ou não, na sua competência tributária, que serão

suprimidos gradativamente, cessadas as causas que determinaram a cobrança.

Art. 24. Compete aos Estados e ao Distrito Federal decretar impostos sobre :

I — transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza e acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como sobre direitos à aquisição de imóveis ;

II — operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos, na forma do art. 22, § 6º, realizadas por produtores, industriais e comerciantes.

§ 1º Pertence aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza que, de acordo com a lei federal, são obrigados a reter como fontes pagadoras de rendimentos do trabalho e dos títulos da sua dívida pública.

§ 2º O imposto a que se refere o nº I compete ao Estado da situação do imóvel ; ainda que a transmissão resulte de sucessão aberta no estrangeiro, sua alíquota não excederá dos limites fixados em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto na lei, e o seu montante será dedutível do imposto cobrado pela União sobre a renda auferida na transação.

§ 3º O imposto a que se refere o nº I não incide sobre a transmissão de bens incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica nem sobre a fusão, incorporação, extinção ou redução do capital de pessoas jurídicas, salvo se estas tiverem por atividade preponderante o comércio desses bens ou direitos, ou a locação de imóveis.

§ 4º A alíquota do imposto a que se refere o nº II será uniforme para todas as mercadorias nas operações internas e interestaduais, e não excederá, naquelas que se destinem a outro Estado e ao exterior, os limites fixados em resolução do Senado, nos termos do disposto em lei complementar.

§ 5º O imposto sobre circulação de mercadorias é não-cumulativo, abatendo-se, em cada operação, nos termos do disposto em lei, o montante cobrado nas anteriores, pelo mesmo ou outro Estado, e não incidirá sobre produtos industrializados e outros que a lei determinar, destinados ao exterior.

§ 6º Os Estados isentarão do imposto sobre circulação de mercadorias a venda a varejo, diretamente ao consumidor, dos gêneros de primeira necessidade que especificarem, não podendo estabelecer diferença em função dos que participam da operação tributada.

§ 7º Do produto da arrecadação do imposto a que se refere o item II, oitenta por cento constituirão receita dos Estados e vinte

por cento, dos Municípios. As parcelas pertencentes aos Municípios serão creditadas em contas especiais, abertas em estabelecimentos oficiais de crédito, na forma e nos prazos fixados em lei federal.

Art. 25. Compete aos Municípios decretar impostos sobre :

I — propriedade predial e territorial urbana ;

II — serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados, definidos em lei complementar.

§ 1º. Pertencem aos Municípios :

a) o produto da arrecadação do imposto a que se refere o art. 22, nº III, incidente sobre os imóveis situados em seu território;

b) o produto da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza que, de acordo com a lei federal, são obrigados a reter como fontes pagadoras de rendimentos do trabalho e dos títulos da sua dívida pública.

§ 2º As autoridades arrecadoras dos tributos a que se refere a letra a do parágrafo anterior farão entrega, aos Municípios, das importâncias recebidas que lhes pertencerem, à medida em que forem sendo arrecadadas, independentemente de ordem das autoridades superiores, em prazo não maior de trinta dias, a contar da data da arrecadação, sob pena de demissão.

Art. 26. Do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 22, nºs IV e V, oitenta por cento constituem receita da União e o restante distribuir-se-á, à razão de dez por cento, ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, e dez por cento, ao Fundo de Participação dos Municípios.

§ 1º A aplicação dos Fundos previstos neste artigo será regulada por lei, que cometerá ao Tribunal de Contas da União o cálculo das cotas estaduais e municipais, independentemente de autorização orçamentária ou de qualquer outra formalidade, efetuando-se a entrega mensalmente, por intermédio dos estabelecimentos oficiais de crédito.

§ 2º Do total recebido nos termos do parágrafo anterior, cada entidade participante destinará obrigatoriamente cinquenta por cento, pelo menos, ao seu orçamento de capital.

§ 3º Para efeito do cálculo da percentagem destinada aos Fundos de Participação, exclui-se a parcela do imposto de renda e proventos de qualquer natureza que, nos termos dos arts. 24, § 1º, e 25, § 1º, letra a, pertence aos Estados e Municípios.

Art. 27. Sem prejuízo do disposto no art. 25, os Estados e Municípios, que celebrarem com a União convênios destinados a

assegurar a coordenação dos respectivos programas de investimento e administração tributária, poderão participar de até dez por cento na arrecadação efetuada, nos respectivos territórios, proveniente dos impostos referidos no art. 22, nºs IV e V, excluído o incidente sobre fumo e bebidas.

Art. 28. A União distribuirá aos Estados, Distrito Federal e Municípios :

I — quarenta por cento da arrecadação do imposto a que se refere o art. 22, nº VIII ;

II — sessenta por cento da arrecadação do imposto a que se refere o art. 22, nº IX;

III — noventa por cento da arrecadação do imposto a que se refere o art. 22, nº X.

Parágrafo único. A distribuição será feita nos termos da lei federal, que poderá dispor sobre a forma e os fins de aplicação dos recursos distribuídos, obedecido o seguinte critério :

a) nos casos dos itens I e II, proporcional à superfície, população, produção e consumo, adicionando-se, quando couber, no tocante ao nº II, cota compensatória da área inundada pelos reservatórios;

b) no caso do item III, proporcional à produção.

CAPÍTULO VI

DO PODER LEGISLATIVO

Seção I — Disposições Gerais

Art. 29. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 30. A eleição para deputados e senadores far-se-á simultaneamente em todo o País.

Parágrafo único. São condições de elegibilidade para o Congresso Nacional :

I — ser brasileiro nato;

II — estar no exercício dos direitos políticos;

III — ser maior de vinte e um anos para a Câmara dos Deputados e de trinta e cinco para o Senado.

Art. 31. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital da União, de 1º de março a 30 de junho e de 1º de agosto a 30 de novembro.

§ 1º A convocação extraordinária do Congresso Nacional cabe a um terço dos membros de qualquer de suas Câmaras ou ao Presidente da República.

§ 2º A Câmara dos Deputados e o Senado, sob a direção da Mesa dêste, reunir-se-ão em sessão conjunta para :

- I — inaugurar a sessão legislativa;
- II — elaborar o regimento comum;
- III — receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;
- IV — deliberar sobre veto;
- V — atender aos demais casos previstos nesta Constituição.

§ 3º Cada uma das Câmaras reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas.

Art. 32. A cada uma das Câmaras compete dispor, em regimento interno, sobre sua organização, polícia, criação e provimento de cargos.

Parágrafo único. Na constituição das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos nacionais que participem da respectiva Câmara.

Art. 33. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

Art. 34. Os deputados e senadores são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Câmara.

§ 2º Se no prazo de noventa dias, a contar do recebimento, a respectiva Câmara não deliberar sobre o pedido de licença, será êste incluído automaticamente em Ordem do Dia e nesta permanecerá durante quinze sessões ordinárias consecutivas, tendo-se como concedida a licença se, nesse prazo, não ocorrer deliberação.

§ 3º No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de quarenta e oito horas, à Câmara respectiva, para que, por voto secreto, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação da culpa.

§ 4º A incorporação, às forças armadas, de deputados e senadores, ainda que militares, mesmo em tempo de guerra, depende de licença da sua Câmara, concedida por voto secreto.

§ 5º. As prerrogativas processuais dos senadores e deputados, arrolados como testemunhas, não subsistirão se deixarem êles de atender, sem justa causa, no prazo de trinta dias, ao convite judicial.

Art. 35. O subsídio, dividido em partes fixa e variável, e a ajuda de custo dos deputados e senadores serão iguais e estabelecidos no fim de cada legislatura para a subsequente.

Art. 36. Os deputados e senadores não poderão :

I — desde a expedição do diploma :

a) firmar ou manter contrato com pessoa de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado nas entidades referidas na letra anterior;

II — desde a posse :

a) ser proprietários ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo, função ou emprego, de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas na alínea a do nº I;

c) exercer outro cargo eletivo, seja federal, estadual ou municipal;

d) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea a do nº I.

Art. 37. Perde o mandato o deputado ou senador :

I — que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II — cujo procedimento fôr declarado incompatível com o decôro parlamentar;

III — que deixar de comparecer a mais de metade das sessões ordinárias da Câmara a que pertencer, em cada período de sessão legislativa, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela respectiva Casa ou outro motivo relevante previsto no Regimento Interno;

IV — que perder os direitos políticos.

§ 1º Nos casos dos itens I e II, a perda do mandato será declarada; em votação secreta, por dois terços da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, mediante provocação de qualquer de seus membros, da respectiva Mesa, ou de partido político.

§ 2º No caso do item III, a perda do mandato poderá verificar-se por provocação de qualquer dos membros da Câmara,

de partido político ou do primeiro suplente do partido, e será declarada pela Mesa da Câmara a que pertencer o representante, assegurada a este plena defesa.

§ 3.º Se ocorrer o caso do item IV, a perda será automática e declarada pela respectiva Mesa.

Art. 38. Não perde o mandato o deputado ou senador investido na função de Ministro de Estado, Interventor Federal, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital.

§ 1º No caso previsto neste artigo, no de licença por mais de quatro meses ou de vaga, será convocado o respectivo suplente; se não houver suplente, o fato será comunicado ao Tribunal Superior Eleitoral, se faltarem mais de nove meses para o término do mandato. O congressista licenciado nos termos deste parágrafo não poderá reassumir o exercício do mandato, antes de terminado o prazo da licença.

§ 2º Com licença de sua Câmara, poderá o deputado ou senador desempenhar missões temporárias de caráter diplomático ou cultural.

Art. 39. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, em conjunto ou separadamente, criarão comissões de inquérito sobre fato determinado e por prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros.

Art. 40. Os Ministros de Estado são obrigados a comparecer perante a Câmara dos Deputados e o Senado Federal ou qualquer de suas Comissões, quando uma ou outra Câmara os convocar para, pessoalmente, prestar informações acerca de assunto previamente determinado.

§ 1º A falta de comparecimento, sem justificação, importa em crime de responsabilidade.

§ 2º Os Ministros de Estado, a seu pedido, poderão comparecer perante as Comissões ou o Plenário de qualquer das Casas do Congresso Nacional e discutir projetos relacionados com o Ministério sob sua direção.

Seção II — Da Câmara dos Deputados

Art. 41. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos por voto direto e secreto, em cada Estado e Território.

§ 1º Cada legislatura durará quatro anos.

§ 2º O número de deputados será fixado em lei, em proporção que não exceda de um para cada trezentos mil habitantes,

até vinte e cinco deputados, e, além dêsse limite, um para cada milhão de habitantes.

§ 3º A fixação do número de deputados a que se refere o parágrafo anterior não poderá vigorar na mesma legislatura ou na seguinte.

§ 4º Será de sete o número mínimo de deputados por Estado.

§ 5º Cada Território terá um deputado.

§ 6º A representação de deputados por Estado não poderá ter o seu número reduzido.

Art. 42. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I — declarar, por dois terços dos seus membros, a procedência de acusação contra o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II — proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Seção III — Do Senado Federal

Art. 43. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, eleitos pelo voto direto e secreto, segundo o princípio majoritário.

§ 1º Cada Estado elegerá três senadores, com mandato de oito anos, renovando-se a representação, de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e por dois terços.

§ 2º Cada Senador será eleito com seu suplente.

Art. 44. Compete privativamente ao Senado Federal:

I — julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado, havendo conexão;

II — processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República, nos crimes de responsabilidade.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, funcionará como Presidente do Senado o do Supremo Tribunal Federal; somente por dois terços de votos poderá ser proferida a sentença condenatória, e a pena limitar-se-á à perda do cargo com inabilitação, por cinco anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo de ação da justiça ordinária.

Art. 45. Compete, ainda, privativamente, ao Senado:

I — aprovar, previamente, por voto secreto, a escolha de magistrados, quando exigido pela Constituição; do Procurador-Geral da República, dos Ministros do Tribunal de Contas, do Prefeito do Distrito Federal, dos Governadores dos Territórios, dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente quando determinado em lei, a de outros servidores;

II — autorizar empréstimos, operações ou acôrdos externos, de qualquer natureza, aos Estados, Distrito Federal e Municípios;

III — legislar sobre o Distrito Federal, na forma do art. 1.º § 1º, e, com o auxílio do respectivo Tribunal de Contas, nêle exercer as atribuições mencionadas no art. 71;

IV — suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou decreto, declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

V — expedir resoluções.

Seção IV — Das Atribuições do Poder Legislativo

Art. 46. Ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, cabe dispor, mediante lei, sobre todas as matérias de competência da União, especialmente:

I — os tributos, a arrecadação e distribuição de rendas;

II — o orçamento; a abertura e as operações de crédito; a dívida pública; as emissões de curso forçado;

III — planos e programas nacionais, regionais e orçamentos plurianuais;

IV — a criação e extinção de cargos públicos e fixação dos respectivos vencimentos;

V — a fixação das forças armadas para o tempo de paz;

VI — os limites do território nacional; o espaço aéreo; os bens do domínio da União;

VII — a transferência temporária da sede do Govêrno da União;

VIII — a concessão de anistia.

Art. 47. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I — resolver definitivamente sobre os tratados celebrados pelo Presidente da República;

II — autorizar o Presidente da República a declarar guerra e a fazer a paz; a permitir que forças estrangeiras transitem pelo

território nacional ou nêle permaneçam temporariamente, nos casos previstos em lei complementar;

III — autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País;

IV — aprovar, ou suspender, a intervenção federal ou o estado de sítio;

V — aprovar a incorporação ou desmembramento de áreas de Estados ou de Territórios;

VI — mudar temporariamente a sua sede;

VII — fixar, de uma para a outra legislatura, a ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, assim como os subsídios destes e os do Presidente e Vice-Presidente da República;

VIII — julgar as contas do Presidente da República.

Parágrafo único. O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional até quinze dias após sua assinatura, os tratados celebrados pelo Presidente da República.

Art. 48. A lei regulará o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo e da administração descentralizada.

Seção V — Do Processo Legislativo

Art. 49. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I — emendas à Constituição;
- II — leis complementares da Constituição;
- III — leis ordinárias;
- IV — leis delegadas;
- V — decretos-leis;
- VI — decretos legislativos;
- VII — resoluções.

Art. 50. A Constituição poderá ser emendada por proposta :

- I — de membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- II — do Presidente da República;
- III — de Assembleias Legislativas dos Estados.

§ 1º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a Federação ou a República.

§ 2º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio.

§ 3º A proposta, quando apresentada à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal, deverá ter a assinatura da quarta parte de seus membros.

§ 4º Será apresentada ao Senado Federal a proposta aceita por mais de metade das Assembléias Legislativas dos Estados, manifestando-se cada uma delas pela maioria dos seus membros.

Art. 51. Em qualquer dos casos do artigo 50, itens I, II e III, a proposta será discutida e votada em reunião do Congresso Nacional, dentro de sessenta dias a contar do seu recebimento ou apresentação, em duas sessões, e considerada aprovada quando obtiver em ambas as votações a maioria absoluta dos votos dos membros das duas Casas do Congresso.

Art. 52. A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Art. 53. As leis complementares da Constituição serão votadas por maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso Nacional, observados os demais termos da votação das leis ordinárias.

Art. 54. O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se assim o solicitar, deverão ser apreciados dentro de quarenta e cinco dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal.

§ 1º Esgotados esses prazos, sem deliberação, serão os projetos considerados como aprovados.

§ 2º A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de dez dias, findo o qual serão tidas como aprovadas.

§ 3º Se o Presidente da República julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça em quarenta dias em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

§ 4º Os prazos fixados neste artigo não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 5º O disposto neste artigo não é aplicável à tramitação dos projetos de codificação, ainda que de iniciativa do Presidente da República.

Art. 55. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, comissão do Congresso Nacional, ou de qualquer de suas Casas.

Parágrafo único. Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva do Congresso Nacional, bem assim os da competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e a legislação sobre:

I — a organização dos juízos e tribunais e as garantias da magistratura;

II — a nacionalidade, a cidadania, os direitos políticos, o direito eleitoral, o direito civil e o direito penal;

III — o sistema monetário e o de medidas.

Art. 56. No caso de delegação a comissão especial, regulada no regimento do Congresso Nacional, o projeto aprovado será enviado a sanção, salvo se, no prazo de dez dias da sua publicação, a maioria dos membros da Comissão ou um quinto da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal requerer a sua votação pelo Plenário.

Art. 57. A delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará o seu conteúdo e os termos para o seu exercício.

Parágrafo único. Se a resolução determinar a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 58. O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não resulte aumento de despesa, poderá expedir decretos com força de lei sobre as seguintes matérias:

I — segurança nacional;

II — finanças públicas.

Parágrafo único. Publicado o texto, que terá vigência imediata, o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberação, o texto será tido como aprovado.

Art. 59. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ao Presidente da República, e aos Tribunais Federais com jurisdição em todo o território nacional.

Parágrafo único. A discussão e votação dos projetos de iniciativa do Presidente da República começarão na Câmara dos Deputados, salvo o disposto no § 3º do art. 54.

Art. 60. É da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa das leis que:

I — disponham sobre matéria financeira;

II — criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública;

III — fixem ou modifiquem os efetivos das forças armadas;

IV — disponham sobre a administração do Distrito Federal e dos Territórios.

Parágrafo único. Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista:

a) nos projetos oriundos da competência exclusiva do Presidente da República;

b) naqueles relativos à organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos Tribunais Federais.

Art. 61. O projeto de lei aprovado por uma Câmara será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação.

§ 1º Se a Câmara revisora o aprovar, o projeto será enviado a sanção ou a promulgação; se o emendar, volverá à Casa iniciadora, para que aprecie a emenda; se o rejeitar, será arquivado.

§ 2º O projeto de lei, que receber parecer contrário quanto ao mérito, de todas as Comissões, será tido como rejeitado.

§ 3º As matérias constantes de projetos de lei, rejeitados ou não sancionados, somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Câmaras.

Art. 62. Nos casos do art. 46, a Câmara na qual se concluiu a votação enviará o projeto ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Presidente da República julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de dez dias úteis, contados daquele em que o receber, e comunicará dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal, os motivos do veto. Se a sanção for negada quando estiver finda a sessão legislativa, o Presidente da República publicará o veto. O veto parcial deve abranger o texto de artigo, parágrafo, inciso, item, número ou alínea.

§ 2º Decorrido o decêndio, o silêncio do Presidente da República importará em sanção.

§ 3º Comunicado o veto ao Presidente do Senado Federal, este convocará as duas Câmaras para, em sessão conjunta, dêle conhecerem, considerando-se aprovado o projeto que obtiver o voto de dois terços dos Deputados e Senadores presentes, em

escrutínio secreto. Neste caso, será o projeto enviado; para promulgação, ao Presidente da República.

§ 4º Se a lei não fôr promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos dos §§ 2º e 3º, o Presidente do Senado Federal a promulgará; e, se este não o fizer em igual prazo, fá-lo-á o Vice-Presidente do Senado Federal.

§ 5º Nos casos do art. 47, realizada a votação final, a lei será promulgada pelo Presidente do Senado Federal.

Seção VI — Do Orçamento

Art. 63. A despesa pública obedecerá à lei orçamentária anual, que não conterá dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão da receita. Não se incluem na proibição:

I — a autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação da receita;

II — a aplicação do saldo e o modo de cobrir o *deficit*, se houver.

Parágrafo único. As despesas de capital obedecerão ainda a orçamentos plurianuais de investimento, na forma prevista em lei complementar.

Art. 64. A lei federal disporá sobre o exercício financeiro, a elaboração e a organização dos orçamentos públicos.

§ 1º São vedados, nas leis orçamentárias ou na sua execução:

a) o estôrno de verbas;

b) a concessão de créditos ilimitados;

c) a abertura de crédito especial ou suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação da receita correspondente;

d) a realização, por qualquer dos Podêres, de despesas que excedam as verbas votadas pelo Legislativo, salvo as autorizadas em crédito extraordinário.

§ 2º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida em casos de necessidade imprevista, como guerra, subversão interna ou calamidade pública.

Art. 65. O orçamento anual dividir-se-á em corrente e de capital e compreenderá obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os Podêres, órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento.

§ 1º A inclusão, no orçamento anual, da despesa e receita dos órgãos da administração indireta será feita em dotações globais

e não lhes prejudicará a autonomia na gestão dos seus recursos, nos termos da legislação específica.

§ 2º A previsão da receita abrangerá tôdas as rendas e suprimentos de fundos, inclusive o produto de operações de crédito.

§ 3º Ressalvados os impostos únicos e as disposições desta Constituição e de leis complementares, nenhum tributo terá a sua arrecadação vinculada a determinado órgão, fundo ou despesa. A lei poderá, todavia, instituir tributos cuja arrecadação constitua receita do orçamento de capital, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 4º Nenhum projeto, programa, obra ou despesa, cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, poderá ter verba consignada no orçamento anual, nem ser iniciado ou contratado, sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimento, ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das verbas que anualmente constarão do orçamento, durante todo o prazo de sua execução.

§ 5º Os créditos especiais e extraordinários não poderão ter vigência além do exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização fôr promulgado nos últimos quatro meses do exercício financeiro, quando poderão vigor até o término do exercício subsequente.

§ 6º O orçamento consignará dotações plurianuais para a execução dos planos de valorização das regiões menos desenvolvidas do País.

Art. 66. O montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total das receitas estimadas para o mesmo período.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica :

a) nos limites e pelo prazo fixados em resolução do Senado Federal, por proposta do Presidente da República, em execução de política corretiva de recessão econômica ;

b) às despesas que, nos termos desta Constituição, podem correr à conta de créditos extraordinários.

§ 2º Juntamente com a proposta de orçamento anual ou de lei que crie ou aumente despesa, o Poder Executivo submeterá ao Poder Legislativo as modificações na legislação da receita, necessárias para que o total da despesa autorizada não exceda à prevista.

§ 3º Se no curso do exercício financeiro a execução orçamentária demonstrar a probabilidade de *deficit* superior a dez por cento do total da receita estimada, o Poder Executivo deverá propor ao Poder Legislativo as medidas necessárias para restabelecer o equilíbrio orçamentário.

§ 4º A despesa de pessoal da União, Estados ou Municípios não poderá exceder de cinquenta por cento das respectivas receitas correntes.

Art. 67. É da Competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

§ 1º Não serão objeto de deliberação emendas de que decorra aumento da despesa global ou de cada órgão, projeto ou programa, ou as que visem a modificar o seu montante, natureza e objetivo.

§ 2º Os projetos de lei referidos neste artigo somente sofrerão emendas nas comissões do Poder Legislativo. Será final o pronunciamento das comissões sobre emendas, salvo se um terço dos membros da Câmara respectiva pedir ao seu Presidente a votação em plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada nas comissões.

§ 3º Ao Poder Executivo será facultado enviar mensagem a qualquer das Casas do Legislativo, em que esteja tramitando o Projeto de Orçamento, propondo a sua retificação, desde que não esteja concluída a votação do subanexo a ser alterado.

Art. 68. O projeto de lei orçamentária anual será enviado pelo Presidente da República à Câmara dos Deputados até cinco meses antes do início do exercício financeiro seguinte; se, dentro do prazo de quatro meses, a contar de seu recebimento, o Poder Legislativo não o devolver para sanção, será promulgado como lei.

§ 1º A Câmara dos Deputados deverá concluir a votação do projeto de lei orçamentária dentro de sessenta dias. Findo esse prazo, se não concluída a votação, o projeto será imediatamente remetido ao Senado Federal, em sua redação primitiva e com as emendas aprovadas.

§ 2º O Senado Federal se pronunciará sobre o projeto de lei orçamentária dentro de trinta dias. Findo esse prazo, não concluída a revisão, voltará o projeto à Câmara dos Deputados com as emendas aprovadas e, se não as houver, irá à sanção.

§ 3º Dentro do prazo de vinte dias, a Câmara dos Deputados deliberará sobre as emendas oferecidas pelo Senado Federal. Findo esse prazo, sem deliberação, as emendas serão tidas como aprovadas e o projeto enviado à sanção.

§ 4º Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrarie o disposto nesta Seção, as demais regras constitucionais da elaboração legislativa.

Art. 69. As operações de crédito para antecipação da receita autorizada no orçamento anual não poderão exceder à quarta parte da receita total estimada para o exercício financeiro, e serão obrigatoriamente liquidadas até trinta dias depois do encerramento dèste.

§ 1º A lei que autorizar operação de crédito, a ser liquidada em exercício financeiro subsequente, fixará desde logo as dotações a serem incluídas no orçamento anual, para os respectivos serviços de juros, amortização e resgate.

§ 2º Por proposta do Presidente da República, o Senado Federal, mediante resolução, poderá :

a) fixar limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados e Municípios ;

b) estabelecer e alterar limites de prazos, mínimo e máximo, taxas de juros e demais condições das obrigações emitidas pelos Estados e Municípios ;

c) proibir ou limitar temporariamente a emissão e o lançamento de obrigações, de qualquer natureza, dos Estados e Municípios.

Art. 70. O numerário correspondente às dotações constantes dos subanexos orçamentários da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos Tribunais Federais com jurisdição em todo o território nacional será entregue no início de cada trimestre, em cotas correspondentes a três duodécimos.

Parágrafo único. Os créditos adicionais autorizados por lei, em favor dos órgãos aludidos neste artigo, terão o mesmo processamento, devendo a entrega do numerário efetivar-se, no máximo, quinze dias após a sanção ou promulgação.

Seção VII — Da Fiscalização Financeira e Orçamentária

Art. 71. A fiscalização financeira e orçamentária da União será exercida pelo Congresso Nacional através de contróle externo, e dos sistemas de contróle interno do Poder Executivo, instituídos por lei.

§ 1.º O contróle externo do Congresso Nacional será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas e compreenderá a apreciação das contas do Presidente da República, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, e o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2.º O Tribunal de Contas dará parecer prévio, em sessenta dias, sobre as contas que o Presidente da República prestar anual-

mente. Não sendo estas enviadas dentro do prazo, o fato será comunicado ao Congresso Nacional, para os fins de direito, devendo o Tribunal, em qualquer caso, apresentar minucioso relatório do exercício financeiro encerrado.

§ 3.º A auditoria financeira e orçamentária será exercida sobre as contas das unidades administrativas dos três Podêres da União, que, para êsse fim, deverão remeter demonstrações contábeis ao Tribunal de Contas, a quem caberá realizar as inspeções que considerar necessárias.

§ 4.º O julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis será baseado em levantamentos contábeis, certificados de auditoria e pronunciamentos das autoridades administrativas, sem prejuízo das inspeções referidas no parágrafo anterior.

§ 5.º As normas de fiscalização financeira e orçamentária estabelecidas nesta seção aplicam-se às autarquias.

Art. 72. O Poder Executivo manterá sistema de controle interno, visando a:

I — criar condições indispensáveis para eficácia do controle externo e para assegurar regularidade à realização da receita e da despesa;

II — acompanhar a execução de programas de trabalho e do orçamento;

III — avaliar os resultados alcançados pelos administradores e verificar a execução dos contratos.

Art. 73. O Tribunal de Contas tem sede na Capital da União e jurisdição em todo o território nacional.

§ 1.º O Tribunal exercerá, no que couber, as atribuições previstas no art. 110, e terá quadro próprio para o seu pessoal.

§ 2.º A lei disporá sobre a organização do Tribunal podendo dividi-lo em Câmaras e criar delegações ou órgãos destinados a auxiliá-lo no exercício das suas funções e na descentralização dos seus trabalhos.

§ 3.º Os Ministros do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros, maiores de trinta e cinco anos, de idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública, e terão as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos.

§ 4.º No exercício de suas atribuições de controle da administração financeira e orçamentária, o Tribunal representará ao

Poder Executivo e ao Congresso Nacional sobre irregularidades e abusos por êle verificados.

§ 5.º O Tribunal de Contas, de officio ou mediante provocação do Ministério Público ou das Auditorias Financeiras e Orçamentárias e demais órgãos auxiliares, se verificar a ilegalidade de qualquer despesa, inclusive as decorrentes de contratos, aposentadorias, reformas e pensões, deverá:

a) assinar prazo razoável para que o órgão da administração pública adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;

b) no caso do não atendimento, sustar a execução do ato, exceto em relação aos contratos;

c) na hipótese de contrato, solicitar ao Congresso Nacional que determine a medida prevista na alínea anterior, ou outras que julgar necessárias ao resguardo dos objetivos legais.

§ 6.º O Congresso Nacional deliberará sobre a solicitação de que cõgita a alínea c do parágrafo anterior, no prazo de trinta dias, findo o qual, sem pronunciamento do Poder Legislativo, será considerada insubsistente a impugnação.

§ 7.º O Presidente da República poderá ordenar a execução do ato a que se refere a alínea b do § 5.º, *ad referendum* do Congresso Nacional.

§ 8.º O Tribunal de Contas julgará da legalidade das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões, independentemente de sua decisão as melhorias posteriores.

CAPÍTULO VII

DO PODER EXECUTIVO

Seção I — Do Presidente e do Vice-Presidente da República

Art. 74. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 75. São condições de elegibilidade para Presidente e Vice-Presidente:

- I — ser brasileiro nato;
- II — estar no exercício dos direitos políticos;
- III — ser maior de trinta e cinco anos.

Art. 76. O Presidente será eleito pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal.

§ 1.º O colégio eleitoral será composto dos membros do Congresso Nacional e de delegados indicados pelas Assembléias Legislativas dos Estados.

§ 2º Cada Assembléia indicará três delegados e mais um por quinhentos mil eleitores inscritos no Estado, não podendo nenhuma representação ter menós de quatro delegados.

§ 3º A composição e o funcionamento do colégio eleitoral serão regulados em lei complementar.

Art. 77. O colégio eleitoral reunir-se-á na sede do Congresso Nacional, a 15 de janeiro do ano em que se findar o mandato presidencial.

§ 1º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta de votos do colégio eleitoral.

§ 2º Se não fôr obtida maioria absoluta na primeira votação, repetir-se-ão os escrutínios, e a eleição dar-se-á, no terceiro, por maioria simples.

§ 3º O mandato do Presidente da República é de quatro anos.

Art. 78. O Presidente tomará posse em sessão do Congresso Nacional e, se êste não estiver reunido, perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 1º O Presidente prestará o seguinte compromisso:

"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil."

§ 2º Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou Vice-Presidente, salvo por motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, êste será declarado vago pelo Congresso Nacional.

Art. 79. Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e succede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente.

§ 1º O Vice-Presidente considerar-se-á eleito com o Presidente registrado conjuntamente e para igual mandato, observadas as mesmas normas para a eleição e a posse, no que couber.

§ 2º O Vice-Presidente exercerá as funções de Presidente do Congresso Nacional, tendo sòmente voto de qualidade, além de outras atribuições que lhe forem conferidas em lei complementar.

Art. 80. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessiva-

mente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Art. 81. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente, far-se-á eleição trinta dias depois de aberta a última vaga, e os eleitos completarão os períodos de seus antecessores.

Art. 82. O Presidente e o Vice-Presidente não poderão ausentar-se do País sem licença do Congresso Nacional, sob pena de perda do cargo.

Seção II — Das Atribuições do Presidente da República

Art. 83. Compete privativamente ao Presidente:

I — a iniciativa do processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

II — sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;

III — vetar projetos de lei;

IV — nomear e exonerar os Ministros de Estado, o Prefeito do Distrito Federal e os Governadores dos Territórios;

V — aprovar a nomeação dos Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional (art. 16, § 1º, letra b);

VI — prover os cargos públicos federais, na forma desta Constituição e das leis;

VII — manter relações com Estados estrangeiros;

VIII — celebrar tratados, convenções e atos internacionais, *ad referendum* do Congresso Nacional;

IX — declarar guerra, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou, sem esta autorização, no caso de agressão estrangeira verificada no intervalo das sessões legislativas;

X — fazer a paz, com autorização ou *ad referendum* do Congresso Nacional;

XI — permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

XII — exercer o comando supremo das forças armadas;

XIII — decretar a mobilização nacional total ou parcialmente;

XIV — decretar o estado de sítio;

XV — decretar e executar a intervenção federal;

XVI — autorizar brasileiros a aceitar pensão, emprêgo ou comissão de governo estrangeiro;

XVII — enviar proposta de orçamento à Câmara dos Deputados;

XVIII — prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao ano anterior;

XIX — remeter mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XX — conceder indulto e comutar penas, com audiência dos órgãos instituídos em lei.

Parágrafo único. A lei poderá autorizar o Presidente a delegar aos Ministros de Estado, em certos casos, as atribuições mencionadas nos itens VI, XVI e XX.

Seção III — Da Responsabilidade do Presidente da República

Art. 84. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente:

I — a existência da União;

II — o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos Podêres constitucionais dos Estados;

III — o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV — a segurança interna do País;

V — a probidade na administração;

VI — a lei orçamentária;

VII — o cumprimento das decisões judiciárias e das leis.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

Art. 85. O Presidente, depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação pelo voto de dois terços de seus membros, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns, ou, perante o Senado Federal, nos de responsabilidade.

§ 1º Declarada procedente a acusação, o Presidente ficará suspenso de suas funções.

§ 2º Decorrido o prazo de sessenta dias, se o julgamento não estiver concluído, o processo será arquivado.

Seção IV — Dos Ministros de Estado

Art. 86. Os Ministros de Estado são auxiliares do Presidente da República, escolhidos dentre brasileiros natos, maiores de vinte e cinco anos, no gozo dos direitos políticos.

Art. 87. Além das atribuições que a Constituição e as leis estabelecerem, compete aos Ministros:

- I — referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente;
- II — expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;
- III — apresentar ao Presidente da República relatório anual dos serviços realizados no Ministério;
- IV — comparecer à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, nos casos e para os fins previstos nesta Constituição.

Art. 88. Os Ministros de Estado, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, serão processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal e, nos conexos com os do Presidente da República, pelos órgãos competentes para o processo e julgamento deste.

Parágrafo único. São crimes de responsabilidade do Ministro de Estado os referidos no art. 84 e o não comparecimento à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, quando regularmente convocados.

Seção V — Da Segurança Nacional

Art. 89. Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art. 90. O Conselho de Segurança Nacional destina-se a assessorar o Presidente da República na formulação e na conduta da segurança nacional.

§ 1º O Conselho compõe-se do Presidente e do Vice-Presidente da República e de todos os Ministros de Estado.

§ 2º A lei regulará a organização, competência e o funcionamento do Conselho e poderá admitir outros membros natos ou eventuais.

Art. 91. Compete ao Conselho de Segurança Nacional:

- I — o estudo dos problemas relativos à segurança nacional, com a cooperação dos órgãos de informação e dos incumbidos de preparar a mobilização nacional e as operações militares;

II — nas áreas indispensáveis à segurança nacional, dar assentimento prévio para:

a) concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação;

b) construção de pontes e estradas internacionais e campos de pouso;

c) estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional;

III — modificar ou cassar as concessões ou autorizações referidas no item anterior.

Parágrafo único. A lei especificará as áreas indispensáveis à segurança nacional, regulará sua utilização e assegurará, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros.

Seção VI — Das Forças Armadas

Art. 92. As forças armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

§ 1º Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os Podêres constituídos, a lei e a ordem.

§ 2º Cabe ao Presidente da República a direção da guerra e a escolha dos comandantes-chefes.

Art. 93. Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à segurança nacional, nos termos e sob as penas da lei.

Parágrafo único. As mulheres e os eclesiásticos, bem como aqueles que forem dispensados, ficam isentos do serviço militar, mas a lei poderá atribuir-lhes outros encargos.

Art. 94. As patentes, com as vantagens, prerrogativas e deveres a elas inerentes, são garantidas em toda a plenitude, assim aos oficiais da ativa e da reserva, como aos reformados.

§ 1º Os títulos, postos e uniformes militares são privativos do militar da ativa ou da reserva e do reformado.

§ 2º O oficial das forças armadas somente perderá o posto e a patente por sentença condenatória, passada em julgado, restritiva da liberdade individual por mais de dois anos; ou nos casos previstos em lei, se declarado indigno do oficialato, ou com êle

incompatível, por decisão do tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou do tribunal especial, em tempo de guerra.

§ 3º O militar da ativa que aceitar cargo público permanente, estranho à sua carreira, será transferido para a reserva, com os direitos e deveres definidos em lei.

§ 4º O militar da ativa que aceitar qualquer cargo público civil temporário, não eletivo, assim como em autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá ser promovido por antigüidade, enquanto permanecer nessa situação, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção, transferência para a reserva ou reforma. Depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, será transferido, na forma da lei, para a reserva, ou reformado.

§ 5º Enquanto perceber remuneração do cargo temporário, assim como de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, não terá direito o militar da ativa aos vencimentos e vantagens do seu posto, assegurada a opção.

§ 6º Aplica-se aos militares o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 101, bem como aos da reserva e reformados ainda o previsto no § 3º, do art. 97.

§ 7º A lei estabelecerá os limites de idade e outras condições para a transferência dos militares à inatividade.

§ 8º A carreira de oficial da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar é privativa dos brasileiros natos.

Seção VII — Dos Funcionários Públicos

Art. 95. Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, preenchidos os requisitos que a lei estabelecer.

§ 1º A nomeação para cargo público exige aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 2º Prescinde de concurso a nomeação para cargos em comissão, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração.

§ 3º Serão providos somente por brasileiros natos os cargos da carreira de diplomata, os de embaixador e outros previstos nesta Constituição.

Art. 96. Não se admitirá vinculação ou equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público.

Art. 97. É vedada a acumulação remunerada, exceto:

I — a de juiz e um cargo de professor;

II — a de dois cargos de professor;

III — a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

IV — a de dois cargos privativos de médico.

§ 1º Em qualquer dos casos, a acumulação somente é permitida quando haja correlação de matérias e compatibilidade de horários.

§ 2º A proibição de acumular se estende a cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ 3º A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

Art. 98. São vitalícios os magistrados e os Ministros do Tribunal de Contas.

Art. 99. São estáveis, após dois anos, os funcionários, quando nomeados por concurso.

§ 1º Ninguém pode ser efetivado ou adquirir estabilidade, como funcionário, se não prestar concurso público.

§ 2º Extinto o cargo, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada, com vencimentos integrais, até o seu obrigatório aproveitamento em cargo equivalente.

Art. 100. O funcionário será aposentado:

I — por invalidez;

II — compulsoriamente, aos setenta anos de idade;

III — voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço.

§ 1º No caso do nº III, o prazo é reduzido a trinta anos, para as mulheres.

§ 2º Atendendo a natureza especial do serviço, a lei federal poderá reduzir os limites de idade e de tempo de serviço, nunca inferiores a sessenta e cinco e vinte e cinco anos, respectivamente, para a aposentadoria compulsória e a facultativa, com as vantagens do item I, do art. 101.

Art. 101. Os proventos da aposentadoria serão:

I — integrais, quando o funcionário:

a) contar trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino; ou trinta anos de serviço, se do feminino;

b) invalidar-se por acidente ocorrido em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II — proporcionais ao tempo de serviço, quando o funcionário contar menos de trinta e cinco anos de serviço.

§ 1º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§ 2º Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

§ 3º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, em caso nenhum os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade.

Art. 102. Enquanto durar o mandato, o funcionário público ficará afastado do exercício do cargo e só por antiguidade poderá ser promovido, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para essa promoção e para aposentadoria.

§ 1º Os impedimentos constantes dêste artigo somente vigorarão quando os mandatos eletivos forem federais ou estaduais.

§ 2º A lei poderá estabelecer outros impedimentos para o funcionário candidato, diplomado ou em exercício de mandato eletivo.

Art. 103. A demissão somente será aplicada ao funcionário:

I — vitalício, em virtude de sentença judiciária;

II — estável, na hipótese do número anterior, ou mediante processo administrativo, em que se lhe tenha assegurado ampla defesa.

Parágrafo único. Invalidada por sentença a demissão de funcionário, será êle reintegrado e quem lhe ocupava o lugar será exonerado, ou, se ocupava outro cargo, a êste será reconduzido, sem direito a indenização.

Art. 104. Aplica-se a legislação trabalhista aos servidores admitidos temporariamente para obras, ou contratados para funções de natureza técnica ou especializada.

Art. 105. As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que os seus funcionários, nessa qualidade, causam a terceiros.

Parágrafo único. Caberá ação regressiva contra o funcionário responsável, nos casos de culpa ou dolo.

Art. 106. Aplica-se aos funcionários dos Poderes Legislativo e Judiciário, assim como aos dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, o disposto nesta Seção, inclusive,

no que couber, os sistemas de classificação e níveis de vencimentos dos cargos do serviço civil do respectivo Poder Executivo, ficando-lhes, outrossim, vedada a vinculação ou equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

§ 1º Os Tribunais federais e estaduais, assim como o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, as Assembléias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais sòmente poderão admitir servidores, mediante concurso público de provas, ou provas e títulos, após a criação dos cargos respectivos, através de lei ou resolução aprovadas pela maioria absoluta dos membros das casas legislativas competentes.

§ 2º As leis ou resoluções a que se refere o parágrafo anterior serão votadas em dois turnos, com intervalo mínimo de quarenta e oito horas entre êles.

§ 3º Sòmente serão admitidas emendas, que aumentem de qualquer forma as despesas ou o número de cargos previstos, em projeto de lei ou resolução, que obtenham a assinatura de um terço, no mínimo, dos membros de qualquer das Casas legislativas.

CAPÍTULO VIII

DO PODER JUDICIÁRIO

Seção I — Disposições Preliminares

Art. 107. O Poder Judiciário da União é exercido pelos seguintes órgãos:

- I — Supremo Tribunal Federal;
- II — Tribunais Federais de Recursos e juizes federais;
- III — Tribunais e juizes militares;
- IV — Tribunais e juizes eleitorais;
- V — Tribunais e juizes do trabalho.

Art. 108. Salvo as restrições expressas nesta Constituição, gozarão os juizes das garantias seguintes:

I — vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judiciária;

II — inamovibilidade, exceto por motivo de interêsse público, na forma do § 2º;

III — irredutibilidade de vencimentos, sujeitos, entretanto, aos impostos gerais.

§ 1º A aposentadoria será compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta anos de serviço público, em todos esses casos com os vencimentos integrais.

§ 2º O Tribunal competente poderá, por motivo de interesse público, em escrutínio secreto, pelo voto de dois terços de seus juizes efetivos, determinar a remoção ou a disponibilidade do juiz de categoria inferior, assegurando-lhe defesa. Os tribunais poderão proceder da mesma forma, em relação a seus juizes.

Art. 109. É vedado ao juiz, sob pena de perda do cargo judiciário:

I — exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo um cargo de magistério e nos casos previstos nesta Constituição;

II — receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, percentagens nos processos sujeitos a seu despacho e julgamento;

III — exercer atividade político-partidária.

Art. 110. Compete aos Tribunais:

I — eleger seus Presidentes e demais órgãos de direção;

II — elaborar seus regimentos internos e organizar os serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei; propor (art. 59) ao Poder Legislativo a criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;

III — conceder licença e férias, nos termos da lei, aos seus membros e aos juizes e serventuários que lhes forem imediatamente subordinados.

Art. 111. Sômente pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderão os Tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público.

Art. 112. Os pagamentos devidos pela Fazenda federal, estadual ou municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extra-orçamentários abertos para esse fim.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento dos seus débitos constantes de precatórios judiciários, apresentados até primeiro de julho.

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente. Cabe ao Presidente do Tri-

bunal, que proferiu a decisão exequiênda determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor preterido no seu direito de precedência, e depois de ouvido o chefe do Ministério Público, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

Seção II — Do Supremo Tribunal Federal

Art. 113. O Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da União e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de dezesseis Ministros.

§ 1º Os Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros, natos, maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º Os Ministros serão, nos crimes de responsabilidade, processados e julgados pelo Senado Federal.

Art. 114. Compete ao Supremo Tribunal Federal:

I — processar e julgar originariamente:

a) nos crimes comuns, o Presidente da República, os seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

b) nos crimes comuns e de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no final do art. 88, os Juizes Federais, os Juizes do Trabalho e os Membros dos Tribunais Superiores da União, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, os Ministros dos Tribunais de Contas, da União, dos Estados e do Distrito Federal, e os Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente;

c) os litígios entre Estados estrangeiros ou organismos internacionais e a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

d) as causas e conflitos entre a União e os Estados, ou Territórios, ou entre uns e outros;

e) os conflitos de jurisdição entre juizes ou tribunais federais de categorias diversas; entre quaisquer juizes ou tribunais federais e os dos Estados; entre os juizes federais subordinados a tribunais diferentes; entre juizes ou tribunais de Estados diversos, inclusive os do Distrito Federal e Territórios;

f) os conflitos de atribuições entre autoridade administrativa e judiciária da União ou entre autoridade judiciária de um Estado e a administrativa de outro, ou do Distrito Federal e dos Territórios, ou entre estes e as da União;

g) a extradição requisitada por Estado estrangeiro e a homologação das sentenças estrangeiras;

h) o *habeas corpus*, quando o coator ou paciente fôr tribunal, funcionário ou autoridade, cujos atos estejam diretamente sujeitos à jurisdição do Supremo Tribunal Federal ou se tratar de crime sujeito a essa mesma jurisdição em única instância, bem como se houver perigo de se consumar a violência antes que outro juiz ou tribunal possa conhecer do pedido;

i) os mandados de segurança contra ato do Presidente da República, das Mesas da Câmara e do Senado, do Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União;

j) a declaração de suspensão de direitos políticos, na forma do art. 151;

l) a representação do Procurador-Geral da República, por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;

m) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

n) a execução das sentenças, nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atos processuais;

II — julgar em recurso ordinário:

a) os mandados de segurança e os *habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos tribunais locais ou federais, quando denegatória a decisão;

b) as causas em que forem parte um Estado estrangeiro e pessoa domiciliada ou residente no país;

c) os casos previstos no art. 122, § § 1º e 2º;

III — julgar mediante recurso extraordinário as causas decididas em única ou última instância por outros tribunais ou juizes, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição ou negar vigência de tratado ou lei federal;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição ou de lei federal;

d) der à lei interpretação divergente da que lhe haja dado outro tribunal ou o próprio Supremo Tribunal Federal.

Art. 115. O Supremo Tribunal Federal funcionará em plenário ou dividido em turmas.

Parágrafo único. O regimento interno estabelecerá:

a) a competência do plenário além dos casos previstos no art. 114, nº I, letras a, b, c, d, i, j e l, que lhe são privativos;

b) a composição e a competência das turmas;

c) o processo e o julgamento dos feitos de sua competência originária ou de recurso;

d) a competência de seu Presidente para conceder *exequatur* a cartas rogatórias de tribunais estrangeiros.

Seção III — Dos Tribunais Federais de Recursos

Art. 116. O Tribunal Federal de Recursos compõe-se de treze Ministros vitalícios nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo oito entre Magistrados e cinco entre advogados e membros do Ministério Público, todos com os requisitos do art. 113, § 1º.

§ 1º A Lei Complementar poderá criar mais dois Tribunais Federais de Recursos, um no Estado de Pernambuco e outro no Estado de São Paulo, fixando-lhes a jurisdição e menor número de Ministros, cuja escolha se fará com o mesmo critério mencionado neste artigo.

§ 2º É privativo do Tribunal Federal de Recursos, com sede na Capital da União, o julgamento de mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado.

§ 3º Os Tribunais Federais de Recursos funcionarão em plenário ou em turmas.

Art. 117. Compete aos Tribunais Federais de Recursos;

I — processar e julgar originariamente:

a) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

b) os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado, do Presidente do próprio Tribunal, ou de suas turmas, do responsável pela direção geral da polícia federal, ou de juiz federal;

c) os *habeas corpus*, quando a autoridade coatora fôr Ministro de Estado, ou responsável pela direção geral da polícia federal, ou juiz federal;

d) os conflitos de jurisdição entre juizes federais subordinados ao mesmo tribunal ou entre suas turmas;

II — julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juizes federais.

Parágrafo único. A lei poderá estabelecer a competência originária dos Tribunais Federais de Recursos para a anulação de atos administrativos de natureza tributária.

Seção IV — Dos Juizes Federais

Art. 118. Os juizes federais serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, maiores de trinta anos, de cultura e idoneidade moral, mediante concurso de títulos e provas, organizado pelo Tribunal Federal de Recursos, conforme a respectiva jurisdição.

§ 1º Cada Estado ou Território, assim como o Distrito Federal, constituirá uma seção judiciária, que terá por sede a respectiva Capital. Lei complementar poderá criar novas seções.

§ 2º A lei fixará o número de juizes de cada seção e regulará o provimento dos cargos de juizes substitutos, serventuários e funcionários da Justiça.

Art. 119. Aos juizes federais compete processar e julgar, em primeira instância:

I — as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal fôr interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral, à Militar ou a do Trabalho, conforme determinação legal;

II — as causas entre Estado estrangeiro, ou organismo internacional, e pessoa domiciliada ou residente no Brasil;

III — as causas fundadas em tratado ou em contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV — os crimes políticos e os praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V — os crimes previstos em tratado ou convenção internacional e os cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

VI — os crimes contra a organização do trabalho, ou decorrentes de greve;

VII — os *habeas corpus* em matéria criminal de sua competência, ou quando o constrangimento provier de autoridade, cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII — os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal ou dos Tribunais Federais de Recursos;

IX — as questões de direito marítimo e de navegação, inclusive a aérea;

X — os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução das cartas rogatórias, após o *exequatur*, e das sentenças estrangeiras, após a homologação; as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização.

§ 1º As causas em que a União fôr autora serão aforadas na Capital do Estado ou Território em que tiver domicílio a outra parte. As intentadas contra a União poderão ser aforadas na Capital do Estado ou Território em que fôr domiciliado o autor; na Capital do Estado em que se verificou o ato ou fato que deu origem à demanda ou esteja situada a coisa; ou ainda no Distrito Federal.

§ 2º As causas propostas perante outros juizes, se a União nelas intervir, como assistente ou opoente, passarão a ser da competência do juiz federal respectivo.

§ 3º A lei poderá permitir que a ação fiscal seja proposta noutro fôro, e atribuir ao Ministério Público estadual a representação judicial da União.

Seção V — Dos Tribunais e Juizes Militares

Art. 120. São órgãos da Justiça Militar o Superior Tribunal Militar e os Tribunais e juizes inferiores instituídos por lei.

Art. 121. O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo três entre oficiais-generais da ativa da Marinha de Guerra, quatro entre oficiais-generais da ativa do Exército, três entre oficiais-generais da ativa da Aeronáutica Militar e cinco entre civis.

§ 1º Os Ministros civis serão brasileiros natos, maiores de trinta e cinco anos, livremente escolhidos pelo Presidente da República, sendo:

a) três de notório saber jurídico e idoneidade moral, com prática forense de mais de dez anos;

b) dois auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar, de comprovado saber jurídico.

§ 2º Os juizes militares e togados do Superior Tribunal Militar terão vencimentos iguais aos dos Ministros dos Tribunais Federais de Recursos.

Art. 122. A Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são assemelhadas.

§ 1º Esse fôro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares, com recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Compete originariamente ao Superior Tribunal Militar processar e julgar os Governadores de Estado e seus Secretários, nos crimes referidos no § 1º.

§ 3º A lei regulará a aplicação das penas da legislação militar em tempo de guerra.

Seção VI — Dos Tribunais e Juizes Eleitorais

Art. 123. Os órgãos da Justiça Eleitoral são os seguintes:

- I — Tribunal Superior Eleitoral;
- II — Tribunais Regionais Eleitorais;
- III — Juizes Eleitorais;
- IV — Juntas Eleitorais.

Parágrafo único. Os juizes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente, no mínimo, por dois anos, e nunca por mais de dois biênios consecutivos; os substitutos serão escolhidos, na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

Art. 124. O Tribunal Superior Eleitoral, com sede na Capital da União, compor-se-á:

- I — mediante eleição, pelo voto secreto:
 - a) de dois juizes, entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal;
 - b) de dois juizes, entre os membros do Tribunal Federal de Recursos da Capital da União;
 - c) de um juiz, entre os desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

II — por nomeação do Presidente da República, de dois entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá Presidente um dos dois Ministros do Supremo Tribunal Federal, cabendo ao outro a Vice-Presidência.

Art. 125. Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal.

Art. 126. Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

I — mediante eleição, pelo voto secreto:

a) de dois juizes, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;

b) de dois juizes, dentre juizes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;

II — de juiz federal e, havendo mais de um, do que fôr escolhido pelo Tribunal Federal de Recursos;

III — por nomeação do Presidente da República, de dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

§ 1º O Tribunal Regional Eleitoral elegerá Presidente um dos dois desembargadores do Tribunal de Justiça, cabendo ao outro a Vice-Presidência.

§ 2º O número dos juizes dos Tribunais Regionais Eleitorais é irredutível, mas poderá ser elevado, por lei, mediante proposta do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 127. A lei disporá sobre a organização das juntas eleitorais que serão presididas por juiz de direito e nomeados seus membros pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, depois de aprovação dêste.

Art. 128. Compete aos juizes de direito exercer as funções plenas de juizes eleitorais, podendo eles outorgar a outros juizes funções não decisórias.

Art. 129. Os juizes e membros dos tribunais e juntas eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes fôr applicável, gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis.

Art. 130. A lei estabelecerá a competência dos juizes e Tribunais Eleitorais, incluindo-se entre as suas atribuições:

I — o registro e a cassação de registro dos partidos políticos, assim como a fiscalização das suas finanças;

II — a divisão eleitoral do país;

III — o alistamento eleitoral;

IV — a fixação das datas das eleições, quando não determinada por disposição constitucional ou legal;

V — o processamento e apuração das eleições, e a expedição dos diplomas;

VI — a decisão das arguições de inelegibilidade;

VII — o processo e julgamento dos crimes eleitorais e os conexos, e bem assim o de *habeas corpus* e mandado de segurança em matéria eleitoral;

VIII — o julgamento de reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos.

Art. 131. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais sòmente caberá recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, quando:

I — proferidas contra expressa disposição de lei;

II — ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais;

III — versarem a inelegibilidade, ou expedição de diploma nas eleições federais e estaduais;

IV — denegarem *habeas corpus* ou mandado de segurança.

Art. 132. São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariem esta Constituição, as denegatórias de *habeas corpus* e mandado de segurança, das quais caberá recurso para o Supremo Tribunal Federal.

Seção VII — Dos Juízos e Tribunais do Trabalho

Art. 133. Os órgãos da Justiça do Trabalho são os seguintes:

I — Tribunal Superior do Trabalho;

II — Tribunais Regionais do Trabalho;

III — Juntas de Conciliação e Julgamento.

§ 1º O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de dezesete juízes com a denominação de ministros, sendo:

a) onze togados e vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal: sete entre magistrados da Justiça do Trabalho, dois entre advogados no efetivo exercício da profissão; e dois entre membros do Ministério Público da Justiça do Trabalho, todos com os requisitos do art. 113, § 1º;

b) seis classistas e temporários, em representação paritária dos empregadores e dos trabalhadores, nomeados pelo Presidente da República, de conformidade com o que a lei dispuser.

§ 2º A lei fixará o número dos Tribunais Regionais do Trabalho e respectivas sedes e instituirá as Juntas de Conciliação e Julgamento, podendo, nas comarcas onde elas não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos Juízes de Direito.

§ 3º Poderão ser criados por lei outros órgãos da Justiça do Trabalho.

§ 4º A lei, observado o disposto no § 1º, disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho, assegurada a paridade de representação de empregadores e trabalhadores.

§ 5º Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de dois terços de juizes togados vitalícios e um terço de juizes classistas temporários, assegurada, entre os juizes togados, a participação de advogados e membros do Ministério Público da Justiça do Trabalho, nas proporções estabelecidas na alínea a do § 1º.

Art. 134. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores e as demais controvérsias oriundas de relações de trabalho regidas por lei especial.

§ 1º A lei especificará as hipóteses em que as decisões, nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições de trabalho.

§ 2º Os dissídios relativos a acidentes do trabalho são da competência da Justiça ordinária.

Art. 135. As decisões do Tribunal Superior do Trabalho são irrecuráveis, salvo se contrariarem esta Constituição, caso em que caberá recurso para o Supremo Tribunal Federal.

Seção VIII — Da Justiça dos Estados

Art. 136. Os Estados organizarão a sua justiça, observados os arts. 108 a 112 desta Constituição e os dispositivos seguintes:

I — o ingresso na magistratura de carreira dar-se-á mediante concurso de provas e de títulos, realizado pelo Tribunal de Justiça, com participação do Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil; a indicação dos candidatos far-se-á, sempre que possível, em lista triplíce;

II — a promoção de juizes far-se-á de entrância a entrância, por antiguidade e por merecimento alternadamente, observado o seguinte:

a) a antiguidade apurar-se-á na entrância, assim como o merecimento, mediante lista triplíce, quando praticável;

b) no caso de antiguidade, o Tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, repetindo-se a votação até se fixar a indicação;

c) sòmente após dois anos de exercício na respectiva entrância poderá o juiz ser promovido, salvo se não houver, com tal requisito, quem aceite o lugar vago.

III — O acesso aos Tribunais de segunda instância dar-se-á por antiguidade e por merecimento, alternadamente. A antiguidade apurar-se-á na última entrância, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça. No caso de antiguidade, o Tribunal de Justiça poderá recusar o juiz mais antigo, pelo voto da maioria dos desembargadores, repetindo-se a votação até se fixar a indicação. No caso de merecimento, a lista tríplice se comporá de nomes escolhidos dentre os juizes de qualquer entrância.

IV — Na composição de qualquer Tribunal será preenchido um quinto dos lugares por advogados em efetivo exercício da profissão, e membros do Ministério Público, todos de notório merecimento e idoneidade moral, com dez anos, pelo menos, de prática forense. Os lugares no Tribunal reservados a advogados ou membros do Ministério Público serão preenchidos, respectivamente, por advogados ou membros do Ministério Público, indicados em lista tríplice.

§ 1º A lei poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça:

a) tribunais inferiores de segunda instância, com alçada em causas de valor limitado, ou de espécies, ou de umas e outras;

b) juizes togados com investidura limitada no tempo, os quais terão competência para julgamento de causas de pequeno valor e poderão substituir juizes vitalícios;

c) justiça de paz temporária, competente para habilitação e celebração de casamentos e outros atos previstos em lei e com atribuição judiciária de substituição, exceto para julgamentos finais ou irrecorríveis;

d) justiça militar estadual, tendo como órgão de primeira instância os conselhos de justiça e de segunda um tribunal especial ou o Tribunal de Justiça.

§ 2º Em caso de mudança da sede do juízo, é facultado ao juiz remover-se para ela ou para comarca de igual entrância, ou obter a disponibilidade com vencimentos integrais.

§ 3º Compete privativamente ao Tribunal de Justiça processar e julgar os membros do Tribunal de Alçada e os juizes de inferior instância, nos crimes comuns e nos de responsabili-

dade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, quando se tratar de crimes eleitorais.

§ 4º Os vencimentos dos juizes vitalícios serão fixados com diferença não excedente a vinte por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos dos desembargadores.

§ 5º Sòmente de cinco em cinco anos, salvo proposta do Tribunal de Justiça, poderá ser alterada a organização judiciária.

§ 6º Dependerá de proposta do Tribunal de Justiça a alteração do número dos seus membros.

Seção IX — Do Ministério Público

Art. 137. A lei organizará o Ministério Público da União junto aos juizes e tribunais federais.

Art. 138. O Ministério Público federal tem por chefe o Procurador-Geral da República, o qual será nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos com os requisitos indicados no artigo 113, § 1º.

§ 1º Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios ingressarão nos cargos iniciais de carreira, mediante concurso público de provas e títulos. Após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária, ou em virtude de processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa; nem removidos, a não ser mediante representação do Procurador-Geral, com fundamento em conveniência do serviço.

§ 2º A União será representada em juízo pelos Procuradores da República, podendo a lei cometer êsse encargo, nas comarcas do interior, ao Ministério Público local.

Art. 139. O Ministério Público dos Estados será organizado em carreira, por lei estadual, observado o disposto no parágrafo primeiro do artigo anterior.

Parágrafo único. Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 108, § 1º, e art. 136, § 4º.

Título II

DA DECLARAÇÃO DE DIREITOS

CAPÍTULO I

DA NACIONALIDADE

Art. 140. São brasileiros:

I — Natos:

a) os nascidos em território brasileiro, ainda que de pais estrangeiros, não estando êstes a serviço de seu país;

b) os nascidos fora do território nacional, de pai ou de mãe brasileiros, estando ambos ou qualquer dêles a serviço do Brasil;

c) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, não estando êstes a serviço do Brasil, desde que, registrados em repartição brasileira competente no exterior, ou não registrados, venham a residir no Brasil antes de atingir a maioridade. Neste caso, alcançada esta, deverão, dentro de quatro anos, optar pela nacionalidade brasileira.

II — Naturalizados:

a) os que adquiriram a nacionalidade brasileira, nos termos do artigo 69, números IV e V, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891;

b) pela forma que a lei estabelecer:

1 — os nascidos no estrangeiro, que hajam sido admitidos no Brasil durante os primeiros cinco anos de vida, radicados definitivamente no território nacional. Para preservar a nacionalidade brasileira, deverão manifestar-se por ela, inequivocamente, até dois anos após atingir a maioridade;

2 — os nascidos no estrangeiro que, vindo residir no País antes de atingida a maioridade, façam curso superior em estabelecimento nacional e requeiram a nacionalidade até um ano depois da formatura;

3 — os que, por outro modo, adquirirem a nacionalidade brasileira, exigida aos portugueses apenas residência por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade física.

§ 1.º São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Ministro de Estado, Ministro

do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Federal de Recursos, Senador, Deputado Federal, Governador e Vice-Governador de Estado e de Território e seus substitutos.

§ 2º Além das previstas nesta Constituição, nenhuma outra restrição se fará a brasileiro em virtude da condição de nascimento.

Art. 141. Perde a nacionalidade o brasileiro:

I — que, por naturalização voluntária, adquirir outra nacionalidade;

II — que, sem licença do Presidente da República, aceitar comissão, emprego ou pensão de governo estrangeiro;

III — que, em virtude de sentença judicial, tiver cancelada a naturalização por exercer atividade contrária ao interesse nacional.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 142. São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos, alistados na forma da lei.

§ 1.º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei.

§ 2.º Os militares são alistáveis desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.

§ 3.º Não podem alistar-se eleitores:

- a) os analfabetos;
- b) os que não saibam exprimir-se na língua nacional;
- c) os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

Art. 143. O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto, salvo nos casos previstos nesta Constituição; fica assegurada a representação proporcional dos partidos políticos, na forma que a lei estabelecer.

Art. 144. Além dos casos previstos nesta Constituição, os direitos políticos:

I — suspendem-se:

- a) por incapacidade civil absoluta;

b) por motivo de condenação criminal, enquanto durarem seus efeitos;

II — perdem-se:

a) nos casos do art. 141;

b) pela recusa, baseada em convicção religiosa, filosófica ou política, à prestação de encargo ou serviço impostos aos brasileiros em geral;

c) pela aceitação de título nobiliário ou condecoração estrangeira que importe restrição de direito de cidadania ou dever para com o Estado brasileiro.

§ 1.º No casos do n.º II dêste artigo, a perda de direitos políticos determina a perda de mandato eletivo, cargo ou função pública; e a suspensão dos mesmos direitos, nos casos previstos neste artigo, acarreta a suspensão de mandato eletivo, cargo ou função pública, enquanto perdurarem as causas que a determinaram.

§ 2.º A suspensão ou perda dos direitos políticos será decretada pelo Presidente da República, nos casos do art. 141, I e II, e do n.º II, b e c, dêste artigo, e, nos demais, por decisão judicial, assegurando-se sempre ao paciente ampla defesa.

Art. 145. São inelegíveis os inalistáveis.

Parágrafo único. Os militares alistáveis são elegíveis, atendidas as seguintes condições:

a) o militar que tiver menos de cinco anos de serviço será, ao se candidatar a cargo eletivo, excluído do serviço ativo;

b) o militar em atividade, com cinco ou mais anos de serviço, ao se candidatar a cargo eletivo será afastado, temporariamente, do serviço ativo, e agregado para tratar de interesse particular;

c) o militar não excluído, se eleito, será, no ato da diplomação, transferido para a reserva ou reformado, nos termos da lei.

Art. 146. São também inelegíveis:

I — para Presidente e Vice-Presidente da República:

a) o Presidente que tenha exercido o cargo, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, ou quem, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, lhe haja sucedido ou o tenha substituído;

b) até seis meses depois de afastados definitivamente de suas funções, os Ministros de Estado, Governadores, Interventores Federais, Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República, Comandante de Exército, Chefes de Estado-Maior da Armada, do Exército e da Aeronáutica, Prefeitos, Juizes, Mem-

bros do Ministério Público Eleitoral, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, os Secretários de Estado, o responsável pela direção geral da polícia federal e os Chefes de Polícia, os Presidentes, Diretores e Superintendentes de sociedades de economia mista, autarquias e empresas públicas federais;

II — para Governador e Vice-Governador:

a) em cada Estado, o governador que haja exercido o cargo por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, quem lhe haja sucedido ou, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o tenha substituído; o Interventor federal que tenha exercido as funções por qualquer tempo, no período imediatamente anterior;

b) até um ano depois de afastados definitivamente das funções, o Presidente da República e os que hajam assumido a presidência;

c) até seis meses depois de cessadas definitivamente as suas funções, os que forem inelegíveis para Presidente da República, salvo os mencionados nas alíneas a e b d'este número; e ainda os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República e os Governadores de outros Estados;

d) em cada Estado, até seis meses depois de cessadas definitivamente as suas funções, os comandantes de região, zona aérea, distrito naval, guarnição militar e polícia militar, Secretários de Estado, Chefes dos Gabinetes Civil e Militar de Governador, Chefes de Polícia, Prefeitos municipais, magistrados federais e estaduais, chefes do Ministério Público, presidentes, superintendentes e diretores de bancos da União, dos Estados ou dos Municípios, sociedades de economia mista, autarquias e empresas públicas estaduais, assim como dirigentes de órgãos e de serviços da União ou de Estado, qualquer que seja a natureza jurídica de sua organização, que executem obras ou apliquem recursos públicos;

e) quem, à data da eleição, não contar, nos quatro anos anteriores, pelo menos dois anos de domicílio eleitoral no Estado;

III — para Prefeito e Vice-Prefeito:

a) quem houver exercido o cargo de Prefeito, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, e quem lhe tenha sucedido ou, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o haja substituído;

b) até seis meses depois de cessadas definitivamente suas funções, as pessoas mencionadas no item II e as autoridades policiais e militares com jurisdição no Município ou no Território;

c) quem, à data da eleição, não contar pelo menos dois anos de domicílio eleitoral no Estado durante os últimos quatro anos, ou, no Município, pelo menos um ano, nos últimos dois anos.

IV — para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal:

a) as autoridades mencionadas nos itens I, II e III, nas mesmas condições nêles estabelecidas, e os Governadores dos Territórios, salvo se deixarem definitivamente as funções até seis meses antes do pleito;

b) quem, durante os últimos quatro anos anteriores à data da eleição, não contar, pelo menos, dois anos de domicílio eleitoral no Estado ou Território;

V — para as Assembléias Legislativas:

a) as autoridades referidas nos itens I, II e III, até quatro meses depois de cessadas definitivamente as suas funções.

b) quem não contar, pelo menos, dois anos de domicílio eleitoral no Estado.

Parágrafo único. Os preceitos dêste artigo aplicam-se aos titulares, efetivos ou interinos, dos cargos mencionados.

Art. 147. São ainda inelegíveis, nas mesmas condições do artigo anterior, o cônjuge e os parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, ou por adoção:

I — do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou do substituto que tenha assumido a presidência, para:

a) Presidente e Vice-Presidente;

b) Governador;

c) Deputado ou Senador, salvo se já tiverem exercido o mandato eletivo pelo mesmo Estado;

II — do Governador ou Interventor Federal em cada Estado, para:

a) Governador;

b) Deputado ou Senador;

III — de Prefeito, para:

a) Governador;

b) Prefeito.

Art. 148. A lei complementar poderá estabelecer outros casos de inelegibilidade visando à preservação:

I — do regime democrático;

II — da probidade administrativa;

III — da normalidade e legitimidade das eleições, contra o abuso do poder econômico e do exercício dos cargos ou funções públicas.

CAPÍTULO III

DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Art. 149. A organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos serão regulados em lei federal, observados os seguintes princípios:

I — regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem;

II — personalidade jurídica, mediante registro dos estatutos;

III — atuação permanente, dentro de programa aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, e sem vinculação, de qualquer natureza, com a ação de governos, entidades ou partidos estrangeiros;

IV — fiscalização financeira;

V — disciplina partidária;

VI — âmbito nacional, sem prejuízo das funções deliberativas dos diretórios locais;

VII — exigência de dez por cento do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos em dois terços dos Estados, com o mínimo de sete por cento em cada um deles, bem assim dez por cento de deputados, em, pelo menos, um terço dos Estados, e dez por cento de senadores;

VIII — proibição de coligações partidárias.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS

Art. 150. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. O preconceito de raça será punido pela lei.

§ 2º Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 3º A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

§ 4º A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.

§ 5º É plena a liberdade de consciência e fica assegurado aos crentes o exercício dos cultos religiosos, que não contrariem a ordem pública e os bons costumes.

§ 6º Por motivo de crença religiosa, ou de convicção filosófica ou política, ninguém será privado de qualquer dos seus direitos, salvo se a invocar para eximir-se de obrigação legal imposta a todos, caso em que a lei poderá determinar a perda dos direitos incompatíveis com a escusa de consciência.

§ 7º Sem constrangimento dos favorecidos, será prestada por brasileiros, nos termos da lei, assistência religiosa às forças armadas e auxiliares e, quando solicitada pelos interessados ou seus representantes legais, também nos estabelecimentos de internação coletiva.

§ 8º É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição a censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença da autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe.

§ 9º São invioláveis a correspondência e o sigilo das comunicações telegráficas e telefônicas.

§ 10. A casa é o asilo inviolável do indivíduo. Ninguém pode penetrar nela, à noite, sem consentimento do morador, a não ser em caso de crime ou desastre, nem durante o dia, fora dos casos e na forma que a lei estabelecer.

§ 11. Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, nem de confisco. Quanto à pena de morte, fica ressalvada a legislação militar aplicável em caso de guerra externa. A lei disporá sobre o perdimento de bens por danos causados ao erário ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício de função pública.

§ 12. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente. A lei disporá sobre a prestação de fiança. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao Juiz competente, que a relaxará, se não fôr legal.

§ 13. Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente. A lei regulará a individualização da pena.

§ 14. Impõe-se a tôdas as autoridades o respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário.

§ 15. A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes. Não haverá fôro privilegiado nem tribunais de exceção.

§ 16. A instrução criminal será contraditória, observada a lei anterior quanto ao crime e à pena, salvo quando agravar a situação do réu.

§ 17. Não haverá prisão civil por dívida, multa ou custas, salvo o caso do depositário infiel, ou do responsável pelo inadimplemento de obrigação alimentar, na forma da lei.

§ 18. São mantidas a instituição e a soberania do júri, que terá competência no julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

§ 19. Não será concedida a extradição do estrangeiro por crime político ou de opinião, nem em caso algum, a de brasileiro.

§ 20. Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Nas transgressões disciplinares não caberá *habeas corpus*.

§ 21. Conceder-se-á mandado de segurança, para proteger direito individual líquido e certo não amparado por *habeas corpus*, seja qual fôr a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder.

§ 22. É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvado o disposto no art. 157, § 1.º. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior.

§ 23. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer.

§ 24. A lei garantirá aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização e assegurará a propriedade das marcas de indústria e comércio, bem como a exclusividade do nome comercial.

§ 25. Aos autores de obras literárias, artísticas e científicas pertence o direito exclusivo de utilizá-las. Esse direito é transmissível por herança, pelo tempo que a lei fixar.

§ 26. Em tempo de paz, qualquer pessoa poderá entrar com seus bens no território nacional, nêle permanecer ou dêle sair, respeitados os preceitos da lei.

§ 27. Todos podem reunir-se sem armas, não intervindo a autoridade senão para manter a ordem. A lei poderá determinar os casos em que será necessária a comunicação prévia à autoridade, bem como a designação, por esta, do local da reunião.

§ 28. É garantida a liberdade de associação. Nenhuma associação poderá ser dissolvida, senão em virtude de decisão judicial.

§ 29. Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça; nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o impôsto lançado por motivo de guerra.

§ 30. É assegurado a qualquer pessoa o direito de representação e de petição aos Podêres Públicos, em defesa de direitos ou contra abusos de autoridade.

§ 31. Qualquer cidadão será parte legítima para propor ação popular que vise a anular atos lesivos ao patrimônio de entidades públicas.

§ 32. Será concedida assistência judiciária aos necessitados, na forma da lei.

§ 33. A sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil será regulada pela lei brasileira, em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que lhes não seja mais favorável a lei nacional do *de cujos*.

§ 34. A lei assegurará a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações.

§ 35. A especificação dos direitos e garantias expressas nesta Constituição não exclui outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios que ela adota.

Art. 151. Aquêlê que abusar dos direitos individuais previstos nos parágrafos 8º, 23, 27 e 28 do artigo anterior e dos direitos políticos, para atentar contra a ordem democrática ou praticar a corrupção, incorrerá na suspensão dêstes últimos direitos pelo prazo de dois a dez anos, declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República, sem prejuízo da ação civil ou penal cabível, assegurada ao paciente a mais ampla defesa.

Parágrafo único. Quando se tratar de titular de mandato eletivo federal, o processo dependerá de licença da respectiva Câmara, nos têrmos do artigo 34, § 3º.

CAPÍTULO V

DO ESTADO DE SÍTIO

Art. 152. O Presidente da República poderá decretar o estado de sítio nos casos de :

- I — grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção;
- II — guerra.

§ 1º O decreto de estado de sítio especificará as regiões que deva abranger, nomeará as pessoas incumbidas de sua execução e as normas a serem observadas.

§ 2º O estado de sítio autoriza as seguintes medidas coercitivas :

- a) obrigação de residência em localidade determinada;
- b) detenção em edifícios não destinados aos réus de crimes comuns;
- c) busca e apreensão em domicílio;
- d) suspensão da liberdade de reunião e de associação;
- e) censura de correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas;
- f) uso ou ocupação temporária de bens das autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou concessionárias de serviços públicos, assim como a suspensão do exercício do cargo, função ou emprego nas mesmas entidades.

§ 3º A fim de preservar a integridade e a independência do país, o livre funcionamento dos Podêres e a prática das instituições, quando gravemente ameaçados por fatores de subversão ou corrupção, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá tomar outras medidas estabelecidas em lei.

Art. 153. A duração do estado de sítio, salvo em caso de guerra, não será superior a sessenta dias, podendo ser prorrogada por igual prazo.

§ 1º Em qualquer caso o Presidente da República submeterá o seu ato ao Congresso Nacional, acompanhado de justificação, dentro de cinco dias.

§ 2º Se o Congresso Nacional não estiver reunido, será convocado imediatamente pelo Presidente do Senado Federal.

Art. 154. Durante a vigência do estado de sítio e sem prejuízo das medidas previstas no art. 151, também o Congresso Nacional, mediante lei, poderá determinar a suspensão de garantias constitucionais.

Parágrafo único. As imunidades dos deputados federais e senadores poderão ser suspensas durante o estado de sítio, pelo voto secreto de dois terços dos membros da Casa a que pertencer o congressista.

Art. 155. Findo o estado de sítio, cessarão os seus efeitos e o Presidente da República, dentro de trinta dias, enviará mensagem ao Congresso Nacional com a justificação das providências adotadas.

Art. 156. A inobservância de qualquer das prescrições relativas ao estado de sítio tornará ilegal a coação e permitirá ao paciente recorrer ao Poder Judiciário.

Título III

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

Art. 157. A ordem econômica tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios:

- I — liberdade de iniciativa;
- II — valorização do trabalho como condição da dignidade humana;
- III — função social da propriedade;
- IV — harmonia e solidariedade entre os fatores de produção;
- V — desenvolvimento econômico;
- VI — repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros.

§ 1º Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas.

§ 2º A lei disporá sobre o volume anual ou periódico das emissões, sobre as características dos títulos, a taxa dos juros, o prazo e as condições de resgate.

§ 3º A desapropriação de que trata o § 1º é da competência exclusiva da União e limitar-se-á às áreas incluídas nas zonas prioritárias, fixadas em decreto do Poder Executivo, só recaindo

sobre propriedades rurais cuja forma de exploração contrarie o disposto neste artigo, conforme fôr definido em lei.

§ 4º A indenização em títulos somente se fará quando se tratar de latifúndio, como tal conceituado em lei, excetuadas as benfeitorias necessárias e úteis, que serão sempre pagas em dinheiro.

§ 5º Os planos que envolvem desapropriação para fins de reforma agrária serão aprovados por decreto do Poder Executivo, e sua execução será da competência de órgãos colegiados, constituídos por brasileiros de notável saber e idoneidade, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal.

§ 6º Nos casos de desapropriação, na forma do § 1º do presente artigo, os proprietários ficarão isentos dos impostos federais, estaduais e municipais que incidam sobre a transferência da propriedade desapropriada.

§ 7º Não será permitida greve nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei.

§ 8º São facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei da União, quando indispensável por motivos de segurança nacional, ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficiência no regime de competição e de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais.

§ 9º Para atender à intervenção no domínio econômico, de que trata o parágrafo anterior, poderá a União instituir contribuições destinadas ao custeio dos respectivos serviços e encargos, na forma que a lei estabelecer.

§ 10. A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por Municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade sócio-econômica, visando à realização de serviços de interesse comum.

§ 11. A produção de bens supérfluos será limitada por empresa, proibida a participação de pessoa física em mais de uma empresa ou de uma em outra, nos termos da lei.

Art. 158. A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:

I — salário-mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família;

- II — salário-família aos dependentes do trabalhador;
- III — proibição de diferença de salários e de critério de admissões por motivo de sexo, côr e estado civil;
- IV — salário de trabalho noturno superior ao diurno;
- V — integração do trabalhador na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, nos casos e condições que forem estabelecidos;
- VI — duração diária do trabalho não excedente de oito horas, com intervalo para descanso, salvo casos especialmente previstos;
- VII — repouso semanal remunerado e nos feriados civis e religiosos, de acôrdo com a tradição local;
- VIII — férias anuais remuneradas;
- IX — higiene e segurança do trabalho;
- X — proibição de trabalho a menores de doze anos e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, em indústrias insalubres a êstes e às mulheres;
- XI — descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprêgo e do salário;
- XII — fixação das percentagens de empregados brasileiros nos serviços públicos dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos comerciais e industriais;
- XIII — estabilidade, com indenização ao trabalhador despedido, ou fundo de garantia equivalente;
- XIV — reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;
- XV — assistência sanitária, hospitalar e médica preventiva;
- XVI — previdência social, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, para seguro-desemprego, proteção da maternidade e nos casos de doença, velhice, invalidez e morte;
- XVII — seguro obrigatório pelo empregador contra acidentes do trabalho;
- XVIII — proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual, ou entre os profissionais respectivos;
- XIX — colônias de férias e clínicas de repouso, recuperação e convalescença, mantidas pela União, conforme dispuser a lei;
- XX — aposentadoria para a mulher, aos trinta anos de trabalho, com salário integral;
- XXI — greve, salvo o disposto no art. 157, § 7º

§ 1º Nenhuma prestação de serviço de caráter assistencial ou de benefício compreendido na previdência social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 2º A parte da União no custeio dos encargos a que se refere o nº XVI d'êste artigo será atendida mediante dotação orçamentária, ou com o produto de contribuições de previdência arrecadadas, com caráter geral, na forma da lei.

Art. 159. É livre a associação profissional ou sindical; a sua constituição, a representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas de poder público serão regulados em lei.

§ 1º Entre as funções delegadas a que se refere êste artigo, compreende-se a de arrecadar, na forma da lei, contribuições para o custeio da atividade dos órgãos sindicais e profissionais e para a execução de programas de interêsse das categorias por êles representadas.

§ 2º É obrigatorio o voto nas eleições sindicais.

Art. 160. A lei disporá sôbre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais, estabelecendo:

I — obrigação de manter serviço adequado;

II — tarifas que permitam a justa remuneração do capital, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econômico e financeiro do contrato;

III — fiscalização permanente e revisão periódica das tarifas, ainda que estipuladas em contrato anterior.

Art. 161. As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

§ 1º A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependem de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dada exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País.

§ 2º É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma da indenização.

§ 3º A participação referida no parágrafo anterior será igual ao dízimo do imposto único sôbre minerais.

§ 4º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida.

Art. 162. A pesquisa e a lavra de petróleo em território nacional constituem monopólio da União, nos termos da lei.

Art. 163. Às empresas privadas compete preferencialmente, com o estímulo e apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas.

§ 1º Somente para suplementar a iniciativa privada, o Estado organizará e explorará diretamente atividade econômica.

§ 2º Na exploração, pelo Estado, da atividade econômica, as empresas públicas, as autarquias e sociedades de economia mista reger-se-ão pelas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto ao direito do trabalho e das obrigações.

§ 3º A empresa pública que explorar atividade não monopolizada ficará sujeita ao mesmo regime tributário aplicável às empresas privadas.

Art. 164. A lei federal disporá sobre as condições de legitimação da posse e de preferência à aquisição de até cem hectares de terras públicas por aqueles que as tornarem produtivas com o seu trabalho e de sua família.

Parágrafo único. Salvo para execução de planos de reforma agrária, não se fará, sem prévia aprovação do Senado Federal, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares.

Art. 165. A navegação de cabotagem para o transporte de mercadorias é privativa dos navios nacionais, salvo caso de necessidade pública.

Parágrafo único. Os proprietários, armadores e comandantes de navios nacionais, assim como dois terços, pelo menos, dos seus tripulantes, devem ser brasileiros natos.

Art. 166. São vedadas a propriedade e a administração de empresas jornalísticas, de qualquer espécie, inclusive de televisão e de radiodifusão:

- I — a estrangeiros;
- II — a sociedades por ações ao portador;
- III — a sociedades que tenham, como acionistas ou sócios, estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto os partidos políticos.

§ 1º Somente a brasileiros natos caberá a responsabilidade, a orientação intelectual e administrativa das empresas referidas neste artigo.

§ 2º Sem prejuízo da liberdade de pensamento e de informação, a lei poderá estabelecer outras condições para a organização e o funcionamento das empresas jornalísticas ou de televisão e de radiodifusão, no interesse do regime democrático e do combate à subversão e à corrupção.

Título IV

DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Art. 167. A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos Podêres Públicos.

§ 1º O casamento é indissolúvel.

§ 2º O casamento será civil e gratuita a sua celebração. O casamento religioso equivalerá ao civil se observados os impedimentos e as prescrições da lei, assim o requerer o celebrante ou qualquer interessado, contanto que seja o ato inscrito no registro público.

§ 3º O casamento religioso celebrado sem as formalidades dêste artigo terá efeitos civis se, a requerimento do casal, fôr inscrito no registro público, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente.

§ 4º A lei instituirá a assistência à maternidade, à infância e à adolescência.

Art. 168. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

§ 1º O ensino será ministrado nos diferentes graus pelos Podêres Públicos.

§ 2º Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Podêres Públicos, inclusive bolsas de estudo.

§ 3º A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas:

I — o ensino primário somente será ministrado na língua nacional;

II — o ensino dos sete aos quatorze anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais;

III — o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior;

IV — o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio.

V — o provimento dos cargos iniciais e finais das carreiras do magistério de grau médio e superior será feito, sempre, mediante prova de habilitação, consistindo em concurso público de provas e títulos quando se tratar de ensino oficial;

VI — é garantida a liberdade de cátedra.

Art. 169. Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, e, a União, os dos Territórios, assim como o sistema federal, o qual terá caráter supletivo e se estenderá a todo o País, nos estritos limites das deficiências locais.

§ 1º A União prestará assistência técnica e financeira para o desenvolvimento dos sistemas estaduais e do Distrito Federal.

§ 2º Cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Art. 170. As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter, pela forma que a lei estabelecer, o ensino primário gratuito de seus empregados e dos filhos destes.

Parágrafo único. As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores.

Art. 171. As ciências, as letras e as artes são livres.

Parágrafo único. O Poder Público incentivará a pesquisa científica e tecnológica.

Art. 172. O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.

Título V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 173. Ficam aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução de 31 de março de 1964, assim como:

I — pelo Governo Federal, com base nos Atos Institucionais nº 1, de 9 de abril de 1964; nº 2, de 27 de outubro de 1965; nº 3, de 5 de fevereiro de 1966; e nº 4, de 6 de dezembro de 1966, e nos Atos Complementares dos mesmos Atos Institucionais;

II — as resoluções das Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores que hajam cassado mandatos eletivos ou declarado o impedimento de Governadores, Deputados, Prefeitos e Vereadores, fundados nos referidos Atos Institucionais;

III — os atos de natureza legislativa expedidos com base nos Atos Institucionais e Complementares referidos no item I;

IV — as correções que, até 27 de outubro de 1965, hajam incidido, em decorrência da desvalorização da moeda e elevação do custo de vida, sobre vencimentos, ajuda de custo e subsídios de componentes de qualquer dos Podêres da República.

Art. 174. A posse do Presidente e do Vice-Presidente da República, eleitos em 3 de outubro de 1966, realizar-se-á a 15 de março de 1967.

Art. 175. A primeira eleição geral de Deputados e a parcial de Senadores, assim como a dos Governadores e Vice-Governadores, realizar-se-ão a 15 de novembro de 1970.

Art. 176. É respeitado o mandato em curso dos Prefeitos cuja investidura deixará de ser eletiva por força desta Constituição e, nas mesmas condições, o dos eleitos a 15 de novembro de 1966.

Art. 177. Fica assegurada a vitaliciedade aos professores catedráticos e titulares de ofício de justiça nomeados até a vigência desta Constituição, assim como a estabilidade de funcionários já amparados pela legislação anterior.

§ 1º O servidor que já tiver satisfeito, ou vier a satisfazer, dentro de um ano, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos da legislação vigente na data desta Constituição, aposentar-se-á com os direitos e vantagens previstos nessa legislação.

§ 2º São estáveis os atuais servidores da União, dos Estados e dos Municípios, da administração centralizada ou autárquica, que, à data da promulgação desta Constituição, contem, pelo menos, cinco anos de serviço público.

Art. 178. Ao ex-combatente da Fôrça Expedicionária Brasileira, da Fôrça Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e Marinha Mercante do Brasil que tenha participado efetivamente de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial são assegurados os seguintes direitos:

- a) estabilidade, se funcionário público;
- b) aproveitamento no serviço público, sem a exigência do disposto no art. 95, § 1º;
- c) aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, se funcionário público da administração centralizada ou autárquica;

d) aposentadoria com pensão integral aos vinte e cinco anos de serviço, se contribuinte da previdência social;

e) promoção, após interstício legal e se houver vaga;

f) assistência médica, hospitalar e educacional, se carente de recursos.

Art. 179. O disposto no art. 73, § 3º, *in fine*, combinado com o art. 109, III, não se aplica aos Ministros dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios que estejam no exercício de funções legislativas ou que hajam sido eleitos titulares ou suplentes no pleito realizado a 15 de novembro de 1966.

Art. 180. A redução da despesa de pessoal da União, Estados ou Municípios, prevista no art. 66, § 4º, deverá efetivar-se até 31 de dezembro de 1970.

Parágrafo único. Ficam excluídos da limitação estabelecida no art. 65, § 5º, os créditos especiais ou extraordinários vigentes em 15 de março de 1967.

Art. 181. Fica extinto o Conselho Nacional de Economia. Seus membros ficarão em disponibilidade até o término dos respectivos mandatos, e seus funcionários e servidores serão aproveitados no serviço público.

Art. 182. No exercício de 1967, a percentagem da arrecadação que constituir receita da União, a que se refere o art. 26, será de oitenta e seis por cento, cabendo o restante, em partes iguais, ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, e ao Fundo de Participação dos Municípios.

Art. 183. Dentro de cento e oitenta dias, a partir da vigência desta Constituição, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional projeto de lei regulando a complementação da mudança, para a Capital da União, dos órgãos federais que ainda permaneçam no Estado da Guanabara.

Art. 184. O patrimônio dos partidos políticos extintos por força do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, será transferido a qualquer das organizações políticas devidamente registradas. A transferência incluirá ativo e passivo das entidades, cabendo ao último presidente de cada organização extinta promover a execução da medida determinada neste dispositivo.

Art. 185. O disposto no art. 94, § 1º, não prejudica as concessões honoríficas anteriores a esta Constituição.

Art. 186. É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

Art. 187. O Governo da União erigirá um monumento a Luiz Alves de Lima e Silva, na localidade do seu nascimento, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 188. Os Estados reformarão suas Constituições dentro em sessenta dias, para adaptá-las, no que couber, às normas desta Constituição, as quais, findo êsse prazo, considerar-se-ão incorporadas automaticamente às Cartas estaduais.

Parágrafo único. As Constituições dos Estados poderão adotar o regime de leis delegadas, proibidos os decretos-leis.

Art. 189. Esta Constituição será promulgada, simultaneamente, pelas Mesas das Casas do Congresso Nacional e entrará em vigor no dia 15 de março de 1967.

Brasília, 24 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

João Baptista Ramos
Presidente

*José Bonifácio Lafayette
de Andrada*

Vice-Presidente

Nilo de Souza Coelho

1º Secretário

Henrique de La Rocque

2º Secretário

Aniz Badra

3º Secretário

Ary Alcântara

4º Secretário

A MESA DO SENADO FEDERAL

Auro Soares Moura Andrade
Presidente

Camillo Nogueira da Gama
1º Vice-Presidente

Vivaldo Palma Lima Filho
2º Vice-Presidente

Dinarte de Medeiros Mariz
1º Secretário

Gilberto Marinho
2º Secretário

Edward Cattete Pinheiro
3º Secretário em exercício

Joaquim Santos Parente
4º Secretário em exercício

I — ATOS COMPLEMENTARES

ATO COMPLEMENTAR Nº 32

O Presidente da República no uso da atribuição que lhe confere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 1965, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º. O parágrafo único de art. 1º do Ato Complementar nº 29, de 22 de dezembro de 1966, passa a constituir o parágrafo 1º desse artigo, que fica acrescentado do seguinte parágrafo 2º:

“Nos Estados que tenham mais de dois milhões de eleitores, poderão os Gabinetes Executivos Regionais contar com mais dois vogais cujo primeiro provimento será feito por indicação do Gabinete Executivo Nacional.

Art. 2º. O art. 2º do Ato Complementar nº 29, de 22 de dezembro de 1966 fica assim redigido:

“Os Gabinetes Executivos Regionais poderão designar comissões diretoras municipais para os municípios em que as mesmas não hajam sido constituídas, ou em que hajam sido destituídas, observado nas deliberações o “quorum” previsto no § 1º, do artigo 7º do Ato Complementar número 9, de 11 de maio de 1966”.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

ATO COMPLEMENTAR Nº 33

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Os Prefeitos ou Vice-Prefeitos eleitos por voto direto, atualmente em exercício, cumprirão os seus respectivos mandatos de acordo com os períodos anteriormente fixados em lei estadual.

Parágrafo único. Os Interventores Municipais cessarão os seus mandatos a 31 de janeiro de 1967, sendo antecipada a posse para essa data dos Prefeitos eleitos em 15 de novembro de 1966 ou em data posterior, mas já diplomados.

Art. 2º Os Prefeitos que estiverem em exercício nas capitais dos Estados onde houve eleições gerais, nos termos do parágrafo único do artigo anterior, bem como, nesses Estados, ou nas cidades que, por dispositivo constitucional, devam ser nomeados, cessarão as suas funções em 31 de janeiro de 1967.

Parágrafo único. Este artigo não se aplica aos Prefeitos eleitos por voto direto.

Art. 3º Para a diplomação dos candidatos aos cargos eletivos municipais, que concorreram às eleições de 15 de novembro de 1966 ou em data posterior, fica dispensada a exigência contida no *caput* do artigo 7º do Ato Complementar nº 7, de 31 de janeiro de 1966.

Parágrafo único. A diplomação prevista neste artigo importará na inscrição automática dos candidatos nas respectivas Organizações Partidárias.

Art. 4º A atribuição de nomear e exonerar interventores nas Prefeituras Municipais nos casos previstos nos Atos Complementares anteriores será de competência dos Governadores de Estados.

Art. 5º O número de deputados às Assembleias Legislativas Estaduais, existente em 15 de novembro de 1966, não poderá ser aumentado durante a legislatura a iniciar-se em 1967.

Art. 6º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

ATO COMPLEMENTAR Nº 34

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e

Considerando que a concessão de isenções, reduções e outros favores fiscais no que se refere ao imposto sobre circulação de mercadorias constitui matéria de relevante interesse para a economia nacional e para as relações interestaduais;

Considerando que o art. 213º da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, já previu o regime de convênio entre Estados para o estabelecimento de alíquotas uniformes do imposto de circulação;

Considerando que os Convênios já celebrados pelos Governos do Nordeste e da Região Centro-Sul dispõem sobre política comum em matéria de isenções;

Considerando entretanto, que por motivos relevantes de interesse nacional faz-se necessário dar plena efetividade à solução convencional do problema da harmonização das políticas estaduais de isenções e reduções de imposto sobre circulação de mercadorias;

Considerando ainda as demais conclusões da reunião de Secretários de Fazenda dos Estados e Municípios das Capitais, realizada no Ministério da Fazenda entre 23 e 25 de janeiro de 1967, resolve baixar o seguinte ATO COMPLEMENTAR:

Art. 1º Os Estados e Territórios situados em uma mesma região geo-econômica, dentro de 30 (trinta) dias da data da publicação deste Ato, celebrarão convênios estabelecendo uma política comum em matéria de isenções, reduções ou outros favores fiscais, relativamente ao imposto sobre circulação de mercadorias.

§ 1º A revogação ou alteração do disposto nos Convênios a que se refere este artigo somente poderá ser feita por outro Convênio ou por Protocolo aditivo ao Convênio original.

§ 2º Os Convênios e Protocolos independem de ratificação pelas Assembleias Legislativas dos Estados participantes.

Art. 2º A partir de 1º de março de 1967, são revogadas, para todos os efeitos legais, quaisquer disposições de leis, decretos e outros atos que tenham outorgado ou venham a outorgar isenções, reduções e outros favores fiscais, relativamente aos impostos sobre vendas e consignações e sobre circulação de mercadorias, não previstos nos Convênios e Protocolos a que se refere o artigo anterior ou nos já celebrados em conformidade com o que nele se dispõe.

Art. 3º A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, com as alterações introduzidas pelos Atos Complementares nºs 27 e 31 e pelo Decreto-lei nº 28, de 14 de novembro de 1966, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Alteração 1ª Substitua-se o "caput" do art. 52 pelo seguinte:

"Art. 52. O imposto, de competência dos Estados, sobre operações relativas a circulação de mercadorias tem como fato gerador:

I — a saída de mercadorias de estabelecimento comercial, industrial ou produtor;

II — a entrada de mercadoria estrangeira em estabelecimento da empresa que houver realizado a importação, observado o disposto nos §§ 6º e 7º, do art. 58;

III — o fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias, nos restaurantes, bares, cafés e estabelecimentos similares."

Alteração 2ª Acrescente-se ao § 3º do art. 52 o seguinte inciso:

"IV — sobre o fornecimento de materiais pelos empreiteiros de obras hidráulicas ou de construção civil, quando adquiridos por terceiros."

Alteração 3ª Acrescente-se ao inciso II do § 2º do art. 53 a expressão "e ainda das despesas de frete e seguro".

Alteração 4ª Substitua-se o § 3º do art. 53 pelo seguinte:

"§ 3º Na saída decorrente de fornecimento de mercadorias nas operações mistas de que trata o § 2º do art. 71, a base de cálculo é o preço de aquisição das mercadorias, acrescido da percentagem de 30% (trinta por cento) e, incluído, no preço, se incidente na operação, o imposto sobre produtos industrializados"

Alteração 5ª Acrescente-se ao art. 53 um novo parágrafo com a seguinte redação:

"§ 5º Nas operações de venda de mercadorias aos agentes encarregados da execução da política de garantia de preços mínimos, a base de cálculo é o valor líquido da operação, assim entendido o preço mínimo fixado pela autoridade federal, deduzido das despesas de transporte, seguro e comissões."

Alteração 6ª No art. 58, substitua-se o inciso II do § 2º e acrescentem-se quatro novos parágrafos, da seguinte forma:

"§ 2º

II — ao industrial ou comerciante atacadista, quanto ao imposto devido por comerciante varejista, mediante acréscimo:

a) da margem de lucro atribuída ao revendedor, no caso de mercadoria com preço máximo de venda no varejo marcado pelo fabricante ou fixado pela autoridade competente;

b) de percentagem de 30% (trinta por cento) calculada sobre o preço total cobrado pelo vendedor, neste incluído, se incidente na operação, o imposto a que se refere o art. 46, nos demais casos."

"§ 4º Os órgãos da administração pública centralizada e as autarquias e empresas públicas, federais, estaduais ou municipais, que explorem ou mantenham serviços de compra e revenda de mercadorias, ou de venda ao

público de mercadoria de sua produção, ainda que exclusivamente ao seu pessoal, ficam sujeitos ao recolhimento do imposto sobre circulação de mercadorias."

"§ 5º O encarregado de estabelecimento dos órgãos ou entidades previstos no parágrafo anterior que autorizar a saída ou alienação de mercadoria sem cumprimento das obrigações, principais ou acessórias, relativas ao imposto sobre circulação de mercadorias, nos termos da legislação estadual aplicável, ficará solidariamente responsável por essas obrigações."

"§ 6º No caso do inciso II do art. 52, contribuinte é qualquer pessoa jurídica de direito privado, ou empresa individual a ela equiparada, excluídas as concessionárias de serviços públicos e as sociedades de economia mista que exerçam atividades em regime de monopólio instituído por lei."

"§ 7º Para os efeitos do parágrafo anterior, equipara-se a industrial as empresas de prestação de serviços."

Alteração 7ª Substitua-se o § 1º do art. 71 pelo seguinte:

"§ 1º Para os efeitos deste artigo considera-se serviço:

- I — locação de bens móveis;
- II — locação de espaço em bens imóveis, a título de hospedagem ou para guarda de bens de qualquer natureza;
- III — jogos e diversões públicas;
- IV — beneficiamento, confecção, lavagem, tingimento, galvanoplastia, reparo, conserto, restauração, acondicionamento, recondicionamento e operações similares, quando relacionadas com mercadorias não destinadas à produção industrial ou à comercialização;
- V — execução, por administração ou empreitada, de obras hidráulicas ou de construção civil, excluídas as contratadas com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, autarquias e empresas concessionárias de serviços públicos;
- VI — demais formas de fornecimento de trabalho, com ou sem utilização de máquinas, ferramentas ou veículos."

Alteração 8ª Substitua-se o § 2º do art. 71 pelo seguinte:

"§ 2º Os serviços a que se refere o inciso IV do parágrafo anterior, quando acompanhados do fornecimento de mercadorias, serão considerados de caráter misto, para efeito de aplicação do disposto no § 3º do art. 53, salvo se a prestação de serviço constituir seu objeto essencial e contribuir com mais de 75% (setenta e cinco por cento) da receita média mensal da atividade."

Alteração 9ª No art. 72, substitua-se o inciso II e acrescente-se um novo inciso, da seguinte forma:

"II — Nas operações mistas a que se refere o § 2º do artigo anterior, caso em que o imposto será calculado sobre o valor total da operação, deduzido da parcela que serviu de base ao cálculo do imposto sobre circulação de mercadorias, na forma do § 3º do artigo 53".

"III — Na execução de obras hidráulicas ou de construção civil, caso em que o imposto será calculado sobre o preço total da operação, deduzido das parcelas correspondentes:

- a) do valor dos materiais adquiridos de terceiros, quando fornecidos pelo prestador do serviço;
- b) do valor das subempreitadas, já tributadas pelo imposto.

Alteração 10ª Acrescente-se ao parágrafo único do art. 77 a seguinte expressão: "nem ser calculada em função do capital das empresas"

Art. 4º O disposto na alteração 1ª do art. 3º, quanto às mercadorias estrangeiras, não se aplica às importações já contratadas até a data da publicação deste Ato.

Art. 5º O disposto nas Alterações 2ª, 7ª e 9ª, quanto às obras hidráulicas ou de construção civil, aplica-se:

I — às obras contratadas a partir da vigência deste Ato;

II — às obras contratadas anteriormente à vigência deste Ato, desde que o prestador do serviço acorde com a entidade contratante a revisão do preço contratado, para efeito de reduzi-lo do montante do imposto a que estaria sujeito.

Art. 6º O disposto no artigo 5º do Decreto-lei nº 28, de 14 de novembro de 1966, não se aplica ao café torrado, destinado ao consumo interno, assim como às suas preparações.

Art. 7º Para efeito do disposto no § 2º do art. 4º do Ato Complementar nº 27, a comparação tomará por base a alíquota prevista no mencionado art. 4º, cobrando-se, separadamente, o acréscimo estabelecido no art. 6º do Ato Complementar nº 31, correspondente à quota devida aos Municípios.

Art. 8º O art. 3º do Ato Complementar nº 31 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º A entrega a que se refere o artigo anterior será efetuada da seguinte forma:

I — no caso de antecipação ou diferimento do imposto que importe no seu recolhimento em Município diferente do da localização do contribuinte substituído, a entrega será efetuada até o último dia do mês seguinte ao em que se efetuou o recolhimento;

II — nos demais casos, a entrega será efetuada, pelo próprio agente incumbido da arrecadação, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias a partir da data do recolhimento.

Art. 9º Ficam estabelecidas as seguintes alíquotas máximas para a cobrança do imposto municipal sobre serviços:

I — execução de obras hidráulicas ou de construção civil, até 2%;

II — jogos e diversões públicas, até 10%;

III — demais serviços, até 5%.

Parágrafo único. O Governador do Estado da Guanabara, o Prefeito do Distrito Federal e os Prefeitos dos demais Municípios baixarão os atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo, reduzindo, na tabela do imposto sobre serviços, as alíquotas que excederem os limites estabelecidos.

Art. 10. O imposto sobre circulação de mercadorias não incide:

I — sobre a saída de mercadorias destinadas ao mercado interno e produzidas em estabelecimentos industriais como resultado de concorrência internacional com participação da indústria do país, contra pagamento em divisas conversíveis provenientes de financiamento a longo prazo de instituições financeiras internacionais, ou entidades governamentais estrangeiras;

II — sobre a entrada de mercadorias no estabelecimento da empresa adquirente, quando importadas do exterior e destinadas à fabricação de peças, máquinas e equipamentos para o mercado interno como resultado de concorrência internacional com participação da indústria do país, contra tais estrangeiras.

Parágrafo único. No caso de isenção prevista no inciso I deste artigo, serão mantidos os créditos fiscais da empresa industrial, correspondentes aos insumos necessários à produção das mercadorias mencionadas no referido inciso.

Art. 11. Poderão ser cobrados no exercício de 1967 os tributos instituídos pelos Municípios de conformidade com a lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e alterações posteriores, cujas leis tenham sido publicadas até a data da vigência deste Ato.

Art. 12. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
 Carlos Medeiros Silva
 Octavio Bulhões
 Roberto Campos

ATO COMPLEMENTAR Nº 35

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e legislação posterior, sobre o Sistema Tributário Nacional.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 30, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º O art. 91 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 91. Do Fundo de Participação dos Municípios a que se refere o art. 86, serão atribuídos:

- I — 10% (dez por cento) aos Municípios das Capitais dos Estados;
- II — 90% (noventa por cento) aos demais Municípios do País.

§ 1º A parcela de que trata o inciso I será distribuída proporcionalmente a um coeficiente individual de participação, resultante do produto dos seguintes fatores:

a) fator representativo da população, assim estabelecido:

Percentual da População de cada Município em relação à do conjunto das Capitais:

	Fator:
Até 2%	2
Mais de 2% até 5%:	
Pelos primeiros 2%	2
Cada 0,5% ou fração excedente, mais	0,5
Mais de 5%	5

b) Fator representativo do inverso da renda *per capita* do respectivo Estado, de conformidade com o disposto no art. 90.

§ 2º A distribuição da parcela a que se refere o inciso II deste artigo far-se-á atribuindo-se a cada Município um coeficiente individual de participação determinado na forma seguinte:

Categoria do Município segundo seu número de habitantes:

	Coeficiente
a) Até 10.000, para cada 2.000 ou fração excedente	0,2
b) Acima de 10.000 até 30.000:	
Pelos primeiros 10.000	1,0
Para cada 4.000 ou fração excedente, mais	0,2
c) Acima de 30.000 até 60.000:	
Pelos primeiros 30.000	2,0
Para cada 6.000 ou fração excedente, mais	0,2
d) Acima de 60.000 até 100.000:	
Pelos primeiros 60.000	3,0
Para cada 8.000 ou fração excedente, mais	0,2
e) Acima de 100.000	4,0

§ 3º Para os efeitos d'êste artigo, consideram-se os Municípios regularmente instalados até 31 de julho dos anos milésimos 0 (zero) e 5 (cinco), atribuindo-se a cada Município instalado nos anos intermediários uma parcela deduzida das quotas dos Municípios de que se desmembrarem, calculada proporcionalmente ao número de habitantes das áreas a ele incorporadas.

§ 4º Os limites das faixas de número de habitantes previstas neste artigo serão reajustados sempre que por meio de recenseamento demográfico geral seja conhecida oficialmente a população total do País, estabelecendo-se novos limites na proporção do aumento percentual daquela população, por referência ao recenseamento de 1960.

§ 5º Aos Municípios resultantes de fusão de outras unidades será atribuída quota equivalente à soma das quotas individuais dessas unidades, até que se opere a revisão nos anos milésimos 0 (zero) e 5 (cinco)."

Art. 2º O disposto no art. 1º aplica-se aos totais creditados no Fundo de Participação dos Municípios a partir do mês de fevereiro, inclusive.

Parágrafo único. Até 10 (dez) de março, o Tribunal de Contas comunicará ao Banco do Brasil S.A. os novos coeficientes a vigorarem na distribuição das quotas devidas aos Municípios, na forma d'êste Ato.

Art. 3º A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, alterada pelo Decreto-lei nº 28, de 14 de novembro de 1966, e pelos Atos Complementares números 27, 31 e 34, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Alteração 1ª — No inciso IV, do § 3º, do art. 52, substitua-se a expressão "quando adquiridos por terceiros" por "quando adquiridos de terceiros"

Alteração 2ª — No inciso IV, do § 1º, do art. 71, acrescente-se a expressão: "assim como as respectivas subempregadas."

Art. 4º O Ato Complementar nº 34 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Alteração 1ª — No inciso II, do art. 5º, substitua-se a expressão "montante do imposto a que estaria sujeito" por "montante do imposto sobre serviços a que estaria sujeito."

Alteração 2ª — Acrescente-se ao art. 10, o seguinte inciso:

"III — sobre as máquinas, equipamentos e outros bens de produção, quando importados nas condições e para os fins previstos no art. 14, do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966."

Art. 5º O imposto sobre circulação de mercadorias incidentes sobre a entrada de mercadoria estrangeira em estabelecimento da empresa que a houver importado será calculado sobre o valor definido para efeito de cálculo do imposto de importação e o montante, pago em cada operação, será registrado, para efeito de crédito-fiscal, no livro correspondente a entrada de mercadorias.

Art. 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Territórios Federais na eventualidade de queda da arrecadação não compensável pelas quotas do Fundo de Participação dos Estados, ficam autorizados a reajustar, durante o exercício de 1967, a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias até o limite máximo de 18% (dezoito por cento), mediante convênio celebrado entre as unidades federativas pertencentes a uma ou mais regiões geoeconômicas.

§ 1º O limite fixado neste artigo engloba a quota de 20% (vinte por cento) devida aos Municípios na forma do § 7º, do art. 24, da Constituição de 24 de janeiro de 1967.

§ 2º Os reajustamentos de alíquotas efetuados de conformidade com o disposto neste artigo entrarão em vigor na quinzena seguinte à data de publicação do convênio no *Diário Oficial* de cada unidade participante.

§ 3º No prazo de trinta dias de sua publicação e sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, os convênios de que trata este artigo serão submetidos à ratificação da Assembleia Legislativa e, no caso, daqueles de que participem o Distrito Federal ou os Territórios Federais, também do Congresso Nacional.

§ 4º A não ratificação do convênio por parte do Poder Legislativo de uma unidade não prejudica sua vigência em relação às demais.

Art. 7º Nos termos do § 5º, do art. 24, da Constituição de 24 de janeiro de 1967, o imposto sobre circulação de mercadorias não incide sobre os produtos industrializados, quando destinados ao exterior.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se às mercadorias sujeitas ao imposto sobre produtos industrializados, segundo as especificações constantes da tabela anexa à Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, alterada pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966.

§ 2º Para os efeitos de aplicação do disposto neste artigo, além da mercadoria objeto de operação de exportação, considera-se destinada ao exterior a remetida:

I — às empresas comerciais que operam exclusivamente no ramo da exportação;

II — aos armazéns gerais alfandegados, entrepostos aduaneiros e zonas francas;

III — aos entrepostos industriais de que trata o Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

§ 3º No caso dos incisos I, II e III, do parágrafo anterior, fica assegurado ao sujeito ativo da obrigação tributária o direito de cobrança do imposto devido por motivo da remessa, em relação à mercadoria que for reintroduzida no mercado interno do país.

§ 4º Não se exigirá o estorno do crédito fiscal correspondente às matérias-primas e outros bens utilizados na fabricação e embalagem dos produtos de que trata este artigo.

§ 5º O disposto no parágrafo anterior não se aplica às matérias-primas de origem animal ou vegetal que representem, individualmente, mais de 50% (cinquenta por cento) do valor do produto resultante de sua industrialização.

Art. 8º Poderão ser cobrados no exercício de 1967 os tributos municipais cujas leis tenham sido publicadas até 14 de março do corrente ano, desde que guardem conformidade com o disposto na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e no Decreto-lei nº 28, de 14 de novembro de 1966, assim como neste Ato Complementar e nos de números 27, 31 e 34.

Art. 9º As dívidas surgidas em decorrência da classificação ou reclassificação de produtos pelo Ministério da Agricultura na forma do § 3º do art. 2º da Lei nº 4.784, de 28 de setembro de 1965, para efeito de determinar a competência na cobrança de Imposto sobre Vendas e Consignações e nos casos de transferência de mercadorias de um Estado para outro, não darão lugar a processos fiscais desde que o contribuinte haja pago o imposto com base na referida classificação ou reclassificação. Também não haverá processo fiscal se, inexistindo classificação ou reclassificação, o contribuinte houver recolhido uma vez o imposto a um dos Estados da Federação.

Parágrafo único. Os processos já instaurados na esfera administrativa ou judiciária serão arquivados a requerimento do contribuinte, qualquer que seja a instância ou a fase de tramitação.

Art. 10. O presente Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o § 2º, do art. 4º, do Ato Complementar nú-

mero 27, os arts. 7º e 11 do Ato Complementar nº 34, o parágrafo único do art. 95 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e as demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Bulhões
Roberto Campos

Ato Complementar nº 36

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º. Nas saídas de bens de capital de origem estrangeira, promovidas pelo estabelecimento que houver realizado a importação, a base de cálculo do imposto sobre circulação de mercadorias será a diferença entre o valor da operação de que decorrer a saída e o custo de aquisição dos referidos bens, nele compreendidos os tributos pagos por ocasião de seu desembarço aduaneiro.

§ 1º. Em substituição à diferença apurada na forma deste artigo, poderão os importadores optar por uma base de cálculo fixa, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da operação.

§ 2º. Para os efeitos deste artigo, consideram-se bens de capital as máquinas e aparelhos, bem como suas peças, acessórios e sobressalentes, classificados nos capítulos 84 (oitenta e quatro) a 90 (noventa) da Tabela anexa ao regulamento do imposto sobre produtos industrializados, quando, pela sua natureza, se destinem a emprego direto na produção agrícola ou industrial e na prestação de serviços.

Art. 2º. As empresas produtoras de discos fonográficos e outros materiais de gravação de som poderão abater do montante do imposto sobre circulação de mercadorias o valor dos direitos autorais, artísticos e conexos, comprovadamente pagos pela empresa, no mesmo período, aos autores e artistas, nacionais ou domiciliados no Brasil, assim como aos seus herdeiros e sucessores, ou às entidades que os representem.

Art. 3º. As saídas dos produtos a que se refere o art. 5º do Decreto-lei nº 104, de 13 de janeiro de 1967, promovidas, entre 1º de fevereiro e 31 de maio do corrente ano, por estabelecimento de firma que os houver industrializado, darão aos respectivos adquirentes o direito a um crédito fiscal em importância equivalente à que resultaria da aplicação da alíquota integral do imposto sobre circulação de mercadorias, ainda que o referido imposto tenha sido pago com redução concedida pelo mesmo ou por outro Estado.

Art. 4º. Na revenda do trigo importado pelo Banco do Brasil S.A. como executor do monopólio de importação instituído pelo Decreto-lei nº 210, de 27 de fevereiro de 1967, considera-se local da operação, para efeito de ocorrência do fato gerador do imposto sobre circulação de mercadorias, o local da sede social do Banco, nos termos do § 1º, do art. 52, da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Art. 5º. O Ato Complementar nº 35 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Alteração 1ª — No art. 3º. Alteração 2ª, substitua-se a expressão “No inciso IV” por “No inciso V”.

Alteração 2ª — No art. 6º suprima-se a expressão “não compensável pelas quotas do Fundo de Participação dos Estados”.

Alteração 3ª — Substituam-se os §§ 3º e 4º, do art. 6º, pelo seguinte:

“§ 3º. A queda da arrecadação a que se refere este artigo será apurada confrontando-se o comportamento médio das arrecadações do imposto sobre circulação de mercadorias, no conjunto da região com a do imposto sobre vendas e consignações, em iguais períodos de 1966, reajustados os respectivos valores pelos índices de correção monetária.”

Art. 6º No caso de empresas que realizem prestação do serviço em mais de um Município, considera-se local da operação para efeito de ocorrência do fato gerador do imposto municipal correspondente.

I — O local onde se efetua a prestação do serviço.

a) no caso de construção civil;

b) quando o serviço for prestado, em caráter permanente por estabelecimentos, sócios ou empregados da empresa, sediados ou residentes no Município;

II — O local da sede da empresa, nos demais casos.

Art. 7º. A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e alterações posteriores passa a denominar-se “Código Tributário Nacional.”

Art. 8º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o inciso II do art. 52, e os §§ 6º e 7º do art. 58, da Lei número 5.172, de 25 de outubro de 1966, alterada pelo Ato Complementar nº 35; os incisos II e III do art. 16, do Ato Complementar nº 34, alterado pelo Ato Complementar nº 35 e o Art. 5º do Ato Complementar nº 35 e demais disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Roberto Campos

ATO COMPLEMENTAR Nº 37

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 1965, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1º Os mandatos eletivos municipais, em fase de conclusão, ficam prorrogados até 31 de janeiro de 1969, devendo às respectivas eleições realizarem-se a 15 de novembro de 1968.

Art. 2º A coincidência geral das eleições municipais, na forma prevista na Constituição a entrar em vigor, operar-se-á a 15 de novembro de 1972.

Art. 3º As Constituições estaduais deverão observar o calendário fixado neste Ato.

Art. 4º Nas eleições diretas poderá ser admitido o registro de candidatos em sublegendas, desde que requerida por um terço dos membros da respectiva Comissão Diretora competente para fazê-lo.

Art. 5º Os Senadores e Deputados federais e estaduais são considerados membros natos das respectivas Comissões Diretoras regionais.

Art. 6º As eleições nos municípios criados ou que venham a ser criados serão realizadas juntamente com as eleições gerais a 15 de novembro de 1968.

Art. 7º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 14 de março de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Carlos Medeiros Silva.

II — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 100 — DE 10 DE
JANEIRO DE 1967

Disciplina a aplicação do disposto no art. 53, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 1º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º. Até 30 de abril deste ano, não será aplicado o disposto no artigo 53, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, em relação a deságio decorrente de títulos da dívida pública dos Estados e Municípios, observadas as seguintes condições:

I — No caso da substituição de bônus rotativos, deverá ser mantido montante idêntico ao verificado até 31 de dezembro de 1966;

II — Nos demais casos, a colocação de títulos no mercado não deverá exceder a autorização dada até a data referida no inciso anterior.

Art. 2º. O deságio a que se refere o § 1º do artigo 53 da Lei número 4.728, de 14 de julho de 1965, verificado na operação entre o emitente dos títulos e o comprador, não compreende a diferença de tipo, igual ou inferior a 5% (cinco por cento), relativa a títulos da dívida pública.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 101 — DE 11 DE JANEIRO DE 1967

Modifica dispositivo da Lei nº 5.159, de 21 de outubro de 1966, que autoriza a abertura, pelo Ministério da Indústria e do Comércio, do crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), a favor do Instituto de Resseguros do Brasil, destinado a garantir as responsabilidades a serem assumidas pelo Governo Federal, no tocante ao seguro de crédito à exportação, objeto da Lei número 4.678, de 16 de junho de 1965.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O artigo 2º da Lei número 5.159, de 21 de outubro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º O crédito a que se refere a presente Lei terá vigência nos exercícios de 1966 e 1967 e será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, à disposição do Instituto de Resseguros do Brasil.”

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Paulo Egidio Martins

Seuano Bullhões

DECRETO-LEI Nº 102 — DE 13 DE
JANEIRO DE 1967

Dispõe sobre a distribuição gratuita à magistratura e magistério especializado das publicações do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, parágrafo primeiro do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica o Serviço de Documentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores incumbido de adquirir e distribuir gratuitamente à magistratura federal, estadual e dos Territórios Federais, bem como ao magistério especializado, bibliotecas e às entidades internacionais, as publicações concernentes às decisões do Supremo Tribunal Federal, de acordo com plano organizado por esse Tribunal.

Art. 2º Enquanto as publicações, a que se refere o artigo 1º, forem editadas no Departamento de Imprensa Nacional, o Serviço de Documentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ficará obrigado somente ao pagamento de sessenta por cento do preço de capa.

Art. 3º O Serviço de Documentação gozará de franquia postal para remessa das publicações do Supremo Tribunal Federal.

Art. 4º O Serviço de Documentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores providenciará a inclusão de dotação orçamentária específica para atender às despesas decorrentes da execução desta lei.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 30.000.000 (trinta milhões

de cruzeiros), destinado a atender às despesas previstas neste Decreto-Lei, no exercício de 1967.

Art. 6º Fica o Departamento de Imprensa Nacional autorizado a entrar em entendimentos com o Serviço de Documentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para a distribuição gratuita às bibliotecas dos Municípios de população inferior a 60.000 habitantes das publicações não vendidas no período de dois anos de sua edição.

Art. 7º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 103 — DE 13 DE
JANEIRO DE 1967

Dispõe sobre a elevação do capital social da Fábrica Nacional de Motores S.A. e de sua transferência para o setor privado.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º, do artigo 9º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, e

Considerando a necessidade de prover a Fábrica Nacional de Motores S.A. de recursos indispensáveis à preservação de sua atividade industrial; e

Considerando a necessidade de efetivar a política do Governo de privatização de empreendimentos em setores que já não justificam a atividade empresarial pioneira do Estado, decreta:

Art. 1º E' o Ministro da Fazenda autorizado a promover a elevação do

capital social da Fábrica Nacional de Motores S.A., de Cr\$ 30.000.000.000 (trinta bilhões de cruzeiros) para Cr\$ 40.000.000.000 (quarenta bilhões de cruzeiros).

Parágrafo único. Aos atuais acionistas é assegurado o direito de preferência para subscrição proporcional de ações.

Art. 2º E' o Ministro da Fazenda autorizado a subscrever, pelo Tesouro Nacional, as ações necessárias à integralização do aumento de capital referido no artigo anterior, sendo para esse fim aberto o crédito especial até a importância de Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros) para integralização das ações a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Ficam os Ministros da Fazenda e da Indústria e do Comércio autorizados a promover as medidas necessárias à alienação do patrimônio da Fábrica Nacional de Motores S.A. ou das ações de propriedade do Tesouro Nacional, representativas do capital social dessa Empresa, submetendo os respectivos contratos finais à aprovação do Presidente da República.

Art. 4º Para fins de incorporação de seus atuais créditos na Fábrica Nacional de Motores S.A., o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico poderá subscrever integralmente as ações correspondentes ao aumento que para tanto se fizer necessário, não se aplicando a esse aumento o disposto no artigo 111 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Junhães

Luiz Marcello Moreira de Azevedo

DECRETO-LEI Nº 104 — DE 13 DE
JANEIRO DE 1967

Altera a legislação do imposto sobre produtos industrializados e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º

do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica revogado, a partir de 1º de fevereiro de 1967, o inciso XXIV do art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

Parágrafo único. Fica assegurado aos fabricantes dos produtos cuja isenção é eliminada por este artigo o direito de crédito relativamente ao imposto incidente sobre as matérias-primas e produtos intermediários existentes em estoque no dia 31 de janeiro de 1967.

Art. 2º Na Tabela anexa à Lei número 4.502, de 30 de novembro de 1964, alterada pelo decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966, substitua-se o inciso 2 da posição 87.02 pelo seguinte:

“2 — camionetas de passageiros, camionetas de uso misto sedan e outras camionetas de uso misto, em que o compartimento de passageiros inclua o de bagagem ou carga — 16 %”

Art. 3º Substitua-se o inciso XXII do art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, alterada pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966, pelo seguinte:

“XXII — os defensivos da posição 38.11, quando a granel ou especificamente destinados a usos agropecuários”

Art. 4º Na Tabela anexa à Lei número 4.502, de 30 de novembro de 1964, alterada pelo Decreto-lei número 34 de 18 de novembro de 1966, substitua-se pelo seguinte o texto da posição 84.63, mantida a respectiva alíquota:

“Árvores de transmissão, árvores de manivelas e virabrequins, suportes de mancal, mancais, bronzinas, buchas e casquilhos, diferentes dos rolamentos, engrenagens e rodas ou discos de fricção, redutores, multiplicadores e variadores de velocidade, volantes, polias e roldanas (inclusive para cadernais), embreagens, órgãos de acoplamento (mangas fixas de acoplamento, acoplamentos flexíveis e acoplamentos hidráulicos) e juntas de articulação (de cardan, d'Oldham, etc.)”.

Art. 5º Gozarão de 50% (cinquenta por cento) de abatimento os recolhimentos do imposto de produtos industrializados, de que trata o inciso III do artigo 28 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 56.791, de 26 de agosto de 1965, a serem feitos até os dias 15 dos meses de janeiro a abril do corrente ano, relativamente aos produtos incluídos na alínea III, posições 15.07-1 e 15.12 da tabela anexa ao referido decreto.

Art. 6º Os governos dos Estados poderão fazer redução idêntica à prevista no artigo anterior, relativamente aos produtos ali indicados, no que diz respeito ao Imposto de Circulação de Mercadorias.

Art. 7º As disposições deste decreto-lei vigoram a partir de 1º de janeiro de 1967, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 105 — DE 16 DE
JANEIRO DE 1967

Aprova o termo aditivo ao convênio firmado entre o Governo Federal e o Estado da Guanabara para a reinclusão, nos Quadros da Polícia Militar do Estado da Guanabara, ao pessoal da Polícia Militar do antigo Distrito Federal, aprovado pelo Decreto-lei nº 10, de 28 de junho de 1966.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 39 do Ato Institucional nº 1, de 27 de outubro de 1965, decreta:

Art. 1º É aprovado o termo aditivo, firmado em 12 de janeiro de 1967, entre o Governo Federal e o Estado da Guanabara, que da nova redação aos arts. 3º e 7º, parágrafo único, do Convênio aprovado pelo Decreto-lei nº 10, de 28 de junho de 1966, que regula a reinclusão do pessoal da Polícia Militar do antigo Distrito Federal nos Quadros da Polícia Militar do Estado da Guanabara.

Art. 2º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 15º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

Termo aditivo ao convênio firmado pelo Governo Federal e o Estado da Guanabara para a reinclusão nos Quadros da Polícia Militar do Estado da Guanabara do pessoal da Polícia Militar do antigo Distrito Federal.

O Governo Federal, representado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Ministro Carlos Medeiros Silva, e o Estado da Guanabara representado por seu Governador, Embaixador Francisco Negro de Lima, concordam em aditar ao Convênio celebrado em 27 de junho de 1966, aprovado pelo Decreto-lei nº 10 de 28 dos mesmos mês e ano, que regula a reinclusão do pessoal da Polícia Militar do antigo Distrito Federal na Polícia Militar do Estado da Guanabara, na conformidade do seguinte termo:

Art. 1º Os arts. 3º e 7º, parágrafo único, do Convênio de reinclusão, do pessoal da Polícia Militar do antigo Distrito Federal na Polícia Militar do Estado da Guanabara passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Terminada a apresentação, o pessoal reincluído será organizado em Quadros Especiais limitados nos diversos postos, graduações e especialidades, pelos efetivos de oficiais, graduados e soldados que tiverem sido apresentados.

Parágrafo único. Nos postos ou graduações em que não se tenha efetivado a reinclusão, o limite dos Quadros Especiais será igual à metade do efetivo fixado para o Quadro Ordinário da Polícia Militar do Estado da Guanabara, aproximando-se a fração para unidade superior.

Art. 7º
Parágrafo único. A primeira vaga que se verificar em cada posto ou graduação, nos Quadros Especiais, exceto no posto de Co-

ronel, será considerada como relativa ao critério de antiguidade."

Art. 2º Este Termo Aditivo entrará em vigor na data da publicação, do ato legislativo da União que o aprovar.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1967.

Carlos Medeiros Silva
Francisco Negrão de Lima

DECRETO-LEI Nº 106 — DE 16 DE
JANEIRO DE 1967

Altera dispositivos no Decreto-lei nº 29, de 14 de novembro de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do Artigo 9º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Os artigos 2º e 3º do Decreto-Lei nº 29, de 14 de novembro de 1966, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 2º Nenhuma concessionária de transporte aéreo regular, subvencionada pela União, poderá conceder, a partir de 7 de março de 1967, passagens ou fretes aéreos, gratuitos, ou de cortesia, inclusive a título de donativo, cujo montante exceder, em cada ano, ao limite de 1,5% (um e meio por cento) da receita de tráfico das suas linhas domésticas, no ano anterior."

"Art. 3º As requisições de transporte atendidas à conta dos recursos concedidos pelos órgãos e autarquias federais, bem como o pagamento das passagens e fretes, nas linhas domésticas, deverão ser feitas diretamente às empresas de transporte aéreo sem interferência, direta ou indireta, de agentes ou intermediários."

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Bulhões
Eduardo Gomes
Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 107 — DE 16 DE
JANEIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa Telecomunicações Aeronáuticas SA (TASA), e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 30, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

Considerando a necessidade de garantir a segurança e continuidade das operações da Rede Internacional do Serviço Móvel Aeronáutico, de apoio às rotas internacionais que cruzam o espaço aéreo brasileiro;

Considerando que esses serviços são intimamente ligados à própria segurança nacional, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma sociedade por ações, de âmbito nacional, que se denominará Telecomunicações Aeronáuticas S.A. e usará a abreviatura T.A.S.A., para a sua razão social, com a finalidade de:

a) implantar, operar e explorar, industrialmente, os circuitos da Rede Internacional do Serviço Fixo Aeronáutico, necessários à segurança, regularidade, orientação e administração dos transportes aéreos;

b) implantar, operar e explorar, industrialmente, a Rede do Serviço Móvel Aeronáutico, de apoio às rotas internacionais que cruzam o espaço aéreo brasileiro;

c) ampliar progressivamente seus serviços de telecomunicações, para fins de segurança, regularidade, orientação e administração do transporte aéreo em geral, de acordo com as diretrizes do Ministério da Aeronáutica, obedecendo ao que for fixado pelo Conselho Nacional de Telecomunicações para a política de telecomunicações.

Parágrafo único. Poderão participar do capital da Sociedade as empresas de transportes aéreos que operem regularmente no país, as pessoas físicas e jurídicas nacionais e preferencialmente, os seus empregados.

Art. 2º O Presidente da República nomeará uma comissão para elaborar

Art. 4º Nos atos constitutivos da Sociedade fica dispensada a exigência os atos constitutivos da Sociedade, com observância das seguintes prescrições:

- a) arrolamento de todas as instalações, bens e equipamentos de telecomunicações, pertencentes à Massa Falida da Panair do Brasil S.A., desapropriadas pela União e julgadas necessárias à operação da sociedade;
- b) avaliação dos bens e direitos arrolados e desapropriados que constituirão o capital da União;
- c) estatutos da Sociedade.

Art. 3º O pessoal dos quadros da Sociedade será admitido por concurso ou prova de habilitação, em regime empregatício subordinado à legislação trabalhista e às normas consignadas no Regulamento do Pessoal da Sociedade.

§ 1º Fica assegurada a admissão, como empregado na Sociedade a todo o pessoal do Departamento de Comunicações da Massa Falida da Panair do Brasil S.A. que, à data da publicação deste decreto-lei, vem mantendo em funcionamento, em caráter precário, os serviços da telecomunicações.

§ 2º Pelo tempo decorrido entre a decretação da falência da Panair do Brasil S.A. e a sua admissão na Sociedade, nenhuma indenização ou aviso prévio, por parte desta, será devida a esses empregados, que, no entanto, contarão esse tempo para os fins previdenciários.

mínima de 7 (sete) acionistas prevista na legislação vigente.

Art. 5º Os recursos que a Sociedade disporá para realizar sua finalidade são advindos: *

- a) das tarifas cobradas pela prestação de serviços e aprovadas pelo Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL);
- b) da cota-parte das operações do tráfego mútuo, realizado mediante convênios e acordos celebrados com empresas concessionárias ou permissionárias de serviços de telecomunicações;
- c) do produto de operações de crédito, juros, de depósitos bancários, rendas e vendas de bens patrimoniais, donativos e rendas eventuais;
- d) do percentual que vier a ser fixado pelo Poder Executivo, sobre o montante da arrecadação das taxas aeroportuárias.

Art. 6º A constituição da Sociedade será aprovada por Decreto do Presidente da República.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Gomes

Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 103 — DE 17 DE JANEIRO DE 1967

Modifica disposição da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º § 1º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica elevado para 35% (trinta e cinco por cento) o limite do recolhimento a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Luiz Marcello Moreira de Azevedo

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 109 — DE 18 DE
JANEIRO DE 1967

Altera o Decreto-lei nº 94, de 30 de dezembro de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Os benefícios previstos no Decreto-lei nº 94, de 30 de dezembro de 1966, não se aplicam às operações de qualquer natureza, realizadas através de entidades nacionais ou estrangeiras que não tenham sido autorizadas a funcionar no país.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 110 — DE 23 DE
JANEIRO DE 1967

Ratifica o sistema de remuneração nos órgãos de deliberação coletiva da previdência social, a que se refere o art. 26 do Decreto-lei número 72, de 21 de novembro de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, e considerando o que dispõem o artigo 26 do Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966, e o art. 36 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º A gratificação pela participação nos órgãos de deliberação coletiva do sistema de previdência social continua regulada pelo disposto no art. 26 do Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966.

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1 de janeiro de 1967.

Brasília, 23 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO-LEI Nº 111 — DE 24 DE
JANEIRO DE 1967

Altera a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do Artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º E' acrescentado parágrafo único ao artigo 3º da Lei número 5.189, de 8 de dezembro de 1966, com a seguinte redação:

Parágrafo único. Fica autorizada a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras, instituído pela Lei número 5.143, de 20 de outubro de 1966, regulando-se seu recolhimento, fiscalização e aplicação pelas normas estabelecidas na referida Lei.

Art. 2º Acrescente-se a Legislação da Receita enumerada na Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, letra I — Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza, depois da indicação do Decreto-lei nº 62, de 21 de novembro de 1966, o seguinte:

Decreto-lei nº 94 — 30-12-1966.

Art. 3º O § 2º do artigo 8º e o artigo 13, ambos da Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, passam a ser assim redigidos:

Art. 8º

§ 2º Os quadros analíticos, dos quais uma via se destinará ao Tribunal de Contas da União, serão publicados, obrigatoriamente, no *Diário Oficial*.

Art. 13. Nos Balanços Gerais da União, as despesas orçamentárias serão discriminadas por projetos e atividades e por elementos da Despesa, de acordo com a codificação constante dos quadros que integram os Anexos 2 a 4.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 112 — DE 24 DE
JANEIRO DE 1967

Altera o art. 37 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1963, que dispõe sobre abertura, pelo Poder Executivo, do crédito especial de Cr\$ 700.000.000.000, destinado a atender ao reajustamento dos servidores civis e militares da União.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 9º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O artigo 37, do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 37. É o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar de Cr\$ 700.000.000.000 (setecentos bilhões de cruzeiros), para reforçar as dotações atingidas diretamente pelos reflexos deste Decreto-lei, bem como atender o provimento dos cargos criados no art. 28 do mesmo diploma legal, constantes da Lei nº 5.139, de 8 de dezembro de 1966, que estima a receita e fixa a despesa da União, para o exercício financeiro de 1967"

Parágrafo único. O crédito suplementar de que trata este Decreto-lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 113 — DE 25 DE
JANEIRO DE 1967

Altera a Organização Judiciária do Distrito Federal e das outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, parágrafo segundo do Ato

Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O Tribunal de Justiça do Distrito Federal compõe-se de 10 (dez) Desembargadores e funciona com o "quorum" mínimo de 6 (seis) Desembargadores, inclusive o Presidente; e será distribuído em Turmas, excluídos o Presidente e o Vice-Presidente.

§ 1º Cabe ao Vice-Presidente, além de suas atuais atribuições, inclusive de Corregedor de Justiça, distribuir às Turmas os recursos de sua competência e participar dos julgamentos no Tribunal Pleno, sem as funções de relator e revisor.

§ 2º As substituições de Desembargadores das Turmas, se necessárias para formação de "quorum" mínimo para votação, obedecerão à seguinte ordem:

- a) por Desembargador de uma para outra Turma; e
- b) por Juiz de Direito.

§ 3º A convocação de juiz de Direito somente poderá ser feita quando o prazo de afastamento do titular for superior a 30 (trinta) dias.

Art. 2º A Justiça de Primeira Instância compõe-se de 10 (dez) Juizes de Direito com exercício: 2 (dois) nas Varas Cíveis; 1 (um) na Vara de Família, Orfãos e Sucessões; 1 (um) na Vara de Menores; 1 (um) na Vara da Fazenda Pública; 1 (um) na Vara de Acidentes do Trabalho; e 4 (quatro) nas Varas Criminais; e de 7 (sete) Juizes Substitutos.

Art. 3º Compete aos Juizes de Direito:

I — Aos das Varas Cíveis, o processo e julgamento, mediante distribuição de todos os feitos e causas cíveis, exceto os compreendidos na competência dos Juizes das Varas de Menores, da Fazenda Pública, de Acidentes do Trabalho e da de Família, Orfãos e Sucessões, adiante definidos, competindo, privativamente, ao da 1.ª Vara Civil a rubrica e encerramento do livro de lançamento da assatura e do sinal público dos tabeliães de notas e o processamento e julgamento das questões de natureza administrativa referentes aos registros públicos, salvo as questões civis das pessoas naturais;

II — Ao da Vara de Família, Órfãos e Sucessões, respeitada a competência do Juiz de Menores:

a) processar e julgar as causas de nulidade e anulação de casamento, bem como as de desquite e as demais relativas ao estado das pessoas, à paternidade, ao pátrio poder, à adoção, à curatela e à ausência; e as causas de alimento, posse e guarda dos filhos menores;

b) praticar todos os atos de jurisdição voluntária necessários à proteção de pessoas dos incapazes, bem como a guarda e administração dos seus bens;

c) processar e julgar os arrolamentos, inventários e demais causas concernentes à sucessão "causa mortis" e as que desta forem dependentes, ou acessórias;

III — Ao da Vara de Menores, ressalvada a competência privativa dos Juizes de outras Varas, cabem as atribuições definidas na legislação especial sobre menores, e especificamente:

a) processar e julgar o abandono de menores, ordenando as medidas concernentes à sua guarda, tratamento, vigilância, educação e colocação; as ações de suspensão ou destituição de pátrio poder de menores abandonados e as de soldada de menores sob a sua jurisdição; os pedidos de alimento devidos a menores abandonados e os de suprimento de consentimento dos pais e tutores para o casamento de menores sob a sua jurisdição, e a concessão de emancipação;

b) fiscalizar estabelecimentos de qualquer natureza, públicos ou privados, em que se achem menores sob a sua jurisdição, ordenando a sua liberdade quando irregularmente recolhidos; fiscalizar, também, o trabalho de menores, bem como a frequência dos mesmos em quaisquer casas de diversões, públicas ou fechadas;

c) nomear tutores e encarregar terceiros da guarda de menores abandonados;

d) homologar a adoção de menores abandonados;

e) permitir ou não o trabalho de menores, observando a legislação trabalhista;

f) expedir mandado de busca e apreensão de menores abandonados;

g) praticar todos os atos de jurisdição voluntária, expedindo providimentos ou tomando quaisquer medidas de caráter geral para proteção e assistência a menores, embora não abandonados, ressalvada a competência do Juiz da Vara de Família, Órfãos e Sucessões.

IV — Ao da Vara de Acidentes do Trabalho, com as atribuições constantes da legislação especial sobre acidentes de trabalho, o processo e julgamento:

a) de todos os feitos administrativos e contenciosos relativos à espécie, ainda que nêles interessada a Fazenda Pública ou quaisquer autarquias, mantendo-se a competência do Tribunal de Justiça para conhecer dos respectvos recursos, mesmo que o interesse decorra, apenas, da realização do seguro (Constituição Federal art. 157, inciso XVII);

b) das ações de indenização de direito comum, relativas a acidente de trabalho, resultante de dolo ou culpa de empregador ou de seus prepostos.

V — Ao da Vara da Fazenda Pública, o processo e julgamento de todos os feitos e causas em que a Fazenda Pública do Distrito Federal e os órgãos de sua administração descentralizada, dotados de personalidade jurídica, forem de qualquer forma, interessados.

VI — Ao da 1.^a Vara Criminal, privativamente:

a) o processo e julgamento de todos os crimes de competência do Tribunal do Júri, presidindo-o e exercendo as atribuições conferidas por lei ao seu Presidente;

b) as execuções criminais, nos termos da legislação processual vigente, inclusive as das demais Varas Criminais, cujos Juizes providenciarem, após transitada em julgado a sentença, a remessa dos autos a esse Juízo, passando à sua disposição os condenados presos, feitas as necessárias comunicações.

VII — Aos das 2.^a, 3.^a e 4.^a Varas Criminais ressalvada a competência atribuída, privativamente, ao da 1.^a Vara Criminal, o processo e julgamento, mediante distribuição, de todas as demais causas criminais.

Art. 4.^o Os Territórios Federais, para fins de administração da Jus-

tiça, ficam constituídos em Circunscrições, Comarcas e Distritos.

§ 1.º O Território Federal do Amapá fica dividido em 2 (duas) Circunscrições: a primeira, compreendendo as Comarcas de Amapá e Oiapoque, com sede em Amapá a segunda, compreendendo as Comarcas de Macapá e Marzagão, com sede em Macapá.

§ 2º O Território Federal de Roraima constitui uma circunscrição, com sede em Boa Vista.

§ 3.º O Território Federal de Rondônia constitui 2 (duas) Circunscrições: a primeira, com sede na Comarca de Porto Velho; e a segunda, com sede na Comarca de Guajará-Mirim.

Art. 5.º A Justiça dos Territórios Federais compõe-se de 5 (cinco) Juizes de Direito, com exercício em cada Circunscrição; e 8 (oito) Juizes Temporários, com exercício em qualquer comarca ou distrito para que seja designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, lotados 3 (três) no Território Federal do Amapá, 2 (dois) no Território Federal de Roraima, e 3 (três) no Território Federal de Rondônia.

Parágrafo único. Quando o Juiz Temporário for designado para servir ao lado de um dos atuais Juizes Substitutos, sua competência será idêntica a que tem perante um Juiz de Direito.

Art. 6.º Os Juizes de Direito continuam com a competência que lhes é deferida na Lei de Organização Judiciária dos Territórios (Decreto-lei n.º 6.887, de 21 de setembro de 1944).

Art. 7.º Aos Juizes Temporários, além de substituir os Juizes de Direito nos casos de vacância do cargo, afastamento legal, impedimento e suspensão do titular, quando as suas atribuições serão de jurisdição plena, excetuados os casos em que a lei exigir a garantia de vitaliciedade e inamovibilidade do Juiz, compete, ainda:

I — O processo e julgamento das contravenções penais e crimes a que seja imposta a pena de detenção;

II — O processo e julgamento de todos os feitos e causas cíveis e comerciais de valor não excedente a cinco vezes o salário mínimo da região.

III — O processo e julgamento das justificações, vistorias, protestos, interpelações e outros processos preparatórios para servirem de documento.

IV — Proceder à instrução dos processos por crimes da competência do Tribunal do Júri até a pronúncia, exclusiva.

V — A preparação dos processos cujo valor exceda o limite estabelecido no inciso II.

VI — Assinar termos de abertura e encerramento e rubricar as folhas dos livros dos Officiais do Registro Civil das Pessoas Naturais.

VII — Presidir à celebração de casamento, na sede da Comarca.

VIII — Arrecadar, inventariar e administrar na forma da legislação processual civil, em vigor, a herança jacente e os bens de ausentes, podendo delegar a Juizes de Paz a atribuição de arrecadar e arrolar os mesmos, bem como de mandar avaliá-los e vendê-los.

IX — Recolher, como depósito ao Banco do Brasil, ou, se não houver agência na Comarca, à Mesa de Rendas Federais ou Coletoria Federal, os bens arrecadados que se constituírem de dinheiro pedras ou metais preciosos, ações ou títulos de crédito.

X — Proceder de modo idêntico em relação aos rendimentos dos bens, à importância das dívidas ativas celebradas e ao produto dos bens arrematados em leilão.

XI — Fazer a entrega dos bens de ausentes a quem for de direito.

XII — Providenciar sobre os bens vagos na forma da legislação processual civil em vigor, procedendo, em relação aos valores, conforme o disposto no inciso IX deste artigo.

Art. 8º O ingresso na magistratura vitalícia dos Territórios é feito no cargo de Juiz de Direito, respeitado o direito a promoção dos atuais Juizes Substitutos.

Art. 9º Os Juizes de Direito são nomeados dentre bacharéis em Direito, com 3 (três) anos, pelo menos, de graduação e de prática na advocacia na magistratura ou no Ministério Público, e que reúnam, além desses, os seguintes requisitos:

I — Idoneidade moral comprovada;

II — Idade maior de 25 anos e menor de 48 anos.

III — Classificação em concurso perante o Tribunal de Justiça que o organizará com a colaboração da Ordem dos Advogados, no termos da lei. O concurso será regulado no regimento interno do Tribunal e será válido pelo prazo de 3 (três) anos, salvo se a lista dos habilitados ficar, nesse período, reduzida a menos de (três) nomes.

Parágrafo único. Não poderão tomar parte no concurso, ou de qualquer modo, intervir em seu julgamento, os parentes consanguíneos ou afins, até o 3º grau, dos candidatos inscritos.

Art. 10. O provimento dos cargos de Juiz Temporário dependerá de prévio concurso de títulos, perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, dentre bacharéis em Direito, com 2 (dois) anos, pelo menos, de graduação e prática na advocacia na magistratura ou no Ministério Público e que reunam, além desses, os requisitos contidos nos incisos I e II do artigo anterior.

Parágrafo único. Os Juizes Temporários estarão sujeitos a recondução de 4 em 4 anos.

Art. 11. Ficam incluídos na enumeração das autoridades judiciárias no artigo 142, incisos I, II e III, do Decreto-lei nº 6.887, de 31 de setembro de 1944, os Juizes Temporários de que trata o presente Decreto-lei.

Art. 12. Aos Juizes da Justiça dos Territórios, de que trata o presente Decreto-lei, além dos vencimentos e adicionais, fica assegurada a gratificação de 30% sobre os vencimentos pelo efetivo exercício de cargo no primeiro decênio e 60% nos seguintes.

Parágrafo único. Será suspenso o pagamento da gratificação de que trata este artigo sempre que houver afastamento, do exercício do cargo, exceto em caso de férias, nojo e gala.

Art. 13. Será de 30 (trinta) dias improrrogáveis o prazo para posse e exercício de magistrados dos Territórios Federais, nomeados para cargos criados neste Decreto-lei.

Art. 14. Ficam criados na Justiça do Distrito Federal uma Vara de Menores, uma Vara de Acidentes de Trabalho, duas Varas Criminais (3ª e 4ª) e os respectivos Cartórios.

Art. 15. Fica transformada a 2ª Vara da Fazenda Pública em 2ª Vara Cível.

Art. 16. Designar-se-á 1ª Vara Cível a atual Vara Cível e a 1ª Vara da Fazenda Pública será denominada Vara da Fazenda Pública.

Art. 17. Os processos da atual Vara Cível serão repartidos, pela Corregedoria, com a 2ª Vara Cível, à qual também se incorpora o Cartório da extinta 2ª Vara da Fazenda Pública, juntamente com seus serventuários.

Parágrafo único. Da mesma forma procederá a Corregedoria com relação aos processos das atuais 1ª e 2ª Varas Criminais exceto o da competência do Tribunal do Juri, distribuindo-os com as 3ª e 4ª Varas Criminais, criadas neste Decreto-lei.

Art. 18. Para atender às disposições deste Decreto-lei são criados os seguintes cargos:

I — Na Justiça do Distrito Federal:

- a) três (3) de Desembargador
- b) quatro (4) de Juiz de Direito
- c) dois (2) de Juiz Substituto

II — Na Justiça dos Territórios, 2 (dois) de Juiz Temporário;

III — Nas serventias da Justiça do Distrito Federal:

- a) quatro (4) de Escrivão, nível 18
- b) oito (8) de Escrevente Jumentado, nível 16
- c) oito (8) de Escrevente Auxiliar, nível 12
- d) oito (8) de Oficial de Justiça, nível 14

Art. 19. Os vencimentos dos Juizes Temporários são fixados em 80% dos do Juiz de Direito.

Parágrafo único. Quando substituir Juiz de Direito, o Juiz Temporário terá direito à diferença entre os seus vencimentos e os daquele.

Art. 20. Extinguem-se na Justiça dos Territórios:

- a) as atuais seções judiciárias;
- b) 2 (dois) cargos de Juiz de Direito;
- c) 3 (três) cargos de Juiz Substituto, suprimindo-se os atualmente ocupados pelos leutores Sandoval de Ávila e Germano Bonow Filho, à medida que se vagarem;
- d) a comarca de Caracará, no Território de Roraima incorporando-se o cartório do respectivo Juiz, junta-

mente com seus serventuários, ao do da Comarca de Boa Vista do mesmo Território.

Art. 21. O atual Ofício de Registro de Imóveis fica desdobrado em 1º, 2º e 3º Ofícios de Registro de Imóveis que terão as atribuições fixadas no artigo 58 da Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960.

Parágrafo único. Os 1º e 2º Ofícios de Registro de Imóveis terão jurisdição na Região Administrativa de Brasília, Paranoá e Jardim, e exercerão suas atribuições, respectivamente: o 1º Ofício, na parte sul do Plano Piloto, inclusive áreas adjacentes e Núcleo Bandeirante; o 2º Ofício, na parte norte, inclusive áreas adjacentes e as Regiões Administrativas do Paranoá e Jardim. O 3º Ofício de Registro de Imóveis terá jurisdição sobre as Regiões Administrativas de Taguatinga, Gama, Brasília e Sobradinho Planaltina e áreas adjacentes.

Art. 22. Fica criado 1 (um) Ofício de Registro de Protesto de Títulos, com a competência específica que lhe atribui a legislação em vigor.

Art. 23. Ficam desdobrados em 1º, 2º e 3º Tabelionatos de Notas os atualmente existentes, com as atribuições constantes dos artigos ns. 55, 56 e 57 da Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960, excetuado a de Protesto de Títulos.

Art. 24. Ficam criados três Cartórios, com as atribuições e competência dos de Nota, Registro Civil e Protesto de Títulos e com jurisdição, respectivamente:

a) o primeiro, no Núcleo Bandeirante da Região Administrativa de Brasília e na Região Administrativa do Gama;

b) o segundo, nas Regiões Administrativas de Sobradinho, Planaltina e Brasília e

c) o terceiro, na Região Administrativa de Taguatinga.

Art. 25. O Tribunal de Justiça baixará os atos necessários à complementação do disposto nos artigos números 21, 22, 23 e 24 deste Decreto-lei, de acordo com o disposto na Lei nº 4.514, de 10 de dezembro de 1964, e no Decreto "N" nº 488, de 8 de fevereiro de 1966, quanto à divisão e delimitação das Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Art. 26. Ficam criados, na Justiça do Distrito Federal, os seguintes cargos:

a) 4 (quatro) Tabeliães;
b) 2 (dois) Oficiais de Registro de Imóveis;

c) 1 (um) Oficial de Registro de Protesto de Títulos;

Art. 27. Os titulares dos Tabelionatos e Ofícios ora criados somente poderão admitir serventuários até o limite de:

a) de Notas e Ofícios, 3 (três) escreventes juramentados e 5 (cinco) escreventes auxiliares;

b) de Protesto de Títulos, 1 (um) escrevente juramentado e 3 (três) escreventes auxiliares.

Art. 28. Os cargos das serventias da Justiça, remunerados ou não pelos cofres públicos, a partir da data da vigência deste Decreto-lei, serão preenchidos mediante concurso público de provas assegurada aos candidatos o direito de escolha das serventias, de acordo com a ordem de classificação.

Art. 29. O Presidente do Tribunal de Justiça, dentro de 30 (trinta) dias, organizará os concursos necessários ao preenchimento dos cargos a que se refere o artigo anterior, devendo a banca examinadora ser constituída por um magistrado que a presidirá, um membro do Ministério Público do Distrito Federal e um funcionário da Secretaria do Tribunal de Justiça de preferência ouvidor em Direito, que será o Secretário.

Art. 30. O concurso será homologado pelo Conselho de Justiça, que se constituirá em instância de recurso.

Art. 31. Estende-se ao Ministério Público da Justiça dos Territórios o disposto no artigo 12 deste Decreto-lei.

Art. 32. As despesas decorrentes da execução deste Decreto-lei serão atenuadas com as dotações orçamentárias próprias da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e do crédito especial aberto pelo Decreto-lei número 81, de 21 de dezembro de 1966.

Art. 33. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 1967: 1469 da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 114 — DE 25 DE
JANEIRO DE 1967

Cria cargos na carreira do Ministério Público do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, parágrafo segundo, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Ficam criados, na carreira do Ministério Público do Distrito Federal, os seguintes cargos: dois (2) de Promotor Público, dois (2) de Promotor Substituto e quatro (4) de Defensor Público.

Art. 2º Ao membro do Ministério Público do Distrito Federal é vedado afastar-se do seu cargo para o exercício de outro ou de função pública, excetuados os cargos públicos eletivos, os de Ministro e Secretário de Estado, os de magistério, os expressamente reservados a bacharéis em Direito e as funções de representação do Brasil no exterior.

Art. 3º Ao Defensor Público é vedada a substituição de ocupante de cargo de classe superior da carreira.

Art. 4º A concessão de férias aos membros do Ministério Público far-se-á de modo a que evite a ocorrência do afastamento simultâneo de dois integrantes da mesma classe, salvo impossibilidade absoluta ou nos casos de férias forenses coletivas.

Art. 5º As despesas decorrentes do disposto neste Decreto-lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e do crédito especial aberto pelo Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

Art. 6º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 115 — DE 25 DE
JANEIRO DE 1967

Aprova o Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, §. 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º As custas e emolumentos devidos pela expedição, preparo e execução de todos os feitos judiciais, dos atos notariais, judiciais e extrajudiciais serão contados e cobrados de acordo com o presente Regimento e as tabelas anexas.

Parágrafo único. Continua em vigor a legislação que dispõe sobre isenção, redução, pagamento a final e fiscalização da cobrança das custas e emolumentos.

Art. 2º Os atos previstos em lei ou decorrentes dos atos do Foro, não taxados neste Regimento, considerar-se-ão gratuitos, não sendo admitida qualquer interpretação por analogia, paridade ou extensão.

Art. 3º As custas e emolumentos judiciais serão exigidos:

a) pelos escrivães, depois de proferida a sentença final, salvo nos casos de agravo de petição, quando deverão ser pagas custas de sua remessa à superior instância;

b) pelos tabeliães, oficiais do registro de imóveis, do registro de títulos e documentos, do registro civil, de protestos de títulos, avaliadores, peritos-contadores, peritos, intérpretes e oficiais de justiça, após a conclusão do ato.

Parágrafo único. Quando as custas forem fixadas em valor certo e determinado, os servidores indicados neste artigo poderão exigir da parte depósito preparatório até o máximo de 1/4 (um quarto) daquele valor. Neste caso, fornecerão obrigatoriamente, a parte recibo da importância depositada e lavrarão nos autos a respectiva certidão.

Art. 4.º As custas e emolumentos, que devam ser pagos a funcionários remunerados pelos cofres públicos, serão recolhidos em selo.

Parágrafo único. As custas e emolumentos serão cotados, pelos serventuários que os cobrarem, nos documentos entregues às partes ou quando não os houver, serão expedidos recibos sob pena de multa correspondente ao dobro do valor cotado ou indicado.

CAPÍTULO II

Da Contagem das Custas

Art. 5.º A conta das custas e emolumentos será feita após a sentença e no início da apuração da responsabilidade do vencido.

Art. 6.º Na conta das custas serão incluídas também as despesas de condução, publicação de documentos, avisos e editais, os selos das petições e folhas, e quaisquer outras despesas processuais.

Art. 7.º Nas certidões, traslados, alvarás, ofícios, cartas de sentença e outras peças extraídas dos autos, livros e documentos em que as custas e emolumentos sejam cobrados por folha ou página, a primeira página terá, no mínimo, 25 (vinte e cinco) linhas e as seguintes 35 (trinta e cinco) linhas.

§ 1.º As linhas dactilografadas deverão conter 50 (cinquenta) letras e as manuscritas, o mínimo de 40 (quarenta) letras.

§ 2.º Serão devidos custas e emolumentos pela primeira folha e última página, ainda que tenham sido utilizadas somente em parte.

Art. 8.º As despesas de condução dos juizes, serventuários e funcionários da Justiça, dos peritos, arbitadores, intérpretes e tradutores quando devidas, serão tabeladas, anualmente, pela Corregedoria da Justiça do Distrito Federal, tendo em vista o custo médio do transporte adequado à prática do ato.

Parágrafo único. Os serventuários, funcionários e demais auxiliares da Justiça a que se refere o presente artigo cotarão as despesas de condução e outras indispensáveis ao cumprimento da diligência, as quais serão fixadas se ímportas ou excessivas.

Art. 9.º Para os atos que se tiver de praticar fora dos auditórios ou cartórios, a parte que tiver requerido ou promovido a diligência fornecerá condução aos Juizes, serventuários e funcionários da Justiça.

Parágrafo único. Quando for fornecida a condução, não serão cobradas as despesas a que se refere o art. 8.º do presente decreto-lei.

Art. 10. Os serventuários poderão exigir depósito prévio da metade das custas e emolumentos relativos a carta de sentença, formal de partilha, traslado, certidão ou pública-forma e outras peças que lhe forem solicitadas, fornecendo aos interessados os respectivos recibos.

Art. 11. Não constitui obrigação dos tabeliães, escrivães e oficiais efetuar o recolhimento dos tributos relativos a atos por eles praticados nem diligenciar o registro ou extração de certidões fora dos respectivos cartórios.

CAPÍTULO III

Das Reclamações e Recurso

Art. 12. Contra a cobrança de custas, emolumentos e despesas devidas, poderá o interessado reclamar, por petição, ao Juiz Corregedor.

§ 1.º Ouvido o serventuário no prazo de quarenta e oito horas o Corregedor, em igual prazo, proferirá decisão.

§ 2.º Desta decisão cabe recurso no prazo de cinco dias para o Conselho de Justiça.

Art. 13. As dúvidas suscitadas sobre a aplicação das tabelas que acompanham este decreto-lei serão resolvidas:

- I — Quando se tratar de custas e despesas judiciais pelo Juiz de fato;
- II — Quando se tratar de custas e emolumentos dos atos notariais extra-judiciais pelo Juiz-Corregedor.

Art. 14. A apreciação e o julgamento das infrações a este decreto-lei imputadas a Juiz, inclusive o Corregedor, serão da competência originária do Conselho de Justiça, ao qual caberá a aplicação da pena disciplinar, havendo recurso para o Tribunal de Justiça.

Art. 15. São competentes para aplicação das multas correspondentes às infrações deste Regimento o Presidente do Tribunal de Justiça, nas custas

devidas à Secretaria do Tribunal; e o Corregedor da Justiça, nos demais casos.

CAPÍTULO IV

Da Fiscalização e Penalidades

Art. 16. Sem prejuízo do disposto nos arts. 14, parágrafo único, e 18, os serventuários e funcionários da Justiça que receberem custas e emolumentos indevidos ou excessivos ou infringirem as disposições deste decreto-lei e das tabelas anexas, serão passíveis da pena de multa de Cr\$ 1.000 (um mil cruzeiros) a Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros), imposta *ex officio* ou a requerimento de qualquer interessado, pelo Juiz do feito ou pelo Corregedor da Justiça, além da obrigação de restituir em triplicado a importância cobrada em excesso ou indevidamente.

§ 1º A multa constituirá renda da União, e o seu pagamento, em estampilhas federais apostas, bem como a restituição em triplicado das custas e emolumentos deverão ter implemento no prazo de 5 (cinco) dias pelo serventuário ou funcionário da Justiça, sob pena de suspensão do exercício de suas funções.

§ 2º Pelo inadimplemento desta obrigação, a multa ficará acrescida de Cr\$ 500 (quinhentos cruzeiros) por cada dia que passar.

Art. 17. Os Juizes fiscalizarão o cumprimento das disposições deste decreto-lei e das tabelas anexas, aplicando *ex officio* aos infratores as sanções previstas no presente decreto-lei.

Art. 18. Pela exigência indevida de qualquer vantagem pecuniária, além do estatuido nas tabelas deste Regimento, os funcionários e serventuários da Justiça serão passíveis das seguintes penalidades:

- a) noventa (90) dias de suspensão;
- b) na reincidência, detenção de seis (6) meses a dois (2) anos.

CAPÍTULO V

Correção Monetária das Tabelas

Art. 19. Anualmente, o Conselho de Justiça atualizará os valores das Tabelas deste Regimento de Custas, em índices nunca superior ao aumento médio do custo de vida, apurado através dos órgãos competentes do Governo Federal.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 20. Fica criada a taxa judiciária na base de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, destinada a contribuir para a construção do Palácio da Justiça.

§ 1º O recolhimento da taxa a que se refere este artigo deverá ser feito, mensalmente, ao Tesouro Nacional, pelo funcionário encarregado da respectiva arrecadação, acompanhado da devida prestação de contas, ao Corregedor da Justiça.

§ 2º Do pagamento da taxa judiciária destinada ao fim previsto neste decreto-lei será dado recibo a quem couber fazê-lo ou ao seu procurador, além da certidão de recebimento na própria petição inicial.

Art. 21. O presente Regimento e as tabelas anexas serão aplicados desde logo aos feitos judiciais em andamento, ainda não sentenciados na instância inferior como também às execuções de sentenças em curso.

Parágrafo único. As contas porventura pagas ou adiantadas até a entrada em vigor deste Decreto-lei, em quaisquer feitos, a título de custas e emolumentos, serão computadas no cálculo feito com a aplicação das tabelas deste Regimento.

Art. 22. Ficam os serventuários responsáveis por cartórios e ofícios obrigados a apresentarem ao Corregedor da Justiça estatística mensal do movimento das escriturarias e ofícios, discriminando a natureza do documento, o seu valor e o montante das custas cobradas.

Art. 23. Dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação deste decreto-lei, os serventuários e funcionários da Justiça afixarão nos respectivos cartórios, em lugar visível e franqueado ao público, as respectivas tabelas de custas e emolumentos.

Art. 24. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

TABELA A

DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

I — Quaisquer recursos vindos da primeira instância ou interpostos para Tribunais Superiores	7.500
II — Reclamações e conflitos de jurisdição	7.500
III — Mandados de segurança originários:	
a) um só requerente	7.500
b) por requerente que exceder	1.000
IV — Habeas corpus	5.000
V — Ação rescisória	4%
sobre o valor da causa, com o mínimo de Cr\$ 7.500 e o máximo de Cr\$ 30.000.	
VI — Deserção	3.000
VII — Certidões, alvarás, ofícios, editais, traslados, carta precatoria ou rogatória:	
a) uma única folha	1.500
b) por folha excedente, cada uma	500
Nota 1ª — Nos demais processos originários cobrar-se-ão as mesmas custas fixadas para a primeira instância.	
Nota 2ª — As custas previstas nos itens I a IV e VI serão pagas antecipadamente, na Secretaria do Tribunal e em selos federais; as dos números V e VII, na terminação do feito ou com a entrega do documento	

TABELA B

DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

(Seção do Distrito Federal)

- I — As custas devidas à Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Distrito Federal — serão calculadas nos feitos processados em primeira e segunda instância na base de 10 (dez) por cento das custas taxadas nas Tabelas A (do Tribunal de Justiça) e G (dos Escrivães).
- II — As custas reteridas no item anterior não incidem nos autos e papéis em que elas devam ser cobradas por folha ou página, tais como alvarás, ofícios, editais, cartas de sentença, certidões e outras peças extraídas dos autos; no desentranhamento de documentos; nos acordos homologados por autoridade judiciária; nos processos de acidentes do trabalho; e nos executivos fiscais de decorrido o prazo para embargos a penhora.
- III — As custas devidas à Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Distrito Federal — serão arrecadadas no tempo e pelo modo estabelecidos para o pagamento das custas, recolhidas mensalmente à Ordem pelo serventário que as receber, sob pena de depositário infiel.

TABELA C

DOS PORTEIROS DOS AUDITÓRIOS

- I — Pregão em audiência, qualquer que seja o número de apregoados

Cr\$

500

II — Afixação de editais de qualquer natureza e respectiva certidão, cada um	300
III — Intimações ou notificações que realizar:	
a) na sede do fóro	1.000
b) fora da sede	2.500
IV — Arrematação de bens em hasta pública, sobre o valor pelo qual forem arrematados, arrendados ou adjudicados:	
a) até 20 000	20%
b) sobre o que acrescer, até 200.000	4%
c) sobre o que exceder de 200.000	1%
até o máximo de Cr\$ 25.000	

TABELA D

DO OFICIAL DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO

	Cr\$
I — Distribuição de qualquer espécie, inclusive lançamento do nome dos interessados nos livros índices e fichas:	
a) somente duas pessoas	500
b) por pessoa que acrescer	100
II — Averbação, anotação de cancelamento, visto pela revalidação, retificação ordenada pela autoridade judiciária não motivada por erro do Serventuário:	
a) somente duas pessoas	600
b) por pessoa que exceder	100
III — Certidão de qualquer natureza:	
a) por uma única folha	1.500
b) por folha que exceder	500
IV — Busca:	
a) até 12 meses	500
b) até 5 anos	1.000
c) até 10 anos	2.000
d) até 20 anos	3.000
e) de mais de 20 anos	5.000

TABELA E

DO OFICIAL DE CONTAS

	Cr\$
I — Conta de custas em qualquer processo, cível ou criminal	2.500
II — Conta de liquidação, inclusive rateio e juros, por Cr\$ 1.000 ou fração	6
com o mínimo de Cr\$ 1.000 e o máximo de Cr\$ 20.000.	
III — Cálculo final em arrolamentos ou inventários, sejam quantos forem os herdeiros e as sucessões, para pagamento de impostos; para formação de ativo e passivo; para instituição e extinção de usufruto, inclusive cobrança de impostos; liquidação de bens de defuntos de ausentes ou de evento; cálculo de vintena, honorários, comissões, percentagens, inclusive de serventuários em geral e outros quaisquer, por Cr\$ 1.000 ou fração:	
a) até o valor de Cr\$ 500.000	10
b) pelo que exceder de Cr\$ 500.000 até Cr\$ 1.000.000	6

c) pelo que exceder de Cr\$ 1.000.000 até Cr\$ 5.000.000	4
d) pelo que exceder de Cr\$ 5.000.000 até Cr\$ 10.000.000	2
f) pelo que exceder de Cr\$ 10.000.000 com o limite máximo de Cr\$ 40.000.	1
IV — Na emenda ou reforma de cálculo ou havendo absorção pelo passivo de mais de 80% do valor ativo, as custas devidas serão as do item anterior, calculadas por metade, salvo se a emenda ou reforma resultar de erro, omissão ou culpa em geral do Contador, que, nessa hipótese nada terá a receber.	
V — Verificação ou conferência de créditos e contas em falências e concordatas, concurso de credores, prestação de contas em geral, Cr\$ 6 por Cr\$ 1.000 ou fração, garantido o mínimo de Cr\$ 2.000 e fixado o máximo em Cr\$ 25.000.	
VI — Redução de cada papel de crédito, título da dívida pública, ações de companhias ou de estabelecimentos bancários ou de créditos em moeda estrangeira, cada um	500
VII — Glosa de custas indevidas ou excessivas cobradas por serventuários e pagas por este, cada uma	5.000
VIII — Certidões de qualquer natureza:	
a) uma única folha	1.500
b) por folha que exceder	500

TABELA F

DOS TABELIÃES

	Cr\$
I — Reconhecimento de firma:	
a) uma	200
b) as que excederem, cada uma	50
c) nos papéis destinados à matrícula em curso de ensino do primário ao universitário, cada firma ...	30
II — Autenticação	500
III — Pública forma:	
a) uma só folha	1.500
b) por folha que exceder	500
IV — Procuração simples ou em causa própria:	
a) um outorgante, como tal se entendendo marido e mulher ou sócios representativos de sociedade civil ou comercial que obrigatoriamente tenham que assiná-la	5.000
b) por outorgante que acrescer	500
V — Escrituras sobre o valor da transação:	
a) até 100.000	7%
b) de mais de Cr\$ 100.000 até Cr\$ 200.000 ...	4,5%
c) de mais de Cr\$ 200.000 até Cr\$ 500.000 ...	3%
d) de mais de Cr\$ 500.000 até Cr\$ 1.000.000 ...	2,4%
e) de mais de Cr\$ 1.000.000 até Cr\$ 5.000.000 ...	1,2%
f) de mais de Cr\$ 5.000.000 até Cr\$ 10.000.000 ...	1%
g) de mais de Cr\$ 10.000.000 até o máximo de Cr\$ 300.000.	0,5%
VI — Cancelamento de procuração por escritura pública de renúncia do mandato ou de sua cassação:	
a) uma só pessoa como tal se entendendo marido e mulher ou sócios representativos de sociedade civil ou comercial que tenham obrigatoriamente de assinar	6.000

	b) por outorgante que acrescer	500
	<i>Nota</i> — As custas fixadas nos itens III a VI desta tabela incluem traslado, certidão e distribuição.	
VII —	Testamento, incluindo traslado, certidão e distribuição	20.000
VIII —	Revogação de testamento, incluindo traslado, certidão e distribuição	10.000
IX —	Aprovação de testamento cerrado	5.000
X —	Escrituras de convenção de condomínio	48.000
XI —	Certidões em geral:	
	a) uma folha	500
	b) por folha que exceder	500
XII —	Busca:	
	a) até 12 meses	500
	b) até cinco anos	1.000
	c) até 10 anos	2.000
	d) até 20 anos	3.000
	e) de mais de 20 anos	5.000

TABELA G

DOS ESCRIVÃES

SEÇÃO 1ª

No Civil

		Cr\$
I —	Ações ordinárias e aquelas em que, contestadas, tomam o rito ordinário, salvo disposição em contrário	2%
	sobre o valor da causa, garantido o mínimo de Cr\$ 5.000 e fixado o máximo em Cr\$ 100.000.	
II —	Executivos fiscais, sobre o valor do pedido	0,5%
	garantido o mínimo de Cr\$ 5.000 e o máximo de... Cr\$ 100.000.	
	<i>Nota</i> — As custas previstas neste item serão reduzidas:	
	a) de cinquenta por cento, se o devedor pagar a dívida até o fim do prazo para contestação;	
	b) de um terço, se o pagamento for efetuado antes da audiência de instrução e julgamento e não houver produção intermediária de prova. Numa ou noutra hipótese fica assegurado o mínimo de Cr\$ 3.000.	
	<i>Nota</i> — Se o Escrivão tiver justo motivo para recusar o valor dado à causa, poderá levantar dúvida que será resolvida pelo juiz, sem recurso. Se a dúvida for julgada improcedente, perderá o Escrivão vinte por cento das custas a que tiver direito.	
III —	Nos mandados de segurança as custas serão as do item I, com cinquenta por cento de redução, respeitado o mínimo de Cr\$ 5.000, cobrando-se Cr\$ 2.000 por impetrante, se mais de um.	
IV —	Nas ações e processos especiais em que a instrução seja sumária, tais como venda de imóveis a prestação, venda de quinhão de coisa comum, remoção de tutor e curador ou de administrador de fundação, dissolução e liquidação de sociedade, arbitramento de alugueres, as custas serão as previstas no item I, com cinquenta por cento de desconto, garantido o mínimo de Cr\$ 5.000.	

Cr\$

<i>Nota</i> — Nas ações e processos especiais não incluídos nos itens anteriores, as custas serão contadas conforme o disposto no item I, com a redução de dois terços, garantido o mínimo de Cr\$ 5.000.	
V — Justificação, inclusive tomadas de depoimentos . . .	6 000
VI — Interpelações, notificações protestos	5.000
VII — Processos acessórios, preventivos e incidentes, as custas indicadas no item I, calculadas pela quarta parte, garantido o mínimo de Cr\$ 5.000.	
VIII — Nas ações de despejo em que seja deferida e efetuada a purgação da mora, as custas contar-se-ão segundo o item I, reduzidas de dois terços, com o mínimo de Cr\$ 5.000 e o máximo de Cr\$ 20.000.	
IX — Nos processos de acidente do trabalho, quando houver acôrdo homologado pela autoridade judiciária, sobre o valor total da indenização. Proposta a ação, as custas obedecerão ao disposto no item I. Se vencidos, a vítima ou seus beneficiários ficam isentos de custas.	15%
X — Nos processos de desquite:	
a) Desquite amigável	15.000
b) Desquite litigioso	30.000
XI — Inventários, arrolamentos, arrecadação de herança, jacente de bens de ausentes ou vagos as custas serão calculadas sobre o valor dos bens inventariados, arrolados ou arrecadados e pelo seguinte modo:	
a) até Cr\$ 200.000	6%
garantido o mínimo de Cr\$ 5.000.	
b) pelo que exceder de Cr\$ 200.000 até Cr\$ 500.000	4%
c) pelo que exceder de Cr\$ 500.000 até Cr\$ 1.000.000	3%
d) pelo que exceder de Cr\$ 1.000.000 até	
Cr\$ 2.000.000	2%
e) pelo que exceder de Cr\$ 2.000.000 até o máximo de Cr\$ 100.000.000	1%
XII — Falências e concordatas. As custas serão calculadas em 5% sobre o valor do ativo afinal apurado, garantido o mínimo de Cr\$ 5.000 e o máximo de Cr\$ 100.000.	
1 — Habilitação retardatária de créditos ou pedido de restituição de mercadoria em falências e concordatas	2%
sobre o valor do crédito ou das mercadorias, com o mínimo de Cr\$ 5.000 e o máximo de Cr\$ 25.000.	
2 — Impugnações de crédito	5.000
3 — Processo de extinção de obrigações falimentares, sobre o valor dos créditos reconhecidos, com o mínimo de Cr\$ 5.000 e o máximo de Cr\$ 35.000 . . .	1%
XIII — Processos de naturalização	20.000
XIV — Precatorias, rogatorias e cartas de ordem a serem cumpridas no Distrito Federal	6.000
XV — Exceções processuais em autos apartados	10 000
XVI — Agravo de instrumento, sem as custas do traslado	5.000
XVII — Carta de arrematação, adjudicação ou arrendamento em hasta pública ou leilão público, sobre o valor da venda, da adjudicação ou locação até o máximo de Cr\$ 30.000	1%
<i>Nota 1</i> — Nas arrematações feitas por mais de uma pessoa, de lotes distintos as custas serão calculadas para cada lote.	
<i>Nota 2</i> — Quando uma só pessoa arrematar ou adjudicar ou arrendar lotes distintos ou varios arrema-	

	Cr\$
tarem um só lote, as custas serão como de uma só arrematação ou adjudicação ou locação.	
XVIII — Procuração "apud ata"	2 500
XIX — Nas execuções de sentença líquida, as custas serão as do item 1 desta tabela reduzidas de dois terços; nas ilíquidas, a redução será de metade, garantido, em ambos os casos, o mínimo de Cr\$ 5.000.	
XX — Certidões, ofícios, cartas, alvarás, traslados, mandados, carta de sentença:	
a) com uma só folha	1.500
b) por folha que exceder	500
XXI — Desentranhamento de documentos:	
a) por documento	500
b) por documento que exceder a um	160
XXII — Busca:	
a) até 12 meses	500
b) até cinco anos	1 000
c) até 10 anos	2.000
d) até 20 anos	3.000
e) de mais de vinte anos	5.000

SEÇÃO 2ª

No Crime

I — Nos processos criminais em geral, "habeas corpus" e incidentes processados em apartado, por folha ... garantido o mínimo de Cr\$ 5.000 e fixado o máximo de Cr\$ 50.000.	100
<i>Nota 1ª</i> — Serão computadas as folhas de simples juntada, as do inquerito policial até a remessa dos autos à segunda instância e as que sobrevierem depois da baixa.	
<i>Nota 2ª</i> — Nos processos criminais em que fôr vencida a Justiça Pública não se cobrarão custas.	
II — Certidão sobre antecedentes criminais ou certidões de qualquer outra natureza:	
a) para uma pessoa e com uma folha	500
b) por pessoa que exceder	200
c) por folha que exceder	500
III — Busca:	
a) até 12 meses	500
b) até cinco anos	1.000
c) até 10 anos	2.000
d) até 20 anos	3.000
e) de mais de vinte anos	5.000

TABELA H

DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

I — Citação, notificação ou intimação, por pessoa:	
a) no plano piloto de Brasília	2.000
b) fora desse perimetro	3.600
II — Autos de penhora, sequestro, arresto, apreensão, despejo, reintegração e missão de posse, prisão e outros atos não especificados, inclusive todos os atos complementares, sobre o valor da causa	1%
garantido o mínimo de Cr\$ 5.000 e fixado o máximo em Cr\$ 20.000.	

Nota 1ª — Quando o ato, por determinação legal, deve ser praticado por dois oficiais de justiça, as custas previstas nos itens anteriores ficam acrescidas de cinquenta por cento, para partilha entre eles.

Nota 2ª — Quando o Juiz autorizar a realização da diligência em domingo ou feriado, as custas serão pagas em dobro.

TABELA I

OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS,
TUTELAS E INTERDIÇÕES

I — Casamento:	
a) habilitação, compreendendo todos os atos de processo, certidão de habilitação e a extraída do livro-talão	15.000
b) arização, publicação e arquivamento de edital remetido por Oficial de outra jurisdição, inclusive a respectiva certidão	8.000
c) dispensa total ou parcial de editais de proclama, juntada de quaisquer documentos	2.500
II — Inscrição do casamento religioso no Registro Civil, inclusive a certidão extraída do livro-talão	5.000
III — Diligência para a celebração de casamento fora da Sala do Oficial d. Registro ou da sede do fóro	20.000
IV — Registro de nascimento e de óbito:	
a) No prazo legal	6.000
b) Fora do prazo legal:	
1 — até 12 anos	10.000
2 — depois de 12 anos	12.000
3 — mediante justificação no Juízo do Registro . .	15.000
<i>Nota 1ª</i> — As custas referidas neste item incluem a certidão extraída do livro-padrão.	
V — Retificação de nascimento, casamento ou óbito:	
a) mediante prova apenas documental	6.000
b) mediante justificação no Juízo do Registro, com ou sem prova documental complementar	10.000
VI — Inscrição de sentença declaratória de casamento em processo judicial	5.000
VII — Registros:	
a) de sentença ou termo de tutela ou curatela, bem como o de caução prestada em sua garantia; de sentença declaratória de ausência ou de abertura de sucessão provisória ou definitiva; de sentença em falências e concordatas; de sentença de prestação de contas de tutores e curadores	10.000
b) de ato ou sentença de emancipação, adoção ou perfilhação	20.000
VIII — Certidões:	
a) com uma folha apenas	1.500
b) por folha excedente	500
IX — Busca que só poderá ser cobrada quando a parte não indicar data certa do Registro:	
a) até 12 meses	500
b) até cinco anos	1.000
c) até 10 anos	2.000
d) até 20 anos	3.000
e) de mais de 20 anos	5.000

Nota 1ª — O ato da celebração de casamento será gratuito, salvo ocorrendo a hipótese prevista no item III desta tabela.

Nota 2ª — São inteiramente gratuitos e isentos de selo e quaisquer emolumentos e custas a habilitação para casamento, o registro, a primeira certidão, desde que os cônjuges sejam reconhecidamente pobres, o que se comprovará por atestação da autoridade competente.

Nota 3ª — Do mesmo modo da nota anterior se procederá quanto ao registro de nascimento, quando as mesmas circunstâncias ocorrerem em relação aos pais.

TABELA J
DO OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

I — Inscrição de pessoa jurídica de fins científicos, culturais, beneficentes ou religiosos, das associações de utilidade pública e das fundações, inclusive todos os atos de processo, registro e arquivamento	30.000
II — Inscrições de pessoas jurídicas de fins econômicos, incluindo todos os atos do processo, registro e arquivamento sobre o capital declarado:	
a) até Cr\$ 100.000	15.000
b) até Cr\$ 500.000	25.000
c) até Cr\$ 1.000.000	50.000
d) de mais de Cr\$ 1.000.000, por 1.000 ou fração	100
com o limite máximo de Cr\$ 100.000.	
III — Matrículas de oficinas impressoras de jornais e periódicos	50.000
IV — Certidões:	
a) folha única	1.500
b) por folha que exceder	500
V — Busca:	
a) até doze meses	500
b) até cinco anos	1.000
c) até dez anos	2.000
d) até vinte anos	3.000
e) de mais de vinte anos	5.000

Nota — As pessoas jurídicas de fins econômicos, para inscrição, deverão obrigatoriamente indicar o seu capital.

TABELA L
OFICIAIS DO REGISTRO DE IMÓVEIS

I — Transcrição e inscrição, com valor declarado no instrumento, com uma certidão:	Cr\$
a) até Cr\$ 100.000	3,5%
b) de mais de Cr\$ 100.000 até Cr\$ 200.000	2,25%
c) de mais de Cr\$ 200.000 até Cr\$ 500.000	1,5%
d) de mais de Cr\$ 500.000 até Cr\$ 1.000.000	1,2%
e) de mais de Cr\$ 1.000.000 até Cr\$ 5.000.000	0,6%
f) de mais de Cr\$ 5.000.000 até Cr\$ 10.000.000	0,5%
g) de mais de Cr\$ 10.000.000 com o limite máximo de Cr\$ 150.000	0,25%

II — Transcrição e inscrição sem valor declarado no instrumento — Aplica-se-á a tabela constante do item I, ficando o apresentante obrigado a estimar o valor por escrito. Na o aceitando, o Oficial levantará dúvida a ser decidida de plano pelo Juiz, sem recurso. Não atendido o Oficial, os emolumentos ficam reduzidos de vinte por cento.	
III — Averbações, com valor declarado no instrumento: Os emolumentos serão os do item I, com a redução de cinquenta por cento	
IV — Averbação, sem valor declarado no documento. Observar-se-á o que dispõe o item II.	
V — Loteamento:	
a) inscrição de memorial de loteamento urbano	80.000
e mais Cr\$ 2.000 por lote;	
b) inscrição de memorial de loteamento rural	30.000
e mais Cr\$ 1.500 por lote;	
c) averbação — Os emolumentos previstos no item III.	
VI — Certidões:	
a) uma só folha	1.500
b) por folha que exceder	500
VII — Busca:	
a) até doze meses	500
b) até cinco anos	1.000
c) até dez anos	2.000
d) até vinte anos	3.000
e) de mais de vinte anos	5.000
Nota 1 — Havendo aditamento do registro, pela prenotação, sera pago o emolumento mínimo, cuja importância será deduzida afinal do valor do registro.	
Nota 2 — As publicações na imprensa correrão por conta do interessado ou instituidor de loteamento.	
Nota 3 — Nos emolumentos previstos nos itens I a V estão incluídos o arquivamento, indicações reais e pessoais, taxa de comunicações, guias, extrato de matriz do Registro Terrens e tudo o que for necessário a que se complete o ato.	

TABELA M

DOS OFICIAIS DO PROTESTO DE TÍTULOS

I — Protestos:	
a) até Cr\$ 5.000	800
b) até Cr\$ 10.000	1.300
c) até Cr\$ 20.000	1.600
d) até Cr\$ 50.000	2.500
e) até Cr\$ 100.000	3.500
f) até Cr\$ 200.000	5.000
g) acima de Cr\$ 200.000	5.000
e mais por Cr\$ 1.000 ou fração	100
com o limite máximo de Cr\$ 30.000.	
II — Cancelamento de protesto	5.000
III — Certidões:	
a) uma folha	1.500
b) por folha excedente	500
IV — Intimação e edital	2.500

V — Busca:	
a) até doze meses	500
b) até cinco anos	1.000
c) até dez anos	2.000
d) até vinte anos	3.000
e) de mais de vinte anos	5.000

TABELA N

DO OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

I — Transcrição de títulos, documentos, papéis, compromissos, instrumentos de contrato ou estatutos, sem declaração de valor:	
a) pela primeira folha	20 000
b) pelas subsequentes por folha	5.000
II — Transcrição de títulos, documentos, papéis, compromissos, instrumentos de contrato, com declaração de valor.	
a) até Cr\$ 100.000	15 000
b) até Cr\$ 500.000	25 000
c) até Cr\$ 1.000.000	50.000
d) de mais de Cr\$ 1.000.000 por Cr\$ 1.000 ou fração	100
com o limite máximo de Cr\$ 100.000.	
III — Averbação	15.000
IV — Certidões:	
a) pela primeira ou única folha	1.500
b) pelas demais cada uma	500
Nota — Nas custas do item I e II está compreendida a primeira certidão.	
V — Busca:	
a) até doze meses	500
b) até cinco anos	1.000
c) até dez anos	2.000
d) até vinte anos	3.000
e) de mais de vinte anos	5.000

TABELA O

DO PARTIDOR

- I — Nas partilhas e sobrepartilhas as custas serão as previstas no item XI da Tabela F, reduzidas de 2/3 e calculadas sobre o monte-mor.

TABELA P

DOS AVALIADORES, ARBITRADORES E PERITOS

- I — Nas perícias judiciais, quer nos feitos contenciosos, quer nos administrativos os honorários dos avaliadores, arbitradores e peritos, respeitado o disposto no nº II, serão arbitrados pelo Juiz que as presidir, levando em conta a relevância e dificuldade do trabalho, o tempo consumido, as condições financeiras das partes e o valor da causa dentro dos limites mínimo de Cr\$ 5.000 e o máximo de Cr\$ 100.000.

Cr\$

II — Perícias médicas em acidente do trabalho:		
Emolumentos: Mínimo	Cr\$	5.000
Maximo	Cr\$	20.000

TABELA Q

DOS DEPOSITÁRIOS

I — Sobre bens móveis ou qualquer espécie em cada período de 6 meses até o máximo de 18 meses	3%
quando o depositário poderá pedir a venda em leilão pública, recolhendo-se o produto ao Banco do Brasil ou outra entidade bancária autorizada por lei.	
II — Sobre bens imóveis urbanos e rurais, por período de 12 meses	5%
do valor da promessa de venda ou da escritura de aquisição, até o limite máximo de	100.000
III — Semioventes:	

a mesma taxa do item II

Nota 1 — Ficam sujeitas às mesmas regras dos itens I e II cada penhora subsequente que recair sobre o bem objeto do depósito.

Nota 2 — Ocorrendo penhora subsequente sobre o mesmo bem, continuará este em poder do depositário que primeiro recolher.

Nota 3 — No pagamento das custas que cabem ao depositário judicial não está incluída a indenização das despesas justificadas e comprovadas com a guarda, fiscalização, conservação e administração dos bens depositados, a que terá sempre direito e que lhe serão pagas em espécie, depois de aprovadas pelo Juiz.

Nota 4 — As custas e as despesas a que se refere a nota anterior, serão exigíveis para o ato de levantamento da penhora.

Nota 5 — Não serão devidas custas pelo depósito de dinheiro, peças de ouro e prata, jóias, pedras preciosas, apólices de qualquer espécie e natureza, compreendendo títulos da dívida pública, ações de empresas, letras hipotecárias, debêntures e quaisquer obrigações.

TABELA R

DOS INTÉRPRETES E TRADUTORES

I — Tradução de documentos ou verificação da exatidão da tradução:		
a) Por página com 35 linhas datilografadas de 45 topes		10.000
b) Por página de 35 linhas, com 25 letras em cada linha manuscrita		7.500
II — Intervenção em depoimentos, interrogatórios ou outros atos judiciais inclusive reinquirição para cada ato e arbitrada pelo Juiz até o máximo de		50.000
<i>Nota</i> — Se o trabalho se realizar por tradutor ou intérprete pago pelos cofres públicos, as custas serão recolhidas em selos federais.		

DECRETO-LEI Nº 116 — DE 25 DE
JANEIRO DE 1967

Dispõe sobre as operações inerentes ao transporte de mercadorias por via d'água nos portos brasileiros, delimitando suas responsabilidades e tratando das faltas e avarias.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Parágrafo 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, considerando urgência da matéria como corpo de normas complementares às consignadas no Decreto-Lei nº 5-66, no tocante ao transporte sobre água.

Resolve baixar o seguinte Decreto-Lei:

Art. 1º As mercadorias destinadas ao transporte sobre água, que antes ou depois da viagem forem confiadas à guarda e acondicionamento dos armazéns das entidades portuárias ou trapiches municipais, serão entregues contra recibo passado pela entidade recebedora à entregadora.

§ 1º O não fornecimento imediato do recibo pela entidade recebedora, pressupõe a entrega da mercadoria pelo total e condições indicadas no conhecimento.

§ 2º Os recibos serão passados em uma das vias não negociáveis do conhecimento de transporte, a qual conterá espaço próprio para as anotações da entidade recebedora, de acordo com o modelo próprio a ser fixado por Portaria do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 3º Os volumes em falta, avariados ou sem embalagem ou embalagem inadequada ao transporte por água, serão desde logo ressalvados pelo recebedor, e vistoriados no ato da entrega, na presença dos interessados.

Art. 2º A responsabilidade da entidade portuária começa com a entrada da mercadoria em seus armazéns, pátios ou locais outros designados para depósito, e somente cessa após a entrega efetiva no navio ou ao consignatário.

§ 1º Considera-se como entrega efetiva no navio, a mercadoria ao costado, desde o momento em que tem início a operação de carregamento, para embarque através dos aparelhos de bordo.

§ 2º As mercadorias carregadas ou descarregadas para embarcações auxiliares, de propriedade ou por conta da entidade portuária, são consideradas como efetivamente entregues a essa última, contra recibo, respondendo pelas faltas e avarias dos volumes nelas estivadas e não acusadas desde logo.

§ 3º As mercadorias entregues aos armazéns da própria transportadora, ou carregadas ou descarregadas para embarcações auxiliares de sua propriedade ou por sua conta, são consideradas como efetivamente entregues à guarda e responsabilidade do armador.

Art. 3º A responsabilidade do navio ou embarcação transportadora começa com o recebimento da mercadoria a bordo, e cessa com a sua entrega à entidade portuária ou trapiche municipal, no porto de destino, ao costado do navio.

§ 1º Considera-se como de efetiva entrega a bordo, as mercadorias operadas com os aparelhos da embarcação, desde o início da operação, ao costado do navio.

§ 2º As mercadorias a serem descarregadas do navio por aparelhos da entidade portuária ou trapiche municipal, ou sob sua conta, consideram-se efetivamente entregues a essa última, desde o início da ligação do içamento, dentro da embarcação.

Art. 4º As mercadorias serão entregues ao navio ou embarcação transportadora contra recibo passado pelo armador ou seu preposto.

§ 1º Os recibos serão passados em uma das vias não negociáveis do conhecimento de transporte o qual conterá espaço próprio para as anotações dos embarques parciais e ressalvas quanto à falta ou avaria da carga e sua embalagem.

§ 2º Serão de responsabilidade da entidade entregadora as faltas ou avarias verificadas por ocasião do embarque.

§ 3º As mercadorias avariadas serão devolvidas à entregadora e serão objeto de vistoria imediata, na presença dos interessados, somente admitidas a embarque após a delimitação das avarias e mediante ressalva no conhecimento original.

§ 4º A inadequabilidade da embalagem, de acordo com os usos e cos-

tumes e recomendações oficiais, equipara-se aos vícios próprios da mercadoria, não respondendo a entidade transportadora pelos riscos e consequências daí decorrentes.

§ 5º O não fornecimento de recibo, por parte da embarcação recebedora da mercadoria, pressupõe a entrega pela entidade portuária ou trapiche municipal dos volumes apontados e nas condições mencionadas pela entidade entregadora.

Art. 5º Para as cargas alfandegadas aplica-se os dispositivos da presente lei quanto à comprovação do recebimento e entrega de mercadorias, bem como a imediata realização de vistorias no caso de avarias ou falta de conteúdo a qual deverá ser feita no mesmo dia da descarga.

Parágrafo único. O não fornecimento do recibo pelos armazéns alfandegados pressupõe o recebimento por completo das mercadorias apontadas nos conhecimentos de transporte e nas condições mencionadas.

Art. 6º Aplicam-se às mercadorias líquidas ou a granel as disposições da presente lei, começando a responsabilidade do entregador ou do recebedor, no início da operação de carga ou descarga, atendendo à propriedade dos aparelhos.

Art. 7º Ao armador é facultado o direito de determinar a retenção da mercadoria nos armazéns, até ver liquidado o frete devido ou o pagamento da contribuição por avaria grossa declarada.

Art. 8º Prescrevem ao fim de um ano, contado da data do término da descarga do navio transportador, as ações por extravio de carga, bem como as ações por falta de conteúdo, diminuição, perdas e avarias ou danos à carga.

Parágrafo único. O prazo prescricional de que trata este artigo somente poderá ser interrompido da forma prevista no artigo 720 do Código de Processo Civil, observado o que dispõe o parágrafo 2º do artigo 166 daquele Código.

Art. 9º O Ministério da Viação e Obras Públicas, no prazo de trinta dias da publicação deste Decreto-Lei, baixará portaria aprovando os novos modelos de formulários para:

- a) conferências e recibos de volumes;
- b) Relações de Falta e Acréscimos;

c) Termos de Ocorrência por quedas ou avarias de lingada; d) Memorandos da convocação às vistorias; e) Termos de Vistoria.

§ 1º O MVOP determinará, ainda, medidas visando a: a) a adoção uniforme desses formulários em todos os portos do país; b) a utilização dos mesmos de forma adequada à boa ordem dos serviços; c) a assegurar a todos os participantes dos atos em que tais formulários são utilizados, o atendimento de suas necessidades documentais.

§ 2º Até sessenta dias após a publicação da Portaria ministerial, prevista neste artigo, poderão ser utilizados, em caráter precário, os formulários atualmente em uso pelas entidades portuárias e pelos transportadores, devidamente adaptados ao atendimento dos demais requisitos contidos neste Decreto-Lei.

Art. 10. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

Zilmar de Araripe Macedo

Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 116-A — DE 27 DE
JANEIRO DE 1967

*Altera alíquotas do Imposto sobre
Produtos Industrializados.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do artigo 9º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica elevada para 18% a alíquota referente a refrigerantes, águas gasosas e outras bebidas não alcoólicas da posição 22.02, bem como para 25% a que corresponde a aguardente da posição 22.09, inciso 2, ambas da Tabela anexa à Lei número 4.502, de 30 de novembro de 1964.

Parágrafo único. Os aumentos de alíquotas de que trata este artigo vi-

gorarão somente durante o exercício de 1967.

Art. 2º Este decreto-lei entrara, em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de janeiro de 1967: 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 117 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1967

Regula o limite máximo de carga por eixo, para o tráfego nas vias públicas, de veículos ou combinações de veículos e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4 de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º O tráfego de veículos ou suas combinações, nas vias públicas federais, estaduais e municipais, só é permitido com observância das normas estabelecidas neste decreto-lei.

Art. 2º São fixados os seguintes limites máximos de carga bruta transmitida por eixo às superfícies das vias públicas:

a) 10 (dez) toneladas por eixo isolado.

b) 16 (dezesseis) toneladas por conjunto de dois eixos *tandem*, quando for de 1,20m a 1,34m a distância entre os dois planos verticais paralelos que contêm os centros das rodas.

c) 17 (dezessete) toneladas por conjunto de dois eixos em *tandem*, quando a distância entre os dois planos verticais paralelos que contêm os centros das rodas for superior a 1,34m e inferior ou igual a 2,39m.

d) quando a distância entre os dois planos verticais paralelos que contêm os centros das rodas for superior a 2,39m, cada eixo, isoladamente considerado, poderá transmitir ao pavimento até dez toneladas.

§ 1º Quando a distância entre os dois planos verticais paralelos que contêm os centros das rodas de dois eixos adjacentes, for inferior a um metro e vinte centímetros, a carga

transmitida ao pavimento pelos dois eixos, em conjunto, não excederá a dez toneladas.

Art. 3º Os limites de carga estabelecidos no artigo anterior só prevalecem para os eixos que se apoiem no pavimento por meio de, no mínimo, quatro pneumáticos, da mesma rodagem calcando rodas do mesmo diâmetro.

§ 1º Para fins de capacidade de carga de veículo só são considerados os eixos que tiverem pneumáticos e rodas da mesma rodagem e diâmetro em uma mesma unidade (tratora ou tracionada).

§ 2º Nos eixos apoiados por meio de dois pneumáticos os limites de carga, fixados no art. 2º deste decreto-lei, ficam reduzidos à metade.

Art. 4º Nenhuma combinação de veículos poderá ser constituída de mais de duas unidades, incluída a unidade tratora e nem peso total superior a quarenta toneladas.

Art. 5º Conceder-se-á autorização excepcional aos veículos que transportem carga indivisível e que não se enquadrem nas condições estabelecidas nos artigos anteriores, observados os seguintes critérios:

a) cada viagem dependerá de autorização especial, a critério do órgão competente, a ser exarada em requerimento do interessado, o qual especificará obrigatoriamente as características do veículo e de carga, o percurso a ser percorrido e da data do deslocamento inicial.

b) A autorização especial só tem validade para a viagem indicada no requerimento.

c) A critério do Órgão outorgante da autorização especial, poderá ser exigido que o veículo ou combinação de veículos apresentem construção especial, com quantidade e disposição de eixos determinadas, de modo a ser obtida a distribuição e transmissão ótimas de carga sobre os mesmos.

Parágrafo único. A autorização especial de que trata este artigo não exime o seu beneficiário da obrigatoriedade de ressarcimento do dano ou danos que o veículo vier causar à via pública ou a terceiros.

Art. 6º Respeitados os limites cominados no art. 2º os veículos ou combinações de veículos não podem ter peso bruto total superior ao limite indicado pelas fábricas e apro-

vado pelas autoridades competentes, nem podem os pesos brutos transmitidos ao pavimento pelos seus eixos serem superiores aos limites indicados pelas fábricas, devendo constar todos estes limites do seu registro de licença.

§ 1º Nos veículos dotados de eixos em *tandem* os limites dos pesos brutos transmitidos às vias públicas pelo conjunto de eixos serão:

I — Quando ambos os eixos se apoiem no pavimento por meio de, no mínimo, 4 (quatro) pneumáticos, da mesma rodagem calçando rodas do mesmo diâmetro, de:

a) 160% da capacidade de carga total estabelecida pelo fabricante para um eixo motriz isolado, quando a distância entre os eixos em *tandem* estiver compreendida entre 1,20 e 1,34 metro;

b) 170% da capacidade de carga total estabelecida pelo fabricante para um eixo motriz isolado, quando a distância entre os eixos em *tandem* for superior a 1,34m e inferior ou igual a 2,39m.

c) 200% da capacidade de carga total estabelecida pelo fabricante para um eixo motriz isolado, quando a distância entre os eixos em *tandem* for superior a 2,39m;

II — Quando um dos eixos se apoia no pavimento por meio de dois (2) pneumáticos, da mesma rodagem que a do eixo motriz e calçando rodas do mesmo diâmetro que as do eixo motriz, de:

a) 130% da capacidade de carga total estabelecida sobre o eixo motriz isolado, quando a distância entre os eixos em *tandem* estiver compreendida entre 1,20 e 1,34m;

b) 135% da capacidade de carga total estabelecida sobre o eixo motriz isolado, quando a distância entre os eixos em *tandem* for superior a 1,34m;

c) 150% da capacidade de carga total estabelecida sobre o eixo motriz isolado, quando a distância entre os eixos em *tandem* for superior 2,39m;

§ 2º Os limites das cargas máximas transmitidas às vias públicas pelos eixos de veículos dotados de reboques ou semireboques, serão:

a) para o veículo trator, os limites por eixo indicados no "caput" deste artigo e seu § 1º.

b) para os reboques e semireboques, o limite máximo por eixo não poderá ser superior ao limite máximo por eixo verificado no correspondente veículo trator.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, os fabricantes de veículos, reboques e semireboques fornecerão, aos proprietários, atestados com a indicação dos pesos brutos máximos admissíveis por eixo, para apresentação aos órgãos responsáveis pelo licenciamento.

Art. 7º As sanções estabelecidas neste decreto-lei serão aplicadas pelos órgãos federais, estaduais e municipais, encarregados da fiscalização do trânsito dentro das suas respectivas jurisdições.

Art. 8º A fiscalização dos limites de carga será feita ao longo das vias públicas, com a utilização de balanças próprias, fixas ou móveis.

Art. 9º Nos orçamentos dos órgãos encarregados da execução deste decreto-lei, serão previstas dotações próprias que permitam a cobertura de despesas com a aquisição de equipamento necessário à fiscalização.

Art. 10. Fica estabelecida a multa de 1/20 (um vinte avos) do maior salário-mínimo vigente no país, por 200 (duzentos) quilos de excesso ou fração desse limite.

Art. 11. Sem prejuízo do pagamento da pena pecuniária fixada no artigo anterior, o veículo que transportar excesso de carga superior a 1.000 (mil) quilos, por eixo isolado ou 1.500 (mil e quinhentos) quilos por conjunto de dois eixos em *tandem*, só poderá prosseguir a viagem após o descarregamento do respectivo excesso.

Art. 12. Durante os 120 (cento e vinte) dias que decorrerem a partir da publicação deste decreto-lei, são permitidos, em caráter excepcional, os seguintes limites de carga:

a) 11 (onze) toneladas por eixo isolado.

b) 17 (dezessete) toneladas por conjunto de dois eixos *tandem* quando for de 1,20m a 1,34m a distância entre os dois planos verticais paralelos que contêm os centros das rodas.

c) 18 (dezoito) toneladas por conjunto de dois eixos em *tandem*, quando for superior a 1,34m a distância

entre os dois planos verticais paralelos que contêm os centros das rodas.

§ 1º Do 121º dia contado da publicação deste decreto-lei, até o 210º dia, os veículos que trafegarem com excesso de carga, considerados os limites dos arts. 2º e 6º, estão sujeitos à multa correspondente a 2/5 da estabelecida no art. 10.

§ 2º Do 211º dia contado da publicação deste decreto-lei, até o 305º dia, os veículos que trafegarem com excesso de carga, considerados os limites dos arts. 2º e 6º, estão sujeitos à multa correspondente a 4/5 da estabelecida no art. 10.

§ 3º Após o 306º dia contado da publicação deste decreto-lei, não tolerada qualquer prorrogação, aplicar-se-á, na sua integralidade, quando for o caso, a multa de que trata o art. 10.

§ 4º Até 360º dia contado da publicação do presente decreto-lei, será permitido, a título excepcional, aos veículos equipados com eixos em tandem providos de rodagem diferentes e rodas com diâmetros diferentes, uma carga bruta, máxima no conjunto dos eixos em tandem igual a 130% da carga bruta máxima indicada pelo fabricante do veículo para o eixo motor isolado.

Art. 13. Dos convênios firmados entre o DNER e os Estados, com fundamento no art. 45 do Decreto-lei nº 8.463, 27-12-45, constará, obrigatoriamente, cláusulas mediante as quais os Estados, através dos seus órgãos rodoviários, se encarregarão, a critério do DNER, do exercício da fiscalização da observância do disposto no presente decreto-lei.

Art. 14. De acordo com o Conselho Nacional de Trânsito, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem estabelecerá limites para as cargas transmitidas às vias públicas por combinações de eixos ou de rodas não previstas neste decreto-lei, e sempre de modo que os efeitos destrutivos sobre os pavimentos e obras de arte não excedam àqueles provocados pelas cargas máximas estabelecidas nos artigos anteriores.

Art. 15. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em particular o Decreto-lei nº 49, de

18 de novembro de 1966, e o Decreto nº 59.916, de 30 de dezembro de 1966.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 118 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1967

Dá nova redação ao Art. 7º da Lei nº 5.165, de 21 de outubro de 1966.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 2º do artigo, 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 5.165, de 21 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Os recursos provenientes dos dois fundos a que se refere a presente Lei, relativos aos exercícios de 1965 e 1966, serão objeto de programas bienais, especiais, elaborados pelas estradas e submetidos à aprovação do Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF), até o dia 31 de janeiro de 1967"

Art. 2º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 119 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1967

Autoriza o Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP) a alienar, em concorrência pública, o navio "Cidade Murtinho" de sua propriedade.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do art. 9º do Ato Ins-

titucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica o Serviço de Navegação da Bacia do Prata, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei número 5.252, de 16 de fevereiro de 1943 autorizada a alienar, em concorrência pública, o navio "Cidade Murinho", de sua propriedade, por preço não inferior ao da avaliação que vier a ser feita, obedecida a legislação em vigor.

Art. 2º A receita proveniente da alienação, de que trata o artigo anterior, constituirá receita extraordinária do Serviço de Navegação da Bacia do Prata, devendo ser registrada em rubrica própria.

Art. 3º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 120 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1967

Cria o Serviço de Estatística dos Transportes no Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966 e,

Considerando a inexistência de órgão supervisor das atividades relativas à estatística dos transportes;

Considerando ser imprescindíveis o conhecimento e a sistematização das estatísticas, para a coordenação e planejamento da política nacional de transportes, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º Fica criado, no Ministério da Viação e Obras Públicas, o Serviço de Estatística dos Transportes.

Art. 2º O Serviço de Estatística dos Transportes obedecerá a orientação técnica do Conselho Nacional de Estatística, nos termos da legislação sobre estatística em vigor.

Art. 3º O Serviço de Estatística dos Transportes tem por finalidade coordenar e sistematizar, ou levantar, diretamente, as estatísticas referentes aos transportes em geral no País, bem como das demais atividades compreendidas na competência do MVOP.

Art. 4º A organização e a estrutura do Serviço de Estatística dos Transportes serão estabelecidas no regulamento deste decreto-lei, que será baixado de acordo com os princípios gerais que disciplinam os órgãos de estatística.

Art. 5º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 121 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1967

Estabelece a competência da União para regulamentar o transporte rodoviário de cargas e coletivo de passageiros.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966;

Considerando a necessidade de prover a Administração Pública de um sistema de controle estatístico do fluxo de carga rodoviário;

Considerando a necessidade de estabelecer um regime que favoreça a livre iniciativa, condicionando a competição às características de qualidade do serviço, visando a evitar a baixa rentabilidade das operações através da maximização da eficiência operacional das frotas e da manipulação da carga;

Considerando a necessidade de propiciar a adequação das tarifas aos custos, tendo em vista o atendimento da demanda com a finalidade de dotar o sistema de condições de cobertura securitária;

Considerando, finalmente, a necessidade de favorecer a integração dos sistemas de transportes visando à

coordenação das fontes de produção, armazenagem e consumo;

Resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1.º O serviço interestadual de transporte regular de cargas e de transporte coletivo de passageiros por veículos automotores, de qualquer natureza, nas rodovias abertas à circulação pública, em todo território nacional, dependerá de autorização especial do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que regulará as condições de tráfego.

Art. 2.º Dentro de 90 (noventa) dias, contados da publicação deste Decreto-lei, o Poder Executivo baixará a regulamentação necessária.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 122 — DE 31 DE JANEIRO DE 1967

Reorganiza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 2º, do artigo 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, autarquia administrativa, com autonomia financeira, erigida em pessoa jurídica pelo Decreto-lei nº 8.463, de 27 de dezembro de 1945, reestrutura-se na sua competência e organização, segundo as disposições deste Decreto-lei e as normas regulamentares que vierem a ser baixadas pelo Poder Executivo.

Art. 2º Ao DNER compete planejar, projetar, financiar, controlar e supervisionar os serviços de implantação, pavimentação, conservação e restauração, nas estradas integrantes do Plano Nacional de Viação, bem como exercer a política de trânsito naquelas estradas e a de tráfego in-

terestadual, inclusive no que se refere às concessões dos serviços de transporte coletivo de passageiros.

Parágrafo único. O DNER poderá exercer quaisquer outras atividades que interessem ao desenvolvimento rodoviário.

Art. 3º Para desenvolvimento da técnica rodoviária e melhoria dos métodos de controle e fiscalização, bem como aperfeiçoamento do seu pessoal, o DNER fixará um programa anual de obras sob sua direta supervisão ou execução.

Art. 4º Para consecução dos objetivos indicados no art. 2º fica o DNER autorizado a celebrar convênios com os Estados, organismos militares ou outras entidades federais.

Parágrafo único. Os convênios previstos neste artigo poderão incluir a cessão definitiva ou temporária de pessoal, material, equipamentos, imóveis e instalações.

Art. 5º Para atendimento das necessidades previstas nos arts. 2º e 3º será revisto o Quadro de Pessoal da Autarquia segundo as regras estabelecidas no Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966.

Parágrafo único. A cessão a que se refere o parágrafo único do artigo 4º terá por objeto, preferentemente, o pessoal considerado excedente, na forma deste artigo, podendo estabelecer-se que correrá à conta dos Estados a responsabilidade do pagamento dos vencimentos e vantagens desse pessoal, na forma da legislação federal.

Art. 6º No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação deste Decreto-lei, o Poder Executivo disporá mediante regulamento, sobre a competência, organização e estrutura do DNER.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da publicação do regulamento a que se refere o artigo anterior.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 123 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1967

Estabelece a correção monetária nos contratos a conta do Fundo da Marinha Mercante, define as condições do prêmio pago aos armadores nacionais e eleva o teto dos financiamentos sob responsabilidade da Comissão de Marinha Mercante.

O Presidente da República, no uso da faculdade que lhe é deferida no artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, e

Considerando a importância fundamental da navegação-sobre-água, entre os sistemas de transportes;

Considerando a interligação política e econômica entre a navegação-sobre-água e a indústria da construção naval;

Considerando a conveniência de, em processo simultâneo, consolidar a indústria brasileira de construção naval e ampliar a frota mercante nacional, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º Em todos os contratos de financiamento, para compra de navio, a conta do Fundo da Marinha Mercante, inscrever-se-á, obrigatoriamente, cláusula estipulatória da correção monetária.

Parágrafo único. Ainda que não escrita, a cláusula da correção monetária reputar-se-á implícita no instrumento do contrato, ao qual se incorporam os critérios de correção estabelecidos neste Decreto-lei e regulamentação subsequente.

Art. 2º Quando se tratar de navios destinados ao longo curso, os financiamentos terão suas prestações reajustadas em função da variação do dólar.

Art. 3º Quando se tratar de embarcações destinadas a operar no país, as prestações serão corrigidas, no pagamento, pela aplicação do coeficiente indicado no art. 7º, da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964.

§ 1º A correção monetária prevista neste artigo terá por limite, a correção tarifária em igual período concedida pela Comissão de Marinha Mercante, desde que propicie incremento

do saldo operacional e ou venha aumentar a arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante, relativa à empresa contratante.

§ 2º A correção monetária e o reajuste de tarifas previstos neste artigo ocorrerão sempre que a variação cumulativa do coeficiente correto seja superior a 10%.

Art. 4º O prêmio concedido pela Comissão de Marinha Mercante, aos armadores nacionais, para aquisição de navios construídos no Brasil não ultrapassará a diferença de preço verificada entre o custo nacional e o preço do mercado internacional.

Parágrafo único. As condições e critérios para o pagamento do prêmio, a serem fixadas pelo Poder Executivo, distinguirão, obrigatoriamente, entre o navio destinado ao longo curso e o navio destinado a operar no país.

Art. 5º E' elevado, para 10.000 (dez mil) salários-mínimos, o teto fixado na letra b, do § 1º, do art. 4º da Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958.

Art. 6º O Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, baixará a regulamentação necessária, prevista neste Decreto-lei.

Art. 7º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 124 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1967

Altera a redação do art. 22 do Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º. O art. 22 do Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 22. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas a Lei nº 1.506, de 19 de dezembro de 1951, e a Lei Delegada nº 2, de 26 de setembro de 1962, e demais disposições legais em contrário."

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Luiz Marcello Moreira de Azevedo

Severo Fagundes Gomes

DECRETO-LEI Nº 125, — DE 31 DE
JANEIRO DE 1967

Altera a redação do art. 11 da Lei nº 4.425, de 8 de outubro de 1964.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o presente Decreto-Lei:

Art. 1º. O art. 11 da Lei nº 4.425, de 8 de outubro de 1964, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 11. Os Estados, Municípios e o Distrito Federal aplicarão, obrigatoriamente, a sua quota do imposto único sobre minerais, em investimentos nos setores rodoviários e de transporte em geral, energia, educação, agricultura, indústria, saúde Pública e urbanização.

§ 1º. Os investimentos previstos neste artigo deverão ser feitos, preferencialmente, em áreas consideradas prioritárias para o incremento da produção mineral.

§ 2º. Até o limite de 30% (trinta por cento), os recursos oriundos da quota do imposto único sobre minerais poderão ser aplicados em despesas de conservação e manutenção dos empreendimentos que resultarem dos investimentos nos setores mencionados neste artigo".

Art. 2º. Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Mauro Thibau

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 126 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1967

Define as atribuições dos Portos Organizados e Repartições aduaneiras na fiscalização, controle e trânsito de mercadorias.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º, do artigo 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966:

Considerando que os Artigos 1º e 2º da Lei nº 4.850, de 26 de novembro de 1965, atribui as Administrações dos Portos organizados responsabilidades pelo bom funcionamento dos serviços;

Considerando que as mercadorias que transitam na orla portuária ou são depositadas nos Armazéns dos portos organizados estão sob a responsabilidade direta das Administrações portuárias, sem prejuízo da fiscalização, repressão ao contrabando ou arrecadação dos direitos aduaneiros e outros impostos a cargo da Alfândega, decreta:

Art. 1º Cabe à Administração portuária, após a liberação de qualquer mercadoria pela Alfândega, efetuar a entrega das mesmas, desde que satisfeitas as obrigações perante a referida Administração.

§ 1º A Administração portuária poderá efetuar verificação de volumes conduzidos pelos pátios internos do cais do porto ou saídos pelos portões, no sentido de impedir lesão de seu patrimônio.

§ 2º A verificação de que trata o parágrafo anterior deverá ser feita, sempre que possível concomitantemente com a fiscalização aduaneira.

Art. 2º. As autorizações de entrada e saída de veículos nas dependências portuárias serão dadas pelas Administrações dos portos, que concederão facilidades legais para evitar o retardar nas operações de tráfego das mercadorias, sem prejuízo da competência das repartições aduaneiras de impedirem a entrada dos que forem julgados suspeitos aos interesses fiscais.

Art. 3º. A fiscalização dos agentes aduaneiros e da repressão ao contrabando será facilitada sem prejuízo dos encargos de fiscalização atribuídos às administrações portuárias.

Art. 4º. Mas dependências portuárias poderão ser feitas vistorias, sempre que as necessidades do serviço o exigirem, quer por iniciativa da autoridade aduaneira quer da autoridade portuária.

§ 1º. Na parte reservada aos funcionários aduaneiros essa vistoria será feita com prévia ciência do Inspetor da Alfândega e na presença de representante seu.

§ 2º. Essas vistorias deverão ser feitas tão logo as autoridades dela sejam científicas, sem quaisquer delongas, e poderão estender-se aos locais onde são guardados objetos e utensílios de uso pessoal.

§ 3º. A conferência aduaneira feita nos Armazéns dos Portos organizados, será sempre assistida pelo Fiel do Armazém, responsável pela guarda das mercadorias.

Art. 5º. Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República

H. CASTELLO BRANCO.

Zilmar de Araripe Macedo

Octavio Bulhões

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 127 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1967

Dispõe sobre operação de carga e descarga de mercadorias nos portos organizados e dá outras providências

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o ar-

tigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º. Os trabalhadores de estiva e de capatazia constituirão categoria profissional única, denominada "operador de carga e descarga", nos termos do artigo 21 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966 e respectiva regulamentação, regendo-se pelas regras gerais da Consolidação das Leis do Trabalho e deste decreto-lei.

Art. 2º. A remuneração dos operadores de carga e descarga, de conferentes e de consertadores, será livremente convenionada pelas entidades estivadoras, através de contratos individuais ou coletivos, respeitados os limites do salário mínimo regional e de acordo com os índices estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Salarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo único. A remuneração do pessoal a que se refere este artigo será feita a base de produção, respeitados os limites do salário mínimo regional, abolindo-se o pagamento das horas não efetivamente trabalhadas, salvo quando assim o forem por culpa da entidade requisitante.

Art. 3º. As Delegacias do Trabalho Marítimo serão obrigadas a registrar e emitir as cadernetas de inscrição dos operadores de carga e descarga, bem como de consertadores e conferentes que satisfizerem as exigências regulamentares.

§ 1º. No prazo de 60 (sessenta) dias o Poder Executivo baixará regulamentação para a inscrição dos operadores de carga e descarga, consertadores e conferentes, nas Delegacias do Trabalho Marítimo, abolidas as atuais limitações do número de operários para efeito de registro, quanto à atual estiva, conferentes e consertadores de carga.

§ 2º. As Delegacias do Trabalho Marítimo manterão relacionamentos distintos para a estiva, capatazia, conferente e consertador.

Art. 4º. O Poder Executivo promoverá a extinção dos atuais quadros dos trabalhadores em serviço de capatazias, assim como de trabalhadores portuários, ambos quando regidos por Estatutos de Funcionários Públicos.

Art. 5º. A realização dos serviços de carga e descarga competirá às catego-

rias de operadores de carga e descarga conferentes, consertadores, e vigias serão efetuados, exclusivamente, através das seguintes entidades:

- a) Administração do Porto;
- b) Empresas de Navegação;
- c) Empresas especializadas em movimentação de carga.

§ 1º E' facultado às entidades estivadoras, possuírem, em seus quadros, operadores de carga e descarga, consertadores e conferentes, com vínculo empregatício, devendo recrutá-los, preferentemente, entre os sindicalizados na data desta lei.

§ 2º A organização e composição dos termos se fará de acôrdo com a solicitação e serão fixadas pelas entidades referidas no artigo 5º, em função da estrita e efetiva necessidade de serviços a serem realizados.

Art. 6º Os serviços de movimentação de carga: armazenagem, transporte de um para outro ponto das instalações, que nos portos organizados, incumbem às respectivas administrações, poderão ser executados por entidade estivadora, mediante contrato com a administração do porto.

Art. 7º O serviço de vigilância portuária poderá ser prestado por pessoal matriculado na Delegacia do Trabalho Marítimo, de preferência sindicalizado, mediante contrato individual ou coletivo celebrado pelo Comandante da embarcação, pelo Armador, ou por seu preposto.

§ 1º A remuneração do pessoal a que se refere este artigo será livremente convencionada pelos contratantes, respeitados os limites de salário mínimo regional e de acôrdo com os índices estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Salarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 2º E' facultado às entidades ou empresas estivadoras possuírem, em seus quadros, vigias com vínculo empregatício, matriculados na Delegacia do Trabalho Marítimo e, de preferência sindicalizados.

§ 3º Aplica-se ao pessoal a que se refere este artigo, o disposto no § 1º do artigo 3º d'este decreto-lei.

Art. 8º O Conselho Regional do Trabalho Marítimo é o órgão colegiado competente para cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente aos serviços de carga e descarga de que

trata o artigo 5º, bem como o de fiscalizar e disciplinar o trabalho nos referidos serviços.

Art. 9º O Poder Executivo fica autorizado a regulamentar os serviços realizados nas instalações portuárias alocadas, bem como o serviço de armazenagem interna, transporte e entrega de mercadorias.

Art. 10. O Ministério do Trabalho e Previdência Social deverá estabelecer, no prazo de 90 dias, as lotações numéricas de pessoal das Delegacias do Trabalho Marítimo, de modo a que, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação d'este decreto-lei, possam estar todos esses cargos e funções preenchidos, cumpridas as formalidades legais.

Art. 11. Presidirá a Delegacia do Trabalho Marítimo o Capitão dos Portos respectivo, o qual, nos seus impedimentos, será substituído, para esse efeito, e a seu critério, pelo representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social ou pelo oficial de marinha que o substituir na função de Capitão dos Portos.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário contidas nos seguintes diplomas legais: Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; Decreto-lei nº 3.844, de 20 de novembro de 1941; Decreto-lei nº 8.806, de 24 de janeiro de 1946; Lei nº 1.561, de 21 de fevereiro de 1952; Lei nº 2.162, de 4 de janeiro de 1954; Lei nº 2.191, de 5 de março de 1954; Lei nº 2.872, de 18 de setembro de 1956; Lei nº 4.127, de 27 de agosto de 1962; Decreto número 24.508, de 29 de junho de 1934; Decreto nº 7.838, de 11 de novembro de 1934; Decreto nº 34.453, de 4 de novembro de 1953; Decreto nº 36.025, de 12 de agosto de 1954; Decreto número 37.987, de 27 de setembro de 1955; Decreto nº 42.466, de 14 de outubro de 1957; Decreto nº 52.156, de 25 de junho de 1963 e Decreto número 59.832, de 21 de dezembro de 1966.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Zilmar de Araripe Macedo
Octavio Bulhões
Juarez Távora
L. G. do Nascimento e Silva
Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 128 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1967

Dispõe sobre a alienação de imóveis integrantes dos acervos das empresas concessionárias dos serviços portuários.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º É vedado às empresas concessionárias de serviços portuários, alienar sob qualquer título, mesmo como mandatárias da União Federal, ou do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis o domínio útil ou o domínio direto dos bens imóveis integrantes dos acervos das concessionárias, ainda que tais imóveis sejam ou venham a se tornar desnecessários à exploração dos respectivos serviços portuários.

Art. 2º Os bens imóveis que se tornarem desnecessários à exploração dos serviços portuários, após devidamente assim declarados pelos órgãos competentes, passarão a integrar o Patrimônio da União, devendo a respectiva venda, se for o caso, ser precedida da competente autorização legislativa, cumpridas as demais normas legais e regulamentares que regem a alienação de bens imóveis da União.

Art. 3º O Ministro da Viação e Obras Públicas fixará as normas que se tornarem necessárias para completa execução deste Decreto-lei.

Art. 4º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 129 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1967

Dá nova redação ao art. 43 do Decreto-Lei nº 72 de 21 de novembro de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo parágrafo 2º do Ato Institucional nú-

mero 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O art. 43 do Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43. Caberá ao Departamento Administrativo do Serviço Público a realização dos concursos públicos destinados ao provimento dos cargos efetivos do Quadro do Pessoal do INPS e à admissão do pessoal trabalhista.

§ 1º. Fica o DASP autorizado a delegar ao INPS a realização dos concursos, mediante solicitação deste, sempre que houver necessidade de provimento dos cargos em determinado prazo ou em localidade do interior.

§ 2º. A delegação a que se refere o § 1º será concedida pelo Diretor-Geral do DASP, sem prejuízo do controle normativo dos concursos por parte desse Departamento, devendo, no caso de recusa, ser esta justificada perante o Presidente da República.

§ 3º. Na realização dos concursos por delegação, serão observadas as normas gerais expedidas pelo DASP a respeito do assunto”.

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO-LEI 130 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1967

Altera o parágrafo único do art. 1º do Decreto-lei nº 38, de 18 de novembro de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do artigo 9º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º do Decreto-lei nº 38, de 18 de no-

vembro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. O disposto neste artigo será facultativo para as empresas com capital registrado até Cr\$ 40.000.000 (quarenta milhões de cruzeiros) ou cuja receita bruta anual não exceda a Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros)."

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967: 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 131 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1967

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 32.358.800, para o fim que especifica.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 32.358.800 (trinta e dois milhões trezentos e cinquenta e oito mil e oitocentos cruzeiros), destinado a regularizar igual despesa realizada em 1964, com o pagamento da diferença de vencimentos no período de junho de 1962 a dezembro de 1963 dos servidores da Agência de Padronização e Classificação do Ministério da Agricultura, no Estado da Paraíba, abrangidos pela Lei nº 4.069, de 17 de junho de 1962.

Art. 2º O presente crédito será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional.

Brasília, 31 de janeiro de 1967: 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Severo Fagundes Gomes

DECRETO-LEI Nº 132 — DE 1 DE
FEVEREIRO DE 1967

Altera a Lei nº 3.654, de 4 de novembro de 1959.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º Ficam revogados os artigos 5º, 25 e 41 da Lei nº 3.654, de 4 de novembro de 1959.

Art. 2º É assegurada a matrícula no Instituto Militar de Engenharia, na forma prevista nos dispositivos revogados pelo artigo anterior, aos Oficiais da Ativa do Quadro de Material Bélico e das Armas de Comunicações e Engenharia das turmas de formação de 1960 a 1965, bem como aos Cadetes que, em 1967, venham a ser declarados Aspirantes-a-Oficial pela Academia Militar das Agulhas Negras.

Art. 3º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1 de fevereiro de 1967: 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Ademar de Queiroz

DECRETO-LEI Nº 133 — DE 1 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre regime de trabalho nas empresas, em decorrência do racionamento de energia elétrica, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando as atribuições que lhe confere o artigo 2º, § 9º do Ato Institucional nº 4 de 7 de dezembro de 1966,

Considerando as circunstâncias excepcionais que limitam o consumo de energia elétrica nos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, conforme nota expedida pelo Ministro das Minas e Energia;

Considerando que a gravidade da atual situação permite ao Poder Público adotar normas de emergência que proporcionem proteção à produ-

ção, de modo a conciliar os elevados interesses da economia nacional com as garantias legais dos trabalhadores;

Considerando que cabe ao Governo Federal adotar as medidas legais que resguardem índices mínimos de produção, capazes de evitar na atual conjuntura, o encarecimento do custo das utilidades, com sérios reflexos sobre a situação econômico-financeira do país;

Considerando que é dever de todos cooperar para a superação dos efeitos decorrentes de ameaça de paralisação de importantes atividades produtivas; decreta:

Art. 1º É permitido, em caráter excepcional e enquanto perdurar o racionamento de energia elétrica nos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, o trabalho, até às 23 horas, nas empresas localizadas nas zonas de desligamento de circuitos elétricos independentemente das restrições previstas no Título III, Capítulos II e IV, podendo os acréscimos prescritos nos artigos 61, § 2º, parte final, e 73 da Consolidação das Leis do Trabalho, ser reduzidos de 10 (dez) pontos percentuais em relação às percentagens de que tratam os citados incisos legais.

Art. 2º É assegurado às empresas que puderem proceder desde logo, à recuperação do tempo de interrupção do trabalho, o direito de funcionar aos sábados, domingos e feriados, respeitado o disposto no art. 1º garantindo-se aos empregados, em regime de revezamento, o repouso semanal em outro dia da semana.

Art. 3º Logo que seja assegurado um fornecimento de energia contínuo entre 12 e 18 horas às empresas, fica assegurada a estas a possibilidade de compensar as duas horas restantes do período normal da jornada de trabalho após a normalização do racionamento, e independente do pagamento de adicional.

Art. 4º As empresas deverão comunicar às Delegacias Regionais do Trabalho da respectiva jurisdição, dentro do prazo de 10 dias, o novo horário de trabalho que adotarem para aplicação dos critérios previstos neste decreto-lei.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ces-

sando a sua aplicação quando se extinguirem os efeitos do regime de racionamento, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO-LEI Nº 134 — DE 2 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre o cálculo do "imposto único" incidente sobre águas minerais industrializadas, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O "imposto único" incidente sobre águas minerais industrializadas será calculado com base no valor tributável, constante da pauta semestral, fixada pelo Departamento de Rendas Internas.

Art. 2º O valor tributável, fixado em pauta, corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do preço médio apurado pelo Departamento de Rendas Internas, por intermédio dos órgãos de classe.

Parágrafo único. A percentagem indicada neste artigo refere-se à razão aritmética entre o preço P.C.B. das águas minerais engarrafadas e as despesas de industrialização.

Art. 3º As empresas engarrafadoras ainda que sob ação fiscal, poderão recolher o imposto devido, sem acréscimo de qualquer penalidade em 10 prestações iguais, mensais e consecutivas, desde que o requerram dentro de sessenta dias a partir da vigência deste Decreto-lei.

Art. 4º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Oktávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 135 — DE 2 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a constituição da Fundação denominada Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes — GEIPOT — e sobre os contratos celebrados pelo Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes órgão centralizado da União.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, e

Considerando que, mediante Acórdão de Assistência Técnica celebrado entre o Governo Brasileiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, em 1º de outubro de 1965, obrigou-se o primeiro à estruturação do quadro de técnicos e suporte administrativo para o atendimento aos objetos do Acórdão;

Considerando que, para tal fim, mediante o Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, modificado pelo Decreto nº 57.276, de 17 de novembro de 1965, foi criado o Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes — GEIPOT, sob a direção superior dos Ministros de Viação e Obras Públicas, da Fazenda, Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica e Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, sob a Presidência do primeiro;

Considerando que, no sentido de assegurar ao aludido GEIPOT as necessárias condições para estruturar-se com técnicos de alto gabarito, capazes de se comporem com consultores internacionais, no duplo sentido de assisti-los e absorver-lhes a metodologia e a experiência do gênero, bem como operar as atividades administrativas pertinentes com rapidez, flexibilidade e eficiência, foi feita a exposição de motivos 1.850 GM/65 de 23 de novembro de 1965, do Ministro da Viação e Obras Públicas;

Considerando a necessidade de serem regularizados os contratos celebrados pelo GEIPOT para alcançar os resultados, altamente satisfatórios, que obteve na FASE I, inclusive para efeito de proceder aos respectivos registros perante os órgãos fiscalizadores;

Considerando que, em vista do sucesso alcançado pela FASE I do GEIPOT, o Governo Brasileiro acaba de celebrar com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, cuja agência é o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o instrumento que permite o imediato empreendimento de uma FASE II,

Considerando que é indispensável assegurar-se ao aludido Grupo as mesmas condições concedidas pela aprovação da aludida Exposição de Motivos, sob pena de incorrer em fracasso, a eficiência, a qualidade e a exatidão dos novos estudos, colocando em risco a possibilidade de utilização de recursos externos, cujas negociações e consequente financiamento dependem da elaboração prévia e adequada dos estudos respectivos;

Considerando que, sem embargo da qualidade de Grupo Interministerial, o GEIPOT deve caracterizar-se como entidade que se apresente flexível e dinâmica, atendendo às reais necessidades dos serviços, em suas diversas etapas, ou seja a forma que melhor se adapte ao regime empresarial, quando comparado este com as inúmeras restrições que peçam a ação dos órgãos regulares da administração permanente,

Considerando, finalmente, que os objetivos a serem alcançados pelo GEIPOT constituem elementos necessários para o desenvolvimento nacional,

Resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transformar em Fundação, o Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT), instituído pelo Decreto número 57.003, de 11 de outubro de 1965, modificado pelo Decreto nº 57.276, de 17 de novembro de 1965,

§ 1º A Fundação, sob a denominação de Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes — GEIPOT, terá a duração necessária para execução dos trabalhos complementares da FASE I do Convênio assinado entre o Governo Brasileiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, e daqueles previstos em sua Fase II.

§ 2º A Fundação GEIPOT terá por único objetivo, a execução dos trabalhos a que se refere a parte final do parágrafo anterior,

§ 3º Os bens vinculados aos serviços do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, uma vez constituída a aludida Fundação, passarão a integrar o patrimônio desta.

Art. 2º Os atos constitutivos da Fundação em causa, serão o próprio instrumento de transferência de bens para a nova entidade,

Art. 3º A Fundação será constituída em sessão pública, a ser realizada no Ministério da Viação e Obras Públicas, após devidamente aprovado pelo respectivo Ministro o projeto de Estatutos, sendo que estes deverão constar da ata de constituição juntamente com o histórico e resumo dos atos constitutivos, inclusive avaliação dos bens e direitos a serem transferidos a Fundação.

Parágrafo único. O Ministro da Viação e Obras Públicas constituirá Comissão integrada por um representante de seu Ministério e representantes dos Ministérios da Fazenda e Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, e do Estado Maior das Forças, como fim de elaborar os Estatutos da Fundação GEIPOT.

Art. 4º Compete ao Ministro da Viação e Obras Públicas representar a União nos atos constitutivos da Fundação de que trata este Decreto-lei, bem como nos demais a ela referentes,

Art. 5º A entidade a ser constituída na forma deste Decreto-lei goza-

rá de isenção de todos os impostos federais,

Parágrafo único. A isenção abrangerá os bens, rendas, e serviços da Fundação, bem como os atos jurídicos em que figure como adquirente, donatária, de bens móveis ou imóveis, estendendo-se, ainda, a atos registro e averbações necessárias à sua constituição,

Art. 6º Enquanto não fôr constituída a Fundação em causa, o Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes reger-se-á pelos Decretos nºs. 57.003, de 11 de outubro de 1965, modificado pelo Decreto número 57.276, de 17 de novembro de 1965, ficando ratificados, para todos os efeitos, inclusive registros e aprovações de contas, os contratos celebrados e os atos praticados, até a presente data, pela Superintendência Executiva do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes GEIPOT criado nos termos do aludido Decreto nº 57.003.

Parágrafo único. Os contratos e atos de que trata este artigo só poderão ter efeitos até a data de constituição da Fundação de que trata o art. 1º deste Decreto-lei.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de fevereiro de 1967; 149º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Juarez Távora
Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 136 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1967

Altera o Anexo 2 integrante da Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o presente Decreto-lei:

Art. 1º. O quadro da Unidade Orçamentária — Anexo 4.01.00 — Presidência da República, referente às despesas Correntes e Despesas de Capital, constante do anexo da Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, publicado no Suplemento ao nº 236 do *Diário Oficial* da União, de 15 de dezembro de 1966, passa a ter a seguinte disposição:

4.01.00 — PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Finalidade: Estudar e encaminhar os assuntos políticos ou administrativos, inclusive de caráter militar subordinados à apreciação do Presidente da República ou decorrentes de suas decisões e dirigir os serviços dos Palácios Presidenciais.

Legislação: Decreto nº 23.822, de 10.10.47 — Decreto nº 38.745, de 1 de fevereiro de 1956 — Decreto nº 51.717, de 18.2.63 — Decreto número 52.216, de 2.7.63.

Categoria Econômica (Código)	ESPECIFICAÇÃO	Fixa ou Variável	Despesas		Elemento	Categoria Econômica Total
			Fundos	Dotações Ordinárias		
	Total Geral					9.884.371
3.0.0.0	Despesas Correntes					9.084.371
3.1.0.0	Despesas de Custeio					9.049.261
3.1.1.0	Pessoal				2.439.261	
3.1.1.1	Pessoal Civil			1.839.261		
01.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	F		269.261		
02.00	Despesas variáveis com Pessoal Civil	V		1.570.000		
3.1.1.2	Pessoal Militar			600.000		
02.00	Despesas Variáveis com Pessoal Militar	V		600.000		
3.1.2.0	Material de Consumo	V		1.660.000	1.660.000	
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	V		800.000	800.000	
3.1.4.0	Encargos Diversos	V		4.150.000	4.150.000	
3.2.0.0	Transferências Correntes					35.110
3.2.5.0	Salário-Família				35.110	
01.00	Pessoal Civil	F		35.110		
4.0.0.0	Despesas de Capital					800.000
4.1.0.0	Investimentos					800.000
4.1.3.0	Equipamentos e instalações	V		600.000	600.000	
4.1.4.0	Material permanente	V		200.000	200.000	
	Recapitulação:					
	Despesa fixa			304.371		
	Despesa Variável			9.580.000		
	Total			9.884.371		

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário, entrando este Decreto-lei em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 2 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 137 — DE 2 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a política de consolidação do Distrito Federal, cria a Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRAS), extingue o Grupo de Trabalho de Brasília — G.T.B. e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 1, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º. Entende-se como política do Governo para a consolidação e desenvolvimento de Brasília a coordenação dos meios de que dispõe a União para, mediante planejamento adequado, promover o progresso da Capital Federal, assim como a conjugação desses meios com os recursos do setor privado.

Art. 2º. Fica instituída a Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRAS), destinada a orientar, coordenar, executar e controlar a política de consolidação e desenvolvimento do Distrito Federal.

Parágrafo único. A CODEBRAS vincula-se ao Gabinete do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, gozando de plena autonomia administrativa e financeira e compõe-se de:

- a) Junta Diretora;
- b) Conselho Consultivo;
- c) Secretaria Executiva.

Art. 3º. Compete à CODEBRAS:

I — Dar orientação geral e execução à política de desenvolvimento de Brasília.

II — Baixar resoluções normativas e coordenadoras da ação do Governo Federal em Brasília.

III — Organizar, anualmente, a programação financeira de investimentos.

IV — Orientar e coordenar a mudança e instalação de órgãos e servi-

dores da Administração Federal que se devam fixar em Brasília.

V — Promover a execução da política habitacional para Brasília mediante a utilização de meios e recursos do setor público e do setor privado.

VI — Manifestar-se sobre convênios, contratos ou quaisquer ajustes que digam respeito diretamente à expansão da Capital da República, e seus problemas habitacionais, quando nêles forem intervenientes entidades de direito público ou empresas de que o Governo detenha o controle.

VII — Exercer todas as atribuições atualmente cometidas ao Grupo de Trabalho de Brasília (G.T.B.).

VIII — Baixar instruções regulamentadoras e complementares a este decreto-lei, em todos os seus aspectos.

Art. 4º. A CODEBRAS elaborará um Plano Diretor Plurianual, do qual constem:

I — Indicação justificada dos órgãos administrativos que, prioritariamente, se devam fixar no Distrito Federal, com o respectivo cronograma de mudança.

II — Programa de edificação de prédios públicos.

III — Programa de edificação de residências para funcionários.

IV — Indicação prioritária para a urbanização de áreas.

V — Diretrizes da política funcional a ser seguida em Brasília.

VI — Fontes e usos dos recursos a serem utilizados na execução do Plano.

VII — Etapas de desdobramento da implementação do Plano Diretor, em harmonia com os recursos mobilizáveis.

Parágrafo único. Na elaboração do Plano Diretor referido neste artigo, a CODEBRAS agirá em conjunto com os órgãos responsáveis pelo planejamento econômico-financeiro nacional, dentro dos limites orçamentários fixados pelo Ministério da Fazenda.

e em consonância com a Reforma Administrativa, valendo-se da colaboração dos demais órgãos dos três Poderes.

Art. 5º A Junta Diretora será formada de 3 (três) membros, cidadãos de reconhecida competência profissional e ilibada reputação, residentes em Brasília, nomeados pelo Presidente da República, um dos quais será designado para presidi-la

§ 1º. Um dos membros da Junta Diretora será indicado pelo Prefeito do Distrito Federal.

§ 2º. Cada membro da Junta Diretora terá um suplente, escolhido pela mesma forma do titular e com ele simultaneamente designado, que o substituirá, no colegiado, em suas faltas e impedimentos.

§ 3º. Em caso de vacância, a convocação do substituto será para completar o mandato do substituído.

§ 4º. No impedimento do titular, exercerá a Presidência da Junta Diretora o membro mais idoso.

§ 5º. A Junta Diretora deliberará por maioria de votos, sob a forma de Resolução, conforme dispuser o Regulamento.

Art. 6º. O Regulamento atribuirá aos membros efetivos da Junta Diretora, além da participação no colegiado, responsabilidade pela coordenação direta de determinadas atividades.

Art. 7º. Os membros efetivos da Junta Diretora estão obrigados a dedicação exclusiva e tempo integral, com remuneração equivalente à do Prefeito do Distrito Federal e serão designados para um mandato de 4 (quatro) anos, salvo quanto aos inicialmente nomeados, cujos mandatos terão as durações de 1, 2 e 4 (um, dois e quatro) anos, determinadas nos respectivos decretos de nomeação.

Parágrafo único. É permitida a recondução.

Art. 8º O Conselho Consultivo será integrado por 5 (cinco) membros, representando os seguintes órgãos:

I — Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica.

II — Estado-Maior das Forças Armadas.

III — Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

IV — Confederação Nacional do Comércio.

V — Confederação Nacional da Indústria.

§ 1º. Presidirá o Conselho Consultivo o Presidente da Junta Diretora.

§ 2º. Quando não residirem em Brasília, os membros do Conselho Consultivo serão indenizados das despesas de viagem e estadia que fizerem e, em qualquer caso, perceberão a representação que fôr fixada em regulamento.

§ 3º O Conselho Consultivo reunirá-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação do Presidente da Junta Diretora.

Art. 9º. Caberá ao Conselho Consultivo:

I — Opinar sobre o Plano Diretor Plurianual e etapas de desdobramento de sua implementação.

II — Dar parecer sobre o Orçamento-Programa anual da Junta Diretora.

III — Sugerir estudos relacionados com a fixação e implementação da política de consolidação do Distrito Federal.

IV — Pronunciar-se sobre matéria submetida a seu exame pela Junta Diretora.

Art. 10. A Secretaria Executiva será o órgão de apoio da Junta Diretora para a realização dos estudos e trabalhos que forem determinados, cabendo-lhe também promover a execução das resoluções e decisões da Junta.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva será dirigida por um Secretário Executivo, designado pela Junta Diretora.

Art. 11. O Grupo de Trabalho de Brasília (G.T.B.), criado pelo Decreto nº 43.825, de 25 de fevereiro de 1953, fica extinto a partir da instalação da CODEBRAS, passando a este o seu acervo, material, dotações orçamentárias e outros recursos a ele pertencentes.

Parágrafo único. A CODEBRAS assumirá, também, a gestão dos recursos administrados pelo extinto G.T.B.

Art. 12. Na aplicação de fundos públicos ou quaisquer outros recursos financeiros geridos pela CODEBRAS, continuam vigorando as disposições legais estabelecidas para a movimentação e emprêgo de recursos pelo Grupo de Trabalho de Brasília.

Art. 13. A CODEBRAS reexaminará os contratos e convênios firmados pelo extinto G.T.B. para ratificação ou providenciar a devida revisão.

Art. 14. Mediante Resolução da Junta Diretora, a CODEBRAS alienará bens imóveis integrantes do seu patrimônio, mediante avaliação.

Art. 15. A CODEBRAS realizará os seus trabalhos de preferência mediante convênios e contratos com entidades públicas ou privadas, a fim de evitar aumento de custos operacionais e administrativos, decorrentes da execução direta de serviços.

Art. 16. Os serviços da CODEBRAS serão executados por pessoal sujeito ao regime da Legislação Trabalhista.

§ 1º. Cabe à Junta Diretora, ouvido o Conselho Consultivo, aprovar os critérios salariais a serem adotados na CODEBRAS, levando em conta a política salarial do Governo e as condições do mercado de trabalho.

§ 2º. As admissões serão sempre feitas mediante concurso.

§ 3º. O pessoal atualmente em exercício no Grupo de Trabalho de Brasília poderá ser aproveitado na CODEBRAS, verificadas, em cada caso, a conveniência desse aproveitamento, a situação e a habilitação do servidor para as funções que deverá exercer.

§ 4º. O pessoal que não interessar aos serviços da CODEBRAS será dispensado ou devolvido à repartição de origem, se funcionário público.

§ 5º. Em caráter temporário, os funcionários públicos atualmente em exercício no Grupo de Trabalho de Brasília poderão continuar a prestar serviços à CODEBRAS, nas condições que estabelecer a Junta Diretora.

Art. 17. A CODEBRAS adotará o regime de auditoria interna para controle de suas atividades, podendo, ainda, atribuir a fiscalização da execução de seus contratos e convênios a firmas especializadas, de reconhecida idoneidade moral e técnica.

Art. 18. A CODEBRAS manterá contabilidade patrimonial, financeira e orçamentária.

Parágrafo único. Até o dia 30 de junho de cada ano, a CODEBRAS remeterá os balanços do exercício anterior ao Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica e, por meio deste, ao Ministério da Fazenda.

Art. 19. A CODEBRAS apresentará, no prazo de 30 (trinta) dias da sua instalação, o projeto de seu Regulamento, a ser aprovado por Decreto.

Art. 20. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1967; 148º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Roberto Campos

Octavio Bulhões

João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 138 — DE 2 DE
FEVEREIRO DE 1967

Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a executar obras de Engenharia Rural.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 2º, do artigo 3º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º. Fica o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas autorizado, nas condições estabelecidas por este Decreto-Lei, a destinar recursos orçamentários ou próprios para financiamentos a empresas e aquisições de equipamentos destinados à execução de obras e serviços de Engenharia Rural, visando ao aproveitamento econômico de empresas rurais situadas na área do Polígono das Secas.

Art. 2º. Define-se como Engenharia Rural, para os fins do presente Decreto-Lei, todo investimento realizado no âmbito da propriedade rural, sob a forma de construção de obras, ou prestação de serviços que promo-

vam a elevação da sua resistência aos efeitos da seca, tais como:

- a) construção de pequenos açudes, e barragens submersas;
- b) perfuração e instalação de poços;
- c) pequenas obras de irrigação;
- d) construção de armazéns, estábulos, silos, pocilgas, aviários, cisternas, estradas de acesso e outros empreendimentos de natureza agro-pastoril;
- e) aquisição ou reforma de máquinas e equipamentos agrícolas;
- f) eletrificação do imóvel rural;
- g) assistência técnica.

Art. 3º. Os financiamentos a que se refere o art. 1º serão concedidos por intermédio dos estabelecimentos de crédito integrantes do sistema nacional de crédito rural de que trata o art. 7º da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e que se tenham constituído em Agentes Financeiros do Banco Central da República do Brasil (FUNAGRI), para crédito rural.

§ 1º. Obedecido o prazo máximo de dez anos com dois de carência, os financiamentos subordinar-se-ão às taxas de juros, modalidades de garantia, esquema de pagamento, fiscalização e mais condições regulamentares dos estabelecimentos bancários de que trata este artigo, obedecidas, ainda, as normas que sobre o assunto vier a baixar o Banco Central da República do Brasil.

§ 2º. Os projetos encaminhados às instituições creditícias, para execução dos serviços de Engenharia Rural, dependerão de prévia aprovação do DNOCS.

§ 3º. Poderá o DNOCS assinar convênios diretamente com os estabelecimentos bancários mencionados neste artigo, para prestação da assistência técnica indispensável à consecução dos fins previstos neste Decreto-Lei.

Art. 4º. Os programas de Engenharia Rural serão executados, em princípio, em áreas preferenciais, por Estado, e selecionados mediante critérios de prioridade, levando-se em conta os seguintes fatores:

- a) índice de pluviosidade;
- b) densidade de obras de pequena açudagem e poços;
- c) densidade da população rural;

- d) densidade dos rebanhos;
- e) índice de produção agrícola extensiva;
- f) capacidade hídrica da área;
- g) mercado.

Art. 5º. Por iniciativa do DNOCS, poderão ser criados, mediante convênio com órgãos públicos, Banco do Brasil S. A. e Banco do Nordeste do Brasil S. A., grupos de trabalho para determinação das áreas preferenciais de que trata o artigo anterior.

Art. 6º. A habilitação aos projetos previstos neste Decreto-Lei será feita através de petição dirigida ao DNOCS, obedecido o modelo aprovado por portaria da Diretoria Geral da mencionada Autarquia.

§ 1º. Instruirá o pedido, além do título de propriedade, prova da inexistência de dívida para com a fazenda pública federal, estadual e municipal e de quaisquer ônus sobre o imóvel.

§ 2º. Os estudos e projetos, indispensáveis à determinação da viabilidade técnica e econômica do empreendimento, serão realizados através do DNOCS.

Art. 7º. Deferido o requerimento, o candidato será obrigado a depositar no DNOCS uma caução correspondente ao maior salário-mínimo vigente no País.

Parágrafo único. Esta caução será restituída:

I — quando da liberação da última parcela do financiamento;

II — se decorrido o prazo de um ano, a partir da data do depósito, não tiver sido ainda autorizado o financiamento; ou

III — se os estudos concluírem pela inviabilidade do projeto.

Art. 8º. Na hipótese da decorrência de um prazo superior a seis meses, entre a aprovação do orçamento dos serviços e a concessão do financiamento, poderão ser reajustados os custos da obra, de acordo com o índice de correção monetária para a época.

Art. 9º. As obras e serviços a que se refere este Decreto-Lei serão executados diretamente pelo DNOCS ou pela empresa, a critério do primeiro.

Art. 10. A empresa retribuirá ao DNOCS pelas obras e serviços que

este executar de acordo com orçamento e critérios por ele estabelecidos.

Parágrafo único. Na confecção do orçamento de que trata o presente artigo, o DNOCS utilizará tabela de preços unitários aprovada pelo Conselho Deliberativo do Órgão.

Art. 11. Fica ainda o DNOCS autorizado a executar, total ou parcialmente, projetos que envolvam obras e serviços de Engenharia Rural, para cujos empreendimentos sejam utilizados unicamente recursos próprios das empresas rurais ou outras quaisquer formas de financiamento bancário ou de incentivo às empresas agrícolas situadas no Polígono das Secas.

Parágrafo único. A retribuição dos trabalhos executados pelo DNOCS, de acordo com o disposto neste artigo, obedecerá às mesmas disposições contidas no artigo anterior.

Art. 12. O presente Decreto-Lei revoga especificamente todos os dispositivos legais em vigor relacionados com a execução de obras de açudagem e perfuração de poços, em regime de cooperação.

Parágrafo único. As obras em cooperação, em andamento ou aquelas ainda não iniciadas mas com contratos assinados, continuarão a se reger pela legislação anterior a este Decreto-Lei, caso seja do interesse da empresa e do DNOCS.

Art. 13. O presente Decreto-Lei será regulamentado através de decreto no prazo de 90 dias.

Art. 14. Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1967: 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLÓ BRANCO
Octavio Bulhões
Juarez Távora
Severo Fagundes Gomes

DECRETO-LEI Nº 139 — DE 2 DE
FEVEREIRO DE 1967

Reestrutura o Conselho Nacional de Transportes.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferi-

das pelo § 2º, do artigo 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º O Conselho Nacional de Transportes, criado pela Lei nº 4.563, de 11 de dezembro de 1964, será reestruturado na forma deste Decreto-lei.

Art. 2º O Conselho Nacional de Transportes será constituído dos seguintes membros:

- a) o Presidente, Ministro da Viação e Obras Públicas;
- b) um representante do Estado-Maior das Forças Armadas;
- c) o Diretor da Diretoria de Aeronáutica Civil como representante do Ministério da Aeronáutica;
- d) um representante do Ministério da Fazenda;
- e) um representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica;
- f) um representante de cada um dos seguintes setores:
 - Portos e Vias Navegáveis;
 - Marinha Mercante;
 - Estradas de Rodagem; e
 - Estradas de Ferro.

§ 1º Os representantes do Estado-Maior das Forças Armadas, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Ministério da Fazenda, serão nomeados por decreto do Presidente da República, mediante, respectivamente, indicação do Chefe do Estado-Maior e dos Ministros interessados.

§ 2º Os demais membros serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 3º Quando criados os Conselhos de Administração das Autarquias, seus Presidentes serão os representantes dos respectivos setores no Conselho Nacional de Transportes.

Art. 3º Ao Conselho Nacional de Transportes compete:

I — Deliberar sobre:

- a) execução e alterações do Plano Nacional de Viação;
- b) medidas que visem ao aperfeiçoamento dos meios de transportes e sua exploração econômica;
- c) anteprojeto de leis e regulamentos referentes a transportes;
- d) controle da execução da política de transportes;

e) política tarifária dos diferentes meios de transporte;

f) planos quadriennais e programas anuais de investimento das Autarquias e das Sociedades de Economia Mista vinculadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas, bem como dos órgãos competentes do Ministério da Aeronáutica no que concerne ao transporte aéreo;

g) operações de crédito ou financiamento em que participe o Ministério da Viação e Obras Públicas, Autarquia ou Sociedades de Economia Mista a ele vinculadas e do Ministério da Aeronáutica ou órgãos a ele vinculados no tocante a assuntos de transporte aéreo;

h) concessão ou autorização para a exploração de linhas de transporte ou para a exploração de terminais;

i) subvenções a serem concedidas a empresas de transporte;

j) regulamentação do presente Decreto-lei.

II — Manifestar-se sobre:

a) balanço das empresas privadas de transporte subvencionadas pela União, bem como das Sociedades de Economia Mista vinculadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas;

b) relatórios anuais das atividades das Autarquias e das Sociedades de Economia Mista vinculadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas e dos órgãos competentes do Ministério da Aeronáutica no que concerne ao transporte aéreo, bem como relatórios periódicos dessas entidades que permitam o acompanhamento da execução dos programas anuais;

c) acordos internacionais em que participe o Ministério da Viação e Obras Públicas ou órgão a ele vinculado, ou o Ministério da Aeronáutica, neste caso quando em assunto de transporte aéreo;

d) planos e projetos de instalações de transporte por meio de dutos;

e) outros assuntos submetidos pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, ou Ministro da Aeronáutica quando referentes ao transporte aéreo.

Parágrafo único. Os planos quadriennais e os programas anuais referentes ao Setor de Transporte aéreo, compreendendo a aviação civil, os aeroportos e a navegação aérea, terão por base os programas particulares e específicos elaborados pelo Ministério da Aeronáutica.

Art. 4º As deliberações do Conselho Nacional de Transportes são submetidas à decisão do Ministro da Viação e Obras Públicas, com referendo do Ministro da Aeronáutica, se concernentes ao transporte aéreo.

Art. 5º Para o desempenho de suas atribuições o Conselho Nacional de Transportes disporá de uma Secretaria-Geral como órgão de assessoramento e estudo, para suas deliberações e manifestações.

Art. 6º O Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias definirá a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Transportes.

Art. 7º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

Octavio Bulhões

Eduardo Gomes

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 140 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1967

Acrescenta o § 7º ao artigo 4º da Lei número 4.985 de 18 de maio de 1966.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 2º, do artigo 9º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º É acrescentado o § 7º ao artigo 4º, da Lei número 4.985, de 18 de maio de 1966, com a seguinte redação:

“§ 7º Os Presidentes das Sociedades de Economia Mista instituídas nos termos do artigo 26, da Lei número 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, serão nomeados pelo Presidente da República por indicação do Ministro da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. No prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto-Lei, o Ministro da Viação e Obras Públicas promoverá a aplicação do disposto no artigo 1º as referidas sociedades, já existentes.

Art. 2º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 141 — DE 2 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre liquidação dos direitos e obrigações das autarquias extintas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º A partir da data de sua extinção, às Autarquias de que trata o Decreto-Lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, bem como às autarquias Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará — SNAPP e o Serviço de Navegação da Bacia do Prata — SBNP autorizadas a extinguir, aplica-se o disposto neste decreto-lei.

Art. 2º Os Diretores Presidentes das Sociedades de Economia Mista, de que trata o presente Decreto-lei, serão os Encarregados Especiais de liquidar as operações ativas e passivas em curso na correspondente autarquia, à data de sua extinção, sem prejuízo no disposto no art. 50 do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966.

Art. 3º O Encarregado Especial de que trata o artigo anterior praticará todos os atos necessários à mencionada liquidação, tais como pagamentos, recebimentos, cobranças, negociações e atos administrativos correlatos, podendo movimentar contas bancárias, decidir sobre saldo de caixa, valores e papéis realizáveis da Autarquia e/ou sobre contratos em vigor na data de sua extinção.

§ 1º Quando as operações referidas no Art. 2º, forem de interesse de uma Sociedade, poderão os respectivos direitos e obrigações ser transferidos à mesma, com aprovação de sua

Direção, por Portaria do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 2º O saldo final do Ativo Disponível, que houver após a liquidação de que trata o art. 2º acima, será destinado, por portaria do Ministro da Viação e Obras Públicas, a integrar o capital de movimento da respectiva Sociedade ou Sociedades, conforme o caso.

§ 3º Na prática dos atos de que trata este artigo, o Encarregado Especial obedecerá, no que couber, às normas urgentes na extinta autarquia e/ou a instruções especiais do Ministro da Viação e Obras Públicas, quando necessário.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 142 — DE 2 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre o Plano Rodoviário Nacional.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Rodoviário Nacional constante da relação descritiva anexa.

Art. 2º As vias de transporte terrestres do setor rodoviário do Plano Nacional de Viação, relacionadas como "Rodovias", no dito Plano (Lei número 4.592-64 — Art. 1º, letra a — Na 1ª), passam a ser substituídas pelas rodovias do Plano Rodoviário Nacional, referido no artigo precedente.

Art. 3º As rodovias relacionadas, constantes do Plano Rodoviário Nacional, são classificadas em:

a) Radiais: as que irradiam da Capital Federal, em qualquer direção para ligá-las a capitais estaduais ou a pontos periféricos do País;

b) Longitudinais: as que se orientam na direção Norte-Sul;

c) Transversais: as que se orientam na direcção Leste-Oeste;

d) Diagonais: as que se orientam na direcção Nordeste-Sudoeste Noroeste-Sudeste;

e) Ligações: as que, em qualquer direcção, ligam pontos importantes de duas ou mais rodovias para encurtamento do tráfego;

f) Acessos: as que permitam o acesso a instalações federais de importância, às estâncias hidrominerais, a pontos de atracção turística ou às principais terminais marítimas, fluviais, aeroviárias ou ferroviárias constantes do Plano Nacional de Viação.

§ 1º Conscante a sua classificação, as rodovias serão assim numeradas:

a) o símbolo "BR" para qualquer rodovia federal;

b) ao símbolo, separado por um traço, segue-se um número de três algarismos assim constituídos:

— o primeiro algarismo indicará a categoria da rodovia, isto é:

— 0 (zero) para as radiais

— 1 (um) para as longitudinais

— 2 (dois) para as transversais

— 3 (três) para as diagonais

— 4 (quatro) para as ligações e acessos

— Os dois outros algarismos indicarão a posição da rodovia relativamente a Brasília e aos limites extremos do País (Norte, Sul, Leste, Oeste, NO, SO, NE e SE).

§ 2º Obbedecendo às definições acima, serão reexaminados e estabelecidos, pelo poder executivo, mediante decreto, a classificação e o número das rodovias constantes da relação mencionada no artigo primeiro.

§ 3º Os Estados, dentro do prazo de um ano, deverão rever os respectivos planos rodoviários e submetê-los à apreciação do Conselho Rodoviário Nacional, sob pena de suspensão da entrega da cota do Fundo Rodoviário Nacional correspondente.

Art. 4º As localidades constantes da relação mencionada no Artigo 1º não devem ser consideradas como pontos obrigatórios mas, apenas, como indicação geral de diretriz das rodovias, cujos traçados só serão fixados pelos estudos definitivos.

Art. 5º Ressalvadas as rodovias incluídas na relação do Plano Rodoviário Nacional, não são consideradas federais, ainda que construídas com auxilio federal, as rodovias abaixo mencionadas:

— rodovias substitutivas de ramais ferroviários deficitários;

— acessos da rede federal aos centros urbanos;

— trechos de travessia de centros urbanos.

Art. 6º A parte da receita do F.R.N. atribuída ao D.N.E.R. somente poderá ser aplicada na construção, conservação e melhoramentos de rodovias integrantes do Plano Rodoviário Nacional, ressalvados os destaques estabelecidos em lei.

Art. 7º O Plano Rodoviário Nacional será revisto de 5 (cinco) em 5 (cinco) anos, cabendo ao Conselho Nacional de Transportes, orientado por proposições do Conselho Rodoviário Nacional, proceder a tal revisão.

Art. 8º Ficam revogadas as cartas e as relações descritivas, referentes as estradas de rodagem, constantes da Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964, que aprovou o Plano de Viação e da Lei nº 4.906, de 17 de novembro de 1965.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

RODOVIAS DO PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL

RODOVIAS RADIAIS

BR	Diretriz	Km
303	Brasília-Paraná-Carolina-Pôrto Franco-Guamá-Belém	1.898
011	Brasília-Barreiras-Picos-Portaleza	1.912
022	Brasília-Brumado-Ubatuba-Campinho	1.095
025	Brasília-Montes Claros-Salinas-Camacá	1.109

640	Brasília-Três Marias-Belo Horizonte-Muriac-Campos-São João da Barra	1.180
053	Brasília-Cristalina-Catalão-Araguari-Uberlândia-Uberaba-Ribeirão Preto-Limeira-Campinas-São Paulo-Santos	1.088
060	Brasília-Anápolis-Goiânia-Rio Verde-Jataí-Campo Grande -- Bela Vista (Paraguai)	1.309
070	Brasília-Jaraguá-Aragarcas-Cuiabá-Cacéres -- Fronteira com a Bolívia (marco São Matias)	1.263
080	Brasília-Uruaçu-Dianarum-Cachimbo -- Jacareacanga-Canumã- Manaus-Tapuruquara-Içana-Fronteira da Colômbia	3.602
TOTAL		14.456

RODOVIAS LONGITUDINAIS

BR	Diretriz	Km
101	Natal -- João Pessoa -- Recife -- Maceió -- Aracaju -- Feira de Santana -- Vitória -- Campos -- Niterói -- Rio (Ponta do Caju -- Av. Brasil -- Santa Cruz) -- Mangaratiba -- Angra dos Reis -- Caraguatatuba -- Santos -- Iguape -- Antonina -- Joinville -- Itajaí -- Florianópolis -- Tubarão -- Osório	4.114
104	Macau -- Lajes -- Santa Cruz -- Esperança -- Campina Grande -- Caruaru -- Atalaia (Entroncamento da BR-316)	578
110	Areia-Branca -- Mossoró -- Augusto Severo -- Patos -- Monteiro -- Petrolândia -- Paulo Afonso -- Ribeira do Pombo -- Alagoinhas -- Salvador	1.108
116	Fortaleza -- Russas -- Jaguaribe -- Salgueiro -- Canudos -- Feira de Santana -- Vitória da Conquista -- Teófilo Otoni -- Muriac -- Leopoldina -- Além Paraíba -- Três Rios -- Volta Redonda -- Lorená -- São Paulo -- Registro -- Curitiba -- Porto Alegre -- Pelotas -- Jaguarão	4.477
122	Montes Claros -- Seabra -- Juazeiro -- Petrolina -- Parnamirim	1.251
135	São Luiz -- Peritoró -- Patos Bons -- Bertolina -- Bom Jesus -- Barreiras -- Januária -- Montes Claros -- Cordesburgo -- Sete Lagoas -- Belo Horizonte -- Três Rios -- Rio de Janeiro (Gazômetro)	2.744
146	Patos de Minas -- Araxá -- Poços de Caldas -- São Paulo	714
153	Picuí -- Jatobá -- Marabá -- Araguaína -- Gurupi -- Ceres -- Goiânia -- Itubera -- Prata -- Frutal -- São José do Rio Preto -- Ourinhos -- Irati -- Porto União -- Erechim -- Passo Fundo -- Soledade -- Cachoeira do Sul -- Bagé -- Acegua	3.807
156	Macapá -- Calçoene -- Oiapoque -- Fronteira com a Guianá Francesa	678
158	São Félix -- Xavantina -- Aragarças -- Jataí -- Paranaíba -- Três Lagoas -- Presidente Venceslau -- Porto Marcondes -- Pirenópolis -- Campo Mourão -- Laranjeiras do Sul -- Irai -- Cruz Alta -- Santa Maria -- Rosário do Sul -- Livramento	2.708
163	Rondonópolis -- Campo Grande -- Rio Brillhante -- Dourados -- Porto Murumbi -- Porto Guaira -- Barracão -- São Miguel d'Oeste	1.463
165	Santarém -- Porto Artur -- Cuiabá	1.648
172	Carumã -- Vilhena	1.120
174	Manaus -- Caracará -- Boa Vista -- Fronteira com a Venezuela	970
TOTAL		27.380

RODOVIAS TRANSVERSAIS

BR	Diretriz	Km
222	Fortaleza -- Piripiri	448
226	Natal -- Santa Cruz -- Currais Novos -- Augusto Severo -- Jaguaribe -- Independência -- Crateús -- Teresina -- Presidente Dutra -- Porto Franco -- Araguaína	1.814
227	Currais Novos -- Caicó -- Serra Negra do Norte -- Pombal (BR-236)	160
230	Cambedelo -- João Pessoa -- Campina Grande -- Patos -- Cajazeiras -- Lavras da Mangabeira -- Picos -- Floriano -- Patos Bons -- Balsas -- Carolina	1.609
232	Recife -- Arcoverde -- Salgueiro -- Parnamirim	562
234	Caruaru -- Garanhuns -- Paulo Afonso	308
235	Aracaju -- Jeremoabo -- Canudos -- Juazeiro -- Petrolina -- Remanso -- Caracol -- Bom Jesus -- Araguacema	1.652
242	São Roque -- Seabra -- Barreiras -- Paraná -- São Felix -- Vale do Xingu -- Porto Arthur	2.011
259	João Neiva -- Governador Valadares -- Guanhões -- Gouvea -- Curvelo -- Felixlândia	605
262	Vitoria -- Realiza -- Bel Horizonte -- Araxá -- Uberaba -- Frutal -- Icem -- Três Lagoas -- Campo Grande -- Aquidauana -- Porto Esperança -- Corumbá	2.323
265	Muriae -- Barbacena -- São João Del Rei -- Lavras -- BR-381	301
267	Leopoldina -- Bicas -- Juiz de Fora -- Caxambu -- Poços de Caldas -- Araraquara -- Lins -- Presidente Venceslau -- Rio Brilhante -- Porto Murinho	1.828
272	São Paulo -- Sorocaba -- Itaiti -- Campo Mourão -- Porto Quaira	838
277	Paranagua -- Curitiba -- Irati -- Relógio -- Foz do Iguaçu	839
280	São Francisco do Sul -- Joinville -- Porto União -- São Lourenço -- Barracão -- Diboishi -- Cerqueira	580
292	Florianópolis -- Lajes -- Joazeiro -- São Miguel do Oeste	650
285	Vacaria -- Passo Fundo -- Santo Angelo -- São Borja	564
290	Osório -- Porto Alegre -- São Gabriel -- Alegrete -- Uruguaiana	741
293	Pelotas -- Bagé -- Livramento -- Quaraí -- Uruguaiana	553
TOTAL		18.361

RODOVIAS DIAGONAIS

BR	Diretriz	Km
304	Boqueirão de Cesário -- Aracati -- Mossoró -- Lajes -- Natal	491
307	Benjamin Constant -- Cruzeiro do Sul -- Porto Walter -- Faumaungo	705
308	Icó -- Crateús -- Piripiri -- Buriti -- Chapadinha -- Vargem Grande -- Itapicuru Mirim	821
316	Belém Peritoró -- Terezina -- Picos -- Parnamirim -- Cabrobó -- Floresta -- Petrolândia -- Palmeira dos Índios -- Maceió	2.194
317	Labrea -- Boca do Acre -- Rio Branco -- Xapuri -- Brasília (Fronteira com a Bolívia)	775
319	Beruri -- Humaita -- Fôto Velho -- Abunã -- Guajará Mission (Fronteira com a Bolívia)	1.073
324	Remanso -- Feira de Santana -- Salvador	565
330	Bom Jesus -- Seabra -- Ubaitaba	894
342	Carinhanha -- Espinosa -- Salinas -- Araçuaí -- Novo Cruzeiro -- Teófilo Otoni -- Linhares	822

343	Itaís Corrêa -- Piripiri -- Terezina -- Floriano -- Bertolina	759
349	Estância -- Itapicuru -- Olindina -- Araci -- Noventa -- Capela -- Mairi -- Mundo Novo -- Utinga -- Seabra -- Bom Jesus da Lapa -- Correntina -- Posse	1.058
354	Engenheiro Passos -- Capivari -- Vidinha -- Caxambu	95
364	Lameira -- Matão -- Fruta -- Campina Verde -- São Simão -- Jataí -- Rondonópolis -- Cuiabá -- Barra dos Bugres -- Pôrto Velho -- Abunã -- Rio Branco -- Sena Madureira -- Feijó -- Teracua -- Cruzeiro do Sul -- Vila Japiim -- Fron- teira com o Peru	4.259
365	Montes Claros -- Pirapora -- Patos de Minas -- Uberlândia Monte Alegre de Minas -- Ituiutaba -- Canal de São Simão	869
369	Ourinhos -- Londrina -- Jandaia do Sul -- Campo Mourão -- Cascavel	501
373	Lameira -- Itapetininga -- Capão Bonito -- Apiai -- Ponta Grossa -- Reiógio -- Barracão	891
374	Presidente -- Venceslau -- Ourinhos -- Avaré -- Torre da Pedra -- Boituva -- São Paulo	626
376	Dourados -- Maringá -- Apucarana -- Ponta Grossa -- São Luiz do Purunã	737
377	Carazinho -- Cruz Alta -- Santiago -- Alegrete -- Quaraí	489
381	Governador Valadares -- Itabira -- Belo Horizonte -- Betim -- Pouso Alegre -- Bragança -- Paulista	811
383	São Lourenço -- Campos do Jordão -- Pindamonhangaba -- Redenção -- Natividade -- Caraguatatuba -- São Sebastião	316
386	São Miguel d'Oeste -- Iral -- Carazinho -- Soledade -- Pôr- to Alegre	482
392	Pôrto Lucena -- Santo Angelo -- Santa Maria -- Pelotas	558
393	Cachoeira do Itapemirim -- Itaperuã -- Pádua -- Além Pa- raíba	200
TOTAL		20.858

LIGAÇÕES E ACESSOS

BR	Diretriz	Km
401	Boa Vista -- Guiana Inglesa	140
402	Icana -- Cucui (Fronteira com a Venezuela)	123
403	Itaituba -- BR/165	150
405	Mossoró -- BR/116	97
406	Lábrea -- Humaitá	234
407	Picos -- Petrolina	308
408	Itapicuru Mirim -- Santa Inês	123
409	Feijó -- Santa Rosa (AC)	152
410	Tucano -- Ribeira do Pombal	35
411	Elvira -- BR/307	255
412	Campina Grande -- São José de Cariri -- Serra Branca -- Sumé -- Monteiro	162
413	Caxias (Estirão do Equador) BR-307	140
414	Anápolis -- Niquelândia	243
415	Ilheus -- Vitória de Conquista	198
416	Cáceres -- Mato Grosso	330
418	Teófilo Otoni -- Carlos Chagas -- Nanuque -- Caravelas	300
421	Montes Claros -- Governador Valadares	360
422	Rio Verde -- Itumbiara -- Tupanciguara -- Uberlândia -- Araxá	490
423	Itaquí -- Santiago	189
424	Pôrto Esperança -- Forte Coimbra	50

456	Nhandeara — São José do Rio Preto — Matão	212
458	BR-116 — (Taruaguá) — Iapu — BR-381 (Ipatinga)	40
459	Pocos de Caldas — Lorena	251
460	Cambuquira — Lambari — São Lourenço — Vidinha	92
461	Rio — Mage — Teresópolis — Alem Paraiba	170
462	Rio — Volta Redonda	122
463	Dourados — Ponta Porã	128
464	Volta Redonda — Angra dos Reis	70
465	Campo Grande — Garganta — Viçosa Graça	30
466	Santiago — Santo Angelo	110
467	Porto Mendes — Cascavel	112
468	Curitiba — Garuva — Joinville	137
469	Foz do Iguaçu — Parque Nacional	25
470	Itajaí — Elumenau — Curitiba — Campos Novos	320
471	Peletas — Chui	255
472	São Borja — Itaquí — Uruguaiana — Barra de Quaraí	242
473	Aceguá — Guarda Nova — Nerval — Arroio Grande — BR-471	200
476	Apiaí — Curitiba	165
483	Itumbiara — Paranaíba	304
484	S. Matheus — São Domingos — Colatina — Itaguassu — Afonso Claudio — BR-262 — Guaçu — São José do Calçado — Bom Jesus de Itabapoana — Itaperuna	440
485	Magé — BR-101 (Manilha)	27
487	Manguinhos (GB) — Ilha do Fundão (Cidade Universitária — GB)	2
490	Anel Rodoviário da Cidade de São Paulo — BR-050 — Ci- dade Universitária — Ponta do Morumbi — BR-050 — BR-116 — BR-146 — BR-050	100
TOTAL		7.633

DECRETO-LEI 143 — DE 2 DE
FEVEREIRO DE 1967

Estabelece modificações no Plano Ferroviário Nacional do Plano Nacional de Viação, aprovada pela Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964 e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 9º parágrafo segundo, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º. Ficam suprimidas da Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, aprovada pela alínea "c" do art. 1º da Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964, os seguintes trechos ferroviários:

T — 8 — Campos — Recreio — Cisneiros — Cataguazes — Furtado de Campos — Juiz de Fora — Benfca — Lima Duarte — Bom Jardim — Soledade — Pouso Alegre — Mogi Mirim.

L — 5 — Areia Branca — Mossoró — Souza.

L — 8 — Cruz das Almas — Santo Antônio de Jesus — Jequié.

Art. 2º. A ligação ferroviária L-9 passa a ter a seguinte descrição:

L-9 — Cruz das Almas — Santo Antônio de Jesus — São Roque — 124 km.

Art. 3º. O Departamento Nacional de Estradas de Ferro encaminhará ao Conselho Nacional de Transportes, no prazo de 60 dias, para aprovação, a Carta do Brasil contendo o Plano Ferroviário Nacional com as modificações estabelecidas neste Decreto-lei, bem como a Relação Descritiva das Ferrovias com suas novas denominações, descrições e extensões.

Art. 4º. O Novo Plano Ferroviário, após a aprovação do Conselho Nacional de Transportes, será homologado pelo Poder Executivo, mediante Decreto.

Art. 5º. Fica ratificado, na Lei número 4.592, de 29 de dezembro de 1964, o que não colidir com as modificações estabelecidas no presente Decreto-lei.

Art. 6º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

Eduardo Gomes

DECRETO-LEI Nº 144 — DE 2 DE
FEVEREIRO DE 1967

Cria a Tabela de Taxas e Emolumentos da Junta Comercial do Distrito Federal e dá providências para sua instalação, organização e funcionamento.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do artigo 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Da Tabela de Taxas e Emolumentos

Art. 1º A Junta Comercial do Distrito Federal — J.C.D.F., criada pela Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965, órgão subordinado ao Departa-

mento Nacional de Registro do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio, com funções administrativas e executivas do registro do comércio, no âmbito de sua circunscrição, na forma do inciso II, letra b, do artigo 11 da mencionada lei, terá a Tabela de Taxas e Emolumentos de que trata o presente Decreto-Lei.

Parágrafo único. A Tabela a que se refere este artigo abrange:

- I — a Taxa de Arquivamento;
- II — a Taxa de Registro;
- III — a Taxa de Matrícula ou Habilitação;
- IV — a Taxa de Fiscalização;
- V — a Taxa de Cadastro;
- VI — a Taxa de Autenticação e
- VII — os Emolumentos

I — Taxa de Arquivamento

Art. 2º A Taxa de Arquivamento de ato constitutivo de sociedades comerciais; nacionais ou estrangeiras, e das civis que se transformarem em comerciais e nos casos de distrato, dissolução, alteração de capital, capital autorizado, transformação, fusão, incorporação, transferência de sede, abertura de filial, agência ou dependência em Brasília, criação de ação ao portador ou debêntures, registro e alteração de capital de firma individual, é cobrada de acordo com a seguinte tabela:

CAPITAL — TAXA — (Cr\$)

1 — Capital até 10.000.000	20.000
2 — Capital de 10.000.001 até 20.000.000	30.000
3 — Capital de 20.000.001 até 30.000.000	40.000
4 — Capital de 30.000.001 até 50.000.000	60.000
5 — Capital de 50.000.001 até 75.000.000	70.000
6 — Capital de 75.000.001 até 100.000.000	80.000
7 — Capital de 100.000.001 até 500.000.000	120.000
8 — Por fração que exceda 500.000.000	50.000

Até o limite máximo de 250.000.

§ 1º A Taxa de Arquivamento incide:

I — No distrato e na dissolução: taxa de arquivamento sobre a quantia que se repartir entre os sócios ou acionistas.

II — Na alteração de capital: sobre a diferença para mais ou para menos entre o capital registrado e o que se pretenda registrar.

III — Na transformação: sobre a diferença do capital, para mais ou para menos.

IV — Na fusão: sobre o valor do capital da nova sociedade.

V — Na incorporação: sobre o valor do acervo incorporado.

VI — Na criação de obrigações ao portador (debêntures): sobre o valor do empréstimo e, na omissão do valor, sobre o capital social.

VII — Na criação de filial, sucur-

sal, escritório, ou qualquer estabelecimento vinculado à matriz, com sede no Brasil ou no exterior, a taxa incidirá sobre o capital destacado. Na redução ou aumento deste destaque de capital, a taxa incidirá sobre a diferença, para mais ou para menos.

VIII — Na transferência da sede para o Distrito Federal a taxa será cobrada sobre o capital da empresa.

§ 2º Para arquivamento de todos os documentos traduzidos ou versões por tradutores públicos e intérpretes comerciais, exceto passaportes, certidões de nascimento ou de casamento, serão cobrados:

Pelo original — Cr\$ 500.

Pelas cópias — Cr\$ 250.

§ 3º Será cobrada a taxa de 10 mil cruzeiros para arquivamento de quaisquer documentos de sociedades comerciais ou de firmas individuais em que não houver alteração de capital tais como emancipações, autorizações, procurações, diplomas, registro de firma social, publicações, atas de reuniões de diretorias, atas de assembleias gerais ordinárias, atas de assembleias gerais extraordinárias sem modificação de capital, anotações de firmas sociais, anotações de firmas individuais sem alteração do capital, alterações contratuais sem aumento do capital e outros documentos não especificados.

II — Taxa de Registro

Art. 3º A Taxa de Registro das declarações de firmas incide apenas sobre as firmas individuais e obedece à tabela constante do artigo 2º.

Parágrafo único. A Taxa de Registro será cobrada por ocasião:

I — Da constituição.

II — Do registro de anotações de firma individual modificando o capital.

III — Do cancelamento de firma individual, sobre o capital.

III — Taxa de Matrícula

Art. 4º Serão cobradas as seguintes taxas de matrícula ou habilitação:

Cr\$

I — Para tradutores e intérpretes comerciais:

Matrícula no cargo de tradutor ou intérprete	10.000
Matrícula no cargo de preposto	5.000
Cancelamento de matrícula ..	5.000

II — Para leiloeiros:

Título de nomeação	30.000
Título de nomeação de preposto	20.000
Cancelamento de títulos	10.000

III — Para gerente:

Carta de gerente	20.000
Cancelamento	10.000

IV — Para trapicheiros, administradores e fiéis de depósito ou armazém:

Nomeação	30.000
Cancelamento	20.000

IV — Taxa de Fiscalização

Art. 5º A Taxa de Fiscalização será cobrada:

Cr\$

I — Aos Armazéns Gerais, anualmente:

Por empresa (matriz)	60.000
Por agência ou filial	60.000

II — Aos leiloeiros:

Por transporte de cada leilão efetuado (judicial, extra-judicial e particular)	20.000
--	--------

V — Taxa de Cadastro

Art. 6º A Taxa de Cadastro, no valor de Cr\$ 20.000 (vinte mil cruzeiros), será cobrada uma só vez, de toda sociedade comercial ou firma individual.

VI — Taxa de Autenticação

Art. 7º A Taxa de Autenticação será cobrada:

Cr\$

a) Por livros mercantis de até 1.000 folhas	5.000
b) Por livros mercantis de mais de 1.000 folhas ...	10.000
c) Por documentos (por via)	1.000

VII — Emolumentos

Art. 8º Cobrar-se-ão emolumentos sobre:

	Cr\$
I — Busca ou consultas de documentos	2.000
II — Certidões:	
a) Por certidão requerida	5.000
b) Por fôlha datilografada	1.500
c) Por fôlha fotocopiada	2.500
III — Oposições ou recursos	2.000

Art. 9º O Poder Executivo promoverá, anualmente, a correção monetária dos valores das taxas e emolumentos expressos neste decreto-lei, adotando, para tal fim, os coeficientes estabelecidos pelos órgãos competentes.

Art. 10. As taxas e emolumentos a que se refere o presente decreto-lei serão recolhidos diretamente ao Banco do Brasil S/A mediante guia fornecida pela Junta Comercial do Distrito Federal, na conta "Receita da União".

CAPÍTULO II

Disposições Gerais

Art. 11. A Junta Comercial do Distrito Federal terá a composição prevista no artigo 12 da Lei nº 4.726, de 1965, ressalvando-se o disposto no item V, do citado artigo.

§ 1º As atribuições conferidas pelo citado item V, de que trata este artigo, às Procuradorias Regionais, serão exercidas, no caso da Junta Comercial do Distrito Federal, pela Divisão Jurídica do Departamento Nacional de Registro do Comércio.

§ 2º Ficam criados e incluídos, no Quadro do Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio, os seguintes cargos em comissão:

- a) Diretor da Divisão Jurídica do Departamento Nacional de Registro do Comércio, símbolo 3-C;
- b) Secretário-Geral da Junta Comercial do Distrito Federal, símbolo 4-C.

Art. 12. O Presidente, Vice-Presidente e demais integrantes do Colégio de Vogais, nomeados pelo Presidente da República, farão jus à percepção de gratificações por sessões a

que comparecerem, nos moldes da legislação em vigor.

Art. 13. A Junta Comercial do Distrito Federal poderá requisitar servidores federais, na forma da legislação em vigor.

Art. 14. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$... 600.000.000 (seiscentos milhões de cruzeiros), o qual vigorará nos exercícios de 1967 e 1968 e será automaticamente registrado no Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional, para atender às despesas decorrentes deste decreto-lei, sendo, Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), para instalação, organização e funcionamento da Junta Comercial do Distrito Federal e Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros) destinados ao Departamento Nacional de Registro do Comércio, para cumprimento das prescrições contidas no artigo 4º, item III, da Lei nº 4.726, de 1965.

Art. 15. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Luiz Marcello Moreira de Azevedo
Otávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 145 — DE 2 DE
FEVEREIRO DE 1967

Extingue as taxas criadas pelo Decreto-Lei nº 7.632, de 12 de junho de 1945 e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Ficam revogados o Decreto-Lei nº 7.632, de 12 de junho de 1945, e os dispositivos da Lei nº 4.102, de 20 de julho de 1962, que se referem a cobrança e aplicação, pelas estradas de ferro do país, das Taxas de Melhoramentos e de Renovação Patrimonial.

Parágrafo Único. O percentual correspondente às Taxas de Melhoramentos e de Renovação Patrimonial fica incorporado às tarifas ferroviárias.

Art. 2º Fica prorrogado até a data da vigência do presente Decreto-Lei, o prazo de convalidação de que trata o art. 1º da Lei nº 5.165, de 21.10.1966, devendo os quadros demonstrativos referidos no art. 2º desse diploma legal ser apresentados ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro dentro de 90 dias.

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 146 — DE 3 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre vencimentos dos Tesoureiros efetivos, Tesoureiros-Auxiliares do Serviço Público Federal e Autárquico, e Conferentes das Caixas Econômicas Federais, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º Os atuais titulares efetivos de cargos de Tesoureiro, amparados pelo art. 11 da Lei nº 403, de 24 de setembro de 1948, ou beneficiados pela Lei nº 1.741, de 22 de novembro de 1952, de Tesoureiro-Auxiliar e de Conferente das Caixas Econômicas Federais, nomeados até 25 de junho de 1964, passam a integrar a parte suplementar do respectivo quadro de pessoal, com os seguintes vencimentos mensais, nêles já incluído o aumento concedido pelo Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966:

	Cr\$
I — Tesoureiro de 1ª categoria	705.000
II — Tesoureiro de 2ª categoria	660.000
III — Tesoureiro de 3ª categoria	630.000
IV — Tesoureiro-Auxiliar e Conferente de 1ª categoria	630.000
V — Tesoureiro-Auxiliar e Conferente de 2ª categoria	600.000
VI — Tesoureiro-Auxiliar e Conferente de 3ª categoria	570.000

Parágrafo único. O disposto neste decreto-lei não aplica aos Tesoueiros, Tesoureiros-Auxiliares e Conferentes que tenham sido providos nos respectivos cargos após 26 de julho de 1964.

Art. 2º Os cargos de Tesoureiro, Tesoureiro-Auxiliar e Conferente que por este decreto-lei passam a integrar a parte Suplementar são considerados automaticamente suprimidos, a medida que vagarem.

Parágrafo único. Os órgãos que tiverem comprovada necessidade de cargos de Tesoureiro-Auxiliar ou de Conferente, para substituir os que serão suprimidos na forma deste artigo, deverão formular proposta justificada de criação de tais cargos na parte permanente, obedecido o disposto no art. 7º da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, ficando o respectivo preenchimento dependente da supressão de igual número de cargos da parte suplementar.

Art. 3º É vedado o pagamento de qualquer vantagem pecuniária a titular de cargo de Tesoureiro-Auxiliar ou Conferente, com fundamento nas Leis ns. 3.826, de 23 de novembro de 1950, e 4.069, de 11 de junho de 1962.

Art. 4º O auxílio para diferença de Caixa é fixado em 10% (dez por cento), sendo devido somente aos Tesoueiros e Tesoureiros-Auxiliares em efetivo exercício no cargo.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo aos servidores não compreendidos no artigo 1º e que já estejam no gozo do auxílio previsto no art. 10 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Art. 5º Ressalvado o disposto no artigo 1º, as funções gratificadas de Tesoureiro e os cargos de Tesoureiro-

-Auxiliar da administração pública federal e autárquica, continuarão, para todos os efeitos, com os símbolos e os níveis estabelecidos no art. 7º e seus §§ 2º e 4º, da Lei nº 4.345, de 28 de junho de 1964.

Art. 6º O presente decreto-lei não se aplica aos servidores a que se refere o § 5º do art. 7º da Lei nº 4.345, de 28 de junho de 1964, que passarão a integrar o Grupo Ocupacional Fisco, na conformidade do art. 14 da Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964, regulamentado pelo Decreto número 57.877, de 28 de fevereiro de 1966.

§ 1º Aos atuais ocupantes efetivos de cargo de Tesoureiro e de Tesoureiro do Meio Circulante do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, amparados pelo art. 11 da Lei número 403, de 24 de setembro de 1948, fica assegurado o direito de optar por sua inclusão no Grupo Ocupacional AF-360-Fisco, em cargos de Fiel de Tesouro, Código AF-310, no prazo de 60 dias, contados da publicação deste decreto-lei.

§ 2º Para a inclusão prevista neste artigo, ficará criado na Parte Suplementar do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda número de cargos igual ao de optantes, respeitados os níveis de vencimentos fixados no art. 7º da Lei nº 4.345, de 28 de junho de 1964, considerando-se automaticamente suprimidos ao vagarem.

§ 3º Serão declarados vagos, para os fins a que alude a parte final do art. 11 da Lei nº 403, de 24 de setembro de 1948, e art. 7º, § 4º, da Lei nº 4.345, de 28 de junho de 1964, a partir da data da opção, os atuais cargos ocupados pelos servidores optantes, na forma deste artigo.

§ 4º Aos servidores optantes ficará, também, assegurado, a partir da data da opção, o regime de remuneração previsto no art. 120 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, extensivo ao Grupo Ocupacional — Fisco, pelo art. 24 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Art. 7º O disposto no art. 1º não implica em transformar em cargos em comissão, nem tampouco a equiparar a estes últimos, para qualquer efeito, os cargos ali mencionados.

Art. 8º O disposto neste decreto-lei não dá direito a percepção de atrasados ou a indenização de qualquer espécie.

Art. 9º As dúvidas suscitadas na execução do presente decreto-lei serão dirimidas por decisão do Presidente da República, ouvido o Departamento Administrativo do Serviço Público.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem a servidores não expressamente previstos neste decreto-lei, decorrente de interpretação extensiva do texto legal, determinará a responsabilidade civil e administrativa da autoridade que houver ordenado o pagamento.

§ 2º As restituições a favor da Fazenda Nacional ou do Patrimônio da Autarquia serão feitas de uma só vez, com correção monetária.

Art. 10. Os órgãos de pessoal, dentro de 60 (sessenta) dias, reverão e ajustarão ao regime deste decreto-lei as situações discrepantes, oriundas de atos administrativos praticados depois de 17 de julho de 1963.

Art. 11. A despesa decorrente deste decreto-lei correrá à conta da dotação própria de cada Ministério, órgão Autônomo ou Autarquia, devendo, em caso de insuficiência de recursos, no presente exercício, ser providenciada a abertura de crédito suplementar.

Art. 12. O presente decreto-lei entrará em vigor a partir do primeiro dia do mês civil subsequente ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Zilmar de Araripe Macedo

Ademar de Queiroz

Manoel Pio Corrêa

Octavio Bulhões

Juarez Tavora

Severo Fagundes Gomes

Raymundo Moniz de Aragão

L. G. do Nascimento e Silva

Eduardo Gomes

Raymundo de Brito

Luiz Marcello Moreira de Azevedo

Mauro Thibau

Roberto Campos

João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 147 — DE 3 DE
FEBREIRO DE 1967

*Dá nova lei orgânica à Procuradoria
Geral da Fazenda Nacional
(P.G.F.N.)*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1963, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

CAPÍTULO I

Da Natureza e da Finalidade

Art. 1º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (P.G.F.N.) é o órgão jurídico do Ministério da Fazenda, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, dirigido pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional e tem por finalidade privativa:

I — Realizar o serviço jurídico, no Ministério da Fazenda;

II — Apurar e inscrever, para fins de cobrança judicial, a dívida ativa da União, tributária (artigo 201 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) ou de qualquer outra natureza;

III — Examinar, previamente, a legalidade dos contratos, acordos, ajustes ou convênios que interessem à Fazenda Nacional;

IV — Representar a Fazenda Nacional nos Conselhos de Contribuintes, Superior de Tarifa, de Terras da União e noutros órgãos de deliberação coletiva, conforme o prevejam as leis e regulamentos, e nos atos e instrumentos previstos neste decreto-lei, quando não se reservar o Ministro de Estado tal atribuição; e

V — Representar a União nas assembleias gerais das sociedades de economia mista e em outras entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe.

CAPÍTULO II

Da Estrutura

Art. 2º A P.G.F.N. compreende:

I — O órgão central, com jurisdição em todo o País; e

II — Os órgãos regionais, que são as Procuradorias da Fazenda Nacional, diretamente subordinadas ao órgão

central, havendo uma no Distrito Federal e uma em cada Estado, com jurisdição na respectiva unidade federativa.

Parágrafo único. Enquanto não forem transformados em Estados, os atuais Territórios Federais de Roraima, Rondônia, Amapá e Fernando Noronha ficarão sob a jurisdição da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Amazonas, os dois primeiros, e das Procuradorias da Fazenda Nacional nos Estados do Pará e Pernambuco, respectivamente, os dois últimos.

Art. 3º O órgão central da P.G.F.N. compõe-se:

I — Do Procurador-Geral da Fazenda Nacional;

II — De Procuradores-Assistentes do Procurador-Geral, até o número de 8 (oito);

III — De um secretário do Procurador-Geral e de 2 (dois) assistentes-administrativos;

IV — Da seção de administração;

V — Da seção de defesa da fazenda;

VI — Da seção de atos e contratos;

VII — Da seção de documentação.

Art. 4º As Procuradorias da Fazenda Nacional no Distrito Federal e nos Estados da Guanabara e de São Paulo compõem-se:

I — Do Procurador-Chefe;

II — De Procuradores da Fazenda Nacional;

III — De Assistentes Jurídicos;

IV — Do Secretário do Procurador-Chefe;

V — Da seção de administração;

VI — Da seção de dívida ativa; e

VII — Da seção de defesa da fazenda, atos e contratos.

Art. 5º Nos demais Estados, as Procuradorias da Fazenda Nacional compõem-se de Procuradores da Fazenda Nacional e disporão de seções ou turmas previstas no Regimento da P.G.F.N.

Art. 6º Nas Procuradorias onde for lotado apenas um Procurador da Fazenda Nacional, a este caberá a respectiva chefia, como atribuição meren-te ao seu cargo efetivo; as demais serão dirigidas por Procurador da Fazenda Nacional da correspondente lotação, com a denominação de Procurador-Chefe, mediante designação do Procurador-Geral.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, atendida a conveniência do serviço, poderá ser designado, para a função de Procurador-Chefe, Procurador da Fazenda Nacional lotado em outra Procuradoria.

Art. 7º Os Procuradores-Chefes poderão designar Procuradores da Fazenda Nacional da respectiva lotação para, sob sua imediata orientação, funcionar junto a órgão fazendário compreendido na área jurisdicional da Procuradoria, dando-lhe assistência jurídica, revendo informações que devam ser prestadas em mandados de segurança e, excepcionalmente, promovendo a apuração e a inscrição da dívida ativa da União.

Art. 8º Os Procuradores-Chefes poderão designar Assistentes Jurídicos da respectiva lotação, para ter exercício junto a outros órgãos fazendários, a fim de prestar-lhes assistência jurídica, com as atribuições fixadas no Regimento.

Art. 9º O Regimento poderá dispor sobre a composição, em turmas, das seções previstas neste Capítulo.

CAPÍTULO III

Da Competência

Art. 10. Ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional compete:

I — Dirigir e supervisionar os serviços do órgão central e dos órgãos regionais, ministrando-lhes instruções ou expedindo-lhes ordens de serviço;

II — Emitir parecer sobre questões jurídicas em processos submetidos a seu exame pelo Ministro da Fazenda;

III — Prestar permanente assistência jurídica ao Ministro da Fazenda;

IV — Examinar:

a) as ordens e sentenças judiciais cujo cumprimento incumba ou dependa de autorização do Ministro da Fazenda;

b) os anteprojetos de leis e os projetos de regulamentos e de instruções que devam ser expedidos para execução das leis de Fazenda e para a realização de serviços a cargo do Ministério da Fazenda; e

c) a legalidade dos acordos, ajustes ou esquemas referentes à dívida pública externa.

V — Representar e defender os interesses da Fazenda Nacional podendo delegar competência, para esse fim, a Procurador da Fazenda Nacional;

a) nos atos constitutivos e nas assembleias de sociedades de economia mista e outras entidades de cujo capital participe o Tesouro Nacional;

b) nos atos, de que participe o Tesouro Nacional, relativos à subscrição, compra, venda ou transferência de ações de sociedades;

c) nos contratos, acordos ou ajustes de natureza fiscal ou financeira, em que intervenha, ou seja parte, de um lado, a União, e de outro, o Distrito Federal, os Estados ou Municípios, as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, ou entidades estrangeiras, bem como os de concessões; e

d) em outros atos, quando o determinar o Ministro da Fazenda ou se assim dispuser lei, decreto ou Regimento.

VI — Designar e dispensar os Procuradores — Representantes da Fazenda Nacional junto aos Conselhos de Contribuintes, Superior de Tarifa e de Terras da União, ou respectivas Câmaras;

VII — Fazer minutar os atos e contratos previstos no item V e promover-lhes a lavratura, após a aprovação ministerial das respectivas minutas;

VIII — Promover a rescisão administrativa ou judicial dos contratos em que for parte a Fazenda Nacional, bem como a declaração de caducidade de concessões, sempre que tiver conhecimento do inadimplemento de suas cláusulas;

IX — Manter entendimentos diretos e constantes com o Procurador-Geral da República e os Subprocuradores Gerais da República, relativamente aos feitos judiciais de interesse da Fazenda Nacional ou de seus agentes, em curso no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal Federal de Recursos, fornecendo-lhes elementos de fato e de direito e solicitando-lhes as informações de que carecer, bem como a preferência para julgamento, quando o interesse da Fazenda Nacional o justificar;

X — Coligir elementos de fato e de direito e preparar, em regime de urgência, as informações que devam ser prestadas, em mandados de segu-

rança, pelo Ministro da Fazenda, bem como fornecer subsídios para as que devam ser prestadas pelo Presidente da República, em matéria fazendária;

XI — Transmitir ao Procurador-Geral da República, quando expressamente autorizado, em cada caso, pelo Ministro da Fazenda, os elementos justificativos de transigência, desistência ou composição, por parte da União, em causas pendentes que interessem diretamente à Fazenda Nacional;

XII — Exercer a representação e promover a defesa e o controle dos interesses da Fazenda Nacional nas sociedades de economia mista e outras entidades de cujo capital participe o Tesouro Nacional;

XIII — Zelar pela fiel observância e aplicação das leis, decretos e regulamentos, especialmente em matéria pertinente à Fazenda Nacional, representando ao Ministro sempre que tiver conhecimento da sua inobservância ou inexata aplicação, podendo, para esse fim, proceder a diligências, requisitar elementos ou solicitar informações a todos os órgãos do Ministério da Fazenda ou a ele subordinados ou vinculados, bem como a qualquer órgão da Administração direta ou autárquica;

XIV — Representar, por sua iniciativa, às autoridades competentes sobre matérias de interesse da Fazenda Nacional, propondo ou promovendo as medidas legais ou regulamentares cabíveis para a defesa do mesmo interesse;

XV — Manter ementários atualizados da legislação e da jurisprudência judiciária e administrativa, em matéria fazendária, bem como dos seus próprios pareceres;

XVI — Promover:

a) a publicação do Boletim da P. G. F. N. e anualmente, de pareceres selecionados emitidos pela Procuradoria-Geral e pelas Procuradorias da Fazenda Nacional;

b) inspeções nas Procuradorias da Fazenda Nacional, podendo delegar tal atribuição a Procurador da Fazenda Nacional; e

c) reuniões coletivas dos Procuradores da Fazenda Nacional destinadas ao estudo e debate de assuntos jurídicos de relevante interesse, ao aperfeiçoamento e uniformidade dos serviços e à proposição de medidas úteis

ou necessárias para a Fazenda Nacional;

XVII — Designar e dispensar os ocupantes de funções gratificadas do órgão central da P.G.F.N., bem como os Procuradores-Chefes;

XVIII — Conceder férias e licenças aos Procuradores-Chefes e ao pessoal lotado ou em exercício no órgão central;

XIX — Aceitar, após a manifestação dos órgãos competentes quanto à conveniência, as doações sem encargos em favor da União, fazendo-lhes termo próprio, que terá força de escritura pública, nas Procuradorias da Fazenda Nacional;

XX — Apresentar ao Ministro da Fazenda, no primeiro trimestre de cada ano, o relatório das atividades desenvolvidas pela P.G.F.N., no ano anterior, acompanhado de propostas tendentes ao aprimoramento do órgão e à maior eficiência dos seus serviços; e

XXI — Exercer outras atribuições fixadas em lei ou no Regimento.

Art. 11. Aos Procuradores-Assistentes compete emitir parecer prévio, sujeito à aprovação do Procurador-Geral, nos processos que por este lhes forem distribuídos, bem como exercer outras atribuições que pelo mesmo lhes forem determinadas em portaria.

Art. 12. Aos Procuradores-Representantes da Fazenda Nacional compete representar e defender os interesses da Fazenda Nacional no Conselho ou Câmara, para que forem designados, exercendo as atribuições estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 13. As Procuradorias da Fazenda Nacional, sob a imediata autoridade da respectiva chefia, compete, no âmbito da sua jurisdição:

I — Emitir parecer sobre questões jurídicas submetidas a seu exame pelos dirigentes de órgãos fazendários, em processos cuja decisão final caiba a essas autoridades;

II — Prestar permanente assistência jurídica aos órgãos de que trata o inciso anterior;

III — Examinar:

a) as ordens e sentenças judiciais que, independentemente de autorização do Ministro de Estado, devam ser atendidas pelas demais autoridades do Ministério da Fazenda;

b) os projetos de portarias, circulares e outros atos normativos a serem expedidos pelas mesmas autoridades, para a execução de leis ou regulamentos;

c) os títulos relativos à propriedade imobiliária da União, efetuando pesquisas para efeito de sua regularização;

d) os processos de levantamento de finanças de responsáveis perante a Fazenda Nacional; e

e) os contratos em que seja parte a Fazenda Nacional, que interessem à receita ou que envolvam bens patrimoniais da União ou a concessão de favores fiscais, nos casos não reservados ao Procurador-Geral;

IV — Promover a inscrição da dívida ativa da União, para fins de cobrança judicial, após apurada sua liquidez e certeza;

V — Manter atualizado o cadastro dos devedores à Fazenda Nacional e fornecer a quem requer certidão de quitação quanto à dívida ativa da União inscrita;

VI — Lavar os atos relativos à aquisição, alienação, cessão, aforamento, locação, entrega e outros concernentes a imóveis do patrimônio da União;

VII — Cooperar com o Ministério Público, nos feitos judiciais, em que for parte a União, em matéria relativa à Fazenda Nacional ou a ato emanado do Ministério da Fazenda, e solicitar, quando for o caso, a propostiva dessas ações;

VIII — Fiscalizar a execução dos contratos em que for parte a Fazenda Nacional;

IX — Lavar termos de responsabilidade, exceto os exigidos para a interposição de recursos fiscais e para o desembaraço aduaneiro de mercadorias;

X — Coligir elementos de fato e de direito e preparar, em regime de urgência, as informações que devam ser prestadas, em mandados de segurança impetrados contra autoridades fazendárias, ressalvado o disposto no artigo 10, item X;

XI — Atribuir aos Procuradores da Fazenda Nacional, se for conveniente e pela forma que o Regimento estabelecer, a numeração ordinal para efeito de suas relações com os órgãos do Ministério Público;

XII — Zelar pela fiel observância e aplicação das leis, decretos e re-

gulamentos, especialmente em matéria pertinente à Fazenda Nacional; e

XIII — Exercer outras atribuições previstas em lei ou no Regimento.

Art. 14 — Aos Procuradores-Chefes, no âmbito da respectiva jurisdição, compete:

I — Dirigir os serviços da Procuradoria, ministrando instruções e expedindo ordens de serviço aos Procuradores da Fazenda Nacional e às seções e turmas;

II — Emitir parecer sobre questões jurídicas nos processos submetidos ao exame da Procuradoria ou aprovar os pareceres emitidos pelos Procuradores da Fazenda Nacional aos quais tenha distribuído ditos processos;

III — Prestar assistência jurídica aos órgãos fazendários;

IV — Promover junto às repartições fazendárias as medidas destinadas à apuração, inscrição e cobrança da dívida ativa da União ou à defesa dos interesses da Fazenda Nacional;

V — Representar a Fazenda Nacional nos atos relativos à aquisição, alienação, cessão, aforamento, locação, entrega e outros concernentes a imóveis do Patrimônio da União, podendo delegar competência, para esse fim, a Procurador da Fazenda Nacional;

VI — Fazer lavrar e assinar termos de responsabilidade;

VII — Coligir elementos de fato e de direito e preparar em regime de urgência, as informações previstas no item X do artigo 13, podendo confiá-las, sob sua aprovação, ao Procurador, que para isso distribuir o processo respectivo;

VIII — Fiscalizar a execução dos contratos em que for parte a Fazenda Nacional, representando ao Procurador-Geral sempre que tiver conhecimento de inadimplemento de suas cláusulas.

IX — Zelar pela fiel observância e aplicação das leis, decretos e regulamentos, especialmente em matéria pertinente à Fazenda Nacional, representando ao Procurador-Geral sempre que tiver conhecimento da sua inobservância ou inexecução e podendo, para esse fim, proceder a diligências, requisitar elementos ou solicitar informações junto aos órgãos fazendários;

X — Designar e dispensar os respectivos secretários, chefes de seção e encarregados de turma;

XI — Exercer, quando necessário, quaisquer das atribuições dos Procuradores da Fazenda Nacional;

XII — Exercer outras atribuições previstas em lei ou no Regimento.

Parágrafo único. Nas Procuradorias onde fôr lotado apenas um Procurador da Fazenda Nacional, a este competirá, no que couber, o desempenho das atribuições previstas neste artigo.

Art. 15. Aos Procuradores da Fazenda Nacional, sob a orientação do respectivo Procurador-Chefe, compete privativamente:

I — Emitir parecer nos processos que lhe forem distribuídos;

II — Apurar a liquidez e certeza da dívida ativa, mandar inscrever e remeter a respectiva certidão, por elle subscrita, ao órgão competente do Ministério Público, para fins de cobrança judicial;

III — Mandar averbar a quitação da dívida e dar baixa na respectiva ficha cadastral;

IV — Mandar cancelar a inscrição, quando indevidamente feita, comunicando o fato ao competente órgão do Ministério Público;

V — Visar guias de recolhimento nos casos do art. 22, § 6º;

VI — Autorizar o fornecimento de certidões negativas quanto à dívida ativa da União inscrita, nas quais aporão o seu visto;

VII — Representar e defender os interesses da Fazenda Nacional, nos casos previstos neste Decreto-Lei; e

VIII — Fazer lavar e fiscalizar a execução dos contratos que interessam à receita ou que envolvam bens patrimoniais da União ou a concessão de favores fiscais, representando ao respectivo Procurador-Chefe sempre que tiver conhecimento do inadimplemento de suas cláusulas.

Art. 16. Aos Procuradores da Fazenda Nacional compete, ainda, na forma prevista neste Decreto-Lei:

I — Promover, diretamente:

a) junto às repartições fazendárias, as medidas destinadas à apura-

ção, inscrição e cobrança da dívida ativa da União ou à defesa judicial da Fazenda Nacional, nos processos que lhe forem distribuídos; e

b) junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta ou entidade de direito privado, diligências para a localização de devedores à Fazenda Nacional e a apuração de bens penhoráveis;

II — Cooperar com o Ministério Pública, nos feitos judiciais em que fôr parte a União em matéria referente a Fazenda Nacional ou a ato emanado do Ministério da Fazenda, transmitindo-lhe, diretamente, os elementos de fato e de direito, sobretudo para a contestação de ações, impugnação de embargos à execução, oferecimento de razões em recursos e pronúnciação em execuções de sentença, podendo, para esse fim, requisitar processos administrativos, proceder a diligências e solicitar informações a órgãos fazendários;

III — Prestar assistência jurídica aos órgãos fazendários, quando designados;

IV — Formular pedido, ou transmitir elementos, diretamente, aos órgãos do Ministério Público, para proposição de ações de interesse da Fazenda Nacional;

V — Examinar os títulos referentes à propriedade imobiliária da União, efetuando pesquisas para efeito de sua regularização;

VI — Examinar as matérias de que trata o item III do artigo 13;

VII — Minutar termos de responsabilidade;

VIII — Zelar pela fiel observância e aplicação das leis, decretos e regulamentos, especialmente em matéria pertinente à Fazenda Nacional, representando ao Procurador-Chefe, sempre que tiver conhecimento de sua inobservância ou inexata aplicação, podendo, para esse fim, solicitar-lhe a requisição de elementos ou informações; e

IX — Exercer outras atribuições previstas em lei ou no Regimento.

Art. 17. Aos Assistentes Jurídicos compete prestar assistência jurídica ao órgão fazendário junto ao qual forem designados para servir.

CAPÍTULO IV

Dos Serviços

SEÇÃO I

Da Consulta Jurídica

Art. 18. A formulação da consulta jurídica será objetiva e clara, focalizando, precisamente, a matéria cuja elucidação faz-se necessária; a solução esrá conclusiva e cingir-se-á ao objeto da consulta, salvo quando indispensável a apreciação de questões correlatas para o perfeito esclarecimento da dúvida suscitada.

§ 1º Salvo casos especiais, a critério do Ministro de Estado, a formulação da consulta deverá ser precedida de ampla e completa instrução processual, por parte dos órgãos técnicos competentes.

§ 2º As diligências para suprir a deficiente instrução do processo poderão ser feitas diretamente pela Procuradoria, sempre sob regime de urgência, apurando-se a responsabilidade de servidores pela demora no atendimento.

§ 3º É terminantemente proibido o deslocamento da instância administrativa, para o efeito de solicitações de audiência à Procuradoria Geral, cumprindo a cada dirigente de repartição ministerial, nos casos de exame de direito ou interpretação de lei, ouvir o órgão jurídico da respectiva jurisdição e decidir à vista do parecer por este emitido.

§ 4º Sempre que o parecer do órgão jurídico versar sobre questões iterativamente apreciadas ou que envolvam matéria de interesse geral, o referido órgão sugerirá a expedição de ato normativo próprio, cuja minuta, desde logo, juntará ao processo.

SEÇÃO II

Da Defesa Judicial da Fazenda Nacional

Art. 19. O serviço de defesa judicial da Fazenda Nacional tem, no Ministério da Fazenda, preferência sobre os demais e a inobservância deste preceito constitui falta de exação no cumprimento do dever.

Art. 20. Ao receberem do Procurador da República a contra-fo de ação proposta contra a União Federal, por motivo de ato emanado do Ministério da Fazenda, os Procuradores da Fazenda Nacional farão anotar, em livro próprio, a natureza e o valor da ação, o nome do autor e o juízo e cartório ou Secretaria por onde correr o feito e, logo a seguir, requisitarão o correspondente processo à repartição onde se encontrar, devendo os órgãos de comunicações prestar verbalmente todas as informações pedidas e a repartição em cujo poder estiver o processo atender à requisição, dentro em vinte e quatro horas, sob pena de responsabilidade do respectivo chefe, promovida pelo Procurador requisitante.

§ 1º Recebido o processo, o Procurador da Fazenda Nacional providenciara a imediata extração das cópias necessárias e coligirá os elementos indispensáveis, preparando as informações que, com os motivos de fato e os fundamentos de direito, possam conduzir à eficiente contestação do pedido, elementos estes que deverão ser encaminhados ao Procurador da República, dentro do prazo máximo de vinte dias, e sempre de modo a ficar assegurada a guarda do prazo judicial aberto, no feito, para a Fazenda Nacional.

§ 2º O Procurador da República manterá o Procurador da Fazenda Nacional informado do andamento do feito, colaborando este último com os elementos indispensáveis à defesa dos interesses da Fazenda, quer na fase preparatória, quer na do preparo das razões de recurso.

§ 3º Sempre que se tratar de ação anulatória de dívida fiscal, e, pelo exame do processo administrativo verificar o Procurador da Fazenda Nacional que a propositura da ação não foi precedida do depósito, na repartição arrecadadora, da totalidade do crédito fiscal, promoverá a imediata inscrição da dívida ativa, preparando e remetendo ao Procurador da República a respectiva certidão para início do executivo fiscal, que prosseguirá até final, independentemente da ação proposta pelo contribuinte, a qual não induzirá litispendência.

§ 4º O processo administrativo que der origem à ação será mantido na Procuradoria da Fazenda Nacional até o desfêcho do processo judicial, dele se extraindo as certidões que forem requeridas pelo autor ou as cópias requisitadas pelo Juiz ou pelo Procurador da República.

§ 5º Mediante requisição do Juiz, com dia e hora designados, poderá o processo ser exibido na sede do Juízo, por funcionário que o Procurador da Fazenda Nacional designar, lavrando-se termo da ocorrência.

Art. 21. Sob pena de ser liminarmente indeferida por inepta, nos termos do art. 160 do Código de Processo Civil, a petição inicial de qualquer ação proposta contra a Fazenda Nacional, ou contra a União Federal, conterà, obrigatoriamente, a indicação precisa do ato impugnado, a menção exata da autoridade que o tiver praticado e a individuação perfeita do processo administrativo, por sua numeração no protocolo da repartição.

Parágrafo único. Sob a mesma pena, deverá a petição inicial ser acompanhada de cópias autenticadas dos documentos que a instruírem, as quais serão remetidas à Procuradoria da Fazenda Nacional juntamente com a contra-fê.

SEÇÃO III

Da Dívida Ativa da União

Art. 22. Dentro de trinta dias da data em que se tornarem findos os processos administrativos, pelo transcurso do prazo fixado para o recolhimento do débito para com a União, as repartições públicas competentes, sob pena de responsabilidade dos seus dirigentes, são obrigadas a encaminhá-los à Procuradoria da Fazenda Nacional da respectiva unidade federativa, para efeito de inscrição e cobrança judicial das dividas d'elles originadas.

§ 1º Recebendo o processo, por distribuição, o Procurador da Fazenda Nacional examinará detidamente a parte formal e, verificada a existência de falhas ou irregularidades que possam infirmar o executivo fiscal, mandará proceder à inscrição da di-

vida ativa nos registros próprios observadas as normas regimentais e as instruções que venham a ser expedidas pelo Procurador-Geral, extraindo-se, ato contínuo, a certidão que, por elle subscripta, será encaminhada ao competente órgão do Ministério Público, para início da execução judicial.

§ 2º O exame do processo administrativo, a inscrição da dívida, a extração da certidão e sua remessa ao competente órgão do Ministério Público deverão ser feitos no prazo máximo de trinta dias, contados da data do recebimento do processo pela Procuradoria, sob pena de responsabilidade de quem der causa a demora.

§ 3º Se no exame do processo fôr verificada a existência de falha ou irregularidade a sanar, o Procurador da Fazenda Nacional solicitará, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena, à repartição competente as providências cabíveis, que serão adotadas no prazo de sessenta dias. Se a repartição exceder qualquer dos prazos previstos neste artigo, a Procuradoria na qual o fato fôr apurado levá-lo-á ao conhecimento do Procurador-Geral, que representará contra o responsável.

§ 4º Feita a inscrição, preparar-se-á ficha com o nome do devedor, o número do processo e a indicação do número e série da dívida, para o cadastro dos devedores. A ficha terá a sua correção fiscalizada pelo Procurador que subscrever a certidão e trará a rubrica do funcionário que a confeccionar.

§ 5º Os processos que derem lugar à inscrição da dívida serão conservados na Procuradoria da Fazenda Nacional até final execução, quando lhes será anexada uma via da guia de recolhimento, seguindo-se a sua devolução à repartição de origem, depois de feitas as devidas anotações à margem da correspondente inscrição e na ficha do cadastro dos devedores.

§ 6º Uma vez inscrita a dívida, o seu pagamento será feito mediante guia expedida em Juízo, pelo cartório ou secretaria da execução e visada pelo órgão do Ministério Público e por Procurador da Fazenda Nacional, salvo quando, antes da remessa da certidão àquele órgão e a requerimento do devedor, este solver a di-

vida, com os encargos que forem devidos, mediante guia expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e visada pelo Procurador que tiver promovido a inscrição ou, na sua falta, por outro Procurador.

§ 7º Se forem oferecidos embargos à execução, o órgão do Ministério Público encaminhará os autos ao Procurador da Fazenda Nacional que, à vista do processo administrativo, preparará os elementos de fato e de direito para a impugnação dos embargos, restituindo os autos, com esses elementos, dentro em dez dias, a contar do seu recebimento. De igual forma procederá no caso de recurso, se para isso fôr solicitado, com vistas à feitura de razões suplementares a serem enviadas ao órgão do Ministério Público em segunda instância.

§ 8º O Procurador da Fazenda Nacional cooperará, em tôdas as fases do executivo fiscal, para a rapidez e bom êxito da cobrança judicial, devendo os órgãos do Ministério Público, cartórios e secretarias prestar-lhe as informações solicitadas e facilitar-lhe as providências cabíveis.

§ 9º Aplica-se ao processo administrativo que der origem ao executivo fiscal o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 20 desta Lei.

SEÇÃO IV

Dos Serviços Diversos

Art. 23. Na representação da União nas assembleias gerais das sociedades de economia mista e em outras entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participa, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, ou o Procurador da Fazenda Nacional, quando por aquêle lhe fôr delegada competência, procederá estritamente de acôrdo com as instruções que he forem transmitidas pelo Ministro da Fazenda.

Art. 24. O exame de anteprojeto de leis e de minutas de atos regulamentares será feito sob os aspectos de constitucionalidade, legalidade e técnica jurídica.

Parágrafo único. Quando a urgência, a complexidade ou o volume do trabalho o aconselhar, poderá ser constituído grupo de trabalho para a

discussão e o exame do anteprojeto ou minuta, do qual poderão fazer parte, além de Procuradores da Fazenda Nacional, funcionários estranhos à lotação da Procuradoria.

CAPÍTULO V

Do Pessoal

SEÇÃO I

Da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional

Art. 25. Fica criada, na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, a carreira de Procurador da Fazenda Nacional, integrante do Serviço Jurídico da União, com a seguinte composição:

CARREIRA	Número de Cargos
1ª Categoria	20
2ª Categoria	25
3ª Categoria	30
Total de Cargos	75

§ 1º Ficam extintos os cargos soldados de provimento efetivo de Procurador da Fazenda Nacional de 1ª, 2ª e 3ª Categorias e os de Auditor da Fazenda Nacional.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de Procurador da Fazenda Nacional passam a ocupar, sem aumento de despesa e observada a respectiva categoria, os cargos correspondentes da carreira de que trata este artigo.

§ 3º Nas mesmas condições indicadas no parágrafo anterior, os atuais ocupantes dos cargos de Auditor da Fazenda Nacional passam a ocupar cargos de 2ª Categoria da carreira de Procurador da Fazenda Nacional, sendo os respectivos títulos apostilados pelo órgão de pessoal.

§ 4º Os cargos vagos ou que vagarem de 1ª e 2ª Categorias serão pro-

vidos por promoção, alternadamente, pelos critérios de merecimento e antiguidade, dos ocupantes dos cargos de 2ª e 3ª Categorias, respectivamente. Os de 3ª Categoria serão providos, exclusivamente, por concurso público de provas e de títulos, entre Bacharéis em Direito, de comprovada idoneidade moral.

Art. 26. O concurso para o provimento de cargos de 3ª Categoria da carreira de Procurador da Fazenda Nacional será realizado na capital da unidade federativa em cuja Procuradoria da Fazenda Nacional houver o claro na lotação e se regerá por instruções aprovadas mediante portaria do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, tendo validade não superior a 4 (quatro) anos, fixada no respectivo edital.

§ 1º A execução do concurso compete ao Departamento Administrativo do Serviço Público, cabendo à PGFN solicitar a sua realização, quando oportuno.

§ 2º As bancas examinadoras, designadas pelo Ministro da Fazenda, serão presididas pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, ou por Procurador da Fazenda Nacional que ele indicar, e compostas, ainda, de um advogado indicado pelo Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil e de jurista de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Art. 27. Ficam transformados, sem aumento de despesa, em cargos de 1ª Categoria da carreira de Procurador da Fazenda Nacional da Parte Suplementar do Quadro do Ministério da Fazenda os cargos isolados de provimento efetivo de:

I — Procurador da Fazenda Nacional do Quadro Extinto da PGFN, de que trata o artigo 21 da Lei número 2.642, de 9 de novembro de 1955 (quatro cargos);

II — Procurador do Ministério da Fazenda (três cargos);

III — Procurador da Fazenda Nacional lotados em outros Estados, cujos ocupantes tenham exercício no órgão central da PGFN ou na Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado da Guanabara há mais de 2 (dois) anos, *ex vi* da Lei nº 2.642, de 9 de novembro de 1955 (quatro cargos);

IV — Assistente Jurídico integrante, na data desta Lei, da lotação do ór-

gão central da PGFN ou das Procuradorias da Fazenda Nacional (dez cargos), cujos ocupantes serão inicialmente lotados em outras unidades federativas que não o Estado da Guanabara, ressalvado, no prazo de trinta dias, o direito de opção pela permanência no cargo atualmente ocupado, mediante requerimento dirigido ao Procurador-Geral.

§ 1º Os títulos de provimento dos ocupantes dos cargos a que se refere este artigo serão apostilados pelo órgão do pessoal.

§ 2º. Os cargos de que trata este artigo serão extintos à medida que vagarem.

Art. 28. Os 75 (setenta e cinco) cargos da carreira de Procurador da Fazenda Nacional, das Partes Permanente e Suplementar, ficam lotados nas Procuradorias da Fazenda Nacional, da seguinte forma: 25 (vinte e cinco) na do Estado da Guanabara; 15 (quinze) na do Estado de São Paulo; 5 (cinco) na do Distrito Federal; 3 (três) nas dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; 2 (dois) nas dos Estados do Ceará, Pernambuco, Bahia e Paraná; e 1 (um) nas dos demais Estados.

§ 1º Fica assegurado aos atuais ocupantes dos cargos isolados de provimento efetivo de Procurador da Fazenda Nacional o direito a lotação na unidade federativa para que foram nomeados ou em que foram readaptados.

§ 2º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, na forma dos arts. 56, item II e 57 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1962 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis), remover os ocupantes dos cargos de Procurador da Fazenda Nacional, *ex officio*, no interesse da Administração, a pedido ou por permuta, de uma para outra Procuradoria da Fazenda Nacional.

Art. 29. Em qualquer hipótese, o total de cargos providos na carreira de Procurador da Fazenda Nacional, das Partes Permanente e Suplementar, do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, não excederá a 75 (setenta e cinco).

Parágrafo único. Não serão providos tantos cargos da 3ª Categoria, na

Parte Permanente, quantos forem os cargos da 1ª Categoria incluídos na Parte Suplementar, mas poderá ser feito o provimento à medida que estes últimos forem sendo extintos, na vacância.

Art. 30. Os vencimentos e vantagens dos cargos criados nesta Lei de Procurador da Fazenda Nacional de 1ª, 2ª e 3ª Categorias, das Partes Suplementar e Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, são os mesmos que, na forma da legislação vigente, vem sendo pagos aos ocupantes dos cargos ora extintos, mantida a equiparação com os Procuradores da República de categoria correspondente, conforme art. 11 da Lei nº 2.642 de 9 de novembro de 1955.

Art. 31. Os proventos de aposentadoria e disponibilidade dos Procuradores da Fazenda Nacional serão calculados tomando-se por base o vencimento do cargo e a média das percentagens pela apuração, inscrição e cobrança da dívida ativa da União, nos três últimos períodos de doze meses contados, regressivamente, da data em que forem decretadas, além de outras vantagens admitidas em lei.

Art. 32. A percentagem a que tem direito os Procuradores da Fazenda Nacional pela apuração, inscrição e cobrança da dívida ativa da União, paga pelo devedor, será calculada sobre o montante do débito liquidado.

§ 1º A percentagem é uniformizada, em todo o País, em 10% (dez por cento) para os Procuradores da República ou Promotor Público e 10% (dez por cento) para os Procuradores da Fazenda Nacional.

§ 2º A percentagem será recolhida aos órgãos arrecadadores juntamente com a dívida ativa da União, através das mesmas guias, expedidas pelo Cartório, Secretaria ou Procuradoria, obrigatoriamente conferidas e visadas, nas capitais dos Estados, pelo Procurador da República e pelo Procurador da Fazenda Nacional, e nas comarcas do interior, pelo Promotor Público.

§ 3º As quantias relativas às percentagens serão escrituradas como "Depósito de Diversas Origens para quem de direito", que serão levantadas mediante folhas mensais organizadas pelo Procurador-Chefe.

§ 4º O montante das percentagens, em cada unidade federativa, será rateado, em cotas iguais, entre os Procuradores da Fazenda Nacional lotados na respectiva Procuradoria, incluindo, se for o caso, o funcionário que estiver respondendo pelo expediente, nos termos do parágrafo único do artigo 38.

§ 2º A percentagem do Promotor Público, devida nos Executivos Fiscais que propuser nas comarcas do interior, lhe será entregue pelo Escrivão do Cartório, mediante recibo nos autos.

§ 6º. Do montante mensal das percentagens devidas, em cada unidade federativa, aos Procuradores da Fazenda Nacional e depositado nos órgãos arrecadadores, será deduzida uma percentagem de 10% (dez por cento), que constituirá um "Fundo de Estímulo" a ser distribuído, semestralmente, aos servidores pelo efetivo exercício nas Procuradorias da Fazenda Nacional, em cotas proporcionais aos respectivos vencimentos; os servidores em efetivo exercício no órgão central da P.G.F.N. participarão do "Fundo de Estímulo" pelo Estado da Guanabara, enquanto não ocorrer sua transferência definitiva para o Distrito Federal.

SEÇÃO II

Dos Cargos de Procurador-Geral e das Funções Gratificadas

Art. 33. O cargo isolado de Procurador-Geral da Fazenda Nacional será provido em comissão, devendo a nomeação recair em Procurador da Fazenda Nacional.

Art. 34. As funções de Procurador-Chefe e Procurador-Assistente serão providas por designação do Procurador-Geral, dentre Procuradores da Fazenda Nacional.

Art. 35. As funções de Procurador-Representante da Fazenda Nacional junto a cada um dos Conselhos de Contribuintes, Superior de Tarifa e de Terras da União, ou respectivas Câmaras, serão providas por livre escolha e designação do Procurador-Geral, dentre Procuradores da Fazenda Nacional, que receberão a gratificação de presença fixada para os membros do Conselho ou Câmara.

Art. 36. As funções gratificadas de secretário, de assistente administrativo, de chefes de seções e de encarregado das turmas previstas neste Decreto-lei terão os símbolos que forem fixados em decreto executivo, devendo as designações recair em funcionários do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda ou requisitados na forma da lei.

SEÇÃO III

Das Substituições

Art. 37. Serão substituídos, automaticamente, nos seus impedimentos até 30 dias:

I — O Procurador-Geral, por um Procurador Assistente, mediante designação do Ministro da Fazenda; e

II — Os Procuradores-Chefes das Procuradorias da Fazenda Nacional, no Distrito Federal e nos Estados da Guanabara e de São Paulo, por Procurador da Fazenda Nacional da lotação da respectiva Procuradoria, mediante designação do Procurador-Geral.

§ 1º. Nos impedimentos do Procurador-Geral da Fazenda Nacional excedentes a 30 (trinta) dias, será feita nomeação interina, em substituição.

§ 2º. A substituição prevista neste artigo prevalece para os casos de afastamento ocasional e aqueles em que o titular afirmar suspeição para funcionar no processo.

§ 3º. Os demais Procuradores-Chefes das Procuradorias da Fazenda Nacional serão substituídos, enquanto durar o impedimento, pelo Procurador da Fazenda Nacional da respectiva lotação, de mais alta categoria ou, se esta for a mesma, de maior tempo de serviço na categoria, na carreira ou no serviço público, sucessivamente.

Art. 38. Nas Procuradorias onde for lotado ou estiver em exercício apenas um Procurador da Fazenda Nacional, este será substituído, nos seus impedimentos, por Procurador da Fazenda Nacional lotado noutra Procuradoria, que o Procurador-Geral designar.

Parágrafo único. Atendida a conveniência do serviço, o Procurador-Geral poderá designar funcionário

do Ministério da Fazenda, Bacharel em Direito, para responder pelo expediente da Procuradoria, nos cargos de que trata este artigo.

CAPÍTULO VI

Das órgãos anexos

SEÇÃO I

Da Comissão de Defesa dos Capitais Nacionais

Art. 39. A Comissão de Defesa dos Capitais Nacionais (CODECAN) do Ministério da Fazenda passará a ser órgão de deliberação coletiva anexo à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e terá por finalidade precípua a defesa e o controle dos interesses da União nas sociedades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, diretamente ou através de qualquer outra entidade.

Parágrafo único. O controle exercido pela CODECAN abrangerá as empresas públicas e quaisquer outros organismos de cujo capital, no todo ou em parte, seja titular o Tesouro Nacional, e estender-se-á às sociedades de que sejam acionistas os entes definidos neste artigo.

Art. 40. Além do Procurador-Geral, seu presidente nato, a CODECAN compor-se-á dos seguintes membros:

I — Um Procurador da Fazenda Nacional, indicado pelo Procurador-Geral;

II — Dois Contadores, indicados pelo Contador-Geral da República;

III — Um Técnico de Economia e Finanças, indicado pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças;

IV — Um Agente Fiscal do Imposto de Renda, indicado pelo Diretor do Departamento do Imposto de Renda;

V — Um Engenheiro, indicado pelo Diretor do Serviço do Patrimônio da União;

VI — Um representante de cada um dos Ministérios a que se vincularem entidades referidas no artigo 39 e seu parágrafo único;

VII — Um representante do Banco Central da República do Brasil, indicado pelo respectivo presidente.

Art. 41. Compete à CODECAN:

I — Acompanhar as atividades econômico-financeiras das entidades re-

feridas no artigo 39 e seu parágrafo único;

II — Examinar-lhes os estatutos, propondo as alterações que julgar necessárias;

III — Apreciar, previamente, todas as matérias que devem ser submetidas às assembleias gerais, solicitando, em cada caso, às respectivas entidades, os esclarecimentos que se fizerem necessários;

IV — Examinar os relatórios, balanços, balancetes, contas e outros documentos pertinentes à gestão social das entidades, propondo, quando for o caso, as perícias que se impuserem e indicando os profissionais aptos a realizá-las;

V — Aconselhar a convocação de assembleias gerais extraordinárias;

VI — Manter atualizada a coleção de toda a legislação, estatutos, relatórios, balanços, atas e outros elementos pertinentes àquelas entidades;

VII — Propor as regulamentações que forem necessárias, inclusive a condizente com a padronização de balanços e contas, nos casos em que couber;

VIII — Fiscalizar o pontual recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, ou a observância da exata destinação prevista em lei, dos dividendos e lucros atribuídos à União;

IX — Proceder, anualmente, ao levantamento da totalidade do capital investido pela União, nas entidades referidas, dos dividendos por ele produzidos no exercício e respectiva destinação, bem como dos créditos que, a qualquer título, possua o Tesouro Nacional nas mesmas entidades;

X — Proceder à análise qualitativa e quantitativa das isenções e subsídios fiscais concedidos àsquelas entidades, sugerindo as medidas que julgar adequadas, inclusive quanto à uniformidade das primeiras, visando à igualdade de tratamento;

XI — Manifestar-se, previamente, nos casos de subscrição ou aquisição de ações de capital por parte da União, bem como nos de alienação ou transferências das que já lhe pertencam;

XII — Indicar os nomes a serem eleitos para cada um dos Conselhos Fiscal e Consultivo das entidades mencionadas, observado o disposto no artigo 45;

XIII — Manifestar-se, se solicitada, sobre os demais nomes indicados para os referidos Conselhos e para compor as Diretorias;

XIV — Adotar todas as demais providências necessárias ao bom desempenho de suas atribuições, particularmente as que se destinem ao melhor resguardo dos interesses da União;

XV — Apresentar ao Ministro da Fazenda, no primeiro trimestre de cada ano, o relatório geral das suas atividades e da situação e tendências econômico-financeiras das entidades indicadas, isoladamente e no seu conjunto, em referência ao ano anterior, fazendo-o acompanhar das sugestões que tiver.

Art. 42. As resoluções tomadas pela CODECAN serão, com os processos respectivos, submetidos à aprovação do Ministro da Fazenda e, em todos os casos, antecederão as instruções finais que por este devam ser transmitidas ao Procurador-Geral e rigorosamente observadas nas assembleias gerais das entidades referidas.

Parágrafo único. A CODECAN examinará meteticulosamente, em cada caso, as atas das assembleias gerais, para verificação da sua exatidão, em confronto com as instruções ministradas.

Art. 43. As entidades indicadas no artigo 39 e seu parágrafo único são obrigadas a:

I — prestar à CODECAN toda a colaboração que lhes for solicitada para o bom desempenho das suas atribuições, inclusive a designação de funcionários e auxiliares graduados que mantenham contato e prestem auxílio à Comissão;

II — Remeter ao referido órgão, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data das respectivas assembleias gerais, a ordem do dia a estas referente, acompanhada de cabal justificativa inclusiva documental, para os diversos assuntos a serem tratados naquelas assembleias;

III — Fornecer os dados que lhes forem solicitados, bem como as sugestões que tiverem, para a elaboração do relatório anual da CODECAN.

Parágrafo único. Os órgãos da administração pública federal, inclusive os descentralizados, são, igualmente, obrigados a prestar à CODECAN a colaboração que por esta lhes for solicitada.

Art. 44. Para as instruções a que se referem os artigos 23 e 42, os Ministérios que jurisdicionem entidades indicadas no artigo 39 e seu parágrafo único transmitirão ao Ministro da Fazenda com a antecedência necessária, a orientação técnica adstrita à matéria de sua competência.

Art. 45. Nos Conselhos Fiscal e Consultivo das entidades referidas no artigo 39 e seu parágrafo único, haverá, salvo disposição legal em contrário, pelo menos, um membro a ser eleito por indicação do Tesouro Nacional, devendo recair a escolha em funcionário do Ministério da Fazenda, de comprovada competência e idoneidade, sem prejuízo do exercício do seu cargo ou função.

§ 1º O membro indicado para o Conselho Fiscal deverá, obrigatoriamente, ser ocupante do cargo de Contador do Ministério da Fazenda.

§ 2º Os membros eleitos na forma deste artigo ficam obrigados a prestar à CODECAN a coadjuvação que lhes for solicitada, com relação às entidades em que servirem.

SEÇÃO II

Da Comissão de Estudos Tributárias e Internacionais

Art. 46. Fica instituída, no Ministério da Fazenda, anexa à P. G. F. N., em caráter transitório, a Comissão de Estudos Tributários Internacionais (CETI) órgão de deliberação coletiva que terá por finalidade precípua o estudo metódico da legislação comparada em matéria tributária, bem como do problema da tributação internacional e acordos respectivos.

Art. 47. Além do Procurador-Geral, seu presidente nato, a CETI será composta de 6 (seis) membros escolhidos dentre funcionários do Ministério da Fazenda de reconhecida competência em teoria e prática tributárias.

Art. 48. A Secretaria da CETI assessorará o plenário através de três setores principais: setor de legislação comparada, setor de acordos internacionais e setor de documentação.

Art. 49. Será de três ordens o sistema de trabalho da CETI: a) em plenário; b) em subcomissão; c) trabalhos individuais aos seus membros.

§ 1º Os trabalhos de plenário terão por finalidade a discussão final das matérias previamente estudadas por relatores ou subcomissões uns e outras designados pelo presidente.

§ 2º O membro que discordar das deliberações da Comissão é obrigado, em cada caso, a fazê-lo por escrito e justificadamente, sob pena de ser o seu voto considerado como sendo com elas concordante.

Art. 50. À CETI compete:

I — Proceder ao exame metódico da legislação comparada, inclusive acordos internacionais, em matéria tributária;

II — Proceder a estudos amplos e permanentes sobre o problema da dupla tributação internacional;

III — Sugerir a conveniência da celebração de acordos internacionais para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal;

IV — Acompanhar, junto aos competentes órgãos tributários, a execução de acordos que já tenham sido ou venham a ser celebrados;

V — Propor a revisão ou denúncia desses acordos, sempre que o interesse nacional o aconselhe;

VI — Cooperar em todas as negociações internacionais em que o governo brasileiro se faça representar e que versem assuntos tributários;

VII — Manter atualizadas, através de quadros demonstrativos próprios, as posições tributárias dos diversos países, notadamente em matéria de tributação da renda e do capital;

VIII — Organizar e promover a publicação, inclusive nas línguas francesa e inglesa, de monografias, folhetos ou plaquetas sobre o sistema tributário brasileiro, particularmente nos aspectos e temas interferentes, usualmente, com os acordos sobre tributação e evasão fiscal;

IX — Sugerir, quando necessário ao atendimento das suas finalidades, a designação de qualquer dos seus membros ou de funcionário capacitado para missão de estudo, treinamento, estágio ou observação no exterior;

X — Solicitar, quando conveniente, sobre assunto específico, a audiência de quaisquer órgãos da administração direta e indireta, inclusive sociedades de economia mista;

XI — Solicitar, nas mesmas condições, mediante autorização do Ministro da Fazenda, a opinião de especialistas de notório saber em ciências econômico-financeiras ou em direito tributário;

XII — Sugerir ao Ministro da Fazenda a alteração da legislação tributária interna, com vistas a aprimorá-la;

XIII — Opinar sobre assuntos de sua competência específica, que lhe sejam presentes pelo Ministro de Estado, bem como exercer outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei e outros atos normativos;

XIV — Manter entendimentos com a Divisão de Política Financeira da Secretaria Geral Adjunta para Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores, com vistas ao pleno desempenho das suas atribuições.

SEÇÃO III

Das Disposições Comuns

Art. 51. Os membros da CODECAN e da CETI serão designados pelo Ministro da Fazenda, sem prejuízo de exercício dos respectivos cargos ou funções, e receberão gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva (Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, artigo 145, inciso IX).

Parágrafo único. A falta à sessão, mesmo por motivo justificado, importará na perda da gratificação correspondente.

Art. 52. Além do plenário, a CODECAN e a CETI terão secretarias dirigidas por secretários, que participarão das sessões sem direito a voto. As secretarias terão a organização fixada nos Regimentos e poderão compor-se de setores ou turmas.

§ 1º A CODECAN e a CETI, reunir-se-ão com a presença da maioria dos seus membros em sessão ordinárias ou extraordinárias, na forma prevista no Regimento, não podendo haver mais de 8 (oito) sessões remuneradas por mês.

§ 2º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente além do voto ordinário o de qualidade.

Art. 53. Servirão nas secretarias da CODECAN e da CETI os funcionários das lotações próprias e os que forem requisitados, por proposta do Procurador-Geral, observado, no que couber, o disposto no artigo 61.

Parágrafo único. Os secretários da CODECAN e da CETI serão designados pelo Procurador-Geral.

Art. 54. Serão incluídas na proposta orçamentária da P.G.F.N. as dotações necessárias ao funcionamento da CODECAN e da CETI, inclusive, relativamente a esta, aquisição de livros nacionais e estrangeiros, assinatura de revistas técnicas e outras despesas no Exterior.

Art. 55. Os órgãos da administração pública, direta e indireta, são obrigados a prestar à CODECAN e à CETI a colaboração que lhes for solicitada, tendo em vista o bom desempenho das suas atribuições.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 56. Fica o Poder Executivo autorizado a instalar as Procuradorias da Fazenda Nacional no Distrito Federal e no Estado do Acre.

§ 1º Enquanto não for efetivada a instalação de que trata este artigo, fica prorrogada a jurisdição das Procuradorias da Fazenda Nacional nos Estados de Goiás e do Amazonas ao Distrito Federal e ao Estado do Acre, respectivamente.

§ 2º A antiga Procuradoria da Fazenda Nacional no Distrito Federal, hoje Estado da Guanabara, continuará a atender aos órgãos centrais do Ministério da Fazenda, até que estes sejam definitivamente transferidos para o Distrito Federal.

Art. 57. Até que ocorra a definitiva transferência da P.G.F.N. para o Distrito Federal poderá ali ser mantido, sob a chefia do Procurador da Fazenda Nacional que o Procurador-Geral designar, um setor de representação incumbido de acompanhar, junto aos tribunais superiores, os feitos judiciais de interesse da Fazenda Nacional e exercer outras atribuições

que lhe forem cometidas por aquêle titular. Nos impedimentos do Procurador, poderá ser designado, para responder pelo expediente do setor, um funcionário do Ministério da Fazenda, Bacharel em Direito.

Art. 58. Fica extinto, no Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, o cargo isolado de provimento em comissão de Procurador-Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado da Guanabara (antigo Distrito Federal).

Art. 59. Os cargos isolados de provimento efetivo de Assistente Jurídico do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, inclusive os que decorrerem de readaptações, ficam incluídos na Parte Suplementar, sendo extintos quando vagarem.

Art. 60. É terminantemente vedada a inclusão, no Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, bem como a requisição, para servir em qualquer de suas repartições, de integrante do serviço jurídico de órgãos da administração direta ou indireta, mesmo no caso de extinção desses, ressalvado o exercício no Gabinete do Ministro, em função que não sejam da competência da P.G.F.N.

Art. 61. No interesse dos serviços da dívida ativa da União, as Procuradorias da Fazenda Nacional, com a concorrência do Procurador-Geral, poderão requisitar funcionários lotados em outros órgãos do Ministério da Fazenda, sendo o afastamento autorizado pelo Ministro de Estado e fazendo jus os requisitados ao vencimento e vantagens como se em efetivo exercício estivessem no órgão de lotação.

Art. 62. Em todos os casos em que a lei exigir a apresentação de provas de quitação de tributos federais, incluir-se-á, obrigatoriamente, dentre aquelas, a certidão negativa de inscrição de dívida ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente.

Parágrafo único. Terá efeito de certidão negativa aquela que, mesmo acusando dívida inscrita, vier acompanhada de prova de que o devedor, em relação a essa dívida, ofereceu bens à penhora, no respectivo executivo fiscal, mediante certidão expedida pelo cartório ou secretaria do Juízo da execução.

Art. 63. As dívidas ativas da União ajuizadas até a data do presente Decreto-lei poderão ser liquidadas em parcelas mensais, iguais e sucessivas:

I — nos casos de pessoa física:

a) em até 4 (quatro) parcelas, se a dívida for superior a 5 (cinco) vezes e inferior a 20 (vinte) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente; e

b) em até 8 (oito) parcelas, se a dívida for igual ou superior a 20 (vinte) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente;

II — nos demais casos:

a) em até (4) quatro parcelas, se a dívida for superior a 20 (vinte) e inferior a 100 (cem) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente; e

b) em até 8 (oito) parcelas, se a dívida for igual ou superior a 100 (cem) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente.

§ 1º A requerimento do executado, que deverá oferecer plena garantia ao Juízo e depois de ouvido o competente órgão do Ministério Público, o Juiz poderá autorizar o parcelamento da dívida, devendo as respectivas prestações ser corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de mora, na forma da legislação aplicável, até a data em que forem efetivamente liquidadas.

§ 2º Recebido o requerimento, este valerá como confissão irretratável da dívida, que, no seu pagamento, não admitirá atraso de qualquer prestação, sob pena de se considerarem automaticamente vencidas as demais, prosseguindo, neste caso, o executivo fiscal.

§ 3º No pagamento das prestações, serão incluídos as custas judiciais e os encargos do artigo 32 e parágrafos.

§ 4º As dívidas ativas apuradas, até a data do presente Decreto-lei, já inscritas ou em fase de inscrição nas Procuradorias da Fazenda Nacional, mas ainda não ajuizadas, poderão ter o seu pagamento parcelado, mediante requerimento do devedor, deferido pelo Procurador-Chefe, observadas, no que couber, as normas e formalidades deste artigo e dos parágrafos anteriores, bem como as do § 6º do artigo 22.

Art. 64. A designação de Procurador da Fazenda Nacional para junção à Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior, atender à consulta e à assistência jurídica deste órgão será feita pelo Presidente da República, por prazo não superior a 2 (dois) anos, vedada a recondução e sujeito o designado ao teto de estipêndio em vigor para os demais servidores da Delegacia.

Parágrafo único. Sem prejuízo da atribuição conferida, neste Decreto-lei, ao Procurador-Geral, incumbirá, outrossim ao Procurador de que trata este artigo a assinatura, no Exterior, como representante da Fazenda Nacional, de atos e contratos de natureza financeira, em que esta seja parte ou interveniente, após o exame prévio de instrumento pelo órgão central da P.G.F.N. e delegação de competência, em cada caso, pelo seu titular, que poderá outorgá-la a qualquer outro Procurador da Fazenda Nacional.

Art. 65. É aplicável ao Procurador-Geral e aos Procuradores da Fazenda Nacional o disposto no artigo 11 e parágrafos da Lei nº 4.345, de 28 de julho de 1964, e no art. 7º e parágrafos da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Art. 66. Ficam extintas a Auditoria da Caixa de Amortização e a função gratificada de Auditor-Chefe.

Art. 67. O Poder Executivo aprovará, por decreto, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste Decreto-lei, a lotação numérica e nominal dos cargos e funções da P.G.F.N., bem como o seu Regimento e os dos órgãos anexos.

Art. 68. Para atender às despesas de instalação das Procuradorias da Fazenda Nacional no Distrito Federal e no Estado do Acre, as de reaparelhamentos das demais e a outros encargos previstos neste Decreto-lei, fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), que vigorará por 5 (cinco) exercícios e cujo plano de aplicação será aprovado pelo Ministro da Fazenda, por proposta do Procurador-Geral.

Art. 69. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publica-

ção, exceto o disposto no artigo 62, que vigorará 180 (cento e oitenta) dias após a referida publicação.

Brasília, 3 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 148 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a organização da vida rural, investiduras das Associações Rurais nas funções e prerrogativas do órgão sindical.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do Artigo 31 do Ato Institucional nº 2,

Considerando que o Estatuto do Trabalhador Rural — Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, regulamentou a organização sindical de empregadores e empregados rurais, vinculados ao Ministério do Trabalho e Previdência Social;

Considerando que, anteriormente, o Decreto-lei nº 8.127, de 24 de outubro de 1945, havia disciplinado a organização da classe patronal rural, sob fiscalização do Ministério da Agricultura, através de Associações Municipais, Federações Estaduais e uma Confederação de âmbito nacional, atribuindo-lhes a representação da classe e reconhecendo-as como órgãos técnicos consultivos do poder público;

Considerando que a organização prevista no citado decreto-lei constituiu uma fase preparatória para o organização sindical, que é, por excelência, o processo final de representação das categorias econômicas e profissionais;

Considerando que o Estatuto do Trabalhador Rural, em seu artigo 141, facultou às entidades, criadas nos termos do citado Decreto-lei nº 8.127, evoluírem para o sistema sindical, fixando, não obstante, o prazo de 180 dias para fazê-lo;

Considerando que a existência de duas organizações paralelas, sob o controle de diferentes Secretarias de Estado, ambas reconhecidas por lei como

órgãos de representação da classe patronal rural, constitui anomalia que deve ser corrigida;

Considerando que a organização e representação sindical é mais completa e perfeita, convido estimular a transformação das entidades remanescentes, criadas nos termos do aludido decreto-lei, para eliminar a duplicidade de representações, fonte de possíveis conflitos no exame dos assuntos de interesse da classe;

Considerando, ademais, que a citada Lei nº 4.214 contém dois processos contraditórios para as eleições dos sindicatos rurais, um estabelecido nos §§ 1º a 5º do artigo 123 e outro no Capítulo IV do Título VI, contradição que convém eliminar, sendo recomendável optar-se pela solução que melhor se adapte às condições peculiares do meio rural;

Considerando, finalmente, que algumas entidades preexistentes haviam usado da faculdade de se investirem nas atribuições do citado Decreto-lei nº 8.127, sendo de justiça respeitar sua situação anterior àquele decreto-lei, se não desejarem integrar-se no sistema sindical, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º "As Associações Rurais e seus órgãos superiores, reconhecidos nos termos e sob a forma do Decreto-lei nº 8.127, de 24 de outubro de 1945, poderão, se assim o manifestar a respectiva assembléia geral dentro do prazo de um ano, ser investidas nas funções e prerrogativas de órgão sindical do respectivo grau, na sua área de ação, como entidade de empregadores rurais".

Parágrafo único. Uma vez concedida a investidura, deverá a entidade promover, dentro de 90 dias, a adaptação de seus estatutos ao regime sindical e, aprovados estes pelo MTPS, eleger os respectivos órgãos diretivos e de representação no prazo de 90 dias, sob pena de decaírem da investidura e sujeitarem-se ao disposto no Artigo 3º desta Lei.

Art. 2º As entidades de que trata o artigo 1º, se não usarem da faculdade aí estabelecida, poderão, no mesmo prazo, converter-se em associações civis, sem fins lucrativos, destinados à prestação de serviços às pessoas fi-

sicas ou jurídicas, empresárias de atividades rurais em qualquer de suas formas agrícolas, pastoril extrativa ou industrial, bem como aos técnicos vinculados a essas atividades, perdendo as atribuições e prerrogativas de que gozavam por força do disposto no Capítulo II do Decreto-lei nº 8.127, de 24 de outubro de 1945.

Art. 3º Não se verificando nenhuma das opções previstas nos artigos anteriores, o Ministério da Agricultura promoverá a liquidação das entidades remanescentes, sujeitas ao regime do Decreto-lei nº 8.127, de 24 de outubro de 1945, obedecidos os respectivos estatutos no que não contrariem as disposições específicas daquele decreto-lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica as entidades mencionadas no artigo 15 e parágrafo único do Decreto-lei nº 8.127, de 24 de outubro de 1945, as quais, se não optarem pela sindicalização, poderão simplesmente desvincular-se do regime daquele decreto-lei, restabelecendo a situação anterior. Igualmente serão mantidas as instituições rurais especializadas, excluída a representação sindical da categoria econômica, salvo quando couber e for pleiteada.

Art. 4º A partir da vigência desta lei não mais serão reconhecidas entidades fundadas nos termos do Decreto-lei nº 8.127, de 24 de outubro de 1945, o qual perderá seu inteiro vigor a partir de um ano de vigência desta Lei.

Art. 5º Ficam revogados os parágrafos 1º e 5º do artigo 123 da Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963.

Art. 6º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Severo Fagundes Gomes

L. G. do Nascimento e Silva.

Edmar de Souza

DECRETO-LEI Nº 149. — DE 8 DE
FEVEREIRO DE 1967

Aprova o Convênio firmado entre o Governo Federal e o Estado da Guanabara para a reinclusão, nos Quadros do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara, do pessoal do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, e,

Considerando a impossibilidade de aproveitamento imediato no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal do pessoal do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal que, nos termos do artigo 46 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, retornou ao serviço da União;

Considerando que o Estado da Guanabara ainda se ressentia do desfalecimento de pessoal provocado pelo retorno ao serviço da União de integrantes do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal;

Considerando que é de interesse para a segurança nacional o aproveitamento desse pessoal no desempenho das funções que lhe são próprias, decreta:

Art. 1º É aprovado o convênio firmado em 27 de janeiro de 1967, entre o Governo Federal e o Estado da Guanabara, que regula a reinclusão, no Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara, do pessoal do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal, que retornou ao serviço da União, nos termos do artigo 46 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Art. 2º Ao pessoal reincluído no Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara ou para ele transferido aplica-se o disposto no artigo 3º, §§ 2º e 3º, da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960.

Parágrafo único. Ao Estado da Guanabara compete decretar a reforma ou a transferência para a reserva do pessoal do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal; a que se refere este decreto-lei, e ao Tribunal de Contas da União julgar da legalidade do respectivo ato.

Art. 3º O orçamento da União consignará, em anexo próprio, as dotações destinadas ao pagamento do pessoal de Investidura federal do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara, inclusive inativos, bem como das pensões deixadas aos seus beneficiários.

§ 1º As dotações a que se refere este artigo serão registradas pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuídas ao Tesouro Nacional, o qual procederá, mensalmente, a entrega dos duodécimos dos recursos em questão ao Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara.

§ 2º Os saldos das dotações destinadas ao pagamento do pessoal, ativo ou inativo, transferido ao Estado, deverão ser, trimestralmente, recolhidos ao Tesouro Nacional.

§ 3º O Ministério da Fazenda, no exercício de 1967, destacará, das dotações atribuídas, no Orçamento da União, ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, em favor do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara, as parcelas necessárias ao pagamento do pessoal, ativo e inativo, dentro de trinta (30) dias, contados da data do término da apresentação do pessoal a ser reincluído.

Art. 4º As vagas, no Quadro do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que decorrerem das reinclusões de que trata este decreto-lei, serão providas pelo Prefeito do Distrito Federal, nos termos da legislação em vigor.

Art. 5º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de fevereiro de 1967; 148º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Convênio de reinclusão do pessoal do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal no Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara

O Governo Federal, representado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Ministro Carlos Medeiros Silva, e o Estado da Guanabara, representado por seu Governador, Em-

baixador Francisco Negrão de Lima, estabelecem o seguinte convênio para a reinclusão do pessoal do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal no Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara.

Art. 1º O pessoal do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal, que retornou ao serviço da União, nos termos do artigo 46 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, será reincluído no Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara, desde que o requeira, no prazo de trinta (30) dias, contados da data da publicação deste convênio, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2º O pessoal, a que se refere o artigo anterior, será apresentado ao Estado da Guanabara, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, nos trinta (30) dias subsequentes ao término do prazo fixado no mesmo artigo.

Art. 3º Removida a apresentação, o pessoal reincluído será organizado em quadros especiais, limitados nos diversos postos, graduações e especialidades, pelos efetivos de oficiais, graduados e soldados que tiverem sido apresentados.

Parágrafo único. Nos postos ou graduações em que não se tenha efetivado reinclusão, o limite dos quadros especiais será igual à metade do efetivo fixado para o quadro ordinário do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara, aproximando-se a fração para a unidade superior.

Art. 4º Em cada Quadro, os oficiais, graduados e soldados ocuparão a posição que lhes couber por ordem de posto, graduação e antiguidade.

Art. 5º Os Quadros Especiais manterão relação de correspondência com os Quadros Ordinários do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara, assegurando-se aos reincluídos posição hierárquica imediatamente superior à daqueles que se lhes seguem em antiguidade, na data da publicação da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Parágrafo único. Não caberá, no entanto, aos reincluídos para o fim previsto neste artigo, acompanhar o pessoal do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara, que, após a data dessa lei, tenha sido promovido por merecimento, curso ou concurso.

Art. 6º Para atingir a posição a que se refere o artigo anterior, ficam asseguradas aos reincluídos, sem direito a vencimentos ou vantagens atrasadas, e obedecidas as limitações do artigo 9º deste convênio, as promoções que se fizerem necessárias, dentro dos respectivos Quadros, desde que satisfaçam os interstícios e demais requisitos estabelecidos na legislação estadual.

Parágrafo único. O Estado da Guanabara proporcionará aos reincluídos os meios necessários para satisfazer as exigências a que se refere este artigo.

Art. 7º Atendida pelo oficial ou graduado a posição referida no artigo 5º, será ele promovido por antiguidade, quando o for, pelo mesmo critério, o oficial ou graduado que se lhe seguir em antiguidade, nos Quadros Ordinários do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara, e, por merecimento, curso ou concurso, em vagas que ocorrerem no Quadro Especial.

Parágrafo único. A primeira vaga que se verificar em cada posto ou graduação, nos Quadros Especiais, exceto no posto de Coronel, será considerada como relativa ao critério da antiguidade.

Art. 8º Se não houver vaga, os militares promovidos, nos termos do artigo 6º e, por antiguidade, de acordo com o artigo 7º, serão considerados excedentes nos respectivos Quadros.

Parágrafo único. Verificada a vaga, qualquer que seja o critério para o preenchimento, será esta ocupada pelo excedente.

Art. 9º Em cada posto, ou graduação, dos Quadros Especiais, não poderá haver oficiais ou graduados, inclusive os promovidos de acordo com este convênio, em número superior a dois terços do efetivo fixado, quanto a cada posto ou graduação, para os Quadros Ordinários do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara.

Art. 10. É transferido para o Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara o pessoal inativo do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal, bem como o que vier a ser incluído nessa situação, qualquer que seja a época do ato da inatividade ou a autoridade que a houver decretado.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos pensionistas de membros dessa Corporação que não recebam pensão diretamente na Diretoria da Despesa Pública do Tesouro Nacional.

Art. 11. Os Quadros Especiais, de que trata este Convênio, são considerados em extinção, e os postos e graduações iniciais, suprimidos, automaticamente, à medida que vagarem.

Art. 12. Este Convênio entrará em vigor na data da publicação do ato legislativo da União, que o aprovar.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1967.

CARLOS MEDEIROS SILVA

Francisco Negrão de Lima

DECRETO-LEI Nº 150 — DE 9 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispensa de registro, no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, os diplomas expedidos por Escolas ou Faculdades de Medicina e de Farmácia.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-Lei:

Art. 1º Os diplomas expedidos por Escolas ou Faculdades de Medicina e de Farmácia, oficiais ou reconhecidas, ficam, para qualquer efeito, dispensados de registro, no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Art. 2º Aplicar-se-á o disposto no artigo anterior aos diplomas e certificados das demais profissões relacionadas com a medicina, farmácia, odontologia e veterinária, de nível universitário ou não, desde que os respectivos Conselhos profissionais venham a ser legalmente criados, regularmente instalados e venham a funcionar normalmente, assim reconhecidos por ato do Ministro da Saúde.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo de Britto

DECRETO-LEI Nº 151 — DE 9 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre os depósitos bancários do SESI, SESC, SENAI, SENAC e das entidades sindicais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º As disponibilidades do Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e dos Sindicatos, Federações e Confederações das categorias econômicas e profissionais deverão ser mantidas em depósito exclusivamente no Banco do Brasil S.A. e nas Caixas Econômicas Federais.

Parágrafo único. Excluem-se da obrigatoriedade de que trata o artigo 1º os depósitos dos Sindicatos sediados em localidades onde não exista Agência de um dos estabelecimentos ali mencionados, assim como aqueles que, excepcionalmente, for indispensável, a qualquer das entidades referidas no artigo, manter nessas localidades, por período determinado, para atender ao pagamento de obras em realização ou de serviços prestados.

Art. 2º Os depósitos das entidades mencionadas no art. 1º existentes, na data da publicação deste decreto-lei, em qualquer outro estabelecimento bancário, ressalvadas as hipóteses dos parágrafos únicos do art. 1º e deste artigo, serão transferidos para o Banco do Brasil ou para as Caixas Econômicas Federais, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Tratando-se de depósito a prazo fixo será mantido até a data do respectivo vencimento. Quanto aos de aviso prévio, considerar-se-á este efetivado, na data da publicação deste decreto-lei. Em um e outro caso, vencido o prazo, deverá ser realizada a imediata transferência do depósito previsto no artigo.

Art. 3º A inobservância do disposto nos arts. 1º e 2º e seus parágrafos importará na responsabilidade pessoal do dirigente da entidade, com a aplicação da penalidade administrativa.

cabível, independente da responsabilidade civil e criminal que resultar de eventuais danos patrimoniais.

Art. 4º O estabelecimento bancário que mantiver depósito existente ou aceitar novo, em desacordo com o disposto nos arts. 1º e 2º e seus parágrafos, ficará sujeito às sanções cabíveis para a infração grave de disposições legais.

Art. 5º Caberá ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, pelos seus representantes nos Conselhos Fiscais do SESC e do SENAC e nos Conselhos Nacionais do SESI e do SENAI, e pelo Departamento Nacional do Trabalho e as Delegacias Regionais do Trabalho, quanto às entidades sindicais, a fiscalização do cumprimento do disposto neste decreto-lei.

Art. 6º Caberá ao Banco Central da República do Brasil a fiscalização do cumprimento das disposições deste decreto-lei, no tocante aos estabelecimentos bancários, inclusive para o efeito da aplicação das sanções previstas no art. 4º.

Art. 7º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

L. G. do Nascimento e Silva

Luiz Marcello Moreira de Azevedo

DECRETO-LEI Nº 152 — DE 10 DE
FEVEREIRO DE 1967

Autoriza a constituição de uma sociedade de economia mista destinada a explorar os serviços de transporte marítimo na Baía da Guanabara.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º, do artigo 9º, do Ato

Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Da natureza, objeto e constituição dos STBG S. A.

Art. 1º Fica a União autorizada a constituir, na forma deste Decreto-lei, uma sociedade por ações, sob a denominação de Serviços de Transportes da Baía de Guanabara S. A. (STBG S. A.).

Art. 2º Os STBG S. A. serão uma sociedade anônima de economia mista que se regerá, observadas as ressalvas deste decreto-lei, pela legislação referente às Sociedades Anônimas em geral.

Art. 3º Os STBG S. A. terão por objeto a exploração dos serviços de transporte marítimo, na Baía da Guanabara, e sua sede será na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 4º O Presidente da República designará, através de decreto, o representante da União nos atos constitutivos da Sociedade.

§ 1º Os atos constitutivos serão precedidos de:

I — aprovação do Presidente da República ao projeto de organização dos serviços básicos da Sociedade;

II — o arrolamento, com as especificações do balanço, dos bens e direitos que formarão o capital social da Sociedade, sendo esses bens e direitos avaliados de acordo com os valores de balanço registrados a 31 de dezembro de 1966;

III — elaboração dos Estatutos e sua publicação prévia, para conhecimento geral.

§ 2º Os atos constitutivos compreenderão:

I — aprovação das avaliações dos bens e direitos arrolados para constituírem capital destinado à União, de acordo com os valores registrados no balanço em 31 de dezembro de 1966; e

II — aprovação dos Estatutos.

Art. 5º Os STBG S. A. serão constituídos em sessão pública, no Ministério da Viação e Obras Públicas, e da ata correspondente constarão os Estatutos aprovados, bem como o histórico e o resumo dos atos constituti-

vos, inclusive avaliação de bens e direitos convertidos em capital.

Parágrafo único. A constituição da Sociedade será aprovada por decreto do Poder Executivo, sendo posteriormente arquivada no Registro do Comércio a respectiva ata, por cópia autêntica.

Art. 6º Nos Estatutos da Sociedade serão observadas, em tudo que lhes for aplicável, as normas do artigo 2º d'este decreto-lei.

Parágrafo único. As reformas dos Estatutos, que não impliquem em modificação d'este decreto-lei, ficam subordinadas à aprovação do Presidente da República expressa em decreto.

CAPÍTULO II

Do Capital dos STBG S. A.

Art. 7º A União Federal subscreverá as ações que irão constituir o capital inicial dos STBG S. A., integralizando-o com o valor dos bens e direitos que formam o patrimônio vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, por meio do Decreto nº 825, de 2 de abril de 1962, e administrado sob a denominação de Serviços de Transportes da Baía da Guanabara (STBG)

Parágrafo único. Os atos constitutivos, da Sociedade serão o instrumento de transferência de domínio e posse, produzindo todos os efeitos de direito, inclusive perante o Registro Geral de Imóveis.

Art. 8º As correções monetárias a que se proceder sobre os bens e direitos mencionados no artigo anterior, serão isentas de impostos e taxas, e as diferenças a maior, no valor dos referidos bens e direitos, delas resultantes, serão utilizadas pela União Federal na realização do capital já subscrito, ou em novas subscrições de capital.

Art. 9º As ações dos STBG S. A. serão nominativas, ordinárias, com direito a voto, e preferenciais, estas sem direito a voto e inconvertíveis em ações ordinárias, podendo os aumentos de capital dividir-se, no todo ou em parte, em ações preferenciais para cuja emissão não prevalecerá a restrição do parágrafo único do artigo 9º, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

CAPÍTULO III

Dos acionistas dos STBG S. A.

Art. 10. A União subscreverá, em todo aumento de capital, ações ordinárias que lhe assegurem pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante.

§ 1º As transferências pela União, de ações do capital social, às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, ou as subscrições do aumento de capital pelas mesmas, não poderão, de nenhuma forma, importar na redução a menos de 51% (cinquenta e um por cento), não só das ações, com direito a voto, de propriedade da União, como da participação desta na constituição do capital social.

§ 2º É nula, de pleno direito, a transferência ou subscrição de ações realizada com infringência no § 1º d'este artigo, podendo tal nulidade ser arguida por terceiros, através de ação popular.

Art. 11. As transferências das ações da União serão feitas por valor nunca inferior ao nominal.

Art. 12. Gozarão de preferência na ordem abaixo relacionada para transferência das ações da União ou mesmo da subscrição de outras novas ações, nos termos do art. 9º d'este decreto-lei:

I — os empregados da Sociedade;

II — as pessoas jurídicas de direito público;

III — as sociedades de economia mista que, por força de lei, estejam sob controle permanente do Poder Público;

IV — as pessoas físicas ou jurídicas de Direito Privado.

Parágrafo único. Só poderão ser acionistas dos STBG S. A. as pessoas físicas, ou jurídicas, brasileiras, de direito público ou privado.

CAPÍTULO IV

Da Diretoria, do Conselho Fiscal e das Assembléias Gerais

Art. 13. Os STBG S. A. serão administrados por uma Diretoria Executiva, da qual o Presidente será de livre nomeação e demissão pelo Presidente da República, mediante pro-

posta do Ministro da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. Os demais membros da Diretoria Executiva, e os membros do Conselho Fiscal, serão eleitos pela Assembléia Geral de Acionistas e exercerão seus mandatos de acordo com os Estatutos Sociais.

Art. 14. A Assembléia Geral de Acionistas terá as atribuições previstas no Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, e a União Federal far-se-á representar nessa Assembléia, na forma estabelecida pela Legislação específica.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 15. Os atos de constituição da Sociedade e as realizações de capital pela União serão isentos de impostos, taxas e quaisquer outros ônus compreendidos na competência da União, e serão, ainda, o próprio instrumento de transferência de domínio e posse, produzindo todos os efeitos de direito, inclusive perante o Registro Geral de Imóveis, o Tribunal Marítimo e a Capitania dos Portos.

Art. 16. Os STBG S. A. assegurarão a participação do trabalho nos respectivos lucros de acordo com o disposto na regulamentação do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966.

Art. 17. A União Federal poderá incumbir à Sociedade a execução de serviços condizentes com a sua finalidade, destinando sempre que for o caso, recursos financeiros especiais.

Art. 18. Os STBG S. A. poderão promover desapropriações nos termos da legislação em vigor, depois de declarada, por decreto, a utilidade pública dos bens a desapropriar.

Art. 19. Não se aplica aos STBG S. A. o disposto nos ns. 1 e 3 do artigo 38, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art. 20. O vínculo entre os STBG S. A. e seus empregados continua a ser regido pela Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar trabalhista.

Parágrafo único. A relação empregatícia entre os atuais servidores dos STBG e aqueles serviços será trans-

ferida, na data da constituição da nova empresa, aos STBG S. A., sem alteração das respectivas cláusulas contratuais.

CAPÍTULO VI

Disposições Transitórias

Art. 21. Os bens e direitos integrantes do patrimônio vinculado ao M.V.O.P., por meio do Decreto número 825-62, e os demais administrados pelos STBG, que não forem incorporados ao patrimônio dos STBG Sociedade Anônima, no ato de sua constituição, serão mantidos sob gestão e guarda da nova sociedade, até a sua incorporação ao ativo daquela, a qual se dará à medida que forem eles arrolados, ou tombados e avaliados economicamente, na forma de realização de capital subscrito pela União, ou na de novas subscrições de capital.

§ 1º Para o arrolamento, tombamento e avaliação desses bens e direitos, os STBG S. A. adotarão as medidas administrativas pertinentes.

§ 2º A avaliação referida neste artigo deverá ser aprovada pelo Presidente da República.

§ 3º Os bens de que trata este artigo, que não vierem a integralizar o capital da Sociedade, terão o destino que lhes for dado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, após a constituição daquela, da forma abaixo:

a) se forem imóveis, ficarão no patrimônio da União;

b) se forem móveis, ou navios e embarcações, poderão, atendidas às disposições legais e regulamentares e, a critério do M.V.O.P., ser transferidos para outro órgão público centralizado ou descentralizado, inclusive autárquicos, bem como para sociedade de economia mista.

Art. 22. Durante a fase de implantação e consolidação da nova Empresa, poderá a União prover recursos para atender às despesas específicas atinentes àquela finalidade.

Art. 23. A dotação consignada no orçamento da União no exercício de 1967 e destinada a subvenção econômica do antigo STBG será entregue à nova Empresa, ora criada, na medida das necessidades da mesma, para

atender às despesas de sua constituição, implantação e operação.

Art. 24. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

Octavio Bulhões

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO-LEI Nº 153 — DE 10 DE
FEVEREIRO DE 1967

Estabelece normas para o funcionamento da Companhia Brasileira de Dragagem, constituída nos termos do artigo 26, da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, e de acordo com o disposto no Decreto nº 54.046, de 23-7-64.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966 e,

Considerando os objetivos colimados com a constituição da Companhia Brasileira de Dragagem, Sociedade por Ações de Economia Mista;

Considerando que a dragagem dos portos nacionais está diretamente ligada à Segurança Nacional;

Considerando que entre todos os diferentes serviços para melhoramento de um porto, é o de aprofundamento de seus canais de acesso e bacia de evolução o que oferece maior e mais importante repercussão econômica;

Considerando que o desenvolvimento da construção naval e o consequente aumento do calado dos navios, principalmente para os petroleiros e navios de minério e carvão, está a exigir o aprofundamento dos ancoradouros e vias de acesso dos portos;

Considerando que até a transferência do acervo do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, para a Cia. Brasileira de Dragagem, os serviços de dragagem não poderão sofrer solução de continuidade;

Considerando que é imprescindível o imediato funcionamento da Cia. Brasileira de Dragagem, constituída por Escritura Pública, lavrada nos termos da legislação vigente;

Considerando o previsto no Artigo 768, do Regulamento Geral da Contabilidade Pública;

Considerando o previsto no Art. 121, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 e no Decreto-Lei nº 6.877, de 18 de setembro de 1944.

Resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º A CBD, sociedade por ações de economia mista, constituída nos termos do art. 26 da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963 e de acordo com o disposto no Decreto nº 54.046, de 23 de julho de 1964, promoverá a modificação de seus Estatutos Sociais para o fim de observar as determinações do presente Decreto-Lei.

Art. 2º O capital inicial da sociedade será constituído pelo valor dos bens e direitos que a União, o DNPVN ou qualquer Órgão Público ou entidade privada, federal ou estadual, centralizado ou descentralizado destinar à integralização do seu capital.

Parágrafo único. As correções monetárias, procedidas sobre os bens e direitos referidos neste artigo serão isentos de impostos e taxas e as diferenças a maior no valor dos referidos bens e direitos resultantes das mesmas serão utilizados pela União ou pelos referidos órgãos na realização do Capital já subscrito ou em novas subscrições de capital.

Art. 3º O DNPVN subscreverá obrigatoriamente no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) do capital inicial e de todos os aumentos do capital da sociedade, integralizando, em parte, a sua quota inicial com os bens e direitos vinculados ao seu serviço de dragagem.

Art. 4º Os atos constitutivos da Sociedade e as realizações do capital subscrito pelo DNPVN com bens e direitos, na forma desta lei, serão o próprio instrumento de transferência de domínio e posse, e de propriedade, produzindo todos os efeitos de direito inclusive perante o Registro Geral de Imóveis, o Tribunal Marítimo, a Capitania dos Portos e o Serviço do Patrimônio da União.

Art. 5º A alínea s do art. 3º e o § 2º do art. 26 da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, passarão a ter a seguinte redação, ficando revogados os parágrafos 3º, 4º e 5º do artigo 4º da Lei nº 4.985, de 18 de maio de 1966:

Alínea s do artigo 3º — participar de sociedades de economia mista na forma estabelecida no § 2º do art. 26.

§ 2º do art. 26 — as sociedades de que trata este artigo serão constituídas de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, participando a União ou o DNPVN com pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) de seu capital social.

Art. 6º Fica o DNPVN autorizado a entregar à CBD a importância de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), na medida das necessidades da mesma, para atender às despesas com a instalação da empresa.

§ 1º A importância prevista neste artigo será atendida através das receitas do DNPVN, constantes dos itens d, f, g, h, e i do artigo 12º da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963.

§ 2º Fica o DNPVN autorizado a lançar mão dos recursos do Fundo Portuário Nacional para complementar a importância estabelecida neste artigo, desde que ela não possa ser atendida integralmente pela fonte estabelecida no parágrafo anterior.

§ 3º Na hipótese de o montante estabelecido neste artigo ser superior às despesas de instalação da Empresa, o saldo será incorporado ao capital de movimento ou aplicado em novas inversões com o correspondente aumento de capital.

Art. 7º Enquanto não se processar a completa implantação da Companhia Brasileira de Dragagem fica o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis autorizado a atender a todas as despesas de operação de dragagens, inclusive as de pessoal administrativo a elas vinculado, que o mesmo está realizando diretamente com suas dragas, com o propósito de não serem paralisados esses serviços.

Art. 8º Aos empregados da CBD aplicar-se-ão os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 9º Os funcionários do Quadro de Pessoal do Ministério da Viação e

Obras Públicas, os servidores do Quadro de Pessoal do DNPVN, bem como os servidores estaduais, que estavam lotados, na data da escritura de constituição da CBD, nos serviços de dragagem incorporados à Sociedade poderão ser aproveitados no quadro de pessoal da mesma, a critério da Companhia e com a concordância das repartições de origem.

§ 1º No caso desse aproveitamento, perderá o interessado a condição de servidor público, passando a ser integralmente regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º Ao pessoal aproveitado, em decorrência da opção pelo regime trabalhista será assegurado, para todos os efeitos legais, a contagem de tempo de serviço prestado até a data da opção, garantindo-lhes:

a) gozo de férias de 30 (trinta) dias correspondentes aos períodos vencidos calculados de acordo com a Lei nº 1.711-52;

b) estabilidade para os que já a tinham adquirido de acordo com a Lei nº 1.711-52; e

c) gozo de licença especial previsto na Lei nº 1.711-52, referente a períodos já completos.

Art. 10 A critério do Conselho de Administração da CBD, o pessoal referido no artigo anterior poderá ser cedido à mesma empresa, sem que perca a qualidade de origem, de funcionário da administração centralizada ou descentralizada.

§ 1º A cessão será outorgada, conforme o caso, por ato do Ministro da Viação e Obras Públicas, do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, ou do Governo estadual, correndo por conta da Empresa os ônus do pagamento desse pessoal.

§ 2º Enquanto perdurar a cessão prevista neste artigo, o servidor só perceberá a retribuição estabelecida para o empregado regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da mesma categoria para a qual foi designado o cedido.

§ 3º Durante o período da cessão objeto deste artigo, fica assegurado ao servidor o direito às promoções no Quadro de Pessoal de origem.

Art. 11. A Companhia Brasileira de Dragagem providenciará junto à

Instituição de Previdência correspondente, conforme cada caso, o levantamento da quantia necessária para que fique assegurada a aposentadoria ao pessoal de que trata o art. 9º e que passar a integrar o quadro daquela Empresa.

§ 1º Para os fins previsto neste artigo, a Instituição de Previdência debitará a respectiva importância à União, sendo concedidas as aposentadorias, independentemente de ser incluída no Orçamento da União a verba correspondente.

§ 2º Se, com a admissão de empregado na nova empresa, houver passagem de uma Instituição de Previdência para outra, esta será feita independentemente de transferência de contribuições realizadas e sem perda de quaisquer direitos.

Art. 12. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

Octávio Bulhões

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO-LEI Nº 154 — DE 10 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre os bens e pessoal vinculados ao Serviço de Navegação da Bacia do Prata — Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Viação e Obras Públicas, extingue esta Autarquia, e autoriza a constituição do Serviço de Navegação da Bacia do Prata S. A. e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966:

Considerando que dos estudos a que se procedem, no Ministério da Viação e Obras Públicas sobre a forma mais conveniente por que deve ser administrada a autarquia federal denominada Serviço da Navegação da Bacia do Prata, resultou ser indicada

a de sociedade anônima de economia mista;

Considerando a urgência em se proceder a transformação daquela autarquia em sociedade de economia mista, logo ao se iniciar o exercício financeiro;

Resolve baixar o seguinte Decreto-Lei:

CAPÍTULO I

Da extinção da Autarquia Federal denominada Serviços de Navegação da Bacia do Prata

Art. 1º Será extinta, na data da constituição da sociedade de que trata este Decreto-Lei a autarquia federal denominada Serviços de Navegação da Bacia do Prata (SNBP).

Art. 2º Os bens e direitos integrantes do patrimônio da Autarquia a ser extinta, em decorrência deste Decreto-Lei e por ela administrados que não forem incorporados ao patrimônio da nova sociedade, no ato de sua constituição, serão mantidos sob a sua guarda e gestão até a respectiva incorporação ao ativo da mesma, a qual se dará a medida que forem eles arrolados, ou tombados e avaliados economicamente, na forma da realização de capital subscrito pela União ou por realização de novas subscrições de capital.

§ 1º Para o arrolamento, tombamento e avaliação desses bens e direitos, a empresa adotará medidas de ordem administrativa pertinente.

§ 2º A avaliação a que se refere este artigo deverá ser aprovada pelo Presidente da República.

§ 3º Os bens de que trata este artigo, que não vierem a integralizar o capital da sociedade, terão o destino que lhes for dado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, após a constituição daquela, da seguinte forma:

a) se forem imóveis, ressalvado o disposto na letra "c" deste parágrafo, ficarão no patrimônio da União;

b) se forem móveis, ou navios e embarcações, poderão, atendidas as disposições legais e regulamentares e, a critério do MVOP, ser transferidos para outro órgão público centralizado ou descentralizado, inclusive autárquico, bem como para sociedade de

economia mista, sem prejuízo das autorizações para alienação, concedidas anteriormente a este Decreto-Lei, sendo que o respectivo produto líquido caberá ao SNBP S. A.

c) os bens imóveis de que trata a Lei nº 5.186, de 8 de dezembro de 1966, serão alienados pelo SNBP S.A., ao qual reverterá o produto líquido dessas alienações.

CAPÍTULO II

Da natureza, objeto e da constituição do SNBP S. A.

Art. 3º Fica a União autorizada a constituir, na forma deste Decreto-Lei, uma Sociedade por ações que se denominará Serviço de Navegação da Baía do Prata S. A. (SNBP S.A.).

Art. 4º O SNBP S. A. terá por objeto a exploração do transporte aquaviário nos rios Paraguai, Paraná e seus afluentes.

Art. 5º O Presidente da República designará através de Decreto, o representante da União nos atos constitutivos da Sociedade.

§ 1º Os atos constitutivos serão precedidos de:

I — aprovação do Presidente da República ao projeto de organização dos serviços básicos da Sociedade;

II — arrolamento, com as especificações de balanço, dos bens e direitos que formarão o capital social da sociedade, sendo esses bens e direitos avaliados de acordo com os valores de balanço, registrados a 31 de dezembro de 1966;

III — elaboração dos Estatutos e sua publicação, prévia, para conhecimento geral.

§ 2º Os atos constitutivos compreenderão:

I — aprovação da avaliação dos bens e direitos arrolados para constituir capital destinado à União, de acordo com os valores registrados nos balanços realizados em 31 de dezembro de 1966; e

II — aprovação dos Estatutos.

Art. 6º O SNBP S. A. será constituído em sessão pública no Ministério da Viação e Obras Públicas, e da ata correspondente constarão os Estatutos, aprovados, bem como o histórico e resumo dos atos constitutivos, inclusive a avaliação dos bens e direitos convertidos em capital.

Parágrafo único. A constituição da Sociedade será aprovada por Decreto do Poder Executivo, sendo a ata correspondente, posteriormente, arquivada no Registro do Comércio, por cópia autêntica.

Art. 7º Não se aplica ao SNBP S. A. o disposto nos itens 1º e 3º do artigo 38, do Decreto-Lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art. 8º Nos Estatutos da Sociedade serão observadas em tudo que lhes for aplicável, as normas da Lei das Sociedades anônimas.

Parágrafo único. Qualquer modificação nos Estatutos da Companhia, que não implique em modificação deste Decreto-Lei, fica subordinada à aprovação do Presidente da República expressa em Decreto.

CAPÍTULO III

Do capital do SNBP S. A.

Art. 9º O capital do SNBP S. A. será constituído, inicialmente, pelo valor dos bens e direitos que a União, ou qualquer outro órgão público, centralizado ou descentralizado, destinar à integralização de seu capital.

Parágrafo único. As correções monetárias, a que se proceder sobre os bens e direitos referidos neste artigo, serão isentas de impostos e taxas e as diferenças a maior no valor dos referidos bens e direitos, resultantes das mesmas, serão utilizadas pela União Federal, na realização de capital já subscrito ou em novas subscrições de capital.

Art. 10. As ações da Sociedade serão nominativas, ordinárias, com direito de voto, e preferenciais, estas sem direito a voto e inconvertíveis em ações ordinárias, podendo os aumentos de capital dividir-se no todo ou em parte, em ações preferenciais, para cuja emissão não prevalecerá a restrição do parágrafo único do artigo 9º do Decreto-Lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

CAPÍTULO IV

Dos acionistas do SNBP S. A.

Art. 11. A União e os órgãos públicos, referidos no art. 9º, subscreverão a totalidade do capital inicial da Sociedade, que será expresso em

ações ordinárias; a União também subscreverá, em todo aumento de capital, ações ordinárias que lhe assegurem 51% (cinquenta e um por cento) pelo menos, do capital votante.

§ 1º As transferências pela União, de ações de capital social, às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, ou as subscrições do aumento de capital pelas mesmas, não poderão, de nenhuma forma, importar em redução a menos de 51% (cinquenta e um por cento), não só das ações, com direito a voto, de propriedade da União, como da participação desta na constituição do capital social.

§ 2º. Será nula, de pleno direito, qualquer transferência ou subscrição de ações realizada com infringência do § 1º deste artigo, podendo a nulidade ser pleitada através de ação popular.

Art. 12. Todas as transferências das ações da União serão feitas por valor não inferior ao nominal.

Art. 13. Gozarão de preferência, na ordem abaixo relacionada, para a transferência das ações da União ou subscrição de novas ações:

I — os empregados da sociedade;

II — as pessoas jurídicas de direito público interno;

III — as Sociedades de Economia Mista que, por força de lei, estejam sobre o controle permanente do Poder Público;

VI — as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado brasileiro.

CAPÍTULO V

Da Diretoria, do Conselho Fiscal e das Assembléias Gerais

Art. 14. O SNBP S.A. será administrada por uma Diretoria, sendo o seu Presidente nomeado e demitido, livremente, pelo Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. Os demais membros da Diretoria e os do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembléia Geral de acionistas e exercerão seus mandatos de acordo com os regulamentos baixados nos Estatutos Sociais.

Art. 15. A Assembléia Geral de acionistas terá as atribuições previstas no Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, e a União Federal far-se-á nela representar na forma estabelecida pela Legislação específica.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais

Art. 16. Os atos de constituição e integralização do capital do SNBP Sociedade Anônima gozarão de isenção de impostos, taxas ou quaisquer outros ônus fiscais compreendidos na competência da União, sendo ainda, o próprio instrumento de transferência de domínio e posse, produzindo todos os efeitos de direito, inclusive perante o Registro Geral de Imóveis, o Tribunal Marítimo e a Capitania dos Portos.

Art. 17. O SNBP S.A. gozará, durante cinco anos, contados da sua constituição, de isenção de direitos de importação, imposto de consumo e de taxas aduaneiras, para o material de que necessitar para realização de seus serviços, observadas e respeitadas as disposições legais relativas à existência de similares na indústria nacional.

Parágrafo único. Todo material adquirido na forma deste artigo será desembaraçado mediante portaria dos Inspetores da Alfândega.

Art. 18. A União Federal poderá incumbir à Sociedade da execução de serviços condizentes com a sua finalidade, destinando, sempre que a receita desses não cobrir as despesas de operação e de capital, recursos financeiros especiais a título de pagamento por serviços prestados.

Art. 19. O SNBP S.A. não realizará transporte gratuito, salvo de seu pessoal em serviço, de acordo com o Regulamento da empresa.

Parágrafo único. Os transportes requisitados pelas empresas ou órgãos de direito público só serão atendidos mediante empenho prévio da despesa.

Art. 20. O SNBP S.A. poderá executar todos os reparos necessários para assegurar a operação e manutenção de sua frota, bem como construir e reparar embarcações de pequeno porte.

Art. 21. O SNBP S.A. poderá promover desapropriações nos termos da legislação em vigor, depois de declarada, por decreto, a utilidade pública dos bens a desapropriar.

Art. 22. O vínculo entre o SNBP Sociedade Anônima e seus empregados será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho e legislação trabalhista complementar.

CAPÍTULO VII

Disposições Transitórias

Art. 23. Os atuais servidores do SNBP, sujeitos ao vínculo estatutário, poderão, a critério da Diretoria do SNBP S.A., optar entre permanecer nessa situação ou vir a ocupar emprego disciplinado pela Consolidação das Leis Trabalhistas e legislação trabalhista complementar, no quadro da nova empresa.

§ 1º Os servidores que permanecerem sob o vínculo estatutário passarão a integrar, na jurisdição do M.V.O.P., na qualidade de autarquicos, quadros e tabelas suplementares extintos, cujos cargos e funções isolados, assim como as classes, ou padrões iniciais, quando de carreira ou série de classes, serão suprimidos à medida que se vagarem. Depois de suprimidos os cargos da classe ou padrão inicial, começarão a ser suprimidos os da classe ou padrão imediatamente superiores, e, assim, sucessivamente, até integral supressão da carreira ou série de classes.

§ 2º. Compete ao Ministro da Viação e Obras Públicas praticar todos os atos relativos ao pessoal autarquico de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º. Aos optantes pelo regime trabalhista será assegurada, para todos os efeitos legais, a contagem de tempo de serviço prestado até a data da opção, garantindo-se-lhes:

a) gozo de férias de 30 (trinta) dias correspondentes aos períodos vencidos calculados de acordo com a Lei nº 1.711-62;

b) estabilidade para os que já a tinham adquirido de acordo com a Lei nº 1.711-62;

c) gozo de licença especial prevista na Lei nº 1.711-52, referente a períodos já completos.

Art. 24. A critério da Diretoria do SNBP S.A., os servidores de que trata o parágrafo 1º do artigo anterior poderão ser cedidos àquela, sem que percam o vínculo estatutário.

§ 1º. A cessão será outorgada por ato do Ministro da Viação e Obras Públicas, correndo, por conta da empresa, os ônus com a respectiva remuneração.

§ 2º. Enquanto perdurar a cessão, o servidor só receberá a remuneração estabelecida para o empregado regido pela C.L.T. da categoria correspondente àquela para qual foi designado o servidor.

§ 3º. Durante o período de cessão, fica assegurado ao servidor o direito às promoções no quadro a que se refere o parágrafo 1º do artigo anterior.

Art. 25. Ficam extintas, a partir da constituição do SNBP S.A., todos os cargos em comissão e funções gratificadas constantes de seu quadro, ou tabelas.

Art. 26. A relação empregatícia entre os atuais servidores do SNBP, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, será transferida para o SNBP S.A., na data da constituição da nova empresa, sem alteração das respectivas cláusulas contratuais.

Art. 27. O SNBP S.A. providenciará, junto a Previdência Social, o levantamento da quantia necessária, para que fique assegurada a aposentadoria dos optantes pelo regime trabalhista.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a Previdência Social debitará a respectiva importância à União, sendo concedidas as aposentadorias, independentemente, da inclusão no Orçamento da União da verba correspondente, aplicando-se, no que couber, o Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e sua regulamentação.

Art. 28. Os ônus das aposentadorias dos servidores de que trata o § 1º do art. 23, inclusive os já aposentados, correrão à conta do Tesouro Nacional, nos termos do Decreto-lei nº 5-66, e respectiva regulamentação.

Parágrafo único. Para fazer face às despesas a que se refere este artigo, serão transferidas ao Tesouro Nacional as parcelas correspondentes da atual subvenção da União ao SNBP.

Art. 29. Os 5 (cinco) navios-currais ora em construção para o SNBP, com recursos do Fundo de Marinha Mercante, serão incorporados ao SNBP Sociedade Anônima, como capital da União, atribuindo-se-lhes valor igual ao da respectiva construção, deduzido desse valor o prêmio de construção naval a ser pago ao estaleiro construtor.

Art. 30. A União destinará, a partir do presente exercício, recursos do Fundo de Marinha Mercante, a fim de que se construam 2 (dois) comboios integrados, para o transporte de grãos secos, e 1 (um) para carga geral.

Parágrafo único. Os comboios a que se refere este artigo serão incorporados à nova companhia, como capital da União, atribuindo-se-lhes valor igual ao da respectiva construção deduzido desse valor o prêmio de construção naval a ser pago ao estaleiro construtor.

Art. 31. A dotação consignada no Orçamento da União, no exercício de 1967 e destinada a subvenção econômica do SNBP, será entregue ao SNBP S.A., na medida de suas necessidades, para atender às despesas de sua constituição, implantação e operação.

Art. 32. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 155 — DE 10 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a extinção da autarquia federal denominada Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará; autoriza a constituição da Empresa de Navegação da Amazônia S.A. e da Companhia das Docas do Pará, e dá outras providências.

O Presidente da República no uso das atribuições que lhe são conferi-

das pelo parágrafo 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Da extinção da autarquia federal denominada Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará

Art. 1º Será extinta, na data da constituição das sociedades de que trata esta lei, a autarquia federal denominada Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP).

Art. 2º Os bens e direitos integrantes do patrimônio da autarquia a ser extinta, de acordo com o art. 1º, formarão o capital social das sociedades a serem constituídas por força deste Decreto-Lei, devendo ser distribuídos aquelas, conforme estejam vinculados, respectivamente, aos serviços de navegação ou de administração portuária, a critério do Procurador da Fazenda Nacional, representante da União Federal, nos atos constitutivos das duas sociedades.

§ 1º Os bens e direitos a que se refere este artigo, assim como os por ela administrados e que não forem incorporados aos patrimônios das novas sociedades, no ato da respectiva constituição, serão mantidos sob sua gestão e guarda, até a sua incorporação ao ativo daquela a qual corresponder, o que se dará à proporção que forem eles arrolados, ou tombados e avaliados, seja sob a forma de realização do capital subscrito pela União, seja sob a de novas subscrições de capital.

§ 2º Os bens, que não vierem a integralizar o capital das sociedades, terão o destino que lhes for dado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, após constituição daquelas, da forma abaixo:

a) se forem imóveis, ficarão no patrimônio da União;

b) se forem móveis, ou navios e embarcações, poderão, atendidas às disposições legais e regulamentares, e, a critério do MVOP, ser alienados ou transferidos para outro órgão público centralizado ou descentralizado, inclusive autárquico, bem como para sociedade de economia mista.

§ 3º Para o arrolamento, tombamento e avaliação desses bens e direitos, cada uma das sociedades adotará as medidas administrativas necessárias.

§ 4º A avaliação mencionada no parágrafo anterior será submetida a aprovação do Presidente da República.

CAPÍTULO II

Da constituição, natureza e objeto da Empresa de Navegação da Amazônia S.A. e da Companhia das Docas do Pará

Art. 3º Fica a União autorizada a constituir, na forma desta Lei, duas sociedades de economia mista, por ações, que se denominarão, respectivamente, Empresa de Navegação da Amazônia S.A. (ENA S.A.) e Companhia das Docas do Pará (CDP).

Art. 4º A ENA S.A. terá por objeto a exploração de transporte aquaviário na Bacia da Amazônia.

Art. 5º A CDP terá sede na cidade de Belém, Estado do Pará, e, por objeto, a administração dos portos organizados e terminais do mesmo Estado.

Art. 6º O Presidente da República designará por decreto, o Procurador da Fazenda Nacional, representante da União, nos atos constitutivos da ENA S.A. e da CDP.

§ 1º Os atos constitutivos serão precedidos de:

I — aprovação, pelo Presidente da República, do projeto de organização dos serviços básicos das sociedades;

II — arrolamento, com as especificações do balanço, dos bens e direitos que a União e outras entidades públicas destinarem à integralização de seu capital, sendo que esses bens e direitos deverão ser avaliados pelos seus valores de balanço registrados a 31 de dezembro de 1966;

III — elaboração dos Estatutos e sua prévia publicação para conhecimento geral.

§ 2º Os atos constitutivos compreenderão:

I — aprovação das avaliações dos bens e direitos arrolados para constituírem o capital da União, conforme

os valores registrados no balanço de 31 de dezembro de 1966;

II — aprovação dos Estatutos.

Art. 7º As sociedades serão constituídas em sessão pública, no Ministério da Viação e Obras Públicas, devendo constar das respectivas atas os Estatutos aprovados, e histórico e o resumo dos atos constitutivos, bem como a avaliação dos bens e direitos convertidos em capital.

§ 1º Se as duas sociedades não puderem ser constituídas na mesma data, o patrimônio afetado a que ainda não estiver constituída será gerido pela Autarquia a ser extinta, até o momento em que passar a existir a sociedade restante.

§ 2º A constituição das sociedades será aprovada por decreto do Presidente da República, arquivando-se, no Registro do Comércio, por cópia autêntica, as atas correspondentes.

Art. 8º Observadas as ressalvas desta Lei, a ENA S.A. e CDP reger-se-ão pela legislação referente às sociedades anônimas em geral.

§ 1º As sociedades de que trata este artigo não se aplicam o disposto nos itens 1º e 3º do art. 38 da Lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

§ 2º As reformas dos Estatutos dessas sociedades serão submetidas à aprovação do Presidente da República, mediante decreto.

CAPÍTULO III

Do capital da ENA S.A. e da CDP e dos respectivos acionistas

Art. 9º A União subscreverá as ações que irão constituir o capital inicial da ENA S.A., integralizando-o com os bens e direitos vinculados aos serviços de navegação prestados pelo SNAPP; e as que irão constituir o capital inicial da CDP, integralizando-o com os bens e direitos vinculados aos serviços portuários executados pela mesma autarquia, na forma do art. 2º desta Lei.

Parágrafo único. Os atos constitutivos de cada uma das sociedades serão o instrumento de transferência do domínio e posse dos bens a que se refere este artigo, produzindo todos

os efeitos de direito, inclusive perante o registro de imóveis.

Art. 10. As correções monetárias a que se proceder sobre bens e direitos referidos neste artigo, serão isentas de impostos e taxas, e as diferenças a maior, no valor daqueles bens e direitos, resultantes das mesmas, serão utilizadas pela União, na realização do capital já subscrito, ou em novas subscrições de capital.

Art. 11. A União subscreverá, em todo aumento de capital, ações ordinárias que lhe assegurem, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante.

§ 1º As transferências, pela União, de ações correspondentes ao capital, ou as subscrições de aumento de capital pelos demais acionistas, não poderão importar na redução a menos de 51% (cinquenta e um por cento) não só das ações da União com direito a voto, como a participação daquela no capital social.

§ 2º É nula, de pleno direito, a transferência ou subscrição, de ações com infringência ao disposto neste artigo, podendo a nulidade ser arguida através de ação popular.

Art. 12. As transferências das ações da União não poderão ser efetivadas por valor inferior ao nominal.

Art. 13. As ações das sociedades de que trata esta Lei serão nominativas, ordinárias, com direito a voto, e preferências, estas sem direito a voto, e inconversíveis em ações ordinárias, podendo os aumentos de capital dividir-se, no todo ou em parte, em ações preferenciais para cuja emissão não prevalecerá a restrição do parágrafo único do art. 9º do Decreto-Lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art. 14. Terão preferência, na ordem em que estão relacionadas, para a transferência, ou subscrições de ações:

I — os empregados da sociedade;

II — as pessoas jurídicas de direito público;

III — as sociedades de economia mista que, por força de lei, estejam sob controle permanente do Poder Público.

CAPÍTULO IV

Da Diretoria, do Conselho Fiscal e das Assembléias Gerais

Art. 15. As sociedades de que trata esta Lei serão administradas pelas respectivas Diretorias, sendo o Presidente de cada uma delas de livre nomeação e demissão pelo Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. Os demais membros da Diretoria serão eleitos pela Assembléia Geral de acionistas e exercerão seus mandatos de acódo com o prescrito nos estatutos sociais.

Art. 16. Os membros do Conselho Fiscal de cada uma das sociedades serão eleitos pela Assembléia Geral.

Art. 17. A União Federal será representada, na Assembléia Geral na forma prescrita pela legislação específica.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 18. Os atos constitutivos das sociedades de que trata esta Lei, bem como os de integralização de capital pela União, são isentos de impostos, taxas e quaisquer outros ônus fiscais compreendidos na competência da União, sendo ainda, o próprio instrumento de transferência de domínio e posse, produzindo todos os efeitos de direito, inclusive perante o Registro Geral de Imóveis, o Tribunal Marítimo e a Capitania dos Portos.

Art. 19. As sociedades de que trata esta Lei não prestarão serviços gratuitos.

Parágrafo único. Os serviços requisitados pelos órgãos públicos só serão atendidos mediante empenho prévio da despesa.

Art. 20. O vínculo entre as sociedades de que trata esta Lei e seus empregados rege-se pela Consolidação das Leis do Trabalho e legislação trabalhista complementar.

Art. 21. A União Federal poderá incumbir a ENA S. A. e a CDP de executar serviços condizentes com as suas finalidades, destinando-lhes recursos financeiros especiais, sempre que a receita desses serviços não co-

brir as despesas de operação e de capital, a título de pagamento dos serviços prestados.

Art. 22. A ENA S. A. e a CDP poderão promover desapropriações, nos termos da legislação em vigor, depois de declarada, por decreto, a utilidade pública dos bens e desapropriar.

Art. 23. A ENA S. A. poderá executar todos os reparos necessários para assegurar a operação de sua frota, bem como construir e reparar embarcações.

CAPÍTULO VI

Disposições Transitórias

Art. 24. Os atuais servidores dos SNAPP, seja qual for o seu regime jurídico, serão distribuídos entre a ENA S. A. e a CDP, a critério do M. V. O. P., de acordo com suas qualificações e necessidade dos serviços.

Art. 25. A relação empregatícia entre os servidores dos SNAPP regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho será transferida, na data da constituição das novas empresas, àquelas as quais forem distribuídos sem alteração das respectivas cláusulas contratuais.

Art. 26. Os atuais servidores dos SNAPP, sujeitos ao vínculo estatutário, poderão, a critério da Diretoria da sociedade a qual devam ser distribuídos, optar entre permanecer sob aquele vínculo, ou vir a ocupar emprego disciplinado pela Consolidação das Leis do Trabalho e legislação trabalhista complementar, na sociedade respectiva.

§ 1º Os servidores que permanecerem sob o vínculo estatutário, passarão a integrar, na qualidade de autárquicos, quadros e tabelas suplementares extintos, na jurisdição do M. V. O. P., cujos cargos e funções isolados, assim como as classes, ou padrões iniciais, quando de carreira ou série de classes, serão suprimidos à medida que vagarem. Depois de suprimidos todos os cargos de classe ou padrão inicial, começarão a ser suprimidos os da classe ou padrão imediatamente superiores, e, assim, sucessivamente, até integral supressão da carreira ou série de classes.

§ 2º Compete ao Ministro da Viação e Obras Públicas praticar todos os atos relativos ao pessoal autárquico de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º Aos optantes pelo regime trabalhista será assegurada, para todos os efeitos legais, a contagem de tempo de serviço prestado até a data da opção, garantido-se-lhes:

a) gozo de férias de 30 (trinta) dias correspondentes aos períodos vencidos calculados de acordo com a Lei nº 1.711-52;

b) estabilidade para os que já a tinham adquirido de acordo com a Lei nº 1.711-52;

c) Gozo de licença especial prevista na lei nº 1.711-52, referentes a períodos já completos.

Art. 27. O critério da Diretoria das sociedades, os servidores de que trata o § 1º do artigo anterior poderão ser cedidos àquelas, sem que percam o vínculo estatutário.

§ 1º A cessão será outorgada por ato do Ministro da Viação e Obras Públicas, correndo, por conta da empresa, a qual for cedida, os ônus com a respectiva remuneração.

§ 2º Enquanto perdurar a cessão, o servidor só receberá a remuneração estabelecida para o empregado regido pela C.L.T. da categoria correspondente àquela para qual foi designado o servidor.

§ 3º Durante o período de cessão, fica assegurado ao servidor o direito às promoções no quadro a que se refere o § 1º do artigo anterior.

Art. 28. A ENA S. A. e a CDP providenciarão junto à Previdência Social, o levantamento da quantia necessária, para que fique assegurada a aposentadoria aos optantes pelo regime trabalhista.

Parágrafo único. Para todos os fins deste artigo, a Previdência Social debitará a respectiva importância a União, sendo concedidas as aposentadorias, independentemente da inclusão no Orçamento da União da verba correspondente, aplicando-se, no que couber, o Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e sua regulamentação.

Art. 29. Os ônus das aposentadorias dos servidores de que trata o § 1º do art. 28, inclusive dos já aposentados, correrão à conta do Tesouro Nacio-

nal nos termos do Decreto-lei nº 5-66 e respectiva remuneração.

Parágrafo único. Para fazer face às despesas a que se refere este artigo, serão transferidas ao Tesouro Nacional as parcelas que da atual subvenção da União as autarquias extintas correspondam às mesmas aposentadorias.

Art. 30. Ficam extintas, a partir da constituição das sociedades de que trata esta Lei, todos os cargos em comissão e funções gratificadas no quadro e tabelas da entidade autárquica objeto desta Lei.

Art. 31. O saldo da dotação de Cr\$ 12.100.000.000 (doze bilhões e cem milhões de cruzeiros) consignada nos SNAPP no orçamento da União para o exercício de 1967, correspondente aos duodécimos não vencidos na data da constituição da ENA S. A. será a ela transferida.

Parágrafo único. Se essa dotação for superior aos deficits verificados, o saldo será incorporado ao capital de movimento, ou aplicado em novas inversões, com os correspondentes aumentos de capital.

Art. 32. Caberá ao ENA S. A. a dotação consignada no Orçamento da Comissão de Marinha Mercante, para 1967, a título de transferência do capital, que houver sido destinado aos SNAPP.

Parágrafo único. O valor desta transferência será utilizado, pela União, na realização do capital já subscrito, ou nos aumentos de capital da empresa.

Art. 33. Os créditos, de qualquer natureza, destinados à suplementação dos recursos para pagamento do pessoal dos SNAPP, no presente exercício, serão transferidos à ENA S. A. e a CDP, na proporção de suas necessidades.

Art. 34. A ENA S. A. e a CDP gozarão, durante 5 (cinco) anos, contados da sua constituição, de isenção de direitos de importação, imposto de consumo e de taxas aduaneiras, para o material de que necessitar para realização de seus serviços, observadas as disposições legais relativas à existência de similares na indústria nacional.

Parágrafo único. Todo material adquirido na forma deste artigo será desembaraçado mediante portaria dos Inspectores da Alfândega.

Art. 35. O Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis empregará, no Porto de Belém, os recursos do Fundo Portuário Nacional, para tal destinados, inclusive os previstos para o presente exercício, podendo, para aplicação daqueles, celebrar convênio com a CDP, através do qual esta empresa se incumbirá da execução dos serviços a serem custeados com aqueles recursos.

Art. 36. A parcela da Taxa de Melhoramento de Portos destinada a investimentos no Porto de Belém, em 1967, será transferida à CDP.

Art. 37. Fica a ENA S. A. autorizada a efetuar, em caráter provisório, o transporte de cabotagem com os navios Cidade de Belém, Cidade de Manaus e Volta Redonda a fim de atender às necessidades da região Amazônica e bem assim o transporte de sal dos portos do Nordeste para a referida região.

Art. 38. O Ministro da Viação e Obras Públicas designará a Diretoria de uma das sociedades, ou outro responsável, como encarregado de prosseguir e concluir a liquidação das obrigações dos SNAPP, existentes na data da constituição das novas sociedades.

§ 1.º O encarregado de que trata este artigo praticará todos os atos necessários àquela liquidação, cabendo-lhe, inclusive, movimentar as contas bancárias da autarquia extinta.

§ 2.º Se houver, afinal, saldo credor disponível, este será aplicado pela União Federal na subscrição de ações, correspondente a aumentos de capital de uma das empresas de que trata esta Lei, ou de ambas, a critério do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 3.º Se houver, afinal, saldo devedor, este será distribuído às empresas de que trata esta Lei, a critério do Ministro da Viação e Obras Públicas, verificando-se, se possível, se a dívida é referente à navegação ou à operação portuária, para efeito dessa distribuição.

Art. 39. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 10 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juarez Távora
Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 156 — DE 10 DE
FEVEREIRO DE 1967

*Modifica disposição do Decreto-lei
nº 38, de 18 de novembro de 1966.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O artigo 1º, do Decreto-lei nº 38, de 18 de novembro de 1966, passa, a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º As empresas industriais e comerciais, contribuintes do imposto sobre produtos industrializados ou do imposto sobre circulação de mercadorias, são obrigadas a manter um demonstrativo dos preços de venda de seus produtos ou mercadorias no mercado interno, a partir de 1 de outubro de 1966".

Brasília, 10 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 157. — DE 10 DE
FEVEREIRO DE 1967.

Concede estímulos fiscais à capitalização das empresas; reforça os incentivos à compra de ações; facilita o pagamento de débitos fiscais.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º De acordo com os termos deste Decreto-lei, os contribuintes do imposto de renda, nos limites das reduções previstas nos artigos 3º e 4º, terão a faculdade de oferecer recursos às instituições financeiras, enumeradas no artigo 2º, que os aplicarão na compra de ações e debêntures, emitidas por empresas cuja atuação corresponda aos meios e aos fins estabelecidos no artigo 7º.

Art. 2º Os Bancos de Investimento, as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento e as Socie-

dades Corretoras, membros das Bolsas de Valores, autorizados pelo Banco Central da República do Brasil, poderão vender "Certificados de Compra de Ações", sendo facultado aos Bancos de Investimento, em lugar da venda de certificados, receber depósitos.

§ 1º Os recursos recebidos pelas instituições financeiras, nos termos deste artigo, serão investidos de acordo com a diversificação a que estão sujeitos os Fundos do Investimento, devendo ser aplicados; exclusivamente, na compra de ações ou debêntures conversíveis em ações das empresas a que se refere o artigo 7º deste Decreto-lei.

§ 2º Os depósitos ou certificados de compra de ações terão prazo mínimo de 2 (dois) anos, sendo a sua liquidação efetuada em títulos.

Art. 3º Será facultado à pessoa física pagar o imposto devido em cada exercício com redução de dez por cento (10%), desde que aplique, em data que preceder a do vencimento da notificação do imposto de renda, soma equivalente na efetivação do depósito ou na aquisição dos certificados mencionados no artigo anterior.

Parágrafo único. O contribuinte manifestará, em sua declaração de renda, o propósito de fazer depósito ou adquirir certificados, sendo expedida a notificação da cobrança do imposto com o destaque do abatimento solicitado.

Art. 4º As pessoas jurídicas, obedecendo as condições mencionadas no artigo anterior, poderão deduzir do imposto de renda devido, no exercício financeiro de 1967, a importância equivalente a dez por cento (10%) desse imposto desde que a mesma importância seja aplicada na efetivação do depósito ou na compra de certificados, referidos no artigo 2º.

Parágrafo único. O benefício fiscal previsto neste artigo será concedido cumulativamente com os que tratam as Leis nº 4.239, de 27 de junho de 1963, nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965, e nº 5.174, de 27 de outubro de 1966 desde que observado o limite máximo de cinquenta por cento (50%) do valor do imposto devido.

Art. 5º O contribuinte que comprar certificados ou efetuar depósito, de acordo com o disposto nos artigos 3º e 4º, deverá apresentar à repartição lançadora do imposto de renda da respectiva jurisdição prova da operação realizada, fornecida por instituição financeira.

Parágrafo único... Além da prova da operação realizada, nos termos desse artigo, a instituição financeira fornecerá informações à repartição lançadora do domicílio do contribuinte, quanto as importâncias e datas dos recebimentos.

Art. 6º A falta de cumprimento das obrigações previstas nos artigos 3º e 4º deste Decreto-lei sujeita o infrator à multa igual à prevista no artigo 84 e seus parágrafos da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

§ 1º A pessoa física que infringir as disposições deste Decreto-lei ficará sujeita à multa de valor variável entre Cr\$ 20.000 (vinte mil cruzeiros) a Cr\$ 300.000 (trezentos mil cruzeiros).

§ 2º As multas de que tratam este artigo e o parágrafo anterior serão impostas sem prejuízo da cobrança da parcela do imposto que houver sido indevidamente descontada, com as sanções legais cabíveis pela falta do pagamento no prazo fixado na notificação de lançamento.

Art. 7º A compra de ações e de debêntures realizada pelas instituições financeiras, enumeradas no artigo 2º, somente serão válidas em relação às empresas que se comprometam, perante o Banco Central, a aceitar, alternativamente, uma das condições dos incisos seguintes, a, b ou c, e atendam, cumulativamente, ao indicado no inciso d:

a) colocar no mercado mediante oferta à subscrição pública, direta ou indiretamente, ações de aumento de capital, devendo os atuais acionistas subscrever, no mínimo, vinte por cento (20%) do valor da emissão;

b) colocar no mercado debêntures conversíveis em ações, de prazo mínimo de três (3) anos, devendo os atuais acionistas subscrever vinte por cento (20%) do valor da emissão;

c) alienar imóveis em valor que, no mínimo, seja equivalente a quinze por cento (15%) do capital social;

d) aplicar os recursos provenientes do aumento de capital, com a opção de uma das providências acima enumeradas, em capital circulante, assegurando a proporção entre o passivo exigível e não exigível, de acordo com os recebimentos desses recursos, sendo, para os efeitos desta lei, considerado como capital próprio as debêntures conversíveis em ações, de prazo mínimo de três anos.

Parágrafo único. A empresa que infringir o disposto neste artigo estará sujeita à multa de dez por cento (10%) a vinte e cinco por cento (25%) sobre o valor dos aumentos de capital, aplicada pelo Banco Central e recolhida ao Tesouro Nacional.

Art. 8º As pessoas jurídicas ou empresas individuais que desejarem alienar imóveis que possuam na data da publicação deste Decreto-lei, com a finalidade de aumentar seu capital de giro, poderão efetivar a venda com prazo máximo de seis anos (6), a partir de 1º de março de 1967, mediante correção monetária das prestações sendo o lucro apurado na alienação da propriedade distribuído proporcionalmente à receita recebida em cada ano, para os efeitos da determinação do rendimento tributável nos exercícios financeiros correspondentes.

Parágrafo único. As empresas de que trata o artigo 66 da Lei número 4.506, de 30 de novembro de 1964, continuam obrigadas a observar as normas estabelecidas no mesmo artigo para a apuração do lucro, em relação às prestações recebidas em cada ano.

Art. 9º As sociedades de capital aberto, nos termos da legislação em vigor, que cumprirem o disposto no artigo 7º deste Decreto-lei, poderão, a partir do exercício financeiro de 1968, deduzir as importâncias efetivamente pagas como dividendos às ações até o máximo de 6% (seis por cento) sobre o respectivo valor nominal.

Art. 10. O Ministro da Fazenda, se houver recomendação do Conselho Monetário Nacional, face ao excesso de valorização dos títulos em Bolsa, é autorizado a suspender, temporariamente, a dedução prevista no artigo anterior, ou os demais estímulos fiscais previstos neste Decreto-lei.

Art. 11. O Conselho Monetário Nacional poderá autorizar o Banco

Central da República do Brasil a utilizar os recursos da reserva monetária, originada do imposto sobre operações financeiras, para refinarar os aumentos de capital de empresas mencionadas no artigo 7º deste Decreto-lei, subscritos por entidades financeiras mediante cláusulas e condições a serem examinadas em cada caso.

Art. 12. Poderão ser incorporados ao capital da sociedade ou empresa individual, independentemente de pagamento do imposto de renda, pela pessoa jurídica e pelos acionistas, sócios ou titulares, beneficiados com o aumento de capital, os recursos correspondentes às variações do ativo, resultantes, de correção monetária, que não constituam rendimento tributável, de acordo com a legislação em vigor.

§ 1.º O resultado da correção monetária do valor nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, pertencentes a sociedade ou empresa individual, deve ser registrado, no passivo não exigível, a crédito de conta com intitulação própria, nela permanecendo até a sua aplicação obrigatória no aumento de capital ou na compensação de prejuízos.

§ 2º Nenhuma tributação sofrerá, nas declarações de pessoas jurídicas ou físicas, ou na fonte, os aumentos de capital das pessoas jurídicas mediante utilização do acréscimo do valor do ativo decorrente de aumento de capital realizados nos termos deste artigo, por sociedades das quais sejam elas acionistas ou sócias, bem como as ações novas ou quotas distribuídas em virtude daqueles aumentos de capital.

Art. 13. Os contribuintes do imposto de renda, inclusive fontes retentoras, que, até 15 de março de 1967, efetuarem, de uma só vez, o pagamento do seu débito fiscal relativo ao exercício financeiro de 1966, gozarão da redução de 50% (cinquenta por cento) do valor das multas, ficando, ainda, dispensados da correção monetária desses débitos.

Parágrafo único. No caso de que trata este artigo, quando o débito for superior a Cr\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros), será permitido o seu pagamento em 6 (seis) prestações mensais, iguais e sucessivas, efetuando-se o pagamento da primeira prestação, obrigatoriamente, até 15 de março de 1967.

Art. 14. Dentro do prazo de trinta dias contados de 31 de janeiro de 1967, os contribuintes, bem como as fontes retentoras, do imposto de renda que pagarem a totalidade de seus débitos fiscais relativos aos exercícios financeiros até o de 1966, inclusive, ou requererem seu parcelamento com o pagamento da primeira prestação, naquele prazo, gozarão também dos favores a que se refere o artigo 17 do Decreto-lei nº 62, de 21 de novembro de 1966.

Parágrafo único. Em circunstâncias especiais, os Delegados Regionais e Seccionais do Imposto de Renda poderão autorizar o pagamento parcelado dos débitos relativos aos exercícios financeiros até o de 1966, inclusive, contemplados com os favores previstos neste artigo e no artigo 13 deste Decreto-lei, até o limite máximo de 18 (dezoito) prestações mensais, iguais e sucessivas.

Art. 15. No exercício financeiro de 1967, o imposto de que trata o artigo 35 da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965, será também aplicado às empresas industriais e comerciais que, havendo mantido estáveis os seus preços ou efetuados reajustes inferiores a 15% (quinze por cento) no período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 1965, tenham efetuado reajustes em 1966 superiores a 10% (dez por cento), autorizadas pela Comissão Nacional de Estimulos à Estabilização dos Preços, desde que o aumento global no período de 23 de fevereiro de 1965 até 31 de dezembro de 1966, não haja excedido de 25% (vinte e cinco por cento) dos preços vigentes em 28 de fevereiro de 1965.

Art. 16. Os demonstrativos da correção monetária do valor original dos bens do ativo imobilizado das pessoas jurídicas, realizada obrigatoriamente nos termos do art. 3º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, sem qualquer ônus financeiro, a título de imposto ou de empréstimo compulsório, em relação aos balanços encerrados a partir de 1º de setembro de 1966, deverão ser mantidos em boa ordem nos arquivos das empresas, que ficam dispensadas de encaminhá-los às repartições lançadoras do imposto de renda.

§ 1º No exercício financeiro de 1967, a pessoa jurídica fica desobrigada de instruir a respectiva decar-

ração de rendimentos com os seguintes documentos:

a) desdobramento, por natureza de gastos, da conta de despesas gerais;

b) relação discriminativa dos créditos considerados incobráveis e debitados à conta de previsão ou de lucros e perdas, com indicação do nome e endereço do devedor, do valor e da data do vencimento da dívida e da causa que impossibilitou a cobrança;

c) demonstrativos previstos no parágrafo único do artigo 38 do Decreto-lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, em se tratando de sociedades que operam em seguros.

§ 2º A partir do exercício financeiro de 1968, o Diretor do Imposto de Renda poderá dispensar as pessoas jurídicas de instruírem as respectivas declarações de rendimentos com os documentos contábeis e analíticos exigidos pela legislação atualmente em vigor, desde que sejam apresentados em fórmula apropriada da declaração de rendimentos os demonstrativos e informações complementares sobre as operações realizadas.

§ 3º O disposto neste artigo e nos parágrafos anteriores não dispensa a pessoa jurídica de prestar informações e esclarecimentos, quando exigidos pelas autoridades fiscais competentes.

Art. 17. Os incentivos fiscais previstos nos artigos 25 e 26 do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, serão concedidos, a partir do exercício financeiro de 1968, às pessoas jurídicas e às empresas individuais que apliquem em hotéis de turismo novos capitais, provenientes de recursos próprios, em quantia igual ao valor do imposto dispensado.

§ 1º A importância das reduções de que trata este artigo será anualmente incorporada ao capital da empresa beneficiada, independentemente do pagamento de quaisquer impostos e taxas federais, pela pessoa jurídica e pela pessoa física do titular, sócio ou acionista da empresa.

§ 2º Se o valor das reduções referidas neste artigo não for utilizado, de acordo com os artigos 25 e 26 do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, dentro do prazo de três anos, contado a partir de 1 de janeiro seguinte ao exercício financeiro a que corresponder o imposto, a empresa deverá promover o seu recolhimen-

to, obrigatoriamente, como renda tributária da União, em guia própria, com o acréscimo de multa moratória e demais cominações legais.

§ 3º O não recolhimento previsto no parágrafo anterior, dentro de trinta dias contados do término do triênio, determinará a cobrança do débito "ex officio".

Art. 18. Nos casos de que trata a Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, também se extinguirá a punibilidade dos crimes nela previstos se, mesmo iniciada a ação fiscal, o agente promover o recolhimento dos tributos e multas devidos, de acordo com as disposições do Decreto-lei nº 62, de 21 de novembro de 1966, ou deste Decreto-lei, ou, não estando julgado o respectivo processo depositar, nos prazos fixados, na repartição competente, em dinheiro ou em Obrigações Reajustáveis do Tesouro, as importâncias nele consideradas devidas, para liquidação do débito após o julgamento da autoridade da primeira instância."

§ 1º O contribuinte que requerer, até 15 de março de 1967, à repartição competente retificação de sua situação tributária, antes do início da ação fiscal, indicando as faltas cometidas, ficará isento de responsabilidade pelo crime de sonegação fiscal, em relação às faltas indicadas, sem prejuízo do pagamento dos tributos e multas que venham a ser considerados devidos".

§ 2º Extingue-se a punibilidade quando a imputação penal, de natureza diversa da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, decorra de ter o agente elidido o pagamento de tributo, desde que ainda não tenha sido iniciada a ação penal se o montante do tributo e multas for pago ou depositado na forma deste artigo"

"§ 3º As disposições deste artigo e dos parágrafos anteriores não se aplicam às operações de qualquer natureza, realizadas através de entidades nacionais ou estrangeiras que não tenham sido autorizadas a funcionar no país".

Art. 19. A partir de 1º de janeiro de 1967, o imposto previsto no artigo 3º, §§ 2º e 3º, da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962, alterado pelo artigo 18 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, será devido à razão de 40% (quarenta por cento).

Art. 20. O § 4º, item II, do artigo 2º do Decreto-lei nº 62, de 21 de novembro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

"O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico entregará as ações 180 (cento e oitenta) dias após a prova de recolhimento integral do adicional, pelo valor do patrimônio líquido das respectivas sociedades, constante do balanço levantado em 30 de junho de 1967"

Art. 21. Ficam revogados o artigo 13 do Decreto-lei nº 62, de 21 de novembro de 1966, e demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 158 — DE 10 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a aposentadoria especial do aeronauta e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 2º do artigo 9º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º A aposentadoria especial do aeronauta obedecerá ao que dispõe este Decreto-Lei e, no que com ele não colidir, à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, alterada pelo Decreto-Lei nº 66, de 21 de novembro de 1966.

Art. 2º É considerado aeronauta, para os efeitos do presente Decreto-Lei, aquele que, habilitado pelo Ministério da Aeronáutica, exerce função remunerada a bordo de aeronave civil nacional.

Art. 3º A aposentadoria especial do aeronauta, prevista no § 2º do artigo 32 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 será concedida, ao segurado que, contando no mínimo 45 (quarenta e cinco) anos de idade, tenha completado 25 (vinte e cinco) anos de serviço.

§ 1º — A prestação do benefício da aposentadoria especial do aeronauta, consistirá numa renda mensal correspondente a tantas trigésimas

partes do salário-de-benefício, até 30 (trinta), quantos forem os anos de serviço.

§ 2º — O salário-de-benefício do aeronauta, não poderá ser inferior ao maior salário-mínimo vigente no país, nem superior a 10 (dez) vezes o valor desse mesmo salário-mínimo.

Art. 4º Aplica-se ao aeronauta, para os fins de percepção do auxílio-doença, inclusive no caso de incapacidade para o voo, os preceitos do art. 24 e seus parágrafos da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, na redação dada pelo art. 7º do Decreto-Lei nº 66, de 21 de novembro de 1966, com as alterações dos parágrafos seguintes:

§ 1º — Entende-se por incapacidade para o voo, qualquer lesão de órgão ou perturbação de função que impossibilite o aeronauta para o exercício de sua atividade habitual em voo.

§ 2º — A verificação e a cessação da incapacidade para o voo serão declaradas pela Diretoria de Saúde da Aeronáutica, após exame médico do segurado feito por junta médica, da qual, fará parte, obrigatoriamente, um médico da Previdência Social.

Art. 5º As prestações dos benefícios de aposentadoria e de auxílio-doença não poderão ser inferiores a 70% (setenta por cento) do maior salário-mínimo vigente no país, nem as de pensão por morte, a 35% (trinta e cinco por cento) do mesmo salário-mínimo.

Art. 6º Perderão direito aos benefícios deste decreto-lei aqueles que, voluntariamente, se afastarem do voo por período superior a 2 (dois) anos consecutivos.

Art. 7º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário e em especial a Lei nº 3.501, de 21 de dezembro de 1958, a Lei nº 4.762, de 12 de setembro de 1963 e a Lei número 4.263, de 12 de setembro de 1963.

Brasília, 10 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
L. G. do Nascimento e Silva
Eduardo Gomes
Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 159 — DE 10 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre as substâncias capazes de determinar dependência física ou psíquica, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º As substâncias capazes de determinar dependência física ou psíquica, embora não consideradas entorpecentes, aplica-se o disposto nos arts. 1º, § 2º, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 27, 29, 47, 50, 53, 56, 58, 62 *caput*, 63 e 64 do Decreto-lei nº 891, de 25 de novembro de 1938, e, no que couber, o disposto nos arts. 280 e 281 do Código Penal, com a redação dada pela Lei nº 4.451, de 4 de novembro de 1964.

Parágrafo único. As substâncias de que trata este artigo serão relacionadas em Portaria do Diretor do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia do Departamento Nacional de Saúde, publicada no *Diário Oficial*.

Art. 2º A venda ao público das substâncias referidas no artigo anterior só será permitida às farmácias e mediante receita médica, observadas as instruções do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia.

Art. 3º A distribuição de amostras de produtos que contenham qualquer das substâncias especificadas nas relações de que trata o art. 1º, parágrafo único, deste decreto-lei, fica sujeita à autorização especial do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia.

Art. 4º Ao Diretor do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia competem as atribuições que o Decreto-lei nº 891, de 25 de novembro de 1938, confere ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Saúde, cabendo-lhe, também, expedir instruções para a execução deste decreto-lei.

Art. 5º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Raymundo de Britto

DECRETO-LEI Nº 160 — DE 10 DE
FEVEREIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Indústria e do Comércio, o crédito especial de Cr\$ 107.000.000 (cento e sete milhões de cruzeiros), para cobrir despesas com indenizações decorrentes de sentenças judiciais.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 2º do Artigo 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7.12.66, decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Indústria e do Comércio, o crédito especial de Cr\$ 107.000.000 (cento e sete milhões de cruzeiros), destinado a cobrir despesas decorrentes de sentenças judiciais.

Art. 2º O crédito a que se refere o Art. 1º, destina-se ao pagamento devido pela União (Ministério da Indústria e do Comércio) à Casa Hansseatica S. A., Cr\$ 60.000.000 (sessenta milhões de cruzeiros) e ao Fôrida Bar, Cr\$ 47.000.000 (quarenta e sete milhões de cruzeiros).

Art. 3º Os recursos para fazer face ao pagamento das citadas indenizações decorrerão de anulações de dotações orçamentárias.

Art. 4º O crédito especial de que trata esta lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 5º O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Luiz Marcello Moreira de Azevedo
Octávio de Bulhões

DECRETO-LEI Nº 161 — DE 13 DE
FEVEREIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a instituir a "Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística" e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o

art. 9º, § 2º, do Ato Institucional, nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fundação IBGE), a qual, na condição de órgão central, coordenará as atividades do sistema estatístico nacional, bem como as de natureza geográfica e cartográfica, realizando levantamentos e estudos naqueles campos, na forma da presente lei.

§ 1º. A Fundação IBGE gozará de autonomia administrativa e financeira, e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, dos seus atos constitutivos.

§ 2º. A União será representada, nos atos de instituição da entidade, pelo Ministro de Estado designado pelo Presidente da República.

§ 3º. A Fundação IBGE reger-se-á por Estatutos aprovados por decreto.

Art. 2º. Ficam instituídos o Plano Nacional de Estatística e o Plano Nacional de Geografia e Cartografia Terrestre, a serem formulados em conformidade com a legislação de diretrizes e bases da espécie, e definidos por ato do Poder Executivo, compreendendo o conjunto de informações e levantamentos necessários ao conhecimento da realidade econômica, social, cultural e física do país.

§ 1º. O Plano Nacional de Estatística, de caráter anual ou plurianual, será dotado de suficiente flexibilidade para incorporar levantamentos destinados a atender a necessidades eventuais ou de caráter urgente.

§ 2º. As informações necessárias à execução do Plano Nacional de Estatística serão prestadas obrigatoriamente pelas pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, com uso exclusivo para fins estatísticos, não podendo tais informações servir de instrumento para qualquer procedimento fiscal ou legal contra os informantes, salvo quanto a esse último, para efeito de cumprimento da presente lei.

Art. 3º. O Plano Nacional de Estatística e o Plano Nacional de Geo-

grafia e Cartografia Terrestre serão coordenados pela Fundação IBGE, que passará a exercer, no âmbito da União, as atribuições das entidades integradas no atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a seguir discriminadas:

1) — a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística;

2) — a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia;

3) — o Serviço Nacional de Recenseamento;

4) — a Escola Nacional de Ciências Estatísticas;

5) — as seguintes Repartições Centrais Federais de Estatística:

a) o Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política;

b) o Serviço de Estatística Econômica e Financeira;

c) o Serviço de Estatística de Educação e Cultura;

d) o Serviço de Estatística da Previdência e do Trabalho;

e) o Serviço de Estatística da Produção;

f) o Serviço de Estatística de Saúde;

g) a Divisão de Estatística Industrial e Comercial;

h) o Serviço de Estatística do Departamento Nacional da Produção Mineral;

i) o Serviço de Estatística do Departamento Nacional de Águas e Energia.

§ 1º. No concernente às Repartições Centrais Federais enumeradas no inciso 5, *caput*, as atribuições transferíveis à Fundação IBGE serão aquelas relacionadas com o Plano Nacional de Estatísticas Básicas, definido no art. 4º.

§ 2º. A transferência de atribuições das Repartições Centrais de Estatística enumeradas no inciso 5, *caput*, poderá ser feita por etapas, a critério da Fundação IBGE.

Art. 4º. Caberá, prioritariamente, à Fundação IBGE a execução do Plano Nacional de Estatísticas Básicas, parte do Plano Nacional de Estatística compreendendo as informações estatísticas essenciais ao planejamento econômico-social do País, e à segurança nacional.

Art. 5º. Ficam mantidos os princípios de cooperação entre a União, os Estados e os Municípios, consa-

grados pela Convenção Nacional de Estatística (Decreto nº 1.022, de 11 de agosto de 1936) e pelos Convênios Nacionais de Estatística Municipal (Decreto-lei nº 5.981, de 10 de novembro de 1943), observadas as disposições desta lei e as diretrizes e bases do sistema estatístico nacional.

Art. 6º. O patrimônio da Fundação IBGE será constituído de:

a) acervo do atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compreendendo os órgãos relacionados no art. 3º, incisos 1, 2, 3 e 4, cuja doação pelo Poder Executivo fica desde logo autorizada;

b) dotação orçamentária da União, prevista, anualmente, em um montante não inferior à estimativa da arrecadação do imposto sobre transporte rodoviário de passageiros;

c) subvenções da União, dos Estados e Municípios;

d) doações e contribuições de pessoas de direito público e privado, inclusive de entidades internacionais;

e) recursos da Caixa Nacional de Estatística Municipal (Decreto-lei nº 4.181, de 16 de março de 1942, artigo 9º, alíneas a e b);

f) rendas resultantes da prestação de serviços, em qualquer dos campos de sua competência.

§ 1º. A Fundação IBGE poderá contrair empréstimo com entidades nacionais ou internacionais, observadas as normas reguladoras da matéria.

§ 2º. A dotação orçamentária a que refere a alínea b deste artigo considerar-se-á automaticamente reajustada em função dos resultados efetivos da arrecadação do imposto mencionado na mesma alínea.

Art. 7º A Fundação IBGE terá organização compatível com a diferenciação e especificidade de suas atribuições e atividades, devendo estruturar-se à base de órgãos que gozará da autonomia indispensável ao cumprimento das respectivas funções.

Parágrafo único. Cada um dos órgãos autônomos integrantes da Fundação IBGE será dirigido por um Diretor-Superintendente.

Art. 8º. A Fundação IBGE será dirigida por um Conselho-Diretor, integrado pelos seguintes membros:

a) o Presidente da Fundação, nomeado pelo Presidente da República.

b) os Diretores-Superintendentes dos órgãos autônomos a que se refere o art. 7º, parágrafo único;

c) um representante do Estado-Maior das Forças Armadas;

d) um representante do Ministério de Coordenação dos Organismos Regionais;

e) um representante do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica.

Parágrafo único. A Presidência incumbirá a supervisão, em alto nível, das atividades da Fundação IBGE, coordenando os assuntos de natureza administrativa e financeira, com vistas ao entrosamento entre seus distintos órgãos autônomos, entre a Fundação e as demais instituições pertencentes ao sistema estatístico e geográfico nacional, para o cabal cumprimento das atribuições que lhe forem cometidas.

Art. 9º. Incluir-se-ão entre os órgãos autônomos da Fundação IBGE, nos termos do que estabelece o artigo 7º e dentro das disposições estatutárias, as seguintes entidades:

a) o Instituto Brasileiro de Estatística (IBE), com atribuição de coordenar as atividades do sistema estatístico nacional, bem como de executar levantamentos e estudos estatísticos, notadamente os relacionados com o Plano Nacional de Estatísticas Básicas;

b) a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), que deverá atender, preferencialmente, às necessidades do sistema estatístico nacional;

c) o Instituto Brasileiro de Geografia (IBG), com atribuição de coordenar as atividades geográfico-cartográficas e afins, bem como executar serviços e levantamentos geográfico-cartográficos necessários ao planejamento econômico-social do País e à segurança nacional, na forma do Plano Nacional de Geografia e Cartografia Terrestre.

Art. 10. A Fundação IBGE terá um Conselho Fiscal, constituído na forma indicada pelos Estatutos.

Art. 11. A coordenação técnica das atividades do IBE será exercida pela Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas, constituída na

forma indicada nos Estatutos da Fundação, incluindo:

a) o Director-Superintendente e os titulares dos órgãos de mais alta hierarquia do IBE;

b) representantes da Escola Nacional de Ciências Estatísticas e do Instituto Brasileiro de Geografia;

c) representante do Estado-Maior do Exército, do Estado-Maior da Armada e do Estado-Maior da Aeronautica;

d) representantes de entidades usuárias de estatísticas, na esfera pública e privada, nacional e regional.

Parágrafo único — Competirá prioritariamente à Comissão Nacional de Planeamento e Normas Estatísticas pronunciar-se sobre os programas e planos de trabalho dos órgãos integrantes de sistema estatístico nacional sempre que se deseje assegurar a obrigatoriedade legal de informação.

Art. 12. A coordenação técnica das actividades do IBG será exercida pela Comissão Nacional de Planeamento e Normas Geográfico-Cartográficas, constituída na forma indicada nos Estatutos da Fundação, incluindo:

a) o Director-Superintendente e os titulares dos órgãos de mais alta hierarquia do IBG;

b) representante do Instituto Brasileiro de Estatística;

c) o Director-Geral de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha ou seu representante;

d) o Director do Serviço Geográfico do Exército, ou seu representante;

e) o Subdirector de Normas e Procedimentos do Ministério da Aeronautica, ou seu representante;

f) representantes de órgãos especializados em geografia ou cartografia, na esfera pública ou privada, nacional e regional.

Parágrafo único — Competirá prioritariamente à Comissão Nacional de Planeamento e Normas Geográfico-Cartográficas pronunciar-se sobre os programas e planos dos órgãos especializados, a serem incluídos no plano Nacional de Geografia e Cartografia Terrestre.

Art. 13. A Escola Nacional de Ciências Estatísticas orientará seu programa no sentido de atender principalmente às necessidades do sistema estatístico nacional, em todos os níveis, assegurando a activa participação do

seu corpo docente e discente nas actividades do IBE.

Art. 14. A Fundação IBGE realizará, com periodicidade maxima de três anos, as Conferências Nacionais de Estatística e de Geografia e Cartografia, com o objetivo de examinar com representantes dos Ministérios, Governos Estaduais e outras entidades públicas e privadas, produtoras ou usuárias de estatísticas e de informações geográfico-cartográficas, os programas das respectivas actividades.

Art. 15. O regime jurídico do pessoal da Fundação IBGE será o da legislação trabalhista.

Parágrafo único. O Conselho Director estabelecerá as normas gerais de administração e remuneração do pessoal da Fundação, inclusive no que respeita ao regime de trabalho e à organização do quadro de pessoal.

Art. 16. Os quadros do Pessoal da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas e do Serviço Nacional de Recenseamento serão considerados em extinção, na data de instituição da Fundação IBGE.

§ 1º A extinção a que se refere este artigo deverá efetivar-se gradativamente, mediante supressão dos cargos que vagarem, uma vez realizadas as promoções cabíveis, na forma da lei.

§ 2º A pedido ou *ex officio*, observadas as normas da legislação própria, será permitida a transferência de servidores pertencentes aos quadros em extinção, para cargos vagos da administração centralizada ou autárquica.

§ 3º Desde que de interesse para a Fundação IBGE e para qualquer órgão da administração centralizada ou autárquica, será igualmente permitida a transferência de funcionarios pertencentes aos quadros em extinção, com os respectivos cargos, observada a legislação específica, passando a despesa correspondente a ser atendida pelo órgão a que se incorporar o cargo e o servidor.

§ 4º A Fundação IBGE manterá os registros funcionais referentes ao pessoal pertencente aos quadros em

extinção, para todos os efeitos da lei, observadas instruções a serem expedidas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 17. Os servidores pertencentes aos quadros em extinção a que se refere o art. 16 passarão a prestar Serviços à Fundação IBGE, assegurados os direitos e vantagens inerentes à sua condição de servidores autárquicos.

Parágrafo único. Os servidores na situação prevista neste artigo ficarão sujeitos às normas gerais de trabalho que a Fundação IBGE vier a adotar, observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 18. O pagamento dos atuais servidores aposentados dos quadros da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, será feito por intermédio da Fundação IBGE, cumprindo à União consignar dotação orçamentária especial em seu favor, para atender à despesa decorrente, sem prejuízo dos recursos previstos nas alíneas b) e c) do art. 6º

Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto neste artigo, também aos servidores dos quadros em extinção referidos no art. 16 que vierem a aposentar-se.

Art. 19. Os servidores pertencentes aos quadros em extinção a que se refere o art. 16 poderão firmar contrato de trabalho com a Fundação IBGE, sob o regime da legislação trabalhista.

§ 1º Enquanto vigorar o contrato de trabalho, ficará suspensa a vinculação do servidor para com o serviço público, para todos os efeitos, ressalvada a exceção prevista no § 4º deste artigo.

§ 2º Extinta a relação contratual de trabalho, por qualquer das formas previstas na legislação trabalhista, restabelecer-se-á automaticamente a vinculação ao serviço público, na situação em que se encontrava o servidor por ocasião da contratação.

§ 3º O servidor que firmar contrato de trabalho com a Fundação IBGE, na forma prevista neste artigo, poderá contribuir para o IPASE durante a vigência do referido contrato,

§ 4º O tempo de serviço prestado à Fundação IBGE, nas condições do presente artigo, será contado como de serviço público para os fins de aposentadoria, disponibilidade e cálculo da gratificação adicional por tempo de serviço.

§ 5º No cálculo dos proventos da aposentadoria de servidores pertencentes aos quadros em extinção a que se refere o artigo 16, não será considerada nenhuma retribuição decorrente de contrato de trabalho com a Fundação IBGE, mesmo que a aposentadoria ocorra na vigência de contrato dessa natureza.

Art. 20. Os servidores efetivos lotados nos órgãos relacionados no inciso 5 do art. 3º poderão prestar serviços à Fundação IBGE, aplicando-se-lhes, no caso, o que preceitua o art. 17 e seu parágrafo único.

Art. 21. Aplicar-se-ão aos servidores efetivos lotados nos órgãos relacionados no inciso 5 do art. 3º todas as disposições previstas no art. 19 e seus parágrafos.

Art. 22. Os servidores públicos ou autárquicos da União poderão firmar contrato de trabalho com a Fundação IBGE, nos termos estipulados no art. 19 e seus parágrafos, desde que haja concordância das repartições ou órgãos a que pertençam.

Art. 23. Os encargos financeiros com o pagamento de vencimentos e vantagens do pessoal pertencente aos quadros em extinção a que se refere o art. 16 correrão por conta do Tesouro Nacional, cumprindo à União consignar dotações orçamentárias específicas, em favor da Fundação IBGE, para o atendimento dessa despesa.

§ 1º O pagamento de vencimentos e vantagens dos servidores efetivos postos à disposição da Fundação IBGE nos termos do que dispõe o art. 20 correrá por conta das repartições a que pertençam.

§ 2º Os servidores públicos que firmarem contrato de trabalho com a Fundação IBGE, nos termos da presente lei, deixarão de receber os vencimentos e vantagens correspondentes aos respectivos cargos no serviço público, enquanto perdurar o contrato de trabalho.

Art. 24. O Orçamento da União consignará dotação global que permita a execução dos planos e programas de responsabilidade da Fundação IBGE, aprovados pelos órgãos competentes.

§ 1º A dotação global compreenderá também recursos para atender aos encargos financeiros previstos no artigo 23 desta lei.

§ 2º Os encargos financeiros necessários à realização dos Recenseamentos Gerais do País serão cobertos por dotações específicas consignadas a Fundação IBGE no orçamento da União.

Art. 25. A Fundação IBGE poderá incumbir-se de tarefas auxiliares de controle e fiscalização do imposto de que trata a alínea b do art. 6º, em colaboração com o Departamento de Rendas Internas do Ministério da Fazenda.

Art. 26. A Fundação IBGE gozará de fóro especial, processando-se perante os Juizes e Tribunais Federais, e em todas as instâncias, as causas em que for autora, ré, assistente ou oponente.

Parágrafo único. A Fundação IBGE será representada em Juízo ou fora dele pelo seu Presidente, ou por quem deste receber delegação, na forma dos Estatutos.

Art. 27. Fica assegurado à Fundação IBGE, no tocante a tarifas postais e telegráficas, o mesmo tratamento assegurado pela legislação aos órgãos da administração federal.

Art. 28. Fica a Fundação IBGE autorizada a realizar convênios, com entidades públicas e privadas, para a execução das atribuições que lhe confere esta lei.

Art. 29. As dotações orçamentárias consignadas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Orçamento da União para 1967, serão transferidas para a Fundação IBGE, que se obrigará a cumprir a respectiva programação.

Art. 30. Fica a Fundação IBGE autorizada a examinar os acordos, convênios, contratos e ajustes firmados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e órgãos nele integrados, a fim de ratificá-los ou promover modificações ou cancelamento,

em conformidade com o que estatui esta lei e as normas que surgirem em decorrência.

Art. 31. O Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sob a supervisão coordenada do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica e do Ministério da Coordenação dos Organismos Regionais, tomará as providências necessárias à execução do previsto no artigo 1º desta Lei, dentro do prazo de 150 (cento e cinquenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 32. Instituída a Fundação IBGE, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 1º, será considerado extinto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com os órgãos nele integrados, constantes do art. 3º, incisos 1 a 4.

Art. 33. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Zilmar de Ardrine Macedo
Ademar de Queiroz
Juracy Magalhães
Octávio Bulhões
Juarez Távora
Severo Fagundes Gomes
Raymundo Moniz de Aragão
Eduardo Gomes
Raymundo de Britto
Luiz Marcello Moreira de Azevedo
Mauro Thibau
Edmar de Souza
João Gonçalves de Souza
L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO-LEI Nº 162 — DE 13 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a exploração dos serviços de telecomunicações.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1963, decreta:

Art. 1º Compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização ou concessão, os serviços de telecomunicações.

§ 1º A União substituirá automaticamente os poderes concedentes estaduais e municipais em todos os serviços telefônicos, até então sob a jurisdição estadual ou municipal.

§ 2º Os direitos e obrigações das empresas de telecomunicações, coletivas ou individuais, que tenham obtido concessão, autorização ou permissão de autoridades estaduais e municipais para execução do serviço continuarão a ser regidos pelos atos e contratos, expedidos pelas autoridades competentes ou com estas celebrados, ressalvada a possibilidade de modificá-los, observadas as formalidades legais.

Art. 2º Este decreto-lei entrará em vigor em 15 de março de 1967, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 163 — DE 13 DE
FEVEREIRO DE 1967

Exclui do sistema de alienação compulsória, instituída na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, com as alterações decorrentes do prescrito na Lei nº 5.049, de 29 de junho de 1966, os imóveis de propriedade das entidades que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo Art. 9º, *caput*, e seu § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, e

Considerando que a preservação de todos os instrumentos necessários ao exercício das atividades industriais da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS — constitui matéria diretamente vinculada à segurança nacional;

Considerando que a manutenção da integridade do patrimônio imobiliário do Banco do Brasil S.A. se impõe para a boa execução de suas atividades de Agente Financeiro do Tesouro Nacional e principal executor dos serviços bancários de interesses do Governo Federal, conforme o disposto na Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964;

Considerando que a Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS e o Banco do Brasil S.A., embora exercendo atividades do mais alto interesse para o Governo Federal, são pessoas jurídicas de direito privado, na condição de sociedade de economia mista em que a União é acionista majoritária (Art. 16, Inciso II da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916);

Considerando a urgência de promulgação de norma legal que assegure a integridade do patrimônio imobiliário dessas entidades, decreta:

Art. 1º Ficam excluídas do sistema de alienação compulsória instituído na Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, com as alterações decorrentes do prescrito na Lei nº 5.049, de 29 de junho de 1966, os imóveis de propriedade da Petróleo Brasileiro S.A. e do Banco do Brasil S.A.

Art. 2º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Bulhões
Mauro Thibau

DECRETO-LEI Nº 164 — DE 13 DE
FEVEREIRO DE 1967

Modifica a Legislação da Política Econômica da Borracha e dá outras providências.

O Presidente da República, com base no disposto no art. 9º, parágrafo 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O artigo 13 e o parágrafo único da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 13. A garantia do preço de compra para as borrachas vegetais do gênero “Hevea” será efetivada pela obrigação, que terá a União, de adquiri-las através da Superintendência da Borracha, observado o que estipula o artigo 11 e seus pará-

grafos, bem como as demais disposições desta Lei.

Parágrafo único. A Superintendência da Borracha fiscalizará as operações previstas nas alíneas "b" e "c" do artigo 11 desta Lei"

Art. 2º O § 3º do art. 21 da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, passa a ter a seguinte redação, mantidas as alíneas respectivas:

"Art. 21 ...

§ 1º ...

§ 2º ...

§ 3º A Taxa de que trata este artigo destina-se:"

Art. 3º O § 2º do art. 27 da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 27. ...

§ 1º ...

§ 2º É criado o cargo em comissão de Superintendente da Borracha, símbolo 1-C".

Art. 4º O inciso IX do art. 28 da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 28 ...

IX — Aprovar a estrutura técnica e administrativa da Superintendência da Borracha e criar o seu quadro de pessoal, por proposta do Superintendente".

Art. 5º O art. 31 da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 31. O Conselho Nacional da Borracha é assessorado por uma Comissão Consultiva, presidida pelo Superintendente da Borracha e composta de:

- a) um representante dos produtores de borrachas extrativas;
- b) um representante dos produtores de borrachas cultivadas;
- c) um representante dos fabricantes de borrachas sintéticas;
- d) um representante da indústria de artefatos de borracha em geral;
- e) um representante da indústria de pneumáticos;
- f) um representante do comércio da borracha vegetal"

Art. 6º O § 2º do artigo 47 da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, passa a ter a seguinte redação

"Art. 47. ...

§ 1º ...

§ 2º Do crédito aberto neste artigo Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) se destinam as despesas de instalação da Superintendência da Borracha"

Art. 7º O parágrafo único do art. 48 da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 48. ...

Parágrafo único. No caso de infração aos arts. 18 a 21 desta Lei, será determinada pela Superintendência da Borracha a apreensão da borracha e aplicada a multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) e, na reincidência, a 100% (cem por cento) do valor da borracha negociada sem atender aos requisitos legais, ou adulterada e dissimulada durante o processo de beneficiamento, devendo a penalidade ser aplicada, proporcionalmente, a todos os intervenientes na transação".

Art. 8º O art. 58, "Caput" da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 58. São isentos do imposto sobre produtos industrializados os látexes vegetais concentrados por qualquer processo, bem como as borrachas vegetais sólidas em bruto, pertencentes aos gêneros e espécies enumerados no art. 4º desta Lei, apresentadas sob a forma de pelotas, bolas, blocos, pães, fitas, folhas, lâminas, mantas, chapas, tiras, lençóis, grânulos ou qualquer outra, crepadas ou não, em estado de matéria prima industrial, quer sejam de origem nacional ou estrangeira"

Art. 9º Fica extinto o Fundo Especial criado pelo art. 9º do Decreto-Lei nº 4.541, de 9 de julho de 1942, passando o seu saldo a integrar o Fundo para Prejuízos Eventuais do Banco da Amazônia S.A.

Art. 10. A borracha nacional em poder do Banco da Amazônia S.A. à data da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, poderá ser transferida para o Estoque de Reserva a que se refere o art. 15 da mesma Lei, mediante acordo com a Superintendência da Borracha e obedecidas as normas por ela estabelecidas quanto à dimensão do Estoque, e indenização do seu valor ao Banco pelo preço base em vigor.

Art. 11. Fica prorrogado de sessenta (60) dias o prazo a que se refere o art. 15 da Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966.

Art. 12. No inciso IV do art. 174 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, a remissão final à Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966 é substituída pela remissão à Lei 5.174, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre a concessão de Incentivos Fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências.

Art. 13. Este Decreto-Lei entrará em vigor em 18 de fevereiro de 1967, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Luiz Marcello Moreira de Azevedo
Octavio Bulhões
Edmar de Souza
João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 165 — DE 13 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a isenção ou redução do imposto sobre a transferência de juros para o exterior, quando houver acordo tributário.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1956, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º Em relação a países que mantenham com o Brasil acordos tributários, fica o Ministro da Fazenda autorizado a conceder isenção ou redução do imposto de renda sobre a transferência de juros para o exte-

rior, nos casos previstos no artigo seguinte.

Art. 2º Quando empresas nacionais, particulares ou oficiais, contraírem empréstimos no exterior, de prazo igual ou superior a quinze anos, a taxa de juros do mercado credor com instituições financeiras não sujeitas ao imposto de renda ou cuja cobrança do imposto seja feita em nível inferior ao admitido pelo crédito fiscal nos respectivos acordos tributários, o devedor do empréstimo poderá solicitar a dispensa ou a redução do imposto.

Art. 3º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juracy Magalhães

DECRETO-LEI Nº 166 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1967

Transfere a Agência Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para a Presidência da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1956, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º A Agência Nacional, órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, passa a integrar o Gabinete Civil da Presidência da República.

Art. 2º Dentro de 15 dias, por proposta do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, o Poder Executivo regulamentará a efetivação da medida determinada no artigo 1º deste Decreto-lei, aprovando, inclusive as modificações do Regimento do Gabinete Civil no que se fizer necessário.

Art. 3º Todo o acervo da Agência Nacional será transferido do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para a Presidência da República.

Art. 4.º Os atuais* servidores da Agência Nacional, excetuados os referidos no § 2.º d'este artigo, serão desligados do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, passando a constituir quadro especial a ser aprovado por proposta do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

§ 1.º O diretor da Agência Nacional enviará à Presidência da República, no prazo de quinze dias a contar da data da publicação do presente decreto-lei, o quadro exato e a relação dos servidores a serem transferidos.

§ 2.º Os servidores considerados excedentes ou desnecessários, a critério do diretor da Agência Nacional, continuarão a integrar o quadro do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 5.º As verbas e dotações orçamentárias destinadas à Agência Nacional continuarão, destacadas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores a ser atribuídas a esse órgão oficial de informações, que por elas terá responsabilidade direta perante o Tribunal de Contas da União.

Art. 6.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 167 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Do Financiamento Rural

Art. 1º O financiamento rural concedido pelos órgãos integrantes do

sistema nacional de crédito rural a pessoa física ou jurídica poderá efetuar-se por meio das cédulas de crédito rural previstas neste Decreto-lei

Parágrafo único. Faculta-se a utilização das cédulas para os financiamentos da mesma natureza concedidos pelas cooperativas rurais a seus associados ou às suas filiais.

Art. 2º O emitente da cédula fica obrigado a aplicar o financiamento nos fins ajustados, devendo comprovar essa aplicação no prazo e na forma exigidos pela instituição financeira.

Parágrafo único. Nos casos de pluralidade de emitentes e não constando da cédula qualquer designação em contrário, a utilização do crédito poderá ser feita por qualquer um dos financiados, sob a responsabilidade solidária dos demais.

Art. 3º A aplicação do financiamento poderá ajustar-se em orçamento assinado pelo financiado e autenticado pelo financiador, devendo constar expressamente qualquer alteração que convençionarem.

Parágrafo único. Na hipótese, far-se-á, na cédula, menção ao orçamento, que a ela ficará vinculado.

Art. 4º Quando for concedido o financiamento para utilização parcelada, o financiador abrirá com o valor do financiamento conta vinculada à operação, que o financiado movimentará por meio de cheques, saques, recibos, ordens, cartas ou quaisquer outros documentos, na forma e tempo previstos na cédula ou no orçamento.

Art. 5º As importâncias fornecidas pelo financiador vencerão juros às taxas que o Conselho Monetário Nacional fixar e serão exigíveis em 30 de junho e 31 de dezembro ou no vencimento das prestações, se assim acordado entre as partes; no vencimento do título e na liquidação, ou por outra forma que vier a ser determinada por aquele Conselho, podendo o financiador, nas datas previstas, capitalizar tais encargos na conta vinculada à operação.

Parágrafo único. Em caso de mora, a taxa de juros constante da cédula será elevável de 1% (um por cento) ao ano.

Art. 6º O financiado facultará ao financiador a mais ampla fiscalização da aplicação da quantia financiada, exibindo, inclusive, os elementos que lhe forem exigidos.

Art. 7º O credor poderá, sempre que julgar conveniente e por pessoas da sua indicação, não só percorrer todas e quaisquer dependências dos imóveis referidos no título, como verificar o andamento dos serviços a elles existentes.

Art. 8º Para ocorrer ás despesas com os serviços de fiscalização poderá ser ajustada na cédula taxa de comissão de fiscalização exigível na forma do disposto no artigo 5º a qual será calculada sobre os saldos devedores da conta vinculada á operação respondendo ainda o financiado pelo pagamento de quaisquer despesas que se verificarem com vistorias frustradas ou que forem efetuadas em consequência de procedimento seu que possa prejudicar as condições legais e cedulares.

CAPÍTULO II

SECÇÃO I

Das Cédulas de Crédito Rural

Art. 9º A cédula de crédito rural é promessa de pagamento em dinheiro, sem ou com garantia real cedularmente constituída, sob as seguintes denominações e modalidades:

- I — Cédula Rural Pignoratícia.
- II — Cédula Rural Hipotecária.
- III — Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária.
- IV — Nota de Crédito Rural.

Art. 10. A cédula de crédito rural é título civil, líquido e certo, exigível pela soma dela constante ou do endosso, além dos juros, da comissão de fiscalização, se houver, e demais despesas que o credor fizer para segurança, regularidade e realização do seu direito creditório.

§ 1º Se o emitente houver deixado de levantar qualquer parcela do crédito deferido ou tiver feito pagamentos parciais, o credor descontar-las da soma declarada na cédula, tornando-se exigível apenas o saldo.

§ 2º Não constando do endosso o valor pelo qual se transfere a cédula,

prevalecerá o da soma declarada no título acrescido dos acessórios, na forma deste artigo, deduzido o valor das quitações parciais passadas no próprio título.

Art. 11. Importa vencimento da cédula de crédito rural independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, a inadimplência de qualquer obrigação convencional ou legal do emitente do título ou, sendo o caso, do terceiro prestante da garantia real.

Parágrafo único. Verificado o inadimplemento, poderá ainda o credor considerar vencidos antecipadamente todos os financiamentos rurais concedidos ao emitente e dos quais seja credor.

Art. 12. A cédula de crédito rural poderá ser aditada, ratificada e retificada por meio de menções adicionais e de aditivos, datados e assinados pelo emitente e pelo credor.

Parágrafo único. Se não bastar o espaço existente, continuar-se-á em folha do mesmo formato, que fará parte integrante do documento cedular.

Art. 13. A cédula de crédito rural admite amortizações periódicas e prorrogações de vencimento que serão ajustadas mediante a inclusão de cláusula, na forma prevista neste Decreto-lei.

SECÇÃO II

Da Cédula Rural Pignoratícia

Art. 14. A cédula rural pignoratícia conterá os seguintes requisitos, lançados no contexto:

I — Denominação "Cédula Rural Pignoratícia".

II — Data e condições de pagamento; havendo prestações periódicas ou prorrogações de vencimento, acrescentar: "nos termos da cláusula Forma de Pagamento abaixo" ou "nos termos da cláusula Ajuste de Prorrogação abaixo".

III — Nome do credor e a cláusula à ordem.

IV — Valor do crédito deferido, lançado em algarismos e por extenso, com indicação da finalidade ruralista a que se destina o financiamento concedido e a forma de sua utilização.

V — Descrição dos bens vinculados em penhor, que se indicará pela espécie, qualidade, quantidade, marca ou período de produção, se for o caso, além do local ou depósito em que os mesmos bens se encontrarem.

VI — Taxa dos juros a pagar, e da comissão de fiscalização, se houver, e o tempo de seu pagamento.

VII — Praça do pagamento.

VIII — Data e lugar da emissão.

IX — Assinatura do próprio punho do emitente ou de representante com poderes especiais.

§ 1.º — As cláusulas "Forma de Pagamento" ou "Ajuste de Prorrogação", quando cabíveis, serão incluídas logo após a descrição da garantia, estabelecendo-se, na primeira, os valores e datas das prestações e, na segunda, as prorrogações previstas e as condições a que está sujeita sua efetivação.

§ 2.º — A descrição dos bens vinculados à garantia poderá ser feita em documento à parte, em duas vias, assinadas pelo emitente e autenticadas pelo credor, fazendo-se, na cédula, menção a essa circunstância, logo após a indicação do grau do penhor e de seu valor global.

Art. 15. Podem ser objeto do penhor cedular, nas condições deste Decreto-lei, os bens suscetíveis de penhor rural e de penhor mercantil.

Art. 16. Incluem-se na garantia os bens adquiridos ou pagos com o financiamento, feita a respectiva averbação nos termos deste Decreto-lei.

Art. 17. Os bens apenhadados continuam na posse imediata do emitente ou do terceiro prestante da garantia real, que responde por sua guarda e conservação como fiel depositário, seja pessoa física ou jurídica. Cuidando-se do penhor constituído por terceiro, o emitente da cédula responderá solidariamente com o empenhador pela guarda e conservação dos bens apenhadados.

Art. 18. Antes da liquidação da cédula, não poderão os bens apenhadados ser removidos das propriedades nela mencionadas, sob qualquer pretexto e para onde quer que seja, sem prévio consentimento escrito do credor.

Art. 19. Aplicam-se ao penhor constituído pela cédula rural pignoratícia as disposições dos Decretos-leis ns. 1.271, de 16 de maio de 1939, 1.625, de 23 de setembro de 1939, e 4.312, de 20 de maio de 1942 e das leis ns. 492, de 30 de agosto de 1937, 2.666, de 6 de dezembro de 1955 e 2.931, de 27 de outubro de 1956, bem como os preceitos legais vigentes relativos a penhor rural e mercantil no que não colidirem com o presente Decreto-lei.

SEÇÃO III

Da Cédula Rural Hipotecária

Art. 20. A cédula rural hipotecária conterá os seguintes requisitos, lançados no contexto:

I — Denominação "Cédula Rural Hipotecária".

II — Data e condições de pagamento; havendo prestações periódicas ou prorrogações de vencimento, acrescentar: "nos termos da cláusula Forma de Pagamento abaixo" ou "nos termos da cláusula Ajuste de Prorrogação abaixo".

III — Nome do credor e a cláusula à ordem.

IV — Valor do crédito deferido, lançado em algarismos e por extenso, com indicação da finalidade ruralista a que se destina o financiamento concedido e a forma de sua utilização.

V — Descrição do imóvel hipotecado com indicação do nome, se houver, dimensões, confrontações, benfeitorias, título e data de aquisição e anotações (numero, livro e folha) do registro imobiliário.

VI — Taxa dos juros a pagar e a da comissão de fiscalização, se houver, e tempo de seu pagamento.

VII — Praça do pagamento.

VIII — Data e lugar da emissão.

IX — Assinatura do próprio punho do emitente ou de representante com poderes especiais.

§ 1.º — Aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 1.º e 2.º do artigo 14 deste Decreto-lei.

§ 2º Se a descrição do imóvel hipotecado se processar em documento à parte, deverão constar também da cédula todas as indicações mencionadas no item V deste artigo, exceto confrontações e benfeitorias.

§ 3º — A especificação dos imóveis hipotecados, pela descrição pormenorizada, poderá ser substituída pela anexação à cédula de seus respectivos títulos de propriedade.

§ 4º — Nos casos do parágrafo anterior, deverão constar da cédula, além das indicações referidas no § 2º deste artigo, menção expressa, a anexação dos títulos de propriedade e a declaração de que eles farão parte integrante da cédula até sua final liquidação.

Art. 21. São abrangidos pela hipoteca constituída as construções, respectivos terrenos, maquinismos, instalações e benfeitorias.

Parágrafo único. Pratica crime de estelionato e fica sujeito às penas do art. 171 do Código Penal aquele que fizer declarações falsas ou inexatas acerca da área dos imóveis hipotecados, de suas características, instalações e acessórios, da pacificidade de sua posse, ou omitir, na cédula, a declaração de já estarem eles sujeitos a outros ônus ou responsabilidade de qualquer espécie, inclusive fiscais.

Art. 22. Incorporam-se na hipoteca constituída as máquinas, aparelhos, instalações e construções, adquiridos ou executados com o crédito, assim como quaisquer outras benfeitorias acrescidas aos imóveis na vigência da cédula, as quais, uma vez realizadas, não poderão ser retiradas, alteradas ou destruídas, sem o consentimento do credor, por escrito.

Parágrafo único — Faculta-se ao credor exigir que o emitente faça averbar, à margem da inscrição principal, a constituição do direito real sobre os bens e benfeitorias referidos neste artigo.

Art. 23. Podem ser objeto de hipoteca cédular imóveis rurais e urbanos.

Art. 24. Aplicam-se à hipoteca cédular os princípios da legislação ordinária sobre hipoteca no que não colidirem com o presente Decreto-lei.

SEÇÃO IV

Da Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária

Art. 25. A cédula rural pignoratícia e hipotecária conterá os seguintes requisitos, lançados no contexto:

I — Denominação “Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária”.

II — Data e condições de pagamento havendo prestações periódicas ou prorrogações de vencimento, acrescentar: “nos termos da cláusula Forma de Pagamento abaixo” ou “nos termos da cláusula Ajuste de Prorrogação abaixo”.

III — Nome do credor e a cláusula à ordem.

IV — Valor do crédito deferido, lançado em algarismos e por extenso, com indicação da finalidade ruralista a que se destina o financiamento concedido e a forma de sua utilização.

V — Descrição dos bens vinculados em penhor, os quais se indicarão pela espécie, qualidade, quantidade, marca ou período de produção, se for o caso, além do local ou depósito dos mesmos bens.

VI — Descrição do imóvel hipotecado com indicação do nome, se houver, dimensões, confrontações, benfeitorias, título e data de aquisição e anotações (número, livro e folha) do registro imobiliário.

VII — Taxa dos juros a pagar e da comissão de fiscalização, se houver, e tempo de seu pagamento.

VIII — Praça do pagamento.

IX — Data e lugar da emissão.

X — Assinatura do próprio punho do emitente ou de representante com poderes especiais.

Art. 26. Aplica-se à hipoteca e ao penhor constituídos pela cédula rural pignoratícia e hipotecária o disposto nas Seções II e III do Capítulo II deste Decreto-lei.

SEÇÃO V

Da Nota de Crédito Rural

Art. 27. A nota de crédito rural conterá os seguintes requisitos, lançados no contexto:

I — Denominação “Nota de Crédito Rural”.

II — Data e condições de pagamento; havendo prestações periódicas ou

prorrogações de vencimento, acrescentar: "nos termos da cláusula Forma de Pagamento abaixo" ou "nos termos da cláusula Ajuste de Prorrogação abaixo".

III — Nome do credor e a cláusula à ordem.

IV — Valor do crédito deferido, lançado em algarismos e por extenso, com indicação da finalidade ruralista a que se destina o financiamento concedido e a forma de sua utilização.

V — Taxa dos juros a pagar e da comissão de fiscalização, se houver, e tempo de seu pagamento.

VI — Praça do pagamento.

VII — Data e lugar da emissão.

VIII — Assinatura do próprio punho do emitente ou de representante com poderes especiais.

Art. 28. O crédito pela nota de crédito rural tem privilégio especial sobre os bens iscriminados no artigo 1.563 do Código Civil.

Art. 29. A nota de crédito rural terá o prazo mínimo de três meses e o máximo de três anos.

CAPÍTULO III

Seção I

Da Inscrição e Averbação da Cédula de Crédito Rural

Art. 30. As cédulas de crédito rural para terem eficácia contra terceiros inscrevem-se no Cartório do Registro de Imóveis:

a) a cédula rural pignoratícia, no da circunscrição em que esteja situado o imóvel de localização dos bens apenahados;

b) a cédula rural hipotecária, no da circunscrição em que esteja situado o imóvel hipotecado;

c) a cédula rural pignoratícia e hipotecária, no da circunscrição em que esteja situado o imóvel de localização dos bens apenahados e no da circunscrição em que esteja situado o imóvel hipotecado;

d) a nota de crédito rural, no da circunscrição em que esteja situado o imóvel a cuja exploração se destina o financiamento ceclular.

Paragrafo único. Sendo nota de crédito rural emitida por cooperativa, a inscrição far-se-á no Cartório do Registro de Imóveis de domicílio da emitente.

Art. 31. A inscrição far-se-á na ordem de apresentação da cédula a registro em livro próprio denominado "Registro de Cédulas de Crédito Rural", observado o disposto nos artigos 183, 188, 190 e 202 do Decreto nº 4.857, de 9 de novembro de 1939.

§ 1º Os livros destinados ao registro das cédulas de crédito rural serão numerados em série crescente a começar de 1, e cada livro conterá termo de abertura e termo de encerramento assinados pelo Juiz de Direito da Comarca, que rubricará todas as folhas.

§ 2º As formalidades a que se refere o parágrafo anterior procederão à utilização do livro.

§ 3º Em cada Cartório, haverá, em uso, apenas um livro "Registro de Cédulas de Crédito Rural" utilizando-se o de número subsequente depois de findo o anterior.

Art. 32. A inscrição consistirá na anotação dos seguintes requisitos cedulares:

a) Data do pagamento; havendo prestações periódicas ou ajuste de prorrogação, consignar, conforme o caso, a data de cada uma delas ou as condições a que está sujeita sua efetivação.

b) O nome do emitente, do financiador e do endossatário, se houver.

c) Valor do crédito deferido e o de cada um dos pagamentos parcelados, se for o caso.

d) Praça do pagamento.

e) Data e lugar da emissão.

§ 1º Para a inscrição, o apresentante de título oferecerá, com o original da cédula, cópia tirada em impresso idêntico ao da cédula com a declaração impressa "Via não negociável", em linhas paralelas transversais.

§ 2º O Cartório conferirá a exatidão da cópia, autenticando-a.

§ 3º Cada grupo de duzentas (200) cópias será encadernado na ordem cronológica de seu arquivamento, em livro que o Cartório apresentará, no prazo de quinze dias da completação do grupo, ao Juiz de Direito da Comarca, para abri-lo e encerrá-lo, rubricando as respectivas folhas numeradas em série crescente a começar de 1. (um).

§ 4º Nos casos do § 3º do artigo 20 deste Decreto-lei, a via da cédula

destinada ao Cartório será anexada cópia dos títulos de domínio, salvo se os imóveis hipotecados se acharem registrados no mesmo Cartório.

Art. 33. Ao efetuar a inscrição ou qualquer averbação, o Oficial do Registro Imobiliário mencionará, no respectivo ato, a existência de qualquer documento anexo à cédula e nele apoiará sua rubrica, independentemente de outra qualquer formalidade.

Art. 34. O Cartório anotará a inscrição, com indicação do número de ordem, livro e folhas, bem como o valor dos emolumentos cobrados, no verso da cédula, além de mencionar, se for o caso, os anexos apresentados.

Parágrafo único. Pela inscrição da cédula, o oficial cobrará do interessado os seguintes emolumentos, dos quais 80% (oitenta por cento) caberão ao Oficial do Registro Imobiliário e 20% (vinte por cento) ao Juiz de Direito da Comarca, parcela que será recolhida ao Banco do Brasil S. A. e levantada quando das correições a que se refere o artigo 40:

- a) até Cr\$ 200.000 — 0,1%
 - b) de Cr\$ 200.001 a Cr\$ 500.000 — 0,2%
 - c) de Cr\$ 500.001 a Cr\$ 1.000.000 — 0,3%
 - d) de Cr\$ 1.000.001 a Cr\$ 1.500.000 — 0,4%
 - e) acima de Cr\$ 1.500.000 — 0,5%
- máximo de 1/4 (um quarto) do salário-mínimo da região.

Art. 35. O oficial recusará efetuar a inscrição se já houver registro anterior no grau de prioridade declarado no texto da cédula, considerando-se nulo o ato que infringir este dispositivo.

Art. 36. Para os fins previstos no artigo 30 deste Decreto-lei, averbar-se-ão, à margem da inscrição da cédula, os endossos posteriores à inscrição, as menções adicionais, aditivos, avisos de prorrogação e qualquer ato que promova alteração na garantia ou nas condições pactuadas.

§ 1º Dispensa-se a averbação dos pagamentos parciais e do endosso das instituições financiadoras em operações de redesconto ou caução.

§ 2º Os emolumentos devidos pelos atos referidos neste artigo serão cal-

culados na base de 10% (dez por cento) sobre os valores da tabela constante do parágrafo único do artigo 34 deste Decreto-lei, cabendo ao oficial e ao Juiz de Direito da Comarca as mesmas percentagens estabelecidas naquele dispositivo.

Art. 37. Os emolumentos devidos pela inscrição da cédula ou pela averbação de atos posteriores poderão ser pagos pelo credor, a débito da conta a que se refere o artigo 4º deste Decreto-lei.

Art. 38. As inscrições das cédulas e as averbações posteriores serão efetuadas no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da apresentação do título, sob pena de responsabilidade funcional do oficial encarregado de promover os atos necessários.

§ 1º A transgressão do disposto neste artigo poderá ser comunicada ao Juiz de Direito da Comarca pelos interessados ou por qualquer pessoa que tenha conhecimento do fato.

§ 2º Recebida a comunicação, o Juiz instaurará imediatamente inquérito administrativo.

§ 3º Apurada a irregularidade, o oficial pagará multa de valor correspondente aos emolumentos que seriam cobrados, por dia de atraso, aplicada pelo Juiz de Direito da Comarca, devendo a respectiva importância ser recolhida, dentro de 15 (quinze) dias, a estabelecimento bancário que a transferirá ao Banco Central da República do Brasil, para crédito do Fundo Geral para Agricultura e Indústria — "FUNAGRI", criado pelo Decreto nº 56.835, de 3 de setembro de 1965.

SEÇÃO II

Do Cancelamento da Inscrição da Cédula de Crédito Rural

Art. 39. Cancela-se a inscrição mediante a averbação, no livro próprio, da ordem judicial competente ou prova da quitação da cédula, lançada no próprio título ou passada em documento em separado com força probante.

§ 1º Da averbação do cancelamento da inscrição constarão as características do instrumento de quitação, ou a declaração, sendo o caso, de que

a quitação foi passada na própria cédula, indicando-se, em qualquer hipótese, o nome do quitante e a data da quitação; a ordem judicial de cancelamento será também referida na averbação, pela indicação da data do mandado, Juízo de que procede, nome do Juiz que o subscreve e demais características ocorrentes.

§ 2º Arquivar-se-á no Cartório a ordem judicial de cancelamento da inscrição ou uma das vias do documento particular da quitação da cédula, procedendo-se como se dispõe no § 3º do artigo 32 d'este Decreto-lei.

§ 3º Aplicam-se ao cancelamento da inscrição as disposições do § 2º, artigo 36, e as do artigo 38 e seus parágrafos.

SEÇÃO III

Da Correição dos Livros de Inscrição da Cédula de Crédito Rural

Art. 40. O Juiz de Direito da Comarca procederá à correição no livro "Registro de Cédulas de Crédito Rural", uma vez por semestre, no mínimo.

CAPÍTULO IV

Da Ação para Cobranças de Cédula de Crédito Rural

Art. 41. Cabe ação executiva para a cobrança da cédula de crédito rural.

§ 1º Penhorados os bens constitutivos da garantia real, assistirá ao credor o direito de promover, a qualquer tempo, contestada ou não a ação, a venda daqueles bens, observado o disposto nos artigos 704 e 705 do Código de Processo Civil, podendo ainda levantar desde logo, mediante caução idônea, o produto líquido da venda, à conta e no limite de seu crédito, prosseguindo-se na ação.

§ 2º Decidida a ação por sentença passada em julgado, o credor restituirá a quantia ou o excesso levantado, conforme seja a ação julgada improcedente total ou parcialmente, sem prejuízo doutras cominações da lei processual.

§ 3º Da caução a que se refere o parágrafo primeiro dispensam-se as

cooperativas rurais e as instituições financeiras públicas (artigo 22 da Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964), inclusive o Banco do Brasil S.A.

CAPÍTULO V

Da Nota Promissória Rural

Art. 42. Nas vendas a prazo de bens de natureza agrícola, extrativa ou pastoril, quando efetuadas diretamente por produtores rurais ou por suas cooperativas; nos recebimentos, pelas cooperativas, de produtos da mesma natureza entregues pelos seus cooperados, e nas entregas de bens de produção ou de consumo, feitas pelas cooperativas aos seus associados poderá ser utilizada, como título de crédito, a nota promissória rural, nos termos d'este Decreto-lei.

Parágrafo único. A nota promissória rural emitida pelas cooperativas a favor de seus cooperados, ao receberem produtos entregues por estes, constitui promessa de pagamento representativa de adiantamento por conta do preço dos produtos recebidos para venda.

Art. 43. A nota promissória rural conterá os seguintes requisitos, lançados no contexto:

I — Denominação "Nota Promissória Rural".

II — Data do pagamento.

III — Nome da pessoa ou entidade de que vende ou entrega os bens e a qual deve ser paga, seguido da cláusula à ordem.

IV — Praça do pagamento.

V — Soma a pagar em dinheiro, lançada em algarismos e por extenso, que corresponderá ao preço dos produtos adquiridos ou recebidos ou ao adiantamento por conta do preço dos produtos recebidos para venda.

VI — Indicação dos produtos objeto da compra e venda ou da entrega.

VII — Data e lugar da emissão.

VIII — Assinatura do próprio punho do emitente ou de representante com poderes especiais.

Art. 44. Cabe ação executiva para a cobrança da nota promissória rural.

Parágrafo único. Penhorados os bens indicados na nota promissória rural, ou, em sua vez, outros da mes-

ma espécie, qualidade e quantidade pertencentes ao emitente, assistirá ao credor o direito de proceder nos termos do § 1º do artigo 41, observado o disposto nos demais parágrafos do mesmo artigo.

Art. 45. A nota promissória rural goza de privilégio especial sobre os bens enumerados no artigo 1.563 do Código Civil.

CAPÍTULO VI

Da Duplicata Rural

Art. 46. Nas vendas a prazo de quaisquer bens de natureza agrícola, extrativa ou pastoril, quando efetuadas diretamente por produtores rurais ou por suas cooperativas, poderá ser utilizada também, como título de crédito, a duplicata rural, nos termos deste Decreto-lei.

Art. 47. Emitida a duplicata rural pelo vendedor, este ficará obrigado a entregá-la ou a remetê-la ao comprador, que a devolverá depois de assiná-la.

Art. 48. A duplicata rural conterá os seguintes requisitos, lançados no contexto:

I — Denominação "Duplicata Rural".

II — Data do pagamento, ou a declaração de dar-se a tantos dias da data da apresentação ou de ser à vista.

III — Nome e domicílio do vendedor.

IV — Nome e domicílio do comprador.

V — Soma a pagar em dinheiro, lançada em algarismos e por extenso, que corresponderá ao preço dos produtos adquiridos.

VI — Praça do pagamento.

VII — Indicação dos produtos objeto da compra e venda.

VIII — Data e lugar da emissão.

IX — Cláusula à ordem.

X — Reconhecimento de sua exatidão e a obrigação de pagá-la, para ser firmada do próprio punho do comprador ou de representante com poderes especiais.

XI — Assinatura do próprio punho do vendedor ou de representante com poderes especiais.

Art. 49. A perda ou extravio da duplicata rural obriga o vendedor a

extrair novo documento que contenna a expressão "segunda via" em linhas paralelas que cruzem o título.

Art. 50. A remessa da duplicata rural poderá ser feita diretamente pelo vendedor ou por seus representantes, por intermédio de instituições financiadoras, procuradores ou correspondentes, que se incumbem de apresentá-la ao comprador na praça ou no lugar de seu domicílio, podendo os intermediários devolvê-la depois de assinada ou conservá-la em seu poder até o momento do resgate, segundo as instruções de quem lhe cometeu o encargo.

Art. 51. Quando não for à vista, o comprador deverá devolver a duplicata rural ao apresentante dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data da apresentação, devidamente assinada ou acompanhada de declaração por escrito, contendo as razões da falta de aceite.

Parágrafo único. Na hipótese de não devolução do título dentro do prazo a que se refere este artigo, assiste ao vendedor o direito de protestá-lo por falta de aceite.

Art. 52. Cabe ação executiva para cobrança da duplicata rural.

Art. 53. A duplicata rural goza de privilégio especial sobre os bens enumerados no artigo 1.563 do Código Civil.

Art. 54. Incorrerá na pena de reclusão por um a quatro anos, além da multa de 10% (dez por cento) sobre o respectivo montante, o que expedir duplicata rural que não corresponda a uma venda efetiva de quaisquer dos bens a que se refere o artigo 46, entregues real ou simbolicamente.

CAPÍTULO VII

Disposições Especiais

SEÇÃO I

Das Garantias da Cédula de Crédito Rural

Art. 55. Podem ser objeto de penhor cédular os gêneros oriundos da produção agrícola, extrativa ou pastoril, ainda que destinados a beneficiamento ou transformação.

Art. 56. Podem ainda ser objeto de penhor cedular, os seguintes bens e respectivos acessórios, quando destinados aos serviços das atividades rurais:

I — caminhões, camionetas, de carga, furgões, jipes e quaisquer veículos automotores ou de tração mecânica;

II — carretas, carroças, carros, carroções e quaisquer veículos não automotores;

III — canoas, barcas, balsas e embarcações fluviais, com ou sem motores;

IV — máquinas e utensílios destinados ao preparo de rações ou ao beneficiamento, armazenagem, industrialização, frigorificação, conservação, acondicionamento e transporte de produtos e subprodutos agropecuários ou extrativos, ou utilizados nas atividades rurais, bem como bombas, motores, canos e demais pertences de irrigação;

V — incubadoras, chocadeiras, criadeiras, pinteiros e galinheiros desmontáveis ou móveis, gaiolas, bebedouros, campânulas e quaisquer máquinas e utensílios usados nas explorações avícolas e agropastoris.

Parágrafo único. O penhor será anotado nos assentamentos próprios da repartição competente para expedição de licença dos veículos, quando for o caso.

Art. 57. Os bens apenados poderão ser objeto de novo penhor cedular e o simples registro da respectiva cédula equivalerá à averbação, na anterior, do penhor constituído em grau subsequente.

Art. 58. Em caso de mais de um financiamento, sendo os mesmos o emitente da cédula, o credor e os bens apenados, poderá estender-se aos financiamentos subsequentes o penhor originariamente constituído, mediante menção da extensão nas cédulas posteriores, reputando-se um só penhor com cédulas rurais distintas.

§ 1º A extensão será apenas averbada à margem da inscrição anterior e não impede que sejam vinculados outros bens à garantia.

§ 2º Havendo vinculação de novos bens, além da averbação, estará a cédula também sujeita a inscrição no Cartório do Registro de Imóveis.

§ 3º Não será possível a extensão da garantia se tiver havido endosso

ou se os bens vinculados já houverem sido objeto de nova gravação para com terceiros.

Art. 59. A venda dos bens apenados ou hipotecados pela cédula de crédito rural depende de prévia anuência do credor, por escrito.

Art. 60. Aplicam-se à cédula de crédito rural, à nota promissória rural e à duplicata rural, no que forem cabíveis, as normas de direito cambial, inclusive quanto a aval, dispensado porém o protesto para assegurar o direito de regresso contra endossantes e seus avalistas.

SEÇÃO II

Dos Prazos e Prorrogações da Cédula de Crédito Rural

Art. 61. O prazo do penhor agrícola não excederá de três anos, prorrogável por até mais três, e o do penhor pecuário não admite prazo superior a cinco anos, prorrogável por até mais três e embora vencidos permanece a garantia, enquanto subsistirem os bens que a constituem.

Parágrafo único. Vencidos os prazos de seis anos para o penhor agrícola e de oito anos para o penhor pecuário, devem esses penhores ser reconstituídos, mediante lavratura de aditivo, se não executados.

Art. 62. As prorrogações de vencimento de que trata o artigo 13 deste Decreto-lei serão anotadas na cédula pelo próprio credor, devendo ser averbadas à margem das respectivas inscrições, e seu processamento, quando cumpridas regularmente todas as obrigações, cedulares e legais, far-se-á por simples requerimento do credor ao Oficial do Registro de Imóveis competente.

Parágrafo único. Somente exigirão lavratura de aditivo as prorrogações que tiverem de ser concedidas sem o cumprimento das condições a que se subordinarem ou após o término do período estabelecido na cédula.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Art. 63. Dentro do prazo da cédula, o credor, se assim o entender, poderá autorizar o emitente a dispor de par-

te ou de todos os bens da garantia, na forma e condições que convencionarem.

Art. 64. Os bens dados em garantia assegurarão o pagamento do principal, juros, comissões, pena convencional, despesas legais e convencionais com as preferências estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 65. Se baixar no mercado o valor dos bens da garantia ou se se verificar qualquer ocorrência que determine diminuição ou depreciação da garantia constituída, o emitente reforçará essa garantia dentro do prazo de quinze dias da notificação que o credor lhe fizer, por carta enviada pelo Correio, sob registro, ou pelo Oficial do Registro de Títulos e Documentos da Comarca.

Parágrafo único. No caso de substituição, de animais por morte ou inutilização, assiste ao credor o direito de exigir que os substitutos sejam da mesma espécie e categoria dos substituídos.

Art. 66. Quando o penhor fôr constituído por animais, o emitente da cédula fica obrigado a manter todo o rebanho, inclusive os animais adquiridos com o financiamento, se fôr o caso, protegidos pelas medidas sanitárias e profiláticas recomendadas em cada caso, contra a incidência de zoonoses, moléstias infeciosas ou parasitárias de ocorrência frequente na região.

Art. 67. Nos financiamentos pecuários, poderá ser convencionado que o emitente se obriga a não vender, sem autorização por escrito do credor, durante a vigência do título, crias fêmeas ou vacas aptas à procriação, assistindo ao credor, na hipótese de não observância dessas condições, o direito de dar por vencida a cédula e exigir o total da dívida dela resultante, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial.

Art. 68. Se os bens vinculados em penhor ou em hipoteca à cédula de crédito rural pertencerem a terceiros, estes subscreverão também o título, para que se constitua a garantia.

Art. 69. Os bens objeto de penhor ou de hipoteca constituídos pela cédula de crédito rural não serão penhorados, arrestados ou seqüestrados

por outras dívidas do emitente ou do terceiro empenhador ou hipotecante, cumprindo ao emitente ou ao terceiro empenhador ou hipotecante denunciar a existência da cédula às autoridades incumbidas da diligência ou a quem a determinou, sob pena de responderem pelos prejuízos resultantes de sua omissão.

Art. 70. O emitente da cédula de crédito rural, com ou sem garantia real, manterá em dia o pagamento dos tributos e encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas de sua responsabilidade, inclusive a remuneração dos trabalhadores rurais, exibindo ao credor os respectivos comprovantes sempre que lhe forem exigidos.

Art. 71. Em caso de cobrança em processo contencioso ou não, judicial ou administrativo, o emitente da cédula de crédito rural, da nota promissória rural ou o aceitante da duplicata rural responderá ainda pela multa de 10% (dez por cento) sobre o principal e acessórios em débito, devida a partir do primeiro despacho da autoridade competente na prestação de cobrança ou de habilitação de crédito.

Art. 72. As cédulas de crédito rural, a nota promissória rural e a duplicata rural poderão ser redescontadas no Banco Central da República do Brasil, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 73. É também da competência do Conselho Monetário Nacional a fixação das taxas de desconto da nota promissória rural e da duplicata rural, que poderão ser elevadas de 1% ao ano em caso de mora.

Art. 74. Dentro do prazo da nota promissória rural e da duplicata rural, poderão ser feitos pagamentos parciais.

Parágrafo único. Ocorrida a hipótese, o credor declarará, no verso do título, sobre sua assinatura, a importância recebida e a data do recebimento, tornando-se exigível apenas o saldo.

Art. 75. Na hipótese de nomeação, por qualquer circunstância, de depositário para os bens apenados, instituído judicial ou convencionalmente, entrará ele também na posse imediata das máquinas e de todas as ins-

talações e pertences acaso necessários a transformação dos referidos bens nos produtos a que se tiver obrigado o emitente na respectiva cédula.

Art. 76. Serão segurados, até final resgate da cédula, os bens nela descritos e caracterizados, observada a vigente legislação de seguros obrigatórios.

Art. 77. As cédulas de crédito rural, a nota promissória rural e a duplicata rural obedecerão aos modelos anexos de números 1 a 6.

Parágrafo único. Sem caráter de requisito essencial, as cédulas de crédito rural poderão conter disposições que resultem das peculiaridades do financiamento rural.

Art. 78. A exigência constante do artigo 22 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, não se aplica às operações de crédito rural proposta por produtores rurais e suas cooperativas, de conformidade com o disposto no artigo 37 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.

Parágrafo único. A comunicação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, de ajuizamento da cobrança de dívida fiscal ou de multa in-

pedirá a concessão de crédito rural ao devedor, a partir da data do recebimento da comunicação, pela instituição financeira, salvo se for depositado em juízo o valor do débito em litígio.

CAPITULO IX

Disposições Transitórias

Art. 79. Este Decreto-lei entrará em vigor noventa (90) dias depois de publicado, revogando-se a Lei número 3.253, de 27 de agosto de 1957, e as disposições em contrário.

Art. 80. As folhas em branco dos livros de registro das "Cédulas de Crédito Rural" sob o imperio da Lei nº 3.253, de 27 de agosto de 1957, serão inutilizadas, na data da vigência do presente Decreto-lei, pelo Chefe da Repartição arrecadadora federal a que pertencem, e devidamente guardados os livros.

Brasília, 14 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Severo Fagundes Gomes

Octávio Bulhões

CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA

Nº Vencimento em de de 19...

A Crs de de 19.....

pagar por esta cédula rural pignoratícia a ou à sua ordem, a quantia de

em moeda corrente, valor do crédito deferido para financiamento de

e que será utilizado do seguinte modo:

Os juros são devidos à taxa de ao ano sendo de a comissão de fiscalização

O pagamento será efetuado na praça de

Os bens vinculados são os seguintes:

CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA

Nº Vencimento em de de 19...
 Crs
 A de
 de 19..... pagar por esta cédula rural hipotecária
 a
 ou à sua ordem, a quantia de
 em moeda corrente, valor do crédito deferido para financiamento de ...

 e que será utilizado do seguinte modo:

 Os juros são devidos à taxa de ao ano

 sendo de a comissão de fiscalização

 O pagamento será efetuado na praça de
 Os bens vinculados são os seguintes:

CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA

Nº Vencimento em de de 19...
 Crs
 A de
 de 19..... pagar por esta cédula rural pignoratícia rural e hipotecária
 a
 ou à sua ordem, a quantia de
 em moeda corrente, valor do crédito deferido para financiamento de ...

 e que será utilizado do seguinte modo:

 Os juros são devidos à taxa de ao ano

 sendo de a comissão de fiscalização

 O pagamento será efetuado na praça de
 Os bens vinculados são os seguintes:

NOTA DE CRÉDITO RURAL

Nº Vencimento em.... de de 19...

Cr\$

A de

de 19.... pagar por esta Nota de Crédito Rural

..... a

..... ou à sua ordem, a quantia de

em moeda corrente, valor do crédito deferido para financiamento de ..

e que será utilizado do seguinte modo:

Os juros são devidos à taxa de ao ano

sendo de a comissão de fiscalização

O pagamento será efetuado na praça de

NOTA PROMISSÓRIA RURAL

Nº Vencimento em.... de de...

Cr\$

A de

de 19.... por esta Nota Promissória Rural, pagar a

..... ou à sua ordem na praça

de a quantia de

valor da compra que lhe fiz

..... entrega que me(nos) foi feita

dos seguintes bens de sua propriedade:

DUPLICATA RURAL

Vencimento em... de de...

Cr\$

Sr., estabelecido em

deve a, estabelecido em

a importância de

valor da compra dos seguintes bens.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

(Local e data)

(Assinatura do vendedor)

Reconheço(emos) a exatidão desta duplicata rural, na importância acima, que pagarei(emos) a ou à sua ordem, na praça de

(Local e data)

(Assinatura do comprador)

DECRETO-LEI Nº 168 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1967

Retifica dispositivos do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, no que tange a aspectos administrativos da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta;

Art. 1º — Os artigos ns. 37, 38, 136, 137, 138, 139 e 149 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966,

passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37. A administração da SUSEP será exercida por um Superintendente, nomeado pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro da Indústria e do Comércio, que terá as suas atribuições definidas no Regulamento deste Decreto-lei e seus vencimentos fixados em Portaria do mesmo Ministro.

Parágrafo único. A organização interna da SUSEP constará de seu Regimento, que será aprovado pelo CNSP"

"Art. 38. Os cargos da SUSEP somente poderão ser preenchidos me-

diante concurso público de provas, ou de provas e títulos, salvo os da direção e os casos de contratação, por prazo determinado, de prestação de serviços técnicos ou de natureza especializada.

"Parágrafo único. O pessoal da SUSEP reger-se-á pela legislação trabalhista e os seus níveis salariais serão fixados pelo Superintendente, com observância do mercado de trabalho, ouvido o CNSP."

Art. 136. Fica extinto o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização (DNSPC), da Secretaria do Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio; cujo acervo e documentação passarão para a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)."

§ 1º. Até que entre em funcionamento a SUSEP, as atribuições a ela conferidas pelo presente Decreto-lei continuarão a ser desempenhadas pelo DNSPC.

§ 2º. Fica extinto, no Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio, o cargo em comissão do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, símbolo 2-C.

§ 3º. Serão considerados extintos, no Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio, a partir da criação dos cargos correspondentes nos quadros da SUSEP, os 8 (oito) cargos em comissão do Delegado Regional de Seguros, símbolo 5-C".

"Art. 137. Os funcionários atualmente em exercício do DNSPC continuarão a integrar o Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio".

"Art. 138. Poderá a SUSEP requisitar servidores da administração pública federal centralizada e descentralizada, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens relativos aos cargos que ocuparem".

"Art. 139. Os servidores requisitados antes da aprovação, pelo CNSP, do Quadro de Pessoal da SUSEP, poderão nele ser aproveitados, desde que consultados os interesses da Autarquia e dos Servidores".

"Parágrafo único. O aproveitamento de que trata este artigo implica na aceitação do regime de pessoal da SUSEP devendo ser contado o tempo

de serviço, no órgão de origem, para todos os efeitos legais."

"Art. 149. O Poder Executivo regulamentará este Decreto-lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, vigorando idêntico prazo para a aprovação dos Estatutos do IRB".

Art. 2º. Este Decreto-lei terá a mesma vigência dada ao Decreto-lei número 73, de 21 de novembro de 1966."

Brasília, 14 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Luiz Marcello Moreira de Azevedo

DECRETO-LEI Nº 169 DE 14 DE
FEVEREIRO de 1967

Reduz aliquotas do imposto de importação e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º, do artigo 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º. As aliquotas do imposto de importação de que trata a Tarifa das Alfândegas que acompanha a Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, e o Decreto-lei nº 63, de 21 de novembro de 1966, passam a vigorar com uma redução linear de 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. A mesma redução de 20% (vinte por cento) é aplicada sobre as aliquotas convencionais das mercadorias constantes da Lista Nacional do Brasil na ALALC.

Art. 2º. O disposto no artigo 1º não revoga os artigos 2º e 6º do Decreto-lei nº 63, de 21 de novembro de 1966.

Art. 3º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 170. — DE 15 DE
FEVEREIRO DE 1967

Altera a Lei Orçamentaria sem aumento de despesa.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional numero 4, e tendo em vista o disposto no art. 9º, da Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966;

Considerando que, pelo Decreto número 59.451, de 3 de novembro de 1966, foi extinto o Serviço de Cooperação e Assistência Educacionais, do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Cultura;

Considerando, também, que, quase na mesma oportunidade, pelo Decreto nº 59.667, de 5 de dezembro de 1966, foi criada, no mesmo Ministério, a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação Assistemática;

Considerando, ainda, que, à essa época, não seria mais possível qualquer alteração no projeto que resultou na Lei nº 5.189, acima citada; e

Considerando, finalmente o alcance sócio-educacional daquela Comissão e o seu objetivo de promover a execução do estabelecido no Plano Complementar ao Plano Nacional de Edu-

cação, elaborado pelo Conselho Federal de Educação, decreta:

Art. 1º Fica transferida no Orçamento do Ministério da Educação e Cultura a verba no valor de Cr\$... 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros) consignada na Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1967, destinada a Atividade 04.01.2.0835 — Serviço de Cooperação e Assistência Educacionais — Unidade Orçamentaria 04.03.11 — Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura, extinto pelo Decreto nº 59.451 de 3 de novembro de 1966, para a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação Assistemática instituída no Departamento Nacional de Educação — Ministério da Educação e Cultura, pelo Decreto nº 59.667, de 5 de dezembro de 1966.

Art. 2º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 171 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1967

Altera, sem aumento de despesas, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Parágrafo 2º do Artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-Lei:

Art. 1º Fica alterada sem aumento de despesa a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966 na forma a seguir discriminada:

4.06.10 — Ministério da Educação e Cultura	
4.06.17 — Diretoria do Ensino Superior (Órgãos Dependentes)	Cr\$ 1.000
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.1.0.0 — Investimentos	
Onde se lê:	
4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial.....	2.309.900
Leia-se:	
4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial	Cr\$ 1.000
Y.05 — Fundo Nacional do Ensino Superior	
W.03 — Universidade Federal do Rio de Janeiro	775.000
W.06 — Universidade Federal de Goiás	52.000

W 07 — Universidade Federal Fluminense	20.000
W 09 — Universidade Federal de Juiz de Fora	10.000
W 10 — Universidade Federal de Minas Gerais	90.000
W 12 — Universidade Federal da Paraíba	22.000
W 14 — Universidade Federal de Pernambuco	650.000
W 16 — Universidade Federal do Rio Grande do Sul	200.000
W 20 — Universidade Federal de Santa Catarina	50.000
W 45 — Escola de Minas da Curt. Preto	400.000
W 22 — Universidade Federal de São Paulo, com sede em São Carlos	40.000
Total	2.369.000

Art. 2º C present. Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Raymundo Moniz de Aragão.

DECRETO-LEI Nº 172 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a transferência de dotações orçamentárias para o Conselho Federal de Cultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, decreta:

Art. 1º As dotações consignadas, no Orçamento Geral da União para o corrente exercício (Lei nº 5.189, de 8-12-1966), ao Conselho Nacional de Cultura ficam automaticamente transferidas ao Conselho Federal de Cultura, criado pelo Decreto-lei nº 74, de 21 de novembro de 1966.

Art. 2º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 15 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO.
Raymundo Moniz de Aragão.

DECRETO-LEI Nº 173 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre os recursos financeiros para a manutenção, no exercício financeiro de 1967 do Instituto Nacional do Cinema, entidade autárquica, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 9º, § 2º do Ato Institucional nº 4, decreta:

Art. 1º A manutenção do Instituto Nacional do Cinema, entidade autárquica, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, correrá, no exercício financeiro de 1967, à conta:

I — do saldo do crédito especial aberto pelo art. 39, do Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966; e

II — das verbas consignadas no Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1967 aprovado pela Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, e especificadas no Subanexo 4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura — 4.06.24 — Instituto Nacional do Cinema Educativo.

Art. 2º A movimentação das verbas mencionadas no item II, do artigo anterior, será feita:

I — pelo Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura (Divisão do Pessoal), em relação à dotação orçamentária consignada na Categoria Econômica:

- 3.0.0.0 — Despesas Correntes
- 3.1.0.0 — Despesas de Custeio
- 3.1.1.0 — Pessoal
- 3.1.1.1 — Pessoal Civil

01.00 — Vencimentos e vantagens fixas; e

- 3.2.0.0 — Transferências Correntes
- 3.2.5.0 — Salário-família
- 01.00 — Pessoal Civil.

Para atender a pagamentos de vencimentos e vantagens fixas e salário-família, no corrente exercício aos servidores a que se refere o artigo

31 § 2º, do Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966; e

II — pelo Presidente do Instituto Nacional do Cinema, em relação as demais verbas e saldo a que se refere o item I, do artigo anterior, obedecendo ao disposto no art. 14. do Decreto-lei nº 43, de 18 de novembro de 1966.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Raymundo Moniz de Aragão.

DECRETO-LEI Nº 174 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1967

Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966, que dispõe sobre as promoções de oficiais da ativa da Aeronáutica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o presente Decreto-lei:

Art. 1º O § 4º do art. 12, a letra "b" do nº 2 do art. 20, e os artigos 27 e 30, "caput", da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12.

§ 4º Os Quadros de Acesso por merecimento são constituídos por um quarto do número de oficiais constantes dos correspondentes Quadros de Acesso por antiguidade e selecionados dentre esses, pela Comissão de Promoções.

Art. 20.

2 —

b) Cogitado para integrar Quadros de Acesso, na forma desta Lei, contando no mínimo 20 (vinte) anos de efetivo serviço, não possuir diploma de curso exigido como requisito para acesso, esgotadas as possibilidades de obtê-lo.

Art. 27. As vagas de cada posto e quadro, correspondentes às cotas de antiguidade, serão preenchidas pela

promoção dos oficiais, de acordo com a ordem de colocação dos mesmos no Quadro de Acesso por antiguidade.

Art. 30. As vagas de cada posto e quadro correspondentes às cotas de merecimento, serão preenchidas pela promoção dos oficiais, de acordo com a ordem de colocação dos mesmos no Quadro de Acesso por merecimento."

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Eduardo Gomes

DECRETO-LEI Nº 175 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial que menciona, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.558.280.000 (três bilhões, quinhentos e cinquenta e oito milhões, duzentos e oitenta mil cruzeiros) para atender, nos exercícios de 1967 e 1968, as despesas necessárias ao preparo, instalação e funcionamento, em setembro do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro, da XXII Reunião das Juntas de Governadores do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Corporação Financeira Internacional, Associação Internacional de Desenvolvimento e Fundo Monetário Internacional.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior será considerado automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º O Banco Central da República do Brasil executará os serviços referentes à instalação e realização da Reunião Conjunta mencionada no

art. 1º, podendo, para este fim, contratar obras, adquirir materiais e bens, admitir pessoal especializado e trabalhadores temporários, bem como realizar outras despesas, com dispensa de qualquer forma de licitação.

Art. 4º O Banco Central da República do Brasil transferirá ao fim do conclave, para o Departamento Federal de Compras os bens e materiais que tiverem sido adquiridos nos termos do art. 2º do presente Decreto-Lei e estejam em condições de uso e aproveitamento pelas repartições públicas, promovendo o Departamento Federal de Compras a sua entrega às repartições que os requisitarem, mediante dedução nas dotações próprias e transferência das respectivas importâncias para crédito da União.

Parágrafo único. O valor dos referidos bens será calculado pelo preço constante das respectivas notas de compra.

Art. 5º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a fazer a necessária contenção de despesas em importância correspondente ao saldo não compensado nas condições do artigo precedente.

Art. 6º O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 176 — DE 15 DE
FEVEREIRO DE 1967

Modifica o § 1º do art. 28 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966 e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º A permissão constante dos §§ 1º e 2º do art. 28 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, vigorará pelo prazo máximo de dois anos, a contar da vigência do presente Decreto-lei.

Art. 2º O § 1º do art. 28 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

§ 1º Os ocupantes dos cargos provisórios de Agente Fiscal de Rendas Internas poderão ser localizados, provisoriamente, nos Estados classificados nas 2ª e 3ª categorias, bem como no interior dos de 1ª, observadas as seguintes normas:

I — a localização acima referida não assegurará aos respectivos servidores quaisquer vantagens ou direitos que lhes não caibam em função do seu nível;

II — os atuais funcionários lotados nos Estados de 3ª, 2ª e 1ª categorias poderão ser designados pelo Diretor do Departamento de Rendas Internas, no interesse da administração, para servirem em caráter provisório, nos Estados classificados na 1ª categoria e na Especial;

III — a posse dos servidores nomeados para os cargos provisórios, de que trata este artigo, será dada onde a administração julgar conveniente.

Art. 3º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 177 — DE 16 DE
FEVEREIRO DE 1967

Altera o Decreto-lei nº 81 de 21 de dezembro de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do artigo 9º do Ato Institucional número 4 de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º O artigo 35 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 35. Ressalvadas as exceções constantes de disposição expressa de lei, bem como os casos de acumulação lícita, os servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, da administração Centralizada e das Autarquias, não poderão receber, no País, mensalmente, dos cofres públicos, im-

portância total superior a 90% (noventa por cento) dos vencimentos fixados para os Ministros de Estado, nas tabelas anexas.

§ 1º Ficam excluídas do limite acima estipulado as seguintes vantagens:

- a) salário-família;
- g) gratificação adicional por tempo de serviço;
- c) gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva;
- d) diárias e ajuda de custo previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União;
- e) indenizações previstas no Título II, Parte Primeira do Código de Vencimentos dos Militares.

§ 2º Não se aplica igualmente o disposto neste artigo à participação em multas ou no produto de leilão de mercadorias e às percentagens sobre a cobrança da dívida ativa da União pagas pelos devedores.

§ 3º Para os funcionários em regime de remuneração, é mantido, até 30 de junho de 1967, o teto de Cr\$ 1.116.900 (hum milhão, cento e dezesseis mil e novecentos cruzeiros), ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 4º A soma das participações, gratificações e demais vantagens previstas no § 2º deste artigo está sujeita a limite a ser fixado por decreto do Poder Executivo e que não poderá ser excedido em caso algum ou sob qualquer fundamento."

Art. 2º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Zilmar de Araripe Macedo

Ademar de Queiroz

Manoel Pio Corrêa

Octavio Bulhões

Juarez Távora

Severo Fagundes Gomes

Raymundo Moniz de Aragão

L. G. do Nascimento e Silva

Eduardo Gomes

Raymundo de Britto

Luiz Marcello Moreira de Azevedo

Mauro Thibau

Edmar de Souza

João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 178 — DE 16 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a cessão de imóveis da União Federal para as finalidades que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Por ato do Governo e a seu critério, poderão ser cedidos, gratuitamente, ou em condições especiais, sob qualquer dos regimes previstos no Decreto-lei nº 9.760, de 5-9-1946, imóveis da União, aos Estados, aos Municípios, a entidades educacionais, culturais ou de finalidades sociais, e, em se tratando de aproveitamento econômico de interesse nacional que mereça tal favor, a pessoa física ou jurídica.

Parágrafo único — A cessão se fará autorizada por decreto do Presidente da República e se formalizará mediante termo ou contrato, do qual expressamente constarão as condições estabelecidas e tornar-se-á nula, independentemente de ato especial se ao imóvel, no todo ou em parte, for dada aplicação em divergência com o previsto no decreto autorizativo e consequente termo ou contrato.

Art. 2º O decreto de cessão poderá:

a) autorizar a alienação de frações ideais do domínio pleno ou do domínio útil do terreno cedido com a finalidade de obter recursos para a execução dos objetivos da cessão, inclusive para a construção de edificações que pertencerão, no todo ou em parte, ao cessionário.

b) autorizar a hipoteca de parte de frações ideais do domínio pleno ou do domínio útil do terreno cedido e benfeitorias eventualmente aderidas, com as finalidades referidas na alínea a.

c) autorizar a locação ou o arrendamento de partes do imóvel cedido e benfeitorias eventualmente aderidas, desnecessárias ao uso imediato do cessionário.

d) isentar o cessionário do pagamento de foro enquanto o domínio útil do terreno fizer parte do seu patrimônio e de laudêmios nas transferências de domínio útil de que trata este artigo.

Art. 3º O decreto de cessão fixará prazo para que se concretize a destinação nêla prevista.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 179 — DE 16 DE
FEVEREIRO DE 1967

Autoriza a instituição da Fundação Interestadual para o Desenvolvimento dos Vales do Tocantins-Araguaia e Paraguaí-Cuiabá (FIRTOP) e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o § 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve:

Art. 1º Fica o Governo Federal autorizado a instituir, conjuntamente com o Distrito Federal e os Estados do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso, integrantes da atual Comissão Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins (CIVAT), uma fundação denominada Fundação Interestadual para o Desenvolvimento dos Vales do Tocantins-Araguaia e Paraguaí-Cuiabá (FIRTOP).

§ 1º A União Federal será representada, no ato da instituição da Fundação, pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, que poderá designar representante.

§ 2º Os Estados-membros da CIVAT e o Distrito Federal providenciarão, junto às Assembleias Legislativas respectivas, a autorização para co-instituírem a Fundação, nos termos deste Decreto-Lei.

§ 3º Os Estados-membros da CIVAT providenciarão, de igual forma, a extinção da Comissão Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins e a transferência, à FIRTOP, da parte ideal de cada um deles, na CIVAT.

Art. 2º A Fundação terá sede e fóro na cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás e jurisdição sobre as áreas compreendidas nas bacias dos

rios Tocantins-Araguaia e Paraguaí-Cuiabá, esta última, na parte que interessa ao Estado de Mato Grosso, dentro dos seus limites territoriais.

Art. 3º A União, o Distrito Federal e os Estados co-instituidores, nos termos do art. 4º, estabelecerão no seu orçamento dotação destinada a suprir a Fundação dos recursos correspondentes à contribuição que lhes for fixada.

Parágrafo único. A falta de pagamento das contribuições por parte dos membros da Fundação acarretará a privação do direito de voto no Conselho Deliberativo e a suspensão temporária de obra ou investimento em execução, que interesse direta e exclusivamente ao membro inadimplente, até que se normalize a situação.

Art. 4º O patrimônio da Fundação será constituído:

a) pelo acervo da Comissão Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins (CIVAT);

b) pelas dotações orçamentárias da União, do Distrito Federal e dos Estados co-instituidores, nos termos do artigo anterior;

c) por subvenções da União, dos Estados co-instituidores, do Distrito Federal e dos Municípios da área que lhe é jurisdicionada;

d) por doações de autarquias, sociedades de economia mista e de entidades de direito público, ou privado, nacionais ou estrangeiras e, ainda, de organismos internacionais;

e) pelas suas rendas eventuais, inclusive as resultantes das prestações de serviços.

Parágrafo único. Os bens, rendas e serviços da Fundação serão isentos de quaisquer impostos federais, estaduais ou municipais, nos termos do parágrafo segundo do artigo 20 da Constituição Federal.

Art. 5º A Fundação tem como finalidades:

a) promover a execução de levantamentos, pesquisas, estudos ou análises visando ao conhecimento dos recursos de água e solo e à solução dos problemas das áreas compreendidas nas bacias dos rios Tocantins-Araguaia e Paraguaí-Cuiabá;

b) promover a elaboração de projetos visando ao aproveitamento integrado e à ocupação racional daquelas áreas, bem como sua integração na economia nacional;

c) estimular a iniciativa privada em empreendimentos de interesse para o desenvolvimento regional;

d) concorrer para melhoria das condições de vida das populações das bacias sob sua responsabilidade;

e) concorrer para a adoção de técnicas adequadas na exploração de recursos naturais renováveis;

f) concorrer para a formação de mão-de-obra especializada.

g) promover a obtenção de cooperação financeira e assistência técnica externas.

Art. 6º. A Fundação será dirigida, nos termos que os Estatutos estabelecerem, pelos seguintes órgãos:

a) Conselho Deliberativo.

b) Presidente.

c) Secretário-Geral.

d) Conselho Fiscal.

§ 1º. O Conselho Deliberativo será composto de um representante do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, que o presidirá, do Presidente da FIRTOP, de um representante do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, do Presidente da Fundação Brasil Central, do Superintendente do Desenvolvimento da Amazônia, dos Governadores dos Estados-membros, do Prefeito do Distrito Federal e de um representante do Estado-Maior das Forças Armadas.

§ 2º. O Presidente e o Secretário-Geral serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, e livremente demissíveis.

§ 3º. O Conselho Fiscal, que terá mandato fixado pelos Estatutos, será composto por três profissionais de contabilidade ou administração financeira, de reconhecida competência e idoneidade, designados pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

Art. 7º. Os Estatutos conterão cláusula que permita a formação de uma Comissão de Recursos Externos, com a finalidade de planejar as possibilidades de obtenção de cooperação financeira e assistência técnica-externas, sempre em caráter suplementar e com subordinação aos planos de desenvolvimento traçados pelo Governo Brasileiro.

Art. 8º. As atividades de Fundação orientar-se-ão por um Plano Di-

retor Plurianual, abrangendo pelo menos um triênio.

§ 1º. O Plano Diretor será anualmente revisto e reajustado, acrescentando-se-lhe as previsões e diretrizes de mais um ano, de modo a assegurar a projeção continua dos períodos.

§ 2º. O Primeiro Plano Diretor da FIRTOP tomará por base o atual Plano Diretor da CIVAT.

Art. 9º. O Plano Diretor da FIRTOP deverá compatibilizar-se com as diretrizes e planos de desenvolvimento regional adotados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e pela Fundação Brasil Central.

Art. 10. A Fundação poderá efetuar operações de crédito no País ou no Exterior, com a garantia do Tesouro Nacional, nos termos da Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966.

Art. 11. São extensivos à Fundação os privilégios da Fazenda Pública quanto à impenhorabilidade de bens, renda ou serviço, aos prazos, cobranças de crédito, uso de ações especiais, juros e custas.

Art. 12. A Compra e a alienação de bens imóveis pela Fundação deverá ser precedida de autorização do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, mediante parecer do Conselho Fiscal, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Art. 13. O Governo Federal, por intermédio do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, poderá intervir na Fundação para assegurar a indestrutibilidade do patrimônio em relação aos seus fins e a continuidade na execução do Plano Diretor, sem prejuízo do exercício das atribuições do Ministério Público.

Art. 14. No prazo de trinta dias a contar da publicação deste Decreto-lei, o Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, ouvidos os demais instituidores, enviará à aprovação do Presidente da República o projeto dos Estatutos.

Art. 15. Compete ao órgão do Ministério Público Federal sediado em Goiânia, exercer, em relação à FIRTOP, as atribuições fiscalizadoras previstas em lei.

Art. 16. No caso de extinção da Fundação, o seu acervo será incorporado à Fundação Brasil Central.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, o crédito especial de NCr\$ 125.000 (cento e vinte e cinco mil cruzeiros novos), destinado a constituir, no exercício de 1967, a dotação da União Federal a FIRTOP.

Art. 18. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
João Gonçalves de Souza
Octávio Bulhões
Edmar de Souza

DECRETO-LEI Nº 180 — DE 16 DE FEVEREIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial que menciona, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 742.250.000 (setecentos e quarenta e dois milhões e duzentos e cinquenta mil cruzeiros) para atender, a título de auxílio, nos exercícios de 1967 a 1968, a despesas com a complementação das obras básicas no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a que

se refere a Lei nº 4.976, de 11 de maio de 1966, e ainda para construção, no mesmo imóvel, de divisões internas fixas e adaptações, para aquisição de materiais e equipamentos, realização de serviços diversos e encargos de administração e manutenção do mesmo Museu, a fim de prepará-lo para nele instalar-se e funcionar a XXII Reunião das Juntas de Governadores do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, das entidades ao mesmo filiadas e do Fundo Monetário Internacional, a realizar-se em setembro do corrente ano na cidade do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. As benfeitorias e serviços que tiverem sido realizados com os recursos do crédito a que alude este artigo passarão a fazer parte integrante do patrimônio do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior será considerado automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a fazer a necessária contenção de despesas em importância correspondente ao crédito especial aberto nos termos deste Decreto-lei.

Art. 4º O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 181 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1967

Dá nova denominação à atual Escola Técnica Federal da Guanabara.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Passa a denominar-se Escola Técnica Federal "Celso Suckow da Fonseca" a atual Escola Técnica Federal da Guanabara, integrante da rede de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 17 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Raymundo Mouiz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 182 — DE 20 DE
FEVEREIRO DE 1967

Acrescenta parágrafo único ao art. 16 da Lei nº 3.222, de 21 de julho de 1957, alterado pela Lei nº 5.176, de 1º de dezembro de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º Fica acrescido ao art. 16 da Lei nº 3.222, de 21 de julho de 1957, alterado pela Lei nº 5.176, de

1º de dezembro de 1966, parágrafo único com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Por proposta do Ministro da Guerra, sempre que julgar necessário, poderá ser reduzido ou aumentado, por decreto, de até 50% o interstício de permanência na graduação, previsto no item III deste artigo”.

Art. 2º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ademar de Queiroz

DECRETO-LEI Nº 183 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1967

Retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, § 1º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º Fica alterada, sem aumento de despesas, a Lei 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1967, na forma a seguir discriminada:

4.06.06 — Ministério da Educação e Cultura	
4.06.10 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.2.0.0 — Transferências Correntes	
3.2.9.0 — Diversas Transferências Correntes	
Onde se lê:	
3.2.9.5 — Pessoas	Cr\$ 1 600
3) Indenizações Trabalhistas	25.500
Leia-se:	
3.2.9.5 — Pessoas	
1) Auxílio Doença	20 000
3) Indenizações Trabalhistas	5.500
4.06.11 — Departamento Nacional de Educação	
Onde se lê:	
04.03.2.0846 — Auxílios a Estabelecimentos de Ensino, Entidades e Atividades Culturais	2.753 591
04.03.2.0850 — Expansão da Rede de Ensino Médio, no Distrito Federal, para estabelecimentos públicos e particulares, de acordo com Plano Nacional de Educação	1.300.000
Leia-se:	
04.03.2.0846 — Auxílios a Estabelecimentos de Ensino, Entidades e Atividades Culturais	3.154 531
04.03.2.0850 — Expansão da Rede de Ensino Médio, no Distrito Federal, para estabelecimentos públicos e particulares, de acordo com o Plano Nacional de Educação	899 000

4.06.22 — Serviço de Radiodifusão Educativa

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.1.0.0 — Investimentos

Onde se lê:

4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial 30.000

4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações 133.000

Leia-se:

4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial 135.000

4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações 128.000

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 184 — DE 21 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão, no Conselho Federal de Cultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, decreta:

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal — Parte Permanente, do Ministério da Educação e Cultura, 4 (quatro) cargos de provimento em comissão, símbolo 4-C, de Secretário de Câmara do Conselho Federal de Cultura.

Art. 2º A despesa decorrente do disposto no artigo anterior, bem como os vencimentos do cargo de Secretário Geral do Conselho Federal de Cultura, símbolo 2-C, criado pelo artigo 5º do Decreto-lei nº 74, de 21 de novembro de 1966, correrão à conta de crédito especial aberto.

Art. 3º Este Decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 185 — DE 23 DE
FEVEREIRO DE 1967

Estabelece normas para contratação de obras e para revisão de preços em contratos de obras ou serviços a cargo do Governo Federal.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do art. 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º Respeitados os orçamentos aprovados para os órgãos públicos, estes só poderão contratar obras que reúnam previamente os seguintes requisitos:

a) existência de um projeto de engenharia completo e aprovado pela autoridade competente. Este projeto deverá ter todos os seus elementos devidamente qualificados e quantificados, de modo que seja possível a elaboração de orçamento parcial e total da obra;

b) existência de cronograma físico-financeiro de execução de acordo com o projeto de engenharia, definido na alínea anterior, devendo o cronograma financeiro ser expresso em preços constantes;

c) existência de recursos financeiros necessários, assegurados no orçamento do exercício e nos seguintes,

que cubram o período previsto para a execução da obra.

Parágrafo único. Excepcionalmente, no caso de obras de arte especiais, poder-se-á incluir projeto e obras num mesmo contrato, desde que se estipule só poder a construção ser iniciada depois de aprovado o projeto pela autoridade competente, e de satisfeitas as exigências das alíneas b e c deste artigo.

Art. 2º Os serviços e obras a cargo dos diversos órgãos do Governo Federal serão pagos, quando ajustados ou contratados com terceiros mediante Tabela Geral de Preços Unitários, variável para as diferentes regiões do País, mas idêntica para todos os órgãos.

Art. 3º A Tabela Geral de Preços Unitários será calculada, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da publicação deste decreto-lei, com base nos custos reais obtidos em serviços e obras executados em regime de administração direta por uma Comissão permanente, constituída de representantes dos diferentes órgãos de cada Ministério.

§ 1º A Comissão deverá estabelecer os novos coeficientes para os serviços a serem executados com equipamento mecânico ou por meios manuais, que serão aprovados por Portaria Ministerial.

§ 2º Enquanto não forem aprovados os coeficientes referidos no parágrafo anterior, prevalecerão os elementos componentes das tabelas em vigor que propiciarem os menores preços unitários para serviços idênticos.

§ 3º A Tabela Geral de Preços Unitários será anualmente revista, no seu todo ou em parte, ou sempre que a conjuntura recomendar.

§ 4º Poderão ser acrescentados a essa Tabela, em qualquer tempo, novos preços, impostos pela necessidade de serviços, calculados e propostos pela Comissão permanente e aprovados por Portaria Ministerial.

Art. 4º Nos contratos em vigor, na data da publicação deste Decreto-lei, os preços unitários de serviços que não constarem das tabelas vigentes serão calculados com base na composição da última tabela de preços aprovada e nos preços unitários elementares que dela participam.

Parágrafo único. Os preços a que se refere este artigo serão incorporados às tabelas indicadas nos respectivos contratos, não dando direito a reajustamento retroativo.

Art. 5º Os contratos de obras ou serviços de órgãos do Governo Federal poderão conter cláusulas de revisão de preços, desde que estipuladas, previamente, condições de revisão nos atos convocatórios das concorrências respectivas.

§ 1º Consideram-se, também, contratos de serviços os que forem celebrados para a fabricação de equipamentos pela indústria nacional.

§ 2º Na hipótese de dispensa de concorrências, os instrumentos formais correspondentes à adjudicação direta consequente poderão conter igualmente cláusulas de revisão de preços desde que previamente estabelecidas na instrução que servirá de base à dispensa de concorrência.

Art. 6º As revisões dos preços unitários contratuais ou em parte do valor global contratual serão calculadas segundo a fórmula seguinte:

$$R = 0,90 \times \frac{II - I_0}{I_0} \times V$$

R — é valor do reajustamento procurado;

I₀ — é o índice de preços verificados no mês da apresentação da proposta que deu origem ao contrato;

II — é a média aritmética dos índices mensais do período que deverá ser reajustado;

V — é o valor contratual da obra ou dos serviços a ser reajustados,

§ 1º Compete ao Ministro de Estado aprovar os índices a serem adotados nos contratos celebrados nos órgãos de administração direta e pelas autarquias sob sua jurisdição.

§ 2º Os órgãos responsáveis farão, obrigatoriamente, a medição e a classificação das obras ou serviços executados em cada período a ser reajustado, para definição dos valores dos reajustamentos e controle do cronograma de execução estabelecidos no contrato.

§ 3º Quando, no serviço contratado, a parcela relativa a materiais e equi-

pamentos incorporados, de procedência estrangeira fôr superior a 40% (quarenta por cento) no valor global inicial, o cálculo de reajustamento será feito pela mesma fórmula, adotando-se, porém, os índices correspondentes aprovados de acordo com o § 1º do presente artigo.

§ 4º Quando se tratar de contrato de "Mão-de-Obra" na execução de obras ou serviços, só serão permitidos reajustamentos quando ocorrer ônus decorrentes de ato do Estado, principalmente modificação salarial, considerando-se como índice os salários-mínimos e encargos sociais iniciais e atuais da região, e incorrendo a incidência somente na parte executada depois da revisão de preços.

§ 5º Sem prejuízo das penalidades contratuais correspondentes, quando haja atraso na execução da obra, por culpa do empreiteiro, não serão reajustados os preços dos serviços executados em desacordo com o cronograma de execução daquela.

§ 6º A posterior recuperação do atraso verificado, nos termos do parágrafo anterior, não propiciará a que se reajustem os preços do período em que ocorreu a mora.

§ 7º Os pagamentos de reajustamentos feitos de acordo com a presente lei não dependerão de termos aditivos.

§ 8º As medições finais de obras ou serviços não sofrerão reajustamentos, nelas devendo figurar, como preços unitários ou parciais, as médias ponderadas verificadas nas medições periódicas ou parciais.

Art. 7º Excluem-se da revisão de preço as parcelas correspondentes à indenização de materiais fornecidos pelo contratado e aplicados na obra, cujos custos tenham sido referidos no documento oficial relativos à compra.

Art. 8º Os contratos já vigentes, regidos pela Lei nº 4.370, de 23 de julho de 1964 ou suscetíveis de serem nela enquadrados, passarão a ter, mediante aditamento os seus preços reajustados de acordo com a presente lei.

Art. 9º Os contratos celebrados ou a celebrar pelas autarquias, após aprovação pelos respectivos órgãos deliberativos, independem de registro

prévio no Tribunal de Contas da União, ao qual serão remetidos, conjuntamente com a prestação de contas, nos termos do art. 77, II, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para os órgãos autárquicos ou não, que ainda não possuam órgãos deliberativos, caberá a aprovação dos contratos ao Ministro de Estado.

Art. 10. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, particularmente a Lei nº 4.370, de 23 de julho de 1964.

Brasília, 23 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Távora

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 186 — DE 23 DE
FEVEREIRO DE 1967.

Incorpora o Instituto Borges da Costa à Universidade Federal de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7-de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica o Instituto Borges da Costa com sede em Belo Horizonte, incorporado à Universidade Federal de Minas Gerais.

§ 1º A incorporação do patrimônio do Instituto far-se-á mediante escritura pública, sem qualquer ônus para a União;

§ 2º O aproveitamento do pessoal do Instituto será feito a juízo da Universidade Federal de Minas Gerais e de acordo com a legislação trabalhista.

Art. 2º O Instituto incorporado passa a denominar-se Hospital Borges da Costa, passando a integrar o setor hospitalar da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

Art. 3º O Hospital Borges da Costa manterá suas finalidades de educação sanitária, assistência, ensino e pesquisa no campo da cancerologia.

Art. 4º Os auxílios, verbas e subvenções federais, destinados, no corrente exercício, à entidade incorporada, são transferidos à Universidade Federal de Minas Gerais; nos exercícios seguintes, os recursos para seu custeio serão incluídos na proposta orçamentária da mesma Universidade.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 187 — DE 23 DE
FEVEREIRO DE 1967

Concede pensão especial à cidadã portuguesa Mary Crispim Galvão, servidora da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º É concedida pensão mensal especial, em cruzeiros, equivalente a três vezes o maior salário-mínimo vigente no País, à cidadã portuguesa Mary Crispim Galvão, servidora desde 1941, da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior.

Parágrafo único — A pensão será calculada fazendo-se a conversão ao câmbio pelo qual são escrituradas as operações de receita e despesa daquela Delegacia, a qual poderá efetuar o respectivo pagamento em cruzeiros, sempre que os interesses do País assim o aconselharem.

Art. 2º O pagamento da pensão de que trata esta Lei correrá à conta da dotação orçamentária própria do Ministério da Fazenda, distribuindo-se à citada Delegacia, no início de cada exercício financeiro, o crédito respectivo.

Art. 3º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 188 — DE 23 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a aplicação da correção do registro contábil do valor original dos bens do ativo imobilizado do capital das empresas concessionárias dos serviços portuários.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, e

Considerando que, nas concessões portuárias, a empresa concessionária utiliza capitais investidos por ela própria, além de capitais investidos pela União ou órgãos públicos, quer diretamente quer por intermédio de Fundos especiais;

Considerando que a parte de investimentos pela concessionária constitui o capital inicial reconhecido e respectivos capitais adicionais;

Considerando que, tão-somente, em 10 de julho de 1958, na Lei nº 3.421, no § 2º do seu art. 17, ficou previsto que, no custo do serviço era de ser computada uma importância anual, correspondente a uma percentagem de custo de reposição dos bens e instalações depreciáveis;

Considerando que, até aquela data, apesar de inexistir, especificamente, esse fundo de reposição, foi mantida a integridade dos bens e instalações utilizados nos serviços portuários bem como foram aqueles restaurados ou substituídos, nos casos de desgaste, destruição, insuficiência ou obsolescência;

Considerando que, não obstante o previsto no § 2º do art. 17 acima referido, até hoje não foi iniciada a constituição do fundo de reposição ali estabelecido;

Considerando que, a correção do registro contábil do valor original dos bens do ativo imobilizado conforme estipulado no art. 57, da Lei nº 3.470,

de 1958, e nos arts. 3.º a 6.º da Lei nº 4.357, há de atender aos princípios e às normas fixadas pelo Decreto número 47.373-59, e demais normas regulamentares aplicáveis às empresas em geral;

Considerando que, no caso das empresas concessionárias dos serviços portuários, a correção do registro contábil, baseando-se em critérios análogos àqueles outros, deve atender às peculiaridades da exploração dos serviços portuários;

Considerando que a lei permite às concessionárias dos serviços portuários, retribuição anual de 10% do capital reconhecido, ou seja, da parte investida pela própria concessionária;

Considerando que os bens da concessionária reverterão à União Federal, uma vez terminada a concessão;

Considerando que a parte de investimentos feitos pelo Poder Concedente, atende de muito às eventuais reparações das instalações e equipamentos;

Considerando que nos termos do artigo 11 da Lei nº 3.421, de 1.º de julho de 1958, os recursos do Fundo Portuário Nacional são aplicados pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, em obras, aquisições ou serviços destinados ao melhoramento, à construção de obras portuárias ou sua expansão, além de serem aplicados no aparelhamento de portos, instalações portuárias bem como em aquisição do equipamento de dragagem e em serviço de dragagem;

Considerando que o Decreto 54.295, de 23 de setembro de 1964, não atendendo às referidas peculiaridades dos serviços portuários deixou de adotar normas análogas àquelas fixadas pelo Ministério da Fazenda para as empresas em geral;

Considerando que inexistente dispositivo legal permitindo a correção monetária do valor original do bem que não seja ativo imobilizado;

Considerando o interesse nacional e as peculiaridades das normas que regem a concessão dos serviços portuários, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1.º Declara nulos e sem nenhum efeito as disposições do Decreto nú-

mero 54.295, de 23 de setembro de 1964, que equiparam "investimento feito no porto pela respectiva concessionária a capital imobilizado desta", e ativo imobilizado de capital da concessionária ao próprio capital da concessão (capital inicial e adicionais.)"

Art. 2.º Nulo, é também, qualquer ato administrativo pelo Poder Concedente ou pelos órgãos do Poder Executivo, centralizados ou descentralizados, com base na equiparação a que se refere o artigo anterior, inclusive aquele relativo a aumento de capital e a tomada de contas das empresas concessionárias dos serviços portuários.

Art. 3.º O Poder Executivo no prazo de 15 (quinze) dias, regulamentará a presente lei, bem como a aplicação do art. 57 da Lei nº 3.470 de 1958 às empresas concessionárias dos serviços portuários, sendo constituída no Ministério da Viação e Obras Públicas, comissão integrada pelo representante do mesmo Ministério que será o presidente, por um representante do Ministério da Fazenda, um do Ministério do Planejamento e um do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, incumbida de, considerando as peculiaridades das concessões em causa, propor aquela regulamentação, bem como apresentar normas para sua aplicação.

§ 1.º Na regulamentação a que se refere este artigo ficará previsto o atendimento às normas da Lei número 3.470 de 1958 equiparado o financiamento por órgãos estatais ao empréstimo de que trata a alínea b do art. 57 da referida lei, além de ser estabelecido que, do valor do ativo imobilizado do capital das concessionárias serão, antes de qualquer correção monetária, deduzidos os valores dos bens alienados pela mesma até à data da respectiva correção.

§ 2.º Serão dequizados ainda, após devidamente corrigidos, entre outros, os valores correspondentes a investimentos feitos no porto, pelo Poder Concedente, quer diretamente quer por órgão descentralizado, inclusive fundos especiais, visando à reposição substituição ou conservação de bens integrantes do ativo imobilizado das concessionárias dos serviços portuários, levando-se em consideração a depreciação respectiva dos mesmos bens.

Art. 4º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Távora

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 189 — DE 24 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a taxa de câmbio a que se refere o parágrafo único do Decreto-lei nº 37, de 18.11.1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º A taxa de câmbio a que se refere o parágrafo único do art. 24 do Decreto-lei 37, de 18 de novembro de 1966, é fixada com base no valor de NC\$ 2,70 por dólar norte-americano ou seu equivalente em outras moedas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo vigorará até o mês de maio de 1967, inclusive, ficando, a partir dessa data, restabelecida a norma prevista no parágrafo único do art. 24 do Decreto-lei 37, de 18 de novembro de 1966.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 190 — DE 24 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre o despacho de embarcações e dá outras providências

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, § 2º, do Ato Instituo-

nal nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º Qualquer embarcação brasileira, com emprêgo autorizado na cabotagem, respeitadas as disposições legais ou regulamentares não revogadas, explicitamente, pela presente lei, pode sair de qualquer porto nacional, a qualquer hora do dia ou da noite, quando estiver despachada pela autoridade competente.

Art. 2º A embarcação brasileira será despachada apenas na Capitania dos Portos ou Órgão subordinado onde for iniciada a viagem, mediante apresentação de:

I — Rol de Equipagem, Lista de Tripulantes e respectivas cadernetas-matricula;

II — Lista de Passageiros e Manifesto de carga;

III — Cartão de Lotação, Certificados de Vistorias e de Segurança;

IV — Provisão de Registro averbada com o nome e categoria do Comandante;

V — Diário de Navegação;

VI — Linha do navio ou autorização para viagem extraordinária, emitidas pela autoridade competente;

§ 1º Os demais documentos previstos na legislação permanecerão a bordo e deverão ser apresentados quando julgado necessário pela autoridade competente.

§ 2º Nos portos de escala em que não haja alteração de tripulantes ou de passageiros, o Comandante ou seu preposto dará a Parte de Entrada e de Saída, na Capitania dos Portos ou Órgão subordinado, na forma regulamentar em vigor, apresentando o Rol de Equipagem, o Manifesto de carga e o Diário de Navegação, a fim de nêles serem lançados os "Vistos." Havendo alteração de tripulantes ou de passageiros serão, quanto aos primeiros, efetuados os contratos ou distratos na forma regulamentar em vigor e, quanto aos segundos, apresentadas as listas de embarques ou desembarques.

§ 3º Não obstante o despacho da embarcação ser feito apenas pela Capitania dos Portos ou Órgão subordinado, a Comissão de Marinha Mercante, no exercício de suas atribuições, poderá exigir da embarcação a apresentação dos documentos que julgar necessários.

Art. 3º O despacho da embarcação será feito por termo lavrado no Rol de Equipagem, desde que a mesma esteja inscrita para realizar a viagem programada, dentro dos limites de sua inscrição e linha, ou viagem extraordinária, autorizadas pela Comissão de Marinha Mercante.

Parágrafo único. O Termo de Despacho e os "Vistos" lavrados no Rol de Equipagem, de conformidade com os arts. 2º e 3º d'este decreto-lei substituem, para todos os efeitos o Passe de Saída de que trata o art. 150 do Regulamento do Tráfego Marítimo.

Art. 4º Em qualquer porto de escala, o Capitão dos Portos, ou autoridade a elle subordinada, poderá requisitar a apresentação dos documentos que julgar necessários, bem como fazer na embarcação as verificações que julgar convenientes, no interesse de sua segurança, da dos tripulantes e passageiros ou relativas ao cumprimento de disposições legais.

Art. 5º O armador, agente ou consignatário da embarcação, informará, por escrito, à Comissão de Marinha Mercante ou à sua representação no porto, a entrada e saída da embarcação brasileira a elle consignada, a estadia no porto e as causas da demora.

Parágrafo único. A Comissão de Marinha Mercante promoverá a responsabilidade do armador que não obedecer às linhas de sua autorização e aplicará as punições previstas na legislação.

Art. 6º A embarcação cuja estadia em porto de escala se der em período fora do horário do funcionamento da Capitania, poderá ser por esta autorizada a sair, através de "Visto" no documento em que tal ocorrência fór previamente comunicada à Capitania dos Portos.

§ 1º No primeiro porto de escala, deverá o Comandante da embarcação, ou seu preposto, apresentar ao Capitão dos Portos o "Visto" emitido no documento mencionado neste artigo.

§ 2º As declarações a que se refere o artigo 138 do Regulamento para o Tráfego Marítimo, bem como cópia do Manifesto de Carga, deverão ser entregues na Capitania pelo representante do armador, no primeiro dia

útil que se seguir à saída da embarcação.

Art. 7º O Capitão dos Portos ou Delegado das Capitánias, no interesse da Segurança da Navegação, do Tráfego Marítimo ou da Segurança Nacional, poderá impedir a saída, a entrada ou a permanência de embarcação nos portos de sua jurisdição, disso dando ciência às autoridades navais competentes.

Art. 8º No interesse da fiscalização aduaneira, a Alfândega poderá solicitar do Capitão dos Portos ou Delegado das Capitánias a retenção da embarcação pelo tempo necessário às diligências regulamentares.

Art. 9º No interesse das atribuições que são conferidas por lei, a Comissão de Marinha Mercante, directamente ou por meio de suas representações nos portos, poderá solicitar do Capitão dos Portos ou Delegado das Capitánias a retenção da embarcação pelo tempo necessário às diligências regulamentares.

Art. 10. As fiscalizações ou diligências previstas neste Decreto-Lei deverão ser feitas de forma a não retardar as operações normais da embarcação, salvo motivo de força maior.

Art. 11. Quando a autoridade de saúde do porto verificar que as condições sanitárias da embarcação não são satisfatórias, comunicará, por escrito, ao Capitão dos Portos ou Delegado das Capitánias, dando as razões que desaconselham a saída, a entrada ou a permanência da embarcação no porto, podendo esta autoridade retê-la ou determinar que fique ao largo.

Art. 12. Ficam abolidos:

I — Licença anual do tráfego, expedida pela Capitania dos Portos, para as embarcações sujeitas a vistoria anual;

II — Passe de Saída da Capitania dos Portos;

III — Passe da Alfândega;

IV — Passe da Saúde dos Portos;

V — Passe do Correio;

VI — Passaporte expedido pela Alfândega;

VII — Passe da Comissão de Marinha Mercante;

VIII — Passe da Polícia Marítima.

Art. 13. Durante o processamento do Registro da Propriedade da em-

barcação, a Capitania dos Portos do local de inscrição, satisfeitas as formalidades legais e regulamentares, expedirá um documento provisório, a título precário, a fim de que possa a embarcação trafegar enquanto aguarda a emissão do Título da Propriedade, disso dando ciência ao Tribunal Marítimo.

Parágrafo único. Não havendo razões legais ou regulamentares que impliquem no cancelamento do documento provisório, terá ele, normalmente, o prazo de validade de um (1) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Do Transporte de Malas Postais

Art. 14. Os armadores ou seus prepostos devem comunicar à Repartição postal, com antecedência de até 24 horas, a hora de saída das embarcações e os portos de destino e escala.

Art. 15. A entrega das malas do Correio a bordo será feita pela repartição local, com a necessária antecedência, de modo que possam as mesmas estar estivadas, a bordo, nos lugares indicados pelo comandante da embarcação, até duas horas antes da saída da mesma.

Art. 16. Quando uma embarcação conduzir mala do Correio, o Comandante comunicará, com antecedência de até 24 horas, ao seu agente ou consignatário, o número de malas que conduz e o agente informará à Repartição postal para providenciar o desembarque.

Art. 17. As autoridades postais não poderão reter as embarcações para aguardar as malas do Correio e serão responsáveis pelo retardamento que ocorrer nos transportes das mesmas.

Art. 18. No orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas será incluída a dotação necessária ao transporte de malas postais e sua movimentação para e das embarcações.

Art. 19. O Poder Executivo disciplinará o processo de despacho e desembarque de mercadorias transportadas por cabotagem, com vistas a concentrar todos os dados necessários ao controle das diversas autoridades em um só documento.

Parágrafo único. Na regulamentação de que trata este artigo, deverá

ficar estabelecido o processo de verificação de avarias e a determinação de sua responsabilidade.

Art. 20. Ficam revogadas as disposições legais em contrário.

Art. 21. Este Decreto-Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação no *Diário Oficial*.

Brasília, 24 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Zilmar de Araripe Macedo

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 191 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de NCr\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de cruzeiros novos) como reforço ao Fundo de Marinha Mercante, e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição contida no art. 9º, parágrafo 2º, do Ato Institucional nº 4 e considerando,

I) que a indústria de construção naval foi implantada com seus projetos específicos aprovados pelo Governo Federal dentro de critérios que asseguravam não só incentivos como apoio através concessão de financiamentos aos investimentos programados;

II) que ao Fundo de Marinha Mercante, nos termos da Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958, cabe, também, o financiamento à construção e reaparelhamento de estaleiros;

III) que através da Comissão Especial criada pelo Decreto 59.578, de 1966 e do Grupo de Trabalho, criado por Resolução do Conselho Nacional de Transportes, constatou-se, que entre outros, a *deficiência de financiamentos aos investimentos de implantação da indústria de construção naval constitui causa de agravamento dos custos de produção*, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de NCr\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de cruzeiros novos), como

reforço ao Fundo de Marinha Mercante, a fim de serem atendidas as necessidades de complementação de financiamento aos investimentos realizados no setor de construção naval.

Art. 2º Como fonte de recursos à cobertura do crédito de que trata o artigo precedente, o Tesouro Nacional emitirá, para fins de colocação no mercado de capitais, Obrigações Reajustáveis no montante de NCR\$ 21.000.000 00 (vinte e um milhões de cruzeiros novos) com prazo de resgate de 5 (cinco) anos.

Art. 3º O Tesouro Nacional efetivará ao Fundo de Marinha Mercante o reforço de que trata o artigo 1º de conformidade com a programação financeira do exercício.

Art. 4º O Fundo de Marinha Mercante, por seu turno, concederá às empresas *Ishikawajima do Brasil — Estaleiros S. A., Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil S. A., Companhia Comércio e Navegação, EMAQ — Engenharia e Máquinas S. A., Estaleiro SO S. A. e Indústrias Reunidas Caneco S. A.*, empréstimos destinados aos fins previstos no artigo 1º deste Decreto-Lei.

Art. 5º Os empréstimos a serem prestados pelo Fundo de Marinha Mercante serão resgatáveis em 4 (quatro) anos com 1 (um) ano de carência e com juros e taxa de correção monetária equivalentes às cobradas usualmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico aos contratos de financiamento.

§ 1º Constituem requisitos indispensáveis a obtenção de empréstimos:

a) Prestação ao FMM de caução de ações ou garantia equivalente;

b) Sub-rogação pelas devedoras ao FMM de valores equivalentes a 5% (cinco por cento) dos créditos que possuam ou venham a possuir por força de contratos de construção naval, devendo em consequência, o FMM, durante o período de amortização da dívida proceder à retenção do equivalente a 5% (cinco por cento) de cada prestação contratual para fins de amortização da dívida.

§ 2º Em caso de insuficiência de efeitos contratuais de construção naval, as empresas deverão pagar ao FMM, direta e integralmente, no prazo estipulado as obrigações inerentes ao empréstimo concedido.

Art. 6º Até que se verifique o resgate integral da dívida correspondente ao empréstimo ora concedido, as beneficiárias não poderão realizar investimentos, de ampliação ou expansão de suas instalações sem prévia e expressa autorização do Governo Federal, salvo os casos de conservação e reposição de instalações existentes nesta data.

Parágrafo único. Compete à C.M.M. fiscalizar o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 7º O Fundo de Marinha Mercante efetivará, a medida que se processe o resgate dos empréstimos, o retorno ao Tesouro Nacional, creditando as parcelas recebidas na conta de Receita da União, no Banco do Brasil S. A.

Art. 8º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

Octávio Bulhões

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 192 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1967

Fixa o entendimento da expressão "indenizações trabalhistas" nos textos legais que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo segundo do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, e

Considerando dúvidas e controvérsias surgidas na aplicação das Leis 3.726, de 11 de fevereiro de 1960, e 4.839, de 18 de novembro de 1965, decreta:

Art. 1º A preferência assegurada pelo art. 102 do Decreto-lei número 7.661, de 21 de junho de 1945, na nova redação que lhe deu a Lei número 3.726, de 11 de janeiro de 1960, bem como pelo art. 1º da Lei número 4.839, de 18 de novembro de 1965,

às "indenizações trabalhistas", corresponde, na forma do disposto no § 1º do art. 449, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a um terço da indenização devida.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos processos em curso, e revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Carlos Medeiros Silva.

L. G. do Nascimento e Silva

— — —
DECRETO-LEI Nº 193 — DE 24 DE
FEVEREIRO DE 1967

Altera a redação dos artigos 10 e 11 da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, que instituir o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo parágrafo 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966,

Considerando que a Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, ao instituir o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, teve em mira fornecer dados completos para observação correta do mercado de trabalho, por parte do Ministério do Trabalho e Previdência Social;

Considerando que o sistema de multas, estabelecido no art. 10 da mesma Lei, para a falta das comunicações indispensáveis à atualização do referido cadastro, não vem atendendo ao objetivo pretendido, impondo-se assim, a sua revisão;

Considerando, por outro lado, que a experiência tem demonstrado que a multa prevista no art. 11 da mencionada Lei é muito elevada, sendo, pois, aconselhável a sua redução, decreta:

Art. 1º Os artigos 10 e 11 da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965,

passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. A falta da comunicação a que se refere o parágrafo único do art. 1º desta Lei, no prazo ali estipulado, importará na aplicação automática de multa no valor de 1/3 (um terço) do salário-mínimo regional, por empregado, de competência da Delegacia Regional do Trabalho.

Parágrafo único. A multa prevista no artigo ficará reduzida para 1/9 (um nono) e 1/6 (um sexto) do salário-mínimo regional, por empregado, quando, antes de qualquer procedimento fiscal por parte do Ministério do Trabalho e Previdência Social, a comunicação for feita, respectivamente, dentro de 30 (trinta) ou 60 (sessenta) dias, após o término do prazo fixado."

"Art. 11. A empresa que mantiver empregado não registrado, nos termos do art. 41 e seu parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho, incorrerá na multa de valor igual a um salário-mínimo regional, por trabalhador não registrado, acrescido de igual valor em cada reincidência."

Art. 2º Ficarão isentas de multa as empresas que não tenham cumprido o disposto no parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, desde que, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da vigência deste Decreto-lei, apresentem as comunicações em atraso, concernentes ao cumprimento do mesmo preceito legal.

Parágrafo único. Serão arquivados, qualquer que seja a fase administrativa ou judicial em que se encontrem, os processos relativos a infrações do dispositivo legal referido no artigo.

Art. 3º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO-LEI Nº 194 — DE 24 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º, parágrafo 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º É facultado às entidades de fins filantrópicos, que se enquadrem no art. 1º da Lei nº 3.577, de 4 de julho de 1959, a dispensa de efetuar os depósitos bancários de que trata o art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, na redação dada pelo Decreto-lei nº 20, de 14 de setembro de 1966:

I — com relação a todos os seus empregados; ou

II — com relações aos seus empregados que não optarem pelo regime instituído nestes últimos diplomas legais citados.

Parágrafo único. A preferência por uma das hipóteses previstas no artigo é irretratável e deverá ser comunicada pela entidade interessada ao Banco Nacional da Habitação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto-lei.

Art. 2º Nos casos de extinção ou rescisão do contrato de trabalho, inclusive no de aposentadoria concedida pela previdência social, referidos na citada Lei 5.107, com as alterações nela introduzidas pelo aludido Decreto-lei nº 20, as mesmas entidades que tenham ficado isentas de depósitos; na forma do item I do artigo 1º, deverão pagar, diretamente ao seu empregado optante ou não optante com menos de um ano de serviço, quantia igual ao depósito bancário, com correção monetária e juros, a que o interessado faria jus nos termos dos mencionados diplomas legais.

Parágrafo único. No caso de falecimento de empregado nas condições de que trata o artigo, idêntico pagamento será feito aos seus dependentes.

Art. 3º Estende-se às entidades que tenham ficado isentas de depósitos apenas em relação aos seus empregados não optantes, na forma do item II do art. 1º, o disposto no art. 2º,

se ocorrer a dispensa, sem justa causa, de empregado não optante com menos de um ano de serviço.

Art. 4º Para atender aos pagamentos de que tratam os arts. 2º e 3º, deverão as entidades que se valerem da faculdade referida no art. 1º manter, conforme o caso, registros individuais dos depósitos mensais devidos aos seus empregados optantes ou aos não optantes, com menos de um ano de serviço.

Art. 5º Salvo no que decorrer do estabelecido neste Decreto-lei, aplicam-se às entidades que se valerem da faculdade referida no art. 1º as disposições da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, com as alterações feitas pelo Decreto-lei nº 20, de 14 de setembro de 1966, e da sua regulamentação.

Art. 6º Este Decreto-lei tem vigência a partir de 1º de janeiro de 1966, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO-LEI Nº 195 — DE 24 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a cobrança da Contribuição de Melhoria.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 2º do art. 3º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º A Contribuição de Melhoria, prevista na Constituição Federal, tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.

Art. 2º Será devida a Contribuição de Melhoria, no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas:

I — abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II — construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III — construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV — serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gas, fúniculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

V — proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas, e de saneamento e drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de barras, portos e canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI — construção de estradas de ferro e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII — construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

VIII — aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Art. 3º A Contribuição de Melhoria a ser exigida pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios, para fazer face ao custo das obras públicas, será cobrada pela Unidade Administrativa que as realizar, adotando-se como critério o benefício resultante da obra, calculado através de índices cadastrais das respectivas zonas de influência, a serem fixados em regulamentação deste Decreto-lei.

§ 1º A apuração, dependendo da natureza das obras, far-se-á levando em conta a situação do imóvel na zona de influência, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente.

§ 2º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total das obras, entre todos os imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência.

§ 3º A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis do domínio privado, situados nas áreas direta e indiretamente beneficiadas pela obra.

§ 4º Reputam-se feitas pela União as obras executadas pelos Territórios.

Art. 4º A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes de correção monetária.

§ 1º Serão incluídos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

§ 2º A percentagem do custo real a ser cobrada mediante Contribuição de Melhoria será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 5º Para cobrança da Contribuição de Melhoria, a Administração competente deverá publicar Edital, contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I — Delimitação das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;

II — memorial descritivo do projeto;

III — orçamento total ou parcial do custo das obras;

IV — determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, também, aos casos de cobrança da Contribuição de Melhoria por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

Art. 6º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do Edital referido no artigo 5º, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes,

cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Art. 7º A impugnação deverá ser dirigida à Administração competente, através de petição, que servirá para o início do processo administrativo conforme venha a ser regulamentado por decreto federal.

Art. 8º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 1º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 2º No imóvel locado é lícito ao locador exigir aumento de aluguel correspondente a 10% (dez por cento) ao ano da Contribuição de Melhoria efetivamente paga.

§ 3º E' nula a cláusula do contrato de locação que atribua ao locatário o pagamento, no todo ou em parte, da Contribuição de Melhoria lançada sobre o imóvel.

§ 4º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem.

Art. 9º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos.

Art. 10. O órgão encarregado do lançamento deverá escriturar, em registro próprio, o débito da Contribuição de Melhoria correspondente a cada imóvel, notificando o proprietário, diretamente ou por edital, do:

- I — valor da Contribuição de Melhoria lançada;
- II — prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;
- III — prazo para a impugnação;
- IV — local do pagamento.

Parágrafo único. Dentro do prazo que lhe for concedido na notificação do lançamento, que não será inferior

a 30 (trinta) dias, o contribuinte poderá reclamar, ao órgão lançador, contra:

- I — o erro na localização e dimensões do imóvel;
- II — o cálculo dos índices atribuídos;
- III — o valor da contribuição;
- IV — o número de prestações.

Art. 11. Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras e nem terão efeito de obstar a administração a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

Art. 12. A Contribuição de Melhoria será paga pelo contribuinte de forma que a sua parcela anual não exceda a 3% (três por cento) do maior valor fiscal do seu imóvel, atualizado à época da cobrança.

§ 1º O ato da autoridade que determinar o lançamento poderá fixar descontos para o pagamento à vista, ou em prazos menores do que o lançado.

§ 2º As prestações da Contribuição de Melhoria serão corrigidos monetariamente, de acordo com os coeficientes aplicáveis na correção dos débitos fiscais.

§ 3º O atraso no pagamento das prestações fixadas no lançamento sujeitará o contribuinte à multa de mora de 12% (doze por cento), ao ano.

§ 4º E' lícito ao contribuinte liquidar a Contribuição de Melhoria com títulos da dívida pública, emitidos especialmente para financiamento da obra pela qual foi lançado; neste caso, o pagamento será feito pelo valor nominal do título, se o preço do mercado for inferior.

§ 5º No caso do serviço público concedido, o poder concedente poderá lançar e arrecadar a contribuição.

§ 6º Mediante convênio, a União poderá legar aos Estados e Municípios, ou ao Distrito Federal, o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal, fixando a percentagem da receita, que caberá ao Estado ou Município que arrecadar a Contribuição.

§ 7º Nas obras federais, quando, por circunstâncias da área a ser lançada ou da natureza da obra, o montante previsto na arrecadação da Contribuição de Melhorias não compensar o lançamento pela União, ou por seus órgãos, o lançamento poderá ser delegado aos municípios interessados e neste caso:

a) caberão aos Municípios o lançamento, arrecadação e as receitas apuradas; e

b) o órgão federal delegante se limitará a fixar os índices e critérios para o lançamento.

Art. 13. A cobrança da Contribuição de Melhorias, resultante de obras executadas pela União, situadas em áreas urbanas de um único Município, poderá ser efetuada pelo órgão arrecadador municipal, em convênio com o órgão federal que houver realizado as referidas obras.

Art. 14. A conservação, a operação e a manutenção das obras referidas no artigo anterior, depois de concluídas constituem encargos do Município em que estiverem situadas.

Art. 15. Os encargos de conservação, operação e manutenção das obras de drenagem e irrigação, não abrangidas pelo art. 13 e implantadas através da Contribuição de Melhorias, serão custeados pelos seus usuários.

Art. 16. Do produto de arrecadação de Contribuição de Melhorias, nas áreas prioritárias para a Reforma Agrária, cobrado pela União e prevista como integrante do Fundo Nacional de Reforma Agrária (art. 28, I, da Lei nº 4.504, de 30-11-64), o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, destinará importância idêntica a recolhida, para ser aplicada em novas obras e projetos de Reforma Agrária pelo mesmo órgão que realizou as obras públicas do que decorreu a contribuição.

Art. 17. Para efeito do imposto sobre a renda, devido, sobre a valorização imobiliária resultante de obra pública, deduzir-se-á a importância que o contribuinte houver pago, o título de Contribuição de Melhorias.

Art. 18. A dívida fiscal oriunda da Contribuição de Melhorias, terá preferência sobre outras dívidas fiscais quanto ao imóvel beneficiado.

Art. 19. Fica revogada a Lei número 854, de 10 de outubro de 1949, e demais disposições legais em contrário.

Art. 20. Dentro de 90 (noventa) dias o Poder Executivo baixará decreto regulamentando o presente decreto-lei, que entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

Roberto de Oliveira Campos

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 196 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1967

Altera dispositivo da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964.

O Presidente da República, de conformidade com o disposto no § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º O art. 187, da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares), passa a ter a seguinte redação:

“Art. 187. As contribuições para a pensão militar, de que trata o art. 3º e seu § 2º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, serão iguais a 2 (dois) dias do soldo arrendondados em centavos para as importâncias imediatamente superiores”.

Art. 2º Este decreto-lei entrará em vigor a partir de 1º de março de 1967, revogada as disposições em contrário.

Brasília, 24 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Zilmar Araripe

Ademar de Queiroz

Eduardo Gomes

DECRETO-LEI Nº 197 — DE 24 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as Pensões Militares.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º Os arts. 21 e 22 da Lei número 3.765, de 4 de maio de 1960, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. A pensão resultante da promoção *post mortem* será paga aos beneficiários habilitados, a partir da data do falecimento do militar.”

“Art. 22. O militar que, preenchendo as condições legais para ser transferido para a reserva remunerada ou reformado, com proventos calculados sobre o soldo de postos ou graduações superiores, venha a falecer na ativa, deixará a pensão correspondente a esses postos ou graduações.

§ 1º Se o militar já descontava a contribuição de que trata o art. 6º desta lei, deixará a pensão correspondente a mais um ou dois postos ou graduações superiores aos postos ou graduações resultantes da aplicação deste artigo.

§ 2º A pensão a que se refere este artigo será paga aos beneficiários habilitados, a partir da data do falecimento do militar.”

Art. 2º O disposto no presente decreto-lei aplica-se, também, aos militares falecidos após a vigência da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de fevereiro de 1967;
146º da Independência 79º da República.

H. CASTELLÓ BRANCO
Zilmar Araripé
Ademar de Queiroz
Eduardo Gomes

DECRETO-LEI Nº 198 — DE 24 DE
FEVEREIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de NCr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros novos), para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2º, do art. 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de NCr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros novos), que será aplicado em investimentos no setor de energia elétrica, em conformidade com os termos de convênio ou de compromisso, ainda não liquidados, mas já celebrados com entidades de direito público ou privado.

Parágrafo único. Os termos de convênio ou de compromisso, mencionados neste artigo, terão sua validade prorrogada até o final do exercício financeiro corrente, sem prejuízo do disposto no parágrafo único, do artigo 7º, da Lei nº 1.489, de 10 de dezembro de 1951.

Art. 2º Para o atendimento do que preconiza o art. 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Ministro de Estado das Minas e Energia autorizado a utilizar saldos bancários de exercícios financeiros já encerrados, obedecido o limite do crédito especial de que trata o presente Decreto-lei.

Art. 3º O crédito especial, referido neste Decreto-lei, poderá, também, ser utilizado em estudos, pesquisas e trabalhos específicos a cargo do Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE).

Art. 4º O crédito especial, objeto deste Decreto-lei, será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas da União ao Tesouro Nacional, e depositado em conta especial no Banco do Brasil S.A., de ordem e movimento do Ministro de Estado das Minas e Energia, observado, no que couber, o que prevê o

Decreto-lei nº 96, de 30 de dezembro de 1966.

Art. 5º A abertura do crédito especial autorizado por este Decreto-lei, far-se-á independentemente das consultas a que faz referência o art. 33, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Mauro Thibau

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 199 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 9º, § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Título I

DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I

DA SEDE E DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O Tribunal de Contas, órgão auxiliar do Congresso Nacional no controle externo da administração financeira e orçamentária da União, tem sua sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 2º O Tribunal de Contas compõe-se de nove Ministros.

Art. 3º Funcionam no Tribunal de Contas, como partes integrantes de sua organização:

I — O Ministério Público.

II — A Secretaria-Geral.

CAPÍTULO II

DOS MINISTROS

Art. 4º Os Ministros do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros natos, maiores de trinta e cinco anos, de idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública.

Art. 5º Os Ministros gozarão das seguintes garantias, prerrogativas e vencimentos:

I — Vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial.

II — Inamovibilidade, exceto por motivo de interesse público.

III — Irredutibilidade de vencimentos, sujeitos, entretanto, aos impostos gerais, inclusive imposto de renda.

IV — Aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta anos de serviço público, em todos esses casos com vencimentos integrais.

V — Vencimentos idênticos aos dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos.

Art. 6º É vedado ao Ministro do Tribunal de Contas, sob pena de perda do cargo:

I — Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo um cargo de magistério e nos casos previstos na Constituição Federal.

II — Exercer atividade político-partidária.

III — Exercer comissão remunerada, inclusive em órgãos de controle financeiro da Administração Direta ou Indireta.

IV — Exercer qualquer profissão liberal, emprego particular, ser comerciante sócio, gerente ou diretor de sociedades comerciais, salvo acionista de sociedades anônimas ou em comandita por ações.

V — Celebrar contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes.

Art. 7º Não poderão exercer, contemporaneamente, o cargo de Ministro: parentes consanguíneos ou afins na linha ascendente ou descendente e, na linha colateral, até o segundo grau.

Parágrafo único. A incompatibilidade resolve-se:

a) antes da posse, contra o último nomeado ou contra o mais môm; se nomeados na mesma data;

b) depois da posse, contra o que lhe deu causa;

c) se a ambos imputável, contra o que tiver menos tempo de exercício no cargo.

Art. 8º Depois de nomeados e empossados, os Ministros só perderão seus cargos por efeito de sentença judicial, exoneração a pedido ou motivo de incompatibilidade, nos termos do artigo anterior.

Art. 9º O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos por seus pares para servirem durante o período de um ano civil.

§ 1º A eleição realizar-se-á em escrutínio secreto, na última sessão ordinária do mês de dezembro, ou, no caso de vaga eventual, na primeira sessão ordinária após a ocorrência, exigindo-se sempre a presença de, pelo menos, cinco Ministros efetivos, inclusive o que presidir o ato.

§ 2º O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas faltas ou impedimentos.

§ 3º O eleito para vaga eventual completará o tempo de mandato do anterior.

§ 4º Não se procederá a nova eleição se ocorrer vaga dentro dos 60 (sessenta) dias anteriores ao término do mandato.

§ 5º A eleição do Presidente precederá sempre a do Vice-Presidente.

§ 6º Não será considerado eleito o que não obtiver a maioria dos votos apurados, caso em que ocorrerá novo escrutínio entre os que alcançarem os dois primeiros lugares na votação anterior, decidindo-se afinal pela antiguidade no cargo de Ministro, entre estes, se nenhum reunir aquela maioria.

§ 7º Somente os Ministros efetivos, ainda que em gozo de férias ou licença, poderão tomar parte nas eleições.

Art. 10. Ocorrendo o falecimento de Ministro do Tribunal de Contas, em exercício ou aposentado, será concedida à família, a título de auxílio para funeral, a importância correspondente ao vencimento ou provento de um mês.

Art. 11. Os Ministros, em suas faltas e impedimentos, serão substituídos pelos Auditores, observada a ordem de sua antiguidade no cargo, ou a maior idade no caso de idêntica antiguidade.

Parágrafo único. Os Auditores também substituirão os Ministros para efeito de *quorum* nas sessões, por convocação do Presidente, e exercerão

as respectivas funções, no caso de vacância do cargo de Ministro, até novo provimento, a juízo do Tribunal.

Art. 12. Os Auditores, em número de 4 (quatro), serão nomeados pelo Presidente da República mediante concurso de provas e títulos.

§ 1º Os candidatos a provimento do cargo de Auditor deverão preencher as qualificações exigidas para o cargo de Ministro.

§ 2º Os Auditores, depois, de empossados, somente perderão o cargo em virtude de processo administrativo, na hipótese de incompatibilidade prevista no art. 7º e respectivo parágrafo único ou dos impedimentos de que trata o art. 6º.

§ 3º Os Auditores, quando não estiverem substituindo Ministros, exercerão as demais funções que lhes forem atribuídas pela Regimento Interno.

§ 4º Os Auditores não poderão exercer funções ou comissões na Secretaria-Geral.

Art. 13. O Auditor, substituindo Ministro, só terá direito ao vencimento do cargo deste quando a substituição for superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Não se aplica esta exigência de prazo, quando a substituição for por vacância.

Art. 14. É vedado aos Ministros e Auditores intervir no julgamento de interesse próprio ou no de parente, até o segundo grau inclusive.

CAPÍTULO III

DAS CAMARAS

Art. 15. O Tribunal de Contas poderá dividir-se em Primeira Câmara e Segunda Câmara, mediante deliberação da maioria absoluta de seus Ministros efetivos.

§ 1º Cada Câmara compor-se-á de quatro Ministros que a integrarão pelo prazo de 2 (dois) anos.

§ 2º O Presidente do Tribunal não participará da composição das Câmaras.

§ 3º A Primeira Câmara será presidida pelo Vice-Presidente do Tribunal e a Segunda Câmara, pelo mais antigo Ministro que dela fizer parte.

§ 4º É permitida a permuta ou remoção voluntária dos Ministros de uma para outra Câmara, com anuência do Tribunal.

Art. 16. A composição, a competência, o funcionamento das Câmaras e os recursos de suas decisões serão regulados no Regimento Interno.

Art. 17. As Câmaras não poderão decidir sobre as matérias da competência privativa do Tribunal Pleno.

CAPÍTULO IV

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 18. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, compõe-se de um Procurador e de 3 (três) Adjuntos de Procurador.

Art. 19. O Procurador e os Adjuntos de Procurador serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, bacharéis em Direito, devendo o primeiro satisfazer os requisitos exigidos para provimento do cargo de Ministro.

Art. 20. Compete ao Procurador, na forma do Regimento Interno:

I — Promover a defesa dos interesses da Administração e da Fazenda Pública.

II — Comparecer às sessões do Tribunal e intervir nos processos de tomadas de contas e de concessão inicial de aposentadorias, reformas e pensões, e outros referidos no Regimento.

III — Dizer de direito, verbalmente ou por escrito, por deliberação do Tribunal, a requisição de qualquer Ministro, a seu próprio requerimento, ou por distribuição do Presidente, em todos os assuntos sujeitos à decisão do Tribunal.

IV — Requerer, perante o Tribunal, as medidas referidas no art. 40 da presente lei.

Art. 21. Aos Adjuntos de Procurador compete auxiliar o Procurador em serviços do cargo e substituí-lo nas licenças, faltas e impedimentos.

CAPÍTULO V

DA SECRETARIA-GERAL

Art. 22. As funções de execução do controle externo da administração financeira e orçamentária da União serão exercidas pelo Tribunal, de forma descentralizada e por intermédio da Secretaria-Geral, cujas atribuições se distribuirão entre órgãos de auditoria financeira e orçamentária e de serviços auxiliares.

Art. 23. Para o exercício de suas atribuições, a Secretaria-Geral terá organização apropriada, a ser estabelecida no Regimento Interno.

§ 1º Na criação das unidades componentes da Secretaria-Geral, serão considerados a conveniência dos serviços, a eficiência e rapidez da fiscalização e o movimento financeiro justificador da sua criação.

§ 2º A área de competência das unidades pode abranger um ou mais Estados e/ou Territórios Federais e um ou mais órgãos ou entidades da Administração Federal.

§ 3º A criação, transferência de sede e extinção das unidades da Secretaria-Geral são da competência do Tribunal de Contas, bem como a fixação, ampliação ou redução das respectivas atribuições.

Art. 24. As unidades de auditoria financeira e orçamentária terão a seu cargo o exame das demonstrações contábeis das unidades administrativas dos três Poderes da União, a instrução dos processos de julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis, e a realização das inspeções julgadas necessárias pelo Tribunal de Contas.

Art. 25. As unidades encarregadas dos serviços auxiliares terão as atribuições necessárias ao atendimento dos serviços internos do Tribunal, da sua Secretaria-Geral e do Ministério Público.

Art. 26. A direção e chefia dos órgãos da Secretaria-Geral serão confiadas exclusivamente ao pessoal integrante da mesma.

Art. 27. Disporá o Tribunal de Contas de quadro próprio para o pessoal de sua Secretaria-Geral com a organização e as atribuições que forem fixadas por lei ou estabelecidas pelo Regimento Interno.

Título II

DA COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 28. A competência do Tribunal de Contas decorre de sua condição de órgão auxiliar do Congresso Nacional para o exercício do controle externo, compreendendo a apreciação das contas do Presidente da República, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária sobre as contas das unidades administrativas dos três Poderes da União, e o julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos e da legalidade das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões.

Art. 29. O Tribunal dará parecer prévio, em 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega, sobre as contas que o Presidente da República, no prazo constitucional, deverá prestar anualmente ao Congresso Nacional.

§ 1º As contas do Presidente da República deverão ser entregues ao Congresso Nacional, até o dia 30 de abril do ano seguinte, devendo o Tribunal de Contas ser informado do cumprimento ou não dessa determinação constitucional.

§ 2º As contas consistirão dos balanços gerais da União e do Relatório da Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda sobre a execução do orçamento e a situação da administração financeira federal.

§ 3º O Tribunal deverá apresentar minucioso relatório conclusivo sobre os resultados do exercício financeiro louvando-se, no caso de não apresentação das contas no prazo constitucional, nos elementos colhidos ao exercer a auditoria financeira e orçamentária.

Art. 30. As contas dos órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário deverão ser apresentadas ao Tribunal de Contas nos prazos regimentais.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas fará comunicação ao Congresso Nacional, no caso de não cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 31. Compete ao Tribunal de Contas:

I — Exercer as funções de auditoria financeira e orçamentária da Administração Federal.

II — Julgar da regularidade das contas dos ordenadores de despesa, administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

III — Julgar da legalidade das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões.

IV — Representar ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional sobre irregularidades e abusos que verifiquem no exercício do controle da administração financeira e orçamentária.

V — Assinar prazo razoável para que o órgão da administração pública adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei se verificar, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público ou das Auditorias Financeiras e Orçamentárias e demais órgãos auxiliares, a ilegalidade de qualquer despesa, inclusive as decorrentes de contratos, aposentadorias, reformas e pensões.

VI — Sustar a execução do ato, em caso de não atendimento da determinação do item anterior, exceto em relação aos contratos.

VII — Solicitar ao Congresso Nacional a sustação do ato ou outras medidas que julgar necessárias ao resguardo dos objetivos legais, em caso de não atendimento da determinação do item VI, na hipótese de contrato.

VIII — Velar pela entrega, na forma e prazos constitucionais e legais, das importâncias que são devidas aos Estados, Distrito Federal e Municípios e deduzíveis da arrecadação federal.

IX — Fixar as cotas para aplicação automática e mensal, independente de autorização orçamentária ou de qualquer outra formalidade, dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.

X — Fiscalizar a aplicação das importâncias entregues na forma do preceituado nos itens VIII e IX, aplicando as sanções devidas nos termos dos dispositivos constitucionais e legais.

Art. 32. Compete ainda ao Tribunal de Contas:

I — Elaborar e alterar seu Regimento Interno.

II — Organizar seus serviços e prover-lhes os cargos na forma da lei.

III — Eleger o Presidente e o Vice-Presidente e dar-lhes posse.

IV — Conceder licença e férias aos Ministros.

V — Propor ao Poder Legislativo, ouvido o Poder Executivo sobre as repercussões financeiras, a criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos.

VI — Prestar informações ao Congresso Nacional e aos outros Poderes Federais.

CAPÍTULO II

DA JURISDIÇÃO

Art. 33. O Tribunal de Contas tem jurisdição própria e privativa sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência, a qual abrange todo aquele que arrecadar ou gerir dinheiros, valores e bens da União ou pelos quais esta responda, bem como, quando houver expressa disposição legal, os administradores das entidades da Administração Indireta ou de outras entidades.

Parágrafo único. A jurisdição do Tribunal de Contas abrange, também, o, herdeiros, fiadores e representantes dos responsáveis.

Art. 34. Estão sujeitos à tomada de contas e só por ato do Tribunal de Contas podem ser liberados de sua responsabilidade:

- I — Os ordenadores de despesa.
- II — As pessoas indicadas no Art. 33.
- III — Todos os servidores públicos civis e militares ou qualquer pessoa ou entidade estipendiadas pelos cofres públicos ou não, que derem causa à perda, subtração, extravio ou estrago de valores, bens e material da União, ou pelos quais seja responsável.
- IV — Todos quantos, por expressa disposição de lei, lhe devam prestar contas.

Título III

DA AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA

Art. 35. A auditoria financeira e orçamentária, que será exercida sobre as contas das unidades administrativas dos três Poderes da União, tem por fim a fiscalização das pessoas sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, na forma do disposto nos Arts. 33 e 34, e o exame das contas dos responsáveis.

Art. 36. Para o exercício da auditoria financeira e orçamentária o Tribunal de Contas:

I — Tomará conhecimento, pela sua publicação no órgão oficial, da lei orçamentária anual, dos orçamentos plurianuais de investimentos, da abertura dos créditos adicionais e correspondentes atos complementares.

II — Receberá uma via dos documentos a seguir enumerados:

- a) atos relativos à programação financeira de desembolso;
- b) balancetes de receita e despesa;
- c) relatórios dos órgãos administrativos encarregados do controle financeiro e orçamentário interno;
- d) rol dos responsáveis.

III — Solicitará, a qualquer tempo, as informações relativas à administração dos créditos e outras que julgar imprescindíveis.

IV — Procederá às inspeções que considerar necessárias.

§ 1º As inspeções serão realizadas por funcionários dos órgãos de auditoria financeira e orçamentária do Tribunal de Contas ou, mediante contrato, por firmas especializadas ou por especialistas em auditoria financeira.

§ 2º Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado ao Tribunal de Contas em suas inspeções, sob qualquer pretexto.

§ 3º Em caso de sonegação, o Tribunal de Contas assinará prazo para apresentação da documentação ou informação desejada e não sendo atendido, comunicará o fato à autoridade de nível ministerial para as medidas cabíveis.

§ 4º Se, de qualquer modo, o Tribunal de Contas não vier a ser atendido, o fato será comunicado ao Congresso Nacional, sujeitando-se as autoridades responsáveis às penalidades aplicáveis.

§ 5º O Tribunal de Contas comunicará às autoridades competentes dos três Poderes o resultado dos estudos e inspeções que realizar, representando ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional, sobre irregularidades e abusos que verificar.

Art. 37. No exercício da auditoria financeira e orçamentária, o Tribunal de Contas, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público ou das Auditorias Financeiras e Orçamentárias e demais órgãos auxiliares se verificar a ilegalidade de qualquer despesa, inclusive as decorrentes de contratos, aposentadorias, reformas e pensões, deverá:

a) assinar prazo razoável para que o órgão da administração pública adote as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei;

b) no caso do não atendimento, sustar a execução do ato, exceto em relação aos contratos;

c) na hipótese de contrato, solicitar ao Congresso Nacional que determine a medida prevista na alínea anterior, ou outras que julgar necessárias ao resguardo dos objetivos legais.

§ 1º A impugnação será considerada insubsistente se o Congresso Nacional não se pronunciar a respeito, no prazo de trinta dias.

§ 2º Se o Presidente da República ordenar a execução de qualquer ato previsto na alínea b deste artigo, o fato deverá constar do relatório referido no § 3º do Art. 29.

Art. 38. O Tribunal de Contas, respeitados a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Federal e sem prejudicar as normas do controle financeiro e orçamentário interno, regulará a remessa dos informes que lhe sejam necessários para o exercício de suas funções.

Art. 39. Sempre que o Tribunal, no exercício do controle financeiro e orçamentário e em consequência de irregularidade nas contas de dinheiros arrecadados ou despendidos, verificar a configuração de alcance determinará a autoridade administrativa providências no sentido de saná-las, podendo também mandar proceder ao imediato levantamento das contas, para a apuração dos fatos e identificação dos responsáveis.

Título IV

DO JULGAMENTO

Art. 40. O Tribunal de Contas:

I — Julgará da regularidade das contas das pessoas indicadas nos arts. 33 e 34 mediante tomadas de contas levantadas pelas autoridades administrativas.

II — Julgará da legalidade das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões do pessoal da Administração Direta, com base na documentação do órgão competente.

III — Ordenará a prisão dos responsáveis que, com alcance julgado em decisão definitiva do Tribunal, ou intimados para dizerem sobre o alcance verificado em processo corrente de tomada de contas, procurarem ausentar-se furtivamente, ou abandonarem a função, o emprego, comissão ou serviço, de que se acharem encarregados. Essa prisão não poderá exceder de três meses. Findo esse prazo, os documentos que serviram de base à decretação da medida coercitiva, serão remetidos ao Procurador-Geral da República, para a instauração do respectivo processo criminal. Essa competência, conferida ao Tribunal, não prejudica a do Governo e seus agentes, na forma da legislação em vigor, para ordenar imediatamente a detenção

provisória do responsável alcançado, até que o Tribunal delibere sobre esta, sempre que assim o exigir a segurança da Fazenda Nacional.

IV — Fixará, à revelia, o débito dos responsáveis que em tempo não houverem apresentado as suas contas nem devolvido os livros e documentos de sua gestão.

V — Ordenará sequestro dos bens dos responsáveis ou seus fiadores, em quantidade suficiente para segurança da Fazenda.

VI — Mandará expedir quitação aos responsáveis correntes em suas contas.

VII — Resolverá sobre o levantamento dos sequestros oriundos de decisão proferida pelo mesmo Tribunal e ordenará a liberação dos bens sequestrados e sua respectiva entrega.

VIII — Julgará os embargos opostos às decisões proferidas pelo Tribunal e a revisão do processo de tomada de contas, em razão de recurso da parte ou do representante do Ministério Público.

Art. 41. As tomadas de contas serão:

- a) organizadas pelos órgãos de contabilidade;
- b) certificadas pelos órgãos de controle financeiro e orçamentário interno;
- c) acompanhadas de pronunciamento sobre a regularidade, por parte dos Chefes de órgãos da Presidência da República ou do Ministro de Estado, ou da autoridade por estes delegada, quando se tratar de contas de órgãos da Presidência da República ou dos Ministérios. Sendo as contas de unidade administrativa dos Poderes Legislativo e Judiciário, o pronunciamento caberá às autoridades competentes;
- d) acompanhadas de comunicação das providências que as autoridades referidas no parágrafo anterior tenham, porventura, tomado para resguardar o interesse público e a probidade da aplicação dos dinheiros públicos.

Parágrafo unico. A decisão do Tribunal será comunicada à autoridade administrativa competente para que, no caso de regularidade das contas, se cancele o nome do responsável no respectivo registro, ou no caso de irregularidade se adotem as providências destinadas a saná-las, dentro do prazo que o Tribunal fixar.

Art. 42. O julgamento pelo Tribunal de Contas da regularidade das contas dos administradores das entidades da Administração Indireta e das que, por força de lei, lhe devam prestar contas, será feito à base dos seguintes documentos que lhe deverão ser presentes pelos administradores:

- a) o relatório anual e os balanços da entidade;
- b) o parecer dos órgãos internos que devam dar seu pronunciamento sobre as contas;
- c) o certificado de auditoria externa à entidade sobre a exatidão do balanço.

§ 1º A decisão do Tribunal, que poderá ser precedida de inspeção, na forma do art. 36, inciso IV, será comunicada à entidade e à autoridade administrativa a que estiver vinculada.

§ 2º Quando o assunto o justificar, o Tribunal fará comunicação ao Presidente da República e ao Congresso Nacional.

Art. 43. O Tribunal de Contas julgará, na forma da Constituição Federal, as prestações de contas a que estão sujeitos os Governadores de Estado e os Prefeitos Municipais à base dos documentos que pelos mesmos devem ser presentes ao Tribunal, na forma do disposto em regulamento.

Art. 44. Os atos concernentes a despesas de caráter reservado e confidencial não serão publicados, devendo nesse caráter ser examinados pelo Tribunal de Contas, em sessão secreta.

Título V

DOS RECURSOS E DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES

CAPÍTULO I

DOS RECURSOS

Art. 45. Das decisões sobre a regularidade das contas dos responsáveis poderão recorrer, para o próprio Tribunal e na forma do Regimento, os interessados ou o representante do Ministério Público, dentro de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Quando o recurso for interposto pelo responsável, sobre o mesmo se manifestará o Ministério Público.

Art. 46. Dentro do prazo de 5 (cinco) anos da decisão definitiva sobre a regularidade das contas, é admissível pedido de revisão pelo Ministério Público, pelo responsável, seus herdeiros ou fiadores e se fundará:

- I — Em erro de cálculo nas contas.
- II — Em falsidade de documento em que se tenha baseado a decisão.
- III — Na superveniência de novos documentos com eficácia sobre a prova produzida.

Art. 47. A decisão nos pedidos de revisão determinará a correção de todo e qualquer erro ou engano apurado.

CAPÍTULO II

DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES

Art. 48. Decorrido o decêndio da notificação do responsável, expedirá o Tribunal de Contas a competente quitação se o responsável for julgado quite com a Fazenda Nacional, arquivando em seguida o processo.

Art. 49. Julgado em débito, será o responsável notificado para, em 30 (trinta) dias, repor a importância do alcance, sob as penas do Regimento.

Art. 50. O Tribunal, nos casos de não atendimento da notificação, poderá tomar as seguintes providências:

- a) ordenar a liquidação administrativa da fiança ou caução, se houver;
- b) determinar o desconto integral ou parcelado do débito nos vencimentos ou proventos do responsável;
- c) determinar a cobrança judicial, pela via executiva, nas Varas da Fazenda Federal, através dos Procuradores da República, que receberão a documentação e as instruções necessárias por intermédio do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

Art. 51. O Tribunal de Contas fixará prazo para conclusão dos expedientes necessários à aplicação das penas referidas no art. 49.

Parágrafo único. Aos servidores que deixarem de observar ou prejudicarem a observância do disposto neste artigo, além das penas disciplinares aplicáveis pelas autoridades administrativas de que dependem, imporá o Tribunal de Contas multa de até 50% (cinquenta por cento) de seus vencimentos mensais.

Art. 52. Incorrerá em crime contra a Administração Pública, punível nos termos da legislação vigente, a autoridade administrativa ou o representante da Fazenda Pública que no prazo de 15 (quinze) dias da ciência da decisão do Tribunal ou do recebimento da documentação necessária à cobrança do débito, não tomar as providências que lhe couberem.

Art. 53. As infrações das leis e regulamentos relativos à administração financeira, sujeitarão seus autores a multa não superior a 10 (dez)

vêzes o valor do maior salário-mínimo, independentemente das sanções disciplinares aplicáveis.

Parágrafo único. A multa de que trata o presente artigo será, à vista da comunicação feita pelo Tribunal, imposta pela autoridade administrativa que, não atendendo a esta disposição, ficará sujeita às penas disciplinares e à multa referidas no parágrafo único do art. 51.

Título VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 54. O Tribunal de Contas poderá manter delegações ou órgãos destinados a auxiliá-lo no exercício de suas funções, nos Estados ou junto a entidades da Administração Federal que, por seu movimento financeiro, justifiquem essa providência.

Art. 55. Compete às delegações do Tribunal, na forma do Regimento, exercer as funções de auditoria financeira e orçamentária prevista nesta lei, na área de sua jurisdição.

Art. 56. As sessões e a ordem dos trabalhos do Tribunal de Contas serão reguladas no Regimento Interno.

Art. 57. Os Ministros, os Auditores, o Procurador e os Adjuntos de Procurador têm o prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação do ato no órgão oficial, para posse e exercício do cargo.

Parágrafo único. Este prazo poderá ser prorrogado até 60 (sessenta) dias, no máximo, por solicitação escrita do interessado.

Art. 58. Compete ao Presidente:

I — Dirigir o Tribunal e seus serviços.

II — Dar posse aos Ministros, aos Auditores, ao Procurador, aos Adjuntos de Procurador e aos Chefes de Serviço.

III — Expedir os atos de nomeação, demissão, exoneração, remoção e outros, relativos aos funcionários do Tribunal, bem assim os de aposentadoria, os quais serão publicados no *Diário Oficial*.

Parágrafo único. As licenças até 6 (seis) meses ao Presidente, ao Vice-Presidente, aos Ministros, aos Auditores, ao Procurador e aos Adjuntos de Procurador poderão ser concedidas mediante atestado médico.

Art. 59. Os Ministros, os Auditores, o Procurador e os Adjuntos de Procurador, após um ano de exercício, terão direito a 60 (sessenta) dias consecutivos de férias por ano, não podendo gozá-las simultaneamente mais de dois Ministros.

Art. 60. O Regimento Interno disporá sobre a forma de assegurar o julgamento dos processos de tomada de contas no prazo de 6 (seis) meses, bem como sobre as penalidades aplicáveis em caso de inobservância.

Art. 61. O Tribunal de Contas, para o exercício de suas funções constitucionais e legais:

I — Promoverá, respeitados os preceitos constitucionais, o reexame das normas regimentais necessárias a reorganização e funcionamento de sua Secretaria-Geral, fixando as atribuições de seus órgãos.

II — Solicitará ao Congresso Nacional as medidas de natureza legislativa que se fizerem necessárias.

III — Ajustará o exame dos processos em curso aos dispositivos da presente lei.

Art. 62. Fica autorizada a abertura, ao Tribunal de Contas da União, de um crédito especial de NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos) destinados a atender às despesas decorrentes da presente lei.

Art. 63. Ficam revogadas a Lei nº 830, de 23 de setembro de 1949, e demais disposições em contrário.

Art. 64. O presente decreto-lei entrará em vigor a 15 de março de 1967, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 25 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

J. CASTELLO BRANCO.

Carlos Medeiros Silva.

Octavio Gouveia de Bulhões.

DECRETO-LEI Nº 200 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Título I

DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Art. 1º O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 2º O Presidente da República e os Ministros de Estado exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração Federal.

Art. 3º Respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição e observadas as disposições legais, o Poder Executivo regulará a estruturação e o funcionamento dos órgãos da Administração Federal.

Art. 4º A Administração Federal compreende:

I — A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

II — A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

- a) Autarquias;
- b) Empresas Públicas;
- c) Sociedades de Economia Mista.

§ 1º As entidades compreendidas na Administração Indireta consideram-se vinculadas ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

§ 2º Equiparam-se às Empresas Públicas, para os efeitos desta lei, as Fundações instituídas em virtude de lei federal e de cujos recursos participe a União, quaisquer que sejam suas finalidades.

Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

I — Autarquia — o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

II — Empresa Pública — a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União ou de suas entidades de Administração Indireta, criada por lei para desempenhar atividades de natureza empresarial que o Governo seja levado

a exercer, por motivos de conveniência ou contingência administrativa, podendo tal entidade revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

III — Sociedade de Economia Mista — a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para o exercício de atividade de natureza mercantil, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à União ou à entidade da Administração Indireta.

§ 1º No caso do inciso III, quando a atividade for submetida a regime de monopólio estatal, a maioria acionária caberá apenas à União, em caráter permanente.

§ 2º O Poder Executivo enquadrará as entidades da Administração Indireta existentes nas categorias constantes deste artigo.

Título II

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:

- I — Planejamento.
- II — Coordenação.
- III — Descentralização.
- IV — Delegação de Competência.
- V — Controle.

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO

Art. 7º A ação governamental obedecerá a planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, norteados segundo planos e programas elaborados, na forma do Título III, e compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos:

- a) plano geral de governo;
- b) programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual;
- c) orçamento-programa anual;
- d) programação financeira de desembolso.

CAPÍTULO II

DA COORDENAÇÃO

Art. 8º As atividades da Administração Federal e, especialmente, a execução dos planos e programas de governo, serão objeto de permanente coordenação.

§ 1º A coordenação será exercida em todos os níveis da administração, mediante a atuação das chefias individuais, a realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas e a instituição e funcionamento de comissões de coordenação em cada nível administrativo.

§ 2º No nível superior da Administração Federal, a coordenação será assegurada através de reuniões do Ministério, reuniões de Ministros de Estado responsáveis por áreas afins, atribuição de incumbência coordenadora a um dos Ministros de Estado (art. 36), funcionamento das Secretarias Gerais (art. 23, § 1º) e coordenação central dos sistemas de atividades auxiliares (art. 31).

§ 3º Quando submetidos ao Presidente da República, os assuntos deverão ter sido previamente coordenados com todos os setores neles in-

interessados, inclusive no que respeita aos aspectos administrativos pertinentes, através de consultas e entendimentos, de modo a sempre compreenderem soluções integradas e que se harmonizem com a política geral e setorial do Governo. Idêntico procedimento será adotado nos demais níveis da Administração Federal, antes da submissão dos assuntos à decisão da autoridade competente.

Art. 9º Os órgãos que operam na mesma área geográfica serão submetidos à coordenação com o objetivo de assegurar a programação e execução integrada dos serviços federais.

Parágrafo único. Quando ficar demonstrada a inviabilidade de celebração de convênio (alínea b do § 1º do art. 10) com os órgãos estaduais e municipais que exerçam atividades idênticas, os órgãos federais buscarão com eles coordenar-se, para evitar dispersão de esforços e de investimentos na mesma área geográfica.

CAPÍTULO III

DA DESCENTRALIZAÇÃO

Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais:

a) dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução;

b) da Administração Federal para a das unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio;

c) da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.

§ 2º Em cada órgão da Administração Federal, os serviços que compõem a estrutura central de direção devem permanecer liberados das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, para que possam concentrar-se nas atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle.

§ 3º A Administração casuística, assim entendida a decisão de casos individuais, compete, em princípio, ao nível de execução, especialmente aos serviços de natureza local, que estão em contato com os fatos e com o público.

§ 4º Compete à estrutura central de direção o estabelecimento das normas, critérios, programas e princípios, que os serviços responsáveis pela execução são obrigados a respeitar na solução dos casos individuais e no desempenho de suas atribuições.

§ 5º Ressalvados os casos de manifesta impraticabilidade ou inconveniência, a execução de programas federais de caráter nitidamente local deverá ser delegada, no todo ou em parte, mediante convênio, aos órgãos estaduais ou municipais incumbidos de serviços correspondentes.

§ 6º Os órgãos federais responsáveis pelos programas conservarão a autoridade normativa e exercerão controle e fiscalização indispensáveis sobre a execução local, condicionando-se a liberação dos recursos ao fiel cumprimento dos programas e convênios.

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

§ 8º A aplicação desse critério está condicionada, em qualquer caso, aos ditames do interesse público e às conveniências da segurança nacional.

CAPÍTULO IV

DA DELEGAÇÃO DE COMPETENCIA

Art. 11. A delegação de competência será utilizada como instrumento de descentralização administrativa, com o objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, situando-as na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender.

Art. 12. E' facultado ao Presidente da República, aos Ministros de Estado e, em geral, às autoridades da Administração Federal delegar competência para a prática de atos administrativos, conforme se dispuser em regulamento.

Parágrafo único. O ato de delegação indicará com precisão a autoridade delegante, a autoridade delegada e as atribuições objeto de delegação.

CAPÍTULO V

DO CONTRÔLE

Art. 13. O controle das atividades da Administração Federal deverá exercer-se em todos os níveis e em todos os órgãos, compreendendo, particularmente:

- a) o controle, pela chefia competente, da execução dos programas e da observância das normas que governam a atividade específica do órgão controlado;
- b) o controle, pelos órgãos próprios de cada sistema, da observância das normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;
- c) o controle da aplicação dos dinheiros públicos e da guarda dos bens da União pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e auditoria.

Art. 14. O trabalho administrativo será racionalizado mediante simplificação de processos e supressão de controles que se evidenciarem como puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco.

Título III

DO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO-PROGRAMA E DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Art. 15. A ação administrativa do Poder Executivo obedecerá a programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual, elaborados através dos órgãos de planejamento, sob a orientação e a coordenação superiores do Presidente da República.

§ 1º Cabe a cada Ministro de Estado orientar e dirigir a elaboração do programa setorial e regional correspondente ao seu Ministério, e ao Ministro do Planejamento e Coordenação Geral auxiliar diretamente o Presidente da República na coordenação, revisão e consolidação dos programas setoriais e regionais e na elaboração da programação geral do Governo.

§ 2º Com relação à Administração Militar, observar-se-á o disposto no art. 59.

§ 3º A aprovação dos planos e programas gerais, setoriais e regionais é da competência do Presidente da República.

Art. 16. Em cada ano, será elaborado um orçamento-programa, que pormenorizará a etapa do programa plurianual a ser realizada no exercício seguinte e que servirá de roteiro à execução coordenada do programa anual.

Parágrafo único. Na elaboração do orçamento-programa serão considerados, além dos recursos consignados no Orçamento da União, os recursos extra-orçamentários vinculados à execução do programa do Governo.

Art. 17. Para ajustar o ritmo de execução do orçamento-programa ao fluxo provável de recursos, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Ministério da Fazenda elaborarão, em conjunto, a programação financeira de desembolso, de modo a assegurar a liberação automática e oportuna dos recursos necessários à execução dos programas anuais de trabalho.

Art. 18. Toda atividade deverá ajustar-se à programação governamental e ao orçamento-programa e os compromissos financeiros só poderão ser assumidos em consonância com a programação financeira de desembolso.

Título IV

DA SUPERVISÃO MINISTERIAL

Art. 19. Todo e qualquer órgão da Administração Federal, direta ou indireta, está sujeito à supervisão do Ministro de Estado competente, excetuados unicamente os órgãos mencionados no art. 32, que estão submetidos à supervisão direta do Presidente da República.

Art. 20. O Ministro de Estado é responsável, perante o Presidente da República, pela supervisão dos órgãos da Administração Federal enquadrados em sua área de competência.

Parágrafo único. A supervisão ministerial exercer-se-á através da orientação, coordenação e controle das atividades dos órgãos subordinados ou vinculados ao Ministério, nos termos desta lei.

Art. 21. O Ministro de Estado exercerá a supervisão de que trata este título com apoio nos Órgãos Centrais.

Art. 22. Os órgãos a que se refere o item I do art. 22, têm a incumbência de:

I — Órgãos Centrais de planejamento, coordenação e controle financeiro.

II — Órgãos Centrais de direção superior.

Art. 23. Os órgãos a que se refere o item I do art. 22, têm a incumbência de assessorar diretamente o Ministro de Estado e, por força de suas atribuições, em nome e sob a direção do Ministro, realizar estudos para formulação de diretrizes e desempenhar funções de planejamento, orçamento, orientação, coordenação, inspeção e controle financeiro, desdobrando-se em:

I — Uma Secretaria Geral.

II — Uma Inspeção Geral de Finanças.

§ 1º A Secretaria Geral atua como órgão setorial de planejamento e orçamento, na forma do Título III, e será dirigida por um Secretário-Geral, o qual poderá exercer funções delegadas pelo Ministro de Estado.

§ 2º A Inspeção Geral de Finanças, que será dirigida por um Inspetor-Geral, integra, como órgão setorial, os sistemas de administração financeiro, contabilidade e auditoria, superintendendo o exercício dessas funções no âmbito do Ministério e cooperação com a Secretaria Geral no acompanhamento da execução do programa e do orçamento.

§ 3º Nos Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, os Órgãos Centrais de que trata este artigo terão, a par das funções previstas neste título, as atribuições que decorrem da competência daqueles Ministérios nos assuntos que dizem respeito a orçamento e a administração financeira, contabilidade e auditoria.

Art. 24. Os Órgãos Centrais de direção superior (art. 22, item II) executam funções de administração das atividades específicas e auxiliares do Ministério e serão, preferentemente, organizados em base departamental, observados os princípios estabelecidos nesta lei.

Art. 25. A supervisão ministerial tem por principal objetivo, na área de competência do Ministro de Estado:

- I — Assegurar a observância da legislação federal.
- II — Promover a execução dos programas do Governo.
- III — Fazer observar os princípios fundamentais enunciados no Título II.
- IV — Coordenar as atividades dos órgãos supervisionados e harmonizar sua atuação com a dos demais Ministérios.
- V — Avaliar o comportamento administrativo dos órgãos supervisionados e diligenciar no sentido de que estejam confiados a dirigentes capacitados.
- VI — Proteger a administração dos órgãos supervisionados contra interferências e pressões ilegítimas.
- VII — Fortalecer o sistema do mérito.
- VIII — Fiscalizar a aplicação e utilização de dinheiros, valores e bens públicos.
- IX — Acompanhar os custos globais dos programas setoriais do Governo, a fim de alcançar uma prestação econômica de serviços.
- X — Fornecer ao órgão próprio do Ministério da Fazenda os elementos necessários à prestação de contas do exercício financeiro.
- XI — Transmitir ao Tribunal de Contas, sem prejuízo da fiscalização deste, informes relativos à administração financeira e patrimonial dos órgãos do Ministério.

Art. 26. No que se refere à Administração Indireta, a supervisão ministerial visará a assegurar, essencialmente:

- A realização dos objetivos fixados nos atos de constituição da entidade.
- II — A harmonia com a política e a programação do Governo no setor da atuação da entidade.
- III — A eficiência administrativa.
- IV — A autonomia administrativa, operacional e financeira da entidade.

Parágrafo único. A supervisão exercer-se-á mediante adoção das seguintes medidas, além de outras estabelecidas em regulamento:

- a) indicação ou nomeação pelo Ministro ou, se for o caso, eleição dos dirigentes da entidade, conforme sua natureza jurídica;
- b) designação, pelo Ministro, dos representantes do Governo Federal nas Assembleias Gerais e órgãos de administração ou controle da entidade;
- c) recebimento sistemático de relatórios, boletins, balancetes, balanços e informações que permitam ao Ministro acompanhar as atividades da entidade e a execução do orçamento-programa e da programação financeira aprovados pelo Governo;
- d) aprovação anual da proposta de orçamento-programa e da programação financeira da entidade, no caso de autarquia;
- e) aprovação de contas, relatórios e balanços, diretamente ou através dos representantes ministeriais nas Assembleias e órgãos de administração ou controle;
- f) fixação, em níveis compatíveis com os critérios de operação econômica, das despesas de pessoal e de administração;
- g) fixação de critérios para gastos de publicidade, divulgação e relações públicas;
- h) realização de auditoria e avaliação periódica de rendimento e produtividade;
- i) intervenção, por motivo de interesse público.

Art. 27. Assegurada a supervisão ministerial, o Poder Executivo outorgará aos órgãos da Administração Federal a autoridade executiva necessária ao eficiente desempenho de sua responsabilidade legal ou regulamentar.

Parágrafo único. Assegurar-se-á às empresas públicas e às sociedades de economia mista condições de funcionamento idênticas às do setor privado, cabendo a essas entidades, sob a supervisão ministerial, ajustar-se ao plano geral do Governo.

Art. 28. A entidade da Administração Indireta deverá estar habilitada a:

I — Prestar contas da sua gestão, pela forma e nos prazos estipulados em cada caso.

II — Prestar a qualquer momento, por intermédio do Ministro de Estado, as informações solicitadas pelo Congresso Nacional.

III — Evidenciar os resultados positivos ou negativos de seus trabalhos, indicando suas causas e justificando as medidas postas em prática ou cuja adoção se impuser, no interesse do Serviço Público.

Art. 29. Em cada Ministério Civil, além dos órgãos Centrais de que trata o art. 22, o Ministro de Estado disporá da assistência direta e imediata de:

I — Gabinete.

II — Consultor Jurídico, exceto no Ministério da Fazenda.

III — Divisão de Segurança e Informações.

§ 1º O Gabinete assiste o Ministro de Estado em sua representação política e social, e incumbe-se das relações públicas, encarregando-se do preparo e despacho do expediente pessoal do Ministro.

§ 2º O Consultor Jurídico incumbe-se do assessoramento jurídico do Ministro de Estado.

§ 3º A Divisão de Segurança e Informações colabora com a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e com o Serviço Nacional de Informações.

§ 4º No Ministério da Fazenda, o serviço de consulta jurídica continua afeto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e aos seus órgãos integrantes, cabendo a função de Consultor Jurídico do Ministro de Estado ao Procurador-Geral, nomeado em comissão, pelo critério de confiança e livre escolha, entre bacharéis em Direito.

Título V

DOS SISTEMAS DE ATIVIDADES AUXILIARES

Art. 30. Serão organizadas sob a forma de sistema as atividades de pessoal, orçamento, estatística, administração financeira, contabilidade e auditoria, e serviços gerais, além de outras atividades auxiliares comuns a todos os órgãos da Administração que, a critério do Poder Executivo, necessitem de coordenação central.

§ 1º Os serviços incumbidos do exercício das atividades de que trata este artigo consideram-se integrados no sistema respectivo e ficam, conseqüentemente, sujeitos à orientação normativa, à supervisão técnica e à fiscalização específica do órgão central do sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

§ 2º O chefe do órgão central do sistema é responsável pelo fiel cumprimento das leis e regulamentos pertinentes e pelo funcionamento eficiente e coordenado do sistema.

§ 3º É dever dos responsáveis pelos diversos órgãos competentes dos sistemas atuar de modo a imprimir o máximo rendimento e a reduzir os custos operacionais da Administração.

§ 4º Junto ao órgão central de cada sistema poderá funcionar uma Comissão de Coordenação, cujas atribuições e composição serão definidas em decreto.

Art. 31. Os órgãos centrais dos sistemas indicados no art. 30 situam-se:

- I — Na Presidência da República, o de Pessoal Civil.
- II — No Ministério do Planejamento e Coordenação Geral o de Orçamento e o de Estatística.
- III — No Ministério da Fazenda, o de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, e o de Serviços Gerais, que compreende a administração de material, a administração patrimonial e a de edifícios e instalações.

Parágrafo único. O órgão central do Sistema de Orçamento e do Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, serão, respectivamente, a Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e a Inspeção Geral de Finanças, do Ministério da Fazenda (Art. 23, § 3º).

Título VI

DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Art. 32. A Presidência da República é constituída essencialmente pelo Gabinete Civil e pelo Gabinete Militar. Também dela fazem parte, como órgãos de assessoramento imediato do Presidente da República:

- I — Conselho de Segurança Nacional.
- II — Serviço Nacional de Informações.
- III — Estado-Maior das Forças Armadas.
- IV — Departamento Administrativo do Pessoal Civil.
- V — Consultoria Geral da República.
- VI — Alto Comando das Forças Armadas.

Art. 33. Ao Gabinete Civil incumbe:

- I — Assistir, direta e imediatamente, o Presidente da República no desempenho de suas atribuições e, em especial, nos assuntos referentes à administração civil.
- II — Promover a divulgação de atos e atividades governamentais.
- III — Acompanhar a tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional e coordenar a colaboração dos Ministérios e demais órgãos da administração, no que respeita aos projetos de lei submetidos à sanção presidencial.

Art. 34. Ao Gabinete Militar incumbe:

- I — Assistir, direta e imediatamente, o Presidente da República no desempenho de suas atribuições e, em especial, nos assuntos referentes à Segurança Nacional e à Administração Militar.
- II — Zelar pela segurança do Presidente da República e dos Palácios Presidenciais.

Parágrafo único. O Chefe do Gabinete Militar exerce as funções de Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Título VII

DOS MINISTÉRIOS E RESPECTIVAS ÁREAS DE COMPETÊNCIA

Art. 35. Os Ministérios, de que são titulares Ministros de Estado (Art. 20), são os seguintes:

SETOR POLÍTICO

- Ministério da Justiça.
- Ministério das Relações Exteriores.

SETOR DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

SETOR ECONOMICO

Ministério da Fazenda.
Ministério dos Transportes.
Ministério da Agricultura.
Ministério da Indústria e do Comércio.
Ministério das Minas e Energia.
Ministério do Interior.

SETOR SOCIAL

Ministério da Educação e Cultura.
Ministério do Trabalho e Previdência Social
Ministério da Saúde.
Ministério das Comunicações

SETOR MILITAR

Ministério da Marinha
Ministério do Exército
Ministério da Aeronáutica

Art. 36. Para auxiliá-lo, temporariamente, na coordenação de assuntos afins ou interdependentes, o Presidente da República poderá incumbir de missão coordenadora um dos Ministros de Estado ou, conforme o caso, o Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

§ 1º O Ministro Coordenador, sem prejuízo das atribuições da Pasta que ocupar, atuará em harmonia com as instruções emanadas do Presidente da República, buscando os elementos necessários ao cumprimento de sua missão mediante cooperação dos Ministros de Estado em cuja área de competência estejam compreendidos os assuntos objeto de coordenação.

§ 2º O Ministro Coordenador formulará soluções para a decisão final do Presidente da República.

§ 3º Poderão ser coordenados, entre outros, os assuntos econômicos, militares, de ciência e tecnologia, de assistência médica e de abastecimento.

Art. 37. Além dos 4 (quatro) previstos nos arts. 147, 155, 157 e 169 o Presidente da República poderá prover até 3 (três) cargos de Ministro Extraordinário, para o desempenho de encargos temporários de natureza relevante.

Parágrafo único. Ao Ministro Extraordinário poderá ser confiada a missão coordenadora a que se refere o artigo anterior.

Art. 38. O Ministro Extraordinário e o Ministro Coordenador disporão de assistência técnica e administrativa essencial para o desempenho das missões de que forem incumbidos pelo Presidente da República, na forma por que se dispuser em decreto.

Art. 39. Os assuntos que constituem a área de competência de cada Ministério são, a seguir, especificados:

SETOR POLÍTICO**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

I — Ordem jurídica, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, garantias constitucionais.

II — Segurança interna. Polícia Federal.

III — Administração penitenciária.

IV — Ministério Público.

V — Documentação, publicação e arquivo dos atos oficiais.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

I — Política Internacional.

II — Relações diplomáticas; serviços consulares.

III — Participação nas negociações comerciais, econômicas, financeiras, técnicas e culturais com países e entidades estrangeiras.

IV — Programas de cooperação internacional.

SETOR DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

I — Plano geral do Governo, sua coordenação. Integração dos planos regionais.

II — Estudos e pesquisas sócio-econômicos, inclusive setoriais e regionais.

III — Programação orçamentária; proposta orçamentária anual.

IV — Coordenação da assistência técnica internacional.

V — Sistemas estatístico e cartográfico nacionais.

VI — Organização administrativa.

SETOR ECONÔMICO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

I — Assuntos monetários, creditícios, financeiros e fiscais; poupança popular.

II — Administração tributária.

III — Arrecadação.

IV — Administração financeira.

V — Contabilidade e auditoria.

VI — Serviços Gerais.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

I — Coordenação dos transportes.

II — Transportes ferroviários e rodoviários.

III — Transportes aquaviários. Marinha mercante; portos e vias navegáveis.

IV — Participação na coordenação dos transportes aeroviários, na forma estabelecida no art. 162.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

I — Agricultura; pecuária; caça; pesca.

II — Recursos naturais renováveis: flora, fauna e solo.

III — Organização da vida rural; reforma agrária.

IV — Estimulos financeiros e creditícios.

V — Meteorologia; climatologia.

VI — Pesquisa e experimentação.

VII — Vigilância e defesa sanitária animal e vegetal.

VIII — Padronização e inspeção de produtos vegetais e animais ou do consumo nas atividades agropecuárias.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

I — Desenvolvimento industrial e comercial.

II — Comércio exterior.

III — Seguros privados e capitalização.

IV — Propriedade industrial; registro do comércio; legislação metrológica.

- V — Turismo.
- VI — Pesquisa e experimentação tecnológica.

MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA

- I — Geologia, recursos minerais e energéticos.
- II — Regime hidrológico e fontes de energia hidráulica.
- III — Mineração.
- IV — Indústria do petróleo.
- V — Indústria de energia elétrica, inclusive de natureza nuclear.

MINISTERIO DO INTERIOR

- I — Desenvolvimento regional.
- II — Radicação de populações, ocupação do território. Migrações internas.
- III — Territórios federais.
- IV — Saneamento básico.
- V — Beneficiamento de áreas e obras de proteção contra secas e inundações. Irrigação.
- VI — Assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas.
- VII — Assistência ao índio.
- VIII — Assistência aos Municípios.
- IX — Programa nacional de habitação.

SETOR SOCIAL

MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA

- I — Educação; ensino (exceto o militar); magistério.
- II — Cultura — letras e artes.
- III — Patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico.
- IV — Desportos.

MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL

- I — Trabalho; organização profissional e sindical; fiscalização.
- II — Mercado de trabalho; política de emprego.
- III — Política salarial.
- IV — Previdência e assistência social.
- V — Política de imigração.
- VI — Colaboração com o Ministério Público junto à Justiça do Trabalho.

MINISTERIO DA SAUDE

- I — Política nacional de saúde.
- II — Atividades médicas e para-médicas.
- III — Ação preventiva em geral; vigilância sanitária de fronteiras e de portos marítimos, fluviais e aéreos.
- IV — Controle de drogas, medicamentos e alimentos.
- V — Pesquisas médico-sanitárias.

MINISTERIO DAS COMUNICACOES

- I — Telecomunicações.
- II — Serviços postais.

SETOR MILITAR

MINISTERIO DA MARINHA
(Art. 54)

MINISTERIO DO EXERCITO
(Art. 59)

MINISTERIO DA AERONAUTICA
(Art. 63)

Título VIII DA SEGURANÇA NACIONAL

CAPÍTULO I

DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Art. 40. O Conselho de Segurança Nacional destina-se a assessorar o Presidente da República na formulação e na conduta da política de segurança nacional.

§ 1º A formulação da Política de Segurança Nacional far-se-á, basicamente, mediante o estabelecimento do Conceito Estratégico Nacional.

§ 2º No que se refere à conduta da Política de Segurança Nacional, o Conselho apreciará problemas que lhe forem propostos, no quadro da conjuntura nacional ou internacional.

Art. 41. Caberá, ainda, ao Conselho o cumprimento de outras tarefas específicas previstas na Constituição.

Art. 42. O Conselho de Segurança Nacional é convocado e presidido pelo Presidente da República, dele participando, no caráter de membros natos, o Vice-Presidente da República, todos os Ministros de Estado, inclusive os Extraordinários, os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, o Chefe do Serviço Nacional de Informações, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e os Chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Aeronáutica.

§ 1º O Presidente da República poderá designar membros eventuais, conforme a matéria a ser apreciada.

§ 2º O Presidente da República pode ouvir o Conselho de Segurança Nacional, mediante consulta a cada um dos seus membros em expediente remetido por intermédio da Secretaria-Geral.

Art. 43. O Conselho dispõe de uma Secretaria-Geral, como órgão de estudo, planejamento e coordenação no campo da segurança nacional e conta com a colaboração da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis, como órgãos complementares.

Parágrafo único. Cabe ao Secretário-Geral secretariar as reuniões do Conselho de Segurança Nacional.

CAPÍTULO II

DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Art. 44. O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular as que interessem à segurança nacional.

Título IX DAS FORÇAS ARMADAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 45. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a au-

toridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei. Destinam-se a defender a Pátria e a garantir os Poderes constituídos, a lei e a ordem.

Parágrafo único. Elementos das Forças Armadas, nos casos de calamidade pública, poderão ser chamados a colaborar na assistência às populações atingidas e no restabelecimento da normalidade.

Art. 46. O Poder Executivo fixará a organização pormenorizada das Forças Armadas singulares — Forças Navais, Forças Terrestres e Força Aérea Brasileira — e das Forças Combinadas ou Conjuntas, bem como dos demais órgãos integrantes dos Ministérios Militares, suas denominações, locanções e atribuições.

Parágrafo único. Caberá, também, ao Poder Executivo, nos limites fixados em lei, dispor sobre as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, como forças auxiliares, reserva do Exército.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO DIRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Seção I

Do Alto Comando das Forças Armadas

Art. 47. O Alto Comando das Forças Armadas é um órgão de assessoramento do Presidente da República, nas decisões relativas à política militar e à coordenação de assuntos pertinentes às Forças Armadas.

Art. 48. Integram o Alto Comando das Forças Armadas os Ministros Militares, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e os Chefes dos Estados-Maiores de cada uma das Forças singulares.

Art. 49. O Alto Comando das Forças Armadas reúne-se quando convocado pelo Presidente da República e é secretariado pelo Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

Seção II

Do Estado-Maior das Forças Armadas

Art. 50. O Estado-Maior das Forças Armadas, órgão de assessoramento do Presidente da República, tem por atribuições:

I — Proceder aos estudos para a fixação da Política, da Estratégia e da Doutrina Militares, bem como elaborar e coordenar os planos e programas decorrentes.

II — Estabelecer os planos e coordenar o emprêgo de Forças Combinadas ou Conjuntas e de Forças singulares destacadas para participar de operações militares no exterior.

III — Coordenar as informações no campo militar.

IV — Propor os critérios de prioridade para aplicação dos recursos destinados à defesa militar.

V — Coordenar os planos de pesquisas, de fortalecimento e de mobilização das Forças Armadas, e os programas de aplicação de recursos decorrentes.

VI — Coordenar as representações das Forças Armadas no País e no exterior.

VII — Proceder aos estudos e preparar as decisões sobre assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente da República.

Parágrafo único. O Estado-Maior das Forças Armadas passará a ser órgão de assessoramento do Ministro Coordenador, eventualmente incumbido, na forma do disposto no art. 36 e no parágrafo único do art. 37, de coordenar os assuntos militares.

Art. 51. A Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas é exercida por um Oficial-General do mais alto posto, nomeado pelo Presidente da República, obedecido a rodízio entre as Forças Armadas.

Parágrafo único. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas tem precedência funcional regulada em lei.

Art. 52. As funções de Estado-Maior e Serviços no Estado-Maior das Forças Armadas são exercidas por oficiais das três Forças singulares.

Art. 53. O Conselho de Chefes de Estado-Maior, constituído do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e dos Chefes de Estado-Maior das Forças singulares, reúne-se periodicamente, sob a presidência do primeiro, para apreciação de assuntos específicos do Estado-Maior das Forças Armadas e os de interesse comum a mais de uma das Forças singulares.

CAPÍTULO III

DOS MINISTÉRIOS MILITARES

Seção I

Do Ministério da Marinha

Art. 54. O Ministério da Marinha administra os negócios da Marinha de Guerra e tem como atribuição principal a preparação desta para o cumprimento de sua destinação constitucional.

§ 1º Cabe ao Ministério da Marinha:

I — Propor a organização e providenciar o aparelhamento e adestramento das Forças Navais e Aeronavais e do Corpo de Fuzileiros Navais, inclusive para integrarem Forças Combinadas ou Conjuntas.

II — Orientar e realizar pesquisas e desenvolvimento de interesse da Marinha, obedecido o previsto no item V do art. 50 da presente Lei.

III — Estudar e propor diretrizes para a política marítima nacional.

§ 2º Ao Ministério da Marinha competem ainda as seguintes atribuições subsidiárias:

I — Orientar e controlar a Marinha Mercante Nacional e demais atividades correlatas no que interessa à segurança nacional e prover a segurança da navegação, seja ela marítima, fluvial ou lacustre.

II — Exercer a polícia naval.

Art. 55. O Ministro da Marinha exerce a direção geral do Ministério da Marinha e é o Comandante Superior da Marinha de Guerra.

Art. 56. A Marinha de Guerra compreende suas organizações próprias, o pessoal em serviço ativo e sua reserva, inclusive as formações auxiliares, conforme fixado em lei.

Art. 57. O Ministério da Marinha é constituído de:

I — Órgãos de Direção Geral.

— Almirantado (Alto Comando da Marinha de Guerra).

— Estado-Maior da Armada.

II — Órgãos de Direção Setorial, organizados em base departamental (art. 24).

III — Órgãos de Assessoramento

— Gabinete do Ministro.

— Consultoria Jurídica.

— Conselho de Almirantes.

— Outros Conselhos e Comissões.

IV — Órgãos de Apoio

— Diretorias e outros órgãos.

V — Forças Navais e Aeronavais (elementos próprios — navios e helicópteros — e elementos destacados da Força Aérea Brasileira).

— Corpo de Fuzileiros Navais.

— Distritos Navais.

Art. 58. O Chefe do Estado-Maior da Armada é também o Comandante Geral das Forças mencionadas no inciso V do artigo anterior.

Seção II

Do Ministério do Exército

Art. 59. O Ministério do Exército administra os negócios do Exército e tem, como atribuição principal, a preparação do Exército para o cumprimento da sua destinação constitucional.

§ 1º Cabe ao Ministério do Exército:

I — Propor a organização e providenciar o aparelhamento e o adestramento das Forças Terrestres, inclusive para integrar as Forças Combinadas ou Conjuntas.

II — Orientar e realizar pesquisas e desenvolvimento de interesse do Exército, obedecido o previsto no item V do art. 50 da presente lei.

§ 2º Ao Ministério do Exército compete ainda propor as medidas para a efetivação do disposto no Parágrafo único do art. 46 da presente lei.

Art. 60. O Ministro do Exército exerce a direção geral das atividades do Ministério e é o Comandante Superior do Exército.

Art. 61. O Exército é constituído do Exército ativo e sua Reserva.

§ 1º O Exército ativo é a parte do Exército organizada e aparelhada para o cumprimento de sua destinação constitucional e em pleno exercício de suas atividades.

§ 2º Constitui a Reserva do Exército todo o pessoal sujeito à incorporação no Exército ativo, mediante mobilização ou convocação, e as forças e organizações auxiliares, conforme fixado em lei.

Art. 62. O Ministério do Exército compreende:

I — Órgãos de Direção Geral

— Alto Comando do Exército.

— Estado-Maior do Exército.

— Conselho Superior de Economia e Finanças.

II — Órgãos de Direção Setorial, organizados em base departamental (art. 24).

III — Órgãos de Assessoramento

— Gabinete do Ministro.

— Consultoria Jurídica.

— Secretaria Geral.

— Outros Conselhos e Comissões.

IV — Órgãos de Apoio

— Diretorias e outros órgãos.

V — Forças Terrestres

— Órgãos Territoriais.

Seção III

Do Ministério da Aeronáutica

Art. 63. O Ministério da Aeronáutica administra os negócios da Aeronáutica e tem como atribuição principal a preparação da Força Aérea Brasileira para o cumprimento da sua destinação constitucional.

Parágrafo único. Cabe ao Ministério da Aeronáutica:

I — Propor a organização e providenciar o aparelhamento e o adestramento da Força Aérea Brasileira, inclusive de elementos para integrar as Forças Combinadas ou Conjuntas.

II — Orientar e realizar pesquisas e desenvolvimento de interesse da Aeronáutica, obedecendo o previsto no item V do art. 50 da presente lei.

III — Estudar e propor diretrizes para a política aérea nacional.

IV — Supervisionar e controlar as atividades aeronáuticas civis, tanto comerciais como privadas e desportivas, obedecendo, quanto às primeiras, a orientação estabelecida pelo Conselho Nacional de Transportes, nos termos do art. 16ª desta lei.

V — Estabelecer, equipar e operar a infra-estrutura aeronáutica, inclusive os serviços de apoio necessários à navegação aérea.

VI — Operar o Cortejo Aéreo Nacional.

Art. 64. O Ministro da Aeronáutica exerce a direção geral das atividades do Ministério e é o Comandante Superior da Força Aérea Brasileira.

Art. 65. A Aeronáutica Militar é constituída por suas organizações próprias, pelo pessoal em serviço ativo e por sua reserva, inclusive as organizações auxiliares conforme previsto em lei.

Art. 66. O Ministério da Aeronáutica compreende:

I — Órgãos de Direção Geral

— Alto Comando da Aeronáutica.

— Estado-Maior da Aeronáutica.

II — Órgãos de Direção Setorial, organizados em base departamental (art. 24).

III — Órgãos de Assessoramento

— Gabinete do Ministro.

— Consultoria Jurídica.

— Secretaria Geral.

— Outros Conselhos e Comissões.

IV — Órgãos de Apoio

— Diretorias e outros órgãos.

V — Força Aérea Brasileira (inclusive elementos para operações aeronavais e aeroterrestres)

— Zonas Aéreas.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 67. O Almirantado (Alto Comando da Marinha de Guerra), o Alto Comando do Exército e o Alto Comando da Aeronáutica, a que se referem os arts 57, 62 e 66 são órgãos integrantes da Direção Geral do Ministério da Marinha, do Exército e da Aeronáutica cabendo-lhes assessorar os respectivos Ministros, principalmente:

a) nos assuntos relativos à política militar peculiar à Força singular;

b) nas matérias de relevância — em particular, de organização, administração e logística — dependentes de decisão ministerial;

c) na seleção do quadro de Oficiais Generais.

Título X

DAS NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
E DE CONTABILIDADE

Art. 68. O Presidente da República prestará anualmente ao Congresso Nacional as contas relativas ao exercício anterior, sobre as quais dará parecer prévio o Tribunal de Contas.

Art. 69. Os órgãos da Administração Direta observarão um plano de contas único e as normas gerais de contabilidade e da auditoria que forem aprovados pelo Governo.

Art. 70. Publicados a lei orçamentária ou os decretos de abertura de créditos adicionais, as unidades orçamentárias, os órgãos administrativos, os de contabilização e os de fiscalização financeira ficam, desde logo, habilitados a tomar as providências cabíveis para o desempenho das suas tarefas.

Art. 71. A discriminação das dotações orçamentárias globais de despesas será feita:

I — No Poder Legislativo e órgãos auxiliares, pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e pelo Presidente do Tribunal de Contas.

II — No Poder Judiciário, pelos Presidentes dos Tribunais e demais órgãos competentes.

III — No Poder Executivo, pelos Ministros de Estado ou dirigentes de órgãos da Presidência da República.

Art. 72. Com base na lei orçamentária, créditos adicionais e seus atos complementares, o órgão central da programação financeira fixará as cotas e prazos de utilização de recursos pelos órgãos da Presidência da República, pelos Ministérios e pelas autoridades dos Poderes Legislativo e Judiciário para atender à movimentação dos créditos orçamentários ou adicionais.

§ 1º Os Ministros de Estado e os dirigentes de órgãos da Presidência da República aprovarão a programação financeira setorial e autorizarão às unidades administrativas a movimentar os respectivos créditos, dando ciência ao Tribunal de Contas.

§ 2º O Ministro de Estado, por proposta do Inspetor Geral de Finanças, decidirá quanto aos limites de descentralização da administração dos créditos, tendo em conta as atividades peculiares de cada órgão.

Art. 73. Nenhuma despesa poderá ser realizada sem a existência de crédito que a comporte ou quando imputada a dotação própria, vedada expressamente qualquer atribuição de fornecimento ou prestação de serviços cujo custo exceda aos limites previamente fixados em lei.

Parágrafo único. Mediante representação do órgão contábil serão impugnados quaisquer atos referentes a despesas que incidam na proibição do presente artigo.

Art. 74. Na realização da receita e da despesa pública será utilizada a via bancária, de acordo com as normas estabelecidas em regulamento.

§ 1º Nos casos em que se torne indispensável a arrecadação de receita diretamente pelas unidades administrativas, o recolhimento à conta bancária far-se-á no prazo regulamentar.

§ 2º O pagamento de despesa, obedecidas as normas que regem a execução orçamentária (Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), far-se-á mediante ordem bancária ou cheque nominativo, contabilizado pelo órgão competente e obrigatoriamente assinado pelo ordenador da despesa e pelo encarregado do setor financeiro.

§ 3.º Em casos excepcionais, quando houver despesa não atendível pela via bancária, as autoridades ordenadoras poderão autorizar suprimimentos de fundos, de preferência a agentes afluídos, fazendo-se os lançamentos contábeis necessários e fixando-se prazo para comprovação dos gastos.

Art. 75. Os órgãos da Administração Federal atenderão às solicitações que, a qualquer tempo, venham a ser feitas pelo Tribunal de Contas ou suas Delegações, prestando os informes relativos à administração dos créditos e facilitando a realização das inspeções de controle externo dos órgãos encarregados de administração financeira, contabilidade e auditoria.

Art. 76. Caberá ao Inspetor Geral de Finanças ou autoridade delegada autorizar a inscrição de despesas na conta "Restos a Pagar" (Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), obedecendo-se na liquidação respectiva as mesmas formalidades fixadas para a administração dos créditos orçamentários.

Parágrafo único. As despesas inscritas na conta de "Restos a Pagar" serão liquidadas quando do recebimento do material, da execução da obra ou da prestação do serviço, ainda que ocorram depois do encerramento do exercício financeiro.

Art. 77. Todo ato de gestão financeira deve ser realizado por força do documento que comprove a operação e registrado na contabilidade, mediante classificação em conta adequada.

Art. 78. O acompanhamento da execução orçamentária será feito pelos órgãos de contabilização.

§ 1º Em cada unidade responsável pela administração de créditos proceder-se-á sempre à contabilização destes.

§ 2º A contabilidade sintética ministerial caberá à Inspetoria Geral de Finanças.

§ 3º A contabilidade geral caberá à Inspetoria Geral de Finanças do Ministério da Fazenda.

§ 4º Atendidas as conveniências do serviço, um único órgão de contabilidade analítica poderá encarregar-se da contabilização para várias unidades operacionais do mesmo ou de vários Ministérios.

§ 5º Os documentos relativos à escrituração dos atos da receita e despesa ficarão arquivados no órgão de contabilidade analítica e à disposição das autoridades responsáveis pelo acompanhamento administrativo e fiscalização financeira e, bem assim, dos agentes incumbidos do controle externo, de competência do Tribunal de Contas.

Art. 79. A contabilidade deverá apurar os custos dos serviços, de forma a evidenciar os resultados da gestão.

Art. 80. Os órgãos de contabilidade inscreverão como responsável todo o ordenador da despesa, o qual só poderá ser exonerado de sua responsabilidade após julgadas regulares suas contas pelo Tribunal de Contas.

§ 1º Ordenador de despesas é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda.

§ 2º O ordenador de despesa, salvo conviência, não é responsável por prejuízos causados à Fazenda Nacional decorrentes de atos praticados por agente subordinado que exorbitar das ordens recebidas.

§ 3º As despesas feitas por meio de suprimentos, desde que não impugnadas pelo ordenador, serão escrituradas e incluídas na sua tomada de contas, na forma prescrita; quando impugnadas, deverá o ordenador determinar imediatas providências administrativas para a apuração das responsabilidades e imposição das penalidades cabíveis, sem prejuízo do julgamento da regularidade das contas pelo Tribunal de Contas.

Art. 81. Todo ordenador de despesa ficará sujeito a tomada de contas realizada pelo órgão de contabilidade e verificada pelo órgão de auditoria interna, antes de ser encaminhada ao Tribunal de Contas (artigo 82).

Parágrafo único. O funcionário que receber suprimento de fundos, na forma do disposto no art. 74, § 3º, é obrigado a prestar contas de sua aplicação procedendo-se, automaticamente, a tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado.

Art. 82. As tomadas de contas serão objeto de pronunciamento expresso do Ministro de Estado, dos dirigentes de órgãos da Presidência da República ou de autoridade a quem estes delegarem competência, antes de seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para os fins constitucionais e legais.

§ 1º A tomada de contas dos ordenadores, agentes recebedores, tesoureiros ou pagadores será feita no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias do encerramento do exercício financeiro pelos órgãos encarregados da contabilidade apaltica e, antes de ser submetida a pronunciamento do Ministro de Estado, dos dirigentes de órgãos da Presidência da República ou da autoridade a quem estes delegarem competência, terá sua regularidade certificada pelo órgão de auditoria.

§ 2º Sem prejuízo do encaminhamento ao Tribunal de Contas, a autoridade a que se refere o parágrafo anterior, no caso de irregularidade, determinará as providências que, a seu critério, se tornarem indispensáveis para resguardar o interesse público e a probidade na aplicação dos dinheiros públicos, dos quais dará ciência oportunamente ao Tribunal de Contas.

§ 3º Sempre que possível, desde que não retardem nem dificultem as tomadas de contas, estas poderão abranger conjuntamente a dos ordenadores e tesoureiros ou pagadores.

Art. 83. Cabe aos detentores de suprimentos de fundos fornecer indicação precisa dos saídos em seu poder em 31 de dezembro, para efeito de contabilização e reinscrição da respectiva responsabilidade pela sua aplicação em data posterior, observados os prazos assinalados pelo ordenador da despesa.

Parágrafo único. A importância aplicada até 31 de dezembro será comprovada até 15 de janeiro seguinte.

Art. 84. Quando se verificar que determinada conta não foi prestada, ou que ocorreu desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízo para a Fazenda Pública, as autoridades administrativas, sob pena de co-responsabilidade e sem embargo dos procedimentos disciplinares, deverão tomar imediatas providência para assegurar o respectivo ressarcimento e instaurar a tomada de contas, fazendo-se as comunicações a respeito ao Tribunal de Contas.

Art. 85. A Inspeção Geral de Finanças, em cada Ministério, manterá atualizada relação de responsáveis por dinheiros, valores e bens públicos, cujo rol deverá ser transmitido anualmente ao Tribunal de Contas, comunicando-se trimestralmente as alterações.

Art. 86. A movimentação dos créditos destinados à realização de despesas reservadas ou confidenciais será feita sigilosamente e nesse caráter serão tomadas as contas dos responsáveis.

Art. 87. Os bens móveis, materiais e equipamentos em uso ficarão sob a responsabilidade dos chefes de serviço, procedendo-se periodicamente a verificações pelos competentes órgãos de controle.

Art. 88. Os estoques serão obrigatoriamente contabilizados, fazendo-se a tomada anual das contas dos responsáveis.

Art. 89. Todo aquele que, a qualquer título, tenha a seu cargo serviço de contabilidade da União é pessoalmente responsável pela exatidão das contas e oportuna apresentação dos balancetes, balanços e demons-

trações contábeis dos atos relativos à administração financeira e patrimonial do setor sob sua jurisdição.

Art. 90. Responderão pelos prejuízos que causarem à Fazenda Pública o ordenador de despesas e o responsável pela guarda de dinheiros, valores e bens.

Art. 91. O orçamento incluirá verba global para constituição de um Fundo de Reserva Orçamentária, destinando-se os recursos a despesas correntes quando se evidenciar deficiências nas respectivas dotações e se fizer indispensável atender a encargo legal ou a necessidade imperiosa do serviço.

Art. 92. Com o objetivo de obter maior economia operacional e racionalizar a execução da programação financeira de desembolso, o Ministério da Fazenda promoverá a unificação de recursos movimentados pelo Tesouro Nacional através de sua Caixa junto ao agente financeiro da União.

Parágrafo único. Os saques contra a Caixa do Tesouro só poderão ser efetuados dentro dos limites autorizados pelo Ministro da Fazenda ou autoridade delegada.

Art. 93. Quem quer que utilize dinheiros públicos terá de justificar seu bom e regular emprego na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes.

Título XI

DAS DISPOSIÇÕES REFERENTES AO PESSOAL CIVIL

CAPÍTULO I

DAS NORMAS GERAIS

Art. 94. O Poder Executivo promoverá a revisão da legislação e das normas regulamentares relativas ao pessoal do Serviço Público Civil, com o objetivo de ajustá-las aos seguintes princípios:

I — Valorização e dignificação da função pública e do servidor público.

II — Aumento da produtividade.

III — Profissionalização e aperfeiçoamento do servidor público; fortalecimento do Sistema do Mérito para ingresso na função pública, acesso a função superior e escolha do ocupante de funções de direção e assessoramento.

IV — Conduta funcional pautada por normas éticas cuja infração incompatibilize o servidor para a função.

V — Constituição de quadros dirigentes, mediante formação e aperfeiçoamento de administradores capacitados a garantir a qualidade, produtividade e continuidade da ação governamental, em consonância com critérios éticos especialmente estabelecidos.

VI — Retribuição baseada na classificação das funções a desempenhar, levando-se em conta o nível educacional exigido pelos deveres e responsabilidade do cargo, a experiência que o exercício deste requer, a satisfação de outros requisitos que se reputarem essenciais ao seu desempenho e às condições do mercado de trabalho.

VII — Organização dos quadros funcionais, levando-se em conta os interesses de recrutamento nacional para certas funções e a necessidade de relacionar ao mercado de trabalho local ou regional o recrutamento, a seleção e a remuneração das demais funções.

VIII — Concessão de maior autonomia aos dirigentes e chefes na administração de pessoal, visando a fortalecer a autoridade do comando, em seus diferentes graus, e a dar-lhes efetiva responsabilidade pela supervisão e rendimento dos serviços sob sua jurisdição.

IX — Fixação da quantidade de servidores, de acordo com as reais necessidades de funcionamento de cada órgão, efetivamente comprovadas e avaliadas na oportunidade da elaboração do orçamento-programa, e estrita observância dos quantitativos que forem considerados adequados pelo Poder Executivo no que se refere aos dispêndios de pessoal. Aprovação das lotações segundo critérios objetivos que relacionam a quantidade de servidores às atribuições e ao volume de trabalho do órgão.

X — Eliminação ou reabsorção do pessoal ocioso, mediante aproveitamento dos servidores excedentes, ou reaproveitamento dos desajustados em funções compatíveis com as suas comprovadas qualificações e aptidões vocacionais, impedindo-se novas admissões, enquanto houver servidores disponíveis para a função.

XI — Instituição, pelo Poder Executivo, de reconhecimento do mérito aos servidores que contribuam com sugestões, planos e projetos não elaborados em decorrência do exercício de suas funções e dos quais possam resultar aumento de produtividade e redução dos custos operacionais da administração.

XII — Estabelecimento de mecanismos adequados à apresentação por parte dos servidores, nos vários níveis organizacionais, de suas reclamações e reivindicações, bem como à rápida apreciação, pelos órgãos administrativos competentes, dos assuntos nelas contidos.

XIII — Estimulo ao associativismo dos servidores para fins sociais e culturais.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional mensagens que consubstanciem a revisão de que trata este artigo.

Art. 95. O Poder Executivo promoverá as medidas necessárias à verificação da produtividade do pessoal a ser empregado em quaisquer atividades da Administração Direta ou de autarquia, visando a colocá-lo em níveis de competição com a atividade privada ou a evitar custos injustificáveis de operação, podendo, por via de decreto executivo ou medidas administrativas, adotar as soluções adequadas, inclusive a eliminação de exigências de pessoal superiores às indicadas pelos critérios de produtividade e rentabilidade.

Art. 96. Nos termos da legislação trabalhista, poderão ser contratados especialistas para atender às exigências de trabalho técnico em institutos, órgãos de pesquisa e outras entidades especializadas da Administração Direta ou autarquia, segundo critérios que, para esse fim, serão estabelecidos em regulamento.

Art. 97. Os Ministros de Estado, mediante prévia e específica autorização do Presidente da República, poderão contratar os serviços de consultores técnicos e especialistas por determinado período, nas condições previstas neste artigo.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS DE APLICAÇÃO IMEDIATA

Art. 98. Cada unidade administrativa terá, no mais breve prazo, revista sua lotação, a fim de que passe a corresponder a suas estritas necessidades de pessoal e seja ajustada às dotações previstas no orçamento (art. 94, inciso IX).

Art. 99. O Poder Executivo adotará providências para a permanente verificação da existência de pessoal ocioso na Administração Federal, diligenciando para sua eliminação ou redistribuição imediata.

§ 1º Sem prejuízo da iniciativa do órgão de pessoal da repartição, todo responsável por setor de trabalho em que houver pessoal ocioso deverá apresentá-lo aos centros de redistribuição e aproveitamento de pessoal que deverão ser criados, em caráter temporário, sendo obrigatório o aproveitamento dos concursados.

§ 2º A redistribuição de pessoal ocorrerá sempre no interesse do Serviço Público, tanto na Administração Direta como em autarquia, assim como de uma para outra, respeitado o regime jurídico pessoal do servidor.

§ 3º O pessoal ocioso deverá ser aproveitado em outro setor, continuando o servidor a receber pela verba da repartição ou entidade de onde tiver sido deslocado, até que se tomem as providências necessárias à regularização da movimentação.

§ 4º Com relação ao pessoal ocioso que não puder ser utilizado na forma deste artigo, será observado o seguinte procedimento:

a) extinção dos cargos considerados desnecessários, ficando os seus ocupantes exonerados ou em disponibilidade, conforme gozem ou não de estabilidade, quando se tratar de pessoal regido pela legislação dos funcionários públicos;

b) dispensa, com a conseqüente indenização legal, dos empregados sujeitos ao regime da legislação trabalhista.

§ 5º Não se preencherá vaga nem se abrirá concurso na Administração Direta ou em autarquia, sem que se verifique, previamente, no competente centro de redistribuição de pessoal, a inexistência de servidor a aproveitar, possuidor da necessária qualificação.

§ 6º Não se exonerará, por força do disposto neste artigo, funcionário nomeado em virtude de concurso.

Art. 100. Instaurar-se-á processo administrativo para a demissão ou dispensa de servidor efetivo ou estável, comprovadamente ineficiente no desempenho dos encargos que lhe competem ou desidioso no cumprimento de seus deveres.

Art. 101. Ressalvados os cargos em comissão definidos em ato do Poder Executivo como de livre escolha do Presidente da República, o provimento em cargos em comissão e funções gratificadas obedecerá a critérios que considerem, entre outros requisitos, os seguintes:

I — Pertencer o funcionário aos quadros de servidores efetivos, ocupando cargo de nível adequado e cujas atribuições guardem relação com as da comissão ou função gratificada.

II — Comprovação de que o funcionário possui experiência adequada e curso de especialização apropriado ao desempenho dos encargos da comissão, considerando-se satisfeito o requisito se o funcionário se submeter a um processo de aperfeiçoamento, nas condições e ocasião em que for estipulado.

III — Obrigar-se o funcionário, quando se caracterizar o interesse da Administração, ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

§ 1º Em consequência do disposto no inciso III deste artigo, os funcionários que atenderem às condições estipuladas ficam sujeitos ao regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho e perceberão gratificação pelo regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

§ 2º É inerente ao exercício dos cargos em comissão e funções gratificadas diligenciar seu ocupante no sentido de que se aumente a produtividade, se reduzam os custos e se dinamizem os serviços.

Art. 102. É proibida a nomeação em caráter interino por incompatível com a exigência de prévia habilitação em concurso para provimento dos cargos públicos, revogadas todas as disposições em contrário.

Art. 103. Todo servidor que estiver percebendo vencimento, salário ou provento superior ao fixado para o cargo nos planos de classificação e remuneração, terá a diferença caracterizada como vantagem pessoal, nominalmente identificável, a qual em nenhuma hipótese será aumentada, sendo absorvida progressivamente pelos aumentos que vierem a ser realizados no vencimento, salário ou provento fixado para o cargo nos mencionados planos.

Art. 104. No que concerne ao regime de participação na arrecadação, inclusive cobrança da Dívida Ativa da União, fica estabelecido o seguinte:

I — Ressalvados os direitos dos denunciante, a adjudicação de cota-parte de multas será feita exclusivamente aos Agentes Fiscais de Rendas Internas, Agentes Fiscais do Imposto de Renda, Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro, Fiscais Auxiliares de Impostos Internos e Guardas Aduaneiros e somente quando tenham os mesmos exercido ação direta, imediata e pessoal na obtenção de elementos destinados à instauração de autos de infração ou início de processos para cobrança dos débitos respectivos.

II — O regime de remuneração, previsto na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, continuará a ser aplicado exclusivamente aos Agentes Fiscais de Rendas Internas, Agentes Fiscais do Imposto de Renda, Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro, Fiscais Auxiliares de Impostos Internos e Guardas Aduaneiros.

III — A partir da data da presente lei, fica extinto o regime de remuneração instituído a favor dos Exatores Federais, Auxiliares de Exatarias e Fiéis do Tesouro.

IV — Fica, igualmente, extinta, a partir da data desta lei, a participação dos Procuradores da Fazenda Nacional na cobrança da Dívida Ativa da União, através da taxa paga pelos executados, cujo produto reverterá, integralmente, aos cofres públicos.

V — A participação, através do Fundo de Estímulo, e bem assim as percentagens a que se referem o art. 64 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 8º, § 2º e 9º da Lei nº 3.756, de 20 de abril de 1960, e o § 6º do art. 32 do 6º, § 2º e 9º da Lei nº 3.756, de 20 de abril de 1960, e o § 6º do art. 32 do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, ficam também extintos.

Parágrafo único. Comprovada a adjudicação da cota-parte de multas com desobediência ao que dispõe o inciso I deste artigo, serão passíveis de demissão, tanto o responsável pela prática desse ato, quanto os servidores que se beneficiarem com as vantagens dele decorrentes.

Art. 105. Aos servidores que, na data da presente lei estiverem no gozo das vantagens previstas nos incisos III, IV e V do artigo anterior fica assegurado o direito de percebê-las, como diferença mensal, desde que esta não ultrapasse a média mensal que, àquele título, receberam durante o ano 1966, e até que, por força dos reajustamentos de vencimentos do funcionalismo, o nível de vencimentos dos cargos que ocuparem alcance importâncias correspondente à soma do vencimento básico e da diferença de vencimentos.

Art. 106. Fica extinta a Comissão de Classificação de Cargos transferindo-se ao DASP, seu acervo, documentação, recursos orçamentários e atribuições.

Art. 107. A fim de permitir a revisão da legislação e das normas regulamentares relativas ao pessoal do Serviço Público Civil, nos termos do disposto no art. 94, da presente lei, suspendem-se nesta data as readaptações de funcionários, que ficam incluídas na competência do DASP.

Art. 108. O funcionário, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, prestará serviços em dois turnos de trabalho, quando sujeito a expediente diário.

Parágrafo único. Incorrerá em falta grave, punível com demissão, o funcionário que perceber a vantagem de que trata este artigo e não prestar serviços correspondentes e bem assim o chefe que atestar a prestação irregular dos serviços.

Art. 109. Fica revogada a legislação que permite a agregação de funcionários em cargos em comissão e em funções gratificadas, mantidos os direitos daqueles que, na data desta lei, hajam completado as condições estipuladas em lei para a agregação, e não manifestem, expressamente, o desejo de retornarem aos cargos de origem.

Parágrafo único. Todo agregado é obrigado a prestar serviços, sob pena de suspensão dos seus vencimentos.

Art. 110. Proceder-se-á à revisão dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Administração Direta e das autarquias, para supressão daqueles que não corresponderem às estritas necessidades dos serviços, em razão de sua estrutura e funcionamento.

Art. 111. A colaboração de natureza eventual à Administração Pública Federal sob a forma de prestação de serviços, retribuída mediante recibo, não caracteriza, em hipótese alguma, vínculo empregatício com o Serviço Público Civil, e somente poderá ser atendida por dotação não classificada na rubrica "PESSOAL", e nos limites estabelecidos nos respectivos programas de trabalho.

Art. 112. O funcionário que houver atingido a idade máxima (setenta anos) prevista para aposentadoria compulsória não poderá exercer cargo em comissão ou função gratificada, nos quadros dos Ministérios, do DASP e das autarquias.

Art. 113. Revogam-se, na data da publicação da presente lei, os Arts. 62 e 63 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e demais disposições legais e regulamentares que regulam as readmissões no serviço público federal.

Art. 114. O funcionário público ou autárquico que, por força de dispositivo legal, puder manifestar opção para integrar quadro de pessoal de qualquer outra entidade e por esta aceita, terá seu tempo de serviço anterior, devidamente comprovado, averbado na instituição de previdência, transferindo-se para o INPS as contribuições pagas ao IPASE.

CAPÍTULO III

DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO PESSOAL CIVIL

Art. 115. O Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP) é o órgão central do sistema de pessoal, responsável pelo estudo, formulação de diretrizes, orientação, coordenação, supervisão e controle dos assuntos concernentes à administração do Pessoal Civil da União.

Parágrafo único. Haverá em cada Ministério um órgão de pessoal integrante do sistema de pessoal.

Art. 116. Ao Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP) incumbe:

I — Cuidar dos assuntos referentes ao pessoal civil da União, adotando medidas visando ao seu aprimoramento e maior eficiência.

II — Submeter ao Presidente da República os projetos de regulamentos indispensáveis à execução das leis que dispõem sobre a função pública e os servidores civis da União.

III — Zelar pela observância dessas leis e regulamentos, orientando, coordenando e fiscalizando sua execução, e expedir normas gerais obrigatórias para todos os órgãos.

IV — Estudar e propor sistema de classificação e de retribuição para o serviço civil administrando sua aplicação.

V — Recrutar e selecionar candidatos para os órgãos da Administração Direta e autarquias, podendo delegar, sob sua orientação, fiscalização e controle, a realização das provas o mais próximo possível das áreas de recrutamento.

VI — Manter estatísticas atualizadas sobre os servidores civis, inclusive os da Administração Indireta.

VII — Zelar pela criteriosa aplicação dos princípios de administração de pessoal com vistas ao tratamento justo dos servidores civis, onde quer que se encontrem.

VIII — Promover medidas visando ao bem-estar social dos servidores civis da União e ao aprimoramento das relações humanas no trabalho.

IX — Manter articulação com as entidades nacionais e estrangeiras que se dedicam a estudos de administração de pessoal.

X — Orientar, coordenar e superintender as medidas de aplicação imediata (Capítulo II, deste Título).

Art. 117. O Departamento Administrativo do Pessoal Civil prestará às Comissões Técnicas do Poder Legislativo toda cooperação que for solicitada.

Parágrafo único. O Departamento deverá colaborar com o Ministério Público Federal nas causas que envolvam a aplicação da legislação do pessoal.

Art. 118. Junto ao Departamento haverá o Conselho Federal de Administração de Pessoal, que funcionará como órgão de consulta e colaboração no concernente à política de pessoal do Governo e opinará na esfera administrativa, quando solicitado pelo Presidente da República ou pelo Diretor-Geral do DASP nos assuntos relativos à administração de pessoal civil, inclusive quando couber recurso de decisão dos Ministérios, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 119. O Conselho Federal de Administração de Pessoal será presidido pelo Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil e constituído de quatro membros, com mandato de três anos, nomeados pelo Presidente da República, sendo: dois funcionários, um da Administração Direta e outro da Indireta, ambos com mais de vinte anos de Serviço Público da União, com experiência em administração e relevante folha de serviços; um especialista em direito administrativo; e um elemento de reconhecida experiência no setor de atividade privada.

§ 1º O Conselho reunir-se-á ordinariamente duas vezes por mês e, extraordinariamente, por convocação de seu presidente.

§ 2º O Conselho contará com o apoio do Departamento, ao qual ficarão afetos os estudos indispensáveis ao seu funcionamento e, bem assim, o desenvolvimento e a realização dos trabalhos compreendidos em sua área de competência.

§ 3º Ao Presidente e aos Membros do Conselho é vedada qualquer atividade político-partidária, sob pena de exoneração ou perda de mandato.

Art. 120. O Departamento prestará toda cooperação solicitada pelo Ministro responsável pela Reforma Administrativa.

Art. 121. As medidas relacionadas com o recrutamento, seleção, aperfeiçoamento e administração do assessoramento superior da Administração Civil, de aperfeiçoamento de pessoal para o desempenho dos cargos em comissão e funções gratificadas a que se referem o art. 101 e seu inciso II (Título XI, Capítulo II) e de outras funções de supervisão ou especializadas, constituirão encargo de um Centro de Aperfeiçoamento, órgão autônomo vinculado ao Departamento Administrativo do Pessoal Civil.

Parágrafo único. O Centro de Aperfeiçoamento promoverá, direta ou indiretamente, mediante convênio, acordo ou contrato, a execução das medidas de sua atribuição.

CAPÍTULO IV

DO ASSESSORAMENTO SUPERIOR DA ADMINISTRAÇÃO CIVIL

Art. 122. O assessoramento superior da Administração Civil, integrado por funções de direção e assessoramento especializado dos órgãos Centrais dos Ministérios (art. 22) e do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (art. 115) será atendido por titulares de cargos em comissão e por pessoal técnico especializado.

Art. 123. Os cargos em comissão serão preenchidos por pessoas da Administração Direta ou Indireta ou do setor privado e as nomeações

somente poderão recair naquelas de comprovada idoneidade e cujo currículo certifique a experiência requerida para o desempenho da função.

Parágrafo único. Enquanto durar a comissão, o nomeado afastar-se-á de qualquer cargo ou função que desempenhe no Serviço Público ou no setor privado.

Art. 124. O pessoal técnico especializado destinado a funções de assessoramento superior da Administração Civil será recrutado no setor público e no setor privado, selecionado segundo critérios específicos, submetido a contínuo treinamento e aperfeiçoamento que assegurem o conhecimento e utilização das técnicas e instrumentos modernos de administração, e ficará sujeito ao regime da Legislação Trabalhista.

§ 1º A seleção de pessoal técnico especializado estará a cargo do Centro de Aperfeiçoamento (art. 121), em articulação com os Ministérios interessados.

§ 2º As admissões poderão ser realizadas para o desempenho das funções previstas em regulamento, o qual levará em conta a natureza da atividade e as peculiaridades dos serviços a atender e estabelecerá normas de conduta baseada em ética profissional.

§ 3º O regime salarial será estabelecido na regulamentação, em consonância com as funções a serem desempenhadas.

§ 4º O funcionário público admitido em função técnica especializada, no regime da legislação trabalhista, ficará afastado do cargo que ocupar, em caráter efetivo, enquanto perdurar aquela situação temporária, só contando o tempo de serviço correspondente para fins de promoção e aposentadoria.

Título XII

DAS NORMAS RELATIVAS À LICITAÇÕES PARA COMPRAS, OBRAS, SERVIÇOS E ALIENAÇÕES

Art. 125. As licitações para compras, obras e serviços passam a reger-se, na Administração Direta e nas autarquias, pelas normas consubstanciadas neste Título e disposições complementares aprovadas em decreto.

Art. 126. As compras, obras e serviços efetuar-se-ão com estrita observância do princípio da licitação.

§ 1º A licitação só será dispensada nos casos previstos nesta lei.

§ 2º É dispensável a licitação:

a) nos casos de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública;

b) quando sua realização comprometer a segurança nacional a juízo do Presidente da República;

c) quando não acudirem interessados à licitação anterior, mantidas, neste caso, as condições preestabelecidas;

d) na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só podem ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos bem como na contratação de serviços com profissionais ou firmas de notória especialização;

e) na aquisição de obras de arte e objetos históricos;

f) quando a operação envolver concessionário de serviço público ou, exclusivamente, pessoas de direito público interno ou entidades sujeitas ao seu controle majoritário;

g) na aquisição ou arrendamento de imóveis destinados ao Serviço Público;

h) nos casos de emergência, caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, obras, bens ou equipamentos;

i) nas compras ou execução de obras e serviços de pequeno vulto, entendidos como tal os que envolverem importância inferior a cinco vezes, no caso de compras, e serviços, e a cinquenta vezes, no caso de obras, o valor do maior salário-mínimo mensal.

§ 3º. A utilização da faculdade contida na alínea h do parágrafo anterior deverá ser imediatamente objeto de justificação perante a autoridade superior, que julgará do acerto da medida e, se for o caso, promoverá a responsabilidade do funcionário.

Art. 127. São modalidades de licitação:

- I — A concorrência.
- II — A tomada de preços.
- III — O convite.

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação a que deve recorrer a Administração nos casos de compras, obras ou serviços de vulto, em que se admite a participação de qualquer licitante através de convocação da maior amplitude.

§ 2º Nas concorrências, haverá, obrigatoriamente uma fase inicial de habilitação preliminar destinada a comprovar a plena qualificação dos interessados para realização do fornecimento ou execução da obra ou serviço programados.

§ 3º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados previamente registrados, observada a necessária habilitação.

§ 4º Convite é a modalidade de licitação entre interessados no ramo pertinente ao objeto da licitação, em número mínimo de três, escolhidos pela unidade administrativa, registrados ou não, e convocados por escrito com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

§ 5º Quando se tratar de compras ou serviços, cabe realizar concorrência se o seu vulto for igual ou superior a dez mil vezes o valor do maior salário-mínimo mensal; tomada de preços, se inferior a aquele valor e igual ou superior a cem vezes o valor do maior salário-mínimo mensal; e convite, se inferior a cem vezes o valor do maior salário-mínimo, observado o disposto na alínea i do § 2º do art. 126.

§ 6º Quando se tratar de obras, caberá realizar concorrência se o seu vulto for igual ou superior a quinze mil vezes o valor do maior salário-mínimo mensal; tomada de preços, se inferior a aquele valor e igual ou superior a quinhentas vezes o valor do maior salário-mínimo mensal; convite, se inferior a quinhentas vezes o valor do maior salário-mínimo mensal, observado o disposto na alínea i do § 2º do art. 126.

§ 7º Nos casos em que couber tomada de preços, a autoridade administrativa poderá preferir a concorrência, sempre que julgar conveniente.

Art. 128. Para a realização de tomadas de preços, as unidades administrativas manterão registros cadastrais de habilitação de firmas, periodicamente atualizados e consoantes com as qualificações específicas estabelecidas em função da natureza e vulto dos fornecimentos, obras ou serviços.

§ 1º Serão fornecidos certificados de registro aos interessados inscritos.

§ 2º As unidades administrativas que incidentalmente não disponham de registro cadastral poderão socorrer-se do de outra.

Art. 129. A publicidade das licitações será assegurada:

I — No caso de concorrência, mediante publicação, em órgão oficial e na imprensa diária, com antecedência mínima de trinta dias, de notícia resumida de sua abertura, com indicação do local em que os interessados poderão obter o edital e todas as informações necessárias.

II — No caso de tomada de preços, mediante afixação de edital, com antecedência mínima de quinze dias, em local acessível aos interessados e comunicação às entidades de classe, que os representem.

Parágrafo único. A Administração poderá utilizar outros meios de informação ao seu alcance para maior divulgação das licitações, com o objetivo de ampliar a área de competição.

Art. 130. No edital indicar-se-á, com antecedência prevista, pelo menos:

- I — Dia, hora e local.
- II — Quem receberá as propostas.
- III — Condições de apresentação de propostas e da participação na licitação.
- IV — Critério de julgamento das propostas.
- V — Descrição sucinta e precisa da licitação.
- VI — Local em que serão prestadas informações e fornecidas plantas, instruções, especificações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto da licitação.
- VII — Prazo máximo para cumprimento do objeto da licitação.
- VIII — Natureza da garantia, quando exigida.

Art. 131. Na habilitação às licitações, exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa:

- I — A personalidade jurídica.
- II — A capacidade técnica.
- III — A idoneidade financeira.

Art. 132. As licitações para obras ou serviços admitirão os seguintes regimes de execução:

- I — Empreitada por preço global.
- II — Empreitada por preço unitário.
- III — Administração contratada.

Art. 133. Na fixação de critérios para julgamento das licitações levar-se-ão em conta, no interesse do serviço público, as condições de qualidade, rendimento, preços, condições de pagamento, prazos e outras pertinentes, estabelecidas no edital.

Parágrafo único. Será obrigatória a justificação escrita da autoridade competente, sempre que não for escolhida a proposta de menor preço.

Art. 134. As obrigações, decorrentes de licitação ultimada, constarão de:

- I — Contrato bilateral, obrigatório nos casos de concorrência e facultativo nos demais casos, a critério da autoridade administrativa.
- II — Outros documentos hábeis, tais como cartas-contratos, empenho de despesas, autorizações de compra e ordens de execução de serviço.

§ 1º Será fornecida aos interessados, sempre que possível, a minuta do futuro contrato.

§ 2º Será facultado a qualquer participante da licitação o conhecimento dos termos do contrato celebrado.

Art. 135. Será facultativa, a critério da autoridade competente, a exigência de prestação de garantia por parte dos licitantes, segundo as seguintes modalidades:

- I — Caução em dinheiro, em títulos da dívida pública ou fidejussória.
- II — Fiança bancária.
- III — Seguro-garantia.

Art. 136. Os fornecedores ou executantes de obras ou serviços estarão sujeitos às seguintes penalidades:

- I — Multa, prevista nas condições de licitação.
- II — Suspensão do direito de licitar, pelo prazo que a autoridade competente fixar, segundo a gradação que for estipulada em função da natureza da falta.

III — Declaração de inidoneidade para licitar na Administração Federal.

Parágrafo único. A declaração de inidoneidade será publicada no órgão oficial.

Art. 137. Os recursos admissíveis em qualquer fase da licitação ou da execução serão definidos em regulamento.

Art. 138. É facultado à autoridade imediatamente superior àquela que proceder à licitação anulá-la por sua própria iniciativa.

Art. 139. A licitação só será iniciada após definição suficiente do seu objeto e, se referente a obras, quando houver anteprojeto e especificações bastantes para perfeito entendimento da obra a realizar.

Parágrafo único. O disposto na parte final deste artigo não se aplicará quando a licitação versar sobre taxa única de redução ou acréscimo dos preços unitários objeto de Tabela de Preços oficial.

Art. 140. A atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas será anotada no respectivo registro cadastral.

Art. 141. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral e o julgamento das concorrências e tomadas de preços deverão ser confiados a comissão de, pelo menos, três membros.

Art. 142. As licitações de âmbito internacional ajustar-se-ão às diretrizes estabelecidas pelos órgãos responsáveis pela política monetária e pela política de comércio exterior.

Art. 143. As disposições deste Título aplicam-se, no que couber, às alienações, admitindo-se o leilão, neste caso, entre as modalidades de licitação.

Art. 144. A elaboração de projetos poderá ser objeto de concurso, com estipulações de prêmios aos concorrentes classificados, obedecidas as condições que se fixarem em regulamento.

Título XIII

DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Art. 145. A Administração Federal será objeto de uma reforma de profundidade para ajustá-la às disposições da presente lei e, especialmente, às diretrizes e princípios fundamentais enunciados no Título II, tendo-se como revogadas, por força desta lei, e à medida que sejam expedidos os atos a que se refere o art. 146, parágrafo único, alínea b, as disposições legais que forem com ela colidentes ou incompatíveis.

Parágrafo único. A aplicação da presente lei deverá objetivar, prioritariamente, a execução ordenada dos serviços da Administração Federal, segundo os princípios nela enunciados e com apoio na instrumentação básica adotada, não devendo haver solução de continuidade.

Art. 146. A Reforma Administrativa, iniciada com esta lei, será realizada por etapas, à medida que se forem ultimando as providências necessárias à sua execução.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, o Poder Executivo:

a) promoverá o levantamento das leis, decretos e atos regulamentares que disponham sobre a estruturação, funcionamento e competência dos órgãos da Administração Federal, com o propósito de ajustá-los às disposições desta Lei;

b) obedecidas as diretrizes, princípios fundamentais e demais disposições da presente lei e respeitado o disposto na Constituição Federal quando à competência do Poder Legislativo, expedirá progressivamente os atos de reorganização, reestruturação, lotação, definição de compe-

tência, revisão de funcionamento e outros necessários à efetiva implantação da reforma;

c) proporá ao Congresso Nacional as medidas complementares de natureza legislativa que se fizerem necessárias.

Art. 147. A orientação, coordenação e supervisão das providências de que trata este Título ficarão a cargo do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, podendo, entretanto, ser atribuídas a um Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa, caso em que a este caberão os assuntos de organização administrativa.

Art. 148. Para atender às despesas decorrentes de execução da Reforma Administrativa, fica autorizada a abertura pelo Ministério da Fazenda do crédito especial de NCr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros novos), com vigência nos exercícios de 1967 a 1968.

§ 1º Os recursos do crédito aberto neste artigo incorporar-se-ão ao "Fundo de Reforma Administrativa", que poderá receber doações e contribuições destinadas ao aprimoramento da Administração Federal.

§ 2º O Fundo de Reforma Administrativa, cuja utilização será disciplinada em regulamento, será administrado por um órgão temporário de implantação da Reforma Administrativa, que funcionará junto ao Ministro responsável pela Reforma Administrativa.

Art. 149. Na implantação da reforma programada, inicialmente, a organização dos novos Ministérios e bem assim, prioritariamente, a instalação dos Órgãos Centrais, a começar pelos de planejamento, coordenação e de controle financeiro (art. 22, item I) e pelos órgãos centrais dos sistemas (art. 31).

Art. 150. Até que os quadros de funcionários sejam ajustados à Reforma Administrativa, o pessoal que os integra, sem prejuízo de sua situação funcional para os efeitos legais, continuará a servir nos órgãos em que estiver lotado, podendo passar a ter exercício, mediante requisição, nos órgãos resultantes de desdobramento ou criados em virtude da presente lei.

Art. 151. O Ministro responsável pela Reforma Administrativa terá, também, as seguintes missões:

I — Orientar e coordenar os estudos de que trata o Título XI, Capítulo I (Normas Gerais).

II — Orientar e coordenar a revisão das lotações das unidades administrativas.

III — Orientar e coordenar as providências concernentes ao pessoal ocioso.

IV — Superintender os estudos que devem ser realizados para constituição em bases definitivas, do Assessoramento Superior da Administração Civil.

Parágrafo único. O Ministro responsável pela Reforma Administrativa contará com a estreita cooperação do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP).

Art. 152. A finalidade e as atribuições dos órgãos da Administração Direta regularão o estabelecimento das respectivas estruturas e lotações de pessoal.

Art. 153. Para implantação da Reforma Administrativa poderão ser ajustados estudos e trabalhos técnicos a serem realizados por pessoas físicas ou jurídicas, nos termos das normas que se estabelecerem em decreto.

Art. 154. Os decretos e regulamentos expedidos para execução da presente lei disporão sobre a subordinação e vinculação de órgãos e entidades aos diversos Ministérios, em harmonia com a área de competência destes, disciplinando a transferência de repartições e órgãos.

Título XIV

DAS MEDIDAS ESPECIAIS DE COORDENAÇÃO

CAPÍTULO I

DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 155. O Poder Executivo poderá atribuir a um Ministro Extraordinário para Ciência e Tecnologia a missão de coordenar iniciativas e providências que contribuam ao estímulo e intensificação das atividades nesse setor, visando ao progresso do País e sua maior participação nos resultados alcançados no plano internacional.

§ 1º A missão atribuída ao Ministro Extraordinário terá a duração que for determinada pelo Presidente da República, vinculando-se ao referido Ministro, nesse período, o Conselho Nacional de Pesquisas, a Comissão Nacional de Energia Nuclear e os órgãos de atividades espaciais.

§ 2º A função do Ministro Extraordinário será principalmente de coordenação e estímulo.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE

Art. 156. A formulação e coordenação da política nacional de saúde, em âmbito nacional e regional, caberá ao Ministério da Saúde.

§ 1º Com o objetivo de melhor aproveitar recursos e meios disponíveis e de obter maior produtividade, visando a proporcionar efetiva assistência médico-social à comunidade, promoverá o Ministério da Saúde a coordenação, no âmbito regional, das atividades de assistência médico-social, de modo a entrosar as desempenhadas por órgãos federais, estaduais, municipais, do Distrito Federal, dos Territórios e das entidades do setor privado.

§ 2º Na prestação da assistência médica dar-se-á preferência à celebração de convênios com entidades públicas e privadas, existentes na comunidade.

§ 3º A assistência médica da Previdência Social, prestada sob a jurisdição do Ministério do Trabalho e Previdência Social, obedecerá, no âmbito nacional e regional, à política nacional de saúde.

CAPÍTULO III

DO ABASTECIMENTO NACIONAL

Art. 157. O Governo poderá atribuir a responsabilidade pela política nacional do abastecimento e sua execução ao Ministro de Estado da Agricultura, ao qual ficará vinculada a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) ou a um Ministro Extraordinário, caso em que a SUNAB a este estará vinculada.

Parágrafo único. Em qualquer das hipóteses, o Ministro contará com o assessoramento de uma Comissão para coordenação da política nacional de abastecimento e articulação com os interessados, por ele presidida, integrada por representantes de Ministérios e pelo Superintendente da SUNAB, que será o Secretário-Executivo da Comissão.

Art. 158. Se não consideram oportunas as medidas consubstanciadas no artigo anterior, o Governo poderá atribuir a formulação e coordenação da política nacional do abastecimento a uma Comissão Nacional de Abastecimento, órgão interministerial, cuja composição, atribuições e funcionamento serão fixados por decreto e que contará com o apoio da Superintendência Nacional do Abastecimento.

Art. 159. Fica extinto o Conselho Deliberativo da Superintendência Nacional do Abastecimento, de que trata a Lei Delegada nº 5, de 26 de setembro de 1962.

Art. 160. A Superintendência Nacional do Abastecimento ultimarà, no mais breve prazo, a assinatura de convênios com os Estados, Prefeitura do Distrito Federal e Territórios com o objetivo de transferir-lhes os encargos de fiscalização atribuídos àquela Superintendência.

CAPÍTULO IV

DA INTEGRAÇÃO DOS TRANSPORTES

Art. 161. Ficam extintos os Conselhos Setoriais de Transportes que atualmente funcionam junto às autarquias do Ministério da Viação e Obras Públicas, sendo as respectivas funções absorvidas pelo Conselho Nacional de Transportes, cujas atribuições, organização e funcionamento serão regulados em lei.

Art. 162. Tendo em vista a integração em geral dos transportes, a coordenação entre os Ministérios da Aeronáutica e dos Transportes será assegurada pelo Conselho Nacional de Transportes que se pronunciará obrigatoriamente quanto aos assuntos econômico-financeiros da aviação comercial e, em particular, sobre:

- a) concessão de linhas, tanto nacionais como no exterior;
- b) tarifas;
- c) subvenções;
- d) salários (de acordo com a política salarial do Governo).

Art. 163. O Conselho será presidido pelo Ministro de Estado dos Transportes e dele participará, como representante do Ministério da Aeronáutica, o chefe do órgão encarregado dos assuntos da aeronáutica civil.

Art. 164. O Poder Executivo, se julgar conveniente, poderá formular a integração no Ministério dos Transportes, das atividades concernentes à aviação comercial, compreendendo linhas aéreas regulares, subvenções e tarifas, permanecendo sob a competência da Aeronáutica Militar as demais atribuições constantes do item IV e as do item V do Parágrafo único do art. 63 e as relativas ao controle de pessoal e das aeronaves.

§ 1º A integração poderá operar-se gradualmente, celebrando-se, quando necessário, convênios entre os dois Ministérios.

§ 2º Promover-se-á, em consequência, o ajuste das atribuições cometidas ao Conselho Nacional de Transportes nesse particular.

CAPÍTULO V

DAS COMUNICAÇÕES

Art. 165. O Conselho Nacional de Telecomunicações, cujas atribuições, organização e funcionamento serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo, passará a integrar, como órgão normativo, de consulta, orientação e elaboração da política nacional de telecomunicações, a estrutura do Ministério das Comunicações, logo que este se instale, e terá a seguinte composição:

- I — Presidente, o Secretário-Geral do Ministério das Comunicações;
- II — Representante do Estado-Maior das Forças Armadas.
- III — Representante do Ministério da Educação e Cultura.
- IV — Representante do Ministério da Justiça.
- V — Representante do Ministério do Interior.
- VI — Representante do Ministério da Indústria e do Comércio.
- VII — Representante dos Correios e Telégrafos.

VIII — Representante do Departamento Nacional de Telecomunicações.

IX — Representante da Empresa Brasileira de Telecomunicações.

X — Representante das Empresas Concessionárias de Serviços de Telecomunicações.

Parágrafo único. O Departamento Nacional de Telecomunicações passa a integrar, como órgão Central (art. 22, inciso II), o Ministério das Comunicações.

Art. 166. A exploração dos troncos interurbanos, a cargo da Empresa Brasileira de Telecomunicações, poderá, conforme as conveniências econômicas e técnicas do serviço, ser feita diretamente ou mediante contrato, delegação ou convênio.

Parágrafo único. A Empresa Brasileira de Telecomunicações poderá ser acionista de qualquer das empresas com que tiver tráfego-mútuo.

Art. 167. Fica o Poder Executivo autorizado a transformar o Departamento dos Correios e Telégrafos em entidade de Administração Indireta, vinculada ao Ministério das Comunicações.

CAPÍTULO VI

DA INTEGRAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Art. 168. O Poder Executivo promoverá estudos visando à criação do Ministério das Forças Armadas para oportuno encaminhamento do projeto de lei ao Congresso Nacional.

Art. 169. Como medida preparatória e preliminar à criação do Ministério, a garantia da mais perfeita integração das Forças Armadas e a coordenação de suas atividades poderão ser asseguradas na forma dos arts. 36, 37 e parágrafo único e 50 da presente Lei.

Título XV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 170. O Presidente da República, por motivo relevante de interesse público, poderá avocar e decidir qualquer assunto na esfera da Administração Federal.

Art. 171. A Administração dos Territórios Federais, vinculados ao Ministério do Interior, exercer-se-á através de programas plurianuais, concordantes em objetivos e etapas com os planos gerais do Governo Federal.

Art. 172. O Poder Executivo assegurará autonomia administrativa e financeira, no grau conveniente, aos serviços, institutos e estabelecimento incumbidos da supervisão ou execução de atividades de pesquisa ou ensino, de caráter industrial, e de outras que, por sua natureza especial, exijam tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos de Administração Direta, observada, em qualquer caso, a supervisão ministerial.

Parágrafo único. Os órgãos a que se refere este artigo terão a denominação genérica de Órgãos Autônomos.

Art. 173. Os atos de provimento de cargos públicos ou que determinarem sua vacância assim como os referentes a pensões, aposentadorias e reformas, serão assinados pelo Presidente da República ou, mediante delegação deste, pelos Ministros de Estado, conforme se dispuser em regulamento.

Art. 174. Os atos expedidos pelo Presidente da República ou Ministros de Estado, quando se referirem a assuntos da mesma natureza, poderão ser objeto de um só instrumento, e o órgão administrativo competente expedirá os atos complementares ou apostilas.

Art. 175. Para cada órgão da Administração Federal, haverá prazo fixado em regulamento para as autoridades administrativas exigirem das partes o que se fizer necessário à instrução de seus pedidos.

§ 1º As partes serão obrigatoriamente notificadas das exigências, por via postal, sob registro, ou por outra forma de comunicação direta.

§ 2º Satisfeitas as exigências, a autoridade administrativa decidirá o assunto no prazo fixado pelo regulamento, sob pena de responsabilização funcional.

Art. 176. Ressalvados os assuntos de caráter sigiloso, os órgãos do Serviço Público estão obrigados a responder às consultas feitas por qualquer cidadão, desde que relacionadas com seus legítimos interesses e pertinentes a assuntos específicos da repartição.

Parágrafo único. Os chefes de serviço e os servidores serão solidariamente responsáveis pela efetivação de respostas em tempo oportuno.

Art. 177. Os conselhos, comissões e outros órgãos colegiados que contarem com a representação de grupos ou classes econômicas diretamente interessados nos assuntos de sua competência, terão funções exclusivamente de consulta, coordenação e assessoramento, sempre que àquela representação corresponda um número de votos superior a um terço do total.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo os órgãos incumbidos do julgamento de litígios fiscais e os legalmente competentes para exercer atribuições normativas e decisórias relacionadas com os impostos de importação e exportação, e medidas cambiais correlatas.

Art. 178. As autarquias, empresas ou sociedades em que a União detenha a maioria ou a totalidade do capital votante e que acusem a ocorrência de prejuízo continuado, poderão ser liquidadas ou incorporadas a outras entidades por ato do Poder Executivo, respeitadas os direitos assegurados aos eventuais acionistas minoritários, se houver, nas leis e atos constitutivos de cada entidade.

Art. 179. Observado o disposto no art. 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral atualizará, sempre que se fizer necessário, o esquema de discriminação ou especificação dos elementos da despesa orçamentária.

Art. 180. As atribuições previstas nos arts. 111 a 113, da Lei número 4.320, de 17 de março de 1964, passam para a competência do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 181. Para os fins do Título XIII desta Lei, poderá o Poder Executivo:

I — Alterar a denominação de cargos em comissão.

II — Reclassificar cargos em comissão, respeitada a tabela de símbolos em vigor.

III — Transformar funções gratificadas em cargos em comissão, na forma da lei.

IV — Declarar extintos os cargos em comissão que não tiverem sido mantidos, alterados ou reclassificados até 31 de dezembro de 1968.

Art. 182. Nos casos dos incisos II e III do art. 5º, e no do inciso I do mesmo artigo, quando se tratar de serviços industriais, o regime de pessoal será o da Consolidação das Leis do Trabalho; nos demais casos, o regime jurídico do pessoal será fixado pelo Poder Executivo.

Art. 183. As entidades e organizações em geral, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, que recebem contribuições para-fiscais e prestam serviços de interesse público ou social, estão sujeitas à

fiscalização do Estado nos termos e condições estabelecidas na legislação pertinente a cada uma.

Art. 184. Não haverá, tanto em virtude da presente lei como em sua decorrência, aumento de pessoal nos quadros de funcionários civis e nos das Forças Armadas.

Art. 185. Incluem-se na responsabilidade do Ministério da Indústria e do Comércio a supervisão dos assuntos concernentes à indústria siderúrgica, à indústria petroquímica, à indústria automobilística, à indústria naval e à indústria aeronáutica.

Art. 186. A Taxa de Marinha Mercante, destinada a proporcionar à frota mercante brasileira melhores condições de operação e expansão, será administrada pelo Órgão do Ministério dos Transportes, responsável pela navegação marítima e interior.

Art. 187. A Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRAS) passa a vincular-se ao Ministro responsável pela Reforma Administrativa.

Art. 188. Toda pessoa natural ou jurídica — em particular, o detentor de qualquer cargo público — é responsável pela Segurança Nacional, nos limites definidos em lei. Em virtude de sua natureza ou da pessoa do detentor, não há cargo, civil ou militar, específico de segurança nacional, com exceção dos previstos em órgãos próprios do Conselho de Segurança Nacional.

§ 1º Na Administração Federal, os cargos públicos civis, de provimento em comissão ou em caráter efetivo, as funções de pessoal temporário, de obras e os demais empregos sujeitos à legislação trabalhista, podem ser exercidos por qualquer pessoa que satisfaça os requisitos legais.

§ 2º Cargo militar é aquele que, de conformidade com as disposições legais ou quadros de efetivos das Forças Armadas, só pode ser exercido por militar em serviço ativo.

CAPÍTULO II

DOS BANCOS OFICIAIS DE CRÉDITO

Art. 189. Sem prejuízo de sua subordinação técnica à autoridade monetária nacional, os estabelecimentos oficiais de crédito manterão a seguinte vinculação:

- I — Ministério da Fazenda
 - Banco Central da República
 - Banco do Brasil
 - Caixas Econômicas Federais
- II — Ministério da Agricultura
 - Banco Nacional do Crédito Cooperativo
- III — Ministério do Interior
 - Banco de Crédito da Amazônia
 - Banco do Nordeste do Brasil
 - Banco Nacional da Habitação
- IV. — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
 - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

CAPÍTULO III

DA PESQUISA ECONÔMICO-SOCIAL APLICADA E DO FINANCIAMENTO DE PROJETOS

Art. 190. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, sob a forma de fundação, o Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA), com a finalidade de elaborar estudos, pesquisas e análises requeridos pela

programação econômico-social de interesse imediato do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e, quando se impuser, os dos demais Ministérios, e que se regerá por estatutos aprovados por decreto do Presidente da República.

§ 1º O Instituto, vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, gozará de autonomia administrativa e financeira e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados os estatutos e o decreto que os aprovar.

§ 2º A União será representada nos atos de instituição da entidade pelo Ministro de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

§ 3º O Instituto manterá intercâmbio com entidades de ensino, estudo e pesquisa nacionais e estrangeiras, interessadas em assuntos econômicos e sociais.

§ 4º O patrimônio do Instituto será constituído:

- a) pelas dotações orçamentárias e subvenções da União;
- b) pelas doações e contribuições de pessoas de direito público e de direito privado;
- c) pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes da prestação de serviços;
- d) pelo acervo do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, do Gabinete do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica.

Art. 191. Fica o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral autorizado, se o Governo julgar conveniente, a incorporar as funções de financiamento de estudo e elaboração de projetos e de programas do desenvolvimento econômico, presentemente afetos ao Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP), criado pelo Decreto nº 55.820, de 8 de março de 1965, constituindo para esse fim uma empresa pública, cujos estatutos serão aprovados por decreto, e que exercerá todas as atividades correlatas de financiamento de projetos e programas e de prestação de assistência técnica, essenciais ao planejamento econômico e social, podendo receber doações e contribuições e contrair empréstimos de fontes internas e externas.

CAPÍTULO IV

DOS SERVIÇOS GERAIS

Art. 192. O Sistema de Serviços Gerais, abrangendo a administração patrimonial, a de edifícios e instalações e a de material, compreende:

I — Órgão Central Normativo: Secretaria Geral, do Ministério da Fazenda.

II — Órgãos Setoriais: Departamento de Administração dos Ministérios Cíveis e órgãos equivalentes dos Ministérios Militares.

III — Órgão Operacional: Departamento de Serviços Gerais, criado pela presente Lei, e subordinado ao Ministério da Fazenda.

Art. 193. Os Serviços Gerais regem-se pelas leis e regulamentos, e pelas normas que, para sua complementação, forem expedidas pelo órgão central do sistema.

§ 1º A atividade normativa será centralizada na Secretaria Geral, do Ministério da Fazenda, com apoio no Departamento de Serviços Gerais do mesmo Ministério.

§ 2º A administração e gestão das atividades de serviços gerais serão descentralizadas pelos Ministérios, onde serão disciplinadas segundo as peculiaridades de cada um, observadas as normas que vigorarem.

Art. 194. Constituem atribuições principais do Departamento de Serviços Gerais, no que respeita aos Órgãos da Administração Direta do Serviço Público Federal:

I — Quanto à Administração Patrimonial:

- a) organização do cadastro dos bens imóveis da União, contendo elementos que permitam sua identificação e contabilização pela Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Fazenda e órgãos equivalentes dos Ministérios;
- b) elaboração de normas para aquisição, alienação, arrendamento e cessão de imóveis;
- c) elaboração de normas para arrecadação das rendas provenientes do patrimônio imobiliário da União;
- d) elaboração de normas de fiscalização e inspeção de bens imóveis e verificação de seu emprego e utilização.

II — Quanto à Administração de Edifícios e Instalações:

- a) preparo de um programa geral, e seu desdobramento em etapas, para conveniente instalação de serviços federais, de natureza administrativa, no território nacional.
- b) estudo de normas para implementação, pelos Ministérios, do programa que for aprovado pelo Governo;
- c) estudo de normas para administração dos edifícios e instalações;
- d) elaboração de padrões de conservação e manutenção de bens e equipamentos;
- e) fiscalização das medidas aprovadas.

III — Quanto à Administração de Material:

- a) estudos de classificação, especificação e do catálogo de material de uso comum, em colaboração com os setores técnicos interessados, do serviço público e do setor privado, para aprovação do Governo;
- b) realização das compras que o Governo julgue conveniente centralizar;
- c) elaboração de normas de recuperação e redistribuição de material;
- d) elaboração de normas de alienação de material considerado desnecessário.

Art. 195. A alienação de bens da União dependerá de autorização em decreto e será sempre precedida de parecer do Departamento de Serviços Gerais, do Ministério da Fazenda, quanto à sua oportunidade e conveniência.

Parágrafo único. A alienação ocorrerá quando não houver interesse econômico e social em manter o imóvel no domínio da União, nem inconveniente quanto à defesa nacional no desaparecimento do vínculo da propriedade.

Art. 196. Com a instalação do Departamento de Serviços Gerais, ficarão extintos o Serviço do Patrimônio da União e o Departamento Federal de Compras, do Ministério da Fazenda, e a Divisão de Edifícios Públicos, do DASP, cujos acervos, pessoal e recursos são transferidos para o novo Departamento.

Art. 197. O Departamento de Serviços Gerais atuará diretamente ou através de convênios e ajustes que celebrar, ou de agentes autorizados.

CAPÍTULO V

DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Art. 198. Levando em conta as peculiaridades do Ministério das Relações Exteriores, o Poder Executivo adotará a estrutura orgânica e funcional estabelecida pela presente Lei, e, no que couber, o disposto no seu Título XI.

CAPÍTULO VI

DOS NOVOS MINISTÉRIOS E DOS CARGOS

Art. 199. Ficam criados:

I — O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, com absorção dos órgãos subordinados ao Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica.

II — O Ministério do Interior, com absorção dos órgãos subordinados ao Ministro Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais.

III — O Ministério das Comunicações, que absorverá o Conselho Nacional de Telecomunicações, o Departamento Nacional de Telecomunicações e o Departamento dos Correios e Telégrafos.

Art. 200. O Ministério da Justiça e Negócios Interiores passa a denominar-se Ministério da Justiça.

Art. 201. O Ministério da Viação e Obras Públicas passa a denominar-se Ministério dos Transportes.

Art. 202. O Ministério da Guerra passa a denominar-se Ministério do Exército.

Art. 203. O Poder Executivo expedirá os atos necessários à efetivação do disposto no Artigo 199, observadas as normas da presente Lei.

Art. 204. Fica alterada a denominação dos cargos de Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas e Ministro de Estado da Guerra, para, respectivamente, Ministro de Estado da Justiça, Ministro de Estado dos Transportes e Ministro de Estado do Exército.

Art. 205. Ficam criados os seguintes cargos:

I — Ministros de Estado do Interior, das Comunicações e do Planejamento e Coordenação Geral.

II — Em comissão:

a) Em cada Ministério Civil, Secretário-Geral, e Inspetor-Geral de Finanças.

b) Consultor Jurídico, em cada um dos Ministérios seguintes: Interior, Comunicações, Minas e Energia, e Planejamento e Coordenação Geral.

c) Diretor do Centro de Aperfeiçoamento, no Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP).

d) Diretor-Geral do Departamento dos Serviços Gerais, no Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. A medida que se forem vagando, os cargos de Consultor Jurídico atualmente providos em caráter efetivo passarão a sê-lo em comissão.

Art. 206. Ficam fixados da seguinte forma os vencimentos dos cargos criados no Art. 205:

I — Ministro de Estado: igual aos dos Ministros de Estado existentes.

II — Secretário-Geral e Inspetor-Geral de Finanças: Símbolo 1-C.

III — Consultor Jurídico: igual ao dos Consultores Jurídicos dos Ministérios existentes.

IV — Diretor do Centro de Aperfeiçoamento: Símbolo 2-C.

V — Diretor-Geral do Departamento de Serviços Gerais: Símbolo 1-C.

Parágrafo único. O cargo de Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Símbolo 1-C, passa a denominar-se

Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP), Símbolo 1-C.

Art. 207. Os Ministros de Estado Extraordinários instituídos no Artigo 37 desta Lei terão o mesmo vencimento, vantagens e prerrogativas dos demais Ministros de Estado.

Art. 208. Os Ministros de Estado, os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República e o Chefe do Serviço Nacional de Informações perceberão uma representação mensal correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos vencimentos.

Parágrafo único. Os Secretários-Gerais perceberão idêntica representação mensal correspondente a 30% (trinta por cento) dos seus vencimentos.

Titulo XVI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 209. Enquanto não forem expedidos os respectivos regulamentos e estruturados seus serviços, o Ministério do Interior, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Ministério das Comunicações ficarão sujeitos ao regime de trabalho pertinente aos Ministérios Extraordinários que antecederam os dois primeiros daqueles Ministérios no que concerne ao pessoal, à execução de serviços e à movimentação de recursos financeiros.

Parágrafo único. O Poder Executivo expedirá decreto para consolidar as disposições regulamentares que em caráter transitório, deverão prevalecer.

Art. 210. O atual Departamento Federal de Segurança Pública passa a denominar-se Departamento de Polícia Federal, considerando-se automaticamente substituída por esta denominação a menção à anterior constante de quaisquer leis ou regulamentos.

Art. 211. O Poder Executivo introduzirá, nas normas que disciplinam a estruturação e funcionamento das entidades da Administração Indireta, as alterações que se fizerem necessárias à efetivação do disposto na presente Lei, considerando-se revogadas todas as disposições legais colidentes com as diretrizes nela expressamente consignadas.

Art. 212. O atual Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) é transformado em Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP), com as atribuições que, em matéria de administração de pessoal, são atribuídas pela presente Lei ao novo órgão.

Art. 213. Fica o Poder Executivo autorizado, dentro dos limites dos respectivos créditos, a expedir decretos relativos às transferências que se fizerem necessárias de dotações do orçamento ou de créditos adicionais requeridos pela execução da presente Lei.

Titulo XVII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 214. Esta Lei entrará em vigor em 15 de março de 1967, observado o disposto nos parágrafos do presente artigo e ressalvadas as disposições cuja vigência, na data da publicação, seja por ela expressamente determinada.

§ 1º Até a instalação dos órgãos centrais incumbidos da administração financeira, contabilidade e auditoria, em cada Ministério (art. 22), serão

enviados ao Tribunal de Contas, para o exercício da auditoria financeira:

- a) pela Comissão de Programação Financeira do Ministério da Fazenda, os atos relativos à programação financeira de desembolso;
- b) pela Contadoria Geral da República e pelas Contadorias Seccionais, os balancetes de receita e despesa;
- c) pelas repartições competentes, o rol de responsáveis pela guarda de bens, dinheiros e valores públicos e as respectivas tomadas de conta, nos termos da legislação anterior à presente lei.

§ 2º Nos Ministérios Militares, cabe aos órgãos que forem discriminados em decreto as atribuições indicadas neste artigo.

Art. 215. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 25 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
 Carlos Medeiros Silva.
 Zilmar Araripe Mucedo.
 Ademar de Queiroz.
 Manoel Pio Corrêa Junior.
 Octávio Gouveia de Bulhões.
 Juarez do Nascimento Tavora.
 Severo Gomes Fagundes.
 Raimundo Moniz de Aragão.
 Luiz Gonzaga do Nascimento Silva.
 Eduardo Gomes.
 Raimundo de Brito.
 Mauro Thibau.
 Paulo Egydio Martins.
 Roberto de Oliveira Campos.
 João Gonçalves de Souza.

DECRETO-LEI Nº 201, de 27 DE
 FEVEREIRO DE 1967

*Dispõe sobre a responsabilidade dos
 Prefeitos e Vereadores, e dá outras
 providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2º, do artigo 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

I — apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;

II — utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;

III — desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas;

IV — empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer

natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam;

V — ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes;

VI — deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município à Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos;

VII — Deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos subvenções ou auxílios internos ou externos; recebidos a qualquer título;

VIII — Contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

IX — Conceder empréstimos, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

X — Alienar ou onerar bens imóveis, ou rendas municipais, sem au-

torização da Câmara, ou em desacórdio com a lei;

XI — Adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem concorrência ou coleta de preços, nos casos exigidos em lei;

XII — Antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário;

XIII — Nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei;

XIV — Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;

XV — Deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, dentro do prazo estabelecido em lei.

§ 1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenção, de três meses a três anos.

§ 2º A condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos neste artigo, acarreta a perda do cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.

Art. 2º O processo dos crimes definidos no artigo anterior é o comum do juízo singular, estabelecido pelo Código de Processo Penal, com as seguintes modificações:

I — Antes de receber a denúncia, o Juiz ordenará a notificação do acusado para apresentar defesa prévia, no prazo de cinco dias. Se o acusado não for encontrado para a notificação, ser-lhe-á nomeado defensor, a quem caberá apresentar a defesa, dentro no mesmo prazo.

II — Ao receber a denúncia, o Juiz manifestar-se-á, obrigatória e motivadamente, sobre a prisão preventiva do acusado, nos casos dos itens I e II do artigo anterior, e sobre o seu afastamento do exercício do cargo durante a instrução criminal, em todos os casos.

III — Do despacho, concessivo ou denegatório, de prisão preventiva, ou de afastamento do cargo do acusado, caberá recurso, em sentido estrito, para o Tribunal competente, no prazo de cinco dias, em autos apartados. O recurso do despacho que decretar a prisão preventiva ou o afastamento do cargo terá efeito suspensivo.

§ 1º Os órgãos federais, estaduais ou municipais, interessados na apuração da responsabilidade do Prefeito, podem requerer a abertura de inquérito policial ou a instauração da ação penal pelo Ministério Público, bem como intervir, em qualquer fase do processo, como assistente da acusação.

§ 2º Se as providências para a abertura do inquérito policial ou instauração da ação penal não forem atendidas pela autoridade policial ou pelo Ministério Público estadual, poderão ser requeridas ao Procurador-Geral da República.

Art. 3º O Vice-Prefeito, ou quem vier a substituir o Prefeito, fica sujeito ao mesmo processo do substituído, ainda que tenha cessado a substituição.

Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

I — Impedir o funcionamento regular da Câmara;

II — Impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída;

III — Desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;

IV — Retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;

V — Deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária;

VI — Descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII — Praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;

VIII — Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;

IX — Ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara dos Vereadores;

X — Proceder de modo incompatível com a dignidade e o decôro do cargo.

Art. 5.º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não fôr estabelecido pela legislação do Estado respectivo:*

I — A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante fôr Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante fôr o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o *quorum* de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante.

II — De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

III — Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro em cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no ór-

gão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas.

IV — O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que fôr de interesse da defesa.

V — Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de cinco dias, e após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, o processo será lido, integralmente, e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de quinze minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de duas horas, para produzir sua defesa oral.

VI — Concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que fôr declarado, pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato de Prefeito. Se o resultado da votação fôr absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em

qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado.*

VII — O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro em noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

Art. 6.º Extingue-se o mandato de Prefeito, e, assim, deve ser declarado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, quando:

I — Ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II — Deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei;

III — Incidir nos impedimentos para o exercício do cargo, estabelecidos em lei, e não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo que a lei ou a Câmara fixar.

Parágrafo único. A extinção do mandato independe de deliberação do plenário, e se tornará efetiva desde a declaração do fato ou ato extintivo pelo Presidente e sua inserção em ata.

Art. 7.º A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando:

I — Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

II — Fixar residência fora do Município;

III — Proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decôro na sua conduta pública.

§ 1.º O processo de cassação de mandato de Vereador é, no que couber, o estabelecido no art. 5.º deste decreto-lei.

§ 2.º O Presidente da Câmara poderá afastar de suas funções o Vereador acusado, desde que a denúncia seja recebida pela maioria absoluta dos membros da Câmara, convocando o respectivo suplente, até o julgamento final. O suplente convocado não

intervirá nem votará nos atos do processo do substituído.

Art. 8.º Extingue-se o mandato do Vereador e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando:

I — Ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II — Deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei;

III — Deixar de comparecer, sem que esteja licenciado, a cinco sessões ordinárias consecutivas, ou a três sessões extraordinárias convocadas pelo Prefeito para a apreciação de matéria urgente;

IV — Incidir nos impedimentos para o exercício do mandato, estabelecidos em lei e não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo fixado em lei ou pela Câmara.

§ 1.º Ocorrido e comprovado o ato ou fato extintivo, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, comunicará ao plenário e fará constar da ata a declaração da extinção do mandato e convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 2.º Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências no parágrafo anterior, o suplente do Vereador ou o Prefeito Municipal poderá requerer a declaração de extinção do mandato, por via judicial, e se procedente, o juiz condenará o Presidente omisso nas custas do processo e honorários de advogado que fixará de plano, importando a decisão judicial na destituição automática do cargo da Mesa e no impedimento para nova investidura durante toda a legislatura.

Art. 9.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis ns. 211, de 7 de janeiro de 1948, e 3.528, de 3 de janeiro de 1959, e demais disposições em contrário.

Brasília, 24 de fevereiro de 1967;
146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 202 — DE 27 DE
FEVEREIRO DE 1967

Incorpora ao Fundo Rotativo Habitacional de Brasília saldos de dotações orçamentárias, consignados a favor do Grupo de Trabalho de Brasília.

O Presidente da República, de acordo com o § 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, e

Considerando a necessidade de consolidar a Capital da República e de efetivar a transferência dos órgãos do Poder Executivo para Brasília;

Considerando a necessidade de incrementar a construção de unidades residenciais destinadas aos servidores públicos dos três Poderes da União;

Considerando a existência de saldos de verbas, aplicadas sob regime de convênio entre a Presidência da República e o Grupo de Trabalho de Brasília, decreta:

Art. 1º Os saldos de verbas orçamentárias distribuídas ao Grupo de Trabalho de Brasília, em regime de convênio com a Presidência da República, resultantes da distribuição de dotações orçamentárias específicas, inclusive os resíduos atualmente existentes, serão relacionados pelo referido Grupo e incorporados, como parte da União, ao Fundo Rotativo Habitacional de Brasília, criado pelo § 4º do art. 65 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho de Brasília comunicará, dentro de 30 (trinta) dias, a partir da data deste decreto-lei, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento, as importâncias dos saldos correspondentes a cada exercício que forem incorporadas ao mencionado Fundo Rotativo Habitacional de Brasília.

Art. 2º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1967; 143º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões
Edmar de Souza

DECRETO-LEI Nº 203 — DE 27 DE
FEVEREIRO DE 1967

Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a promover a desapropriação de terras situadas no perímetro do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica a Prefeitura do Distrito Federal autorizada a promover as desapropriações judiciais ou amigáveis das terras do domínio particular, para efeito de incorporação ao patrimônio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — situadas no perímetro do Distrito Federal, descrito no artigo 1º da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956.

Art. 2º No cumprimento do disposto no artigo anterior, serão respeitados os direitos dos proprietários cuja posse seja baseada:

I — no chamado Registro Paroquial, tendo-se em conta as cautelas reclamadas pelo artigo 94 do Regulamento da Lei nº 601, de 1850, baixado com o Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854;

II — em sentença transitada em julgado, em ação de usucapião, até 1º de janeiro de 1917 (artigo 1.806, do Código Civil);

III — em documento de venda ou doação que a União tenha feito depois da promulgação da Constituição de 1891.

Parágrafo único. Para os fins previstos nesta lei, as desapropriações, judiciais ou amigáveis, obedecerão a um critério de prioridade a ser estabelecido pelos órgãos de planejamento local, com aprovação do Prefeito do Distrito Federal, tendo em vista o aproveitamento racional das terras do Distrito Federal.

Art. 3º Compete à Justiça do Distrito Federal processar e julgar todas as ações de desapropriação em que for autora, ré, oponente, assistente ou interveniente de qualquer forma a Prefeitura do Distrito Federal, que, nessa qualidade, assumirá a direção das ações expropriatórias em anda-

mento no fôro, ajuizadas pela União Federal ou pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP.

Art. 4º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 204 — DE 27 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a exploração de loterias e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 2º, do artigo 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, e

Considerando que é dever do Estado, para salvaguarda da integridade da vida social, impedir o surgimento e proliferação de jogos proibidos que são suscetíveis de atingir a segurança nacional;

Considerando que a exploração de loteria constitui uma exceção às normas de direito penal, só sendo admitida com o sentido de redistribuir os seus lucros com finalidade social em termos nacionais;

Considerando o princípio de que todo indivíduo tem direito à saúde e que o dever do Estado assegurar esse direito;

Considerando que os Problemas de Saúde e de Assistência Médico-Hospitalar constituem matéria de segurança nacional;

Considerando a grave situação financeira que enfrentam as Santas Casas de Misericórdia e outras instituições hospitalares, para-hospitalares e médico-científicas;

Considerando, enfim, a competência da União para legislar sobre o assunto, decreta:

Art. 1º A exploração de loteria, como derrogação excepcional das normas do Direito Penal, constitui servi-

ço público exclusivo da União não suscetível de concessão e só será permitida nos termos do presente Decreto-lei.

Parágrafo único. A renda líquida obtida com a exploração do serviço de loteria será obrigatoriamente destinada a aplicações de caráter social e de assistência médica, em empreendimentos do interesse público.

Art. 2º A Loteria Federal, de circulação, em todo o território nacional, constitui um serviço da União, executado pelo Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, através da Administração do Serviço de Loteria Federal, com a colaboração das Caixas Econômicas Federais.

Parágrafo único. As Caixas Econômicas Federais, na execução dos serviços relacionados com a Loteria Federal, obedecerão às normas e às determinações emanadas daquela Administração.

Art. 3º A Loteria Federal subordinar-se-á às seguintes regras:

I) — distribuição da percentagem mínima de 70% (setenta por cento) em prêmios, sobre o preço de plano de cada emissão;

II) — 2 (duas) extrações por semana, no mínimo;

III) — emissão máxima de 100.000 (cem mil) bilhetes, em cada série, devendo as mesmas obedecer ao plano aprovado e mediante um único sorteio para todas as séries;

IV) — emissão máxima de 6.000 (seis mil) bilhetes por milhão de habitantes do território nacional;

V) — pagamento da cota de previdência prevista no artigo 4º e seu parágrafo único;

VI) — recolhimento do imposto de renda na forma estabelecida pelo artigo 5º e seus parágrafos.

Art. 4º A Loteria Federal fica sujeita ao pagamento de cota de previdência de 10% sobre a importância total de cada emissão, a qual será adicionada ao preço de plano dos bilhetes.

Parágrafo único. A Administração do Serviço de Loteria Federal recolherá diretamente ao Banco do Brasil S.A., em guias próprias, à conta do "Fundo Comum da Previdência

Social", as importâncias correspondentes a 8% (oito por cento) da cota de previdência prevista neste artigo e 2% (dois por cento) em nome do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Económicos (SASSE).

Art. 5º O imposto de renda incidente sobre os prémios lotéricos será recolhido mensalmente pela Administração do Serviço de Loteria Federal e compreenderá o imposto correspondente às extracções do mês anterior.

§ 1º O imposto de renda incidirá sobre os prémios atribuídos nos planos de sorteios, superiores ao valor do maior salário-mínimo vigente no país.

§ 2º Quando da aprovação dos planos de sorteios no Ministério da Fazenda, o Departamento do Imposto de Renda deverá pronunciar-se sobre o cálculo desse imposto na forma do parágrafo anterior.

Art. 6º O bilhete de loteria, ou sua fracção, será considerado nominativo e intransferível quando contiver o nome e endereço do possuidor. A falta desses elementos será tida como ao portador, para todos os efeitos.

Art. 7º Os bilhetes poderão ser inteiros ou divididos em: meios, quartos, quintos, décimos, vigésimos ou quadragésimos.

Parágrafo único. Em uma mesma emissão ou série, poderá haver bilhetes inteiros e divididos, de acordo com os planos aprovados.

Art. 8º Cada bilhete ou fracção consignará no anverso, além de outros dizeres:

I) — a denominação "Loteria Federal do Brasil";

II) — o número que concorrerá ao sorteio;

III) — em caracteres legíveis, o preço de plano do bilhete inteiro e o de cada fracção, acrescido da cota de previdência constante do Artigo 4º e seu parágrafo único;

IV) — a declaração de ser inteiro, meio, quarto, décimo, vigésimo ou quadragésimo e, sendo fracção, o número de ordem desta;

V) — a indicação da série, se for o caso.

Art. 9º Cada bilhete, ou fracção consignará no reverso, além de outros dizeres:

I) — o plano de extração, por inteiro ou resumido;

II) — a indicação do lugar, dia e hora do sorteio;

III) — a assinatura das autoridades responsáveis pela emissão;

IV) — local apropriado para receber o nome e endereço do possuidor que desejar o bilhete nominativo.

Art. 10. A Loteria Federal adotará os sistemas de garantia que julgar mais convenientes à segurança contra adulteração ou contratação dos bilhetes.

Art. 11. Não se admitirá a substituição de bilhetes postos em circulação, ainda que sob o pretexto de furto, roubo, destruição ou extravio.

Art. 12. Em caso de roubo, furto ou extravio, aplicar-se-á ao bilhete ou fracção de bilhete de loteria, não nominativo, e no que couber, o disposto na legislação sobre acção de recuperação de título ao portador.

§ 1º Os prémios relativos a bilhetes ou fracções nominativos somente serão pagos ao respectivo titular, devidamente identificado.

§ 2º Somente mediante ordem judicial deixará de ser pago algum prémio ao portador ou ao titular do bilhete ou fracção premiados.

Art. 13. As extracções serão realizadas em sala franqueada ao público, pelo sistema de urnas transparentes e de esferas numeradas por inteiro.

§ 1º A Loteria Federal, poderá, também, adotar outros sistemas modernos de extração, de comprovada eficiência e garantia, devidamente aprovados pelo Ministro da Fazenda.

§ 2º As extracções serão realizadas na sede da Loteria Federal ou em local prévia e amplamente divulgado pela imprensa.

Art. 14. Não haverá extração em feriados nacionais e as que já estiverem programadas serão adiadas para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 15. Depois de postos os bilhetes em circulação, a extração só poderá ser cancelada ou adiada por

ato expresso do Diretor Executivo da Administração do Serviço de Loteria Federal, do qual será cientificado. Imediatamente, o Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. No primeiro caso, serão recolhidos todos os bilhetes e restituídos os respectivos preços e, no segundo, avisar-se-á pela imprensa o novo dia designado para a extração.

Art. 16. Far-se-á o pagamento do prêmio mediante a apresentação e resgate do respectivo bilhete ou fração, desde que verificada a sua autenticidade.

§ 1º Constituirá motivo justificado para recusa de pagamento a apresentação de bilhetes ou frações rasgados, dilacerados, cortados ou que dificultem, de qualquer modo, a verificação de sua autenticidade.

§ 2º O pagamento do prêmio será imediato à apresentação do bilhete na sede da Administração do Serviço de Loteria Federal ou dentro de 15 (quinze) dias, no máximo, no caso de prêmio cujos bilhetes estejam sujeitos à verificação de sua autenticidade, quando apresentados nas Agências das Caixas Econômicas Federais.

§ 3º Somente a verificação feita em face da ata oficial de sorteio servirá de fundamento a qualquer reclamação de pagamento de prêmio.

Art. 17. Os prêmios prescrevem em 90 (noventa) dias a contar da data da respectiva extração.

Parágrafo único. Interrompem a prescrição:

I) — citação válida, no caso do procedimento judicial em se tratando de furto, roubo ou extravio;

II) — a entrega do bilhete para o recebimento de prêmio dentro do prazo de 90 (noventa) dias da data da extração na sede da Administração do Serviço de Loteria Federal ou nas Agências das Caixas Econômicas Federais.

Art. 18. Os planos de extração podem prever a distribuição de prêmios idênticos ou diversos em cada um das séries ou, ainda, prêmio maior líquido para o conjunto de séries, observada sempre a condição estipulada no inciso I do artigo 3º.

Art. 19. Não serão postos em circulação bilhetes da Loteria Federal cujos planos e cálculos para recolhimento do imposto de renda não tenham sido previamente aprovados pelo Diretor-Geral da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. A solução será comunicada impreterivelmente à Administração do Serviço de Loteria Federal dentro de 20 (vinte) dias da data da apresentação dos planos.

Art. 20. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá redistribuir, vender ou expor à venda bilhetes da Loteria Federal, sem ter sido previamente credenciada pelas Caixas Econômicas Federais, sob pena de apreensão dos bilhetes que estiverem em seu poder.

Art. 21. As Caixas Econômicas Federais credenciarão os revendedores de bilhetes de preferência, entre pessoas que, por serem idosas, inválidas ou portadoras de defeito físico, não tenham outras condições de prover sua subsistência.

§ 1º Poderão ser credenciados, para revenda de bilhetes, pequenos comerciantes, devidamente legalizados e estabelecidos que, além de outras atividades, tenham condições para fazê-lo.

§ 2º Nenhuma pessoa física ou jurídica de direito privado poderá ser detentora de cotas ou comercializar bilhetes da Loteria Federal em quantidade superior a 2% (dois por cento) da respectiva emissão.

§ 3º Ninguém será credenciado para a revenda de bilhetes em mais de uma unidade da Federação.

§ 4º O credenciamento de revendedores estabelecidos dependerá de prévia comprovação da existência de local apropriado e acessível ao público para a exposição e revenda de bilhetes e pagamento de prêmios.

§ 5º A cessão ou transferência de cota de bilhetes de loteria entre revendedores importará na perda de credenciamento dos participantes da operação.

Art. 22. Na sede da Administração do Serviço de Loteria Federal haverá lugar apropriado para venda direta de bilhetes ao público e pagamento de prêmios.

Art. 23. A circulação dos bilhetes da Loteria Federal é livre em todo o território nacional e não poderá ser obstada ou embaraçada por quaisquer autoridades estaduais ou municipais, e nem oneradas por quaisquer impostos ou taxas estaduais ou municipais.

Art. 24. A Administração do Serviço de Loteria Federal, órgão vinculado ao Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, terá orçamento e contabilidade próprios e regime administrativo especial, gozando, de acordo com a legislação em vigor, das isenções e vantagens atribuídas às Caixas Econômicas Federais.

Art. 25. A Administração do Serviço de Loteria Federal compete superintender, coordenar, fiscalizar e controlar, em todo território nacional, a execução do Serviço de Loteria Federal, na forma do presente Decreto-lei.

Art. 26. A Administração do Serviço de Loteria Federal será dirigida pelo Presidente do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, na qualidade de seu Diretor Executivo, e por um Conselho Consultivo.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será composto pelo Presidente, pelo 1º Vice-Presidente e pelo 2º Vice-Presidente do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais.

Art. 27. A renda líquida da Administração do Serviço de Loteria Federal, apurada em balanço anual, será levada a crédito da conta Fundo Especial da Loteria Federal destinado às aplicações previstas no artigo 28.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se renda líquida a que resultar da renda bruta deduzidas as despesas de custeio e manutenção do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e da Administração do Serviço de Loteria Federal.

Art. 28. O Fundo Especial da Loteria Federal, previsto no artigo anterior, terá seus recursos aplicados nas seguintes finalidades:

I) — 30% destinados à constituição de um "Fundo Especial de Financiamento da Assistência Médica" (FEFAM);

II) — 30% destinados à constituição de um "Fundo Especial de De-

senvolvimento das Operações das Caixas Econômicas Federais" (FEDOCEF);

III) — 30% destinados à constituição de um "Fundo Especial de Serviços Públicos e Investimentos Municipais" (FESPIM);

IV) — 10% destinados à constituição de um "Fundo Especial de Manutenção e Investimentos" (FEMI).

§ 1º Sob a supervisão e gerência do Ministério da Saúde e na forma do Regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo, o "FEFAM" será aplicado em instituições hospitalares e para-hospitalares, mantidas por pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, ou em sociedades médico-científicas, e movimentado pelo Ministro da Saúde, que prestará contas da gestão financeira, relativa a cada exercício, ao Tribunal de Contas da União.

§ 2º O "FEDOCEF" será aplicado, sob supervisão e gerência do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, em empréstimos concedidos, através da Administração do Serviço de Loteria Federal, diretamente às Caixas Econômicas Federais, objetivando o equilíbrio econômico-financeiro das mesmas, no atendimento de suas operações assistenciais.

§ 3º O "FESPIM" será aplicado, sob a supervisão do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, em empréstimos aos Municípios destinados à construção ou melhoria de redes de água ou sistemas de esgoto, cujos projetos forem aprovados pelo Ministério da Saúde, e concedidos pelas Caixas Econômicas Federais, com os recursos entregues em convênios com a Administração do Serviço de Loteria Federal.

§ 4º O "FEMI" será aplicado pelo Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e pela Administração do Serviço de Loteria Federal na expansão e aperfeiçoamento dos seus equipamentos e instalações.

§ 5º O Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais exercerá permanente fiscalização de modo a assegurar a exata aplicação dos recursos previstos nos itens II e III de que trata este artigo, e garantir a sua reversão ao Fundo Especial, dentro dos prazos, na forma e aos juros estipulados.

Art. 29. Os serviços da Administração do Serviço de Loteria Federal serão atendidos por economiários postos à sua disposição e por empregados contratados pelo regime de emprego previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, na forma de tabelas aprovadas pelo Ministro da Fazenda.

Parágrafo único. Os servidores da Administração do Serviço de Loteria Federal serão admitidos como associados obrigatórios do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários, assegurando-se aos atuais empregados o ingresso automático.

Art. 30. As despesas de custeio e manutenção do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e da Administração do Serviço de Loteria Federal não poderão ultrapassar de 5 por cento da receita bruta dos planos executados.

Art. 31. É vedado o uso das expressões "Loteria Federal", "Loteria Federal do Brasil", "Loteria do Brasil", "Loteria Nacional", e outras semelhantes, quer como nome próprio, quer como nome comum, no intuito de propaganda que não seja em benefício da Loteria Federal, ficando reservado o uso daquelas expressões ao Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, à Administração do Serviço de Loteria Federal e às Caixas Econômicas Federais.

§ 1º O emprego da expressão "Loteria Federal" pelas organizações autorizadas a distribuir prêmios de mercadorias, por sorteio, só será permitida no anúncio do sorteio ou na divulgação do resultado das extrações.

§ 2º Na divulgação dos resultados da "Loteria Federal", as organizações a que se refere o parágrafo anterior deverão proceder de modo a não induzir a equívoco, publicando na íntegra os números correspondentes aos prêmios maiores da Loteria Federal, sob pena de cancelamento da autorização mediante representação do Diretor-Executivo da Administração do Serviço de Loteria Federal ao Departamento de Rendas Internas.

Art. 32. Mantida a situação atual, na forma do disposto no presente Decreto-lei, não mais será permitida a criação de loterias estaduais.

§ 1º As loterias estaduais atualmente existentes não poderão aumen-

tar as suas emissões ficando limitadas às quantidades de bilhetes e séries em vigor na data da publicação deste Decreto-lei.

§ 2º A soma das despesas administrativas de execução de todos os serviços de cada loteria estadual não poderá ultrapassar de 5% da receita bruta dos planos executados.

Art. 33. No que não colidir com os termos do presente Decreto-lei, as loterias estaduais continuarão regidas pelo Decreto-lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944.

Art. 34. A Administração do Serviço de Loteria Federal poderá estabelecer convênio com a Casa da Moeda para a impressão de bilhetes.

Art. 35. No exercício de 1967, o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais poderá autorizar adiantamento ao "FEFAM", dentro das previsões mensais da renda líquida da Administração do Serviço de Loteria Federal.

Art. 36. Este Decreto-lei será regulamentado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 37. Fica revogado o parágrafo único, do artigo 70, da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 38. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, independentemente de regulamentação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1967;
146ª da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Raymundo de Brito

DECRETO-LEI Nº 205 — DE 27 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a organização, funcionamento e extinção de aeroclubes, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 2º do Art. 9º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Aeroclube é toda sociedade civil, com patrimônio próprio, vida

e administração locais, cujos objectivos principais são a prática e o ensino da aviação civil esportiva e de turismo, em todas as suas modalidades, e o cumprimento de missões de emergência ou de notório interesse da coletividade.

Parágrafo único. Os aeroclubes são considerados de utilidade pública.

Art. 2º Os aeroclubes só poderão funcionar mediante prévia autorização do Ministro da Aeronáutica.

Art. 3º Compete ao Ministério da Aeronáutica fiscalizar e coordenar o funcionamento dos aeroclubes, bem como autorizar modificações nos estatutos dessas sociedades.

Art. 4º Além da totalidade das subvenções, doações de qualquer natureza, rendas provenientes das atividades aéreas e de estadias de aeronaves particulares, deverá o aeroclube destinar cinquenta por cento de sua renda, proveniente de contribuições do quadro social e das oficinas de manutenção, ao desenvolvimento dos objectivos principais.

Art. 5º Os aeroclubes terão o nome das respectivas cidades em que estiverem localizadas as suas sedes.

Parágrafo único. Excetuam-se desta determinação os aeroclubes das capitais de Estados que terão o nome destes, bem como os que forem organizados com o objectivo de servir a grupos de cidades ou municípios que poderão ter nomes de qualquer dessas cidades ou municípios, ou denominação notória que caracteriza a região servida.

Art. 6º Os aeroclubes vizinhos não poderão ter seus aeródromos distantes, entre si, menos de cem quilómetros, ressalvados os que já se acharem em funcionamento na data da publicação deste Decreto-Lei.

Art. 7º O Ministério da Aeronáutica poderá em qualquer época, cessar autorização para funcionamento de um aeroclube ou intervir na sua organização a assumir-lhe a administração para normalizar, por medidas de ordem administrativa, técnica ou económica, ou seu funcionamento.

§ 1º Uma vez cassada definitivamente a autorização de um aeroclube, o Ministro da Aeronáutica poderá

determinar providências para a dissolução judicial da sociedade.

§ 2º A intervenção no aeroclube ou a cassação de autorização para seu funcionamento e mesmo a dissolução da sociedade não dão direito, a seus associados, de qualquer indenização, por parte da União.

Art. 8º Dissolvido o Aeroclube, será reintegrado, o Ministério da Aeronáutica, na posse de aeronaves, motores, acessórios, ferramentas e quaisquer outros materiais cedidos pela União ou por entidade pública, o qual decidirá sobre o seu destino.

Parágrafo único. Os remanescentes sociais terão a destinação a que alude o art. 22 do Código Civil.

Art. 9º Constituem motivos, entre outros, para intervenção num aeroclube ou cassação de autorização para o seu funcionamento:

a) a existência de grave irregularidade na vida da sociedade, inclusive prática reiterada de infrações previstas na legislação em vigor.

b) o desvirtuamento do objectivo principal da sociedade assim também considerado o descumprimento do que dispõe o art. 6º.

c) a redução sensível das atividades aéreas.

d) qualquer motivo que ponha em risco, quer os objectivos principais quer o patrimônio do aeroclube ou, ainda, a segurança de seus associados.

Art. 10. O aeroclube que tiver cassada a sua autorização para funcionamento, só poderá voltar a funcionar, após 5 (cinco) anos a contar da data do ato de cassação.

Parágrafo único. Poderá o Ministério da Aeronáutica emitir nova autorização de funcionamento, antes do prazo previsto neste artigo, no caso em que a sociedade se proponha a funcionar com renúncia a qualquer subvenção ou auxílio e, ainda, comprove possuir condições económicas e financeiras para se manter e funcionar efetivamente.

Art. 11. Terão suas autorizações cassadas os que dentro do prazo de cento e vinte dias não se adaptarem ao disposto neste Decreto-Lei.

Parágrafo único. No prazo acima estabelecido o Aeroclube do Brasil,

como sede no Estado da Guanabara, deverá mudar a sua denominação para Aeroclube da Guanabara.

Art. 12. O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário, e em especial o Decreto-Lei nº 1.683, de 14 de outubro de 1939.

Brasília, 27 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Clovis Monteiro Travassos

DECRETO-LEI Nº 206 — DE 27 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º. A Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, criada pela Lei nº 791, de 27 de setembro de 1890, e reorganizada pelo Decreto-lei nº 4.725, de 22 de setembro de 1942, com o nome de Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto, passa a denominar-se "Escola de Enfermagem Alfredo Pinto", subordinada ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Art. 2º. A Escola de Enfermagem Alfredo Pinto terá por finalidades:

I — promover estudos e pesquisas concernentes ao preparo e aperfeiçoamento de pessoal de enfermagem;

II — realizar cursos de graduação e de auxiliar de enfermagem, podendo adotar currículos experimentais, além dos de pós-graduação, aperfeiçoamento e especialização, particularmente do campo de enfermagem psiquiátrica.

Art. 3º. Até que o Orçamento da União consigne dotações específicas,

a despesa com a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto correrá à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Serviço Nacional de Doenças Mentais (Órgãos Dependentes)

Art. 4º. Os membros do corpo docente da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto serão contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar.

Art. 5º. Fica o Ministro da Saúde autorizado a constituir um Grupo de Trabalho, com a participação de um representante do Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de propor a adoção das medidas complementares a este Decreto-Lei.

Art. 6º. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo de Britto

DECRETO-LEI Nº 207 — DE 27 DE
FEVEREIRO DE 1967

Altera dispositivos da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O § 3º, do art. 60, da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, passa a constituir, com a mesma redação, o § 7º do art. 3º da referida Lei.

Art. 2º Revogam-se, em consequência, o § 3º do art. 60 da Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 e demais disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Edmar de Souza

DECRETO-LEI Nº 208 — DE 27 DE
FEVEREIRO DE 1967

Regulamenta a cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre os derivados de petróleo, redistribui o Fundo Rodoviário Nacional e da outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º A partir de 1º de abril de 1967, as empresas distribuidoras de refinados de petróleo deverão recolher o Imposto de Circulação de Mercadorias, correspondente a suas vendas, e incidente sobre a gasolina automotiva "A", a gasolina automotiva "B", o óleo diesel e os óleos lubrificantes (motor oil), de consumo em veículos rodoviários, cobrado através de alíquotas específicas a serem introduzidas em seus preços de venda pelo Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 2º O recolhimento do Imposto será efetuado na Unidade da Federação onde se fizer a entrega dos produtos obedecidos os seguintes critérios:

a) óleo diesel e gasolinas "A" e "B", o imposto devido pelas vendas da primeira quinzena de cada mês será recolhido até o dia 30 do mesmo mês, e o devido pelas vendas da segunda quinzena até o dia 15 do mês subsequente;

b) óleo lubrificante: o imposto devido pelas vendas em um mês deverá ser recolhido até o dia 30 do mês subsequente.

Art. 3º As alíquotas específicas a que se refere o artigo 1º serão fixadas com base na aplicação do percentual de 10,5% sobre o menor preço de venda ao revendedor, estabelecido pelo Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 4º De acordo com o § 6º do art. 22 da Constituição do Brasil, o Imposto de Circulação referido no art. 1º não incidirá sobre as compras de óleo diesel que não se destinem a consumo rodoviário, realizadas:

- a) pelas estradas de ferro;
- b) pelas companhias de navegação;

- c) pelas usinas termoeletricas;
- d) pelo Ministério da Marinha;

e) pelas empresas legalmente organizadas com o objetivo social exclusivo de atividade industrial.

Art. 5º A fiscalização dos recolhimentos deste imposto fica atribuída exclusivamente ao Conselho Nacional do Petróleo, que, com base na legislação em vigor examinará a documentação correspondente, autenticando as guias dos valores a recolher nas Coletorias e Mesas de Renda Estaduais e do Distrito Federal.

§ 1º Para efeito do cumprimento deste artigo, e tendo em vista que a legislação em vigor comete ao Conselho Nacional do Petróleo a fiscalização de todas as atividades comerciais referentes ao petróleo e a seus derivados, as companhias distribuidoras deverão enviar:

a) Do dia 15 ao dia 18 de cada mês, para exame e autenticação, as guias de recolhimento referentes ao Imposto de Circulação de Mercadorias devido, correspondente às Vendas efetivas das gasolinas "A" e "B", óleo diesel e óleos lubrificantes (motor oil) realizadas na primeira quinzena do mesmo mês.

b) Do dia 1º ao dia 4 de cada mês, para exame e autenticação, as guias de recolhimento referentes ao Imposto de Circulação de Mercadorias devido, correspondentes às Vendas efetivas das gasolinas "A" e "B", óleo diesel e óleos lubrificantes (motor oil) realizadas na segunda quinzena do mês anterior.

§ 2º As companhias distribuidoras de derivados de petróleo enviarão, mensalmente, demonstrativos de suas vendas, especificando as isenções concedidas de acordo com o Art. 4º.

§ 3º As Coletorias e Mesas de Renda Estaduais, localizadas fora da faixa litorânea, ficam autorizadas a receber o Imposto de Circulação devido pelas companhias distribuidoras mediante recibo provisório por elas autenticado e sujeito a substituição pela guia definitiva de igual valor, autenticada pelo Conselho Nacional do Petróleo, correspondente ao mesmo período de Vendas, no prazo de 15 dias a contar da data da emissão do recibo provisório.

Art. 6º Da receita resultante do Imposto único sobre Combustíveis e Lubrificantes:

- I — 60% pertencem à União;
- II — 32% pertencem aos Estados
- III — 8% pertencem aos Municípios.

Art. 7º A parcela dos Estados e dos Municípios referente ao Fundo Rodoviário Nacional, será distribuída de acordo com o art. 28, parágrafo único, da Constituição do Brasil, na seguinte forma:

- 9% proporcionalmente ao consumo;
- 29% proporcionalmente à área;
- 53% proporcionalmente à população;
- 5% proporcionalmente à produção de refinados;
- 4% proporcionalmente à produção de óleo cru.

Art. 8º Aos Municípios será destinada, em cada Estado, a parcela de vinte por cento do total do Imposto de Circulação de Mercadorias incidente sobre combustíveis, a ser distribuída na mesma proporção utilizada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para a distribuição da quota dos Municípios no Fundo Rodoviário Nacional.

Art. 9º Para efeito do cômputo da quantidade de derivados, referida no § 2º do art. 8º do Decreto-lei nº 61, está excluída a nafta, bem como todos os produtos e subprodutos do petróleo bruto oriundos de refino adicional destinados exclusivamente ao processamento em unidades petroquímicas.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Juarez Távora
Mauro Thibau
Edmar de Souza

DECRETO-LEI Nº 209 — DE 27 DE
FEVEREIRO DE 1967

Institui o Código Brasileiro de Alimentos, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º

do Art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CÓDIGO BRASILEIRO DE ALIMENTOS

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º A defesa e a proteção da saúde individual e coletiva, no tocante a alimentos, desde a sua obtenção até o seu consumo, serão reguladas, em todo o território brasileiro pelas disposições deste Código.

Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se:

I — *alimento* toda substância ou mistura de substâncias destinadas a fornecer ao organismo humano os elementos normais a sua manutenção e desenvolvimento;

II — *matéria prima alimentar* toda substância que, para ser utilizada, precisa sofrer modificações de ordem física, química ou orgânica;

III — *aditivos para alimentos* toda substância ou mistura de substância dotadas, ou não, de poder alimentício, ajuntadas aos alimentos com a finalidade de lhes conferir ou intensificar o aroma, a cor ou o sabor, ou de modificar seu aspecto físico geral, ou, ainda, de prevenir alterações;

IV — *aditivos incidentais* toda substância residual ou migrada, que possa ser encontrada nos alimentos, como decorrência das fases de produção, beneficiamento, acondicionamento, estocagem ou transporte;

V — *alimento in natura* todo alimento que possa ser utilizado sem haver sofrido modificações de ordem física, química ou biológica, salvo as indicadas pela higiene ou as necessárias à separação das partes não comestíveis;

VI — *alimento artificial* todo alimento preparado com o objetivo de imitar alimento natural e em cuja composição entre, preponderantemente, substância não encontrada no alimento a ser imitado;

VII — *alimento enriquecido* todo alimento a que for adicionado substâncias nutrientes com o objetivo de reforçar seu valor nutritivo;

VIII — *produto alimentício* todo alimento derivado de *alimento in natura* ou de *matéria prima alimentar* obtido por processos indicados pela tecnologia alimentar;

IX — *produto dietético* todo alimento elaborado para regime alimentares especiais, obedecida a regulamentação específica do órgão competente do Ministério da Saúde;

X — *laboratório oficial* não só o Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos do Ministério da Saúde, mas também os laboratórios congêneres federais, estaduais ou municipais, devidamente credenciados;

XI — *órgão competente* o órgão técnico específico do Ministério da Saúde, bem como os órgãos federais, estaduais e municipais congêneres, por ele credenciados;

XII — *autoridade fiscalizadora competente* o funcionário do órgão competente do Ministério da Saúde ou dos órgãos federais, estaduais ou municipais, credenciados;

XIII — *análise de controle* a que é feita imediatamente após o registro do alimento e que servirá de padrão de identificação;

XIV — *análise fiscal* a que é efetuada sobre o alimento apreendido pela autoridade fiscalizadora competente e que servirá para verificar a sua conformidade com as disposições deste Código e de suas Normas Técnicas Especiais.

§ 1º Entre os *alimentos*, a que se refere o item I deste artigo, incluem-se os aditivos e outras substâncias empregadas na tecnologia alimentar.

§ 2º Os complementos alimentares incluem-se entre os *produtos dietéticos* de que trata o item IX deste artigo.

§ 3º As locuções *substância alimentar* e *gênero alimentício* são empregadas neste Código como sinônimos de alimento.

Art. 3º Salvo as exceções previstas neste Código e as denominações de fantasia, as denominações dos produtos alimentícios deverão conformar-se com a matéria prima alimentar de que se originam.

Art. 4º Os alimentos sucedâneos deverão ter aparência diferente daquela dos alimentos genuínos ou permitir por outra forma a sua identi-

ficação, de acordo com as disposições deste Código e de suas Normas Técnicas Especiais.

Art. 5º Somente é permitido o uso de aditivo em alimentos quando não:

I — houver evidência ou suspeita de que possua toxicidade atual ou potencial;

II — servir para encobrir falhas no processamento ou nas técnicas de manipulação;

III — interferir, sensível e desfavoravelmente, no valor nutritivo do alimento;

IV — ocultar alteração ou adulteração da matéria prima alimentar ou do produto alimentício já elaborado.

V — induzir o consumidor em erro ou confusão;

VI — contrariar as disposições deste Código e de suas Normas Técnicas Especiais.

Art. 6º As disposições deste Código aplicam-se às substâncias alimentares importadas.

Art. 7º Os produtos alimentícios destinados à exportação poderão ser fabricados de acordo com as normas vigentes no país a que se destinam.

Art. 8º Os alimentos destituídos, total ou parcialmente, de um de seus componentes normais, poderão ser postos à venda, mediante autorização expressa do órgão competente.

Art. 9º As Normas Técnicas deste Código disporão sobre as definições padrões de qualidade, a identidade e o envasamento dos alimentos, bem como sobre as matérias primas alimentares e os aditivos para alimentos.

CAPÍTULO II

Do Registro

Art. 10. Todo alimento, inclusive o importado, somente será entregue a consumo ou exposto à venda depois de registrado no órgão competente do Ministério da Saúde.

§ 1º O registro será válido em todo o território brasileiro e feito mediante requerimento do interessado, dirigido ao órgão competente da respectiva unidade federativa e instruído com a documentação pertinente.

§ 2º A documentação, que instruir o pedido do registro, após examinada

pelo órgão competente da unidade federativa em que fôr apresentado, deverá ser encaminhada com o parecer d'este ao órgão competente do Ministério da Saúde.

§ 3º Salvo o descumprimento de preceitos d'este Código ou de suas Normas Técnicas Especiais, o registro deverá ser efetuado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da efetiva entrega do requerimento respectivo.

§ 4º O órgão competente do Ministério da Saúde enviará aos congêneres estaduais ou municipais relação pormenorizada dos registros efetuados, assim como dos cancelamentos de registro.

§ 5º O registro deverá ser renovado, de dez (10) em dez (10) anos, e observará a ordem numérica estabelecida pelo órgão competente do Ministério da Saúde.

§ 6º Independência de registro as matérias primas alimentares e os alimentos *in natura* e os aditivos inscritos na Farmacopéia Brasileira ou que hajam sido declarados isentos de registro pela Comissão Nacional de Normas e Padrões Alimentares.

Art. 11. Após a concessão do registro e sendo o alimento entregue a consumo, o laboratório oficial colherá amostras destinadas à análise de controle.

§ 1º A colheita de amostra, a que se refere este artigo, será efetuada pela autoridade fiscalizadora competente.

§ 2º A análise de controle observará as normas estabelecidas para a análise fiscal.

§ 3º O laudo de análise de controle será remetido ao órgão competente do Ministério da Saúde, para arquivamento, e passará a constituir o padrão de identificação do alimento.

§ 4º O órgão competente cancelará o registro do alimento se o laudo de análise de controle apurar discordância da composição do alimento com a fórmula apresentada por ocasião do registro.

Art. 12. Os alimentos apreendidos por falta de registro, no órgão competente do Ministério da Saúde, embora considerados próprios para consumo,

só poderão ser expostos à venda após a concessão do registro.

Art. 13. Quando a análise fiscal comprovar que o alimento se tornou nocivo à saúde, ou, por qualquer motivo impróprio para ingestão, a autoridade competente determinará que seja inutilizado, sem prejuízo da aplicação da multa cabível.

§ 1º A inutilização de que trata este artigo será feita, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da decisão administrativa irrecorrível, lavrando-se "térmo de inutilização", que será assinado pela autoridade competente, pelo infrator, e, na recusa d'este, por duas testemunhas.

§ 2º O possuidor ou a pessoa responsável pelo alimento a ser inutilizado será intimado a comparecer ao ato de inutilização, que, salvo motivo de força maior, será realizado dentro em 72 (setenta e duas) horas, contadas do recebimento da intimação. Não sendo encontrado o possuidor ou o responsável, a intimação será feita a qualquer de seus prepostos, e, na falta destes, por edital publicado no órgão oficial de divulgação.

§ 3º Os tubérculos, bulbos, rizomas, sementes e grãos em estado de germinação, quando destinados ao plantio ou a fins industriais, não serão inutilizados, desde que essa destinação esteja declarada no rótulo de modo inequívoco e em caracteres facilmente legíveis.

Art. 14. Quando a análise fiscal comprovar a infração de qualquer preceito d'este Código ou de suas Normas Técnicas Especiais sem que o alimento se tenha tornado nocivo à saúde ou impróprio para ingestão, terá este a destinação determinada pela autoridade competente.

CAPÍTULO III

Da rotulagem

Art. 15. Deverão ser rotulados de acordo com as disposições d'este Código todos os alimentos que dependem de registro.

Parágrafo único. Considerar-se-á rótulo, para os efeitos d'este Código, qualquer identificação impressa ou litografada, bem como os dizeres pintados ou gravados a fogo, por pressão ou decalção.

Art. 16. Os rótulos deverão mencionar, em caracteres perfeitamente legíveis:

- I — nome ou marca do alimento;
- II — qualidade, natureza e tipo do alimento;
- III — nome do fabricante ou produtor;
- IV — sede da fábrica ou local de produção;
- V — número do registro do alimento no órgão competente do Ministério da Saúde;
- VI — nome do aditivo utilizado ou o código de identificação com a especificação da classe a que pertencer;
- VII — número ou identificação da partida ou data de fabricação, bem como outras quaisquer especificações julgadas necessárias pela Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.

§ 1º Os rótulos, que contiverem palavras em idioma estrangeiro, deverão conter a respectiva tradução, salvo se tratar de denominação já consagrada pelo público.

§ 2º Os rótulos dos alimentos destinados à exportação poderão ser inscritos, total ou parcialmente, no idioma do país a que se destinam e deverão conter a expressão: — *somente para exportação*.

§ 3º Os rótulos dos alimentos destituídos, no todo ou em parte, de um de seus componentes normais, deverão mencionar a alteração autorizada.

§ 4º Os nomes científicos, que forem inscritos nos rótulos dos alimentos, deverão, sempre que possível, ser acompanhados da denominação comum correspondente.

Art. 17. Os rótulos dos alimentos artificiais deverão conter a expressão *artificial* inscrita de forma perfeitamente visível e legível, com a altura correspondente à metade dos maiores tipos gráficos usados para identificar a natureza o tipo do alimento, vedadas as declarações, designações, figuras ou desenhos que possibilitem falsa interpretação ou induzam a erro ou engano quanto à sua origem, natureza ou composição.

§ 1º Os rótulos dos alimentos artificiais não poderão declarar caracteres nutritivos superiores aos dos alimentos naturais congêneres, salvo o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º Provados por elementos técnicos ou científicos, que o alimento artificial apresenta caracteres nutritivos superiores aos dos alimentos naturais congêneres, o órgão competente do Ministério da Saúde poderá autorizar a respectiva declaração no rótulo.

Art. 18. Os rótulos dos alimentos que contiverem essências naturais, artificiais ou corantes artificiais deverão conter, conforme o caso, isolada ou conjuntamente, expressões que identifiquem essas essências ou corantes, observadas as normas da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.

Art. 19. Os rótulos dos aditivos inscritos na Farmacopéia Brasileira e dos declarados isentos de registro pela Comissão Permanente de Normas para Alimentos deverão conter, respectivamente, as expressões: — “de acordo com a Farmacopéia Brasileira” ou “declarado isento de registro pela Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos”.

Art. 20. Os rótulos dos produtos dietéticos e dos produtos enriquecidos deverão conter, respectivamente, as expressões: — “produto dietético” ou “produto enriquecido”, em caracteres perfeitamente visíveis e legíveis, obedecida a legislação específica.

Art. 21. Desde que efetuado previamente o registro individual de cada uma das denominações que adote, será permitido expor à venda de um produto sob denominação e rótulos diversos.

Art. 22. Nos rótulos, as designações superlativas de qualidade, tais como “extra”, “fino” e outras, só serão permitidas aos alimentos assim reconhecidos, na forma estabelecida pela Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.

Art. 23. Não poderão constar dos rótulos denominações, designações, nomes geográficos, símbolos, figuras, desenhos ou indicações que possibilitem interpretação falsa, erro ou confusão quanto à origem, procedência, natureza, composição ou qualidade de alimento ou que lhe atribuam qualidades ou características nutritivas superiores às que ele realmente possua, com as ressalvas do art. 4º desta Lei.

Art. 24. Será proibido, nos rótulos, atribuir qualidades medicamentosas ou terapêutica aos alimentos.

Art. 25. Os equipamentos ou materiais empregados na produção, manipulação, conservação, acondicionamento e transporte de alimentos deverão ser inócuos, inodoros, insípidos e inatacáveis, de conformidade com as Normas Técnicas Especiais deste Código.

CAPÍTULO IV

Da Fiscalização

Art. 26. A fiscalização dos alimentos será efetuada em todos os locais de preparação, manipulação, produção, acondicionamento, depósito, distribuição, comercialização ou de exposição para entrega a consumo, bem como sobre os prédios, instalações, peças, aparelhos, máquinas, equipamentos, utensílios, recipientes e veículos empregados para aqueles fins.

Art. 27. Os alimentos ficarão sujeitos à fiscalização da autoridade competente, mesmo nos armazéns das empresas de transporte cu em trânsito.

Parágrafo único. As empresas de transporte deverão fornecer à autoridade fiscalizadora competente todos os esclarecimentos sobre as mercadorias depositadas ou em trânsito, bem como facilitar a inspeção e a colheita de amostras.

Art. 28. No interesse da Saúde Pública, a autoridade competente poderá proibir o ingresso e o comércio de alimentos de procedência suspeita, nos locais que julgar conveniente.

Art. 29. Nos locais de fabricação, preparação, beneficiamento, acondicionamento ou de depósito de alimentos não será permitido o depósito ou a venda de substâncias que possam servir para corrompê-los, adulterá-los, falsificá-los ou alterá-los.

Parágrafo único. As substâncias tóxicas e as que possam alterar os caracteres organolépticos dos alimentos só poderão ser depositadas, manipuladas ou vendidas, nos estabelecimentos de gêneros alimentícios que dispuserem de local apropriado e separado, assim reconhecido pela autoridade competente.

Art. 30. Sob pena de confisco e inutilização imediata os alimentos destinados a consumo imediato que tenham ou não sofrido o processo de cocção, só poderão ser expostos à venda devidamente protegidos.

Art. 31. A autoridade fiscalizadora competente terá livre acesso a qualquer local em que haja indício de que se fabrique, manipule, beneficie, acondicione, conserve, transporte, distribua ou venda alimentos sujeitos aos dispositivos deste Código e de suas Normas Técnicas Especiais.

Parágrafo único. O proprietário do estabelecimento ou o responsável pela fabricação, preparação, conservação, empacotamento, envasamento, armazenamento ou venda de alimentos deverá prestar à autoridade competente quando solicitado, todas as informações necessárias à verificação do cumprimento deste Código e de suas Normas Técnicas Especiais.

Art. 32. A autoridade fiscalizadora competente poderá interditar alimentos existentes em qualquer estabelecimento quando houver fundada suspeita de corrupção, adulteração, falsificação ou alteração.

§ 1º Interditada a mercadoria, a autoridade fiscalizadora competente lavrará auto de interdição, assinado por ela, pelo possuidor ou responsável pelo alimento, e, na ausência ou recusa de qualquer destes, por duas testemunhas, e colherá amostar do alimento que encaminhará, imediatamente, ao laboratório oficial, para que proceda à análise fiscal.

§ 2º O possuidor ou responsável pela mercadoria interditada assinará "térmo de responsabilidade" em que se obrigará a não entregá-la a consumo, desviá-la, alterá-la ou substituí-la, no todo ou em parte.

§ 3º O possuidor ou responsável pela mercadoria interditada deverá fazer imediata comunicação da interdição ao respectivo produtor, pena de perda do direito à reposição por este de quantidade e valor correspondentes à interditada, de conformidade com as Normas Especiais deste Código.

§ 4º O prazo de interdição não poderá exceder a 60 (sessenta) dias, e, para os alimentos perecíveis, a 48 (quarenta e oito) horas, findo o qual a mercadoria ficará imediatamente liberada.

§ 5º A interdição tornar-se-á definitiva se a análise realizada pelo laboratório oficial concluir pela condenação do alimento.

Art. 33. A colheita periódica de amostras para análise fiscal, inclusive

de alimento interditado, será feita pela autoridade fiscalizadora, que lavrará auto de apreensão, em duas vias, assinado por ela, pelo possuidor ou responsável pela mercadoria, e, na ausência ou recusa destes, por duas testemunhas, especificando-se no auto a natureza e outras características do alimento.

§ 1º Das amostras de alimentos colhidas, em número de três, tornadas individualmente invioláveis para que se assegure sua perfeita conservação e autenticadas no ato da colheita, uma será entregue ao possuidor ou responsável pelo alimento, para servir de contraprova, e as duas outras encaminhadas imediatamente ao laboratório oficial para que proceda à análise fiscal.

§ 2º Quando o alimento apreendido for de natureza que não permita a colheita de três amostras ou de fácil alteração, que impossibilite a conservação das amostras nas condições em que foram apreendidas, a análise fiscal poderá ser feita imediatamente, na presença do perito que o possuidor ou responsável pela mercadoria, desde logo indicar.

§ 3º As amostras referidas neste artigo limitar-se-ão a quantidades necessárias e suficientes à realização dos exames e perícias, de conformidade com os métodos oficialmente adotados.

§ 4º O laboratório oficial deverá efetuar a análise, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da amostra, salvo se se tratar de alimento perecível, hipótese em que deverá ser realizada em prazo consentâneo com a natureza do alimento.

Art. 34. Concluída a análise fiscal, o laboratório oficial remeterá o laudo respectivo, em três vias, pelo menos, à autoridade fiscalizadora competente, que, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhará uma das vias ao produtor do alimento, outra ao possuidor ou responsável pela mercadoria e a outra ao órgão competente.

§ 1º Se a análise fiscal comprovar a infração de qualquer preceito deste Código ou de suas Normas Técnicas Especiais, salvo a hipótese do artigo 14, a autoridade competente, no prazo de que trata este artigo, notificará o infrator para que, no prazo de 10 (dez) dias, contados da notifica-

ção, se justifique ou conteste o resultado da análise, requerendo, pericia de contraprova. A notificação será instruída com uma cópia do laudo de análise.

§ 2º Se a análise fiscal não comprovar infração de qualquer preceito deste Código ou de suas Normas Técnicas Especiais será imediatamente liberada a mercadoria que tenha sido interditada.

§ 3º Findo o prazo de que trata o § 1º deste artigo, se, notificado, o infrator não se justificar ou contestar a análise fiscal, a autoridade competente dará início ao procedimento legal cabível.

§ 4º. A autoridade competente dará ciência da notificação ao produtor, ao possuidor ou ao responsável pelo alimento apreendido que não tenha sido notificado como infrator.

§ 5º As infrações apuradas pelos órgãos competentes estaduais os municipais serão comunicadas ao órgão competente do Ministério da Saúde.

Art. 35. A pericia de contraprova será realizada no laboratório oficial que, na análise fiscal, expediu o laudo condenatório, por seu perito, juntamente com o perito indicado pelo requerente, e por outro, indicado pelo órgão fiscalizador competente.

§ 1º Na data fixada para a pericia de contraprova, o possuidor, ou a pessoa responsável pelo alimento, apresentará a amostra sob sua guarda.

§ 2º A pericia de contraprova não será realizada quando a amostra de que trata o parágrafo anterior apresentar indícios de violação, lavrando-se, neste caso, ata circunstanciada.

§ 3º O laboratório oficial terá o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação da autoridade competente, para iniciar a pericia de contraprova.

§ 4º A execução integral da pericia de contraprova não excederá o prazo de 15 (quinze) dias, salvo se as condições técnicas das provas a serem realizadas exigirem maior prazo.

§ 5º Ao requerer a pericia de contraprova, o requerente indicará, desde logo, seu perito, ou deverá fazê-lo, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo

a indicação recair em profissional de reconhecida capacidade e idoneidade, que preencha os requisitos legais.

§ 6º Ao perito do contestante serão fornecidas todas as informações pertinentes que solicitar, inclusive a vista da análise fiscal condenatória e dos demais documentos que julgar necessários.

§ 7º De tudo que ocorrer na pericia de contraprova, lavrar-se-á ata pelos peritos que a realizarem, e que ficará arquivada no laboratório oficial. Dêsse documento será enviada uma cópia ao órgão competente e poderá ser entregue outra ao perito do requerente, mediante recibo, se o solicitar.

§ 8º No caso de partido de grande valor econômico, confirmada a condenação do alimento, em pericia de contraprova, poderá o requerente solicitar nova apreensão no mesmo, utilizando-se, nesse caso, adequada técnica de amostragem estatística.

Art. 36. Aplicar-se-á a contraprova o mesmo método de análise empregado na análise condenatória, podendo, se houver anuência dos peritos, ser empregado outro.

Art. 37. Na pericia de contraprova, havendo divergência entre os peritos, quanto à interpretação do resultado da análise, caberá recurso ao dirigente do órgão competente do Ministério da Saúde.

§ 1º O recurso de que trata este artigo deverá ser interposto, conforme o caso, pelo perito indicado pelo requerente, juntamente com este, ou pelo perito responsável pela análise condenatória, juntamente com o diretor do laboratório oficial onde tiver sido realizada a pericia de contraprova.

§ 2º O recurso deverá ser interposto no prazo de 10 (dez) dias e encaminhado dentro em igual prazo, acompanhado de cópias autenticadas das atas das pericias realizadas.

§ 3º A autoridade competente do Ministério da Saúde deverá decidir o recurso, dentro de 10 (dez) dias, contados da data em que houver recebido.

Art. 38. Quando o alimento condenado proceder de unidade federativa diversa daquela em que foi efe-

tuada a análise condenatória, será o fato comunicado ao órgão competente da unidade federativa de procedência da mercadoria.

Art. 39. A autoridade competente fiscalizará a publicidade pertinente a alimentos.

CAPÍTULO V

Das Infrações e das Penalidades

Art. 40. Constituem infração aos preceitos deste Código e de suas Normas Técnicas Especiais:

I — a fabricação, manipulação, distribuição, transporte, exposição à venda, depósito, ou, por qualquer forma, a entrega a consumo de alimentos impróprios para o consumo;

II — a atribuição a alimentos, em publicidade, de qualidades medicamentosas, terapêuticas ou nutrientes superiores às que realmente possuir, assim como a divulgação de informações que possam induzir o consumidor em erro quanto às qualidades do alimento;

III — fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade à autoridade fiscalizadora, quanto a alimentos;

IV — entregar a consumo, desviar, alterar ou substituir, total ou parcialmente, alimento interdito e especificado em termo de responsabilidade lavrada pela autoridade fiscalizadora.

Art. 41. Consideram-se impróprios para consumo os alimentos:

I — deteriorados;

II — alterados;

III — corrompidos, adulterados ou falsificados;

IV — prejudiciais ou imprestáveis, por qualquer outro motivo, à ingestão.

Art. 42. Consideram-se alimentos deteriorados os que hajam sofrido avaria ou prejuízo em sua pureza, composição ou caracteres organoléuticos, por ação de temperatura, microorganismos, parasitas, sujidades, prolongado armazenamento, deficiente conservação, mau acondicionamento, defeitos de fabricação, ou em consequência de outros agentes.

Art. 43. Consideram-se alterados os alimentos aos quais:

I — haja sido adicionada ou misturada substância que lhes modifi-

que a qualidade ou lhes reduza o valor nutritivo;

II — tenha sido suprimido total ou parcialmente, qualquer elemento de sua composição normal ou substituído por outro de qualidade inferior.

Art. 44. Consideram-se alimentos corrompidos, adulterados ou falsificados os que como tal são definidos pela lei penal.

Art. 45. As infrações aos preceitos d'este Código e de suas Normas Técnicas Especiais, classificadas por estas em leves, graves e gravíssimas, serão punidas com a pena de multa, calculada sobre o valor do maior salário mínimo vigente no País, na seguinte proporção:

I — as infrações leves, de uma a quatro vezes;

II — as infrações graves, de quatro a sete vezes;

III — as infrações gravíssimas, de sete a dez vezes.

Art. 46. A multa será aplicada pelo diretor do órgão competente federal, estadual ou municipal, que notificará o infrator para recolhê-la, conforme o caso, ao Tesouro Nacional, Estadual ou Municipal, dentro do prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º A notificação será feita por intermédio de funcionário lotado no órgão competente ou mediante registro postal, e, na hipótese de não ser localizado ou encontrado o infrator, por meio de edital publicado no órgão oficial de divulgação.

§ 2º Na aplicação da multa, a autoridade competente levará na devida conta as circunstâncias atenuantes e agravantes de que se revestir a infração.

§ 3º O não recolhimento da multa, dentro do prazo fixado neste artigo, sujeitará o infrator à correção monetária e à multa moratória de 10% (dez por cento) ao mês.

Art. 47. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Parágrafo único. Verifica-se a reincidência quando o infrator cometer nova infração após decisão definitiva, na esfera administrativa, que lhe houver imposto multa.

Art. 48. As infrações previstas neste Código e em suas Normas Técnicas Especiais prescrevem em 5 (cinco) anos.

§ 1º A prescrição interrompe-se pela notificação ou outro qualquer ato da autoridade competente visando à sua apuração e consequente imposição de pena.

§ 2º Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

Art. 49 Para os efeitos d'este Código e de suas Normas Técnicas Especiais consideram-se infrator:

I — o fabricante do alimento;

II — o proprietário ou locatário do estabelecimento, conforme o caso, onde for encontrado o alimento;

III — o possuidor ou a pessoa responsável pelo alimento, embora seja este de propriedade alheia.

Art. 50. Não serão consideradas infrações, para os efeitos d'este Código e de suas Normas Técnicas Especiais, as alterações ou deteriorações havidas nos alimentos, em decorrência de causas, circunstâncias ou eventos naturais imprevisíveis.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas neste artigo, a autoridade fiscalizadora notificará o fabricante, manipulador, beneficiador ou acondicionador do alimento, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, adote as providências necessárias ao seu recolhimento.

Art. 51. Se o possuidor ou responsável por mercadoria interditada descumprir as obrigações assumidas no "termo de responsabilidade" (art. 29, § 2º), além da multa que ficará sujeita, por infração gravíssima, perderá o valor da partida de alimentos, e será intimado a entregá-la ou a indicar o local onde se encontra a mercadoria, a fim de ser apreendida ou, conforme o caso, inutilizada.

CAPÍTULO VI

Da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos

Art. 52. É criada, no Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, a Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.

§ 1º A Comissão, a que se refere este artigo, será presidida pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Saúde, e constituída por 2 (dois)

representantes do Ministério da Agricultura, 1 (um) representante da Confederação Nacional da Indústria, 1 (um) representante da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação e 4 (quatro) técnicos de reconhecida idoneidade e comprovada competência, estes de livre escolha do Ministro da Saúde.

§ 2º Cada um dos membros da Comissão terá um suplente.

§ 3º Os membros da Comissão e os respectivos suplentes serão designados mediante portaria do Ministro da Saúde.

§ 4º Os membros da Comissão receberão uma gratificação, por sessão a que comparecerem, fixada no respectivo Regimento Interno.

Art. 53. A Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos compete:

I — Assessorar o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Saúde na decisão dos assuntos pertinentes a alimentos;

II — Elaborar as Normas Técnicas Especiais deste Código, a serem aprovadas por decreto, ouvido o Conselho Nacional de Saúde;

III — Propor modificações que visem à atualização das Normas Técnicas Especiais deste Código;

IV — Fixar padrões de identidade e de qualidade de alimentos;

V — Estabelecer normas tendentes à uniformização das técnicas de análises de alimentos;

VI — Baixar Resoluções que visem à adequada aplicação deste Código e de suas Normas Técnicas Especiais;

VII — Elaborar seu Regimento Interno, a ser aprovado pelo Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Saúde.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 54. O Ministro da Saúde, no interesse da saúde pública ou da higiene da alimentação, poderá, em decisão fundamentada, determinar o cancelamento, temporário ou definitivo do registro, assim como a interdição ou a apreensão de qualquer alimento.

Art. 55. Os alimentos que, na data em que este Código entrar em vigor, estiverem registrados, em qualquer repartição federal, há menos de 10 (dez) anos, ficarão dispensados do novo registro, até que se complete o prazo fixado no art. 10, § 5º, deste Código.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não isenta, todavia, os produtores de apresentar, sem qualquer ônus, ao órgão competente do Ministério da Saúde, a prova do registro anterior.

Art. 56. É extinta, na data da instalação da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos, a Comissão Permanente de Aditivos para Alimentos, criada pelo art. 25 do Decreto nº 55.871, de 23 de março de 1965, transferindo-se para aquela as atribuições a esta cometidas.

Parágrafo único. Ressalvado o disposto neste artigo, continuam em vigor os preceitos do Decreto nº 55.871, de 23 de março de 1965, e as tabelas a ele anexas, assim como as decisões da Comissão Permanente de Aditivos para Alimentos, até que sejam aprovadas as Normas Técnicas Especiais deste Código.

Art. 57. O Ministro da Saúde submeterá ao Presidente da República, no prazo de 90 (noventa) dias, para aprovação, mediante decreto, o Regimento da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.

Art. 58. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Raymundo de Britto

DECRETO-LEI Nº 210 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967

Estabelece normas para o abastecimento de trigo, sua industrialização e comercialização e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere

o § 2º do Art. 9º do Ato Institucional nº 4, decreta:

Art. 1º O abastecimento de trigo do país, será atendido, prioritariamente, pelo cereal de produção nacional e, sempre que necessário, complementado pelo de origem estrangeira cuja cota de importação será estabelecida anualmente pela Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB).

Art. 2º O trigo de produção nacional será adquirido pelo Governo Federal, através do Banco do Brasil S. A., como seu agente financeiro, segundo normas de comercialização traçadas pela SUNAB, ficando assegurada prioridade absoluta de transporte em todas as empresas federais, estaduais e municipais para garantir seu rápido escoamento.

Art. 3º As operações de compra e venda do trigo estrangeiro serão realizadas com exclusividade pelo Governo Federal, através da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A., como seu agente, na forma do que dispõem o item IV do Art. 86 do Decreto número 42.820, de 16 de dezembro de 1957, e os Artigos 14 e 88 da Lei número 5.025, de 10 de junho de 1966.

Art. 4º A programação dos embarques de trigo estrangeiro será feita pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A., ouvidas a SUNAB e a Comissão de Marinha Mercante do Ministério da Viação e Obras Públicas, observando, relativamente à contratação e o fretamento de navios, as disposições legais vigentes sobre a matéria.

Art. 5º Fica estabelecido o prazo de 8 (oito) dias da data da chegada do navio ao porto de descarga, para o pagamento, pelos moinhos, da parcela de trigo que lhes for rateada em cada carregamento.

§ 1º Quando se tratar de moirno localizado no interior do país, o prazo a que se refere este artigo será contado a partir da data da emissão do aviso da Agência do Banco do Brasil S. A.

§ 2º O moinho que não efetuar o pagamento nos termos deste artigo arcará com os ônus decorrentes até a data da nova distribuição e perderá o direito à parcela que lhe tenha sido atribuída, deduzindo-se

de sua cota anual a quantidade correspondente.

§ 3º Não estão sujeitas a formas de pagamento prevista neste artigo as quantidades destinadas aos estoques reguladores, cabendo à SUNAB estabelecer o critério de funcionamento dos mesmos e as normas de liberação das parcelas destinadas aos moinhos.

Art. 6º A SUNAB determinará, se julgar conveniente, a mistura à farinha de trigo de quaisquer outras farinhas panificáveis, extraídas de produtos apropriados, cujas espécies e proporções indicará na oportunidade.

Art. 7º Para efeito de distribuição de trigo, considerar-se-á o País dividido nas seguintes zonas de consumo:

a) Zona 1 — Amazonas, Pará, Maranhão, Acre e Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima.

b) Zona 2 — Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Territórios de Fernando de Noronha.

c) Zona 3 — Alagoas, Sergipe e Bahia.

d) Zona 4 — Espírito Santo e Minas Gerais (exclusive o Triângulo Mineiro).

e) Zona 5 — Guanabara e Rio de Janeiro.

f) Zona 6 — Goiás, Mato Grosso, Distrito Federal e Minas Gerais (samente o Triângulo Mineiro).

g) Zona 7 — São Paulo e Paraná.

h) Zona 8 — Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Art. 8º A SUNAB, no uso das prerrogativas que lhe confere a Lei Delegada número 4, de 26 de setembro de 1962, estabelecerá ao início de cada ano, as quantidades básicas de trigo para as zonas consumidoras de que trata o artigo anterior, podendo redistribuir entre as demais, durante o período e se assim o impuserem as necessidades do abastecimento, as quantidades que eventualmente uma ou mais zonas não venham a absorver.

Art. 9º Antes de proceder à revisão geral do parque moageiro do país, de que trata o artigo 15, as quantidades de trigo destinadas ao consumo, dentro de cada zona, serão rateadas entre os moinhos ali instalados e em funcionamento, proporcionalmente às respectivas capacidades mecânicas de moagem devidamente

homologadas e constantes dos registros existentes na SUNAB, na data da publicação deste Decreto-lei.

Parágrafo único. Desde que a participação mencionada neste artigo se refere a quantidade de trigo objeto de previsão, a cota atribuída aos moinhos no início de cada ano, será sempre estimada mas não assegurada.

Art. 10. Última da a revisão de que trata o artigo 15 e estabelecida a capacidade definitiva de moagem dos moinhos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 16 deste Decreto-lei a distribuição do trigo destinada ao consumo será feita obedecendo os seguintes critérios:

a) a quantidade total de trigo atribuída a cada zona será dividida em duas partes, para efeito de rateio, na forma do artigo anterior e seu parágrafo único, sendo a primeira para distribuição geral entre todos os moinhos devidamente registrados e em funcionamento, e a segunda para distribuição específica, contemplando apenas, dentre aqueles os que comprovarem, perante a SUNAB, possuir a capacidade de ensilagem ou armazenagem exigida neste Decreto-lei;

b) no primeiro ano de vigência do sistema a que se refere a alínea precedente a distribuição geral será representada por 9/10 (nove décimos) do total atribuído à zona consumidora e a distribuição específica por 1/10 (um décimo);

c) a distribuição geral obedecerá a progressão aritmética decrescente, por ano, de razão igual a 1/10 (um décimo) do montante adjudicado à zona consumidora e a específica a progressão aritmética crescente na mesma escala;

d) decorrido o nono ano de aplicação do esquema descrito neste artigo, os moinhos que não satisfizerem as exigências deste, quanto à capacidade de ensilagem ou armazenagem terão seus registros cancelados.

e) o moinho que absorver menos de 80% (oitenta por cento) da quantidade de trigo que lhe for atribuída, no exercício, terá reduzida de 20% (vinte por cento), no rateio do ano seguinte, a sua cota de participação, a qual somente poderá ser restabelecida no ano imediatamente posterior daquele em que o moinho absorver todo o trigo que lhe tenha sido adjudicado.

Art. 11. Não serão permitidas operações de revenda, cessão, permuta e transferência de trigo em grão fornecido pelo Governo, aos moinhos.

Parágrafo único. A adjudicação do trigo implica a obrigatoriedade de sua industrialização pelo moinho a que o mesmo for atribuído, exceto nos casos de incorporações de uma ou mais unidades moageiras, dentro da mesma zona consumidora, por períodos e critérios que a SUNAB estabelecerá.

Art. 12. Entende-se por moinho para os efeitos deste Decreto-lei, a unidade moageira detentora de registro da SUNAB, com capacidade de moagem reconhecida e homologada por aquele órgão e que possua atividade técnico - industrial autônoma aplicada na industrialização de trigo em grão.

Art. 13. Fica proibida, expressamente, a concessão de autorização para a instalação de novos moinhos e para aumento das capacidades já existentes e registradas ou aquelas que vierem a ser fixados após a revisão prevista no Art. 15 e observada a norma do Art. 16.

Parágrafo único. No caso de desmembramentos de moinhos na forma do parágrafo único do Art. 13, em que a parte desmembrada se destine a constituir uma unidade autônoma, esta terá direito a novo registro entendido que a soma das capacidades de moagem das unidades moageiras resultantes não poderá exceder da registrada e homologada para o moinho primitivo.

Art. 14. As concessões porventura existentes, contrárias aos termos do artigo anterior, são consideradas automaticamente canceladas.

Art. 15. A capacidade real de moagem de todos os moinhos será aferida mediante prova física cujo regimento será estabelecido pela SUNAB.

§ 1º. A revisão geral de que trata este artigo terá início até 60 (sessenta) dias após a publicação deste Decreto-lei e deverá realizar-se no decurso do ano de 1967.

§ 2º. Será considerada como unidade moageira ajustada às disposições deste Decreto-lei aquela que moer, em média, por hora, 1/24 (vinte e quatro avos) da capacidade diária de moagem registrada na SUNAB na data de sua publicação, produzindo

do farinhas e resíduos nas proporções de 78% (setenta e oito por cento) e 22% (vinte e dois por cento), respectivamente.

§ 3º. O moinho que não alcançar o nível de produção descrito no parágrafo anterior terá a capacidade de moagem reduzida para o equivalente ao produto da multiplicação da quantidade média moida em uma hora por 24 (vinte e quatro).

§ 4º. Se a quantidade de farinhas produzidas não atingir ao percentual de 78% (setenta e oito por cento) de que trata o § 2º deste artigo, o moinho terá sua capacidade de moagem reduzida de percentual igual à diferença apurada.

§ 5º. Se os resultados da prova física de moagem forem superiores à capacidade registrada na data da publicação deste Decreto-lei, ainda assim o moinho vistoriado não terá direito ao aumento desta.

Art. 16. Após a revisão mencionada no artigo anterior a SUNAB fixará o percentual em que considerará liberada parte do equipamento industrial ocioso dos moinhos, de tal modo que essa liberação não importe em reduzir a capacidade real de moagem do parque moageiro nacional, em seu conjunto, a nível inferior a 5.000.000 (cinco milhões) de toneladas métricas de trigo anuais.

§ 1º. O percentual de que trata este artigo servirá de base para fixação da capacidade definitiva de moagem dos moinhos, a qual passará a constar e a prevalecer nos respectivos registros existentes na SUNAB.

§ 2º. As máquinas liberadas em razão das disposições deste artigo serão consideradas definitivamente desvinculadas da indústria triticea, exceto quando se destinarem à recomposição das instalações industriais de moinhos devidamente registrados na SUNAB, ou para as incorporações de que trata o artigo 18, respeitada a proibição constante do artigo 13.

Art. 17. Enquanto não ultimada a revisão de que trata o art. 15, os moinhos ficam impedidos de substituir seu maquinário, no todo ou em parte, a menos que essa substituição se destine à atualização de transferências e incorporações que, na data da

publicação deste Decreto-lei, já tiverem sido autorizadas.

Art. 18. Mediante prévia autorização da SUNAB poderão ser permitidos desmembramentos, incorporações e transferências de moinhos, desde que, em qualquer dos casos, se o pedido envolver mudança de zona consumidora, o moinho a ser transferido, incorporado ou desmembrado esteja localizado em zona cujo aproveitamento industrial, calculado após a liberação de máquinas de que trata o art. 16 for inferior a 75% (setenta e cinco por cento) e se destine para outra de índice superior.

Parágrafo único — O desmembramento de moinhos só será admitido se a parte a ser desmembrada e a que remanescer possuírem, isoladamente, capacidade de moagem superior a 30 (trinta) toneladas diárias, aferidas pela prova física instituída neste Decreto-lei e após a fixação da capacidade definitiva de moagem de que trata o art. 16.

Art. 19. Sempre que julgar oportuno e conveniente a SUNAB vistoriará qualquer moinho que participe da distribuição do trigo destinado ao abastecimento do País, utilizando a prova física de moagem e com a aplicação dos critérios descritos nos parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do art. 15 deste Decreto-lei.

Art. 20. Será considerado suficiente para os efeitos deste Decreto-lei o silo ou armazém dimensionado para guarda de trigo correspondente a 20 (vinte) vezes a capacidade diária de moagem aferida pela revisão a que se refere o art. 15 ou tantas vezes quantas bastem para atingir o mesmo resultado, tendo como fator a capacidade de moagem diária definitiva estabelecida nos termos do art. 16.

§ 1º. A capacidade de ensilagem será calculada tomando-se como base para cada metro cúbico, 800kg (oitocentos quilogramas) de trigo em grão não sendo computados os silos de descanso, instalados no interior dos moinhos.

§ 2º. Os silos construídos para moinhos nos portos de descarga serão considerados, para os efeitos deste Decreto-lei, no cálculo de sua capacidade de ensilagem.

Art. 21. Para melhorar e facilitar as condições de descarga e armazenagem

mento, os moinhos poderão construir inclusive em condomínio ou sob forma jurídica de sociedade anônima ou de responsabilidade limitada, silos nos portos ou no interior, em locais que atendam aos interesses do abastecimento, sendo computada a cota equivalente da participação, na sociedade, na determinação da capacidade de ensilagem do respectivo moinho.

Art. 22. Os moinhos situados nos estados produtores de trigo ficarão dispensados da obrigação de construir silos, se possuírem capacidade de moagem inferior a 50 (cinquenta) toneladas diárias aferidas pela prova física de que trata este Decreto-lei e se dispuserem de armazenagem própria adequada.

Art. 23. Independentemente das sanções previstas na legislação do País, para os atos que a infringirem os moinhos ficarão passíveis das seguintes penalidades:

a) suspensão do fornecimento de trigo, conforme regulamento que será estabelecido pela SUNAB, aos moinhos que houverem transgredido as normas reguladoras da comercialização e industrialização do trigo;

b) cancelamento de registro aos moinhos que se apropriarem indebitamente do trigo pertencente ao Governo Federal ou que permanecerem inativos, comprovadamente, por mais de 12 (doze) meses.

Art. 24. A penalidade prevista na alínea "a" do artigo anterior acarretará o cancelamento da parcela correspondente a 1/300 (trezentos avos) da cota anual do moinho por dia de suspensão do fornecimento de trigo.

Art. 25. Os casos omissos serão examinados e resolvidos pela SUNAB, cujo Superintendente poderá delegar ao Departamento do Trigo poderes para execução do disposto no presente Decreto-lei.

Art. 26. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1967, 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Edmar de Souza

DECRETO-LEI Nº 211 — DE 27 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre o registro dos órgãos executivos de atividades hemoterápicas a que se refere o art. 3º, item 3, da Lei nº 4.701, de 28 de junho de 1965, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 9º, § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O exercício das atividades hemoterápicas pelos órgãos públicos e entidades privadas, referidos no art. 3º Item 3, da Lei nº 4.701, de 28 de junho de 1965, dependerá de registro na Comissão Nacional de Hemoterapia do Ministério da Saúde.

§ 1º Fica, igualmente, obrigada ao mesmo registro a atividade hemoterápica individual exercida por profissional médico.

§ 2º Os órgãos públicos, as entidades privadas e os profissionais médicos que já exercem as atividades hemoterápicas requererão o registro de que trata este artigo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data em que este Decreto-lei entrar em vigor.

Art. 2º A Comissão Nacional de Hemoterapia organizará e manterá cadastro dos órgãos, entidades e profissionais de que trata este Decreto-lei, abrangendo, inclusive, dados de ordem técnica e administrativa.

Art. 3º A Comissão Nacional de Hemoterapia realizará censos dos órgãos, entidades e profissionais referidos neste Decreto-lei, mediante convênio com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 4º A Comissão Nacional de Hemoterapia, pelo voto da maioria dos seus membros, suspenderá ou cancelará o registro do órgão público, entidade privada ou profissional médico que exercer a atividade hemoterápica com inobservância das normas deste Decreto-lei ou da Lei nº 4.701, de 28 de junho de 1965, sem prejuízo de responsabilidade penal dos infratores.

Parágrafo único. Da decisão da Comissão Nacional de Hemoterapia que determinar a suspensão ou cancelamento do registro, caberá, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão, recurso, sem efeito suspensivo, para o Ministro da Saúde, que a manterá ou reformará, nos 30 (trinta) dias subsequentes.

Art. 5º O exercício da atividade hemoterápica sem o registro de que trata este Decreto-lei configurará o delito previsto no artigo 232, do Código Penal.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Raymundo de Britto

DECRETO-LEI Nº 212 — DE 27 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre medidas de segurança sanitária do País

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 2º, do art. 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º No interesse da Saúde Pública ou da Higiene da Alimentação, o Ministro da Saúde poderá, em decisão fundamentada, determinar o cancelamento temporário ou definitivo do registro, bem como a interdição ou a apreensão de alimento, inclusive bebidas em geral.

Parágrafo único. Qualquer órgão sanitário da União, das unidades federadas ou dos municípios poderá dirigir representação fundamentada ao Ministro da Saúde, sugerindo a adoção de medida prevista neste artigo.

Art. 2º Os detergentes e outros saneantes somente poderão ser expostos à venda em vasilhame cujo modelo ou desenho industrial esteja devidamente patenteado ou em vasilhame que contenha indelévelmente gravada a expressão: *vasilhame de uso proibido para bebida ou medicamento*.

Art. 3º As bebidas em geral somente poderão ser expostas à venda em vasilhame cujo modelo ou desenho industrial esteja devidamente patenteado ou em vasilhame que contenha

indelévelmente gravada a expressão: *vasilhame de uso exclusivo para bebida*.

Art. 4º A inobservância do disposto nos arts. 2º e 3º configurará o crime de que trata o art. 278 do Código Penal.

Art. 5º As condições de higienização dos denominados frascos de retorno, destinados a alimentos, inclusive bebidas em geral, serão fixadas, em portaria, pelo Diretor do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e fiscalizadas por esse Serviço e pelos órgãos congêneres das unidades federadas, ressalvada a competência do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia, para as águas minerais.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação exceto os arts. 2º e 3º, que entrarão em vigor em 1º de fevereiro de 1968.

Brasília, 27 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Raymundo de Britto

DECRETO-LEI Nº 213 — DE 27 DE
FEVEREIRO DE 1967

Organiza o Departamento Nacional de Salário.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, e

Considerando a necessidade de dotar o Governo de um órgão técnico e materialmente capaz de elaborar índices de custo de vida relativos às diversas regiões do território nacional;

Considerando que o levantamento de preços e a elaboração dos respectivos índices, de conformidade com a moderna técnica, exige a utilização de pessoal com formação adequada;

Considerando a necessidade de modificar e dinamizar os métodos e processos empregados no levantamento do custo de vida, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social;

Considerando que o correto conhecimento da variação de preços ao

consumidor constitui tarefa de acentuada importância para o País, pelo oferecimento de valiosos elementos de análise da economia nacional;

Considerando que os índices de custo de vida são elementos básicos para determinação dos índices de correção salarial, de conformidade com a política salarial adotada pelo Governo;

Considerando que a perfeita harmonia nos processos de reajustamento salarial é fator decisivo na manutenção da paz social;

Considerando que interessa à segurança nacional a elaboração, pelo Governo, de índices de custo de vida de mais alta sensibilidade, dotados do maior rigor técnico, como elemento de informação e análise da conjuntura nacional;

Considerando, finalmente, que o Departamento Nacional de Salário, em cuja órbita de competência se situa a elaboração de índices de custo de vida, não se acha suficientemente dotado do pessoal técnico e material adequado exigidos pela magnitude de suas tarefas, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º Ao Departamento Nacional de Salário, além do que decorre normalmente de sua atuação, compete em especial:

I — Promover os estudos técnicos necessários à fixação e revisão dos níveis mínimos ou básicos de salário para as diferentes regiões do País;

II — Promover o levantamento periódico do custo de vida, através da coleta de preços, e elaborar os respectivos índices;

III — Promover a realização, em caráter permanente, de estudos e pesquisas regionais relacionados com as condições econômicas e com o padrão de vida do trabalhador e sua família;

IV — Prestar informações, quando solicitado, para instrução de processos de reajustamento salarial dependentes de decisão da Justiça do Trabalho;

V — Conhecer dos recursos em segunda e última instância, voluntários e *ex officio*, das decisões proferidas pelos Delegados Regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre a observância das normas legais que lhe são pertinentes.

Parágrafo único. A elaboração dos índices a que se refere o inciso II deste artigo constitui competência exclusiva do Departamento Nacional de Salário, na área do Governo Federal.

Art. 2º As bases de estruturação dos índices de custo de vida deverão ser revistas por períodos não superiores a três anos, a partir de janeiro de 1968, para o que deverá ser mantida permanente pesquisa sobre os hábitos de consumo da população, a cargo do Departamento Nacional de Salário.

Art. 3º Para atender aos encargos do Departamento Nacional de Salário, ficam criados no Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Ministério do Trabalho e Previdência Social 277 (duzentos e setenta e sete) cargos, em caráter provisorio, conforme especificação constante da tabela anexa.

Art. 4º Ficam criados no Ministério do Trabalho e Previdência Social 2 (dois) cargos em comissão de Diretor de Divisão, símbolo 4-C, a fim de atender ao plano de organização do Departamento Nacional de Salário.

Art. 5º O Ministro do Trabalho e Previdência Social proporá a reestruturação das funções gratificadas existentes no Departamento Nacional de Salário, assim como a criação das que forem julgadas indispensáveis ao mesmo órgão para plena execução de suas finalidades.

Art. 6º As despesas decorrentes da criação dos cargos e funções de que trata o presente decreto-lei, bem como as demais despesas de custeio o capital necessários à organização do Departamento Nacional de Salário, deverão correr, no exercício de 1967, pela conta especial Emprego e Salário, e, nos demais exercícios financeiros, por dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1967, 146ª da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Augusto Bretas de Noronha

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 3º DO DECRETO-LEI Nº 213,
DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967.

Séries de Classes ou Classes	Nº de cargos
Economista TC 501.23.A	25
Estatístico TC 1401.20.A	25
Engenheiro TC 602.21.A	5
Arquiteto TC 601.21.A	2
Atuário TC 301.20.A	3
Contador TC 302.20.A	3
Técnico de Administração AF 601.20.A	5
Oficial de Administração AF 201.12.A	30
Assistente de Administração AF 602.14.A	5
Auxiliar de Estatístico P 1402.8.A	120
Desenhista P 1001.12.A	6
Nutricionista P 1902.12.A	2
Tradutor P 2201.14.A	1
Carpinteiro A 601.8.A	1
Eletricista Instalador A 802.8.A	2
Chefe de Portaria GL 201.13	2
Auxiliar de Portaria GL 303.7.A	10
Servente GL 104.5	5
Bibliotecário EC 101.19.A	3
Tabuigrafo AF 501.14	2
Datilógrafo AF 503.7.A	20

OBS.: Os cargos constantes da tabela acima, criados em caráter provisório, serão extintos à medida em que vagarem.

DECRETO-LEI Nº 214 — DE 27 DE
FEVEREIRO DE 1967.

Prorroga o período de vigência do crédito especial autorizado pela Lei nº 4.793, de 20 de outubro de 1965.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2º do art 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º. A vigência do crédito especial de que trata a Lei nº 4.793, de 20 de outubro de 1965, aberto pelo Decreto nº 59.404, de 20 de outubro de 1966, será até 31 de dezembro de 1967.

Art. 2º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Zilmar Araripe

Octavio Gouvêa de Bulhões

DECRETO-LEI Nº 215 — DE 27 DE
FEVEREIRO DE 1967

Altera o Código da Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art 1º São acrescentados ao artigo 91 do Código da Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938), as seguintes alíneas:

“s) remover, a pedido, de uma para outra Auditoria da mesma entrância, os auditores, advogados-de-ofício e respectivos substitutos;

t) determinar, por motivo de interesse público em escrutínio secreto, pelo voto de dois terços dos ministros efetivos, a remoção ou a disponibilidade dos auditores, assegurando-lhes defesa”.

Art. 2º Os Substitutos de Auditor e Advogados-de-Ofício, atualmente com estabilidade assegurada e vencimentos integrais, passam a ter exercício efetivo nas respectivas Auditorias, competindo-lhes, independentemente de convocação:

a) assumir o exercício pleno do cargo, quando vago, bem como, nos períodos de férias e licença do Auditor titular e nas suas faltas e impedimentos;

b) funcionar, por designação do Auditor em processos da competência dos Conselhos Permanentes, até final julgamento.

Art. 3º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 216 — DE 27 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a execução do art. 188 da Constituição Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966,

Considerando que a adaptação das Constituições dos Estados às normas da Constituição Federal promulgada a 24 de janeiro de 1967 é matéria de segurança nacional;

Considerando a necessidade de complementar o art. 188 da Constituição Federal, de forma a regular o processo de adaptação das Constituições Estaduais, decreta:

Art. 1º A reforma das Constituições dos Estados, para atender ao disposto no art. 188 da Constituição do Brasil promulgada a 24 de janeiro de 1967, consiste primordialmente na modificação do respectivo texto, no que, implícita ou explicitamente, tiver sido alterado ou for incompatível com as disposições constitucionais federais.

Parágrafo único. As normas da Constituição Federal que, sendo aplicáveis, não forem observadas na reforma da Constituição do Estado, consideram-se a ela automaticamente incorporadas, nos termos do art. 188 da Constituição Federal.

Art. 2º Os Governadores dos Estados encaminharão às respectivas Assembleias Legislativas, até 15 de abril de 1967, projeto de adaptação da Constituição Estadual.

Parágrafo único. Aplicam-se à tramitação do projeto as mesmas normas e prazos estabelecidos no Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, relativamente ao processo de elaboração da Constituição Federal.

Art. 3º Promulgada, em texto completo, a nova Constituição Estadual, o Governador do Estado poderá, dentro em 30 dias, representar ao Supremo Tribunal Federal, por intermédio do Procurador Geral da República, sobre a constitucionalidade das suas disposições.

Parágrafo único. A representação terá efeito suspensivo, quanto à vigência das disposições impugnadas desde sua apresentação ao Procurador Geral da República, devendo o seu processo e julgamento obedecer à legislação em vigor.

Art. 4º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 217 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de NCr\$ 700.000,00 destinado a atender despesas com a posse do Presidente da República, em 15 de março de 1967.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do art. 9º do Ato Institu-

cional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de NCr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros novos), destinado a atender despesas de qualquer natureza decorrentes da posse do Presidente da República, a realizar-se no dia 15 de março de 1967.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este decreto-lei será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas.

Art. 2º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Manoel Pio Corrêa
Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 218 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial que menciona e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros novos) para atender as despesas com os serviços previstos nos artigos 2º e 3º deste decreto-lei.

Art. 2º A parcela de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos) destina-se à implantação do sistema de telecomunicação do Serviço de Repressão ao Contrabando e demais Serviços das repartições do Ministério da Fazenda, de acordo com o Plano Diretor aprovado pelo CONTEL.

Art. 3º O restante do crédito, no valor de NCr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros novos), será apli-

cado na construção do edifício destinado à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo e dos demais órgãos fazendários sediados naquela Capital.

Art. 4º O crédito especial de que trata o art. 1º deste decreto-lei será considerado automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 5º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a fazer a necessária contenção de despesas em importância correspondente ao crédito especial aberto nos termos deste decreto-lei.

Art. 6º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967, 146º da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 219 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCr\$ 4.898.600,00 (quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil e seiscentos cruzeiros novos).

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o § 2º do Art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, em favor do Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCr\$ 4.898.600,00 (quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil e seiscentos cruzeiros novos), correspondente às parcelas não entregues no Exercício de 1966, pelo Ministério da Fazenda, para o desenvolvimento de programas prioritários do setor agropecuário.

Parágrafo único. O crédito de que trata este Decreto-lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A execução dos programas obedecerá a planos de aplicação a serem aprovados pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, dentro do regime estabelecido pela Lei nº 1.489-51.

Art. 3º O Ministério da Fazenda tomará as providências que se fizerem necessárias a fim de que os mencionados recursos sejam colocados, mediante cotas, à disposição daquele Ministério, no Banco do Brasil S. A.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Severo Fagundes Gomes
Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 220, DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a aceitação pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. da Nota Promissória Rural prevista no Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República usando das prerrogativas que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. autorizado a aceitar para desconto ou outras operações de crédito, diretamente dos cooperados, a Nota Promissória Rural prevista no Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, representativa do recebimento pelas cooperativas da produção rural dos seus associados.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões
Severo Fagundes Gomes
Ribeiro Campos

DECRETO-LEI Nº 221 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das prerrogativas que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Da Pesca

Art. 1º Para os efeitos deste Decreto-lei define-se por pesca todo ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida.

Art. 2º A pesca pode efetuar-se com fins comerciais, desportivos ou científicos;

§ 1º Pesca comercial é a que tem por finalidade realizar atos de comércio na forma da legislação em vigor.

§ 2º Pesca desportiva é a que se pratica com linha de mão, por meio de aparelhos de mergulho ou quaisquer outros permitidos pela autoridade competente, e que em nenhuma hipótese venha a importar em atividade comercial;

§ 3º Pesca científica é a exercida unicamente com fins de pesquisas por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para esse fim.

Art. 3º São de domínio público todos os animais e vegetais que se encontrem nas águas dominiais.

Art. 4º Os efeitos deste Decreto-lei, de seus regulamentos, decretos e portarias dele decorrentes, se estendem especialmente:

- a) às águas interiores do Brasil;
- b) ao mar territorial brasileiro;
- c) às zonas de alto mar, contíguas ou não ao mar territorial, em conformidade com as disposições dos tratados e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil;
- d) à plataforma continental, até a profundidade que esteja de acordo com os tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil.

CAPÍTULO II

Da Pesca Comercial

TÍTULO I

Das Embarcações Pesqueiras

Art. 5º Consideram-se embarcações de pesca as que, devidamente autorizadas, se dediquem exclusiva e permanentemente à captura, transformação ou pesquisa dos seres animais e vegetais que tenham nas águas seu meio natural ou mais frequente de vida.

Parágrafo único. As embarcações de pesca, assim como as redes para pesca comercial ou científica, são consideradas bens de produção.

Art. 6º Toda embarcação nacional ou estrangeira que se dedique à pesca comercial, além do cumprimento das exigências das autoridades marítimas, deverá estar inscrita e autorizada pelo órgão público federal competente.

Parágrafo único. A inobservância deste artigo implicará na interdição do barco até a satisfação das exigências impostas pelas autoridades competentes.

Art. 7º As embarcações de pesca de qualquer natureza, seus tripulantes e proprietários, excetuada a competência do Ministério da Marinha, no que se refere à Defesa Nacional e à segurança da navegação, e a do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no que se refere à previdência social, ficam sujeitos às disposições deste Decreto-lei.

Art. 8º O registro de propriedade de embarcações de pesca será deferido pelo Tribunal Marítimo exclusivamente a brasileiros natos e naturalizados ou a sociedades organizadas no País.

Art. 9º As embarcações estrangeiras somente poderão realizar atividades pesqueiras nas águas indicadas no art. 4º deste Decreto-lei, quando autorizadas por ato do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto-lei, a infração a este artigo constitui delito de contrabando, podendo o Poder Público determinar a interdição da embarcação, seu equipamento e carga, e respon-

sabilizar o comandante nos termos da legislação penal vigente.

Art. 10. As pequenas embarcações de pesca poderão transportar livremente as famílias dos pescadores, produto de pequena lavoura ou indústria doméstica.

Art. 11. Os comandantes das embarcações destinadas à pesca deverão preencher os mapas fornecidos pelo órgão competente, entregando-os ao fim de cada viagem ou semanalmente.

Art. 12. As embarcações de pesca desde que registradas e devidamente licenciadas, no curso normal das pescarias, terão livre acesso a qualquer hora do dia ou da noite aos portos e terminais pesqueiros nacionais.

Art. 13. O comando das embarcações de pesca costeira ou de alto mar, observadas as definições constantes no Regulamento do Tráfego Marítimo, só será permitido a pescadores que possuam, pelo menos, carta de patrão de pesca, conferida de acordo com os Regulamentos.

Art. 14. Os regulamentos marítimos incluirão dispositivos especiais que favoreçam às embarcações pesqueiras no que se refere à fixação da lotação mínima da guarnição, equipamentos de navegação e pesca, saídas, escalas e arribadas, e tudo que possa facilitar uma operação mais expedita.

Art. 15. As embarcações de pesca devidamente autorizadas ficam dispensadas de qualquer espécie de taxas portuárias, salvo dos serviços de carga e descarga, quando, por solicitação do armador, forem realizadas pela respectiva Administração do Porto.

Art. 16. O Instituto de Resseguros do Brasil estabelecerá prêmios especiais para as embarcações pesqueiras legalmente autorizadas.

Art. 17. Não se aplicam às embarcações de pesca as normas reguladoras de tráfego de cabotagem.

TÍTULO II

Das Empresas Pesqueiras

Art. 18. Para os efeitos deste Decreto-lei define-se como "indústria da pesca", sendo conseqüentemente declarada "indústria de base", o exer-

cício de atividades de captura, conservação, beneficiamento, transformação ou industrialização dos seres animais ou vegetais que tenham na água seu meio natural ou mais freqüente de vida.

Parágrafo único. As operações de captura e transformação de pescado são consideradas atividades agropecuárias para efeito dos dispositivos da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionalizou o crédito rural e do Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre títulos de crédito rural.

Art. 19. Nenhuma indústria pesqueira, seja nacional ou estrangeira, poderá exercer suas atividades no território nacional ou nas águas sob jurisdição deste Decreto-lei, sem prévia autorização do órgão público federal competente, devendo estar devidamente inscrita e cumprir as obrigações de informação e demais exigências que forem estabelecidas.

Parágrafo único. Qualquer infração aos dispositivos deste artigo importará na interdição do funcionamento do estabelecimento respectivo, sem prejuízo da multa que for aplicável.

Art. 20. As indústrias pesqueiras que se encontrarem em atividade na data da vigência deste Decreto-lei, deverão dentro de 120 dias, solicitar sua inscrição na forma do artigo anterior.

Art. 21. As obras e instalações de novos portos pesqueiros bem como a reforma dos atuais, estão sujeitas à aprovação do órgão público federal competente.

TÍTULO III

Da Organização do Trabalho e Bordo das Embarcações de Pesca

Art. 22. O trabalho a bordo dos barcos pesqueiros é essencialmente descontínuo, tendo, porém, os tripulantes o direito a um descanso diário ininterrupto, seja a bordo ou em terra, de pelo menos oito horas, a menos que se torne necessário interrompê-lo para a efetivação de turnos extraordinários que terão duração máxima de duas horas.

Art. 23. A guarnição das embarcações de pesca é de livre determinação de seu armador, respeitadas as normas mínimas estabelecidas pelo or-

gão competente para a segurança da embarcação e de sua tripulação.

Art. 24. Na composição da tripulação das embarcações de pesca será observada a proporcionalidade de estrangeiros prevista na Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 25. Os tripulantes das embarcações pesqueiras deverão, obrigatoriamente, estar segurados contra acidentes de trabalho, bem como filiados a instituições de Previdência Social.

Parágrafo único. O armador que deixar de observar estas disposições será responsabilizado civil e criminalmente, além de sofrer outras sanções de natureza administrativa que venham a ser aplicadas.

TÍTULO IV

Dos Pescadores Profissionais

Art. 26. Pescador profissional é aquele que, matriculado na repartição competente segundo as leis e regulamentos em vigor, faz da pesca sua profissão ou meio principal de vida.

Parágrafo único. A matrícula poderá ser cancelada quando comprovado que o pescador não faça da pesca sua profissão habitual ou quando infringir as disposições deste Decreto-lei e seus regulamentos, no exercício da pesca.

Art. 27. A pesca profissional será exercida por brasileiros natos ou naturalizados e por estrangeiros, devidamente autorizados pelo órgão competente.

§ 1º É permitido o exercício da pesca profissional aos maiores de dezoito anos;

§ 2º É facultado o embarque de maiores de quatorze anos como aprendizes de pesca, desde que autorizados pelo Juiz competente.

Art. 28. Para a obtenção de matrícula de pescador profissional é preciso autorização prévia da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), ou de órgão nos Estados com delegação de poderes para aplicação e fiscalização deste Decreto-lei.

§ 1º A matrícula será emitida pela Capitania dos Portos do Ministério da Marinha, de acordo com as disposições legais vigentes.

§ 2º Aos aprendizes será expedida matrícula provisória.

CAPÍTULO III

Das Licenças para Amadores de Pesca e para Cientistas

Art. 29. Será concedida autorização para o exercício da pesca a amadores, nacionais ou estrangeiros, mediante licença anual.

§ 1º A concessão da licença subordinar-se-á ao pagamento de uma taxa mínima anual de dois centésimos ao máximo de um quinto do salário-mínimo mensal vigente na Capital da República, tendo em vista o tipo de pesca, a Região e o turismo, de acordo com a tabela a ser baixada pela SUDEPE.

§ 2º O amador de pesca só poderá utilizar embarcações arroladas na classe de recreio.

Art. 30. A autorização, pelos órgãos competentes, de expedição científica, cujo programa se estenda à pesca, dependerá de prévia audiência à SUDEPE.

Art. 31. Será mantido um registro especial para clubes ou associações de amadores de pesca, que poderão ser organizados distintamente ou em conjunto com os de caça.

Parágrafo único. Os clubes ou associações referidos neste artigo pagarão de registro uma taxa correspondente a um salário-mínimo mensal vigente na Capital da República.

Art. 32. Aos cientistas das instituições nacionais que tenham por lei a atribuição de coletar material biológico para fins científicos serão concedidas licenças permanentes especiais gratuitas.

CAPÍTULO IV

Das Permissões, Proibições e Concessões

TÍTULO I

Das Normas Gerais

Art. 33. Nos limites deste Decreto-lei, a pesca pode ser exercida no território nacional e nas águas extraterritoriais, obedecidos os atos emanados do órgão competente da administração pública federal e dos serviços dos Estados, em regime de Acórdão.

§ 1º A relação das espécies, seus tamanhos mínimos e épocas de proteção, serão fixados pela SUDEPE.

§ 2º A pesca pode ser transitória ou permanentemente proibida em águas de domínio público ou privado.

§ 3º Nas águas de domínio privado, é necessário para pescar o consentimento expresso ou tácito dos proprietários, observados os arts. 599, 600, 601 e 602 do Código Civil.

Art. 34. É proibida a importação ou exportação de quaisquer espécies aquáticas, em qualquer estágio de evolução, bem como a introdução de espécies nativas ou exóticas nas águas interiores, sem autorização da SUDEPE.

Art. 35. É proibido pescar:

- a) nos lugares e épocas interditas pelo órgão competente;
- b) em locais onde o exercício da pesca cause embarço à navegação;
- c) com dinamite e outros explosivos comuns ou com substâncias que, em contato com a água, possam agir de forma explosiva;
- d) com substâncias tóxicas;
- e) a menos de 500 metros das saídas de esgotos.

Parágrafo único. As proibições das alíneas "c" e "d" deste artigo não se aplicam aos trabalhos executados pelo Poder Público, que se destinem ao extermínio de espécies consideradas nocivas.

Art. 36. O proprietário ou concessionário de represas em cursos d'água, além de outras disposições legais, é obrigado a tomar medidas de proteção à fauna.

Parágrafo único. Serão determinadas pelo órgão competente medidas de proteção à fauna em quaisquer obras que importem na alteração do regime dos cursos d'água, mesmo quando ordenadas pelo Poder Público.

Art. 37. Os efluentes das redes de esgotos e os resíduos líquidos ou sólidos das indústrias somente poderão ser lançados às águas, quando não as tornarem poluídas.

§ 1º Considera-se poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas das águas, que possa constituir prejuízo, direta ou indiretamente, à fauna e à flora aquática.

§ 2º Cabe aos governos estaduais a verificação da poluição e a tomada de providências para coibi-la.

§ 3º O Governo Federal supervisionará o cumprimento do disposto no parágrafo anterior.

Art. 38. É proibido o lançamento de óleos e produtos oleosos nas águas determinadas pelo órgão competente, em conformidade com as normas internacionais.

TÍTULO II

Dos Aparelhos de Pesca e sua Utilização

Art. 39. A SUDEPE competirá a regulamentação e controle dos aparelhos e implementos de toda natureza suscetíveis de serem empregados na pesca, podendo proibir ou interditar o uso de quaisquer desses petrechos.

TÍTULO III

Da Pesca Subaquática

Art. 40. O exercício da pesca subaquática será restringido a membros de associações que se dediquem a esse esporte, registrados na forma do presente Decreto-lei.

Parágrafo único. Os pescadores profissionais, devidamente matriculados, poderão dedicar-se à extração comercial de espécies aquáticas, tais como moluscos, crustáceos, peixes ou algas, por meio de aparelhos de mergulho de qualquer natureza.

TÍTULO IV

Da Pesca e Industrialização de Cetáceos

Art. 41. Os estabelecimentos destinados ao aproveitamento de cetáceos em terra, denominar-se-ão Estações Terrestres de Pesca da Baía.

Art. 42. A concessão para a construção dos estabelecimentos a que se refere o artigo anterior, será dada a pessoa jurídica de comprovada idoneidade financeira, mediante apresentação de plano completo das instalações.

§ 1º No caso deste artigo, o concessionário dentro de 2 (dois) anos,

deverá concluir as instalações do equipamento necessário ao funcionamento do estabelecimento;

§ 2º Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior sem que o interessado tenha completado as instalações poderá ser concedido novo prazo até o limite máximo de 1 (um) ano, de acordo com o resultado da inspeção que a SUDEPE realizar, findo o qual caducará a concessão, caso as instalações não estejam completadas.

Art. 43. A autorização para a pesca de cetáceos pelas Estações Terrestres previstas neste Decreto-lei, somente serão outorgadas se as instalações terrestres ou navios-usina desses estabelecimentos apresentarem condições técnicas para o aproveitamento total dos seus produtos e subprodutos.

Art. 44. A distância entre as Estações Terrestres deverá ser no mínimo de 250 milhas.

Art. 45. Os períodos e as quantidades de pesca de cetáceos serão fixados pela SUDEPE.

TÍTULO V

Dos Invertebrados Aquáticos e Algas

Art. 46. A exploração dos campos naturais de invertebrados aquáticos, bem como de algas, só poderá ser feita dentro de condições que forem especificadas pela SUDEPE.

Art. 47. A descoberta do campo natural de invertebrados aquáticos ou de algas deverá ser comunicada à SUDEPE no prazo de sessenta dias, discriminando-se sua situação e dimensão.

Art. 48. A SUDEPE competirá também:

a) a fiscalização sanitária dos campos naturais e parques artificiais de moluscos;

b) a suspensão de exploração em qualquer parque ou banco, quando as condições o justificarem.

Art. 49. É proibido fundear embarcações, ou lançar detritos de qualquer natureza, sobre os bancos de moluscos devidamente demarcados.

TÍTULO VI

Da Aquicultura e seu Comércio

Art. 50. O Poder Público incentivar a criação de Estações de Biologia e Aquicultura federais, estaduais e municipais, e dará assistência técnica às particulares.

Art. 51. Será mantido registro de aquicultores amadores e profissionais.

Parágrafo único. Os aquicultores profissionais, pagarão taxa anual correspondente a um quinto do salário mínimo mensal vigente na Capital da República.

Art. 52. As empresas que comerciarem com animais aquáticos ficam sujeitas a registro na SUDEPE e pagarão taxa anual equivalente a metade do salário mínimo mensal vigente na Capital da República.

CAPÍTULO V

Da Fiscalização

Art. 53. A fiscalização da pesca será exercida por funcionários, devidamente credenciados, os quais, no exercício dessa função, são equiparados aos agentes de segurança pública.

Parágrafo único. A esses servidores é facultado porte de armas de defesa, que lhes será fornecido pela Polícia mediante solicitação da SUDEPE, ou órgão com delegação de poderes, nos Estados.

Art. 54. Aos servidores da fiscalização da pesca fica assegurado o direito de prender e autuar os infratores de qualquer dispositivo deste Decreto-lei.

§ 1º A autorização supra é extensiva aos casos de desacato praticado contra estes mesmos servidores;

§ 2º Sempre que no cumprimento deste Decreto-lei houver prisão de contraventor, deve ser este recolhido à Delegacia Policial mais próxima, para início de respectiva ação penal.

CAPÍTULO VI

Das Infrações e das Penas

Art. 55. As infrações aos arts. 11, 13, 24, 33 § 3º, 35 alínea "e", 46, 47 e

49, serão punidas com a multa de um décimo até a metade de um salário mínimo mensal vigente na Capital da República, dobrando-se na reincidência.

Art. 56. As infrações aos arts. 29 §§ 1º e 2º, 30, 33 parágrafos 1º e 2º, 34, 35 alíneas "a" e "b", 39 e 52, serão punidas com a multa de um décimo até um salário-mínimo vigente na Capital da República, independentemente da apreensão dos petrechos e do produto da pescaria, dobrando-se a multa na reincidência.

Art. 57. As infrações ao art. 35, alíneas "c" e "d" serão punidas com a multa de um a dois salários mínimos mensais vigentes na Capital da República.

Art. 58. As infrações aos arts. 19, 36 e 37 serão punidas com a multa de um a dez salários mínimos mensais vigentes na Capital da República, dobrando-se na reincidência.

Art. 59. A infração ao art. 38 será punida com a multa de dois a dez salários mínimos vigentes na Capital da República, dobrando-se na reincidência.

§ 1º Se a infração fôr cometida por imprudência, negligência, ou imperícia, deverá a embarcação ficar retida no porto até solução da pendência judicial ou administrativa;

§ 2º A responsabilidade do lançamento de óleos e produtos oleosos será do comandante da embarcação.

Art. 60. A infração ao art. 45 será punida com a multa de dois a dez salários-mínimos mensais vigentes na Capital da República, elevada ao dobro na reincidência.

Art. 61. As infrações aos arts. 9º e 35 alíneas "c" e "d", constituem crimes e serão punidas nos termos da legislação penal vigente.

Art. 62. Os autores de infrações penais cometidas no exercício da pesca ou que com esta se relacionem, serão processados e julgados de acôrdo com os preceitos da legislação penal vigente.

Art. 63. Os infratores presos em flagrante, que resistirem violentamente, serão punidos em conformidade com o art. 329 do Código Penal.

Art. 64. Os infratores das disposições deste Capítulo, quando cometerem nova reincidência, terão suas matrículas ou licenças cassadas, mediante regular processo administrativo, facultada a defesa prevista nos arts. 68 e seguintes deste Decreto-lei.

Parágrafo único. Cassada a licença ou matrícula, nos termos deste artigo, a nova reincidência implicará na autuação e punição do infrator de acordo com o art. 9º e seu parágrafo da Lei das Contravenções Penais. Estas disposições aplicam-se igualmente àqueles que não possuam, licença ou matrícula.

CAPÍTULO VII

Das Multas

Art. 65. As infrações previstas neste Decreto-lei, sem prejuízo da ação penal correspondente, sujeitam os infratores ao pagamento de multa na mesma base estabelecida no Capítulo anterior.

Art. 66. As multas de que cogita o artigo anterior serão impostas por despacho da autoridade competente em processo administrativo.

Art. 67. Verificada a infração, os funcionários responsáveis pela fiscalização lavrarão o respectivo auto, em duas vias, o qual será assinado pelo autuante e, sempre que possível, por duas testemunhas.

Art. 68. Aos infratores será concedido, para a defesa inicial, prazo de dez dias, a contar da data de autuação, sob pena de revelia, cabendo a autoridade julgadora prazo idêntico para decidir.

Art. 69. Cada instância administrativa terá dez dias de prazo para julgamento dos recursos.

Art. 70. Decorridos os prazos e não sendo paga a multa a dívida será inscrita e a certidão remetida ao juízo competente para cobrança executiva.

Art. 71. A indenização do dano causado aos viveiros, açudes e fauna aquática de domínio público, avaliada no auto de infração, será cobrada por via administrativa ou judicial, caso não seja ressarcida.

Art. 72. As rendas das licenças, multas ou taxas referentes ao exercício da pesca, serão recolhidas ao Banco do Brasil S. A. à ordem da SUDEPE, sob o título "Recursos da Pesca".

CAPÍTULO VIII

Disposições Transitórias e Estimulativas

TÍTULO I

Das Isenções em Geral

Art. 73. É concedida, até o exercício de 1972, isenção do imposto de importação, do imposto de produtos industrializados, bem como de taxas aduaneiras e quaisquer outras federais para a importação de embarcações de pesca, equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos e respectivos sobressalentes, ferramentas, dispositivos e petrechos para a pesca, quando importados por pessoas jurídicas de acordo com projetos que forem aprovados pela SUDEPE na forma das disposições regulamentares.

Art. 74. Os benefícios do artigo anterior estendem-se, por igual prazo, à importação de máquinas, equipamentos, aparelhos e os respectivos sobressalentes, ferramentas e acessórios, quando seja realizada por pessoas jurídicas que fabriquem bens de produção, petrechos de pesca destinados à captura, industrialização, transporte e comercialização do pescado, de acordo com os projetos industriais aprovados por órgão competente da Comissão do Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio.

Art. 75. As isenções de que tratam os artigos 73 e 74 não poderão beneficiar embarcações de pesca, máquinas, equipamentos e outros produtos:

a) cujos similares produzidos no país e registrados com esse caráter, observem as seguintes normas básicas:

I — Preço não superior ao custo de importação em cruzeiros do similar estrangeiro, calculado com base no preço normal, acrescido dos tributos que incidem sobre a importação, e de outros encargos de efeito equivalente;

II — Prazo de entrega normal ou corrente para o mesmo tipo de mercadoria;

III — Qualidade equivalente e especificações adequadas.

b) enquadrados em legislação específica;

c) considerados pela SUDEPE tecnicamente obsoletos para o fim a que se destinarem.

Art. 76. As pessoas jurídicas beneficiadas não poderão, sem autorização da SUDEPE, alienar ou transpassar a propriedade, uso e gozo dos bens e elementos que tiverem sido importados em conformidade ao art. 73 do presente decreto-lei.

§ 1º A SUDEPE concederá a referida autorização de plano no caso de o novo titular ser também pessoa jurídica beneficiada pelas isenções do presente decreto-lei ou ainda quando os bens respectivos tiverem sido adquiridos, pelo menos, com 3 (três) anos de antecedência à pretendida transferência.

§ 2º Nos demais casos a SUDEPE só poderá autorizar a transferência uma vez comprovado o pagamento prévio de todos os impostos ou ônus isentados na primeira aquisição e sempre que a transferência seja uma operação ocasional da empresa interessada.

Art. 77. Ficam isentas do imposto de Produtos Industrializados até o exercício de 1972, inclusive, as embarcações de pesca, redes e partes de redes destinadas exclusivamente à pesca comercial ou à científica.

Art. 78. Será isento de quaisquer impostos e taxas federais até o exercício de 1972 inclusive, o pescado industrializado ou não no país e destinado ao consumo interno ou à exportação.

Art. 79. A importação de bens avulsos à SUDEPE por entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais, independerá de quaisquer formalidades, inclusive licença de importação, certificado de cobertura cambial e fatura comercial.

TÍTULO II

Das Deduções Tributárias para Investimentos

Art. 80. Na forma da legislação fiscal aplicável, as pessoas jurídicas que

exercem atividades pesqueiras, gozarão até o exercício financeiro de 1972, de isenção do Imposto de Renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas, com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos, cujos planos tenham sido aprovados pela SUDEPE.

§ 1º O valor de qualquer das ações amparadas por este artigo deverá ser incorporado ao capital da pessoa jurídica beneficiada, até o fim do exercício financeiro seguinte àquele em que tiver sido gozado o incentivo fiscal, isento do pagamento de quaisquer impostos ou taxas federais e mantida em conta denominada "Fundo para Aumento de Capital", a fração do valor nominal das ações ou valor da isenção que não possa ser comodamente distribuída entre os acionistas.

§ 2º A falta de integralização do capital da pessoa jurídica não impedirá a capitalização prevista no parágrafo anterior.

§ 3º A isenção de que trata este artigo só será reconhecida pela autoridade fiscal competente à vista de declaração emitida pela SUDEPE, de que o empreendimento satisfaz as condições exigidas pelo presente decreto-lei.

§ 4º O recebimento de ações, quotas e quinhões de capital, em decorrência de capitalização prevista neste artigo não sofrerá incidência do imposto de renda.

Art. 81. Todas as pessoas jurídicas registradas no país, poderão deduzir no imposto de renda e seus adicionais, até o exercício financeiro de 1972, o máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do imposto devido para inversão em projetos de atividades pesqueiras que a SUDEPE declarar, para fins expressos neste artigo, de interesse para o desenvolvimento da pesca no país.

§ 1º As atividades pesqueiras referidas no "caput" deste artigo incluem a captura, industrialização, transporte e comercialização de pescado.

§ 2º Os benefícios de que trata o "caput" deste artigo, somente serão concedidos se o contribuinte que os pretender ou a empresa beneficiária da aplicação satisfizer as demais exigências deste decreto-lei, concorrerem

efetivamente para o financiamento das inversões totais do projeto com recursos próprios nunca interiores a 1/3 (um terço) do montante dos recursos oriundos deste artigo aplicados ou investidos no projeto, devendo a proporcionalidade de participação ser fixada pelo Regulamento.

§ 3º Para pleitear os benefícios de que trata o "caput" deste artigo, a pessoa jurídica deverá, preliminarmente, indicar, na sua declaração de rendimentos, que pretende obter os favores do presente decreto-lei.

§ 4º A pessoa jurídica deverá, em seguida, depositar no Banco do Brasil S. A. as quantias que deduzir no seu imposto de renda e adicionais, em conta bloqueada, sem juros, que somente poderá ser movimentada após a aprovação de projeto específico na forma deste decreto-lei.

§ 5º A análise dos projetos e programas que absorvam recursos dos incentivos fiscais previstos neste decreto-lei poderá ser executada pela SUDEPE ou por entidades financeiras ou técnicas que tenham contrato ou delegação da SUDEPE para a prestação deste serviço.

§ 6º Os títulos de qualquer natureza, ações, quotas ou quinhões de capital, representativos dos investimentos decorrentes da utilização do benefício fiscal de que trata este artigo, terão sempre a forma nominativa e não poderão ser transferidos durante o prazo de cinco (5) anos, a partir da data da subscrição.

§ 7º Excepcionalmente, poderá a SUDEPE admitir que os depósitos a que se refere o "caput" deste artigo sejam aplicados no projeto beneficiado, sob a forma de créditos em nome da pessoa jurídica depositante, registrados em conta especial e somente exigíveis em prestações anuais não inferiores a 20%, cada uma, depois de expirado o prazo de 5 (cinco) anos previsto no parágrafo anterior deste artigo.

§ 8º O mesmo contribuinte poderá utilizar a dedução de que trata o "caput" deste artigo em mais de um projeto, aprovado na forma do presente decreto-lei, ou efetuar novos descontos em exercício financeiro subsequente, para aplicação no mesmo projeto.

§ 9º Verificado que a pessoa jurídica não está aplicando, no projeto aprovado, os recursos liberados, ou que este está sendo executado diferentemente das especificações com que foi aprovado, poderá a SUDEPE tornar sem efeito os atos que reconheceram o direito da empresa aos favores deste decreto-lei e tomar as providências para a recuperação dos valores correspondentes aos benefícios já utilizados.

§ 10. Conforme a gravidade da infração a que se refere o parágrafo anterior, caberão as seguintes penalidades, a critério da SUDEPE:

a) multa de até 10% (dez por cento) sobre os recursos liberados e juros legais no caso de inobservância das especificações técnicas;

b) multa mínima de 50% (cinquenta por cento) e máxima de 100% (cem por cento) sobre os recursos liberados nos casos de mudança integral da natureza do projeto ou do desvio dos recursos para aplicação em projeto ou atividade diversa da aprovada.

§ 11. No processo de subscrição do capital de empresas beneficiárias dos recursos financeiros de que trata o "caput" deste artigo.

a) não prevalecerá para a pessoa jurídica depositante a exigência de pagamento de 10% (dez por cento) do capital, ou seu respectivo depósito, prevista nos incisos 2º e 3º do artigo 38, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940;

b) 50% (cinquenta por cento) pelo menos, das ações representativas da referida subscrição serão preferenciais, sem direito a voto independentemente do limite estabelecido no parágrafo único do art. 3º do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940.

§ 12. Os descontos previstos no "caput" deste artigo não poderão exceder, isolada ou conjuntamente em cada exercício financeiro, de 50% (cinquenta por cento) do valor total do imposto de renda e adicionais a que estiver sujeita a pessoa jurídica interessada.

Art. 82. A SUDEPE poderá firmar convênio com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), objetivando simplificar a análise técnica e aprovação dos projetos e

programas relacionados com atividades pesqueiras nas áreas de ação destes organismos de desenvolvimento regional, que utilizem recursos provenientes das deduções do Imposto de Renda.

Art. 83. Para aplicar os recursos deduzidos na forma do art. 81 deste Decreto-lei a pessoa jurídica depositante deverá até 6 (seis) meses após a data do último recolhimento do imposto de renda que estava obrigada:

a) apresentar de conformidade com o § 5º do art. 81, dentro das normas estabelecidas pela SUDEPE, projeto próprio para investir o imposto devido;

b) ou, indicar o projeto já aprovado na forma do presente decreto-lei, para investir esses recursos.

Art. 84. Se até o dia 31 de dezembro do ano seguinte à data do último recolhimento a que estava obrigada a pessoa jurídica não houver vinculado os recursos deduzidos na forma do artigo 81 deste decreto-lei serão estes recolhidos ao Tesouro Nacional por iniciativa da SUDEPE.

Art. 85. As pessoas jurídicas poderão deduzir como operacionais as despesas que:

a) efetuem direta ou indiretamente na pesquisa de recursos pesqueiros desde que realizadas de acordo com o projeto aprovado pela SUDEPE;

b) fizerem, como doações a instituições especializadas, públicas ou privadas sem fins lucrativos para a realização de programas especiais de ensino tecnológico da pesca ou de pesquisas de recursos pesqueiros, aprovados pela SUDEPE.

Art. 86. As pessoas físicas poderão abater da renda bruta de suas declarações de rendimentos as quantias correspondentes às despesas previstas no art. 85, relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto for devido, observado o disposto no art. 9º da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Art. 87. Os titulares das Delegacias do Imposto de Renda nas áreas de suas respectivas jurisdições são também competentes para reconhecer os benefícios fiscais respectivos de que trata o presente decreto-lei.

Art. 88. Ressalvados os casos de pendência administrativa ou judicial, deverão os contribuintes não ter débitos relativos a imposto de renda e adicionais para poder gozar das isenções asseguradas pelo presente decreto-lei ou aplicar os recursos financeiros deduzidos na forma do art. 81.

Art. 89. As deduções do imposto de Renda previstas neste decreto-lei e na legislação dos incentivos fiscais da SUDENE e da SUDAM poderão, no mesmo exercício, a critério do contribuinte, ser divididas desde que não ultrapassem, no total, os seguintes limites:

a) 50% (cinquenta por cento) do imposto devido, quando as deduções incluam a aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) nas áreas da SUDAM ou SUDENE isolada ou conjuntamente;

b) 25% (vinte e cinco por cento) do imposto devido quando as deduções se destinarem unicamente à aplicação fora das áreas da SUDAM e SUDENE.

Art. 90. Ressalvadas as competências próprias de fiscalização dos tributos federais, a SUDEPE controlará o fiel cumprimento deste Decreto-lei.

CAPÍTULO IX

Disposições Finais

Art. 91. O Poder Público estimulará e providenciará:

a) a criação de cooperativas de pesca nos núcleos pesqueiros, ou junto às atuais Colônias de Pescadores;

b) a criação de postos e entrepostos de pesca nas principais cidades litorâneas ou ribeirinhas.

Parágrafo único. Os planos e os regulamentos dos Postos e Entrepostos de Pesca serão elaborados com a audiência da SUDEPE.

Art. 92. Quando o interesse público o exigir, será determinada a obrigatoriedade da comercialização do pescado através dos postos e entrepostos de pesca.

Art. 93. Fica instituído o Registro Geral da Pesca, sob a responsabilidade da SUDEPE.

Parágrafo único. O registro dos armadores de pesca e das indústrias que se dediquem à transformação e co-

mercantilização do pescado será feita mediante o pagamento de uma taxa anual correspondente a um salário-mínimo mensal vigente na Capital da República.

Art. 94. As Colônias de Pescadores, as Federações e a Confederação Nacional dos Pescadores, serão reorganizadas e suas atividades regulamentadas por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. Até que seja definida a nova jurisdição e regulamentado o funcionamento das Colônias de Pescadores, Federações e Confederação dos Pescadores, poderão ser destinadas, através da SUDEPE, verbas específicas no Orçamento da União, para a manutenção e execução dos programas de assistência médica e educacional, propiciados por essas entidades aos pescadores profissionais e suas famílias.

Art. 95. A SUDEPE poderá doar à órgãos federais, estaduais, municipais, paraestatais e associações profissionais de pescadores, seus hospitais e materiais hospitalares ou, mediante convênios, acordos ou ajustes, outorgar a administração dos mesmos a essas entidades.

Art. 96. A SUDEPE poderá fazer a revenda de embarcações, motores e equipamentos destinados à pesca e conceder empréstimo para a aquisição dos mesmos, aos pescadores individualmente, às Colônias e às Cooperativas de Pescadores.

Art. 97. Fica extinta a taxa de 3% (três por cento) sobre o valor de venda do pescado nos Entrepostos e Postos de recepção, criada pelo Decreto-lei nº 9.022, de 28 de fevereiro de 1946.

Art. 98. O Poder Executivo regulamentará o presente decreto-lei, no que for julgado necessário à sua execução.

Art. 99. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogados os Decretos-lei nº 794 de 19 de outubro de 1938, nº 1.631 de 27 de setembro de 1939 e demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 75ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Severo Fagundes Gomes
Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 222 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Revigora o crédito especial aberto pelo art. 55 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica revigorado o crédito especial aberto pelo art. 55 da Lei nº 4.242 de 17 de julho de 1963, para o fim de regularizar a despesa já realizada à conta do mesmo crédito e relativa a pagamento efetuado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.).

Art. 2º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967, 146º da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 223 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Autoriza a desapropriação de imóveis residenciais em Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 2º do art. 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, e

considerando que, o problema habitacional em Brasília, pelas vinculações que possui com o próprio funcionamento dos órgãos superiores do Governo Federal — dos quais são indissociáveis as questões relacionadas com a segurança nacional — assume aspectos de interesse público que se devem sobrepor a conveniências isoladas de pessoas ou entidades, desde que resguardados os direitos a estas assegurados pela Constituição, inclusive de ordem patrimonial;

considerando que o Banco do Brasil S.A. possui na Capital da República unidades residenciais em quantidade superior à necessária ao ade-

quando funcionamento dos serviços já transferidos para Brasília, podendo, sem prejuízo da segurança e eficiência de suas atividades, reformular a programação estabelecida para novas transferências;

considerando a necessidade imperiosa do próprio Governo Federal de dispor, de imediato mas em caráter definitivo, de maior número de moradias na Capital da República, decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a promover a desapropriação dos imóveis residenciais construídos pelo Banco do Brasil S.A. em Brasília, Distrito Federal, que, na data da vigência deste Decreto-lei, estejam cedidos ao Grupo de Trabalho de Brasília (GTE), para fins de ocupação por terceiros não funcionários do estabelecimento, bem como os apartamentos do bloco 9 da Super-Quadra Sul 114, ainda não ocupados.

Art. 2º Os imóveis desapropriados permanecerão sob a administração do Grupo de Trabalho de Brasília, a eles se aplicando as disposições do Decreto-lei nº 76, de 21.11.66, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

§ 1º Para os efeitos do artigo 14 do Decreto-lei nº 76, de 21.11.66, ao Grupo de Trabalho de Brasília considerará a situação atual de cada ocupante em relação à entidade a que esteja vinculado e as necessidades administrativas desta em face do processo de mudança da Capital.

§ 2º A relação dos imóveis que possam ser alienados na forma do parágrafo anterior será submetida à apreciação da Presidência da República, pelo Grupo de Trabalho de Brasília, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da data deste Decreto-lei.

Art. 3º Não se incluem nas disposições do artigo 2º os apartamentos ainda não ocupados, referidos no artigo 1º, *in fine* cuja administração ficará a cargo da Mesa da Câmara dos Deputados.

Art. 4º As desapropriações de que trata o artigo 1º serão processadas pelos montantes unitários dos valores das benfeitorias e frações ideais de terreno, atualizados até 31 de dezembro de 1966.

§ 1º O pagamento das desapropriações se fará mediante entrega ao Ban-

co do Brasil S.A. de Obrigações do Tesouro Nacional, tipo reajustável, emitidas nos termos da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, de prazo de resgate de 5 (cinco) anos, juros de 8% a.a. (oito por cento ao ano), de modalidade intransferível, calculando-se a quantidade respectiva com base no valor de referência dos títulos vigentes em dezembro de 1966, desprezada a fração inferior ao valor de uma obrigação.

§ 2º Caberá ao Ministro da Fazenda a expedição das instruções necessárias ao cumprimento e regulamentação deste Decreto-lei.

Art. 5º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 224 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a extinção do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), transfere os respectivos bens, serviços e atribuições, com o respectivo pessoal, para outros órgãos e entidades, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) será extinto pela forma estabelecida neste decreto-lei, passando suas atribuições a ser exercidas pelos órgãos a seguir mencionados, aos quais são igualmente transferidos seus bens, serviços e pessoal.

I — As vinculadas às atividades de abastecimento, subsistência e fornecimento de refeições, pela Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL.)

II — As vinculadas às atividades de ensino e pesquisa, pelos Ministério da Educação e Cultura ou da Saúde ou entidades sob sua jurisdição.

III — As do Serviço Agropecuário, pelo Ministério da Agricultura ou entidades sob sua jurisdição.

§ 1º Os bens e pessoal remanescentes serão transferidos para outros órgãos da administração pública ou sociedades de economia mista de que a União Federal seja acionista.

§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas neste artigo, bem como na do § 3º do art. 5º, serão garantidos os direitos por lei assegurados aos servidores do SAPS, inclusive o tempo de serviço.

§ 3º Caberá à COBAL, por sua Diretoria, atendido o disposto na Lei Delegada nº 6, de 26 de setembro de 1962, e o que dispõe este decreto-lei, estabelecer as normas, condições e prazos em que os bens e serviços que lhe forem transferidos ficarão adaptados às finalidades estatutárias da empresa, promovendo inclusive as alterações que lhe forem necessárias em seus estatutos.

§ 4º O Poder Executivo disporá, por decreto, sobre as adaptações e alterações que se fizerem necessárias nos demais órgãos ou entidades para os quais forem transferidas as atribuições do SAPS, nos termos deste artigo.

Art. 2º Dentro de 10 (dez) dias da publicação deste decreto-lei, o Ministro do Trabalho e Previdência Social designará, para dar cumprimento ao disposto no art. 1º, Comissão Mista Especial, composta de representantes do Departamento Nacional da Previdência Social, do Instituto Nacional de Previdência Social, do Serviço de Alimentação da Previdência Social e dos demais órgãos e entidades interessados, à qual incumbirá, especificamente:

I — Promover o levantamento de todos os serviços do Serviço de Alimentação da Previdência Social e relacionar os bens a eles vinculados, podendo modificar as vinculações respectivas, conforme as conveniências de sua destinação;

II — Avaliar ditos bens, podendo, para tal fim, requisitar a colaboração de técnicos de qualquer dos órgãos ou entidades mencionados neste artigo;

III — Inventariar os direitos e obrigações do Serviço de Alimentação da Previdência Social, para os efeitos do art. 4º;

IV — Relacionar o pessoal lotado nos referidos serviços, indicando o regime jurídico de cada servidor, para os efeitos do art. 5º e elaborar o respectivo plano de sua vinculação definitiva.

§ 1º A mencionada Comissão Mista Especial deverá ter concluídos seus trabalhos dentro do prazo improrrogável de 6 (seis) meses, a contar da instalação, e os submeterá, por partes ou de uma só vez, ao Ministro do Trabalho e Previdência Social que depois de examinar os relatórios correspondentes, os aprovará, com ou sem restrições.

§ 2º Se o Ministro do Trabalho e Previdência Social observar, dos relatórios a que se refere o § 1º, a existência de divergência ou divergências relevantes, entre os membros da Comissão Mista Especial, principalmente quanto aos valores de avaliação dos bens do Serviço de Alimentação da Previdência Social, submeterá o assunto ao Presidente da República, a quem caberá decidí-lo, a seu juízo exclusivo.

§ 3º Promulgado o despacho final relativo aos ditos relatórios, na forma dos parágrafos antecedentes o Ministro do Trabalho e Previdência Social entender-se-á diretamente com o Ministro da Educação e Cultura, o Ministro da Agricultura, o Presidente da Companhia Brasileira de Alimentos e as demais autoridades envolvidas, a fim de efetivar, até 31 de dezembro de 1967, a destinação de bens, serviços e atribuições em causa e pessoal.

§ 4º Fica a Comissão Mista Especial autorizada a requisitar servidores do próprio Serviço de Alimentação da Previdência Social ou do Instituto Nacional de Previdência Social para auxiliá-la na execução das tarefas que lhe são atribuídas neste artigo.

Art. 3º Os órgãos ou entidades para os quais forem transferidos os bens do Serviço de Alimentação da Previdência Social, os indenizarão ao Instituto Nacional de Previdência Social, pelo valor atual das respectivas avaliações, da seguinte maneira:

I — A Companhia Brasileira de Alimentos e outras sociedades de economia mista, mediante pagamento em ações ordinárias com direito a voto nominativas, decorrentes do aumento de capital a que deverão proceder a fim de, na forma do Decreto-lei nú-

mero 2.627, de 26-9-1940. incorporar os bens que lhes forem destinados, assegurando à União Federal o mínimo de 51% das ações ordinárias.

II — Os demais órgãos e entidades mediante pagamento em moeda, para o que o Poder Executivo solicitará ao Congresso Nacional, na forma que julgar mais conveniente, os recursos necessários.

Parágrafo único. A Companhia Brasileira de Alimentos, o Ministério da Educação e Cultura ou da Saúde e o Ministério da Agricultura serão imitados na posse dos bens e serviços citados nos incisos I, II e III do artigo 1º, passando a exercer as atribuições correspondentes, dentro de 30 (trinta) dias a contar da vigência deste Decreto-lei, sem prejuízo do disposto no art. 2º, para cuja boa execução prestarão toda colaboração.

Art. 4º Ultimada a transferência prevista no § 3º do art. 2º, fica o Poder Executivo, autorizado a declarar, por decreto, extinta a actual personalidade jurídica do Serviço de Alimentação da Previdência Social, passando seus remanescentes, diretos e obrigações para o Instituto Nacional de Previdência Social, que, para todos os efeitos legais, é considerado seu sucessor.

Art. 5º A partir da imissão de posse a que se refere o art. 3º e seu parágrafo único, o pessoal do Serviço de Alimentação da Previdência Social passará automaticamente à responsabilidade da Companhia Brasileira de Alimentos, do Ministério da Educação e Cultura, do Ministério da Agricultura, dos órgãos da administração pública ou das sociedades de economia mista a que sejam destinados os bens, serviços e atribuições do Serviço de Alimentação da Previdência Social, sendo que:

a) quando os regimes de trabalho forem idênticos, tal responsabilidade será definitiva pela absorção do pessoal julgado necessário a esses órgãos, a critério da Comissão Mista Especial a que se refere o art. 2º;

b) nos demais casos, o pessoal permanecerá sujeito ao regime jurídico de origem, nos órgãos ou entidades que receberem aqueles bens, serviços e atribuições.

§ 1º Os vencimentos e demais vantagens do pessoal serão pagos, até 31

de dezembro de 1967, pelo Departamento Nacional da Previdência Social, na forma do art. 6º, sempre que se tratar de servidores que remanesçam no Serviço de Alimentação da Previdência Social, ou que os órgãos da administração pública ou as sociedades de economia mista para que forem transferidos ou cedidos não disponham dos meios a tanto necessários.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 1968, o pessoal a que se refere o parágrafo anterior, parte final, passará a ser pago diretamente por órgão da administração pública ou sociedade de economia mista a que estiver servindo, para o que o Poder Executivo solicitará ao Congresso Nacional, em tempo útil, os recursos devidos.

§ 3º Ao pessoal remanescente do Serviço de Alimentação da Previdência Social, aplica-se o disposto no § 1º do art. 17 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, devendo a redistribuição dos cargos ser feita até 31 de dezembro de 1967, para órgãos da Administração centralizada ou autarquia da União Federal, mediante decreto do Poder Executivo.

§ 4º Os empregados, sujeitos ao regime jurídico da C.L.T., quando não forem aproveitados em sociedades de economia mista, passarão a servir, sempre que possível em outros órgãos de Administração centralizada ou autarquia da União Federal.

§ 5º Sem prejuízo do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo, os servidores do Serviço de Alimentação da Previdência Social, sujeitos ao regime estatutário, que passarem a servir em sociedades de economia mista integrarão, na jurisdição do Ministério do Trabalho e Previdência Social, um Quadro Suplementar, cujos cargos serão suprimidos a medida que vagarem. A supressão iniciará-se a pelos cargos da classe inicial de carreira.

Art. 6º Até 31 de dezembro de 1967, o pagamento de pessoal previsto no art. 5º, § 1º, assim como todas as demais despesas do custeio e administrativas da autarquia, serão atendidos com os recursos do Fundo de Liquidez de Previdência Social, mediante conta de movimento a ser aberta no Banco do Brasil pelo Departamento Nacional da Previdência Social em nome do Serviço de Alimentação da Previdência Social.

Parágrafo único. As despesas de custeio e administrativas a que se refere este artigo compreendem as relativas a serviços transferidos ou em que tenha havido imissão de posse, quando os órgãos de administração pública respectivos não disponham de verbas próprias para atender às mesmas.

Art. 7º Os processos de enquadramento e readaptação, decorrentes da legislação vigente, deverão ser ultimados no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência desta lei, competindo à Comissão de Classificação de Cargos do Departamento Administrativo do Serviço Público tomar as providências para a efetivação das medidas aqui estabelecidas.

Art. 8º Os inativos e os servidores que vierem a se aposentar até a extinção da personalidade jurídica do Serviço de Alimentação da Previdência Social, continuarão a perceber os seus proventos na forma atual, passando a partir de então a percebê-los pelo Instituto Nacional de Previdência Social.

Parágrafo único. Os servidores do Serviço de Alimentação da Previdência Social, sujeitos ao regime estatutário, que vierem a servir em sociedades de economia mista em decorrência das normas estatuídas neste decreto-lei, terão as suas aposentadorias pagas pelo Tesouro Nacional.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, no corrente exercício de 1967, a fim de atender ao pagamento de pessoal e outras despesas administrativas pelos órgãos de que tratam o art. 1º e § 3º do art. 5º deste decreto-lei, até o limite de NCr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros novos.)

Art. 10. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro, de 1967, 146ª da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Severo Fagundes Gomes

Raymundo Moniz de Aragão

Eduardo Augusto Bretas de Noronha

DECRETO-LEI Nº 225 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a administração do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º A administração do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), criado pelo Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966, cabe ao seu Presidente, com a assistência de uma Comissão de Coordenação Geral integrada pelo Presidente, pelo Diretor-Geral, pelos Diretores, pelos Secretários Executivos e pelo Procurador-Geral.

Art. 2º O Presidente do INPS promoverá a aplicação da Lei Orgânica da Previdência Social, do seu regulamento e das normas gerais que forem aprovadas pelo Departamento Nacional de Previdência Social (DNPS).

Parágrafo único. As normas gerais de que trata o art. 8º, inciso I, do Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966, dizem respeito a diretrizes da previdência social e não envolvem as normas de administração e execução dos serviços, de competência do INPS.

Art. 3º Cabe à Comissão de Coordenação Geral, como órgão de assessoramento imediato do Presidente do INPS no desempenho de suas atribuições de gestão do Instituto (Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966, art. 5º):

I — Examinar o Orçamento-Programa a ser submetido pelo Presidente do Instituto à aprovação do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social.

II — Apreçar o plano básico de organização do Instituto, a ser aprovado pelo seu Presidente.

III — Apreçar as normas gerais reguladoras das atividades administrativas do Instituto, antes de serem aprovadas pelo seu Presidente.

IV — Apreçar o sistema de classificação e de retribuição do pessoal, bem como as lotações das unidades administrativas, antes de sua aprovação pelo Presidente do Instituto.

V — Apreciar as indicações para nomeação dos Superintendentes Regionais.

Art. 4º Na organização do INPS objetivar-se-á o máximo de descentralização de suas atividades, concentrando-se na Direção Superior do Instituto as funções de planejamento, organização, orientação e supervisão geral dos serviços, assegurando-se às administrações locais e regionais a responsabilidade pela execução dos serviços, controle e coordenação das atividades desenvolvidas na área.

Art. 5º Na organização básica do INPS distinguir-se-ão os seguintes níveis:

I — Direção Superior, compreendendo:

a) Presidente, Diretor-Geral, Diretores, Secretários Executivos e Procurador-Geral;

b) Comissão de Coordenação Geral.

II — Órgãos de Assessoramento e Apoio da Direção Superior:

a) Órgãos Centrais especializados;

b) Serviços administrativos.

III — Superintendências Regionais, compreendendo, em cada região.

a) Superintendente Regional, Coordenadores Especializados e Procurador Regional;

b) Comissão de Coordenação Regional;

c) Órgãos de assessoramento da Superintendência Regional.

IV — Responsáveis locais, compreendendo os chefes das unidades operacionais existentes em cada região.

Art. 6º O regime jurídico do pessoal do INPS será o da legislação trabalhista.

Parágrafo único. O Presidente do Instituto, ouvida a Comissão de Coordenação Geral, estabelecerá as normas gerais de administração e remuneração do pessoal do INPS, inclusive no que respeita ao regime de trabalho e à organização dos quadros de pessoal e das correspondentes lotações das unidades administrativas.

Art. 7º Os quadros de pessoal dos antigos Institutos serão gradativamente extintos mediante supressão dos cargos que vagarem, sem prejuízo das promoções e acessos previstos na lei.

§ 1º Os servidores pertencentes aos quadros em extinção, a que se refere este artigo, continuarão a prestar serviços ao INPS, assegurados os direitos e vantagens inerentes à sua condição de servidores autárquicos.

§ 2º Os servidores na situação prevista neste artigo ficarão sujeitos às normas gerais de trabalho que o INPS vier a adotar, observadas as disposições legais pertinentes.

§ 3º O INPS poderá promover a unificação dos quadros em extinção, distinguindo-os por regiões geográficas.

Art. 8º Os servidores pertencentes aos quadros em extinção a que se refere o art. 7º poderão ser contratados pelo INPS, sob o regime da legislação trabalhista, na forma do ar. 6º.

§ 1º Enquanto vigorar o contrato de trabalho, ficará suspensa a vinculação do servidor para com o serviço público, para todos os efeitos legais, ressalvada a exceção prevista no § 3º deste artigo.

§ 2º Extinta a relação contratual de trabalho, por qualquer das formas previstas na legislação trabalhista exceto nos casos de demissão por justa causa, precedida de inquérito administrativo, restabelecer-se-á, automaticamente, a vinculação ao serviço público, na situação em que se encontrava o servidor por ocasião da contratação.

§ 3º O tempo de serviço prestado ao INPS, nas condições do presente artigo, será contado como de serviço público federal para os fins de aposentadoria, promoção por antiguidade, licença-prêmio e concessão de gratificação adicional de tempo de serviço, as quais, porém, só produzirão efeitos findo o contrato de trabalho.

§ 4º No cálculo dos proventos da aposentadoria de servidores pertencentes aos quadros em extinção, a que se refere o artigo 7º, não será considerada nenhuma retribuição decorrente de contrato de trabalho com o INPS mesmo que a aposentadoria ocorra na vigência de contrato dessa natureza.

§ 5º É facultado ao funcionário contratado optar pelo regime de contribuição sobre o seu salário como contratado, ou sobre os seus vencimentos e vantagens como funcionário, ficando-lhe assegurados, numa ou noutra hipótese, os benefícios, nunca

acumuláveis, que lhe garanta a legislação da previdência social, ou a legislação que rege os benefícios dos servidores, conforme o regime de contribuições pelo qual tenha optado.

Art. 9º O INPS terá um quadro nacional, compreendendo a Direção Superior, os Órgãos Centrais de assessoramento e os Superintendentes Regionais, e quadros regionais das regiões por que se desdobram suas atividades, compreendendo cada um deles as Superintendências Regionais e as unidades operacionais de cada uma das regiões.

Parágrafo único — As unidades assistenciais e hospitalares poderão ter quadros próprios de pessoal.

Art. 10. Ressalvados os cargos em comissão, as funções gratificadas e os cargos e funções de confiança, o ingresso em qualquer cargo ou emprego depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo único. O concurso poderá ser realizado para ingresso em curso realizado pelo INPS ou por entidade pública por ele reconhecida, prevalecendo, para admissão, a ordem de classificação dos candidatos habilitados no final do curso.

Art. 11. Haverá programas de aperfeiçoamento para o pessoal, não podendo habilitar-se a promoção, acesso ou melhoria salarial quem não haja satisfeito as condições nos mesmos estipuladas.

Art. 12. O nível de despesas de pessoal do INPS não poderá, em caso algum, exceder a uma taxa que corresponda a 90% (noventa por cento) da relação existente, em 1º de janeiro de 1967; entre a previsão orçamentária de pessoal aprovada e a arrecadação de contribuições estimada para aquele exercício financeiro.

Parágrafo único. O nível de despesas referido neste artigo será atualizado em função de revisão do salário-mínimo e de reajustamentos salariais decretados em caráter geral pelo Governo, ou resultante da aplicação ao INPS da política de salários geral do Governo.

Art. 13. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Augusto Bretas de Noronha

DECRETO-LEI Nº 226 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Cria junto ao Departamento de Administração do Ministério do Trabalho e Previdência Social o Serviço da Conta "Emprego e Salário".

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, parágrafo 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º. Fica criado, junto ao Departamento de Administração do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), o Serviço da Conta "Emprego e Salário", com a finalidade de desempenhar as atribuições discriminadas no art. 17 da Lei nº 4.589, de 11 de dezembro de 1964, com as modificações constantes do art. 9º da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965.

Art. 2º. O Serviço da Conta "Emprego e Salário", subordinado ao Diretor-Geral do Departamento de Administração do MTPS, será dirigido por um Chefe e compreenderá os seguintes setores:

- I — Secretaria
- II — Setor de Orçamento
- III — Setor Contábil
- IV — Setor de Tomada de Contas
- V — Setor de Controle Bancário.

§ 1º. O Diretor-Geral do Departamento de Administração do MTPS, no desempenho de suas atribuições relativas à Conta "Emprego e Salário", será assistido por assessores.

§ 2º. As atribuições do Serviço e respectivos setores de que trata o artigo serão fixadas em ato do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 3º. Aos funcionários recrutados para o desempenho dos encargos de chefia ou assessoramento, decorrentes do disposto no art. 2º poderá ser atribuída uma gratificação fixada

pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social em tabela própria, nos limites dos recursos disponíveis da conta "Emprego e Salário".

Art. 4º. A movimentação, no Banco do Brasil, da Conta "Emprego e Salário", será efetuada pelo Diretor-Geral do Departamento de Administração do MTPS, juntamente com o Chefe do Serviço, de que trata o artigo 2º.

Art. 5º. Fica o Departamento de Administração do Ministério do Trabalho e Previdência Social incluído entre os órgãos atingidos pela Lei nº 4.589, de 11 de dezembro de 1964 para os efeitos do art. 9º da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965.

Art. 6º. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H CASTELLO BRANCO

Eduardo Augusto Bretas de Noronha

DECRETO-LEI Nº 227 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dá nova redação ao Decreto-lei número 1.985 (Código de Minas), de 29 de janeiro de 1940.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966 e

considerando que o artigo 161 da Constituição de 24 de janeiro de 1967 extinguiu o direito de preferência do proprietário do solo, na exploração dos respectivos recursos minerais;

considerando que a extinção desse direito de preferência causa profundas alterações no atual Código de Minas;

considerando, de outro lado, que da experiência de vinte e sete anos de aplicação do atual Código de Minas, foram colhidos ensinamentos que impende aproveitar;

considerando que a política de estímulos ao aproveitamento intensivo

e extensivo dos recursos minerais do País há de se materializar por via de medidas e instrumentos habéis;

considerando que, na colimação desses objetivos, é oportuno adaptar o direito de mineração à conjuntura;

considerando, mais, quanto consta da Exposição de Motivos nº 6-67-3B, de 20 de fevereiro de 1967, dos Senhores Ministros das Minas e Energia, Fazenda e Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, decreta:

CODIGO DE MINERAÇÃO CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Compete à União administrar os recursos minerais, a indústria de produção mineral e a distribuição, o comércio e o consumo de produtos minerais.

Art. 2º Os regimes de aproveitamento das substâncias minerais, para os efeitos deste Código são:

I — *regime de Autorização e Concessão*, quando depender de expedição de alvará de autorização do Ministro das Minas e Energia e decreto de concessão do Governo Federal;

II — *regime de Licenciamento*, quando depender de licença expedida em obediência a regulamentos administrativos locais e de registro do produtor no órgão próprio do Ministério da Fazenda;

III — *regime de Matrícula*, quando depender, exclusivamente, do registro do garimpeiro na Exatéria Federal do local da jazida; e

IV — *regime de Monopolição*, quando, em virtude de lei especial, depender de execução direta ou indireta do Governo Federal.

Art. 3º Este Código regula:

I — os direitos sobre as massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis, encontradas na superfície ou no interior da terra formando os recursos minerais do País;

II — o regime de seu aproveitamento, e

III — a fiscalização pelo Governo Federal, da pesquisa, da lavra e de outros aspectos da indústria mineral.

Parágrafo único. Compete ao Departamento Nacional da Produção

Mineral (D.N.P.M.) a execução deste Código e dos diplomas legais complementares.

Art. 4º Considera-se *jazida* toda massa individualizada de substância mineral ou fóssil, aflorando à superfície ou existente no interior da terra, e que tenha valor econômico; e *mina*, a jazida em lavra, ainda que suspensa.

Art. 5º Classificam-se as jazidas para efeito deste Código, em 9 (nove) classes:

Classe I — jazidas de substâncias minerais metalíferas;

Classe II — jazidas de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil;

Classe III — jazidas de fertilizantes;

Classe IV — jazidas de combustíveis fósseis sólidos;

Classe V — jazidas de rochas betuminosas e pirobetuminosas;

Classe VI — jazidas de gemas e pedras ornamentais;

Classe VII — jazidas de minerais industriais, não incluídas nas classes precedentes;

Classe VIII — jazidas de águas minerais;

Classe IX — jazidas de águas subterrâneas.

§ 1º A classificação acima não abrange as jazidas de combustíveis líquidos, gases naturais e jazidas de substâncias minerais de uso na energia nuclear.

§ 2º A especificação das substâncias minerais, relacionadas em cada classe, constará de decreto do Governo Federal, sendo alterada quando o exigir o progresso tecnológico.

§ 3º No caso de substância mineral de destinação múltipla, sua classificação resultará da aplicação predominante.

§ 4º Cabe ao D.N.P.M. dirimir dúvidas sobre a classificação das jazidas.

Art. 6º Classificam-se as minas, segundo a forma representativa do direito de lavra, em duas categorias.

Mina Manifestada, a em lavra, ainda que transitóriamente suspensa a 16 de julho de 1934 e que tenha sido manifestada na conformidade do ar-

tigo 10 do Decreto nº 24.642, de 10 de julho de 1934.

Mina Concedida, quando o direito de lavra é consubstanciado em decreto outorgado pelo Governo Federal.

Parágrafo único. Consideram-se partes integrantes da mina:

a) edifícios, construções, máquinas, aparelhos e instrumentos destinados à mineração e ao beneficiamento do produto da lavra, desde que este seja realizado na área de concessão da mina;

b) servidões indispensáveis ao exercício da lavra;

c) animais e veículos empregados no serviço;

d) materiais necessários aos trabalhos da lavra, quando dentro da área concedida; e

e) provisões necessárias aos trabalhos da lavra, para um período de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 7º O aproveitamento das jazidas depende de Alvará de Autorização de Pesquisa, do Ministério das Minas e Energia; e de Concessão de Lavra, outorgada por decreto do Presidente da República, atos esses conferidos, exclusivamente, a brasileiro, ou a sociedade organizada no País como Empresa de Mineração.

Parágrafo único. Independente de concessão do Governo Federal o aproveitamento das minas manifestadas e registradas, as quais, no entanto, ficam sujeitas às mesmas condições que este Código estabelece para a lavra, tributação e fiscalização das Minas Concedidas.

Art. 8º Faculta-se ao proprietário do solo, ou a quem dele tiver expressa autorização, o aproveitamento imediato, pelo regime de Licenciamento, das jazidas enquadradas na Classe II, desde que tais materiais sejam utilizados "in natura" para o preparo de agregados, pedras de talhe ou argamassas, e não se destinem, como matéria-prima, à indústria de transformação.

§ 1º O Licenciamento cabe às autoridades locais, mas é necessária a inscrição do contribuinte ao Ministério da Fazenda para efeito do imposto único sobre minerais.

§ 2º Após o Licenciamento, o interessado poderá optar pelo regime de Autorização e Concessão, o qual

será obrigatório, se, no correr dos trabalhos, ficar positiva a ocorrência comercial de substância mineral não enquadrável na Classe II.

§ 3º Não estão sujeitos aos preceitos deste Código, os trabalhos de movimentação de terras e de desmonte de materiais "in natura", que se fizerem necessários a abertura de vias de transporte, obras gerais de terraplenagem e de construção de fortificações.

Art. 9º Fazer-se-á pelo regime de Matricula o aproveitamento definido e caracterizado como garimpagem, fiscoação ou cata.

Art. 10. Reger-se-ão por leis especiais:

I — as jazidas de substâncias minerais que constituem monopólio estatal;

II — as substâncias minerais ou fósseis de interesse arqueológico;

III — os espécimes minerais ou fósseis, destinados a Museus, Estabelecimentos de Ensino e outros fins científicos;

IV — as águas minerais em fase de lavra; e

V — as jazidas de águas subterrâneas.

Art. 11. Serão respeitados na aplicação do regime de Autorização e Concessão, subordinados aos preceitos deste Código:

a) o direito de prioridade, que é a precedência de entrada do requerimento no D.N.P.M., pleiteando a autorização de pesquisa ou concessão de lavra designando-se por prioritário o respectivo requerente;

b) o direito de participação nos resultados da lavra, que corresponde ao dízimo do imposto único sobre minerais, aplica-se às concessões outorgadas após 14 de março de 1967.

Art. 12. O direito de participação de que trata o artigo anterior não poderá ser objeto de transferência ou caução separadamente do imóvel a que corresponder, mas o proprietário deste poderá:

I — transferir ou caucionar o direito ao recebimento de determinadas prestações futuras;

II — renunciar ao direito.

Parágrafo único. Os atos enumerados neste artigo somente valerão con-

tra terceiros a partir da sua inscrição no Registro de Imóveis.

Art. 13. As pessoas naturais ou jurídicas que exerçam atividades de pesquisa, lavra, beneficiamento, distribuição, consumo ou industrialização de reservas minerais, são obrigadas a facilitar aos agentes do Departamento Nacional da Produção Mineral a inspeção de instalações, equipamentos e trabalhos, bem como a fornecer-lhes informações sobre:

I — volume da produção e características qualitativas dos produtos;

II — condições técnicas e econômicas da execução dos serviços ou da exploração das atividades, mencionadas no "caput" deste artigo;

III — mercados e preços de venda;

IV — quantidade e condições técnicas e econômicas do consumo de produtos minerais.

CAPÍTULO II

Da Pesquisa Mineral

Art. 14. Entende-se por pesquisa mineral a execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, sua avaliação e a determinação da exequibilidade do seu aproveitamento econômico.

§ 1º A pesquisa mineral compreende, entre outros, os seguintes trabalhos de campo e de laboratório: levantamentos geológicos por merorizados da área a pesquisar, em escala conveniente; estudos dos afloramentos e suas correlações; levantamentos geofísicos e geoquímicos; aberturas de escavações visitáveis e execução de sondagens no corpo mineral; amostragens sistemáticas; análises físicas e químicas das amostras e dos testemunhos de sondagens; e ensaios de beneficiamento dos minérios ou das substâncias minerais úteis, para obtenção de concentrados de acordo com as especificações do mercado ou aproveitamento industrial.

§ 2º A definição da jazida resultará da coordenação, correlação e interpretação dos dados colhidos nos trabalhos executados, e conduzirá a uma medida das reservas e dos teores.

§ 3º A exequibilidade do aproveitamento econômico, resultará da análise preliminar dos custos da produção, dos fretes e do mercado.

Art. 15. A autorização de pesquisa só poderá ser outorgada a brasileiro, pessoa natural ou jurídica, ou a empresa de mineração, mediante expressa autorização do Ministro das Minas e Energia proferida em processo regularmente examinado e informado pelo D.N.P.M.

Parágrafo único. Os trabalhos necessários à pesquisa serão executados sob a responsabilidade profissional de engenheiro de minas, ou de geólogo habilitado ao exercício da profissão.

Art. 16. A autorização de pesquisa será pleiteada em requerimento dirigido ao Ministro das Minas e Energia, entregue mediante recibo no Protocolo do D.N.P.M., onde será mecânicamente numerado e registrado devendo ser apresentado em duas vias e conter os seguintes elementos de informação e prova:

I — nome, nacionalidade, estado civil, profissão e domicílio do requerente; em se tratando de pessoa jurídica, cópia do Alvará de Autorização para funcionar como Empresa de Mineração e, também, prova de registro desse título no Departamento Nacional do Registro do Comércio.

II — Designação das substâncias a pesquisar, a área em hectares, denominação e descrição da localização da área pretendida em relação aos principais acidentes topográficos da região, o nome dos proprietários das terras abrangidas pelo perímetro delimitador da área, Distrito, Município, Comarca e Estado.

III — Planta, em duas vias, figurando os principais elementos de reconhecimento, tais como, estradas de ferro, rodovias, pontes, túneis, marcos quilométricos, rios, córregos, lagos, vilas, divisas das propriedades atingidas e confrontantes, bem assim a definição gráfica da área, em escala adequada, por figura geométrica, obrigatoriamente formada por segmentos de retas com orientação Norte-Sul e Leste-Oeste verdadeiros com 2 (dois) de seus vértices, ou, excepcionalmente, 1 (um), amarrado a ponto fixo e inconfundível do terreno, e os lados definidos por comprimentos e rumos verdadeiros, além de planta de situação da área.

IV — Prova de nacionalidade brasileira.

V — Plano dos trabalhos de pesquisa, convenientemente locados em

esboço geológico, de responsabilidade de técnico legalmente habilitado com orçamento previsto para a sua execução, e indicação da fonte de recursos para o seu custeio, ou da disponibilidade dos fundos;

a) o requerente e o técnico poderão ser interpelados conjuntamente pelo D.N.P.M., para justificarem o plano de pesquisa e respectivo orçamento, assim como quanto à garantia do suprimento de recursos necessários ao custeio dos trabalhos;

b) o D.N.P.M. poderá aceitar que o requerente abra conta em estabelecimento de crédito, mediante depósito vinculado, paulatinamente liberado à medida da execução dos trabalhos de pesquisa;

c) o plano de pesquisa, com orçamento aprovado pelo D. N. P. M., servirá de base para a avaliação judicial de indenização ao proprietário ou possessor do solo.

Parágrafo único. Quando a autorização de pesquisa for requerida em terreno de terceiros, o plano de pesquisa deverá incluir, obrigatoriamente, o cronograma de sua realização.

Art. 17. Será indeferido de plano pelo Diretor-Geral do D. N. P. M., o requerimento desacompanhado de qualquer dos elementos de informação e prova mencionados nos itens I, II, III e IV, do artigo anterior.

§ 1º Para cumprimento de exigências sobre dados complementares ou elementos necessários à melhor instrução do processo, terá o requerente o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação da exigência do D.N.P.M. no *Diário Oficial* da União.

§ 2º Esgotado o prazo do § 1º, o requerimento será indeferido pelo Diretor-Geral do D.N.P.M.

Art. 18. A protocolização do pedido de autorização de pesquisa no DNPM, assegurará ao requerente, prioridade para obtenção da autorização, nos seguintes casos:

I — Se a área pretendida não for objeto de autorização de pesquisa, concessão de lavra, manifesto de mina ou reconhecimento geológico;

II — Se não houver pedido anterior de autorização de pesquisa objetivando a mesma área.

Parágrafo único. Ocorrendo qualquer dessas circunstâncias, nenhum direito terá adquirido o requerente com a protocolização do pedido, que será arquivado mediante simples despacho do Diretor-Geral do D.N.P.M.

Art. 19. Indeferido o requerimento, será o processo definitivamente arquivado, cabendo ao interessado o direito de pedir a devolução de uma das vias das peças apresentadas em duplicata e dos documentos públicos.

Art. 20. Estando livre a área, e satisfeitas as imposições deste Código o requerente será convidado a efetuar dentro do prazo de 30 (trinta) dias, o pagamento dos emolumentos relativos à outorga.

Parágrafo único. A outorga de cada Alvará de Pesquisa dependerá de recolhimento ao Banco do Brasil S. A., à conta do "Fundo Nacional de Mineração — Parte Disponível", instituído pela Lei nº 4.425, de 8-10-64, de emolumentos correspondentes a 3 (três) máximos salários mínimos do País.

Art. 21. A autorização de pesquisa será outorgada por Alvará do Ministro das Minas e Energia, no qual serão indicadas as propriedades compreendidas na área da pesquisa e definida esta pela sua localização, limitação e extensão superficial em hectares.

Parágrafo único. O título será uma via autêntica do Alvará de Pesquisa, publicado no *Diário Oficial* da União, e transcrito no livro próprio do DNPM.

Art. 22. A autorização será conferida nas seguintes condições, além das demais constantes deste Código:

I — O título será pessoal e somente transmissível no caso de herdeiros necessários ou cônjuge sobrevivente, bem como no de sucessão comercial, desde que o sucessor satisfaça os requisitos dos números I, IV e V, do Art. 18.

II — A autorização valerá por 2 (dois) anos, podendo ser renovada por mais 1 (hum) ano, mediante requerimento do interessado, protocolizado até 60 (sessenta) dias antes de expirar-se o prazo de autorização, observadas as seguintes condições:

a) do requerimento de renovação deverá constar relatório dos trabalhos realizados, com os resultados obtidos,

assim como, justificativa do prosseguimento da pesquisa;

b) o titular pagará emolumentos de outorga do novo Alvará e da taxa de publicação.

III — Os trabalhos de pesquisa não poderão ser executados fora da área definida no Alvará de Pesquisa.

IV — A pesquisa em leitos de rios navegáveis e fluviáveis, nos lagos e na plataforma submarina, somente será autorizada sem prejuízo ou com ressalva dos interesses da navegação ou flutuação, ficando sujeita, portanto, às exigências que forem impostas nesse sentido pelas autoridades competentes.

V — A pesquisa na faixa de domínio das fortificações, das estradas de ferro, das rodovias, dos mananciais de água potável, das vias ou logradouros públicos, dependerá, ainda, de assentimento das autoridades sob cuja jurisdição as mesmas estiverem.

VI — Serão respeitados os direitos de terceiros, ressarcindo o titular da autorização os danos e prejuízos que ocasionar, não respondendo o Governo pelas limitações que daqueles direitos possam advir.

VII — As substâncias minerais extraídas durante a pesquisa, só poderão ser removidas da área para análise e ensaios industriais, podendo, no entanto, o D.N.P.M. autorizar a alienação de quantidades comerciais destas substâncias minerais, sob as condições que especificar.

VIII — Na conclusão dos trabalhos, dentro do prazo de vigência da autorização, e sem prejuízo de quaisquer informações pedidas pelo D.N.P.M., o titular apresentará Relatório circunstanciado, elaborado por profissional legalmente habilitado, com dados informativos sobre a reserva mineral da jazida, a qualidade do minério ou substância mineral útil e a exequibilidade de lavra, nomeadamente sobre os seguintes tópicos:

a) situação, vias de acesso e de comunicação;

b) planta de levantamento geológico da área pesquisada, em escala adequada;

c) descrição detalhada dos afloramentos naturais da jazida e daqueles criados pelos trabalhos de pesquisa;

d) qualidade do minério ou substância mineral útil e definição do corpo mineral;

e) gênese da jazida, sua classificação e comparação com outras da mesma natureza;

f) tabulação dos volumes e teores necessários ao cálculo das reservas medidas, indicada e inferida;

g) relatório dos ensaios de beneficiamento; e,

h) demonstração da exequibilidade econômica da lavra.

Art. 23. Qualquer que seja o resultado da pesquisa, fica o titular da autorização obrigado a apresentar o relatório dos trabalhos realizados dentro do prazo de sua vigência.

Parágrafo único. É vedada a autorização de novas pesquisas ate que o titular faltoso satisfaça a exigência deste artigo.

Art. 24. No caso de retificação do Alvará de Pesquisa, o prazo começará a correr a partir da data do Alvará retificador.

Art. 25. As autorizações de pesquisa ficam adstritas às áreas máximas que forem fixadas em Regulamento que será baixado por decreto do Governo Federal.

Art. 26. Cada pessoa natural ou jurídica poderá deter, no máximo, 5 (cinco) autorizações de pesquisa para jazidas da mesma Classe.

Art. 27. O titular de autorização de pesquisa poderá realizar os trabalhos respectivos, e também as obras e serviços auxiliares necessários, em terrenos de domínio público ou particular, abrangidos pelas áreas a pesquisar, desde que pague aos respectivos proprietários ou posseiros uma renda pela ocupação dos terrenos e uma indenização pelos danos e prejuízos que possam ser causados pelos trabalhos de pesquisa, observadas as seguintes regras:

I — A renda não poderá exceder ao montante do rendimento líquido máximo da propriedade, referido à extensão da área a ser realmente ocupada.

II — A indenização por danos causados não poderá exceder o valor venal da propriedade na extensão da área efetivamente ocupada pelos trabalhos de pesquisa, salvo no caso previsto no inciso seguinte.

III — Quando os danos forem de molde a inutilizar para fins agrícolas e pastoris toda a propriedade em que

estiver encravada a área necessária aos trabalhos de pesquisa, a indenização correspondente a tais danos poderá atingir o valor venal máximo de toda a propriedade.

IV — Os valores venais a que se referem os incisos II e III serão obtidos por comparação com valores venais de propriedade da mesma espécie, na mesma região.

V — No caso de terrenos públicos, é dispensado o pagamento da renda, ficando o titular da pesquisa sujeito apenas ao pagamento relativo a danos e prejuízos.

VI — Se o titular do Alvará de Pesquisa, até a data da transcrição do título de autorização, não juntar ao respectivo processo prova de acordo com os proprietários ou posseiros do solo acerca da renda e indenização de que trata este artigo, o Diretor-Geral do D.N.P.M., dentro de 3 (três) dias dessa data, enviará ao Juiz de Direito da Comarca onde estiver situada a jazida, cópia do referido título.

VII — Dentro de 15 (quinze) dias, a partir da data do recebimento dessa comunicação, o Juiz mandará proceder à avaliação da renda e dos danos e prejuízos a que se refere este artigo, na forma prescrita no Código de Processo Civil.

VIII — O Promotor de Justiça da Comarca será citado para os termos da ação, como representante da União.

IX — A avaliação será julgada pelo Juiz no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do despacho a que se refere o inciso VII, não tendo efeito suspensivo os recursos que forem apresentados.

X — As despesas judiciais com o processo de avaliação serão pagas pelo titular da autorização de pesquisa.

XI — Julgada a avaliação, o Juiz, dentro de 8 (oito) dias, intimará o titular a depositar quantia correspondente ao valor da renda de 2 (dois) anos e a caução para pagamento da indenização.

XII — Feitos esses depósitos, o Juiz, dentro de 8 (oito) dias, intimará os proprietários ou posseiros do solo a permitirem os trabalhos de pesquisa, e comunicará seu despacho ao Diretor-Geral do D.N.P.M. e, mediante requerimento do titular da Pesquisa, às autoridades policiais locais, para garantirem a execução dos trabalhos.

XIII — Se o prazo da pesquisa fôr prorrogado, o Diretor-Geral do DNPM o comunicará ao Juiz, no prazo e condições indicadas no inciso VI d'êste artigo.

XIV — Dentro de 8 (oito) dias do recebimento da comunicação a que se refere o inciso anterior, o Juiz intimará o titular da pesquisa a depositar nova quantia correspondente ao valor da renda relativa ao prazo de prorrogação.

XV — Feito êsse depósito, o Juiz intimará os proprietários ou posseiros do solo, dentro de 8 (oito) dias, a permitirem a continuação dos trabalhos de pesquisa no prazo da prorrogação, e comunicará seu despacho ao Diretor-Geral do D.N.P.M. e às autoridades locais.

XVI — Concluídos os trabalhos de pesquisa, o titular da respectiva autorização e o Diretor-Geral do DNPM comunicarão o fato ao Juiz, a fim de ser encerrada a ação judicial referente ao pagamento das indenizações e da renda.

Art. 28. Antes de encerrada a ação prevista no artigo anterior, as partes que se julgarem lesadas poderão requerer ao Juiz se lhes faça justiça.

Art. 29. O titular da autorização de pesquisa é obrigado, sob pena de sanções:

I — A iniciar os trabalhos de pesquisa:

a) dentro de 60 (sessenta) dias da publicação do Alvará de Pesquisa no *Diário Oficial da União*, se o titular fôr o proprietário do solo, ou tiver ajustado com êste o valor e a forma de pagamento das indenizações a que se refere o Art. 27 d'êste Código; ou,

b) dentro de 60 (sessenta) dias do ingresso judicial na área de pesquisa, quando a avaliação da indenização pela ocupação e danos causados processar-se em juízo.

II — A não interromper os trabalhos, sem justificativa, depois de iniciados, por mais de 3 (três) meses consecutivos.

Parágrafo único. O início ou reinício, bem como as interrupções de trabalho, deverão ser prontamente comunicados ao D.N.P.M., bem como a ocorrência de outra substância mineral útil, não constante do alvará de autorização.

Art. 30. Realizada a pesquisa e apresentado o Relatório a que se refere o inciso VIII do art. 22 d'êste Código, o D.N.P.M. mandará verificar "in loco" a sua exatidão e, em face de parecer conclusivo da Divisão do Fomento da Produção Mineral, proferirá despacho:

a) de aprovação do Relatório, quando ficar demonstrada a existência da jazida;

b) de não aprovação do Relatório, quando ficar constatada insuficiência dos trabalhos de pesquisa ou deficiência técnica na sua elaboração, que impossibilitem a avaliação da jazida; e,

c) de arquivamento do Relatório, quando fôr provada a inexistência da jazida.

Parágrafo único. A aprovação ou o arquivamento do Relatório, importa na declaração oficial de que a área está convenientemente pesquisada.

Art. 31. O titular, uma vez aprovado o Relatório, terá 1 (um) ano para requerer a concessão de lavra, e, dentro d'êste prazo, poderá negociar seu direito a essa concessão, na forma d'êste Código.

Art. 32. Findo o prazo do artigo anterior, sem que o titular, ou seu sucessor, por título legítimo, haja requerido concessão de lavra, caducará seu direito, podendo o Governo outorgar a lavra a terceiro que a requerer, satisfeitas as demais exigências d'êste Código.

Parágrafo único. O Diretor-Geral do D.N.P.M. arbitrará indenização a ser paga ao titular ou a seu sucessor, por quem vier a obter a concessão de lavra.

Art. 33. Para um conjunto de autorizações de pesquisa da mesma substância mineral em áreas contíguas, ou próximas, o titular ou titulares, das autorizações, poderão, a critério do D.N.P.M., apresentar um plano único de pesquisa e também um só Relatório dos trabalhos executados, abrangendo todo o conjunto.

Art. 34. Sempre que o Governo cooperar com o titular da autorização nos trabalhos de pesquisa, será reembolsado das despesas, de acordo com as condições estipuladas no ajuste de cooperação técnica celebrado entre o D.N.P.M. e o titular.

Art. 35. A importância correspondente às despesas reembolsadas a que se refere o artigo anterior, será recolhida ao Banco do Brasil S. A., pelo titular, à conta do "Fundo Nacional de Mineração — Parte Disponível".

CAPÍTULO III

Da Lavra

Art. 36. Entende-se por lavra, o conjunto de operações coordenadas objetivando o aproveitamento industrial da jazida, desde a extração das substâncias minerais úteis que contiver, até o beneficiamento das mesmas.

Art. 37. Na outorga da lavra, serão observadas as seguintes condições:

I — a jazida deverá estar pesquisada, com o Relatório aprovado pelo D.N.P.M.;

II — a área de lavra será a adequada à condução técnico-econômica dos trabalhos de extração e beneficiamento, respeitados os limites da área de pesquisa.

Parágrafo único. Somente as Empresas de Mineração poderão se habilitar ao direito de lavra, e não haverá restrições quanto ao número de concessões outorgadas a uma mesma Empresa.

Art. 38. O requerimento de autorização de lavra será dirigido ao Ministro das Minas e Energia, pelo titular da autorização de pesquisa, ou seu sucessor, e deverá ser instruído com os seguintes elementos de informação e prova:

I — certidão de registro no Departamento Nacional do Registro do Comércio, da entidade constituída, que poderá ser firma individual de brasileiro ou sociedade organizada no país, ambas autorizadas a funcionar como empresa de mineração;

II — designação das substâncias minerais a lavrar, com indicação do Alvará de Pesquisa outorgado, e de aprovação do respectivo Relatório;

III — denominação e descrição da localização do campo pretendido para a lavra, relacionando-o, com precisão e clareza, aos vales dos rios ou córregos, constantes de mapas ou plantas de notória autenticidade e preci-

são, e estradas de ferro e rodovias, ou, ainda, a marcos naturais ou acidentes topográficos de inconfundível determinação; suas confrontações com autorizações de pesquisa e concessões de lavra vizinhas, se as houver, e indicação do Distrito, Município, Comarca e Estado, e, ainda, nome e residência dos proprietários do solo ou posseiros;

IV — definição gráfica da área pretendida, delimitada por figura geométrica formada, obrigatoriamente, por segmentos de retas com orientação Norte-Sul e Leste-Oeste verdadeiros, com 2 (dois) de seus vértices, ou excepcionalmente (um), amarrado a ponto fixo e inconfundível do terreno, sendo os vetores de amarração definidos por seus comprimentos e rumos verdadeiros, e configuradas, ainda, as propriedades territoriais por ela interessadas, com os nomes dos respectivos superficiários, além de planta de situação;

V — servidões de que deverá gozar a mina;

VI — plano de aproveitamento econômico da jazida, com descrição das instalações de beneficiamento;

VII — prova de disponibilidade de fundos ou da existência de compromissos de financiamento, necessários para execução do plano de aproveitamento econômico e operação da mina.

Parágrafo único. Será obrigatória a apresentação de prova de assentimento, por autorização expressa, da "Comissão Especial de Faixas de Fronteiras", quando a lavra se situar dentro da área de sua jurisdição.

Art. 39. O plano de aproveitamento econômico da jazida será apresentado em duas vias e constará de:

I — Memorial explicativo;

II — Projetos ou anteprojetos referentes;

a) ao método de mineração a ser adotado, fazendo referência à escala de produção prevista inicialmente e à sua projeção;

b) à iluminação, ventilação, transporte, sinalização e segurança do trabalho, quando se tratar de lavra subterrânea;

c) ao transporte na superfície e ao beneficiamento e aglomeração do minério;

d) às instalações de energia, de abastecimento de água e condicionamento de ar;

e) à higiene da mina e dos respectivos trabalhos;

f) às moradias e suas condições de habitabilidade para todos os que residem no local da mineração;

g) às instalações de captação e proteção das fontes, adução, distribuição e utilização da água, para as jazidas da Classe VIII.

Art. 40. O dimensionamento das instalações e equipamentos previstos no plano de aproveitamento econômico da jazida, deverá ser condizente com a produção justificada no Memorial Explicativo, e apresentar previsão das ampliações futuras.

Art. 41. O requerimento será numerado e registrado, cronologicamente, no D.N.P.M., por processo mecânico sendo juntado ao processo que autorizou a respectiva pesquisa.

§ 1º Ao interessado será fornecido recibo com as indicações do protocolo e menção dos documentos apresentados.

§ 2º Quando necessário cumprimento de exigências para melhor instrução do processo, terá o requerente o prazo de 60 (sessenta) dias para satisfazê-las.

§ 3º Poderá esse prazo ser prorrogado até igual período, a juízo do Diretor-Geral do D.N.P.M.

Art. 42. A autorização será recusada, se a lavra for considerada prejudicial ao bem público ou comprometer interesses que superem a utilidade da exploração industrial, a juízo do Governo. Neste último caso, o pesquisador terá direito de receber do Governo a indenização das despesas feitas com os trabalhos de pesquisa, uma vez que haja sido aprovado o relatório.

Art. 43. A concessão de lavra terá por título um Decreto assinado pelo Presidente da República, o qual será transcrito em livro próprio do DNPM.

Art. 44. O titular da concessão de lavra requererá ao D.N.P.M., a Posse da Jazida, dentro de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação do respectivo Decreto no *Diário Oficial da União*.

§ 1º O titular pagará uma taxa de emolumentos correspondente a 5 (cinco) máximos salários mínimos, a qual será recolhida ao Banco do Brasil S. A., à conta "Fundo Nacional de Mineração — Parte Disponível".

§ 2º A data da Imissão de Posse da jazida será fixada pelo D.N.P.M., depois de recebido o requerimento, dela tomando conhecimento o interessado por ofício e por publicação de edital no *Diário Oficial da União*.

§ 3º O interessado fica obrigado a preparar o terreno e tudo quanto for necessário para que o ato de Imissão de Posse se realize na data fixada.

Art. 45. A Imissão de Posse processar-se-á de modo seguinte:

I — serão intimados, por meio de ofício ou telegrama, os concessionários das minas limitrofes, se as houver, com 8 (oito) dias de antecedência, para que por si ou seus representantes possam presenciar o ato, e, em especial, assistir à demarcação; e

II — no dia e hora determinados, serão fixados, definitivamente, os marcos dos limites da jazida que o concessionário terá para esse fim preparado, colocados precisamente nos pontos indicados no Decreto de Concessão, dando-se, em seguida, ao concessionário, a Posse da jazida.

§ 1º — Do que ocorrer, o representante do D.N.P.M. lavrará termo, que assinará com o titular da lavra, testemunhas e concessionários das minas limitrofes, presentes ao ato;

§ 2º — Os marcos deverão ser conservados bem visíveis e só poderão ser mudados com autorização expressa do D.N.P.M.

Art. 46. Caberá recurso ao Ministro das Minas e Energia contra a Imissão de Posse, dentro de 15 (quinze) dias, contados da data do ato de imissão.

Parágrafo único. O recurso, se provido, anulará a Imissão de Posse.

Art. 47. Ficará obrigado o titular da concessão, além das condições gerais que constam deste Código, ainda, às seguintes, sob pena de sanções previstas no Capítulo V;

I — Iniciar os trabalhos previstos no plano de lavra, dentro do prazo de 6 (seis) meses, contados da data da publicação do Decreto de Concessão

no *Diário Oficial* da União, salvo motivo de força maior, a juízo do DNPM.

II — Lavrar a jazida de acordo com o plano de lavra aprovado pelo D.N.P.M., e cuja segunda via, devidamente autenticada, deverá ser mantida no local da mina.

III — Extrair somente as substâncias minerais indicadas no Decreto de Concessão.

IV — Comunicar imediatamente ao D.N.P.M. o descobrimento de qualquer outra substância mineral não incluída no Decreto de Concessão.

V — Executar os trabalhos de mineração com observância das normas regulamentares.

VI — Confiar, obrigatoriamente, a direção dos trabalhos de lavra a técnico legalmente habilitado ao exercício da profissão.

VII — Não dificultar ou impossibilitar, por lavra ambiciosa, o aproveitamento ulterior da jazida.

VIII — Responder pelos danos e prejuízos a terceiros, que resultarem, direta ou indiretamente, da lavra.

IX — Promover a segurança e a salubridade das habitações existentes no local.

X — Evitar o extravio das águas e drenar as que possam ocasionar danos e prejuízos aos vizinhos.

XI — Evitar poluição do ar, ou da água, que possa resultar dos trabalhos de mineração.

XII — Proteger e conservar as Fontes, bem como utilizar as águas segundo os preceitos técnicos, quando se tratar de lavra de jazida da Classe VIII.

XIII — Tomar as providências indicadas pela fiscalização dos órgãos federais.

XIV — Não suspender os trabalhos de lavra, sem prévia comunicação ao D.N.P.M.

XV — Manter a mina em bom estado, no caso de suspensão temporária dos trabalhos de lavra, de modo a permitir a retomada das operações.

XVI — Apresentar ao D.N.P.M., nos primeiros 6 (seis) meses de cada ano, Relatório das atividades do ano anterior.

Parágrafo único. Para o aproveitamento, pelo concessionário de lavra, de substâncias referidas no item IV, deste artigo, será necessário aditamento ao seu título de lavra.

Art. 48. Considera-se ambiciosa, a lavra conduzida sem observância do plano pré-estabelecido, ou efetuada de modo a impossibilitar o ulterior aproveitamento econômico da jazida.

Art. 49. Os trabalhos de lavra, uma vez iniciados, não poderão ser interrompidos por mais de 6 (seis) meses consecutivos, salvo motivo comprovado de força maior.

Art. 50. O Relatório Anual das atividades realizadas no ano anterior deverá conter, entre outros, dados sobre os seguintes tópicos:

I — Método de lavra, transporte e distribuição no mercado consumidor, das substâncias minerais extraídas.

II — Modificações verificadas nas reservas, características das substâncias minerais produzidas, inclusive o teor mínimo economicamente compensador e a relação observada entre a substância útil e o estéril.

III — Quadro mensal, em que figurem, pelo menos, os elementos de: produção, estoque, preço médio de venda destino do produto bruto e do beneficiado, recolhimento do Imposto Único e o pagamento do Dízimo do proprietário.

IV — Número de trabalhadores da mina e do beneficiamento.

V — Investimentos feitos na mina e nos trabalhos de pesquisa.

VI — Balanço anual da Empresa.

Art. 51. Quando o melhor conhecimento da jazida obtido durante os trabalhos de lavra, justificar mudanças no plano de aproveitamento econômico, ou as condições do mercado exigirem modificações na escala de produção, deverá o concessionário propor as necessárias alterações ao D.N.P.M., para exame e eventual aprovação do novo plano.

Art. 52. A lavra, praticada em desacordo com o plano aprovado pelo D.N.P.M., sujeita o concessionário a sanções que podem ir gradativamente da advertência à caducidade.

Art. 53. A critério do D.N.P.M., várias concessões de lavra de um mesmo titular e da mesma substância mineral, em área de um mesmo jazimento ou zona mineralizada, poderão ser reunidas em uma só unidade de mineração, sob a denominação de *Grupamento Mineiro*.

Parágrafo Único. O concessionário de um Grupamento Mineiro, a juízo

do D.N.P.M., poderá concentrar as atividades da lavra em uma ou algumas das concessões agrupadas, contando que a intensidade da lavra seja compatível com a importância da reserva total das jazidas agrupadas.

Art. 54. Em zona que tenha sido declarada Reserva Nacional de determinada substância mineral, o Governo poderá autorizar pesquisa ou lavra de outra substância mineral, sempre que os trabalhos relativos à autorização solicitada forem compatíveis e independentes dos referentes à substância da Reserva e mediante condições especiais, de conformidade com os interesses da União e da economia nacional.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se também a áreas específicas que estiverem sendo objeto de pesquisa ou de lavra sob regime de monopólio.

Art. 55. Subsistirá a Concessão quanto aos direitos, obrigações, limitações e efeitos dela decorrentes, quando o concessionário a alienar ou gravar, na forma da lei.

§ 1º Os atos de alienação ou oneração só terão validade depois de averbados no livro de Registro das Concessões de Lavra.

§ 2º A concessão da lavra é indivisível e somente é transmissível a quem for capaz de exercê-la de acordo com as disposições deste Código.

Art. 56. As dívidas e gravames constituídos sobre a Concessão resolvem-se com a extinção desta, restando à ação pessoal contra o devedor.

Parágrafo Único. Os credores não têm ação alguma contra o novo titular da concessão extinta, salvo se esta, por qualquer motivo, voltar ao domínio do primitivo concessionário devedor.

Art. 57. No curso de qualquer medida judicial não poderá haver embargo ou sequestro que resulte em interrupção dos trabalhos de lavra.

Art. 58. Poderá o titular do Decreto de Concessão de Lavra, mediante requerimento justificado ao Ministro das Minas e Energia, obter a suspensão temporária da lavra, ou comunicar a renúncia ao seu título.

§ 1º. Em ambos os casos, o requerimento será acompanhado de um re-

latório dos trabalhos efetuados e do estado da mina, e suas possibilidades futuras.

§ 2º. Somente após verificação "in loco" por um de seus técnicos, emitirá o D.N.P.M. Parecer conclusivo para decisão do Ministro das Minas e Energia.

§ 3º. Não aceitas as razões da suspensão dos trabalhos, ou efetivada a renúncia, caberá ao D.N.P.M. sugerir ao Ministro das Minas e Energia medidas que se fizerem necessárias à continuação dos trabalhos e a aplicação de sanções, se for o caso.

Art. 59. A lavra de jazida somente poderá ser organizada e conduzida por sociedade de economia mista, controlada por pessoa jurídica de direito público, para suplementar a iniciativa privada.

CAPÍTULO IV

Das Servidões

Art. 60. Ficam sujeitas a servidões de solo e subsolo, para os fins de pesquisa ou lavra, não só a propriedade onde se localiza a jazida, como as limitrofes.

Parágrafo Único — Instituem-se Servidões para:

- a) construção de oficinas, instalações, obras acessórias e moradias;
- b) abertura de vias de transporte e linhas de comunicação;
- c) captação e adução de água necessária aos serviços de mineração e ao pessoal;
- d) transmissão de energia elétrica;
- e) escoamento das águas da mina e do engenho, de beneficiamento;
- f) abertura de passagem de pessoal e material de conduto de ventilação e de energia elétrica;
- g) utilização das aguadas sem prejuízo das atividades pré-existentes; e
- h) bota-fora do material desmontado e dos refugos do engenho.

Art. 61. Instituem-se as Servidões mediante indenização prévia do valor do terreno ocupado e dos prejuízos resultantes dessa ocupação.

§ 1º. Não havendo acordo entre as partes, o pagamento será feito mediante depósito judicial da importância fixada para indenização, através de vistoria ou pericia com arbitra-

mento, inclusive da renda pela ocupação, seguindo-se o competente mandado de emissão de posse na área, se necessário.

§ 2º. O cálculo da indenização e dos danos a serem pagos pelo titular da autorização de pesquisa ou concessão de lavra, ao proprietário do solo ou ao dono das benfeitorias, obedecerá às prescrições contidas no Art. 2º deste Código, e seguirá o rito estabelecido em Decreto do Governo Federal.

Art. 62. Se, por qualquer motivo independente da vontade do indenizado, a indenização tardar em lhe ser entregue sofrerá, a mesma, a necessária correção monetária, cabendo ao titular da autorização de pesquisa ou concessão de lavra, a obrigação de completar a quantia arbitrada.

Art. 63. Não poderão ser iniciados os trabalhos de pesquisa ou lavra, antes de paga a importância relativa a indenização e de fixada a renda pela ocupação do terreno.

CAPÍTULO V

Das Sanções e das Nulidades

Art. 64. O não cumprimento das obrigações decorrentes das autorizações de pesquisa ou das concessões de lavra implica, dependendo da gravidade da infração, em:

I — Advertência;

II — Multa;

III — Caducidade da autorização de pesquisa ou da concessão de lavra.

§ 1º. As penalidades de advertência e de multa serão da competência do D.N.P.M.

§ 2º. A caducidade da autorização de pesquisa será da competência do Ministro das Minas e Energia.

§ 3º. A caducidade da concessão de lavra, será objeto de Decreto do Governo Federal.

Art. 65. A multa inicial variará de 3 (três) a 50 (cinquenta) máximos salários mínimos do País.

§ 1º. Em caso de reincidência, a multa será cobrada em dobro;

§ 2º. O regulamento deste Código definirá o critério de imposição de multas, segundo a gravidade das infrações.

§ 3º. O valor das multas será recolhido ao Banco do Brasil S. A., em gôla própria, à conta do "Fundo Nacional de Mineração — Parte Disponível".

Art. 66. Será declarada a caducidade da autorização de pesquisa, ou da concessão de lavra, desde que verificada quaisquer das seguintes infrações:

a) caracterização formal do abandonado da jazida ou mina,

b) não cumprimento dos prazos de início ou reinício dos trabalhos de pesquisa ou lavra, apesar de advertência e multa;

c) prática deliberada dos trabalhos de pesquisa em desacordo com as condições constantes do título de autorização, apesar de advertência ou multa,

d) prosseguimento de lavra ambiciosa ou de extração de substância não compreendida no Decreto de Lavra, apesar de advertência e multa; e,

e) não atendimento de repetidas observações da fiscalização, caracterizado pela terceira reincidência, no intervalo de 1 (hum) ano, de infrações com multas.

Art. 67. São anuláveis os Alvarás de Pesquisa ou Decretos de Lavra quando outorgados com infringência de dispositivos deste Código.

§ 1º. A anulação será promovida "ex-officio" nos casos de:

a) imprecisão intencional da definição das áreas de pesquisa ou lavra; e,

b) inobservância do disposto no item I do Art. 22.

§ 2º. Nos demais casos, e sempre que possível, o D.N.P.M. procurará sanar a deficiência por via de atos de retificação.

§ 3º. A nulidade poderá ser pleiteada judicialmente em ação proposta por qualquer interessado, no prazo de 1 (hum) ano, a contar da publicação do Decreto de Lavra no *Diário Oficial da União*.

Art. 68. Verificada a causa de nulidade ou caducidade da autorização ou da concessão, salvo os casos de abandono, o titular não perde a propriedade dos bens que possam ser retirados sem prejudicar o conjunto da mina.

Art. 69. O Processo Administrativo para declaração de nulidade ou de caducidade, será instaurado "ex-officio" ou mediante denúncia comprovada.

§ 1º. O Diretor-Geral do D.N.P.M. promoverá a intimação do titular, mediante officio e por edital, quando se encontrar em lugar incerto e ignorado, para apresentação de defesa, dentro de 60 (sessenta) dias contra os motivos arguidos na denuncia ou que deram margem à instauração do processo administrativo.

§ 2º. Findo o prazo, com a junta da defesa ou informação sobre a sua não apresentação pelo notificado, o processo será submetido à decisão do Ministro das Minas e Energia.

§ 3º. Do despacho ministerial declaratório de nulidade ou caducidade da autorização de pesquisa, caberá:

a) pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias; ou
b) recurso voluntário ao Presidente da República, no prazo de 30 (trinta) dias, desde que o titular da autorização não tenha solicitado reconsideração do despacho, no prazo previsto na alinea anterior.

§ 4º. O pedido de reconsideração não atendido, será encaminhado em grau de recurso, "ex-officio", ao Presidente da República, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de seu recebimento, dando-se ciência antecipada ao interessado, que poderá aduzir novos elementos de defesa, inclusive prova documental, as quais, se apresentadas no prazo legal, serão recebidas em caráter de recurso.

§ 5º. O titular de autorização declarada Nula ou Caduca, que se valer da faculdade conferida pela alinea a do § 3º, deste artigo, não poderá interpor recurso ao Presidente da República enquanto aguarda solução Ministerial para o seu pedido de reconsideração.

§ 6º. Sómente será admitido 1 (hum) pedido de reconsideração e 1 (hum) recurso.

§ 7º. Esgotada a instância administrativa, a execução das medidas determinadas em decisões superiores não será prejudicada por recursos extemporâneos pedidos de revisão e outros expedientes protelatórios.

Art. 70. O processo administrativo para aplicação das sanções de anulação ou caducidade da concessão de lavra, obedecerá ao disposto no § 1º do artigo anterior.

§ 1º. Concluídas todas as diligências necessárias à regular instrução do processo, inclusive juntada de defesa ou informação de não haver a mesma sido apresentada, cópia do expediente de notificação e prova da sua entrega à parte interessada, o Diretor-Geral do D.N.P.M. encaminhará os autos ao Ministro das Minas e Energia.

§ 2º. Examinadas as peças dos autos, especialmente as razões de defesa oferecidas pela Empresa, o Ministro encaminhará o processo, com relatório e parecer conclusivo, ao Presidente da República.

§ 3º. Da decisão da autoridade superior, poderá a interessada solicitar reconsideração, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da sua publicação no *Diário Oficial* da União, desde que seja instruído com elementos novos que justifiquem reexame da matéria.

CAPÍTULO VI

Da Garimpagem, Faiscação e Cata

Art. 71. Considera-se:

I — *garimpagem*, o trabalho individual de quem utiliza instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis, na extração de pedras preciosas, semipreciosas e mineirais metálicos ou não metálicos, valiosos, em depósitos de eluvião ou aluvião, nos alveos de cursos d'água ou nas margens reservadas, bem como nos depósitos secundários ou chapadas (grupiaras), vertentes e altos de morros, depósitos esses genericamente denominados *garimpos*;

II — *faiscação*, o trabalho individual de quem utiliza instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis, na extração de metais nobres nativos em depósitos de eluvião ou aluvião, fluviais ou marinhos, depósitos esses genericamente denominados *faisqueiras*; e,

III — *cata*, o trabalho individual de quem faça, por processos equiparáveis aos de garimpagem e faiscação, na parte decomposta dos aflor-

ramentos dos filões e veios, a extração de substâncias minerais úteis, sem o emprego de explosivos, e as apure por processos rudimentares.

Art. 72. Ao trabalhador que extrai substâncias minerais úteis, por processo rudimentar e individual de mineração, garimpagem, fiscoação ou cata, denomina-se genericamente, *garimpeiro*.

Art. 73. Caracterizam-se a garimpagem, a fiscoação e a cata:

I — pela forma rudimentar de mineração;

II — pela natureza dos depósitos trabalhados; e,

III — pelo caráter individual do trabalho, sempre por conta própria.

Art. 74. Dependem de permissão do Governo Federal, a garimpagem, a fiscoação ou a cata, não cabendo outro ônus ao garimpeiro, senão o pagamento da menor taxa remuneratória cobrada pelas Coletorias Federais a todo aquêle que pretender executar esses trabalhos.

§ 1º Essa permissão constará de matrícula do garimpeiro, renovada anualmente nas Coletorias Federais dos Municípios onde forem realizados esses trabalhos, e será válida somente para a região jurisdicionada pela respectiva exatoria que a concedeu.

§ 2º A matrícula, que é pessoal, será feita a requerimento verbal do interessado e registrada em livro próprio da Coletoria Federal, mediante a apresentação do comprovante de pagamento do imposto sindical.

§ 3º Ao garimpeiro matriculado será fornecido um *Certificado de Matrícula*, do qual constará seu retrato, nome, nacionalidade, endereço, e será o documento oficial para o exercício da atividade dentro da zona nêle especificada.

§ 4º Será apreendido o material de garimpagem, fiscoação ou cata, quando o garimpeiro não possuir o necessário Certificado de Matrícula, sendo o produto vendido em hasta pública, e recolhido ao Banco do Brasil S. A., à conta do "Fundo Nacional de Mineração — Parte Disponível."

Art. 75. Dependem de consentimento prévio do proprietário do solo, as permissões para garimpagem, fiscoação ou cata, em terras ou águas de domínio privado.

Parágrafo único. A contribuição do garimpeiro ajustada com o proprietário do solo para fazer garimpagem, fiscoação ou cata, não poderá exceder o dízimo do valor do imposto único que fôr arrecadado pela Coletoria Federal da jurisdição local, referente à substância encontrada.

Art. 76. A autorização de pesquisa obtida por outrem, não interrompe, necessariamente, o trabalho do garimpeiro matriculado e localizado na respectiva área.

Art. 77. Concedida a lavra, cessam todos os trabalhos de garimpagem, fiscoação ou cata.

Art. 78. O imposto único referente às substâncias minerais oriundas de atividades de garimpagem, fiscoação ou cata, será pago pelos compradores ou beneficiadores autorizados por Decreto do Governo Federal, de acordo com os dispositivos da lei específica.

Art. 79. Por motivo de ordem pública, ou em se verificando malbaratamento de determinada riqueza mineral, poderá o Ministro das Minas e Energia, por proposta do Diretor-Geral do D.N.P.M., determinar o fechamento de certas áreas às atividades de garimpagem, fiscoação ou cata, ou excluir destas a extração de determinados minerais.

CAPÍTULO VII

Da Empresa de Mineração

Art. 80. Entende-se por Empresa de Mineração, para os efeitos deste Código, a firma ou sociedade constituída e domiciliada no País, qualquer que seja a sua forma jurídica, e entre cujos objetivos esteja o de realizar aproveitamento de jazidas minerais no território nacional.

§ 1º Os componentes da firma ou sociedade a que se refere o presente artigo, podem ser pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, mas nominalmente representadas no instrumento de constituição da Empresa.

§ 2º A firma individual só poderá ser constituída por brasileiro.

Art. 81. A Empresa de Mineração, para obter outorga do direito de pesquisar ou lavar jazida mineral, ou exercer atividade de mineração no País, depende de autorização para

funcionar, conferida por Alvará do Ministro das Minas e Energia, mediante requerimento da Empresa já constituída, apresentado no D.N.P.M. acompanhado dos seguintes elementos de instrução e de prova:

I — No caso de firma individual, fotocópia autenticada do registro da firma no Departamento de Registro do Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio;

II — No caso de firma limitada, fotocópia autenticada, ou segunda via do contrato social, e prova do seu registro no Departamento de Registro do Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio.

III — No caso de sociedade anônima, fôlha do *Diário Oficial* onde consta a sua constituição.

§ 1º As pessoas jurídicas estrangeiras, comprovarão sua personalidade, apresentando os seguintes documentos, legalizados e traduzidos:

a) escritura ou instrumento de Constituição;

b) estatutos, se exigidos, no País de origem;

c) certificado de estarem legalmente constituídos na forma das Leis do País de origem;

§ 2º O título de autorização para funcionar, será uma via autêntica do respectivo Alvará, o qual deverá ser transcrito no livro próprio do D.N.P.M. e registrado em original ou certidão no Departamento de Registro do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 82. Todas as alterações que forem feitas no Contrato ou Estatuto Social, e que importem em modificação no registro da empresa no Departamento do Registro do Comércio, serão obrigatoriamente submetidas à aprovação do Ministério das Minas e Energia e, depois de aprovadas, apresentadas pela Empresa para registro naquele Departamento.

Parágrafo único. As alterações que importem na modificação da razão social, darão lugar a novo Alvará de autorização para funcionar como Empresa de Mineração.

Art. 83. As empresas que realizarem alterações no seu registro sem o prévio conhecimento do D.N.P.M. sujeitam-se a sanções, inclusive perda de todos os direitos que lhes houverem sido outorgados.

CAPÍTULO VIII

Das disposições finais

Art. 84. Aplica-se à propriedade mineral o direito comum, salvo as restrições impostas neste Código.

Art. 85. A jazida é bem imóvel, distinto do solo onde se encontra, não abrangendo a propriedade deste o minério ou a substância mineral útil que a constitui.

Art. 86. O limite subterrâneo da jazida ou mina será sempre a superfície vertical que passar pelo perímetro da área autorizada ou concedida.

Art. 87. Os titulares de concessões de minas próximas ou vizinhas, abertas ou situadas sobre o mesmo jazimento ou zona mineralizada, poderão obter permissão para a formação de um *Consórcio de Mineração*, mediante Decreto do Governo Federal, objetivando incrementar a produtividade da extração ou a sua capacidade.

§ 1º Do requerimento pedindo a constituição do Consórcio de Mineração, deverá constar:

I — Memorial justificativo dos benefícios resultantes da formação do Consórcio, com indicação dos recursos econômicos e financeiros de que disporá a nova entidade;

II — Minuta dos Estatutos do Consórcio, plano de trabalhos a realizar, e enumeração das providências e favores que esperam merecer do Poder Público.

§ 2º A nova entidade, Consórcio de Mineração, ficará sujeita a condições fixadas em Caderno de Encargos, anexado ao ato institutivo da concessão e que será elaborado por Comissão especificamente nomeada.

Art. 88. Não se impedirá por ação judicial de quem quer que seja, o prosseguimento da pesquisa ou lavra.

Parágrafo único. Após a decretação do litígio, será procedida a necessária vistoria "*ad perpetuam rem memoriam*" a fim de evitar-se solução de continuidade dos trabalhos.

Art. 89. Ficam sujeitas à fiscalização direta do D.N.P.M. todas as atividades concernentes à mineração, ao comércio e à industrialização de matérias-primas minerais, nos limites estabelecidos em Lei.

Parágrafo único. Exercer-se-á fiscalização para o cumprimento integral das disposições legais, regulamentares ou contratuais.

Art. 90. Fica sujeito ao registro especial, conforme regulamento que será baixado pelo Governo Federal, quer se trate de mercado interno ou externo, o comércio de pedras preciosas, de metais nobres e de outros minerais que venham a ser considerados objeto desse cuidado.

§ 1º Tal comércio ficará sujeito à ação direta dos seguintes Ministérios:

a) das Minas e Energia, por intermédio do Departamento Nacional da Produção Mineral;

b) da Fazenda, por intermédio da Diretoria das Rendas Internas; e

c) da Indústria e do Comércio, por intermédio do Departamento Nacional do Comércio.

Art. 91. Quando se verificar em jazida em lavra a concorrência de minerais radioativos ou apropriados ao aproveitamento dos misteres da produção de energia nuclear, a concessão só será mantida caso o valor econômico da substância mineral, objeto do decreto de lavra, seja superior ao dos minerais nucleares que contiver.

§ 1º Quando, a juízo do Governo, ouvidos o D.N.P.M. e a Comissão Nacional de Energia Nuclear, o valor dos minerais nucleares contidos justificar técnica e economicamente o seu aproveitamento, o titular da lavra será obrigado a recuperá-los, mediante pagamento de justa compensação, que compreenderá os dispêndios necessários e um lucro razoável.

§ 2º Quando a inesperada ocorrência de minerais radioativos e nucleares associados suscetíveis de aproveitamento econômico predominar sobre a substância mineral constante do título de lavra, a mina poderá ser desapropriada.

§ 3º Os titulares de autorizações de pesquisa, ou de concessões de lavra, são obrigados a comunicar, ao Ministério das Minas e Energia, qualquer descoberta que tenham feito de minerais radioativos ou nucleares associados à substância mineral mencionada no respectivo título, sob pena de sanções.

§ 4º Quando os rejeitos de mineração contiverem minerais radioativos e nucleares, serão os mesmos colocados à disposição da Comissão Nacional de Energia Nuclear, sem ônus para o minerador.

§ 5º O presente artigo e seus parágrafos substituem o disposto no artigo 33 e seus parágrafos, da Lei 4.118, de 27-8-1962.

Art. 92. A Empresa de Mineração que, comprovadamente, dispuser do recurso dos métodos de prospecção aérea, poderá pleitear permissão para realizar Reconhecimento Geológico por estes métodos, visando obter informações preliminares regionais necessárias à formulação de requerimento de autorização de pesquisa, na forma do que dispuser o Regulamento deste Código.

§ 1º As regiões assim permissionadas não se subordinam aos limites previstos no Art. 25 deste Código.

§ 2º A permissão será dada por autorização expressa do Diretor-Geral do D.N.P.M., com prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional.

§ 3º A permissão do Reconhecimento Geológico será outorgada pelo prazo máximo e improrrogável de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação no *Diário Oficial*.

§ 4º A permissão do Reconhecimento Geológico terá caráter precário, e atribui à Empresa tão somente o direito de prioridade para obter a autorização de pesquisa dentro da região permissionada, desde que requerida no prazo estipulado no parágrafo anterior, obedecidos os limites de áreas previstas no Art. 25.

§ 5º A Empresa de Mineração fica obrigada a apresentar ao D.N.P.M. os resultados do Reconhecimento procedido, sob pena de sanções.

Art. 93. Haverá no D.N.P.M. os seguintes registros:

Livro A — "Registro das jazidas e Minas Conhecidas", onde estão inscritas as jazidas e minas manifestadas de acordo com o Art. 10 do Decreto nº 24.642, de 10 de julho de 1934, e a Lei nº 94, de 10 de setembro de 1935.

Livro B — "Registro dos Alvarás de Pesquisas", para transcrição dos títulos respectivos;

Livro C — “Registro dos Decretos de Lavra”, para transcrição dos títulos respectivos; e,

Livro D — “Registro das Empresas de Mineração”, para transcrição dos respectivos títulos de autorização para funcionar

Art. 94. Serão publicadas no *Diário Oficial* da União, à custa dos requerentes, os Alvarás de Pesquisas, os decretos de Lavra e os Editais de Notificações.

Parágrafo Único — A publicação de editais em jornais particulares, é também feita à custa dos requerentes e por eles próprios providos, devendo ser enviado prontamente um exemplar ao D.N.P.M. para anexação ao respectivo processo.

Art. 95. Será sempre ouvido o D.N.P.M. quando o Governo Federal tratar de qualquer assunto referente à matéria-prima mineral ou ao seu produto.

Art. 96. Continuam em vigor as autorizações de pesquisa e concessões de lavra outorgadas na vigência da legislação anterior, ficando, no entanto, sua execução sujeita à observância deste Código.

Art. 97. O Governo Federal expedirá os Regulamentos necessários à execução deste Código, inclusive fixando os prazos de tramitação dos processos.

Art. 98. Esta Lei entrará em vigor no dia 15 de março de 1967, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Mauro Thibau

Edmar de Souza

DECRETO-LEI Nº 228 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 9º, § 2º do Ato Institucional nº 4, decreta:

Art. 1º Os órgãos de representação dos estudantes do âmbito do ensino superior, que se regerão por este decreto-lei, têm por finalidade:

a) defender os interesses dos estudantes, nos limites de suas atribuições;

b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discentes, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior;

c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;

d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;

e) assistir os estudantes carentes de recursos;

f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres;

g) concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas.

Art. 2º São órgãos de representação dos estudantes de estabelecimentos de nível superior:

a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior;

b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), cada Universidade.

Art. 3º Compete ao Diretório Acadêmico e ao Diretório Central de Estudantes, perante as respectivas autoridades do estabelecimento de ensino ou da Universidade:

a) patrocinar os interesses do corpo discente;

b) designar a representação prevista em lei, junto aos órgãos de deliberação coletiva e bem assim junto a cada Departamento constitutivo de Faculdade, Escola ou Instituto;

c) exercer o direito de representação previsto no art. 73 § 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 1º A representação a que se refere a alínea b deste artigo será exercida, junto a cada órgão, por estu-

dante ou estudantes, regularmente matriculados em série que não a primeira, sendo que, no caso de representação junto a Departamento, deverá recair em aluno ou alunos de cursos ou disciplinas que o integram, tudo de acordo com os Regimentos dos estabelecimentos de ensino ou Estatutos das Universidades.

§ 2º A representação estudantil junto ao Conselho Universitário, Congregação ou Conselho Departamental poderá fazer-se acompanhar de um aluno, sempre que se tratar de assunto do interesse de determinado curso ou seção.

§ 3º No caso da representação, a que se refere o item c, a Congregação decidirá:

1) no prazo de dez (10) dias, em se tratando de não comparecimento do professor, sem justificação, a 25% das aulas e exercícios;

2) antes do início do ano letivo seguinte, no caso do não cumprimento de, pelo menos, três quartos do programa da respectiva cadeira.

Art. 4º O Diretório Acadêmico será constituído por estudantes do estabelecimento de ensino superior, eleitos pelo corpo discente.

Art. 5º É obrigatório o exercício do voto por todo estudante regularmente matriculado, para a eleição do D.A.

Parágrafo único. Salvo se comprovar devidamente motivo de força maior ou de doença, o estudante que deixar de votar será suspenso por trinta (30) dias.

Art. 6º A eleição do D.A. será regulada em seu Regimento, atendidas as seguintes normas:

a) registro prévio de candidatos ou chapas, sendo apenas elegível o estudante regularmente matriculado em série ou em disciplinas pelo regime de créditos, não repetente ou dependente;

b) realização, dentro do recinto do estabelecimento de ensino, em um só dia, durante a totalidade do horário de atividades escolares;

c) identificação do votante, mediante confronto dos votantes com a lista nominal fornecida pelo estabelecimento de ensino;

d) garantia e sigilo do voto e a inviolabilidade da urna,

e) apuração imediata, após o término da votação, asseguradas a exatidão dos resultados e a possibilidade de apresentação de recurso;

f) acompanhamento por representante da Congregação ou do Conselho Departamental, na forma do Regimento de cada estabelecimento de ensino.

Parágrafo único. Considerar-se-ão eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos.

Art. 7º O D.C.E. será eleito por voto indireto através do colegiado formado por delegados dos D.A., na forma por que dispuser o Estatuto da Universidade.

Art. 8º Atendendo ao disposto no presente decreto-lei, a composição, organização e atribuições dos órgãos de representação estudantil serão fixadas em seus Regimentos, que deverão ser aprovados pelos órgãos a que se refere o artigo 10.

§ 1º O mandato dos membros do Diretório Acadêmico será de um (1) ano, vedada a reeleição para o mesmo cargo.

§ 2º O exercício de quaisquer funções de representação, ou delas decorrentes, não exonera o estudante do cumprimento dos seus deveres escolares, inclusive da exigência da frequência.

Art. 9º Os D.A. e os D.C.E. serão mantidos por contribuição dos estudantes, fixadas em seus Regimentos, podendo receber auxílios do estabelecimento e da Universidade.

§ 1º Os D.A. e os D.C.E. poderão receber auxílios dos poderes públicos e donativos de particulares, mediante prévia autorização das Congregações e dos Conselhos Universitários, respectivamente.

§ 2º Os estabelecimentos de ensino e as Universidades assegurarão os processos de recolhimento das contribuições dos estudantes.

§ 3º Cabe aos D.A. transferir parte das contribuições para os D.C.E. da mesma Universidade, na forma do Regimento destes.

Art. 10. Os auxílios ou donativos, provenientes dos Poderes Públicos ou de particulares, serão entregues aos estabelecimentos de ensino ou às Uni-

versidades, que os encaminharão aos órgãos estudantis a que forem destinadas, mediante plano de aplicação a ser previamente aprovado pela Congregação ou Conselho Universitário, respectivamente.

§ 1º As prestações de contas relativas à gestão financeira dos D.A. e dos D.C.E. serão encaminhadas, com o parecer dos Diretores ou Reitores, às Congregações ou aos Conselhos Universitários, respectivamente.

§ 2º A não aprovação das contas impedirá o recebimento de quaisquer novos auxílios e, se comprovado o uso indevido dos bens e recursos entregues à entidade, importará em responsabilidade civil, penal e disciplinar dos membros da Diretoria.

Art. 11. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Parágrafo único. A inobservância deste artigo acarretará a suspensão ou a dissolução do D.A. ou D.C.E.

Art. 12. A fiscalização do cumprimento deste decreto-lei caberá ao Diretor do estabelecimento ou ao Reitor da Universidade, respectivamente, conforme se tratar de D.A. ou D.C.E.

§ 1º O Diretor do estabelecimento de ensino ou Reitor da Universidade incorrerá em falta grave se, por ação, tolerância ou omissão, não tornar efetivo o cumprimento deste decreto-lei.

§ 2º Caberá às Congregações e aos Conselhos Universitários a apuração da responsabilidade, nos termos deste artigo, aplicando, em decorrência, as penalidades que couberem.

§ 3º Em caso de omissão das autoridades, caberá ao Ministro da Educação e Cultura impor as penalidades.

Art. 13. As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior adaptarão seus Estatutos e Regimentos, respectivamente, aos termos do presente decreto-lei, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 14. Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os ao presente decreto-lei e os submetendo, através do Diretor do estabelecimento ou do Reitor da Universidade, à Congregação ou ao Conselho Universitário, dentro de trinta (30) dias da aprovação da reforma dos Regimentos e Estatutos, a que se refere o artigo anterior.

Art. 15. Serão suspensos ou dissolvidos pelas Congregações ou pelos Conselhos Universitários, conforme se trate de Diretório Acadêmico ou de Diretório Central de Estudantes, os órgãos de representação estudantil que não se organizarem ou não funcionarem em obediência ao prescrito neste decreto-lei e nos respectivos Regimentos ou Estatutos.

§ 1º A suspensão não poderá ultrapassar noventa (90) dias, findos os quais serão dissolvidos os órgãos se não provarem adaptação às normas legais e regimentais.

§ 2º No caso de dissolução, será promovida, pelas autoridades escolares, a imediata desocupação da sede do D.A. ou D.C.E., porventura situada no recinto da Faculdade ou Universidade, devolvendo-se os bens e recursos colocados à disposição dos órgãos.

§ 3º Os bens e recursos, a que se refere o item anterior, ficarão sob a guarda da Congregação ou do Conselho Universitário, até que se reorganize o órgão.

Art. 16. Nos estabelecimentos de ensino e Universidades em que não foram constituídas representações estudantis em conformidade com a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, serão convocadas eleições.

§ 1º A convocação dessas eleições será promovida pelos Diretores ou Reitores, respectivamente dentro de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto-lei.

§ 2º O Ministro da Educação e Cultura, em caso de omissão das autoridades, poderá avocar a si tal providência.

§ 3º Aplicam-se aos D.A. referidos neste Artigo, as disposições do art. 14.

Art. 17. Nos estabelecimentos de ensino de grau médio somente poderão ser constituídos grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no Regimento, devendo ser sempre assistidos por um professor.

Art. 18. Fica instituída a "Conferência Nacional do Estudante Universitário", cuja finalidade é o exame e o debate objetivo de problemas universitários, para a elaboração de teses, sugestões e reivindicações a serem apresentadas às autoridades e órgãos competentes, sendo vedados os temas de cunho religioso, político-partidário ou racial.

§ 1º A Conferência, cuja duração não deverá ultrapassar uma semana reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, e, extraordinariamente quando convocada pelo Ministro da Educação e Cultura.

§ 2º As reuniões ordinárias serão realizadas obrigatoriamente, na capital da República e as extraordinárias no local indicado pela autoridade que a convocar.

§ 3º A Conferência será constituída por um representante de cada D.C.E. e por um representante de cada grupo de dez (10) escolas superiores isoladas de cada Estado, onde houver número igual ou superior, ou, onde não houver, um representante para o total inferior a esse número.

Art. 19. A 1ª Conferência será convocada e instalada pelo Ministro da Educação e Cultura, e as demais serão convocadas pelo Presidente da anterior.

Parágrafo único. Ao instalar-se, a Conferência procederá à eleição de cinco (5) de seus membros que dirigirão os trabalhos, os quais indicarão o Presidente.

Art. 20. Ficam extintos os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado.

Parágrafo único. O Ministério Público Federal promoverá a dissolução das entidades e o patrimônio dos referidos órgãos será incorporado à Universidade federal do Estado respectivo, para utilização pelo D.C.E.

Art. 21. O Ministro da Educação e Cultura baixará as instruções necessárias para a execução deste decreto-lei.

Art. 22. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 4.464, de 8 de novembro de 1961.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Montiz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 229 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966,

Considerando a necessidade imperiosa da adaptação de diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho às alterações decorrentes de recentes modificações de ordem administrativa no Ministério do Trabalho e Previdência Social;

Considerando o mesmo imperativo com relação a outros dispositivos de ordem processual ou atinentes à matéria de interesse da Segurança Nacional, seja pela sua própria natureza, seja pelas suas repercussões econômico-sociais, decreta:

Art. 1º Os artigos adiante indicados do Capítulo I "Da Identificação Profissional" do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. É obrigatória a Carteira Profissional prevista neste Capítulo, para o exercício de qualquer emprego, ainda que em caráter temporário, e para o exercício, por conta própria, de atividade profissional remunerada.

§ 1º Equipara-se à Carteira Profissional a carteira especial instituída para o exercício de emprego em atividade disciplinada por regulamentação própria, bem como a do menor

de que trata a Seção III, do Capítulo IV, do Título III desta Consolidação.

§ 2º Nas localidades onde não se processar regularmente a emissão de Carteira Profissional, poderá ser admitido o exercício de emprego ou de atividade profissional remunerada por brasileiro ou estrangeiro residente em caráter permanente no território nacional, independentemente da Carteira Profissional, a qual deverá ser obtida no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, sob pena de suspensão do exercício do emprego ou da atividade profissional. Para esse efeito, a empresa fornecera ao empregado, no ato de admissão, documento do qual conste, pelo menos, a respectiva data, a natureza do emprego e o correspondente salário."

"Art. 14. A Carteira Profissional será processada nos termos fixados no presente Capítulo e emitida pelas Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, ou pelos órgãos federais, estaduais ou municipais, devidamente autorizados, sob o controle do Departamento Nacional de Mão-de-Obra que expedirá as instruções necessárias."

"Art. 15. A emissão da Carteira Profissional far-se-á a pedido dos interessados, dirigido às Delegacias Regionais do Trabalho ou órgãos autorizados perante os quais comparecerão pessoalmente, para prestar as declarações necessárias."

"Art. 18. Para a emissão da Carteira Profissional não é obrigatória a anotação da profissão a que se referem os itens 3 e 4 do art. 16. Será feita, entretanto, se apresentado um dos seguintes documentos:

I — Diploma de escola oficial ou reconhecida;

II — Atestado de empresa ou de sindicato;

III — Prova competente de habilitação profissional, quando se tratar de profissão regulamentada;

IV — Certificado de habilitação profissional, passado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), ou por estabelecimento de ensino profissional, oficial ou reconhecido.

§ 1º Para os oficiais barbeiros ou cabeleiros, será também admitido o

certificado de habilitação profissional, passado pelo respectivo sindicato.

§ 2º A emissão da Carteira Profissional não dependerá, também, de prova da situação referida no item 8 do art. 16."

"Art. 20. É gratuita a emissão da Carteira Profissional, devendo o interessado, no ato de prestar declarações, entregar 2 (dois) exemplares de sua fotografia, nas condições determinadas no art. 19, uma das quais será aposta à 2ª via da folha ou ficha de declaração, que ficará arquivada na Delegacia de origem, e a outra destinada à Carteira."

Parágrafo único. A primeira via da folha ou ficha de declarações será enviada ao Departamento Nacional de Mão-de-Obra, para fins de controle e estatística."

"Art. 21. Esgotando-se o espaço da Carteira Profissional destinado às anotações, o interessado deverá obter outra, também gratuitamente, observadas as disposições anteriores, devendo constar da nova o número e série da Carteira Profissional anterior."

§ 1º Com exceção do caso previsto neste artigo, a emissão da 2ª via da Carteira Profissional estará sujeita ao pagamento do emolumento de 1/80 (um oitenta-avos) do maior salário-mínimo vigente no país, sofrendo a emissão das demais vias um acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o emolumento pago pela anterior.

§ 2º No caso de extravio ou inutilização da Carteira Profissional por culpa da empresa, fica esta obrigada ao pagamento de 1/8 (um oitavo) do salário-mínimo vigente na localidade, a título de indenização pela nova emissão, sem prejuízo das cominações previstas neste Capítulo."

"Art. 22. Os emolumentos a que se refere o artigo anterior serão recolhidos ao Tesouro Nacional, mediante a expedição de guias pelo órgão competente, creditada a respectiva receita à conta do Ministério do Trabalho e Previdência Social."

"Art. 24. Haverá no Departamento Nacional de Mão-de-Obra o cadastro profissional dos trabalhadores urbanos e rurais, organizado segundo a classificação das atividades e profis-

sões. Este cadastro será atualizado mensalmente através do sistema de emissão das Carteiras Profissionais e pelas relações de admissão e dispensa a que se refere a Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965."

"Art. 26. Os sindicatos poderão, mediante solicitação das respectivas diretorias, incumbir-se da entrega das Carteiras Profissionais pedidas por seus associados e pelos demais profissionais da mesma classe.

Parágrafo único. Não poderão os sindicatos, sob pena das sanções previstas neste Capítulo cobrar remuneração pela entrega das Carteiras Profissionais, cujo serviço nas respectivas sedes será fiscalizado pelas Delegacias Regionais ou órgãos autorizados."

"Art. 27. Se o candidato à Carteira Profissional não a houver recebido, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, poderá reclamar às Delegacias Regionais ou órgãos autorizados, devendo ser a reclamação tomada por termo e entregue recibo da mesma ao interessado."

"Art. 28. Serão arquivadas as Carteiras Profissionais que não forem reclamadas pelos interessados dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da respectiva emissão.

Parágrafo único. A entrega das carteiras arquivadas ficará sujeita ao emolumento de 1/100 (um cem avos) do maior salário-mínimo vigente no país."

"Art. 29. A Carteira Profissional será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo empregado à empresa que o admitir, a qual terá o prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas para nela anotar, especificadamente, a data de admissão, a remuneração e condições especiais se houver, sob as penas cominadas neste Capítulo.

§ 1º As anotações concernentes à remuneração devem especificar o salário, qualquer que seja sua forma de pagamento, seja ele em dinheiro ou em utilidades, bem como a estimativa da gorjeta.

§ 2º A falta de cumprimento pelo empregador do disposto neste artigo importará na lavratura de auto de infração pelo agente da inspeção do trabalho.

§ 3º Na hipótese do § 2º, independentemente da lavratura do auto de infração, cabe ao agente da inspeção do trabalho, de ofício, comunicar a falta de anotação ao órgão competente para o fim de se instaurar o processo de anotação."

"Art. 31. Aos portadores de Carteiras Profissionais fica assegurado o direito de as apresentar aos órgãos autorizados, para o fim de ser anotado o que for cabível, não podendo ser recusada a solicitação, nem cobrado emolumento não previsto em lei."

"Art. 32. As anotações relativas a alterações no estado civil dos portadores de Carteiras Profissionais serão feitas mediante prova documental. As declarações referentes aos dependentes serão registradas nas fichas respectivas, pelo funcionário encarregado da identificação profissional, a pedido do próprio declarante, que as assinará.

Parágrafo único. As Delegacias Regionais e os órgãos autorizados deverão comunicar ao Departamento Nacional de Mão-de-Obra todas as alterações que anotarem nas Carteiras Profissionais."

"Art. 33. As anotações nas fichas de declaração e nas Carteiras Profissionais serão feitas segundamente, sem abreviaturas, ressalvando-se no fim de cada assentamento, as emendas, entrelinhas e quaisquer circunstâncias que possam ocasionar dúvidas."

"Art. 36. Recusando-se a empresa a fazer as anotações a que se refere o art. 29 ou a devolver a Carteira Profissional recebida, poderá o empregado comparecer, pessoalmente ou por intermédio de seu sindicato, perante a Delegacia Regional ou órgão autorizado, para apresentar reclamação."

"Art. 37. No caso do art. 36, lavrado o termo de reclamação, determinar-se-á a realização de diligência para instrução do feito, observando, se for o caso, o disposto no § 2º do art. 29, notificando-se posteriormente o reclamado por carta registrada, caso persista a recusa, para que, em dia e hora previamente designados, venha prestar esclarecimentos ou efetuar as devidas anotações na Carteira Profissional ou sua entrega.

Parágrafo único. Não comparecendo o reclamado, lavrar-se-á termo de ausência, sendo considerado revel e confesso sobre os termos da reclamação feita, devendo as anotações serem efetuadas por despacho da autoridade que tenha processado a reclamação."

"Art. 39. Verificando-se que as alegações feitas pelo reclamado versam sobre a não existência de relação de emprego ou sendo impossível verificar essa condição pelos meios administrativos, será o processo encaminhado à Justiça do Trabalho ficando, nesse caso, sobrestado o julgamento do autor de infração que houver sido lavrado.

§ 1º Se não houver acôrdo, a Junta de Conciliação e Julgamento, em sua sentença ordenará que a Secretaria efetue as devidas anotações uma vez transitada em julgado, e faça a comunicação à autoridade competente para o fim de aplicar a multa cabível.

§ 2º Igual procedimento observar-se-á no caso de processo trabalhista de qualquer natureza, quando fôr verificada a falta de anotações na Carteira Profissional, devendo o Juiz, nesta hipótese, mandar proceder, desde logo, àquelas sobre as quais não houver controvérsia."

"Art. 40. As Carteiras Profissionais regularmente emitidas e anotadas servirão de prova nos atos em que sejam exigidas carteiras de identidade e especialmente:

I — Nos casos de dissídio na Justiça do Trabalho entre a empresa e o empregado por motivo de salário, férias ou tempo de serviço;

II — Perante a Previdência Social, para o efeito de declaração de dependentes;

III — Para cálculo de indenização por acidente do trabalho ou moléstia profissional."

"Art. 42. Os livros ou fichas de registro de empregados serão rubricados e legalizados pelas Delegacias Regionais ou órgãos autorizados."

"Art. 43. Para o registro dos livros ou fichas a que se refere o artigo 42 não será cobrado qualquer emolumento."

"Art. 44. As Delegacias Regionais e órgãos autorizados remeterão mensalmente, ao Departamento Nacional

de Mão-de-Obra, para o efeito de controle estatístico, relação dos registros feitos durante o mês anterior."

"Art. 47. A empresa que manter empregado não registrado nos termos do art. 41 e seu parágrafo único, incorrerá na multa de valor igual a 1 (um) salário-mínimo regional, por empregado não registrado, acrescido de igual valor em cada reincidência.

Parágrafo único. As demais infrações referentes ao registro de empregados sujeitarão a empresa à multa de valor igual à metade do salário-mínimo regional, dobrada na reincidência."

"Art. 49. Para os efeitos da emissão, substituição ou anotação de Carteiras Profissionais, considerar-se-á crime de falsidade, com as penalidades previstas no art. 299 do Código Penal:

I — Fazer, no todo ou em parte, qualquer documento falso ou alterar o verdadeiro;

II — Afirmar falsamente a sua própria identidade, filiação, lugar de nascimento, residência, profissão ou estado civil e beneficiários, ou atestar os de outra pessoa;

III — Servir-se de documentos, por qualquer forma falsificados;

IV — falsificar, fabricando ou alterando, ou vender, usar ou possuir Carteiras Profissionais assim alteradas;

V — Anotar dolosamente em Carteira Profissional ou registro de empregado, ou confessar ou declarar em juízo ou fora dele, data de admissão em emprego diversa da verdadeira."

"Art. 51. Incorrerá em multa de valor igual a 3 (três) vezes o salário-mínimo regional aquele que, comerciante ou não, vender ou expuser à venda qualquer tipo de carteira igual ou semelhante ao tipo oficialmente adotado."

"Art. 52. O extravio ou inutilização de Carteira Profissional, por culpa da empresa, dará lugar, além da obrigação estabelecida no § 2º do art. 21, à imposição de multa de valor igual à metade do salário-mínimo regional."

"Art. 53. A empresa que receber Carteira Profissional para anotar e a

retiver por mais de 48 (quarenta e oito) horas ficará sujeita à multa de valor igual à metade do salário-mínimo regional."

"Art. 54. A empresa que, tendo sido intimada, não comparecer para anotar a Carteira Profissional de seu empregado, ou cujas alegações para recusa tenham sido julgadas improcedentes, ficará sujeita à multa de valor igual a 1 (um) salário-mínimo regional."

"Art. 55. Incorrerá na multa de valor igual a 1 (um) salário-mínimo regional a empresa que infringir o art. 13 e seus parágrafos."

"Art. 56. O sindicato que cobrar remuneração pela entrega de Carteira Profissional ficará sujeito à multa de valor igual a 3 (três) vezes o salário-mínimo regional."

Art. 2º O art. 70 da Seção III — "Dos Períodos de Descanso" — do Capítulo II do Título II da CLT passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 70. Salvo o disposto nos artigos 68 e 69, é vedado o trabalho em dias feriados nacionais e feriados religiosos, nos termos da legislação própria."

Art. 3º No Capítulo III — "Do Salário-Mínimo" — do Título II da CLT fica acrescido um parágrafo único ao art. 78 e o art. 80 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 78.

Parágrafo único. Quando o salário-mínimo mensal do empregado a comissão ou que tenha direito a percentagem for integrado por parte fixa e parte variável, ser-lhe-á sempre garantido o salário-mínimo, vedado qualquer desconto em mês subsequente a título de compensação."

"Art. 80. Ao menor aprendiz será pago salário nunca inferior a meio salário-mínimo regional durante a primeira metade da duração máxima prevista para o aprendizado do respectivo ofício. Na segunda metade passará a perceber, pelo menos, 2/3 (dois terços) do salário-mínimo regional."

Parágrafo único — Considera-se aprendiz o menor de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos, sujeito a formação

profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho."

Art. 4º O Art. 140 do Capítulo IV — "Das Férias" — do Título II da CLT passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 140. O empregado em gozo de férias terá direito à remuneração que receber quando em serviço."

§ 1º Quando o salário for pago por tarefa, tomar-se-á por base a média da produção no período aquisitivo do direito a férias, aplicando-se os valores de remuneração das tarefas em vigor na data da concessão das férias."

§ 2º Quando o salário for pago por dia ou hora, apurar-se-á a média do período aquisitivo do direito a férias, aplicando-se o valor do salário na data da concessão das férias."

§ 3º — Quando o salário for pago por viagem, comissão, percentagem ou gratificação, tomar-se-á por base a média percebida no período aquisitivo do direito a férias."

§ 4º — Quando parte da remuneração for paga em utilidades, será esta computada de acordo com a anotação da respectiva Carteira Profissional."

Art. 5º O Capítulo V do Título II da CLT passa a vigorar com a seguinte redação:

"CAPÍTULO V

SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO

SEÇÃO I

Normas Gerais e Atribuições

Art. 154. Em todos os locais de trabalho deverá ser respeitado o que neste capítulo se dispõe em relação à segurança e higiene do trabalho."

Art. 155. A observância do disposto neste capítulo não desobriga as empresas do cumprimento de outras disposições que, com relação à segurança ou à higiene e levando em conta as circunstâncias regionais, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou Municípios em que se localizem as empresas e os respectivos estabelecimentos."

Art. 156. Nas atividades perigosas, agressivas ou insalubres poderão ser exigidas pela autoridade competente em segurança e higiene do trabalho, além das medidas incluídas neste Capítulo, outras que levem em conta o caráter próprio da atividade.

Art. 157. A fiscalização do cumprimento das disposições deste Capítulo compete ao Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho (DNSHT), às Delegacias Regionais do Trabalho e, supletivamente, mediante autorização do Ministro do Trabalho e Previdência Social, a outros órgãos federais, estaduais ou municipais.

Art. 158. Cabe especialmente ao Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho:

I — estabelecer normas referentes aos princípios constantes deste Capítulo;

II — orientar a fiscalização da legislação concernente à segurança e higiene do trabalho;

III — conhecer, em segunda e última instância, dos recursos voluntários ou de ofício, das decisões proferidas pelos Delegados Regionais do Trabalho em matéria de segurança e higiene do trabalho.

Art. 159. Cabe especialmente às Delegacias Regionais do Trabalho, nos limites de suas respectivas jurisdições:

I — adotar as medidas que se tornem exigíveis, em virtude das disposições deste Capítulo, determinando as obras e reparações que, em qualquer local de trabalho, se façam necessárias;

II — fornecer certificados referentes ao cumprimento das obrigações deste Capítulo.

Art. 160. Cabe às empresas, para o bom cumprimento do disposto neste Capítulo:

I — instruir seus empregados sobre as precauções a tomar, a fim de evitar acidentes do trabalho, doenças e intoxicações ocupacionais;

II — colaborar com as autoridades na adoção de medidas que visem à proteção dos empregados, facilitando a respectiva fiscalização.

Art. 161. Cumpre aos empregados:

I — observar as regras de segurança que forem estabelecidas para cada ocupação;

II — usar obrigatoriamente os equipamentos de proteção individual e demais meios destinados à sua segurança.

Art. 162. Nenhum estabelecimento industrial poderá iniciar a sua atividade sem haverem sido previamente inspecionadas e aprovadas as respectivas instalações pela autoridade competente em matéria de segurança e higiene do trabalho.

Parágrafo único. Nova inspeção deverá ser feita quando houver modificação substancial nas instalações.

Art. 163. Poderá ser embargada pela autoridade competente em matéria de segurança e higiene do trabalho a construção de estabelecimento industrial novo ou de acréscimo ao já existente, quando contrariar o disposto no presente Capítulo.

Parágrafo único. É facultado às empresas fazer aprovar previamente os projetos de construção pela autoridade competente, nos termos do artigo 162.

SEÇÃO II

Prevenção de acidentes

Art. 164. As empresas que, a critério da autoridade competente em matéria de segurança e higiene do trabalho, estiverem enquadradas em condições estabelecidas nas normas expedidas pelo Departamento de Segurança e Higiene do Trabalho, deverão manter, obrigatoriamente, serviço especializado em segurança e em higiene do trabalho e constituir Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs).

§ 1º O Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho definirá as características do pessoal especializado em segurança e higiene do trabalho, quanto às atribuições, à qualificação e à proporção relacionada ao número de empregados das empresas compreendidas no presente artigo.

§ 2º As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) serão compostas de representantes de em-

pregadores e empregados e funcionarão segundo normas fixadas pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

SEÇÃO III

Equipamentos de proteção individual

Art. 165. Quando as medidas de ordem geral não oferecerem completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados, caberá à empresa fornecer gratuitamente equipamentos de proteção individual tais como: óculos, luvas, máscaras, capacetes, cintos de segurança, calçados e roupas especiais e outros, que serão de uso obrigatório por parte dos empregados.

Art. 166. Nenhum equipamento de proteção individual poderá ser posto à venda ou utilizado sem que possua certificado de aprovação do respectivo modelo, expedido pela autoridade competente em segurança e higiene do trabalho.

SEÇÃO IV

Medicina do Trabalho

Art. 167. Será obrigatório o exame médico dos empregados por ocasião da admissão e renovado periodicamente. Nas localidades onde houver serviço de abreugrafia deverá ser utilizado este recurso, na rotina de exames, ao tempo da admissão e todas as vezes em que o mesmo se fizer necessário, a critério médico.

§ 1º Nas atividades e operações insalubres será obrigatório o exame médico periódico dos empregados, de seis em seis meses.

§ 2º A Previdência Social colaborará, dentro das possibilidades de seus serviços médicos, na realização dos exames previstos neste artigo.

§ 3º Os exames médicos deverão ser orientados no sentido de investigar a capacidade física do empregado para a função que exerça ou venha a exercer.

Art. 168. Os estabelecimentos industriais devem estar equipados com material médico necessário à prestação de socorros de urgência.

Art. 169. Será obrigatória a notificação das doenças profissionais e das produzidas por condições especiais de trabalho, comprovadas ou suspeitas.

§ 1º Incumbe a notificação:

- a) ao médico da empresa;
- b) ao médico assistente do empregado ou participante de conferência médica;
- c) aos responsáveis pelos estabelecimentos onde as doenças ocorrerem.

§ 2º As notificações deverão ser feitas às Delegacias Regionais do Trabalho, com a indicação do nome do empregado, residência, idade, local de trabalho, causa da doença, provável ou confirmada.

§ 3º As notificações recebidas pelas autoridades referidas no § 2º serão registradas em livro especial e, além das providências cabíveis no caso, comunicadas ao Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho e ao Serviço de Estatística da Previdência e do Trabalho.

SEÇÃO V

Construções

Art. 170. As edificações deverão obedecer aos requisitos técnicos que garantam perfeita segurança aos que nelas trabalhem.

Art. 171. Os locais de trabalho terão, no mínimo, 3,00 m (três metros) de pé direito, assim considerada a altura livre do piso ao teto.

Parágrafo único. A juízo da autoridade competente, poderá ser reduzido esse mínimo, desde que atendidas as condições de iluminação e ventilação condizentes com a natureza do trabalho.

Art. 172. Os pisos dos locais de trabalho serão planos e horizontais, com passagens que permitam livre trânsito e transporte de materiais com segurança.

Art. 173. As aberturas nos pisos e paredes serão protegidas por guarnições que impeçam a queda de pessoas ou objetos.

Art. 174. As escadas e rampas de acesso deverão oferecer resistência suficiente para suportar carga móvel de, no mínimo, 500 kg cm² (quinhem-

tos quilogramas por centímetro quadrado).

Art. 175. As rampas, as escadas fixas ou removíveis, de qualquer tipo, deverão ser construídas de acordo com as especificações de segurança e mantidas em perfeito estado de conservação.

Art. 176. Nos pisos, escadas, rampas, corredores e passagens, onde houver perigo de escorregamento, serão empregadas superfícies ou processos antiderrapantes.

Art. 177. Os pisos e as paredes dos locais de trabalho serão, sempre que possível, impermeabilizados e protegidos contra a umidade.

Art. 178. As coberturas dos locais de trabalho deverão assegurar proteção contra as chuvas e o isolamento excessivo.

Art. 179. As clarabóias de vidro deverão ser protegidas por meio de telas metálicas ou outros dispositivos, para a prevenção de acidentes.

Art. 180. Os locais de trabalho deverão ser orientados, tanto quanto possível, de modo a que se evite isolamento excessivo nos meses quentes e falta de isolamento nos meses frios do ano.

SEÇÃO VI

Iluminação

Art. 181. Em todos os locais de trabalho deverá haver iluminação adequada, natural ou artificial, apropriada à natureza da atividade.

§ 1º Sempre que possível, deve ser preferida a iluminação natural.

§ 2º Para a iluminação artificial, devem ser observados como níveis mínimos os fixados pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

§ 3º A iluminação deve ser uniformemente distribuída, geral e difusa, a fim de evitar ofuscamentos, reflexos fortes, sombras e contrastes excessivos.

§ 4º A iluminação deverá incidir em direção que não prejudique os movimentos e a visão dos empregados e não provoque sombras sobre os objetos que devam ser iluminados.

§ 5º A iluminação elétrica, quando adotada, terá a fixidez e a intensidade necessária à higiene visual.

Art. 182. As janelas, clarabóias ou coberturas iluminantes, horizontais ou em dente-de-serra, serão dispostas de maneira que não permita que o sol venha a incidir, diretamente, sobre o local de trabalho, utilizando-se, quando necessário, recursos para evitar o isolamento excessivo, tais como toldos, venezianas, cortinas e outros.

SEÇÃO VII

Ventilação

Art. 183. Os locais de trabalho devem ter ventilação natural que proporcione ambiente de conforto térmico compatível com o trabalho realizado.

§ 1º A ventilação artificial será obrigatória sempre que a natural não preencher as condições exigidas no artigo.

§ 2º Se as condições do ambiente se tornarem desfavoráveis em virtude de instalações geradoras de calor, será prescrito o uso de capelas, anteparos, paredes duplas, isolamento térmico e recursos similares.

§ 3º As instalações geradoras de calor, quando possível, serão dispostas em compartimentos especiais, isoladas 0,50 m (cinquenta centímetros), pelo menos, das paredes mais próximas.

SEÇÃO VIII

Instalações Elétricas

Art. 184. As instalações elétricas deverão ser mantidas em condições seguras de operação e obedecerão às seguintes normas.

I — os aparelhos, acessórios, dispositivos, guarnições e condutores deverão ser instalados de modo a que previnam, por meio adequado, os perigos de choque elétrico, de incêndio, de estilhaços, de faíscas e de fusão de materiais;

II — as partes dos aparelhos, acessórios, dispositivos e outras não cobertas de material isolante, deverão ser protegidas de contato casual, sem-

pre que as tensões forem superiores a 50 (cinquenta) volts;

III — somente pessoal qualificado poderá instalar, operar, inspecionar ou reparar instalações elétricas;

IV — onde houver substâncias inflamáveis ou explosivas, bem como nos recintos das minas, serão adotadas medidas especiais de segurança com relação às instalações elétricas;

V — tratando-se de tensões superiores a 600 (seiscentos) volts, serão adotadas outras medidas, tais como o isolamento, quando necessário, dos locais perigosos e a afixação de cartazes e avisos que chamem a atenção em termos precisos para os perigos a que se expõem os empregados;

VI — as capas ou envoltórios dos elementos percorridos por corrente elétrica deverão ser ligados à terra;

VII — os que trabalharem em eletricidade ou instalações elétricas devem estar familiarizados com os métodos de respiração artificial, destinados a socorrer os acidentes por choque elétrico.

SEÇÃO IX

Elevadores, Guindastes, Transportadores

Art. 185. Os poços de elevadores e monta-cargas deverão ser cercados solidamente em toda a sua altura, exceto as portas ou cancelas necessárias nos pavimentos.

Art. 186. Quando a cabine do elevador não estiver ao nível do pavimento, a abertura deverá estar protegida por corrimão ou outros dispositivos convenientes.

Art. 187. Os equipamentos utilizados na movimentação de materiais, tais como ascensores, elevadores de carga, guindastes, monta-carga, pontes-rolantes, talhas, empilhadeiras, guinchos, esteiras-rolantes, transportadores de diferentes tipos, serão calculados e construídos de maneira que ofereçam as necessárias garantias de resistência e segurança e conservados em perfeitas condições de trabalho.

§ 1º Especial atenção será dada aos cabos de aço, cordas, correntes, roldanas e ganchos que deverão ser inspecionados permanentemente, substituindo-se as suas partes e peças defeituosas.

§ 2º Todo o equipamento terá indicada, em lugar visível, a carga máxima de trabalho permitida.

§ 3º Os equipamentos só poderão ser operados por quem possua experiência e conhecimento técnicos sobre o assunto.

§ 4º Para os equipamentos destinados à movimentação do pessoal serão exigidas condições especiais de segurança.

SEÇÃO X

Instalações, Máquinas e Equipamentos

Art. 188. Em nenhum local de trabalho poderá haver acúmulo de máquinas, materiais ou produtos acabados, de tal forma que constitua risco de acidentes para os empregados.

Art. 189. Deixar-se-á espaço suficiente para a circulação em torno das máquinas, a fim de permitir seu livre funcionamento, ajuste, reparo e manuseio dos materiais e produtos acabados.

§ 1º Entre as máquinas de qualquer local de trabalho, instalações ou pilhas de materiais deverá haver passagem livre, de pelo menos 0,80m (oitenta centímetros), que será de 1,30 m (um metro e trinta centímetros), quando entre partes móveis de máquinas.

§ 2º A autoridade competente em segurança do trabalho poderá determinar que essas dimensões sejam ampliadas quando assim o exigirem as características das máquinas e instalações ou os tipos de operações.

Art. 190. As máquinas, equipamentos e instalações mecânicas deverão ser mantidos em perfeitas condições de segurança.

§ 1º As partes móveis de quaisquer máquinas ou seus acessórios, inclusive polias, correias e eixos de transmissão, quando ao alcance dos empregados, deverão estar guardadas por dispositivos de segurança.

§ 2º As máquinas deverão possuir, ao alcance dos operadores, dispositivos de partida e parada que evitem acidentes.

§ 3º A limpeza, ajuste e reparação de máquinas só poderão ser executados quando elas não estiverem em

movimento, salvo quando este for essencial à realização do ajuste.

Art. 191. As ferramentas manuais devem ser apropriadas ao uso a que se destinam e mantidas em perfeito estado de conservação, sendo proibida a utilização das que não atenderem a essa exigência.

Art. 192. Os motores de gás ou ar comprimido deverão ser inspecionados periodicamente para a verificação de suas condições de segurança.

Art. 193. Não serão permitidas a fabricação, a venda, a locação e o uso de máquinas e equipamentos que não atendam às disposições deste Capítulo.

SEÇÃO XI

Caldeiras e Fornos

Art. 194. As caldeiras e equipamentos que trabalhem sob pressão devem ser construídos de modo que resistam às pressões internas do trabalho com válvulas e outros dispositivos de segurança.

§ 1º Toda caldeira deverá possuir "Registro de Segurança", que será apresentado quando exigido pela autoridade competente em segurança do trabalho.

§ 2º As caldeiras de média ou de alta pressão deverão ser instaladas em local apropriado e previamente aprovado pela autoridade competente em segurança do trabalho.

Art. 195. Os fornos, para qualquer utilização serão construídos de material resistente, preferentemente chapas de aço, revestidas de material refratário que impeça o aquecimento do meio ambiente.

§ 1º As áreas vizinhas aos fornos devem ser bem ventiladas para evitar a acumulação de gases e vapores.

§ 2º Quando os gases ou vapores forem prejudiciais à saúde dos empregados, será exigida a instalação de coifas, condutos de aspiração ou outros meios eficazes para sua eliminação.

§ 3º Os fornos, quando necessário, terão escadas e plataformas de material resistente ao fogo, que permitam aos empregados a execução segura de suas tarefas.

§ 4º Antes de aceso um forno, serão tomadas precauções para evitar explosões ou retrocesso de chama.

SEÇÃO XII

Combustíveis, Inflamáveis e Explosivos

Art. 196. Nos estabelecimentos onde haja depósitos de combustíveis líquidos, deverão estar os mesmos situados em locais apropriados, protegidos e assinalados, de modo que os empregados que deles se aproximem o façam com as necessárias precauções, observando-se, entre outras, a proibição de fumar.

Art. 197. Os locais destinados à armazenagem de inflamáveis e explosivos deverão atender aos seguintes requisitos:

I — a iluminação artificial, se necessária, será obtida por lâmpadas elétricas à prova de explosão;

II — a proteção contra descargas elétricas naturais se fará através de pára-raios, de construção adequada e em número suficiente, quando indicada pela autoridade competente;

III — a quantidade de material armazenado será restringida ao mínimo necessário ao funcionamento da atividade;

IV — serão exigidas instalações especiais de prevenção e combate a incêndio.

Art. 198. Nos locais de trabalho onde se manuseiem inflamáveis ou explosivos, só será permitido manter o material necessário ao consumo de um dia.

§ 1º Cada estabelecimento regulamentará a entrada e permanência de empregados nos locais de armazenagem ou de trabalho com inflamáveis ou explosivos, sendo expressamente proibido fumar ou usar qualquer lâmpada ou dispositivo com chama desprotegida.

§ 2º Da regulamentação, deverão constar as penalidades que serão impostas aos infratores, as quais variarão desde a simples advertência até a dispensa, de acordo com a gravidade da falta cometida.

SEÇÃO XIII

Combate a Incêndios

Art. 199. Os locais de trabalho deverão dispor de equipamentos de combate a incêndio.

Art. 200. As empresas deverão proporcionar a seus empregados treinamento adequado, que os habilite ao manejo dos equipamentos de combate a incêndio.

Art. 201. Poderão ser exigidos, para certos tipos de indústria ou de atividade onde seja grande o risco de incêndio, requisitos especiais de construção tais como portas e paredes corta-fogo ou diques ao redor de reservatórios elevados de inflamáveis líquidos.

Art. 202. As saídas devem ser em número suficiente e dispostas de modo que aqueles que se encontram nos locais de trabalho possam abandoná-los com rapidez e com toda a segurança em caso de sinistro.

§ 1º A largura mínima das aberturas de saída deve ser de 1,20m (um metro e vinte centímetros), não podendo as portas, em caso algum, abrir para o interior do local de trabalho.

§ 2º Onde não for possível o acesso imediato às saídas, deverão existir, em caráter permanente e completamente desobstruídas, circunicações internas ou corredores de acesso contínuos e seguros, com a largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) e que conduzirão diretamente às saídas.

SEÇÃO XIV

Trabalhos a Céu Aberto

Art. 203. Nos trabalhos realizados a céu aberto, serão exigidas precauções especiais que protejam os empregados contra a insolação, o calor, o frio, a umidade ou os ventos e assegurado suprimento de água potável.

§ 1º Aquêles que tiverem que permanecer nos locais de trabalho, a que alude o artigo, terão alojamentos em condições de higiene, a juízo da autoridade competente em matéria de segurança e higiene do trabalho.

§ 2º Para os trabalhos realizados em regiões pantanosas ou alagadiças serão imperativas as medidas de profilaxia de endemias, de acordo com as normas de saúde pública em vigor.

SEÇÃO XV

Escavações, Túneis, Galerias e Pedreiras

Art. 204. Nas escavações a céu aberto ou em subsolo, na abertura de galerias ou túneis e na exploração de minas e de pedreiras, serão tomadas providências para evitar o risco de desmoronamento, soterramento e desprendimento de blocos de terra ou rocha.

§ 1º Nas obras a que se refere o presente artigo, deverão ser asseguradas ventilação e iluminação convenientes dos locais de trabalho e condições para a retirada rápida dos empregados, em caso de perigo ou acidente.

§ 2º Quando existirem poeiras ou gases inflamáveis, explosivos ou prejudiciais à saúde, serão tomadas medidas para a sua neutralização ou eliminação.

Art. 205. Quando, nas operações a que se refere o artigo anterior, se empregarem explosivos, haverá um "blaster" — responsável pela preparação das cargas, carregamento das minas, ordem-de-fogo, detonação e retirada das minas que tiverem explodido.

Parágrafo único. O "blaster" é igualmente o responsável pelas instalações elétricas destinadas às detonações.

SEÇÃO XVI

Trabalhos sob Ar Comprimido

Art. 206. Nos trabalhos com escarificando e em ambientes sob ar comprimido, deverão ser tomadas providências que protejam os empregados contra os riscos de acidentes.

§ 1º Os trabalhos sob ar comprimido somente serão permitidos a homens de 18 (dezoito) a 45 (quarenta e cinco) anos de idade e obedecerão às normas de duração e execução fixadas pela autoridade competente em segurança e higiene do trabalho.

§ 2º Deverão os que trabalham sob ar comprimido ser submetidos à inspeção médica geral, antes de cada jornada de trabalho.

§ 3º Os tempos despendidos nas operações de compressão e descompressão, bem como os destinados à refeição, repouso e recuperação do empregado, serão computados na duração normal de trabalho.

SEÇÃO XVII

Ruídos e Vibrações

Art. 207. Deverão ser adotadas providências no sentido de eliminar ou atenuar os ruídos, vibrações ou trepidações incômodos ou prejudiciais à saúde, produzidos nos locais de trabalho.

SEÇÃO XVIII

Radiações Ionizantes

Art. 208 — As empresas deverão tomar medidas adequadas para reduzir o mais possível a exposição dos empregados a radiações ionizantes, devendo assegurar-lhes proteção eficiente contra as mesmas, através de providências de natureza coletiva ou individual, a juízo da autoridade competente.

§ 1º As doses máximas admissíveis de radiações ionizantes, assim como as quantidades máximas de substâncias radioativas introduzidas no organismo, serão fixadas em regulamento dos órgãos competentes.

§ 2º Essas doses e quantidades máximas admissíveis deverão ser periodicamente revistas.

§ 3º Os locais de trabalho e os empregados, sujeitos a radiações ionizantes, devem ser mantidos sob controle permanente, para que se possa verificar se os níveis fixados são respeitados.

§ 4º Os empregados que exercem funções sujeitas a radiações ionizantes devem submeter-se obrigatoriamente a exames médicos antes de iniciar aquelas funções e, periodicamente, no prazo máximo de seis em seis meses.

§ 5º Os empregados, impedidos por determinação médica, não podem exercer ou permanecer em funções que os sujeitem a radiações ionizantes.

SEÇÃO XIX

Atividades Insalubres e Substâncias Perigosas

Art. 209. Serão consideradas atividades e operações insalubres, enquanto não se verificar haverem delas sido inteiramente eliminadas as causas de insalubridade, aquelas que, por sua própria natureza, condições ou métodos de trabalho, expondo os empregados a agentes físicos, químicos ou biológicos nocivos, possam produzir doenças e constem dos quadros aprovados pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

§ 1º A caracterização qualitativa ou quantitativa, quando for o caso, da insalubridade e os meios de proteção dos empregados, sendo levado em conta o tempo de exposição aos efeitos insalubres, será determinada pela repartição competente em matéria de segurança e higiene do trabalho.

§ 2º A eliminação ou redução de insalubridade poderá ocorrer, segundo o caso, pela aplicação de medidas de proteção coletiva ou recursos de proteção individual.

§ 3º Os quadros de atividades e operações insalubres e as normas para a caracterização da insalubridade serão revistos, de três em três anos, pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

§ 4º Caberá às Delegacias Regionais do Trabalho, comprovada a insalubridade, notificar as empresas, estipulando prazo para a sua eliminação ou redução sempre que possível.

Art. 210. Os materiais, substâncias ou produtos empregados, manipulados ou transportados nos locais de trabalho, considerados perigosos à saúde devem conter, na etiquetagem, sua composição, recomendações de socorro imediato em caso de acidente, bem como o símbolo de perigo correspondente, observada a padronização internacional.

Parágrafo único. Deverão os responsáveis pelos estabelecimentos afixar avisos ou cartazes, alertando os empregados com referência à manipulação das substâncias nocivas, nos respectivos setores de utilização.

Art. 211. Nas operações que produzam aerodispersões tóxicas, irri-

tantes, alergênicos ou incômodos, deverão ser tomadas medidas que impeçam a sua absorção pelo organismo, seja por processos gerais ou por dispositivos de proteção individual.

SEÇÃO XX

Prevenção da Fadiga

Art. 212. Não poderão os empregados ser obrigados a remover individualmente material de peso superior a sessenta quilogramas.

Parágrafo único. Não está compreendida na proibição deste artigo a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, carros-de-mão ou quaisquer outros aparelhos mecânicos, não sendo, em nenhum caso, permitido exigir do empregado serviços superiores às suas forças.

Art. 213. Será obrigatória a colocação de assentos nos locais de trabalho para uso dos empregados.

§ 1º Sempre que fôr possível aos empregados executar suas tarefas na posição sentada, será obrigatória a colocação de assentos individuais ajustáveis à altura da pessoa e à natureza da função exercida.

§ 2º Quando não fôr possível aos empregados trabalhar na posição sentada, será obrigatória a colocação de assentos, em locais onde os mesmos possam ser utilizados, durante as pausas que os serviços permitirem.

SEÇÃO XXI

Higiene pessoal, instalações sanitárias, vestiários, refeitórios e bebedouros

Art. 214. Os estabelecimentos terão instalados aparelhos sanitários, nas seguintes proporções, por sexo e por turno de trabalho: 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) mictório, 1 (um) lava-tório e 1 (um) chuveiro para cada 20 (vinte) empregados.

§ 1º Quando se tratar de atividades ou operações insalubres, com exposição a substâncias nocivas ou incompatíveis com o asseio corporal, será exigido 1 (um) chuveiro para cada dez (10) empregados.

§ 2º No caso do § 1º, deverão existir também lavatórios individuais ou coletivos fora do conjunto de instala-

ções sanitárias, na proporção de 1 (uma) torneira para cada 20 (vinte) empregados.

§ 3º As privadas deverão ser dotadas de portas que impeçam o devassamento.

§ 4º As instalações sanitárias deverão ter o piso e paredes revestidas de material impermeável e lavável.

§ 5º Nas indústrias de gêneros alimentícios e congêneres, o isolamento das privadas deverá ser o mais rigoroso possível, a fim de evitar poluição ou contaminação dos locais de trabalhos.

Art. 215. Nas regiões onde não haja serviço de esgoto, deverão os responsáveis pelos estabelecimentos assegurar aos empregados um serviço higiênico de privadas, seja por meio de fossas adequadas, seja por outro processo que não afete a saúde pública, mantidas as exigências do artigo 214.

Art. 216. Nos estabelecimentos industriais de qualquer natureza e naqueles em que a atividade exija troca de roupas ou seja imposto o uso de uniforme ou guarda-pó, serão exigidos armários individuais, de um só compartimento, para guarda de roupas, no caso de não se tratar de atividade insalubre ou incompatível com o asseio corporal, quando serão obrigatórios armários de compartimentos duplos.

§ 1º A exigência de armários individuais, de que trata este artigo, poderá ser dispensada para determinadas atividades, a critério da autoridade local competente em matéria de segurança e higiene do trabalho, de acordo com as normas expedidas pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

§ 2º A localização dos armários individuais levará em conta a conveniência do estabelecimento, ressalvada, todavia, a competência da autoridade em matéria de segurança e higiene do trabalho de determinar ou alterar a referida localização, em casos justificados.

Art. 217. Nos estabelecimentos em que trabalhem mais de 300 operários, será obrigatória a existência de refeitório, não sendo permitido aos trabalhadores tomarem suas refeições em outro local do estabelecimento.

§ 1º As instalações do refeitório a que se refere o presente artigo obedecerão às normas expedidas pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

§ 2º Nos estabelecimentos nos quais não seja o refeitório exigido, deverão ser asseguradas aos trabalhadores condições suficientes de conforto para a ocasião das refeições.

Art. 218. Em todos os locais de trabalho deverá ser fornecida aos empregados água potável em condições higiênicas, sendo proibido o uso de copo coletivo.

Parágrafo único. Onde houver rede de abastecimento de água, deverão existir preferentemente bebedouros de jato inclinado e guarda-protetora, proibida sua instalação em pias ou lavatórios.

Art. 219. Nas operações em que se empreguem dispositivos que sejam levados à boca, somente serão permitidos os de uso estritamente individual, substituindo-se, sempre que possível, por outros de processo mecânico.

SEÇÃO XXII

Limpeza dos locais de trabalho e destino dos resíduos

Art. 220. Os locais de trabalho serão mantidos em estado de higiene compatível com o gênero da atividade. O serviço de limpeza será realizado, sempre que possível, fora do horário de trabalho e por processos que reduzam ao mínimo o levantamento de poeiras.

Art. 221. Deverão os responsáveis pelos estabelecimentos industriais dar aos resíduos destino e tratamento que os tornem inócuos aos empregados e à coletividade.

SEÇÃO XXIII

Penalidades

Art. 222. As infrações do disposto no presente Capítulo serão punidas com a multa de 1/10 (um décimo) do salário-mínimo regional a 10 (dez) vezes esse salário.

Art. 223. A penalidade de que trata o art. 222, será sempre aplicada no grau máximo, se ficar apurado o

emprego de artifício ou simulação para fraudar a aplicação dos dispositivos deste Capítulo, assim como nos casos de reincidência."

Art. 6º O § 1º do art. 224 da Seção I do Capítulo I — "Das disposições especiais sobre duração e condições de trabalho" e o art. 362 do Capítulo II do Título III da CLT passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 224.

§ 1º A duração normal do trabalho estabelecida neste artigo ficará compreendida entre sete e vinte e duas horas, assegurando-se ao empregado, no horário diário, um intervalo de quinze minutos para alimentação".

"Art. 362. As repartições às quais competir a fiscalização do disposto no presente Capítulo manterão fichário especial de empresas, do qual constem as anotações referentes ao respectivo cumprimento, e fornecerão aos interessados as certidões de quitação que se tornarem necessárias, no prazo de trinta dias, contados da data do pedido.

§ 1º As certidões de quitação farão prova até 30 de setembro do ano seguinte àquele a que se referiram e estarão sujeitas à taxa correspondente a 1/10 (um décimo) do salário-mínimo regional. Sem elas nenhum fornecimento ou contrato poderá ser feito com o Governo da União, dos Estados ou Municípios, ou com as instituições paraestatais a eles subordinadas, nem será renovada autorização a empresa estrangeira para funcionar no país.

§ 2º A primeira via da relação, depois de considerada pela repartição fiscalizadora, será remetida, anualmente ao Departamento Nacional de Mão-de-Obra (DNMO) como subsídio ao estudo das condições de mercado de trabalho, de um modo geral, e, em particular, no que se refere à mão-de-obra qualificada.

§ 3º A segunda via da relação será remetida pela repartição competente ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho e a terceira via devolvida à empresa, devidamente autenticada."

Art. 7º Os artigos adiante indicados do Capítulo III — "Da proteção ao trabalho da mulher" — do Título III da CLT passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 374. A duração normal diária do trabalho da mulher poderá ser no máximo elevada de 2 (duas) horas, independentemente de acréscimo salarial, mediante convenção ou acórdão coletivo nos termos do Título VI desta Consolidação, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite de 48 (quarenta e oito) horas semanais ou outro inferior legalmente fixado."

"Art. 379. É vedado à mulher o trabalho noturno, exceto às maiores de 18 (dezoito) anos empregadas:

I — em empresas de telefonia, radiotelegrafia ou radiotelegrafia;

II — em serviço de enfermagem;

III — em casas de diversões, hotéis, restaurantes, bares e estabelecimentos congêneres;

IV — em estabelecimento de ensino;

V — que, não participando de trabalho contínuo, ocupem postos de direção."

"Art. 389. Toda empresa é obrigada:

I — a prover os estabelecimentos de medidas concernentes à higienização dos métodos e locais de trabalho, tais como ventilação e iluminação e outros que se fizerem necessários à segurança e ao conforto das mulheres, a critério da autoridade competente;

II — a instalar bebedouros, lavatórios, aparelhos sanitários; dispor de cadeiras ou bancos, em número suficiente, que permitam às mulheres trabalhar sem grande esgotamento físico;

III — instalar vestiários com armários individuais privativos das mulheres, exceto os estabelecimentos comerciais, escritórios, bancos e atividades afins, em que não seja exigida a troca de roupa, e outros, a critério da autoridade competente em matéria de segurança e higiene do trabalho, admitindo-se como suficientes as gavetas ou escaninhos, onde possam as empregadas guardar seus pertences;

IV — a fornecer, gratuitamente, a juízo da autoridade competente, os recursos de proteção individual, tais como óculos, máscaras, luvas e roupas especiais, para a defesa dos olhos, do aparelho respiratório e da pele, de acordo com a natureza do trabalho.

§ 1º Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesseis)

anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação.

§ 2º A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais."

"Art. 392. É proibido o trabalho da mulher grávida no período de quatro (4) semanas antes e oito (8) semanas depois do parto.

§ 1º Para os fins previstos neste artigo, o início do afastamento da empregada de seu trabalho será determinado por atestado médico nos termos do art. 375, o qual deverá ser visado pela empresa.

§ 2º Em casos excepcionais, os períodos de repouso antes e depois do parto poderão ser aumentados de mais duas (2) semanas cada um, mediante atestado médico, na forma do § 1º.

§ 3º Em caso de parto antecipado, a mulher terá sempre direito às 12 (doze) semanas previstas neste artigo.

§ 4º Em casos excepcionais, mediante atestado médico, na forma do § 1º é permitido à mulher grávida mudar de função."

"Art. 393. Durante o período a que se refere o artigo 392, a mulher terá direito ao salário integral e, quando variável, calculado de acordo com a média dos 6 (seis) últimos meses de trabalho, bem como os direitos e vantagens adquiridos, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava."

"Art. 397. O SESI, o SESC, a LBA e outras entidades públicas destinadas à assistência à infância manterão ou subvencionarão, de acordo com suas possibilidades financeiras, escolas maternas e jardins de infância, distribuídos nas zonas de maior densidade de trabalhadores, destinados especialmente aos filhos das mulheres empregadas."

Art. 8º Os artigos adiante indicados do Capítulo IV — "Da proteção do trabalho do menor" — do Título

III da CLT passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 402. Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos.

Parágrafo único. O trabalho do menor rege-se-á pelas disposições do presente Capítulo, exceto no serviço em oficinas em que trabalhem exclusivamente pessoas da família do menor e esteja este sob a direção do pai, mãe ou tutor, observado, entretanto, o disposto nos arts. 404, 405 e na Seção II."

"Art. 403. Ao menor de 12 (doze) anos é proibido o trabalho.

Parágrafo único. O trabalho dos menores de 12 (doze) anos a 14 (quatorze) anos fica sujeito às seguintes condições, além das estabelecidas neste Capítulo:

a) garantia de frequência à escola que assegure sua formação ao menos em nível primário;

b) serviços de natureza leve, que não sejam nocivos à sua saúde e ao seu desenvolvimento normal."

"Art. 405. Ao menor não será permitido o trabalho:

I — nos locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para esse fim aprovado pelo Diretor Geral do Departamento de Segurança e Higiene do Trabalho;

II — em locais ou serviços prejudiciais à sua moralidade.

§ 1º Excetuam-se da proibição do item I os menores aprendizes maiores de 16 (dezesseis) anos, estagiários de cursos de aprendizagem, na forma da lei, desde que os locais de trabalho tenham sido previamente vistoriados e aprovados pela autoridade competente em matéria de Segurança e Higiene do Trabalho, com homologação pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, devendo os menores ser submetidos a exame médico semestralmente.

§ 2º O trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros dependerá de prévia autorização do Juiz de Menores, ao qual cabe verificar se a ocupação é indispensável à sua própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à sua formação moral.

§ 3º Considera-se prejudicial à moralidade do menor o trabalho:

a) prestado de qualquer modo, em teatros de revista, cinemas, buates, cassinos, cabarês, dancings e estabelecimentos análogos;

b) em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes;

c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua formação moral;

d) consistente na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas.

§ 4º Nas localidades em que existirem, oficialmente reconhecidas, instituições destinadas ao amparo dos menores jornalheiros, só aos que se encontrem sob o patrocínio dessas entidades será outorgada a autorização do trabalho a que alude o § 2º.

§ 5º Aplica-se ao menor o disposto no art. 390 e seu parágrafo único."

"Art. 406. O Juiz de Menores poderá autorizar ao menor o trabalho a que se referem as letras a e b do § 3º do art. 405:

I — desde que a representação tenha fim educativo ou a peça de que participe não possa ser prejudicial à sua formação moral;

II — desde que se certifique ser a ocupação do menor indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e não advir nenhum prejuízo à sua formação moral."

"Art. 407. Verificado pela autoridade competente que o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou à sua moralidade, poderá ela obrigá-lo a abandonar o serviço, devendo a respectiva empresa, quando for o caso, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de funções.

Parágrafo único. Quando a empresa não tomar as medidas possíveis e recomendadas pela autoridade competente para que o menor mude de função, configurar-se-á a rescisão do contrato de trabalho, na forma do artigo 483."

"Art. 408. Ao responsável legal do menor é facultado pleitear a extinção do contrato de trabalho, desde que o

serviço possa acarretar para ele prejuízos de ordem física ou moral."

"Art. 413. É vedado prorrogar a duração normal diária do trabalho do menor, salvo:

I — até mais 2 (duas) horas, independentemente de acréscimo salarial, mediante convenção ou acordo coletivo nos termos do Título VI desta Consolidação, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite máximo de 48 (quarenta e oito) horas semanais ou outro inferior legalmente fixado;

II — excepcionalmente, por motivo de força maior, até o máximo de 12 (doze) horas, com acréscimo salarial de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora normal e desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento.

Parágrafo único. Aplica-se à prorrogação do trabalho do menor o disposto no art. 375, no parágrafo único do art. 376, no art. 378 e no art. 384 desta Consolidação."

"Art. 417. A emissão da carteira será feita a pedido do menor, mediante a exibição dos seguintes documentos:

I — certidão de idade ou documento legal que a substitua;

II — autorização do pai, mãe ou responsável legal;

III — autorização do Juiz de Menores, nos casos dos artigos 405, § 2º, e 406;

IV — atestado médico de capacidade física e mental;

V — atestado de vacinação;

VI — prova de saber ler, escrever e contar;

VII — duas fotografias de frente, com as dimensões de 0,04m x 0,03m.

Parágrafo único. Os documentos exigidos por este artigo serão fornecidos gratuitamente."

"Art. 418. Os atestados de capacidade física e mental referidos no artigo 417 serão fornecidos e revalidados anualmente, pelas autoridades federais, estaduais ou municipais competentes ou pelo serviço médico da empresa ou dos sindicatos de classe, devidamente autorizados pela autoridade competente em matéria de Segurança de Higiene do Trabalho, e

na falta destes, por médico designado pela autoridade de inspeção do trabalho.

Parágrafo único. O atestado de vacina a que se refere o item V do artigo 417 deve ser fornecido pela autoridade estadual ou municipal competente."

"Art. 420. A carteira, devidamente anotada, permanecerá em poder do menor, devendo, entretanto, constar do Registro de empregados os dados correspondentes.

Parágrafo único. Ocorrendo falta de anotação por parte da empresa, independentemente do procedimento fiscal previsto no § 2º do art. 29, cabe ao representante legal do menor, ao agente da inspeção do trabalho, ao órgão do Ministério Público do Trabalho ou ao Sindicato, dar início ao processo de reclamação, de acordo com o estabelecido no Título II, Capítulo I, Seção V."

"Art. 421. A carteira será emitida gratuitamente, aplicando-se à emissão de novas vias o disposto nos artigos 21 e seus parágrafos e no artigo 22."

"Art. 434. Os infratores das disposições deste Capítulo ficam sujeitos à multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com a lei, não podendo, todavia, a soma das multas exceder a 5 (cinco) vezes o salário-mínimo, salvo no caso de reincidência em que esse total poderá ser elevado ao dobro."

"Art. 435. Fica sujeita à multa de valor igual a 1 (um) salário-mínimo regional e ao pagamento da emissão de nova via a empresa que fizer na Carteira do menor anotação não prevista em lei."

"Art. 436. O médico que, sem motivo justificado se recusar a passar os atestados de que trata o artigo 418 incorrerá na multa de valor igual a 1 (um) salário-mínimo regional, dobrada na reincidência."

"Art. 441. O quadro a que se refere o item I do artigo 405 será revisto bianualmente."

Art. 9º — No Capítulo I — "Disposições gerais" — do Título IV da CLT, é acrescido um § 2º ao art. 443, fi-

cando o atual parágrafo único como § 1º, e o art. 445 passa a vigorar com nova redação, como se segue:

"Art. 443.

§ 1º

§ 2º O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando:

a) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo;

b) de atividades empresariais de caráter transitório;

c) de contrato de experiência."

"Art. 445. O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, observada a regra do art. 451.

Parágrafo único. O contrato de experiência não poderá exceder de 90 (noventa) dias."

Art. 10. No Capítulo II — "Da remuneração" — do Título IV da CLT, é acrescido um § 3º ao art. 457; o art. 458 passa a vigorar com nova redação; e são acrescidos ao art. 462 os §§ 2º, 3º e 4º, ficando o atual parágrafo único como § 1º, conforme se segue:

"Art. 457.

§ 3º Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada a distribuição aos empregados."

"Art. 458. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.

§ 1º Os valores atribuídos às prestações "in natura" deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, em cada caso, os dos percentuais das parcelas componentes do salário-mínimo (arts. 81 e 82)

§ 2º Não serão considerados como salário, para os efeitos previstos neste artigo, os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao em-

pregado e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos respectivos serviços."

"Art. 462.

§ 2º É vedado à empresa que mantiver armazém para venda de mercadorias aos empregados ou serviços destinados a proporcionar-lhes prestações "in natura" exercer qualquer coação ou induzimento no sentido de que os empregados se utilizem do armazém ou dos serviços.

§ 3º Sempre que não for possível o acesso dos empregados a armazéns ou serviços não mantidos pela Empresa, é lícito à autoridade competente determinar a adoção de medidas adequadas, visando a que as mercadorias sejam vendidas e os serviços prestados a preços razoáveis, sem intuito de lucro e sempre em benefício dos empregados.

§ 4º Observado o disposto neste Capítulo, é vedado às empresas limitar, por qualquer forma, a liberdade dos empregados de dispor do seu salário."

Art. 11. O art. 473 do Capítulo IV — "Da suspensão e da interrupção" — do Título IV da CLT passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 473. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

I — até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira profissional, viva sob sua dependência econômica;

II — até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;

III — por um dia, em caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana;

IV — por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;

V — até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva."

Art. 12. O § 4º do art. 478 do Capítulo V — "Da rescisão" — do Título V da CLT passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 478.

§ 4º Para os empregados que trabalham a comissão ou que tenham di-

reito a percentagens, a indenização será calculada pela média das comissões ou percentagens percebidas nos últimos 12 (doze) meses de serviço."

Art. 13. O art. 510 do Capítulo IX "Disposições especiais" — do Título IV da CLT é restabelecido com a seguinte redação:

"Art. 510. Pela infração das proibições constantes do Capítulo II deste Título, será imposta à empresa a multa de valor igual a 1 (um) salário-mínimo regional, elevada ao dobro, no caso de reincidência, sem prejuízo das demais cominações legais."

Art. 14. Na Seção IV — "Das eleições sindicais" — do Capítulo I — do Título V da CLT, são acrescidos um parágrafo único ao art. 529 e um § 5º ao art. 532, e o art. 530 passa a vigorar com nova redação, como se segue:

"Art. 529.

Parágrafo único. É obrigatório aos associados o voto nas eleições sindicais."

"Art. 530. Não podem ser eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional, nem permanecer no exercício desses cargos:

I — os que não tiverem definitivamente aprovadas as suas contas de exercício em cargos de administração;

II — os que houverem lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical;

III — os que não estiverem, desde dois (2) anos antes, pelo menos, no exercício efetivo da atividade ou da profissão dentro da base territorial do sindicato, ou no desempenho de representação econômica ou profissional;

IV — os que tiverem sido condenados por crime doloso enquanto persistirem os efeitos da pena;

V — os que não estiverem no gozo de seus direitos políticos;

VI — os que, pública e ostensivamente, por atos ou palavras, defendam os princípios ideológicos de partido político cujo registro tenha sido cassado, ou de associação ou entidade de qualquer natureza cujas atividades tenham sido consideradas contrárias ao interesse nacional e cujo registro haja sido cancelado ou que tenha tido

seu funcionamento suspenso por autoridade competente."

"Art. 532.

§ 5º Ao assumir o cargo, o eleito prestará, por escrito e solenemente, o compromisso de respeitar, no exercício do mandato, a Constituição, as leis vigentes e os estatutos da entidade."

Art. 15. Os arts. 543 e 544 da Seção VI — "Dos Direitos dos exercentes de atividades ou profissões e dos sindicalizados" — do Capítulo I do Título V da CLT passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 543. O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva, não poderá ser impedido do exercício de suas funções, nem transferido para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho das suas atribuições sindicais.

§ 1º O empregado perderá o mandato se a transferência for por ele solicitada ou voluntariamente aceita.

§ 2º Considera-se de licença não remunerada, salvo assentimento da empresa ou cláusula contratual, o tempo em que o empregado se ausentar do trabalho no desempenho das funções a que se refere este artigo.

§ 3º É vedada a dispensa do empregado sindicalizado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical, até 90 (noventa) dias após o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos desta Consolidação.

§ 4º Considera-se cargo de direção ou representação sindical aquele cujo exercício ou indicação decorre de eleição prevista em lei, equiparando-se-lhe o decorrente da designação pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, no caso do parágrafo 5º do art. 524 e no do art. 528 desta Consolidação.

§ 5º Para os fins deste artigo, a entidade sindical comunicará por escrito à empresa, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o dia e a hora do registro da candidatura do seu empregado e, em igual prazo, sua eleição e

posse, fornecendo, outrossim, a este, comprovante no mesmo sentido. O Ministério do Trabalho e Previdência Social fará no mesmo prazo a comunicação no caso da designação referida no final do § 4º.

§ 6º A empresa que, por qualquer modo, procurar impedir que o empregado se associe a sindicato, organize associação profissional ou sindical ou exerça os direitos inerentes à condição de sindicalizado fica sujeita à penalidade prevista na letra a do artigo 553, sem prejuízo da reparação a que tiver direito o empregado."

"Art. 544. É livre a associação profissional ou sindical, mas ao empregado sindicalizado é assegurada, em igualdade de condições, preferência:

I — para a admissão nos trabalhos de empresa que explore serviços públicos ou mantenha contrato com os poderes públicos;

II — para ingresso em funções públicas ou assemelhadas, em caso de cessação coletiva de trabalho, por motivo de fechamento de estabelecimento;

III — nas concorrências para aquisição de casa própria, pelo Plano Nacional de Habitação ou por intermédio de quaisquer instituições públicas;

IV — nos loteamentos urbanos ou rurais, promovidos pela União, por seus órgãos de administração direta ou indireta ou sociedades de economia mista;

V — na locação ou compra de imóveis, de propriedade de pessoa de direito público ou sociedade de economia mista, quando sob ação de despejo em tramitação judicial;

VI — na concessão de empréstimos simples concedidos pelas agências financeiras do Governo ou a ele vinculadas;

VII — na aquisição de automóveis, outros veículos e instrumentos relativos ao exercício da profissão, quando financiados pelas autarquias, sociedades de economia mista ou agências financeiras do Governo;

VIII — para admissão nos serviços portuários e anexos, na forma da legislação específica;

IX — na concessão de bolsas de estudos para si ou para seus filhos, obedecida a legislação que regule a matéria."

Art. 16 — É acrescida uma letra ao art. 553 da Seção VIII — "Das

penalidades" — do Capítulo I do Título V da CLT, como se segue:

"Art. 553

f) multa de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo regional, aplicável ao associado que deixar de cumprir, sem causa justificada, o disposto no parágrafo único do artigo 529."

Art. 17. O art. 576 do Capítulo II — "Do enquadramento sindical" — do Título V da CLT passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 576. A Comissão de Enquadramento Sindical (CES) será constituída pelo Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho (DNT) que a presidirá e pelos seguintes membros:

I — Diretor da Divisão de Organização e Assistência Sindical (DOAS);

II — um representante do Departamento Nacional de Mão de Obra (DNMO);

III — um representante do Instituto Nacional de Tecnologia do Ministério da Indústria e Comércio;

IV — um representante do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário do Ministério da Agricultura;

V — dois representantes das categorias econômicas,

VI — dois representantes das categorias profissionais.

§ 1º — Os membros da CES serão designados pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, mediante:

a) indicação dos titulares das Pastas, quanto aos representantes dos outros Ministérios;

b) indicação do respectivo Diretor Geral, quanto ao do DNMO;

c) eleição pelas respectivas Considerações, em conjunto, quanto aos representantes das categorias econômicas e profissionais, de acordo com as instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

§ 2º — Cada Membro terá um suplente designado juntamente com o titular.

§ 3º — Os representantes das Categorias terão o mandato de 2 (dois) anos.

§ 4º — Os integrantes da Comissão perceberão a gratificação de presença que for estabelecida por decreto executivo.

§ 5º — O Diretor Geral do DNT será substituído na presidência em seus impedimentos pelo Diretor da DOAS.

§ 6º Além das atribuições fixadas no presente Capítulo e concernentes ao enquadramento sindical, individual ou coletivo, e à classificação das atividades e profissões, competirá também à CES resolver, com recurso para o Ministro do Trabalho e Previdência Social, todas as dúvidas e controvérsias concernentes à organização sindical."

Art. 18. O artigo 579 do Capítulo III do Título V da CLT passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 579. A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591."

Art. 19. E' acrescido um § 2º ao art. 592 da Seção II do Capítulo III do Título V da CLT, nos termos seguintes, ficando o atual parágrafo único como § 1º:

"Art. 592.

§ 2º Os saldos verificados em cada exercício só poderão ser aplicados em bens patrimoniais destinados aos serviços do Sindicato e em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional."

Art. 20. O Título VI da CLT passa a vigorar com a seguinte redação:

"TÍTULO VI

Convenções Coletivas de Trabalho

Art. 611. Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.

§ 1º E' facultado aos Sindicatos representativos de categorias profissionais celebrar Acordos Coletivos com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, apli-

cáveis no âmbito da empresa ou das empresas acordantes às respectivas relações de trabalho.

§ 2º As Federações e, na falta destas, as Confederações representativas de categorias econômicas ou profissionais poderão celebrar convenções coletivas de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, inorganizadas em Sindicatos, no âmbito de suas representações.

Art. 612. Os Sindicatos só poderão celebrar Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, por deliberação de Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, consoante o disposto nos respectivos Estatutos, dependendo a validade da mesma do comparecimento e votação, em primeira convocação, de 2/3 (dois terços) dos associados da entidade, se se tratar de Convenção, e dos interessados, no caso de Acôrdo, e, em segunda, de 1/3 (um terço) dos mesmos.

Parágrafo único. O "quorum" de comparecimento e votação será de 1/3 (um oitavo) dos associados em segunda convocação, nas entidades sindicais que tenham mais de 5.000 (cinco mil) associados.

Art. 613. As Convenções e os Acordos deverão conter obrigatoriamente:

I — Designação dos Sindicatos convenientes ou dos Sindicatos e empresas acordantes;

II — Prazo de vigência;

III — Categorias ou classes de trabalhadores abrangidas pelos respectivos dispositivos;

IV — Condições ajustadas para reger as relações individuais de trabalho durante sua vigência;

V — Normas para a conciliação das divergências surgidas entre os convenientes por motivos da aplicação de seus dispositivos;

VI — Disposições sobre o processo de sua prorrogação e de revisão total ou parcial de seus dispositivos;

VII — Direitos e deveres dos empregados e empresas;

VIII — Penalidades para os Sindicatos convenientes, os empregados e as empresas em caso de violação de seus dispositivos.

Parágrafo único. As convenções e os Acordos serão celebrados por escrito, sem emendas nem rasuras, em tantas vias quantos forem os Sindicatos convenientes ou as empresas

acordantes, além de uma destinada a registro.

Art. 614. Os Sindicatos convenientes ou as empresas acordantes promoverão, conjunta ou separadamente, dentro de 8 (oito) dias da assinatura da Convenção ou Acôrdo, o depósito de uma via do mesmo, para fins de registro e arquivo, no Departamento Nacional do Trabalho, em se tratando de instrumento de caráter nacional ou interestadual, ou nos órgãos regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, nos demais casos.

§ 1º As Convenções e os Acôrdos entrarão em vigor 3 (três) dias após a data da entrega dos mesmos no órgão referido neste artigo.

§ 2º Cópias autênticas das Convenções e dos Acôrdos deverão ser afixados de modo visível, pelos Sindicatos convenientes, nas respectivas sedes e nos estabelecimentos das empresas compreendidas no seu campo de aplicação, dentro de 5 (cinco) dias da data do depósito previsto neste artigo.

§ 3º Não será permitido estipular duração de Convenção ou Acôrdo superior a 2 (dois) anos.

Art. 615. O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial de Convenção ou Acôrdo ficará subordinado, em qualquer caso, à aprovação de Assembleia Geral dos Sindicatos convenientes ou partes acordantes, com observância do disposto no art. 612.

§ 1º O instrumento de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação de Convenção ou Acôrdo será depositado para fins de registro e arquivamento, na repartição em que o mesmo originariamente foi depositado observado o disposto no art. 614.

§ 2º As modificações introduzidas em Convenção ou Acôrdo, por força de revisão ou de revogação parcial de suas cláusulas passarão a vigorar 3 (três) dias após a realização de depósito previsto no § 1º.

Art. 616. Os Sindicatos representativos de categorias econômicas ou profissionais e as empresas, inclusive as que não tenham representação sindical, quando provocados, não podem recusar-se à negociação coletiva.

§ 1º Verificando-se recusa à negociação coletiva, cabe aos Sindicatos ou empresas interessadas dar ciência do fato, conforme o caso, ao Departamento Nacional do Trabalho ou aos órgãos regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, para convocação compulsória dos Sindicatos ou empresas recalcitrantes.

§ 2º No caso de persistir a recusa à negociação coletiva, pelo desatendimento às convocações feitas pelo Departamento Nacional do Trabalho ou órgãos regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, ou se malograr a negociação entabulada, é facultada aos Sindicatos ou empresas interessadas a instauração de dissídio coletivo.

§ 3º Havendo Convenção ou Acôrdo ou sentença normativa vigentes, a instauração do dissídio coletivo só poderá ocorrer a partir de 60 (sessenta) dias antes de esgotado o respectivo prazo de vigência, vigorando o novo instrumento a contar do término deste.

§ 4º Nenhum processo de dissídio coletivo de natureza econômica será admitido sem antes se esgotarem as medidas relativas à formalização da Convenção ou Acôrdo correspondente.

Art. 617. Os empregados de uma ou mais empresas que decidirem celebrar Acôrdo Coletivo de Trabalho com as respectivas empresas darão ciência de sua resolução, por escrito, ao Sindicato representativo da categoria profissional, que terá o prazo de 8 (oito) dias para assumir a direção dos entendimentos entre os interessados, devendo igual procedimento ser observado pelas empresas interessadas com relação ao Sindicato da respectiva categoria econômica.

§ 1º Expirado o prazo de 8 (oito) dias sem que o Sindicato tenha se desincumbido do encargo recebido, poderão os interessados dar conhecimento do fato à Federação a que estiver vinculado o Sindicato e, em falta dessa, à correspondente Confederação, para que, no mesmo prazo, assumam a direção dos entendimentos. Esgotado esse prazo, poderão os interessados prosseguir diretamente na negociação coletiva até final.

§ 2º Para o fim de deliberar sobre o Acôrdo, a entidade sindical convocará assembleia geral dos diretam-

te interessados, sindicalizados ou não, nos termos do art. 612.

Art. 618. As empresas e instituições que não estiverem incluídas no enquadramento sindical a que se refere o art. 577 desta Consolidação poderão celebrar Acórdos Coletivos de Trabalho com os Sindicatos representativos dos respectivos empregados, nos termos deste Título.

Art. 619. Nenhuma disposição de contrato individual de trabalho que contrarie normas de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho poderá prevalecer na execução do mesmo, sendo considerada nula de pleno direito.

Art. 620. As condições estabelecidas em Convenção quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em Acordo.

Art. 621. As Convenções e os Acordos poderão incluir entre suas cláusulas disposição sobre a constituição e funcionamento de comissões mistas de consulta e colaboração, no plano da empresa e sobre participação nos lucros. Estas disposições mencionarão a forma de constituição, o modo de funcionamento e as atribuições das comissões, assim como o plano de participação, quando fôr o caso.

Art. 622. Os empregados e as empresas que celebrarem contratos individuais de trabalho, estabelecendo condições contrárias ao que tiver sido ajustado em Convenção ou Acordo que lhes fôr aplicável, serão passíveis da multa nêles fixada.

Parágrafo único. A multa a ser imposta ao empregado não poderá exceder da metade daquela que, nas mesmas condições seja estipulada para a empresa.

Art. 623. Será nula de pleno direito disposição de Convenção ou Acordo que, direta ou indiretamente, contrarie proibição ou norma disciplinadora da política econômico-financeira do Governo ou concernente à política salarial vigente, não produzindo quaisquer efeitos perante autoridades e repartições públicas, inclusive para fins de revisão de preços e tarifas de mercadorias e serviços.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, a nulidade será declarada, de ofício ou mediante representação, pelo

Ministro do Trabalho e Previdência Social, ou pela Justiça do Trabalho em processo submetido ao seu julgamento.

Art. 624. A vigência de cláusula de aumento ou reajuste salarial, que implique elevação de tarifas ou de preços sujeitos à fixação por autoridade pública ou repartição governamental, dependerá de prévia audiência dessa autoridade ou repartição e sua expressa declaração no tocante à possibilidade de elevação da tarifa ou do preço e quanto ao valor dessa elevação.

Art. 625. As controvérsias resultantes da aplicação de Convenção ou de Acordo celebrado nos termos deste Título serão dirimidas pela Justiça do Trabalho."

Art. 21. Os artigos adiante indicados do Título VII — "Do Processo de multas administrativas" — da CLT passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 628. Salvo o disposto no artigo 627, a toda verificação em que o agente da inspeção concluir pela existência de violação de preceito legal deve corresponder, sob pena de responsabilidade administrativa, a lavratura de auto de infração.

§ 1º Ficam as empresas obrigadas a possuir o livro intitulado "Inspeção do Trabalho", cujo modelo será aprovado por portaria ministerial.

§ 2º Nesse livro, registrará o agente da inspeção sua visita ao estabelecimento, declarando a data e a hora do início e término da mesma, bem como o resultado da inspeção, nêle consignando, se fôr o caso, todas as irregularidades verificadas e as exigências feitas, com os respectivos prazos para seu atendimento, e, ainda, de modo legível, os elementos de sua identificação funcional.

§ 3º Comprovada má fé do agente da inspeção, quanto à omissão ou lançamento de qualquer elemento no livro, responderá ele por falta grave no cumprimento do dever, ficando passível, desde logo, da pena de suspensão até 30 (trinta) dias, instaurando-se, obrigatoriamente, em caso de reincidência, inquérito administrativo.

§ 4º A lavratura de autos contra empresas fictícias e de endereços inexistentes, assim como a apresentação

de falsos relatórios, constituem falta grave, punível na forma do § 3º."

"Art. 629. O auto de infração será lavrado em duplicata, nos termos dos modelos e instruções expedidos, sendo uma via entregue ao infrator, contra recibo, ou ao mesmo enviada, dentro de 10 (dez) dias da lavratura, sob pena de responsabilidade, em registro postal, com franquia e recibo de volta.

§ 1º O auto não terá o seu valor probante condicionado à assinatura do infrator ou de testemunhas, e será lavrado no local da inspeção, salvo havendo motivo justificado que será declarado no próprio auto, quando então deverá ser lavrado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Lavrado o auto de infração, não poderá ele ser inutilizado, nem susgado o curso do respectivo processo, devendo o agente da inspeção apresentá-lo à autoridade competente, mesmo se incidir em erro.

§ 3º O infrator terá, para apresentar defesa, o prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do auto.

§ 4º O auto de infração será registrado com a indicação sumária de seus elementos característicos, em livro próprio que deverá existir em cada órgão fiscalizador, de modo a assegurar o controle do seu processamento."

"Art. 630. Nenhum agente da inspeção poderá exercer as atribuições do seu cargo sem exhibir a carteira de identidade fiscal, devidamente autenticada, fornecida pela autoridade competente.

§ 1º É proibida a outorga de identidade fiscal a quem não esteja autorizado, em razão do cargo ou função, a exercer ou praticar, no âmbito da legislação trabalhista, atos de fiscalização.

§ 2º — A credencial a que se refere este artigo deverá ser devolvida para inutilização, sob as penas da lei em casos de provimento em outro cargo público, exoneração ou demissão, bem como nos de licenciamento por prazo superior a 60 (sessenta) dias e de suspensão do exercício do cargo.

§ 3º — O agente da inspeção terá livre acesso a todas dependências dos estabelecimentos sujeitos ao regime

da legislação trabalhista, sendo as empresas, por seus dirigentes ou prepostos, obrigados a prestar-lhes os esclarecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições legais e a exhibi-lhes, quando exigidos, quaisquer documentos que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

§ 4º — Os documentos sujeitos à inspeção deverão permanecer, sob as penas da lei nos locais de trabalho, somente se admitindo, por exceção, a critério da autoridade competente, sejam os mesmos apresentados em dia e hora previamente fixados pelo agente da inspeção.

§ 5º — No território do exercício de sua função, o agente da inspeção gozará de passe livre nas empresas de transportes, públicas ou privadas, mediante a apresentação da carteira de identidade fiscal.

§ 6º — A inobservância do disposto nos §§ 3º, 4º e 5º configurará resistência ou embaraço à fiscalização e justificará a lavratura do respectivo auto de infração, com multa de valor igual a meio ($\frac{1}{2}$) salário mínimo regional até 5 (cinco) vezes esse salário, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes ou agravantes, a situação econômica financeira do infrator e os meios a seu alcance para cumprir a lei.

§ 7º — Para o efeito do disposto no § 5º, a autoridade competente divulgará em janeiro e julho, de cada ano, a relação dos agentes da inspeção titulares da carteira de identidade fiscal.

§ 8º — As autoridades policiais, quando solicitadas, deverão prestar aos agentes da inspeção a assistência de que necessitarem para o fiel cumprimento de suas atribuições legais."

Art. 635 De toda decisão que impuser multa por infração das leis e disposições reguladoras do trabalho, e não havendo forma especial de processo caberá recurso para o Diretor-Geral do Departamento ou Serviço do Ministério do Trabalho e Previdência Social, que for competente na matéria.

Parágrafo único. As decisões serão sempre fundamentadas."

"Art. 636 Os recursos devem ser interpostos no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação

ção, perante autoridade que houver imposto a multa, a qual, depois de os informar, encaminha-los à autoridade de instância superior.

§ 1º — O recurso só terá seguimento se o interessado o instruir com a prova do depósito da multa.

§ 2º — A notificação somente será realizada por meio de edital, publicado no órgão oficial, quando o infrator estiver em lugar incerto e não sabido.

§ 3º — A notificação de que trata este artigo fixará igualmente o prazo de 10 (dez) dias para que o infrator recolha o valor da multa, sob pena de cobrança executiva.

§ 4º — As guias de depósito ou recolhimento serão emitidas em 3 (três) vias e o recolhimento da multa deverá proceder-se dentro de 5 (cinco) dias às repartições federais competentes, que escripturarão a receita a crédito do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 5º — A segunda via da guia do recolhimento será levada pelo infrator à repartição que a emitiu, até o sexto dia depois de sua expedição, para a averbação no processo.

§ 6º — A multa será reduzida de 50% (cincoenta por cento) se o infrator, renunciando ao recurso a recolher ao Tesouro Nacional dentro do prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação ou da publicação do edital.

§ 7º — Para a expedição da guia, no caso do § 6º, deverá o infrator juntar a notificação com a prova da data do seu recebimento, ou a folha do órgão oficial que publicou o edital.

“Art. 637 De todas as decisões que proferirem em processos de infração das leis de proteção ao trabalho e que impliquem arquivamento destes, observado o disposto no parágrafo único do art. 635, deverão as autoridades prolatoras recorrer de ofício para a autoridade competente de instância superior.”

“Art. 640 É facultado às Delegacias Regionais do Trabalho, na conformidade de instruções expedidas pelo Ministro de Estado, promover a cobrança amigável das multas antes do encaminhamento dos processos à cobrança executiva.”

Art. 22 Os arts. 654 e 656 da Seção III — “Dos presidentes das Jun-

tas” — do Capítulo II do Título VIII da CLT passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 654 O ingresso na magistratura do trabalho far-se-á para o cargo de juiz do trabalho substituto. As nomeações subsequentes por promoção, alternadamente, por antiguidade e merecimento.

§ 1º Nas 7ª e 8ª Regiões da Justiça do Trabalho, nas localidades fora das respectivas sedes, haverá suplentes de juiz do trabalho presidente de Junta, sem direito a acesso, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, bachareis em direito, de reconhecida idoneidade moral, especializados em direito do trabalho, pelo período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 2º Os suplentes de juiz do trabalho receberão, quando em exercício, vencimentos iguais aos dos juizes que substituírem.

§ 3º Os juizes substitutos serão nomeados após aprovação e classificação em concurso público de provas e títulos realizado perante o Tribunal do Trabalho da Região, válido por 2 (dois) anos e organizado de acordo com as instruções expedidas pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 4º Os candidatos inscritos só serão admitidos ao concurso após apreciação prévia, pelo Tribunal Regional do Trabalho da respectiva Região, dos seguintes requisitos:

a) idade maior de 25 (vinte e cinco) anos e menor de 45 (quarenta e cinco) anos;

b) idoneidade para o exercício das funções.

§ 5º O preenchimento dos cargos de presidente de Junta, vagos ou criados por lei, será feito dentro de cada Região:

a) pela remoção de outro presidente, prevalecendo a antiguidade no cargo, caso haja mais de um pedido, desde que a remoção tenha sido requerida, dentro de sessenta (60) dias contados da abertura da vaga, ao presidente do Tribunal Regional, a quem caberá expedir o respectivo ato;

b) pela promoção de substituto, cuja aceitação será facultativa, obedecido o critério alternado de antiguidade e merecimento.

§ 6º Os juizes do trabalho, presidentes de Junta, juizes substitutos e suplentes de juiz tomarão posse perante o presidente do Tribunal da respectiva Região. Nos Estados que, não forem sede de Tribunal Regional do Trabalho, a posse dar-se-á perante o presidente do Tribunal de Justiça, que remeterá o termo ao presidente do Tribunal Regional da jurisdição do empossado. Nos Territórios, a posse dar-se-á perante o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da respectiva Região."

"Art. 656. Na falta ou impedimento dos presidentes de Junta, o juiz substituto será designado pelo presidente do Tribunal Regional."

Art. 23. Na Seção IV — "Dos Vogais das Juntas" — do Capítulo II do Título VIII da CLT, as letras a e c do art. 661 e o § 5º do art. 662 passam a vigorar com nova redação, sendo acrescido a este último artigo um § 6º, como se segue:

"Art. 661.

a) ser brasileiro;

c) ser maior de 25 (vinte e cinco) anos e ter menos de 70 (setenta) anos";

"Art. 662.

§ 5º Se o Tribunal julgar procedente a contestação, o presidente providenciará a designação de novo vogal ou suplente.

§ 6º Em falta de indicação, pelos sindicatos, de nomes para representantes das respectivas categorias profissionais e econômicas nas Juntas de Conciliação e Julgamento, ou nas localidades onde não existirem sindicatos, serão esses representantes livremente designados pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho, observados os requisitos exigidos para o exercício da função."

Art. 24. A letra c do item II do art. 702 da Seção III — "Da Competência do Tribunal Pleno" — do Capítulo V do Título VIII da CLT passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 702.

II —

c) julgar embargos das decisões das Turmas, quando estas dividirem entre si ou de decisão proferida pelo próprio Tribunal Pleno, ou que forem contrárias à letra de lei federal;"

Art. 25. O art. 709 da Seção VIII — "Das Atribuições do Corregedor" — do Capítulo V do Título VIII da CLT passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 709. Compete ao Corregedor, eleito dentre os Ministros togados do Tribunal Superior do Trabalho:

I — Exercer funções de inspeção e correição permanente com relação aos Tribunais Regionais e seus presidentes;

II — Decidir reclamações contra os atos atentatórios da boa ordem processual praticados pelos Tribunais Regionais e seus presidentes, quando inexistir recurso específico;

III — Julgar os recursos das decisões dos presidentes dos Tribunais Regionais proferidas em execução de sentença.

§ 1º Das decisões proferidas pelo Corregedor, nos casos do artigo, caberá o agravo regimental, para o Tribunal Pleno.

§ 2º O Corregedor ficará dispensado das funções normais de juiz do Tribunal Superior do Trabalho, salvo quanto aos atos administrativos do mesmo Tribunal e quando vinculado aos processos por "visto" anterior à sua posse."

Art. 26. Os arts. 789 e 790 da Seção III — "Das Custas" — do Capítulo II do Título X da CLT passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 789. Nos dissídios individuais ou coletivos do trabalho, até o julgamento, as custas serão calculadas progressivamente, de acordo com a seguinte tabela:

I — Até o valor do salário-mínimo regional, 10% (dez por cento);

II — Acima do limite do item I até duas vezes o salário-mínimo regional, 8% (oito por cento);

III — Acima de duas e até cinco vezes o salário-mínimo regional, 6% (seis por cento);

IV — Acima de cinco e até dez vezes o salário-mínimo regional, 4% (quatro por cento);

V — Acima de dez vezes o salário-mínimo regional, 2% (dois por cento.)

§ 1º Nas Juntas, nos Tribunais Regionais e no Tribunal Superior do Trabalho, o pagamento das custas será feito na forma das instruções expedidas pelo Tribunal Superior do Trabalho. Nos Juízos de Direito, a

importância das custas será dividida proporcionalmente entre o juiz e os funcionários que tiverem funcionado no feito, excetuados os distribuidores, cujas custas serão pagas no ato, de acôrdo com o regimento local.

§ 2º A divisão a que se refere o § 1º, as custas de execução e os emolumentos de traslados e instrumentos serão determinados em tabelas expedidas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

§ 3º As custas serão calculados:

a) quando houver acôrdo ou condenação, sobre o respectivo valor;

b) quando houver desistência ou arquivamento, sobre o valor do pedido;

c) quando o valor fôr indeterminado, sobre o que o juiz-presidente ou o juiz fixar;

d) no caso de inquérito, sobre 6 (seis) vezes o salário mensal do reclamado ou dos reclamados.

§ 4º As custas serão pagas pelo vencido, depois de transitada em julgado a decisão ou, no caso de recurso, dentro de 5 (cinco) dias da data de sua interposição, sob pena de deserção, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que o pagamento das custas competirá à empresa, antes de seu julgamento pela Junta ou Juízo de Direito.

§ 5º Os emolumentos de traslados e instrumentos serão pagos dentro de quarenta e oito (48) horas após a sua extração, feito, contudo, no ato do requerimento, o depósito prévio do valor estimado pelo funcionário encarregado, sujeito à complementação, com ciência da parte, sob pena de deserção.

§ 6º Sempre que houver acôrdo, se de outra forma não fôr convencionalizado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.

§ 7º Tratando-se de empregado sindicalizado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita ou isenção de custas, o sindicato que houver intervido no processo responderá solidariamente pelo pagamento das custas devidas.

§ 8º No caso de não pagamento das custas, far-se-á a execução da respectiva importância, segundo o processo estabelecido no Capítulo V deste Título.

§ 9º E' facultado aos presidentes dos tribunais do trabalho conceder, de officio, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, áqueles que perceberem salário igual ou inferior ao dôbro do minimo legal, ou provarem o seu estado de miserabilidade."

"Art. 790. Nos casos de dissídios coletivos, as partes vencidas responderão solidariamente pelo pagamento das custas, calculadas sobre o valor arbitrado pelo presidente do Tribunal."

Art. 27. O art. 836 da Seção X — "Da Decisão e sua Eficácia" — do Capítulo II do Título X da CLT passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 836. E' vedado aos órgãos da Justiça do Trabalho conhecer de questões já decididas, excetuados os casos expressamente previstos neste Título e a ação rescisória, que será admitida, no prazo de 2 (dois) anos, nos termos dos arts. 798 a 800 do Código de Processo Civil."

Art. 28. No Capítulo VI — "Dos Recursos" — do Título X da CLT, o art. 894, o "caput" do 896 e o seu § 4º passam a vigorar com nova redação, sendo acrescido um § 5º ao artigo 899, alterado pelo art. 3º do Decreto-lei nº 75, de 21 de novembro de 1966:

"Art. 894. Cabem embargos das sentenças definitivas das Juntas e Juizes nos dissídios individuais, desde que o valor da reclamação seja igual ou inferior:

I — A 3 (três) vezes o salário-mínimo regional, nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso e Goiás e nos Territórios;

II — A 5 (cinco) vezes o salário-mínimo regional, nos demais Estados e no Distrito Federal.

§ 1º Tratando-se de reclamação de valor indeterminado, aplica-se para a fixação do valor da alçada o disposto nos arts. 47 e 48 do Código de Processo Civil.

§ 2º Os embargos serão opostos no prazo de 5 (cinco) dias e julgados, dentro de igual prazo, pelo mesmo Juízo ou Junta, sendo dada vista aos vogais até a véspera do julgamento.

§ 3º No Tribunal Superior do Trabalho, cabem embargos para o Tribunal Pleno, opostos nos 5 (cinco)

dias seguintes ao da publicação das conclusões do acórdão:

a) das decisões a que se referem as letras b e c do item I do art. 702;

b) das decisões das Turmas, que forem contrárias à letra de lei federal ou que divergirem entre si ou de decisão proferida pelo Tribunal Pleno, cumprindo ao presidente da Turma indeferir os embargos quando não se caracterizar a contrariedade à letra da lei federal ou a decisão recorrida estiver em consonância com prejudgado ou jurisprudência uniforme do mesmo Tribunal."

"Art. 896. Cabe recurso de revista das decisões de última instância quando:

I — Derem ao mesmo dispositivo legal interpretação diversa da que tiver sido dada pelo mesmo ou por outro Tribunal Regional ou pelo Tribunal Superior do Trabalho, na plenitude de sua composição, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com prejudgado ou jurisprudência uniforme deste;

II — Proferidas com violação da norma jurídica.

§ 4º Das decisões proferidas pelos Presidentes dos Tribunais Regionais em execução de sentença, caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias,

para o Corregedor da Justiça do Trabalho."

"Art. 899.

§ 5º Na hipótese de se discutir, no recurso interposto, matéria já solucionada através de prejudgado do Tribunal Superior do Trabalho, o depósito de que trata o parágrafo anterior poderá ser levantado, de imediato, pela parte vencedora."

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 29. Aplicam-se ao trabalhador rural as disposições do Capítulo I do Título II da CLT, com as alterações determinadas neste Decreto-lei.

Art. 30. É vedada a servidor do Ministério do Trabalho e Previdência Social a representação de interesse de qualquer natureza de associação sindical ou profissional no âmbito do Ministério.

Parágrafo único. Considera-se falta grave a infração do disposto neste artigo.

Art. 31. Os valores das multas ou penalidades pecuniárias previstas na Consolidação das Leis do Trabalho ficam atualizadas de acordo com a seguinte tabela, salvo os que já houverem sido nas alterações determinadas por este Decreto-lei:

Valores referidos na CLT Valores correspondentes calculados na base do salário-mínimo regional

Cr\$ 10	1/50 (um cinqüenta avos) do salário-mínimo
Cr\$ 50	1/10 (um décimo) do salário-mínimo
Cr\$ 100	1/5 (um quinto) do salário-mínimo
Cr\$ 200	2/5 (dois quintos) do salário-mínimo
Cr\$ 300	3/5 (três quintos) do salário-mínimo
Cr\$ 400	4/5 (quatro quintos) do salário-mínimo
Cr\$ 500	1 (um) salário-mínimo
Cr\$ 1.000	2 (dois) salários-mínimos
Cr\$ 2.000	4 (quatro) salários-mínimos
Cr\$ 3.000	6 (seis) salários-mínimos
Cr\$ 4.000	8 (oito) salários-mínimos
Cr\$ 5.000	10 (dez) salários-mínimos
Cr\$ 10.000	20 (vinte) salários-mínimos
Cr\$ 50.000	100 (cem) salários-mínimos

Art. 32. Serão arquivados, qualquer que seja a fase administrativa ou judicial em que se encontrem, os processos relativos à infração de disposições desta Consolidação e de outras leis complementares de proteção ao trabalho, cujo valor não exceder de NCr\$ 50,00 (cinqüenta cruzeiros novos).

Art. 33. As atuais funções de suplente de juiz do trabalho, cujos ocupantes se encontrem em gozo de estabilidade legal por força de recondução, ficam transformadas em cargo de juiz substituto.

Art. 34. O Tribunal Superior do Trabalho e os Tribunais Regionais do Trabalho adaptarão seus regimentos

internos às novas disposições desta Consolidação e promoverão as medidas cabíveis quanto à sua composição, tendo em vista os dispositivos da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967.

Art. 35. As referências feitas na CLT:

I — ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio entendem-se como concernentes ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS);

II — a institutos de seguro social ou de previdência social e a Institutos de Aposentadoria e Pensões entendem-se como concernentes ao Instituto Nacional da Previdência Social (INPS);

III — ao Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), entendem-se como concernentes ao Departamento Nacional de Higiene e Segurança do Trabalho (DNSHT);

IV — ao Departamento Nacional do Trabalho, como autoridade julgadora de infração em primeira instância, entendem-se como concernentes às Delegacias Regionais do Trabalho.

V — a "Imposto Sindical", inclusive na denominação do Capítulo III do Título V, entendem-se como "Contribuição Sindical".

Art. 36. O Poder Executivo poderá reunir e coordenar em texto único as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho e demais legislação complementar de proteção ao trabalho, vigentes na data deste Decreto-lei com as alterações dele resultantes, aprovando-o por Decreto, a fim de facilitar a consulta e o manuseio dos diversos textos esparsos.

Art. 37. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados, com seus parágrafos, os artigos 45, 46, 121, 127, 128, 398, 536, 567, 568, 569 e os §§ 2º dos artigos 573 e 904 da Consolidação das Leis do Trabalho passando os §§ 1º destes dois últimos a parágrafos únicos, revogadas também as demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Augusto Bretas de Noronha

DECRETO-LEI Nº 230 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de NCr\$ 472.080,53 para o fim que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de NCr\$ 472.080,53 (quatrocentos e setenta e dois mil e oitenta cruzeiros novos e cinquenta e três centavos), destinado a regularizar despesa em igual quantia, efetuada na complementação da diferença proveniente do valor da taxa do dólar de Cr\$ 2.220 adotada no cálculo para abertura do crédito especial a que se refere o Decreto nº 60.132, de 25 de janeiro de 1967 e a de Cr\$ 2.715, em que foi operada a restituição da quantia de US\$953.698,05 a "The Bank of Tokio Ltd.", equivalente ao seu saldo, em 31 de dezembro de 1940, utilizada pelo Banco do Brasil S. A., por ordem governamental, antes da vigência do Decreto nº 35.191, de 13 de março de 1964.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior será considerado automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a fazer a necessária contenção de despesas em importância correspondente ao crédito especial aberto nos termos deste Decreto-lei.

Art. 4º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 231 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Altera o Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967 e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Acrescentem-se os seguintes parágrafos ao art. 1º do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

Art. 1º

§ 1º O disposto no item I, deste artigo não se aplica às Sociedades de economia mista, sob a jurisdição do Ministério das Minas e Energia, ficando ratificada, em relação às mesmas entidades, a competência conferida pelo art. 26 da Lei nº 4.904, de 17 de dezembro de 1965.

§ 2º Em todas as matérias de interesse da Fazenda Nacional, o representante da União nas assembleias gerais das entidades a que se refere o parágrafo anterior ouvirá previamente a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Art. 2º Fica derogado o item IV do artigo 27 e acrescido ao mesmo artigo os parágrafos 1º e 2º, com a seguinte redação:

§ 1º Os cargos de Assistentes Jurídicos cujos titulares tenham mais de dez anos de efetivo exercício no Ministério da Fazenda e 3 anos pelo menos como integrante da lotação central da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ou das Procuradorias da Fazenda Nacional, ficam transformados em cargos de 3ª categoria de Procurador da Fazenda Nacional da Parte Suplementar do Quadro do Ministério da Fazenda.

§ 2º Os ocupantes dos cargos mencionados no parágrafo anterior serão inicialmente lotados em outras unidades federativas que não o Estado da Guanabara, ressalvado, no prazo de trinta dias, o direito de opção pela permanência no cargo atualmente ocupado, mediante requerimento dirigido ao Procurador-Geral.

Art. 3º Fica revogado o artigo 64 do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, como também o seu parágrafo único.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 143º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mauro Thibau

DECRETO-LEI Nº 232 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Faz doação à Academia Brasileira de Letras do imóvel situado na avenida Presidente Wilson, nº 231, no Estado da Guanabara.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º Fica doado à Academia Brasileira de Letras, o imóvel situado na avenida Presidente Wilson, nº 231, no Estado da Guanabara, com área de 2.997m² (dois mil noventa e sete metros quadrados) e respectivas benfeitorias.

Parágrafo único. O imóvel de que trata este artigo se destina à ampliação das instalações da Academia Brasileira de Letras, tornando-se nula a doação se ao mesmo for dada utilização diversa da acima prevista, independentemente de qualquer indenização pelas benfeitorias nele construídas.

Art. 2º Ficam revogados os Decretos ns. 50.344 e 55.863, de 15 de março de 1961 e 25 de março de 1965, respectivamente.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Raymundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 233 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Faz doação, à Universidade Federal do Rio de Janeiro, do imóvel situado na Avenida Pasteur nº 250, e dependências anexas, no Estado da Guanabara.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo segundo do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º Ficam doados à Universidade Federal do Rio de Janeiro, o imóvel situado na Avenida Pasteur número 250, e dependências anexas, no Estado da Guanabara, com a área aproximada de 116.250m² (cento e dezesseis mil, duzentos e cinquenta metros quadrados).

Parágrafo único. O imóvel e dependências anexas, de que trata este artigo, se destinam aos serviços hospitalares e ampliação das instalações da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tornando-se nula a doação se aos mesmos for dado destino diverso do previsto, independentemente de qualquer indenização pelas benfeitorias nêles construídas.

Art. 2º Ficam revogados os Decretos números 28.884, de 21 de novembro de 1950, 50.229, de 28 de janeiro de 1961, e 58.301, de 2 de maio de 1966, respectivamente:

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio. Bulhões

Raymundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 234 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Altera disposições do Decreto-lei número 32, de 18 de novembro de 1966 (Código Brasileiro do Ar), e dá outras providências.

O Presidente da República, usando de atribuições que lhe confere o § 2º

do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º O artigo 2º do Decreto-lei nº 32, de 18 de novembro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º O Brasil exerce completa e exclusiva soberania sobre o espaço aéreo acima de seu território e respectivas águas jurisdicionais”

Art. 2º O artigo 3º e seus parágrafos do Decreto-lei nº 32, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Consideram-se território do Estado de sua nacionalidade as aeronaves militares e as públicas, onde quer que se encontrem.

§ 1º Consideram-se, também, território do Estado de sua nacionalidade as aeronaves privadas quando em alto mar ou em território que não pertença a nenhum Estado, ou ainda em voo sobre esses.

§ 2º Consideram-se em território de um Estado quaisquer aeronaves privadas que nele se encontrem, ou quando em sobrevôo de seu território”.

Art. 3º O artigo 7º do Decreto-lei nº 32, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 7º São de ordem pública internacional as normas que vedam, no contrato de transporte aéreo, cláusulas que exonerem de responsabilidade o transportador, estabeleçam para a mesma limite inferior ao fixado neste código ou prescrevam outro fóro que não o do lugar do destino”.

Art. 4º O artigo 9º e seus parágrafos, eliminadas as alíneas a e b e acrescentados os §§ 4º e 5º, do Decreto-lei nº 32, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 9º As aeronaves são classificadas em civis e militares.

§ 1º Consideram-se militares todas as aeronaves integrantes das Forças Armadas, inclusive as requisitadas na forma da lei, para missões militares;

§ 2º As aeronaves civis compreendem:

- aeronaves públicas;
- aeronaves privadas;

§ 3º São aeronaves públicas as utilizadas pelo Estado a seu serviço, in-

clusiva as requisitadas na forma da lei; todas as demais aeronaves são aeronaves privadas;

§ 4º As aeronaves públicas assemelham-se às privadas quando utilizadas em serviços de natureza comercial;

§ 5º Salvo disposição em contrário, os preceitos deste código não se aplicam às aeronaves militares, que serão reguladas por legislação especial”.

Art. 5º O artigo 17 e seus §§ 3º e 4º, mantidos os §§ 1º e 2º, do Decreto-lei nº 32, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 17 — Verificar-se-á a perda da propriedade da aeronave pela alienação, pela desapropriação por utilidade pública, pela renúncia, pelo abandono ou pelo perecimento da aeronave, ou, ainda, quando a mesma for utilizada de forma ilegal quanto às normas reguladoras da navegação ou do transporte aéreo nacional.

§ 1º (Omissis)

§ 2º (Omissis)

§ 3º Entende-se perdida a aeronave ao transcorrerem 180 dias a contar da data em que dela se teve a última notícia oficial, ou quando verificada a impossibilidade de sua recuperação;

§ 4º Verificado, em inquérito administrativo da autoridade aeronáutica, competente, o abandono ou o perecimento da aeronave, será cancelada, “ex officio”, a respectiva matrícula no Registro Aeronáutico Brasileiro”.

Art. 6º O artigo 21, suprimida sua alínea e, e seu parágrafo único, do Decreto-lei nº 32, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 21. O crédito hipotecário aéreo prefere a quaisquer outros, com exceção dos seguintes:

a) despesas judiciárias, ou destinadas à conservação da aeronave;

b) remuneração devida por socorro prestado;

c) taxas devidas pela utilização de aeropórtos, ou serviços acessórios à navegação aérea;

d) gastos efetuados pelo comandante da aeronave, no exercício de seus poderes legais, quando indispensáveis à continuação da viagem”.

Art. 7º O artigo 29, suprimido seu parágrafo único do Decreto-lei número 32, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 29. Consideram-se tripulantes, para os efeitos deste Código, as pessoas devidamente habilitadas que exercem função a bordo de aeronaves”.

Art. 8º O artigo 43 do Decreto-lei nº 32, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 43. Constitui infraestrutura aeronáutica todo aeródromo, edificações, instalações, aéreas e serviços destinados a facilitar e tornar segura a navegação aérea, nestes compreendidos os de tráfego aéreo, telecomunicações, meteorologia, coordenação de busca e salvamento, bem como as instalações de auxílios rádio ou visuais”.

Art. 9º Os §§ 1º e 3º do artigo 45, do Decreto-lei nº 32, passam a ter a seguinte redação:

“§ 1º Aeródromo civil é o destinado, em princípio, ao uso de aeronave civilis.

“§ 3º Os aeródromos civis poderão ser utilizados por aeronaves militares, e os aeródromos militares por aeronaves civis, obedecidas as prescrições estabelecidas pela autoridade aeronáutica competente”.

Art. 10. Os §§ 1º e 2º do artigo 50 do Decreto-lei nº 32, passam a ter a seguinte redação:

“§ 1º Entre as condições da concessão ou da autorização, figurará, obrigatoriamente, a observância das instruções de natureza administrativa e técnica, emanadas de autoridades federais, para assegurar, no território nacional, a uniformidade das normas relativas à navegação e aos transportes aéreos;

§ 2º As concessões ou autorizações previstas neste artigo serão dadas separadamente, uma para cada aeródromo, podendo em casos excepcionais serem outorgadas em conjunto”.

Art. 11. O § 1º do artigo 61 do Decreto-lei nº 32, passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º — O proprietário ou o possuidor do solo não poderá se opor à partida ou retirada da aeronave que

haja sido forçada a pousar em sua propriedade, desde que o proprietário ou explorador da aeronave dê garantia formal de reparação do dano".

Art. 12 O artigo 65 do Decreto-lei número 32, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 65 — O lançamento de coisas, de bordo de aeronaves, dependerá de permissão da autoridade aeronáutica competente, salvo caso de emergência".

Art. 13 O artigo 66 do Decreto-lei número 32 passa a ter a seguinte redação:

Art. 66 — Poderá sobrevoar o território brasileiro as aeronaves civis de nacionalidade dos Estados participantes, com o Brasil, de Convênios internacionais, de acordo com os seus termos. As demais dependem de senpre de autorização da autoridade aeronáutica competente".

Art. 14. A alínea c do § 1º do parágrafo 1º do artigo 69 do Decreto-lei número 32, passa a ter a seguinte redação:

"c — direção confiada exclusivamente a brasileiros"

Art. 15. O artigo 101 e seu parágrafo único do Decreto-lei número 32, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 101 — O transportador responde pelo dano resultante de antecipação ou atraso do transporte aéreo do passageiro, da bagagem ou da carga, salvo caso de força maior, inclusive os impostos pela segurança do voo, cabendo-lhe a prova de tal circunstância.

Parágrafo único — A responsabilidade do transportador prevista neste artigo, será limitada, em se tratando de passageiro, pelo máximo de 10% do valor dos prejuízos provados, e, nos demais casos, pelo máximo de 10% do valor respectivo da bagagem ou carga transportada".

Art. 16. O artigo 106 do Decreto-lei número 32, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 106 — Quando o dano resultar de dolo do transportador ou de seus prepostos, nenhum efeito terão os artigos deste código que excluam ou atenuem a responsabilidade".

Art. 17. O artigo 121 do Decreto-lei número 32, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 121 — A pessoa responsável não poderá se prevalecer dos limites fixados neste código, se o interessado provar que o dano foi causado por dolo".

Art. 18. O artigo 123, suprimidas as suas alíneas a, b e c, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 123 — A garantia de que trata o artigo anterior consistirá em seguro contratado com empresa idônea, na forma da legislação vigente".

Art. 19. O artigo 124 e seu parágrafo único do Decreto-lei número 32, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 124 — A concessão ou validade do certificado de navegabilidade da aeronave fica condicionada à apresentação ou prova de vigência, respectivamente, da garantia prevista no artigo anterior.

Parágrafo único — Poder-se-á suspender, a qualquer momento, a validade do certificado de navegabilidade da aeronave ou aeronaves, quando o transportador ou explorador não provar que está executando, regularmente, cláusulas do contrato de seguro a que estiver obrigado pela apólice respectiva".

Art. 20 A alínea a do artigo 133 do Decreto-lei número 32, passa a ter a seguinte redação:

"a) — se o abaloamento resultar de dolo do explorador ou de preposto seu, no exercício de suas funções".

Art. 21. A alínea a do artigo 150 do Decreto-lei número 32, passa a ter a seguinte redação:

"a) da data em que se verificou o dano, nas ações de responsabilidade decorrentes dos artigos 97, 98, 101, 104, 110 e 129".

Art. 22 Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Clovis Monteiro Travassos

DECRETO-LEI Nº 235 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

*Acrescenta parágrafo ao art. 1º do
Decreto-lei nº 162, de 13 de feve-
reiro de 1967.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica acrescentado ao artigo 1º do Decreto-lei nº 162, de 13 de fevereiro de 1967, publicado no *Diário Oficial* de 14 subsequente, o seguinte § 3º:

“§ 3º O Conselho Nacional de Telecomunicações fica autorizado a, nos termos do § 1º do artigo 8º da Constituição Federal, firmar convênios com os Governos Estaduais para a execução, através de órgãos especializados, de serviços referentes à fiscalização e controle das telecomunicações”.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor em 15 de março de 1967, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967;
146ª da Independência e 79ª da República.

H CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 236 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

*Complementa e modifica a Lei número
4.117 de 27 de agosto de 1962.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Respeitadas as disposições da Lei número 5.250 de 2 de fevereiro de 1967, no que se referem à radiodifusão, a presente Lei modifica e complementa a Lei número 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Art. 2º Os artigos 24 e 53 da Lei número 4.117, de 27 de agosto de 1962 que instituiu o Código Brasileiro de

Telecomunicações, passarão a ter a seguinte redação:

“Art. 24 Das deliberações do Conselho caberá pedido de reconsideração para o mesmo e, em instância superior, recurso ao Presidente da República.

§ 1º As decisões serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros do Conselho, em exercício, excluídos aqueles que estiverem ausentes em missão oficial do CONTEL.

§ 2º O recurso para o Presidente da República ou o pedido de reconsideração deve ser apresentado no prazo de trinta (30) dias contados da notificação feita ao interessado, por telegrama, ou carta registrada um e outro com aviso de recebimento, ou da publicação desta notificação feita no *Diário Oficial* da União.

§ 3º O recurso para o Presidente da República terá efeito suspensivo.

Art. 53. Constitui abuso, no exercício de liberdade da radiodifusão, o emprêgo desse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no país, inclusive:

a) incitar a desobediência às leis ou decisões judiciais;

b) divulgar segredos de Estado ou assuntos que prejudiquem a defesa nacional;

c) ultrajar a honra nacional;

d) fazer propaganda de guerra ou de processos de subversão da ordem política e social;

e) promover campanha discriminatória de classe, cor, raça ou religião;

f) insuflar a rebelião ou a indisciplina nas forças armadas ou nas organizações de segurança pública;

g) comprometer as relações internacionais do País;

h) ofender a moral familiar, pública, ou os bons costumes;

i) caluniar, injuriar ou difamar os Poderes Legislativos, Executivo ou Judiciário ou os respectivos membros.

j) veicular notícias falsas, com perigo para ordem pública, economia e social;

l) colaborar na prática de rebelião, desordens ou manifestações proibidas”.

Art. 3º São revogados os artigos 58 até 99 da Lei número 4.117, de 27 de agosto de 1962, os quais são subs-

tituídos pelos seguintes novos artigos numerados de 58 a 72:

"Art. 58. Nos crimes de violação da telecomunicação, a que se refere em esta Lei e o artigo 151 do Código Penal, caberão, ainda as seguintes penas:

I — Para as concessionárias ou permissionárias as previstas nos artigos 62 e 63, se culpados por ação ou omissão e independentemente da ação criminal.

II — Para as pessoas físicas:

a) 1 (um) a 2 (dois) anos de detenção ou perda de cargo ou emprego, apurada a responsabilidade em processo regular, iniciado com o afastamento imediato do acusado até decisão final;

b) para autoridade responsável por violação da telecomunicação, as penas previstas na legislação em vigor serão aplicadas em dobro;

c) serão suspensos ou cassados, na proporção da gravidade da infração, os certificados dos operadores profissionais e dos amadores responsáveis pelo crime de violação da telecomunicação.

Art. 59. As penas por infração desta lei são:

a) multa, até o valor de
NCR\$ 10.000,00;

b) suspensão, até trinta (30) dias;

c) cassação;

d) detenção.

§ 1º Nas infrações em que, a título do CONTEL, não se justificar a aplicação de pena, o infrator será advertido, considerando-se a advertência como agravante na aplicação de penas por inobservância ao mesmo ou de outro preceito desta Lei.

§ 2º A pena de multa poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente, com outras sanções especiais estatuídas nesta Lei.

§ 3º O valor das multas será atualizado de 3 em 3 anos, de acordo com os níveis de correção monetária.

Art. 60. A aplicação das penas desta Lei compete:

a) ao CONTEL: multa e suspensão, em qualquer caso; cassação, quando se tratar de permissão;

b) ao Presidente da República: cassação, mediante representação do CONTEL em parecer fundamentado.

Art. 61. A pena será imposta de acordo com a infração cometida, considerados os seguintes fatores:

a) gravidade da falta;

b) antecedentes da entidade infratora;

c) reincidência específica.

Art. 62. A pena de multa poderá ser aplicada por infração de qualquer dispositivo legal ou quando a concessionária ou permissionária não houver cumprido, dentro do prazo estipulado, exigência que tenha sido feita pelo CONTEL.

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) infração dos artigos 38, alíneas a, b, c, e, g e h; 53, 57, 71 e seus parágrafos;

b) infração à liberdade de manifestação do pensamento e de informação (Lei número 5.250 de 9 de fevereiro de 1967);

c) quando a concessionária ou permissionária não houver cumprido, dentro do prazo estipulado, exigência que lhe tenha sido feita pelo CONTEL;

d) quando seja criada situação de perigo de vida;

e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

f) execução de serviço para o qual não está autorizado.

Parágrafo único. No caso das letras d, e e f deste artigo, poderá ser determinada a interrupção do serviço pelo agente fiscalizador, "ad-referendum" do CONTEL.

Art. 64. A pena de cassação poderá ser imposta nos seguintes casos:

a) infringência do artigo 53;

b) reincidência em infração anteriormente punida com suspensão;

c) interrupção do funcionamento por mais de trinta (30) dias consecutivos, exceto quando tenha, para isso, obtido autorização prévia do CONTEL;

d) superveniência da incapacidade legal, técnica, financeira ou econômica para execução dos serviços da concessão ou permissão;

e) não haver a concessionária ou permissionária, no prazo estipulado,

corrigido as irregularidades motivadoras da suspensão anteriormente imposta;

f) não haver a concessionária ou permissionária cumprido as exigências e prazos estipulados, até o licenciamento definitivo de sua estação.

Art. 65. O CONTEL promoverá as medidas cabíveis, punindo ou propondo a punição, por iniciativa própria ou sempre que receber representação de qualquer autoridade.

Art. 66. Antes de decidir da aplicação de qualquer das penalidades previstas, o CONTEL notificará a interessada para exercer o direito de defesa, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação.

§ 1º A repetição da falta no período decorrido entre o recebimento da notificação e a tomada de decisão, será considerada como reincidência e, no caso das transgressões citadas no artigo 53, o Presidente do CONTEL suspenderá a emissora provisoriamente.

§ 2º Quando a representação for feita por uma das autoridades a seguir relacionadas, o Presidente do CONTEL verificará "in limine" sua procedência, podendo deixar de ser feita a notificação a que se refere este artigo:

I — Em todo o Território nacional:

- a) Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- b) Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- c) Ministros de Estado;
- d) Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional;
- e) Procurador Geral da República;
- f) Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

II — Nos Estados:

- a) Mesa da Assembleia Legislativa;
- b) Presidente do Tribunal de Justiça;
- c) Secretário de assuntos relativos à Justiça;
- d) Chefe do Ministério Público Estadual.

III — Nos Municípios:

- a) Mesa da Câmara Municipal;
- b) Prefeito Municipal.

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único. O direito à renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência.

Art. 68 A caducidade da concessão ou da autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, nos seguintes casos:

- a) quando a concessão ou a autorização decorra de convênio com outro país, cuja denúncia a torne inexecutível;
- b) quando expirarem os prazos de concessão ou autorização decorrente de convênio com outro país, sendo inviável a prorrogação.

Parágrafo único. A declaração de caducidade só se dará se for impossível evitá-la por convênio com qualquer país ou por inexistência comprovada de frequência no Brasil que possa ser atribuída à concessionária ou permissionária, a fim de que não cesse seu funcionamento.

Art. 69. A declaração da perempção ou da caducidade, quando viciada por ilegalidade, abuso do poder ou pela desconformidade com os fins ou motivos alegados, titulará o prejudicado a postular reparação do seu direito perante o Judiciário.

Art. 70. Constitui crime punível com a pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, aumentada da metade se houver dano a terceiro, a instalação ou utilização de telecomunicações, sem observância do disposto nesta Lei e nos regulamentos.

Parágrafo único. Precedendo ao processo penal, para os efeitos referidos neste artigo, será liminarmente procedida a busca e apreensão da estação ou aparelho ilegal.

Art. 71. Toda irradiação será gravada e mantida em arquivo durante

as 24 horas subsequentes ao encerramento dos trabalhos diários de emissora.

§ 1º As emissoras de televisão poderão gravar apenas o som dos programas transmitidos.

§ 2º As emissoras deverão conservar em seus arquivos os textos dos programas, inclusive noticiosos, devidamente autenticados pelos responsáveis, durante 60 (sessenta) dias.

§ 3º As gravações dos programas políticos, de debates, entrevistas, pronunciamentos da mesma natureza e qualquer irradiação não regulada em texto, deverão ser conservadas em arquivo pelo prazo de 20 (vinte) dias depois de transmitidas, para as concessionárias ou permissionárias até 1 kw e 30 (trinta) dias para as demais.

§ 4º As transmissões compulsoriamente estatuidas por lei serão gravadas em material fornecido pelos interessados.

Art. 72. A autoridade que impedir ou embaraçar a liberdade da radiodifusão ou da televisão por casos autorizados em lei, incidirá no que couber, na sanção do artigo 322 do Código Penal".

Art. 4º Somente poderão executar serviço de radiodifusão:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações;
- e) as sociedades nacionais por ações nominativas ou por cotas, desde que subscritas, as ações ou cotas, em sua totalidade, por brasileiros natos.

Parágrafo único — Nem pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos nacionais, nem estrangeiros poderão ser sócios ou participial de sociedade que executem serviço de radiodifusão, nem exercer sobre ela qualquer tipo de controle direto ou indireto.

Art. 5º As entidades interessadas na execução de serviço de radiodifusão deverão possuir, comprovadamente, recursos financeiros para fazer face ao custo das instalações, equipa-

mentos, acessórios e os indispensáveis à exploração do serviço.

§ 1º — A comprovação a que se refere este artigo, compreendendo especialmente, a origem e o montante dos recursos, será feita perante o Conselho Nacional de Telecomunicações, na oportunidade da habilitação para a execução do serviço, segundo normas a serem por ele baixadas.

§ 2º — Os financiamentos para aquisição de equipamentos serão considerados como recursos financeiros para os fins do § 1º, desde que fornecidos pelos próprios fabricantes.

Art. 6º Só os brasileiros natos poderão exercer, nas entidades executantes de serviço de radiodifusão, os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa e intelectual.

Art. 7º É vedado às empresas de radiodifusão manter contratos de assistência técnica com empresas ou organizações estrangeiras, quer a respeito de administração, quer de orientação, sendo rigorosamente proibido que estas, por qualquer forma ou modalidade, pretexto expediente mantenham ou nomeiem servidor ou técnicos que, de forma direta ou indireta, tenham intervenção ou comprometimento da vida administrativa ou da orientação da empresa de radiodifusão.

Parágrafo único. A vedação a que se refere este artigo não alcança a parte estritamente técnica ou artística da programação e do aparelhamento da empresa, nem se aplica aos casos de contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a seis meses e exclusivamente referentes à fase de instalação e início de funcionamento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos.

Art. 8º Depende de prévia aprovação do CONTEL qualquer contrato que uma empresa de radiodifusão pretenda fazer com empresa ou organização estrangeira, que possa, de qualquer forma, ferir o espírito das disposições dos artigos 4º, 6º e 7º.

Parágrafo único. São também proibidas quaisquer modalidades contratuais que, de maneira direta ou indireta, assegurem à empresa ou organização estrangeira participação nos

lucros brutos ou líquidos das empresas de radiodifusão.

Art. 9º — É permitido às empresas de radiodifusão estabelecer, com pessoas físicas ou jurídicas nacionais, contratos que tenham por objetivo financiamento, empréstimo ou assistência técnica, desde que autorizados pelo CONTEL.

§ 1º — Os contratos de assistência técnica só poderão ser firmados com pessoas físicas ou jurídicas especializadas no setor específico para o qual forem contratadas.

§ 2º — A aquisição de equipamentos poderá ser financiada pelas suas fabricantes ou por estabelecimentos de créditos nacionais, em prazo não superior a 10 (dez) anos.

Art. 10. O CONTEL baixará normas regulando a transmissão pelas emissoras de radiodifusão, de programas de origem estrangeira ou produzidos por empresas sediadas no país, cujos acionistas ou cotistas diretores, gerentes e administradores não sejam brasileiros.

Art. 11. O CONTEL baixará normas sobre a obrigatoriedade da transmissão de programas ao vivo, tendo em conta, entre outros fatores, a localização, a potência das emissoras e as condições sócio-econômicas das regiões em que as mesmas se encontram instaladas.

Art. 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

- I) Estações radiodifusoras de som:
 - a — Locais:
 - Ondas médias — 4
 - Frequência modulada — 6
 - b — Regionais:
 - Ondas médias — 3
 - Ondas tropicais — 3
 - sendo no máximo 2 por Estado
 - c — Nacionais:
 - Ondas médias — 2
 - Ondas curtas — 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem — 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

do § 1º — Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou

várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º — Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º — Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º — Os atuais concessionários e permissionários de serviço de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas, que excedem às limitações estipuladas neste artigo, a ele se adaptarão ao prazo máximo de dois (2) anos, a razão de 50% ao ano.

§ 5º — Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

§ 6º — É vedada a transferência direta ou indireta da concessão ou permissão, sem prévia autorização do Governo Federal.

§ 7º — As empresas concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão não poderão estar subordinada a outras entidades que se constituem com a finalidade de estabelecer direção ou orientação única, através de cadeias ou associações de qualquer espécie.

Art. 13 A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

Art. 14. Sómente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;

d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º — As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º — A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto no artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Art. 15. Dentro das disponibilidades existentes ou que venham a existir, o CONTEL reservará canais de Televisão, em todas as capitais de Estados e Territórios e cidades de população igual ou superior a 100.000 (cem mil) habitantes, destinando-os à televisão educativa.

Art. 16. O CONTEL baixará normas determinando a obrigatoriedade de transmissão de programas educacionais nas emissoras comerciais de radiodifusão, estipulando horário, duração e qualidade desses programas.

§ 1º — A duração máxima obrigatória dos programas educacionais será de 5 (cinco) horas semanais.

§ 2º — Os programas educacionais obrigatórios deverão ser transmitidos em horários compreendidos entre as 7 (sete) e as 17 (dezessete) horas.

Art. 17. As infrações ao disposto nos artigos 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 16 desta Lei, ressalvadas as cominações previstas em Leis Especiais, serão punidas com as seguintes penas, de acordo com o artigo 59 do Código Brasileiro de Telecomunicações:

a) multa, por infringência dos artigos 11, 13 e 16;

b) suspensão por infringência dos artigos 6, 9 e 10;

c) cassação, por infringência dos artigos 4, 7, 8, 12 e 14, e por reincidência específica em infração já punida com a pena de suspensão, ou por não atendimento dos prazos fixados pelo CONTEL para cumprimento desta Lei.

Art. 18. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros da Silva

DECRETO-LEI Nº 237 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1967

Modifica o Código Nacional de Trânsito.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Os artigos 3º, 4º e § 1º, 2º, 5º, 7º, capt. e § 1º, 14, 20, 23, § 1º, 25, 32, parágrafo único, 33, 35, 37, § 2º, 43, § 2º, 55, 60 §§ 1º e 3º, 61, 73, 81, 103, § 1º, 112, 113, 114, 115 e 116 do Código Nacional de Trânsito (Lei número 5.103, de 21 de setembro de 1966), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º — Compõem a Administração do Trânsito, como integrantes do Sistema Nacional de Trânsito:

a) o Conselho Nacional, órgão normativo e coordenador;

b) os Conselhos Estaduais e Territoriais de Trânsito e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal, órgãos normativos;

c) o Departamento Nacional de Trânsito, os Departamentos de Trânsito dos Estados, Territórios e Distrito Federal, os órgãos rodoviários federal, estaduais e municipais, e as Circunscrições Regionais do Trânsito, órgãos executivos.

Parágrafo único — Os Conselhos Territoriais de Trânsito e as Circunscrições Regionais de Trânsito são de criação facultativa.”

Art. 4º O Conselho Nacional de Trânsito, com sede no Distrito Federal, subordinado diretamente ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, é o órgão máximo normativo da coordenação da política e do sistema nacional de trânsito e compõe-se dos seguintes membros, tendo nos

mente capacitados em assuntos de trânsito:

a) um presidente, de nível universitário, de livre escolha do Presidente da República;

b) do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Trânsito;

c) um representante do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;

d) um representante do Estado-Maior do Exército;

e) um representante do Departamento Federal de Segurança Pública;

f) um representante do Ministério da Educação e Cultura;

g) um representante do Ministério das Relações Exteriores;

h) um representante da Confederação Brasileira de Automobilismo;

i) um representante da Confederação Nacional de Transportes Ferreiros (categoria dos trabalhadores de transportes rodoviários);

j) um representante do "Touring Club do Brasil";

l) um representante do órgão máximo nacional de Transporte Rodoviário de Carga;

m) um representante do órgão máximo nacional do Transporte Rodoviário de Passageiros.

§ 1º — O mandato dos membros do Conselho Nacional de Trânsito será de dois anos, admitida a recondução.

§ 2º — Os representantes das entidades referidas nas alíneas h, i, j, e l, deste artigo, serão escolhidos pelo Presidente da República, dentre os nomes indicados por elas, em lista triplíce.

"Art. 5º Compete ao Conselho Nacional de Trânsito, além do que dispõem outros artigos deste Código:

I — Sugerir modificações à legislação sobre trânsito;

II — Zelar pela unidade do sistema nacional de trânsito, e pela observância da respectiva legislação;

III — Resolver sobre consultas dos Conselhos de Trânsito dos Estados, Territórios e Distrito Federal, de autoridades e particulares relativas à aplicação das leis de trânsito;

IV — Conhecer e julgar os recursos contra decisões dos Conselhos de Trânsito dos Estados, Territórios e Distrito Federal;

V — Elaborar normas-padrão e zelar pela sua execução;

VI — Coordenar as atividades dos Conselhos de Trânsito dos Estados, Territórios e Distrito Federal;

VII — Colaborar nas articulações das atividades das repartições públicas e empresas de serviços públicos e particulares, em benefício da regularidade do trânsito;

VIII — Estudar e propor medidas administrativas, técnicas e legislativas que se relacionem com a exploração dos serviços de transportes terrestres, seleção de condutores de veículos e segurança do trânsito em geral;

IX — Opinar sobre os assuntos pertinentes ao trânsito interestadual e internacional;

X — Promover e coordenar campanhas educativas de trânsito;

XI — Fixar, mediante Resoluções, os volumes e frequências máximas de sons ou ruídos, admitidos para buzinas, aparelhos de alarma e motores de veículos;

XII — Editar normas e estabelecer exigências para instalação e funcionamento das escolas de aprendizagem;

XIII — Fixar normas e requisitos para a realização de provas de automobilismo;

XIV — Determinar o uso de aparelhos que diminuam ou impeçam a poluição do ar.

Art. 7º Em cada Estado haverá um Conselho Estadual de Trânsito, composto de 7 membros, tecnicamente capacitados em assuntos de trânsito, a saber:

a) um presidente, de nível universitário;

b) um representante do órgão rodoviário estadual;

c) um representante do órgão rodoviário dos municípios;

d) um representante do Departamento Estadual de Trânsito;

e) um representante do órgão máximo do transporte rodoviário de carga;

f) um representante do órgão máximo do transporte rodoviário de passageiros;

g) um oficial do Exército de preferência com curso do Estado Maior.

§ 4º — As nomeações dos membros dos Conselhos, nos Estados, Territó-

rios e Distrito Federal far-se-ão pelos respectivos Chefes do Executivo observado adequamento, o disposto nos parágrafos do artigo 4º deste Código”.

Art. 14

§ 1º — O regulamento deste Código estabelece os limites máximos de dimensões e peso dos veículos, ficando facultado aos órgãos sob cuja jurisdição se encontram as vias públicas, reduzir estes limites em função das condições específicas.

§ 2º — Nenhum veículo poderá transitar com peso bruto superior ao fixado pelo fabricante e aprovado pelo Ministério da Indústria e Comércio.

“Art. 20 O ingresso em território nacional de veículo automotor licenciado em outro país, de propriedade de pessoa residente no exterior, bem como a saída para fins de turismo e retorno de veículo licenciado no Brasil, far-se-á mediante a apresentação do Certificado Internacional de Circulação, Caderneta de Passagem nas Alfândegas e Permissão Internacional para conduzir, ressalvado o caso de dispensa, em virtude de reciprocidade de tratamento”.

Art. 23

§ 1º O Departamento Nacional de Trânsito expedirá as instruções necessárias ao perfeito cumprimento do disposto neste artigo”.

“Art. 25 Compete aos Departamentos de Trânsito expedir a Permissão Internacional para Conduzir, o Certificado Internacional para Automóveis e a Caderneta de Passagem nas Alfândegas.

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Trânsito poderá atribuir competência para a expedição desses documentos a entidades idôneas que comunicarão o ato ao Departamento de Trânsito ou da Circunscrição Regional de Trânsito”.

Art. 32

Parágrafo único. A disposição das cores nos sinais luminosos será uniforme, e obedecerá ao estabelecido no Regulamento deste Código”.

Art. 33. Somente será admitida, nas vias públicas, a sinalização de trânsito aprovada pelo Regulamento deste Código”.

Parágrafo único — A modificação ou complementação da sinalização de que trata este artigo será proposta pelo Departamento Nacional de Trânsito, ouvido o Conselho Nacional de Trânsito”.

“Art. 35. O regulamento deste Código classificará os veículos quanto à sua tração, espécie e categoria”.

Art. 37

§ 1º

§ 2º Os equipamentos obrigatórios dos veículos serão determinados pelo Conselho Nacional de Trânsito.”

Art. 43

§ 1º

§ 2º Quando, no Município, não existir linha regular de ônibus, a autoridade competente poderá autorizar, a título precário, que veículo de carga transporte passageiros, desde que satisfeitas as condições mínimas estabelecidas no Regulamento deste Código.”

“Art. 55 É criado, como órgão integrante do Departamento Nacional de Trânsito, o Registro Nacional de Veículos automotores (RENAVAM), com a finalidade de centralizar o controle dos veículos automotores e dos Certificados de Registro, no território nacional”.

Art. 60

§ 1º — A placa traseira deve ser lacrada à estrutura do veículo e sobre ela será afixada uma plaqueta destacável em cada exercício.

§ 2º

§ 3º — Os veículos de propriedade da União, Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios não usarão a plaqueta de que trata este artigo”.

“Art. 61 O licenciamento de veículo em mais de um Município não acarreta a troca de placa, nem o uso de mais de uma, que fica proibido.

Parágrafo único. No caso de licenciamento por mudança de domicílio ou de residência, trocar-se-á a placa, destruindo-se a substituída, e identificada a repartição que a houver fornecido”.

“Art. 73 Será exigido exame psicotécnico aos condutores de trans-

porte coletivo e aos de cargas perigosas.

§ 1º — Para efeito d'êste artigo, o Conselho Nacional de Trânsito definirá as normas dos exames e a classificação de periculosidade das cargas.

"Art. 81 Os menores de deztoito anos de idade e maiores de quinze anos poderão dirigir bicicletas e triciclos, inclusive os ciclomotores providos de motor auxiliar térmico de até cinquenta (50) centímetros cúbicos de cilindrada e cuja velocidade não exceda a cinquenta (50) quilômetros por hora, desde que autorizado pelo pai ou responsável, e, na falta destes, pelo Juiz de Menores da jurisdição".

"Art. 103. O infrator terá o prazo de trinta (30) dias, para o pagamento da multa, que lhe fôr aplicada.

§ 1º — O valor da multa decorrente da infração verificada em rodovias, poderá ser pago no ato da autuação".

"Art. 112. As autuações por infração prevista neste Código serão julgadas pela autoridade competente para aplicação de penalidade nêle inscrita".

"Art. 113. Das decisões que impuserem penalidade, por infração prevista neste Código, caberá recurso para a Junta Administrativa de Recursos de Infrações, que funcionará junto a cada repartição de trânsito.

§ 1º — Cada junta será composta de três membros sendo:

- a) um presidente indicado pelo Conselho de Trânsito do Estado, do Território ou do Distrito Federal;
- b) um representante da repartição local de trânsito;
- c) um representante dos condutores de veículos indicado por entidade fixado no Regulamento d'êste Código.

§ 2º. As Juntas criadas para funcionar junto ao órgão rodoviário federal terão presidente indicado pelo Conselho Nacional de Trânsito

§ 3º — Quando e onde fôr necessário, a União, os Estados, os Territórios e o Distrito Federal poderão criar mais de uma Junta".

"Art. 114. Das decisões que impuserem a cassação ou a apreensão, por mais de seis (6) meses, da Car-

teira Nacional de Habilitação, o recurso será interposto para o Conselho Nacional de Trânsito".

"Art. 115. O recurso interpor-se-á mediante petição apresentada à autoridade recorrida, no prazo de trinta (30) dias, contados da publicação da decisão, no órgão oficial, ou ao conhecimento por qualquer modo, pelo infrator.

§ 1º — O recurso não terá efeito suspensivo, e somente será admitido, no caso de aplicação de multa, até a prova, no prazo de interposição de depósito do valor correspondente.

§ 2º — A autoridade recorrida remeterá o recurso ao órgão julgador dentro dos dez (10) dias úteis subsequentes à sua apresentação, e, se o entender intempestivo, assinalará o fato no despacho de encaminhamento".

"Art. 116. O recurso deverá ser julgado, dentro do prazo de trinta (30) dias.

Parágrafo único — Se, por motivo de força maior, o recurso não fôr julgado dentro do prazo previsto neste artigo, a autoridade competente para fazê-lo, de ofício, ou por solicitação do recorrente, poderá conceder-lhe efeito suspensivo".

Art. 2º E' acrescentado o § 3º ao artigo 4º do Código Nacional de Trânsito com a seguinte redação:

"Art. 4º

§ 3º — Os membros do Conselho Nacional de Trânsito deverão ter residência no Distrito Federal".

Art. 3º E' acrescido aos artigos 59 e 64 do Código Nacional do Trânsito um parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 59

Parágrafo único — Na aplicação do disposto neste artigo observar-se-ão os casos de imunidade e isenção previstos na legislação e nos atos internacionais em vigor".

"Art. 64

Parágrafo único — O disposto neste artigo não se aplica aos bicicletas e triciclos, inclusive ciclomotores, providos de motor auxiliar térmico de até cinquenta (50) centímetros cúbicos de cilindrada e cuja velocidade máxima

não exceda a cinquanta (50) quilômetros horários, e aos aparelhos automotores de que trata o artigo anterior”

Art. 4º E' acrescentado o § 3º ao artigo 66 do Código Nacional de Trânsito, com a seguinte redação:

“Art. 66

§ 3º — Estão isentos da Carteira Nacional de Habilitação os condutores de bicicletas e triciclos e dos aparelhos automotores a que se refere o artigo 64, parágrafo único”.

Art. 5º E' suprimido o item VI do artigo 8º do Código Nacional de Trânsito, renumerado para VI o item VII.

Art. 6º Ficam revogados o parágrafo único do artigo 6º; os §§ 5º, 6º e 7º do artigo 7º; o parágrafo único do artigo 8º; e o § 5º do artigo 37, todos do Código Nacional de Trânsito.

Art. 7º É criado, como órgão integrante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores o Departamento Nacional de Trânsito, com autonomia administrativa e técnica.

§ 1º — A estrutura administrativa e o quadro do pessoal do Departamento Nacional de Trânsito serão fixados em lei.

§ 2º — O Departamento Nacional de Trânsito será dirigido por um Diretor-Geral, nomeado em comissão, pelo Presidente da República dentre especialistas em trânsito de nível universitário.

Art. 8º Compete ao Departamento Nacional de Trânsito, especialmente:

I — Organizar e manter atualizado o Registro Nacional de veículos Automotores (RENAVAN);

II — Organizar e manter atualizado o Registro Nacional de Carteira de Habilitação (RENACH);

III — Cooperar com os Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, no estudo e solução de problemas de trânsito;

IV — Organizar cursos de treinamentos e especialização do pessoal encarregado da administração e fiscalização do trânsito.

V — Organizar a estatística geral de trânsito no território nacional;

VI — Incentivar o estudo das questões atinentes ao trânsito;

VII — Promover a divulgação de trabalhos sobre trânsito;

VIII — Promover a realização periódica de reuniões e congressos nacionais de trânsito, bem como propor ao Governo a representação do Brasil em congressos ou reuniões internacionais;

IX — Opinar sobre assuntos relacionados com o trânsito interestadual e internacional;

X — Estudar e propor medidas que estimulem o ensino técnico-profissional de interesse do trânsito;

XI — Propor a complementação ou a alteração da sinalização;

XII — Estabelecer modelo-padrão para relatório de estatística de acidentes de trânsito;

XIII — Elaborar de acordo com o Ministério da Educação e Cultura, programas para divulgação de noções de trânsito nos estabelecimentos de ensino elementar e médio;

XIV — Sugerir a alteração da legislação sobre trânsito;

XV — Instruir os recursos interpostos ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores contra decisões do Conselho Nacional de Trânsito;

XVI — Estudar os casos omissos na legislação do trânsito, propondo-lhes a solução ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 9º E' criado no quadro de Pessoal-Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, um cargo, em comissão, de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Trânsito, símbolo 1-C.

Art. 10. O Ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá determinar que passem a ter exercício, no Departamento Nacional de Trânsito, funcionários lotados noutros órgãos do Ministério bem como requisitar, para nele servirem, enquanto não organizado seu quadro de pessoal, funcionários de outros Ministérios ou de autarquias federais.

Parágrafo único. As requisições de que trata este artigo, não acarretarão aos funcionários a perda dos vencimentos, direitos e vantagens inerentes aos cargos de que forem titulares.

Art. 11. Fica prorrogado por sessenta (60) dias o prazo para regulamentação do Código Nacional de

Trânsito e suas modificações introduzidas por este Decreto-lei.

Art. 12. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 238 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Retifica o Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967 e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9 § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica acrescentado o seguinte parágrafo 3º ao artigo 2º do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967:

“§ 3º Os recursos provenientes de depósitos ou de venda de certificados de compra de ações previsto no “caput” deste artigo, deverão ficar mantidos em depósito no Banco do Brasil, em conta especial, à disposição das instituições mencionadas neste artigo, enquanto não forem aplicados na compra de ações novas ou de debêntures conversíveis em ações.”

Art. 2º O artigo 4º do Decreto-lei nº 157, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º As pessoas jurídicas, obedecendo as condições mencionadas no artigo anterior, poderão deduzir do imposto de renda devido, no exercício financeiro de 1967, a importância equivalente a cinco por cento (5%) desse imposto desde que a mesma importância seja aplicada na efetivação do depósito ou na compra de certificados referidos no artigo 2º”.

“Parágrafo único. O benefício fiscal previsto neste artigo será concedido cumulativamente com os de que tratam as Leis ns. 4.239, de 27 de junho de 1963, 4.869, de 1º de dezembro de 1965 e nº 5.174, de 27 de outubro de 1966, desde que observado o limi-

te máximo de cinquenta e cinco por cento (55%) do valor do imposto devido.”

Art. 3º O inciso d, do artigo 7º do Decreto-lei nº 157 passa a ter a seguinte redação:

d) aplicar os recursos provenientes de aumento de capital integralizado com opção de uma das providências acima enumeradas, em capital circulante, aumentando a proporção do passivo não exigível em relação ao exigível, verificada no último balanço anterior a 1º de janeiro de 1967 e assegurando a relação resultante com o recebimento desses recursos por período não inferior a três anos (3), considerado como capital próprio as debêntures conversíveis em ações, de prazo mínimo de três (3) anos.”

Art. 4º O Empréstimo Compulsório instituído pelo artigo 72, da Lei 4.242, de 17 de julho de 1963, será resgatado da seguinte forma:

a) em dinheiro, a partir de abril de 1967 quando arrecadado até 31 de dezembro de 1963;

b) em dinheiro ou mediante a subscrição de Obrigações do Tesouro Nacional — Tipo Reajustável, a que se refere a Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, a partir do ano de 1968, quando arrecadado nos exercícios de 1964 e 1965.

Art. 5º Dentro de 60 (sessenta) dias o Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo, ficando revogados os Artigos 22 e 45 da Lei número 4.862, de 29 de novembro de 1965.

Art. 6º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e o Decreto nº 23.501, de 27 de novembro de 1933.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 239 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Define o Programa Tecnológico Nacional, o sistema nacional de tecnologia e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o pará-

grafo segundo do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Do Programa Tecnológico

Art. 1º O Programa Tecnológico Nacional se desenvolverá baseado nas seguintes diretrizes básicas:

- a) realização de pesquisas e levantamentos tecnológicos como base para ação planejada a longo prazo;
- b) identificação de setores tecnológicos mais carentes de planos específicos;
- c) concentração de recursos em projetos tecnológicos que tenham vinculação direta com o desenvolvimento econômico;
- d) formação e treinamento de pessoal especializado necessário às exigências do desenvolvimento tecnológico;
- e) delegação a órgãos e entidades capazes de execução de projetos tecnológicos, fornecendo-lhes os subsídios necessários;
- f) concessão de estímulos aos trabalhos que visem à padronização e melhor especificação de produtos nacionais de qualquer espécie, especialmente com vistas à exportação.

CAPÍTULO II

Do Sistema Nacional de Tecnologia

SEÇÃO I

Das órgãos do sistema

Art. 2º Os órgãos integrantes do sistema nacional de tecnologia são os seguintes:

a) Instituto Nacional de Tecnologia (INT), como órgão de atuação central, que se incumbirá de funções de supervisão, orientação, coordenação, fiscalização e execução do programa tecnológico nacional;

b) Órgãos tecnológicos, com funções de execução delegadas, abrangendo os Institutos Tecnológicos das Universidades Federais e reconhecidas, ou dos Governos estaduais e municipais;

§ 1º — O planejamento anual das atividades do programa tecnológico nacional, estará a cargo de uma Comissão Coordenadora, presidida pelo

Diretor-Geral do INT, integrada pelos representantes dos órgãos governamentais relacionados com assuntos tecnológicos.

§ 2 — A execução das atividades tecnológicas definidas neste Decreto-Lei serão exercidas de maneira coordenada, pelos órgãos citados neste artigo.

SEÇÃO II

Do Instituto Nacional de Tecnologia

Art. 3º Ao Instituto Nacional de Tecnologia, do Ministério da Indústria e do Comércio, incumbe desenvolver o programa tecnológico Nacional definido no artigo primeiro, promovendo especialmente a execução de medidas para obtenção de matérias primas com vistas a tornar mais eficiente e econômica a produção das indústrias do País, e especialmente, realizando:

- a) análises químicas, ensaios físicos e mecânicos e estudos tecnológicos para atender às necessidades específicas da indústria e do comércio;
- b) ajuste dos processos e técnicas da produção industrial do estágio de desenvolvimento e às peculiaridades da economia nacional;
- c) desenvolvimento e aperfeiçoamento de processos e técnicas da produção industrial conducentes ao aproveitamento intensivo dos recursos naturais do País;
- d) orientação quanto à absorção das inovações tecnológicas pela indústria nacional;
- e) implantação e modernização de laboratórios e de meios de controle e de experimentação qualitativa de matérias-primas, insumos e produtos fabricados;
- f) estímulos a trabalhos de padronização e especificação de produtos nacionais de qualquer espécie;
- g) organização anual de um programa de pesquisas dos problemas tecnológicos prioritários a ser aprovado pela Comissão de Coordenação.

CAPÍTULO III

Do Fundo de Amparo à Tecnologia

Art. 4º Fica criado um fundo de natureza contábil, sob a denominação de "Fundo de Amparo à Tecnologia" (FUNAT), destinado a prover recursos

para a manutenção e desenvolvimento dos serviços do Instituto Nacional de Tecnologia, conservação, renovação e ampliação de suas instalações, bem como para o financiamento de projetos, estudos e programas do interesse tecnológico, e que será constituído por:

a) dotação orçamentária específica a ser consignada no orçamento da União, em quantia não inferior a NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos) por ano, durante quatro anos, a partir do exercício de 1968;

b) créditos especiais e suplementares;

c) rendimentos de depósitos bancários do FUNAT ou de operações por ele realizadas;

d) 15% (quinze por cento) da receita de fundos criados ou a serem criados no Ministério da Indústria e do Comércio, que tenham relação com o desenvolvimento tecnológico;

e) participação de outros Fundos estrangeiros ao Ministério da Indústria e do Comércio, de amparo a pesquisas e experimentações tecnológicas, mediante apresentação pelo Instituto Nacional de Tecnologia de projetos específicos;

f) subvenções, doações, legados e outras rendas eventuais;

g) renda da aplicação de bens patrimoniais;

h) produto da venda de material ou alienação de bens patrimoniais;

i) receita de acordo com órgãos públicos ou privados para execução de programas tecnológicos no campo de indústrias básicas;

j) renda proveniente de serviços prestados;

k) outras receitas que resultem de atividades do Instituto Nacional de Tecnologia;

l) contribuições de qualquer natureza.

Art. 5º Os recursos do FUNAT serão aplicados:

I — na aquisição e reparo de equipamento e instalações;

II — no aparelhamento e ampliação do edifício da sede, da biblioteca e documentação;

III — ao custeio, de viagens e outras despesas inerentes às funções do Instituto Nacional de Tecnologia, como simpósios, congressos, mesas-redondas, debates, retribuição de servi-

ços avulsos ou de natureza eventual, ou de credenciamento e treinamento do pessoal;

IV — na execução do Programa Tecnológico Nacional especificado no art. 1º deste Decreto-Lei.

V — no auxílio às empresas industriais do País em projetos que visem ao aumento da produtividade.

Art. 6º A aplicação dos recursos do FUNAT obedecerá a programas elaborados pelo Instituto Nacional de Tecnologia, aprovados pela Comissão Coordenadora e referendados pelo Ministro de Estado da Indústria e do Comércio.

§ Único. Os recursos do FUNAT não poderão ser destinados à admissão de pessoal permanente.

Art. 7º. A gestão do FUNAT caberá a uma Junta Administrativa, que, mediante propostas ao Diretor-Geral do Instituto Nacional de Tecnologia, incumbir-se-á do seguinte:

I — apresentar anualmente, ao Ministro da Indústria e do Comércio, relatório analisando os resultados dos projetos executados ou em andamento;

II — elaborar os programas anuais de aplicação dos recursos do FUNAT;

III — tomar as medidas administrativas necessárias à realização dos objetivos do FUNAT;

IV — envidar esforços no sentido de obter a cooperação técnica e financeira de organizações nacionais e estrangeiras para a execução de seus programas de trabalho;

V — cuidar da movimentação dos recursos do FUNAT;

VI — recrutar pessoal nos termos do art. 11.

Art. 8º. Os recursos do FUNAT serão depositados, em conta especial, no Banco do Brasil S.A., em nome do Instituto Nacional de Tecnologia, a ser movimentada na forma que dispuser o regulamento deste Decreto-Lei.

§ 1º — Os saldos verificados no fim de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

§ 2º — Os saldos orçamentários não entregues ao Instituto Nacional de Tecnologia até ao fim do exercício serão escriturados como "restos a pagar".

Art. 9º. A concessão, mediante convênio ou acôrdo, de colaboração financeira à conta do Fundo, em projetos de iniciativa de terceiros, será condicionada a: 1º) enquadramento nos objetivos do FUNAT; 2º) fiscalização através dos órgãos do Sistema Nacional de Tecnologia de aplicação dos recursos e do fiel cumprimento do projeto aprovado; 3º) participação não superior a 60% do orçamento global do projeto.

Art. 10. As dotações orçamentárias e os créditos adicionais destinados ao Instituto Nacional de Tecnologia serão distribuídos independentemente de prévio registro no Tribunal de Contas da União.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Art. 11. Para as atividades a serem atendidas à conta do FUNAT, poderá ser recrutado pessoal em caráter de avulso, de credenciado ou de eventual, sob o regime de pagamento mediante recibo, respeitadas as normas da legislação em vigor, sem que o pessoal assim recrutado adquira condição de servidor público.

Art. 12. O Instituto Nacional de Tecnologia poderá contratar técnicos especialistas e ou organizações especializadas, sob o regime de tarefas, para quaisquer trabalhos específicos relacionados com o FUNAT.

Art. 13. São isentos de impostos e taxas os aparelhos, instrumentos e utensílios de laboratório, produtos químicos e quaisquer outros materiais sem similar nacional, importados pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Tecnologia para execução de seus trabalhos, e o desembaraço alfandegário, far-se-á mediante simples requisição ao chefe da repartição, acompanhada de prova de aquisição do material importado.

Art. 14. O Instituto Nacional de Tecnologia poderá celebrar convênio e acôrdo com entidades públicas ou privadas e com os governos dos Estados e Municípios, transferindo-lhes parte da execução de sua programação.

Parágrafo único — Os contratos, acôrdos ou convênios firmados pelo Instituto Nacional de Tecnologia in-

dependem de registro prévio no Tribunal de Contas da União.

Art. 15. Fica o Instituto Nacional de Tecnologia autorizado a emitir logo que possível, certificados e selos de garantia de qualidade, para produtos fabricados de acôrdo com as normas técnicas em vigor, e sujeitos à fiscalização permanente.

Art. 16. O Poder Executivo expedirá a regulamentação deste Decreto-Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 17. O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Raymundo Moniz de Aragão

Paulo Egydio

DECRETO-LEI Nº 240 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Define a política e o sistema nacional de metrologia e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Da Política Nacional de Metrologia

Art. 1º No Brasil, membro desde 1875 da Convenção do Metro, serão usadas, obrigatória e exclusivamente, nas condições deste Decreto-lei, as unidades de medir baseadas no Sistema Internacional de Unidades (SI), aprovadas nas Conferências Gerais de Pesos e Medidas.

Art. 2º A fim de assegurar em todo o território nacional a indispensável uniformidade na expressão quantitativa e metrológica das grandezas, cabe privativamente à União, conforme estabelecido na Constituição Federal:

a) a definição das unidades legais de medir;

b) a legislação sobre tudo quanto se referir a essas unidades, ao seu emprego e, de modo geral, ao aspecto metrológico de quaisquer atividades comerciais, industriais, técnicas ou científicas;

c) a execução, diretamente, ou por meio de delegações, das atividades metrológicas;

d) a fixação e a forma do recebimento das importâncias correspondentes aos preços dos serviços efetuados em verificação de medidas e instrumentos de medir, e das multas previstas neste Decreto-lei.

CAPÍTULO II

Do Sistema Nacional de Metrologia

SEÇÃO I

Dos órgãos do sistema

Art. 3º Os órgãos integrantes do sistema nacional de metrologia terão assim definido o seu âmbito:

I — atuação central:

Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM), que se incumbirá de funções de execução, supervisão, orientação, coordenação e fiscalização;

II — função delegada :

a) Órgãos Metrológicos dos Governos Estaduais, que receberem delegação do INPM, incumbidos de funções de administração e execução;

b) Órgãos Metrológicos dos Governos Municipais, mediante delegação do INPM ou dos respectivos órgãos metrológicos estaduais, com prévia e expressa autorização do INPM, também com funções de administração e execução.

Parágrafo único. Os serviços de metrologia serão exercidos, em todo o território nacional exclusivamente pelos órgãos citados neste artigo, de maneira uniforme, harmônica e interdependente, nos termos deste Decreto-lei

SEÇÃO II

Do Instituto Nacional de Pesos e Medidas

Art. 4º O Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM), órgão su-

bordinado ao Ministro da Indústria e do Comércio, tem por finalidade:

I — no plano técnico:

a) supervisionar, orientar e coordenar em todo o território nacional as autoridades e órgãos públicos incumbidos da execução das atividades metrológicas;

b) expedir ou propor a expedição de normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto-lei;

c) dirimir as dúvidas ocorridas na aplicação das leis e regulamentos metrológicos;

d) colaborar com os órgãos competentes da administração no sentido de ser estudado e aperfeiçoado o ensino da metrologia, nos seus diversos graus;

e) colaborar com a Repartição Internacional de Pesos e Medidas e Organização Internacional de Metrologia Legal;

f) adquirir e conservar os padrões nacionais e providenciar para que os padrões primários sejam periodicamente aferidos pelos padrões internacionais;

g) especificar as condições mínimas a que deverão obedecer os modelos de medidas e instrumentos de medir, examinando-os, definindo-os e aprovando-os, ou não;

h) examinar inicialmente, e aferir periodicamente, qualquer medida ou instrumento de medir;

- II) no plano administrativo:

a) promover as medidas tendentes a suprir ou corrigir quaisquer falhas ou deficiências nos serviços metrológicos em todo o país;

b) tomar as medidas administrativas necessárias ao melhor cumprimento das atribuições que neste Decreto-lei lhes são conferidas.

III) no plano cultural e educativo:

a) promover e efetuar estudos, reuniões e publicações sobre assuntos ligados à metrologia;

b) ministrar cursos de formação metrológica, obedecidos os dispositivos legais existentes sobre a matéria.

SEÇÃO III

Dos órgãos Delegados

Art. 5º Os órgãos metrológicos dos governos estaduais e municipais terão como competência a execução das atividades metrológicas que lhes forem delegadas pelo Instituto Nacional de

Pesos e Medidas a quem estarão tecnicamente subordinados.

Art. 6º O ato que outorgar delegação definirá explicitamente as atribuições conferidas e devesa:

a) estabelecer a destinação obrigatória e exclusiva de todos os recursos metroológicos no aparelhamento, manutenção e custeio dos serviços;

b) determinar as condições do recolhimento dos recursos metroológicos bem como da movimentação das contas respectivas;

c) dispôr sobre a supervisão do órgão delegado;

d) fixar os requisitos para o preenchimento da direção do órgão delegado;

e) determinar as condições para o preenchimento das funções técnicas no órgão delegado;

f) dispôr quanto à propriedade, guarda e utilização do material adquirido com recursos resultantes dos serviços metroológicos efetuados.

Art. 7º As delegações previstas no artigo 5º poderão:

a) no caso de órgãos-estaduais, abranger outros Estados;

b) no caso de órgãos delegados municipais, abranger outros Municípios.

Art. 8º. Nos casos de deficiência técnica, abuso, fraude ou desrespeito ao presente Decreto-lei e seus atos complementares, por parte de determinado órgão no exercício de suas atribuições metroológicas delegadas a delegação poderá ser suspensa ou cassada, pelo órgão delegante ou pelo INPM.

CAPÍTULO III

Do Sistema de Unidades de Medidas e dos Padrões

Art. 9º O Instituto Nacional de Pesos e Medidas publicará, dentro do prazo de 180 dias, a contar da data da publicação deste Decreto-Lei o Quadro Geral das Unidades de Medida, o qual será atualizado, conforme o estabelecido no Parágrafo Único deste artigo.

Parágrafo único. As modificações aprovadas pelas Conferências Gerais de Pesos e Medidas serão adotadas, mediante decreto do Presidente da República conforme proposta do Instituto Nacional de Pesos e Medidas.

Art. 10. Os padrões de medidas obedecerão aos característicos fixados em portarias baixadas pelo Diretor-Geral do Instituto Nacional de Pesos e Medidas, observado o que disponham as Conferências Gerais de Pesos e Medidas e o regulamento deste Decreto-lei.

CAPÍTULO IV

Dos Instrumentos de Medir, das Medidas e do Modo de Utilizá-las

Art. 11. Toda medida ou instrumento de medir, sobre os quais o Instituto Nacional de Pesos e Medidas tenha expedido normas e que devam ser expostos à venda ou utilizados em transações comerciais, perícias judiciais, fixação de salários, contratos ou quaisquer operações fiscais, deverão obrigatoriamente:

a) corresponder ao modelo que para o mesmo tenha sido aprovado pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas;

b) ser aprovado em exame inicial nas condições fixadas pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas;

c) ser aferido periodicamente nas condições fixadas pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas;

§ 1º — O Instituto Nacional de Pesos e Medidas determinará quais as medidas e instrumentos de medir sujeitos às obrigações definidas neste artigo;

§ 2º — Em casos especiais poderá o Instituto Nacional de Pesos e Medidas isentar da aferição periódica determinadas classes de medidas e instrumentos de medir.

Art. 12. Os fabricantes de medidas e instrumentos de medir deverão registrar os seus estabelecimentos no INPM.

Art. 13. O Instituto Nacional de Pesos e Medidas especificará as condições técnicas a que devem satisfazer as oficinas que executam consertos ou manutenção de medidas e instrumentos de medir sobre os quais haja regulamentação.

Art. 14. O Instituto Nacional de Pesos e Medidas especificará as condições técnicas a que devem satisfazer as pessoas físicas e jurídicas que exploram equipamentos públicos de pesar e medir.

CAPÍTULO V

*Do Aspecto Metroológico das
Transações*

Art. 15. Toda e qualquer transação de compra e venda, ou de modo geral de transmissão de propriedade efetuada no país deverá ser baseada em unidades legais, nos termos deste Decreto-lei.

§ 1º — Quaisquer contratos ou documentos que mencionem grandezas expressas em unidades não legais de medir, serão considerados nulos se, no prazo de 120 dias da data da denúncia dessa irregularidade não forem retificados, retroagindo a reificação à data do ato.

§ 2º — A obrigação definida neste artigo não se aplicará a contratos ou documentos relativos a mercadorias importadas ou exportadas devendo, porém, em tais casos acompanhar-se a indicação das grandezas expressas em unidades não legais e da sua conversão em unidades legais.

Art. 16. Nos livros, catálogos, anúncios, propaganda comercial, plantas, faturas, editais, sinais de tráfego, envios de recipientes de mercadorias, impressos em geral é obrigatório, para exprimir quaisquer grandezas, o uso das unidades legais de medida.

Parágrafo Único. É tolerado, no entanto, o uso de unidades não legais:

- a) em publicações de caráter exclusivamente científico;
- b) em tabelas de concordância e de transformação entre as unidades legais e não legais.

Art. 17. As mercadorias acondicionadas deverão trazer de modo bem visível, a indicação da quantidade líquida expressa em unidades legais, ou nos casos definidos pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas, o número de unidades contidas no acondicionamento.

Art. 18. O Diretor-Geral do Instituto Nacional de Pesos e Medidas baixará portarias estabelecendo:

- a) a maneira como devem ser executadas as medições para os fins mencionados neste capítulo;

b) as tolerâncias permitidas para as diferenças encontradas nessas medições;

c) as regras gerais sobre a fiscalização das medidas e dos instrumentos de medir, assim como, sobre as exigências metroológicas para as mercadorias acondicionadas.

CAPÍTULO VI

*Do Fundo Metroológico e suas
Aplicações*

Art. 19. É criado, no Ministério da Indústria e do Comércio, o "Fundo de Metrologia" (FUMET) destinado a financiar supletivamente, o aparelhamento, custeio e manutenção dos serviços metroológicos.

Art. 20. O FUMET será suprido por:

- a) dotação orçamentária específica a ser consignada no Orçamento da União, a partir do exercício de 1968 e durante cinco anos, em quantia não inferior a NCRS 500.000,00 (quinhentos mil cruzzeiros novos) por ano;
- b) produto das multas previstas neste Decreto-lei e na legislação metroológica;
- c) rendimento dos depósitos e aplicações de próprio FUMET;
- d) recursos de outras fontes internas e externas, públicas ou privadas;
- e) remuneração de serviços realizados pelo INPM diretamente ou por meio de delegação, conforme Tabela, aprovada pelo Ministro da Indústria e do Comércio e nas condições da delegação outorgada;
- f) subvenções, doações, legados e outras fontes eventuais;
- g) contribuições de qualquer natureza;
- h) apóio de outros Fundos que se destinem à realização de cursos de aperfeiçoamento profissional ou às atividades que visem, no campo das indústrias básicas, a elaboração das normas metroológicas técnicas, devendo, nesse caso, o INPM habilitar-se mediante projetos específicos;

Art. 21. Os recursos do FUMET poderão ser utilizados nas aplicações ou fins, isolados ou cumulativos, a seguir relacionados:

- a) aquisição e reparo de equipamento e instalações;
- b) aparelhamento e ampliação da Biblioteca e Documentação;

c) implantação, ampliação ou modernização dos serviços de manutenção e operação de metrologia;

d) custeio e outras despesas relacionadas com a metrologia, como reuniões, representações, retribuições de serviços avulsos ou de natureza eventual, ou de credenciamento, e formação e especialização de pessoal.

Art. 22. A aplicação dos recursos do FUMET obedecerá a programas elaborados pelo Diretor-Geral do INPM e aprovados pelo Ministro da Indústria e do Comércio. Nos programas serão fixados os critérios de sua aplicação e as correspondentes escalas de prioridade.

Art. 23. Os recursos do FUMET não se destinarão a custear despesas com a manutenção de pessoal permanente.

Art. 24. O FUMET será administrado por uma Junta designada pelo Ministro da Indústria e do Comércio, constituída pelo Diretor-Geral do INPM; por um dos Diretores de Divisão do INPM; e por um representante dos órgãos Delegados estaduais.

§ 1º Caberá ao Diretor-Geral do INPM a presidência da Junta e a indicação do nome do Diretor de Divisão.

§ 2º O representante dos órgãos delegados estaduais será indicado pelos Diretores desse Órgão e terá um mandato de dois anos.

Art. 25. Os recursos serão depositados, no Banco do Brasil S. A., em nome do Instituto Nacional de Pesos e Medidas à conta do FUMET e serão movimentados na forma que dispuser o regulamento deste Decreto-lei.

Parágrafo único. Os saldos verificados no fim de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

Art. 26. Para o exercício das atividades metrológicas a serem atendidas por conta do FUMET poderá ser recrutado pessoal em caráter transitório, sob regime de pagamento mediante recibo, respeitadas as normas da legislação em vigor, nos limites dos recursos financeiros de que dispunha o INPM, sem que o pessoal assim recrutado adquira a condição de servidor público.

CAPÍTULO VII

Do Ensino e da Formação do Pessoal

Art. 27. O Instituto Nacional de Pesos e Medidas, diretamente ou por intermédio de seus órgãos delegados, promoverá a organização de cursos de formação metrológica, de grau superior e de grau médio, para o preparo de técnicos em metrologia.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo poderá o Instituto Nacional de Pesos e Medidas e os órgãos delegados, com o seu consentimento, assinar acordos com órgãos públicos autárquicos ou privados, estabelecendo o modo como os cursos devem ser dados e os programas respectivos, bem como a maneira de custeá-los.

Art. 28. O INPM poderá estabelecer com a Repartição Internacional Pesos e Medidas, e outros órgãos metrológicos estrangeiros, convênios, ajustes ou acordos que permitam a especialização de seus funcionários, por meio de cursos, ou estágio nos respectivos laboratórios.

Art. 29. Para o exercício de cargo técnico no Instituto Nacional de Pesos e Medidas ou em órgãos metrológico delegado, será exigida a apresentação de diploma de curso correspondente, nas condições que o Regulamento fixar.

CAPÍTULO VIII

Das Penalidades

Art. 30. Nos casos de infração de qualquer dispositivo deste Decreto-lei e seus atos complementares, serão aplicadas as penalidades previstas pelo Regulamento, as quais poderão ser isolada ou cumulativamente:

- a) advertência;
- b) multa, até o máximo de 60 salários-mínimos, vigente no Distrito Federal;
- c) interdição;
- d) apreensão;
- e) inutilização;

Art. 31. De qualquer penalidade imposta, caberá recurso na forma que o Regulamento estabelecer.

CAPÍTULO IX

Disposições Gerais

Art. 32. É assegurado aos agentes metrológicos, no desempenho das

atribuições, garantia de livre acesso a todos os locais onde se fabriquem, usem ou exponham à venda, medidas ou instrumentos de medir ou onde se acondicionem ou vendam mercadorias.

Art. 33. O Poder Executivo providenciará para que o Brasil se faça representar por técnicos do Instituto Nacional de Pesos e Medidas nas Conferências Gerais de Pesos e Medidas e de modo geral nas Conferências Internacionais de Metrologia.

Art. 34. Fica autorizada a adesão do Brasil à Organização Internacional de Metrologia Legal.

Art. 35. O Instituto Nacional de Pesos e Medidas especificará as quantidades em que certas mercadorias devam ser acondicionadas, notadamente as consideradas de primeira necessidade.

Art. 36. As empresas que executam contrôles metroológicos de natureza comercial, deverão obedecer às condições a serem estabelecidas pelo INPM, em ato próprio.

Art. 37. Aquele que exercer função metroológica em órgão oficial, não poderá ser proprietário, sócio ou empregado de empresas comerciais ou industriais sujeitas à fiscalização pelo órgão a que pertencer.

Art. 38. A direção dos órgãos metroológicos delegados será exercida por pessoa cujo nome tenha sido aceito, previamente, pelo Diretor-Geral do Instituto Nacional de Pesos e Medidas.

Art. 39. O material adquirido com os recursos decorrentes dos serviços metroológicos fica incorporado ao patrimônio do INPM, permanecendo sob a guarda e utilização do órgão delegado, enquanto vigente a delegação.

Art. 40. As aferições e demais serviços metroológicos terão seus preços fixados em Tabela proposta pelo Diretor-Geral do INPM e aprovada pelo Ministro da Indústria e do Comércio.

Art. 41. O Poder Executivo regulamentará este Decreto-lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 42. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogada nas disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Paulo Egydio Martins

DECRETO-LEI Nº 241 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Inclui entre as profissões cujo exercício é regulado pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, a profissão de engenheiro de operação.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, parágrafo 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Os engenheiros de operação, diplomados em cursos superiores legalmente instituídos, com duração mínima de três anos, ficam, para todos os efeitos, incluídos entre os profissionais que têm o exercício das suas atividades regulado pela Lei número 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Raymundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 242 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre o custeio do Plano Nacional de Cultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, parágrafo 2º, do Ato Institucional nº 4, e tendo em vista o disposto no art. 1º, letra "f", da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, decreta:

Art. 1º Dos recursos que a União destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do ar-

tigo 92 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, será destacada uma parcela de dez por cento (10%) para custeio do Plano Nacional de Cultura, a que se refere o artigo 2º, letra "m", do Decreto-lei nº 74, de 21 de novembro de 1966.

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 243 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Fixa as Diretrizes e Bases da Cartografia Brasileira e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, parágrafo 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Da Penalidade

Art. 1º O presente decreto-lei tem como finalidade o estabelecimento das diretrizes e bases das atividades cartográficas e correlatas, em termos de eficiência e racionalidade, no âmbito nacional, através da criação de uma estrutura cartográfica em condições de atender aos reclamos do desenvolvimento econômico social do País e da Segurança Nacional.

CAPÍTULO II

Do Sistema Cartográfico Nacional

Art. 2º As atividades cartográficas, em todo o território nacional, são levadas a efeito através de um sistema único — o Sistema Cartográfico Nacional — sujeito à disciplina de planos e instrumentos de caráter normativo, consoante os preceitos deste decreto-lei.

Parágrafo único. O Sistema Cartográfico Nacional é constituído pelas entidades nacionais, públicas e pri-

vadas, que tenham por atribuição principal executar trabalhos cartográficos ou atividades correlatas.

CAPÍTULO III

Da Comissão de Cartografia

Art. 3º O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística incluirá em sua organização uma Comissão de Cartografia incumbida de coordenar a execução da Política Cartográfica Nacional e exercer outras atribuições, nos termos do presente decreto-lei.

Art. 4º A Comissão de Cartografia a que se refere o artigo anterior, além de representante do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, será integrada por membros designados pelas entidades seguintes:

- Ministério da Marinha
- Ministério da Guerra
- Ministério da Aeronáutica
- Ministério da Agricultura
- Ministério das Minas e Energia
- Associação Nacional de Empresas de Aerofotogrametria.

§ 1º Cada entidade designará um membro e um suplente, como substitutivo eventual.

§ 2º A Comissão será presidida pelo representante do Conselho Nacional de Geografia.

§ 3º Os componentes da Comissão serão especialistas em cartografia, ressalvada a inexistência dos mesmos no órgão representado.

§ 4º A inclusão de novos membros representantes de outras entidades pertencentes ao Sistema Cartográfico Nacional, poderá ser levada a efeito, mediante proposta da Comissão, através de decreto do Poder Executivo.

§ 5º Nas deliberações da Comissão, cada membro terá direito a um voto, inclusive o Presidente.

§ 6º As deliberações da Comissão serão válidas quando aprovadas por 2/3 dos seus membros.

Art. 5º Além de outras atribuições que lhe confere o presente decreto-lei, competirá à Comissão de Cartografia:

1. Promover o entrosamento dos Planos e Programas da Cartografia Sistemática;

2. Elaborar e coordenar planos e programas não incluídos no item anterior;

3. Elaborar propostas concernentes à dotação especial a que se refere o artigo 32 e fixar a distribuição dos seus recursos, mediante programas específicos de aplicação;

4. Elaborar "Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Terrestre Nacional";

5. Sugerir às autoridades competentes a adoção de novas medidas legais e a regulamentação das normas legais vigentes, no que concerne à Cartografia;

6. Servir de mediadora nas pendências de natureza cartográfica, que se verificarem entre Unidades Federadas, nos casos previstos nos parágrafos do artigo 16;

7. Promover o entendimento prévio dos representantes brasileiros em certames cartográficos internacionais, a fim de fixar o ponto de vista nacional, quando tais representações não sejam atribuição específica de órgão integrante do Sistema Cartográfico Nacional;

8. Fazer-se representar em certames nacionais que envolvam assuntos de cartografia;

9. Propor medidas destinadas ao incentivo do ensino e pesquisa cartográficos.

10. Propor a inclusão, na Comissão, de novos membros representantes de outras entidades pertencentes ao Sistema Cartográfico Nacional.

CAPÍTULO IV

Da representação do Espaço Territorial

Art. 6º O espaço territorial brasileiro, para os efeitos do presente decreto-lei, é representado através de cartas e outras formas de expressão afins.

§ 1º As cartas — representação plana, gráfica e convencional — classificam-se:

a) quanto à representação dimensional em

- Planimétricas;
- Plano-altimétricas.

b) quanto ao caráter informativo em

— Gerais, quando proporcionam informações genéricas, de uso não particularizado;

— Especiais, quando registram informações específicas, destinadas, em particular, a uma única classe de usuários;

— Temáticas, quando apresentam um ou mais fenômenos específicos, servindo a representação dimensional apenas para situar o tema.

§ 2º As fotocartas, mosaicos e outras formas de representação são admitidas subsidiária e acessoriamente.

CAPÍTULO V

Da Cartografia Sistemática

Art. 7º A cartografia sistemática tem por fim a representação do espaço territorial brasileiro por meio de cartas, elaboradas seletiva e progressivamente, consoante prioridades conjunturais, segundo os padrões cartográficos terrestre, náutico e aeronáutico.

Art. 8º A Cartografia Sistemática Terrestre Básica tem por fim a representação da área terrestre nacional, através de séries de cartas gerais contínuas, homogêneas e articuladas, nas escalas-padrão abaixo discriminadas:

Série de 1: 1.000.000

Série de 1: 500.000

Série de 1: 250.000

Série de 1: 100.000

Série de 1: 50.000

Série de 1: 25.000

Parágrafo único. As séries de cartas das escalas-padrão obedecem às normas estabelecidas de acordo com o presente Decreto-lei.

Art. 9º A Cartografia Sistemática Náutica tem por fim a representação hidrográfica da faixa oceânica adjacente ao litoral brasileiro, assim como dos rios, canais e outras vias navegáveis de seu território, mediante séries padronizadas de cartas náuticas, que conterão as informações necessárias à segurança da navegação.

Art. 10. A Cartografia Sistemática Aeronáutica tem por fim a representação da área nacional, por meio de séries de cartas aeronáuticas padronizadas, destinadas ao uso da navegação aérea.

Art. 11. A Cartografia Sistemática Especial não referida neste ca-

pítulo, bem como a Temática, obedecem aos padrões estabelecidos no presente Decreto-lei para as cartas gerais com as simplificações que se fizerem necessárias à consecução de seus objetivos precípuos, ressalvados os casos de inexistência de cartas gerais.

CAPÍTULO VI

Da Infraestrutura Cartográfica

Art. 12. Os levantamentos cartográficos sistemáticos apoiam-se obrigatoriamente em sistema plano-altimétrico único, de pontos geodésicos de controle, materializados no terreno por meio de marcos, pilares e sinais, assim constituído:

- 1) rede geodésica fundamental interligada ao sistema continental;
- 2) redes secundárias, apoiadas na fundamental, de precisão compatível com as escalas das cartas a serem elaboradas.

§ 1º São admitidos sistemas de apoio isolados, em caráter provisório, somente em caso de inexistência ou impossibilidade imediata de conexão ao sistema plano-altimétrico previsto neste artigo.

§ 2º Compete, precipuamente, ao Conselho Nacional de Geografia promover o estabelecimento da rede geodésica fundamental, do sistema plano-altimétrico único.

CAPÍTULO VII

Dos Marcos, Pilares e Sinais Geodésicos

Art. 13. Os marcos, pilares e sinais geodésicos são considerados obras públicas, podendo ser desapropriadas, como de utilidade pública, as áreas adjacentes necessárias à sua proteção.

§ 1º Os marcos, pilares e sinais conterão obrigatoriamente a indicação do órgão responsável pela sua implantação, seguida da advertência: "Protegido por Lei" (Código Penal e demais leis civis de proteção aos bens do patrimônio público).

§ 2º Qualquer nova edificação, obra ou arborização, que a critério do órgão cartográfico responsável, possa prejudicar a utilização de marco, pilar ou sinal geodésico, só pode-

rá ser autorizada após prévia audiência desse órgão.

§ 3º Quando não efetivada a desapropriação, o proprietário da terra será obrigatoriamente notificado, pelo órgão responsável, da materialização e sinalização do ponto geodésico, das obrigações que a lei estabelece para sua preservação e das restrições necessárias a assegurar sua utilização.

§ 4º A notificação será averbada gratuitamente, no Registro de Imóveis competente, por iniciativa do órgão responsável.

Art. 14. Os operadores de campo dos órgãos públicos e das empresas oficialmente autorizadas, quando no exercício de suas funções técnicas, atendidas as restrições atinentes ao direito de propriedade e à segurança nacional, têm livre acesso às propriedades públicas e particulares.

CAPÍTULO VIII

Das Normas

Art. 15. Os trabalhos de natureza cartográfica realizados no território brasileiro obedecem às Normas Técnicas estabelecidas pelos órgãos federais competentes, na forma do presente artigo.

§ 1º O estabelecimento de Normas Técnicas para a cartografia brasileira compete:

1. ao Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no que concerne à rede geodésica fundamental e às séries de cartas gerais, das escalas menores de 1:250.000;
2. à Diretoria do Serviço Geográfico, do Ministério da Guerra, no que concerne às séries de cartas gerais, das escalas de 1:250.000 e maiores;
3. à Diretoria de Hidrografia e Navegação, do Ministério da Marinha, no que concerne às cartas náuticas de qualquer escala;
4. à Diretoria de Rotas Aéreas, do Ministério da Aeronáutica, no que concerne às cartas aeronáuticas de qualquer escala.

§ 2º As Normas Técnicas relativas às cartas temáticas e cartas especiais, não referidas neste artigo, são estabelecidas pelos órgãos públicos federais interessados, na esfera de suas atribuições, atendido o disposto no artigo 11.

§ 3º As Normas Técnicas de que trata o presente artigo serão publicadas pelos órgãos que as estabelecerem.

§ 4º Cabe ao Conselho Nacional de Geografia difundir e fazer observar todas as Normas Técnicas estabelecidas para as cartas gerais.

§ 5º Na elaboração das Normas Técnicas serão respeitados os acordos e convenções internacionais ratificados pelo Governo Brasileiro.

Art. 16. É vedada a impressão — nas séries da Cartografia Sistemática Terrestre Básica — de folhas de cartas incompletas ou que, por qualquer outra forma, contrariem as Normas Técnicas estabelecidas.

§ 1º As folhas que abrangem áreas de mais de um Estado ou Território podem ser executadas mediante ajuste entre as partes interessadas.

§ 2º Não ocorrendo o ajuste, poderá ser estabelecido convênio entre as partes e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro órgão cartográfico da esfera pública.

Art. 17. Os órgãos públicos, as autarquias, as entidades paraestatais, as sociedades de economia mista e as fundações que elaborarem, direta ou indiretamente, cartas para quaisquer fins, compreendidas entre as escalas de 1:1.000.000 a 1:25.000, ficam obrigados a obedecer às escalas-padrão e às normas da Cartografia Sistemática, exceto quando houver necessidade de técnica.

§ 1º Verificada a exceção prevista neste artigo, a entidade interessada remeterá, ao Conselho Nacional de Geografia, justificativa tecnicamente fundamentada, a fim de ser submetida à aprovação da Comissão da Cartografia.

§ 2º Se, no prazo de 30 dias, a contar do recebimento da justificativa, pela Comissão, esta não se pronunciar, a matéria será considerada automaticamente aprovada.

§ 3º A falta de cumprimento das disposições do presente artigo e seu parágrafo 1º, sujeita o infrator às penas da lei.

Art. 18. O Poder Executivo, mediante proposta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, baixará as instruções Reguladoras das Nor-

mas Técnicas da Cartografia Terrestre Nacional destinadas a assegurar a coordenação e uniformidade das Normas Técnicas para as cartas gerais, elaboradas consoante as prescrições deste decreto-lei.

CAPÍTULO IX

Dos Planos e Programas da Cartografia Sistemática

Art. 19. O Plano Cartográfico Nacional rege a execução da Cartografia Sistemática no âmbito nacional.

Art. 20. O Plano Cartográfico Nacional é constituído pelo conjunto dos Planos Cartográficos Terrestre Básico, Náutico e Aeronáutico, destinados a orientar a execução das atividades cartográficas em seus respectivos campos.

Parágrafo único. Os Planos Cartográficos Terrestre Básico, Náutico e Aeronáutico, podem ser desdobrados em planos parciais, em função de problemas específicos e da evolução conjuntural.

Art. 21. O Plano Cartográfico Terrestre Básico é integrado pelos Planos Geodésico Fundamental, Cartográfico Básico do Exército e Cartográfico Básico do Conselho Nacional de Geografia.

Parágrafo único. Na elaboração do Plano Cartográfico Terrestre Básico, devem ser consideradas as necessidades da cartografia sistemática especial e da temática.

Art. 22. A execução do mapeamento sistemático do espaço territorial brasileiro é da competência das entidades integrantes do Sistema Cartográfico Nacional.

Parágrafo único. A execução dos planos — consoante as prioridades estabelecidas — obedece a programas anuais e plurianuais, que incluirão estimativas dos recursos necessários.

Art. 23. Os planos e programas serão dotados de flexibilidade que permita incorporar levantamentos cartográficos destinados a atender necessidades supervenientes.

Art. 24. A execução do Plano Cartográfico Nacional e a integração e execução do Plano Cartográfico

Terrestre Básico, serão coordenadas pela Comissão de Cartografia.

Art. 25. Os planos componentes do Plano Cartográfico Nacional serão elaborados e executados:

1. O Plano Geodésico Fundamental e o Plano Cartográfico Básico do Conselho Nacional de Geografia, sob a responsabilidade desse órgão;

2. O Plano Cartográfico Básico do Exército, sob a responsabilidade do Ministério da Guerra;

3. O Plano Cartográfico Aeronáutico, sob a responsabilidade do Ministério da Marinha;

4. O Plano Cartográfico Aeronáutico, sob a responsabilidade do Ministério da Aeronáutica.

Art. 26. Os eventuais planos e programas de interesse comum a entidades do Sistema Cartográfico Nacional e não previstos no presente Capítulo, serão elaborados pelos órgãos interessados sob a coordenação da Comissão de Cartografia.

Art. 27. As prioridades de execução a serem estabelecidas atenderão aos aspectos conjunturais inerentes à segurança nacional, ao desenvolvimento econômico social e aos compromissos internacionais assumidos pelo País.

CAPÍTULO X

Da Informação Cartográfica

Art. 28. As entidades integrantes do Sistema Cartográfico Nacional ficam obrigadas a remeter ao Conselho Nacional de Geografia, na forma e nos prazos estabelecidos por esse Conselho, ouvida a Comissão de Cartografia, informações que permitam situar e avaliar as características dos trabalhos realizados, ressaltados os aspectos que envolvam a segurança nacional:

Parágrafo único. A critério da Comissão de Cartografia, as entidades que deixarem de cumprir o prescrito neste artigo estão sujeitas a restrições no acesso, direto ou indireto, aos recursos da dotação especial a que se refere o artigo 32.

Art. 29. Os Órgãos Públicos, as Autarquias, as Entidades Paraestatais, as Sociedades de Economia Mista e as Fundações, não integrantes do Sis-

tema, remeterão corigatoriamente ao Conselho Nacional de Geografia, para apreciação da Comissão de Cartografia, uma via ou cópia autêntica, devidamente legalizada, dos contratos, ajustes ou convênios de prestação de serviços cartográficos, firmados com terceiros.

§ 1º Não será aprovado ou registrado pelos órgãos competentes qualquer contrato, ajuste ou convênio que não for acompanhado de documento fornecido pelo Conselho Nacional de Geografia, comprobatório da observância da obrigação prescrita no presente artigo.

§ 2º O documento comprobatório, de que trata o parágrafo anterior, será fornecido pelo Conselho Nacional de Geografia, dentro do prazo de oito (8) dias úteis, a contar do recebimento da via ou cópia citada neste artigo.

Art. 30. As entidades privadas que firmarem contratos para execução de serviços cartográficos darão disso ciência ao Conselho Nacional de Geografia no prazo de dez (10) dias a contar da assinatura.

Art. 31. Ao Conselho Nacional de Geografia cabe a divulgação das informações cartográficas.

Parágrafo único. Cabe, também, ao Conselho Nacional de Geografia promover o intercâmbio de publicações técnicas com organizações nacionais e estrangeiras congêneres e divulgar matéria que for de interesse para a Cartografia Nacional.

CAPÍTULO XI

Das dotações e recursos

Art. 32. O orçamento da União consignará, mediante proposta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dotação especial destinada à dinamização da Cartografia Sistemática no Espaço Territorial brasileiro, compatível com as necessidades do seu desenvolvimento e com as obrigações assumidas pelo País, em decorrência de acordos internacionais.

Parágrafo único. A instituição da dotação referida neste artigo não afetará as dotações orçamentárias específicas dos Ministérios e outros órgãos que disponham de serviços cartográficos próprios, inclusive as do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 33. Os recursos decorrentes da dotação especial de que trata o artigo anterior, serão aplicados no desenvolvimento da rede geodésica fundamental e no do mapeamento sistêmico.

§ 1º Esses recursos serão aplicados, prioritariamente para dinamizar a produção dos órgãos públicos do sistema.

§ 2º É vedada a aplicação desses recursos na aquisição de equipamentos e material permanente em geral, bem como na admissão de pessoal a qualquer título.

Art. 34. Compete à Comissão de Cartografia fixar a distribuição dos recursos da dotação especial de que trata o artigo 32, atendidos os seguintes requisitos:

1. Capacidade de realização da entidade, compatível com a qualidade e urgência dos trabalhos a executar;

2. Demonstração das necessidades de recursos correspondentes a contratos de prestação de serviços, a fim de eliminar eventuais deficiências e imprevistos na linha normal de produção da entidade;

3. Existência de planos e programas aceitos pela Comissão de Cartografia.

Parágrafo único. A não exação no cumprimento de tarefas realizadas com esses recursos, ou a inobservância das prescrições sobre Normas, Informação Cartográfica e demais preceitos deste decreto-lei, restringirão ou impedirão, a juízo da Comissão, o acesso da Entidade àqueles recursos.

CAPÍTULO XII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 35. As entidades públicas pertencentes ao Sistema Cartográfico Nacional devem estabelecer esquema de apoio recíproco, por forma a promover, pela integração de meios plena utilização de seus equipamentos e serviços.

Art. 36. O reequipamento dos órgãos cartográficos da esfera pública deve ser levado a efeito visando à obtenção de produtividade máxima, pela eliminação dos estrangulamen-

tos porventura existentes nas respectivas linhas de produção e em função do desenvolvimento da técnica cartográfica.

Art. 37. Os levantamentos Hidrográficos, não destinados à Carta Náutica, executados por órgãos públicos da Administração Central, ou pelas autarquias e entidades paraestatais, federais, serão levados ao conhecimento do Ministério da Marinha; os executados por qualquer outra entidade dependem de autorização desse Ministério e são por ele controlados.

Art. 38. Todo contrato, ajuste, convênio ou instrumento similar, referente a serviços de natureza cartográfica, da iniciativa de órgão Público, Autarquia, Entidade Paraestatal, Sociedade de Economia Mista e Fundação, incluirá obrigatoriamente, cláusula em que as partes contratantes se obrigam a observar os preceitos do presente decreto-lei.

Art. 39. Caso os contratos, ajustes ou convênios a que se refere o artigo 29 sejam considerados lesivos ao interesse público, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística adotará medidas legais adequadas, podendo promover sua anulação, sem prejuízo de outras sanções que a lei prescrever.

Art. 40. Ressalvados os acordos ou tratados internacionais em vigor, a execução de qualquer atividade cartográfica no Território brasileiro, por organizações estrangeiras, governamentais ou privadas, só poderá ser realizada mediante prévia autorização do Presidente da República, por proposta do Estado-Maior das Forças Armadas.

Art. 41. Uma vez instituída a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos termos do Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, passarão à competência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Instituto Brasileiro de Geografia as atribuições fixadas neste decreto-lei respectivamente para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Conselho Nacional de Geografia deste Instituto.

Art. 42. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 43. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Zilmar Araripe

Ademar de Queiroz

Severo Fagundes Gomes

Clovis Monteiro Travassos

Mauro Thibau

João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 244 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a indústria de construção naval.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, parágrafo 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, e

Considerando que a análise dos custos de produção da indústria de construção naval, propiciada pela Comissão Especial criada pelo Decreto nº 59.578, de 23 de novembro de 1966, demonstrou a necessidade de modificação do sistema de contratação de navios e/ou embarcações, assim como a redução dos tributos fiscais que gravam aquela produção;

Considerando que a normalização técnica e o índice de nacionalização dos navios e/ou embarcações e seus respectivos componentes tem influência decisiva no custo direto da construção naval, decreta:

Art. 1º A Comissão de Marinha Mercante será órgão financiador dos armadores aplicando os recursos do Fundo de Marinha Mercante de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º Para a construção de navios e/ou embarcações mercantes, os financiamentos concedidos pelo Fundo de Marinha Mercante serão limitados a 85% (oitenta e cinco por cento) do preço a ser pago pelo armador.

Parágrafo 1º Até 31 de dezembro de 1967, no entanto, o Fundo de Marinha Mercante poderá ser aplicado em financiamentos até 95% (noventa e cinco por cento) do preço a ser

pago pelo armador, dando-se preferência aos projetos cuja participação do armador reduza esse limite de financiamento.

Parágrafo 2º Excluem-se do disposto neste artigo os projetos incluídos no Plano de Emergência aprovado em 13 de janeiro de 1967.

Parágrafo 3º Não poderá ser incluído no financiamento qualquer reajuste do preço do navio e/ou embarcações decorrente de dilatação do prazo de construção além dos limites admitidos por dispositivos explícitos do contrato de construção.

Art. 3º As negociações técnicas e comerciais que conduzirão às especificações finais dos navios e/ou embarcações e à proposta para construção das unidades, serão realizadas pelos armadores com os estaleiros interessados.

Parágrafo único. A Comissão de Marinha Mercante somente financiará navios e/ou embarcações que atenderem os requisitos mínimos de segurança operacional e que garantam a rentabilidade do projeto.

Art. 4º O estaleiro é o responsável pela construção do navio e/ou embarcação, de acordo com os termos do contrato que definirá:

- I — planos e especificações;
- II — cronograma de construção;
- III — a Sociedade de Classificação e as condições de fiscalização das obras e dos ensaios parciais e finais a que estão sujeitos os navios e/ou embarcações.

Parágrafo único. Cabe ainda ao estaleiro a responsabilidade por:

- a) especificação e aquisição de matérias-primas, motores, equipamentos e partes complementares;
- b) fabricação, montagem e acabamento do navio e/ou embarcação, até a entrega ao armador, nos termos e condições, do contrato de construção.

Art. 5º Para efeito de tributação, a prestação de serviços e os fornecimentos da indústria de construção e reparos navais, quando executada por empresas existentes nesta data, cujas instalações tenham sido implantadas por projeto aprovados pelo extinto Grupo Executivo da Indústria Naval — GEIN, absorvido pela Comissão de Marinha Mercante, são equiparados a produtos de exportação, gozando das isenções de impostos atribuídos a estes, exceto o imposto sobre a renda.

Parágrafo 1º As isenções previstas neste artigo aplicam-se também aos serviços prestados pelas empresas de reparos navais, inclusive quando executados em navios e/ou embarcações de bandeira estrangeira.

Parágrafo 2º A isenção do imposto de importação para peças, equipamentos e partes complementares, em regime de "draw back" somente se aplicará às construções de navios e/ou embarcações contratadas com armadores estrangeiros.

Parágrafo 3º Excluem-se das isenções previstas nos serviços e fornecimentos que não se destinem especificamente a navios e/ou embarcações.

Art. 6º Os índices de nacionalização estabelecidos para os estaleiros nacionais na construção de navios e/ou embarcações poderão ser adequados, a critério da Comissão de Marinha Mercante, a fim de ser observado o conceito de similar nacional estabelecido pelo artigo 4º do Decreto-Lei nº 37 de 18 de novembro de 1966 e seu respectivo regulamento.

Art. 7º Para todos os efeitos do cálculo do índice global de nacionalização do navio e/ou embarcação, em peso e/ou em valor, quaisquer peças ou partes complementares serão consideradas como produtos integralmente nacional desde que satisfaçam as exigências mínimas relativas aos seus respectivos índices de nacionalização.

Art. 8º A Comissão de Marinha Mercante coordenará os esforços dos armadores, estaleiros, indústrias complementares e a Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT para que sejam gradativamente normalizados os tipos de navios e/ou embarcações e seus componentes, de forma a permitir melhor utilização das capacidades de produção dos estaleiros e indústrias complementares, reduzindo custos pelo aumento de repetitividade de encomendas e padronizando dentro de limites econômicos, os tipos e modelos dos navios e embarcações que constituem a frota da Marinha Mercante Nacional.

Art. 9º O crédito especial a que se refere o Decreto-lei nº 191, de 24 de fevereiro do corrente ano será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional para a imediata entrega ao Ministério de Viação e Obras Públicas — Fundo de Marinha Mercante.

Art. 10. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

Paulo Egydio Martins

Roberto Campos

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 245 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Transforma o Colégio Pedro II em autarquia e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º do Ato Institucional número 4, decreta:

CAPÍTULO I

Da organização e objetivos

Art. 1º O Colégio Pedro II, instituto oficial de ensino, passará a constituir órgão de administração indireta da União, com personalidade jurídica, de natureza autárquica, com autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, nos termos deste Decreto-lei.

Art. 2º Além de constituir-se campo de experiência do ensino médio e de aperfeiçoamento do pessoal destinado à constituição de seu corpo docente, o Colégio Pedro II tem por finalidade:

- a) ministrar ensino secundário;
- b) desenvolver a cultura, filosófica, científica, literária e artística, que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial;
- c) promover a formação intelectual dos adolescentes bem como a formação moral e cívica;
- d) promover pesquisas e experimentações pedagógicas;
- e) promover a aplicação de métodos e currículos do ensino secundário, por iniciativa própria ou para a execução de medidas sugeridas pelo Conselho Federal de Educação nos

térmos das alíneas *j*, *l* e *m* do artigo 9º da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

f) promover a preparação dos que pretendam habilitar-se ao ingresso no corpo docente do Colégio Pedro II;

g) difundir, através de publicações, os resultados obtidos no aprimoramento de métodos e técnicas de ensino.

§ 1º Para execução do disposto neste artigo, a Congregação poderá organizar, cursos, que serão regidos por normas regimentais aprovadas pelo Conselho Federal de Educação, e a autorização para seu funcionamento será concedida por Decreto.

§ 2º Poderão ser convidadas pessoas estranhas à Congregação para reger em caráter temporário, disciplinas constantes de cursos, a que se refere o parágrafo anterior, bem como para ministrar cursos de especialização sobre assuntos pedagógicos, educacionais ou culturais de modo geral, nos quais sejam especialistas.

Art. 3º O Colégio Pedro II terá como sede e fóro a cidade do Rio de Janeiro e é constituído de duas unidades: o Internato e o Externato, com as respectivas seções.

Art. 4º Para a realização de suas finalidades, poderá o Colégio Pedro II incorporar outros estabelecimentos de ensino e institutos técnico-científicos, bem como estabelecer acordos com entidades e organizações oficiais e privadas.

CAPÍTULO I

Da autonomia didática

Art. 5º A Congregação do Colégio Pedro II deverá estabelecer normas que permitam a aplicação e o desenvolvimento de princípios aprovados pelo Conselho Federal de Educação.

Parágrafo único. Os resultados obtidos na execução dessas normas serão comunicados pelo Diretor-Geral ao Ministro da Educação e Cultura, em minucioso relatório aprovado pela Congregação.

Art. 6º Os professores catedráticos, além do ensino das respectivas disciplinas através de programas e normas aprovadas pela Congregação, também ministrarão cursos a que se refere o art. 2º deste decreto-lei.

CAPÍTULO III

Do patrimônio e de sua utilização

Art. 7º O patrimônio do Colégio Pedro II será formado:

a) pelos bens, móveis e imóveis, que constituem suas instalações, ora pertencentes ao domínio da União, e que lhe serão transferidos, em consequência da execução deste Decreto-lei;

b) pelos bens e direitos que lhe forem dados ou por ele adquiridos;

c) pelos legados e doações, regularmente aceitos; e

d) pelos saldos de rendas próprias, ou de recursos orçamentários, quando transferidos para sua contra patrimonial.

Art. 8º A aquisição de bens patrimoniais, por parte do Colégio Pedro II, independe da aprovação do Governo Federal, mas a alienação desses bens somente poderá ser efetivada depois de autorizada pelo Presidente da República ouvido o Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Art. 9º O Colégio Pedro II poderá receber doações sem encargos ou com eles, inclusive para a constituição de fundos especiais, ampliação de instalações, ou custeio de serviços determinados.

Art. 10. Os bens e direitos pertencentes ao Colégio Pedro II somente poderão ser utilizados para a consecução de objetivos próprios às suas finalidades, na forma da lei e de seu Regimento, a ser expedido, sendo, porém permitida a inversão de uns e de outros para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

CAPÍTULO IV

Dos órgãos de administração

Art. 11. A administração do Colégio Pedro II será constituída pelos seguintes órgãos:

- a) Congregação
- b) Conselho de Curadores
- c) Conselho Departamental
- d) Diretoria-Geral
- e) Diretorias.

Art. 12. A Congregação será constituída:

- a) Professores catedráticos;
- b) Professores ocupantes interinos dos cargos de professor catedrático;

c) um representante dos livres-docentes do Colégio Pedro II;

d) dois representantes dos professores de ensino secundário, sendo um do Internato e outro do Externato, ambos eleitos pelos professores de ensino secundário da respectiva unidade;

e) professores eméritos.

Art. 13. A Congregação se reunirá ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando convocada pelo Diretor-Geral, para tratar de assuntos de alta relevância que interesse à vida conjunta do Colégio Pedro II.

Parágrafo único. O Diretor-Geral é obrigado a convocar a Congregação dentro de 72 horas, se receber ofício neste sentido, subscrito por dois terços ou mais da totalidade dos membros que a integram.

Art. 14. Compete à Congregação:

a) exercer, como órgão deliberativo, a superior jurisdição do Colégio Pedro II;

b) decidir, em grau de recurso, sobre os atos dos vários órgãos do Colégio;

c) aprovar os programas das disciplinas do curso secundário elaborados pelos catedráticos;

d) aprovar o Regimento do Colégio Pedro II, bem como os regulamentos internos de seus serviços e órgãos;

e) decidir a respeito de assuntos administrativos e didáticos de ordem geral, de iniciativas ou de modificações no regime escolar;

f) resolver sobre a concessão de títulos honoríficos;

g) decidir, com a audiência do Conselho de Curadores, sobre a criação e a concessão de prêmios pecuniários, destinados a recompensar a estimular atividades de reconhecido valor relacionadas com as finalidades do Colégio Pedro II;

h) eleger o seu representante no Conselho de Curadores;

i) organizar, por votação uninominal, as listas tripartidas destinadas à escolha do Diretor-Geral e dos Diretores das unidades;

j) eleger trienalmente os vice-diretores;

l) deliberar, em primeira instância, sobre destituição de membros efetivo ou estável do corpo docente;

m) deliberar sobre questões relativas ao provimento dos cargos de magistério ou à admissão do pessoal administrativo, nos termos da lei;

n) exercer quaisquer outras atribuições que vierem a ser estabelecidas no Regimento do Colégio Pedro II; e

o) deliberar sobre os casos omissos em leis e regulamentos.

Art. 15. Constituem o Conselho de Curadores:

a) o Diretor-Geral, que será o seu Presidente;

b) um representante do Conselho Departamental;

c) um representante da Congregação;

d) um representante dos antigos alunos;

e) um representante das pessoas físicas ou jurídicas, que tenham feito doação ao Colégio Pedro II; e

f) um representante do Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. Ao Ministro de Estado da Educação e Cultura caberá a presidência das reuniões do Conselho de Curadores a que comparecer.

Art. 16. São atribuições do Conselho de Curadores:

a) aprovar os orçamentos organizados pelo Conselho Departamental, os quais lhe serão submetidos pelo Diretor-Geral;

b) autorizar as despesas extraordinárias não previstas no orçamento do Colégio Pedro II;

c) aprovar a prestação de contas de cada exercício, feita ao Diretor-Geral pelos Diretores das unidades;

d) aprovar a prestação final de contas anualmente apresentada pelo Diretor-Geral, a fim de ser enviada ao Ministério da Educação e Cultura;

e) opinar sobre a aceitação de legados e doativos;

f) deliberar sobre a administração do patrimônio;

g) autorizar a celebração de acordos entre o Colégio Pedro II e sociedades industriais, comerciais ou particulares, para a realização de trabalhos ou pesquisas;

h) aprovar as tabelas do pessoal e as normas propostas para a sua admissão;

i) autorizar a instituição de prêmios pecuniários;

j) autorizar a abertura de créditos especiais ou suplementares;

Art. 17. O Conselho dos Curadores poderá, quando fôr o caso, propor a substituição definitiva do Diretor-Geral, antes de findo o seu mandato, proposta esta que só poderá ser encaminhada ao Ministro da Educação, se fôr aprovada por maioria de dois terços da totalidade dos membros da Congregação.

Art. 18. Integram o Conselho Departamental:

- a) o Diretor-Geral e o seu substituto eventual;
- b) os Diretores das unidades e os seus substitutos eventuais;
- c) os Chefes dos Departamentos.

Art. 19. Ao Conselho Departamental compete:

- a) zelar pela unidade do ensino e da administração, podendo, para isso, tomar as iniciativas julgadas convenientes;
- b) colaborar com a Diretoria Geral e com os Diretores nas questões de ordem pedagógica, didática, disciplinar e administrativa, de interesse do Colégio Pedro II;
- c) funcionar como órgão consultivo do Colégio Pedro II, pronunciando-se sobre assuntos de natureza administrativa, didática e disciplinar;
- d) elaborar o Regimento do Colégio Pedro II bem como o Regimento de cada unidade;
- e) opinar quanto às propostas dos orçamentos anuais das unidades, remetidas ao Diretor-Geral pelos respectivos Diretores;
- f) opinar relativamente ao orçamento da Diretoria Geral e de suas dependências;
- g) propor à Congregação, com audiência do Conselho de Curadores, o contrato de professores;
- h) opinar sobre cursos e conferências de extensão;
- i) opinar sobre a concessão de títulos honoríficos;
- j) propor a criação e a concessão de Prêmios pecuniários ou honoríficos destinados ao estímulo e à recompensa de atividades no Colégio Pedro II;
- l) eleger o seu representante no Conselho de Curadores;
- m) opinar sobre questões omissas no Regimento.

Art. 20. A Diretoria Geral, representada na pessoa do Diretor-Geral, é o órgão executivo central que coordena, fiscaliza e superintende as atividades do Colégio Pedro II.

§ 1º O Diretor-Geral será nomeado pelo Presidente da República, dentre os professores catedráticos efetivos, eleitos pela Congregação em lista triplica e por votação uninominal.

§ 2º O Diretor-Geral será nomeado pelo prazo de três anos, podendo ser reconduzido até duas vezes.

§ 3º Em caso de vacância ou impedimento ocasional do Diretor-Geral será ele automaticamente substituído pelo Diretor que contar mais tempo na Congregação.

Art. 21. São atribuições do Diretor-Geral, além das que o Regimento estabelecer:

- a) organizar com a audiência dos Diretores das unidades, os planos de trabalho anual e submetê-los à apreciação do Conselho Departamental;
- b) organizar, com a audiência do Conselho Departamental os projetos de orçamento anual e submetê-los à apreciação do Conselho de Curadores;
- c) administrar as finanças do Colégio Pedro II;
- d) admitir, transferir e dispensar o pessoal extraordinário;
- e) transferir, de acordo com a conveniência do serviço, o pessoal administrativo e docente de uma para outra unidade;
- f) exercer o poder disciplinar

Parágrafo único. O Diretor-Geral apresentará ao Conselho de Curadores, anualmente, ou quando solicitado, o completo relatório da situação orçamentária e das atividades do Colégio Pedro II.

Art. 22. Cada Diretoria, representada na pessoa do Diretor, é o órgão executivo que superintende, coordena e fiscaliza as atividades de uma unidade do Colégio.

Art. 23. O Diretor de cada unidade do Colégio será nomeado pelo Diretor-Geral, com prévia autorização do Ministro da Educação e Cultura, devendo a escolha recair num dos três catedráticos efetivos em exercício eleitos pela Congregação, em votação uninominal.

Parágrafo único. O Diretor exercerá o mandato pelo prazo de três anos podendo ser reconduzido até duas vezes, mediante proposta da Congregação, na forma deste artigo.

Art. 24. Cada uma das seções do Colégio Pedro II será dirigida por um vice-diretor, eleito na forma do disposto na letra i do art. 14 deste Decreto-lei.

CAPÍTULO V

Dos Recursos

Art. 25. Os recursos para manutenção e desenvolvimento dos serviços do Colégio Pedro II, conservação, renovação e ampliação de suas instalações, serão provenientes de:

- a) dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pela União;
- b) dotações, a título de auxílio ou subvenção, que lhe atribuírem os Estados, o Distrito Federal e Municípios;
- c) doações que a esse título receber de pessoas físicas ou jurídicas;
- d) renda da aplicação de bens patrimoniais;
- e) retribuição das atividades remuneradas dos laboratórios e quaisquer outros serviços;
- f) taxas e emolumentos escolares;
- g) receita anual.

CAPÍTULO VI

Do regime financeiro

Art. 26. O regime financeiro do Colégio Pedro II obedecerá aos seguintes preceitos:

- a) o exercício financeiro coincidirá com o ano civil;
- b) o orçamento obedecerá aos princípios da universalidade e da unidade;
- c) a proposta orçamentária será justificada com a indicação dos planos de trabalho correspondentes;
- d) os saldos de cada exercício serão lançados no fundo patrimonial ou em fundos especiais, na conformidade do que estabelecer o Regimento;
- e) durante o exercício financeiro poderão ser abertos créditos adicionais, desde que as necessidades de serviços o exijam e existam recursos disponíveis.

Art. 27. Para a realização de planos cuja execução possa exceder a um exercício financeiro, as despesas previstas serão aprovadas englobadamente consignando-se nos orçamentos seguintes as respectivas dotações.

Art. 28. A prestação anual de contas será feita até 28 de fevereiro e conterá além de outros, os seguintes elementos:

- a) balanço patrimonial;
- b) balanço econômico;
- c) balanço financeiro;
- d) quadro comparativo entre a receita, estimada e a receita realizada;
- e) quadro comparativo entre a despesa fixada e a despesa realizada.

CAPÍTULO VII

Disposições gerais e transitórias

Art. 29. Nos exercícios vindouros, o Orçamento da União, consignará, sob a forma de auxílio, a dotação necessária à manutenção do Colégio Pedro II e ao desenvolvimento de suas atividades, dotação essa que será distribuída ao Tesouro Nacional, para depósito, no Banco do Brasil S. A. à disposição do Diretor-Geral do estabelecimento.

§ 1º O órgão competente do Ministério da Educação e Cultura providenciará no sentido de que, no término de cada exercício financeiro, qualquer saldo existente na dotação referida seja incorporada à conta patrimonial do Colégio Pedro II.

§ 2º Uma vez empossado o Diretor-Geral, os saldos existentes nas dotações do Colégio Pedro II — Externato e Colégio Pedro II — Internato, correspondentes ao presente exercício financeiro, serão distribuídos ao Tesouro Nacional para depósito no Banco do Brasil S. A., ficando à disposição do Diretor-Geral do Colégio Pedro II.

Art. 30. O Regimento do Colégio Pedro II, que será aprovado por Decreto, disporá sobre a organização e a orientação geral dos trabalhos didáticos, criação de cursos, admissão de professores e alunos, seus direitos e deveres, e regime disciplinar, atendidos os seguintes preceitos:

- a) o Colégio Pedro II praticará, sob sua exclusiva responsabilidade, todos os atos peculiares ao seu funcionamento;
- b) a situação dos funcionários públicos lotados no Colégio Pedro II continuará a reger-se pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e pela legislação subsequente;
- c) o Colégio Pedro II não poderá dispensar a realização, na respectiva

sede, do concurso de títulos e provas para o provimento de suas cátedras e demais cargos de magistério;

d) a Diretoria-Geral será o órgão central, nela devendo ser processadas as inscrições, realizadas as matrículas e transferências, pagas as taxas escolares e outras, feitas as concorrências para aquisição de material e autorizadas as despesas, bem como outros atos de administração;

e) as diversas disciplinas serão organizadas em Departamentos, constituído o professorado em quadros de carreira de acesso gradual e sucessivo;

f) os Departamentos serão dirigidos por um Chefe, indicado pelos que o integram, ao Diretor-Geral, que fará a designação, devendo esta recair em catedrático pertencente ao respectivo Departamento;

g) segundo as suas conveniências específicas, o Colégio Pedro II adotará o regime de tempo integral para os membros dos corpos docentes e administrativo, na forma da legislação específica sobre o assunto.

Art. 31. Ficam assegurados todos os direitos em cujo gozo se acham os membros do corpo docente e demais servidores, administrativos e técnicos, atualmente lotados no Colégio Pedro II.

Art. 32. O Diretor-Geral apresentará, dentro de trinta dias após sua posse, ao Ministro da Educação e Cultura, para a regulamentação do presente decreto-lei, o projeto de Regimento do Colégio Pedro II, elaborado pelo Conselho Departamental e aprovado pela Congregação.

Art. 33. Fica criado, no quadro permanente do Ministério da Educação e Cultura, um cargo de Diretor-Geral símbolo 3-C do Colégio Pedro II.

Parágrafo único. O Poder Executivo fica autorizado a abrir o crédito suplementar necessário e destinado ao pagamento, no atual exercício, do vencimento correspondente ao cargo de Diretor-Geral do Colégio Pedro II.

Art. 34. O Presidente da Congregação do Colégio Pedro II deverá providenciar para que, dentro de trinta dias, a partir da vigência deste decreto-lei, seja processada a eleição a que se refere o § 1º do artigo 20.

Art. 35. Até que seja possível instalar a Diretoria-Geral em dependências adequadas, o Diretor-Geral

poderá responder pelo expediente de uma das unidades.

Parágrafo único. Nenhuma remuneração perceberá o Diretor-Geral pelo exercício temporário das funções de Diretor de uma das unidades.

Art. 36. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 246 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Modifica o Decreto-Lei nº 113, de 25 de janeiro de 1967, e o Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 99, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O art. 23 do Decreto-Lei nº 113, de 25 de janeiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23. Ficam desdobrados em 1º, 2º e 3º Tabelionato de Notas os atualmente existentes, com as atribuições constantes dos arts. 55, 56 e 57, da Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960.”

Art. 2º O art. 20 do Decreto-Lei nº 113, de 25 de janeiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. Fica criada a taxa judiciária, destinada a contribuir para a construção do Palácio da Justiça, que será cobrada sobre o valor da causa, na seguinte proporção:

a) até o valor de NCr\$ 1.000,00 — 2%.

b) de NCr\$ 1.001,00 a NCr\$ 5.000,00 — 1%.

c) pelo que exceder a NCr\$ 5.000,00 — 0,5%, até o limite de NCr\$ 300,00.”

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 247 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

*Modifica a redação do artigo 4º da
Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de
1965, e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O artigo 4º da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 4º A função policial, fundada na hierarquia e na disciplina, é incompatível com qualquer outra atividade”.

Art. 2º Fica acrescido ao artigo 23 da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, o seguinte § 2º, passando o atual § 2º a constituir o § 3º:

“§ 2º — Quando se tratar de ocupante de cargo ou função de direção, chefia ou assessoramento com atribuições e responsabilidades de natureza policial, a gratificação será calculada sobre o valor do símbolo do cargo em comissão ou da função gratificada”.

Art. 3º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo, quanto às vantagens financeiras, a 5 de outubro de 1966, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 248 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Institui a Política Nacional de Saneamento Básico, cria o Conselho Nacional de Saneamento Básico e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º, do art. 9º, do Ato Institucional nº 4,

de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-Lei:

CAPÍTULO I

Da Política Nacional de Saneamento Básico

Art. 1º É instituída a Política Nacional de Saneamento Básico, compreendendo o conjunto de diretrizes destinadas à fixação do programa governamental a aplicar-se nos setores de abastecimento de água e esgotos sanitários.

Parágrafo único. A Política Nacional de Saneamento Básico será implantada de conformidade com os princípios estabelecidos no presente Decreto-Lei e nas normas complementares necessárias à efetivação de suas finalidades.

Art. 2º Fica criado, no Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais o Conselho Nacional de Saneamento Básico (CNSB), órgão normativo, com a finalidade superior de exercer as atividades de planejamento, coordenação e controle da Política Nacional de Saneamento Básico, estabelecendo as condições de sua execução, para todo o território nacional.

CAPÍTULO II

Da Organização

Art. 3º O Conselho Nacional de Saneamento Básico será presidido pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais e terá a seguinte constituição:

- I — Conselho Normativo
- II — Órgãos Auxiliares:
 - Secretaria
 - Assessoria Técnica e Jurídica;

§ 1º Integrarão o Conselho Nacional de Saneamento Básico os seguintes membros:

- a) Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais — na qualidade de Presidente;
- b) Diretor do D.N.O.S.;
- c) Superintendente da SUDENE;
- d) Superintendente da SUDAM;
- e) Superintendente da SPVERFS.

§ 2º Nas faltas e impedimentos, o Presidente do Conselho será substituí-

do pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras de Saneamento ou, na falta deste, por outro membro, na forma prevista no Regimento do Conselho.

§ 3º Os membros do Conselho Nacional de Saneamento Básico poderão ser representados, eventualmente, por seus substitutos legais.

§ 4º O CNSB reunir-se-á com o mínimo de 4 (quatro) membros, por convocação do seu presidente e deliberará por maioria de votos, sendo o voto do presidente de qualidade.

Art. 4º O Poder Executivo fixará remuneração de presença dos membros do Conselho.

Art. 5º Ao Conselho Nacional de Saneamento Básico compete:

I — Definir a Política Nacional de Saneamento Básico;

II — Elaborar o Plano Nacional de Abastecimento de Água e Esgotos Sanitários;

III — Articular-se com os órgãos ou entidades federais, regionais, estaduais e municipais, com vistas à adoção de diretrizes e normas necessárias ao implemento da Política Nacional de Saneamento Básico;

IV — Assessorar órgãos e entidades federais, regionais, interestaduais, intermunicipais e municipais, visando à coordenação e integração dessa política;

V — Fixar as condições gerais de aplicação dos recursos destinados a financiamento de obras, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários;

VI — Definir as escalas de prioridade para execução das obras e serviços respectivos, de acordo com os planos de investimento no setor de saneamento básico;

VII — Promover os atos normativos que se fizerem necessários à perfeita articulação dos órgãos executivos da Política Nacional de Saneamento Básico, definindo condições e esferas de ação;

VIII — Manifestar-se sobre proposta de leis e regulamentos referentes a saneamento básico;

IX — Deliberar sobre o Regimento Interno do CNSB;

X — Deliberar sobre os contratos que criem compromissos financeiros celebrados pelo CNSB;

XI — Opinar sobre os relatórios anuais, estudos, planos, programas de

trabalho e orçamentos das atividades do saneamento básico, dos órgãos do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

Parágrafo único. As deliberações do CNSB serão submetidas à decisão do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

Art. 6º Os órgãos auxiliares terão suas atribuições específicas definidas em Regimento.

CAPÍTULO III

Da Execução da Política Nacional de Saneamento Básico

Art. 7º A execução da Política Nacional de Saneamento Básico, no âmbito federal, é atribuição do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

§ 1º A exceção dos casos de calamidade pública de reconhecida emergência, em que poderá realizar investimentos sob a forma de auxílio, o DNOS operará, em regime de empréstimo, de acordo com as normas que adotar para Municípios e Distritos com população superior a 40.000 habitantes na sede.

§ 2º Em Municípios e Distritos com população inferior a 40.000 habitantes na sede, o DNOS deverá operar em regime de empréstimo parcial ou total, podendo, excepcionalmente, efetuar investimentos em caráter de auxílio.

Art. 8º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 249 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a reorganização da Companhia de Navegação do São Francisco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º,

do art. 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte Decreto-Lei:

Art. 1º A Companhia de Navegação do São Francisco será reorganizada de acordo com o disposto no presente Decreto-Lei.

Art. 2º A administração da Companhia de que trata este Decreto-Lei competirá a um Conselho de Administração do qual o Presidente será nomeado e demitido, livremente, pelo Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. Os demais membros do Conselho de Administração, assim como os do Conselho Fiscal, serão eleitos pela Assembléia Geral de acionistas e exercerão seus mandatos de acordo com o disposto nos Estatutos Sociais.

Art. 3º O Ministro da Viação e Obras Públicas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste Decreto-Lei, encaminhará à aprovação do Presidente da República:

I — o projeto de organização dos serviços básicos da sociedade;

II — o projeto dos novos Estatutos Sociais.

Art. 4º As reformas a que se proceder de acordo com o artigo anterior serão aprovadas mediante decreto do Presidente da República, e transcritas na ata da Assembléia Geral extraordinária que será convocada, para adaptação dos Estatutos Sociais aos termos deste Decreto-Lei.

Parágrafo único. A ata mencionada neste artigo será arquivada, por cópia autêntica, no Registro do Comércio.

Art. 5º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 250 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Autoriza a Universidade Federal da Bahia a incorporar a Escola Agrônômica da Bahia e a Escola de Veterinária da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º, do art. 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica a Universidade Federal da Bahia autorizada a incorporar ao seu patrimônio, mediante acordo, todos os bens que constituem a Escola Agrônômica da Bahia, com sede no Município de Cruz das Almas, e a Escola de Veterinária com sede em Salvador.

Art. 2º A transferência, referida no artigo anterior, tornar-se-á efetiva mediante assinatura de termo, do qual constarão a descrição e avaliação dos bens.

Parágrafo único. A transferência de bens referida neste Decreto-lei, será sem ônus para a Universidade Federal da Bahia.

Art. 3º A Universidade Federal da Bahia procederá ao aproveitamento do pessoal que, em efetivo exercício nas Escolas ora incorporadas, optar pela situação de funcionário da referida Universidade.

§ 1º O pessoal que optar por permanecer na situação em que se encontra, de servidor estadual, poderá ficar à disposição da Universidade.

§ 2º O exercício de opção será feito dentro de 60 dias após a publicação desta Lei.

Art. 4º Fica aberto, no Ministério da Educação e Cultura, o crédito de NCr\$ 773.431,20 (setecentos e setenta e três mil, quatrocentos e trinta e um cruzeiros novos e vinte centavos), sendo NCr\$ 521.639,20 (quinhentos e vinte e um mil e seicentos e trinta e nove cruzeiros novos e vinte centavos) para pessoal; NCr\$ 137.100,00 (cento e trinta e sete mil e cem cruzeiros novos) para material de consumo; NCr\$ 15.100,00 (quinze mil e cem cruzeiros novos) para Serviços de Terceiros; NCr\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros novos); NCr\$19.392,00 (dezenove mil e trezentos e noventa e dois cruzeiros novos)

para transferências Correntes;
 NCr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros novos) para serviço em Regime de Programação Especial; NCr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros novos); NCr\$ 23.700,00 (vinte e três mil e setecentos cruzeiros novos), para material permanente.

Art. 5º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada, no que couber, a Lei número 1.055, de 16-1-1950.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967;
 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raimundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 251 — DE 28 DE
 FEVEREIRO DE 1967

Desapropria, por utilidade pública, imóvel destinado a Hospital, em Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 5º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966,

Considerando que a Sociedade Beneficente Maria Tereza Goulart, de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, deixou de desempenhar, efetivamente, as atividades assistenciais previstas em seus Estatutos;

Considerando a necessidade de ultimar as obras do Hospital de que a referida entidade é mantenedora na Cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, e pô-lo em funcionamento para atender às necessidades da população local;

Considerando que as obras e serviços realizados foram custeados, preponderantemente, com recursos públicos que devem ser resguardados, decreta:

Art. 1º Ficam desapropriados, por utilidade pública, o imóvel destinado ao Hospital localizado na Cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, e bem assim os equipamentos, materiais e demais bens móveis nele existentes.

Art. 2º Fica constituída, no Ministério da Saúde, uma Comissão Especial, integrada por um representante do Ministério da Saúde, um do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, um do Ministério do Trabalho e Previdência Social e um do Ministério da Educação e Cultura, para, sob a presidência do primeiro, promover as medidas decorrentes deste Decreto-lei e incumbir-se das providências necessárias à conclusão das obras e do funcionamento do Hospital, mediante convênios entre o Ministério da Saúde e os órgãos federais, estaduais, municipais e privados interessados.

Art. 3º As importâncias bloqueadas em nome da Sociedade Beneficente Maria Tereza Goulart, de Bento Gonçalves, e da Sociedade Beneficente Vânia Medeiros Mincarone, de Porto Alegre, ambas no Estado do Rio Grande do Sul, e destinadas às obras de que trata este Decreto-lei serão liberadas pelo Banco do Brasil S.A., e movimentada pela Comissão referida no Art. 2º.

Art. 4º Para atender às despesas relacionadas com a conclusão e o funcionamento do Hospital, fica aberto, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de NCr\$ 150.000 (cento e cinquenta mil cruzeiros novos), que será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional;

Art. 5º O Ministério da Justiça e Negócios Interiores, através da Procuradoria-Geral da República, promoverá a extinção da Sociedade Beneficente Maria Tereza Goulart, na forma do disposto no Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966.

Art. 6º A Comissão Especial, em nome da União, imitir-se-á, imediatamente, na posse do imóvel e demais bens desapropriados.

Art. 7º Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967;
 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Raimundo de Britto

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 252 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confiere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966 decreta:

Art. 1º A reestruturação das Universidades Federais far-se-á de acordo com as disposições do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966, e com as normas desta lei.

Art. 2º As unidades universitárias dividir-se-ão em subunidades denominadas departamentos, cujos chefes constituirão, na forma dos Estatutos e Regimentos, o Conselho Departamental a que se refere o art. 78 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

§ 1º O departamento será a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica e de distribuição de pessoal.

§ 2º O departamento compreenderá disciplinas afins e congregará professores e pesquisadores para objetivos comuns de ensino e pesquisa, ficando revogadas as disposições contrárias contidas no parágrafo único do art. 3º e no caput do art. 22 e seu § 1º da Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965.

§ 3º Compete ao Departamento elaborar os seus planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino e pesquisa aos professores e pesquisadores, segundo as especializações.

§ 4º A chefia do Departamento caberá a professor catedrático, a professor titular ou a pesquisador-chefe, na forma do Estatuto ou Regimento, ficando revogado em sua parte final o art. 48 da Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1966.

Art. 3º O sistema de unidades previsto no art. 2º, item II, do Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, refere-se às áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em vista de ulteriores aplicações.

Parágrafo único. As áreas de que trata este artigo correspondem às ciências matemáticas, físicas, químicas e biológicas, às geociências, às ciências humanas, bem como à filosofia, às letras e às artes.

Art. 4º Para os estudos relativos aos conhecimentos fundamentais, a que se refere o artigo anterior, serão organizadas unidades ou subunidades, conforme a amplitude do campo abrangido em cada caso e a quantidade dos recursos materiais e humanos que devem ser efetivamente utilizados em seu funcionamento, observado o disposto no art. 1º do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966.

§ 1º O critério prescrito neste artigo será adotado no eventual desdobramento de unidades existentes nas áreas de ensino profissional e de pesquisa aplicada, na forma do art. 2º, item III, e do art. 6º do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966.

§ 2º Os estudos básicos e de conteúdo para a formação de professores e os estudos básicos para a formação de especialistas de educação serão feitos no sistema de unidades a que se refere o art. 2º, item II, do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966, e a competente formação pedagógica ficará a cargo de unidade própria de ensino profissional e pesquisa aplicada.

Art. 5º A incorporação de uma unidade ou parte dela, qualquer que seja o seu nome, a outra unidade, em observância ao que dispõem os arts. 4º e 6º do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966, importa em transferência dos correspondentes recursos materiais e humanos.

Art. 6º Além das unidades que a compõem, destinadas ao ensino e à pesquisa, a Universidade poderá ter órgãos suplementares de natureza técnica, cultural, recreativa e de assistência ao estudante.

Art. 7º Os órgãos centrais a que se referem o art. 2º, item V e parágrafo único, do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966, deverão constituir-se com observância do princípio de unidade das funções de ensino e pesquisa estabelecido no art. 1º do mesmo Decreto-Lei.

Parágrafo único. A Universidade poderá também criar órgãos setoriais, com funções deliberativas e executivas,

destinados a coordenar unidades afins para a integração de suas atividades.

Art. 8º A coordenação didática de cada curso ficará a cargo de um colegiado constituído de representantes dos departamentos que participem do respectivo ensino, em atendimento ao que dispõe o art. 2º, item IV, do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966.

§ 1º A administração dos cursos ficará a cargo de unidades ou de órgãos setoriais dentre os previstos no parágrafo único do art. 7º desta lei.

§ 2º Na hipótese de um ciclo de estudos que preceda a opção profissional, ficará a critério da Universidade dispor sobre a respectiva coordenação didática e administrativa.

§ 3º Os diplomas relativos aos cursos de graduação e pós-graduação serão expedidos diretamente pela Universidade.

Art. 9º A criação de qualquer curso deverá processar-se mediante a utilização dos recursos materiais e humanos existentes na Universidade, e só excepcionalmente importará na instituição de outra unidade.

Art. 10. A Universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes.

Parágrafo único. Os cursos e serviços de extensão universitária podem ter coordenação própria e devem ser desenvolvidos mediante a plena utilização dos recursos materiais e humanos da Universidade, na forma do que dispõe o art. 1º do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966.

Art. 11. Os atuais institutos especializados que figuram nos Estatutos em vigor como unidades universitárias, e que hajam atingido alto grau de desenvolvimento, poderão manter tal condição, observados os princípios fixados no art. 1º do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966.

Art. 12. Os prazos a que se referem os artigos 6º e 7º e respectivos parágrafos, do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966, passam a contar-se da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão os mesmos

para adaptação dos Estatutos e Regimentos à Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965.

Art. 13. O decreto a que se referem o art. 6º e seu parágrafo, do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966, será elaborado com base no parecer do Conselho Federal de Educação, favorável ao plano da Universidade, cabendo ao Ministro da Educação e Cultura resolver os casos omissos, ouvido o Conselho Federal de Educação.

Art. 14. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 253 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Modifica a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º. Na Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, são introduzidas as seguintes alterações:

I — O item I do art. 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

“I — Conhecer de correição parcial requerida pela parte ou pela Procuradoria da República, no prazo de cinco dias, contra ato ou despacho do Juiz de que não caiba recurso, ou omissão que importe erro de ofício ou abuso de poder”.

II — Ao art. 13 fica acrescido o seguinte item:

“IX — requisitar força federal ou estadual necessária ao cumprimento de suas decisões”.

III — E' substituída no art. 16, a expressão “Diário da União”, por “Diário da Justiça da União”.

IV — E' substituída a expressão no art. 23 “Diário Oficial” dos Estados e Territórios “da Região” por “Boletim da Justiça Federal” do “Diário Oficial” dos Estados e Territórios da Região.

V — O art. 36 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36. Os quadros de Pessoal dos serviços auxiliares da Justiça Federal compor-se-ão dos seguintes cargos:

- I — Chefe de Secretaria;
- II — Oficial Judiciário;
- III — Distribuidor;
- IV — Contador;
- V — Distribuidor-Contador;
- VI — Depositário-avaliador-Leiloeiro;
- VII — Auxiliar Judiciário;
- VIII — Oficial de Justiça;
- IX — Porteiro;
- X — Auxiliar de Portaria;
- XI — Servente.

§ 1º Os cargos enumerados neste artigo são isolados e de provimento efetivo, e serão providos mediante concurso público de provas, organizado pelo Conselho da Justiça Federal.

§ 2º Os cargos de Distribuidor e de Contador constarão, apenas, da lotação das Secretarias das Seções Judiciárias onde houver mais de uma Vara; e nessas Seções, poderá ser criada Secretaria destinada aos serviços administrativos do Diretor do Foro, junto à qual funcionará o Distribuidor, além dos servidores necessários à execução de seus encargos.

§ 3º O regulamento do concurso conterá a relação dos documentos exigidos para a inscrição, a discriminação das matérias e dos pontos para as provas, e será organizado pelo Conselho da Justiça Federal.

§ 4º O concurso realizar-se-á na Seção Judiciária em que ocorrer a vaga, nos termos do edital publicado, com a antecedência mínima de trinta dias, no "Boletim da Justiça Federal" do "Diário Oficial" dos Estados ou Territórios que compõem a respectiva região, e no "Diário da Justiça", e, somente neste no Distrito Federal.

§ 5º São requisitos para o provimento do cargo de Chefe de Secretaria ser Bacharel em Direito e ter menos de quarenta e cinco anos de idade.

VI — O art. 45 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 45. As custas serão pagas na primeira instância, pela forma estabelecida no Regimento, e compreenderão todos os atos do processo, inclusive a subida do recurso, dela ficando isentos os beneficiados com a

Justiça gratuita. Na segunda instância não serão devidas custas, salvo nas certidões e traslados.

Parágrafo único. As custas recebidas serão relacionadas e recolhidas, semanalmente, pelo Chefe da Secretaria, à repartição federal arrecadadora competente, mediante guia visada pelo Juiz, como renda extraordinária da União."

VII — Ao art. 74 é acrescentado o § 3º, com a seguinte redação:

"3º — Nas Seções Judiciárias em que houver mais de uma Vara, os decretos de nomeação dos Juizes Federais designarão as Varas de que serão Titulares".

VIII — O art. 75 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 75. Os Juizes Federais e os Juizes Federais Substitutos tomarão posse e entrarão em exercício, dentro em sessenta dias, contados da publicação do decreto de nomeação cabendo ao Ministro Presidente do Conselho da Justiça Federal designar a data para esse ato."

IX — E' substituída, no art. 76, § 2º, a expressão "na forma do artigo 73" por "na forma do art. 74, § 2º".

X — ao art. 80 é acrescido o § 3º, com a seguinte redação:

"§ 3º — No período compreendido entre a cessação da competência residual dos Juizes Estaduais, salvo nos feitos a que já estejam vinculados, e a efetiva instalação da Justiça Federal, ou de uma de suas Varas, onde houver mais de uma, ficam suspensos os prazos de prescrição e de decadência que dentro nele se vencerem".

XI — O art. 86, mantidos os parágrafos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 86. Serão conservados no exercício dos seus cargos os Distribuidores das extintas Varas da Fazenda Pública do Estado da Guanabara".

XII — E' suprimido o § 2º do artigo 87, e passa o § 3º a constituir o § 2º.

XIII — São acrescentados ao Anexo II os seguintes cargos:

1) Nas Seções Judiciárias do Distrito Federal, da Bahia, da Guanabara, de Minas Gerais, do Paraná, de

Pernambuco, do Rio Grande do Sul e de São Paulo:

- a) um Cargo de Chefe de Secretaria;
- b) um Cargo de Oficial Judiciário;
- c) um Cargo de Distribuidor;
- d) um Cargo de Contador;
- e) um Cargo de Auxiliar Judiciário;
- f) um Cargo de Auxiliar de Portaria;

2) Nas Seções Judiciárias do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Sergipe; um Cargo de Distribuidor-Contador.

XIV — Ao anexo IV são acrescentados os seguintes cargos com os respectivos símbolos:

Distribuidor	PJ-4
Contador	PJ-4
Distribuidor-Contador	PJ-4

Art. 2º O Conselho da Justiça Federal poderá propor ao Poder Executivo o não provimento, de imediato, dos cargos a que se refere o Anexo II, nas Seções Judiciárias de menor movimento forense, cabendo aos funcionários nomeados o exercício cumulativo das funções correspondentes, na forma que o Conselho determinar.

Art. 3º Os atuais cargos dos Quadros de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Justiça Federal, bem como os criados por este Decreto-lei, passarão a integrar Quadros Suplementares e serão automaticamente extintos, quando vagarem, sem prejuízo do provimento inicial na forma da presente lei.

§ 1º Ficam criados Quadros Permanentes de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Justiça Federal que se constituirão de cargos em número igual e de atribuições correspondentes aos dos Quadros Suplementares.

§ 2º Os cargos dos Quadros Permanentes só serão providos à medida que se forem extinguindo os do Quadro Suplementar, e serão classificados, de acordo com o disposto no art. 106 da Constituição do Brasil.

§ 3º Para a realização dos estudos necessários ao cumprimento do dis-

posto no parágrafo anterior será designada pelo Poder Judiciário dentro de 30 dias, uma Comissão Especial, a qual deverá concluir seus trabalhos no prazo improrrogável de 120 dias.

Art. 4º Nos crimes de competência da Justiça Federal, que devem ser julgados pelo Tribunal do Júri, observar-se-á o disposto na legislação processual, cabendo a sua presidência ao Juiz a que competir o processamento da respectiva ação penal.

Parágrafo único. Nas Seções Judiciárias, onde houver mais de uma Vara, competentes em matéria criminal, a lista dos jurados será organizada, anualmente, por um dos Juizes, mediante rodízio observada sua ordem numérica.

Art. 5º Não se aplica, na Justiça Federal, o disposto no art. 839 do Código de Processo Civil.

§ 1º Nas causas em que a União ou as suas autarquias forem vencidas, haverá recurso de ofício, salvo nos executivos fiscais de valor inferior à metade do maior salário-mínimo vigente no País, desde que não esteja em questão matéria de ordem constitucional ou que não haja sido observada súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Federal de Recursos.

§ 2º Em qualquer caso, poderão as partes usar do recurso voluntário cabível.

Art. 6º A proposta orçamentária da Justiça Federal será, anualmente, elaborada pelo Conselho da Justiça Federal, de acordo com as propostas parciais que lhe forem remetidas pelas Seções Judiciárias, observadas as normas legais vigentes.

Parágrafo único. Os pedidos de créditos adicionais, serão solicitados pelas Seções Judiciárias e encaminhados ao Ministério da Fazenda, por intermédio do Ministério da Justiça, após pronunciamento do Conselho da Justiça Federal.

Art. 7º Os créditos orçamentários e adicionais, destinados às Seções Judiciárias, serão registrados pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuídos ao Tesouro Nacional ou às suas Delegacias, nos Estados.

Art. 8º A utilização dos recursos, constantes do Orçamento Geral da União e de créditos adicionais, referentes a bens e serviços, far-se-á mediante cotas trimestrais, requisitadas ao Tesouro Nacional ou às suas Delegacias, nos Estados, pelas respectivas Seções Judiciárias.

Art. 9º O Ministério da Fazenda providenciará a abertura no Banco do Brasil S. A., de conta especial para cada uma das Seções Judiciárias, na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. Nas Seções Judiciárias, onde houver mais de uma Vara, a movimentação da conta mencionada neste artigo caberá ao Juiz Federal que exercer as funções de Diretor de Fôro.

Art. 10. Da aplicação dos recursos recebidos será, anualmente, feita prestação de contas ao Tribunal de Contas da União.

Art. 11. Por iniciativa do Conselho da Justiça Federal, o Tribunal Federal de Recursos poderá manter, nas sedes das Seções Judiciárias onde houver mais de cinco ou mais Varas e na conformidade de provimento que expedir, serviço de sua própria Secretaria, destinado a propiciar às partes litigantes as informações e o atendimento *in loco* de formalidades processuais indicadas no provimento, assim como atender a encargos da Corregedoria-Geral.

Art. 12. A instalação das Seções Judiciárias far-se-á em ato solene, presidido pelo Ministro Corregedor-Geral ou por outro Ministro do Tribunal Federal de Recursos, designado pelo Conselho da Justiça Federal.

Art. 13. Para atender aos encargos que lhe foram cometidos pela Lei número 5.010, de 30 de maio de 1966, o Tribunal Federal de Recursos proporá a criação, no Quadro de sua Secretaria, dos cargos necessários.

Art. 14. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 254 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Código da Propriedade Industrial

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 9º, § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CÓDIGO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

INTRODUÇÃO

Art. 1º A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial se efetua mediante:

a) concessão de privilégios de patentes de invenção, de desenhos e de modelos industriais;

b) concessão de registros de marcas de indústria e de comércio ou de serviços, de nomes de empresa, de títulos de estabelecimento, de inscrições, de expressões ou sinais de propaganda e de recompensas industriais;

c) repressão a falsas indicações de proveniência;

d) repressão à concorrência desleal.

Art. 2º As disposições deste Código são aplicáveis aos pedidos diretamente depositados no Brasil e àqueles que, embora depositados ou registrados no estrangeiro, gozem de direitos assegurados por tratados ou convenções.

Art. 3º Toda pessoa física ou jurídica poderá, administrativa ou judicialmente, solicitar a aplicação, em igualdade de condições, de qualquer dispositivo de tratados ou convenções que estabeleçam situação vantajosa para as pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no exterior.

TÍTULO I

Dos Privilégios de Invenção

CAPÍTULO I

Das Patentes de Invenção

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 4º Aos autores de invenção nova suscetível de exploração industrial será assegurado o direito de ob-

ter patente que lhes garanta sua propriedade e uso exclusivo, nas condições estabelecidas neste Código.

§ 1º Para o efeito de concessão de patente, presume-se autor o requerente do privilégio.

§ 2º As pessoas jurídicas poderão requerer privilégios de invenção, desde que autorizadas expressamente pelo seu inventor.

SEÇÃO II

Das Invenções Privilegiáveis

Art. 5º É privilegiável toda invenção nova suscetível de utilização industrial.

§ 1º Considera-se nova, e assim privilegiável, a invenção que, até a data do depósito do pedido de patente, não tenha sido depositada, patenteada, divulgada ou explorada no País, nem patenteada, divulgada ou explorada no estrangeiro.

§ 2º Para o efeito de concessão de patente, o exame da novidade da invenção restringir-se-á às alegações e provas constantes das oposições oferecidas ou dos laudos emitidos por órgãos técnicos.

Art. 6º São ainda privilegiáveis:

a) os produtos novos desde que, através de análises ou outros exames técnicos adequados, revelarem, pelas suas propriedades intrínsecas, o processo de que são oriundos;

b) os processos novos destinados à fabricação de substâncias; produtos ou materiais neles mencionados;

c) as ligas metálicas e, bem assim, as misturas com qualidades específicas perfeitamente caracterizadas pelas suas composições qualitativas e quantitativas;

d) a justaposição de órgãos, peças ou partes conhecidos, a mudança de forma, proporções, dimensões ou de materiais, quando daí resultar no conjunto novo efeito técnico, ou representar solução original de problema técnico ou invenção que introduza vantagens práticas e econômicas.

SEÇÃO III

Das Invenções não Privilegiáveis

Art. 7º Não são patenteáveis como privilégio de invenção:

a) as invenções contrárias à lei, à moral, à saúde e à segurança públicas;

b) as invenções que tiverem por objeto substâncias ou produtos alimentícios e medicamentos de qualquer espécie;

c) as invenções que tiverem por objeto matérias ou substâncias ou produtos alimentícios e medicamentos de qualquer espécie;

d) as concepções puramente teórica;

e) a simples justaposição de órgãos, peças ou partes conhecidos ou a simples mudança de forma, proporções, dimensões ou de materiais;

f) os sistemas de escrituração comercial e de cálculo, os sistemas e planos ou esquemas de financiamento, de crédito, de sorteio, especulação ou propaganda.

SEÇÃO IV

Da Garantia de Prioridade

Art. 8º Aquêle que, antes de requerer patente para a sua invenção, pretenda fazer experiências, comunicações a associações científicas ou exhibições do invento, em exposições oficiais ou oficialmente reconhecidas, deverá requerer ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial garantia de prioridade, apresentando relatório descritivo e desenhos, quando for o caso, de sua invenção, e a prova de haver pago a taxa correspondente.

§ 1º Dêse ato lavrar-se-á termo de depósito, vigorando desde então a garantia de prioridade por um ano.

§ 2º Dentro dêse prazo deverá o interessado apresentar o pedido de privilégio de invenção, prevalecendo o número e a data do termo de depósito, a que se refere o parágrafo anterior, nas condições e para os efeitos dos artigos 15 e 17.

§ 3º. O pedido de garantia de prioridade dispensa as formalidades de exame e publicação, que serão aplicáveis, entretanto, ao pedido de privilégio de invenção.

§ 4º. Findo o prazo de um ano, sem que o interessado tenha requerido a patente, decairá automaticamente da garantia de prioridade, ficando o pedido respectivo sem efeito para qualquer fim.

§ 5º. O Diretor Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial poderá cancelar a garantia de prioridade, a requerimento de qualquer interessado que prove haver o inventor explorado, com fins lucrativos, o objeto da invenção.

§ 6º. Da decisão do Diretor Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial caberá recurso dos interessados dentro do prazo de noventa dias, contados da publicação daquella decisão, ficando sobrestado o andamento do processo relativo ao pedido de privilégio de invenção, se tiver sido iniciado, até a decisão final do recurso.

CAPÍTULO II

Dos desenhos e dos modelos industriais

SEÇÃO I

Dos desenhos e modelos privilegiáveis

Art. 9º. São privilegiáveis, como desenho industrial, todas as disposições ou conjuntos de linhas ou cores novos que possam ser aplicados, com fim industrial ou comercial, à ornamentação de um produto, por quaisquer meios manuais, mecânicos ou químicos, singelos ou combinados.

Art. 10. São privilegiáveis, como modelo industrial, todas as formas plásticas, moldes, padrões ou relevos introduzidos em qualquer objeto e que possam servir de tipo de fabricação de um produto industrial e ainda se caracterizem por nova configuração ou ornamentação exterior.

Art. 11. São ainda suscetíveis de proteção legal os desenhos e modelos que, embora não se apresentem inteiramente novos, realizem combinações originais de elementos conhecidos ou disposições diferentes de elementos já usados e deem aos respectivos objetos, novo aspecto geral característico.

Art. 13. Considerar-se-ão como um só desenho ou modelo os que, embora compostos de várias partes, forem in-

dispensáveis para formar um todo ou conjunto de peças

Art. 13 Consideram-se novos os desenhos ou modelos industriais que, até a data do respectivo depósito, não tenham sido depositados, patenteados, divulgados ou explorados no país, nem patenteados, divulgados ou explorados no estrangeiro, aplicando-se aos mesmos, quanto à novidade, as disposições contidas no § 1º do art. 5º, quando fôr o caso.

Parágrafo único. A novidade do desenho ou do modelo não será prejudicada pela sua exibição em exposições nacionais ou internacionais, oficiais ou oficialmente reconhecidas, desde que a patente respectiva seja requerida pelo seu autor, dentro do prazo de seis meses, contados da data de sua exibição.

SEÇÃO II

Dos desenhos ou modelos não privilegiáveis

Art. 14 Não são privilegiáveis como desenhos ou como modelos industriais:

- a) os desenhos ou modelos que atentem contra o decôro publico, cultos religiosos ou idéias e sentimentos dignos de respeito ou veneração;
- b) os desenhos ou modelos que colidirem com patentes de invenção, desenhos ou modelos privilegiados pertencentes a terceiros;
- c) os desenhos ou modelos vulgares;

d) o que não fôr privilegiável como patente de invenção, consoante o disposto no art. 7º d'este Código, exceto a respectiva alínea e;

e) as obras de escultura, arquitetura, pintura, esmalte, gravuras, bordados, fotografias ou outras que se lhes possam assemelhar e bem assim quaisquer modelos ou desenhos de caráter puramente artistico salvo quando destinados à exploração industrial e houver consentimento expresso ou tácito do respectivo autor ou seus sucessores legítimos.

CAPÍTULO III

Dos pedidos de patente de invenção, desenhos e modelos industrial

Art. 15 O pretendente a privilégios de invenção, desenho ou modelo industrial deverá depositar, no Departamento

mento Nacional da Propriedade Industrial, o seu pedido acompanhado do relatório descritivo da invenção com os respectivos desenhos, quando fôr o caso

§ 1º. O pedido, que deve compreender somente uma invenção, será formulado em requerimento dirigido ao Diretor Geral do Departamento mencionando, precisamente, o nome do inventor, por extenso, sua nacionalidade, profissão, domicílio e nome e domicílio do seu procurador, se houver.

§ 2º. O relatório deverá ser escrito em português e descrever, de maneira precisa e clara, a invenção, sua destinação e a maneira de usá-la e satisfazer, ainda, as seguintes condições:

a) conter a descrição do invento e expor, pormenorizadamente, sem reservas ou omissões, o problema técnico que o mesmo visa a resolver, sua execução e funcionamento;

b) apresentar resumo que defina, com clareza, os pontos característicos da invenção, os quais servirão para estabelecer e delimitar os direitos do inventor.

§ 3º. Os desenhos deverão conter, no espaço limitado pela moldura, as figuras em tamanho estritamente necessário, de maneira que se possam distinguir umas das outras e permitir o fácil conhecimento das minúcias.

§ 4º. A patente poderá ser requerida pelo autor da invenção ou eventuais cessionários dos respectivos direitos, mediante apresentação de documento hábil.

Art. 16 Sempre que o inventor quiser garantir, isoladamente, qualquer particularidade de sua invenção, poderá requerê-la em pedido separado, desde que não faça parte de conjunto indivisível.

CAPÍTULO IV

Do depósito dos pedidos de patentes

Art. 17 Apresentado o pedido, lavrar-se-á o respectivo termo de depósito assinado pelo inventor, ou seu procurador, e pelo funcionário encarregado.

Parágrafo único. Do termo de depósito constarão a data da apresentação do pedido mencionando-se hora,

dia, mês e ano, o nome do requerente e do seu procurador, quando houver, podendo dele ser fornecida certidão ao depositante, mediante pagamento da taxa estipulada.

Art. 18. Exclusivamente para o efeito de prioridade poderão ser recebidos pelas Delegacias Estaduais do Ministério da Indústria e do Comércio os pedidos iniciais de privilégios de patentes de invenção, de desenho ou de modelo industrial, lavrando-se os respectivos termos de depósito, dos quais constarão a hora, dia, mês e ano da apresentação do pedido e as assinaturas do inventor ou de seu procurador e do funcionário designado pelo respectivo Delegado.

Parágrafo único. Lavrado o termo de depósito, a Delegacia providenciará a remessa da documentação respectiva ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial, dentro de cinco dias, contados da data do referido termo.

CAPÍTULO V

Dos depósitos feitos no estrangeiro

Art. 19 O inventor que tiver depositado, regularmente, em Estado com o qual o Brasil mantenha convenção ou tratado, pedido de privilégio de patente de invenção, de desenho ou de modelo industrial, gozará, ao apresentar igual pedido no Brasil, do direito de prioridade pelo prazo estipulado na respectiva convenção ou tratado. A prioridade em nenhum caso poderá ser invalidada por fatos ocorridos durante esse prazo, tais como pedido idêntico, publicação da invenção do modelo ou do desenho, seu uso ou exploração.

§ 1º. O prazo de prioridade ficará averbado na patente, se o interessado, por ocasião de requerê-la no Brasil, reivindicar os benefícios decorrentes de pedido anterior, comprovando-a com o certificado de depósito no país de origem ou a respectiva patente.

§ 2º. A apresentação dos comprovantes referidos no parágrafo anterior deverá ser feita no prazo máximo de noventa dias.

§ 3º. Além do certificado de depósito, poderão ser exigidos relatórios, desenhos ou outros documentos que a repartição julgue necessários ao exame do pedido.

§ 4º. No caso da patente estrangeira sofrer redução qualitativa ou quantitativa em seus pontos característicos, relatórios ou desenhos, o pedido efetuado no Brasil deverá ser correspondentemente retificado, sob pena de nulidade da patente.

CAPÍTULO VI

Do exame formal e técnico e do processamento do pedido

Art. 20 Lavrado o termo de depósito do pedido, o respectivo processo será submetido, de imediato, ao exame formal e de verificação da natureza da invenção e de sua conformidade com as prescrições regulamentares, providenciando-se, concomitantemente, a publicação dos respectivos pontos característicos e desenhos, quando houver.

§ 1º. Verificado, pelo exame formal e técnico, que o processo está incompleto ou em desacordo com as normas aplicáveis, será o interessado notificado a regularizá-lo dentro do prazo de noventa dias.

§ 2º. Verificando o Departamento Nacional de Propriedade Industrial que o pedido ainda se encontra incompleto notificará o interessado, em qualquer caso e o seu procurador, se houver, pela segunda e última vez a regularizar o processo, dentro do novo prazo de noventa dias, contado igualmente da data da publicação do despacho respectivo.

§ 3º. Esgotados os prazos a que se referem os parágrafos anteriores, sem que o interessado promova o saneamento do processo, incidirá este em arquivamento, de cujo despacho só caberá recurso, dentro do prazo de noventa dias, da respectiva publicação em caso de erro comprovado do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Art. 21 Durante o prazo de noventa dias, a contar da data da publicação definitiva dos pontos característicos e dos desenhos, serão admitidas oposições de terceiros à concessão do privilégio.

§ 1º Publicadas as oposições manifestadas, o depositante poderá oferecer réplica no prazo de noventa dias.

§ 2º. Findo o prazo de réplica e ainda que na ausência desta e de oposições, o processo será submetido, nos noventa dias subsequentes, à pericia a ser realizada por técnicos credenciados nos termos do art. 151, os quais poderão solicitar ao inventor os esclarecimentos que julgarem necessários.

§ 3º. Concluído o exame técnico, o processo será submetido a despacho do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

§ 4º. Do despacho concessivo ou denegatório do privilégio caberá recurso para o Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, dentro dos noventa dias seguintes à data da publicação daquele despacho.

§ 5º. Nos noventa dias subsequentes à data da interposição do recurso perante o Conselho, poderá o interessado oferecer réplica.

§ 6º. Não se admitirá recurso contra despacho denegatório que tenha sido proferido com base nos artigos 7º exceto alínea e, e 14, exceto alíneas b e c.

§ 7º. Na ausência de oposições, expirado o prazo para esse fim estabelecido neste artigo, e concedido o privilégio, do despacho respectivo não caberá qualquer recurso administrativo.

CAPÍTULO VII

Da expedição das patentes

Art. 22 Concedido afinal o privilégio, será publicado o despacho respectivo e expedido e entregue ao requerente ou seu procurador a carta-patente do invento, contra recibo e comprovação do pagamento de taxa devida.

§ 1º. Não sendo paga a taxa devida e retirada a carta-patente no prazo improrrogável de noventa dias da data da expedição desta, será cancelado o privilégio e arquivado o processo respectivo, mediante despacho irrecorrível do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, a ser proferido dentro dos trinta dias seguintes à data da expiração daquele prazo.

§ 2º. Da carta-patente deverão constar o número respectivo, o nome, nacionalidade, profissão e domicílio do

inventor, ou de seu sucessor, o nome e domicílio de seu representante ou procurador, quando houver, o título de invenção e o prazo de sua duração, anexando-se-lhe uma das vias do relatório definitivo e dos desenhos.

Art. 23 No Departamento Nacional da Propriedade Industrial existirão registros próprios para as patentes de invenção, para os modelos industriais, para os desenhos industriais e para as prioridades estrangeiras reivindicadas no Brasil, cada um com numeração específica.

Parágrafo único. Os privilégios de invenção, que forem concedidos pelo Departamento Nacional da Propriedade Industrial, terão a mais ampla divulgação possível através de publicação no órgão oficial do mesmo Departamento e em outros meios de comunicação mediante convênios com entidades governamentais ou entidades de classe.

Art. 24 Os objetos a que se referem os privilégios de invenção, desenhos ou modelos industriais, terão obrigatoriamente, quanto a estes e sempre que possível quanto aos primeiros, em lugar bem visível, as indicações respectivamente: "Privilégio de Invenção nº ..." ou, abreviadamente, "P.I. nº ...", "Desenho Industrial nº ..." ou "D.I. nº ...", "Modelo Industrial nº ..." ou "M.I. nº ...".

§ 1º. A falta das indicações previstas neste artigo, sempre tolerada em objetos que sejam de dimensões minúsculas ou possam por elas ser prejudicadas em sua estética, não induzirá presunção de má-fé do inventor.

§ 2º. A oposição de semelhantes indicações em objetos não patenteados importa na presunção de má-fé do inventor, ensejando a aplicação das penalidades em lei.

CAPÍTULO VIII

Da duração do privilégio de patente de invenção de desenho e de modelo industrial

Art. 25 O privilégio de patente de invenção, de desenho ou de modelo industrial vigorará, desde que pagas as contribuições devidas regularmente, pelo prazo de vinte anos contados da data do depósito do pedido de privilégio ou de quinze, contados da data

da concessão, caso esta ocorra após cinco anos da data do depósito do pedido.

§ 1º. Findo o prazo de vigência da patente, a invenção cairá automaticamente no domínio público.

§ 2º. As patentes concedidas nos termos deste Código vigorarão pelo prazo previsto neste artigo, ainda que extintas ou caducas em estado estrangeiro.

Art. 26. O Governo poderá, excepcionalmente e quando julgar conveniente ao interesse nacional, "ex officio", ou à vista de pedido devidamente fundamentado e comprovado, prorrogar o prazo de vigência do privilégio até o máximo de cinco anos.

Art. 27. Quando os privilégios de patentes de invenção, de desenhos ou de modelos industriais forem concedidos em co-propriedade, ou se tornarem comuns, mediante qualquer título hábil, cada um dos co-proprietários poderá explorar livremente o objeto da invenção, observadas as disposições legais.

CAPÍTULO IX

Das taxas relativas a privilégios de patentes de invenção, de desenho ou de modelo industrial

Art. 28. Concedido o privilégio de patente de invenção, de desenho ou de modelo industrial, a respectiva carta-patente só será entregue mediante o pagamento da taxa relativa ao primeiro período de duração do privilégio.

§ 1º. Dentro dos três anos seguintes à data da expedição da carta-patente deverá ser paga a segunda taxa.

§ 2º. No decurso do sexto ano da data da expedição da patente deverá ser paga a terceira e última taxa.

CAPÍTULO X

Da transferência dos privilégios

Art. 29 A propriedade da invenção pode ser transferida por ato "inter vivos" ou em virtude de sucessão legítima ou testamentária.

Art. 30 A transferência far-se-à a título gratuito ou oneroso, podendo, em ambos os casos, ser total ou parcial.

Parágrafo único. A transferência será total quando envolver todos os direitos resultantes do privilégio; parcial, quando compreender somente parte dos direitos outorgados ou houver restrição quanto ao tempo de uso ou zona de utilização.

Art. 31 A anotação da transferência da patente deve ser requerida ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, mediante apresentação do respectivo título e dos instrumentos originais da transferência ou de suas certidões.

§ 1º A transferência só produzirá efeito, em relação a terceiros, depois de anotada no Departamento.

§ 2º A anotação será feita no registro próprio e averbada na respectiva carta-patente.

§ 3º Os documentos relativos à transferência ficarão arquivados no Departamento.

§ 4º A requerimento dos interessados poderão ser fornecidas certidões dos documentos a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 32. Será anotada no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, à vista de documentos hábeis, qualquer alteração quanto ao nome do proprietário do privilégio. Dêse ato dar-se-á certidão ao interessado, ficando arquivados os documentos respectivos.

Parágrafo único. Serão igualmente anotados os atos que se refiram à suspensão, limitação ou extinção dos privilégios, por despacho do Diretor-Geral do Departamento, quando os interessados o requererem, juntando documentos hábeis.

Art. 33. A anotação de transferência dos direitos da patente e de alteração do nome do respectivo titular será efetuada dentro de trinta dias da data da publicação do despacho, mediante o pagamento prévio das taxas regulamentares, não comportando oposição ou recurso.

Art. 34. Qualquer pessoa com legítimo interesse poderá requerer ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial a suspensão da anotação de transferência dos direitos da patente, desde que comprove ter iniciado processo judicial de falsidade ou relativo à inefi-

cácia dos atos referentes à anotação de transferência.

§ 1º A suspensão a que se refere este artigo será mantida até a apresentação de certidão de trânsito em julgado da sentença final relativa ao respectivo processo judicial.

§ 2º O cancelamento das anotações, decorrentes de falsidade, não exime os autores ou beneficiários desta, de responder civil e criminalmente pelo ato delituoso.

Art. 35. De decisão do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial que denegar a anotação da transferência da patente, caberá recurso, dentro do prazo de noventa dias da data da publicação da decisão.

CAPÍTULO XI

Dos contratos de licença para a exploração de privilégios de invenção

Art. 36. O proprietário de privilégio de patente de invenção, de desenho ou de modelo industrial, seus sucessores ou mandatários poderão conceder licença para a exploração do invento patenteado.

Art. 37. A concessão da licença será processada com observância das formalidades legais, ficando consignadas expressamente as restrições impostas à exploração do invento.

Art. 38. O ato concessivo da licença para exploração de invento patenteado só produzirá efeito, em relação a terceiros, depois de averbado no registro próprio do Departamento Nacional da Propriedade Industrial e na carta-patente.

CAPÍTULO XII

Da licença obrigatória para a exploração de privilégio de invenção

Art. 39. O inventor que durante os três anos que se seguirem à concessão da patente não tenha explorado seu objeto de modo efetivo no país, ou haja interrompido a exploração por tempo superior a dois anos consecutivos, sem justificar a causa de sua inação, ficará obrigado a conceder, a terceiro que o requeira, licença para a exploração da patente, nos termos e condições estabelecidas neste Código.

§ 1º Poderá também ser concedido, a terceiro que o requiera, licença especial, não exclusiva, para a exploração de patente em desuso, nos termos deste artigo, por motivo de interesse público, desde que demonstrado este em expediente encaminhado ao Ministro da Indústria e do Comércio, por qualquer outro Ministro de Estado ou Governador de Estado ou Território.

§ 2º Não será considerada exploração efetiva, para os efeitos deste artigo, aquela que for substituída ou suplementada, em qualquer parcela, pela importação, pelo titular da patente, do objeto do privilégio de invenção.

Art. 40. Para verificação do uso efetivo dos privilégios de invenção, o Departamento Nacional da Propriedade Industrial poderá exigir dos respectivos titulares, a partir do terceiro ano da vigência das patentes, que comprovem sua exploração no país ou justifiquem a causa de sua inação.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, o Departamento Nacional da Propriedade Industrial promoverá a notificação do titular da patente, através de publicação no seu órgão oficial.

§ 2º Não sendo atendida a notificação, dentro do prazo de noventa dias, a contar da data da respectiva publicação, ficará liberada a invenção para os efeitos do disposto no art. 39.

Art. 41. Qualquer pessoa que pretender licença para a exploração deverá requerê-la ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, indicando as condições que oferece ao titular da patente e instruindo seu pedido com documentos que comprovem sua idoneidade técnica e financeira.

§ 1º Dêse requerimento será dada oficialmente ciência ao titular da patente, marcando-se-lhe o prazo improrrogável de noventa dias, contados da data da publicação do despacho do Diretor-Geral do Departamento que acolher o pedido de licença e determinar a notificação do titular do privilégio para a necessária resposta.

§ 2º Durante esse prazo, o Diretor-Geral do Departamento poderá ordenar investigações, perícias, colher informações, bem como providenciar tudo quanto, a seu juízo, se faça mis-

ter ao esclarecimento da situação da patente e da idoneidade do pretendente à licença.

§ 3º Findo o prazo de noventa dias, na ausência de resposta conclusiva, por parte do titular da patente, poderá o Diretor-Geral do Departamento concedê-la, desde que verificada a idoneidade do pretendente à licença.

Art. 42. No caso de não atender o titular à notificação prevista no § 1º do art. 40, o Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial poderá deferir a licença solicitada, ouvidos antes dois peritos credenciados pelo Departamento, aos quais cumprirá informar sobre as condições da proposta de exploração em face do valor industrial da patente.

Art. 43. Quando o titular da patente, no prazo assinado, apresentar contestação ao pedido de licença de exploração, o Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial submeterá o assunto ao exame de dois técnicos credenciados do Departamento e em seguida resolverá sobre o pedido.

Art. 44. O detentor da licença de exploração da patente deverá iniciá-la dentro dos seis meses seguintes à data de sua concessão.

Art. 45. Caberá ao titular da patente participação sobre o valor das vendas ou da utilização do objeto da patente, ficando-lhe assegurado o direito de fiscalizar a produção e o montante das vendas ou da utilização do invento e exigir a retribuição estipulada.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não prejudicará qualquer acordo ou contrato relativo à exploração da patente que porventura hajam celebrado as partes interessadas.

Art. 46. O titular da patente poderá obter o cancelamento da licença de exploração quando provar que o respectivo cessionário deixou de iniciar a exploração do invento dentro do prazo estabelecido no art. 44 ou a interrompeu por prazo superior a um ano ou ainda deixou de atender ao disposto no art. 45.

Art. 47. O detentor da licença de exploração do invento fica investido de poderes de representação que lhe permitam agir administrativamente ou judicialmente em defesa do privilégio de invenção, cabendo ao titu-

lar do privilégio os ônus decorrentes dessa representação.

CAPÍTULO XIII

Da desapropriação dos privilégios de invenção

Art. 48. O Governo Federal poderá promover, na forma da lei, a desapropriação de qualquer invenção quando os interesses nacionais exigirem sua vulgarização ou sua exploração exclusiva pelas entidades ou órgãos da administração federal ou de que esta participe.

§ 1º A desapropriação decorrerá de proposta do Ministro da Indústria e do Comércio, em face de parecer e avaliação de comissão técnica para esse fim designada, em cada caso, pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

§ 2º A comissão que deverá emitir parecer sobre a desapropriação será constituída de especialistas sobre o objeto da invenção, dos quais pelo menos um será técnico credenciado pelo Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

§ 3º A constituição da comissão técnica e o estudo da conveniência da desapropriação serão promovidos pelo Diretor-Geral do Departamento, em face de solicitação de qualquer órgão ou entidade da administração pública ou de que esta participe.

§ 4º Não aceitando o titular da patente o valor arbitrado, proceder-se-á judicialmente, na forma da lei.

CAPÍTULO XIV

Das invenções ocorridas na vigência do contrato de trabalho

Art. 49. Na vigência do contrato de trabalho, as invenções do empregado, quando decorrentes de sua contribuição pessoal, com a utilização da instalação ou equipamento do empregador, serão de propriedade comum de ambos, em partes iguais.

§ 1º Pertencerão ao empregador as invenções realizadas no curso de pesquisa científica ou durante a execução de contratos de trabalho ou locação de serviços em que a atividade inventiva do empregado tenha sido prevista como objeto do contrato.

§ 2º Não dispondo o contrato de modo diferente, presume-se que a remuneração do trabalho relativo à invenção compreende-se no salário ou remuneração normal do empregado.

§ 3º Quando a invenção for independente do contrato de trabalho ou da locação de serviço, mas se compreender dentro das atividades do empregador, este gozará do direito de preferência para explorar a invenção a título exclusivo ou para adquirir a respectiva patente.

§ 4º No caso do parágrafo anterior, o empregador poderá ainda requerer o privilégio no estrangeiro, desde que assegurada ao empregado remuneração correspondente ao valor da invenção, a ser estipulada pelas partes, levando-se em conta o auxílio que o empregador haja prestado ao empregado para a realização da invenção.

§ 5º O direito de preferência será exercido no prazo de três meses contados da data da expedição da patente, tornando-se sem efeito se a remuneração ajustada não for integralmente paga no prazo e nas condições estipuladas entre empregador e empregado.

§ 6º Para os efeitos deste artigo, reputa-se feita durante a vigência do contrato de trabalho ou de locação de serviços a invenção cuja patente for requerida pelo empregado durante o ano seguinte à terminação do contrato, salvo ajuste em contrário.

Art. 50. A exploração da invenção, no caso de propriedade comum do empregado e do empregador, caberá a este, que fica obrigado a promovê-la no prazo de um ano, contado da data da concessão da patente, revertendo, decorrido esse prazo, em favor do empregado a plena propriedade.

Art. 51. Na falta de acordo entre empregador e empregado, ou surgindo, entre ambos, desentendimentos no curso da exploração da invenção, poderá qualquer deles requerer judicialmente lhe seja adjudicada a plena propriedade da patente, mediante indenização, ao outro, do valor que for arbitrado.

Art. 52. Aplica-se o disposto no artigo precedente, salvo estipulação em contrário, às invenções cujas patentes tenham sido requeridas dentro de um ano, a contar da data em que o inventor houver deixado o serviço da

empresa, quando realizadas durante a vigência do contrato de trabalho.

Art. 53. Sempre que a patente fôr requerida pela empresa e resultar de contrato de trabalho será, obrigatoriamente, mencionada essa circunstância, bem como o nome do inventor, no requerimento e na carta-patente.

Art. 54. Aplica-se o disposto neste Capítulo aos empregados das entidades de direito público interno, suas autarquias e sociedades.

CAPÍTULO XV

Das invenções que interessam à defesa nacional

Art. 55. Os pedidos de privilégio de invenção cujo objeto, a critério do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, seja declarado de interesse da defesa nacional, "ex officio" ou mediante solicitação do inventor, deverão ser depositados e processados em sigilo.

Parágrafo único. Feito o depósito do pedido, o relatório descritivo da invenção será encaminhado às autoridades militares competentes, as quais deverão pronunciar-se dentro de prazo razoável sobre a conveniência de ser mantida sob sigilo a invenção, dando, ao mesmo tempo, parecer sobre a sua utilização para a defesa nacional.

Art. 56. As patentes de invenção a que se refere o artigo precedente, embora recebam numeração comum no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, não terão publicados seus pontos característicos.

Art. 57. As invenções consideradas de interesse da defesa nacional poderão ser desapropriadas na forma do artigo 48, mediante resolução do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 58. As invenções de caráter sigiloso serão assim conservadas, enviando-se cópias ao Estado Maior do Ministério Militar a que interessarem.

Art. 59. A violação do sigilo das invenções que interessarem à defesa nacional, assim declaradas nos termos do artigo 55, será punida como crime contra a segurança nacional.

CAPÍTULO XVI

Da extinção e caducidade dos privilégios de invenção

Art. 60. Os privilégios de patentes de invenção, de desenhos e de modelos industriais extinguem-se:

- a) pela expiração do prazo de proteção legal;
- b) pela renúncia do respectivo proprietário, constante de declaração em forma legal;
- c) pela caducidade.

Art. 61. Caducará o privilégio de invenção:

1º) não sendo pagas, no prazo legal, as taxas devidas, nos termos do art. 28;

2º) mediante requerimento de qualquer interessado, que comprove não ter sido a invenção explorada de modo efetivo no país, durante mais de três anos consecutivos salvo motivo justo ou de força maior.

§ 1º A caducidade não será decretada com fundamento no inciso 2º, deste artigo, se o titular da patente comprovar, através de documento hábil, ter concedido licença a terceiros, para a exploração do invento.

§ 2º Se, não obstante a licença concedida, a exploração do invento fôr novamente interrompida, o pedido de caducidade poderá ser renovado.

Art. 62. A falta de pagamento das taxas nos prazos próprios implicará na caducidade do privilégio, decretada por despacho irrecorrível do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

§ 1º O despacho será proferido decorridos seis meses da data em que expirar o prazo para pagamento da taxa, dentro dos quais poderá este ser efetuado.

§ 2º Dentro de noventa dias da data do despacho de caducidade, proferido por falta de pagamento da taxa devida, poderá ser requerida a restauração da patente, mediante pagamento dessa taxa.

Art. 63. Considera-se uso efetivo a exploração contínua e regular da invenção em escala industrial e que atenda às necessidades de consumo do país, seja através de produção realizada pelo proprietário da patente, seja através de concessão de licenças de exploração a terceiros.

Art. 64. Apresentado pedido de caducidade, será notificado o titular da patente, marcando-se-lhe o prazo improrrogável de noventa dias para dizer o que fôr do seu interesse.

Art. 65. A caducidade da patente será decretada por despacho do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

§ 1º Do despacho que conceder ou denegar o pedido de caducidade, caberá recurso, dentro do prazo de noventa dias.

§ 2º Passado em julgado o despacho concessivo da caducidade, será expedida portaria pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, para conhecimento de terceiros, caindo a invenção no domínio público.

CAPÍTULO XVII

Da nulidade dos privilégios de invenção

Art. 66. São nulos os privilégios de patentes de invenção, de desenho ou de modelo industrial:

1º) se comprovado que seu objeto preenche os requisitos exigidos nos artigos 5º, 6º, 9º e 10;

2º) se tiverem sido concedidos com infração dos artigos 7º e 14;

3º) se tiverem sido concedidos com preterição de direitos de terceiros;

4º) se o título do invento não corresponder ao seu verdadeiro objetivo;

5º) se o autor, no relatório descritivo do invento, tiver desatendido as prescrições do § 2º do artigo 15.

Parágrafo único. A nulidade poderá incidir sobre todos os pontos característicos da invenção ou sobre alguns deles.

Art. 67. A arguição de nulidade de privilégios de invenção, de desenho ou de modelo industrial só poderá ser apreciada judicialmente.

Parágrafo único. A ação de nulidade poderá ser proposta em qualquer tempo de vigência do privilégio.

Art. 68. São competentes para promover a ação de nulidade da patente:

I — qualquer terceiro interessado;

II — a União, através do Procurador da República;

Parágrafo único. Consideram-se interessados quaisquer pessoas prejudicadas pela concessão da patente.

Art. 69. As ações de nulidade de patentes serão processadas e julgadas nos termos do que dispuser a respeito o Código de Processo Civil, podendo ser acumuladas com as de indenização.

TÍTULO II

Das marcas de indústria e de comércio ou de serviço, nomes de empresas, títulos de estabelecimento, insignias e expressões ou sinais de propaganda.

CAPÍTULO I

Das marcas de indústria e de comércio ou de serviço

SEÇÃO I

Disposições gerais

Art. 70. Será garantido o uso exclusivo de marca de indústria e de comércio ou de serviço ao industrial, comerciante ou profissional que obtiver o registro de acôrdo com o presente Código.

Parágrafo único. O Governo poderá, excepcionalmente e por motivo de ordem pública, tornar obrigatório o registro de marca em relação a determinados produtos ou serviços.

Art. 71. Aos titulares das marcas registradas fica assegurado o direito de uso exclusivo para distinguir suas mercadorias: artigos ou produtos e atividades profissionais de outros, idênticos ou semelhantes, de procedência diversa.

Art. 72. As marcas de indústria e de comércio podem ser usadas diretamente nas mercadorias ou produtos ou nos recipientes, invólucros, rótulos ou etiquetas.

Art. 73. Considera-se marca de indústria e de comércio aquela que é usada pelo fabricante, industrial agricultor ou artifice, para assinalar os seus produtos ou pelo comerciante para assinalar as mercadorias do seu negócio.

Art. 74. Considera-se marca de serviço aquela destinada a distinguir serviços ou atividades.

Art. 75. As marcas destinadas a produtos nacionais não poderão conter dizeres em lingua estrangeira, salvo quando tais dizeres forem de uso corrente no Brasil.

Art. 76. Toda marca destinada a assinalar produtos de fabricação nacional deve, obrigatoriamente, conter a indicação "Indústria Brasileira" em caracteres nítidos e de maneira visível.

Art. 77. Só podem registrar marcas:

1º — os industriais ou comerciantes, para distinguir os produtos ou mercadorias de seu fabrico ou negócio;

2º — os agricultores ou criadores, para assinalar os produtos de qualquer exploração agrícola, zootécnica, florestal ou extrativa;

3º — as cooperativas ou organismos de cooperação econômica para assinalar os respectivos produtos ou mercadorias;

4º — as empresas e profissionais, para distinguir suas atividades ou serviços;

5º — a União, os Estados e os Municípios, suas autarquias, empresas ou sociedades.

Art. 78. Os preceitos deste capítulo serão aplicáveis, no que couber, aos nomes de empresa, títulos de estabelecimento, insignias e expressões ou sinais de propaganda.

SEÇÃO II

Das marcas registráveis

Art. 79. São registráveis, como marca de indústria e de comércio ou de serviço, os nomes, palavras, denominações, letras, algarismos, monogramas, emblemas, figuras, vinhetas, ornamentos, desenhos, ilustrações, relevos, perfurações, transparências, estampas, recortes, rendilhados, impressões, gravuras, fotografias, sinetes, cunhos, selos, rótulos, e quaisquer sinais distintivos de atividade industrial, comercial, agrícola ou civil.

SEÇÃO III

Das marcas não registráveis

Art. 80. Não podem ser registrados como marca de indústria e de comércio ou de serviço:

1º — os braços, armas, medalhas, distintivos públicos ou oficiais, nacionais ou estrangeiros, ou respectivas designações e figuras, salvo havendo autorização expressa de autoridade competente;

2º — os nomes e as denominações necessárias usuais ou vulgares, as letras, os algarismos ou números, os sinais, figuras ou símbolos, de uso comum, desde que tenham relação com os produtos, artigos ou serviços a distinguir, salvo quando revestirem suficiente forma distintiva;

3º — O emblema da Cruz Vermelha ou as palavras Cruz Vermelha ou Cruz de Genebra;

4º — as expressões, figuras ou desenhos contrários à moral e aos bons costumes e as que envolvam ofensa individual ou atentem contra cultos religiosos ou idéias e sentimentos dignos de respeito ou veneração;

5º — as designações de repartições ou estabelecimentos oficiais, o nome de empresa, o título de estabelecimento e a insignia de que legitimamente não possa usar o registrante;

6º — as denominações genéricas ou sua representação gráfica, as expressões empregadas comumente para designar gênero, espécie, natureza, origem, nacionalidade, precedência, destino, peso, medida, valor, qualidade salvo quando figurarem nas marcas como elementos verídicos e com suficiente forma distintiva;

7º — a cor das mercadorias ou produtos seu formato ou envoltório;

8º — o nome ou indicação de país, região, localidade, ou estabelecimento notoriamente conhecido como centro de fabricação ou extração do produto, bem como imitações suscetíveis de confusão, esteja ou não junto a essa indicação um nome suposto ou alheio;

9º — as medalhas de fantasia suscetíveis de confusão com as concedidas em exposições industriais ou congressos científicos;

10º — o nome civil e a efigie de terceiros, salvo com expresso consentimento do titular ou seus sucessores diretos;

11º — os termos técnicos usados nas indústrias, ciência e artes;

12º — a reprodução ou imitação de cunhos oficiais, regularmente adotados para garantia de metais preciosos, armas de fogo e padrões oficiais de qualquer gênero ou natureza;

13º — os nomes de obras artísticas ou científicas, de peças teatrais, cinematográficas ou divulgadas por quaisquer meios de comunicação e os desenhos artísticos impressos por qualquer forma;

14º — a reprodução ou imitação de títulos, apólices, moedas e cédulas da União, dos Estados, dos Municípios ou de países estrangeiros;

15º — as cores, exceto quando combinadas em conjunto original;

16º — as denominações simplesmente descritivas dos produtos ou serviços a que se aplicam;

17 — a reprodução, no todo ou em parte, de marca alheia anteriormente registrada para distinguir os produtos ou serviços idênticos ou semelhantes ou pertencentes a gênero de indústria, de comércio ou relativos a atividades idênticas ou afins ou a imitação dessas marcas, que possibilite erro, dúvida ou confusão, considerando-se existente tal possibilidade sempre que as diferenças entre as marcas não se evidenciem sem exame ou confrontação;

18 — as marcas constituídas de elementos suscetíveis de proteção como desenho ou modelo industrial.

Art. 81. Oferecida oposição ao pedido de registro de marca, baseada em registros anteriores de marcas idênticas ou semelhantes, na mesma classe e para os mesmos artigos os afins passíveis de confusão com a marca registranda, ou apontados aqueles registros pelo Departamento Nacional da Propriedade Industrial, não será concedido em nenhuma hipótese o registro da marca colidente, cujo pedido será automaticamente arquivado.

§ 1º. Da decisão do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, que arquivar o pedido de registro de marca, no caso deste artigo, não será admitido recurso sobre divergências gráficas ou detalhes de figuras, desenhos e semelhantes.

§ 2º. Não se admitirá, igualmente, recurso fundado em alegação de registros colidentes com anteriores.

§ 3º. O registro obtido com violação do disposto neste artigo será cancelado, se o titular do registro da marca contrafeita o requerer dentro de seis meses da data da publicação do registro da marca colidente.

SEÇÃO IV

Das impugnações

Art. 82. Não será ainda registrável a marca que constituir reprodução ou imitação de marca de terceiros ainda que não registrada, mas em uso comprovado, desde que o respectivo utente, impugnando o registro solicitado e suscetível de o prejudicar, requeira o registro de sua marca dentro de noventa dias, contados da data da impugnação.

§ 1º. Oferecida a impugnação caberá ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial decidí-la, deferindo ou não o pedido, com recurso, em ambos os casos, dentro de noventa dias.

§ 2º. Quando reiterada em grau de recurso a impugnação, caberá ao Conselho de Recursos da Propriedade Industrial o respectivo julgamento em decisão que porá fim à instância administrativa, quando unânime.

§ 3º. Em qualquer caso, ficará sobrestado o andamento dos processos relativos ao registro das marcas em litígio, até que se decida sobre a impugnação, prosseguindo-se depois quanto àqueles registros.

SEÇÃO V

Das marcas notórias

Art. 83. Será assegurada proteção especial às marcas notórias no país, inclusive mediante oposições ou recursos manifestados tempestivamente pelo seu titular, através dos quais se impeça o registro de marca que as reproduza ou imite, no todo ou em parte, mesmo que se destine a artigos ou serviços diferentes, desde que haja possibilidade de confusão quanto à origem de tais artigos ou serviços, com prejuízo para a reputação da marca ou de seu titular, ou ainda do seu caráter distintivo ou poder atrativo junto à clientela.

§ 1º. Se a marca considerada notória não estiver registrada no Brasil,

seu proprietário fica obrigado a requerer o seu registro perante o Departamento Nacional da Propriedade Industrial, no prazo de noventa dias seguintes à data da oposição ou recursos manifestado contra pedido de registro de marca idêntica ou semelhante por parte de terceiros, sob pena de perda da proteção de que trata este artigo.

§ 2º. Poderá ser cancelado o registro que imite marcas notórias, registradas em países estrangeiros, quando o respectivo titular o requerer dentro de seis meses da data em que constituir ou vier a participar de empresa através da qual seja instalada no Brasil indústria que se pretenda utilizar daquelas marcas.

§ 3º. O uso, não autorizado, da marca que constitua reprodução ou imitação de marca notória, devidamente registrada no Brasil, constituirá agravante do crime previsto na lei própria.

SEÇÃO VI

Das marcas estrangeiras

Art. 84. As marcas registradas por pessoas residentes no exterior, em países com os quais o Brasil mantenha tratados ou convenções, gozarão de direitos iguais aos assegurados às marcas nacionais.

Art. 85. As marcas estrangeiras poderão ser registradas no Brasil:

1º — quando o país de origem assegurar, por tratado ou convenção, reciprocidade de direito para o registro das marcas brasileiras;

2º — quando tenham sido devidamente registradas no país de origem;

3º — quando os respectivos certificados sejam depositados no Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Parágrafo único. Gozarão das mesmas garantias as marcas que preencham o primeiro requisito, desde que os seus titulares requeiram diretamente o respectivo registro no Brasil, provando que exploram estabelecimento industrial ou comercial no país de origem, com uso daquelas marcas.

Art. 86. Aquêlê que tiver depositado regularmente em qualquer país signatário da Convenção da União de

Paris, para a proteção da Propriedade Industrial, pedido de registro de marca de indústria e de comércio ou de serviço, gozará de prioridade, sob reserva, dos direitos de terceiros, para fazer igual pedido ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial, no prazo de seis meses, contados da data do depósito inicial. A prioridade, em caso algum, será invalidada durante esse período pelo emprego por terceiros de marca de indústria e de comércio ou de serviço.

§ 1º. Aquêlê que reivindicar a prioridade de depósito anterior deverá declará-lo, comprovando-a com o certificado do depósito ou registro da marca efetuada no país de origem.

§ 2º. Fica estabelecido o prazo de noventa dias para o interessado fazer esta declaração, a qual deverá ser comprovada.

SEÇÃO VII

Das indicações de proveniência

Art. 87. O uso do nome de lugar de proveniência cabe, indistintamente, a todos os produtores ou fabricantes nêlê estabelecido, não podendo tal indicação servir de elemento característico de marca.

Parágrafo único. Entende-se por indicação de proveniência a designação de nome de cidade, localidade, região ou país que sejam notoriamente conhecidos como lugar de extração, produção ou fabricação de determinadas mercadorias ou produtos.

Art. 88. É vedado o emprego e registro de lugar de criação, extração, produção ou fabricação de determinado artigo em marca destinada a artigos provenientes de lugar diverso.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos nomes de lugares que não sejam notoriamente conhecidos como produtores dos artigos a que a marca se destina.

Art. 89. Não será considerada falsa indicação de proveniência:

1º — a utilização de nome geográfico que se houver tornado comum para designar natureza ou gênero da mercadoria ou artigo, exceto tratando-se de produtos vinícolas;

2º — a utilização do nome da localidade da sede ou do estabelecimento

principal na denominação de filial, sucursal, agência ou representação, desde que autorizada a usá-la e feita a referencia correspondente.

CAPÍTULO II

Dos nomes de empresa

SECÇÃO I

Disposições gerais

Art. 90. Constitui nome de empresa a firma ou denominação adotada por pessoa física ou jurídica e pela qual é designada no exercício de suas atividades industriais, comerciais, extrativas, agrícolas ou de prestação de serviços.

Parágrafo único. Equipara-se ao nome de empresa, para o efeito da proteção que lhe dispensa este Código, em todo o território nacional, a denominação das sociedades civis e das fundações desde que devidamente registradas no Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Art. 91. O direito de uso exclusivo do nome de empresa, no território do Estado em que esta tiver sede, adquirido automaticamente, mediante o arquivamento dos atos constitutivos no Registro do Comércio local, estender-se-á a todo o território nacional, através do registro próprio no Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Art. 92. Somente após o registro ou arquivamento dos atos constitutivos no Registro do Comércio local poderá ser requerido o registro do nome de empresa.

§ 1º. O pedido de registro no Departamento Nacional da Propriedade Industrial deverá ser instruído com certidão do registro ou arquivamento dos atos constitutivos no Registro do Comércio local e certidão fornecida pelo Departamento Nacional do Registro do Comércio de inexistência de nome comercial idêntico ou semelhante no território nacional.

§ 2º. Se o nome de empresa contiver expressão suscetível de registro como marca, deverá o pedido ser acompanhado, ainda, de certidão do registro desta.

§ 3º. Apresentadas as certidões a que se referem os parágrafos anterior-

es, o pedido do registro de nome de empresa será automaticamente deferido, não comportando oposições ou recursos.

SECÇÃO II

Dos nomes de empresa registráveis

Art. 93. Podem ser registrados, como nome de empresa, para o efeito da proteção prevista neste Código:

- 1º — as firmas individuais;
- 2º — as firmas ou denominações das sociedades comerciais;
- 3º — as denominações das sociedades civis e das fundações.

SECÇÃO III

Dos nomes de empresas não registráveis

Art. 94. Não são registráveis:

- 1º — as firmas ou denominações que se prestem a confusão com outras anteriormente registradas e bem assim as que contiverem elemento de fantasia suscetível de confusão com marca de terceiros registrada para produtos, artigos ou serviços do mesmo gênero de negócio ou atividade;
- 2º — o nome requerido por pessoa física que consistir em firma coletiva ou denominação de sociedade;
- 3º — os nomes que contiverem expressões indicativas, tais como — “sucessores de...”, “antigo gerente”, “ex-empregado” e semelhantes, salvo se comprovada sua veracidade e direito de usá-los;
- 4º — as denominações capazes de gerar confusão com as de órgãos da administração pública, suas autarquias ou sociedades;
- 5º — os patronímicos de que o requerente não possa usar legitimamente.

CAPÍTULO III

Dos títulos de estabelecimento e das insígnias

SECÇÃO I

Disposições gerais

Art. 95. Constituem títulos de estabelecimento as designações deste e, insígnias, os disticos, emblemas ou si-

nais utilizados em papéis, correspondência e anúncios.

Art. 96. O registro do título de estabelecimento e da insígnia somente prevalecerá para o município do local da sede do seu titular, considerando-se, para esse efeito, como município, o Distrito Federal.

SEÇÃO II

Dos títulos de estabelecimento e das insígnias registráveis

Art. 97. São registráveis como título de estabelecimento:

1º — as denominações de fantasia ou necessárias, com suficiente cunho distintivo;

2º — os nomes ou pseudônimos industriais, comerciantes ou agricultores, por extenso ou abreviados;

3º — os nomes que, embora não correspondam ao do proprietário do estabelecimento, por ele possam ser legitimamente usados;

4º — as designações de imóveis destinados à exploração comercial, industrial ou agrícola, ou a qualquer atividade lícita;

5º — os nomes dos antecessores, desc. que usados legitimamente.

Art. 98. O requerente do título de estabelecimento consistente em nome de empresa deverá instruir o seu pedido com certidão do registro deste.

Art. 99. O título de estabelecimento e a insígnia, quando registrados nos termos deste Código, só poderão ser usados, respectivamente, no estabelecimento, para distingui-lo, e nos papéis, correspondência e anúncios.

Parágrafo único. O título de estabelecimento e a insígnia não poderão ser empregados nas mercadorias que fazem objeto da indústria, comércio ou atividade do seu titular, se não estiverem registrados como marca.

SEÇÃO III

Dos títulos de estabelecimento e das insígnias não registráveis

Art. 100. Não podem ser registrados como título de estabelecimento ou como insígnia:

1º — as expressões “antigo armazém”, “antiga fábrica”, “sucursal”

“filial”, “depósito” e outras equivalentes, a menos que o requerente tenha o direito de usá-las;

2º — as menções “antigo empregado”, “antigo chefe”, “antigo gerente” e outras equivalentes, sem expressa licença da firma ou do estabelecimento a que se referirem;

3º — as palavras “sucessor” ou “sucessores de...”, salvo se o interessado provar o direito de usá-las;

4º — a declaração “representante de...”, sem licença escrita da pessoa a que se referir;

5º — a denominação que não se distinga suficientemente de outra já registrada como marca ou nome de empresa de terceiros, para o mesmo gênero de negócio ou atividade;

6º — a denominação que constitua imitação ou reprodução de outra anteriormente registrada como título de estabelecimento, situada no mesmo município, de propriedade de terceiro e destinada à exploração de idêntico gênero de negócio ou atividade;

7º — os nomes e insígnias que incidirem nos mesmos impedimentos de marcas de indústria e de comércio ou de serviço.

CAPÍTULO IV

Das expressões ou sinais de propaganda

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 101. Entende-se por expressão ou sinal de propaganda toda legenda, anúncio, reclame, frase, combinação de palavras, desenho, gravura, originais e característicos que se destinem a emprêgo como meio de recomendar as atividades comerciais, industriais ou agrícolas, realçar as qualidades dos produtos e atrair a atenção dos consumidores.

§ 1º. Pode requerer o registro de expressão ou sinal de propaganda todo aquele que exerça atividade industrial, comercial, agrícola, cultural, recreativa, bancária, financeira, de fins de beneficência ou outros lícitos.

§ 2º. As expressões ou sinais de propaganda podem ser empregados em cartazes, tabuletas, papéis avulsos impressos em geral ou em outros meios de comunicação.

Art. 102. A marca de indústria e de comércio ou de serviço poderá fazer parte de expressão ou sinal de propaganda, quando devidamente registrada em nome do mesmo titular.

Art. 103. O registro da expressão ou sinal de propaganda terá efeito em todo o território nacional.

SEÇÃO II

Das expressões ou sinais de propaganda não registráveis

Art. 104. Não podem ser registradas como expressão ou sinais de propaganda:

1º — palavras ou combinações de palavras ou frases, exclusivamente descritivas das qualidades das mercadorias ou dos produtos;

2º — cartazes, tabuletas, anúncios ou reclames que não apresentem cunho de originalidade, ou que sejam conhecidos e usados publicamente em relação a outros produtos, por terceiros;

3º — anúncios, reclames, frases ou palavras que sejam contrários à moral, contenham ofensas ou alusões individuais, ou atentem contra idéias, religiões ou sentimentos, dignos de consideração;

4º — os que estiverem compreendidos em quaisquer das proibições concernentes ao registro de marcas;

5º — todo cartaz, anúncio ou reclame, que inclua marca, título de estabelecimento, nome de empresa ou recompensa industrial, dos quais legitimamente não possa usar o registrante;

6º — as palavras, frases, cartazes, anúncios, reclames ou disticos que tenham sido anteriormente registrados por terceiros, ou que sejam capazes de originar erro ou confusão.

CAPÍTULO V

Do pedido de registro de marca de indústria e de comércio ou de serviço, nome de empresa, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda.

Art. 105. O pretendente a registro de marca de indústria e de comércio ou de serviço, nome de empresa, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda deverá depositar no Departamento Na-

cional da Propriedade Industrial o seu pedido acompanhado de três exemplares e de um clichê tipográfico.

§ 1º O pedido, que só poderá referir-se ao registro de uma única marca, deverá ser formulado em requerimento dirigido ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, com a qualificação precisa do requerente ou de seu procurador, se houver, e a indicação das classes para as quais é reivindicado o registro.

§ 2º Os exemplares deverão reproduzir o clichê da marca em todos os seus detalhes e discriminar precisamente os artigos ou serviços a que esta se destina, devendo ser apresentados tantos exemplares, em triplicatas, quantas as classes reivindicadas.

§ 3º Nos exemplares deverá ainda ser indicada, precisamente, a forma como será usada a marca em seus elementos característicos, com referência às exclusões ou restrições quanto ao emprego desses elementos, cuja utilização não seja ou não possa ser reivindicada pelo requerente.

§ 4º Quando se tratar de produtos farmacêuticos, os exemplares deverão indicar precisamente, ainda, os respectivos fins terapêuticos.

§ 5º No caso de pedidos de registro de marca idêntica, para classes diversas, será dispensada a juntada dos documentos necessários à instrução do processo, exceto exemplares, desde que aqueles documentos hajam instruído o primeiro pedido e seja feita a indicação correspondente.

CAPÍTULO VI

Do depósito dos pedidos de marcas, nomes de empresa, títulos de estabelecimento, insignias e expressões ou sinais de propaganda.

Art. 106. Apresentado o pedido, lavrar-se-á o respectivo termo, assinado pelo próprio requerente, ou seu procurador, e pelo funcionario encarregado.

Parágrafo único. Do termo de depósito constarão a data da apresentação do pedido, mencionando-se hora, dia, mês e ano, o nome do requerente e do seu procurador, quando

houver, podendo dê-lo ser fornecida certidão ao depositante, mediante pagamento da taxa estipulada.

Art. 107. Para os efeitos de prioridade, exclusivamente, poderão ser recebidos pelas Delegacias Estaduais do Ministério da Indústria e do Comércio os pedidos iniciais de marcas, títulos de estabelecimento, insígnias e expressões ou sinais de propaganda, lavrando-se os respectivos termos de depósito, dos quais constarão a hora, dia, mês e ano da apresentação do pedido e as assinaturas do requerente, ou de seu procurador, e do funcionário designado pelo respectivo Delegado.

Parágrafo único. Lavrado o termo de depósito, a Delegacia providenciará a remessa da documentação respectiva ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial, dentro de cinco dias, contados da data do referido termo.

CAPÍTULO VII

Do exame formal e técnico e do processamento do pedido

Art. 108. Lavrado o termo do depósito do pedido, o respectivo processo será submetido, de imediato, ao exame formal para verificação de sua conformidade com as prescrições regulamentares, providenciando-se, concomitantemente, a publicação do respectivo clichê, com indicação das classes e artigos reivindicados, nome e qualificação do depositante.

§ 1º Verificado, pelo exame formal, que o processo está incompleto ou em desacordo com as normas aplicáveis, será o interessado notificado a regularizá-lo dentro do prazo de noventa dias.

§ 2º Verificando o Departamento Nacional da Propriedade Industrial que o pedido ainda se encontra incompleto, notificará o interessado, em qualquer caso, e o seu procurador, se houver, pela segunda e última vez a regularizar o processo, dentro de novo prazo de noventa dias, contados igualmente da data da publicação do despacho respectivo.

§ 3º Esgotados os prazos a que se referem os parágrafos anteriores, sem que o interessado promova o sanea-

mento do processo, incidirá este em arquivamento, de cujo despacho só caberá recurso, dentro do prazo de noventa dias da respectiva publicação, em caso de erro comprovado do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Art. 109. Durante o prazo de noventa dias, a contar da data da publicação definitiva dos clichês no órgão oficial do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, serão admitidas oposições de terceiros à concessão do registro.

§ 1º Publicadas as oposições oferecidas, o depositante poderá oferecer réplica no prazo de noventa dias.

§ 2º Findo o prazo de réplica e ainda que na ausência desta e de oposições, o processo será submetido, nos noventa dias subseqüentes, a buscas de anterioridades para verificação de possíveis colidências.

§ 3º Concluído o exame das anterioridades, o processo será submetido a despacho do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

§ 4º Do despacho concessivo ou denegatório, caberá recurso para o Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, dentro dos noventa dias seguintes à data da publicação daquele despacho.

§ 5º Nos noventa dias subseqüentes à data da interposição do recurso, perante o Conselho, poderá o interessado oferecer réplica.

§ 6º Esgotado o prazo prescrito neste artigo, sem a apresentação de oposições, e concedido o registro de marca, nome de empresa, título de estabelecimento, insígnia e expressão ou sinal de propaganda, do despacho respectivo não caberá qualquer recurso administrativo.

CAPÍTULO VIII

Da expedição do certificado de registro de marcas de indústria e de comércio ou de serviço, nomes de empresa, títulos de estabelecimento, insígnia, expressões ou sinais de propaganda.

Art. 110. Concedido o registro de marca de indústria e de comércio ou de serviço, nome de empresa, título de estabelecimento, insígnia e expressão ou sinal de propaganda, será publicado o despacho respectivo e expedido e entregue ao requerente, ou seu

procurador, o certificado de registro contra recibo e comprovação do pagamento da taxa devida.

§ 1º Não sendo paga a taxa devida e retirado o certificado, no prazo improrrogável de noventa dias da data de sua expedição, será cancelado o registro e arquivado o processo respectivo, mediante despacho irrecorrível do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, a ser proferido dentro dos trinta dias seguintes à data da expiração daquele prazo.

§ 2º O certificado consistirá num dos exemplares apresentados, devidamente autenticado pelo Departamento Nacional da Propriedade Industrial, com indicação do respectivo número de registro e data da expedição deste.

Art. 111. Relativamente ao registro observar-se-á o seguinte:

1º — a precedência do dia e hora da lavratura do termo de depósito estabelece a prioridade em favor do requerente;

2º — no caso de simultaneidade de apresentação de pedidos referentes a marca, nome de empresa, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda, idênticos ou semelhantes, a prioridade pertencerá àquele que provar, dentro de noventa dias, uso mais antigo;

3º — no caso de simultaneidade de depósito, se houver dúvida sobre o uso precedente de marca, nome de empresa, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda, o Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial susstará o prosseguimento dos processos até solução final em juízo, da questão de prioridade.

Art. 112. Para gozar da proteção deste Código, o uso da marca, nome de empresa, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda deverá ser feito tal como se efetuou o registro, devendo ser requerido novo registro, se introduzida qualquer alteração nos seus elementos componentes ou característicos.

Parágrafo único. Do disposto neste artigo excetuam-se as modificações relativas ao nome do titular, no caso de transferência, ou à sua qualificação ou alteração de nome.

Art. 113. No caso de extravio do certificado de registro, o Departamento Nacional da Propriedade Industrial poderá emitir segunda via mediante requerimento e pagamento da taxa devida.

CAPÍTULO IX

Da duração e prorrogação dos registros de marcas de indústria e de comércio ou de serviço, nomes de empresas, títulos de estabelecimentos, insignias e expressões ou sinais de propaganda

Art. 114 O registro de marca de indústria e de comércio ou de serviço, nome de empresa, títulos de estabelecimento e insignia prevalecerá por dez anos, e o da expressão ou sinal de propaganda, por três anos, contados uns e outros da data da expedição do certificado, podendo esses prazos ser prorrogados por períodos idênticos e sucessivos

Parágrafo único. A prorrogação deverá ser requerida na vigência do último semestre do decênio, ou do triênio de proteção legal, conforme o caso nos três meses seguintes, mediante pagamento das taxas previstas na tabela anexa.

Art. 115 A prorrogação dos registros requerida dentro dos prazos fixados no artigo anterior será automática e independente de publicações, não comportando oposições nem recursos.

Parágrafo único. O pedido de prorrogação de registro deverá ser instruído com o certificado respectivo e o comprovante do pagamento da taxa devida.

CAPÍTULO X

Da transferência dos direitos de registro de marcas de indústria e de comércio ou de serviço, nome de empresa, título de estabelecimento, insignias e expressões ou sinais de propaganda

Art. 116 A propriedade de marca, nome de empresa, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda pode ser transferida por ato "intervivos", ou em virtude de sucessão legítima ou testamentária.

Art. 117 A anotação de transferência de registro deve ser requerida ao

Diretor Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, mediante a apresentação do respectivo certificado e dos instrumentos originaes da transferencia ou de suas certidões.

§ 1º. A transferencia só produzirá efeito depois de anotada no Departamento.

§ 2º. A anotação será feita no registro proprio e averbada no respectivo certificado.

§ 3º. Os instrumentos relativos á transferencia ficarão arquivados no Departamento.

§ 4º. A requerimento dos interessados poderão ser fornecidos certidões dos documentos a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 118. Será anotada no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, á vista de documentos hábeis, qualquer alteração quanto ao nome do proprietário da marca, nome de empresa, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal da propaganda. Desse ato dar-se-a certidão ao interessado, ficando arquivados os documentos respectivos.

Parágrafo único. Serão igualmente anotados os atos que se refiram á suspensão, limitação ou extinção dos registros de marca, nome de empresa, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda, por despacho do Diretor-Geral do Departamento, quando os interessados o requeriram juntando documentos hábeis.

Art. 119. A anotação de transferencia dos direitos de marcas, nomes de empresa, títulos de estabelecimentos, insignia e expressões ou sinais de propaganda e de alteração de nome do respectivo titular, será efetuada dentro de trinta dias da data da publicação do despacho, mediante o pagamento prévio das taxas regulamentares, não comportando opposição ou recurso.

Art. 120. No caso de transferencia de registro de marca, nome de empresa, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda, existindo outros registros idênticos ou semelhantes, de propriedade do mesmo titular, a transferencia operar-se-á igualmente em relação a todos os demais registros, salvo disposição em contrário no instrumento da transferencia.

Art. 121. Qualquer pessoa com legitimo interesse poderá requerer ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial a suspensão da anotação de transferencia dos direitos da marca, nome de empresa, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda ou a averbação do contrato de exploração respectiva, desde que comprove ter iniciado processo judicial de falsidade ou ineficácia dos atos relativos á anotação da transferencia.

Parágrafo único. O cancelamento das anotações, decorrentes de falsidade, não exime os autores ou beneficiários desta de responder civil e criminalmente pelo ato delituoso.

Art. 122. Da decisão do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, que denegar a anotação de transferencia, caberá recurso dentro do prazo de sessenta dias.

Parágrafo único. Igual recurso caberá a qualquer interessado do despacho que conceder ou denegar o cancelamento da anotação.

Art. 123. Os titulares de marcas, insignias e expressões ou sinais de propaganda, registradas no Brasil poderão autorizar o seu uso por terceiros, devidamente estabelecidos, mediante contrato de exploração.

CAPÍTULO XI

Da extinção e da caducidade dos registros de marcas de industria e de comércio ou de serviço, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda

Art. 124. O registro de marca de industria e de comércio ou de serviço, nome de empresa, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda extingue-se:

1º — expirado o prazo de vigência, deixando o titular de requerer a prorrogação, na forma estabelecida neste Código;

2º — se o respectivo titular, ou seus sucessores, o renunciarem expressamente, mediante documento hábil;

3º — pela caducidade.

Art. 125. Caducará o registro de marca, nome de empresa, título de estabelecimento, insignia, expressão ou

sinal de propaganda, se qualquer pessoa, com legítimo interesse, provar perante o Departamento Nacional da Propriedade Industrial que o respectivo titular, ou seu sucessor, salvo motivo de força maior, deixou de usá-lo durante dois anos consecutivos, tanto no primeiro prazo de proteção legal, como no das sucessivas prorrogações.

Art. 126. Apresentado o pedido de caducidade, será notificado o titular do registro, marcando-se-lhe prazo improrrogável de noventa dias para dizer o que fôr de seu interesse.

Art. 127. Não impedirá a decretação de caducidade o uso de marca, nome de empresa, título de estabelecimento, insignia, expressão ou sinal de propaganda, com infração do disposto no art. 112.

Art. 128. A caducidade do registro será decretada por despacho do Director-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Parágrafo único. Do despacho que conceder ou denegar a caducidade, caberá recurso dentro do prazo de noventa dias.

CAPÍTULO XII

Da nulidade do registro de marcas de indústria e de comércio ou de serviço, nomes de empresas, títulos de estabelecimento, insignias e expressões ou sinais de propaganda

Art. 129. Serão nulos os registros de marcas de indústria e de comércio ou de serviço, nomes de empresa, títulos de estabelecimento, insignias e expressões ou sinais de propaganda que fôrem efetuados contra as determinações deste Código.

Parágrafo único. As ações de nulidade de qualquer desses registros deverão ser propostas dentro do prazo de dois anos contados da data da expedição do registro inicial.

Art. 130. São competentes para promover a ação de nulidade:

- I — qualquer terceiro interessado;
- II — a União, através do Procurador da República.

Parágrafo único. Consideram-se terceiros interessados quaisquer pessoas prejudicadas pela concessão do registro.

Art. 131. As ações de nulidade de registro serão processadas e julgadas nos termos do que dispuser a respeito o Código de Processo Civil, podendo ser cumuladas com as de indenização.

TÍTULO III

Das recompensas industriais

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Art. 132. Todo aquêle que, no exercício de atividade lucrativa lícita, houver obtido prêmio ou recompensa em razão de méritos ou qualidades excepcionais de seus produtos, ou de preferência pública em favor deles, poderá obter registro dos documentos relativos aos prêmios ou recompensas no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, nos termos e condições estabelecidos neste Código.

Art. 133. São registráveis como recompensas industriais:

1º — as medalhas, diplomas e prêmios conferidos em exposições, feiras ou congressos oficiais ou reconhecidos oficialmente;

2º — os diplomas ou atestados de louvor, conferidos pelas repartições da União, Estado e Municípios, suas autarquias ou sociedades, e pelas associações de classes ou corporações devidamente reconhecidas;

3º — as condecorações de mérito concedidas pelos governos brasileiros ou estrangeiros;

4º — os títulos de fornecedor de autoridades, entidades ou estabelecimentos oficiais, nacionais ou estrangeiros.

Art. 134. O registro das recompensas industriais vale para todo o território nacional e confere ao seu titular o direito de propriedade e uso exclusivo por tempo indeterminado.

Art. 135. Quando na marca de indústria e de comércio ou de serviço, nome de empresa, título de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda figurar uma ou mais recompensas industriais, estas deverão ser previamente registradas.

Art. 136. As recompensas industriais somente podem ser utilizadas nas mercadorias ou produtos que as originaram.

CAPÍTULO II

Do pedido de registro das recompensas industriais

Art. 137. Para obter o registro de que trata o artigo 132 deverá o interessado instruir o pedido respectivo com os originais ou certidões hábeis do título ou diploma das recompensas obtidas.

Art. 138. Do despacho que conceder ou denegar o registro de recompensa industrial caberá recurso administrativo.

Art. 139. Concedido o registro, o certificado respectivo será expedido mediante o pagamento da taxa devida, a ser efetuado dentro do prazo de noventa dias, sob pena de ser cancelado o registro.

CAPÍTULO III

Da transferência dos registros de recompensas industriais

Art. 140. Os direitos decorrentes do registro das recompensas industriais, excetuados os conferidos em caráter individual, são transferíveis sem o gênero de indústria ou de comércio que as originaram.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo serão adotadas as mesmas formalidades prescritas para a transferência de marcas de indústria e de comércio ou de serviço.

Art. 141. A transferência do registro das recompensas industriais só produzirá efeito depois de anotada no Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

TÍTULO IV

Do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial

Art. 142. O Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, ao qual compete o julgamento dos recursos previstos neste Código, exceto o disposto no § 2º, do artigo 163, será composto de sete membros, inclusive o Secretário da Indústria do Ministério da Indústria e do Comércio, seu membro nato e permanente.

Parágrafo único. O Conselho de Recursos da Propriedade Industrial

será presidido pelo Secretário da Indústria, que terá por substituto, em suas faltas e impedimentos, o Conselheiro mais antigo ou, na falta ou multiplicidade de Conselheiros mais antigos, o mais idoso.

Art. 143. Os membros do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial terão mandato de dois anos podendo ser reconduzidos por períodos idênticos, sucessivos ou não, até o máximo de dois.

Art. 144. Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República mediante escolha dentre profissionais liberais, de nível universitário, de reconhecida idoneidade moral e capacidade profissional, e cujos nomes lhes forem submetidos pelo Ministro da Indústria e do Comércio em listas triplices organizadas pelo respectivo Secretário da Indústria, de acordo com indicações fornecidas por sua solicitação, pelas entidades de classes federais próprias.

Parágrafo único. Antes da posse, os membros do Conselho deverão apresentar relações de seus bens ao Ministro da Indústria e do Comércio.

Art. 145. Os membros do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial perceberão a gratificação *pro labore*, por sessão a que comparecerem, que for fixada anualmente pelo Ministro da Indústria e do Comércio.

Parágrafo único. As gratificações atribuídas mensalmente aos membros do Conselho não poderão exceder importância correspondente ao vencimento mensal do cargo de Secretário da Indústria.

Art. 146. O Conselho de Recursos da Propriedade Industrial reunir-se-á ordinariamente duas vezes por semana, podendo ser convocadas sessões extraordinárias quando necessário.

Art. 147. Os recursos serão julgados na ordem cronológica de sua apresentação, admitida a preferência a que se refere o artigo 164.

§ 1º Recebidos os recursos, a Secretaria do Conselho deverá prepará-los dentro de cinco dias, da data de sua apresentação, para a respectiva distribuição.

§ 2º Os recursos serão distribuídos por sorteio durante as sessões do Conselho, atendidas as especializações de seus membros.

§ 3º Distribuídos os processos, os respectivos relatores deverão trazê-los a julgamento dentro de quinze dias da data em que os houverem recebido.

§ 4º No caso de pedido de vista, por qualquer Conselheiro, os processos deverão ser restituídos numa das duas sessões seguintes àquela em que o pedido tiver sido concedido.

§ 5º O julgamento dos recursos obedecerá ao que dispuser a respeito o regimento interno do Conselho.

Art. 148. O Conselho de Recursos da Propriedade Industrial reger-se-á pelo regimento interno elaborado pelos seus membros e aprovado através de decreto executivo referendado pelo Ministro da Indústria e do Comércio.

Art. 149. Quando unânimes, as decisões do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial serão irrecorribais, pondo termo ao processo administrativo.

§ 1º Em caso contrário, das decisões do Conselho poderá ser interposto recurso extraordinário, para o Ministro da Indústria e do Comércio, no prazo de trinta dias da data da publicação do acórdão, admitidas contra-razões no mesmo prazo, a contar da data da apresentação do recurso na Secretaria do Conselho.

§ 2º A decisão do Ministro, proferida nos recursos extraordinários que lhes forem encaminhados, porá fim à instância administrativa em relação aos processos em que forem interpostos.

Art. 150. Fica criada a Secretaria do Conselho da Propriedade Industrial, à qual competirá executar os serviços necessários ao seu pleno funcionamento.

Parágrafo único. A Secretaria do Conselho será constituída de funcionários do Ministério da Indústria e do Comércio, designados pelo respectivo titular.

TÍTULO V

Dos técnicos credenciados

Art. 151. O Departamento Nacional da Propriedade Industrial manterá, além do quadro de técnicos necessários ao exame preliminar dos pedidos de privilégio de invenção, de desenho e de modelo industrial, a que se

refere o § 1º do artigo 19, uma relação de nomes de técnicos credenciados, aos quais será atribuído o exame pericial mencionado no § 2º do artigo 20.

Parágrafo único. Os técnicos a que se refere este artigo serão selecionados, pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, dentre nomes constantes de relações a ele encaminhadas, por sua solicitação, pelos órgãos da administração pública direta e pelas universidades de ensino superior, estas dentre os membros de seus corpos docentes.

Art. 152. Os técnicos credenciados exercerão suas funções enquanto bem servirem.

Parágrafo único. Anualmente será publicado, no órgão oficial do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, a relação atualizada dos técnicos credenciados com exclusão dos que houverem cessado o exercício da função e inclusão dos admitidos.

Art. 153. O número de técnicos credenciados será fixado anualmente pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, na proporção máxima de dez para cada mil processos de patentes de privilégio de invenção, desenhos e modelos industriais depositados no ano anterior, sem prejuízo dos que necessitar requisitar para atendimento dos exames periciais não constantes das especialidades mencionadas na relação a que se refere o artigo 151.

Art. 154. Os técnicos credenciados deverão emitir os respectivos pareceres fundamentados dentro do prazo de trinta dias, contados da data em que receberem os processos sobre os quais for solicitado o seu parecer pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Parágrafo único. Caso não restitua o processo, com o parecer fundamentado no prazo consignado neste artigo, o técnico credenciado será excluído da relação própria e o processo distribuído a outro técnico.

Art. 155. Os técnicos credenciados receberão o "pro labore" que o Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial fixar anualmente, através de portaria, e correspondente ao número de pontos característicos da invenção, correndo a despesa por conta de verba orçamentária própria.

Parágrafo único. Nenhum técnico credenciado poderá receber mais de dez processos por mês para emitir parecer.

TÍTULO VI

Disposições gerais

CAPÍTULO I

Dos despachos e dos prazos

Art. 156. Os atos, inclusive notificações, despachos e decisões proferidos nos processos administrativos, referentes a direitos relativos a propriedade industrial, só produzirão efeito depois de publicados no órgão oficial do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Art. 157. Todos os prazos consignados neste Código contam-se a partir da data da publicação de que trata o artigo anterior. Sempre, porém, que se vencerem em dias em que não funcionarem as repartições federais, ficarão prorrogados até o primeiro dia útil seguinte.

Art. 158. Na ausência de disposições em contrário, o prazo para a adoção de providências determinadas por este Código será de noventa dias.

Parágrafo único. Expirado o prazo fixado neste artigo, sem que tenha sido adotada a providência devida, o processo a ele relativo será arquivado automaticamente.

CAPÍTULO II

Das oposições e dos recursos

Art. 159. Os recursos de decisões definitivas de primeira instância, previstos neste Código, deverão ser interpostos para o Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, exceto o recurso a que se refere o § 2º do artigo 163.

Art. 160. Não serão admitidos, desde logo arquivados, as oposições e recursos:

- a) quando apresentados fora dos prazos legais;
- b) desacompanhados de fundamentação;
- c) sem o pagamento das taxas devidas;

d) desacompanhados de prova de mandato, quando subscritos por advogado ou Agente da Propriedade Industrial, que já não tenha juntado essa prova ao processo ou indicado o número da respectiva inscrição.

Art. 161. Serão desentranhados dos processos e restituídos aos seus signatários as petições, recursos ou quaisquer outros documentos que contenham expressões desrespeitosas à administração ou injuriosas aos funcionários.

CAPÍTULO III

Das certidões

Art. 162. Qualquer pessoa, mediante o pagamento da taxa devida, poderá obter do Departamento Nacional da Propriedade Industrial certidão sobre a existência de registros de marcas, nomes de empresa, títulos de estabelecimento, insignias e expressões ou sinais de propaganda.

Parágrafo único. As certidões serão fornecidas sem responsabilidade do Departamento quanto à concessão de registro a ser eventualmente solicitado.

CAPÍTULO IV

Dos pedidos de preferência

Art. 163. Poderão ser deferidos pedidos de preferência para despacho de processos de concessão de privilégios de patentes de invenção, de desenhos ou de modelos industriais ou de registro de marcas, nomes de empresa, títulos de estabelecimento, insignias e expressões ou sinais de propaganda, desde que comprovados efetivamente, através de documentação hábil e ampla, os prejuízos que os interessados estiverem sofrendo em virtude de concorrência desleal decorrente da falta de solução daqueles processos.

§ 1º Os pedidos de preferência só serão admitidos mediante o pagamento da taxa prevista neste Código.

§ 2º Os pedidos, devidamente instruídos pelo Departamento Nacional da Propriedade Industrial serão decididos pelo respectivo Diretor-Geral, dentro de quinze dias da data de sua apresentação, admitido recurso, em caso de indeferimento do pedido, pa-

ra o Secretário da Indústria, dentro de quinze dias da publicação do despacho respectivo no órgão oficial do Departamento.

Art. 164. Poderão ser deferidos, igualmente, pedidos de preferência para decisão de processos relativos a recursos pendentes de julgamento, pelo Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, desde que atendidas as condições constantes do artigo anterior e respectivo parágrafo primeiro.

Parágrafo único. Os pedidos de preferência de processos pendentes de julgamento do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial serão decididos, no prazo de quinze dias da data de sua apresentação na Secretaria do Conselho, pelo Presidente deste, em plenário, após audiência do Relator do processo relativo ao recurso.

CAPÍTULO V

Da classificação de patentes e marcas

Art. 165. Os processos de privilégios de patente de invenção, de desenho e de modelo industrial e de garantia de prioridade serão classificados conforme o Quadro I, anexo ao presente Código.

Art. 166. Os registros de marca de indústria e de comércio ou de serviço, nome de empresa, título de estabelecimento, insígnia e expressão ou sinal de propaganda obedecerão à classificação do Quadro II anexo ao presente Código.

CAPÍTULO VI

Das taxas

Art. 167. O pagamento das taxas previstas neste Código será efetuado na conformidade da tabela anexa.

Art. 168. O recolhimento das taxas a que se refere o artigo anterior será efetuado através de processo mecânico ou de guia expedida pelo Departamento Nacional da Propriedade Industrial e processada na repartição federal competente.

Art. 169. O documento relativo à autenticação por processo mecânico ou a guia de recolhimento servirá de prova, perante o Departamento Nacional da Propriedade Industrial, do pagamento da taxa devida.

Art. 170. Em caso algum serão restituídas as taxas recolhidas.

Art. 171. Os valores das taxas constantes deste Código serão atualizados bianualmente, dentro dos três primeiros meses de cada ano civil, em que couber, através de decreto executivo, em função da revisão dos índices legais de correção monetária.

CAPÍTULO VII

Da inscrição de procurações

Art. 172. Os advogados e os agentes de Propriedade Industrial legalmente habilitados poderão requerer a inscrição, no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, dos instrumentos de mandato, fica do, nesse caso, dispensada a apresentação da procuração em cada processo, desde que indicado, nesses processos, o número da inscrição.

§ 1º Cada inscrição ficará sujeita à taxa especial prevista na tabela anexa a este Código.

§ 2º Para o efeito da inscrição prevista neste artigo as procurações procedentes do estrangeiro dependem de outros registros prévios especiais, salvo as autenticações e formalidades previstas em lei.

Art. 173. A pessoa domiciliada no estrangeiro, para depositar pedidos de privilégio ou de registro de marcas e outros, deverá constituir procurador bastante, domiciliado no Brasil, que a represente perante o Departamento Nacional da Propriedade Industrial e possa receber citações judiciais, devendo ser inscrita a procuração.

CAPÍTULO VIII

Da delegação de poderes

Art. 174. O Diretor-Geral do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, por conveniência do serviço, poderá delegar suas atribuições aos Diretores de Divisão e de Serviços e aos Chefes de Seção.

CAPÍTULO IX

Disposições transitórias

Art. 175. Os recursos interpostos anteriormente à data de vigência

dêste Código serão decididos de acordo com o que nêle se dispõe.

Art. 176. As despesas resultantes da criação e manutenção do Conselho e de sua Secretaria correrão por conta da verba própria.

Art. 177. O presente Código entrará em vigor dentro do prazo de noventa dias da data de sua publicação, devendo, dentro dêste prazo, ser decretada a reorganização do Departamento Nacional da Propriedade Industrial e a estruturação da Secretaria do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial.

Art. 178. Ficam revogadas quaisquer leis e disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Paulo Egydio Martins

QUADRO I

Classificação das invenções industriais a que se refere o artigo 165 do Código da Propriedade Industrial

Grupo I — Agricultura e indústria animal. Alimentação.

Grupo II — Captação e transformação de energia.

Grupo III — Máquinas e motores.

Grupo IV — Indústria extrativa e metalúrgica.

Grupo V — Transporte. Viaturas. Estradas.

Grupo VI — Instrumentos científicos e de medidas. Aparelhos calculadores.

Grupo VII — Eletricidade e indústrias elétricas.

Grupo VIII — Tecnologia inorgânica.

Grupo IX — Tecnologia orgânica.

Grupo X — Aparelhagens usadas nas indústrias.

Grupo XI — Indústrias têxteis e vestuário.

Grupo XII — Artes industriais. Economia doméstica.

Grupo XIII — Construções. Engenharia Civil. Saneamento.

Grupo XIV — Iluminação. Aquecimento. Frio industrial.

Grupo XV — Medicina, cirurgia, farmácia e profilaxia.

Grupo XVI — Arte militar, naval e aeronáutica.

Grupo XVII — Indústrias diversas.

QUADRO II

Classificação das mercadorias ou produtos e serviços para o registro das marcas de indústria e de comércio, título de estabelecimento, insignias e expressões ou sinais de propaganda a que se refere o artigo 166 do Código da Propriedade Industrial.

Classe 1

Substâncias e preparações químicas usadas nas indústrias, na fotografia e nas análises químicas. Substâncias e Preparações químicas anti-corrosivas e anti-oxidantes.

Classe 2

Substâncias e preparações químicas usadas na agricultura, na horticultura, na veterinária e para fins sanitários.

Classe 3

Substâncias químicas, produtos e preparados para serem usados na medicina ou na farmácia.

Classe 4

Substâncias de origem animal, vegetal ou mineral, em bruto ou parcialmente preparadas e não incluídas em outras classes.

Classe 5

Metais não trabalhados ou parcialmente trabalhados, usados nas indústrias.

Classe 6

Máquinas e suas partes integrantes, não incluídas nas classes 7, 10, 17.

Classe 7

Máquinas de agricultura e horticultura e suas partes integrantes. Grandes instrumentos agrícolas, inclusive tratores.

Classe 8

Instrumento de precisão, instrumento científico, aparelhos de uso comum, instrumentos e aparelhos didá-

ticos, moldes de toda espécie, acessórios de aparelhos elétricos (inclusive válvulas lâmpadas, tomadas, fios, soquetes, etc.), aparelhos fotográficos, máquinas falantes, etc., discos gravados, e filmes revelados.

Classe 9

Instrumentos musicais e suas partes integrantes, exceto máquinas falantes.

Classe 10

Instrumentos, máquinas, aparelhos e petrechos para a medicina, a arte dentária, a cirurgia e a higiene exceto os incluídos na classe 34; máquinas, aparelhos e instalações hospitalares, de expurgo e fins análogos, exceto móveis da Classe 40.

Classe 11

Ferramentas de toda espécie (exceto quando partes de máquinas) ferragens e cutelaria em geral. Pequenos artigos de qualquer metal quando não de outras classes.

Classe 12

Botões e alfinetes comuns, fechos corrediços e demais miudezas de armarinho não incluídas nas classes, 13, 22, 24 e 48.

Classe 13

Joalheria e artigos de metais preciosos, semi-preciosos e suas imitações, usados como adornos e não incluídos em outras classes; pedras preciosas e suas imitações.

Classe 14

Vidro, cristal e seus artefatos não incluídos em outras classes.

Classe 15

Artefatos de cerâmica (porcelana, faiança, louça vidrada e outros), para uso caseiro, adorno, fins artísticos e industriais, instalações sanitárias não incluídas em outras classes.

Classe 16

Material exclusivamente para construção e adorno de prédio, estradas, etc., como cimento, azulejos, ladrilhos, telhas, portas, janelas, etc., não incluídos em outras classes. Papel para forrar casa.

Classe 17

Artigos, máquinas e instalações para escritório e desenho, não incluídos nas classes 38 e 40.

Classe 18

Armas, munições de guerra e caça. Explosivos; fogos de artifícios.

Classe 19

Animais vivos inclusive aves, ovos em geral, inclusive do bicho da seda.

Classe 20

Petrechos navais e aeronáuticos (salva vidas, âncoras, cintos de natação, bóias, pára-quedas, etc.).

Classe 21

Veículos e suas partes integrantes, exceto máquinas e motores.

Classe 22

Fios em geral para tecelagem e para uso comum, Linhas de costura, para bordar para tricotagem, etc. (exceto barbante).

Classe 23

Tecidos em geral.

Classe 24

Artefatos de algodão, cânhamo, linho, juta, seda, lã e outras fibras, não incluídas nas demais classes.

Classe 25

Imagens e gravuras estátuas, estatuetas, estampas, manequins e análogos. Quaisquer obras de pintura e escultura não incluídas em outras classes.

Classe 26

Artefatos de madeira, osso ou marfim, não incluídos em outras classes.

Classe 27

Artefatos de palha ou fibra, não incluídos em outras classes.

Classe 28

Artefatos e produtos acabados de origem animal vegetal e mineral não incluídos em outras classes; artefatos e substâncias químicas não incluídos em outras classes.

Classe 29

Escôvas comuns (não incluídas nas classes 6, 11, 17 e 48), espanadores e vassouras.

Classe 30

Guarda-chuvas, bengalas e suas partes integrantes.

Classe 31

Tendas, lonas, correias de transmissão de toda espécie, cordoalha e barbante. Material de vedação e mangueira.

Classe 32

Jornais, revistas e publicações em geral. Alôns e programas radiofônicos. Peças teatrais e cinematográficas.

Classe 33

Titulos de estabelecimento de atividade não comerciais (escolas, clubes, teatros etc.), e outras que não se incluem nas demais classes (lavanderias, garagens etc.).

Classe 34

Tapetes, cortinas e panos de assoalhos e paredes. Linóleos, oleados e encerados, inclusive para instalações hospitalares.

Classe 35

Couros e peles preparados ou não. Arteratos de couros e peles não incluídos em outras classes.

Classe 36

Artigos de vestuário, de toda sorte, inclusive de esporte e para crianças (fraldas, cueiros etc.).

Classe 37

Roupa de mesa, inclusive cobertores. Toalhas de uso pessoal, pano de prato e análogos.

Classe 38

Papel e seus artefatos, livros não impressos etc., não incluídos nas classes 16, 44 e 49.

Classe 39

Artefatos de borracha e de gutapercha não incluídos em outras classes.

Classe 40

Móveis de metal, vidro ou madeira, estofados ou não. Colchões, travesseiros e acolchoados para móveis.

Classe 41

Substâncias alimentícias e seus preparados. Ingredientes de alimentos. Essências alimentícias.

Classe 42

Bebidas alcoólicas e fermentadas, não incluídas na classe 3.

Classe 43

Refrescos e águas naturais e artificiais, usadas como bebidas, não incluídas na classe 3.

Classe 44

Tabaco manufaturado ou não. Artigos para fumantes exceto papel — (classe 38).

Classe 45

Sementes e mudas para a agricultura, horticulturas e a floricultura, flôres naturais.

Classe 46

Velas, fósforos, sabão comum e detergentes. Amido, anil e preparações para lavanderia. Artigo para conservar e polir.

Classe 47

Combustíveis, lubrificantes e substâncias e produtos destinados a iluminação e ao aquecimento.

Classe 48

Perfumarias, cosméticos, dentífricos, sabonetes e preparados para o cabelo. Artigos de toucador e escôvas para os dentes, unhas, cabelo e roupa.

Classe 49

Jogos de toda espécie. Brinquedos e passatempos; petrechos e artigos para fins exclusivamente desportivos, exceto vestuários.

Classe 50

Serviços.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

TAXAS DE SERVIÇOS FEDERAIS

1 — *Privilegio de Invenção*

NCr\$

1 — Depósito de pedido de privilegio de patente de invenção, de desenho ou de modelo industrial:	
a) até cinco pontos característicos	50,00
b) por ponto característico que exceder de cinco, mais	5,00
2 — Busca de patente	5,00
3 — Taxa suplementar pela alteração do relatório ou do desenho, quando não for exigido pelo D.N.P.I.	10,00
4 — Taxa suplementar pela apresentação, quando posterior ao depósito do pedido de registro de patente de invenção, de desenho ou de modelo industrial, do certificado do país de origem	10,00
5 — Pedido de restauração de processo de patente de invenção, de desenho ou de modelo industrial	20,00
6 — Expedição de carta-patente de privilegio de invenção, de desenho ou de modelo industrial	50,00
7 — Taxa de periodo de patente de invenção, de desenho ou de modelo industrial	50,00
8 — Pedido de prorrogação do prazo de vigência de patente de invenção, de desenho ou de modelo industrial	80,00
9 — Pedido de garantia de prioridade	10,00
10 — Pedido de cancelamento de garantia de prioridade	5,00
11 — Anotação de qualquer contrato de licença para uso ou exploração de patente	10,00
12 — Pedido para concessão de licença obrigatória	20,00
13 — Pedido de caducidade de patente	20,00
14 — Pedido de registro de recompensa industrial	10,00

II — *Marcas e semelhantes*

15 — Depósito de qualquer pedido de registro de marcas, nome de empresa, titulo de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda	30,00
16 — Busca sobre a existência de marcas, nomes de empresa, titulo de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda	10,00
17 — Taxa suplementar por classe nos depósitos de pedidos de registro de marca, nome de empresa, titulo de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda que excederem de três classes	10,00
18 — Expedição de certificado de registro	30,00
19 — Pedido de prorrogação do prazo de registro de marca, nome de empresa, titulo de estabelecimento, insignia e expressão ou sinal de propaganda:	
a) quando apresentado dentro de seis meses antes do termino do prazo de vigência do registro	20,00
b) quando apresentado dentro de três meses depois de vencido o prazo de vigência do registro	30,00
20 — Anotação de qualquer contrato de licença para uso ou exploração de marca, insignia e expressão ou sinal de propaganda	10,00
21 — Pedido de caducidade de registro	20,00

III — *Diversos*

22 — Interposição de opposição, impugnação, aditamento, recurso e réplica	20,00
23 — Anotação de cessão de transferência ou de alteração de nome do titular de patente, marca, titulo, insignia e expressão ou sinal de propaganda	10,00

24 — Certidão de termo de depósito de pedido de patente de invenção, marca ou semelhantes	2,00
25 — Certidão não especificada, por folha	1,00
26 — Cópia de livro ou documento, autenticada, por folha	1,50
27 — Pedido de arquivamento de procuração	5,00
28 — Inscrição em prova de habilitação para Agente da Propriedade Industrial	50,00
29 — Admissão como preposto de Agente da Propriedade Industrial	50,00
30 — Recurso ao Conselho de Recursos da Propriedade Industrial	50,00
31 — Recurso extraordinário ao Ministro da Indústria e do Comércio	100,00

DECRETO-LEI Nº 255 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Transfere para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara o Quadro Suplementar, a que se refere o art. 9º da Lei nº 4.017, de 16 de dezembro de 1961, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º. O Quadro Suplementar, a que se refere o art. 9º da Lei número 4.017, de 16 de dezembro de 1961, passa a pertencer, definitivamente, ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara.

§ 1º. Os funcionários do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral que, na data da publicação deste Decreto-lei, se encontrarem à disposição de qualquer órgão sediado no Estado da Guanabara, passarão a integrar o Quadro Suplementar a que se refere este artigo.

§ 2º. Os atuais integrantes do Quadro Suplementar e os funcionários, referidos no parágrafo anterior, que pretenderem retornar ao Quadro Permanente, ou nele continuar, conforme o caso, deverão declará-lo, por escrito, no prazo de quinze (15) dias, e, entrarão em exercício em Brasília trinta (30) dias após a entrega das respectivas moradias pelo órgão competente.

§ 3º. Os funcionários, de que trata o parágrafo anterior, não poderão ser novamente incluídos no Quadro Suplementar do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara nem ser colocados, sob qualquer pretexto, à disposição de órgão sediado fora do Distrito Federal.

§ 4º. O Quadro Suplementar, ora transferido para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara, não poderá ser ampliado, considerados extintos os seus cargos, que serão suprimidos à medida que se vagarem, salvo se forem de carreira, hipótese em que a supressão se fará pelas classes iniciais.

Art. 2º A carreira de Oficial Judiciário do Quadro Permanente do Tribunal Superior Eleitoral passa a ter a seguinte estrutura e escalonamento: classe PJ-3, oito cargos; classe PJ-4, dez cargos; PJ-5, doze cargos; classe PJ-6, dezesseis cargos.

§ 1º. Os demais cargos da carreira de Oficial Judiciário, constantes da Tabela que acompanha a Lei nº 4.017, de 16 de dezembro de 1961, em número de dez, ficam extintos a partir da vigência desta lei.

§ 2º. Se, em face do disposto no § 2º do artigo 1º, voltarem para o Quadro Permanente do Tribunal Superior Eleitoral mais de doze funcionários da carreira de Oficial Judiciário, a nova estrutura somente entrará em vigor quando os cargos ficarem reduzidos a quarenta e seis.

§ 3º. As vagas que se abrirem nas carreiras de Oficial Judiciário e Auxiliar Judiciário, do Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, com o desligamento do pessoal do Quadro Suplementar e mencionado no § 1º do art. 1º, serão preenchidas, após as promoções que se fizerem na classe inicial da carreira de Auxiliar Judiciário, sendo obrigatório o concurso público de provas, nos termos da Constituição.

Art. 3º. Os claros abertos na carreira de Taquígrafo, do Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, em virtude da passagem definitiva para o Quadro Suplementar dos

Taquígrafos que, atualmente, o integram, serão preenchidos na classe inicial, após as promoções que se fizerem, por concurso público de provas, nos termos da Constituição.

Art. 4º. Das extinções de cargos previstas na tabela que acompanha a Lei nº 4.017, ficam mantidas a medida que forem vagando as que dizem respeito a um (1) cargo de Secretário da Presidência P., um (1) cargo de Auditor Fiscal PJ-0, um (1) cargo de Redator Principal PJ-2 três (3) cargos de Redator PJ-4, um (1) cargo de Zelador PJ-4, um (1) cargo de Contador PJ-4, um (1) cargo de Protocolista-Auxiliar PJ-6, cinco (5) cargos de Ajudante de Chefe de Portaria PJ-6, um (1) cargo de Eletricista-Auxiliar PJ-10 e vinte (20) cargos de Auxiliar de Portaria PJ-7.

Art. 5º. Ficam restabelecidos os cargos de Assessor Administrativo, Arquivista, Arquivista-Auxiliar, Bibliotecário-Auxiliar e Almoxarife-Auxiliar que serão preenchidos, oportunamente, e corresponderão, respectivamente, aos símbolos PJ-1, PJ-6, PJ-8, PJ-6 e PJ-7, ressalvada a situação dos atuais ocupantes.

Art. 6º. Os cargos isolados de Diretor-Geral, Secretário-Geral da Presidência e de Diretores de Divisão e Serviço passarão a ser providos em comissão por funcionários efetivos de livre escolha do Presidente do Tribunal, ressalvadas as situações legais dos atuais ocupantes.

Art. 7º. Ficam criados oito (8) cargos isolados de provimento efetivo de Motorista símbolo PJ-9 e dois de Auxiliares de Plenário PJ-6.

Art. 8º. Caberá ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral o provimento dos cargos na forma da Constituição e, ainda, a apostila dos títulos dos funcionários dos Quadros da respectiva Secretaria.

§ 1º. As nomeações, inclusive para os cargos isolados de provimento efetivo dependerão de prévia habilitação em concurso público de provas e obedecerão, rigorosamente, à ordem de classificação.

§ 2º. Aplicam-se, igualmente aos funcionários referidos neste artigo o disposto nos artigos 5º, 6º e 35 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, com as alterações introduzidas

pelo Decreto-lei nº 177, de 16 de fevereiro de 1967.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de NCr\$ 18 000 (dezoito mil cruzeiros novos) para fazer face à despesa de que trata o art. 9º do presente Decreto-lei.

Art. 10. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 256 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a extinção da Autarquia Federal denominada Administração do Porto do Rio de Janeiro e autoriza a constituição da Cia. Docas do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4 de 7 de outubro de 1966, baixa o seguinte Decreto-lei:

CAPÍTULO I

Da extinção da Autarquia Federal Administração do Porto do Rio de Janeiro

Art. 1º. Será extinta, na data da Constituição da Sociedade de que trata esta Lei, a Autarquia Federal denominada Administração do Porto do Rio de Janeiro (APRJ).

Art. 2º. Os bens e direitos integrantes do patrimônio da Autarquia a ser extinta, de acordo com o Artigo 1º, formarão o capital da sociedade a ser constituída por força deste Decreto-lei.

§ 1º. Os bens e direitos a que se refere este artigo, bem como os por ela administrados e que não forem incorporados ao patrimônio da nova sociedade no ato da respectiva constituição, serão mantidos sob sua ges-

tão e guarda, até a sua incorporação ao ativo daquela, o que se dará a proporção que forem eles arrolados ou tombados e avaliados, seja sob a forma de realização do capital subscrito pela União, seja sob a de novas subscrições de capital.

§ 2º Os bens que não vierem a integralizar o capital da sociedade terão o destino que lhes for dado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, na forma abaixo:

a) se forem imóveis ficarão no Patrimônio da União;

b) se forem móveis e embarcações, poderão, atendidas as disposições legais regulamentares e a critério do MVOP, ser alienados ou transferidos para outro órgão público centralizado ou descentralizado, inclusive autárquico, bem como para sociedade de economia mista.

§ 3º Para o arrolamento, tombamento e avaliação desses bens e direitos, a sociedade adotará as medidas administrativas necessárias, sendo a respectiva avaliação submetida à aprovação do Presidente da República.

CAPÍTULO II

Da constituição, natureza e objeto da Cia. Docas do Rio de Janeiro

Art. 3º Fica a União autorizada a constituir, na forma desta Lei, uma sociedade de Economia Mista, por ações, que se denominará Cia. Docas do Rio de Janeiro. (CDRJ).

Art. 4º A C.D.R.J. terá sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara e por objeto a administração do porto do Rio de Janeiro, podendo abranger outros portos, ainda que organizados, que estejam localizados ou venham a estar localizados, nos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Art. 5º O Presidente da República designará, por Decreto, o Procurador da Fazenda Nacional, representante da União, nos atos constitutivos da CDRJ.

§ 1º Os atos constitutivos da sociedade serão precedidos:

I — Aprovação, pelo Presidente da República, do projeto de organização dos serviços básicos da sociedade;

II — O arrolamento, com as especificações do balanço, dos bens e direitos que a União e outras entidades públicas destinarem a integralização do seu capital, sendo que esses bens e direitos deverão ser avaliados pelos seus valores de balanço, registrados a 31 de dezembro de 1966;

III — Elaboração dos estatutos e sua prévia publicação para conhecimento geral;

§ 2º Os atos constitutivos compreenderão:

I — aprovação das avaliações dos bens e direitos arrolados para constituir o capital subscrito pela União, conforme valores registrados no balanço de 31 de dezembro de 1966.

II — aprovação dos estatutos.

Art. 6º A sociedade será constituída em sessão pública, no MVOP, devendo constar da respectiva ata, os estatutos aprovados, o histórico e o resumo dos atos constitutivos, bem como da avaliação dos bens e direitos convertidos em capital.

Parágrafo único. A constituição da sociedade será aprovada por Decreto do Presidente da República, arquivando-se na Junta de Comércio competente, por cópia autêntica, a ata respectiva.

Art. 7º Observadas as ressalvas desta Lei a CDRJ reger-se-á pela legislação referentes às Sociedades Anônimas em geral, não se aplicando aquela o disposto nos itens 1º e 3º do Art. 38 da Lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Parágrafo único. As reformas dos estatutos da CDRJ serão submetidas à aprovação do Presidente da República, mediante Decreto.

CAPÍTULO III

Do Capital da CDRJ e dos respectivos acionistas

Art. 8º A União subscreverá as ações que irão constituir o capital inicial da CDRJ, integralizando-o com os bens e direitos que a União, ou qualquer órgão público, centralizado ou descentralizado, destinar à integralização do seu capital.

Art. 9º Os atos constitutivos da Sociedade serão o instrumento de transferência do domínio e da posse

dos bens a que se referê este artigo, produzindo todos os efeitos e direito, inclusive perante o registro de Imóveis, Tribunal Marítimo e Capitánias dos Portos.

Art. 10. As correções monetárias procedidas sobre bens e direitos a que se refere o artigo anterior, serão isentas de impostos e taxas e as diferenças a maior no valor dos referidos bens e direitos, resultantes das mesmas, serão utilizadas pela União Federal como realização de capital já subscrito ou em novas subscrições de capital.

Art. 11. As ações da sociedade serão nominativas, originárias, com direito de voto, e preferenciais, sempre sem direito a voto, inconvertíveis em ações ordinárias, podendo os aumentos de capital dividir-se, no todo ou em parte, em ações preferenciais, para cuja emissão não prevalecerá a restrição de que trata o parágrafo único do art. 9º do Decreto-lei número 2.627 de 26 de setembro de 1946.

Art. 12. A União subscreverá, em todo aumento de capital, ações ordinárias que lhe assegurem pelo menos 51 por cento de capital votante.

§ 1º As transferências, pela União, de ações do capital, ou as subscrições de aumento de capital pelos demais acionistas, não poderão importar na redução a menos de 51 por cento, não só das ações de propriedade da União com direito a voto, como a participação desta no capital social.

§ 2º É nula, de pleno direito, a transferência ou subscrição de ações, com infringência ao disposto neste artigo, podendo a nulidade ser arguida através de ação popular.

Art. 13. As transferências das ações da União não poderão ser efetivadas por valor inferior ao nominal.

Art. 14. Terão preferência, na ordem que estão relacionados, para transferência ou subscrição de ações:

I — Os empregados da sociedade;

II — As pessoas jurídicas e públicas;

III — As sociedades de economia mista que, por força de lei, estejam sobre controle permanente do poder público.

CAPÍTULO IV

Da administração, do Conselho Fiscal e da Assembléia Geral

Art. 15. A sociedade de que trata esta lei, será administrada por uma Diretoria, cujo presidente será de livre nomeação e demissão do Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 1º Os estatutos sociais previrão, ainda, um Conselho Consultivo, presidido pelo Diretor-Presidente, com funções de Consulta.

§ 2º Os demais diretores, bem como os membros do Conselho Consultivo e os do Conselho Fiscal, serão eleitos pela Assembléia Geral após prévia aprovação pelo Ministro da Viação e Obras Públicas e exercerão seus mandatos de acordo com o prescrito nos estatutos sociais.

Art. 16. A União Federal será representada, na assembléia geral, na forma prescrita pela legislação específica.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 17. Os atos constitutivos da sociedade de que trata esta lei, bem como os de integralização de capital pela União, são isentos de impostos, taxas, e quaisquer outros ônus fiscais compreendidos na competência da União.

Art. 18. A sociedade de que trata esta lei não prestará serviço gratuito.

Parágrafo único. Os serviços requisitados pelos órgãos públicos só serão atendidos mediante empenho prévio de despesas.

Art. 19. O vínculo entre a sociedade e seus empregados rege-se pela Consolidação das Leis do Trabalho e legislação trabalhista complementar.

Art. 20. A União poderá incumbir a CDRJ de executar serviços conizentes com as suas finalidades, destinando-lhe recursos financeiros especiais, sempre que a receita desses serviços não cobrir as despesas de operação e de capital a título de pagamento dos serviços prestados.

Art. 21. A CDRJ poderá promover desapropriações, nos termos da legislação em vigor, depois de declarada por Decreto, a Utilidade Pública do bem a desapropriar.

Art. 22. A relação empregatícia entre os servidores da APRJ e esta, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, será transferida à nova sociedade, na data de sua constituição.

Art. 23. Os atuais servidores da APRJ, quando da extinção desta, sujeitos ao regime estatutário e aos quais ficam garantidos todos os direitos, vantagens e prerrogativas que lhes são asseguradas por lei e sem perda da qualidade de servidores autárquicos, passarão a integrar, na jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas quadros e tabelas suplementares extintas, cujos cargos e funções isolados, assim como as classes ou padrões iniciais, quando de carreira serão suprimidos à medida que vagarem. Depois de suprimidos todos os cargos de classes ou padrão inicial, começarão a ser suprimidos os da classe ou padrão imediatamente superiores, e assim sucessivamente supressão da carreira.

§ 1º Os servidores de que trata este artigo poderão, a critério da diretoria a ser constituída, optar entre permanecer sob aquele vínculo ou vir a ocupar no quadro da sociedade, emprego regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º Compete ao Ministro da Viação e Obras Públicas praticar todos os atos relativos ao pessoal autárquico de que trata o artigo anterior.

§ 3º Aos optantes a que se refere o § 1º será assegurado, para todos os efeitos legais a contagem do tempo de serviço prestado até a data da opção, garantindo-se-lhes:

a) gozo de férias 30 (trinta) dias correspondentes ao períodos vencidos, calculados de acordo com a Lei número 1.711

b) estabilidade para que os que já a tenham adquirido de acordo com a mesma Lei;

c) gozo de licença especial prevista na referida Lei nº 1.711, relativa a períodos já completos;

Art. 24. A critério da Diretoria da nova sociedade, os servidores de

que trata o artigo anterior poderão ser cedidos àquela, sem que percam o vínculo estatutário.

§ 1º A cessão será outorgada por ato do Ministro da Viação e Obras Públicas, correndo por conta da nova sociedade os ônus com a respectiva remuneração.

§ 2º Enquanto perdurar a cessão, o servidor só receberá a remuneração estabelecida para o empregado regido pela CLT, da categoria correspondente àquela para a qual for designado o servidor.

§ 3º Durante o período de cessão fica assegurado ao servidor o direito às promoções no quadro a que se refere o artigo anterior.

Art. 25. A CDRJ providenciará junto a Previdência Social o levantamento da quantia necessária, para que fique assegurada a aposentadoria dos optantes do regime trabalhista.

Parágrafo único. Para todos os fins deste artigo, a Previdência Social debitará a respectiva importância à União, sendo concedida as aposentadorias, independentemente da inclusão no Orçamento da União da verba correspondente aplicando-se, no que couber, o Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e sua regulamentação.

Art. 26. Os ônus das aposentadorias dos servidores de que trata o art. 23, inclusive dos já aposentados correrão a conta do Tesouro Nacional nos termos mencionados no Decreto-lei nº 5.

Parágrafo único. Para fazer face às despesas a que se refere este artigo, serão transferidas ao Tesouro Nacional as parcelas que de qualquer subvenção da União à autarquia extinta, correspondam às mesmas aposentadorias.

Art. 27. Ficam extintos, a partir da Constituição da Sociedade de que trata esta lei, todos os cargos em comissão e funções gratificadas no quadro e tabelas da entidade autárquica objeto desta lei.

Art. 28. Os créditos de qualquer natureza, destinado à suplementação dos recursos para pagamento do pessoal da APRJ, no presente exercício, serão transferidos a CDRJ.

Art. 29. A CDRJ gozará, durante 5 (cinco) anos, contados de sua constituição, da isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, para o material de que necessitar na realização de seus serviços, observadas as disposições legais relativas à existência de similares da indústria nacional.

Parágrafo único. Todo o material adquirido na forma deste artigo será desembaraçado mediante portaria dos inspetores da Alfândega.

Art. 30. O Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis empregará no porto do Rio de Janeiro, os recursos do fundo portuário nacional, para tal destinados, inclusive os previstos para o presente exercício, podendo, para aplicação daqueles, celebrar convênio com a CDRJ, através do qual esta empresa se incumba da execução dos serviços a serem custeados com aqueles recursos.

Art. 31. A parcela da taxa de melhoramentos de portos destinada a investimentos do porto do Rio de Janeiro, será transferida à CDRJ.

Art. 32. O Ministro da Viação e Obras Públicas designará a Diretoria da nova sociedade ou um de seus Diretores, como encarregado de prosseguir e concluir a liquidação das obrigações da APRJ, existentes na data da constituição da nova sociedade.

§ 1º O encarregado de que trata este artigo praticará todos os atos necessários àquela liquidação, cabendo-lhe, inclusive, movimentar as contas bancárias da autarquia extinta.

§ 2º Se houver, afinal, saldo credor disponível, este será aplicado pela União Federal na subscrição de ações, da sociedade que trata esta lei correspondendo a aumento do capital social.

Art. 33. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 257 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a Política Econômica do Sal, regula sua execução e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Da Política Econômica do Sal

Art. 1º. As atividades relacionadas com a Política Econômica do Sal, quanto à produção, estocagem, comercialização e industrialização do sal são regidas, em todo o território nacional, pelo presente Decreto-lei.

Art. 2º. Constituem objetivos da Política Econômica do Sal:

I — Organização e expansão do mercado interno do sal;

II — Planejamento das atividades salineiras com adequada coordenação das entidades que possam concorrer para soluções dos problemas do sal.

III — Aumento de produção e melhoria de produtividade com a introdução de novos processos e realização de obras auxiliares específicas;

IV — Aperfeiçoamento dos métodos de purificação e lavagem, melhorando as características do produto final;

V — Promoção da adequada remuneração ao produtor;

VI — Se necessário, formação de um Estoque de Reserva de Sal, destinado a funcionar como mecanismo regulador.

Parágrafo único. Os órgãos federais levarão em conta o disposto neste artigo ao elaborar seus programas de ação, de modo a harmonizar os objetivos gerais dos mesmos com aqueles da política definida neste Decreto.

Art. 3º. A Política Econômica do Sal abrange não só o sal obtido por evaporação solar, oriundo de jazidas naturais como o produto obtido por quaisquer outros processos.

CAPÍTULO II

*Da Constituição e Atribuições da
Comissão Executiva do Sal*

Art. 4º. Fica extinto o Instituto Nacional do Sal, transformado em Instituto Brasileiro do Sal, pela Lei número 2.300, de 10 de junho de 1940 e reorganizado pela Lei nº 3.137, de 13 de maio de 1957.

Art. 5º. Fica criada a Comissão Executiva do Sal, no Ministério da Indústria e do Comércio, cabendo-lhe as funções normativas de formular, orientar, coordenar e fiscalizar a Política Econômica do Sal, na forma deste Decreto-lei.

Art. 6º. Compete à Comissão Executiva do Sal, além das demais atribuições que lhe são conferidas por este Decreto-lei:

I — Examinar e aprovar os programas governamentais ou particulares de implantação de salinas, como condição para concessão de financiamento, assistência técnica e demais facilidades oficiais;

II — Elaborar planos de produção de sal de qualquer origem, a fim de assegurar o suprimento do mercado em quantidade e qualidades adequadas;

III — Decidir de sua própria organização, elaborando seu Regimento Interno e o da Junta Consultiva instituída no Art. 3º deste Decreto-lei;

IV — Decidir da sua estrutura Técnica e Administrativa e criar seu quadro de pessoal, a ser aprovado pelo Ministro da Indústria e do Comércio;

V — Estabelecer os vencimentos e vantagens dos funcionários da Comissão Executiva do Sal, cabendo ao Vice-Presidente Executivo a iniciativa de apresentar as respectivas propostas;

VI — Elaborar o programa de Administração Anual e respectivo orçamento;

VII — Estabelecer convênios para a execução de obras e fornecimentos de equipamentos em assuntos ligados ao sal;

VIII — Estudar a situação econômica geral do sal e, particularmente os assuntos comerciais e industriais

referentes a esta matéria e seus subprodutos, abrangendo não só o mercado nacional como o internacional;

IX — Proceder a pesquisas objetivando o desenvolvimento do mercado do sal e seus subprodutos;

X — Instituir a classificação e a padronização oficiais dos vários tipos de sal, bem como sua nomenclatura técnica;

XI — Orientar os produtores, as indústrias de transformação ou beneficiamento, relativamente a processos empregados, podendo sugerir a adoção de novas técnicas;

XII — Manter o registro de todos os produtores de sal;

XIII — Determinar, quando necessário, a adoção de normas técnicas no cumprimento de exigências mínimas nas especificações dos produtos.

§ 1º. A ação da Comissão Executiva do Sal estende-se por todo o território nacional, sendo-lhe facultado estabelecer delegacias no País.

§ 2º. É criado o cargo de Vice-Presidente Executivo da Comissão Executiva do Sal, símbolo 1-C.

§ 3º. Quando a escolha do Vice-Presidente Executivo recair em funcionário público, autárquico ou de sociedade de economia mista, fica-lhe assegurado o direito de opção entre os vencimentos e vantagens do cargo que exerce no órgão de origem e os vencimentos correspondentes ao cargo em comissão criado no § 2º, supra.

§ 4º. Na hipótese de opção pelos vencimentos e vantagens do cargo exercido no órgão de origem o Vice-Presidente Executivo terá direito à gratificação de representação que for fixada pelo Ministro da Indústria e do Comércio.

Art. 7º. Integrarão a Comissão Executiva do Sal:

a) O Ministro da Indústria e do Comércio, que a presidirá;

b) O Vice-Presidente Executivo;

c) Um representante do Ministério Extraordinário para Assuntos de Planejamento e Coordenação Econômica;

d) Um representante do Ministério Extraordinário para Coordenação de Organismos Regionais;

e) Um representante do Ministério da Viação e Obras Públicas;

f) Um representante do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

§ 1º. Sendo o seu Presidente, o Ministro da Indústria e do Comércio, nos termos deste artigo, considerar-se de sua responsabilidade, para os efeitos do art. 117, r.º 1, alínea b da Constituição Federal, as deliberações da Comissão Executiva do Sal.

§ 2º. As decisões da Comissão Executiva do Sal obrigam também os órgãos federais de administração direta ou indireta, inclusive autarquias e sociedades de economia mista, no que se refere ao presente Decreto-lei.

Art. 8º. A Comissão Executiva do Sal é assessorada por uma Junta Consultiva, presidida pelo Vice-Presidente Executivo e composta de:

- a) 4 representantes dos produtores;
- b) 1 representante das atividades agro-pastoris;
- c) 1 representante da indústria de transformação;
- d) 1 representante do comércio salineiro.

Parágrafo único. Os serviços prestados pelos representantes que trata este artigo serão considerados relevantes, não percebendo nenhuma remuneração.

Art. 9º. Compete à Junta Consultiva:

- a) apreciar e emitir parecer sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Comissão Executiva do Sal;
- b) estudar e propor à Comissão Executiva do Sal medidas de interesse das classes nela representadas;
- c) formular sugestões para o planejamento da economia do sal;
- d) desempenhar as demais funções que lhe forem cometidas pelo Regimento Interno da Comissão Executiva do Sal.

Art. 10. São atribuições do Vice-Presidente Executivo:

- a) cumprir e fazer cumprir as decisões da Comissão Executiva do Sal;
- b) administrar os serviços auxiliares da Comissão Executiva do Sal e movimentar-lhe os recursos, autori-

zando despesas de qualquer natureza, decorrentes de determinação legal ou previstas em orçamento, ordenando os respectivos pagamentos;

c) organizar e dirigir os serviços auxiliares da Comissão Executiva do Sal praticando todos os atos a eles referentes nos termos da lei vigente;

d) aplicar sanções cominadas pela Comissão Executiva do Sal aos infratores deste Decreto-lei, dos regulamentos, resoluções e instruções.

Art. 11. O Ministro da Indústria e do Comércio nomeará o Vice-Presidente Executivo ao qual caberá substituir o Presidente em seus impedimentos e faltas e dirigir os serviços administrativos da Comissão.

Art. 12. Os demais membros da Comissão Executiva do Sal e respectivos suplentes serão nomeados mediante indicação dos órgãos que representam.

Art. 13. Os membros da Junta Consultiva e seus respectivos suplentes serão nomeados por ato do Ministro da Indústria e do Comércio, mediante indicação em listas triplices, organizadas pelas respectivas entidades de classe de grau superior.

Parágrafo único. Os representantes da produção serão indicados pelas entidades de classe dos quatro Estados maiores produtores de sal.

Art. 14. Pode a Comissão Executiva do Sal contratar técnicos e especialistas nacionais ou estrangeiros, bem como pessoal habilitado à execução de seus serviços administrativos, os quais ficarão sujeitos às normas da legislação trabalhista, com vencimentos nos níveis do mercado de trabalho.

CAPÍTULO III

Da Execução da Política Econômica do Sal

Art. 15. A concessão de estímulos fiscais ou incentivos oficiais de qualquer espécie para novos investimentos no País, com a finalidade de expandir ou melhorar a produtividade de sal, dependerá de aprovação prévia da Comissão Executiva do Sal.

Art. 16. A Comissão Executiva do Sal promoverá:

a) o zoneamento das áreas produtoras de sal;

b) o cadastramento, por zonas de produção, da salina, do produtor ou de sua cooperativa;

c) o registro de marcas que identifiquem a salina, o produtor ou a sua cooperativa.

Art. 17. Os produtores, comerciantes e industriais, usuários de sal de qualquer natureza ou procedência, ficam obrigados a fornecer à Comissão Executiva do Sal as estatísticas que lhes forem solicitadas.

Parágrafo único. As informações estatísticas a que se refere este artigo serão prestadas de acordo com as normas e modelos que forem estabelecidos pela Comissão.

CAPÍTULO IV

Das Recursos

Art. 18. O custeio das despesas com a manutenção da Comissão Executiva do Sal e dos serviços necessários à consecução de seus fins será atendido, em caráter excepcional, no presente exercício, mediante utilização de parte dos recursos do Fundo criado pelo Decreto nº 55.342, de 16 de março de 1965.

§ 1º E fixado em NC\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos) o custeio referido neste artigo.

§ 2º A partir do exercício de 1968, inclusive, o custeio da Comissão Executiva do Sal será previsto no orçamento do Ministério da Indústria e do Comércio.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 19. Ficam transferidos à Comissão Executiva do Sal os bens, o material, a documentação, os arquivos e o patrimônio do Instituto Brasileiro do Sal.

Art. 20. Na organização do quadro do pessoal da Comissão Executiva do Sal serão aproveitados os servidores que se acharem em função no Insti-

tuto Brasileiro do Sal, na data da publicação deste Decreto-lei, assegurados seus direitos e vantagens.

Art. 21. Enquanto não forem expressamente revogadas, continuam em vigor as Resoluções, Portarias, Instruções, Ordens de Serviço e demais atos baixados pelo Instituto Brasileiro do Sal com base na legislação substituída pelo presente Decreto-lei.

Art. 22. Este Decreto-lei não prejudica a continuidade dos serviços, o cumprimento dos contratos ou convênios e a execução das operações em curso.

Art. 23. Os hospitais, ambulatórios, escolas e demais entidades de caráter assistencial de propriedade do Instituto Brasileiro do Sal serão transferidos diretamente ou mediante convênio ao patrimônio, ou administração, de órgãos federais ou estaduais.

Parágrafo único. Havendo cessão patrimonial esta se efetivará sem qualquer indenização à Comissão Executiva do Sal.

Art. 24. Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, ressalvando-se que o sistema estabelecido com base nessa legislação será gradativamente implantado, mediante atos do Poder Executivo, à medida que forem sendo concretizadas as condições materiais e os meios de execução do novo regime instituído pelo presente Decreto-lei.

Art. 25. Caberá à Comissão Executiva do Sal baixar os atos necessários ao cumprimento deste Decreto-lei e à sua regulamentação.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Paulo Egydio Martins

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 258 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Organiza o Departamento Nacional de Salário e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, parágrafo 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O Departamento Nacional de Salário, criado pelo desdobramento do Departamento Nacional de Emprego e Salário, por força do art. 7º da Lei nº 4.923, de 23, de dezembro de 1965, terá a seguinte organização:

1 — Diretor-Geral:

- a) Secretaria;
- b) Assistência Técnica;
- c) Assistência Jurídica.

2 — Divisão de Salários:

- a) Seção de Avaliação de Cargos e Funções;
- b) Seção de Reajustamentos Salariais;
- c) Seção de Instrução de Processos.

3 — Divisão de Índices de Preços ao Consumidor:

- a) Seção do índice Geral de Preços ao Consumidor;
- b) Seção de índices de Preços de Alimentação;
- c) Seção de índices de Preços de Habitação;
- d) Seção de índices de Preços de Vestuário;
- e) Seção de índices de Preços de Transportes, Luz e Combustível;
- f) Seção de índices de Preços de Higiene;
- g) Seção de índices de Preços de Itens Diversos;
- h) Seção da Coleta de Preços.

4 — Divisão de Processamento de Dados:

- a) Seção de Programação;
- b) Seção de Análises de Sistemas;

- c) Seção de Computação Eletrônica;
- d) Seção de Operação Periférica;
- e) Seção de Controle e Manutenção.

5 — Divisão de Pesquisas do Orçamento Familiar:

- a) Seção de Despesas de Alimentação;
- b) Seção de Despesas de Habitação;
- c) Seção de Despesas de Vestuário;
- d) Seção de Despesas de Itens Diversos.

6 — Seção de Administração:

- a) Turma de Serviços Gerais;
- b) Turma de Expediente e Documentação;
- c) Turma de Mecanografia;
- d) Turma de Conservação e Controle do Patrimônio.

Art. 2º Dentro de 120 (cento e vinte) dias deverá ser aprovado por Decreto do Poder Executivo o Regimento do Departamento Nacional do Salário.

Parágrafo único. Até que seja aprovado o Regimento a que se refere este artigo, o Ministro do Trabalho e Previdência Social poderá expedir normas provisórias para o pleno funcionamento do Departamento Nacional de Salário.

Art. 3º Para atender aos encargos de direção, chefia, assessoramento e secretariado do Departamento Nacional de salário, fica aprovada a anexa tabela de cargos em comissão e funções gratificadas.

Art. 4º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Augusto Bretas de Noronha

**TABELA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS A QUE SE REFERE O DECRETO-LEI
Nº 258, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Funções	Denominação	Símbolo	Funções	Denominação	Símbolo
	DEPARTAMENTO NACIONAL DE SALÁRIO			DEPARTAMENTO NACIONAL DE SALÁRIO	
1	Diretor-Geral	2-C	1	Diretor-Geral	2-C
1	Secretário do Diretor-Geral	9-F	1	Secretário do Diretor-Geral	6-F
			1	Chefe da Assistência Técnica	2-F
			1	Chefe da Assistência Jurídica	2-F
2	Assessor do Diretor-Geral	2-F	2	Assessor do Diretor-Geral	2-F
1	Auxiliar do Diretor-Geral	12-F	1	Auxiliar do Diretor-Geral	10-F
1	Chefe da Seção de Administração ..	4-F	1	Chefe da Seção de Administração ..	3-F
1	Encarregado da Turma de Serviços Gerais	8-F	1	Encarregado da Turma de Serviços Gerais	6-F
1	Encarregado da Turma de Expediente e Documentação	8-F	1	Encarregado da Turma de Expediente e Documentação	6-F
1	Encarregado da Turma de Mecano- grafia	8-F	1	Encarregado da Turma de Mecano- grafia	6-F
			1	Encarregado da Turma de Conserva- ção e Controle do Patrimônio	6-F
	DIVISÃO DE SALÁRIOS			DIVISÃO DE SALÁRIOS	
1	Diretor	4-C	1	Diretor	4-C
1	Secretário do Diretor	11-F	1	Secretário do Diretor	9-F
			1	Auxiliar do Diretor	12-F
1	Chefe da Seção de Estudos e Pesqui- sas Salariais	4-F	1	Chefe da Seção de Avaliação de Car- gos e Funções	3-F
1	Chefe da Seção de Cálculos	4-F	1	Chefe da Seção de Reajustamentos Salariais	3-F
1	Chefe da Seção de Instrução de Pro- cessos	4-F	1	Chefe da Seção de Instrução de Pro- cessos	3-F
	DIVISÃO DE CUSTO DE VIDA			DIVISÃO DE ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR	
1	Diretor	4-C	1	Diretor	4-C
1	Secretário do Diretor	11-F	1	Secretário do Diretor	9-F
			1	Auxiliar do Diretor	12-F

1	Chefe da Seção de Estudos do Custo de Vida	4-F
1	Chefe da Seção de Índices de Preços	4-F
1	Chefe da Seção de Supervisão da Coleta de Preços	4-F

1	Chefe da Seção do Índice Geral de Preços ao Consumidor	3-F
1	Chefe da Seção de Índices de Preços de Alimentação	3-F
1	Chefe da Seção de Índices de Preços de Habitação	3-F
1	Chefe da Seção de Índices de Preços de Vestuário	3-F
1	Chefe da Seção de Índices de Preços de Transporte, Luz e Combustível	3-F
1	Chefe da Seção de Índices de Preços de Higiene	3-F
1	Chefe da Seção de Índices de Preços de Itens Diversos	3-F
1	Chefe da Seção de Controle da Coleta	3-F
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DE DADOS		
1	Diretor	4-C
1	Secretário do Diretor	9-F
1	Auxiliar do Diretor	12-F
1	Chefe da Seção de Programação	3-F
1	Chefe da Seção de Análises de Sistemas	3-F
1	Chefe da Seção de Computação Eletrônica	3-F
1	Chefe da Seção de Operação Periférica	3-F
1	Chefe da Seção de Controle e Manutenção	3-F
DIVISÃO DE PESQUISAS DE ORÇAMENTOS FAMILIARES		
1	Diretor	4-C
1	Secretário do Diretor	9-F
1	Auxiliar do Diretor	12-F
1	Chefe da Seção Despesas de Alimentação	3-F
1	Chefe da Seção de Despesas de Habitação	3-F
1	Chefe da Seção de Despesas de Vestuário	3-F
1	Chefe da Seção de Despesas de Itens Diversos	3-F

DECRETO-LEI N.º 259 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Atribui competência ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para aprovar a estrutura e regimento da Secretaria Executiva da entidade.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 9.º, § 2.º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1.º Compete ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) aprovar a estrutura da Secretaria Executiva da Autarquia e o respectivo regimento, submetendo-os à homologação do Ministro de Estado.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI N.º 260 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Concede ao Supremo Tribunal Federal um crédito especial de NCr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros novos), para a construção de um edifício anexo para o Tribunal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros novos), ao Supremo Tribunal Federal, para a construção de um edifício Anexo.

Art. 2.º O crédito especial de que trata o artigo anterior terá vigência nos exercícios de 1967 e 1968 e será considerado automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da

União e distribuído ao Supremo Tribunal Federal.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octavio Bulhões

DECRETO-LEI N.º 261 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 9.º, § 2.º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1.º Todas as operações das sociedades de capitalização ficam subordinadas às disposições do presente Decreto-lei.

Parágrafo único. Consideram-se sociedades de capitalização as que tiverem por objetivo fornecer ao público de acordo com planos aprovados pelo Governo Federal, a constituição de um capital mínimo perfeitamente determinado em cada plano, e pago em moeda corrente em um prazo máximo indicado no mesmo plano, a pessoa que possuir um título, segundo cláusulas e regras aprovadas e mencionadas no próprio título.

Art. 2.º O Contrôlo do Estado se exercerá pelos órgãos referidos neste Decreto-lei, no interesse dos portadores de títulos de capitalização, e objetivando:

I — Promover a expansão do mercado de capitalização e propiciar as condições operacionais necessárias à sua integração no progresso econômico e social do País.

II — Promover o aperfeiçoamento do sistema de capitalização e das sociedades que nele operam.

III — Preservar a liquidez e a solvência das sociedades de capitalização.

IV — Coordenar a política de capitalização com a política de investimentos do Governo Federal, observados os critérios estabelecidos para as

políticas monetária, creditícia e fiscal, bem como as características a que devem obedecer as aplicações de cobertura das reservas técnicas.

Art. 3.º Fica instituído o Sistema Nacional de Capitalização, regulado pelo presente Decreto-lei e constituído:

I — Do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

II — Da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

III — Das sociedades autorizadas a operar em capitalização.

§ 1.º Compete privativamente ao CNSP fixar as diretrizes e normas da política de capitalização e regulamentar as operações das sociedades do ramo, relativamente às quais exercerá atribuições idênticas às estabelecidas para as sociedades de seguros, nos seguintes incisos do art. 32 do Decreto-lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966: I, II, III, IV, V, VI, IX, X, XI, XII, XIII.

§ 2.º A SUSEP é o órgão executor da política de capitalização traçada pelo CNSP, cabendo-lhe fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operações das sociedades do ramo, relativamente às quais exercerá atribuições idênticas às estabelecidas para as sociedades de seguros, nas seguintes alíneas do art. 36 do Decreto-lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966: a), b), c), g), h), i).

Art. 4.º As sociedades de capitalização estão sujeitas a disposições idênticas às estabelecidas nos seguintes artigos do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, e, quando for o caso, seus incisos, alíneas e parágrafos: 7º, 25 a 31, 74 a 77, 84, 87 a 111, 113, 114, 116 a 121.

Art. 5.º O presente Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se o Decreto número 22.456, de 10 de fevereiro de 1933, os artigos 147 e 150 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Paulo Egydio Martins
Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 262 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a venda de terrenos do Instituto Nacional da Previdência Social a entidades do Sistema Financeiro da Habitação.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Os terrenos de propriedade do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), que não interessem aos serviços da Previdência Social e, pela sua localização, sejam adequados à construção de moradias populares e, em geral, ao programa nacional de habitação, serão vendidos, no estado em que se encontrarem e sem concorrência; as entidades a que se referem os incisos II e IV do artigo 8º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, mediante expressa indicação do Banco Nacional da Habitação (BNH), respeitado o disposto no artigo 5º, inciso I, e no art. 13, inciso III, do Decreto nº 56.793, de 27 de agosto de 1965.

Art. 2º Os terrenos de que trata o art. 1º, depois de indicados pelo BNH e após prévio ajuste por correspondência entre este órgão e o INPS, no qual serão estipuladas as condições da operação, serão colocados à disposição do primeiro, para imediata utilização.

§ 1º Estipuladas as condições aludidas neste artigo, o INPS, no prazo de 10 (dez) dias, apresentará ao BNH os valores estimados e as condições de venda dos terrenos.

§ 2º Cumprido o disposto no parágrafo anterior, será celebrado, com a intervenção e garantia do BNH, contrato de promessa de compra e venda entre o INPS e a entidade habilitada, pagos, no ato, em dinheiro, como sinal e princípio de pagamento, 20% (vinte por cento) do valor estimado do terreno, ficando os restantes 80% (oitenta por cento) para serem entregues, em Letras Imobiliárias de emissão do BNH, no ato da escritura definitiva de compra e venda.

§ 3º O resgate das Letras Imobiliárias será escalonado nos prazos de 3 (três) a 20 (vinte) anos aplicada a correção monetária de acordo com

o Decreto-lei nº 19, de 30 de agosto de 1966, vencendo os juros de 3% (três por cento) ao ano, nas operações de natureza social, e de 4% (quatro por cento) ao ano, nas de projetos cooperativos e outros.

§ 4º Realizada a avaliação prevista no artigo 3º, será outorgada a escritura definitiva de compra e venda, feito o acerto cabível, a fim de que sejam mantidas as porcentagens estabelecidas no parágrafo 2º deste artigo.

Art. 3º O preço de venda será o valor atual do imóvel, apurado em avaliação conjunta, diretamente ou por delegação, pelo INPS e pelo BNH.

§ 1º Ocorrendo discordância sobre o valor do preço, decidirá, irrecorrivelmente, o Ministro do Trabalho e Previdência Social.

§ 2º Não sendo imputável ao INPS culpa pelo atraso, decorridos mais de 6 (seis) meses da data da avaliação sem que a venda tenha sido efetivada, o valor do imóvel será atualizado segundo os índices de correção monetária, na forma do citado Decreto-lei nº 19.

Art. 4º Os contratos referidos nos parágrafos 2º e 4º e do artigo 2º serão feitos por instrumento particular na forma da Lei nº 5.049, de 29 de julho de 1966.

Art. 5º O BNH, para os fins deste Decreto-lei, orientará as entidades integrantes do Sistema Financeiro da Habitação, no sentido de que os respectivos projetos de construção sejam formulados em condições de aprovação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, pelas repartições competentes.

Art. 6º O disposto no item XI do art. 8º, e item VII do art. 12 do Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966, não se aplica às operações do presente Decreto-lei, as quais serão submetidas ao Conselho Fiscal do INPS e ao Departamento Nacional de Previdência Social, somente após concluídas, e para fins de homologação.

Art. 7º O INPS não poderá aplicar, em despesas de custeio, o resultado financeiro das operações decorrentes deste Decreto-lei.

Art. 8º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 59.225, de 16 de

setembro de 1966, e demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Augusto Bretas.

de Noronha

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 263 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Autoriza o resgate de títulos da Dívida Pública Interna Fundada Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o §. 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a promover o resgate pelo valor nominal integral ou residual, acrescido dos juros vencidos e exigíveis na data de sua efetivação, dos títulos da Dívida Pública Interna Fundada Federal, que não possuam cláusula de correção monetária, excetuados aqueles a que se refere o Decreto 542-A, de 24 de janeiro de 1962, do Conselho de Ministros, observadas as disposições deste Decreto-lei.

Art. 2º Nos casos de títulos nominativos gravados ou vinculados, inclusive por via judicial, o resgate se processará automática e obrigatoriamente com a subscrição de Obrigações do Tesouro Nacional de que trata a Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, de prazo de 2 anos, modalidade nominativa endossável, no valor de NCRs 10 (dez cruzeiros novos) para os que tiverem gravames estabelecidos até 31 de dezembro de 1964 e no valor vigente na data do vínculo, quando posterior àquela data; e em moeda corrente a fração de múltiplo do valor vigente, se houver.

Parágrafo único. As Obrigações emitidas na forma deste artigo, bem como as frações em dinheiro, serão depositadas no Banco do Brasil S.A., ficando a sua movimentação sujeita às mesmas condições que antes prevaleciam para os títulos resgatados.

Art. 3º Será de seis meses, contados da data do início da execução

efetiva dos respectivos serviços — a ser divulgada em edital publicado pelo Banco Central da República do Brasil — o prazo de apresentação dos títulos para resgate, findo o qual será a dívida, inclusive juros, considerada prescrita.

Art. 4º A partir da data da publicação deste Decreto-lei, as atribuições da Caixa de Amortização, previstas nos Decretos ns. 35.912, de 28 de julho de 1954, 42.915, de 30 de dezembro de 1957 e 54.252, de 3 de setembro de 1964, serão transferidas para o Banco Central da República do Brasil.

Art. 5º Para atender aos encargos decorrentes da execução das operações e serviços previstos no inciso II, do art. 11, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e, ainda, às despesas com os resgates autorizados no presente Decreto-lei, fica instituído junto ao Banco Central da República do Brasil um "Fundo de Resgate e Contrôlo da Dívida Pública Interna Fundada Federal", que terá como recursos:

a) créditos orçamentários suplementares especiais;

b) parcela dos recursos obtidos com a colocação de títulos federais, mediante deliberação do Conselho Monetário Nacional, por proposta do Ministro da Fazenda;

c) quaisquer resultados favoráveis produzidos pelas operações de compra e venda de títulos públicos federais realizadas na forma do inciso XI, do artigo 10, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964; e

d) receitas eventuais, a critério do Conselho Monetário Nacional.

Art. 6º Os titulares de recibos do adicional restituível do imposto de renda instituído pelas Leis ns. 1.474, de 26 de novembro de 1951 e 2.973, de 26 de novembro de 1956, poderão utilizá-los como forma de pagamento do imposto de renda devido, a partir do exercício de 1967, observada a seguinte escala:

Recibos de:	Utilização em:
1958	1967
1959	1968
1960	1969
1961	1970
1962	1971
1963	1972
1964	1973

§ 1º Aos Contribuintes do Imposto de Renda que recolheram, em 1957, o adicional restituível de que trata este artigo, nos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, exclusive a Cidade de São Paulo, capital — fica assegurada a utilização dos respectivos recibos no pagamento do imposto de renda no exercício de 1967.

§ 2º Os recibos referentes a recolhimentos do adicional eventualmente processados após 1964 poderão ser utilizados na forma deste artigo, após o transcurso de prazo idêntico ao da escala acima.

§ 3º Na eventualidade de o titular do recibo, ou seus herdeiros ou sucessores, não mais estarem obrigados a apresentação de declaração de rendimentos poderão, dentro dos prazos estabelecido nestes artigos, ceder os seus direitos a terceiros, ou requerer a devolução isolada da importância ao Ministério da Fazenda.

§ 4º A não utilização dos recibos na forma é nos prazos previstos neste artigo importará em prescrição do direito de restituição do adicional.

§ 5º Fica revogado o § 6º do artigo 15, da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, assegurando-se aos que se valerem das disposições nele referidas os benefícios deste artigo, desde que expressa a irrevogavelmente desistam da opção mencionada no referido parágrafo.

Art. 7º Os depósitos compulsórios efetuados com base no inscramento das reservas técnicas das companhias de seguro e de capitalização, na forma das Leis ns. 1.474, de 26 de novembro de 1951, e 2.973, de 26 de novembro de 1956, serão mantidos indisponíveis no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) pelo prazo de seis anos, a contar da data de sua efetivação, e a partir do sétimo ano serão restituídos em espécie, acrescidos da bonificação a que se refere o art. 5º, da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, obedecido o esquema de amortização constante do artigo 2º desta última Lei.

§ 1º Aos depósitos de que trata este artigo serão abonados, a partir do sexto ano, juros à taxa de 5% (cinco por cento) ao ano, pagáveis semestralmente.

§ 2º. Em caso de comprovada força maior, a juízo do Conselho Monetário Nacional, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, poderá retardar os recolhimentos dos depósitos ou proceder a sua restituição em prazo inferior ao previsto, observando-se as demais disposições legais.

§ 3º. Na hipótese de restituição antecipada, a bonificação a que se refere este artigo será proporcional ao tempo decorrido, na base de 5 % (cinco por cento) ao ano.

Art. 8º. As disposições deste Decreto-lei não desobrigam o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico de continuar recolhendo ao Tesouro Nacional, nos prazos previstos na legislação anterior, as importâncias devidas em decorrência do adicional referido no artigo 6º.

Art. 9º. Os títulos da Dívida Pública Federal, Estadual ou Municipal passam a ser insusceptíveis de gravames de qualquer natureza, que importem na obrigatoriedade de as repartições emittentes ou seus agentes exercerem controles prévios, especiais quanto à sua negociabilidade, ao pagamento de juros ou efetivação do resgate.

Parágrafo único. Nos casos em que, por decisão judicial, forem cabíveis restrições de qualquer natureza com relação aos títulos referidos neste artigo, o Juiz competente determinará o depósito dos mesmos em estabelecimento bancário sob o controle da União, dos Estados ou dos Municípios, credenciando-os a representar os titulares respectivos e determinando o destino a ser dado às importâncias provenientes do recebimento de juros e resgate.

Art. 10. E' o Poder Executivo autorizado a transferir ao Banco Central da República do Brasil os imóveis, instalações, móveis, veículos e demais pertences utilizados nos serviços anteriormente ao cargo da Caixa de Amortização.

Parágrafo único. A transferência se processará com a incorporação dos bens ao patrimônio do Banco Central da República do Brasil e crédito do valor respectivo, a ser fixado mediante avaliação prévia, no Fundo mencionado no artigo 5º.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de NCr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros novos) destinado a suprir recursos ao "Fundo de Resgate e Controle da Dívida Pública Interna Fundada Federal."

Parágrafo único. O crédito será registrado e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 12. O Conselho Monetário Nacional expedirá o Regulamento deste Decreto-lei dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 13. Ressalvadas as determinações expressas nos artigos 9º e 11, o presente Decreto-lei entrará em vigor na data da publicação do seu Regulamento.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 264 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a Tarifa das Alfândegas e das outras providências sobre comércio exterior.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 2º, do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Na Tarifa das Alfândegas a vigorar a partir de 1º de março de 1967, as alíquotas publicadas em anexo ao Decreto-lei nº 63, de 28 de novembro de 1966 inclusive com as alterações aprovadas pelo Conselho de Política Aduaneira nos termos do artigo 2º daquele Decreto-lei, sofrerão as seguintes modificações:

de 120% para	100%
de 100% para	80%
de 80% para	65%
de 70% para	55%
de 60% para	50%

de 50% para	40%
de 40% para	32%
de 35% para	28%
de 30% para	25%
de 25% para	20%
de 20% para	15%
de 15% para	12%

§ 1º Permanecem inalteradas as alíquotas de 10% ou inferiores.

§ 2º A Tarifa das Alfândegas que acompanha o Decreto-lei nº 63, de 21 de novembro de 1966 será republicada no *Diário Oficial* com as alterações determinadas no presente Decreto-lei.

Art. 2º Com o disposto no artigo anterior, cessam os efeitos do Decreto-lei nº 169, de 14 de fevereiro de 1967, exclusive quanto ao disposto no parágrafo único do artigo 1º do referido Decreto-lei.

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado a estabelecer, através de Decreto ouvidor o Conselho de Política Aduaneira, após as negociações para recomposição da Lista III com as Partes Contratantes do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), as alíquotas definitivas a vigorarem na referida Lista.

Art. 4º A partir de 1 de julho de 1968 passa a ser facultativa a utilização dos serviços de despachantes aduaneiros, nas operações de comércio exterior, de qualquer mercadoria, realizadas por qualquer via.

§ 1º As operações a que se refere o presente artigo poderão ser processadas, em todas os seus trâmites, junto aos órgãos competentes, pelo dono ou consignatário da mercadoria, ou por qualquer agente por ele livremente credenciado.

§ 2º Os despachantes aduaneiros passarão a constituir-se sob a forma de pessoa jurídica, como profissionais liberais, de acordo com a legislação em vigor, e na forma que dispuser o Poder Executivo.

§ 3º Os despachantes aduaneiros são livres para exercerem ou participarem de qualquer outras atividades, relativas a livre iniciativa.

§ 4º A remuneração dos despachantes, quando realizarem serviços, será livremente convenionada entre os interessados e não poderá, em nenhuma

hipótese, ser recolhida através das repartições aduaneiras.

Art. 5º O disposto no artigo anterior aplica-se a partir de 1 de abril de 1967 às exportações de produtos industriais e a partir de 1 de agosto de 1967 aos demais produtos exportados ou importados com o regime de "Draw-back", em trânsito ou re-exportados.

Art. 6º O Comércio interno de qualquer mercadoria, inclusive por via de cabotagem, independe do despachante de qualquer espécie.

Art. 7º Fica extinta a obrigatoriedade de despachantes estaduais nas operações de comércio exterior e de comércio interior inclusive de cabotagem, por qualquer via, a partir de 1 de abril de 1967.

Art. 8º Este Decreto-lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 265 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Cria a Cédula Industrial Pignoratícia, altera disposições sobre a Duplicata e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2.º do art. 9.º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1.º Nas vendas mercantis, mediante pagamento em preções, que tenham por objeto bens duráveis de consumo ou de produção, para utilização pelo próprio comprador, observar-se-ão as disposições da Lei número 187, de 15 de janeiro de 1938, e mais as seguintes:

I — poderá ser emitida uma única duplicata discriminando todas as prestações e seus vencimentos, ou série de duplicatas, uma para cada prestação;

II — a duplicata ou duplicatas conterão a denominação "Duplicata de Venda a Prestação de Bens de Con-

sumo" ou "Duplicata de Venda a Prestação de Bens de Produção", conforme a natureza da mercadoria, dada a emissão de duplicata correspondente, simultaneamente, a bens de consumo e de produção;

III — a fatura e a duplicata indicarão obrigatoriamente o preço da venda, a importância da entrada ou pagamento à vista, e o montante dos encargos financeiros correspondentes ao pagamento em prestações. No caso de emissão de série de duplicatas, essas indicações constarão de cada uma das duplicatas da série;

IV — o não pagamento de uma prestação, até o vencimento da próxima, importará no vencimento antecipado das demais;

V — nos casos de emissão de uma única duplicata discriminando todas as prestações, aquela que receber prestação, além de passar recibo, anotará o pagamento no verso do próprio título.

Art. 2.º O Conselho Monetário Nacional definirá o que são bens duráveis de consumo e de produção, para os efeitos desta Lei.

Art. 3.º Nas vendas mercantis a prazo não referidas no art. 1.º, o vendedor é obrigado a emitir fatura e duplicata, observadas as disposições da Lei n.º 187, de 15 de janeiro de 1936, e mais as seguintes:

§ 1.º A duplicata conterá a denominação "Duplicata de Venda Mercantil";

§ 2.º O Conselho Monetário Nacional, observadas as condições do mercado de crédito e tendo em vista evitar excessiva competição pela dilatação dos prazos de venda, com agravamento da pressão sobre o sistema creditício, em substituição à concorrência em termos de preço e qualidade, fixará, a partir de 1.º de julho de 1967, para efeito da aplicação das restrições referidas no parágrafo seguinte, etapas sucessivas de redução do prazo de vencimento das "Duplicatas de Vendas Mercantis", até atingir o limite de 60 (sessenta) dias.

§ 3.º Atingida cada uma das etapas de redução dos prazos de vencimento fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, as duplicatas emitidas com prazo excedente não serão transferíveis por endosso, ressalvado o endosso mandato para cobrança, cessando,

outrossim, no mesmo caso, a responsabilidade cambial do emitente pelas duplicatas aceitas, ou assim consideradas na forma do artigo 6.º.

§ 4.º Nas vendas mediante expedição de mercadoria por via marítima, os prazos de vencimentos das duplicatas referidas nos parágrafos anteriores serão acrescidos de 45 dias, devendo essa circunstância constar expressamente da referida fatura e duplicata.

Art. 4.º Nos casos de prestação de serviços, as empresas poderão emitir fatura e duplicata para cobrança dos serviços prestados, aos quais se aplicará o disposto na Lei n.º 187, de 15 de janeiro de 1936, e mais o seguinte:

I — a duplicata conterá a denominação "Duplicata de Prestação de Serviços" e indicará a natureza dos serviços prestados;

II — a Duplicata de Prestação de Serviço não poderá ser emitida com vencimento em prazo superior a 60 (sessenta) dias;

III — no caso de serviço contratado para pagamento parcelado, poderá ser emitida duplicata relativa a cada parte ou etapa do serviço completada.

Parágrafo único. As empresas que emitirem Duplicata de Prestação de Serviço deverão manter e escriturar o respectivo registro, observadas as normas do Art. 24 da Lei n.º 187, de 15 de janeiro de 1936.

Art. 5.º A emissão ou o aceite de duplicatas que não correspondam à venda efetiva de mercadorias, entregues real ou simbolicamente, ou a serviço realmente prestado, acompanharão os signatários do título à pena de reclusão de um a cinco anos, além de multa equivalente ao respectivo valor, imposta a todos os coobrigados.

Art. 6.º A falta de devolução de duplicata comprovadamente entregue, dentro dos prazos legais, devidamente aceita pelo sacado ou com as razões de sua recusa, corresponde ao reconhecimento de sua responsabilidade cambial pelo respectivo pagamento.

Art. 7.º Mantém-se nas duplicatas, íntegro o direito de regresso, contra endossadores e respectivos avalistas, des de que apresentadas a protesto nos trinta dias subsequentes ao ven-

cimento, ressalvado o disposto na parte final do § 2.º do art. 3.º.

Art. 8.º Os prazos para vencimentos das duplicatas serão contados da data de sua emissão, ficando proibida a exclusão dos dias referentes ao mês em que foram emitidas.

Art. 9.º Os créditos concedidos por instituição financeira a empresas industriais, para financiamento de estoques de matérias-primas em bruto ou beneficiadas a serem utilizadas pelo devedor nas suas atividades produtivas, poderão ser representados por "Cédula Industrial Pignoratícia".

Art. 10. A Cédula Industrial Pignoratícia é promessa de pagamento em dinheiro, garantia pelo penhor de matérias-primas, emitida por empresa industrial a favor de instituição financeira, e conterá os seguintes requisitos lançados por extenso no seu contexto:

a) denominação "Cédula Industrial Pignoratícia";

b) nome da instituição financeira credora e cláusula à ordem;

c) data e prazo do pagamento;

d) soma a pagar em dinheiro;

e) taxa dos juros a pagar, bem como comissão de fiscalização, se houver, com indicação da época do respectivo pagamento;

f) descrição dos bens apenhadados, com indicação da sua espécie, qualidade, quantidade e marca, se houver;

g) local em que se encontram os bens apenhadados e nome do depositário;

h) data e lugar da emissão;

i) montante da amortização por unidade dos bens apenhadados, e local onde a emitente deverá pagá-lo;

j) a assinatura do próprio punho do emitente ou a de seu representante com atribuições legais bastantes ou com poderes especiais; e

l) a assinatura do próprio punho do depositário dos bens apenhadados ou a de seu representante com atribuições legais bastantes ou com poderes especiais.

§ 1.º Da Cédula poderão constar outras condições da dívida ou obrigações da empresa ou do depositário, desde que não contrariem o disposto neste Decreto-lei e a natureza do título.

§ 2.º Salvo resolução em contrário do Conselho Monetário Nacional, em relação a determinados tipos de matérias-primas, não se admitirá a Cédula Industrial Pignoratícia com vencimento em prazo superior a um ano.

§ 3.º Se o crédito fôr destinado à aquisição dos bens que devem integrar a garantia, a Cédula deverá indicar essa circunstância, bem como o prazo dentro do qual a empresa eminente deverá apresentar ao credor o recibo do depositário, de que recebeu a mercadoria apenhada.

§ 4.º No caso do parágrafo anterior a instituição financeira credora abrirá, com o produto do empréstimo, conta especial vinculada ao título, que a empresa somente movimentará para pagamento do prazo de aquisição dos bens que integram a garantia e já confiados ao depositário ou recebidos pelo devedor.

§ 5.º Os bens dados em garantia da Cédula Industrial Pignoratícia poderão ficar em instalações industriais da empresa, desde que em recinto apropriado, ostensivamente cercado ou separado sob o controle absoluto e a responsabilidade do depositário.

§ 6.º Correrão por conta do devedor as despesas com o depósito dos bens dados em garantia, assim como as de seu seguro, que, obrigatório e por justo valor, deverá resguardar ditos bens dos riscos a que estiverem sujeitos e será efetuado em companhia livremente escolhida pelo devedor e aceita pelo credor.

§ 7.º Ao credor e ao devedor é facultado verificar, a qualquer tempo, as condições de arrumação técnica, proteção, conservação e guarda dos bens apenhadados.

§ 8.º Os bens apenhadados poderão ser remidos, parcialmente, cabendo ao depositário entregar ao devedor aqueles cuja liberação estiver autorizada no recibo de amortização do principal da dívida ou em outro documento firmado pelo credor.

§ 9.º O credor originário da Cédula Industrial Pignoratícia poderá transferi-la mediante endosso em preto.

Art. 11. A Cédula Industrial Pignoratícia será inscrita pela forma estabelecida nos artigos 10 a 14 da Lei n.º 3.253, de 27 de agosto de 1957.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, as Coletorias ou Repartições arrecadoras federais manterão livro próprio, denominado "Registro de Cédulas Industriais Pignoráticas."

Art. 12. O processo de cobrança da Cédula Industrial Pignorática obedecerá o rito estabelecido na Lei número 3.253, de 27 de agosto de 1957.

Art. 13. O Ministério da Indústria e do Comércio e o Conselho Monetário Nacional baixarão, dentro de 60 (sessenta) dias, da data da publicação deste Decreto-lei, normas para a padronização formal dos títulos e documentos de uso corrente no comércio, na indústria e nas instituições financeiras, fixando prazos para a sua adoção obrigatória.

Art. 14. Este Decreto-lei entrará em vigor trinta dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 266 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre o regime do pessoal das Caixas Econômicas Federais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966.

1 — Considerando que todas as autarquias bancárias têm o regime do seu pessoal vinculado à Consolidação das Leis do Trabalho;

2 — Considerando que as Caixas Econômicas Federais são autarquias bancárias típicas, decreta:

Art. 1º As Caixas Econômicas Federais, como autarquias bancárias autônomas, terão o regime do seu pessoal filiado à Consolidação das Leis do Trabalho, devendo os quadros e retribuição dos seus servidores serem organizados e fixados pelos respectivos Conselhos Administrativos, homologados pelo Conselho Superior e submetidos à aprovação do

Ministro da Fazenda, ouvido o Conselho de Política Salarial.

Parágrafo único. Os salários dos funcionários e diretores obedecerão aos níveis de classificação das Caixas Econômicas e deverão ficar subordinados à realização de receitas líquidas com a aplicação de taxas de juros e de serviços inferiores às exigidas pelas demais autarquias bancárias federais.

Art. 2º A contratação de pessoal para as Caixas Econômicas Federais far-se-á mediante concurso público de provas e de títulos.

Parágrafo único. Fica instituído para os economistas o regime de 40 horas de trabalho semanais.

Art. 3º Fica vedada a sindicalização dos servidores das Caixas Econômicas Federais, não se lhes aplicando os dissídios coletivos salariais.

Art. 4º Ficam assegurados os direitos adquiridos e de estabilidade aos atuais servidores das Caixas Econômicas Federais e ressalvada a faculdade de opção, dentro de 60 dias, para continuarem como funcionários autárquicos federais, na forma das leis vigentes, constituindo um quadro suplementar a extinguir-se.

Art. 5º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 267 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Introduz alteração no Ministério Público da União junto a Justiça Militar e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º Os atuais cargos de Promotores de 1ª, 2ª e 3ª categorias do Ministério Público da União junto à Justiça Militar passam a denominar-

se Procuradores de 1ª, 2ª e 3ª categorias.

Art. 2º São órgãos do Ministério Público Militar:

I — o Procurador Geral da Justiça Militar;

II — O Subprocurador Geral;

III — Os Procuradores.

Art. 3º O cargo de Procurador Geral será provido na conformidade do art. 54 da Lei nº 1.341, de 20 de janeiro de 1951.

Art. 4º O cargo de Subprocurador Geral será provido em caráter efetivo, por escolha do Presidente da República, dentre os Procuradores que hajam ingressado na carreira e nela contem mais de dez anos de serviço.

Art. 5º O cargo inicial da carreira de Procurador do Ministério Público da União junto à Justiça Militar é o de 3ª categoria.

Parágrafo único. Os Procuradores de 1ª categoria têm exercido junto à Procuradoria Geral; os de 2ª categoria, junto às Auditorias 1ª Segunda Entrância (Distrito Federal e Estado da Guanabara) e os de 3ª categoria junto às demais Auditorias sediadas nas Regiões Militares do País.

Art. 6º O Procurador Geral será substituído nas suas férias, faltas e impedimentos, pelo Subprocurador e na falta deste, pelo Procurador de Primeira Categoria mais antigo.

Art. 7º Ao Procurador Geral da Justiça Militar, além das atribuições já fixadas em lei, incumbe:

a) propor a designação e a dispensa de Procuradores Substitutos;

b) remover a pedido ou por permuta, de uma para outra Auditoria da mesma entrância os Procuradores Militares e seus Substitutos;

c) avocar quaisquer inquéritos e processos, cujo andamento careça de sua fiscalização e dependa da iniciativa dos Procuradores da Justiça Militar;

d) designar Procurador da Justiça Militar para proceder a diligências, acompanhar inquéritos policiais militares e funcionar em processos dentro e fora da respectiva Região, quando julgar necessário.

Art. 8º Ao Subprocurador Geral compete substituir o Procurador Geral, inclusive nos processos em que ele lhe delegar suas atribuições.

Art. 9º Os vencimentos do Procurador Geral da Justiça Militar, Subprocurador Geral e os dos Procuradores de 1ª, 2ª e 3ª categorias são os fixados na Tabela "D" — 2 — Anexo III — letra b, do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

Art. 10. Os serviços do Ministério Público Militar estão sujeitos a correção geral e parcial sempre que ordenada pelo Procurador Geral, sem prejuízo das atribuições do Auditor Corregedor.

Art. 11. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 268 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Autoriza a abertura de crédito especial de NCr\$ 350.000, (trezentos e cinquenta mil cruzeiros novos), ao Ministério da Educação e Cultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4 decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de NCr\$ 350.000, (trezentos e cinquenta mil cruzeiros novos), para atender a despesas de toda natureza com a instalação e funcionamento, no corrente exercício, do Conselho Federal de Cultura, criado pelo Decreto-lei nº 74, de 21 de novembro de 1966.

Parágrafo único — O crédito a que se refere este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Raymundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 269 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Sergipe e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, sob a denominação de Fundação Universidade Federal de Sergipe, uma Fundação que se regerá por Estatutos aprovados por Decreto do Presidente da República.

§ 1º O Presidente da República designará por Decreto o representante da União nos atos de instituição da Fundação.

§ 2º Aos doadores, entidades públicas ou particulares, é permitido se fazerem representar nos atos constitutivos da Fundação.

§ 3º Esses atos compreenderão os que se fizerem necessários à integração no patrimônio da Fundação, dos bens e direitos referidos no art. 4º desta lei e a respectiva avaliação.

Art. 2º A Fundação, com sede e fóro na cidade de Aracaju, será entidade autônoma e adquirirá personalidade jurídica a partir de inscrição do seu ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do qual serão partes integrantes os Estatutos e o Decreto que os aprovar.

CAPÍTULO II

Da Finalidade

Art. 3º A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade Federal de Sergipe, instituição de ensino superior, de pesquisas e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural.

CAPÍTULO III

Do Patrimônio e Plano de Aplicação

Art. 4º O patrimônio da Fundação será constituído:

I — pelas doações, auxílios e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, Estados, Municípios e por quaisquer entidades públicas ou particulares;

II — pela dotação consignada anualmente no Orçamento da União;

III — pelo auxílio especial a que se refere o art. 24 desta Lei;

IV — pela doação dos bens móveis e imóveis de domínio do Estado de Sergipe, autorizada por Lei;

V — pelos bens e direitos que, no ato constitutivo da Fundação, foram doados por outras entidades interessadas nos seus objetivos;

VI — pelas rendas e juros resultantes de depósitos bancários;

VII — pela taxa de inscrição e anuidade que forem fixadas pelo Conselho Diretor, com observância do que dispõe o art. 83 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (artigo 168, II, da Constituição Federal).

§ 1º Em qualquer tempo, e a juízo do Conselho Diretor, poderão incorporar-se, como instituições, outras entidades públicas ou particulares.

§ 2º Os bens e direitos da Fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados os imóveis e os bens que forem gravados de inalienabilidade no ato constitutivo, sem prévia autorização da autoridade competente.

§ 3º No caso de extinguir-se a Fundação, os bens e direitos gravados de inalienabilidade reverterão aos doadores e os demais serão incorporados ao patrimônio da União.

§ 4º No ato constitutivo, os instituidores poderão também relacionar bens e direitos cedidos temporariamente à Fundação sem quaisquer ônus para esta e pelo prazo que for estabelecido no mesmo ato.

Art. 5º Para manutenção da Fundação Universidade Federal de Sergipe, o Orçamento da União consignará, anualmente, recursos sob a forma de dotação, fazendo-se no orçamento da instituição a devida especificação.

§ 1º Os planos anuais da aplicação dos recursos da Fundação terão a for-

ma de orçamento-programa, com previsões de um ano para outro.

§ 2º Cada programa-orçamento será elaborado com a observância dos seguintes preceitos:

I — Classificação funcional de gastos;

II — diversificação em orçamento de custeio e orçamento de capital;

III — desdobramento dos programas em subprogramas, devendo uns e outros ser divididos em atividades e tarefas (orçamento de custeio) ou em projetos e obras (orçamento de capital);

IV — determinação do custeio unitário de cada programa global;

V — custeio unitário específico de cada subprograma;

VI — unidade de produto final, com o respectivo custo.

CAPÍTULO IV

Do Conselho Diretor

Art. 6º A Fundação Universidade Federal de Sergipe será administrada por um Conselho Diretor.

Art. 7º O Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal de Sergipe será constituído de seis (6) membros e seis (6) respectivos suplentes, escolhidos dentre pessoal de ilibada reputação e notória competência, assim especificados: três (3) membros de livre escolha do Presidente da República, um (1) membro indicado pelo Ministério da Educação e Cultura, um (1) membro indicado pela Petrobrás, um (1) membro indicado pelo Governo do Estado de Sergipe, devendo todos serem nomeados pelo Presidente da República. Os membros do Conselho Diretor não serão remunerados, podendo, entretanto, receber *jetons* de presença:

§ 1º O Conselho Diretor elegerá, entre seus membros, o Presidente da Fundação, que representará em juízo e fora dele.

§ 2º Os membros do Conselho Diretor exercerão o mandato por seis (6) anos, podendo ser reconduzidos uma só vez.

§ 3º O Conselho Diretor será renovado cada dois (2) anos.

§ 4º Os membros e suplentes do primeiro Conselho Diretor serão designados pelo Presidente da República,

sendo dois (2) por seis (6) anos, dois (2) por quatro (4) anos e dois (2) por dois (2) anos.

Art. 8º Ao Conselho Diretor compete propor qualquer alteração de seu Estatuto.

Art. 9º Não será permitida a admissão ou nomeação, a qualquer título, de servidor da Universidade Federal de Sergipe, que possua laços de parentesco, até o segundo (2º) grau, com qualquer membro do Conselho Diretor, salvo quando decorrente de concurso público de provas, ou de títulos e provas.

Art. 10. Compete ao Conselho Diretor elaborar o orçamento anual da Fundação.

Art. 11. O Reitor da Universidade Federal de Sergipe será eleito pelo Conselho Diretor e nomeado pelo seu Presidente, com mandato de três (3) anos, podendo ser reconduzido duas (2) vezes, dentre os professores da Universidade.

CAPÍTULO V

Do Ensino

Art. 12. Para todos os efeitos entendem-se por ensino superior quaisquer atividades que, integrantes do sistema comum do ensino e pesquisa da Universidade, se exerçam para fins de transmissão do saber, investigação científica e treinamento profissional.

Art. 13. A Universidade Federal de Sergipe empenhar-se-á na proposição dos problemas e no planejamento de programas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural do País, conferindo ênfase particular às peculiaridades regionais das áreas sob a sua influência.

Art. 14. A Universidade Federal de Sergipe se organizará com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade de suas funções de ensino e pesquisa, e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes.

Art. 15. O sistema de ensino da Universidade Federal de Sergipe será implantado progressivamente, visando à seguinte estruturação:

I — cursos de graduação, observando o disposto no art. 70 da Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

- a) um ciclo de ensino integrado;
- b) um ciclo de ensino profissional;

II — cursos de pós-graduação, previstos para a realização a médio e a longo prazo.

Art. 16 A pesquisa e o ensino básico serão concentrados em unidades que formarão um sistema comum para toda a Universidade. As atividades inter-escolares serão supervisionadas por órgãos centrais tendo como objetivo o ensino e a pesquisa, e situados na administração superior da Universidade.

Art. 17 O ensino profissional ficará a cargo das diversas unidades universitárias, nos respectivos setores.

Art. 18. A implantação progressiva da Universidade Federal do Sergipe obedecerá aos seguintes critérios de prioridade relativa:

- I — a preparação de pessoal doente a médio e a longo prazo;
- II — aquisição de equipamento;
- III — construção de novas instalações.

Art. 19 Integram a Universidade Federal de Sergipe os seguintes estabelecimentos:

- I — Escola de Química de Sergipe, com a denominação de Instituto de Química;
- II — Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe;

A Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe que fica desdobrada em:

- III — Faculdade de Filosofia e Educação;
- IV — Faculdade de Letras e Comunicação;
- V — Faculdade de Ciências Humanas.
- VI — Escola de Serviço Social de Sergipe, com a denominação de Faculdade de Serviço Social;
- VII — Faculdade de Medicina de Sergipe;
- VIII — Faculdade Federal de Direito de Sergipe, com a denominação de Faculdade de Direito.

Parágrafo único — As Faculdades perderão o designativo "de Sergipe" para se integrarem na "Universidade Federal de Sergipe"

Art. 20 Ficam criados os Institutos:

- a) de Biologia;
- b) de Matemática e Física.

Art. 21 A Universidade Federal de Sergipe gozará de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos do art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CAPÍTULO VI

De Pessoal

Art. 22. O regime jurídico dos servidores da Fundação Universidade Federal de Sergipe, no que couber, é o da legislação do trabalho, assegurando-se aos atuais professores e aos funcionários estáveis ou efetivos das Faculdades incorporadas à Fundação Universidade Federal de Sergipe, as garantias estabelecidas na Constituição Federal ou Estadual vigente.

Art. 23 O pessoal do serviço público federal, ora lotado na Faculdade de Direito de Sergipe, incorporada à Fundação Universidade Federal de Sergipe, passará, automaticamente, à disposição da mesma, assegurados os direitos e vantagens dos seus cargos.

CAPÍTULO VII

Das disposições gerais e transitórias

Art. 24 Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de seis milhões de cruzeiros novos (NCR\$ 6.000.000,00), destinado a custear os trabalhos iniciais de implantação progressiva da Universidade Federal de Sergipe.

Art. 25 A Fundação Universidade de Sergipe poderá importar livremente, com isenção de direitos alfandegários e sem licença prévia, os equipamentos de laboratório, as publicações e os materiais científicos e didáticos de qualquer natureza de que necessite ficando-lhe assegurada cobertura cambial prioritária e automática, à taxa mais favorável de câmbio.

Art. 26 É assegurada à Fundação Universidade Federal do Sergipe isenção de quaisquer impostos, franquia postal e telegráfica, direitos e taxas alfandegárias, exceto a de Previdência Social.

Art. 27 A Fundação Universidade Federal de Sergipe receberá do Estado de Sergipe, mediante doação, os bens móveis e imóveis das atuais Faculdades de Ciências Econômicas de Sergipe e da Escola de Química de Sergipe.

Parágrafo único — Será também transferido para a Fundação Universidade Federal de Sergipe o patrimônio do estabelecimento federal Faculdade de Direito de Sergipe.

Art. 28. A Universidade instalará progressivamente os Institutos criados pelo art. 20.

Art. 29 Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Raymundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 270 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Cria o Fundo Aeroviário e o Conselho Aeroviário Nacional e dispõe sobre a constituição do Plano Aeroviário Nacional e a utilização da Infraestrutura Aeroportuária Brasileira, estabelecendo as taxas correspondentes.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica criado, no Ministério da Aeronáutica, sob a sua administração, um fundo de natureza contábil, denominado Fundo Aeroviário, observadas as condições estabelecidas no presente Decreto-lei.

Art. 2º O Fundo Aeroviário será aplicado na execução e manutenção do que prevê o Plano Aeroviário Nacional podendo ser aplicado no custeio de projetos, execução e manutenção de instalações aeroportuárias, na proteção ao voo, bem como no custeio da administração dos aeroportos e de suas instalações.

Art. 3º O Fundo Aeroviário será constituído por:

a) Quota do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos destinada ao Ministério da Aeronáutica pela Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964;

b) Verbas orçamentárias, créditos especiais, recursos internacionais;

c) de quaisquer outros recursos que lhe forem expressamente atribuídos.

Art. 4º Fica criado o Conselho Aeroviário Nacional, no Ministério da Aeronáutica, tendo por objetivo:

a) a elaboração e atualização permanente do Plano Aeroviário Nacional;

b) a orientação, coordenação e fiscalização da execução dos Programas anuais para a aplicação do Fundo, como parte do Plano de Ação do Ministério da Aeronáutica, calcado no Plano Aeroviário Nacional;

c) o exame dos valores das taxas aeroportuárias com vistas à sua permanente atualização;

d) estudar e propor, ao Ministro da Aeronáutica, diretrizes para aplicação do Fundo Aeroviário.

Art. 5º O Conselho Aeroviário Nacional será constituído por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. No desempenho de suas atribuições, o Conselho Aeroviário deverá reunir-se trimestralmente para apreciação de matéria relativa à Política Aeroviária, ou sempre que necessário, por convocação do Presidente do Conselho.

Art. 6º As taxas aeroportuárias representam a retribuição pela utilização da infraestrutura aeronáutica e se classificam em cinco categorias, assim denominadas e definidas:

a) *Taxa de embarque* — devida pela utilização das instalações das Estações de Passageiros, incide sobre o usuário do Transporte Aéreo;

b) *Taxa de pouso* — devida pela utilização da infraestrutura aeronáutica, inclusive pelo estacionamento da aeronave até três horas após o pouso, incide sobre o proprietário ou explorador da aeronave;

c) *Taxa de permanência* — devida pela permanência da aeronave na área do aeroporto, além das três primeiras horas após o pouso, incide sobre o proprietário ou explorador da aeronave;

d) *Taxa de arrendamento de área* — devida pela locação de áreas, cobertas ou não, nos aeroportos, incide sobre as pessoas naturais ou jurídicas arrendatárias das áreas;

e) *Taxa de armazenagem e capacidade* — devida pela armazenagem de carga aérea, em armazéns de carga aérea, geridos pelas Administrações de aeroportos, incide sobre o consignatário da carga.

Art. 7º As taxas aeroportuárias serão aprovadas pelo Ministro da Aeronáutica, mediante proposta do Conselho Aeroviário, obedecidos os critérios a serem estabelecidos para a sua quantificação.

Art. 8º Ficam isentas do pagamento:

I — das taxas de embarque:

- a) os passageiros de aeronaves públicas;
- b) os passageiros em trânsito;
- c) os passageiros de aeronaves em voo de retorno, por razões de ordem técnica, meteorológica, ou em casos de acidente por ocasião de reembarque;
- d) os tripulantes, os inspetores de aviação civil e os instrutores e alunos de cursos de pilotagem, quando em voos de instrução em aeronaves de aeroclubes ou escolas de pilotagem, os funcionários civis e os militares, quando a serviço, bem como os funcionários das empresas de transporte aéreo, em viagens a serviço.

II — Das taxas de pouso:

- a) as aeronaves públicas brasileiras;
- b) as aeronaves em voos de experiências ou de instrução;
- c) as aeronaves em voos de retorno, por razões de ordem técnica ou meteorológica;
- d) as aeronaves de aeroclubes e escolas de aviação, quando empregadas exclusivamente na formação e adestramento de pilotos;
- e) as aeronaves, estrangeiras, públicas ou privadas, quando em missão oficial ou diplomática, transportando convidados do Governo Brasileiro.

III — Das taxas de permanência:

- a) as aeronaves públicas brasileiras;
- b) as aeronaves privadas:
 - 1) por motivos de ordem técnica, pelo prazo máximo de cinco dias;
 - 2) por razões de ordem meteorológica, pelo prazo de impedimento;
 - 3) em caso de acidente, pelo prazo que durar a investigação de acidente, pelas Autoridades Competentes;
 - 4) em caso de estacionamento em áreas arrendadas pelo explorador de aeronave;
- c) as aeronaves, estrangeiras, públicas ou privadas, quando em missão oficial ou diplomática, transpor-

tando convidados do Governo Brasileiro;

IV — Das taxas de arrendamento de áreas:

— as utilizadas para instalações de serviços públicos, explorados diretamente pela União, Estados ou Municípios;

V — Das taxas de armazenagem de carga:

- a) as mercadorias e materiais que forem adquiridos por conta da União, para o serviço da República;
- b) as mercadorias e materiais que, por força da lei, entrarem no País com isenção de direitos, por prazo inferior a 30 dias;
- c) as malas postais.

Art. 9º Fica o Ministério da Aeronáutica autorizado a realizar operações de crédito com estabelecimentos nacionais ou estrangeiros, com o objetivo de implementar o Plano Aeroviário Nacional desde que não caucione, por ano, importância superior a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado, no Fundo Aeroviário, para cada exercício.

Art. 10. Para fim de aplicação deste Decreto-lei, entender-se-á que:

I — O Plano Aeroviário Nacional englobará todo planejamento relativo ao projeto e execução dos Aeródromos e aeroportos, edificações, pistas de pouso, instalações necessárias à operação aérea, serviços dentro e fora da área dos aeroportos e aeródromos, destinados a facilitar e tornar seguro a navegação aérea, tráfego aéreo, telecomunicações, meteorologia, coordenação de busca e salvamento, informações aeronáuticas, bem como as instalações de auxílio rádio e visuais;

II — Aeródromo é toda a área destinada a chegadas, partidas e movimentos de aeronaves;

III — Aeroportos são os aeródromos públicos, destinados ao tráfego de aeronaves em geral, dotados de instalações e facilidades para apoio de operação de aeronaves e de embarque e desembarque de pessoas ou cargas.

Art. 11. O Plano Aeroviário Nacional será constituído de:

I — Rede de aeroportos e aeródromos;

II — Rede de proteção ao voo.

Parágrafo único. As redes componentes do Plano Aeroviário Nacional

serão elaboradas e atualizadas pelos Órgãos competentes do Ministério da Aeronáutica, submetidas à apreciação do Conselho Aeroviário Nacional e aprovadas pelo Ministro da Aeronáutica.

Art. 12. A locação de áreas aeroportuárias para a exploração de serviços que visam ao interesse ou à conveniência pública, será feita mediante concorrência pública ou administrativa, pelo Órgão competente, fixando-se em contrato o respectivo valor e prazo.

§ 1º O prazo de vigência do contrato de locação de área aeroportuária de que trata este artigo poderá ser prorrogado uma única vez a critério do órgão competente.

§ 2º Nos casos de aeródromos públicos não diretamente administrados pelo Ministério da Aeronáutica, a locação de áreas dependerá de prévia autorização do Ministério da Aeronáutica.

Art. 13. O Poder Executivo, por proposta do Ministério da Aeronáutica, baixará, no prazo de trinta (30) dias, a contar da data de vigência deste Decreto-lei, os regulamentos que se fizerem necessários à sua execução.

Art. 14. Este Decreto-lei entrará em vigor 120 dias após sua publicação revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto-lei número 9.792, de 6 de setembro de 1946 e a Lei nº 3.000, de 11 de dezembro de 1956.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Octávio Bulhões

Clóvis Monteiro Travassos

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 271 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo e da outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o

art. 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O loteamento urbano rege-se por este decreto-lei.

§ 1º Considera-se loteamento urbano a subdivisão de área em lotes destinados à edificação de qualquer natureza que não se enquadre no disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º Considera-se desmembramento a subdivisão de área urbana em lotes para edificação na qual seja aproveitado o sistema viário oficial da cidade ou vila sem que se abram novas vias ou logradouros públicos e sem que se prolonguem ou se modifiquem os existentes.

§ 3º Considera-se zona urbana, para os fins deste decreto-lei, a da edificação contínua das povoações, as partes adjacentes e as áreas que, a critério dos Municípios, possivelmente venham a ser ocupadas por edificações contínuas dentro dos seguintes 10 (dez) anos.

Art. 2º Obedecidas as normas gerais de diretrizes, apresentação de projeto, especificações técnicas e dimensionais e aprovação a serem baixadas pelo Banco Nacional de Habitação dentro do prazo de 90 (noventa) dias, os Municípios poderão, quanto aos loteamentos:

I — obrigar a sua subordinação às necessidades locais, inclusive quanto à destinação e utilização das áreas, de modo a permitir o desenvolvimento local adequado;

II — recusar a sua aprovação ainda que seja apenas para evitar excessivo número de lotes com o consequente aumento de investimento subutilizado em obras de infraestrutura e custeio de serviços.

Art. 3º Aplica-se aos loteamentos a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, equiparando-se o loteador ao incorporador, os compradores de lote aos condôminos e as obras de infraestrutura à construção da edificação.

§ 1º O Poder Executivo, dentro de 180 dias, regulamentará este decreto-lei, especialmente quanto à aplicação da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, aos loteamentos, fazendo inclusive as necessárias adaptações.

§ 2º O loteamento poderá ser dividido em etapas discriminadas, a critério do loteador, cada uma das quais constituirá um condomínio que poderá ser dissolvido quando da aceitação do loteamento pela Prefeitura.

Art. 4º Desde a data da inscrição do loteamento passam a integrar o domínio público de Município as vias e praças e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos constantes do projeto e do memorial descritivo.

Parágrafo único. O proprietário ou loteador poderá requerer ao Juiz competente a reintegração em seu domínio das partes mencionados no corpo deste artigo quando não se efetuarem vendas de lotes.

Art. 5º Nas desapropriações, não se indenizarão as benfeitorias ou construções realizadas em lotes ou loteamentos irregulares, nem se considerarão como terrenos loteados ou loteáveis, para fins de indenização, as glebas não inscritas ou irregularmente inscritas como loteamentos urbanos ou para fins urbanos.

Art. 6º O loteador, ainda que já tenha vendido todos os lotes, ou os vizinhos são partes legítimas para promover ação destinada a impedir construção em desacordo com as restrições urbanísticas do loteamento ou contrárias a quaisquer outras normas de edificação ou de urbanização referentes aos lotes.

Art. 7º É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares, remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, ou outra utilização de interesse social.

§ 1º A concessão de uso poderá ser contratada por instrumento público ou particular, ou por simples termo administrativo, e será inscrita e cancelada em livro especial.

§ 2º Desde a inscrição da concessão de uso, o concessionário fruirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos no contrato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas.

§ 3º Resolve-se a concessão antes de seu termo, desde que o concessionário dê ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou termo, ou descumpra cláusula resolutória do ajuste, perdendo, neste caso, as benfeitorias de qualquer natureza.

§ 4º A concessão de uso, salvo disposição contratual em contrário, transfere-se por ato *inter vivos*, ou por sucessão legítima ou testamentária, como os demais direitos reais sobre coisas alheias, registrando-se a transferência.

Art. 8º É permitida a concessão de uso do espaço aéreo sobre a superfície de terrenos públicos ou particulares, tomada em projeção vertical, nos termos e para os fins do artigo anterior e na forma que for regulamentada.

Art. 9º Este decreto-lei não se aplica aos loteamentos que na data da publicação deste decreto-lei já estiverem protocolados ou aprovados nas prefeituras municipais para os quais continua prevalecendo a legislação em vigor até essa data.

Parágrafo único. As alterações de loteamentos enquadrados no "caput" deste artigo estão, porém, sujeitas ao disposto neste decreto-lei.

Art. 10. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, mantidos o Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937 e o Decreto-número 3.079, de 15 de setembro de 1938, no que couber e não for revogado por dispositivo expresso deste decreto-lei, da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964 e dos atos normativos mencionados no art. 2º deste decreto-lei.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 272 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto-lei nº 149, de 8 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o §

2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O art. 1º do Decreto-lei nº 149, de 8 de fevereiro de 1967, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º É aprovado o Convênio firmado em 27 de janeiro de 1967, entre o Governo Federal e o Estado da Guanabara, que regula a reinclusão no Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara do pessoal do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal, que retornou ao serviço da União nos termos do art. 46 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, e que não tenha sido aproveitado no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, nos termos do § 2º do artigo 4º do Decreto-lei nº 9, de 25 de junho de 1966."

"Parágrafo único. O disposto neste artigo aplicar-se-á ao pessoal do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal beneficiado pelo art. 6º e seu parágrafo único do Decreto-lei número 9, de 25 de junho de 1966, desde que observado o seguinte:

a) Os requerimentos a que se refere o art. 1º do Convênio ora aprovado serão dirigidos ao Prefeito do Distrito Federal no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste decreto-lei e serão apreciados nos 30 (trinta) dias subsequentes ficando os respectivos deferimentos condicionados aos interesses da Administração do Distrito Federal;

b) Os oficiais e praças cujos requerimentos forem deferidos terão anulados para todos os efeitos legais, os respectivos atos de aproveitamento no Quadro do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e, na situação em que se encontravam na data da publicação do Decreto-lei nº 9, de 25 de junho de 1966, serão encaminhados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para apresentação ao Estado da Guanabara."

Art. 2º O disposto no art. 10 e seu § 1º do Convênio a que se refere o Decreto-lei nº 149, de 8 de fevereiro de 1967, não se aplica aos oficiais e praças que permanecerem aproveitados no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal nem aos beneficiários das pensões por eles deixadas.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 273 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de NCr\$ 30.000.000,00, para os fins que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, consignado à Diretoria de Despesa Pública, o crédito especial de NCr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros novos), para atender ao pagamento de complementação de aposentadoria, salário-família, gratificação adicional por tempo de serviço devido aos servidores e empregados inativos da Rede Ferroviária Federal S. A., no exercício de 1967.

Art. 2º O crédito especial de que trata o presente Decreto-lei vigorará para o exercício de 1967 e será, automaticamente, registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 274 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre o sistema de Classificação de Cargos do Distrito Federal, aprova os respectivos Quadros de Pessoal e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas

pelo artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Dos Cargos

Art. 1º Os cargos do Serviço Civil do Distrito Federal obedecem à Classificação estabelecida no presente Decreto-lei, com exceção dos da Polícia do Distrito Federal, que continuarão classificados de conformidade com o Sistema aprovado pela Lei nº 4.438, de 16 de novembro de 1964, com as modificações introduzidas pela Lei nº 4.813, de 25 de outubro de 1965.

Parágrafo único. No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação do presente Decreto-lei, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional proposta de absorção dos cargos da Polícia do Distrito Federal nos Quadros de que trata o art. 25.

Art. 2º Os cargos podem ser de provimento efetivo e de provimento em comissão.

Art. 3º Os cargos de provimento efetivo são grupados em classes, e estas, em série de classes.

Parágrafo único. As classes e séries de classes integrarão grupos ocupacionais.

Art. 4º Para os efeitos deste Decreto-lei:

I — Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a funcionário, mantidas as características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres públicos;

II — Classe é o grupamento de cargos da mesma denominação e com iguais atribuições e responsabilidades;

III — Série de classes é o conjunto de classes da mesma natureza de trabalho, disposta hierarquicamente, de acordo com o grau de dificuldades das atribuições e nível de responsabilidade, e constitui a linha natural de promoção do funcionário;

IV — Grupo ocupacional compreende séries de classes ou classes que dizem respeito a atividades profissionais correlatas ou afins, quanto à natureza dos respectivos trabalhos ou

ao ramo de conhecimentos aplicados no seu desempenho.

Art. 5º As classes distribuem-se pelos graus e níveis constantes do Anexo I, consideradas as atribuições e responsabilidades dos cargos que as compõem.

Art. 6º As atribuições, responsabilidades, características e demais elementos pertinentes a cada classe serão definidos em regulamento.

Art. 7º Os cargos de provimento em comissão compreendem:

I — cargos de direção superior e intermediária;

II — cargos de outra natureza.

Art. 8º As atribuições e responsabilidades dos cargos em comissão serão definidas nos regimentos das respectivas repartições.

CAPÍTULO II

Das Funções Gratificadas

Art. 9º Além dos cargos de provimento efetivo e em comissão, haverá no Serviço Civil do Distrito Federal funções gratificadas.

Art. 10. A função gratificada atenderá:

I — a encargos de chefia, de assessoramento e de secretariado; e

II — a outros determinados em lei.

Art. 11. A gratificação de função será igual à diferença entre o valor fixado para o símbolo respectivo e o vencimento do cargo efetivo exercido pelo funcionário.

Parágrafo único. O servidor público requisitado para exercer função gratificada fará jus ao valor do símbolo da respectiva função, ressalvado o direito de opção a que se refere o artigo 51 deste Decreto-lei.

Art. 12. A função gratificada só poderá ser criada pelo Prefeito quando houver recurso próprio e previsão em regulamento ou regimento.

Art. 13. O Prefeito regulamentará a classificação das funções gratificadas com base nas respectivas atribuições, deveres, hierarquia funcional e demais elementos peculiares à Administração do Distrito Federal.

CAPÍTULO III

Do Vencimento

Art. 14. Vencimento é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente aos níveis constantes dos Anexos I, II e III.

Art. 15. O vencimento dos cargos em comissão obedece aos valores fixados por lei para os respectivos símbolos.

Art. 16. Além do vencimento, o funcionário do Distrito Federal fará jus a um adicional por quinquênio de efetivo exercício, nas mesmas bases e condições fixadas para o Serviço Público Federal.

CAPÍTULO IV

Do Sistema de Pessoal

Art. 17. As atividades do Conjunto Administrativo do Distrito Federal serão exercidas por funcionários e por pessoal sujeito ao regime da legislação do trabalho.

Parágrafo único. O pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho será admitido com observância das disposições da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964.

Art. 18. O salário do pessoal a que se refere o parágrafo único do artigo anterior, enquadrar-se-á nas condições regionais do mercado de trabalho, considerando-se para sua fixação as atribuições, deveres e responsabilidades dos empregos.

Art. 19. A classificação de empregos e o plano de pagamento do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho do Conjunto Administrativo do Distrito Federal serão aprovados ou homologados por ato do Prefeito.

CAPÍTULO V

Dos Quadros de Pessoal

Art. 20. Os cargos e funções do Serviço Civil do Distrito Federal integrarão os Quadros Permanente e Provisório.

Art. 21. O Quadro Permanente será constituído, na forma do Anexo II, dos cargos de provimento efetivo.

considerados essenciais à Administração.

Parágrafo único. Integrarão, ainda, o Quadro Permanente os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas que vierem a ser criadas.

Art. 22. O Quadro Provisório, para efeito de assegurar a situação individual dos respectivos ocupantes, agrupará cargos que serão suprimidos automaticamente à medida que vagarem, quando de classe singular ou de menor vencimento integrante de série de classes, feitas as promoções, acessos e o ingresso por opção a que se refere o artigo 67.

Art. 23. Fora das hipóteses previstas no artigo anterior não poderá haver provimento em cargos no Quadro Provisório.

Art. 24. O Quadro Provisório a que se referem os artigos anteriores é o instituído pelo Decreto "N" número 457, de 22 de outubro de 1965, do Prefeito do Distrito Federal, em cumprimento do disposto no artigo 26 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, e constante do Anexo III.

CAPÍTULO VI

Da Lotação

Art. 25. Entende-se por lotação o número de cargos que deve existir em cada Secretaria ou em órgão de hierarquia equivalente.

Parágrafo único. A lotação numérica dos órgãos a que se refere este artigo será aprovada por ato do Prefeito e a nominal, pelos respectivos Dirigentes.

Art. 26. Na lotação de cada Secretaria serão considerados os funcionários que, na forma do artigo 29 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, servirem nos órgãos da Administração Descentralizada.

CAPÍTULO VII

Da promoção

Art. 27. Promoção é a elevação do funcionário à classe superior da mesma série de classes.

Art. 28. Só poderá concorrer à promoção funcionário que:

a) contar, no mínimo, 3 (três) anos de efetivo exercício na classe, redu-

zindo-se para 2 (dois), quando não houver funcionário com aquêl tempo;

b) obtiver, no mínimo, a metade do total de pontos no julgamento das condições de merecimento relativos ao biênio imediatamente anterior a promoção; e

c) fôr considerado habilitado em prova de suficiência, em se tratando de ocupante de cargo do Quadro Provisório.

Parágrafo único. Os requisitos constantes d'êste artigo são concorrentes, importando a não satisfação de um dêles em impedimento da promoção.

Art. 29. Incorrerá em falta grave a autoridade que falsear no julgamento das condições do merecimento.

Art. 30. A promoção e o respectivo processamento serão definidos em regulamento.

CAPÍTULO VIII

Do acesso

Art. 31. Acesso é a passagem do funcionário à classe afim, singular ou inicial da série de classes, de nível mais elevado, na forma indicada no Anexo I.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica ao pessoal do Quadro Provisório, de conformidade com as linhas de acesso estabelecidas na Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 32. A nomeação por acesso recairá em funcionário que pertença à classe da mesma formação profissional, mas de escalão inferior, mediante reserva da metade das vagas, ficando a outra metade para ser provida por concurso público.

Parágrafo único. Em se tratando de classe integrante do Quadro Provisório, a metade das vagas será automaticamente suprimida.

Art. 33. Só poderá concorrer ao acesso o funcionário que:

a) contar, no mínimo, 3 (três) anos de efetivo exercício na classe, reduzindo-se para 2 (dois) quando não houver funcionário com aquêl tempo;

b) fôr considerado habilitado em prova ou curso específico;

c) que satisfazer as exigências legais específicas para o exercício do cargo ao qual deverá ter acesso.

Art. 34. O acesso e o respectivo processamento serão definidos em regulamento.

CAPÍTULO IX

Das disposições gerais

Art. 35. Os cargos de direção superior e direção intermediária são providos em comissão, mediante livre escolha do Prefeito, os primeiros dentre pessoas que satisficam os requisitos gerais para investidura no serviço público, bem como possuam experiência administrativa e competência notória e, os segundos, dentre funcionários que tenham dado provas de sua eficiência e capacidade.

Parágrafo único. Os cargos em comissão de outra natureza são providos por livre escolha do Prefeito, dentre pessoas qualificadas que satisficam os requisitos gerais para investidura no serviço público.

Art. 36. As funções gratificadas serão preenchidas por ato do Prefeito, mediante indicação dos Secretários ou autoridades de igual hierarquia.

Art. 37. Serão preenchidas por concursos de provas ou de provas e títulos:

a) as vagas de classe inicial ou singular, para cujo provimento não se tenha estabelecido o regime de nomeação por acesso; e

b) metade das vagas de classes compreendidas no regime de acesso.

Art. 38. Independará de posse o provimento de cargo por promoção, acesso ou reclassificação.

Parágrafo único. Independará igualmente de posse o aprovetamento do pessoal do Quadro Provisório no Quadro Permanente.

Art. 39. A partir da vigência d'êste Decreto-lei, os candidatos habilitados em concurso para provimento de cargos de Professor de Ensino Elementar, observada a ordem de classificação e dentro das necessidades do serviço, serão inicialmente contratados como estagiários, sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, com salário equivalente, no máximo, ao valor do nível 13, e se depois de 3 (três) anos de efetivo exercício nessa condição poderão ser nomeados para o Quadro Permanente.

Parágrafo único. O número de contratados previstos neste artigo não poderá ser superior ao número de vagas existentes na classe a que o mesmo se refere.

Art. 40. É vedado o provimento interino de cargo efetivo do Serviço Civil do Distrito Federal.

Art. 41. As condições para inscrição em concurso e o prazo de validade deste serão fixados nas respectivas instruções.

Art. 42. Independência de limite de idade a inscrição, em concurso, de ocupante de cargo ou função pública.

Art. 43. O candidato habilitado em concurso será nomeado na ordem de classificação e na medida das necessidades do serviço.

§ 1º Uma vez nomeado, o funcionário será submetido a um curso especial de treinamento na execução de tarefas típicas do cargo e no qual será matriculado *ex officio*.

§ 2º O funcionário reprovado no curso a que se refere o parágrafo anterior poderá ser matriculado num segundo curso e, se de novo reprovado, não será confirmado no cargo, por inadimplemento de condição exigida durante o período do estágio probatório.

Art. 44. As normas relativas aos concursos e ao plano de treinamento serão definidas em regulamento.

Art. 45. O plano de treinamento gozará de prioridade especial na concessão de recursos e meios que permitam seu integral funcionamento.

Art. 46. O funcionário nomeado para cargo em comissão ou designado para função gratificada poderá optar por uma gratificação de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do respectivo símbolo.

§ 1º O valor da gratificação a que se refere este artigo será percebido cumulativamente com o vencimento do cargo de que fôr titular o funcionário, em caráter efetivo.

§ 2º O disposto neste artigo é aplicável ao servidor público requisitado para exercer cargo em comissão ou função gratificada, desde que tenha a assistência o direito de opção pelo vencimento do cargo ou função de que fôr o upante.

Art. 47. O Prefeito poderá estabelecer o regime de dedicação exclusiva com tempo integral, observada, no que couber, a legislação vigente no Serviço Público Federal.

Art. 48. Os valores dos níveis dos cargos efetivos e dos símbolos dos cargos em comissão e das funções gratificadas são os que vigorarem para o Serviço Civil do Poder Executivo Federal.

Art. 49. Para ingresso no Quadro Permanente os candidatos deverão possuir, além das condições específicas exigíveis em cada caso, conhecimentos correspondentes aos seguintes níveis de instrução:

Instrução	Cargos e níveis
Superior	13 a 22
Média (2º ciclo)	15 a 18
Média (1º ciclo)	10 a 14
Elementar	1 a 9

CAPÍTULO X

Das disposições especiais referentes ao Tribunal de Contas do Distrito Federal

Art. 50. Os cargos e funções da Secretaria do Tribunal de Contas do Distrito Federal integrarão os Quadros Permanente e Provisório daquela Secretaria, na forma dos Anexos IV e V.

§ 1º O Quadro Permanente será constituído de cargos de provimento efetivo, na forma do Anexo IV, e das funções gratificadas que vierem a ser criadas pelo Tribunal, segundo os requisitos estabelecidos nos arts. 12 e 13 deste decreto-lei.

§ 2º O Quadro Provisório será constituído, na forma do Anexo V, dos cargos de provimento efetivo, criados na Lei nº 3.948, de 1 de setembro de 1961, e das funções da Tabela Numérica de Extranumerários-mensalistas do mesmo Tribunal.

§ 3º Ficam mantidos os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas criados na Lei nº 3.948, de 1 de setembro de 1961, bem como a atual Tabela de Funções em Comissão do Tribunal, a fim de que sejam reestruturados juntamente com o sistema de funções em comissão a que alude o art. 65 deste decreto-lei.

Art. 51. Observada a autonomia do Tribunal, segundo os moldes constitucionais e nos termos da legislação

em vigor, as disposições deste Decreto-Lei se aplicam aos quadros de sua Secretaria e ao pessoal que a compõe.

Art. 52. Passa a ter a seguinte redação o art. 5º, *caput*, da Lei número 3.948, de 1 de setembro de 1961:

“O Procurador-Adjunto, em número de 1 (um), e os Auditores, em número de 3 (três) serão nomeados pelo Prefeito, dentre bacharéis ou doutores em direito, aprovados em concurso público de provas, obedecida a ordem de classificação”

Art. 53. Acrescente-se ao art. 5º da Lei nº 3.948, de 1 de setembro de 1961, o seguinte parágrafo:

“3º A um dos auditores, designado pelo Presidente do Tribunal, caberá, além das atribuições previstas na Lei nº 830, de 23 de setembro de 1949, inclusive a substituição do Ministro, a supervisão, na forma que dispuser o Regimento Interno, dos exames e inspeções *in loco* nos órgãos da administração direta e nas unidades da administração descentralizada do Distrito Federal”.

CAPÍTULO XI

Das disposições transitórias

Art. 54. O pessoal do Quadro Provisório poderá ser aproveitado no Quadro Permanente, atendido o interesse da administração e observada a existência de vaga, mediante prestação de prova de suficiência ou conclusão de curso de treinamento específico.

§ 1º O aproveitamento mediante prova de suficiência só será processado para cargo de atribuições iguais ou equivalentes, a ele podendo concorrer os funcionários que ingressaram no Serviço Civil do Distrito Federal por concurso ou prova pública de habilitação para o cargo que ocupam, e os titulares de cargo de nível superior.

§ 2º O aproveitamento mediante cursos de treinamento específico dependerá da conclusão do curso que, na forma do regulamento a que se refere o art. 49, vier a ser estabelecido para cada caso, em conformi-

dade com o disposto no art. 54, fixando-se o número de horas de aulas de acordo com o nível de instrução correspondente ao treinamento a ser ministrado, a partir do mínimo de 100 (cem) horas para o nível elementar.

§ 3º Só serão matriculados nos cursos de que trata o parágrafo anterior os servidores habilitados em prova prévia de seleção.

Art. 55. O aproveitamento não interromperá a contagem do tempo de serviço anteriormente prestado, nem acarretará redução de vencimentos, assegurando-se ao funcionário a diferença, quando for o caso.

Art. 56. O aproveitamento de que trata este Capítulo será feito por decreto do Prefeito, e, acarretando aumento de despesa, não poderá exceder, ao ano, de 20% (vinte por cento) do total dos cargos previstos em cada classe singular ou série de classes do Quadro Permanente.

Art. 57. Os empregados que venham a ter ganho de causa para efeito de aproveitamento na forma do disposto nos arts. 40 e 43 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, serão incluídos no Quadro Provisório, após a publicação da decisão final do Prefeito ou da decisão judicial de que não caiba recurso.

Parágrafo único. A inclusão de que trata este artigo far-se-á por ato do Prefeito.

Art. 58. Ultimado o aproveitamento a que se refere este Capítulo, o provimento de cargos do Quadro Permanente será feito à medida que forem vagando os cargos de atribuições correspondentes do Quadro Provisório, na forma do regulamento a ser baixado pelo Prefeito.

Art. 59. As atribuições dos cargos do Quadro Provisório que não tenham correspondentes no Quadro Permanente serão exercidas, no futuro, por pessoal sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 60. Enquanto não forem ultimados os trabalhos de reestruturação decorrentes da aplicação da Lei número 4.545, de 10 de dezembro de 1964, fica mantido o sistema de função em comissão em vigor na Administração do Distrito Federal.

Art. 61. Os servidores efetivos que, na data da publicação deste Decreto-Lei, se encontrarem em exercício, na qualidade de requisitados, em serviço do Conjunto Administrativo do Distrito Federal poderão optar pelo ingresso no Quadro Provisorio, em cargo de atribuições iguais ou equivalentes às que estiverem efetivamente exercendo.

§ 1º A opção de que trata este artigo será manifestada, por escrito, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da vigência deste Decreto-Lei e deverá ser apreciada no interesse exclusivo da administração, ouvido o órgão de origem, quando se tratar de servidor estadual ou municipal.

§ 2º A aceitação da opção ficará condicionada em qualquer caso, à existência de vaga e à verificação do cumprimento das exigências fundamentais para o exercício do cargo.

Art. 62. O órgão de pessoal da Secretaria da Administração expedirá títulos aos servidores atingidos por este Decreto-lei observando, em cada caso, o disposto no art. 188 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1962.

Art. 63. Enquanto não for aprovado o Estatuto próprio do pessoal do Serviço Civil do Distrito Federal, aplicar-se-lhe-á, no que couber, na parte que não colidir com as disposições deste Decreto-lei, a legislação dos servidores civis da União.

Art. 64. As despesas com o pessoal abrangido por este Decreto-lei continuarão a ser atendidas pelos atuais recursos, nas dotações em que estão classificadas, até que o novo sistema se traduza na discriminação orçamentária própria.

Art. 65. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967.
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Os anexos a que se refere o texto foram publicados no D. O. de 28 de fevereiro de 1967 — Suplemento.

DECRETO-LEI N.º 275 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, o crédito especial de NCr\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil cruzeiros novos), para atender à despesas com a Seção Brasileira da Comissão Mista da Lagoa Mirim.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, um crédito especial de NCr\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil cruzeiros novos), destinado a atender, pelo prazo de dois anos, as despesas com a contrapartida brasileira, a instalação e o funcionamento da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, criada por Notas Reversais trocadas pelos Governos do Brasil e da República Oriental do Uruguai, em 26 de abril de 1963 e em 5 de agosto de 1965.

Art. 2º O presente crédito especial será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juracy Magalhães

João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI N.º 276 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Altera dispositivos da Lei n.º 4.214, de 2 de março de 1963, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o ar-

tigo 9.º, § 2.º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966;

Considerando a necessidade de tornar imediata e efetiva a extensão da assistência médico-social ao trabalhador rural

Considerando que as disposições incluídas, para esse fim, na Lei número 4.214, de 2 de março de 1963, não se revelaram instrumento hábil à consecução daquele objetivo, decreta:

Art. 1.º Os arts. 158 e 160 da Lei n.º 4.214, de 2 de março de 1963, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 158: Fica criado o Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), destinado ao custeio da prestação de assistência médico-social ao trabalhador rural e seus dependentes, e que será constituído:

I — da contribuição de 1% (um por cento), devida pelo produtor sobre o valor comercial dos produtos rurais, e recolhida:

a) pelo adquirente ou consignatário, que fica sub-rogado, para esse fim, em todas as obrigações do produtor;

b) diretamente pelo produtor, quando ele próprio industrializar os produtos;

II — da contribuição a que se refere o art. 117, item II, da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964;

III — dos juros de mora a que se refere o § 3.º;

IV — das multas aplicadas pela falta de recolhimento das contribuições devidas, no prazo previsto no § 3.º, na forma que o regulamento dispuser.

§ 1.º Entende-se como produto rural o que provém da lavoura, da pecuária e da atividade extrativa em fonte vegetal ou animal.

§ 2.º A contribuição de que trata o item I deste artigo incidirá somente sobre uma transferência da mercadoria e recairá sobre o valor dos produtos em natureza, já beneficiados, em estado de entrega ao mercado consumidor ou de transformação industrial.

§ 3.º As contribuições idas ao FUNRURAL deverão ser recolhidas até

o último dia do mês subsequente àquele a que se refram, incorrendo as que forem recolhidas fora desse prazo em multa de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo das demais sanções fiscais previstas em lei”

“Art. 160. São beneficiários da previdência social rural:

I — como segurados:

a) os trabalhadores rurais;
b) os pequenos produtores rurais, na qualidade de cultivadores ou criadores, diretos e pessoais, definidos em regulamento;

II — como dependentes dos segurados:

a) a esposa e o marido inválidos;
b) os filhos, de ambos os sexos e de qualquer condição, menores de 16 anos ou inválidos;
c) o pai e a mãe inválidos.

§ 1.º Equipara-se a esposa a companheira do segurado”.

Art. 2.º A prestação de assistência médico-social ao trabalhador rural e seus dependentes far-se-á na medida das possibilidades financeiras do FUNRURAL e consistirá em:

a) assistência médico-cirúrgica-hospitalar-ambulatorial;
b) assistência à maternidade, por ocasião do parto;
c) assistência social.

Art. 3.º A receita do FUNRURAL será arrecadada pelo INPS e depositada no Banco do Brasil S. A., em conta especial sob o título de “Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural”.

§ 1.º O FUNRURAL será administrado por uma Comissão Diretora, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, e integrada por:

a) um representante do Instituto Nacional de Previdência Social (I. N. P. S.), que será o seu presidente;

b) um representante do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA);

c) um representante do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I. B. R. A.);

d) um representante do Ministério da Saúde;

e) um representante da Confederação Rural Brasileira;

f) um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais.

§ 2.º A Comissão Diretora terá um Secretário Executivo, designado pelo seu Presidente dentre os funcionários do INPS.

§ 3.º As contas do FUNRURAL serão movimentadas, conjuntamente, pelo Presidente ou pelo Secretário Executivo e o responsável pela parte financeira.

§ 4.º Cabe à Comissão Diretora:

- a) aprovar seu regimento interno;
- b) aprovar o programa anual de aplicação dos recursos do FUNRURAL;
- c) estabelecer critérios para celebração de convênios de prestação de serviços;
- d) elaborar o orçamento anual, a ser submetido à aprovação do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social;
- e) autorizar a requisição de pessoal para prestação de serviços, na forma da legislação em vigor;
- f) prestar contas, anualmente, de sua gestão ao Tribunal de Contas, por intermédio do Ministério do Trabalho e previdência Social.

§ 5.º Nas deliberações da Comissão Diretora, seu Presidente terá voto de qualidade.

§ 6.º Os Membros da Comissão Diretora farão jus a gratificação de representação fixada em regulamento.

Art. 4.º Os programas aprovados pela Comissão Diretora serão executados descentralizadamente, por meio de convênios e mediante utilização da rede operacional do INPS.

Parágrafo único. Para cobertura das despesas dos serviços que prestar na forma desta lei, o INPS será indenizado em importância correspondente a 10% (dez por cento) do montante da arrecadação do FUNRURAL.

Art. 5.º Os produtores rurais, devedores da contribuição prevista no art. 158 da Lei n.º 4.214, de 2 de março de 1963, na sua primitiva redação, poderão recolher seus débitos até 31 de dezembro de 1967, sem incidir na correção monetária de que trata o art. 7.º da Lei n.º 4.357, de 16 de julho de 1964.

Art. 6.º O presente Decreto-lei será regulamentado dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 7.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Eduardo Augusto Bretas de Noronha

Roberto Campos

DECRETO-LEI N.º 277 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Altera os artigos 48 e 53, do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o imposto de importação e reorganiza os serviços aduaneiros.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2.º do artigo 9.º do Ato Institucional n.º 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1.º Os artigos 48 e 53, do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 48. A conferência aduaneira será realizada por Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro, na presença do despachante aduaneiro autorizado, e se estenderá sobre toda a mercadoria despachada ou parte dela, conforme critérios fixados em regulamento.

Art. 53. Concluída a conferência aduaneira sem impugnação ou, havendo-a, a mercadoria será desembaraçada e entregue ao despachante aduaneiro, que promoveu o despacho, desde que adotadas as cautelas fiscais indispensáveis.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

**DECRETO-LEI N.º 278 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967**

Altera a denominação do Banco Central da República do Brasil, dispõe sobre suas contas, orçamentos, balanços, atos e contratos, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 9.º parágrafo 2.º, do Ato Institucional n.º 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1.º O Banco Central da República do Brasil, criado pela Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a denominar-se Banco Central do Brasil.

Art. 2.º As contas, os orçamentos e os balanços do Banco Central do Brasil e as formalidades para a celebração e a execução dos seus atos e contratos estarão sujeitos a disciplina própria, respeitada a obrigatoriedade de seu ulterior exame pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 3.º Competirá ao Conselho Monetário Nacional, independentemente da atribuição que lhe confere o artigo 4.º, inciso XXVII da Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964, aprovar os orçamentos e balanços do Banco Central do Brasil e estabelecer as normas a serem por ele observadas, para efeito do previsto no artigo anterior.

Art. 4.º Passa a ter a seguinte redação o artigo 13 e seu parágrafo único da Lei n.º 4.595, de 31-12-64:

"Art. 13. Os encargos e serviços de competência do Banco Central, quando por ele não executados diretamente, serão contratados de preferência com o Banco do Brasil S. A., exceto nos casos especialmente autorizados pelo Conselho Monetário Nacional."

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

**DECRETO-LEI N.º 279 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967**

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial, ao Ministério da Educação e Cultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2.º do art. 9.º do Ato Institucional n.º 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de até NCr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros novos) para a aquisição de terreno de propriedade do Estado da Guanabara, situado à Avenida Chile, na extensão de 10 (dez) mil metros quadrados e indenização de benfeitorias ali existentes.

Art. 2.º O crédito especial de que trata o artigo anterior terá vigência nos exercícios de 1967 e 1968 e será considerado automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Ministério da Educação e Cultura.

Art. 3.º O terreno a ser adquirido, em decorrência do crédito especial, a que se refere este Decreto-lei, será destinado à instalação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

Octavio Bulhões

**DECRETO-LEI N.º 280 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967**

Autoriza o Poder Executivo a organizar uma Sociedade por Ações, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2.º, do art. 9.º, do Ato Insti-

tucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a organizar uma sociedade por ações, com sede e fóro na cidade de São Paulo, capital 10 Estado do mesmo nome, destinada a restaurar o funcionamento da usina de propriedade da Mineração Geral do Brasil Ltda., situada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, e proceder à sua reabilitação técnica, para colocá-la em condições normais de operação, sob a denominação de Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes (COSIM).

§ 1º A COSIM formulará programas de investimentos complementares destinados a assegurar rentabilidade econômica que enseje participação da iniciativa privada, e deverá, em 12 (doze) meses a contar de sua constituição, pôr a Usina de Mogi das Cruzes sob administração de empresa particular, podendo, para tanto, vendê-la mediante concorrência entre grupos tecnicamente idôneos e financeiramente capazes.

§ 2º Os recursos necessários ao programa de investimentos da COSIM serão postos à disposição da Companhia Siderúrgica Nacional através da elevação de seu capital social, com subscrição total pela União.

§ 3º A Assembléia-Geral de acionistas da COSIM poderá elevar o capital social previsto no art. 2º.

§ 4º A COSIM explorará, juntamente com a usina de Mogi das Cruzes, os outros bens descritos no Alvará expedido em 22 de fevereiro de 1967, pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, bens esses, de propriedade da Mineração Geral do Brasil, em concordata, que fica autorizada a adquirir pelo preço total de NCr\$ 18.100.000,00 (dezoito milhões e cem mil cruzeiros novos); explorará também os acervos da CODIQ S. A. - Construtora de Equipamentos Industriais e da Carbonífera Barão do Rio Branco S.A., que fica também autorizada a comprar pelo preço global de NCr\$ 2.700.000,00 (três milhões e setecentos mil cruzeiros novos).

Art. 2º O capital social é de até NCr\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro

milhões de cruzeiros novos) dividido em 3.400.000 (três milhões e quatrocentos mil) ações, no valor nominal de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos) cada uma, sendo 1.500.000 (hum milhão e quinhentas mil) em ações ordinárias, ao portador, a serem subscritas pela Companhia Siderúrgica Nacional na forma abaixo, e as restantes, até 1.900.000 (hum milhão e novecentas mil) em ações preferenciais, ao portador, sem direito a voto.

§ 1º Ficam reservadas à subscrição da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) até 1.500.000 (hum milhão e quinhentas mil) ações ordinárias que serão integralizadas em dinheiro, com recursos provenientes da elevação de seu capital; ao Instituto Nacional de Previdência Social, até 1.050.000 (hum milhão e cinquenta mil) ações preferenciais, que subscreverá com créditos que tem contra a concordatária Mineração Geral do Brasil Ltda., resultantes de contribuições não recolhidas por essa empresa, respectivos assessorios, e de adiantamentos em dinheiro para pagamento de salários devidos pela concordatária, ações essas que serão integralizadas com produto do pagamento que lhe será feito pelos vendedores no momento, em que se efetuarem as transações de que trata o § 4º do artigo 1º; ao Grupo JAFET até 700.000 (setecentas mil) ações preferenciais que serão integralizadas com recursos provenientes das vendas a que se refere o § 4º do artigo 1º e com a transferência, para a COSIM, de direitos creditórios de que é titular o Grupo; a outros credores por créditos fiscais ou salariais, o restante das ações preferenciais que subscreverão com esses mesmos créditos que têm contra a concordatária e que integralizarão nas mesmas condições em que o fará o INPS.

§ 2º Fica o Tesouro Nacional autorizado a subscrever as ações necessárias à elevação do capital da CSN de que trata o § 1º e, por sua vez, se pagar, de seus créditos contra a concordatária, com o produto das operações referidas no § 4º do art. 1º.

§ 3º Os Estatutos da Sociedade e o quadro discriminativo das ações que couberem a cada um dos subscritores serão aprovados por ato do Poder Executivo.

Art. 3º Os trabalhadores da Mineração Geral do Brasil Ltda., com salários em atraso, converterão pelo menos 50% (cinquenta por cento) de seus créditos a esse título, existentes até 28.2.1967 e na base em que vinham sendo pagos, em ações da COSIM, após acordo aprovado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 4º É criada a Comissão Organizadora da Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes, composta de membros do Ministério da Indústria e do Comércio, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, Companhia Siderúrgica Nacional e Banco do Brasil S.A., competindo aos titulares das Pastas e aos Presidentes das duas últimas entidades a indicação dos respectivos representantes, sob a presidência do representante da CSN, que terá voto de qualidade.

§ 1º A Comissão Organizadora deverá no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do presente Decreto-lei, apresentar ao Poder Executivo o conjunto de medidas necessárias a efetivação da compra, pela empresa autorizada a constituir, dos bens de que trata o § 4º do artigo 1º e, no prazo subsequente de 30 (trinta) dias, apurar os atos constitutivos da nova Companhia e realizar a assembleia de constituição da sociedade.

§ 2º Nenhuma vantagem será concedida aos membros da Comissão Organizadora da Sociedade pelo desempenho das atribuições que lhes compete.

Art. 5º Até que a COSIM se constitua e esteja em condições de operar a Usina Mogi das Cruzes e os bens de que trata o § 4º do artigo 1º, serão eles explorados sob regime de comodato, com opção das respectivas compras, pela Companhia Siderúrgica Nacional, que iniciará de imediato o preparo das instalações e a retomada do funcionamento, de acordo com a concordatária que lhe dará a posse gratuita de todos os bens a serem adquiridos pela COSIM.

Art. 6º A Companhia Siderúrgica Nacional e o Instituto Nacional de Previdência Social ficam autorizados a praticar todos os atos necessários

à plena observância do disposto no presente Decreto-lei.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Eduardo Augusto Bretas de Noronha

Paulo Egydio Martins

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 281 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Extingue o Instituto Nacional do Mate e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das prerrogativas que lhe confere o § 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica extinto o Instituto Nacional do Mate, criado pelo Decreto-lei nº 375, de 13 de abril de 1938.

Art. 2º Por ato do Poder Executivo serão estabelecidas, no prazo de 90 (noventa) dias, as normas necessárias à liquidação da Autarquia, ora extinta, à distribuição de suas funções entre os órgãos da administração pública, centralizada ou descentralizada e ao aproveitamento do seu pessoal.

Art. 3º Baixadas as normas a que se refere o artigo anterior, ficará extinta a taxa de propaganda prevista no Decreto-lei nº 8.709, de 17 de janeiro de 1946.

Art. 4º O Anexo II do Decreto número 56.791, de 26 de agosto de 1965, que regulamenta a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, fica alterado em seu capítulo 09, com a elevação da alíquota da posição 09.03, de 6% (seis por cento) para 9% (nove por cento.)

Art. 5º O Ministro da Agricultura designará o liquidante para assumir a administração do órgão e adotar as medidas decorrentes de sua extinção.

Art. 6º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Severo Fagundes Gomes

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 282 -- DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o Crédito Especial que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 9º, § 2º do Ato Institucional número 4 de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o Crédito Especial de NCr\$ 600.000 (seiscentos mil cruzeiros novos), para atender no exercício de 1967 as despesas de gratificação especial devidas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), por força do que dispõe o Decreto nº 59.835 de 21 de dezembro de 1966.

Art. 2º O Crédito Especial de que trata o artigo anterior será considerado automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 283 -- DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre empréstimos contratuados no exterior destinados à construção e venda de habitações.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o Ar-

tigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966 decreta:

Art. 1º O Banco Central manterá um "Fundo Especial" ao qual poderão ser repassados créditos obtidos no exterior por pessoas físicas ou jurídicas e destinados ao financiamento de construção ou venda de habitações no País.

§ 1º Os empréstimos externos a que se refere este artigo ficam sujeitos à prévia aprovação do Banco Central.

§ 2º Os empréstimos, objeto deste artigo, que se destinarem às entidades integrantes do sistema financeiro de habitação serão submetidos ao Banco Nacional da Habitação, e somente após o pronunciamento deste, apresentados ao Banco Central para os fins do § 1º.

Art. 2º Efetuado o repasse, o "Fundo Especial" fará ao mutuário original do crédito externo um empréstimo equivalente, em moeda nacional, nos mesmos prazos do empréstimo externo.

Parágrafo único. O empréstimo em moeda nacional estará sujeito à correção monetária, segundo as disposições do Decreto-lei nº 19, de 30 de agosto de 1966, e do Decreto-lei número 70, de 21 de novembro de 1966.

Art. 3º Além do disposto no art. 1º, pode o Banco Central aceitar, em depósito, o valor do empréstimo externo, em moeda estrangeira, o qual só poderá ser utilizado para fazer face às amortizações respectivas e nas condições estabelecidas entre o "Fundo Especial" ora instituído e o depositante.

Art. 4º Efetuado o depósito, referido no item anterior, o "Fundo Especial" fará ao depositante um empréstimo equivalente, em moeda nacional, nos mesmos prazos do empréstimo externo, garantido pelo referido depósito.

Parágrafo único. O empréstimo em moeda nacional estará sujeito à correção monetária, segundo as disposições do Decreto-lei nº 19, de 30 de agosto de 1966 e do Decreto-lei nº 70, de 21 de novembro de 1966.

Art. 5º O "Fundo Especial" abonará juros em moeda estrangeira na conta de depósito a que se refere o

art. 3º, à mesma taxa e nas mesmas condições do empréstimo externo e cobrará, no empréstimo em moeda nacional juros idênticos, apenas acrescidos da remuneração de serviços a favor do Banco Central, a ser fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único. A fim de evitar duplicidade de tributação, ficam isentos do imposto de renda os juros abonados na conta de depósito em moeda estrangeira e os cobrados no empréstimo em moeda nacional.

Art. 6º Os resultados do "Fundo", apurados semestralmente, pertencerão ao Tesouro Nacional ou serão de responsabilidade deste.

Art. 7º O Conselho Monetário Nacional fixará as normas complementares que se tornem necessárias para a aplicação deste decreto-lei.

Art. 8º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e o art. 15 e seus parágrafos da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 284 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Institui o imposto sobre transporte rodoviário de passageiros e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica instituído um imposto de 5% (cinco por cento) sobre o transporte interestadual e intermunicipal de passageiros, efetuado pelas empresas rodoviárias.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, não se considera transporte intermunicipal o que se realiza entre Municípios adjacentes que integram um mesmo mercado de traba-

lho, como tal definido no regulamento.

Art. 2º O imposto será calculado sobre o preço das passagens e será indicado destacadamente nos respectivos bilhetes que as empresas rodoviárias ficam obrigadas a emitir, obedecendo as normas fixadas no regulamento.

Art. 3º O imposto de que trata este Decreto-lei incidirá gradualmente sobre as diversas linhas de transporte, obedecendo a seguinte escala:

I — até 30 de junho de 1967, apenas as que, em qualquer ponto de seu trajeto, sirvam pelo menos uma cidade de mais de 200.000 (duzentos mil habitantes);

II — até 31 de dezembro de 1967, todas as que sirvam pelo menos uma cidade de mais de 50.000 (cinquenta mil habitantes);

III — a partir de 1º de janeiro de 1968, todas as linhas interestaduais e intermunicipais.

Art. 4º O imposto relativo a cada mês será recolhido por guia até o 20º (vigésimo) dia útil do mês seguinte.

Art. 5º São contribuintes do imposto os usuários dos transportes, ficando as empresas rodoviárias que explorem as linhas de transporte a que se refere o art. 1º, responsáveis por seu recolhimento.

Art. 6º Aplicam-se a este imposto, no que couber, as penalidades e normas processuais previstas na legislação do imposto sobre produtos industrializados.

Art. 7º Este Decreto-lei entrará em vigor a partir de 1º de abril de 1967, ficando revogado o art. 9º do Decreto-lei nº 4.181, de 16 de março de 1942.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Távora

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 285 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre o tratamento fiscal das pessoas jurídicas nos casos de fusão ou incorporação consideradas de interesse para a economia nacional.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 2.º do Artigo 9.º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1.º Nos casos de fusão ou incorporação de instituições financeiras, ou de outras empresas industriais ou comerciais cuja fusão ou incorporação seja considerada de interesse para a economia nacional, o Ministro da Fazenda poderá aprovar condições de avaliação de ações, bens ou patrimônios líquidos, para efeito de determinar o tratamento fiscal a que ficarão sujeitos, na operação, as pessoas jurídicas que dela participarem, bem como os respectivos sócios, em decorrência da troca ou substituição de ações ou quotas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica, também, nos casos de aquisição ou transferência do controle do capital de sociedades, como meio de efetivar fusões ou incorporações.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 286 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a regularização de emissões ilegais de títulos, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 9º, parágrafo 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º As empresas que tenham em circulação títulos, cambiários de sua responsabilidade em condições proibidas pelo art. 17 da Lei nº 4.728,

de 14 de julho de 1965, na data da publicação deste Decreto-lei, fica assegurado o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para atenderem ao que preceitua o parágrafo 2º do mencionado art. 17, sob pena de ficarem sujeitas, ao final desse prazo, à multa cominada no parágrafo 4º do mesmo artigo que será aplicada pelo Banco Central da República do Brasil e cobrada pela Fazenda Nacional.

Art. 2º Não se aplicará a sanção prevista no parágrafo 4º do art. 17 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965:

I — à empresa que tenha impetrado concordata preventiva ou que tenha tido decretada a sua falência;

II — aos portadores de títulos de concordatário ou falido, desde que habilitados os créditos nos respectivos processos;

III — nos casos de títulos cambiários já registrados pelo Banco Central da República do Brasil, por iniciativa dos portadores, nos termos da Resolução nº 24, de 31 de maio de 1966, do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único. Os casos não previstos neste artigo serão solucionados pelo Banco Central da República do Brasil, que poderá dispensar a aplicação da multa cabível, *ad referendum* do Conselho Monetário Nacional.

Art. 3º A obrigação atribuída a pessoa física ou jurídica de pagar os títulos cambiários de que trata este Decreto-lei ou de ressarcir prejuízos deles oriundos, na conformidade das disposições da legislação vigente reguladoras da responsabilidade cambiária e civil, será calculada sobre seu valor nominal, acrescido de juros moratórios e de correção monetária, da data do vencimento do título ou da ocorrência do prejuízo.

§ 1º Os índices da correção monetária serão os fixados para a cobrança dos créditos da Fazenda Pública Federal.

§ 2º Quando o título tiver vencido ou o prejuízo tiver ocorrido antes da publicação deste Decreto-lei, a correção monetária contar-se-á dessa publicação.

Art. 4º A empresa que não resgatar os títulos de sua responsabilidade

na forma e nos prazos convencionados com o Banco Central da República do Brasil não se aplicarão os benefícios deste Decreto-lei.

Art. 5º Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 287 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre licitação e contratação de serviços ou obras, pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE —, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º É o Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), autorizado a dispensar licitação e contrato formal para a aquisição de material ou equipamento, prestação de serviços, execução de obras ou locação de imóveis até o valor de 500 (quinhentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

Parágrafo único. Exercendo a faculdade prevista no "caput" deste artigo fica o Superintendente da SUDENE autorizado a dispensar a apresentação de quaisquer documentos legalmente exigidos para a contratação, ressalvados os que, a seu critério, sejam considerados necessários para comprovar a capacidade jurídica e a idoneidade técnica ou financeira do contratante.

Art. 2º A SUDENE poderá executar obras e serviços, inclusive de caráter administrativo, mediante convênio com entidades públicas ou sociedades de economia mista, e, bem assim, desde que não possuam fins lucrativos, com fundações, sociedades ou associações civis.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 288 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 9º, parágrafo 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Das finalidades e localização da Zona Franca de Manaus

Art. 1º A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.

Art. 2º O Poder Executivo fará demarcar, à margem esquerda dos rios Negro e Amazonas, uma área contínua com a superfície mínima de dez mil quilômetros quadrados, incluindo a cidade de Manaus e seus arredores, na qual se instalará a Zona Franca.

§ 1º A área da Zona Franca terá um comprimento máximo contínuo nas margens esquerdas dos rios Negro e Amazonas, de cinquenta quilômetros a juzante de Manaus e de setenta quilômetros a montante desta cidade.

§ 2º A faixa da superfície dos rios adjacentes à Zona Franca, nas proximidades do porto ou portos desta, considera-se nela integrada, na extensão mínima de trezentos metros a contar da margem.

§ 3º O Poder Executivo, mediante decreto e por proposta da Superintendência da Zona Franca, aprovada pelo Ministério do Interior, poderá aumentar a área originalmente estabelecida ou alterar sua configuração dentro dos limites estabelecidos no parágrafo 1º d'êste artigo.

CAPÍTULO II

Dos incentivos fiscais

Art. 3º A entrada de mercadorias estrangeiras na Zona Franca, destinadas a seu consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza e a estocagem para reexportação, será isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados.

§ 1º Excetuam-se da isenção fiscal prevista no "caput" d'êste artigo as seguintes mercadorias: armas e munições, perfumes, fumo, bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros.

§ 2º Com o objetivo de coibir práticas ilegais, ou anti-econômicas, e por proposta justificada da Superintendência, aprovada pelos Ministérios do Interior, Fazenda e Planejamento, a lista de mercadorias constante do parágrafo 1º pode ser alterada por decreto.

Art. 4º A exportação de mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus, ou reexportação para o estrangeiro, será para todos os efeitos fiscais, constantes da legislação em vigor, equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro.

Art. 5º A exportação de mercadorias da Zona Franca para o estrangeiro, qualquer que seja sua origem, está isenta do imposto de exportação.

Art. 6º As mercadorias de origem estrangeira estocadas na Zona Franca, quando saírem desta para comercialização em qualquer ponto do território nacional, ficam sujeitas ao pagamento de todos os impostos de uma importação do exterior, a não ser nos casos de isenção prevista em legislação específica.

Art. 7º As mercadorias produzidas, beneficiadas ou industrializadas na

Zona Franca, quando saírem desta para qualquer ponto do território nacional, estarão sujeitas:

I — apenas ao pagamento do imposto de circulação de mercadorias, previsto na legislação em vigor, se não contiverem qualquer parcela de matéria prima ou parte componente importada.

II — e ainda ao pagamento do imposto de importação sobre as matérias primas ou partes componentes importadas, existentes nesse produto, com uma redução percentual de 50% quota de importação igual ao percentual do valor adicionado no processo de industrialização local em relação ao custo total da mercadoria.

Art. 8º As mercadorias de origem nacional destinadas à Zona Franca com a finalidade de serem reexportadas para outros pontos do território nacional serão estocadas em armazéns, ou embarcações, sob controle da Superintendência e pagarão todos os impostos em vigor para a produção e circulação de mercadorias no país.

Art. 9º Estão isentas do imposto sobre produtos industrializados todas as mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, quer se destinem ao seu consumo interno, quer a comercialização em qualquer ponto do território nacional.

CAPÍTULO III

Da Administração da Zona Franca

Art. 10. A administração das instalações e serviços da Zona Franca será exercida pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com sede e fôro na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. A SUFRAMA vincula-se ao Ministério do Interior.

Art. 11. São atribuições da SUFRAMA:

a) elaborar o Plano Diretor Plurianual da Zona Franca e coordenar ou promover a sua execução, diretamente ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas, inclusive sociedades de economia mista, ou através

de contrato com pessoas ou entidades privadas;

b) revisar, uma vez por ano, o Plano Diretor e avaliar os resultados de sua execução;

c) promover a elaboração e a execução dos programas e projetos de interesse para o desenvolvimento da Zona Franca;

d) prestar assistência técnica a entidades públicas ou privadas, na elaboração ou execução de programas de interesse para o desenvolvimento da Zona Franca;

e) manter constante articulação com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com o Governo do Estado do Amazonas e autoridades dos municípios em que se encontra localizada a Zona Franca;

f) sugerir a SUDAM e a outras entidades governamentais, estaduais, ou municipais, providências julgadas necessárias ao desenvolvimento da Zona Franca;

g) promover e divulgar pesquisas, estudos e análises, visando ao reconhecimento sistemático das potencialidades econômicas da Zona Franca;

h) praticar todos os demais atos necessários as suas funções de órgão de planejamento, promoção, coordenação e administração da Zona Franca.

Art. 12. A Superintendência da Zona Franca de Manaus dirigida por um Superintendente, é assim constituída:

a) Conselho Técnico;

b) Unidades Administrativas.

Art. 13. O Superintendente será nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro do Interior e demissível *ad nutum*.

Parágrafo único. O Superintendente será auxiliado por um Secretário Executivo nomeado pelo Presidente da República, por indicação daquele e demissível *ad nutum*.

Art. 14. Compete ao Superintendente:

a) praticar todos os atos necessários ao bom desempenho das atribuições estabelecidas para a SUFRAMA;

b) elaborar o regulamento da entidade a ser aprovado pelo Poder Executivo;

c) elaborar o Regimento Interno;

d) submeter à apreciação do Conselho Técnico os planos e suas revisões anuais;

e) representar a autarquia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

Parágrafo único. O Secretário Executivo é o substituto eventual do Superintendente e desempenhará as funções que por este lhe forem cometidas.

Art. 15. Compete ao Conselho Técnico:

a) sugerir e apreciar as normas básicas da elaboração do Plano Diretor e suas revisões anuais;

b) aprovar o Regulamento e Regimento Interno da Zona Franca;

c) homologar a escolha de firma ou firmas auditoras a que se refere o artigo 27 da presente lei;

d) aprovar as necessidades de pessoal e níveis salariais das diversas categorias ocupacionais da SUFRAMA;

e) aprovar os critérios da contratação de serviços técnicos ou de natureza especializada, com terceiros;

f) aprovar relatórios periódicos apresentados pelo Superintendente;

g) aprovar o balanço anual da autarquia;

h) aprovar o Plano Diretor da Zona Franca e suas revisões anuais;

i) aprovar as propostas do Superintendente de Compra e alienação de bens imóveis e de bens móveis de capital;

j) aprovar o orçamento da SUFRAMA e os programas de aplicação das dotações globais e de quaisquer outros recursos que lhe forem atribuídos;

k) aprovar convênios, contratos e acordos firmados pela SUFRAMA, quando se referirem à execução de obras.

Art. 16. O Conselho Técnico é composto do Superintendente, que o presidirá, do Secretário Executivo, do Representante do Governo do Estado do Amazonas, do Representante da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e de dois membros nomeados pelo Presidente da República, e indicados pelo Superintendente da SUFRAMA, sendo um engenheiro e o outro especialista em assuntos fiscais.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Técnico deverão ter reputação ilibada, larga experiência e notório conhecimento no campo de sua especialidade.

Art. 17. As unidades administrativas terão as atribuições definidas no Regimento Interno da Entidade.

Art. 18. A SUFRAMA contará exclusivamente com pessoal sob o regime de legislação trabalhista, cujos níveis salariais serão fixados pelo Superintendente, com observância do mercado de trabalho, e aprovados pelo Conselho Técnico.

Art. 19. O Superintendente e Secretário Executivo perceberão, respectivamente, 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) a mais do maior salário pago pela SUFRAMA aos seus servidores, de acordo com o estabelecido na presente lei.

CAPÍTULO IV

Dos recursos e regime financeiro e contábil

Art. 20. Constituem recurso da SUFRAMA:

I — as dotações orçamentárias ou créditos adicionais que lhe sejam atribuídos;

II — o produto de juros de depósitos bancários, de multas, emolumentos e taxas devidas a SUFRAMA;

III — os auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades públicas ou privadas, internacionais ou estrangeiras;

IV — as rendas provenientes de serviços prestados;

V — a sua renda patrimonial.

Art. 21. As dotações orçamentárias e os créditos adicionais destinados à SUFRAMA serão distribuídos independentemente de prévio registro no Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Os contratos, acordos ou convênios firmados pela SUFRAMA independem de registro prévio no Tribunal de Contas da União.

Art. 22. Os recursos provenientes de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais ou provenientes de outras fontes atribuídas à SUFRAMA incorporar-se-ão ao seu patrimônio, podendo os saldos ter aplicação nos exercícios subsequentes.

Parágrafo único. Os saldos não entregues à SUFRAMA até o fim do

exercício serão escriturados como "Restos a Pagar".

Art. 23. A SUFRAMA, por proposta do Superintendente, aprovada pelo Conselho Técnico da autarquia, poderá contrair empréstimos no país ou no Exterior para acelerar ou garantir a execução de programas ou projetos integrantes do Plano Diretor da Zona Franca.

§ 1º As operações em moedas estrangeiras dependerão de autorização do Chefe do Poder Executivo;

§ 2º As operações de que trata este artigo poderão ser garantidas com os próprios recursos da SUFRAMA;

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional para operações de crédito externo ou interno, destinadas a realização de obras e serviços básicos, previstos no orçamento do Plano Diretor;

§ 4º A garantia de que tratam os parágrafos anteriores será concedida às operações de crédito contratadas diretamente pela SUFRAMA ou com sua intervenção, sempre mediante parecer fundamentado do Superintendente aprovado pelo Conselho Técnico;

§ 5º As operações de crédito mencionadas neste artigo serão isentas de todos os impostos e taxas federais;

§ 6º Considera-se aplicação legal dos recursos destinados à SUFRAMA, a amortização e o pagamento de juros relativos a operações de crédito por ela contratadas, para aplicação em programas ou projetos atinentes às destinações dos mesmos recursos.

Art. 24. A SUFRAMA poderá cobrar taxas por utilização de suas instalações e emolumentos por serviços prestados a particular.

Parágrafo único. As taxas e emolumentos de que tratam este artigo serão fixadas pelo Superintendente depois de aprovadas pelo Conselho Técnico.

Art. 25. Os recursos da SUFRAMA sem destinação prevista em lei e as dotações globais que lhe sejam atribuídas, serão empregados nos serviços e obras do Plano Diretor, de acordo com os programas de aplicação

propostos pelo Superintendente e aprovados pelo Conselho Técnico.

Art. 26. É a SUFRAMA autorizada a realizar despesas de pronto pagamento até cinco (5) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país.

Art. 27. No controle dos atos de gestão da SUFRAMA será adotado, além da auditoria interna, o regime de auditoria externa independente a ser contratada com firma ou firmas brasileiras de reconhecida idoneidade moral e técnica.

Art. 28. A SUFRAMA terá completo serviço de contabilidade patrimonial, financeira e orçamentária.

Parágrafo único. Até o dia 30 de junho de cada ano, a SUFRAMA remeterá os balanços do exercício anterior ao Ministro do Interior e através deste ao Ministério da Fazenda.

Art. 29. A SUFRAMA poderá alienar bens móveis e imóveis integrantes do seu patrimônio, mediante proposta do Superintendente aprovada pelo Conselho Técnico.

Parágrafo único. A compra e alienação de bens imóveis depende de autorização do Ministro do Interior.

Art. 30. Fica o Superintendente da SUFRAMA autorizado a dispensar licitação e contrato formal para aquisição de material, prestação de serviços, execução de obras ou locação de imóveis até 500 (quinhentas) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no país.

Art. 31. O Superintendente da SUFRAMA, na conformidade das disposições do parágrafo único do artigo 139, da Lei nº 830, de 23 de setembro de 1949, apresentará ao Tribunal de Contas da União, até o dia 30 de junho de cada ano, prestação de contas correspondentes à gestão administrativa do exercício anterior.

Art. 32. São extensivos à SUFRAMA os privilégios da Fazenda Pública quanto à impenhorabilidade de bens, renda ou serviços, aos prazos, cobranças de crédito, uso de ações especiais, juros e custas.

Art. 33. A SUFRAMA terá todas as isenções tributárias deferidas aos órgãos e serviços da União.

Art. 34. A SUFRAMA desempenhará suas funções especializadas preferentemente através da contratação de serviços com pessoas físicas ou jurídicas habilitadas, segundo os critérios que forem aprovados pelo Conselho Técnico.

Art. 35. A SUFRAMA apresentará relatórios periódicos de suas atividades, ao Ministro do Interior.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais e Transitórias.

Art. 36. O Plano Diretor da Zona Franca e o orçamento-programa da SUFRAMA serão aprovados pelo Ministro do Interior e considerado aquele como empreendimento prioritário na elaboração e execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Art. 37. As disposições contidas no presente Decreto-lei não se aplicam ao estabelecido na legislação atual sobre a importação, exportação e tributação de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos de petróleo.

Art. 38. A entrada e saída de mercadorias na Zona Franca de Manaus independem de licença de importação ou exportação, ficando sujeitas, somente, a registro de controle estatístico, com exceção dos casos de pagamento do Imposto de Importação previsto neste decreto-lei.

Art. 39. Será considerado contrabando a saída de mercadorias da Zona Franca sem a autorização legal expedida pelas autoridades competentes.

Art. 40. Compete ao Governo Federal a vigilância das áreas limites da Zona Franca e a repressão ao contrabando.

Art. 41. Na Zona Franca de Manaus poderão instalar-se depósitos e agências aduaneiras de outros países na forma de tratados ou notas complementares a tratados de comércio.

§ 1º Para os fins deste artigo, o Governo brasileiro, conforme haja sido ou venha a ser pactuado, proporcionará facilidades para a construção ou locação dos entrepostos de depósito franco e instalações conexas.

§ 2º Poderão estender-se àqueles países, quanto às mercadorias estocadas nos depósitos a que se refere es-

te artigo, os privilégios e obrigações especificados no Regulamento da Zona Franca, segundo as condições estabelecidas em ajuste entre o Brasil e cada país.

Art. 42. As isenções previstas neste decreto-lei vigorarão pelo prazo de trinta anos, podendo ser prorrogadas por decreto do Poder Executivo, mediante aprovação prévia do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 43. O pessoal pertencente à antiga Zona Franca poderá ser aproveitado na SUFRAMA, uma vez verificada, em cada caso, a necessidade desse aproveitamento e a habilitação do servidor para as funções que deverá exercer.

§ 1.º O pessoal não aproveitado na SUFRAMA, segundo o critério que esta estabelecer, será relotado em outro órgão da Administração Pública Federal, de acordo com as conveniências desta.

§ 2.º Até 31 de julho de 1967, o pessoal não aproveitado continuará a ser pago pela SUFRAMA, caso não tenha sido relotado em outros órgãos da Administração Federal, na forma do parágrafo anterior.

Art. 44. O servidor da antiga Zona Franca, ao ser admitido pela SUFRAMA, passa a reger-se pela Legislação Trabalhista e será considerado, em caráter excepcional, automaticamente licenciado de sua função pública, sem vencimentos, por esta, e em prazo não excedente a 2 (dois) anos.

Art. 45. Até quatro meses antes de se esgotar o prazo a que se refere o artigo anterior, o servidor da antiga Zona Franca deverá declarar, por escrito, ao Ministro do Interior, sua opção quanto a situação que preferir adotar.

§ 1.º A opção pela permanência a serviço da SUFRAMA implicará em perda imediata da condição de servidor.

2.º Esgotado o prazo de dois (2) anos a contar da data da publicação deste decreto-lei, a SUFRAMA não poderá ter em sua lotação de servidores pessoa alguma no gozo da qualidade do funcionário público.

Art. 46. Fica a SUFRAMA autorizada a reexaminar os acordos, contratos, ajustes e convênios firmados

pela antiga Administração da Zona Franca, a fim de ratificá-los bem como promover a sua modificação ou seu cancelamento, em consonância com as normas deste decreto-lei.

Art. 47. O Poder Executivo baixará decreto regulamentando o presente decreto-lei, dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 48. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NC\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros novos) para atender as despesas de capital e custeio da Zona Franca, durante o ano de 1967.

§ 1.º O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

§ 2.º Fica revogada a Lei n.º 3.173, de 6 de junho de 1957 e o Decreto n.º 47.757, de 2 de fevereiro de 1960 que a regulamenta.

Art. 49. As isenções fiscais previstas neste decreto-lei somente entrarão em vigor na data em que fôr concedida:

I — pelo Estado do Amazonas, crédito do imposto de circulação de mercadorias nas operações comerciais dentro da Zona, igual ao montante que teria sido pago na origem em outros estados da União, se a remessa de mercadorias para a Zona Franca não fôsse equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro;

II — pelos Municípios do Estado do Amazonas, isenção do Imposto de Serviços na área em que estiver instalada a Zona Franca.

Art. 50. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

João Gonçalves de Souza

Octavio Bulhões

Roberto de Oliveira Campos

DECRETO-LEI N.º 289 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2.º do art. 9.º do Ato Institucional n.º 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve expedir o seguinte Decreto-lei:

CAPÍTULO I

Dos Fins, Diretrizes e Atribuições

Art. 1.º Fica criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), entidade autárquica, integrante da administração descentralizada do Ministério da Agricultura do agro de personalidade jurídica própria com sede e fóro no Distrito Federal e jurisdição em todo o Território Nacional.

Art. 2.º O IBDF destina-se a formular a política florestal bem como a orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País, de conformidade com a legislação em vigor.

Art. 3.º O IBDF elaborará planos indicativos, anuais e plurienais, de florestamento e reflorestamento, nacionais e regionais, objetivando:

I — a melhor alocação de recursos no setor;

II — o desenvolvimento de espécies florestais de utilização econômica;

III — o florestamento e reflorestamento com fins econômicos;

IV — o florestamento e reflorestamento com fins ecológicos, turísticos e paisagísticos.

Art. 4.º Compete, prioritariamente, ao IBDF:

I — traçar as diretrizes gerais da política florestal do País e elaborar planos anuais e plurienais;

II — efetuar, periodicamente, o levantamento e o inventário dos recursos florestais brasileiros;

III — realizar pesquisas e experimentações nos campos da silvicultura, da tecnologia das madeiras e da fauna silvestre;

IV — realizar e promover o reflorestamento com fins econômicos e ecológicos;

V — prestar assistência técnica e estabelecer princípios e normas visando à utilização racional das florestas;

VI — adotar, promover ou recomendar a adoção de medidas que assegurem a manutenção do equilíbrio entre as reservas florestais e o consumo de produtos e subprodutos florestais visando ao perene abastecimento dos mercados consumidores;

VII — autorizar, orientar e fiscalizar as explorações florestais, no campo da iniciativa privada, bem como planejar e executar as operações correspondentes nas áreas de sua jurisdição;

VIII — regular a instalação e o funcionamento de serrarias e indústrias que utilizem madeira como matéria-prima;

IX — cumprir e fazer cumprir as Leis ns. 4.771, de 15.9.65; 4.797, de 20.10.65; 5.106, de 2.9.66; 5.197, de 3.1.67 e toda a legislação pertinente aos recursos naturais renováveis.

Art. 5.º Compete ainda ao IBDF:

I — estabelecer o registro obrigatório e organizar o cadastramento das pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades relacionadas com o presente decreto-lei, segundo o disposto no Regulamento;

II — organizar e realizar diretamente ou através de outros órgãos públicos, ou entidades de classe, a fiscalização das atividades relacionadas com o presente decreto-lei bem como promover a repressão às fraudes na exploração florestal, produção, transporte, comercialização e industrialização de produtos florestais, nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo;

III — promover e incentivar a classificação botânica das espécies florestais e realizar a padronização e classificação de produtos florestais, diretamente ou em cooperação com outros órgãos públicos ou privados;

IV — celebrar convênios e acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, visando ao bom desempenho de suas atribuições;

V — delegar funções executivas a entidades públicas ou não, por ato unilateral aferida previamente a reciprocidade de interesses;

VI — promover a formação e o aperfeiçoamento do pessoal necessário do pleno desenvolvimento de suas atribuições;

VII — analisar e opinar sobre os projetos de florestamento e reflorestamento elaborado para fins de usufruir os incentivos fiscais previstos em leis e regulamentos apropriados;

VIII — administrar o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, os Parques Nacionais, as Florestas Nacionais, as Reservas Biológicas e os Parques de Caça Federais.

Parágrafo único. O Poder Executivo disporá sobre a definição de reflorestamento, objetivando a aplicação dos incentivos fiscais previstos na legislação pertinente.

CAPÍTULO II

Da Estruturação e Administração

Art. 6.º Fica o Poder Executivo autorizado a organizar ou modificar, por decreto, a estrutura administrativa do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) a fim de adaptá-lo à nova situação decorrente do presente decreto-lei, principalmente tendo em vista a plena execução de disposto nos arts. 2.º, 3.º e 4.º.

§ 1.º O IBDF poderá manter representações estaduais ou regionais, principalmente para finalidades técnicas, quando o volume das suas atribuições o justificar.

§ 2.º Sempre que possível, na sua ação estadual ou regional, o Instituto deverá utilizar-se, através de convênios, de outros órgãos governamentais de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como entidades de classe ou de natureza científica.

Art. 7.º Sempre que necessário à política florestal do País, nos termos do presente decreto-lei, o Instituto poderá promover a criação, a instalação e a manutenção de novos parques nacionais, florestas nacionais, reservas biológicas, monumentos naturais e parques de caças federais.

Art. 8.º Fica criada no IBDF uma Comissão de Política Florestal, como órgão consultivo e normativo, integrada, obrigatoriamente, por membros identificados especificamente com os problemas florestais, assim distribuídos:

— um representante do Ministério da Agricultura;

— um representante do Ministério da Indústria e do Comércio;

— um representante do Ministério do Planejamento;

— um representante do Setor da Administração encarregado da Coordenação dos Organismos Regionais;

— um representante do Estado-Maior das Forças Armadas;

— um representante do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

— um representante do Banco do Brasil;

— um representante da Confederação Nacional da Agricultura;

— um representante da Confederação Nacional da Indústria.

§ 1.º A Comissão de Política Florestal terá como atribuições orientar e facilitar a coordenação e execução da política florestal, nos termos regulados pelo Poder Executivo.

§ 2.º A Comissão de Política Florestal será presidida pelo Presidente do IBDF.

Art. 9.º O IBDF terá um presidente, nomeado pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro da Agricultura e escolhido dentre pessoas de notória capacidade técnica e administrativa.

Art. 10. A estrutura de atribuições dos órgãos integrantes do Instituto e a competência do seu Presidente e demais dirigentes serão estabelecidos em decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. Fica criada a carreira de Engenheiro Florestal.

Art. 11. O quadro de pessoal do IBDF constituir-se-á de duas partes; uma permanente, a ser fixada por decreto do Poder Executivo; outra temporária, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. Nenhuma admissão de pessoal permanente poderá ser feita sem prévia prestação de concurso de provas ou de títulos e provas.

CAPÍTULO III

Da Receita

Art. 12. Constituem receita do IBDF:

I — dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pela União;

II — créditos especiais abertos por lei;

III — rendas provenientes da exploração e venda de produtos florestais;

IV — rendas de qualquer natureza resultantes do exercício de suas atividades ou da exploração de imóveis sob a sua jurisdição;

V — empréstimos, subvenções, dotações e outras rendas que, eventualmente, receber;

VI — produto das multas previstas neste decreto-lei e seu regulamento.

Art. 13. A dotação orçamentária constará do orçamento da União e atenderá ao previsto no orçamento-programa do IBDF no exercício financeiro correspondente.

Parágrafo único. O orçamento-programa do IBDF será elaborado segundo normas fixadas por decreto do Poder Executivo.

CAPÍTULO IV

Das Infrações e Penalidades

Art. 14. Constituem infrações ao presente decreto-lei:

I — a não observância de qualquer de seus dispositivos;

II — a não observância da política florestal traçada pelo IBDF ou de qualquer ato, resolução, instrução ou portaria por ele baixada;

III — a não observância de qualquer preceito da legislação citada no inciso IX do art. 4º deste decreto-lei.

Art. 15. As pessoas físicas ou jurídicas que cometerem qualquer das infrações do artigo anterior, sujeitam-se às seguintes penalidades:

I — multas;

II — apreensão dos produtos da infração;

III — interdição do estabelecimento comercial ou industrial;

IV — suspensão do registro;

V — cancelamento do registro.

Parágrafo único. As penalidades deste artigo serão aplicadas sem prejuízo das que, por força de lei, possam também ser impostas por outras autoridades.

Art. 16. Respondem solidariamente pela infração:

I — seu autor material;

II — o mandante;

III — quem, de qualquer modo, concorra para a prática da mesma.

Parágrafo único. Para que se configure a infração basta a ação ou omissão voluntária do agente.

Art. 17. As penalidades do art. 15 serão aplicadas nos seguintes casos:

I — não observância das determinações do IBDF sobre o reflorestamento de áreas devastadas: Multa de até um por cento (1%) do valor do salário-mínimo mensal da região por árvore não plantada, dobrando em cada reincidência;

II — produção, beneficiamento, comercialização do produto sem prévio registro no IBDF: Multa correspondente ao valor do produto e sua apreensão;

III — instalação de serrarias e indústrias que elaborem madeira sem prévia autorização do IBDF: Multa de até cinco (5) salários-mínimos da região, e fechamento do estabelecimento até que a autorização e registro sejam concedidos, se for o caso;

IV — não observância do corte racional de madeira ou abate de árvores em número superior ao autorizado no plano de corte: Multa de até dez por cento (10%) do salário-mínimo da região, por árvore abatida indevidamente ou em excesso com suspensão do registro, na primeira reincidência, e cancelamento do mesmo, na segunda reincidência;

V — falta de cumprimento de obrigações assumidas a respeito do trafo cultural de plantações feitas pelo IBDF em terras de particulares: Multa de até cinquenta por cento (50%) do valor do maior salário-mínimo da região por hectare plantado, que será dobrada em cada reincidência.

§ 1º Considerar-se-á reincidente específico, para os efeitos deste decreto-lei, o infrator que, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, tenha sido sancionado por decisão administrativa irrecorrível por transgressão ao mesmo preceito normativo.

§ 2º A apreensão consiste no arresto imediato do produto, pelo IBDF, ficando em depósito para ulterior libertação, sendo que as despesas decorrentes da medida são de exclusiva responsabilidade do infrator.

§ 3º O Poder Executivo disporá detalhadamente sobre a aplicação das

penalidades em casos não previstos neste artigo e fixará o valor das multas, conforme o caso.

Art. 18. A aplicação das penalidades será atribuição exclusiva do IBDF.

Art. 19. É assegurado o direito de recurso; perante o IBDF e, em última instância, perante o Ministério da Agricultura, contra qualquer medida resultante da aplicação ao presente decreto-lei.

Parágrafo único. O recurso não terá efeito suspensivo.

CAPÍTULO V

Art. 20. Fica extinto o Conselho Florestal Federal e suas atribuições transferidas à Comissão de Política Florestal definida no art. 8º deste decreto-lei.

Art. 21. Ficam extintos o Instituto Nacional do Pinho e o Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura, passando os respectivos acervos, patrimônios, recursos financeiros, débitos e créditos para o IBDF.

Art. 22. São extensivos ao IBDF os privilégios da Fazenda Pública quanto ao uso das ações especiais bem como no tocante à cobrança de seus créditos, aos prazos, prescrições regime de custas, imunidades tributárias e isenções fiscais, correndo as ações em que tenha interesse perante o juízo da justiça federal.

Art. 23. Fica autorizada a abertura, pelo Ministério da Fazenda, de um crédito especial de NCr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de novos cruzeiros), para suplementar os recursos do IBDF para atender os encargos de suas despesas administrativas do presente exercício.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, que o colocará à disposição do IBDF em parcelas cujos valores serão fixados pelo Ministério da Fazenda.

Art. 24. A receita extra-orçamentária do IBDF será aplicada exclusivamente em pré-investimentos e investimentos de florestamento e refo-

restamento, diretamente pelo Instituto ou através de convênios ou acordos com outras entidades, públicas ou privadas.

Art. 25. O Anexo II do Decreto nº 56.791 de 26 de agosto de 1965, que regulamenta a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, fica alterado, em seu capítulo 44, com a introdução das posições abaixo definidas, e respectivas alíquotas:

44.03 — Madeira em bruto, inclusive descascada ou simplesmente desbastada	3%
44.04 — Madeira simplesmente esquadriada	3%
44.05 — Madeira simplesmente serrada longitudinalmente, cortada ou desenrolada, espessura superior a 5 mm	3%

Art. 26. A partir de 30 de junho do corrente ano ficam extintas as taxas a que se refere o artigo 22 do Decreto-lei nº 4.813, de 8 de outubro de 1942.

Art. 27. O Quadro de Pessoal do IBDF será preenchido pelos servidores dos órgãos e repartições a ele incorporados ou para ele transferidos, respeitado o direito de opção, e do pessoal a ser admitido nos termos do art. 11 deste decreto-lei e seus parágrafos.

§ 1º As inclusões no quadro do IBDF de pessoal pertencente aos órgãos a ele incorporados, serão feitas em cargos de níveis salariais não inferiores aqueles ocupados nos órgãos de origem.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos servidores que estejam em exercício, como requisitados, nos mencionados órgãos e repartições incorporados ou transferidos.

Art. 28. O pessoal que exceder às necessidades do IBDF a critério de seu Presidente, será incorporado a outros órgãos do Serviço Público Federal, na forma determinada pelo Poder Executivo.

Art. 29. As reservas florestais naturais inventariadas ou levantadas pelo IBDF na forma do inciso II, do art. 4º deste decreto-lei, poderão ser objeto de desapropriação por parte do Poder Público, nos termos da

Constituição do Brasil, desde que tal medida seja considerada pela Comissão de Política Florestal, indispensável ao cumprimento das disposições do Código Florestal.

Art. 30. A administração pelo IBDF de todas as áreas integrantes do Parque Nacional da Tijuca será objeto de ato do Poder Executivo.

Art. 31. O IBDF poderá celebrar convênios com entidades públicas ou não objetivando a realização periódica de levantamentos aerofotogramétricos ou outros serviços julgados necessários ao que dispõe o inciso II do art. 4º deste decreto-lei.

Art. 32. A política de comércio exterior de madeiras, em suas diferentes formas, será determinada pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX) tendo em vista as diretrizes e os objetivos da política florestal, nos termos do presente decreto-lei.

Parágrafo único. O IBDF assessorará o CONCEX em assuntos de sua atribuição.

Art. 33. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Severo Fagundes Gomes

Paulo Egydio Martins

Roberto Campos

João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 290 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Regula a situação dos servidores das autarquias federais e dos empregados das sociedades de economia mista, aposentados na forma dos Atos Institucionais ns. 1 e 2.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4,

de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º Os servidores das autarquias federais, quando aposentados por decreto do Presidente da República em consequência da aplicação dos Atos Institucionais ns. 1 e 2, terão seus proventos calculados proporcionalmente ao seu tempo de serviço na base de 1/30 (um trinta avos) por ano ou fração superior a meio e pagos pela autarquia respectiva.

Parágrafo único. Contar-se-á o tempo de serviço, para os fins deste artigo, de acordo com a Lei nº 3.841, de 15 de dezembro de 1960, pagando-se os proventos a contar da data do ato que decretar a aposentadoria.

Art. 2º Os empregados das Sociedades de Economia Mista ou Fundações Instituídas pelo Poder Público, que forem aposentados nas mesmas condições previstas no art. 1º terão os seus proventos pagos pela entidade empregadora, obedecidas quanto ao valor as regras do precedente.

Art. 3º As contribuições para a previdência social a cargo do empregado aposentado e do empregador, serão calculadas sobre os proventos realmente percebidos na aposentadoria e recolhidas ao Instituto Nacional de Previdência Social pela entidade empregadora, de acordo com as disposições legais vigentes.

Art. 4º No primeiro semestre de cada ano os servidores e empregados de que trata este decreto-lei, se ao submetidos à inspeção de saúde, para fins de aposentadoria por invalidez, perante o Instituto Nacional de Previdência Social.

Parágrafo único. Uma vez julgados em condições de incapacidade para o trabalho, os empregados a que se refere o art. 2º do presente decreto-lei passarão a receber seus proventos pelo Instituto Nacional de Previdência Social, cessando a partir da data da concessão do benefício as responsabilidades do órgão empregador.

Art. 5º Não se constatando, em nenhum tempo, a redução de capacidade que justifique a concessão da aposentadoria por invalidez, os empregados das Sociedades de Economia Mista ou Fundações instituídas pelo Poder Público terão direito a apo-

sentar-se na forma dos arts. 30 e seus parágrafos e 32 da Lei 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Art. 6º Tratando-se de empregados que exerçam quaisquer das atividades referidas no art. 31 da Lei 3.807, de 26 de agosto de 1960, observado o regulamento aprovado pelo Decreto nº 53.831, de 25.3.1964, a aposentadoria poderá ser requerida, desde que hajam sido completados os tempos mínimos de serviço previstos, passando ao Instituto Nacional de Previdência Social a responsabilidade do pagamento dos proventos, a partir da data de sua concessão.

Art. 7º Aplicar-se-á aos servidores das autarquias federais que tenham se valido, ou venham a se valer, da faculdade de opção prevista no art. 162 da Lei nº 3.807 citada, as disposições dos artigos 2º e seguintes do presente decreto-lei.

Art. 8º Aos empregados de que trata este decreto-lei não se aplica a disposição do § 3º do art. 32 da Lei Orgânica da Previdência Social.

Art. 9º Os servidores e empregados que se encontrarem nas condições previstas nos artigos 1º e 2º deste decreto-lei e que venham a exercer qualquer atividade ou empregos não poderão filiar-se, novamente, à Previdência Social, ressalvado o direito de renúncia à aposentadoria decretada pelo Presidente da República.

Art. 10. O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Zilmar Araripe

Ademar de Queiroz

Juracy Magalhães

Octávio Bulhões

Juarez Távora

Severo Fagundes Gomes

Raymundo Moniz de Aragão

Eduardo Augusto Bretas de Noronha

Paulo Egydio Martins

Mauro Thibau

João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 291 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Estabelece incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental da Faixa de Fronteiras abrangida pela Amazônia e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Até o exercício de 1972, inclusive, não sofrerá incidência do imposto de renda a parte ou o total dos lucros ou dividendos atribuídos às pessoas físicas ou jurídicas titulares de ações, cotas ou quinhões de capital de empresas localizadas na Amazônia, quando destinados para aplicação na faixa de recursos próprios de projetos aprovados na Região, para efeito de absorção dos recursos oriundos do imposto de renda, de que tratam o art. 2º deste Decreto-lei e o art. 7º da Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966.

§ 1º Os titulares de ações, cotas ou quinhões de capital, que optarem pelo gozo do direito de que trata este artigo, deverão autorizar as empresas em questão a depositarem no Banco da Amazônia S. A. o total ou a parte dos lucros ou dividendos a que fizerem jus e que desejarem aplicar na forma deste artigo.

§ 2º Os recursos de que trata o parágrafo anterior:

a) serão depositados dentro de 60 dias a contar da data de vigência do respectivo balanço, sob pena de perda do benefício;

b) serão bloqueados, devendo render os juros que forem previstos no regulamento próprio; e

c) serão liberados nos termos do mesmo regulamento, de modo a possibilitar, exclusivamente, as aplicações previstas neste artigo, sob a forma de ações ordinárias ou preferenciais, cotas ou quinhões de capital que não terão qualquer ônus de intransferibilidade.

§ 3º O regulamento de que trata o parágrafo anterior incluirá disposições a fim de assegurar para a Amazônia Ocidental e para a Faixa de Fronteiras abrangida pela Região Amazônica, percentagem de recursos

até limites previstos como não impeditivos da retenção dos recursos na Região, atribuindo-se à Faixa de Fronteiras parte substancial, tendo em vista:

a) que sua maior extensão é compreendida pela Amazônia Ocidental; e

b) que se reveste da mais alta prioridade o incentivo ao surgimento de atividades econômicas auto sustentadas na mesma área.

§ 4.º Para os fins deste decreto-lei a Amazônia Ocidental é constituída pela área abrangida pelos Estados do Amazonas, Acre e Territórios de Rondônia e Roraima.

Art. 2.º No interesse de incentivar a prestação de serviços a entidades engajadas no desenvolvimento da Amazônia, de favorecer o influxo de trabalhadores, técnicos e empresários da área, até o exercício de 1972, inclusive, as pessoas físicas que auferiram rendimentos assalariados ou não por trabalhos realizados para empresas ou instituições declaradas pela SUDAM, como de interesse para o desenvolvimento da área, terão o total dos descontos efetuados na forma dos artigos 107 e 121, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 53.400, de 10 de maio de 1966, depositado no Banco da Amazônia S. A. e ulteriormente aplicado na forma deste artigo.

§ 1.º As aplicações dos depósitos de que trata este artigo serão:

a) efetuadas na faixa de recursos oriundos do imposto de renda, de projetos localizados na Faixa de Fronteiras incluída na Amazônia;

b) representadas por ações, cotas ou quinhões de capital, intransferíveis pelo prazo de 5 anos, ou sob a forma de crédito prevista no art. 7.º, § 10 da Lei n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966; e

c) regulamentadas por decreto do Poder Executivo, sendo equiparadas, para fins legais, às deduções tributárias de que trata o artigo citado na alínea anterior.

§ 2.º Quando esgotadas as necessidades de capitalização dos projetos de que trata a alínea a do parágrafo anterior, os depósitos previstos neste artigo poderão ser aplicados em projetos localizados em áreas da Amazônia adjacentes à Faixa de Fronteiras.

§ 3.º Supletivamente à iniciativa privada e, no cumprimento do que dispõe o art. 2.º da Lei n.º 5.122, de 28 de setembro de 1966, o Banco da Amazônia S. A. dará a mais alta prioridade aos estudos, organização de empresas e outras medidas de sua competência, objetivando a plena aplicação dos recursos de que trata este artigo e a mais intensa captação dos recursos de que trata o artigo anterior.

§ 4.º Terão precedência e a mais alta prioridade para todos os efeitos, inclusive quanto a financiamento por instituições creditícias de cujo capital o Governo Federal participe, os seguintes projetos da Faixa de Fronteiras:

a) aqueles situados em Guajará-Mirim, Brasília, Tabatinga, Cucui, Clevelândia do Norte, Oiapoque, bem como nas áreas da Faixa adjacentes a estas localidades;

b) aqueles situados em outras áreas da Faixa de Fronteiras, recomendadas pelo Conselho de Desenvolvimento da Amazônia, nos termos do art. 14, d, da Lei n.º 5.173, de 27 de outubro de 1966, tendo em vista os interesses sócio-econômicos do país.

Art. 3.º A elaboração do total, fase ou parte de projetos econômicos a serem submetidos para aprovação na Amazônia, relativamente a empreendimentos em cujos planos de viabilidade financeira esteja prevista a captação de recursos oriundos do imposto de renda, poderá ser totalmente financiada com recursos da mesma natureza, mediante prestação de garantias bancárias ou não, inclusive garantias reais, de valor equivalente a pelo menos 150% do financiamento pleiteado pelos interessados, na forma deste artigo e segundo os termos do regulamento próprio a ser aprovado por decreto do Poder Executivo.

§ 1.º Os interessados submeterão seus pedidos do financiamento de que trata este artigo através de relatório instruído com documentação que em cada caso for exigida, em cumprimento do citado regulamento.

§ 2.º O financiamento de que trata este artigo poderá incluir uma ou mais das despesas relacionadas no parágrafo seguinte e que sejam referentes às atividades e trabalhos necessários à elaboração do projeto eco-

nômico ou, de parte do mesmo que se torne indispensável em uma ou mais das seguintes fases de elaboração:

I — Fase de estudos e pesquisas preliminares;

II — Fase de pré-projeto;

III — Fase de projeto de viabilidade;

IV — Fase de projeto econômico.

§ 3.º As despesas referidas no parágrafo anterior, caso aprovadas no deferimento do relatório de que trata o § 1.º, poderão incluir pagamentos efetuados diretamente ou autorizados pela pessoa física ou jurídica interessada, por pessoas físicas ou jurídicas contratadas pela mesma ou por estas subcontratadas e referentes ao pagamento por atividades ou trabalhos realizados, salários, honorários, comissões, diárias, viagens e outras despesas incorridas na Região ou fora dela.

§ 4.º Os pagamentos, autorizações, e quaisquer atos ou fatos atinentes às despesas de que trata o parágrafo anterior deverão se enquadrar no plano de trabalhos aprovado, serão documentados conforme exigências estabelecidas no termo de deferimento e deverão satisfazer à fiscalização que se exercerá diretamente ou por meio de firmas de auditoria, nos termos do regulamento próprio.

§ 5.º A inobservância do que dispõe o parágrafo anterior importará na aplicação das multas previstas no § 13 do art. 7.º, da Lei n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966, que incidirão sobre o total das garantias de que trata este artigo.

§ 6.º As providências necessárias à cobrança das multas de que trata o parágrafo anterior serão imediatamente tomadas, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, por ser a matéria equiparada, para os fins deste Decreto-lei, à sonegação fiscal.

§ 7.º Os recursos oriundos do imposto de renda serão liberados na forma do parágrafo seguinte, somente após o deferimento do relatório de que trata o § 1.º e realização de outros atos exigidos, inclusive prestação das garantias previstas neste artigo, prestadas por instituições que operem no Brasil ou que incluam bens situados no país.

§ 8.º Cumprido o que dispõe o parágrafo anterior, a empresa beneficiá-

ria da competente autorização pleiteará das empresas que disponham de depósitos efetuados nos termos do artigo 2.º deste decreto-lei e do artigo 7.º da Lei n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966, a concessão de crédito, na forma do § 10 do art. 7.º da citada Lei n.º 5.174.

§ 9.º Os créditos concedidos na forma do parágrafo anterior serão transferidos na conta bloqueada da empresa depositante para uma conta bloqueada da pessoa beneficiária, de onde serão liberados, segundo o cronograma de aplicações aprovado na forma do regulamento próprio.

§ 10. Caso seja aprovado e executado o projeto econômico resultante ou relacionado com financiamento obtido na forma deste artigo, os créditos de que trata o § 8.º poderão ser convertidos em ações, cotas, quinhões de capital ou outros títulos e, caso contrário, proceder-se-á a liquidação dos citados créditos conforme dispõe o art. 7.º, § 10 da Lei n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966, desde que expedido o laudo final de auditoria comprobatório de inviabilidade.

Art. 4.º O art. 2.º da Lei n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2.º As pessoas jurídicas que se dedicarem a atividades industriais, agrícolas e pecuárias, ou de serviços básicos, estabelecidas na área de atuação da SUDAM gozarão de isenção de impostos e taxas federais com relação:

I — a atualização contábil do valor das áreas dos imóveis rurais utilizados nos empreendimentos, cujos projetos tenham sido aprovados para absorver recursos oriundos do imposto de renda, e ao correspondente aumento de capital;

II — ao aumento de capital com recursos provenientes de reservas ou lucros em suspenso.

§ 1.º A atualização de valores e o aumento de capital de que trata este artigo deverão ser efetivados até seis meses após a aprovação do projeto e antes de ser iniciada a execução do mesmo.

§ 2.º A atualização de valores referida neste artigo deverá ficar compreendida nos limites fixados pela SUDAM e somente será aplicada aos

imóveis rurais incorporados ao patrimônio da pessoa jurídica, até 31 de dezembro de 1966.

§ 3º O recebimento de ações, cotas e quinhões de capital, e decorrência da capitalização prevista neste artigo, não sofrerá a incidência do imposto de renda".

Art. 5º As empresas que mantenham no passivo compromissos oriundos de contrato de financiamento a longo prazo, obtidos para cobertura de investimentos fixos constantes de projetos aprovados na Amazônia para absorver recursos oriundos do imposto de renda, conforme dispõem o art. 2º deste Decreto-lei e o artigo 7º da Lei n.º 5.174, de 2.º de outubro de 1966, poderão absorver recursos da mesma natureza, para amortização, nas proporções de que trata o § 2º, de parte do valor de cada uma das prestações vincendas referentes ao principal e juros, desde que:

- a) a parte restante seja atendida com recursos da empresa;
- b) se comprove, nos termos do regimento próprio a efetiva aplicação do financiamento nas finalidades previstas no contrato.

§ 1º Quando o financiamento incorporar parcela não destinada a investimento fixo, ou, nos casos em que parte deste não tenha sido efetivamente aplicado no citado fim, a participação da parte de recursos oriundos do imposto de renda, em cada parcela de amortização e financiamento, a ser liquidada, será reajustada de forma a expressar, exclusivamente, o valor comprometido com o investimento fixo.

§ 2º A parte de recursos oriundos do imposto de renda de que trata o caput deste artigo, será:

- a) de 50%, quando referentes a financiamento de projetos localizados na área da Amazônia não incluída na Amazônia Ocidental e na Faixa de Fronteiras;
- b) de 75%, quando referentes a financiamento de projetos localizados na Amazônia Ocidental;
- c) de 75% a 90%, quando referentes a financiamento de projetos localizados na Faixa de Fronteiras abrangida pela Amazônia.

§ 3º Os critérios para a determinação das percentagens permitidas

entre os limites previstos na alínea c do parágrafo anterior serão estabelecidos segundo recomendação do Conselho de Desenvolvimento da Amazônia, que adotará como termo de referência o interesse sócio-econômico do país.

§ 4º Os casos de que trata a alínea c do § 2º, quaisquer contratos de financiamento a médio e longo prazo poderão ser incluídos, na conformidade de critérios estabelecidos como previsto no parágrafo anterior.

§ 5º A parte dos recursos oriundos do imposto de renda de que trata o § 2º, poderá ser absorvida pela empresa beneficiária sob as formas previstas no § 9º ou 10 do art. 7º, da Lei n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966, ou sob as formas previstas nos dois parágrafos citados, em qualquer proporção.

§ 6º Será válida, na empresa beneficiária, a resultante proporcionalidade entre recursos próprios e recursos oriundos do imposto de renda, após a absorção de recursos de que trata o parágrafo anterior.

Art. 6º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Roberto Campos

João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 292 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Cria a Superintendência do Vale do São Francisco, extingue a Comissão do Vale do São Francisco e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966 resolve:

Art. 1º É criada a Superintendência do Vale do São Francisco. (SUVALE) como entidade autárquica, vinculada ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Or-

ganismos Regionais, com os objetivos definidos no art. 2º deste Decreto-lei.

§ 1º A Superintendência do Vale do São Francisco tem personalidade jurídica, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com sede e fóro no Distrito Federal.

§ 2º A autarquia terá como área de atuação a Bacia do Rio São Francisco.

§ 3º A Superintendência do Vale do São Francisco será dirigida por um Superintendente, nomeado pelo Presidente da República por indicação do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, sendo livremente demissível.

§ 4º Ao Superintendente do Vale do São Francisco caberá a representação ativa e passiva da autarquia, em juízo ou fora dele.

Art. 2º São objetivos da Superintendência do Vale do São Francisco, na sua área de atuação:

- a) promover o aproveitamento econômico dos recursos naturais;
- b) promover o aproveitamento das oportunidades de investimento, principalmente, aquelas ligadas, de forma direta, às atividades industriais ou agropecuárias;
- c) criar condições que possibilitem o aparecimento e o aproveitamento de oportunidades econômicas no meio rural;
- d) programar e executar os serviços e obras necessárias à regularização do Rio São Francisco e seus afluentes;
- e) disciplinar o uso das águas do Rio São Francisco e seus afluentes.

Art. 3º A SUVALE adotará as diretrizes estabelecidas pela SUDENE e observará as disposições da Lei número 4.869, de 1 de dezembro de 1965, relativamente aos planos, programas e projetos que deva executar no Nordeste.

Parágrafo único. Na área da Bacia do São Francisco não compreendida no Nordeste, a SUVALE atuará de modo compatível com os planos, programas e projetos executados, em execução ou a serem executados na região nordestina.

Art. 4º Observado o disposto no § 2º do art. 1º deste Decreto-lei, a

SUVALE deverá atuar prioritariamente em áreas-programas nas quais concentrará os seus investimentos.

§ 1º A SUVALE somente poderá realizar investimentos em energia elétrica, abastecimento d'água, esgotos sanitários, rodovias, portos e aeroportos, habitação, saúde e educação nas áreas-programas.

§ 2º Durante a elaboração e execução de projetos para as áreas-programas situadas no Nordeste, a SUVALE deverá articular-se com a SUDENE a fim de resguardar a unidade de orientação de política econômica e garantir elevada eficiência para os investimentos governamentais.

Art. 5º Para os fins deste Decreto-lei, entende-se por área-programa aquela que for selecionada para efeito do aproveitamento integral dos seus fatores de produção.

Parágrafo único. As áreas-programas serão selecionadas em função do potencial de recursos naturais e definidas, em resolução do Conselho Diretor homologada pelo Ministro de Estado, ouvida a SUDENE.

Art. 6º A Superintendência do Vale do São Francisco, será constituída de um Conselho Diretor e de Unidades Administrativas na forma que vier a ser estabelecida no Regulamento deste Decreto-lei.

Art. 7º Compete ao Superintendente o exercício dos poderes e a prática de todos os atos necessários à realização dos objetivos estabelecidos para a SUVALE, respeitada a competência do Conselho Diretor.

§ 1º O Superintendente da SUVALE será auxiliado por um Superintendente-Adjunto, nomeado pelo Presidente da República, por indicação daquele, livremente demissível.

§ 2º O Superintendente-Adjunto é o substituto eventual do Superintendente, cabendo-lhe desempenhar, em caráter permanente, as funções que por este lhe forem cometidas.

Art. 8º O Conselho Diretor será constituído pelo Superintendente que o presidirá, pelo Superintendente-Adjunto e pelos diretores das unidades administrativas indicadas no Regulamento da autarquia.

Art. 9º Compete ao Conselho Diretor:

a) disciplinar a elaboração dos planos, programas e projetos da ... SUVALE;

b) aprovar os planos, programas e projetos elaborados pelas Unidades Administrativas;

c) aprovar o orçamento-programa e as suas reformulações;

d) acompanhar a execução dos trabalhos a cargo da SUVALE;

e) aprovar critérios para a contratação de serviços técnicos ou de natureza especializada;

f) aprovar acordos, convênios e contratos celebrados pela SUVALE;

g) aprovar as tabelas numéricas e de remuneração do pessoal a serviço da SUVALE;

h) aprovar a alienação de bens integrantes do patrimônio da autarquia;

i) aprovar os relatórios que devam ser encaminhados ao Ministro do Estado;

j) aprovar os balancetes mensais e o balanço anual da autarquia;

k) apreciar propostas de modificação do Regulamento do presente Decreto-lei;

l) aprovar o seu Regimento Interno e o da SUVALE.

Art. 10. O Superintendente proverá o Conselho Diretor dos meios administrativos e financeiros necessários ao seu funcionamento.

Art. 11. Constituem recursos da SUVALE:

a) as dotações orçamentárias e os créditos adicionais que lhe sejam atribuídos;

b) o produto de operações de créditos;

c) o produto de juros, de multas e de emolumentos, que lhe sejam devidos;

d) os auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

e) o produto da venda de bens do seu patrimônio;

f) as rendas provenientes de serviços prestados;

g) a sua renda patrimonial;

h) o produto da contribuição de melhoria que a União vier a cobrar, correspondente à valorização de imóveis em consequência de serviços ou obras executadas pela SUVALE.

Art. 12. As dotações orçamentárias e os créditos adicionais destinados à SUVALE serão distribuídos independentemente de prévio registro do Tribunal de Contas da União.

§ 1º A importância das dotações e créditos mencionados neste artigo serão depositados pelo Tesouro Nacional no Banco do Brasil S.A. à disposição da SUVALE.

§ 2º Os recursos provenientes de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais atribuídos à SUVALE incorporar-se-ão ao seu patrimônio, podendo os saldos ter aplicação nos exercícios subsequentes.

Art. 13. Ficam transferidos para a SUVALE todos os recursos entregues à Comissão do Vale do São Francisco ou a ela destinados, inclusive os provenientes de convênios ou contratos firmados pela extinta Comissão.

§ 1º A aplicação dos recursos de que trata este artigo deverá ser revista, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do Regulamento, em programas de aplicação propostos pelo Superintendente, aprovados pelo Conselho Diretor e homologados pelo Ministro de Estado, a fim de adequar a aplicação dos referidos recursos aos objetivos atribuídos à SUVALE no art. 2º deste Decreto-lei.

§ 2º Fica a SUVALE autorizada a reexaminar os acordos, contratos, ajustes e convênios firmados pela extinta Comissão do Vale do São Francisco, a fim de ajustá-los aos objetivos do art. 2º deste Decreto-lei ratificando-os, modificando-os, rescindindo-os ou cancelando-os.

Art. 14. A SUVALE poderá contrair empréstimos para acelerar ou garantir a execução dos seus planos, programas ou projetos, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Considera-se aplicação legal dos recursos destinados à SUVALE a amortização e o pagamento de juros ou comissões relativos a empréstimos por ela contratados para aplicação em obras ou serviços atinentes às destinações dos mesmos recursos.

Art. 15. A SUVALE poderá cobrar emolumentos por serviços prestados a

particular, em bases a serem fixadas pelo Superintendente, depois de aprovadas pelo Conselho Diretor.

Art. 16. A SUVALE deverá depositar os recursos financeiros que lhe forem destinados, no Banco do Brasil S.A., enquanto não fizer a aplicação desses recursos aos fins a que se destinam, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos deste artigo.

§ 1º Na área de atuação da ... SUDENE, os recursos de que trata este artigo serão depositados no Banco do Nordeste do Brasil S.A.

§ 2º Quando, no município onde devam ser movimentados, não existir agência ou escritório do Banco do Brasil S.A. ou do Banco do Nordeste do Brasil S.A., o depósito de que trata este artigo será feito em outro estabelecimento de crédito oficial federal.

Art. 17. A SUVALE fará anualmente, um orçamento-programa que deverá conter a previsão de toda a receita e de toda a despesa da autarquia.

§ 1º Nenhuma despesa poderá ser realizada sem previsão no orçamento-programa.

§ 2º O orçamento-programa só poderá ser reformulado uma vez, no segundo semestre do exercício, salvo a hipótese do parágrafo seguinte.

§ 3º As receitas ocorrentes sem previsão serão incluídas, mediante reformulação, no orçamento-programa, e serão aplicadas nos programas em execução, salvo quando estes não necessitarem de recursos suplementares.

Art. 18. A SUVALE terá completo serviço de contabilidade patrimonial, financeira e orçamentária.

Parágrafo único. Até o dia 30 de junho de cada ano, a SUVALE remeterá os balanços do exercício anterior ao Ministério a que está vinculado e por intermédio deste ao Ministério da Fazenda.

Art. 19. A SUVALE poderá aceitar, em processos de licitação para garantia da execução de contratos, caução real ou fidejussória que reputar idônea.

Art. 20. Fica o Superintendente da SUVALE autorizado a dispensar

licitação e contrato formal para aquisição de material, prestação de serviços, execução de obras ou locação de imóveis até 500 (quinhentas) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 21. E' a SUVALE autorizada a realizar despesas de pronto pagamento até 5 (cinco) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 22. O Superintendente da SUVALE, na conformidade das disposições do parágrafo único do artigo 130 da Lei nº 830, de 23 de setembro de 1949, apresentará no Tribunal de Contas da União, até o dia 30 de junho de cada ano, prestação de contas correspondentes à gestão administrativa do exercício anterior.

Art. 23. Ficam incorporados ao patrimônio da SUVALE todos os bens da União sob a guarda e administração da Comissão do Vale do São Francisco.

Art. 24. A SUVALE poderá alienar bens imóveis, móveis ou semoventes integrantes de seu patrimônio, mediante proposta do Superintendente aprovada pelo Conselho Diretor e homologada pelo Ministro de Estado

Parágrafo único. A alienação de bens, que, por sua natureza, em virtude da Lei, plano ou programa, forem destinados à alienação, independará das formalidades previstas neste artigo.

Art. 25. A SUVALE assistirá ao agricultor e ao pecuarista através de:

- a) prestação de serviços técnicos;
- b) revenda de aparelhos, máquinas e instrumentos agrícolas e seus implementos, adubos, inseticidas, produtos veterinários, sementes, mudas, animais selecionados e quaisquer outros bens intermediários agropecuários;
- c) arrendamento ou empréstimo de máquinas, aparelhos e instrumentos agrícolas e seus implementos;
- d) compra e venda de safras;
- e) doação de sementes ou mudas aos agricultores extremamente necessitados;
- f) realização de cursos de capacitação para a mão-de-obra.

§ 1º A SUVALE poderá cobrar indenização das despesas que realizar

com a prestação de serviços técnicos, respeitando a capacidade de pagamento do beneficiário.

§ 2º Os serviços de irrigação deverão ser cobrados pela SUVALE aos respectivos proprietários ou beneficiários, por metro cúbico de água fornecida, calculado o preço em função do custo operacional, no qual serão incluídas as despesas de conservação.

§ 3º Durante o período de maturação do projeto aprovado pela SUVALE, o preço de que trata o parágrafo anterior será fixado em função da capacidade de pagamento do beneficiário.

§ 4º A revenda poderá ser feita à vista, ou a prazo com juros anuais de 6 % (seis por cento).

§ 5º Os títulos de crédito, oriundos da revenda a prazo e representativos das prestações, poderão ser negociados pela SUVALE em estabelecimentos oficiais de crédito.

§ 6º O produto da indenização de despesas pela prestação de serviços técnicos, da revenda, da venda de safras e dos juros constituirão patrimônio da SUVALE, e serão aplicados nas finalidades indicadas neste artigo.

§ 7º O Conselho Diretor, mediante resolução homologada pelo Ministro de Estado, aprovará as condições para a prestação da assistência de que trata este artigo.

§ 8º Os créditos e os recursos oriundos da Carteira de Revenda e do Fundo de Mecanização da Lavoura, mencionados respectivamente nas letras "a" e "d" do artigo 17 da Lei nº 2.599, de 13 de setembro de 1955, existentes na data de publicação da presente Lei, incorporar-se-ão ao patrimônio da SUVALE, devendo as respectivas importâncias serem aplicadas na assistência de que trata este artigo.

Art. 26. A SUVALE poderá realizar convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas, para a execução dos serviços e obras a seu cargo.

Art. 27. A SUVALE exercerá, obrigatoriamente, fiscalização técnica dos serviços e obras executados com seus recursos, expedindo laudo técnico em favor do órgão ou entidade executora.

§ 1º A fiscalização de que trata este artigo tem por finalidade comprovar a observância das disposições pactuadas com a SUVALE, bem como dos planos, programas, projetos e especificações aprovados, inclusive mediante o confronto das obras e serviços realizados, com os documentos comprobatórios das respectivas despesas.

§ 2º O laudo técnico mencionado neste artigo constitui elemento essencial à prestação de contas do responsável pelo órgão ou entidade executora dos aludidos serviços e obras.

Art. 28. A SUVALE poderá instalar escritório em qualquer ponto do território nacional, quando necessário à execução dos serviços que lhe são afetos.

Art. 29. São extensivos à SUVALE os privilégios da Fazenda Pública quanto à impenhorabilidade de bens, renda ou serviços, aos prazos, cobrança de créditos, uso de ações especiais, juros e custas.

Art. 30. A SUVALE goza de todas as isenções tributárias deferidas aos órgãos e serviços da União.

Art. 31. A SUVALE apresentará relatórios mensais e anuais das suas atividades, ao Ministro de Estado.

Art. 32. O regime jurídico do pessoal da SUVALE será o da legislação trabalhista.

Parágrafo único. O Conselho Diretor aprovará as normas gerais de administração e remuneração do pessoal da SUVALE, inclusive no que respeita ao regime de trabalho e à organização do quadro de pessoal, as quais serão homologadas pelo Ministro de Estado.

Art. 33. O quadro de Pessoal da Comissão do Vale do São Francisco será considerado em extinção, na data de criação da SUVALE.

§ 1º A extinção a que se refere este artigo deverá efetivar-se gradativamente, mediante supressão dos cargos que vagarem, resguardadas as oportunidades de promoção e acesso, mediante a observância das seguintes regras:

a) a supressão será sucessiva, de tal modo que serão suprimidos, em primeiro lugar, os cargos da classe inicial, em seguida, os cargos da clas-

se imediatamente superior, e assim por diante;

b) quando houver possibilidade de acesso, o cargo de classe superior não será suprimido até a total extinção dos cargos da classe inferior.

§ 2º A pedido ou "ex officio" observadas as normas da legislação própria, será permitida a transferência de servidores pertencentes ao quadro em extinção, do Ministério a que estiver vinculada a SUVALE, para cargos vagos da administração centralizada ou autárquica.

§ 3º Desde que de interesse para a SUVALE e para qualquer órgão da administração centralizada ou autárquica, será igualmente permitida a transferência de funcionários pertencentes ao quadro em extinção, com os respectivos cargos, observada a legislação específica, passando a despesa correspondente a ser atendida pelo órgão a que se incorporar o cargo e o servidor.

§ 4º As transferências de que tratam os artigos anteriores deverão ser feitas para órgãos que permitam lotação em local conveniente para o servidor.

§ 5º A SUVALE manterá os registros funcionais referentes ao pessoal pertencente ao quadro em extinção, para todos os efeitos da lei, observadas instruções a serem expedidas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 34. Os servidores pertencentes ao quadro em extinção a que se refere o art. 33 passarão a prestar serviços à SUVALE, assegurados os direitos e vantagens inerentes à sua condição de servidores públicos federais.

Parágrafo único. Os servidores na situação prevista neste artigo ficarão sujeitos às normas gerais de trabalho que a SUVALE vier a adotar, observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 35. Os servidores pertencentes ao quadro em extinção a que se refere o art. 33 poderão firmar contrato de trabalho com a SUVALE, sob o regime da legislação trabalhista.

§ 1º Enquanto vigorar o contrato de trabalho, ficará suspensa a vinculação do servidor para com o serviço público, para todos os efeitos, ressal-

vada a exceção prevista no § 4º deste artigo.

§ 2º Extinta a relação contratual de trabalho, por qualquer das formas previstas na legislação trabalhista, restabelecer-se-á automaticamente a vinculação ao serviço público, na situação em que se encontrava o servidor por ocasião da contratação.

§ 3º O servidor que firmar contrato de trabalho com a SUVALE, na forma prevista neste artigo, poderá contribuir para o IPASE durante a vigência do referido contrato.

§ 4º O tempo de serviço prestado à SUVALE, nas condições do presente artigo, será contado como de serviço público para os fins de aposentadoria, disponibilidade e cálculo da gratificação adicional por tempo de serviço.

§ 5º No cálculo dos proventos da aposentadoria de servidores pertencentes ao quadro em extinção a que se refere o artigo 33, não será considerada nenhuma retribuição decorrente de contrato de trabalho, com a SUVALE, mesmo que a aposentadoria ocorra na vigência de contrato dessa natureza.

Art. 36. Os servidores públicos ou autárquicos da União poderão firmar contrato de trabalho com a SUVALE, nos termos estipulados no Art. 35 e seus parágrafos, desde que haja concordância das repartições ou órgãos a que pertencem.

Art. 37. Os encargos financeiros com o pagamento de vencimentos e vantagens do pessoal pertencente ao quadro em extinção a que se refere o art. 33 correrão por conta do Tesouro Nacional, cumprindo à União consignar dotações orçamentárias específicas, em favor da SUVALE, para o atendimento dessa despesa.

Art. 38. O Superintendente e o Superintendente-Adjunto perceberão, respectivamente, 20% e 10% a mais do maior salário pago pela SUVALE aos seus servidores, de acordo com o estabelecido na presente lei, fixados pelo Conselho Diretor.

Art. 39. O Superintendente da SUVALE integrará o Conselho Deliberativo da SUDENE na qualidade de membro nato, em substituição ao Diretor Superintendente da extinta Comissão do Vale do São Francisco.

Art. 40. Fica extinta a Comissão do Vale do São Francisco, criada pela Lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948.

Art. 41. Fica cometida à SUVALE a responsabilidade de execução ou operação de obras e serviços a cargo da extinta Comissão do Vale do São Francisco.

Parágrafo único. Dentro do prazo máximo de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação deste Decreto-Lei, a SUVALE transferirá a outros órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, a responsabilidade da execução ou operação das obras e serviços referidos neste artigo que não se enquadrem nos objetivos indicados no art. 2.º do presente Decreto-Lei.

Art. 42. O Poder Executivo baixará, dentro do prazo de trinta dias, o Regulamento executivo do presente Decreto-Lei.

Art. 43. O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de 17 de março de 1967, revogadas as Leis números 541, de 15 de dezembro de 1948, 2.599, de 13 de setembro de 1955 e demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 293 — DE 23 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Do acidente do trabalho e sua cobertura

Art. 1º Para os fins do presente decreto-lei, considera-se acidente do trabalho todo aquele que provocar lesão corporal ou perturbação funcional no exercício do trabalho, a serviço do empregador, resultante de

causa externa súbita, imprevista ou fortuita, determinando a morte do empregado ou sua incapacidade para o trabalho, total ou parcial, permanente ou temporária.

Art. 2º O risco de acidente do trabalho é responsabilidade do empregador, o qual fica obrigado a manter seguro que lhe dê cobertura.

§ 1º Ao fazer o seguro de acidentes do trabalho, o empregador transfere, à Entidade Seguradora, a responsabilidade de que trata este artigo, da qual fica desobrigado, salvo o direito regressivo desta última, na hipótese de infração do contrato de seguro.

§ 2º O pagamento das indenizações do seguro de acidentes do trabalho não exclui os benefícios que o Instituto Nacional de Previdência Social — INPS concede aos acidentados, seus associados, dentro dos planos normais.

Art. 3º Nos termos do art. 158, inciso XVII, da Constituição Federal, o seguro de acidentes do trabalho é um seguro privado integrando-se no sistema criado pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

§ 1º O INPS poderá operar o seguro contra os riscos de acidentes do trabalho, em regime de concorrência com as Sociedades Seguradoras.

§ 2º É condição para as operações de que trata este artigo, subordinar-se ao regime de autorização, normas técnicas, tarifas e fiscalização estabelecido para as Sociedades Seguradoras.

Art. 4º Equiparam-se ao acidente do trabalho, para os efeitos de seguro:

- a) as doenças profissionais;
- b) as doenças do trabalho.

§ 1º São doenças profissionais as causadas por agentes físicos, químicos ou biológicos, peculiares a determinadas funções ou diretamente resultantes de condições especiais ou excepcionais do tipo de trabalho, e constantes de relação anexa ao presente decreto-lei, suscetível de revisão ou acréscimo, por decreto do Presidente da República, mediante proposta do Ministério do Trabalho e Previdência Social, ouvido o Conselho Nacional de Seguros Privados — CNSP.

§ 2º São doenças do trabalho as que resultarem, direta e exclusiva-

mente, do exercício do trabalho e de características especiais ou excepcionais em que o mesmo seja realizado.

Art. 5º Incluem-se entre os acidentes do trabalho:

I — Todos os sofridos pelo empregado no local e no horário do trabalho, em conseqüências de:

a) ato de sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro, inclusive companheiro de trabalho;

b) ofensa física intencional em virtude de disputa relacionada com o trabalho;

c) ato de imprudência, negligência ou brincadeira de terceiro, inclusive companheiro de trabalho;

d) ato de terceiro privado do uso da razão;

e) desabamento, inundação ou incêndio.

II — O acidente sofrido pelo empregado, ainda que fora do local e horário do trabalho:

a) na execução de ordem ou realização de serviço sob a autoridade do empregador;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao empregador, com o fim de lhe evitar prejuízo ou de lhe proporcionar proveito econômico;

c) em viagem a serviço do empregador, seja qual for o meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do empregador;

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela.

§ 1º No período de tempo destinado às refeições, ao descanso ou à satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado como a serviço do empregador.

§ 2º Não é acidente do trabalho o que resultar de dolo do próprio acidentado, compreendida neste a desobediência a ordens expressas do empregador.

Art. 6º Não será considerada agraviação ou complicação de um acidente do trabalho que haja determinado lesões já consolidadas, qualquer outra lesão corporal ou doença que, resultante de outro acidente, se associe ou se superponha às conseqüências do anterior.

Art. 7º São considerados beneficiários do acidentado os seus dependentes reconhecidos como tais pelo..... INPS.

CAPÍTULO II

Das incapacidades e das indenizações

Art. 8º A indenização a ser paga pela ocorrência de acidentes do trabalho será calculada segundo as conseqüências deste, assim classificadas:

I — Morte.

II — Incapacidade total e permanente.

III — Incapacidade parcial e permanente.

IV — Incapacidade temporária.

§ 1º Entende-se por incapacidade total e permanente, a invalidez para o trabalho decorrente de:

a) perda anatômica ou a impotência funcional, em suas partes essenciais, de mais de um membro, conceituando-se como partes essenciais a mão e o pé;

b) cegueira total;

c) perda da visão de um olho e a redução simultânea de mais da metade da visão do outro;

d) lesões orgânicas ou perturbações funcionais graves e permanentes de qualquer órgão vital, ou quaisquer estados patológicos reputados incuráveis, que determinem idêntica incapacidade para o trabalho.

§ 2º Entende-se por incapacidade parcial e permanente, a redução, por toda a vida, da capacidade de trabalho.

§ 3º Entende-se por incapacidade temporária a perda total da capacidade do trabalho por um período limitado de tempo, nunca superior a um ano, salvo casos especiais, a critério do Juiz, para os quais poderá haver uma prorrogação de seis meses com base em pericia médica.

§ 4º Ultrapassado o prazo limite do parágrafo anterior, a incapacidade temporária será automaticamente considerada permanente, total ou parcial.

Art. 9º O pagamento da indenizações de acidentes do trabalho será feito de acordo com os princípios seguintes:

I — No caso de morte, mediante uma renda mensal reajustável, paga

aos beneficiários da vítima, segundo as normas estabelecidas pelo CNSP, em complemento à pensão concedida pelo INPS.

II — No caso de incapacidade total e permanente, mediante uma renda mensal reajustável, paga ao acidentado, segundo as normas estabelecidas pelo CNSP e complementar à aposentadoria concedida pelo INPS.

III — No caso de incapacidade parcial e permanente, quando for superior a 25% (vinte e cinco por cento), mediante escolha do acidentado:

a) de renda mensal reajustável, fração da prevista no inciso precedente, em função do grau dessa incapacidade e segundo as normas estabelecidas pelo CNSP;

b) do pagamento, de uma só vez, de importância fixada em tabela expedida pelo CNSP, ouvido o Ministério do Trabalho e Previdência Social, variando em função do grau dessa incapacidade, até 100 (cem) centésimos da quantia correspondente a 1.440 (mil quatrocentos e quarenta) diárias, definidas estas no inciso V.

IV — No caso de incapacidade parcial e permanente, quando a incapacidade resultante for igual ou inferior a 25% (vinte e cinco por cento) mediante o pagamento ao acidentado, de uma só vez, de importância fixada em tabela expedida pelo CNSP, ouvido o Ministério do Trabalho e Previdência Social, variando em função do grau dessa incapacidade, entre 1 (um) e 80 (oitenta) centésimos da quantia correspondente a 1.440 (mil quatrocentos e quarenta) diárias, definidas estas no inciso V.

V — No caso de incapacidade temporária, mediante o pagamento ao acidentado, a partir do dia seguinte ao do acidente de uma diária igual à trigesima parte da remuneração da vítima durante o período de incapacidade.

§ 1º No caso de morte, será paga aos beneficiários da vítima também uma importância de 30 (trinta) diárias, a título de auxílio-funeral.

§ 2º No caso de incapacidade total e permanente, se do acidente resultar cegueira total, perda ou paralisia dos membros superiores ou inferiores e de alienação mental, a renda mensal será maiorada de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 10. O reajustamento da renda mensal a que se referem os incisos II e III do artigo anterior obedecerá aos critérios e índices de revisão estabelecidos pela política salarial do Governo, e será efetuado, anualmente, de acordo com os prazos e percentagens da categoria profissional correspondente. O reajustamento da renda mensal, na hipótese do inciso I, obedecerá à política geral do Governo, de revisão das pensões.

Art. 11. O pagamento das indenizações previstas neste Decreto-lei exonera o empregador de qualquer outra indenização de direito comum, relativa ao mesmo acidente, a menos que este resulte de dolo seu ou de seus prepostos.

Art. 12. O crédito do acidentado ou de seus beneficiários, pelas indenizações determinadas no art. 9º e seus incisos, é privilegiado e insuscetível de penhora, prevalecendo sobre os demais, no concurso de quaisquer créditos privilegiados, e não podendo ser objeto de qualquer transação, inclusive mediante outorga de procuração em causa própria ou com poderes irrevogáveis, sendo nulo qualquer acordo em que conste sua renúncia.

Art. 13. Nenhum imposto ou taxa recairá sobre as indenizações previstas neste decreto-lei.

Art. 14. No cálculo das indenizações de que trata o art. 9º, o salário será igual ao percebido na data do acidente.

Art. 15. Além das indenizações previstas no art. 9º e seus incisos, a entidade seguradora é obrigada, em substituição aos empregados e em todos os casos, a prestar ao acidentado a devida assistência médica, farmacêutica e hospitalar, compreendida na primeira assistência dentária.

Art. 16. A liquidação das indenizações de que trata o art. 9º, salvo no caso de processo judicial, será feita dentro dos 60 (sessenta) dias que se seguirem à morte do acidentado, à verificação de sua incapacidade permanente ou à constatação de sua cura, através de acordo particular realizado entre a Sociedade Seguradora, em substituição ao empregador, e o acidentado ou seus beneficiários, segundo modelo oficial, acordo este que deverá ser homologado pela autoridade judiciária competente nos casos de morte e incapacidade perma-

nente, em processo cujas custas não poderão ultrapassar 1,5% (um e meio por cento) do valor da indenização.

CAPÍTULO III

Do procedimento judicial

Art. 17. O procedimento judicial fundado neste decreto-lei seguirá a forma prevista no Código de Processo Civil, inclusive nas perícias médicas ou em suas omissões, adotadas as particularidades seguintes:

I — Os prazos processuais serão:

a) de 5 (cinco) dias para a marcação da audiência de acordo, a contar do recebimento, pelo Juiz, do inquérito, petição do interessado ou representação do Ministério Público;

b) de 30 (trinta) dias, a contar da audiência de acordo, para o encerramento do processo;

c) de 5 (cinco) dias, a contar do encerramento do processo para a leitura da sentença, repetindo-se o prazo em casos de justificada força maior;

d) de 5 (cinco) dias, a contar da leitura da sentença, para a interposição do recurso de agravo de petição;

e) de 5 (cinco) dias, para o julgamento do agravo, a contar da sua interposição, repetindo-se o prazo em casos de justificada força maior.

f) nas execuções de sentença, os prazos do Código de Processo Civil serão reduzidos à metade.

II — As causas fundadas no presente Decreto-lei ficam sujeitas ao pagamento das custas fixadas pelos regimentos dos Juizes em que ocorrerem, sendo que:

a) o acidentado ou seus beneficiários, quando viverem o patrocínio do Ministério Público, ficarão isentos de pagamento de quaisquer custas, ainda quando decaíam de seus pedidos, no todo ou em parte.

b) as custas devidas pelo empregador serão sempre cobradas a final.

III — O acidentado, seus beneficiários e o empregador podem ingressar em Juízo diretamente ou por intermédio de advogado legalmente habilitado, ao qual cabe usar dos recursos legais. Na hipótese de o acidentado ou seus beneficiários contratarem advogado para o patrocínio da causa, ficarão sujeitos ao pagamento de custas e dos honorários ad-

vocatícios da parte vencedora, quando a ação for julgada improcedente.

IV — Todas as ações, sejam acessórias, oriundas ou complementares, que tenham conexão com ação fundada neste Decreto-lei, julgada ou em curso, são da competência do Juízo desta última.

Art. 18. Todas as ações fundadas no presente Decreto-lei prescreverão em 2 (dois) anos, contados da seguinte forma:

a) da data do acidente, quando deste resultar a morte ou incapacidade temporária;

b) da data do afastamento do trabalho por motivo de doença, nos casos de doenças profissionais e do trabalho;

c) do dia da alta médica, no caso de incapacidade permanente.

Art. 19. Tanto os acordos concluídos quanto as sentenças proferidas por força deste Decreto-lei poderão ser revistos, seja por iniciativa do acidentado ou seus beneficiários, seja pelo empregador, dentro do prazo de 2 (dois) anos, contados da data da homologação do acordo ou da sentença definitiva.

§ 1º A agravação ou a repetição da incapacidade dentro do prazo fixado no artigo anterior, ou a morte do acidentado, desde que, entre cada uma delas e o acidente, haja efetiva relação de casualidade, respeitado o estabelecido no art. 9º, reabrem para o acidentado ou seus beneficiários o direito não só às indenizações como a todos os demais benefícios previstos neste Decreto-lei.

§ 2º Em todo caso de revisão, as indenizações já recebidas pela vítima, com fundamento numa incapacidade permanente porventura já originada do acidente, serão deduzidas sempre da indenização final devida por se ter agravado a mesma incapacidade ou ter ocorrido o falecimento do acidentado.

CAPÍTULO IV

Das Sanções

Art. 20. Sempre que, por ação ou omissão do empregador, for excedido o prazo estabelecido no art. 34, serão

pagas as indenizações com um acréscimo de vinte e cinco por cento (25%), sem prejuízo do juro de mora.

Art. 21. A Sociedade Seguradora terá o direito de haver do empregador, com um acréscimo de 25%, as importâncias despendidas com indenizações e mais gastos correlatos, na hipótese prevista no § 1º do art. 2º.

Art. 22. Será aplicada multa de até NCr\$ 20.000 (vinte mil cruzeiros novos) aos empregadores que não segurarem seus empregados contra os riscos de acidentes do trabalho.

Parágrafo único. A reincidência dará lugar à multa em dôbro.

Art. 23. Incurrerão em multa de até NCr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros novos) e, em dôbro, no caso de reincidência:

I — Os empregadores que não cumprirem as obrigações estabelecidas nos contratos de seguro.

II — Os que descontarem qualquer quantia do salário do empregado, com fundamento nas obrigações criadas neste Decreto-lei.

III — Os empregadores que sonegarem ou falsearem as informações relativas às folhas de recibos de salários.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 24. Compete ao CNSP:

I — Expedir as normas complementares ao presente Decreto-lei.

a) estabelecer, de acordo com as tabelas oficiais, os critérios que forem necessários à classificação das lesões de acidentes do trabalho e doenças profissionais;

b) classificar as lesões e doenças profissionais que não se enquadrem nas tabelas oficiais ou nos critérios estabelecidos;

c) fornecer o índice profissional das atividades que não constarem das tabelas oficiais.

II — Corrigir monetariamente os valores expressos neste Decreto-lei, de acordo com os índices estabelecidos pelo Governo Federal.

III — Determinar a forma pela qual as Sociedades Seguradoras e as Instituições de Previdência Social, autorizadas a operar em seguros de acidentes do trabalho, deverão colaborar com a Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, criada pela Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966, para a prevenção de acidentes do trabalho, a recuperação e readaptação profissional.

Art. 25. A fiscalização da execução deste Decreto-lei e a aplicação das penalidades nele previstas ficarão a cargo da Superintendência de Seguros Privados — SUSEP e, no que couber, ao Instituto de Resseguros do Brasil — IRB.

§ 1º As Sociedades Seguradoras e o INPS ficam obrigados a remeter à SUSEP, ao IRB e ao Ministério do Trabalho e Previdência Social — MTPS, os dados estatísticos e elementos informativos por estes solicitados.

§ 2º No que tange ao tipo de assistência médica, cirúrgica, farmacêutica e hospitalar, haverá, também, fiscalização do Ministério da Saúde.

Art. 26. O INPS e as Sociedades Seguradoras que operem em seguros de acidentes do trabalho ficam obrigadas a ressegurar no IRB as responsabilidades excedentes de seus limites técnicos.

Art. 27. Os seguros de acidentes do trabalho que não forem aceitos pelas Seguradoras e pelo INPS serão obrigatoriamente contratados, cada ano, com a entidade escolhida por sorteio pelo IRB, com observância de critérios aprovados pelo CNSP.

Art. 28. Será facultado ao empregador excluir da cobertura do seu seguro de acidentes do trabalho, mediante descontos de prêmios a serem previstos na respectiva tarifa:

I — A responsabilidade pelas diárias devidas ao acidentado nos quinze primeiros dias de duração da incapacidade temporária.

II — O encargo da prestação de assistência médica, cirúrgica, farmacêutica e hospitalar, quando mantenha

organização própria ou contratada para prestação de tal assistência a seus empregados.

Art. 29. As Sociedades Seguradoras poderão efetuar convênios com o INPS, tendo em vista:

I — Facilitar a arrecadação simultânea de prêmios e contribuições do empregador, bem como a concessão concomitante de indenizações e benefícios, aos acidentados ou seus beneficiários.

II — Transferir ao INPS a parte de suas reservas técnicas correspondente à renda mensal, ficando o Instituto com a responsabilidade global do pagamento da mesma renda mensal.

Art. 30. O Ministério da Indústria e do Comércio estimulará a criação e desenvolvimento de cooperativas para realização de seguros de acidentes do trabalho, dos componentes das diversas categorias profissionais de empregados, dos trabalhadores autônomos e dos avulsos.

Art. 31. Nos orçamentos dos órgãos de administração direta ou indireta e das sociedades de economia mista, sejam federais, estaduais ou municipais, bem como das entidades direta ou indiretamente controladas pelos Poderes Públicos, será consignada dotação para atender aos encargos de seguro de acidentes do trabalho.

CAPÍTULO VI

Disposições Transitórias

Art. 32. As disposições do presente Decreto-lei não têm aplicação aos seguros realizados com empregadores não contribuintes obrigatórios do INPS os quais passarão a ser obrigatórios, à medida que se implante o plano normal da Previdência Social.

Art. 33. As Sociedades Seguradoras que, na data da publicação deste Decreto-lei, já vinham operando em seguro de acidentes do trabalho, poderão continuar a fazê-lo independentemente de autorização, mas deverão ajustar-se ao disposto neste Decreto-lei e respectivas normas complementares, dentro de 6 (seis) meses a contar da sua publicação.

Art. 34. No prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da publicação deste Decreto-lei, o INPS adaptará os serviços das carteiras de seguros de acidentes do trabalho dos extintos Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos — IAPM, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas — IAPETC, e Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos — IAPFESP, ao regime do Decreto-lei nº 73, de 21.11.1966.

Art. 35. Enquanto não forem expedidas pelo CNSP as normas previstas no art. 9º, incisos I e III, continuará em vigor o regime indenitário do Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944.

§ 1º Enquanto não for expedida pelo CNSP a tabela de que trata o art. 9º, inciso IV, vigorará a mandada adotada pela Portaria nº 4, de 11 de junho de 1959, do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 36. A relação de doenças profissionais prevista no art. 4º, § 1º e publicada em anexo a este Decreto-lei revoga as anteriores, não se aplicando a fatos já comprovados por perícia judiciária.

Art. 37. O Poder Executivo regulamentará este Decreto-lei no prazo de 120 dias, contados de sua publicação.

Art. 38. Ficam revogados o Decreto-lei nº 7.036, de 10.11.44, a Lei número 1985, de 19.9.53, e restante legislação de qualquer natureza relativa a Acidentes do Trabalho ou que de qualquer forma disponha diferentemente deste Decreto-lei, excetuada a referente a servidores públicos.

Art. 39. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Paulo Egydio Martins

Eduardo Augusto Bretas de Noronha

Roberto de Oliveira Campos

Relação das doenças profissionais a que se refere o art. 4º desta Lei

Intoxicações, Infecções e Afecções	Campo de Aplicação
1 — Causadas pelo arsênico e seus compostos.	<p>Profissões, processo e operações industriais em que seja utilizado o arsênico ou seus compostos, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) extração e preparação de arsênico e seus compostos; b) fabricação, preparação e emprego de tintas; c) fabricação e emprego de produtos parasiticidas e inseticidas; d) preparação e conservação de peles e plumas, empalhamento de animais; e) metalurgia à base de minerais arsenicais; f) processos industriais em que haja desprendimento de hidrogênio arseniado.
2 — Causadas pelo Berilo e seus compostos.	<p>Processos e operações industriais em que sejam utilizados o berilo, suas ligas e seus compostos, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) fabricação de tubos fluorescentes e "écrans" para Raios X; b) fabricação de cadinhos e de porcelana para isolantes elétricos.
3 — Causadas pelo chumbo, suas ligas e seus compostos.	<p>Processos e operações industriais em que sejam utilizados o chumbo, suas ligas e seus compostos, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) extração de minérios de chumbo; b) metalurgia e refinação de chumbo; c) fabricação ou manipulação de ligas e compostos de chumbo.
4 — Causadas pelo cromo e seus compostos.	<p>Processos e operações industriais em que sejam utilizados o cromo e seus compostos, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) cromagem de metais b) tanagem a cromo.
5 — Causadas pelo fósforo e seus compostos	<p>Processos e operações industriais em que sejam utilizados o fósforo e seus compostos.</p>
6 — Causadas pelo mercúrio, suas amálgamas e seus compostos.	<p>Processos e operações industriais em que sejam utilizados o mercúrio, suas amálgamas e seus compostos, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) fabricação de aparelhos de medida e de laboratório;

- b) preparo de matérias-primas de chapelaria;
 - c) douradura a fogo;
 - d) emprego de bombas de mercúrio para fabricação de lâmpadas incandescentes;
 - e) fabricação de cápsula de fulminato de mercúrio.
- 7 — Causadas pelos elementos cloro, bromo, fluor e iôdo. Processos e operações industriais em que sejam produzidos ou utilizados o cloro, o bromo, o fluor e o iôdo.
- 8 — Causados pelo benzeno seus derivados homólogos e seus derivados nitrosos e aminados Processos e operações industriais em que sejam produzidos ou utilizados o benzeno ou seus homólogos e seus derivados nitrosos e aminados.
- 9 — Causadas pelos derivados halógenos dos hidrocarbonetos da série graxa. Processos e operações industriais em que sejam produzidos ou utilizados derivados halógenos dos hidrocarbonetos da série graxa.
- 10 — Causadas pelo manganês e seus compostos. Processos e operações industriais em que sejam utilizados o manganês, suas ligas e seus compostos, tais como:
 - a) extração, manipulação, transporte e tratamento da pirolusita;
 - b) fabricação de ferro-manganês e outras ligas ferrosas e não ferrosas;
 - c) fabricação de pilhas secas
 - d) fabricação de vidro e palitos desfóricos;
 - e) preparação de permanganato de potássio e fabricação de corantes.
- 11 — Causadas pelo sulfureto de carbono. Processos e operações industriais em que sejam utilizados o sulfureto de carbono, tais como:
 - a) fabricação de "rayon";
 - b) fabricação ou uso de solventes e gorduras, óleos, borrachas e resinas;
 - c) vulcanização a frio da borracha;
 - d) extração de essências para perfumes;
 - e) uso como solvente do enxofre e do fósforo na fabricação de palitos de fósforos;
 - f) fabricação ou uso de inseticidas e parasiticidas.
- 12 — Causadas pelo monóxido de carbono. Processos para operações industriais em que haja desprendimento de monóxido de carbono, tais como:
 - a) indústria de gás combustível;
 - b) fundições;
 - c) minas (no subsolo).

-
- | | |
|--|---|
| 13 — Causadas pelo alcatrao, breu, betume, hulha mineral, parafina ou produtos residuais destas substâncias lastamas malignos da pele. | Processos e operações industriais em que sejam utilizados o alcatrao, breu, betume, hulha mineral, parafina ou produtos residuais destas substâncias. |
|--|---|
-
- | | |
|--|---|
| 14 — Causadas por radiações ionizantes, Raio-X e substâncias radioativas naturais e artificiais. | Tôdas as atividades executadas sob a ação do "radium" ou outras substâncias radioativas ou dos Raios-X. |
|--|---|
-
- | | |
|---|--|
| 15 — Causadas pelo trabalho em ar comprimido. | <p>Tôdas as atividades sob ar comprimido, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) mergulhadores; b) trabalhos de escafandria; c) trabalho nas câmaras pneumáticas subaquáticas e nos tubulões. |
|---|--|
-
- | | |
|---|---|
| 16 — Causadas pela inalação de poeiras de sílica livre ou misturadas a outras poeiras (silicose com ou sem tuberculose pulmonar). | <p>Processos e operações em que haja desprendimento de poeira de sílica livre, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) trabalho no subsolo (minas, túneis e galerias); b) indústrias de abrasivos (fabricação de esmeril, mós, rebolos, símpoles, pós e pastas para limpeza de metais); c) limpeza de metais e foscamento de vidros com jato de areia; d) trabalhos em pedreiras de rocha quartzona; e) moagem e manipulação de sílica na indústria do vidro e da cerâmica; f) fabricação de material refratário para fornos, chaminés e cadinhos. |
|---|---|
-
- | | |
|---|---|
| 17 — Causadas pela inalação de poeiras de asbestos. | <p>Processos e operações industriais em que haja desprendimento de poeiras de asbetos, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) extração, utilização e manipulação de asbestos ou amianto; b) fabricação de tecidos de amianto; c) fabricação de guarnições para freios, material isolante e produtos de fibrocimento. |
|---|---|
-
- | | |
|---|--|
| 18 — Causadas por agentes biológicos patogênicos (infecção por carbúnculo). | <p>Processos e operações em que haja contato permanente ou eventual com agentes infecciosos ou parasitários, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) todos os trabalhos realizados em contato com animais sujeitos as infecções carbunculosas ou produtos e detritos d'êles derivados; b) cargas, descargas ou transporte de mercadorias que por sua natureza ou origem, possam ser tidas como elemento transmissor de infecção carbunculosa. |
|---|--|
-

DECRETO-LEI Nº 294 -- DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Altera parcialmente o disposto no artigo 20 do Decreto-lei nº 81 de 21 de dezembro de 1966.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º O reajustamento dos proventos dos inativos da Rede Ferroviária Federal S. A., dentro dos limites fixados no Decreto-lei nº 81 de 21 de dezembro de 1966, e à conta do Crédito Especial nele previsto, será pago na conformidade das normas mandadas adotar por dispositivos específicos da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1966, e de sua regulamentação, ficando alterado, neste particular, o disposto no artigo 20 do referido Decreto-lei nº 81.

Art. 2º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO-BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Távora

DECRETO-LEI Nº 295 -- DE 23 DE
FEVEREIRO DE 1967

Cria Comissão Liquidante do Acervo do Conselho Nacional de Economia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do artigo 9º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, e

Considerando que, conquanto deva extinguir-se, a 15 de março próximo, o Conselho Nacional de Economia, por força do disposto no artigo 181 da Constituição Federal a vigorar naquela data, permanece, entretanto, válida e operante a legislação que conferiu inúmeros e relevantes encargos, de natureza técnica, no quadro econômico-financeiro do país, encargos esses carentes de oportuna e adequada sub-rogação a outros órgãos do poder público;

Considerando, ademais, que o ente aludido de rico e volumoso documentário especializado e de uma biblioteca do mesmo teor de valor inestimável;

Considerando que, concomitantemente com a manutenção de tarefas normativas que não podem sofrer solução de continuidade, cumpre promover, através de plano previamente estudado, a transferência gradativa do elemento pessoal e do elemento material de órgão em apêço para os setores da administração federal que os possam, proveitosamente, absorver, em bem do interesse coletivo;

Considerando que se impõe o reconhecimento de um período de transição entre o estágio legal anterior e o posterior, de modo a ensejar providências que assegurem a eficácia na transformação a ser realizada;

Considerando que se torna, assim, necessário cuidar dessa situação administrativa, sob a orientação de servidores categorizados do órgão a extinguir-se e com a colaboração dos conselheiros inativos, decreta:

Art. 1º Fica instituída, a partir de 15 de março de 1967, a Comissão Liquidante do Acervo do Conselho Nacional de Economia, subordinada diretamente ao Ministro da Fazenda, com a incumbência de atender em caráter de emergência, aos seguintes objetivos:

a) até que seja dada essa competência ao Conselho Monetário Nacional, mediante decreto do Poder Executivo, fixar os diversos coeficientes de correção monetária e de outros valores econômicos, previstos em lei, tanto na área estatal, como no setor privado, para vigorarem em 1967, fornecendo, inclusive, à Justiça, às autoridades oficiais e às partes interessadas as informações, elementos e certificados requeridos,

b) organizar e encaminhar ao Tribunal de Contas da União a prestação de contas do ano findo;

c) confeccionar e remeter ao Tesouro Nacional as folhas de pagamento dos servidores e dos conselheiros em disponibilidade;

d) promover, segundo plano aprovado pelo Presidente da República a transferência gradativa dos funcionários do órgão extinto para repartições governamentais, entidades au-

tarquias e sociedades de economia mista do setor federal;

e) providenciar a remoção do material, arquivo, documentação, veículos, máquinas operadoras, mobiliário e demais bens pertencentes ao Conselho para o destino determinado pela Presidência da República;

f) apresentar, ao fim da missão ao Presidente da República, relatório completo de suas atividades.

Art. 2º A Comissão Liquidante se comporá do Diretor-Geral do Departamento Econômico, do Diretor do Serviço de Administração e do Diretor do Serviço de Documentação e Divulgação, sob a presidência do primeiro, deliberando por maioria de votos, com a presença de seus três membros.

Art. 3º A Comissão Liquidante utilizará a estrutura técnico-administrativa, o quadro de servidores e o acervo material do órgão extinto a cujas normas legais e regimentais ficará adstrita, no desempenho de suas atribuições.

§ 1º O serviço de protocolo, expediente, correspondência, reuniões e atas da Comissão Liquidante ficará a cargo da secretaria do extinto ple-nário.

§ 2º Os conselheiros, postos, constitucionalmente, em disponibilidade remunerada, até o término de seus mandatos, colaborarão, na qualidade de consultores técnicos, com a Comissão Liquidante, opinando a respeito das matérias que lhes forem submetidas, observado o disposto no artigo 27 do regimento interno.

Art. 4º Ficam transferidas à Comissão Liquidante, para custeio de seus trabalhos, pagamento de pessoal, material, requisições, serviços e demais despesas legais, as dotações orçamentárias do exercício de 1967 destinadas ao Conselho Nacional de Economia, cuja utilização deve obedecer a critérios de rigorosa economia.

Art. 5º A Comissão Liquidante do Acervo do Conselho Nacional de Economia encerrará sua tarefa a 31 de julho de 1967, quando será considerada extinta.

Art. 6º Os livros, móveis e utensílios que integram a Biblioteca do Conselho Nacional de Economia serão

transferidos dentro de trinta (30) dias, à Biblioteca do Ministério da Fazenda.

§ 1º Ficam incluídos no Ministério da Fazenda os cargos e respectivos ocupantes, constantes da relação anexa que faz parte integrante deste decreto.

§ 2º Os servidores mencionados neste artigo integrarão a Parte Especial do Quadro de Pessoal do respectivo órgão.

§ 3º O Serviço do Pessoal da Fazenda apostilará os títulos dos servidores abrangidos por este decreto.

Art. 7º O presente decreto-lei entrará em vigor a 15 de março de 1967, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 6º DO DECRETO Nº

Bibliotecário — nível 19-A
Marta Holanda Mezavilla
Amanda Pereira Diniz Kamp
Escriturário — nível 8-A
Rubem Pires Monteiro
Escriturário-Dactilógrafo — nível 7
Luiza do Prado Leite

DECRETO-LEI Nº 296 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Altera dispositivos do Decreto-lei número 73, de 21 de novembro de 1966.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º São acrescentados ao artigo 98 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com mudança de designação do atual parágrafo único para parágrafo 1º, três novos parágrafos, com a redação seguinte:

§ 2º Quando a sociedade tiver credores por salários ou indenizações trabalhistas, também ficarão suspensas as ações e execuções a que se refere a parte final da alínea a deste artigo.

§ 3º Poderá ser arguida em qualquer fase processual, inclusive quanto às questões trabalhistas, a nulidade dos despachos ou decisões que contravenham o disposto na alínea a deste artigo ou em seu parágrafo 2º. Nos processos sujeitos à suspensão, caberá à sociedade liquidanda, para realização do ativo, requerer o levantamento de penhoras, arrestos e quaisquer outras medidas de apreensão ou reserva de bens, sem prejuízo do estatuído adiante no parágrafo único do artigo 103.

§ 4º A massa liquidanda não estará obrigada a reajustamentos salariais sobrevivendo durante a liquidação, nem responderá pelo pagamento de multas, custas, honorários e demais despesas feitas pelos credores em interesse próprio, assim como não se aplicará correção monetária aos créditos pela mora resultante de liquidação.

Art. 2º Ficam retificados, como abaixo, os artigos 5º, item III, 7º, II, parágrafo 3º, 17, alíneas "b" e "c", 22, 23, 31, 32, 33, item X, parágrafo 1º, 34, 36, 44, alínea "j" e item II, 52, 55, parágrafo 3º, 60, parágrafo 1º, 71, 85, 92, 97, 111, alínea "e", 116, alíneas "e", "f", "h", "i", 128, parágrafo único, 132, 134, 137, 142, 143 e 144 do Decreto-lei número 73, de 21 de novembro de 1966:

— no artigo 5º, item III, onde se lê: "firmas estrangeiras e igualdades de condições, leia-se: "firmas estrangeiras a igualdade de condições".

— no artigo 7º, onde se lê: "operações no mercado nacional"; leia-se: "operações no mercado nacional."

— no artigo 11, parágrafo 3º, onde se lê: "artigo 4º", leia-se: "artigo 10".

— no artigo 17, alínea "b", onde se lê: "artigo 28 deste Decreto-lei", leia-se: "artigo 23, parágrafo 3º, deste Decreto-Lei".

— no artigo 17, alínea "c", onde se lê: "decreto-lei, mediante o crédito," leia-se: "Decreto-lei ou mediante o crédito".

— no artigo 22, onde se lê: "de crédito, que for concedido no pagamento", leia-se: "do crédito, que for concedido, no pagamento".

— no artigo 23, onde se lê: "Os seguros dos bens, direitos, créditos e serviços dos órgãos do Poder Público, bem como os de bens de terceiros", leia-se: "Os seguros dos bens, di-

reitos, créditos e serviços dos órgãos do Poder Público da administração direta e indireta, bem como os de bens de terceiros."

— no artigo 31, onde se lê: "ao presente Decreto-lei sendo nulas as decisões", leia-se: "ao presente Decreto-Lei, sendo nulas as decisões".

— no artigo 32, onde se lê: "primitivamente", leia-se: "privativamente".

— no artigo 33, item X, onde se lê: "Três representantes da iniciativa Privada nomeados pelo Presidente da República, mediante escolha dentre brasileiros dotados das qualificações pessoais necessárias, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos", leia-se: "Três representantes da iniciativa privada nomeados pelo Presidente da República, mediante escolha, dentre brasileiros dotados das qualificações pessoais necessárias, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, e três suplentes, igualmente nomeados por igual prazo de 2 (dois) anos".

— no artigo 33, parágrafo 1º, onde se lê: "neste artigo cabendo ao Presidente", leia-se: "neste artigo, cabendo ao Presidente".

— no artigo 34, parágrafo 2º, onde se lê: "integrarão mediante indicação", leia-se: "integrarão, mediante indicação."

— no artigo 36, alínea "e", onde se lê: "fixas", leia-se: "fixar".

— no artigo 44, onde se lê: "Compete ao IRB, leia-se: "Compete ao IRB".

— no artigo 44, alínea "j" onde se lê: "publicar revistas especializadas e da capacidade do mercado nacional de seguros", leia-se: "promover o pleno aproveitamento da capacidade do mercado nacional de seguros".

— no artigo 44, item 11, onde se lê: "dentre outras atividades.", leia-se: "dentre outras atividades:".

— no artigo 52, alínea "a" onde se lê: "suplente", leia-se: "suplentes".

— no artigo 55, parágrafo 3º, onde se lê: "estabilidade de aplicação da legislação do trabalho", leia-se: "estabilidade e aplicação da legislação do trabalho".

— no artigo 60, parágrafo 1º onde se lê: "retrocessão, não exime", leia-se: "retrocessão não exime".

— no artigo 71, alínea "b", onde se lê: "reservas patrimoniais do IRB

conforme deliberação do CT", leia-se: "reservas patrimoniais do IRB, conforme deliberação do CT".

— no artigo 85, onde se lê: "sendo nulas, de pleno direito", leia-se "sendo nulas de pleno direito".

— no artigo 92, onde se lê: "fatos relativos à respectiva gestão perdendo", leia-se: "fatos relativos à respectiva gestão, perdendo".

— no artigo 97, onde se lê: "Sociedades Seguradoras, será processada", leia-se: "Sociedades Seguradoras será processada".

— no artigo 111, alínea "e", onde se lê: "art. 24", leia-se: "art. 28".

— no artigo 116, alínea "h", onde se lê: "litisconsorte necessários", leia-se: "litisconsorte necessário".

— no artigo 116, alínea "f", onde se lê: "artigo 66", leia-se: "artigo 61".

— no artigo 116, alínea "h", onde se lê: "artigo 84", leia-se: "artigo 79".

— no artigo 116, alínea "i", onde se lê: "artigo 11", leia-se: "artigo 111".

— no artigo 128, parágrafo único, onde se lê: "na forma prevista no artigo 118" leia-se: "na forma prevista no artigo 119".

— no artigo 132, onde se lê: "médico e hospitalar", leia-se: "médico hospitalar".

— no artigo 134, onde se lê: "art. 144, parágrafo 1.º", leia-se: "artigo 135".

— no artigo 137, onde se lê: "artigo 140" leia-se: "artigo 139".

— no artigo 142, onde se lê: "artigo 8.º da Lei 2.168, de 11 de janeiro de 1964", leia-se: "artigo 3.º da Lei 2.168, de 11 de janeiro de 1954".

— no artigo 143, parágrafo 2.º onde se lê: "que operam no país, adaptação", leia-se: "que operam no país adaptarão".

— no artigo 144, onde se lê: "ao Poder Executivo no prazo de", leia-se: "ao Poder Executivo, no prazo de".

Art. 3.º Fica retificada, como segue, a numeração de capítulos do Decreto-lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966:

— no Regime Especial de Fiscalização, onde se lê: "Capítulo VII", leia-se: "Capítulo VIII".

— na Liquidação das Sociedades Seguradoras, onde se lê: "Capítulo VIII", leia-se: "Capítulo IX".

— no Regime Repressivo, onde se lê: "Capítulo IX", leia-se: "Capítulo X".

— no "Dos Corretores de Seguros", onde se lê: "Capítulo X", leia-se: "Capítulo XI".

— nas Disposições Gerais e Transições, onde se lê: "Capítulo XI", leia-se: "Capítulo XII".

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Paulo Egydio Martins
Roberto Campos

DECRETO-LEI N.º 297 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1967

Altera a distribuição de dotações destinadas à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste pela Lei n.º 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que aprovou o Orçamento da União para o exercício financeiro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo segundo do artigo 9.º do Ato Institucional n.º 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas as dotações destinadas aos projetos números 10.02.1.0313 — 10.02.1.0314 — 10.02.10315 e 10.14.1.0317, constantes do Anexo 4 — Poder Executivo — Subanexo 4.03 — Coordenação dos Organismos Regionais — Unidade 4.03.02 — Gabinete do Ministro (Órgãos Dependentes) — Entidade X.43 — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) — do Orçamento Geral da União para o exercício de 1967, aprovado pela Lei n.º 5.189, de 8 de dezembro de 1966, respectivamente, para NCr\$ 5.794.000 (cinco milhões, setecentos e noventa e quatro mil cruzeiros novos), NCr\$ 10.165.000 (dez milhões, cento e sessenta e cinco mil cruzeiros novos), NCr\$ 1.594.000 (um milhão, quinhentos e noventa e quatro mil cruzeiros novos), NCr\$ 1.847.000 (um milhão, oitocentos e quarenta e sete mil cruzeiros novos) passando o programa de saneamento da SUDENE, relativo ao exercício financeiro de 1967, a ter a seguinte redação:

Programa Subprograma Projeto (1) Atividade (2) Nº de Ordem	Especificação	DESPESA		
		Projeto	Atividade	Total
	<i>Saneamento</i>			
10.02.1.0313	Saneamento básico			17.553
	Construção e Ampliação de Sistemas de Esgotos Sanitários	5.794		
10.02.1.0314	Construção e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de água	10.165		
10.02.1.0315	Participação no Capital da CAENE	1.594		
	Saneamento Rural			2.100
10.04.1.0316	Irrigação do Submédio São Francisco e conclusão dos canais de irrigação dos açudes "Ema", "Feiticeiro" e "Nova Floresta", no Ceará	2.100		
	Estudos e Pesquisas			1.847
10.14.1.0317	Estudos, Projetos e Pesquisas Sanitárias	1.847		

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 298 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito de NCr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros novos) e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral no valor de NCr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros novos) destinados a atender a integralização do capital inicial da Empresa Pública, cuja criação foi autorizada no Artigo 191 do Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, que será totalmente subscrito pela União, bem como as despesas de sua instalação e custeio.

Art. 2º O Ministério do Planejamento consignará no seu orçamento uma dotação anual à Empresa, destinada a atender o seu custeio até que ela possa manter-se com os recursos resultantes de suas operações.

Art. 3º Fará parte do patrimônio da Empresa o acervo atualmente existente no Escritório Técnico do Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas.

Art. 4º A Empresa operará, além do seu capital inicial, com os recursos à disposição do Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas provenientes de:

a) doação da Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID) de 27-8-65;

b) empréstimo 512-L-054 da USAID;

c) empréstimo 62 SF/BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Art. 5º Para cumprimento do estabelecido no artigo anterior, o Banco Central da República do Brasil transferirá para conta em nome da Empresa, no Banco do Brasil S.A., o saldo daquele Fundo.

Art. 6º Fica a Empresa equiparada às Autarquias, para efeito de tributação.

Art. 7º O Fundo ficará extinto pela constituição da Empresa que absorverá as suas atividades.

Art. 8º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 299 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Reorganiza o Grupo Ocupacional P-1700 do Anexo I da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960 e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do artigo 9º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, e em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º O Grupo Ocupacional P-1700, do Anexo I da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, passará a ter a seguinte constituição:

GRUPO OCUPACIONAL P-1700 — MEDICINA, FARMÁCIA
E ODONTOLOGIA

Código		Série de Classes ou Classes	Característica da classe
P-1701	13-A	Auxiliar de Enfermagem	Execução
P-1701	14-B	Auxiliar de Enfermagem	Execução
P-1701	15-C	Auxiliar de Enfermagem	Execução
P-1702	10-A	Prático de Farmácia	Execução
P-1702	11-B	Prático de Farmácia	Execução
P-1703	11-A	Parteira	Execução
P-1703	13-B	Parteira	Execução
P-1704	10-A	Massagista	Execução
P-1704	11-B	Massagista	Execução
P-1705	10-A	Auxiliar de Praxiterapia	Execução
P-1705	11-B	Auxiliar de Praxiterapia	Execução
P-1706	11-A	Operador de Raios X	Execução
P-1706	13-B	Operador de Raios X	Execução
P-1707	9-A	Protético	Execução
P-1707	10-B	Protético	Execução
P-1708	9-A	Auxiliar de Necrópsia	Execução

Art. 2º Serão enquadradas na série de classes de Auxiliar de Enfermagem P-1701 as atuais séries de classes ou classes singulares de Assistente de Enfermagem P-1701, Auxiliar de Enfermagem — P-1702, Enfermeiro Auxiliar — P-1706 e Enfermeiro Militar — P-1.707; na série de classes de Parteira — P-1703 as atuais classes singulares de Obstetrix — P-1708 e de Parteira Prática — P-1711; na série de classes de Massagista — P-1704, a atual classe singular de Massagista — P-1709; na série de classes de Auxiliar de Praxiterapia — P-1705, as atuais classes singulares de Auxiliar de Praxiterapia — P-1705; na série de classes de Operador de Raios X — P-1706, a atual classe singular de Operador de Raios X — P-1710; na série de classes de Prático de Farmácia — P-1707, a atual classe singular de Prático de Farmácia — P-1712; na série de classes de Protético P-1707, a atual classe singular de Protético — P-1713, e na classe singular de Auxiliar de Necrópsia P-1708 a atual série singular de Auxiliar de Necrópsia — P-1704.

§ 1º A atual classe singular de Atendente P-1703 fica transformada na classe singular de Atendente ... P-1709.9, cujos cargos são considera-

dos extintos e serão suprimidos, automaticamente, à medida que vagarem.

§ 2º Os atuais ocupantes das classes singulares de Atendente P-1703 e Auxiliar de Necrópsia P-1704 terão acesso à série de classes de Auxiliar de Enfermagem, desde que possuam o certificado de conclusão do curso a que se refere o inciso I do artigo 4º.

§ 3º Os atuais ocupantes da classe singular de Atendente P-1703, que se encontram no exercício de funções burocráticas, serão enquadrados na classe singular de Escrevente-dactilógrafo AF-204.

§ 4º Os candidatos aprovados em concurso, para a classe singular de Atendente P-1703 que estejam aguardando nomeação poderão ser aproveitados, no prazo de três anos a contar do início da vigência deste Decreto-lei, nas vagas existentes na série de classes de Auxiliar de Enfermagem, mediante a apresentação do certificado de conclusão do curso a que se refere o inciso I do artigo 4º.

Art. 3º Ao enquadramento nas séries de classes ou classes relacionadas no artigo 1º, o qual obedecerá ao disposto nos artigos 19 e 20 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960 e le-

regulação complementar, concorrerão, em cada caso, os ocupantes das séries de classes ou classes incluídas na situação nova, conforme o disposto no artigo 2º.

§ 1º Para efeito do enquadramento de que trata o presente artigo, terão preferência, sucessivamente:

1 — Os servidores que tenham ingressado por concurso na série de classes ou na classe singular a que pertencem, e possuam o certificado de conclusão de curso exigido pelo artigo 4º para ingresso na respectiva série de classes ou na classe singular da situação nova.

2 — Os servidores que tenham ingressado por concurso na série de classes ou na classe singular a que pertencam.

3 — Os servidores que possuam o certificado de conclusão do curso exigido pelo artigo 4º para ingresso na respectiva série de classes ou classe singular da situação nova.

§ 2º Em caso de empate, aplicar-se-ão os critérios de preferência estabelecidos na regulamentação da promoção.

Art. 4º Nos concursos para provimento dos cargos das séries de classes ou classes singulares que, na conformidade deste decreto-lei, passam a constituir o Grupo Ocupacional 1700 do Anexo I da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, será exigido:

I — Para a série de classes de Auxiliar de Enfermagem, certificado de conclusão do curso, com a duração mínima de dois anos, de Auxiliar de Enfermagem ou outro que comprove formação profissional equivalente.

II — Para a série de classes de Parteira certificado de conclusão de curso, com duração mínima de um ano, de Parteira, Parteira Prática ou outro que comprove formação profissional equivalente.

III — Para a série de classes de Massagista, certificado de conclusão de curso, com duração mínima de seis meses, de Massagista ou outro que comprove formação profissional equivalente.

IV — Para a série de classes de Auxiliar de Praxiterapia, certificado de conclusão de curso, com duração mínima de oito meses, de Auxiliar de Praxiterapia ou outro que comprove formação profissional equivalente.

V — Para a série de classes de Operador de Raios X, certificado de conclusão de curso, com duração mínima de um ano, de Operador de Raios X, ou outro que comprove formação profissional equivalente.

VI — Para a série de classes de Prático de Farmácia, certificado de conclusão de curso, com duração mínima de um ano, de Prático de Farmácia ou outro que comprove formação profissional equivalente.

VII — Para a série de classes de Protético, certificado de conclusão de curso, com duração mínima de oito meses, de Protético ou outro que comprove formação profissional equivalente.

Parágrafo único. Os certificados referidos neste artigo só serão válidos os expedidos por instituição oficial ou oficialmente reconhecida, e depois de registrados no órgão competente.

Art. 5º As instituições que operam na formação de profissionais para as atividades auxiliares no campo da Medicina, da Farmácia e da Odontologia adaptarão as denominações e os currículos dos seus cursos para que os mesmos sirvam aos objetivos deste Decreto-lei.

Art. 6º As dúvidas suscitadas na execução do presente Decreto-lei serão dirimidas por decisão do Presidente da República, ouvida a Comissão de Classificação de Cargos, carecendo de validade, para qualquer efeito, os atos que não obedecerem às formalidades aqui prescritas.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem não expressamente prevista neste Decreto-lei, decorrente de interpretação extensiva do texto legal, determinará a responsabilidade civil e administrativa da autoridade que houver ordenado o pagamento.

§ 2º As restituições a favor da Fazenda Nacional ou do patrimônio da autarquia serão feitas de uma só vez, com correção monetária.

Art. 7º Os enquadramentos de que trata o artigo 2º serão enviados ao Departamento Administrativo do Serviço Público, pelos Grupos de Trabalho de Readaptação, no prazo improrrogável de sessenta dias, a contar da data da publicação deste Decreto-lei.

Art. 8º O disposto neste Decreto-lei não dá direito a indenização ou

percepção de atrasados, em nenhuma hipótese.

Art. 9º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 28 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Zilmar Araripe
Ademar de Queiroz
Juracy Magalhães
Octavio Bulhões
Juarez Távora
Severo Fagundes Gomes
Raymundo Moniz de Aragão
Eduardo Augusto Bretas de Noronha
Clóvis Monteiro Travassos
Raymundo de Britto
Paulo Egydio Martins
Mauro Thibau
Roberto de Oliveira Campos
João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 300 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre as penalidades pela falta de pagamento da contribuição sindical rural.

O Presidente da República, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º e seus parágrafos do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966,

Considerando que a Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural) instituidora da hoje denominada contribuição sindical rural, apenas dispôs que o seu *quantum*, bem como o processo de arrecadação, distribuição e a aplicação da mencionada contribuição seriam regulados “no que couber” pelo disposto no Capítulo III, do Título V, da Consolidação das Leis do Trabalho;

Considerando, portanto, que entre os dispositivos da CLT aplicáveis à contribuição sindical rural não se incluíram os concernentes às penalidades a que deverão estar sujeitos os infratores;

Considerando, mais, que essa omissão torna inócua a fiscalização do cumprimento da lei, e praticamente impossibilita a estabilidade financeira das entidades sindicais rurais;

Considerando, ainda, que a colaboração dessas entidades legalmente reconhecidas é imprescindível para a gradativa integração do meio rural no processo de desenvolvimento brasileiro e na elevação dos padrões de vida do nosso povo;

Considerando, afinal, que a inexistência de entidades sindicais reconhecidas adstritas às disposições legais vigentes, propicia o surgimento de associações espúrias, possíveis veículos de agitações no meio rural, como aconteceu no passado, com inevitáveis repercussões na segurança nacional decreta:

Art. 1º Aplicam-se aos infratores das disposições legais e regulamentares, e das Instruções baixadas pelas autoridades competentes do Ministério do Trabalho e Previdência Social, atinentes à contribuição sindical rural, as penalidades previstas no artigo 598 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, atualizadas, em seu valor monetário, de acordo com o disposto no art. 9º da Lei 4.357, de 16 de julho de 1964 e no art. 1º do Decreto 57.146, de 1º de novembro de 1965.

Art. 20. A prova de quitação da contribuição sindical constitui documento indispensável à obtenção de empréstimos bancários por parte dos proprietários e arrendatários de terras, cumprindo aos gerentes de bancos fazer anotar o número das respectivas guias de recolhimento, atualizadas, na ficha cadastral do cliente.

Parágrafo único A efetivação de operações em desacordo com o disposto neste artigo sujeitará o banco às penalidades estatuidas no art. 1º.

Art. 3º Este decreto-lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Eduardo Augusto Bretas de Noronha

DECRETO-LEI Nº 301 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste, aprova o I Plano Diretor, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, cria a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste — SUDESUL — e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 2º, do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Do Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste.

Art. 1.º O Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste obedecerá às disposições do presente Decreto-Lei.

Art. 2.º A Fronteira Sudoeste, para os efeitos dêste Decreto-Lei, compreende os municípios situados nos Estados de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cujas sedes, nesta data, definidas pelas coordenadas geográficas do seu centro, se localizem a sul da área de jurisdição da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM — e a oeste da linha quebrada determinada geodésicamente por graus e minutos de latitude e longitude e especificada a seguir:

a) Estado de Mato Grosso, a começar no paralelo dos 16º00'S, na sua intersecção com o meridiano dos ... 54º10'0".Gr, segue para o sul, até a intersecção com o paralelo dos 21º00', daí, por este, até o meridiano dos ... 53º29' e, por este, até a sua intersecção com o rio Paraná, limite com o Estado do mesmo nome;

b) Estado do Paraná, a começar na intersecção do meridiano dos 53º29' com o rio Paraná, limite com o Estado de Mato Grosso, segue pelo mesmo meridiano até o paralelo dos ... 23º13' e por este até o meridiano dos 52º30' daí até o paralelo dos 23º35', pelo qual segue até o meridiano dos 51º55' e, por este, até encontrar o paralelo dos 26º10', pelo qual continua até a intersecção com o meridiano dos 50º45' e daí até sua intersecção com o rio Iguaçu, limite com o Estado de Santa Catarina;

c) Estado de Santa Catarina, a começar na intersecção do rio Iguaçu com o meridiano dos 50º45', limite com o Estado do Paraná, seguindo pelo mesmo meridiano até o paralelo dos 27º38', pelo qual continua até a intersecção com o rio Pelotas, limite com o Estado do Rio Grande do Sul;

d) Estado do Rio Grande do Sul, a começar na intersecção do paralelo dos 27º38' com o rio Pelotas, limite com o Estado de Santa Catarina, segue, pelo mesmo paralelo até o meridiano dos 52º 10', pelo qual continua até o paralelo dos 28º25' e, por este, até o meridiano dos 53º30' que segue, até o paralelo dos 30º00', prosseguindo pelo mesmo até o meridiano dos 53º10' e por este até o paralelo dos 30º30', pelo qual segue até o meridiano 51º40' e, por este, até atingir a linha do litoral do Oceano Sul-Atlântico.

Parágrafo único. Integrarão também a Fronteira Sudoeste os municípios que, por desmembramento, vierem a ser criados, desde que a totalidade do seu território esteja compreendida na área definida neste artigo.

Art. 3.º O Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste terá como objetivo promover o desenvolvimento integrado e harmônico da região, visando o aproveitamento racional de seus recursos naturais e o bem-estar social de sua população, assegurando-lhe uma economia auto-sustentada e integrada na economia nacional.

Art. 4.º O Plano será desenvolvido visando precipuamente:

a) conhecimento dos recursos naturais da região e avaliação de seu potencial econômico e social, através de estudos e pesquisas que sirvam de base à ação planejada do Governo e de orientação aos investimentos privados;

b) seleção e definição de espaços econômicos que, por suas características especiais e possibilidades de desenvolvimento, sejam merecedoras de prioridade de ação planejada, com a determinação de polos de desenvolvimento capazes de dinamizar e liderar o crescimento de áreas vizinhas;

c) estabelecimento de modelo de desenvolvimento econômico, adequado à região, que lhe assegure o aumento da renda "per capita" e um desenvolvimento ótimo;

d) concentração de recursos em áreas selecionadas, em função de seu potencial econômico e necessidades da população;

e) orientação do povoamento e ocupação econômica da região;

f) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária, à silvicultura e à piscicultura, como base da economia regional;

g) promoção do desenvolvimento industrial da região, pelo estudo de oportunidade industriais e implantação da infra-estrutura necessária;

h) estudo, incentivo e orientação ao comércio internacional;

i) criação de novas oportunidades de emprego, especialmente nos setores secundário e terciário da atividade econômica, pela ampliação da oferta de formação e treinamento de mão-de-obra especializada necessária às exigências de desenvolvimento da região;

j) adoção de política de estímulos para assegurar a elevação da taxa de reinversão dos recursos gerados na área, incentivar sua aplicação na própria região e atrair outros investimentos;

l) coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento e implantação e expansão de infra-estrutura econômica e social reservando para a iniciativa privada as atividades agropecuárias, industriais, mercantis e de serviços básicos rentáveis;

m) aplicação conjunta dos recursos federais da administração centralizada e descentralizada e sua conjugação com as contribuições do setor privado e de fontes externas;

n) avaliação contínua da ação federal na área e sua revisão, adaptando-a às necessidades da região.

Art. 5.º O Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste será executado em etapas pluriênicas, substanciadas em Planos Diretores aprovados por Decreto do Poder Executivo.

Art. 6.º O Orçamento da União consignará, em cada exercício, recursos financeiros suficientes aos encargos do Governo Federal com a execução do Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste.

§ 1.º Os recursos destinados aos órgãos da administração centralizada e descentralizada, para execução dos seus programas específicos, são parte

integrante do Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste.

§ 2.º Os recursos destinados à realização do Plano de Desenvolvimento não excluem, nem substituem, a atribuição de dotações próprias dos órgãos de administração centralizada e descentralizada para a execução de seus programas específicos e, em especial, programas de custeio.

Art. 7.º As obras e serviços constantes do Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste terão caráter prioritário para efeito de sua execução pelos órgãos e entidades responsáveis.

Art. 8.º São agentes de elaboração, execução e controle do Plano:

a) A Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste;

b) órgãos da administração centralizada e descentralizada do Governo Federal;

c) outros órgãos e entidades credenciados através de convênios e contratos.

CAPÍTULO II

Da Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste

Art. 9.º Fica criada a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste — SUDESUL — entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno e patrimônio próprio.

§ 1.º A SUDESUL tem como objetivo principal planejar e promover a execução do desenvolvimento da Fronteira Sudoeste, coordenar e controlar a ação federal nesta região.

§ 2.º A autarquia tem sede e fóro na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

§ 3.º A SUDESUL poderá instalar, onde julgar conveniente e mediante aprovação dos órgãos próprios, escritórios regionais que a representará.

§ 4.º A SUDESUL fica vinculada ao Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, responsável pela orientação superior da ação federal na Fronteira Sudoeste.

Art. 10. Compete à Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste:

a) elaborar o Plano de Desenvolvimento, coordenar e promover a sua execução diretamente, ou mediante

convênios com pessoas, entidades ou órgãos públicos, inclusive sociedades de economia mista, ou através de contratos com pessoas ou entidades privadas;

b) revisar, anualmente, o Plano de Desenvolvimento e avaliar os resultados de sua execução;

c) coordenar as atividades dos órgãos e entidades federais e supervisionar a elaboração de seus programas de trabalho;

d) prestar assistência técnico-financeira a entidades públicas na elaboração, execução de programas e projetos considerados, a critério da SUDESUL, prioritários para o desenvolvimento regional;

e) coordenar, no âmbito federal, programas de assistência técnica nacional, estrangeira ou internacional;

f) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e a execução de programas e projetos promovidos, na região, pelos diferentes setores da Administração Federal;

g) julgar a prioridade de projetos e empreendimentos privados de interesse para o desenvolvimento da região, visando, a concessão de favores, inclusive de colaboração financeira;

h) sugerir ao Ministro de Estado providências necessárias à criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos, entidades e pessoas jurídicas, tendo em vista a adequação de cada um às finalidades da SUDESUL;

i) promover e divulgar pesquisas, estudos e análises, visando o reconhecimento das potencialidades da região;

j) praticar os demais atos necessários à realização de suas funções de órgão de planejamento, coordenação, supervisão e controle do desenvolvimento da Fronteira Sudoeste;

Parágrafo único. A SUDESUL dará preferência a projetos de industrialização da matéria-prima regional.

Art. 11. São órgãos da Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste:

- a) o Conselho Deliberativo;
- b) O Superintendente;
- c) A Secretaria Executiva.

Art. 12. Compete ao Conselho Deliberativo:

a) formular, com base nos trabalhos dos demais órgãos da SUDESUL,

as diretrizes da política de desenvolvimento da Fronteira Sudoeste;

b) opinar sobre o Plano de Desenvolvimento, suas revisões anuais e encaminhá-las à aprovação da autoridade competente;

c) acompanhar a execução do Plano de Desenvolvimento e apreciar os seus resultados, através de relatórios periódicos, apresentados pelo Superintendente;

d) sugerir a adequação dos planos estaduais e municipais de desenvolvimento à orientação do Plano Diretor da SUDESUL e emitir parecer sobre os mesmos, quando solicitado pelos respectivos governos;

e) submeter à aprovação do Ministro de Estado planos de execução, em caso de calamidade pública;

f) pronunciar-se sobre proposições do Superintendente para interessar grupos privados a participar dos projetos compreendidos no Plano de Desenvolvimento;

g) examinar as contas do Superintendente, aprovar os balancetes e o balanço anual da Autarquia;

h) aprovar os critérios de contratação de serviços técnicos ou especializados;

i) opinar sobre as necessidades de pessoal e os níveis salariais das diversas categorias ocupacionais da SUDESUL;

j) recomendar a adoção de medidas tendentes a facilitar ou acelerar a execução de programas, projetos e obras relacionadas com o desenvolvimento da Fronteira Sudoeste;

l) aprovar projetos de interesse para o desenvolvimento da região, tendo em vista a concessão de favores ou a colaboração financeira;

m) aprovar as propostas do Superintendente relativas à alienação de bens móveis e imóveis, inclusive ações, integrantes do patrimônio da SUDESUL;

n) aprovar o orçamento da SUDESUL, os programas de aplicação das dotações globais e dos recursos sem destinação prevista em lei, e apreciar o orçamento-programa;

o) aprovar convênios ou contratos, quando pertinentes à execução de obras ou serviços não constantes do Plano Diretor;

p) aprovar a indicação do Superintendente-Adjunto da Autarquia;

q) aprovar o seu Regimento e o Regimento Interno da SUDESUL e suas alterações;

r) manifestar-se sobre qualquer assunto de interesse da Fronteira Sudoeste, quando solicitado pelo Superintendente.

§ 1º O Conselho deliberará, por maioria simples de votos dos presentes, vedado ao Superintendente votar na hipótese prevista na alínea g.

§ 2º O Conselho reunir-se-á na sede da Superintendência, podendo, no entanto, fazê-lo em outro local, quando assim o decidir.

§ 3º O Conselho Deliberativo poderá ser convocado extraordinariamente pelo Superintendente, ou por dois terços (2/3) de seus integrantes.

§ 4º Os membros do Conselho perceberão, pelo comparecimento às reuniões, quantia fixada pelo Ministro de Estado, por proposta do Superintendente, além de auxílio destinado ao custeio das despesas decorrentes de locomoção e estada, quando a respectiva reunião se realizar fora do domicílio do Conselheiro.

§ 5º O Superintendente proverá o Conselho dos meios administrativos e financeiros necessários ao seu funcionamento.

Art. 13. O Conselho Deliberativo é integrado pelo Superintendente da SUDESUL e por representantes: um do Estado-Maior das Forças Armadas; um de cada Estado, da área da Fronteira Sudoeste; um do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária; um do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário; um do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; e um de cada Ministério a seguir enumerado: Agricultura, Educação e Cultura, Fazenda, Minas e Energia, Planejamento, Relações Exteriores e Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. O Conselho reunir-se-á mensalmente, sob a presidência de um de seus membros, escolhidos na forma do que dispuser o Regimento Interno.

Art. 14. A SUDESUL será dirigida por um Superintendente, nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, e demissível "ad nutum".

Art. 15. Compete ao Superintendente o exercício de todos os poderes

que a legislação lhe confere e especificamente:

a) praticar os atos necessários ao fiel desempenho das atribuições da SUDESUL;

b) elaborar o Regulamento da Autarquia para ser aprovado por decreto do Poder Executivo;

c) apreciar o Regimento Interno e encaminhá-lo à aprovação do Conselho Deliberativo;

d) submeter à apreciação do Conselho Deliberativo o Plano Diretor e suas revisões;

e) cumprir e fazer cumprir as resoluções do Conselho Deliberativo;

f) representar a Autarquia, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente;

g) prover, na forma da legislação, cargos, funções, empregos e exercer todos os atos referentes à administração de pessoal da SUDESUL;

Parágrafo único. O Superintendente será auxiliado e, nos seus impedimentos ou faltas, substituído por um Superintendente-Adjunto, de sua nomeação e demissão.

Art. 16. O Superintendente articular-se-á com o Ministro de Estado, em todas as etapas relativas à elaboração e revisão do Plano Diretor, para o fim de compatibilizá-lo com a política geral do Governo.

Parágrafo único. O Superintendente apresentará ao Ministro de Estado relatórios mensais e anuais das atividades da SUDESUL.

Art. 17. Ressalvadas as atribuições dos demais órgãos, a Secretaria Executiva compete realizar as atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos da SUDESUL e especificamente:

a) elaborar o Plano Diretor plurianual e realizar as suas revisões anuais;

b) coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos substanciados no Plano Diretor;

c) elaborar relatórios mensais e anuais sobre a execução do Plano Diretor e efetuar a avaliação dos seus resultados, para apreciação do Superintendente;

d) prestar assistência técnica a órgãos federais, estaduais, municipais e autárquicos;

e) elaborar e executar os projetos da Autarquia e os que a ela forem atribuídos, ou sugerir a sua contratação;

f) interessar grupos privados a participar dos programas previstos no Plano Diretor;

g) assistir os demais órgãos da SUDESUL, suprindo-os das informações, dos estudos e dos projetos que se fizerem necessários ao exercício das respectivas atribuições;

h) emitir parecer conclusivo sobre proposições relacionadas com problemas de desenvolvimento da região, ou que estabeleçam recursos e favores específicos para aplicação na mesma área.

Art. 18. Constituem recursos da SUDESUL:

a) as dotações orçamentárias, créditos adicionais e outros recursos que lhe sejam atribuídos;

b) o produto das operações de crédito;

c) o produto de juros de depósitos bancários, de multas e de emolumentos devidos à Autarquia;

d) o resultado líquido dos investimentos nas empresas de que participe;

e) os auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais e estrangeiras;

f) as rendas provenientes de serviços prestados;

g) a sua renda patrimonial;

h) o produto da alienação de bens do seu patrimônio.

Parágrafo único. Os recursos não utilizados no exercício serão aplicados nos subsequentes.

Art. 19. O Superintendente da SUDESUL apresentará ao Tribunal de Contas da União, até 30 de junho de cada ano, prestação de contas, correspondente à gestão administrativa do exercício anterior.

Art. 20. As dotações orçamentárias e os créditos adicionais destinados à SUDESUL, serão distribuídos independentemente de prévio registro no Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Também independentemente de registro no Tribunal de Contas da União os contratos e convênios firmados pela Autarquia.

Art. 21. As importâncias das dotações e dos créditos destinados à Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste serão depositadas pelo Tesouro Nacional, no Banco do Brasil S. A., à disposição da mesma.

§ 1º Os saldos não entregues à SUDESUL, até o fim do exercício, serão escriturados como "restos a pagar".

§ 2º Os recursos provenientes de dotações orçamentárias, de créditos adicionais ou de outras fontes, incorporam-se ao patrimônio da SUDESUL, podendo os saldos ser aplicados nos exercícios subsequentes.

Art. 22. Os recursos orçamentários destinados a subsídios, subvenções e auxílios, qualquer que seja a sua natureza ou entidade beneficiada, somente serão entregues mediante Convênio em que seja estabelecido o plano de sua aplicação.

Art. 23. A SUDESUL depositará, obrigatoriamente, os recursos financeiros que lhe forem destinados, enquanto não fizer sua aplicação, em estabelecimento oficial de crédito, em que a União detenha o controle acionário, salvo se no município onde devam ser empregados não tiverem esses estabelecimentos, agência ou escritório.

Parágrafo único. Os recursos entregues à SUDESUL, através de convênios, poderão, também ser depositados em conta especial, em estabelecimento oficial de crédito da respectiva localidade.

Art. 24. Os recursos destinados a investimentos de infra-estrutura que devam ser aplicados sob a forma de operação de crédito serão repassados por instituições financeiras oficiais, que operem na região.

Art. 25. Os recursos da SUDESUL, sem destinação específica em lei e as dotações globais, que lhe sejam consignadas, serão empregados de acordo com programas de aplicação propostos pelo Superintendente e aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Art. 26. Os contratos e convênios que visem a execução de serviços e obras constantes de orçamento-programa independem de aprovação do Conselho Deliberativo.

Art. 27. A prorrogação do prazo de vigência de convênios e contratos de serviços e obras, quando solicitada por escrito pela entidade delegada ou contratante, independentemente, a juízo do Superintendente, de termo aditivo.

Art. 28. A SUDESUL é autorizada a realizar despesas de pronto pagamento até cinco (5) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 29. A SUDESUL exercerá, obrigatoriamente, fiscalização técnica dos serviços e obras executados com recursos destinados ao Plano de Desenvolvimento, expedindo laudo técnico em favor do órgão ou entidade executora.

§ 1.º A fiscalização de que trata este artigo tem por finalidade comprovar a observância das disposições pactuadas com a SUDESUL, bem como dos planos, programas, projetos e especificações.

§ 2.º O laudo técnico constitui elemento essencial da prestação de contas do responsável pelo órgão ou entidade executora de obras e serviços.

Art. 30. O representante da União e da SUDESUL nas assembleias gerais das sociedades de economia mista, que houverem recebido recursos destinados ao Plano de Desenvolvimento, sob pena de responsabilidade, somente aprovará as contas da Diretoria se delas constar o laudo técnico, de que trata o artigo anterior.

Art. 31. A gestão financeira das entidades que houverem recebido recursos destinados ao Plano de Desenvolvimento fica sujeita à fiscalização da SUDESUL, que a exercerá diretamente, ou mediante contrato com firma de notória idoneidade, especializada em auditoria.

Art. 32. A SUDESUL, por proposta do Superintendente, aprovada pelo Conselho Deliberativo, poderá contrair empréstimo, no País ou no Exterior, para acelerar ou assegurar a execução de programas e projetos integrantes do Plano Diretor.

§ 1.º As operações de que trata este artigo poderão ser garantidas com recursos da SUDESUL.

§ 2.º As operações, em moeda estrangeira, dependem de autorização do Presidente da República.

§ 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a dar garantia do Tesouro Nacional para operações de crédito, externo, ou interno, desenhadas à realização de obras e serviços básicos, previstos no Plano Diretor.

§ 4.º As garantias de que tratam os parágrafos anteriores serão concedidas às operações de crédito contratadas diretamente pela SUDESUL, ou com a sua intervenção, sempre mediante parecer fundamentado do Superintendente, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

§ 5.º As operações de crédito mencionadas neste artigo são isentas de impostos e taxas federais.

§ 6.º A amortização e o pagamento de juros relativos às operações de crédito contratadas pela SUDESUL constituem aplicação legal de recursos da Autarquia.

Art. 33. A SUDESUL poderá cobrar emolumentos por serviços prestados a terceiros.

Parágrafo único Os emolumentos de que trata este artigo serão fixados pelo Superintendente, ouvido o Conselho Deliberativo.

Art. 34. A SUDESUL manterá completo serviço de contabilidade: orçamentária, financeira e patrimonial.

Parágrafo único. O controle dos atos de gestão será exercido por meio de auditoria interna e externa.

Art. 35. Os balanços do exercício anterior serão remetidos ao Ministro de Estado e, através dele, ao Ministério da Fazenda, até 30 de junho de cada ano.

Art. 36. A SUDESUL poderá alienar bens do seu patrimônio, por proposta do Superintendente, aprovada pelo Conselho Deliberativo e homologada pelo Ministro de Estado.

Parágrafo único. Os bens que, por sua natureza, em virtude de lei, plano, ou programa, sejam destinados à revenda de terceiros, independem, para sua alienação, das formalidades previstas neste artigo.

Art. 37. A SUDESUL poderá aceitar, em garantia da execução de contratos, caução real ou fidejussória que reputar idônea.

Art. 38. O Superintendente poderá dispensar licitação e contrato formal para aquisição de materiais, prestação de serviços, execução de obras e locação de imóveis até quinhentas vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no país.

Art. 39. Estendem-se à SUDESUL os privilégios da Fazenda Pública quanto à impenhorabilidade de bens, rendas, serviços, prazos, cobranças de créditos, uso de ações especiais, juros e custas.

Art. 40. A SUDESUL desempenhará suas funções especializadas preferentemente através da contratação de prestação de serviços técnicos com pessoas, físicas ou jurídicas, habilitadas segundo critérios aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Art. 41. A SUDESUL remeterá ao Ministro de Estado, cópia das resoluções adotadas pelo Conselho Deliberativo, sem prejuízo de sua execução.

Art. 42. Os serviços da SUDESUL serão atendidos por pessoal admitido sob o regime da legislação trabalhista, cujos níveis salariais serão fixados pelo Superintendente, com observância do mercado de trabalho, ouvido o Conselho Deliberativo.

Art. 43. Obedecida a conveniência da SUDESUL, os serviços poderão também ser atendidos por:

a) servidores públicos federais, civis e militares, inclusive autárquicos, requisitados na forma da legislação em vigor;

b) servidores públicos estaduais, municipais ou autárquicos, postos à disposição pelas respectivas pessoas de direito público.

§ 1º Os servidores de que trata este artigo perceberão vencimentos e vantagens correspondentes aos de seu cargo de origem que poderão ser acrescidos de gratificação fixada pelo Superintendente, tendo em vista a função desempenhada na SUDESUL, obedecida a tabela aprovada pelo Conselho Deliberativo, e ressalvado o direito de opção previsto no parágrafo seguinte.

§ 2º Fica assegurado ao servidor o direito de optar pela percepção dos salários correspondentes à função por ele desempenhada na SUDESUL.

Art. 44. O Superintendente e o Superintendente-Adjunto perceberão vencimentos de seus cargos em comissão e as vantagens fixadas anualmente pelo Ministro de Estado.

CAPÍTULO III

Das Disposições gerais e transitórias

Art. 45. As Universidades e escolas de ensino superior localizadas nos Estados, abrangidos pela região Fronteira Sudoeste, integrar-se-ão no Plano de Desenvolvimento através de:

a) preparação, na área da Fronteira Sudoeste, de pessoal técnico e científico necessário ao desenvolvimento da mesma região;

b) realização de pesquisas e estudos indispensáveis aos objetivos do Plano.

§ 1º Nenhum recurso do Plano poderá ser consignado a instituições de

ensino para fins diferentes dos definidos neste artigo.

§ 2º O disposto neste artigo se aplica, no que couber, aos estabelecimentos de ensino que se dediquem à formação e treinamento de pessoal técnico de qualquer nível.

Art. 46. Fica extinta a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, criada pela Lei número 2.976, de 28 de novembro de 1956.

Art. 47. Ficam incorporados ao patrimônio da SUDESUL todos os bens imóveis e móveis da extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País.

Art. 48. Ficam transferidos para a SUDESUL todos os recursos entregues ou destinados à extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, inclusive os provenientes de convênios e de contratos.

§ 1º A aplicação dos recursos de que trata este artigo poderá ser prevista em programa proposto pelo Superintendente, aprovado pelo Conselho Deliberativo e homologado pelo Ministro de Estado.

§ 2º As dotações consignadas no Orçamento da União para o exercício de 1967 e créditos adicionais votados em favor da extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, a que se refere a Lei nº 2.976, de 28 de novembro de 1956, passam a constituir receita da SUDESUL.

Art. 49. A SUDESUL poderá desapropriar bens por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, quando necessário à realização de suas finalidades, na área de ação delimitada pelo disposto no artigo segundo.

Art. 50. O pessoal da extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, inclusive os beneficiados pelo parágrafo único do art. 23 da Lei nº 4.069, de 11 de julho de 1962, e os servidores de que trata o art. 7º da Lei nº 2.976, de 28 de novembro de 1956, poderá ser aproveitado no quadro especial da SUDESUL, que fica criado por este Decreto-lei e será organizado pelo

Conselho Deliberativo, por proposta do Superintendente.

Parágrafo único. O aproveitamento do pessoal, de que trata este artigo, será processado em cargos correspondentes às atividades e responsabilidades efetivamente exercidas no órgão extinto.

Art. 51. Os cargos do quadro especial serão extintos quando vagarem.

Parágrafo único. Em sendo o cargo de carreira, a extinção ocorrerá, a partir da classe inicial, após a promoção dos respectivos ocupantes.

Art. 52. O pessoal do órgão extinto, que não for aproveitado pela SUDESUL, será relotado em outros da Administração Pública Federal, de acordo com as conveniências desta.

Parágrafo único. O pessoal não aproveitado continuará a ser pago pela SUDESUL enquanto aguardar a re lotação.

Art. 53. O tempo de serviço público dos servidores do quadro especial, inclusive o prestado, a qualquer título, à extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, será computado, para todos os efeitos, na SUDESUL.

Art. 54. Os servidores pertencentes ao quadro especial poderão firmar contrato de trabalho com a SUDESUL, sob o regime da legislação trabalhista.

§ 1.º Enquanto vigorar o contrato de trabalho fica suspensa a vinculação do servidor com o serviço público, para todos os efeitos, ressalvada a exceção prevista no § 4.º deste artigo.

§ 2.º Extinta a relação contratual de trabalho, qualquer que seja a sua forma, restabelecer-se-á, automaticamente, a vinculação ao serviço público, na situação em que se encontrava o servidor, por ocasião da sua contratação.

§ 3.º O servidor que firmar contrato de trabalho com a SUDESUL, na forma prevista neste artigo, poderá contribuir para o IPASE, durante a vigência do contrato.

§ 4.º O tempo de serviço prestado à SUDESUL, nas condições deste artigo será contado como de serviço público para os fins de aposentadoria, disponibilidade, licença-prêmio e gratificação adicional por tempo de serviço.

§ 5.º No cálculo dos proventos da aposentadoria de servidor do quadro especial não será considerada nenhuma retribuição decorrente de contrato de trabalho com a SUDESUL, mesmo que a aposentadoria ocorra na vigência do contrato.

Art. 55. A faculdade concedida aos servidores do quadro especial da Autarquia, nos termos do art. 54, é extensiva aos funcionários e aos servidores autárquicos, desde que haja concordância expressa dos órgãos a que os mesmos pertençam.

Parágrafo único. Os servidores públicos que firmarem contrato de trabalho com a SUDESUL deixarão de perceber os vencimentos e vantagens de seus cargos ou funções enquanto permanecerem neste regime.

Art. 56. O horário de trabalho da SUDESUL será fixado pelo Superintendente, ouvido previamente o Conselho Deliberativo.

Art. 57. O regime instituído nos artigos 42, 43 e 50 a 56, inclusive, desta Lei, é extensivo à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE.

Art. 58. Fica aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste, para os exercícios de 1967, 1968 e 1969, na conformidade dos anexos a este Decreto-lei, salvo a parte relativa aos recursos orçamentários para a sua execução nos exercícios de 1968 e 1969, que serão os consignados no Orçamento Geral da União para esses exercícios.

Parágrafo único. A área de aplicação do I Plano Diretor é, no exercício de 1967, a de jurisdição da extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, e, a partir de 1968 será ampliada para a região definida no art. 2.º deste Decreto-lei.

Art. 59. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei n.º 2.976, de 28 de novembro de 1956.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

João Gonçalves de Souza

Roberto de Oliveira Campos

ANEXO I
Infra-estrutura

538

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

PROGRAMAS	CUSTO (NCR\$ Mil)			
	TOTAL	DESEMBOLSO PREVISTO		
		1967	1968	1969
1. <i>Eletrificação</i>	24.000,0	1.050,0	8.400,0	14.550,0
1.1 Transmissão	9.935,0	315,0	3.550,0	6.070,0
1.2 Distribuição	10.905,0	630,0	3.720,0	6.555,0
1.3 Geração	2.905,0	105,0	1.050,0	1.750,0
1.4 Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal	255,0	—	80,0	175,0
2. <i>Transporte e Comunicações</i>	23.943,0	723,0	8.500,0	14.725,0
2.1 Transporte	21.833,0	523,0	8.000,0	13.360,0
2.2 Comunicações	2.065,0	200,0	500,0	1.365,0
3. <i>Saneamento Básico</i>	11.154,0	674,0	4.260,0	6.220,0
3.1 Construção e ampliação dos sistemas de abastecimento de água	9.854,0	674,0	4.080,0	5.100,0
3.2 Estudos, projetos e pesquisas sanitárias	1.300,0	—	180,0	1.120,0
4. <i>Urbanismo</i>	676,0	126,0	100,0	450,0
4.1 Planejamento urbano	150,0	—	—	150,0
4.2 Combate à erosão urbana	526,0	126,0	100,0	300,0
TOTAL	59.778,0	2.573,0	21.260,0	35.945,0

ANEXO II
Recursos Naturais

PROGRAMAS	CUSTO (NCR\$ Mil)			
	TOTAL	DESEMBOLSO PREVISTO		
		1967	1968	1969
1. Cartografia	784,0	—	419,0	365,0
2. Foto interpretação	206,0	—	103,0	103,0
3. Geologia	579,0	70,0	276,0	233,0
4. Hidrogeologia	665,0	—	240,0	425,0
5. Recursos naturais renováveis	1.336,0	—	714,0	622,0
6. Meteorologia e Climatologia	450,0	—	300,0	150,0
TOTAL	4.020,0	70,0	2.052,0	1.898,0

ANOS DO PODER LEGISLATIVO

ANEXO. III
Recursos Humanos

540

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

PROGRAMAS	CUSTO (NCR\$ Mil)			
	TOTAL	DESEMBOLSO PREVISTO		
		1967	1968	1969
1. Educação	9.595,0	1.775,0	2.260,0	5.560,0
1.1 Preparo, Treinamento e Aperfeiçoamento do Magistério	2.259,0	180,0	594,0	1.485,0
1.2 Ensino Médio	3.294,0	1.185,0	594,0	1.485,0
1.3 Ensino Primário	2.132,0	130,0	572,0	1.430,0
1.4 Planos Especiais	1.442,0	210,0	352,0	880,0
1.5 Assistência e Educandos	301,0	70,0	66,0	165,0
1.6 Ensino Superior	60,0	—	30,0	30,0
1.7 Plano de Bibliotecas Ambulantes	60,0	—	30,0	30,0
1.8 Estudos e Pesquisas	77,0	—	22,0	55,0
2. Saúde	6.972,0	852,0	2.720,0	3.400,0
2.1 Atividades Médico-Sanitárias	2.548,0	100,0	1.068,0	1.360,0
2.2 Atividades de Assistência Hospitalar	1.776,0	552,0	544,0	680,0
2.3 Capacitação de Pessoal Técnico	712,0	100,0	272,0	340,0
2.4 Educação Sanitária	612,0	—	272,0	340,0
2.5 Estudos e Pesquisas	100,0	100,0	—	—
2.6 Saneamento Rural	1.224,0	—	544,0	680,0
3. Serviço Social	655,0	100,0	180,0	375,0
3.1 Treinamento e Aperfeiçoamento do Pessoal	245,0	—	70,0	175,0
3.2 Estudos e Pesquisas	220,0	10,0	60,0	150,0

3.3 Planejamento Social	16,0	16,0	—	—
3.4 Desenvolvimento e Organização de Comunidades ...	175,0	75,0	50,0	50,0
4. Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal para Programação Global e Setorial	620,0	15,0	105,0	500,0
TOTAL	17.842,0	2.742,0	5.265,0	9.835,0

ANEXO IV

Agricultura e Abastecimento

PROGRAMAS	CUSTO	(NCR\$ Mil)		
	TOTAL	DESEMBOLSO PREVISTO		
		1967	1968	1969
1. Pesquisa, Experimentação e Tecnologia	3.310,0	—	950,0	2.360,0
2. Promoção e Extensão Agropecuária	4.810,0	500,0	1.410,0	2.900,0
3. Comercialização	1.150,0	—	300,0	850,0
4. Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal	540,0	—	200,0	340,0
5. Pesquisas Sócio-Econômicas	200,0	—	100,0	100,0
TOTAL	10.010,0	500,0	2.960,0	6.550,0

ANEXO V

Indústria

542

PROGRAMAS	CUSTO (NCR\$ Mil)			
	TOTAL	DESEMBOLSO PREVISTO		
		1967	1968	1969
1. Assistência à pequena e média indústria	1.560,0	60,0	530,0	970,0
2. Estudos e pesquisas básicas	3.400,0	100,0	650,0	2.650,0
TOTAL	4.960,0	160,0	1.180,0	3.620,0

ANEXO VI

Programas Especiais

Atos do Poder Legislativo

PROGRAMAS	CUSTO (NCR\$ Mil)			
	TOTAL	DESEMBOLSO PREVISTO		
		1967	1968	1969
1. Assistência Administrativa aos Municípios	2.525,0	500,0	700,0	1.325,0
1.1 Administração Local e Integrada	1.912,0	387,0	500,0	1.025,0
1.2 Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal	613,0	113,0	200,0	300,0
2. Programas Específicos da Baixada Sul Riograndense	2.800,0	—	1.300,0	1.600,0

2.1	Tecnologia Pesqueira	350,0	—	150,0	300,0
2.2	Reflorestamento	400,0	—	200,0	200,0
2.3	Jazimentos Minerais e Hidrogeologia	550,0	—	250,0	300,0
2.4	Barragens e Modelos Reduzidos	700,0	—	300,0	400,0
2.5	Extensão Rural	900,0	—	400,0	500,0
3.	Ligação das Bacias dos Rios Ibicuí e Jacuí	20,0	20,0	—	—
3.1	Estudos e Pesquisas	20,0	20,0	—	—
TOTAL		5.445,0	520,0	2.000,0	2.925,0

ANEXO VII

Administração Geral e Planejamento

PROGRAMAS	CUSTO (NCR\$ Mil)			
	TOTAL	DESEMBOLSO PREVISTO		
		1967	1968	1969
1. Pessoal	6.326,652	674.652	2.256,000	3.396,000
2. Material de Consumo	653,200	130,000	218,400	304,800
3. Serviços de Terceiros	820,608	163,008	273,600	384,000
4. Encargos Diversos	754,800	150,000	252,000	352,800
5. Equipamentos e Instalações	1.006,400	200,000	336,000	470,400
6. Material Permanente	680,000	200,000	240,000	240,000
7. Inversões Financeiras	600,000	—	300,000	300,000
8. Planejamento	1.480,000	135,000	375,000	970,000
TOTAL	12.321,660	1.632,660	4.251,000	6.418,000

DECRETO-LEI Nº 302 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Revoga o Decreto-lei nº 137, de 2 de fevereiro de 1937, dispõe sobre a política de consolidação do Distrito Federal; cria a Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRAS), extingue o Grupo de Trabalho de Brasília (GTB), e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do artigo 9º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966,

Considerando a necessidade da fixação de diretrizes da política de transferência dos diversos órgãos governamentais da União para Brasília, Distrito Federal, e a necessidade da estruturação do Grupo de Trabalho de Brasília (GTB);

Considerando a necessidade da ordenação dos meios de que dispõe a União para localização definitiva do Governo em Brasília, mediante planejamento adequado e integrado, de forma a apressar a definitiva instalação dos órgãos federais na Capital da República, decreta:

Art. 1º Fica instituída a Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRAS) destinada a orientar, planejar, coordenar, executar e controlar as atividades inerentes à transferência, para Brasília, dos órgãos do Governo Federal que ali deverão ser instalados.

Parágrafo único. A CODEBRAS vincula-se ao Gabinete do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, devendo, entretanto, ser vinculada ao Gabinete do Ministro responsável pela Reforma Administrativa nos termos do artigo 187 do Decreto-lei nº 200, de 27 de fevereiro de 1967.

Art. 2º Compete à CODEBRAS:

I — elaborar o Plano Diretor de transferência, com indicação de prioridades, custos e recursos a ser aprovado por decreto do Presidente da República;

II — orientar e fiscalizar o Plano Diretor de transferência para Brasília;

III — baixar resoluções normativas e coordenadoras da ação do Governo Federal, relacionada com o Plano;

IV — organizar, anualmente, a programação financeira de suas atividades, a ser aprovada pelo Ministro a que estiver vinculada;

V — orientar e coordenar a mudança e instalação de órgãos e servidores da administração federal que se devam fixar em Brasília;

VI — promover a execução da política habitacional do Governo em Brasília, no que se referir à habitação para os servidores públicos federais, mediante a utilização de meios e recursos do setor público e dos financiamentos, internos e externos, obtidos para o efetivo cumprimento do Plano aprovado;

VII — exercer todas as atribuições atualmente cometidas ao Grupo de Trabalho de Brasília (GTB);

VIII — entender-se com o Governo do Distrito Federal, no sentido de que os empreendimentos, a cargo daquele Governo, referente aos serviços públicos de infra-estrutura venham a acompanhar o desenvolvimento do Plano Diretor referido no art. 2º — letra a.

IX — submeter ao Presidente da República as normas complementares e instruções regulamentadoras deste decreto-lei.

Art. 3º No desenvolvimento de suas atividades, a CODEBRAS deverá articular-se com o Governo do Distrito Federal no sentido de que a política do desenvolvimento do Distrito Federal, a cargo daquele Governo, venha atender ao planejamento global governamental específico atribuído à CODEBRAS.

Art. 4º A CODEBRAS elaborará o Plano Diretor plurianual referido no art. 2º — letra a — que constará, no mínimo, de:

I — Indicação justificada dos órgãos administrativos da União que, prioritariamente, se devam fixar no Distrito Federal com o respectivo cronograma de mudança;

II — Programa de edificações de residências para servidores públicos;

III — Programa de edificações de prédios públicos;

IV — Indicação prioritária ao Governo do Distrito Federal das áreas necessárias a execução das etapas do Plano;

V — Programação financeira das fontes e usos dos recursos a serem utilizados na execução do Plano;

VI — Etapas do desdobramento da implantação do Plano Diretor em harmonia com os recursos mobilizáveis.

Parágrafo único. Na elaboração do Plano Diretor, no que concerne à aplicação de recursos constantes do Orçamento da União, a CODEBRAS articular-se-á com os órgãos responsáveis pelo planejamento econômico — financeiro nacional e em consonância com a Reforma Administrativa, valendo-se da colaboração dos demais órgãos dos Três Poderes.

Art. 5º A Junta Diretora compete, basicamente, deliberar, por maioria de votos, sob a forma de Resolução, conforme dispuser o Regulamento que vier a ser baixado.

Parágrafo único. O Regulamento atribuirá aos membros efetivos da Junta Diretora, além da participação no colegiado, responsabilidade pela coordenação direta de determinadas atividades.

Art. 6º A Junta Diretora será constituída por 3 (três) membros, cidadãos de reconhecida competência, nomeados pelo Presidente da República, um dos quais será designado para presidi-la.

§ 1º Um dos membros da Junta Diretora será indicado pelo Prefeito do Distrito Federal.

§ 2º Cada membro da Junta Diretora terá um suplente, simultaneamente designado, que o substituirá, no colegiado, em suas faltas ou impedimentos.

§ 3º No impedimento do titular, exercerá a Presidência da Junta Diretora o membro mais idoso.

§ 4º Os membros efetivos da Junta Diretora estão obrigados a dedicação exclusiva e tempo integral.

Art. 7º O Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e três suplentes, nomeados pelo Presidente da República, é o órgão destinado a fiscalizar e apreciar a gestão dos administradores da CODEBRAS.

Art. 8º Compete ao Conselho Fiscal:

I — Examinar a escrita, o estado do Caixa e os valores em depósitos velando pela sua regularidade.

II — Opinar, sempre que solicitado pela Junta Diretora, sobre matéria de interesse econômico;

III — Apresentar parecer sobre as atividades econômico-financeiras da CODEBRAS;

IV — Dar parecer sobre o orçamento programa anual da Junta Diretora e acompanhar a sua execução;

V — Examinar e dar pareceres sobre o balanço anual, a ser encaminhado ao Ministro a que estiver vinculada a CODEBRAS.

Art. 9º A Secretaria Executiva será o órgão de apoio da Junta Diretora para a realização dos estudos e trabalhos que forem determinados, cabendo-lhe também promover a execução das resoluções e das decisões da Junta.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva será dirigida por um Secretário Executivo, designado pela Junta Diretora.

Art. 10. O Grupo de Trabalho de Brasília (GTB), criado pelo Decreto n.º 43.825, de 25 de fevereiro de 1958, fica extinto a partir da instalação da CODEBRAS, passando a estar o seu acervo, material, dotações orçamentárias e outros recursos a ele pertencentes.

Parágrafo único. A CODEBRAS assumirá também, a gestão dos recursos administrados pelo extinto GTB.

Art. 11. Na aplicação de fundos públicos ou quaisquer outros recursos financeiros geridos pela CODEBRAS continuam vigorando as disposições legais estabelecidas para a movimentação e emprego de recursos pelo Grupo de Trabalho de Brasília.

Art. 12. A CODEBRAS reexaminará os contratos e convênios firmados pelo extinto GTB para ratificá-los ou providenciar a devida revisão.

Art. 13. Mediante Resolução da Junta Diretora, a CODEBRAS alienará bens imóveis integrantes do seu patrimônio, sob prévia avaliação.

Art. 14. A CODEBRAS realizará os seus trabalhos mediante convênios e contratos com entidades públicas ou privadas, a fim de evitar aumento de custos operacionais e administrativos, decorrentes da execução direta de serviços.

Art. 15. Os serviços da CODEBRAS serão executados por pessoal sujeito ao regime da legislação do trabalho.

§ 1º Cabe à Junta Diretora aprovar os critérios salariais a serem ado-

tados na CODEBRAS, levando em conta a política salarial do Governo e as condições do mercado de trabalho, devendo a respectiva Tabela de Empregos ser previamente aprovada pelo Ministro a que estiver vinculada.

§ 2.º As admissões serão sempre feitas mediante concurso de provas ou de provas e títulos.

§ 3.º O pessoal atualmente em exercício no Grupo de Trabalho de Brasília poderá ser aproveitado na CODEBRAS, verificadas, em cada caso, a conveniência desse aproveitamento, a situação e a habilitação de servidor para as funções que deverá exercer.

§ 4.º O pessoal que não interessar aos serviços da CODEBRAS será dispensado ou devolvido à repartição de origem, se funcionário público.

§ 5.º Os funcionários públicos atualmente em exercício no Grupo de Trabalho de Brasília poderão continuar a prestar serviços à CODEBRAS, nas condições que estabelecer a Junta Diretora.

Art. 16. A CODEBRAS adotará o regime de auditoria interna para controle de suas atividades, podendo, ainda, atribuir a fiscalização da execução de seus contratos e convênios a firmas especializadas, de reconhecida idoneidade moral, e técnica.

Art. 17. A CODEBRAS manterá contabilidade patrimonial, financeira e orçamentária.

Parágrafo único. Até o dia 30 de abril de cada ano, a CODEBRAS remeterá a prestação de contas e o balanço do exercício anterior ao Ministro a que estiver vinculada e por meio deste ao Tribunal de Contas da União.

Art. 18. A CODEBRAS apresentará, no prazo de 30 (trinta) dias de sua instalação, o projeto de seu Regulamento, a ser aprovado por Decreto que fixará também a remuneração dos Membros da Junta.

Art. 19. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto-lei n.º 137, de 2 de fevereiro de 1967, e demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Roberto Campos

João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 303 -- DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Cria o Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 2º do artigo 9º do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

CAPÍTULO I

Da Poluição

Art. 1º Para as finalidades deste decreto-lei, denominar-se-á *Poluição* qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente (solo, água e ar), causada por qualquer substância sólida, líquida, gasosa ou em qualquer estado da matéria, que, direta ou indiretamente:

Seja nociva ou ofensiva à saúde, à segurança e ao bem-estar das populações;

Crie condições inadequadas para fins domésticos, agropecuários, industriais e outros; ou

Ocasione danos à fauna e à flora.

Art. 2º Os resíduos líquidos, sólidos ou de qualquer estado da matéria, provenientes de atividades industriais, comerciais, agropecuárias, domiciliárias e públicos só poderão ser despejados em águas receptoras, se estas não se tornarem poluídas, de acordo com o artigo 1º deste decreto-lei.

Parágrafo único. Poderão ser instituídos limites de poluição para cada caso estabelecendo-se quer padrões para os despejos, quer padrões de qualidade para as águas receptoras.

Art. 3º As substâncias emitidas por quaisquer tipos de fontes industriais, comerciais agropecuárias ou correjetas, maquinarias, equipamentos, veículos e outras não discriminadas, somente poderão ser lançadas na atmosfera se esta não se tornar poluída, de acordo com o art. 1º deste decreto-lei.

Parágrafo único. Poderão ser instituídos limites de emissão para a atmosfera estabelecendo-se quer padrões de emissão, quer padrões de qualidade do ar.

Art. 4º O presente decreto-lei aplica-se a todos os tipos de água, quer sejam públicas, de uso comum, particulares, superficiais, de subsolo ou outras, bem como a quaisquer fontes emissoras de poluentes na atmosfera, quer sejam de direito público ou privado e, ainda, a agentes que venham a poluir os solos.

CAPÍTULO II

Do Órgão de Controle da Poluição Ambiental

Art. 5º É criado, junto ao Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental, como único órgão de âmbito nacional, com a finalidade específica de promover e coordenar as atividades de controle da poluição ambiental. O CNCPA será um órgão colegiado presidido pelo Ministro da Saúde; seus membros integrantes serão, obrigatoriamente, técnicos identificados com os problemas específicos da engenharia de controle da poluição ambiental, assim distribuídos:

- um representante do Setor de Administração encarregado da Coordenação dos Organismos Regionais;
- um representante do Ministério da Indústria e do Comércio;
- um representante do Ministério da Agricultura;
- um representante do Ministério das Minas e Energia;
- um representante do Ministério dos Transportes;
- um representante do Setor de Administração encarregado da Ciência e Tecnologia;
- um representante do Estado-Maior das Forças Armadas;
- três representantes de administrações estaduais ou municipais, atuantes no setor do controle da poluição ambiental, a serem indicados pelas respectivas entidades a que pertencem.

§ 1º Em casos específicos, serão ouvidos pelo Conselho, representantes das Confederações Nacionais da Indústria, da Agricultura e do Comércio.

§ 2º O Conselho poderá, ainda, solicitar a cooperação de outras entidades, estatais ou não, quando assim considerado necessário.

Art. 6º O Conselho funcionará como órgão normativo e planejador,

agindo ainda como único coordenador específico de assunto junto ao Governo Federal e aos órgãos executores da política de controle da poluição ambiental.

Parágrafo único. O CNCPA terá as seguintes atribuições:

I — Estudar, rever ou aprovar, mediante portaria, as normas e limites necessários ao controle da poluição ambiental em âmbito nacional e em âmbito regional, ouvidos os órgãos competentes;

II — Normalizar e uniformizar as técnicas de trabalho a serem adotadas oficialmente no país, para o controle da poluição ambiental, em colaboração com os órgãos executores do controle da poluição ambiental;

III — Fixar normas gerais para o controle, prevenção e correção da poluição ambiental causada por estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários; instalações de queima de lixo; motores de combustão e veículos a motor de combustão ou qualquer outro dispositivo capaz de poluir o ambiente;

IV — Elaborar um sistema de normas de apoio, cooperação e estímulo aos investimentos privados em controle da poluição ambiental;

V — Coordenar estudos sobre as práticas de coleta, transporte e disposição final do lixo;

VI — Organizar planos nacionais de controle da poluição ambiental e programar sua execução;

VII — Estabelecer o grau de responsabilidade pela poluição, no caso de mais de uma entidade estar poluindo o ambiente;

VIII — Arbitrar e, atuar como órgão de recurso, em questões, interestaduais;

IX — Promover pesquisas, dar assistência técnica e colaborar com as entidades de ensino no treinamento do pessoal em assuntos de suas atribuições;

X — Promover campanhas de divulgação educativa e de orientação da opinião pública, em assuntos de poluição ambiental;

XI — Orientar outras entidades, estatais ou não, em assuntos relativos ao controle da poluição;

XII — Promover a celebração de convênios e acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, para o desenvolvimento de seus trabalhos.

CAPÍTULO III

Da Execução

Art. 8º A execução da política de controle da poluição ambiental será exercida em nível estadual e municipal; para isto, o CNCPA poderá reconhecer organismos já existentes e delegar-lhe poderes.

Parágrafo único. Quando houver conveniência, o CNCPA, dentro de suas possibilidades, avocará a si a execução de controle da poluição.

Art. 9º Ainda para a execução do controle da poluição, o CNCPA incentivará a criação de entidades municipais, intermunicipais, estaduais, interestaduais ou regionais, de preferência estruturadas por consórcios ou convênios administrativos, sob a forma de órgãos com a necessária autonomia administrativa, técnica e financeira.

Parágrafo único. Dêstes convênios ou consórcios poderão participar, também, entidades ou organizações particulares para a realização de serviços técnicos de controle ou correção. Neste caso, as medidas coercitivas ficarão a cargo das entidades públicas convenientes ou consorciadas e os estudos técnicos incumbirão aos estabelecimentos particulares.

Art. 10. As entidades executoras reconhecidas pelo CNCPA desenvolverão seus trabalhos nos seguintes setores básicos:

1. Controle da poluição: análises de rotina para levantamento das características do solo, das águas e do ar;

2. Prevenção da poluição: controle de novas fontes de poluição ambiental; para isto, nenhum projeto de instalação capaz de poluir o meio ambiente poderá ser executado sem prévia aprovação da entidade executora existente na área interessada;

3. Correção da poluição existente: medidas corretivas a serem tomadas, visando a adaptação de instalações capazes de poluir, às exigências desse decreto-lei. Neste caso, as empresas que, por iniciativa própria ou por sugestão de um órgão executor, instalem equipamentos para controle da poluição ambiental, gozarão dos incentivos fiscais previstos em lei.

Art. 11. As autoridades incumbidas da fiscalização ou inspeção, para

finis de controle da poluição ambiental terão livre entrada, em qualquer dia e hora, às instalações industriais, comerciais, agropecuárias ou outras, privadas ou públicas, capazes de poluir o meio ambiente.

Art. 12. Para a construção, ampliação, reforma, reconstrução, adaptações e instalações de estabelecimentos industriais, comerciais ou correlatos, será exigido pelas municipalidades, um termo de compromisso sujeitando-se o interessado ao cumprimento das disposições do presente decreto-lei.

Parágrafo único. Quando solicitado, o interessado deverá apresentar projetos, detalhes ou fluxogramas, devidamente assinados por profissional responsável, das instalações de tratamento ou controle da poluição ambiental.

Art. 13. Os órgãos executores, reconhecidos pelo CNCPA, terão as seguintes atribuições:

I — Promover o levantamento das condições sanitárias do solo, águas e ar da região;

II — Organizar planos regionais para prevenção da poluição ambiental na região;

III — Estudar, rever e encaminhar ao CNCPA para aprovação, normas e limites necessários ao controle da poluição ambiental na região;

IV — Promover, por todos os meios a seu alcance, a divulgação de normas tendentes a reduzir a poluição do solo, águas e ar na região;

V — Fornecer ao CNCPA, periodicamente, todas as informações concernentes à poluição ambiental na região, em todas as suas fases e aspectos;

VI — Firmar, por delegação do CNCPA, convênios ou acordos com Estados, Municípios, Escolas e Institutos especializados, Órgãos e Entidades nacionais, internacionais e estrangeiras públicas ou privadas, para o bom desenvolvimento de seus trabalhos;

VII — Coordenar, por delegação do CNCPA, atividades com o Conselho Nacional, de Trânsito, objetivando o cumprimento do art. 5º, inciso XVI, do Código Nacional de Trânsito que dispõe como competência do Conselho Nacional de Trânsito: "determinar o uso de aparelhos que diminuam ou impeçam a poluição do ar";

VIII — Executar e fazer executar o presente decreto-lei, em âmbito regional.

CAPÍTULO IV

Das penalidades

Art. 14. As pessoas físicas ou jurídicas que causarem poluição do meio ambiente, nos termos do art. 1º, ou que infringirem qualquer dispositivo deste decreto-lei, sujeitam-se as seguintes penalidades:

I — Multa de 1 (uma) a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País;

II — Interdição da atividade causadora da poluição.

§ 1º O Regulamento disporá sobre a aplicação das penalidades e fixará o montante das multas aplicáveis em cada caso.

§ 2º As penalidades deste artigo serão aplicadas sem prejuízo das que, por força de lei, possam também ser impostas por outras autoridades.

§ 3º A aplicação das penalidades será atribuição exclusiva dos órgãos executores definidos nos arts. 8º e 9º e seus parágrafos únicos.

Art. 15. É assegurado o direito de recurso, perante o órgão executor competente e, em última instância, ao CNCPA contra medida resultante da aplicação da presente lei.

Parágrafo único. O recurso não terá efeito suspensivo.

CAPÍTULO V

Da receita

Art. 16. Os recursos para a manutenção e desenvolvimento dos serviços do CNCPA provirão de:

I — dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pela União;

II — créditos especiais abertos por lei;

III — empréstimos, subvenções, dotações e outras rendas que, eventualmente, receber.

Art. 17. A dotação orçamentária constará do orçamento da União.

§ 1º O orçamento-programa do... CNCPA para cada exercício financeiro, será objeto de deliberação plenária de seus membros.

§ 2º Incumbe ao Presidente do... CNCPA movimentar os dinheiros do Conselho.

§ 3º O Presidente do CNCPA prestará, anualmente, contas ao órgão competente, da aplicação dos recursos arrecadados em cada exercício.

CAPÍTULO VI

Disposições gerais e transitórias

Art. 18. O Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental, terá um prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação da presente lei, para elaborar o projeto de sua regulamentação, a ser aprovado pelo Presidente da República.

Parágrafo único. O Regulamento disporá sobre a estrutura do CNCPA.

Art. 19. O CNCPA terá, como órgãos de apoio de suas atividades, os órgãos executivos do Ministério da Saúde designados pelo Ministro.

Parágrafo único. Para as atividades definidas no parágrafo único do art. 8º, o CNCPA poderá celebrar convênios com órgãos executores sediados em um Estado, para exercê-las em outros Estados.

Art. 20. Cada membro do CNCPA terá um suplente que o substituirá nos impedimentos e completará o período restante do mandato do titular, no caso de renúncia ou perda de mandato.

Parágrafo único. O Conselheiro perderá seu mandato por:

I — Morte;

II — Renúncia;

III — Falta injustificada 3 (três) sessões consecutivas;

IV — Procedimento incompatível com a dignidade da função, a julgamento do Conselho.

Art. 21. — Os membros do CNCPA serão remunerados na forma de "jetons" por reunião a que comparecerem.

§ 1º O montante de cada "jeton" será estabelecido no Regulamento.

§ 2º Não será permitido aos Conselheiros perceber mais que 5 (cinco) "jetons" por mês, devidos a seu comparecimento às reuniões do CNCPA.

Art. 22. Fica autorizada a abertura, pelo Ministério da Fazenda, de um

crédito especial de NCr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos), no presente exercício, para a constituição e implantação do CNCPA.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será automaticamente, registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, que o colocará à disposição do CNCPA.

Art. 23. Após a aprovação do regulamento pelo Presidente da República, será autorizada a abertura de um crédito especial para custear as atividades do CNCPA no exercício de 1967.

Art. 24. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Raymundo de Brito
Severo Fagundes Gomes
Ademar de Queiroz
Octavio Bulhões
Mauro Thibau
Paulo Edygio Martins
João Gonçalves de Souza
Roberto Campos

**DECRETO-LEI N.º 304 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967**

Abre Crédito Especial pelo Ministério da Viação e Obras Públicas ao Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes — GEIPOP.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, ao Grupo Executivo de Integração da Política de Transporte — GEIPOP, o Crédito Especial, de NCr\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros novos), destinado a cobrir despesas de qualquer natureza rela-

cionadas com a segunda fase do Estudo de Transportes do Brasil, na forma acordada com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, com vigência nos exercícios de 1967 e 1968.

Art. 2.º Fica automaticamente registrado o Crédito Especial de que cuida o art. 1.º, no Tribunal de Contas da União.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Juarez Távora
Roberto Campos

**DECRETO-LEI N.º 305 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967**

Dispõe sobre a legalização dos livros de escrituração das operações mercantis.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º São obrigatórios para qualquer comerciante com firma em nome individual e para as sociedades mercantis em geral os livros "Diário" e "Copiador", além dos que forem exigidos em lei especial.

§ 1º Além dos livros a que se refere o artigo anterior, as sociedades por ações deverão possuir:

I — o livro de "Registro de Ações Nominativas";

II — o livro de "Transferência de Ações Nominativas";

III — o livro de "Registro de Partes Beneficiárias Nominativas";

IV — o livro de "Transferências de Partes Beneficiárias Nominativas";

V — o livro de "Atas de Assembleias-Generais";

VI — o livro de "Presença dos Acionistas";

VII — o livro de "Atas das Reuniões da Diretoria";

VIII — o livro de "Atas e Pareceres do Conselho Fiscal".

§ 2º Os livros a que se referem os ns. III e IV do parágrafo anterior só

serão obrigatórios para as sociedades que emitirem partes beneficiárias nominativas.

§ 3º As sociedades por cotas de responsabilidade limitada poderão possuir facultativamente os livros a que se referem os ns. V a VIII, do § 2º, deste artigo.

Art. 2º Efetuado o pagamento da taxa cobrada pelo órgão do Registro do Comércio local, pelo mesmo será procedida a legalização dos livros, onde receberá, na furação própria ao longo do dorso e no sentido vertical, um fio e selo metálicos, conforme figura anexa, ficando suprimida a rubrica de folhas.

Parágrafo único. A furação de que trata este artigo será feita mecanicamente pelos respectivos fabricantes dos livros, entre as sobrecapas que ficam junto à primeira e a última folha útil do livro.

Art. 3º Os livros deverão ser encadernados e suas folhas numeradas, devendo conter na primeira e na última páginas úteis, respectivamente, termos de abertura e encerramento com indicação de firma individual ou do nome comercial da sociedade a que pertencem, do local da sede ou estabelecimento, do número e data do registro da firma ou do arquivamento dos atos constitutivos da sociedade no Registro do Comércio, do fim a que se destinam os livros, dos respectivos números de ordem e do número de suas páginas.

§ 1º Os termos de abertura e do encerramento deverão ser datados e assinados pelo comerciante e pelo responsável por sua escrituração.

§ 2º Os termos de abertura e de encerramento serão ainda assinados pelo funcionário competente do Registro do Comércio.

§ 3º O mesmo funcionário aplicará o fio e selo metálicos de inviolabilidade.

§ 4º Fora do Distrito Federal e das sedes das Juntas Comerciais ou de suas Delegacias, as formalidades de que trata este artigo poderão ser preenchidas pelo Juiz de Direito, a cuja jurisdição estiver sujeito o comerciante ou sociedade mercantil.

Art. 4º Quando o comerciante adotar fichas, ao invés de livros, para os casos de escrituração mecânica, se-

rão as mesmas numeradas seguidamente e autenticadas mecanicamente no Registro do Comércio, recebendo a de número um, no anverso, o termo de abertura e a última, no verso, o termo de encerramento a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A série de fichas abrange as fichas guias onde deverão ser anotadas as eventualmente inutilizadas em consequência de erro, borradura ou qualquer outro motivo que deverá ser registrado na ficha guia.

Art. 5º É facultado a qualquer comerciante, em nome individual, ou sociedade, solicitar a legalização de livros não obrigatórios.

Art. 6º É facultado a qualquer comerciante, em nome individual, ou sociedade, solicitar a transferência de livros para seus sucessores, desde que conste expressamente do instrumento próprio, devidamente arquivado, que a sucessão foi realizada assumindo o sucessor a responsabilidade do ativo e passivo do sucedido.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967: 146º da Independência e 79º da República

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Roberto Campos

Paulo Egydio Martins

DECRETO-LEI Nº 306 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Introduz um § 4º no art. 21 do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, decreta:

Art. 1º Fica acrescido ao art. 21 do Decreto-lei nº 67 de 21 de novembro de 1966, o seguinte parágrafo:

“§ 4º As prioridades asseguradas à Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro (CNLB) nos parágrafos segundo e terceiro do presente artigo, não serão aplicadas quando o interessado no afretamento ou no transporte conjugado de cargas for uma

sociedade de economia mista, o subsidiária de navegação, e as cargas a serem transportadas sejam constituídas de graneis sólidos ou líquidos".

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juarez Távora
Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 307 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Autoriza a abertura de crédito especial para concessão de recursos financeiros ao Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º, do art. 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, excepcionalmente, no presente exercício, ao Estado da Bahia, a título de compensação pela perda da receita correspondente ao imposto de exportação no ano de 1966, auxílio financeiro até o montante global de NCr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros novos).

Art. 2º Para fazer face à cobertura do crédito referido no artigo anterior, o Poder Executivo fica autorizado a promover a contenção de um montante igual das despesas orçamentárias previstas para o exercício de 1967.

Art. 3º Para atender ao disposto no art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no exercício de 1967, um crédito especial de NCr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros novos), que será considerado automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 4º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 308 — DE 23 DE
FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A.) e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Ficam extintas, a partir de 15 de março de 1967, as taxas de que trata o art. 20 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1966.

Art. 2º Até a data referida no artigo anterior as taxas nele mencionadas serão arrecadadas de acordo com as normas atualmente em vigor, observado o disposto no artigo 3º deste Decreto-lei.

§ 1º Ficam as usinas de açúcar e as destilarias de álcool obrigadas a cobrar e recolher ao Banco do Brasil, à conta do Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A.), as taxas devidas em conformidade com o disposto nos incisos I, II e III, do art. 20 da referida Lei nº 4.870.

§ 2º O Instituto do Açúcar e do Alcool indicará dentro de 60 (sessenta) dias contados da data deste Decreto-lei aos demais órgãos do Governo, estabelecimentos de crédito, oficiais e controlados pela União, as usinas e destilarias que deixaram de cumprir o disposto neste artigo, a fim de que não lhes sejam prestados quaisquer benefícios, inclusive os de assistência creditícia, enquanto não tiverem efetuado o recolhimento devido.

§ 3º Sem prejuízo das medidas previstas no parágrafo anterior e de outras sanções que no caso couberem, serão instaurados simultaneamente pelo órgão competente os processos por abuso de poder econômico e enriquecimento ilícito.

Art. 3º Para custeio da intervenção da União, através do Instituto do Açúcar e do Alcool, na economia canavieira nacional, ficam criadas, na forma prevista no artigo 157, § 9º da Constituição Federal de 25 de janeiro de 1967, as seguintes contribuições:

I — de até NCr\$ 1,57 (um cruzeiro novo e cinqüenta e sete centavos) por saco de açúcar de 60 (sessenta) quilos destinados ao consumo interno do País.

II — de até NCr\$ 0,01 (um centavo) de cruzeiro novo por litro de álcool de qualquer tipo e graduação destinado ao consumo interno, excluindo o álcool anidro para mistura carburante.

§ 1º As contribuições a que se refere este artigo serão proporcionalmente corrigidas pela Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool em função da variação dos preços do açúcar e do álcool, fixados para o mercado nacional.

§ 2º Quando o açúcar for acondicionado em sacos de peso inferior a 60 (sessenta) quilos ou a granel, a forma do parágrafo único do artigo 11 do Decreto-lei nº 56, de 18 de novembro de 1966, as contribuições a que se refere este artigo serão cobradas sobre as porções de 60 (sessenta) quilos, ou proporcionalmente quando se tratar de parcelas superiores.

§ 3º A produção e comercialização do açúcar líquido e do mel rico concentrado, desde que resulte da utilização da cana-de-açúcar, estarão sujeitas ao mesmo regime legal da disciplina da produção açucareira e do sistema de cobrança das contribuições na forma que for estabelecida em resolução da Comissão Executiva do I.A.A.

Art. 4º O custeio administrativo do Instituto do Açúcar e do Alcool e de seus programas de assistência à produção não poderá exceder o limite de 40 % (quarenta por cento) do produto da arrecadação das contribuições previstas no art. 3º.

Art. 5º O saldo da receita proveniente da contribuição de que trata o inciso 1º e 2º do artigo 3º será destinado:

I — 60 (sessenta por cento) para constituição do Fundo Especial de Exportação previsto no artigo 28 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, para a defesa da produção e garantia ao produtor do preço oficial para açúcar de exportação.

II — 40 % (quarenta por cento) para constituição de um fundo destinado à racionalização da agroindústria canavieira do Nordeste através do Grupo Especial para a Racionalização da Agroindústria canavieira do Nordeste — GERAN —, na forma do disposto no Decreto nº 59.033-A, de 8 de agosto de 1966.

Parágrafo único Também constituirão receita privativa do Fundo Especial de Exportação os resultados líquidos das exportações de açúcar para o mercado preferencial norte-americano e o mercado livre mundial, mantida a prioridade assegurada à Região Norte-Nordeste pelo artigo 7º da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965.

Art. 6º As contribuições previstas neste Decreto-lei serão recolhidas aos órgãos arrecadadores do I.A.A. ou da União, ao Banco do Brasil ou outros estabelecimentos oficiais de crédito, autorizados pelo I.A.A.

§ 1º O recolhimento pelas usinas, destilarias ou cooperativas de produtores das contribuições referidas neste artigo serão obrigatoriamente feito até o último dia do mês subsequente à venda, empréstimo, permuta, doação ou destinação como matéria-prima para uso próprio ou de terceiros com tradição real ou simbólica da mercadoria, observado, no que couber, o disposto no artigo 1º e seus parágrafos do Decreto-lei nº 56, de 18 de novembro de 1966.

§ 2º A falta de recolhimento das contribuições a que se refere este artigo nas datas em que se tornarem exigíveis, sujeitará o infrator à multa de 50 % (cinquenta por cento) do respectivo valor, sem prejuízo do recolhimento das importâncias devidas.

§ 3º O infrator que espontaneamente, antes de qualquer procedimento fiscal, recolher as importâncias devidas incorrerá na multa de apenas 10 % (dez por cento).

§ 4º Sendo reincidente o infrator, as multas a que se refere este artigo serão impostas em dobro.

Art. 7º No caso de fixação de preço médio nacional ponderado, previsto no artigo 13 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, a diferença de preço a que se refere o aludido artigo e seu § 1º, não poderá exceder ao valor da contribuição mencionada no inciso I, do art. 3º destes Decreto-lei.

Art. 8º Ficam mantidas como encargos da produção as contribuições a que se referem os artigos 36, alíneas "a" a "c" e 64 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965.

Art. 9º. Dependerá de prévia autorização do Instituto do Açúcar e do Alcool a transferência do açúcar de uma para outra região produtora, onde a produção exceda das necessidades do consumo ou onde houver preços diferentes de venda, tendo em vista a necessidade de proteger a produção açucareira, assegurar os interesses do fornecedor, garantir o abastecimento do mercado interno e evitar o abuso do poder econômico e o eventual aumento arbitrário de lucros.

Parágrafo único. A violação do disposto neste artigo sujeitará o infrator ao pagamento de multa igual ao valor do açúcar, vendido ou encontrado na região sem autorização de que trata o presente artigo, sem prejuízo da apreensão do açúcar que será considerado de produção clandestina, para os demais efeitos legais.

Art. 10. Os engenhos de aguardente ficam sujeitos a legislação a que estão subordinadas as demais fábricas de bebidas alcoólicas, independentemente de qualquer registro no I.A.A.

Art. 11. Aplica-se aos débitos fiscais de que o Instituto do Açúcar e do Alcool seja credor, o disposto no artigo 7º e seus parágrafos, e no artigo 10 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos nos parágrafos 7º, 8º e 9º do artigo 7º da referida Lei, contar-se-ão da data da publicação do presente Decreto-lei.

Art. 12. Sofrerão correção monetária, além de ficarem sujeitas aos juros de mora de 12 % (doze por cento) ao ano, as dívidas originadas de assistência creditícia prestada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, desde o momento em que se tornar líquida a sua exigibilidade, até a sua satisfação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo entrará em vigor noventa (90) dias após a publicação deste Decreto-lei.

Art. 13. Serão arquivados os processos fiscais cujo valor da infração ou das multas seja igual ou inferior a NCr\$ 20 (vinte cruzeiros novos).

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a modificar, por decreto, a estrutura administrativa do Insti-

tuto do Açúcar e do Alcool, a fim de adaptá-la à nova política decorrente do presente Decreto-lei até 31 de dezembro de 1967.

Art. 15. A fiscalização por parte do I.A.A. se exercerá de modo a não onerar os custos de armazenagem e transportes, permitida a comercialização dos tipos líquidos e a granel.

Art. 16. Feita a prova do cumprimento das obrigações legais estatuídas pela legislação específica vigente, as sociedades cooperativas terão automaticamente a sua inscrição junto à Autarquia.

Art. 17. Os Planos Anuais de Safra a partir da safra de 1968-69 deverão ser aprovados até 30 de abril de cada ano.

Art. 18. É permitida a transferência para a Região Norte, de usinas localizadas na região Nordeste, desde que possuam capacidade inferior a 250.000 (duzentos e cinquenta mil) sacos por safra, bem como da respectiva cota de produção.

Art. 19. Os processos de financiamento que tenham ingressado no Instituto até a data deste Decreto-lei, se deferido, serão encaminhados ao Banco Central da República para a observância do disposto no Decreto-lei nº 56, de 8 de novembro de 1966.

Art. 20. Ficam as usinas de açúcar e as destilarias de alcool obrigadas a recolher até o dia 30 de março do corrente ano, ao Banco do Brasil SA. e à conta do Instituto do Açúcar e do Alcool, as taxas arrecadadas em conformidade com o disposto nos itens I, II e III, do artigo 20, da Lei número 4.870, de 1º de dezembro de 1965.

Parágrafo único. O Instituto de Açúcar e do Alcool enviará, dentro de 60 (sessenta) dias contados da data deste Decreto-lei, ao Ministério da Indústria e do Comércio a relação das usinas e destilarias que deixaram de cumprir o disposto neste artigo, o qual, por sua vez, comunicará aos demais órgãos do Governo, incluindo os estabelecimentos de créditos oficiais e controlados pela União, a fim de que não lhes seja prestado qualquer benefício, enquanto retiverem o numerário recolhido, inclusive assistência de natureza creditícia.

Art. 21. Ficam canceladas as resoluções 1.761-63 e 1.762-63 de 1963, ambas de 12 de dezembro de 1963 e 1.859-64, de 5 de setembro de 1964, baixadas pela Comissão Executiva do I. A. A., visando a instalação de novas usinas de açúcar.

Parágrafo único. Ficam ressalvadas as situações já constituídas com autorizações para montagem de usinas já deferidas pelo I. A. A.

Art. 22. Visando assegurar condições efetivas a rentabilidade econômica das usinas, o I. A. A. por ocasião de aumento de cota de produção destinará o contingente necessário a elevar a 200.000 (duzentas mil) sacas as cotas das usinas com limites inferiores a esse nível.

Art. 23. Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data deste Decreto-lei, o I. A. A. apresentará ao Presidente da República através do Ministério da Indústria e do Comércio relatório sobre a conveniência e alienação da totalidade de suas ações na Companhia Usinas Nacionais.

Parágrafo único. Caso se decida pela alienação será a mesma processada com observância das exigências legais relativas à alienação do patrimônio público ouvidas as autoridades monetárias.

Art. 24. Para aplicação dos recursos resultantes do disposto neste Decreto-lei e de outros que lhe vierem a ser destinados, o GERAN efetuará convênios com agências financeiras oficiais.

Art. 25. Ficam suspensas as cotas compulsórias de abastecimento das refinarias, facultado ao I. A. A., com a aprovação do respectivo Ministério do Estado, restabelecê-las sempre que assim o exigir a necessidade do abastecimento.

Art. 26. Os benefícios e incentivos fiscais concedidos aos exportadores, serão transferidos aos produtores de açúcar, álcool e subprodutos da cana-de-açúcar, quando esses produtos forem adquiridos e exportados pelo I. A. A.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário especificamente o parágrafo 3º do artigo 5º, o parágrafo 1º

e 2º do artigo 14 os artigos 20 a 33, o artigo 41, o parágrafo 4º do artigo 51, os artigos 59 a 63 e o artigo 75 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965.

Art. 28. Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 546ª da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Bulhões

Paulo Egydio Martins

Roberto Campos

João Gonçalves de Souza

DECRETO-LEI Nº 309 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Altera as Leis ns. 4.448, de 29 de outubro de 1964, e 5.074, de 22 de agosto de 1966, que regulam as promoções dos Oficiais do Exército.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º O artigo 17 de Lei número 4.448, de 29 de outubro de 1964, fica alterado para o seguinte:

“Art. 17. Para promoção a Oficial-General Combatente, são exigidos mais os seguintes requisitos:

1) ...

2) exercício de função arregimentada, como Tenente-Coronel ou Coronel, por 2 (dois) anos, consecutivos ou não sendo pelo menos 1 (um) ano no comando de Corpo de Tropa ou de Estabelecimento de Ensino Militar autônomo, em qualquer daqueles postos;

3) ...

4) ...

Parágrafo único. O Poder Executivo regulará, para efeito deste artigo, as condições de arregimentação para os Coronéis das Armas e do Quadro de Material Bélico, tendo em vista as possibilidades e interesses do Exército”.

Art. 2.º Fica acrescido um parágrafo único ao artigo 42 da Lei número 4.448, de 29 de outubro de 1964, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. A forma de realização da votação, de que trata este artigo, será prescrita no Regulamento desta Lei”.

Art. 3.º O artigo 54 da Lei número 4.448, de 29 de outubro de 1964, alterado pela Lei n.º 5.074, de 22 de agosto de 1966, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 54. A Comissão de Promoções de Oficiais (CPO) constitui-se do Chefe do Estado-Maior do Exército e dos seguintes membros, nomeados por Decreto do Poder Executivo, substituíveis anualmente:

— 6 (seis) Generais-de-Divisão;

— 4 (quatro) Generais-de-Brigada;

— 1 (um) General Engenheiro Militar;

— 1 (um) General de cada um dos Serviços, devendo ser, em princípio, no total de Oficiais-Generais Combatentes, 2 (dois) originários de cada uma das Armas”.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Ademar de Queiroz

DECRETO-LEI Nº 310 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 9º § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º A Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior, criada pelo Decreto nº 3.852, de 1º de maio de 1967, com sede atual na cidade de

Nova York, Estado de Nova York, Estados Unidos da América, compete:

a) contabilizar os compromissos financeiros do Governo do Brasil no Exterior, mantendo para esse fim registro completo e permanentemente atualizado dos empréstimos e demais obrigações financeiras diretamente assumidos no Exterior pelo Tesouro Nacional ou por este encampados, garantidos ou avaliados;

b) efetuar pagamento de juros, amortizações e quaisquer outras despesas resultantes de compromissos financeiros assumidos pelo Governo do Brasil no Exterior;

c) manter o Ministro da Fazenda permanentemente informado a respeito da cotação, nos mercados estrangeiros, de títulos e papéis representativos de compromissos financeiros do Governo do Brasil no Exterior, inclusive dos Estados e Municípios, autarquias e sociedades de economia mista;

d) representar o Governo do Brasil na assinatura, no Exterior, de contratos e compromissos de qualquer natureza de que resultem obrigações financeiras para o Tesouro Nacional, inclusive sob a forma de garantia ou aval;

e) centralizar o pagamento e a contabilização das despesas do Governo Brasileiro no Exterior, realizadas a conta dos créditos orçamentários ou adicionais que lhe forem distribuídos ou autorizadas por movimento de fundos, bem como das que forem atendidas com numerário transferido por exclusivo intermédio do Banco do Brasil, com destinação especial;

f) fazer adiantamentos e suprimentos previstos em lei ou autorizados por entidade competente para atender às despesas mencionadas na alínea “i”, exigindo prestação de conta dos responsáveis pela sua aplicação e examinando as comprovações apresentadas, para aceitá-las quando boas, ou para exigir a reposição de importâncias remetidas ou correspondentes a despesas glosadas;

g) receber e restituir depósitos e cauções feitos na Delegacia por força de disposição legal ou regulamentar ou em virtude de determinação do Ministro da Fazenda;

h) promover lançamentos e efetuar a cobrança e a arrecadação de im-

postos, taxas e contribuições devidos a Fazenda Nacional no Exterior;

f) prestar assistência, dentro da esfera de sua competência, a funcionários do Ministério da Fazenda e de outros Departamentos da Administração, enviados para serviço ou missão no exterior;

g) responder as consultas e prestar informações e assistência, dentro de âmbito de sua competência, a pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesses ou negócios no Brasil ou pretendem realizar investimentos no país;

h) abrir, manter e movimentar, em estabelecimentos de crédito de comprovada idoneidade, contas bancárias com sua denominação no exterior de "Brazilian Treasury Delegation" ou com o título de Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior;

m) exercer outros encargos e funções que lhe sejam atribuídos pelo Ministro da Fazenda.

Art. 2º A Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior será dirigida por um Delegado, nomeado em comissão pelo Presidente da República, devendo a escolha recair em funcionário do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, possuidor de diploma de curso superior, que conte 15 (quinze) anos pelo menos de serviço público, de cujos assentamentos conste excepcional grau de merecimento e que tenha desempenhado cargos e funções de relevo na Administração Pública.

Art. 3º O Delegado do Tesouro Brasileiro no Exterior, sem prejuízo de suas funções na Delegacia e sem qualquer vantagem pecuniária adicional, exercerá também as funções de Conselheiro Financeiro da Embaixada do Brasil junto ao Governo dos Estados Unidos da América e da Missão do Brasil junto à Organização das Nações Unidas, competindo-lhe, nessa qualidade, prestar toda assistência e cooperação a ambas as missões diplomáticas, as quais deverão ouvir nos seus assuntos de caráter financeiro que lhes caibam examinar ou decidir.

Art. 4º O Delegado do Tesouro Brasileiro terá um Assistente, igualmente nomeado em comissão pelo Presidente da República, devendo a escolha recair em funcionário do Quadro Permanente do Ministério da Fa-

zenda que satisfaça os mesmos requisitos exigidos pelo artigo 2º para a nomeação do Delegado, exceto quanto ao tempo de serviço que, no caso deste artigo, fica reduzido à exigência mínima de 10 anos.

Parágrafo único. O Assistente do Delegado será seu substituto legal, em suas ausências e impedimentos, quer na chefia da Delegacia, quer nas funções de Conselheiro Financeiro da Embaixada do Brasil junto à Organização das Nações Unidas.

Art. 5º A Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior terá a estrutura administrativa fixada em Regimento e compreenderá os seguintes setores de trabalho: Administração Geral; Receita; Despesa; Fiscalização; Tesouraria; Assessoria Econômico-Financeira.

§ 1º O Poder Executivo, dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar da vigência deste Decreto-lei, expedirá o Regimento da Delegacia definindo as atribuições dos seus órgãos componentes.

§ 2º As Assessorias e setores de trabalho da Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior bem como a Tesouraria, terão chefes designados pelo Delegado do Tesouro e escolhidos dentre os funcionários do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda mandados servir na mesma Delegacia.

Art. 6º Os serviços auxiliares e de rotina da Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior serão executados, exclusivamente por pessoal recrutado localmente, dentro dos limites da dotação orçamentária própria e mediante contrato de locação de trabalho.

§ 1º Os salários do pessoal a que se refere este artigo serão fixados na moeda do país em que estiver sediada a Delegacia, observados os padrões locais.

§ 2º Não é reconhecida ao mesmo pessoal a condição de servidor do Governo do Brasil para qualquer dos efeitos da legislação nacional sendo seus direitos e vantagens, inclusive no tocante à rescisão do contrato, estipulados no respectivo termo.

Art. 7º Além de Delegado e do Assistente, serão designados funcionários do Quadro Permanente do Ministério

da Fazenda para terem exercício na Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior, em número nunca excedente a 10 (dez) os quais serão incumbidos, exclusivamente de funções de assessoramento técnico e especializado ao Delegado, bem como de direção, supervisão e chefia dos setores de trabalho da Delegacia.

§ 1º São condições obrigatórias para designação de funcionários do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda para ter exercício na Delegacia do Tesouro Brasileiro, no exterior:

- a) idade inferior a 60 (sessenta) anos;
- b) curso de nível universitário e conhecimento satisfatório do idioma inglês;
- c) merecimento excepcional, consignado em seus assentamentos;
- d) desempenho de funções relevantes na Administração Pública.

§ 2º Sem prejuízo de suas funções na Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior ou na Contadoria Seccional, os funcionários designados para servir naquelas repartições ficarão obrigados a frequentar cursos ou a realizar estágios e observações de interesse para o Ministério da Fazenda, no setor de política monetária ou fiscal ou da administração financeira, conforme indicação do Delegado, a quem deverão apresentar relatório, nos prazos que forem por ele fixados.

Art. 8º O prazo de permanência no exterior de funcionários do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, designados para ter exercício na Delegacia do Tesouro Brasileiro será fixado no ato da designação, não podendo ser inferior a 1 (um) ano, nem superior a 4 (quatro) anos, nos termos do § 1º do artigo 37 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Parágrafo único. Findo o prazo estabelecido neste artigo, os funcionários serão automaticamente desligados de suas funções na Delegacia, devendo apresentar-se aos seus órgãos de lotação no Brasil, dentro do prazo, improrrogável, de 60 (sessenta) dias.

Art. 9º Os funcionários do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, designados para ter exercício na Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior, perderão o direito aos ven-

cimentos e demais vantagens vinculadas aos seus cargos efetivos no Brasil, enquanto permanecerem naquele órgão, recebendo a retribuição fixa de US\$ 1,000 (mil dólares) mensais, acrescida das seguintes gratificações de representação:

- a) *Delegado*: 1/2 (metade) da gratificação atribuída ao Embaixador do Brasil junto ao Governo dos Estados Unidos da América;
- b) *Assistente de Delegado*: 1/2 (metade) da gratificação mensal de representação atribuída a Ministro de 2ª classe da Embaixada do Brasil junto ao Governo dos Estados Unidos da América;
- c) *Chefes de Assessoria e da Contadoria Seccional e da Tesouraria*: 1/2 (metade) da gratificação mensal de representação atribuída a Conselheiro da mesma Embaixada;
- d) *Funcionários*: 1/2 (metade) da gratificação mensal de representação atribuída a 1º Secretário da mesma Embaixada.

Parágrafo único. A ajuda de custo a ser paga aos funcionários do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, por ocasião de sua designação para a Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior ou de seu desligamento da mesma Delegacia, não poderá exceder em seu total a 1 (um) mês de remuneração.

Art. 10. Junto à Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior funcionará uma Contadoria Seccional, administrativamente subordinada ao Delegado, devendo porém obedecer às normas e instruções de natureza técnica emanadas da Contadoria Geral da República.

§ 1º Terão exercício na Contadoria Seccional junto à Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior 3 (três) Contadores do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, designados pelo Presidente da República e demais funcionários em exercício naquela repartição.

§ 2º Um dos Contadores a que se refere o parágrafo anterior será designado para chefiar a Contadoria Seccional, pelo Contador-Geral da República.

Art. 11. São mantidas as demais atribuições conferidas pela legislação em vigor à Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior, bem como as dis-

posições do Decreto-lei nº 9.697, de 2 de setembro de 1946, no que não colidirem com as do presente Decreto-lei.

Parágrafo único. Os saldos dos créditos orçamentários e adicionais distribuídos à Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior, apurados à data do encerramento do exercício, senão escriturados em Restos a Pagar, autorizada sua aplicação, exclusivamente, em despesas ou compromissos do respectivo exercício, não liquidados até 31 de dezembro.

Art. 12. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Otávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 311 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, materiais transferidos à Companhia de Transportes Urbanos (CTU).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2º do artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, à Companhia de Transportes Urbanos (CTU), da cidade de Recife, par aos equipamentos que, anteriormente importados pela Prefeitura Municipal de Recife, foram transferidos à referida sociedade de economia mista.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Otávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 312 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Autoriza a prestação da assistência farmacêutica pela previdência social e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve expedir o seguinte decreto-lei:

Art. 1º Fica a previdência social autorizada a prestar assistência farmacêutica a seus beneficiários na forma do que dispuser regulamento.

Art. 2º A assistência farmacêutica poderá assumir as modalidades seguintes:

- a) fornecimento direto de medicamentos;
- b) financiamento, parcial ou total, da aquisição de medicamentos;
- c) dação em consignação de medicamentos a empresas, mediante convênios.

Art. 3º Os beneficiários da assistência farmacêutica, sempre que possível, participarão do seu custeio, na medida dos seus ganhos efetivos.

Art. 4º Os órgãos públicos federais colaborarão na prestação da assistência farmacêutica, inclusive fornecendo medicamentos de sua fabricação, mediante convênios com o Instituto Nacional de Previdência Social.

Art. 5º Para que a previdência social seja reembolsada da parcela de custeio a cargo do beneficiário é autorizado o desconto pelas empresas nos salários dos empregados e pela própria previdência social nas prestações de benefícios.

§ 1º A dívida do empregado e o seu resgate serão assentados na Carteira Profissional para que seus empregadores possam proceder ao desconto, no caso de sucessivos contratos de trabalho.

§ 2º Os empregadores farão o recolhimento das importâncias descontadas dos empregados, mensalmente, em guias próprias.

Art. 6º Para assessorar o Conselho Diretor do Departamento Nacional da Previdência Social na prestação da assistência farmacêutica, criada por

este decreto-lei, fica criado o Conselho Nacional da Assistência Farmacêutica da Previdência Social, constituído dos seguintes membros:

a) presidente do Conselho Diretor do Departamento Nacional da Previdência Social, que será o seu presidente;

b) representante do Ministério da Saúde;

c) representante da Superintendência Nacional do Abastecimento;

d) representante da Indústria Farmacêutica, indicado pela Confederação Nacional da Indústria;

e) representante do Conselho Federal de Farmácia;

f) presidente do Instituto Nacional da Previdência Social.

§ 1º O Conselho Nacional da Assistência Farmacêutica da Previdência Social terá uma secretaria administrativa com atribuições definidas em regulamento.

§ 2º Os membros do Conselho Nacional da Assistência Farmacêutica da Previdência Social perceberão uma gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva, observado os termos do art. 36 e seus parágrafos do Decreto-lei 81, de 21 de dezembro de 1966.

Art. 7º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições legais em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Augusto Bretas de Noronha

DECRETO-LEI Nº 313 — DE 7 DE MARÇO DE 1967

Cria, no Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa, o Quadro de Oficiais-Engenheiros e sua respectiva reserva.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, combinado com o artigo 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Criação e Constituição do Quadro

Art. 1º Fica criado, no Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa, como Quadro de Serviço, o Quadro de Oficiais-Engenheiros (Q.O.Eng.)

Parágrafo único. Terá como finalidade prover a Aeronáutica de apoio técnico necessário à pesquisa, desenvolvimento e infra-estrutura.

Art. 2º O Quadro de Oficiais-Engenheiros será formado com:

1 — oficiais da Aeronáutica que, na data da publicação deste Decreto-lei, sejam diplomados pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica — (ITA) ou Instituto Militar de Engenharia (IME);

2 — oficiais da Aeronáutica que, na data da publicação deste Decreto-lei, sejam diplomados em engenharia em uma das especialidades a que trata o parágrafo único do art. 7º, por Institutos, Faculdades ou Escolas de Engenharia, oficialmente reconhecidos pelo Governo Federal;

3 — engenheiros diplomados pelo ITA, ex-cadetes da Escola de Aeronáutica;

4 — engenheiros selecionados mediante concurso.

Parágrafo único. Serão considerados para a seleção, mediante concurso:

a) os engenheiros diplomados pelos Institutos, Faculdades e Escolas de Engenharia, oficialmente reconhecidos pelo Governo Federal;

b) os engenheiros, cujos diplomas venham a ser reconhecidos pelo Governo Federal, mesmo quando formados em Institutos, Faculdades e Escolas de Engenharia, fora do país, em grau superior ou equivalente.

CAPÍTULO II

Ingresso dos Engenheiros Selecionados por Concurso

Art. 3º Os engenheiros, de que trata o nº 4 do artigo anterior, serão selecionados pelo grau de aproveitamento obtido em concurso, para preenchimento de vagas fixadas.

§ 1º Os candidatos selecionados, juntamente com os ex-cadetes da Escola de Aeronáutica diplomados pelo ITA, obrigam-se a um Curso ou

Estágio de adaptação, para ingressarem no Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa.

§ 2º O pessoal, a que se refere o parágrafo anterior, será considerado 2º Tenente do Q.O. Eng., para efeito de vencimentos, uso de uniformes e precedência hierárquica, durante o Curso ou Estágio.

§ 3º O Ministro da Aeronáutica baixará instruções para a Organização e Funcionamento do Curso ou Estágio de Adaptação de Engenheiros e as medidas complementares que se fizerem necessárias.

§ 4º O Curso ou Estágio previsto não deverá ter duração inferior a 6 (seis) meses nem superior a 12 (doze) meses.

Art. 4º O ingresso no Quadro de Oficiais-Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa, dos Engenheiros que realizarem o Curso ou Estágio de Adaptação far-se-á mediante:

- a) conclusão com aproveitamento do Curso ou Estágio;
- b) conceito favorável.

§ 1º O pósto inicial para inclusão no Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa é o de 1º Tenente, feita a nomeação por decreto.

§ 2º A ordem de inclusão no Quadro, para efeito de antiguidade, obedecerá à classificação final obtida no Curso ou Estágio, com precedência dos ex-cadetes da Aeronáutica sobre os demais Segundos Tenentes.

§ 3º Os oficiais incluídos no Q.O. Eng., na forma deste artigo, contam tempo de efetivo serviço, como oficiais, a partir da data de início do respectivo Curso ou Estágio de Adaptação.

Art. 5º O não aproveitamento no Curso ou Estágio de Adaptação, ou falta de conceito favorável, impedirá definitivamente a inclusão no Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa.

§ 1º O desligamento do Curso ou Estágio de Adaptação poderá ser feito em qualquer fase de seu funcionamento, por ato do Ministro da Aeronáutica.

§ 2º Todas as vantagens e prerrogativas concedidas ao candidato cessarão na data do seu desligamento do Curso ou Estágio de Adaptação.

CAPÍTULO III

Ingresso de Oficiais diplomados pelo ITA ou pelo IME

Art. 6º Os oficiais, de que tratam os números 1 e 2 do art. 2º, ingressarão no Quadro de Oficiais Engenheiros por opção e mediante decreto, obedecendo as seguintes disposições:

1 — no pósto que tiverem, ou no de 1º Tenente se forem 2º Tenentes, os oficiais da Aeronáutica da Ativa, e os do Quadro de Oficiais Engenheiros da Reserva da Aeronáutica que se encontrem convocados à data da publicação deste Decreto-lei.

2 — no pósto de 1º Tenente, os oficiais da reserva, após 1 (um) ano de efetivo serviço como convocados.

§ 1º A inclusão no Q.O.Eng., dos Oficiais da Aeronáutica considerados neste artigo, independerá do número de vagas fixado para cada pósto, e obedecerá à precedência hierárquica.

§ 2º O oficial incluído no Q.O. Eng., na forma do parágrafo anterior, será relacionado, sem número no Almanaque Militar, até que a vaga se verifique, se for excedente.

CAPÍTULO IV

Da Constituição e do Acesso no Q.O.Eng.

Art. 7º O Quadro de Oficiais Engenheiros terá a seguinte constituição inicial:

Major-Brigadeiro	1
Brigadeiro	2
Coronel	16
Tenente-Coronel	32
Major	50
Capitão	100
1º Tenente	variável

Parágrafo único. As especialidades de engenharia no Quadro de Oficiais Engenheiros serão fixadas por decreto, de forma a atender às necessidades de engenharia do Ministério da Aeronáutica, dentro de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste Decreto-lei.

Art. 8º Aplica-se ao Quadro de Oficiais Engenheiros a legislação em vigor que regula as promoções no Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa.

Parágrafo único. As condições peculiares para o acesso, no Quadro de Oficiais Engenheiros, serão estabelecidas por decreto.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 9º Fica criado o Quadro de Oficiais Engenheiros da Reserva de 2ª Classe (Q.O.Eng. R/2), cuja regulamentação será objeto de decreto do Poder Executivo.

Art. 10. A convocação dos oficiais, integrantes do Quadro a que se refere o artigo anterior, para o serviço ativo da Força Aérea Brasileira, poderá ser feita por um período de 2 (dois) anos.

§ 1º A requerimento do interessado e a critério do Ministro da Aeronáutica, o período de convocação poderá ser renovado uma única vez por mais 2 (dois) anos.

§ 2º No dia imediato ao que completarem 2 (dois) ou 4 (quatro) anos de convocação, conforme o caso, deverão os convocados ser licenciados, exceto quando estiverem "sub judice", hospitalizados ou aguardando reforma.

§ 3º O licenciamento dos que estiverem "sub judice" ou hospitalizados ocorrerá logo após o desembarque perante a justiça ou sejam julgados aptos pelo estabelecimento hospitalar.

§ 4º Poderá ser licenciado, a qualquer tempo, o oficial engenheiro da reserva de 2ª classe, cuja permanência no serviço ativo da Força Aérea Brasileira seja considerada, pelo Ministro da Aeronáutica, nociva à disciplina ou prejudicial aos interesses do serviço.

Art. 11. A categoria de engenheiro nos Quadros de Oficiais da Aeronáutica fica em extinção para os postos de Oficiais-Generais e extinta para os demais postos.

CAPÍTULO VI

Disposições Transitórias

Art. 12. Para a formação inicial do Quadro de Oficiais Engenheiros serão para ele transferidos, por opção:

1 — os Oficiais-Generais do Quadro de Oficiais-Aviadores da Ativa, incluídos na Categoria de Engenheiros.

2 — os oficiais do Quadro de Oficiais-Aviadores da Ativa incluídos na Categoria de Engenheiros.

3 — os oficiais dos demais Quadros de Oficiais da Aeronáutica da Ativa, quando nas condições dos números 1 e 2 do artigo 2º.

4 — os oficiais do Quadro de Oficiais Engenheiros da Reserva convocados.

Art. 13. Os oficiais referidos no artigo anterior terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação do presente Decreto-lei, para requererem ao Ministro da Aeronáutica a inclusão no Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa.

§ 1º A arguição de direito para ingresso no Quadro de Oficiais Engenheiros prescreverá com o prazo estabelecido no presente artigo.

§ 2º No prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de publicação do presente Decreto-lei o Ministro da Aeronáutica submeterá à aprovação do Presidente da República, em um único projeto de decreto, todas as transferências para a formação do Q.O.Eng. e o estabelecimento da composição dos postos, dentro da ordem hierárquica do pessoal transferido.

Art. 14. A transferência para o Q.O. Eng. dos Oficiais que requererem a inclusão no Quadro, na forma do artigo anterior, obedecerá às seguintes disposições:

1 — quanto ao posto, de acordo com o artigo 6º deste Decreto-lei;

2 — quanto à precedência hierárquica, de acordo com os Estatutos dos Militares.

Art. 15. Para efeito de promoções, até o posto de Coronel, os Oficiais do Quadro de Oficiais Engenheiros serão homologos a Oficiais do Quadro de Oficiais-Aviadores.

Parágrafo único. A homologia de que trata este artigo será feita do seguinte modo:

1 — Oficial do Quadro de Oficiais Engenheiros com o Oficial do Quadro de Oficiais-Aviadores do mesmo posto, de antiguidade imediatamente superior;

2 — Se houver dois ou mais oficiais do Quadro de Oficiais Engenheiros homologos a um só oficial do Quadro de Oficiais-Aviadores guardarão aquelas suas posições relativas de antiguidade.

Art. 16. Enquanto o Quadro de Oficiais Engenheiros não estiver totalmente preenchido, até o posto de Coronel, inclusive, as promoções até esse posto serão feitas de acordo com as normas estabelecidas para categoria especial de Engenheiros, extinta no artigo 11 deste Decreto-lei.

Parágrafo único. Na confecção dos Quadros de Acesso por antiguidade, os oficiais do Quadro de Oficiais Engenheiros, serão colocados imediatamente abaixo dos Oficiais do Quadro de Oficiais-Aviadores que lhes sejam homólogos.

Art. 17. Aos oficiais matriculados no Instituto Tecnológico de Aeronáutica e no Instituto Militar de Engenharia, quando da publicação deste Decreto-lei, fica assegurado o direito de ingresso no Quadro de Oficiais Engenheiros, após o término do respectivo curso, com aproveitamento, mantida a precedência hierárquica vigente àquela data.

Parágrafo único. Após o término do curso de engenharia, os oficiais de que trata este artigo terão (quarenta e cinco) dias para requererem a inclusão no Quadro.

Art. 18. O Poder Executivo baixará os atos complementares necessários à organização do Quadro de Oficiais Engenheiros (Q.O. Eng.) e regulamentará o presente Decreto-lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 19. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de março de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Eduardo Gomes

DECRETO-LEI N.º 314 — DE 13 DE
MARÇO DE 1967

Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 30 do Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965, combinado com

o art. 9.º do Ato Institucional n.º 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1.º Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art. 2.º A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Art. 3.º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1.º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagonicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país.

§ 2.º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contra-propaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3.º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.

Art. 4.º Na aplicação deste decreto-lei o juiz, ou Tribunal, deverá inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos nos artigos anteriores.

CAPÍTULO II

Dos Crimes e das Penas

Art. 5.º Tentar, com ou sem auxílio estrangeiro, submeter o território nacional, ou parte dele, ao domínio ou soberania de outro país, ou suprimir ou pôr em perigo a independência do Brasil:

Pena — reclusão, de 5 a 20 anos.

Art. 6.º Entrar em entendimento ou negociação com governo estrangeiro ou seus agentes, a fim de provocar guerra ou atos de hostilidade contra o Brasil:

Pena — reclusão, de 5 a 15 anos.

Art. 7.º Praticar atos de hostilidade contra potência estrangeira, capazes de provocar, por parte desta, guerra ou represálias contra o Brasil;

Pena — reclusão, de 3 a 10 anos.

Parágrafo único. Se a guerra fôr declarada ou forem efetuadas as represálias, a pena será aumentada de um terço.

Art. 8.º Aliciar indivíduos de outra nação para que invadam o território brasileiro, seja qual fôr o motivo ou pretexto:

Pena — reclusão, de 3 a 10 anos.

Parágrafo único. Verificando-se a invasão, a pena será aplicada no dobro.

Art. 9.º Concertarem-se mais de 2 (duas) pessoas para a prática de qualquer dos crimes previstos nos artigos anteriores:

Pena — reclusão, de 1 a 5 anos.

Art. 10. Comprometer a segurança nacional, sabotando quaisquer instalações militares, navios, aviões, material utilizável pelas Forças Armadas, ou, ainda, meios de comunicação e vias de transporte, estaleiros, portos e aeroportos, fábricas, depósitos ou outras instalações, eventualmente necessários à defesa nacional;

Pena — reclusão, de 4 a 12 anos.

Art. 11. Redistribuir material ou fundos de propaganda de proveniência estrangeira, sob qualquer forma ou a qualquer título, para a infiltração de doutrinas ou idéias incompatíveis com a Constituição:

Pena — reclusão, de 1 a 5 anos.

Parágrafo único. Se a propaganda de que trata o artigo, utilizando o material ou fundos de proveniência estrangeira, é feita a fim de submeter o Brasil a outro país:

Pena — reclusão, de 2 a 3 anos.

Art. 12. Formar ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização

internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional:

Pena — reclusão, de 1 a 5 anos.

Parágrafo único. No caso de simples culpa, a pena será:

Detenção: de 3 meses a 1 ano.

Art. 13. Promover ou manter, em território nacional, serviço de espionagem em proveito de país estrangeiro ou de organização subversiva:

Pena — reclusão, de 2 a 10 anos.

§ 1.º Obter ou procurar obter, para o fim de espionagem, notícia de fatos ou coisas que, no interesse do Estado, devam permanecer secretas:

Pena — reclusão, de 1 a 5 anos.

§ 2.º Destruir, falsificar, subtrair, fornecer ou comunicar a potência estrangeira, organização subversiva ou a seus agentes ou, em geral, a pessoa não autorizada, documentos, planos ou instruções classificados como sigilosos por interessarem à segurança nacional:

Pena — reclusão, de 3 a 10 anos.

§ 3.º Entrar em relação com governo estrangeiro, organização subversiva ou seus agentes, para o fim de comunicar qualquer outro segredo concernente à segurança nacional:

Pena — reclusão, de 1 a 5 anos.

§ 4.º Fazer ou reproduzir, para o fim de espionagem, fotografias, gravuras ou desenhos de instalações ou zonas militares e engenhos de guerra, de qualquer tipo; ingressar para o mesmo fim, clandestina ou fraudulentamente, nos referidos lugares; desenvolver atividades aerofotográficas, em qualquer parte do território nacional sem autorização da autoridade competente:

Pena — detenção, de 1 a 2 anos.

§ 5.º Dar asilo ou proteção a espões, sabendo que o sejam;

Pena — reclusão, de 1 a 3 anos.

§ 6.º O funcionário público que culposamente facilitar o conhecimento de segredo concernente à segurança nacional:

Pena — detenção, de 3 meses a 1 ano.

Art. 14. Divulgar, por qualquer meio de publicidade, notícias falsas,

tendenciosas ou deturpadas, de modo a pôr em perigo o bom nome, a autoridade ou o crédito ou o prestígio do Brasil:

Pena — detenção, de 6 meses a 2 anos.

Art. 15. Falsificar, suprimir, tornar irreconhecível, subtrair ou desviar de seu destino ou uso normal algum meio de prova relativo a fato de importância para o interesse nacional.

Pena — reclusão, de 1 a 5 anos.

Art. 16. Violar imunidades diplomáticas, pessoais ou reais, ou de Chefe ou representante de Nação estrangeira, ainda que de passagem pelo território nacional:

Pena — reclusão, de 6 meses a 2 anos.

Art. 17. Violar neutralidade assumida pelo Brasil em face de países beligerantes:

Pena-reclusão, de 1 a 2 anos.

Parágrafo único. Se o crime é simplesmente culposos, a pena será de 3 meses a 1 ano de detenção.

Art. 18. Destruir ou ultrajar bandeira, emblemas ou escudo de nação, amigra, quando expostos em lugar público:

Pena-detenção, de 3 meses a 1 ano.

Art. 19. Ofender publicamente, por palavras ou escrito, chefe de governo de nação estrangeira:

Pena-detenção, de 6 meses a 2 anos.

Art. 20. Exercer violência de qualquer natureza, contra chefe de governo estrangeiro, quando em visita ao Brasil ou de passagem pelo seu território:

Pena-reclusão, de 6 meses a 2 anos, além da correspondente à violência.

Art. 21. Tentar subverter a ordem ou estrutura politico-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido politico, de grupo ou de individuo:

Pena-reclusão, de 4 a 12 anos.

Art. 22. Promover insurreição armada; ou tentar mudar, por meio violento, a Constituição, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela adotada:

Pena-reclusão, de 4 a 12 anos.

Art. 23. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva:

Pena-reclusão, de 2 a 4 anos.

Parágrafo único. Se a guerra sobrevém em virtude dêles:

Pena-reclusão, de 4 a 12 anos.

Art. 24. Impedir ou tentar impedir, por meio de violência ou ameaça de violência, o livre exercício de qualquer dos Poderes na União ou nos Estados:

Pena-reclusão, de 2 a 6 anos.

Art. 25. Praticar massacre, devastação, saque, roubo, seqüestro, incêndio ou depredação, atentado pessoal, ato de sabotagem ou terrorismo; impedir ou dificultar o funcionamento de serviços essenciais administrados pelo Estado ou mediante concessão ou autorização:

Pena-reclusão, de 2 a 6 anos.

Parágrafo único. É punível a tentativa, inclusive os atos preparatórios, como delitos autônomos, sempre com redução da terça parte da pena.

Art. 26. Tentar desmembrar parte do território nacional, para constituir país independente:

Pena-reclusão, de 2 a 8 anos.

Art. 27. Revelar segredo obtido em razão de cargo ou função pública que exerça, relativamente a ações ou operações militares ou qualquer plano contra revolucionários, insurrectos ou rebeldes:

Pena-reclusão, de 1 a 5 anos.

Art. 28. Matar ou tentar matar quem exerça autoridade pública, por motivo de facciosismo ou inconformismo politico-social:

Pena-reclusão, de 3 a 30 anos.

Art. 29. Ofender física ou moralmente quem exerça autoridade, por motivo de facciosismo ou inconformismo politico-social;

Pena-reclusão, de 6 meses a 3 anos.

Art. 30. Atentar contra a liberdade pessoal do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal:

Pena-reclusão, de 4 a 12 anos.

Art. 31. Ofender a honra ou a dignidade do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado, ou do Supremo Tribunal Federal:

Pena-detenção, de 1 a 3 anos.

Parágrafo único. Se o crime for cometido por meio de imprensa, radiodifusão ou televisão, a pena é aumentada de metade.

Art. 32. Promover greve ou *lock-out*, acarretando a paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais, com o fim de coagir qualquer dos Poderes da República:

Pena-reclusão, de 2 a 6 anos.

Art. 33. Incitar publicamente:

I — à guerra ou à subversão da ordem político-social;

II — à desobediência coletiva às leis;

III — à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis;

IV — à luta pela violência entre as classes sociais;

V — a paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais;

VI — ao ódio ou a discriminação racial:

Pena-detenção, de 1 a 3 anos.

Parágrafo único. Se o crime for praticado por meio de imprensa, panfletos ou escritos de qualquer natureza, radiodifusão ou televisão, a pena será aumentada de metade.

Art. 34. Cessarem funcionários públicos, coletivamente, no todo ou em parte, os serviços a seu cargo:

Pena-detenção, de 3 meses a 1 ano.

Parágrafo único. Incurrerá nas mesmas penas o funcionário público que, direta ou indiretamente, se solidarizar aos atos de cessação ou paralisação de serviço público ou que contribua para a não execução ou retardamento do mesmo.

Art. 35. Perturbar ou tentar perturbar, mediante o emprego de vias de fato, ameaças, tumultos ou arruados, sessões legislativas, judiciárias ou conferências internacionais realizadas no Brasil:

Pena-detenção, de 6 meses a 2 anos, para o crime consumado, pu-

nindo-se a tentativa com um terço da pena.

Art. 36. Fundar ou manter, sem permissão legal, organizações de tipo militar, seja qual for o motivo ou pretexto, assim como tentar reorganizar partido político cujo registro tenha sido cassado ou fazer funcionar partido sem o respectivo registro ou, ainda, associação dissolvida legalmente, ou cujo funcionamento tenha sido suspenso:

Pena-detenção, de 1 a 2 anos.

Art. 37. Destruir ou ultrajar a bandeira, emblemas ou símbolos nacionais, quando expostos em lugar público:

Pena-detenção, de 1 a 3 anos.

Art. 38. Constitui, também, propaganda subversiva, quando importe em ameaça ou atentado a segurança nacional:

I — a publicação ou divulgação de notícias ou declaração;

II — a distribuição de jornal, boletim ou panfleto;

III — o aliciamento de pessoas nos locais de trabalho ou de ensino;

IV — comício, reunião pública, desfile ou passeata;

V — a greve proibida;

VI — a injúria, calúnia ou difamação, quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário em razão de suas atribuições;

VII — a manifestação de solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores;

Pena-detenção, de 6 meses a 2 anos.

Art. 39. Se a responsabilidade pela propaganda subversiva couber a diretor ou a responsável de jornal ou periódico, o Juiz poderá impor, ao receber a denúncia, a suspensão da circulação deste até trinta dias, sem prejuízo de outras cominações previstas em lei.

Parágrafo único. Em se tratando de estação de radiodifusão ou televisão, a suspensão será imposta, nas mesmas condições, pelo Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Art. 40. A responsabilidade penal ou civil pela propaganda subversiva é autônoma e não exclui a dos autores ou responsáveis por outros cri-

mes, na forma deste decreto-lei ou de outras leis.

Art. 41. Importar, fabricar, ter em depósito ou sob sua guarda, comprar, vender, doar ou ceder, transportar ou trazer consigo armas de fogo ou engenhos privativos das Forças Armadas; ou quaisquer instrumentos de destruição, sabendo o agente que são destinados à prática de crime contra a segurança nacional:

Pena-reclusão, de 1 a 3 anos.

Art. 42. Incitar à prática de qualquer dos crimes previstos neste decreto-lei, ou fazer-lhes a apologia ou a dos seus autores:

Pena-detenção, de 1 a 2 anos.

Parágrafo único. A pena será aumentada de metade, se o incitamento, publicidade ou apologia é feito por meio de imprensa, radiodifusão ou televisão.

Art. 43. São circunstâncias agravantes, quando não elementares do crime:

I — ser o agente militar ou funcionário público, a este se equiparando o empregado de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista;

II — ter sido o crime praticado com a ajuda de qualquer espécie ou sob qualquer título, prestada por Estado ou organização internacional ou estrangeira;

III — ter, no caso de concurso de agentes, promovido ou organizado a cooperação no crime, ou dirigida a atividade dos demais agentes.

CAPÍTULO III

Do Processo e Julgamento

Art. 44. Ficam sujeitos ao foro militar, tanto os militares como os civis, na forma do art. 122, §§ 1º e 2º, da Constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967, quanto ao processo e julgamento dos crimes definidos neste decreto lei, assim como os perpetrados contra as instituições militares.

Parágrafo único. Instituições militares são as Forças Armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar e estruturas em Ministérios e altos órgãos militares de administração, planejamento e comando.

Art. 45. O foro especial, estabelecido neste decreto-lei, prevalecerá sobre qualquer outro, ainda que os crimes tenham sido cometidos por meio da imprensa, radiodifusão ou televisão.

Art. 46. Poderão ser instaurados, individual ou coletivamente, os processos contra os infratores de qualquer dos dispositivos deste decreto-lei.

Art. 47. O recurso ordinário previsto no art. 114, II, letra c, da Constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967, será interposto da decisão final do Superior Tribunal Militar.

Art. 48. A prisão em flagrante delito ou o recebimento da denúncia, em qualquer dos casos previstos neste decreto-lei, importará, simultaneamente, na suspensão do exercício da profissão, emprego em entidade privada, assim como de cargo ou função na administração pública, autarquia, em empresa pública ou sociedade de economia mista, até a sentença absolutória.

§ 1º O Chefe do serviço ou atividade, empregador ou responsável pela sua direção, inclusive dos estabelecimentos de ensino, fica sujeito à multa de cem a um mil cruzeiros novos, se permitir a violação do disposto neste artigo, aplicável pelo juiz da causa.

§ 2º No caso de reincidência a pena será a do crime.

Art. 49. O juiz, em face das circunstâncias, poderá isentar de pena o revolucionário, o insurrecto ou o rebelde que, antes de ser aprisionado, deponha as armas, desde que não haja cometido, em conexão com a atividade subversiva, algum delito comum, a cuja pena não se eximirá.

Art. 50. O condenado à pena de reclusão por mais de dois anos fica sujeito, acessoriamente, à suspensão de direitos políticos, por 2 (dois) a 10 (dez) anos, na forma estabelecida pelo art. 151, da Constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967.

Art. 51. Não é admissível a suspensão condicional da pena, nos crimes previstos neste decreto-lei.

Art. 52. A pena privativa da liberdade será cumprida em estabeleci-

mento militar ou civil, a critério do juiz, mas sem rigor penitenciário.

Art. 53. O livramento condicional dar-se-á nos termos da legislação penal militar.

Art. 54. Durante a fase policial e o processo, a autoridade competente para a formação deste, *ex officio*, a requerimento fundamentado do representante do Ministério Público ou de autoridade policial, poderá decretar a prisão preventiva do indiciado, ou determinar a sua permanência no local onde a sua presença fôr necessária à elucidação dos fatos a apurar.

§ 1º A ordem será dada por escrito, intimando-se por mandado o indiciado e deixando-se cópia do mesmo em seu poder.

§ 2º A medida será revogada desde que não se faça mais necessária, ou decorridos 30 dias de sua decretação, salvo sendo prorrogada, uma vez, por igual prazo, mediante a alegação de justo motivo, apreciada pelo juiz.

§ 3º Quando o local de permanência não fôr o do domicílio do indiciado, as despesas de sua estada serão indenizadas pontualmente pela autoridade competente, policial ou judiciária, conforme fôr o caso, por conta do Tesouro Nacional.

§ 4º Com a medida de permanência, a autoridade judiciária poderá ordenar a apresentação, diária ou

não, do indiciado, em hora e local determinados.

§ 5º O não cumprimento do disposto na ordem judicial de permanência justificará a decretação da prisão preventiva.

Art. 55. São inafiançáveis os crimes previstos neste decreto-lei.

Art. 56. Aplica-se, quanto ao processo e julgamento, o Código da Justiça Militar, no que não colidir com as disposições da Constituição e deste decreto-lei.

Art. 57. O Ministro da Justiça, na forma do disposto no art. 163 e seu parágrafo 2º, da Constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967, e sem prejuízo do disposto em leis especiais, poderá determinar investigações sobre a organização e o funcionamento das empresas jornalísticas, de radiodifusão ou de televisão, especialmente quanto à sua contabilidade, receita e despesa, assim como a existência de quaisquer fatores ou influências contrários à segurança nacional, tal como definido nos artigos 2º e 3º e seus parágrafos.

Art. 58. Este decreto-lei entrará em vigor a 15 de março de 1967, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

DECRETO-LEI Nº 315 — DE 13 DE MARÇO DE 1967

Organiza a Secretaria de Segurança Pública da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, combinado com o art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º A Secretaria de Segurança Pública da Prefeitura do Distrito Federal, a que se refere o parágrafo único do art. 15 da Lei 4.483, de 16 de novembro de 1964, fica incluída na estrutura básica da administração do Distrito Federal, com atribuição sobre todos os assuntos atinentes ao policiamento de qualquer natureza, segurança e administração de prisões da Capital da República e das demais áreas que delimitam o Distrito Fe-

deral, bem como os referentes à engenharia de tráfego, registro e licenciamento de veículos e fiscalização de trânsito.

Art. 2º A Secretaria de Segurança Pública da Prefeitura do Distrito Federal (SEP) é constituída dos seguintes órgãos:

- Gabinete (GAB)
- Central de Operações (CO)
- Conselho Superior de Polícia do Distrito Federal (CSPDF)
- Departamento de Trânsito (DT)
- Departamento de Polícia Judiciária (DPJ)
- Departamento de Polícia Técnica (DPT)
- Departamento de Serviços Gerais (DSC)
- Departamento de Prisões (DP)
- Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF)
- Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBDF)

§ 1º Para a execução do serviço de policiamento, a Secretaria de Segurança Pública da Prefeitura do Distrito Federal organizará Zonas Policiais, no Território de sua jurisdição, divididas, situadas e estruturadas por decreto do Prefeito do Distrito Federal.

§ 2º O policiamento ostensivo e fardado, no Distrito Federal, será executado exclusivamente pela PMDF.

§ 3º Os serviços de ordem política e social, censura e estrangeiros serão executados, no Distrito Federal, pelo Departamento de Polícia Federal.

§ 4º Os serviços de identificação e criminalística, mediante convênio entre o Departamento de Polícia Federal e a Prefeitura do Distrito Federal, serão executados pelo Departamento de Polícia Federal, até que a Secretaria de Segurança Pública disponha dos meios necessários para sua execução.

§ 5º A Academia Nacional de Polícia, mediante convênio entre o Departamento de Polícia Federal e a Prefeitura do Distrito Federal, colocará à disposição da Secretaria de Segurança Pública vagas em cursos regulares e específicos de formação e aperfeiçoamento do pessoal integrante das carreiras policiais da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

§ 6º Os estabelecimentos penais existentes no Distrito Federal, inclusive os que estão sob a jurisdição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, serão incluídos no Departamento de Prisões.

Art. 3º A estrutura e competência dos órgãos que integram a Secretaria de Segurança Pública da Prefeitura do Distrito Federal, bem como as atribuições de seu pessoal, serão regulamentadas por ato do Prefeito, no prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação deste Decreto-Lei.

Parágrafo único. Enquanto não for expedido pelo Prefeito do Distrito Federal o ato a que se refere este artigo, continuará em vigor o Regulamento-Geral da Polícia do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 56.511, de 28 de junho de 1965, exceto no que contraria este Decreto-Lei.

Art. 4º Fica criado o cargo de Secretário de Segurança Pública e extinto o de Chefe de Polícia, criado pelo parágrafo 3º do art. 16 da Lei 4.483, de 16 de novembro de 1964.

Art. 5º Passa a constituir o quadro de Pessoal Civil da Secretaria de Segurança Pública o que nas tabelas anexas à Lei 4.813, de 25 de outubro de 1965, expressamente se referia à extinta Polícia do Distrito Federal, com as alterações do presente Decreto-lei e seu anexo.

§ 1º Ficam extintos os cargos previstos no Anexo IV, Serviço Policial Metropolitano — PM, Grupo Ocupacional — PM — 300 — Policiamento Feminino, todos da referida Lei 4.813, de 25 de outubro de 1965.

§ 2º Para provimento dos cargos constantes do quadro de pessoal civil com atribuições policiais, observar-se-á o disposto no parágrafo único do artigo 14 da Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964.

§ 3º Permanece em vigor o disposto no art. 1º e seu parágrafo único, da Lei 4.813, de 25 de outubro de 1965.

§ 4º Enquanto houver deficiência de efetivos na PMDF, e a critério do Prefeito do Distrito Federal, o pessoal de que trata o parágrafo anterior permanecerá adido à PMDF.

Art. 6º Os efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal serão fixados pelo Poder Legislativo, de dois em dois anos, mediante mensagem do Poder Executivo e proposta do Prefeito do Distrito Federal.

Art. 7º Poderão ser aproveitados na Polícia Militar do Distrito Federal desde que apurada a habilitação para o exercício da função, os Guardas de Vigilância do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal que, por força do convênio celebrado entre o Distrito Federal e o DFSP em 19 de março de 1965, foram postos à disposição da Polícia do Distrito Federal.

Art. 8º Aplicam-se aos militares da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (PMDF e CBDF) as disposições da Lei 4.328 de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) em tudo o que couber e até que a lei especial venha a regular seus vencimentos, devendo ser consignados no Orçamento da União em anexo próprio, as dotações destinadas ao seu pagamento, inclusive inativos, bem como pensões deixadas aos seus beneficiários.

Art. 9º Os oficiais e praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal ficam sujeitos ao foro militar e, quando praticarem crimes definidos em leis como militares, enquanto não dispuserem essas Corporações de Auditoria própria, serão processados perante a Auditoria da 11ª Região Militar.

Parágrafo único. Enquanto não estiver instalada a Auditoria da 11ª Região Militar, as atribuições do presente artigo serão processadas perante a Auditoria da 4ª Região Militar.

Art. 10.- Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

ANEXO I

Cargos de Provimento em Comissão

Número de Cargos	Denominação	Símbolo	Qualificação
<i>Direção Superior</i>			
1	Secretário de Segurança Pública	(*)	—
1	Chefe de Gabinete	2-C	—
<i>Direção Intermediárias</i>			
1	Chefe da Central de Operações	3-C	—
1	Diretor do Departamento de Polícia Judiciária	3-C	Delegado ou Comissário
1	Diretor do Departamento de Polícia Técnica	3-C	Médico Legista ou Perito Criminal
1	Diretor do Departamento de Serviços Gerais	3-C	Nível Superior
1	Diretor do Departamento de Trânsito	3-C	Nível Superior
1	Diretor do Departamento de Prisões	3-C	Bacharel em Direito
5	<i>Cargos de outra natureza</i> Chefe de Zona Policial..	4-C	Delegado de Polícia

(*) Tabela "C" do Decreto-Lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

Observação: — Este quadro substitui o Anexo I, referente a Cargos de Provimento em Comissão, da Lei nº 4.813, de 25 de outubro de 1965, na parte referente a Polícia do Distrito Federal.

DECRETO-LEI Nº 316 — DE 13 DE MARÇO DE 1967

Dispõe sobre as estipulações de moeda de pagamento das obrigações.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 30 do Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965; e

Considerando que interessa à ordem pública evitar pendências e litígios sobre a execução de contratos, ensejados por interpretações divergentes quanto à legalidade de estipulações sobre a moeda de pagamento;

Considerando que interessa fundamentalmente à segurança nacional a determinação daqueles casos em que, nas relações entre particulares, podem ser pactuadas cláusulas de pagamento em ouro ou em moeda estrangeira;

Considerando que dispositivos legais em vigor permitem adequada manutenção do valor real das obrigações e contratos expressos em moeda nacional, através da aplicação da correção monetária nos casos e segundo as modalidades previstas em leis específicas;

Considerando a necessidade de complementar o disposto no Decreto-lei

nº 238, de 28 de fevereiro de 1967, de modo a precisar a extensão da derrogação do Decreto nº 23.501, de 27 de novembro de 1933, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º A derrogação do Decreto nº 23.501, de 27 de novembro de 1933, a que se refere o art. 6º, do Decreto-lei nº 238, de 28 de fevereiro de 1967, aplica-se somente:

I — Aos empréstimos e quaisquer obrigações cujo credor ou devedor seja pessoa residente ou domiciliada no exterior; e

II — Aos negócios jurídicos que tenham por objeto a cessão, transferência, delegação, assunção ou modificação das obrigações referidas no nº I anterior, ainda que ambas as partes contratantes sejam pessoas residentes ou domiciliadas no país.

Art. 2º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 317 — DE 13 DE MARÇO DE 1967

Reorganiza as Polícias e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, tendo em vista o art. 8º, letra v, do inciso XVII, da Constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, combinado com o art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1965, resolve baixar o seguinte decreto-lei:

Art. 1º As Polícias Militares consideradas forças auxiliares, reserva do Exército, serão organizadas na conformidade deste decreto-lei.

CAPÍTULO I

Definição e competência

Art. 2º Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios

e no Distrito Federal, compete às Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições:

a) executar o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;

b) atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem;

c) atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;

d) atender à convocação do Governo Federal, em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave subversão da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se ao Comando das Regiões Militares, para emprego em suas atribuições específicas de polícia e de guarda territorial.

Art. 3º As Polícias Militares subordinam-se ao órgão que, nos governos dos Estados, Territórios e do Distrito Federal, for responsável pela ordem pública e pela segurança interna.

CAPÍTULO II

Estrutura e Organização

Art. 4º As Polícias Militares serão estruturadas em órgão de Direção de Execução e de Apoio, de acordo com as finalidades essenciais do serviço policial e as necessidades de cada Unidade da Federação.

§ 1º Considerados as finalidades essenciais e o imperativo de sua articulação pelo território de sua jurisdição, as Polícias Militares deverão estruturar-se em grupos policiais. Sendo essas frações os menores elementos de ação autônoma, deverão dispor de um chefe e de um número de componentes habilitados, indispensáveis ao atendimento das missões básicas de polícia.

§ 2º De acordo com a importância da região, o interesse administrativo e facilidades de comando, os grupos de que trata o parágrafo anterior poderão ser reunidos, constituindo em Pelotões, Companhias e Batalhões ou em Esquadrões e Regimento,

quando se tratar de unidades montadas.

Art. 5º O Comando das Polícias Militares será exercido por oficial superior combatente, do serviço activo do Exército, preferentemente do posto de Tenente-Coronel ou Coronel, proposto ao Ministro da Guerra pelos Governadores de Estado e de Territórios ou pelo Prefeito do Distrito Federal.

§ 1º O provimento do cargo de Comandante será feito por ato dos Governadores dos Estados, Territórios ou pelo Prefeito do Distrito Federal, após ser designado por decreto do Poder Executivo Federal, o official que ficará à disposição dos referidos Governo e Prefeito para esse fim.

§ 2º O official do Exército, nomeado para o Cargo de Comandante da Polícia Militar será comissionado no mais alto posto da Corporação, se sua patente for inferior a esse posto.

§ 3º O official da activa do Exército, nomeado para o Comando da Polícia Militar, na forma deste artigo, é considerado em "função triplilar", para fins de satisfação de requisitos legais exigidos para promoção como se estivesse no exercício de cargo de Comandante de Corpo de Tropa do Exército.

§ 4º Em carácter excepcional, cuvida a Inspeccoria Geral das Polícias Militares, o cargo de Comandante poderá ser exercido por official da activa, do ultimo posto, da própria Corporação.

§ 5º O official nomeado nos termos do parágrafo anterior, comissionado ou não terá precedência hierárquica sobre os officiaes de igual posto da corporação.

Art. 6º Officiaes do serviço activo do Exército poderão servir no Estado-Maior ou como instrutores das Polícias Militares, obedeccidas para a designação as mesmas prescrições do artigo anterior, salvo quanto ao posto.

CAPITULO III

Do Pessoal das Polícias Militares

Art. 7º São os seguintes os postos e graduações da escala hierárquica das Polícias Militares:

- a) Officiaes de Polícia:
 - Coronel

- Tenente-Coronel
- Major
- Capitão
- 1º Tenente
- 2º Tenente.

b) Praças especiais de Polícia:

- Aspirante-a-Official
- Alunos da Escola de Formação de Officiaes da Polícia.

c) Praças de Polícia:

- Subtenente
- 1º Sargento
- 2º Sargento
- 3º Sargento
- Cabo
- Policial.

§ 1º A todos os postos e graduações de que trata este artigo será acrescida a designação "PM" (Polícia Militar).

§ 2º Os Estados, Territórios e o Distrito Federal poderão, se convier às respectivas Polícias Militares:

a) suprimir na escala hierárquica um ou mais postos ou graduações das previstas neste artigo;

b) subdividir a graduação de policial em classes, até o máximo de três, correspondendo a mais elevada a categoria de "soldado" na legislação vigente.

Art. 8º O ingresso no quadro de Officiaes será feito através de cursos de formação de officiaes da própria Polícia Militar ou de outro Estado, mediante convênio promovido pela Inspeccoria Geral das Polícias Militares.

Parágrafo unico. Poderão, também ingressar nos quadros de officiaes das Polícias Militares, se convier a estas, Tenentes da Reserva de 2ª classe das Forças Armadas, com autorização do Ministério correspondente.

Art. 9º São considerados em extinção os actuais quadros de officiaes médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários nas Polícias Militares.

Parágrafo unico. Esses serviços passarão a ser executados progressivamente, por profissionais civis, mediante contratação ou convênio com instituições correspondentes.

Art. 10. O recrutamento de praças para as Polícias Militares obedecerá ao voluntariado, de acordo com legislação própria de cada Unidade da Federação, respeitadas as prescrições da Lei do Serviço Militar e seu regulamento.

Art. 11. O acesso na escala hierárquica, tanto de oficiais como de praças, será gradual e sucessivo, pela promoção, de acordo com legislação peculiar a cada Unidade da Federação, exigidos os seguintes requisitos básicos:

a) Para a promoção ao posto de Major: curso de aperfeiçoamento feito na própria corporação ou em Força Policial de outro Estado;

b) Para a promoção ao posto de Coronel: curso superior de Polícia desde que haja o curso na Corporação.

CAPÍTULO IV

Instrução e Armamento

Art. 12. A instrução militar das Polícias Militares será orientada e fiscalizada pelo Ministério da Guerra, através da Inspetoria Geral das Polícias Militares, na forma deste Decreto-lei.

Art. 13. O armamento das Polícias Militares limitar-se-á a engenhos e armas de uso individual, inclusive automáticas, e a um reduzido número de armas automáticas coletivas leves para eventual defesa de suas instalações fixas.

Art. 14. A aquisição de veículos sobre rodas com blindagem leve e desarmados, poderá ser autorizada desde que julgada conveniente pelo Ministério da Guerra.

Art. 15. É vedada a aquisição de engenhos e armamentos fora das especificações estabelecidas, bem como a de veículos sobre lagartas e aeronaves.

Art. 16. As aquisições de armamento e munição dependerão de autorização do Ministério da Guerra e obedecerão às normas previstas pelo Serviço de Fiscalização de Importação, Depósito e Tráfego de Produtos Controlados pelo Ministério da Guerra (SFIDT).

CAPÍTULO V

Justiça e Disciplina

Art. 17. As Polícias Militares serão regidas por Regulamento Disciplinar redigido à semelhança do Regulamento Disciplinar do Exército e adaptado às condições especiais de cada Corporação.

Art. 18. A organização e funcionamento da Justiça Militar Estadual serão regulados em lei especial.

Parágrafo único. O fóro militar é competente para processar e julgar o pessoal das Polícias Militares nos crimes definidos em lei como militares.

Art. 19. A Justiça Militar Estadual de primeira instância, é constituída pelos Conselhos de Justiça previstos no Código de Justiça Militar. A de segunda instância será um Tribunal Especial, ou o Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO VI

Da Inspetoria Geral das Polícias Militares

Art. 20. Fica criada no Ministério da Guerra a Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM) diretamente subordinada ao Departamento Geral do Pessoal (DGP).

Art. 21. O cargo de Inspetor-Geral das Polícias Militares será exercido por um General-de-Brigada.

Art. 22. Compete a Inspetoria Geral das Polícias Militares:

a) centralizar e coordenar todos os assuntos da alçada do Ministério da Guerra relativos às Polícias Militares;

b) inspecionar as Polícias Militares, tendo em vista o fiel cumprimento das prescrições deste decreto-lei;

c) proceder ao controle da organização, dos efetivos, do armamento e do material bélico das Polícias Militares;

d) baixar normas e diretrizes e fiscalizar a instrução militar das Polícias Militares em todo o território nacional, com vistas às condições peculiares de cada Unidade da Federação e a utilização das mesmas em caso de convocação, inclusive mobilização, em decorrência de sua condição de forças auxiliares, reservas do Exército;

e) cooperar com os Governos dos Estados, dos Territórios e com o Prefeito do Distrito Federal no planejamento geral do dispositivo da Força Policial em cada Unidade da Federação, com vistas a sua destinação constitucional, e às atribuições de guarda territorial em caso de mobilização;

f) propor, através do Departamento Geral do Pessoal, ao Estado-Maior de Exército os quadros de mobilização para as Polícias Militares de cada

Unidade da Federação, sempre com vistas ao emprego em suas atribuições específicas e de guarda territorial.

gr cooperar no estabelecimento da legislação básica relativa às Polícias Militares.

Art. 23. O Ministério da Guerra propõe ao Presidente da República, no prazo de 30 (trinta) dias os atos necessários à organização da Inspetoria Geral das Polícias Militares, bem como as normas gerais de seu funcionamento.

CAPÍTULO VII

Prescrições diversas

Art. 24. Ao pessoal das Polícias Militares é vedado fazer parte de firmas comerciais, de empresas industriais de qualquer natureza ou nelas exercer função ou emprego remunerado.

Art. 25. É expressamente proibido a elementos das Polícias Militares o comparecimento fardado, exceto em serviço, em manifestações de caráter político-partidário.

Art. 26. As condições de inatividade do pessoal das Polícias Militares, bem como seus direitos, vantagens e regalias, constarão da legislação especial de cada Unidade da Federação, não sendo permitidas condições além das que, por lei ou regulamentos, são atribuídas ao pessoal das Forças Armadas.

Art. 27. Aplicam-se aos oficiais das Polícias Militares:

a) as disposições constitucionais relativas ao alistamento eleitoral e condições de elegibilidade dos militares;

b) as disposições constitucionais relativas às garantias, vantagens, prerrogativas e deveres, bem como todas as restrições ali expressas, ressalvado o exercício de cargos de interesse policial, assim definidos em legislação própria.

Art. 28. Competirá ao Poder Executivo, mediante proposta do Ministério da Guerra, declarar a condição de "militar" e, assim, considerá-los reservas do Exército, aos Corpos de Bombeiros dos Estados, Municípios, Territórios e Distrito Federal.

Parágrafo único. Aos Corpos de Bombeiros Militares aplicar-se-ão as disposições contidas neste Decreto-lei, exceto o disposto nos arts. 5º e 6º e seus parágrafos.

Art. 29. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 30. Fica revogada a Lei nº 112, de 17 de janeiro de 1936 e demais disposições que contrariem as deste decreto-lei.

Brasília, 13 de março de 1967 116º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Ademar de Queiroz

DECRETO-LEI Nº 318 — DE 14 DE MARÇO DE 1967

Dá nova redação ao preâmbulo e a dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 30, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, combinado com o art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966; e

Considerando a representação que lhe fez o Conselho de Segurança Nacional sobre as implicações que poderão advir, para os altos interesses do país e a própria Segurança Nacional, a manutenção de dispositivos do Código de Minas, com a redação que lhes foi dada pelo Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

Considerando, ainda à vista da mencionada representação, que de fato, dispositivos do referido Decreto-lei número 227, necessitam ser escoimados de imperfeições prejudiciais aos superiores interesses da Nação, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º. Considere-se o preâmbulo do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a seguinte redação:

"O Presidente da República no uso da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966 e

Considerando, que da experiência de vinte e sete anos de aplicação do atual Código de Minas foram colhidos ensinamentos que impende aproveitar;

Considerando que a notória evolução da ciência e da tecnologia, nos anos após a 2ª Guerra Mundial, introduziram alterações profundas na utilização das substâncias minerais;

Considerando que cumpre atualizar as disposições legais de salvaguarda dos superiores interesses nacionais, que evoluem com o tempo;

Considerando que ao Estado incumbe adaptar as normas que regulam atividades especializadas à evolução da técnica, a fim de proteger a capacidade competitiva do País nos mercados internacionais;

Considerando que, na colimação desses objetivos, é oportuno adaptar o direito de mineração à conjuntura;

Considerando, mais, quanto consta da Exposição de Motivos número 6-67-GB, de 20 de fevereiro de 1967, dos Senhores Ministros das Minas e Energia, Fazenda e Planejamento e Coordenação Econômica, decreta: "

Art. 2º. O Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, que deu nova redação ao Decreto-lei nº 1.985 (Código de Minas), de 29 de janeiro de 1940, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Alteração nº 1 — Os itens I e II do art. 2º, passam a ter a seguinte redação:

"I — *regime de Concessão*, quando depender de decreto de concessão do Governo Federal;

"II — *regime de Autorização e Licenciamento*, quando depender de expedição de Alvará de autorização do Ministro das Minas e Energia e de licença expedida em obediência a regulamentos administrativos locais e de registro do produtor no órgão próprio do Ministério da Fazenda; "

Alteração nº 2 — O art. 6º (*caput*) passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º. Classificam-se as minas segundo a forma representativa do direito de lavra, em duas categorias.

Mina Manifestada, a em lavra, ainda que transitóriamente suspensa a 16 de julho de 1934 e que tenha sido manifestada na conformidade do art. 10 do Decreto nº 24.642, de 10 de julho de 1934 e da Lei nº 94, de 10 de setembro de 1935.

Mina Concedida, quando o direito de lavra é consubstanciado em decreto outorgado pelo Governo Federal."

Alteração nº 3 — E' revogado o item IV do art. 16, ficando renumerado o atual item V para IV.

Alteração nº 4 — O art. 17 (*caput*) passa a ter a seguinte redação:

"Art. 17. Será indeferido de plano pelo Diretor-Geral do D.N.F.M., o requerimento desacompanhado de qualquer dos elementos de informação e prova mencionados nos itens I, II e III do artigo anterior."

Alteração nº 5 — O item II do artigo 29, passa a ter a seguinte redação:

"II — A não interromper os trabalhos, sem justificativa, depois de iniciados, por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou por 120 dias acumulados e não consecutivos."

Alteração nº 6 — E' revogado o artigo 59, ficando renumerados, de 59 a 95, os atuais artigos 60 a 96.

Alteração nº 7 — O § 2º do art. 73, passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º. A matrícula, que é pessoal, será feita a requerimento verbal do interessado e registrada em livro próprio da Coletoria Federal, mediante a apresentação do comprovante de quitação do imposto sindical e o pagamento da mesma taxa remuneratória cobrada pela Coletoria."

Alteração nº 8 — E' acrescentado o art. 96, com a seguinte redação:

"Art. 96. A lavra de jazida será organizada e conduzida na forma da Constituição."

Art. 3º. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de março de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mauro Thibau

Octávio Bulhões

Roberto Campos

DECRETO-LEI Nº 319 — DE 27 DE MARÇO DE 1967

Prorroga o prazo de início para a cobrança e recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre os derivados de petróleo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 58, item II, da Constituição e tendo em vista a urgência da medida e o interesse público relevante, decreta:

Art. 1º Fica prorrogado para 1º de janeiro de 1968 o início da cobrança e recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre os derivados de petróleo, fixado no art. 1º do Decreto-Lei nº 208, de 27 de fevereiro de 1967.

Art. 2º Este Decreto-Lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional nos termos do parágrafo único do art. 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de março de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

Mario David Andreazza

José Costa Cavalcanti

Amaure Raphael de Araujo Fraga

DECRETO-LEI Nº 320 — DE 29 DE
MARÇO DE 1967

Prorroga a vigência do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 58, item II, da Constituição Federal;

Considerando a exigüidade de tempo de que dispõe o Governo para dar cabal cumprimento às providências contidas no Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967;

Considerando a conveniência de se deferir o início da vigência do mesmo diploma legal para data que não só permita a definição ordenada das medidas por ele estabelecidas, mas, e sobretudo, seu conhecimento e adequação;

Considerando as implicações tributárias decorrentes da aplicação dos títulos criados; e

Considerando, finalmente, a urgência e interesse público relevante da matéria de que o mesmo é objeto, decreta:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta dias) o prazo para início da vigência do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 2º Este decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional nos termos do parágrafo único do art. 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de março de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Edmundo de Macedo Soares

Antonio Delfim Netto

III — DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 3º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1967

Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da despesa de Cr\$ 14.502 (quatorze mil, quinhentos e dois cruzeiros), para pagamento à Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris.

Art. 1º É tornado definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, conforme decisão de 29 de outubro de 1965, da despesa de Cr\$ 14.502 (quatorze mil, quinhentos e dois cruzeiros), para pagamento à Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris, proveniente do imposto de consumo pago, indevidamente, no exercício de 1954.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 9 de janeiro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1967

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do contrato-escritura de compra e venda, de 31 de agosto de 1953 para efetivação de desapropriação de lotes de terrenos e benfeitorias localizados na cidade do Rio Negro, Estado do Paraná, firmado entre Verônica Carlini e outros e a União Federal.

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o contrato-escritura de compra e venda, celebrado em 31 de agosto de 1953, entre Verônica Carlini e outros e a União Federal, para efetivação de desapropriação de lotes de terrenos e benfeitorias localizados na cidade do Rio Negro, Estado do Paraná.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 25 de janeiro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, nº III, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 1967

Torna definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma ao ex-Cabo do Exército José Francisco de Araújo.

Art. 1º É tornado definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, conforme decisão de 14 de dezembro de 1965, da concessão de reforma ao ex-Cabo do Exército José Francisco de Araújo.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 25 de janeiro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 47, nº 16 do Regimento Interno do Senado, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, de 1967

Dispõe sobre o hasteamento, pelo Congresso Nacional, das bandeiras dos Estados, institui a Distinção Parlamentar, e dá outras providências.

Art. 1º Nas sessões solenes e nas comemorativas de datas cívicas, o Congresso Nacional hasteará as bandeiras dos Estados da Federação.

Parágrafo único. O hasteamento far-se-á no recinto, em local próprio, e defronte ao Palácio do Congresso.

Art. 2º É instituída a Distinção Parlamentar a cidadãos estrangeiros não residentes no Brasil, em nível de condecoração nos mesmos graus das Ordens do Mérito Nacionais.

Parágrafo único. A Distinção Parlamentar será conferida por ato do Conselho constituído pelas Mesas das Casas do Congresso Nacional.

Art. 3º Este decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 8 de março de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

IV — LEIS

LEI Nº 5.197 — DE 3 DE JANEIRO
DE 1967

*Dispõe sobre a proteção à fauna e dá
outras providências*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

§ 1º. Se peculiaridades regionais comportarem o exercício da caça, a permissão será estabelecida em ato regulamentador do Poder Público Federal.

§ 2º. A utilização, perseguição, caça ou apanha de espécies da fauna silvestre em terras de domínio privado, mesmo quando permitidas na forma do parágrafo anterior, poderão ser igualmente proibidas pelos respectivos proprietários, assumindo estes a responsabilidade da fiscalização de seus domínios. Nestas áreas, para a prática do ato de caça é necessário o consentimento expresso ou tácito dos proprietários, nos termos dos arts. 594, 595, 596, 597 e 598 do Código Civil.

Art. 2º. É proibido o exercício da caça profissional.

Art. 3º. É proibido o comércio de espécimes da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem na sua caça, perseguição, destruição ou apanha.

§ 1º. Excetuam-se os espécimes provenientes de criadouros devidamente legalizados.

§ 2º. Será permitida, mediante licença da autoridade competente, a apanha de ovos, larvas e filhotes que se destinem aos estabelecimentos acima referidos, bem como a destruição

de animais silvestres considerados nocivos à agricultura ou à saúde pública.

Art. 4º. Nenhuma espécie poderá ser introduzida no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida na forma da Lei.

Art. 5º. O Poder Público criará:

a) Reservas Biológicas Nacionais, Estaduais e Municipais, onde as atividades de utilização, perseguição, caça, apanha, ou introdução de espécimes da fauna e flora silvestres e domésticas, bem como modificações do meio ambiente a qualquer título, são proibidas, ressalvadas as atividades científicas devidamente autorizadas pela autoridade competente.

b) Parques de Caça Federais, Estaduais e Municipais, onde o exercício da caça é permitido abertos total ou parcialmente ao público, em caráter permanente ou temporário, com fins recreativos, educativos e turísticos.

Art. 6º. O Poder Público estimulará:

a) a formação e o funcionamento de clubes e sociedades amadoras de caça e de tiro ao voo, objetivando alcançar o espírito associativista para a prática desse esporte.

b) a construção de criadouros destinados à criação de animais silvestres para fins econômicos e industriais.

Art. 7º. A utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de espécimes da fauna silvestre, quando consentidas na forma desta Lei, serão considerados atos de caça.

Art. 8º. O órgão público federal competente, no prazo de 120 dias, publicará e atualizará anualmente:

a) a relação das espécies cuja utilização, perseguição, caça ou apanha será permitida indicando e delimitando as respectivas áreas;

b) a época e o número de dias em que o ato acima será permitido;

c) a quota diária de exemplares cuja utilização, perseguição, caça ou apanha será permitida.

Parágrafo único. Poderão ser, igualmente, objeto de utilização, caça, perseguição ou apanha os animais domésticos que, por abandono, se tornem selvagens ou ferais.

Art. 9º. Observado o disposto no artigo 8º e satisfeitas as exigências legais, poderão ser capturados e mantidos em cativeiro, espécimes da fauna silvestre.

Art. 10. A utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de espécimes da fauna silvestre são proibidas.

a) com visgos, atiradeiras, fundas, bодоques, veneno, incêndio ou armadilhas que maltratem a caça;

b) com armas a bala, a menos de três quilômetros de qualquer via férrea ou rodovia pública;

c) com armas de calibre 22 para animais de porte superior ao tapiti (*Sylvilagus brasiliensis*);

d) com armadilhas constituídas de armas de fogo;

e) nas zonas urbanas, suburbanas, povoados e nas estâncias hidrominerais e climáticas;

f) nos estabelecimentos oficiais e açudes do domínio público, bem como nos terrenos adjacentes, até a distância de cinco quilômetros;

g) na faixa de quinhentos metros de cada lado do eixo das vias férreas e rodovias públicas;

h) nas áreas destinadas à proteção da fauna, da flora e das belezas naturais;

i) nos jardins zoológicos, nos parques e jardins públicos;

j) fora do período de permissão de caça, mesmo em propriedades privadas;

l) à noite, exceto em casos especiais e no caso de animais nocivos;

m) do interior de veículos de qualquer espécie.

Art. 11. Os Clubes ou Sociedades Amadoristas de Caça e de tiro ao voo, poderão ser organizados distintamente ou em conjunto com os de pesca, e só funcionarão validamente após a obtenção da personalidade jurídica, na forma da Lei civil e o registro no órgão público federal competente.

Art. 12. As entidades a que se refere o artigo anterior deverão requerer licença especial para seus associados transitarem com arma de caça e de esporte, para uso em suas sedes,

durante o período defeso e dentro do perímetro determinado.

Art. 13. Para exercício da caça, é obrigatória a licença anual, de caráter específico e de âmbito regional, expedida pela autoridade competente.

Parágrafo único. A licença para caçar com armas de fogo deverá ser acompanhada do porte de arma emitido pela Polícia Civil.

Art. 14. Poderá ser concedida a cientistas, pertencentes a instituições científicas, oficiais ou oficializadas, ou por estas indicadas, licença especial para a coleta de material destinado a fins científicos, em qualquer época.

§ 1º. Quando se tratar de cientistas estrangeiros, devidamente credenciados pelo país de origem, deverá o pedido de licença ser aprovado e encaminhado ao órgão público federal competente, por intermédio de instituição científica oficial do país.

§ 2º. As instituições a que se refere este artigo, para efeito da renovação anual da licença, darão ciência ao órgão público federal competente das atividades dos cientistas licenciados no ano anterior.

§ 3º. As licenças referidas neste artigo não poderão ser utilizadas para fins comerciais ou esportivos.

§ 4º. Aos cientistas das instituições nacionais que tenham por Lei, a atribuição de coletar material zoológico, para fins científicos, serão concedidas licenças permanentes.

Art. 15. O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil ouvirá o órgão público federal competente toda vez que, nos processos em julgamento, houver matéria referente à fauna.

Art. 16. Fica instituído o registro das pessoas físicas ou jurídicas que negociem com animais silvestres e seus produtos.

Art. 17. As pessoas físicas ou jurídicas, de que trata o artigo anterior, são obrigadas à apresentação de declaração de estoques e valores, sempre que exigida pela autoridade competente.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo, além das penalidades previstas nesta lei obriga o cancelamento do registro.

Art. 18. É proibida a exportação para o Exterior, de peles e couros de anfíbios e répteis, em bruto.

Art. 19. O transporte interestadual e para o Exterior, de animais silvestres, lepidópteros, e outros insetos e seus produtos, depende de guia de trânsito, fornecida pela autoridade competente.

Parágrafo único. Fica isento dessa exigência o material consignado a Instituições Científicas Oficiais.

Art. 20. As licenças de caçadores serão concedidas mediante pagamento de uma taxa anual equivalente a um décimo do salário-mínimo mensal.

Parágrafo único. Os turistas pagarão uma taxa equivalente a um salário-mínimo mensal, e a licença será válida por 30 dias.

Art. 21. O registro de pessoas físicas ou jurídicas, a que se refere o art. 16, será feito mediante o pagamento de uma taxa equivalente a meio salário-mínimo mensal.

Parágrafo único. As pessoas físicas ou jurídicas de que trata este artigo, pagarão a título de licença, uma taxa anual para as diferentes formas de comércio até o limite de um salário-mínimo mensal.

Art. 22. O registro de clubes ou sociedades amadoristas, de que trata o art. 11, será concedido mediante pagamento de uma taxa equivalente a meio salário-mínimo mensal.

Parágrafo único. As licenças de trânsito com arma de caça e de esporte, referidas no art. 12, estarão sujeitas ao pagamento de uma taxa anual equivalente a um vigésimo do salário-mínimo mensal.

Art. 23. Far-se-á, com a cobrança da taxa equivalente a dois décimos do salário-mínimo mensal, o registro dos criadouros.

Art. 24. O pagamento das licenças, registros e taxas previstos nesta Lei, será recolhido ao Banco do Brasil S.A. em conta especial, a crédito do Fundo Federal Agropecuário, sob o título "Recursos da Fauna".

Art. 25. A União fiscalizará diretamente pelo órgão executivo específico, do Ministério da Agricultura, ou em convênio com os Estados e Municípios, a aplicação das normas desta Lei, podendo, para tanto, criar os serviços indispensáveis.

Parágrafo único. A fiscalização da caça pelos órgãos especializados não exclui a ação da autoridade policial

ou das Forças Armadas por iniciativa própria.

Art. 26. Todos os funcionários, no exercício da fiscalização da caça, são equiparados aos agentes de segurança pública, sendo-lhes assegurado o porte de armas.

Art. 27. Constituem contravenções penais, puníveis com três meses a um ano de prisão simples ou multa de uma a dez vezes o salário-mínimo mensal do lugar e da data da infração, ou ambas as penas cumulativamente, violar os arts. 1º e seu § 2º, 2º, 3º, 4º, 8º e suas alíneas a, b, e c, 10 e suas alíneas a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, l e m, 13 e seu parágrafo único, 14, § 3º, 17, 18 e 19.

Art. 28. Além das contravenções estabelecidas no artigo precedente, subsistem os dispositivos sobre contravenções e crimes previstos no Código Penal e nas demais leis, com as penalidades neles contidas.

Art. 29. São circunstâncias que agravam a pena, afor, aquelas constantes do Código Penal e da Lei das Contravenções Penais, as seguintes:

- a) cometer a infração em período deferido a caça ou durante a noite;
- b) empregar fraude ou abuso de confiança;
- c) aproveitar indevidamente licença de autoridade;
- d) incidir a infração sobre animais silvestres e seus produtos oriundos de áreas onde a caça é proibida.

Art. 30. As penalidades incidirão sobre os autores, sejam eles:

- a) direto;
- b) arrendatários, parceiros, posseiros, gerentes, administradores, diretores, promitentes compradores ou proprietários das áreas, desde que praticada por prepostos ou subordinados e no interesse dos proponentes ou dos superiores hierárquicos;
- c) autoridades que por ação ou omissão consentirem na prática do ato ilegal, ou que cometerem abusos do poder.

Parágrafo único. Em caso de ações penais simultâneas pelo mesmo fato, iniciadas por várias autoridades, o Juiz reunirá os processos na jurisdição em que se firmar a competência.

Art. 31. A ação penal independe de queixa, mesmo em se tratando de lesão em propriedade privada, quan-

do os bens atingidos são animais silvestres e seus produtos, instrumentos de trabalho, documentos e atos relacionados com a proteção da fauna disciplinada nesta Lei.

Art. 32. São autoridades competentes para instaurar, presidir e proceder a inquéritos policiais, lavrar autos de prisão em flagrante e intentar a ação penal, nos casos de crimes ou de contravenções previstas nesta Lei ou em outras leis que tenham por objeto os animais silvestres, seus produtos, instrumentos e documentos relacionados com os mesmos as indicadas no Código de Processo Penal.

Art. 33. A autoridade apreenderá os produtos de caça e os instrumentos utilizados na infração e se, por sua natureza ou volume, não puderem acompanhar o inquérito, serão entregues ao depositário público local, se houver e, na sua falta, ao que for nomeado pelo juiz.

Parágrafo único. Em se tratando de produtos perecíveis, poderão ser os mesmos doados às instituições científicas, hospitais e casas de caridade mais próximos.

Art. 34. O processo das contravenções obedecerá ao rito sumário da Lei número 1.508, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 35. Dentro de dois anos a partir da promulgação desta Lei, nenhuma autoridade poderá permitir a adoção de livros escolares de leitura que não contenham textos sobre a proteção da fauna, aprovados pelo Conselho Federal de Educação.

§ 1º Os programas de ensino de nível primário e médio deverão contar pelo menos com duas aulas anuais sobre a matéria a que se refere o presente artigo.

§ 2º Igualmente os programas de rádio e televisão deverão incluir textos e dispositivos aprovados pelo órgão público federal competente, no limite mínimo de cinco minutos semanais, distribuídos ou não, em diferentes dias.

Art. 36. Fica instituído o Conselho Nacional de Proteção à Fauna, com sede em Brasília, como órgão consultivo e normativo da política de proteção à fauna do País.

Parágrafo único. O Conselho, diretamente subordinado ao Ministério da Agricultura, terá sua composição e atribuições estabelecidas por decreto do Poder Executivo.

Art. 37. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que for julgado necessário à sua execução.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto-lei número 5.894, de 20 de outubro de 1943, e demais disposições em contrário.

Brasília, 3 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Severo Fagundes Gomes

LEI Nº 5.198 — DE 3 DE JANEIRO
DE 1967

*Cria, sob a forma de Fundação,
Centro Brasileiro de TV Educativa.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, sob a denominação de "Centro Brasileiro de TV Educativa" uma Fundação com sede e fóro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, enquanto não for possível a transferência da sede e fóro para a Cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º O Centro terá autonomia administrativa e financeira e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Cível das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados os Estatutos e o decreto que os aprovar.

Art. 3º O Centro terá por finalidade a produção, aquisição e distribuição de material audio-visual destinado à radiodifusão educativa.

Parágrafo único. O prazo de duração desta Fundação será indeterminado.

Art. 4º O Centro será administrado pelos seguintes órgãos:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho Curador;
- c) Presidente;
- d) Conselho Diretor.

§ 1º Na composição da Assembléia Geral, que terá como membros natos os Diretores dos órgãos executivos e técnicos do Ministério da Educação e Cultura imediatamente subordinados ao Ministro, será respeitada uma proporcionalidade, com ponderação de

votos se necessário, que, em caráter permanente, assegure ao Ministério da Educação e Cultura maioria absoluta de votos nas decisões da mesma.

§ 2º A Assembléia Geral, como órgão soberano da administração da entidade, compete:

- a) Eleger o Conselho Curador e seus suplentes.
- b) Eleger o Presidente.
- c) Rever e alterar os Estatutos da Fundação.
- d) Exercer qualquer poder não atribuído expressamente a outros órgãos da Fundação.

§ 3º Podem tornar-se membros da Assembléia Geral, por decisão da Assembléia Geral em reunião anterior, os brasileiros que, tendo doado à Fundação o mínimo, a ser previsto nos Estatutos, tiverem comprovado saber e experiência em matéria de educação.

Art. 5º O patrimônio inicial do Centro será constituído pela dotação de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), a que se refere o art. 6º desta Lei.

§ 1º Integrarão outrossim o patrimônio do Centro os bens e direitos a ele doados, os adquiridos no exercício de suas atividades e os provenientes de rendas patrimoniais, bem como subvenções que lhe sejam outorgadas.

§ 2º Os bens e direitos do Centro serão utilizados somente para a consecução de seus objetivos, permitida, todavia, a sub-rogação de uns e outros, para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), através do Ministério da Educação e Cultura, e a doar essa importância ao Centro, para se aplicar em imóveis, títulos, equipamentos técnicos e despesas complementares de instalação.

Art. 7º Os equipamentos necessários à produção de material de radiodifusão educativa e de ensino, importados pelo Centro, respeitada a existência de similitude na produção nacional, gozarão de isenção do imposto de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro.

Parágrafo único. Os bens, equipamentos e materiais importados com os favores previstos neste artigo destinam-se a utilização privativa do Cen-

tro, não podendo, a qualquer título ou sob qualquer pretexto, ser alienados.

Art. 8º E' assegurada ao Centro Brasileiro de TV Educativa isenção de impostos e taxas federais.

Art. 9º Todo o pessoal admitido na Fundação estará sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 10. Ao ato de constituição da Fundação deverá estar presente, como representante da União, o Ministro da Educação e Cultura, cabendo a este designar comissão incumbida de, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, elaborar os estatutos respectivos, e submetê-los à aprovação do Presidente da República.

Art. 11 Extinguindo-se, por qualquer motivo, esta Fundação, incorporar-se-ão os seus bens ao Patrimônio Nacional.

Art. 12. O Poder Executivo designará uma comissão para, no prazo de 90 (noventa) dias, proceder a estudos e formular relatório visando à incorporação ao Centro Brasileiro de TV Educativa, como dotação para o seu patrimônio inicial, a TV Nacional de Brasília — Canal 3 — com todo o acervo e pessoal.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79ª da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Raymundo Moniz de Aragão

L. G. do Nascimento e Silva

LEI Nº 5.199 — DE 12 DE JANEIRO DE 1967

Altera a redação do art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, que dispõe sobre "Obrigações do Reparelhamento Econômico"

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 1.628, de 20 de junho

de 1952 passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. A entrega das obrigações respectivas só poderá ser feita ao próprio contribuinte, aos seus sucessores *causa mortis*, inclusive o inventariante de seu espólio, ao síndico de sua massa falida, ou a procurador constituído por instrumento público"

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Roberto Campos

LEI Nº 5.200 — DE 12 DE JANEIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 424.716.780 (quatrocentos e vinte e quatro milhões setecentos e dezesseis mil setecentos e oitenta cruzeiros), correspondente ao excesso de arrecadação do "Imposto de Faróis", nos exercícios de 1963, 1964 e 1965.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 424.716.780 (quatrocentos e vinte e quatro milhões setecentos e dezesseis mil setecentos e oitenta cruzeiros), relativo ao excesso de arrecadação do "Imposto de Faróis", de que trata a Lei nº 4.202, de 6 de fevereiro de 1963, verificado nos exercícios de 1963, 1964 e 1965.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata o presente artigo

será, automaticamente, registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Zilmar Araripe

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.201 — DE 12 DE JANEIRO DE 1967

Altera o artigo 1º da Lei nº 4.662, de 2 de junho de 1965, no concernente à denominação da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Ceará.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 1º da Lei nº 4.662, de 2 de junho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. A atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal do Ceará, federalizada pela Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950 (art. 3º, item II), e incorporada à mesma Universidade para Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954, e desdobrada em duas unidades distintas, denominadas Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Ceará e Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Ceará."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

LEI Nº 5.202 — DE 12 DE JANEIRO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 22.200.000 (vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar a Arquidiocese da cidade do México na construção de um templo dedicado a Nossa Senhora da Aparecida, naquela Capital.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 22.200.000 (vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar a Arquidiocese da cidade do México na construção de um templo dedicado a Nossa Senhora Aparecida naquela Capital.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juracy Magalhães
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.203 — DE 12 DE JANEIRO
DE 1967

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 738.300.000 (setecentos e trinta e oito milhões e trezentos mil cruzeiros) ao Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, para ser aplicado pela Fundação Brasil Central.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Gabinete do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, para ser aplicado pela Fundação Brasil

Central, o crédito especial de Cr\$ 738.300.000 (setecentos e trinta e oito milhões e trezentos mil cruzeiros), para ocorrer ao pagamento de despesas de pessoal, para a execução de obras previstas no Plano de Atividades da instituição, durante o exercício de 1966.

Parágrafo único. O crédito a que se refere a presente Lei será registrado e distribuído ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
João Gonçalves de Souza

LEI Nº 5.204 — DE 12 DE JANEIRO
DE 1967

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, materiais destinados à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, do Estado de São Paulo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro para os materiais constantes da licença nº DG-65/2418-2596, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, importados pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Sociedade de Economia Mista do Estado de São Paulo.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.205 — DE 12 DE JANEIRO
DE 1967

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento importado pela Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda., destinado à ampliação de fábrica de leite em pó, instalada em Sete Lagoas.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo ao equipamento amparado pelo certificado de cobertura cambial nº DG-33-66/366 e aditivo 33-66/432, emitido

dos pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S. A. importado pela Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda., para a ampliação de sua Fábrica de Leite em Pó, instalada em Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.206 — DE 16 DE JANEIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 8.500.000.000 (oito bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) destinado a atender a despesas de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes — GEIPOP, para a realização de estudos de engenharia específica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 8.500.000.000 (oito bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), destinado a atender a despesas de qualquer natureza do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes — GEIPOP, criado pelo Decreto nº 57.003, de 11 de outubro de 1965, e modificado pelo Decreto nº 57.275 de 17 de novembro de 1965, com vigência nos exercícios de 1966 e 1967 referentes aos estudos de engenharia dos seguintes trechos de rodovias:

- | | |
|---------------------|--------------------------------------|
| 1 — BR-468 e BR-101 | — Curitiba-Florianópolis |
| 2 — BR-476 | — São Mateus do Sul-União da Vitória |
| 3 — PR-11 | — Ponta Grossa-Pirai do Sul |
| 4 — BR-470 | — Rio do Sul - interseção com BR-116 |
| 5 — RS-13 | — Tabai-Pôrto Alegre |
| 6 — RS-4 | — Cai-Farroupilha |
| 7 — RS-26 e RS-99 | — São Vendelino-Bento Gonçalves |
| 8 — BR-116 | — São Leopoldo-Nóvo Hamburgo |
| 9 — BR-262 | — Uberaba-Belo Horizonte |
| 10 — MG-4 | — Ipatinga-Governador Valadares. |

Art. 2º Os encargos decorrentes da aplicação desta Lei serão atendidos pela venda de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário:

Brasília, 16 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 5.207 — DE 16 DE JANEIRO
DE 1967

Desdobra em duas unidades universitárias distintas a atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal de Goiás.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal de Goiás, federalizada pela Lei 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, e incorporada à mesma Universidade pela referida Lei, é desdobrada em duas unidades distintas, denominadas Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Goiás e Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Goiás.

Art. 2º Os cargos de Professor Catedrático do Quadro Único, Parte Permanente, da Universidade Federal de Goiás, lotados na Faculdade de Farmácia e Odontologia, serão distribuídos, conforme suas especialidades, entre as duas Faculdades de que trata a presente Lei.

Art. 3º As denominações das cátedras serão adaptadas ao currículo mínimo, fixado pelo Conselho Federal de Educação.

§ 1º A congregação da Faculdade desdobrada procederá à adaptação prevista, resguardados os interesses do ensino.

§ 2º Os professores serão ouvidos antes de se processar a consequente apostila nos respectivos títulos, devendo ser-lhes assegurada plena defesa de seus interesses.

§ 3º A apostila de que trata o parágrafo anterior será feita pelo órgão competente da Universidade Federal de Goiás.

§ 4º Os servidores administrativos, atualmente lotados na Faculdade ora desdobrada, serão distribuídos, por ato do Reitor, entre as duas unidades universitárias instituídas pela presente Lei.

Art. 4º No prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta Lei, a Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Goiás e a Faculdade de Odontologia da mesma Universidade encami-

narão projetos de seus Regimentos a exame do Conselho Universitário, o qual, depois de apreciá-los, os submeterá à aprovação do Conselho Federal de Educação.

Parágrafo único. Enquanto não forem aprovados os Regimentos de que trata este artigo, aplicar-se-á, no que couber, o Regimento da Faculdade desdobrada.

Art. 5º A Reitoria da Universidade Federal de Goiás incumbirá promover as medidas indispensáveis ao funcionamento das duas Faculdades instituídas por esta Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão atendidas pelos recursos próprios, consignados no orçamento da União, em favor da Universidade Federal de Goiás.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

LEI Nº 5.208 — DE 16 DE JANEIRO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Estado do Rio Grande do Sul as quotas do Serviço Marítimo Sul Brasil Ltda. — SEMASUL.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a cessão, a título gratuito, ao Estado do Rio Grande do Sul, das quotas do Serviço Marítimo Sul Brasil Ltda., "SEMASUL" desapropriadas pela União, de acordo com a Lei nº 3.299, de 30 de outubro de 1957.

Art. 2º A cessão das quotas importará na transferência para a responsabilidade do cessionário de todo o ativo e o passivo da empresa, com todos os seus direitos, encargos e obrigações, inclusive as trabalhistas, desde a data da desapropriação.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.209 — DE 16 DE JANEIRO DE 1967

Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 942.142.836 (novecentos e quarenta e dois milhões cento e quarenta e dois mil oitocentos e trinta e seis cruzeiros), destinado aos encargos de desapropriação do prédio ocupado pelo Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Saúde

o crédito especial de Cr\$ 942.142.836 (novecentos e quarenta e dois milhões cento e quarenta e dois mil, oitocentos e trinta e seis cruzeiros), para atender aos encargos de desapropriação do imóvel situado na rua Coelho e Castro nº 6, no Estado da Guanabara, de propriedade da firma Pinto Bastos S.A. (Importações), onde funciona o Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos, do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, daquela Secretaria de Estado.

Art. 2.º O crédito especial de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Raymundo de Britto

LEI Nº 5.216 — DE 16 DE JANEIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.050.000 (oito milhões e cinquenta mil cruzeiros), destinado à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, no Estado da Bahia.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.050.000 (oito milhões e cinquenta mil cruzeiros), destinado à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, no Estado da Bahia, para pagamento de despesas que corram à conta das categorias econômicas:

	Cr\$
3.1.2.0 — Material de consumo	
02.00 — Impressos e artigos de expediente, etc	2.000.000
04.00 — Combustíveis e lubrificantes	800.000
05.00 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas, de aparelhos, de instrumentos e de móveis	300.000
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	
04.00 — Iluminação, força motriz e gás	1.800.000
06.00 — Reparos, adaptações e conservação de bens móveis e imóveis	1.800.000
09.00 — Serviços de comunicações em geral	1.350.000
	<hr/>
	8.050.000

Art. 2º O crédito especial em questão será registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas da União ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.211 — DE 16 DE JANEIRO
DE 1967

*Concede pensão especial mensal ao
Senhor Deolindo de Araújo Costa.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida a pensão especial mensal, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do maior salário-mínimo vigente no País, ao Senhor Deolindo de Araújo Costa.

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta da respectiva dotação orçamentaria destinada aos pensionistas do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.212, DE 16 DE JANEIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18.997.062.212 (dezoito bilhões novecentos e noventa e sete milhões sessenta e dois mil duzentos e quatorze cruzeiros), em favor da Polícia Militar do Estado da Guanabara, para atender aos encargos decorrentes da aplicação do Decreto-lei nº 10, de 28 de junho de 1966.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18.997.062.212 (dezoito bilhões novecentos e noventa e sete milhões sessenta e dois mil duzentos e quatorze cruzeiros), em favor da Polícia Militar do Estado da Guanabara, destinado a atender aos encargos decorrentes da aplicação do Decreto-Lei nº 10, de 28 de junho de 1966.

Art. 2º Para cobertura da despesa com a abertura do crédito especial a que se refere o art. 1º, ficam anuladas, no orçamento vigente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, as seguintes dotações atribuídas à Polícia Militar do Distrito Federal:

4.10.00 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores

4.10.21 — Polícia Militar do Distrito Federal

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.1.0.0 — Despesas de Custeio

3.1.1.0 — Pessoa

Cr\$

3.1.1.1 — Pessoal Civil 21.000.000

3.1.1.2 — Pessoal Militar — F 4.100.667.085

Pessoal Militar — V	1.813.625.917
3.1.2.0 — Material de Consumo	292.432.919
3.1.3.0 — Serviço de Terceiros	73.095.104
3.2.0.0 — Transferências Correntes	
3.2.3.0 — Inativos	9.975.000.000
3.2.4.0 — Pensionistas	843.152.086
3.2.5.0 — Salário-família	1.815.624.952
3.2.9.0 — Diversas Transferências Correntes	9.394.245
4.0.0.0 — Despesas de Capital	
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.3.0 — Equipamento e Instalações	32.291.497
4.1.4.0 — Material Permanente	15.277.419

Art. 3º O crédito especial de que trata esta lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.213 — DE 16 DE JANEIRO
DE 1967

Autoriza a Superintendência dos Serviços de Transportes da Baía de Guanabara a vender às embarcações que menciona.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Superintendência dos Transportes da Baía de Guanabara autorizada a vender as embarcações "Guanabara" e "Terceira", em concorrência pública e no mínimo, pelo preço da avaliação.

Art. 2º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juarez Távora

LEI Nº 5.214 — DE 16 DE JANEIRO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 133.724.236 (cento e trinta e três milhões setecentos e vinte e quatro mil duzentos e trinta e seis cruzeiros) para atender a despesas decorrentes do cumprimento de sentença prolatada pelo Supremo Tribunal Federal, em que são recorrentes as empresas "Varig", "Real" e recorrida a União Federal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 133.724.236 (cento e trinta e três milhões setecentos e vinte e quatro mil duzentos e trinta e seis cruzeiros), destinado a atender a despesas decorrentes do cumprimento da sentença prolatada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 16.185, em que são recorrentes a S.A. Empresa

de Viação Aérea Riograndense.....
"Varig" e Real S.A. — Transportes
Aéreos e recorrida à União Federal.

Art. 2º. O crédito especial referido
no artigo anterior será registrado e
automaticamente distribuído, pelo
Tribunal de Contas da União, ao Te-
souro Nacional.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na
data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições
em contrário.

Brasília 16 de janeiro de 1967; 146º
da Independência e 79º da Repu-
blica.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

LEI Nº 5.215 — DE 16 DE JANEIRO
DE 1967

*Autoriza o Poder Executivo a abrir,
ao Ministério da Fazenda, o crédito
especial de Cr\$ 1.200.000.000 (um
bilhão e duzentos milhões de cru-
zeiros), para atender a despesas
com o reaparelhamento dos órgãos
centrais e regionais do Departa-
mento do Imposto de Renda.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo auto-
rizado a abrir, ao Ministério da Fa-
zenda, o crédito especial de
Cr\$ 1.200.000.000 (um bilhão e du-
zentos milhões de cruzeiros), desti-
nado ao reaparelhamento dos órgãos
centrais e regionais do Departamento
do Imposto de Renda.

Art. 2º O crédito especial aludido
no artigo anterior terá vigência em 3
(três) exercícios, será registrado e,
automaticamente, distribuído ao Te-
souro Nacional, pelo Tribunal de
Contas da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na
data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições
em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1967; 146º
da Independência e 79º da Repu-
blica.

H. CASTELLO BRANCO
Otavio Bulhões

LEI Nº 5.216 — DE 16 DE JANEIRO
DE 1967

*Concede isenção dos impostos e taxa
que menciona para equipamento
importado pela S. A. Empresa de
Viação Aérea Rio Grandense —
"VARIG"*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1º É concedida isenção do
imposto de importação, do imposto
sobre produtos industrializados e da
taxa de despacho aduaneiro, para um
simulador de voo, com os respectivos
sobressalentes, constantes da licença
nº DG-65-2191 — 2284, emitida pela
Carteira de Comércio Exterior, im-
portado pela S. A. Empresa de Via-
ção Aérea Rio Grandense "VARIG",
com sede em Porto Alegre, Estado do
Rio Grande do Sul.

Art. 2º A isenção concedida não
abrange o material com similar na-
cional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na
data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições
em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1967; 146º
da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões

LEI Nº 5.217 — DE 16 DE JANEIRO
DE 1967

*Autoriza o Poder Executivo a abrir
ao Ministério da Educação e Cul-
tura o crédito especial de Cr\$
322.930.000 (trezentos e vinte e dois
milhões novecentos e trinta mil cru-
zeiros), para atender ao pagamento
da parte do auxílio consignado no
Orçamento Geral da União de 1965,
em favor da Universidade Federal
da Paraíba.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
lei:

Art. 1º É o Poder Executivo au-
torizado a abrir, pelo Ministério da

Educação e Cultura, com vigência de 2 (dois) exercícios, o crédito especial de Cr\$ 322.930.000 (trezentos e vinte e dois milhões novecentos e trinta mil cruzeiros), para atender ao pagamento da parte do auxílio consignado no Orçamento-Geral da União de 1965, em favor da Universidade Federal da Paraíba, não relacionada como "Restos a Pagar" no encerramento daquele exercício.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Raymundo Moniz de Aragão

LEI Nº 5.218. — DE 16 DE JANEIRO
DE 1967

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 3.024.000.000 (três bilhões e vinte e quatro milhões de cruzeiros) ao Ministério da Saúde, para atender ao pagamento das diferenças de vencimentos e vantagens decorrentes do enquadramento definitivo dos seus funcionários.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 3.024.000.000 (três bilhões e vinte e quatro milhões de cruzeiros) ao Ministério da Saúde, para atender ao pagamento das diferenças de vencimentos e vantagens dos seus funcionários, no período de 1º de julho de

1960 a 31 de dezembro de 1964, decorrentes do enquadramento definitivo de que trata a Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Raymundo de Brito

LEI Nº 5.219 — DE 17 DE JANEIRO
DE 1967

Concede pensão especial mensal a Alice Luz Ferreira, viúva de Alfredo da Silva Ferreira.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida pensão especial mensal, correspondente à metade do maior salário-mínimo vigente no País, a Alice Luz Ferreira, viúva de Alfredo da Silva Ferreira, ex-tripulante e naufrago do navio "Brasiloides".

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.220 — DE 17 DE JANEIRO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$... 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Sua Alteza Eminentíssima Frei Angelo de Mojana di Cologna.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil de Sua Alteza Eminentíssima Frei Angelo de Mojana di Cologna, Príncipe e Grão-Mestre da Ordem Soberana e Militar de Malta.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Juracy Magalhães

LEI Nº 5.221 — DE 17 DE JANEIRO
DE 1967

Concede pensão especial a Fausta Gama Ribeiro e igual pensão a Lucy de Lima Campos e seus filhos menores.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a Fausta Gama Ribeiro, viúva do ex-Deputado Eurico Ribeiro da Costa, a pensão especial mensal equivalente ao maior

salário-mínimo vigente no País, enquanto conservar o estado de viuvez.

Art. 2º Igual pensão é concedida a Lucy de Lima Campos, viúva do ex-Deputado Aluizio Fragoso de Lima Campos, e a seus filhos menores Aluizio Gomien de Lima Campos e Tereza Cristina Gomien de Lima Campos, cabendo a metade à primeira, enquanto conservar o estado de viuvez, e o restante, em partes iguais aos dois últimos, com reversão àquela em caso de falecimento destes, maioridade do filho varão ou casamento da filha.

Art. 3º As pensões de que trata a presente Lei correrão à conta da verba orçamentária destinada, no Ministério da Fazenda, ao pagamento dos pensionistas da União.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

LEI Nº 5.222 — DE 17 DE JANEIRO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 172.369.000 (cento e setenta e dois milhões trezentos e sessenta e nove mil cruzeiros), destinado a regularizar despesas com a subscrição de 172.369 ações da Companhia Vale do Rio Doce pelo Tesouro Nacional.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 172.369.000 (cento e setenta e dois milhões trezentos e sessenta e nove mil cruzeiros), destinado a regularizar a despesa com a subscrição de 172.369 ações da Companhia Vale do

Rio Doce, pelo Tesouro Nacional, no aumento do capital da mencionada empresa.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta Lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.223 — DE 17 DE JANEIRO
DE 1967

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, equipamentos importados pela Companhia Estadual de Águas da Guanabara.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para os equipamentos e outros materiais importados pela Companhia Estadual de Águas da Guanabara, destinados aos serviços técnicos de abastecimento d'água.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.224 — DE 17 DE JANEIRO
DE 1967

Isenta do imposto de importação equipamento de televisão importado pela Rádio Difusora do Maranhão Ltda.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida isenção do imposto de importação para o equipamento de televisão constante do certificado de cobertura cambial número 18-63/16.804, emitido pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A., importado pela Rádio Difusora do Maranhão Ltda. e destinado a instalação de uma estação de televisão na cidade de São Luiz, Capital do Estado do Maranhão.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.225 — DE 17 DE JANEIRO
DE 1967

Atualiza o valor da gratificação concedida aos membros dos Tribunais Eleitorais, ao Procurador-Geral e aos Procuradores Regionais Eleitorais e aos Juizes e Escrivães Eleitorais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Serão pagas aos membros dos órgãos do serviço eleitoral as seguintes gratificações:

a) aos membros do Tribunal Superior Eleitoral e ao Procurador-Geral da Justiça Eleitoral Cr\$ 25.000 (vinte e cinco mil cruzeiros), por sessão, até o máximo de 15 (quinze) por mês;

b) aos membros dos Tribunais Regionais Eleitorais e aos Procuradores Regionais da Justiça Eleitoral Cr\$ 15.000 (quinze mil cruzeiros), por sessão, até o máximo de 15 (quinze) por mês;

c) aos juizes eleitorais Cr\$ 60.000 (sessenta mil cruzeiros), por mês; e

d) aos escrivães eleitorais Cr\$ 25.000 (vinte e cinco mil cruzeiros) por mês.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão, no corrente exercício, por conta das dotações próprias de cada Tribunal Eleitoral.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

LEI Nº 5.226 — DE 17 DE JANEIRO
DE 1967,

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 986.563.164 (novecentos e oitenta e seis milhões quinhentos e sessenta e três mil cento e sessenta e quatro cruzeiros) destinado à restituição, pela Caixa de Amortização, de indenizações trabalhistas e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 986.563.164 (novecentos e oitenta e seis milhões quinhentos e sessenta e três mil cento e sessenta e quatro cruzeiros), destinado à restituição pela Caixa de Amortização, de indenizações trabalhistas, nos termos da Lei nº 3.470, de 26 de novembro de 1958, Decreto nº 53.787, de 20 de março de 1964, e Decreto nº 54.252, de 3 de setembro de 1964.

Art. 2º A importância do crédito especial de que trata o artigo precedente será recolhida ao Fundo de Indenizações Trabalhistas, o qual cons-

tituirá conta especial no Banco do Brasil S.A., à ordem e à disposição da Caixa de Amortização.

Art. 3º Para aquela conta deverão convergir todos os recolhimentos efetuados às exatarias federais na vigência do Decreto nº 53.787, de 20 de março de 1964, que não estejam incluídos no montante do crédito especial de que trata esta Lei, sabendo a Caixa de Amortização e a Contadoria Geral da República procederem à verificação.

Art. 4º O crédito especial em apreço será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional, para os fins indicados no art. 2º, e sua vigência se contará a partir da data desse registro.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 5.227 — DE 18 DE JANEIRO
DE 1967

Dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As atividades relacionadas com a Política Econômica da Borracha, quanto à produção, estocagem, comercialização e industrialização das borrachas vegetais e químicas são regidas, em todo o território nacional, pela presente Lei.

CAPÍTULO I

Dos objetivos

Art. 2º Constituem objetivos da Política Econômica da Borracha:

I — A expansão do mercado interno e externo das borrachas e de seus artefatos.

II — A programação e a coordenação da produção das borrachas vegetais e químicas.

III — estímulo e amparo à heveicultura e à diversificação da economia nas zonas produtoras de borrachas de seringais nativos.

IV — A promoção de adequada remuneração aos produtores de borrachas.

V — A manutenção do equilíbrio da economia gumífera entre as diferentes regiões produtoras de borrachas vegetais.

VI — A organização do mercado, visando ao escoamento da matéria-prima nacional e à garantia de regularidade do suprimento de borrachas e de seus artefatos.

VII — Incentivo à industrialização das borrachas vegetais, prioritariamente nas regiões produtoras, e dos elastômeros químicos, bem como do desenvolvimento econômico e técnico do parque manufatureiro de artefatos dessas matérias-primas.

Parágrafo único. Os órgãos federais do planejamento e desenvolvimento econômico da Amazônia e do Nordeste do País levarão em conta o disposto neste artigo ao elaborarem seus programas de ação, de modo a harmonizar os objetivos gerais dos mesmos com aqueles da política definida nesta Lei.

Art. 3º Na execução da Política Econômica da Borracha, observar-se-ão as seguintes diretrizes:

a) garantia de crédito de preços e de compra com o fim de regular o mercado das borrachas vegetais sólidas de produção nacional, provenientes do gênero *Hevea*;

b) formação de um Estoque de Reserva de borrachas vegetais, destinado a assegurar o equilíbrio do mercado de elastômeros;

c) estímulo ao aumento de produtividade tanto dos seringais de plantação e dos seringais extrativos como das fábricas de elastômeros químicos, a fim de colocar essas borrachas em condições de concorrência internacional;

d) padronização e melhoria do preparo, da qualidade, da classificação, da embalagem e da apresentação das borrachas de produção nacional;

e) promoção do aumento da produtividade das indústrias de transformação de borrachas.

Art. 4º A Política Econômica da Borracha abrange:

a) os látices provenientes das seguintes espécies botânicas existentes no território nacional e os produtos com eles preparados:

I — *Hevea: brasiliensis, Benthamiana, camporum, guianensis, humilior, lutea, minor, paludosa, pauciflora, rigidifolia, Spruceana, viridis*;

II — *Manihot: dichotoma, glaziovii, heptaphylla, hispida, parvifolia, piauhiensis, Teissonieri, Toledii*;

III — *Sapium: biglandulosum*;

IV — *Castilloa: elástica, tunu, Ulei*;

V — *Hancornia: speciosa*.

b) os polímeros ou elastômeros e plastômeros termoplásticos de origem química, sucedâneos da borracha vegetal, genericamente denominados borracha sintética;

c) as borrachas e látices importados, de qualquer natureza.

§ 1º Entendem-se como látices vegetais aqueles provenientes dos gêneros e espécies botânicos enumerados neste artigo, preparados sob a forma de concentrados, pelos processos de cremagem, evaporação, eletro-decantação, centrifugação ou quaisquer outros;

§ 2º Definem-se como borrachas vegetais sólidas em bruto os látices de seringueiras pertencentes aos gêneros e espécies botânicos enumerados neste artigo, preparados sob a forma de pelas, bolas, blocos, pães, folhas, fitas, lâminas, mantas, lençóis, grânulos ou qualquer outra, defumados ou não, desde que não tenham sofrido o processo de beneficiamento em usinas de lavagem e crepagem.

§ 3º Excluem-se do disposto nesta Lei os látices, gomas e resinas silvestres não elásticos, tais como as abiu-ranas (*Lucuma gutta* e *Lucuma lasiocarpa*) as balatas (*Manihara* cu *Mimusops balata*, *Ecclinusa sanguinolenta*, *Syderoxylon cyrtobotrium*, *Syderoxylon resiniferum*, *Ecclinusa resiniferum* e todos os demais gêneros e espécies), o chiclé (*Zschokkea laccifera*), as macarandubas (*Mimusops excelsa*, *Mimusops huberi*, *Mimusops subsericea*), as sorvas (*Chrysophyllum excelsum*, *Couma guyanensis*, *Couma macrocarpa*, *Couma utilis*) a acouquirana (*Ecclinusa balata*) e outros.

CAPÍTULO II

Da execução

Art. 5º O Banco da Amazônia S. A. além das demais atribuições que lhe são conferidas na legislação própria, financiará a produção de borrachas vegetais, com prioridade as da região amazônica, observado o que dispõe esta Lei.

§ 1º Os financiamentos à produção de borrachas vegetais efetuados pelo referido Banco serão programados de modo a manter o equilíbrio do mercado.

§ 2º E' garantido ao Banco da Amazônia S. A. o refinanciamento do custeio da produção das borrachas vegetais, em níveis a serem fixados na programação financeira elaborada pelo citado Banco e aprovada pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 6º As safras de borrachas vegetais, de qualquer área de produção, inclusive a amazônica, poderão ser financiadas por instituições financeiras públicas ou privadas, de conformidade com as normas de crédito a serem baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e as instruções do Banco Central da República do Brasil, ouvido previamente o Conselho Nacional da Borracha.

Art. 7º A concessão de estímulos fiscais ou incentivos de qualquer espécie para novos investimentos no país, com a finalidade de expandir a produção de borrachas cultivadas ou químicas, dependerá de aprovação prévia do Conselho Nacional da Borracha, que para tal efeito levará em conta as tendências da oferta e da procura, o equilíbrio econômico entre as diversas regiões produtoras e a oportunidade dos programas ou projetos apresentados.

Art. 8º Na execução da política relativa à produção, estocagem, comercialização e industrialização das borrachas vegetais e químicas, o Conselho Nacional da Borracha estabelecerá, com a participação do Banco Central da República do Brasil e sem prejuízo da ação normativa do Conselho Monetário Nacional, medidas referentes à expansão ou restrição de qualquer modalidade de crédito destinada àquelas atividades.

Art. 9º Caberá ao Banco Central da República do Brasil a fiscalização,

junto às instituições financeiras públicas e particulares, do cumprimento das medidas que forem baixadas de conformidade com os artigos 6º e 8º supra.

Art. 10. Vigorarão no País preços básicos de compra para as borrachas vegetais sólidas em bruto, provenientes do gênero *Hevea* e de procedência nacional, em conformidade com o que dispõe o artigo 28, item IV, da presente Lei.

Art. 11. Os produtores, ou suas cooperativas, e os comerciantes ou entregadores de borrachas vegetais poderão sempre optar, na primeira operação de venda, por qualquer das seguintes formas de comercialização dessas matérias-primas:

a) venda à Superintendência da Borracha ao preço básico;

b) venda direta à indústria manufatureira de artefatos de borracha, bem como ao comércio, aos preços de mercado;

c) venda para o exterior, respeitadas as atribuições do Conselho Monetário Nacional e do Conselho Nacional do Comércio Exterior, no que se refere ao comércio exterior.

§ 1º As operações de compra relativas à venda prevista na alínea "a" serão realizadas diretamente pela Superintendência da Borracha ou, se convier, mediante acordo, convênios ou contratos deste órgão com o Banco da Amazônia S. A. e, supletivamente, conforme o caso, com outras entidades.

§ 2º O Conselho Nacional da Borracha baixará as normas para o cumprimento deste artigo.

§ 3º A intervenção de corretores ou despachantes em qualquer das fases da comercialização das borrachas vegetais não é obrigatória.

Art. 12. A partir da safra de borrachas vegetais correspondentes ao período de 1º de julho de 1968 a 30 de junho de 1969, os preços básicos dessas matérias-primas para o mercado interno ou externo serão gradualmente ajustados pelo Conselho Nacional da Borracha, com o fim de criar para as borrachas nacionais, até 1º de janeiro de 1972, condições de concorrência no mercado internacional.

§ 1º O ajustamento de preços previsto neste artigo somente será efetuado na medida em que se cumprir um programa de diversificação das

atividades econômicas das áreas de produção extrativista de borracha e de aumento da produtividade dos seus seringais, a ser executado pelos órgãos federais de desenvolvimento regional, e cujo plano será submetido à aprovação do Poder Executivo pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação desta Lei.

§ 2º As borrachas químicas, cujos preços ainda não lhes permitem concorrer no mercado internacional, terão seus preços ajustados de acordo com os objetivos previstos neste artigo, no prazo máximo de 2 (dois) anos, a partir da data da publicação da presente Lei.

Art. 13. A garantia de preços de venda para as borrachas vegetais será efetivada pela obrigação, que terá a União, de comprá-las através da Superintendência da Borracha, observado o disposto no art. 11 e seus parágrafos e demais disposições desta Lei.

Parágrafo único. A Superintendência da Borracha fiscalizará as operações permitidas nas alíneas "b" e "c" do art. 11 desta Lei.

Art. 14. As borrachas vegetais nacionais, adquiridas pela Superintendência da Borracha, destinam-se a:

a) formação do Estoque de Reserva de borrachas vegetais, previsto no artigo 15 desta Lei, nas condições, quantidades e tipos determinados pelo Conselho Nacional da Borracha;

b) venda no País e no exterior, mediante preços e normas igualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional da Borracha.

Parágrafo único. A Superintendência da Borracha venderá essas borrachas nos locais de distribuição que estabelecer nas áreas produtoras ou, excepcionalmente, quando se tratar de borracha importada, nos portos de destino.

Art. 15. É criado um Estoque de Reserva, constituído de borrachas vegetais brutas e beneficiadas, nacionais, de propriedade da União e mediante recursos por esta fornecidos, consoante se estipula nesta Lei.

§ 1º O Estoque de Reserva de que trata este artigo terá como limite mínimo um volume de borrachas vegetais equivalente a 4 (quatro) meses de consumo, para cujo cálculo se

tomará como base a média verificada durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

§ 2º O referido estoque será formado, mantido e movimentado pela Superintendência da Borracha, conforme as normas para tal fim baixadas pelo Conselho Nacional da Borracha.

§ 3º Para formar e manter o Estoque de Reserva no volume estabelecido no § 1º, a Superintendência da Borracha, poderá, mediante autorização do Conselho Nacional da Borracha, promover, excepcionalmente, a importação de borrachas vegetais necessárias a cobrir o déficit que, comprovadamente ocorrer.

§ 4º Os lucros e perdas decorrentes de quaisquer operações relativas ao Estoque de Reserva serão levados respectivamente a crédito e débito do Fundo Especial a que se refere o artigo 40 desta Lei.

Art. 16. A Superintendência da Borracha, em acordo com o Banco da Amazônia S. A., promoverá o zoneamento das áreas produtoras de borrachas vegetais e o cadastramento, por zona de produção, dos seringais, dos produtores, suas cooperativas e dos entregadores ou comerciantes de borrachas vegetais.

Art. 17. Somente poderão ser classificadas as borrachas vegetais que pertençam a produtor, ou a sua cooperativa, ou a entregador ou comerciante de borracha, cadastrados na Superintendência da Borracha, devendo este órgão por ocasião da classificação, verificar o cumprimento desta exigência.

Parágrafo único. É vedado o beneficiamento de borrachas vegetais sem a apresentação da documentação requerida pela presente Lei.

Art. 18. É instituído na Superintendência da Borracha o Certificado de Comercialização e Transferência de Borrachas Vegetais, destinado ao registro das operações de compra e venda das borrachas e látexes nacionais de qualquer variedade ou origem ou de sua movimentação entre os locais de produção e os de beneficiamento ou industrialização final, quando de consumo próprio.

§ 1º No caso das borrachas vegetais sólidas em bruto ou beneficiadas, seja qual for seu gênero, espécie e tipo, o Certificado mencionado neste arti-

go conterà declaração em que se especifique e autentique a classificação da borracha ou borrachas objeto do ato de comércio.

§ 2º O Certificado de que trata este artigo faz parte integrante da documentação da transação comercial respectiva, sem o qual não poderão os referidos produtos ser vendidos ou industrializados no território nacional nem ser exportados, ficando os infratores sujeitos às penas cominadas na presente Lei.

Art. 19. Somente podem ser comercializadas as borrachas vegetais acompanhadas do Certificado visado pelo Banco da Amazônia S. A., ou por outras instituições públicas de crédito que financiem a produção de borrachas vegetais.

Art. 20. As borrachas classificadas ou comercializadas sem observância aos artigos 17 e 19, *supra*, poderão ser apreendidas pela Superintendência da Borracha ou pelo Banco da Amazônia S. A., com o concurso das autoridades competentes, e serão liberadas quando satisfeitas as exigências legais.

Art. 21. É instituída a Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha, de natureza específica e incidente sobre as borrachas e látices vegetais e químicos nacionais e estrangeiras.

§ 1.º Compete ao Conselho Nacional da Borracha estabelecer as alíquotas da Taxa a que se refere este artigo para cada categoria de elastômeros, não podendo aquelas exceder a 1/20 (um vinte avos) do valor de produção das borrachas e látices nacionais e do preço f.o.b. dos produtos importados.

§ 2º A Taxa de que trata este artigo constitui uma contribuição de caráter parafiscal, terá uma única incidência e é cobrada da seguinte forma:

a) para as borrachas e látices vegetais nacionais, no ato da expedição do Certificado instituído no art. 18 desta Lei;

b) para as borrachas químicas, nacionais, e para as borrachas e látices estrangeiros, de acordo com as normas que para tal fim baixou o Conselho Nacional da Borracha.

§ 3º A Taxa de Controle e Fiscalização do Mercado da Borracha destina-se:

a) ao custeio das despesas feitas pela Superintendência da Borracha no exercício de suas atribuições, bem como para a manutenção do Conselho Nacional da Borracha;

b) à indenização ao Banco da Amazônia S. A. ou a outras entidades, por despesas ou serviços que executarem como agentes ou delegados da Superintendência da Borracha.

c) à constituição do Fundo Especial previsto no art. 40 desta Lei.

§ 4º Nenhum outro imposto ou taxa de origem federal, além dos previstos nesta Lei, gravará as borrachas e látices vegetais e químicos de produção nacional.

§ 5º O Conselho Nacional da Borracha baixará as normas acerca da forma de arrecadação da Taxa sobre que dispõe este artigo.

Art. 22. Estimada pelo Conselho Nacional da Borracha a necessidade do consumo anual de borrachas e calculado o suprimento dessas matérias-primas que pode ser atendido pela produção de origem nacional, de acordo com as exigências técnicas industriais e as possibilidades de exportação, a Superintendência da Borracha requererá ao Conselho de Política Aduaneira, quando julgar conveniente, a isenção ou redução de direitos para a parcela cuja importação seja imprescindível, nos termos do art. 4º da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Art. 23. A importação e a exportação de borrachas e látices vegetais e químicos, bem como a de artefatos de qualquer natureza, obedecerão às normas gerais estabelecidas pelo Conselho de Comércio Exterior, nos termos da Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, com a participação do Conselho Nacional da Borracha, *ex vi* do que dispõe esta Lei, cabendo à Superintendência da Borracha a execução das diretrizes e sistemas que forem estabelecidos.

Art. 24. VETADO.

Art. 25. Os produtores, fabricantes, comerciantes e usuários de borrachas e látices vegetais ou químicos de qualquer natureza ou procedência, bem como os estabelecimentos manufatureiros e comerciais de artefatos de borracha, ficam obrigados a fornecer

à Superintendência da Borracha as estatísticas que lhes forem pela mesma solicitadas.

Parágrafo único. As informações estatísticas a que se refere este artigo serão prestadas dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias após cada mês vencido, e obedecerão às normas e modelos que forem estabelecidos pela Superintendência da Borracha.

CAPÍTULO III

Da Administração

SEÇÃO I

Da constituição e atribuições do Conselho Nacional da Borracha

Art. 26. A Comissão Executiva de Defesa da Borracha, criada pela Lei nº 86, de 8 de setembro de 1947, modificada pela Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, é reestruturada e passa a denominar-se Conselho Nacional da Borracha, cabendo-lhe as funções normativas de formular, orientar e co-ordenar a Política Econômica da Borracha, na forma desta Lei.

Art. 27. Com a atribuição de executar a Política Econômica da Borracha em nome da União, é criada a Superintendência da Borracha, entidade com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, técnica e financeira, sob a jurisdição do Ministério da Indústria e do Comércio.

§ 1º A ação da Superintendência da Borracha estende-se por todo o território nacional, sendo-lhe facultado estabelecer delegacias no País.

§ 2º É criado o cargo em comissão de Superintendente da Borracha, símbolo C-1.

§ 3º Quando a escolha do Superintendente da Borracha recair em funcionário público, autárquico ou de sociedade de economia mista, fica-lhe assegurado o direito de opção entre os vencimentos e vantagens do cargo que exerce no órgão de origem e os vencimentos correspondentes ao cargo em comissão criado no § 2º, *supra*.

§ 4º Na hipótese de opção pelos vencimentos e vantagens do cargo exercido no órgão de origem, o Superintendente da Borracha terá direito

à gratificação de representação que for fixada pelo Conselho Nacional da Borracha.

Art. 28. Compete privativamente ao Conselho Nacional da Borracha, além das demais atribuições que lhe são conferidas por esta lei:

I — Examinar e aprovar os programas governamentais ou particulares de plantação de borracha, como condição para concessão de financiamento, assistência técnica, material de plantação e demais facilidades oficiais, bem como da garantia de preços.

II — Elaborar os programas de utilização de borrachas vegetais e químicas de qualquer variedade, tipo ou origem, a fim de assegurar o suprimento do mercado em quantidades e qualidades adequadas.

III — Estabelecer quando necessário, em função do consumo interno, quotas de suprimento e consumo de borrachas e látices vegetais e químicos, de qualquer procedência, tipo ou variedade.

IV — Fixar os preços de compra ao produtor das borrachas vegetais em bruto, pertencentes ao gênero *Hevea*, garantidos pela Superintendência da Borracha.

V — Fixar os preços de venda das borrachas vegetais, que forem adquiridas pela Superintendência da Borracha.

VI — Fixar os preços de venda das borrachas químicas de produção nacional.

VII — Fixar, sempre que as circunstâncias o aconselharem, mediante deliberação fundamentada e por prazo determinado, os preços de venda de borracha e látices vegetais no mercado, assim como dos artefatos de borracha em geral.

VIII — Decidir de sua própria organização, elaborando seu Regimento Interno e o da Comissão Consultiva instituída no art. 31 desta lei.

IX — Decidir da estrutura técnica e administrativa da Superintendência da Borracha e criar seu quadro de pessoal.

X — Estabelecer os vencimentos e vantagens dos funcionários da Superintendência da Borracha, cabendo ao Superintendente a iniciativa de apresentar as respectivas propostas.

XI — Aprovar o programa de administração anual da Superintendência da Borracha.

XII — Aprovar a proposta de orçamento anual da Superintendência da Borracha.

XIII — Examinar a gestão financeira da Superintendência da Borracha.

XIV — Conhecer dos recursos as decisões do Superintendente da Borracha.

Art. 29. Compete à Superintendência da Borracha, além das demais atribuições que lhe são conferidas por esta lei:

I — Estudar a situação econômica geral da borracha e, particularmente, os assuntos agrícolas, comerciais e industriais referentes às gomas elásticas vegetais, aos elastômeros químicos e aos artefatos dessas matérias-primas, abrangendo não só o mercado nacional como o internacional.

II — Proceder a pesquisas objetivando o desenvolvimento do mercado da borracha e de seus artefatos.

III — Manter um serviço de estatística de borrachas e de seus artefatos, assim como de outras informações.

IV — Instituir a classificação e a padronização oficiais das borrachas e látices, bem como a sua nomenclatura técnica.

V — Autorizar e fiscalizar, nas indústrias manufatureiras de artefatos, o emprego de borrachas vegetais e o de elastômeros químicos de uso especial, cuja utilização seja indispensável por motivos de ordem técnica.

VI — Determinar, quando necessário, a adoção de normas técnicas e o cumprimento de exigências mínimas nas especificações dos artefatos de borracha.

VII — Dar assistência técnica e tecnológica aos produtores, industriais e comerciantes de borracha.

VIII — Constituir e movimentar o Estoque de Reserva de borrachas vegetais.

IX — Efetuar as operações de compra e venda de borrachas vegetais, conforme se dispõe nesta Lei.

X — Manter o registro de todas as pessoas físicas ou jurídicas que exercerem qualquer atividade agrícola, comercial ou industrial no setor da borracha.

Art. 30. Integrarão o Conselho Nacional da Borracha:

a) o Ministro da Indústria e do Comércio, que o presidirá;

b) um representante do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica;

c) um representante do Banco Central da República do Brasil;

d) um representante do Banco da Amazônia S. A.

§ 1º O Presidente terá, além do seu voto pessoal, o voto de desempate.

§ 2º Sendo o seu Presidente o Ministro da Indústria e do Comércio, nos termos deste artigo, consideram-se de sua responsabilidade, para os efeitos do art. 104, nº I, alínea b, da Constituição Federal, as deliberações do Conselho Nacional da Borracha.

§ 3º As decisões do Conselho Nacional da Borracha obrigam também os órgãos federais, inclusive autarquias e sociedades de economia mista, no que se refere à execução desta Lei.

Art. 31. O Conselho Nacional da Borracha é assessorado por uma Comissão Consultiva, presidida pelo Superintendente da Borracha, e composta de:

a) um representante dos produtores de borracha vegetal de cada Estado ou Território Federal que participe com, pelo menos, 10% (dez por cento) da produção nacional dessas matérias-primas;

b) um representante dos fabricantes de borracha sintética;

c) um representante da indústria pesada de artefatos de borracha;

d) um representante da indústria leve de artefatos de borracha;

e) um representante do comércio de borrachas vegetais.

Art. 32. Compete à Comissão Consultiva:

a) apreciar e emitir parecer sobre os assuntos que lhe forem submetidos pelo Conselho Nacional da Borracha ou pela Superintendência da Borracha;

b) estudar e propor ao Conselho Nacional da Borracha medidas de interesse das classes nele representadas;

c) formular sugestões para o planejamento da economia da borracha;

d) desempenhar as demais funções que lhe forem cometidas pelo Regimento Interno do Conselho Nacional da Borracha.

Art. 33. São atribuições do Superintendente da Borracha:

a) cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Nacional da Borracha;

b) administrar a Superintendência da Borracha e movimentar-lhe os recursos, autorizando despesas de qualquer natureza, decorrentes de determinação legal ou prevista em orçamento e ordenando os respectivos pagamentos;

c) organizar e dirigir os serviços da Superintendência da Borracha, praticando todos os atos a eles referentes nos termos da lei vigente, bem como admitir, dispensar, promover, transferir, licenciar e aplicar sanções aos funcionários da Superintendência;

d) aplicar sanções cominadas pelo Conselho Nacional da Borracha aos infratores desta Lei, dos regulamentos, resoluções e instruções, bem como de outros quaisquer atos do Conselho e da Superintendência, julgando os respectivos processos, dos quais caberá recurso ao Conselho Nacional da Borracha.

Art. 34. O Presidente da República nomeará um dos membros do Conselho Nacional da Borracha para desempenhar as funções de Superintendente da Borracha.

Art. 35. Os membros do Conselho Nacional da Borracha e seus respectivos suplentes serão nomeados por decreto do Presidente da República, mediante indicação dos órgãos que representam.

Art. 36. Os membros da Comissão Consultiva e seus respectivos suplentes serão nomeados por Decreto do Presidente da República, mediante indicação em listas triplices, organizadas pelas respectivas entidades de classe de grau superior e encaminhadas por intermédio do titular do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 37. A Superintendência da Borracha pode requisitar pessoal ao Serviço Público Federal, autarquias ou sociedades de economia mista, para servir na Superintendência da Borracha e seus órgãos auxiliares.

§ 1º Aos funcionários requisitados pela Superintendência da Borracha

são garantidos os vencimentos e todas as demais vantagens inerentes aos seus respectivos cargos, nos órgãos de origem.

§ 2º Pode a Superintendência da Borracha contratar, sujeitos à normas da legislação trabalhista, técnicos especialistas nacionais ou estrangeiros, bem como pessoal habilitado à execução de seus serviços administrativos, de acordo com os níveis salariais vigentes no mercado de trabalho.

Art. 38. VETADO.

Seção II

Do Regime Financeiro e Patrimonial da Superintendência da Borracha

Art. 39. Para a execução da Política Nacional da Borracha, a Superintendência da Borracha conta com os seguintes recursos:

a) o Fundo Especial a que se refere o art. 40, *infra*;

b) disponibilidades remanescentes da dotação orçamentária atribuída à Comissão Executiva de Defesa da Borracha e seu acervo;

c) rendas eventuais

Art. 40. Os recursos financeiros destinados à formação do Estoque de Reserva e ao custeio das operações de compra e venda de borrachas, previstas nesta Lei, constituirão o Fundo Especial da Superintendência da Borracha, o qual será depositado no Banco da Amazônia S. A., nos termos do § 4º do art. 47, *infra*, cabendo a administração desse Fundo à referida Superintendência.

Art. 41. No caso de se tornarem insuficientes os meios previstos no artigo anterior e destinados à aquisição de borrachas, caberá ao Conselho Monetário Nacional providenciar a sua complementação.

Art. 42. Constituem também fontes de receita da Superintendência da Borracha:

a) rendas provenientes de aplicação ou alienação de seus bens patrimoniais;

b) retribuições por estudos, pesquisas e quaisquer outros serviços técnicos prestados a terceiros, por solicitação destes;

c) vendas de publicações;
d) multas e emolumentos fixados pelo Conselho Nacional da Borracha;
e) doações, legados e outras rendas que a esse título receber de pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo único. O Conselho Nacional da Borracha baixará as normas relativas ao que dispõe este artigo.

Art. 43. O patrimônio da Superintendência da Borracha é constituído pelas rendas próprias, pelos bens e direitos que lhe forem doados, bem como por aqueles que adquirir.

Art. 44. Os bens e direitos pertencentes à Superintendência da Borracha serão utilizados para a realização dos objetivos próprios à sua finalidade, permitidos, porém, o seu investimento para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

Art. 45. A aquisição e a alienação de bens patrimoniais por parte da Superintendência da Borracha, serão feitas mediante autorização do Conselho Nacional da Borracha, obedecendo as prescrições estabelecidas no Regimento Interno.

Art. 46. Os contratos celebrados pela Superintendência da Borracha, com a aprovação do Conselho Nacional da Borracha, independem de registro prévio pelo Tribunal de Contas.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 47. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$... 20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros), destinado a atender à despesa de constituição do Estoque de Reserva, assim como à compra de borracha, consoante o que se estipula nesta Lei.

§ 1º O crédito especial de que trata a presente Lei terá vigência de dois exercícios a contar da data do registro pelo Tribunal de Contas.

§ 2º Do crédito aberto neste artigo Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) se destinam às despesas de instalação do Conselho Nacional da Borracha.

§ 3º Os recursos financeiros a que se refere este artigo serão registrados pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuídos ao Tesouro Nacional.

§ 4º O Tesouro Nacional depositará automaticamente esses recursos no Banco da Amazônia S. A. para constituir o Fundo Especial a que se refere o art. 40 desta Lei.

Art. 48. As transgressões ou infrações ao que fôr deliberado e determinado pelo Conselho Nacional da Borracha, por força desta Lei, serão passíveis de multa de Cr\$ 50.000 (cinquenta mil cruzeiros) a Cr\$ 1.000.000 (um milhão de cruzeiros), valores esses sujeitos a correção monetária, de acordo com os coeficientes oficiais, sem prejuízo de outras penalidades cominadas na lei.

Parágrafo único. No caso de infração aos arts. 18 e 21 desta Lei, será determinada pela Superintendência da Borracha a apreensão da borracha e aplicada a multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) e na reincidência, a 100% (cem por cento) do valor da partida da borracha negociada sem atender aos requisitos legais, ou adulterada e dissimulada durante o processo de beneficiamento, devendo a penalidade ser aplicada, proporcionalmente, a todos os intervenientes na transação.

Art. 49. A cobrança judicial da dívida ativa da Superintendência da Borracha, proveniente de taxas, retribuições, emolumentos e multas, ou de qualquer outra origem, obedecerá ao disposto no Decreto-lei nº 950, de 17 de novembro de 1938.

Art. 50. A Superintendência da Borracha goza de isenção de impostos e taxas federais de qualquer natureza além de franquia postal e telegráfica.

Art. 51. Ficam transferidos à Superintendência da Borracha os bens, o material, a documentação e o arquivo da Comissão Executiva de Defesa da Borracha, bem como o saldo da verba orçamentária do exercício em que fôr promulgada esta Lei.

Art. 52. Os membros da Comissão Executiva de Defesa da Borracha, que representam a produção de borracha,

vegetal extrativa e a indústria de artefatos de borracha, passam a exercer suas funções na Comissão Consultiva do Conselho Nacional da Borracha, obedecendo o que preceitua o art. 36 da presente Lei.

Parágrafo único. O representante do Banco de Crédito da Amazônia S. A. na Comissão Executiva de Defesa da Borracha, onde exerce as funções de membro e vice-presidente desse órgão, passa a exercer as funções de membro representante do citado Banco no Conselho Nacional da Borracha e de Superintendente da Borracha, observado o que dispõem os arts. 27, 30, 34 e 35 desta Lei.

Art. 53. Na organização do quadro do pessoal da Superintendência da Borracha serão aproveitados os servidores que se acharem em função na Comissão Executiva de Defesa da Borracha, na data da publicação desta Lei.

Art. 54. Enquanto não forem expressamente revogados continuam em vigor as Resoluções, Portarias, Instruções, Ordens de Serviços e demais atos baixados pela Comissão Executiva de Defesa da Borracha e pelo Banco de Crédito da Amazônia S. A. com base na legislação substituída pela presente Lei.

Art. 55. Esta lei não prejudica a continuidade dos serviços e contratos existentes, bem como a execução das operações em curso.

Art. 56. Até a instalação do Conselho Nacional da Borracha, os atos de sua competência serão baixados pelo vice-presidente da Comissão Executiva de Defesa da Borracha, *ex vi* do parágrafo único do art. 52 desta Lei, deles tomando conhecimento o Conselho em sua primeira reunião ordinária.

Art. 57. Todas as remissões à extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) feitas na Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, passam a entender-se com referência à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em substituição àquela pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.

Art. 58. São isentos do Imposto de consumo os sobreprodutos industria-

lizados, os látices vegetais concentrados por qualquer processo, bem como as borrachas vegetais sólidas em bruto, pertencentes ao gênero e espécie enumeradas no art. 4º desta Lei, apresentadas sob a forma de pelotas, bolas, blocos, pães, fitas, folhas, lâminas, mantas, chapas, tiras, lençóis, grânulos ou qualquer outra, crepadas ou não; em estado de matéria-prima industrial, quer sejam de origem nacional ou estrangeira.

§ 1º Essa isenção abrange a borracha natural submetida ao processo de beneficiamento para eliminação de água e impurezas, embalada ou não, promovido pelo antigo Banco de Crédito da Amazônia S. A., atual Banco da Amazônia S. A., como delegado da União para a execução das operações finais de compra e venda de borracha no País nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei nº 1.184, de 30 agosto de 1950, e atinge todo o período de vigência da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

§ 2º As matérias primas citadas neste artigo são, também, isentas de taxas aduaneiras de qualquer natureza.

Art. 59. Ficam revogados os Decretos ns. 30.694, de 31 de março de 1952, e 35.371, de 12 de abril de 1954.

Art. 60. Esta Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário constantes das Leis ns. 86, de 8 de setembro de 1947, 1.184, de 30 de agosto de 1950, e 4.712, de 29 de junho de 1965, ressalvando-se que o sistema estabelecido com base nessa legislação será gradativamente substituído à medida que forem sendo implantadas as condições materiais e os meios de execução do novo regime instituído pela presente Lei.

§ 1º A partir da entrada em vigor da presente Lei até a fixação das alíquotas da Taxa a que se refere o artigo 21, pelo Conselho Nacional da Borracha, as contribuições ora arrecadadas sobre borracha e látices sintéticos nacionais ou sobre borrachas e látices importados serão depositados no Banco da Amazônia S. A. à disposição da Superintendência da Borracha, para atenderem às finalidades previstas nos arts. 21 e 39 da presente Lei.

§ 2º Os recursos provenientes das contribuições referidas no parágrafo anterior, que constituem o Fundo de Fomento à Produção da Borracha, arrecadados até a data da entrada em vigor desta Lei, serão incorporados ao capital do Banco da Amazônia S. A., na forma estabelecida pelo art. 3º da Lei nº 5.122 de 28 de setembro de 1966, devendo ser aplicados de preferência no programa de diversificação e aumento da produtividade dos seringueiros, a que se refere o § 1º do artigo 12.

Art. 61. Caberá ao Conselho Nacional da Borracha baixar os atos necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 62 Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Luiz Marcello Moreira de Azevedo

João Gonçalves de Souza

Roberto Campos

LEI Nº 5.228 — DE 18 DE JANEIRO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000.000 (quarenta bilhões de cruzeiros), em reforço do Fundo Federal de Eletrificação.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000.000 (quarenta bilhões de cruzeiros), em reforço do Fundo Federal de Eletrificação, instituído pela Lei nº 2.308, de 31 de agosto de 1954.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo serão aplicados pela Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS, exclusivamente na subscrição de capital da Companhia Hidroelétrica da Boa Esperança, para o

prosseguimento das obras da primeira etapa da usina de Boa Esperança e construção do sistema básico de transmissão e obras complementares necessários ao suprimento de energia elétrica aos Estados do Maranhão e Piauí.

§ 2º A subscrição de capital prevista no parágrafo anterior será feita com observância do disposto no artigo 10 da Lei nº 5.073, de 18 de agosto de 1966.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta Lei que vigorará nos exercícios de 1967 e 1968 será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Mauro Thibau

LEI Nº 5.229 — DE 18 JANEIRO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo, pelo Ministério da Fazenda, a doar, ao Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social "MUDES", Obrigações Reajustáveis ao Tesouro Nacional, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a doar, pelo Ministério da Fazenda, ao Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social — "MUDES", Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, no valor de Cr\$ 20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros), com vencimento no prazo de 20 (vinte) anos e juros de 6% (seis por cento) ao ano, emitidas de acordo com a Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964 e artigo 8º da Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964.

Parágrafo único. As Obrigações e que se refere este artigo, serão impenhoráveis, inalienáveis e intransmissíveis, podendo a entidade beneficiada dar em garantia a estabelecimentos bancários os juros respectivos, a fim de antecipar o seu recebimento.

Art. 2º No caso de extinção ou dissolução da entidade beneficiada, as Obrigações mencionadas retornarão a propriedade do Tesouro Nacional, que providenciará o seu cancelamento.

Art. 3º O Conselho Monetário Nacional aprovará e expedirá as instruções que se tornarem necessárias a perfeita execução desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Carlos Medeiros Silva

Raymundo Moniz de Aragão

cução de serviço de natureza especial, com risco de vida ou saúde, no exercício referente a 1963 (Verba 1.0.00 — Consignação 1.1.00 — Subconsignação 1.1.18).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Carlos Medeiros Silva

LEI Nº 5.231 — DE 19 DE JANEIRO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — crédito especial para pagamento de exercícios findos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 116.302,30 (cento e dezesseis mil trezentos e dois cruzeiros e trinta centavos) para pagamento de exercícios findos relativos a gratificação adicional por tempo de serviço.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.230 — DE 19 DE JANEIRO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o crédito especial de Cr\$ 301.983 (trezentos e um mil novecentos e oitenta e três cruzeiros), para atender ao pagamento de gratificação pela execução de serviço de natureza especial.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o crédito especial de Cr\$ 301.983 (trezentos e um mil novecentos e oitenta e três cruzeiros), para atender ao pagamento de gratificação pela exe-

LEI Nº 5.232 — DE 20 DE JANEIRO
DE 1967

Acrescenta parágrafos ao artigo 33 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, que regula a locação de prédios urbanos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o artigo 33 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, dos seguintes parágrafos:

“§ 1º As taxas de 4% (quatro por cento) e 6% (seis por cento), referidas nos artigos 31 e 32, incidirão sobre os alugueis recebidos a partir do mês de dezembro de 1964, excluídos os impostos, taxas e demais encargos de locação.

§ 2º O prazo para o recolhimento das taxas referidas no § 1º fica prorrogado até 31 de dezembro de 1966.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de janeiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

LEI Nº 5.233 — DE 20 DE JANEIRO
DE 1967

Altera o item III do artigo 178 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União), incluindo a doença de Parkinson entre as que dão direito à aposentadoria integral.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O item III do artigo 178 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União —, passa a ter a seguinte redação:

“III — Quando acometido de tuberculose ativa, alienação men-

tal, neoplasia maligna, segueira, lepra, paralisia, cardiopatia grave, doença de Parkinson e outras moléstias que a lei indicar, na base de conclusões da medicina especializada.”

Art. 2º Os proventos orçamentais de aposentadoria ou pensão de funcionário acometido da doença de Parkinson gozarão da isenção prevista no item III do artigo 17 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de janeiro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

LEI Nº 5.234 — DE 20 DE JANEIRO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 700.000.000 (setecentos milhões de cruzeiros) para a instalação, organização e funcionamento do Estado do Acre, e das outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É aberto, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 700.000.000 (setecentos milhões de cruzeiros) para aplicação na organização e funcionamento do Estado do Acre, instituído pela Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962.

Art. 2º A parcela de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros) destina-se, exclusivamente, à desapropriação de terras e a alojar ou dar trabalho às famílias de agricultores nas margens da Rodovia Brasília-Acre, nas proximidades da Capital do Estado.

Art. 3º Aplicar-se-á o presente crédito, nos termos do artigo 12 da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962, independente de registro prévio do Tribunal de Contas.

Art. 4º ... VETADO ...

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Carlos Medeiros Silva

LEI Nº 5.235 — DE 20 DE JANEIRO
DE 1967

Dispõe sobre o pagamento de proventos e outras vantagens aos servidores públicos e autárquicos federais, aposentados das instituições de previdência social.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os funcionários públicos civis da União, associados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público, quando aposentados, terão direito aos proventos assegurados aos demais funcionários, de acordo com a legislação que vigorar.

Parágrafo único. A diferença entre o provento pago pelo Instituto e aquele a que tiver direito o funcionário, na forma desta Lei, correrá à conta da União.

Art. 2º No início de cada exercício a Diretoria da Despesa Pública depositará, no Banco do Brasil e em conta especial, a crédito do Instituto, importância igual à de sua responsabilidade no ano anterior, com o que aquela entidade de Previdência Social fará face aos pagamentos de obrigação do Tesouro Nacional, no exercício.

Art. 3º Ocorrendo aumento de proventos de inativos, a Diretoria da Despesa Pública depositará, na conta de que trata o artigo anterior, e de uma só vez, importância igual ao total da majoração concedida para o resto do exercício.

Art. 4º Os processos de concessão de aposentadoria permanecerão no citado Instituto e uma cópia de cada um será remetida à Diretoria da Des-

pesa Pública, obedecidas as seguintes normas:

I — Aposentadoria por invalidez

a) Requerimento do servidor ou da repartição a que esteja subordinado;

b) Certidão fornecida pela repartição empregadora, com todos os elementos comprobatórios da situação funcional do servidor, inclusive vencimentos;

c) Segunda via do laudo médico, firmada pelos membros da junta de Inspeção;

d) Cálculo dos proventos a que tem direito o servidor de responsabilidade do Instituto;

e) Ato que concedeu a aposentadoria, inclusive decisões homologatórias dos órgãos de revisão ou de recurso.

II — *Aposentadoria ordinária*: os mesmos elementos constantes do item I, com exceção do laudo médico;

III — *Aposentadoria compulsória*: os mesmos elementos constantes do item I, com exceção do laudo médico, incluindo-se prova de idade do servidor.

Art. 5º As cópias de que trata o art. 4º formarão, na Diretoria da Despesa Pública, processos regulares para a concessão das vantagens asseguradas em lei, e, concluídos, será enviada ao Instituto comunicação com a indicação das diferenças de proventos a cargo da União, sendo iniciado o respectivo pagamento logo após o cumprimento dessa formalidade.

Art. 6º As disposições desta Lei aplicam-se aos servidores autárquicos aposentados e aos seus beneficiários, correndo à conta das respectivas autarquias as despesas que não estejam a cargo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público.

Art. 7º Não se incluem entre os beneficiários desta Lei os servidores amparados pela Lei nº 2.752, de 10 de abril de 1936.

Art. 8º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
L. G. do Nascimento e Silva

LEI Nº 5.236 — DE 20 DE JANEIRO DE 1967

Autoriza a abertura, pela Secretaria de Finanças do Distrito Federal, de créditos especiais no total de Cr\$ 60.005.275 (sessenta milhões, cinco mil duzentos e setenta e cinco cruzeiros), para pagamento de despesas realizadas nos exercícios de 1964 a 1966.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo do Distrito Federal autorizado a abrir, pela Secretaria de Finanças do Distrito Federal, créditos especiais no total de Cr\$ 60.005.275 (sessenta milhões, cinco mil duzentos e setenta e cinco cruzeiros), para pagamento de despesas efetuadas nos exercícios de 1964 a 1966, discriminadas no Anexo que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura deste crédito serão obtidos, na forma do item III do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1965, da anulação parcial, em igual valor, da dotação abaixo, do orçamento vigente da Prefeitura do Distrito Federal, conforme a Lei nº 4.899, de 10 de dezembro de 1965:

CÓDIGOS		DESIGNAÇÃO
Local	Geral	Secretaria de Administração
30.0.00	3.0.0.0	Despesas Correntes
32.0.00	3.2.0.0	Transferências Correntes
32.8.00	3.2.8.0	Contribuições de Previdência Social
32.8.01		Contribuições de Previdência Social

Art. 3º Os créditos especiais abertos por esta Lei vigorarão nos exercícios de 1966 e 1967.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

O anexo a que se refere o Texto da Lei foi publicado no *Diário Oficial* de 24-1-67.

LEI Nº 5.237 — DE 31 DE JANEIRO
DE 1967

Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 8.700.000.000 (oito bilhões e setecentos milhões de cruzeiros), para atender aos encargos do ano de 1965 da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, destinando-se Cr\$ 3.500.000.000 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) à regularização de despesa já realizada.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Saúde

de para a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública o crédito especial de Cr\$ 8.700.000.000 (oito bilhões e setecentos milhões de cruzeiros), destinado a atender aos encargos do ano de 1965.

Art. 2º Do crédito de que trata o artigo anterior, a parcela de Cr\$ 3.500.000.000 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) destina-se a regularizar igual despesa já realizada.

Art. 3º O crédito especial de que trata o art. 1º será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões
Raymundo de Britto

LEI Nº 5.238 — DE 31 DE JANEIRO DE 1967

Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a transferir recursos para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Prefeitura do Distrito Federal a transferir ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 50% (cinquenta por cento) da receita derivada, proveniente da arrecadação, no presente exercício, do imposto de Diversões Públicas na forma do art. 207 da Lei nº 4.191, de 24 de dezembro de 1962.

Art. 2º A transferência de recursos, mencionada no artigo anterior, destina-se a atender às obrigações decorrentes do Convênio de Estatística, celebrado, em 26 de julho de 1961, entre a Prefeitura do Distrito Federal e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e devidamente registrado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 3º Fica o Senhor Prefeito do Distrito Federal autorizado a abrir, à Secretaria de Finanças, no corrente exercício, crédito especial até o limite de Cr\$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de cruzeiros) para o atendimento do disposto na presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
João Gonçalves de Souza

LEI Nº 5.239 — DE 31 DE JANEIRO DE 1967

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 655.880.000 (seiscentos e cinquenta e nove milhões oitocentos e oitenta mil cruzeiros) para atender, no corrente ano, as despesas com o aumento de salário do pessoal da Companhia de Navegação Bahiana.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 659.880.000 (seiscentos e cinquenta e nove milhões oitocentos e oitenta mil cruzeiros), para atender, no corrente ano, as despesas com o aumento de salário do pessoal da Companhia de Navegação Bahiana.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões
Juarez Távora

LEI Nº 5.240 — DE 31 DE JANEIRO DE 1967

Fixa em 10% (dez por cento) ad valorem a alíquota incidente sobre películas destinadas à fabricação de filmes foto-sensíveis.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' fixada em 10% (dez por cento) ad valorem a alíquota inci-

dente sobre películas de poliéster de triacetato de celulose, com camada antihalo e substratada, destinadas à fabricação de filmes foto-sensíveis, classificadas, respectivamente, nos itens 39-03-003 e 39-03-003 da Tarifa das Alfândegas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

LEI Nº 5.241 — DE 31 DE JANEIRO
DE 1967

Cria cargos de Professor Catedrático na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para a execução do disposto no art. 2º, alínea f, da Lei nº 3.862, de 30 de janeiro de 1961, são criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura 32 (trinta e dois) cargos de Professor Catedrático para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo.

Art. 2º Esta Lei terá vigência a partir de 30 de janeiro de 1961.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967, 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

LEI Nº 5.242 — DE 31 DE JANEIRO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República o crédito especial de Cr\$ 32.874.000 (trinta e dois milhões oitocentos e setenta e quatro mil cruzzeiros), para ocorrer a despesas com os próprios presidenciais em Brasília, Rio de Janeiro e Petrópolis.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$... 32.874.000 trinta e dois milhões oitocentos e setenta e quatro mil cruzzeiros), destinado a regularização de despesas já efetuadas, com a recuperação, substituição e complementação de móveis e utensílios dos próprios presidenciais em Brasília, Rio de Janeiro e Petrópolis, em 1962

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967, 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.243 — DE 31 DE JANEIRO
DE 1967

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 450.000.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento da diferença salarial devida a servidores da Administração do Porto do Rio de Janeiro.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 450.000.000 (quatrocentos

e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender ao pagamento da diferença salarial devida a servidores da Administração do Porto do Rio de Janeiro, referente ao período de 1º de julho de 1960 a 31 de março de 1962, que tiveram seus enquadramentos alterados pelo Decreto nº 51.460, de 4 de abril de 1962.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Távora

LEI Nº 5.244 — DE 31 DE JANEIRO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul — o crédito especial de Cr\$ 31.330 (trinta e um mil trezentos e trinta cruzeiros), para os fins que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, o crédito especial de Cr\$ 31.330 (trinta e um mil trezentos e trinta cruzeiros), para atender despesas realizadas no exercício de 1960, com a seguinte discriminação:

Subconsignação 1.1.08

Auxílio doença — Cr\$ 31.330

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.245 — DE 31 DE JANEIRO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 715.773.407,70 (setecentos e quinze milhões setecentos e setenta e três mil quatrocentos e sete cruzeiros e setenta centavos), para atender à regularização de adiantamentos ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 715.773.407,70 (setecentos e quinze milhões, setecentos e setenta e três mil quatrocentos e sete cruzeiros e setenta centavos), para atender à regularização dos adiantamentos ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, por conta dos processos de habilitação daquela entidade, para recuperação de pagamentos efetuados nos termos do Decreto-lei nº 3.769, de 28 de outubro de 1941.

Art. 2º A regularização será realizada com base nos referidos processos, devidamente conferidos e liquidados pelos órgãos competentes do Ministério da Fazenda.

Art. 3º O referido crédito especial terá a vigência de cinco exercícios e será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Octavio Bulhões

L. G. do Nascimento e Silva

LEI Nº 5.246 — DE 31 DE JANEIRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos especiais no montante de ... Cr\$ 3.190.666.338,20 (três bilhões cento e noventa milhões, seiscentos e sessenta e seis mil trezentos e trinta e oito cruzeiros e vinte centavos, para atender a despesas de diversos Ministérios.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelos Ministérios, a seguir indicados, os créditos especiais no total de Cr\$ 3.190.666.338,20 (três bilhões cento e noventa milhões seiscentos e sessenta e seis mil trezentos e trinta e oito cruzeiros e vinte centavos), assim discriminados:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Cr\$

Destinado ao programa de assistência à lavoura ca- caueira no Estado da Bahia, mediante convênio firmado com o Escritório Técnico de Agricultura Projeto nº 35 e a ser movimentado pelo regime da Lei nº 1.489-51 — Processo MF 68.323-62 ...	3.000.000,00
---	--------------

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Destinado ao pagamento à I.B.M. do Brasil — In- dústria, Máquinas e Serviços Ltda., e concer- nente aos alugueis das máquinas instaladas nes- te Ministério, relativos ao exercício de 1961 — Processo MF 695-62	23.425.938,20
--	---------------

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVI- DÊNCIA SOCIAL

Para regularizar despesas já realizadas e escritura- das à conta de "Diversos Responsáveis — Des- pesas a Regularizar", em face da cobertura do "deficit" de assistência médica hospitalar do exercício de 1961, IPASE, encargo da União Fe- deral, de acôrdo com o art. 1º do Decreto-lei nº 8.450, de 26.12.45, conforme processo MF nú- mero 42.621-62	2.664.240.400,00
--	------------------

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PU- BLICAS

Para cobrir despesas com a reparação de obras de
arte e trechos de linha nos ramais de Dom Pe-

drilo e Livramento e de Jaguari a Santiago, na Rede Viação Férrea do Rio Grande do Sul, danificados por violentos temporais que atingiram diversas regiões desse Estado. — Processo MF número 253.782-62

500.000.000,00

TOTAL GERAL 3.190.666.338,20

Art. 2º Os créditos especiais, de que trata a presente Lei, serão automaticamente registrados e distribuídos ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Juarez Távora

Severo Fagundes Gomes

L. G. do Nascimento e Silva

LEI Nº 5.247 — DE 2 DE FEVEREIRO
DE 1967

Concede a isenção prevista na alínea "c" do item I do art. 1º da Lei nº 4.622, de 3 de maio de 1965, a equipamentos importados, para execução de projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A isenção prevista na alínea c do item I do art. 1º da Lei nº 4.622, de 3 de maio de 1965, também se aplica aos equipamentos importados, para execução dos projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas, desembaraçados com esse benefício mediante assinatura de Termo de Responsabilidade, de acordo com o que faculta o art. 42 da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957 (Lei de Tarifas).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

LEI Nº 5.248 — DE 2 DE FEVEREIRO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.227.440 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros), para pagamento de sentença judicial proferida em favor de diaristas de obras da 5ª Zona Aérea — Porto Alegre.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.227.440 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros), sendo Cr\$ 2.183.250 (dois milhões, cento e oitenta e três mil, duzentos e cinquenta cruzeiros) para pagamento a Theo-

dorico Piedade e outros, diaristas de obras da 5ª Zona Aérea, em virtude de decisão proferida pela 6ª Junta de Conciliação e Juizamento de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, nos processos JCJ 440 a 510-60, reconhecendo-lhes o direito ao abono de 30% (trinta por cento) concedido pela Lei nº 3.531, de 1º de janeiro de 1959, e Cr\$ 44.190 (quarenta e quatro mil, cento e noventa cruzeiros), correspondentes às custas processuais.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões.

Eduardo Gomes

LEI Nº 5.249 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a Ação Pública de Crimes de Responsabilidade

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A falta de representação do ofendido, nos casos de abusos previstos na Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, não obsta a iniciativa ou o curso de ação pública.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva

LEI Nº 5.250 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967

Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E DA INFORMAÇÃO

Art. 1º É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer.

§ 1º Não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a espetáculos e diversões públicas, que ficarão sujeitos à censura, na forma da lei, nem na vigência do estado de sítio, quando o Governo poderá exercer a censura sobre os jornais ou periódicos e empresas de radiodifusão e agências noticiosas nas matérias atinentes aos motivos que o determinaram, como também em relação aos executores daquela medida.

Art. 2º É livre a publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos, salvo se clandestinos (art. 11) ou quando atentem contra a moral e os bons costumes.

§ 1º A exploração dos serviços de radiodifusão depende de permissão ou concessão federal, na forma da lei.

§ 2º É livre a exploração de empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias, desde que registradas nos termos do art. 8º.

Art. 3º É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, a estrangeiros e a sociedade por ações ao portador.

§ 1º Nem estrangeiros nem pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos nacionais, poderão ser sócios ou participar de sociedades proprietárias de empresas jornalísticas, nem exercer sobre elas qualquer tipo de controle direto ou indireto.

§ 2º A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa das empresas jornalísticas caberão, exclusivamente, a brasileiros natos, sendo rigorosamente vedada qualquer modalidade de contrato de assistência técnica com empresas ou organizações estrangeiras, que lhes faculte, sob qualquer pretexto ou maneira, ter participação direta, indireta ou sub-reptícia, por intermédio de prepostos ou empregados, na administração e na orientação da empresa jornalística.

§ 3º A sociedade que explorar empresas jornalísticas poderá ter forma civil ou comercial, respeitadas as restrições constitucionais e legais relativas à sua propriedade e direção.

§ 4º São empresas jornalísticas, para os fins da presente Lei, aquelas que editarem jornais, revistas ou outros periódicos. Equiparam-se às empresas jornalísticas, para fins de responsabilidade civil e penal, as que explorarem serviços de radiodifusão e televisão e o agenciamento de notícias.

§ 5º Qualquer pessoa que emprestar seu nome ou servir de instrumento para violação do disposto nos parágrafos anteriores ou que emprestar seu nome para se ocultar o verdadeiro proprietário, sócio, responsável ou orientador intelectual ou administrativo das empresas jornalísticas, será punida com a pena de 1 a três anos de detenção e multa de 10 a 100 salários-mínimos vigentes na Capital do País.

§ 6º As mesmas penas serão aplicadas àquele em proveito de quem reverter a simulação ou que a houver determinado ou promovido.

§ 7º Estão excluídas do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo as publicações científicas, técnicas, culturais e artísticas.

Art. 4º Caberá exclusivamente a brasileiros natos a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa dos serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas, transmitidos pelas empresas de radiodifusão.

§ 1º É vedado às empresas de radiodifusão manter contratos de assistência técnica com empresas ou organizações estrangeiras, quer a respeito de administração, quer de orientação, sendo rigorosamente proibido que estas, por qualquer forma ou modalidade, pretexto ou expediente, mantenham ou nomeiem servidores ou técnicos que, de forma direta ou indireta, tenham intervenção ou conhecimento da vida administrativa ou da orientação da empresa de radiodifusão.

§ 2º A vedação do parágrafo anterior não alcança a parte estritamente técnica ou artística da programação e do aparelhamento da empresa.

Art. 5º As proibições a que se referem o § 2º do art. 3º e o § 1º do artigo 4º não se aplicam aos casos de contrato de assistência técnica, com empresa ou organização estrangeira, não superior a seis meses e exclusivamente referente à fase de instalação e início de funcionamento de equipamento, máquinas e aparelhamento técnicos.

Art. 6º Depende de prévia aprovação do CONTEL qualquer contrato que uma empresa de radiodifusão pretenda fazer com empresa ou organização estrangeira, que possa, de qualquer forma, ferir o espírito das disposições dos artigos 3º e 4º, sendo também proibidas quaisquer modalidades contratuais que de maneira direta ou indireta assegurem a empresas ou organizações estrangeiras participação nos lucros brutos ou líquidos das empresas jornalísticas ou de radiodifusão.

Art. 7º No exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação não é permitido o anonimato. Será, no entanto, assegurado e respeitado o sig'lo quanto às fontes ou origem de informações recebidas ou recolhidas por jornalistas, radiorepórteres ou comentaristas.

§ 1º Todo jornal ou periódico é obrigado a estampar, no seu cabeçalho, o nome do diretor ou redator-chefe, que deve estar no gozo dos seus direitos civis e políticos, bem como indicar a sede da administração e do estabelecimento gráfico onde é impresso, sob pena de multa diária de, no máximo, um salário-mínimo da região, nos termos do art. 10.

§ 2º Ficará sujeito à apreensão pela autoridade policial todo impresso que, por qualquer meio, circular ou fôr exibido em público sem estampar o nome do autor e editor, bem como a indicação da oficina onde foi impresso, sede da mesma e data da impressão.

§ 3º Os programas de noticiário, reportagens, comentários, debates e entrevistas, nas emissoras de radiodifusão, deverão enunciar, no princípio e ao final de cada um, o nome do respectivo diretor ou produtor.

§ 4º O diretor ou principal responsável do jornal, revista, rádio e televisão manterá em livro próprio, que abrirá e rubricará em tôdas as folhas, para exibir em juízo, quando para isso fôr intimado, o registro dos pseudônimos, seguidos da assinatura dos seus utilizantes, cujos trabalhos sejam ali divulgados.

CAPÍTULO II

DO REGISTRO

Art. 8º Estão sujeitos a registro no cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas:

I — os jornais e demais publicações periódicas;

II — as oficinas impressoras de quaisquer naturezas, pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas;

III — as empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas;

IV — as empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias.

Art. 9º O pedido de registro conterà as informações e será instruído com os documentos seguintes:

I — no caso de jornais ou outras publicações periódicas:

a) título do jornal ou periódico, sede da redação, administração e oficinas impressoras, esclarecendo, quanto a estas, se são próprias ou de terceiros, e indicando, neste caso, os respectivos proprietários;

b) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do diretor ou redator-chefe;

c) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do proprietário;

d) se propriedade de pessoa jurídica, exemplar do respectivo estatuto ou contrato social e nome, idade, residência e prova da nacionalidade dos diretores, gerentes e sócios da pessoa jurídica proprietária;

II — no caso de oficinas impressoras:

a) nome, nacionalidade, idade e residência do gerente e do proprietário, se pessoa natural;

b) sede da administração, lugar, rua e número onde funcionam as oficinas e denominação destas;

c) exemplar do contrato ou estatuto social, se pertencentes a pessoa jurídica;

III — no caso de empresas de radiodifusão:

a) designação da emissora, sede da sua administração e local das instalações do estúdio;

b) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do diretor ou redator-chefe responsável pelos serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas.

IV — no caso de empresas noticiosas:

a) nome, nacionalidade, idade e residência do gerente e do proprietário, se pessoa natural;

b) sede da administração;

c) exemplar do contrato ou estatuto social, se pessoa jurídica.

Parágrafo único. As alterações em qualquer dessas declarações ou documentos deverão ser averbadas no registro no prazo de 8 (oito) dias.

Art. 10. A falta de registro das declarações exigidas no artigo anterior, ou de averbação da alteração, será punida com multa que terá o valor de meio a dois salários-mínimos da região.

§ 1º A sentença que impuser a multa fixará prazo, não inferior a 20 dias, para registro ou alteração das declarações.

§ 2º A multa será liminarmente aplicada pela autoridade judiciária cobrada por processo executivo, mediante ação do Ministério Público, depois que, marcado pelo juiz, não for cumprido o despacho.

§ 3º Se o registro ou alteração não for efetivado no prazo referido no § 1º deste artigo, o juiz poderá impor nova multa, agravando-a de 50% (cinquenta por cento) toda vez que seja ultrapassada de dez dias o prazo assinalado na sentença.

Art. 11. Considera-se clandestino o jornal ou outra publicação periódica não registrado nos termos do art. 9º, ou de cujo registro não constem o nome e qualificação do diretor ou redator e do proprietário.

CAPÍTULO III

DOS ABUSOS NO EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E INFORMAÇÃO

Art. 12. Aquêles que, através dos meios de informação e divulgação, praticarem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação ficarão sujeitos às penas desta Lei e responderão pelos prejuízos que causarem.

Parágrafo único. São meios de informação e divulgação, para os efeitos deste artigo, os jornais e outras publicações periódicas, os serviços de radiodifusão e os serviços noticiosos.

Art. 13. Constituem crimes na exploração ou utilização dos meios de informação e divulgação os previstos nos artigos seguintes.

Art. 14. Fazer propaganda de guerra, de processos para subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe:

Pena: de 1 a 4 anos de detenção.

Art. 15. Publicar ou divulgar:

a) segredo de Estado, notícia ou informação relativa à preparação da defesa interna ou externa do País, desde que o sigilo seja justificado como necessário, mediante norma ou recomendação prévia determinando segredo de confidência ou reserva;

b) notícia ou informação sigilosa, de interesse da segurança nacional, desde que exista, igualmente, norma ou recomendação prévia determinando segredo, confidência ou reserva.

Pena: De 1 (um) a 4 (quatro) anos de detenção.

Art. 16. Publicar ou divulgar notícias falsas ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados, que provoquem:

I — perturbação da ordem pública ou alarma social;

II — desconfiança no sistema bancário ou abalo de crédito de instituição financeira ou de qualquer empresa, pessoa física ou jurídica;

III — prejuízo ao crédito da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município;

IV — sensível perturbação na cotação das mercadorias e dos títulos imobiliários no mercado financeiro.

Pena: De 1 (um) a 6 (seis) meses de detenção, quando se tratar do autor do escrito ou transmissão incriminada, e multa de 5 (cinco) a 10 (dez) salários-mínimos da região.

Parágrafo único. Nos casos dos incisos I e II, se o crime é culposo:

Pena: Detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos da região.

Art. 17. Ofender a moral pública e os bons costumes:

Pena: Detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região.

Parágrafo único. Divulgar, por qualquer meio e de forma a atingir seus objetivos, anúncio, aviso ou resultado de loteria não autorizada, bem como de jogo proibido, salvo quando a divulgação tiver por objetivo inequívoco comprovar ou criticar a falta de repressão por parte das autoridades responsáveis:

Pena: Detenção de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa de 1 (um) a 5 (cinco) salários-mínimos da região.

Art. 18. Obter ou procurar obter, para si ou para outrem, favor, dinheiro ou outra vantagem para não fazer ou impedir que se faça publicação, transmissão ou distribuição de notícias:

Pena: Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa de 2 (dois) a 30 (trinta) salários-mínimos da região.

§ 1º Se a notícia cuja publicação, transmissão ou distribuição se promoveu não fazer ou impedir que se faça, mesmo que expressada por desenho, figura, programa ou outras formas capazes de produzir resultados, for desabonadora da honra e da conduta de alguém:

Pena: Reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, ou multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) salários-mínimos da região.

§ 2º Fazer ou obter que se faça, mediante paga ou recompensa, publicação ou transmissão que importe em crime previsto na lei:

Pena: Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa de 2 (dois) a 30 (trinta) salários-mínimos da região.

Art. 19. Incitar à prática de qualquer infração às leis penais:

Pena: Um terço da prevista na lei para a infração provocada, até o máximo de 1 (um) ano de detenção, ou multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região.

§ 1º Se a incitação fôr seguida da prática do crime, as penas serão as mesmas cominadas a este.

§ 2º Fazer apologia de fato criminoso ou de autor de crime:

Pena: Detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região.

Art. 20. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena: Detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região.

§ 1º Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, reproduz a publicação ou transmissão caluniosa.

§ 2º Admite-se a prova da verdade, salvo se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

§ 3º Não se admite a prova da verdade contra o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, Chefes de Estado ou de Governo estrangeiro, ou seus representantes diplomáticos.

Art. 21. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena: Detenção, de 3 (três) a 18 (dezoito) meses, e multa de 2 (dois) a 10 (dez) salários-mínimos da região.

§ 1º A exceção da verdade somente se admite:

a) se o crime é cometido contra funcionário público, em razão das funções, ou contra órgão ou entidade que exerça funções de autoridade pública;

b) se o ofendido permite a prova.

§ 2º Constitui crime de difamação a publicação ou transmissão, salvo se motivada por interesse público, de fato delituoso, se o ofendido já tiver cumprido pena a que tenha sido condenado em virtude dele.

Art. 22. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou decôro:

Pena: Detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos da região.

Parágrafo único. O juiz pode deixar de aplicar a pena:

a) quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

b) no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

Art. 23. As penas cominadas dos arts. 20 a 22 aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:

I — contra o Presidente da República, Presidente do Senado, Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Chefe de Estado ou Governo estrangeiro, ou seus representantes diplomáticos;

II — contra funcionário público, em razão de suas funções;

III — contra órgão ou autoridade que exerça função de autoridade pública.

Art. 24. São puníveis, nos termos dos arts. 20 a 22, a calúnia, difamação e injúria contra a memória dos mortos.

Art. 25. Se de referências, alusões ou frases se infere calúnia, difamação ou injúria, quem se julgar ofendido poderá notificar judicialmente o responsável, para que, no prazo de 48 horas, as explique.

§ 1º Se neste prazo o notificado não dá explicação, ou, a critério do juiz, essas não são satisfatórias, responde pela ofensa.

§ 2º A pedido do notificante, o juiz pode determinar que as explicações dadas sejam publicadas ou transmitidas, nos termos dos arts. 29 e seguintes.

Art. 26. A retratação ou retificação espontânea, expressa e cabal, feita antes de iniciado o procedimento judicial, excluirá a ação penal contra o responsável pelos crimes previstos nos arts. 20 e 22.

§ 1º A retratação do ofensor, em juízo, reconhecendo, por termo lavrado nos autos, a falsidade da imputação, o eximirá da pena, desde que pague as custas do processo e promova, se assim o desejar o ofendido, dentro de 5 dias e por sua conta, a divulgação da notícia da retratação.

§ 2º Nos casos deste artigo e do § 1º, a retratação deve ser feita ou divulgada:

a) no mesmo jornal ou periódico, no mesmo local, com os mesmos caracteres e sob a mesma epígrafe; ou

b) na mesma estação emissora e no mesmo programa ou horário.

Art. 27. Não constituem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação:

I — a opinião desfavorável da crítica literária, artística, científica ou desportiva, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar;

II — a reprodução, integral ou resumida, desde que não constitua matéria reservada ou sigilosa, de relatórios, pareceres, decisões ou atos proferidos pelos órgãos competentes das Casas legislativas;

III — noticiar ou comentar, resumida ou amplamente, projetos e atos do Poder Legislativo, bem como debates e críticas a seu respeito;

IV — a reprodução integral, parcial ou abreviada, a notícia, crônica ou resenha dos debates escritos ou orais, perante juízes e tribunais, bem como a divulgação de despachos e sentenças e de tudo quanto for ordenado ou comunicado por autoridades judiciais;

V — a divulgação de articulados, quotas ou alegações produzidas em juízo pelas partes ou seus procuradores;

VI — a divulgação, a discussão e a crítica de atos e decisões do Poder Executivo e seus agentes, desde que não se trate de matéria de natureza reservada ou sigilosa;

VII — a crítica às leis e a demonstração de sua inconveniência ou inoportunidade;

VIII — a crítica inspirada pelo interesse público;

IX — a exposição de doutrina ou idéia.

Parágrafo único. Nos casos dos incisos II a VI deste artigo, a reprodução ou noticiário que contenha injúria, calúnia ou difamação deixará

de constituir abuso no exercício da liberdade de informação, se forem fiéis e feitas de modo que não demonstrem má-fé.

Art. 28. O escrito publicado em jornais ou periódicos sem indicação de seu autor considera-se redigido:

I — pelo redator da seção em que é publicado, se o jornal ou periódico mantém seções distintas sob a responsabilidade de certos e determinados redatores, cujos nomes nelas figuram permanentemente;

II — pelo diretor ou redator-chefe, se publicado na parte editorial;

III — pelo gerente ou pelo proprietário das oficinas impressoras, se publicado na parte ineditorial.

§ 1º. Nas emissões de radiodifusão, se não há indicação do autor das expressões faladas ou das imagens transmitidas, é tido como seu autor:

a) o editor ou produtor do programa, se declarado na transmissão;

b) o diretor ou redator registrado de acordo com o art. 9º, inciso III, letra b, no caso de programas de notícias, reportagens, comentários, debates ou entrevistas;

c) o diretor ou proprietário da estação emissora, em relação aos demais programas.

§ 2º. A notícia transmitida por agência noticiosa presume-se enviada pelo gerente da agência de onde se origine, ou pelo diretor da empresa.

CAPÍTULO IV

DO DIREITO DE RESPOSTA

Art. 29. Toda pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade pública, que for acusado ou ofendido em publicação feita em jornal ou periódico, ou em transmissão de radiodifusão, ou, a cujo respeito os meios de informação e divulgação veicularem fato inverídico ou errôneo, tem direito a resposta ou retificação.

§ 1º. A resposta ou retificação pode ser formulada:

a) pela própria pessoa ou seu representante legal;

b) pelo cônjuge, ascendente, descendente e irmão, se o atingido está ausente do País, se a divulgação é contra pessoa morta, ou se a pessoa visada faleceu depois da ofensa recebida, mas antes de decorrido o prazo de decadência do direito de resposta.

§ 2º. A resposta, ou retificação, deve ser formulada por escrito, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias da data da publicação ou transmissão, sob pena de decadência do direito.

§ 3º. Extingue-se ainda o direito de resposta com o exercício de ação penal ou civil contra o jornal, periódico, emissora ou agência de notícias, com fundamento na publicação ou transmissão incriminada.

Art. 30. O direito de resposta consiste:

I — na publicação da resposta ou retificação do ofendido, no mesmo jornal ou periódico, no mesmo lugar, em caracteres tipográficos idênticos ao escrito que lhe deu causa, e em edição e dia normais;

II — na transmissão da resposta ou retificação escrita do ofendido, na mesma emissora e no mesmo programa e horário em que foi divulgada a transmissão que lhe deu causa; ou

III — a transmissão da resposta ou da retificação do ofendido, pela agência de notícias, a todos os meios de informação e divulgação a que foi transmitida a notícia que lhe deu causa.

§ 1º A resposta ou pedido de retificação deve:

a) no caso de jornal ou periódico, ter dimensão igual à do escrito incriminado, garantido o mínimo de 100 (cem) linhas;

b) no caso de transmissão por radiodifusão, ocupar tempo igual ao da transmissão incriminada, podendo durar no mínimo um minuto, ainda que aquela tenha sido menor;

c) no caso de agência de notícias, ter dimensão igual à da notícia incriminada.

§ 2º — Os limites referidos no parágrafo anterior prevalecerão para cada resposta ou retificação em separado, não podendo ser acumulados.

§ 3º No caso de jornal, periódico ou agência de notícias, a resposta ou retificação será publicada ou transmitida gratuitamente, cabendo o custo da resposta ao ofensor ou ao ofendido, conforme decisão do Poder Judiciário, se o responsável não é o diretor ou redator-chefe do jornal, nem com ele tenha contrato de trabalho ou se não é gerente ou proprietário da agência de notícias nem com ela, igualmente, mantenha relação de emprego.

§ 4º Nas transmissões por radiodifusão, se o responsável pela transmissão incriminada não é o diretor ou proprietário da empresa permissionária, nem com esta tem contrato de trabalho, de publicidade ou de produção de programa, o custo da resposta cabe ao ofensor ou ao ofendido, conforme decisão do Poder Judiciário.

§ 5º Nos casos previstos nos §§ 3º e 4º, as empresas têm ação executiva para haver o custo da publicação ou transmissão da resposta daquele que é julgado responsável.

§ 6º Ainda que a responsabilidade de ofensa seja de terceiros, a empresa perde o direito de reembolso, referido no § 5º, se não transmite a resposta nos prazos fixados no art. 31.

§ 7º Os limites máximos da resposta ou retificação, referidos no § 1º, podem ser ultrapassados, até o dobro, desde que o ofendido pague o preço da parte excedente às tarifas normais cobradas pela empresa que explora o meio de informação ou divulgação.

§ 8º A publicação ou transmissão da resposta ou retificação, juntamente com comentários em caráter de réplica, assegura ao ofendido direito a nova resposta.

Art. 31. O pedido de resposta ou retificação deve ser atendido:

I — dentro de 24 horas, pelo jornal, emissora de radiodifusão ou agência de notícias;

II — no primeiro número impresso, no caso de periódico que não seja diário.

§ 1º No caso de emissora de radiodifusão, se o programa em que foi feita a transmissão incriminada não é diário, a emissora respeitará a exigência de publicação no mesmo programa, se constar do pedido resposta de retificação, e fará a transmissão no primeiro programa após o recebimento do pedido.

§ 2º Se, de acordo com o art. 30, §§ 3º e 4º, a empresa é a responsável pelo custo da resposta, pode condicionar a publicação ou transmissão à prova de que o ofendido a requereu em juízo, contando-se desta prova os prazos referidos no inciso I e no § 1º.

Art. 32. Se o pedido de resposta ou retificação não fôr atendido nos prazos referidos no art. 31, o ofendido poderá reclamar judicialmente a sua publicação ou transmissão.

§ 1º Para esse fim, apresentará um exemplar do escrito incriminado, se fôr o caso, ou descreverá a transmissão incriminada, bem como o texto da resposta ou retificação, em duas vias dactilografadas, requerendo ao Juiz criminal que ordene ao responsável pelo meio de informação e divulgação a publicação ou transmissão, nos prazos do art. 31.

§ 2º Tratando-se de emissora de radiodifusão, o ofendido poderá, outrossim, reclamar judicialmente o direito de fazer a retificação ou dar a resposta pessoalmente, dentro de 24 horas, contadas da intimação judicial.

§ 3º Recebido o pedido de resposta ou retificação, o juiz, dentro de 24 horas, mandará citar o responsável pela empresa que explora meio de informação e divulgação para que, em igual prazo, diga das razões por que não o publicou ou transmitiu.

§ 4º Nas 24 horas seguintes, o juiz proferirá a sua decisão, tenha o responsável atendido ou não à intimação.

§ 5º A ordem judicial de publicação ou transmissão será feita sob pena de multa, que poderá ser aumentada pelo juiz até o dobro:

a) de Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros) por dia de atraso na publicação, nos casos de jornal e agências de notícias, e no de emissora de radiodifusão, se o programa fôr diário;

b) equivalente à Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros) por dia de intervalo entre as edições ou programas, no caso de impresso ou programa não diário.

§ 6º Tratando-se de emissora de radiodifusão, a sentença do juiz decidirá do responsável pelo custo da transmissão e fixará o preço desta.

§ 7º Da decisão proferida pelo juiz, caberá apelação sem efeito suspensivo.

§ 8º A recusa ou demora de publicação ou divulgação de resposta, quando couber, constitui crime autônomo e sujeita o responsável ao dobro da pena cominada à infração.

§ 9º A resposta cuja divulgação não houver obedecido ao disposto nesta Lei é considerada inexistente.

Art. 33. Reformada a decisão do juiz em instância superior, a empresa que tiver cumprido a ordem judicial de publicação ou transmissão da resposta ou retificação terá ação executiva para haver do autor da resposta o custo de sua publicação, de acôrdo com a tabela de preços para os seus serviços de divulgação.

Art. 34. Será negada a publicação ou transmissão da resposta ou retificação:

I — quando não tiver relação com os fatos referidos na publicação ou transmissão a que pretende responder;

II — quando contiver expressões caluniosas, difamatórias ou injuriosas sobre o jornal, periódico, emissora ou agência de notícias em que houve a publicação ou transmissão que lhe deu motivos, assim como sobre os seus responsáveis, ou terceiros;

III — quando versar sobre atos ou publicações oficiais, exceto se a retificação partir de autoridade pública;

IV — quando se referir a terceiros, em condições que criem para estes igual direito de resposta;

V — quando tiver por objeto critica literária, teatral, artística, científica ou desportiva, salvo se esta contiver calúnia, difamação ou injúria.

Art. 35. A publicação ou transmissão da resposta ou pedido de reificação não prejudicará as ações do ofendido para promover a responsabilidade penal e civil.

Art. 36. A resposta do acusado ou ofendido será também transcrita ou divulgada em pelo menos um dos jornais, periódicos ou veículos de radiodifusão que houverem divulgado a publicação motivadora, preferentemente o de maior circulação ou expressão. Nesta hipótese, a despesa correrá por conta do órgão responsável pela publicação original, cobrável por via executiva.

CAPÍTULO V

DA RESPONSABILIDADE PENAL

Seção I — Dos Responsáveis

Art. 37. São responsáveis pelos crimes cometidos através da imprensa e das emissoras de radiodifusão, sucessivamente:

I — o autor do escrito ou transmissão incriminada (art. 28 e § 1º), sendo pessoa idônea e residente no País, salvo tratando-se de reprodução feita sem o seu consentimento, caso em que responderá como seu autor quem a tiver reproduzido;

II — quando o autor estiver ausente do País, ou não tiver idoneidade para responder pelo crime:

a) o diretor ou redator-chefe do jornal ou periódico; ou

b) o diretor ou redator registrado de acordo com o art. 9º, inciso III, letra b, no caso de programa de notícias, reportagens, comentários, debates ou entrevistas, transmitidos por emissoras de radiodifusão;

III — se o responsável, nos termos do inciso anterior, estiver ausente do País ou não tiver idoneidade para responder pelo crime:

a) o gerente ou proprietário das oficinas impressoras no caso de jornais ou periódicos; ou

b) o diretor ou o proprietário da estação emissora de serviços de radiodifusão.

IV — os distribuidores ou vendedores da publicação ilícita ou clandestina, ou da qual não constar a indicação do autor, editor, ou oficina onde tiver sido feita a impressão.

§ 1º Se o escrito, a transmissão ou a notícia forem divulgados sem a indicação do seu autor, aquele que, nos termos do art. 28, §§ 1º e 2º, for considerado como tal, poderá nomeá-lo, juntando o respectivo original e a declaração do autor assumindo a responsabilidade.

§ 2º O disposto neste artigo se aplica:

a) nas empresas de radiodifusão;

b) nas agências noticiosas.

§ 3º A indicação do autor, nos termos do § 1º, não prejudica a responsabilidade do redator de seção, diretor ou redator-chefe, ou do editor, produtor ou diretor.

§ 4º Sempre que o responsável gozar de imunidade, a parte ofendida poderá promover a ação contra o responsável sucessivo, na ordem dos incisos deste artigo.

§ 5º Nos casos de responsabilidade por culpa previstos no art. 37, se a pena máxima privativa da liberdade for de 1 (um) ano, o juiz poderá aplicar somente a pena pecuniária.

Art. 38. São responsáveis pelos crimes cometidos no exercício da liberdade de manifestação de pensamento e de informação através da agência noticiosa, sucessivamente:

I — o autor da notícia transmitida (art. 28, § 2º), sendo pessoa idônea e residente no País;

II — o gerente ou proprietário de agência noticiosa, quando o autor estiver ausente do País ou não tiver idoneidade para responder pelo crime.

§ 1º O gerente ou proprietário da agência noticiosa poderá nomear o autor da transmissão incriminada, juntando a declaração deste assumindo a responsabilidade pela mesma. Neste caso, a ação prosseguirá contra o autor nomeado, salvo se estiver ausente do País ou for declarado inidôneo para responder pelo crime.

§ 2º Aplica-se a este artigo o disposto no § 4º do art. 37.

Art. 39. Caberá ao ofendido, caso o deseje, mediante apresentação de documentos ou testemunhas merecedoras de fé, fazer prova da falta de idoneidade, quer moral, quer financeira, dos responsáveis pelos crimes previstos nesta lei, na ordem e nos casos a que se referem os incisos e parágrafos dos artigos anteriores.

§ 1º Esta prova, que pode ser conduzida perante qualquer juiz criminal, será feita em processo sumariíssimo, com a intimação dos responsáveis, cuja idoneidade se pretender negar, para em uma audiência, ou, no máximo, em três, serem os fatos argüídos, aprovados e contestados.

§ 2º O juiz decidirá na audiência em que a prova houver sido concluída e de sua decisão cabe somente recurso sem efeito suspensivo.

§ 3º Declarado inidôneo o primeiro responsável, pode o ofendido exercer a ação penal contra o que lhe suceder nessa responsabilidade, na ordem dos incisos dos artigos anteriores, caso a respeito deste novo responsável não se haja alegado ou provido falta de idoneidade.

§ 4º Aquêle que, nos termos do parágrafo anterior, suceder ao responsável, ficará sujeito a um terço das penas cominadas para o crime. Ficará, entretanto, isento de pena se provar que não concorreu para o crime com negligência, imperícia ou imprudência.

Seção II — Da Ação Penal

Art. 40. Ação penal será promovida:

I — nos crimes de que tratam os arts. 20 a 22:

a) pelo Ministério Público, mediante requisição do Ministro da Justiça, no caso do nº I, do art. 20, bem como nos casos em que o ofendido for Ministro de Estado;

b) pelo Ministério Público, mediante representação do ofendido, nos casos dos ns. II e III, do art. 23;

c) por queixa do ofendido, ou de quem tenha qualidade para representá-lo;

d) pelo cônjuge, ascendente ou irmão, indistintamente, quando se tratar de crime contra a memória de alguém ou contra pessoa que tenha falecido antes da queixa.

II — nos demais crimes por denúncia do Ministério Público.

§ 1º Nos casos do inciso I, alínea c, se o Ministério Público não apresentar denúncia dentro de 10 dias, o ofendido poderá apresentar queixas.

§ 2º Sob pena de nulidade, é obrigatória a intervenção do Ministério Público, em todos os processos por abuso de liberdade de imprensa, ainda que privados.

§ 3º A queixa pode ser aditada pelo Ministério Público, no prazo de 10 dias.

Art. 41. A prescrição da ação penal, nos crimes definidos nesta Lei, ocorrerá 2 anos após a data da publicação ou transmissão incriminada, e a condenação, no dobro do prazo em que fôr fixada.

§ 1º O direito de queixa ou de representação prescreverá, se não fôr exercido dentro de 3 meses da data da publicação ou transmissão.

§ 2º O prazo referido no parágrafo anterior será interrompido:

a) pelo requerimento judicial de publicação de resposta ou pedido de retificação, e até que este seja indeferido ou efetivamente atendido;

b) pelo pedido judicial de declaração de inidoneidade do responsável, até o seu julgamento.

§ 3º No caso de periódicos que não indiquem data, o prazo referido neste artigo começará a correr do último dia do mês ou outro período a que corresponder a publicação.

Seção III — Do Processo Penal

Art. 42. Lugar do delito, para a determinação da competência territorial, será aquele em que fôr impresso o jornal ou periódico, e o do local do estúdio do permissionário ou concessionário do serviço de radiodifusão, bem como o da administração principal da agência noticiosa.

Parágrafo único. Aplica-se aos crimes de imprensa o disposto no art. 85, do Código de Processo Penal.

Art. 43. A denúncia ou queixa será instruída com exemplar do jornal ou periódico e obedecerá ao disposto no art. 41 do Código de Processo Penal, contendo a indicação das provas que o autor pretendia produzir. Se a infração penal tiver sido praticada através de radiodifusão, a denúncia ou queixa será instruída com a notificação de que trata o art. 57.

§ 1º Ao despachar a denúncia ou queixa, o juiz determinará a citação do réu para que apresente defesa prévia no prazo de cinco dias.

§ 2º Não sendo o réu encontrado, será citado por edital com o prazo de quinze dias. Decorrido esse prazo e o quinquídio para a defesa prévia, sem que o réu haja contestado a denúncia ou queixa, o juiz o declarará revel e lhe nomeará defensor dativo, a quem se dará vista dos autos para oferecer defesa prévia.

§ 3º Na defesa prévia, devem ser argüidas as preliminares cabíveis, bem como a exceção da verdade, apresentando-se, igualmente, a indicação das provas a serem produzidas.

§ 4º Nos processos por ação penal privada será ouvido a seguir o Ministério Público.

Art. 44. O juiz pode receber ou rejeitar a denúncia ou queixa, após a defesa prévia, e, nos crimes de ação penal privada, em seguida à promoção do Ministério Público.

§ 1º A denúncia ou queixa será rejeitada quando não houver justa causa para a ação penal, bem como nos casos previstos no art. 43 do Código de Processo Penal.

§ 2º Contra a decisão que rejeitar a denúncia ou queixa cabe recurso de apelação, e, contra a que recebê-la, recurso em sentido estrito sem suspensão do curso do processo.

Art. 45. Recebida a denúncia, o juiz designará data para a apresentação do réu em juízo e marcará, desde logo, dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, observados os seguintes preceitos:

I — se o réu não comparecer para a qualificação, o juiz considerá-lo réu revel e lhe nomeará defensor dativo. Se o réu comparecer e não tiver advogado constituído nos autos, o juiz poderá nomear-lhe defensor. Em um e outro caso, bastará a presença do advogado ou defensor do réu, nos autos da instrução;

II — na audiência serão ouvidas as testemunhas de acusação e, em seguida, as de defesa, marcando-se novas audiências, se necessário, em prazo nunca inferior a oito dias;

III — poderá o réu requerer ao juiz que seja interrogado, devendo, nesse caso, ser ele ouvido antes de inquiridas as testemunhas;

IV — encerrada a instrução, autor e réu terão, sucessivamente, o prazo de três dias para oferecerem alegações escritas.

Parágrafo único. Se o réu não tiver apresentado defesa prévia, apesar de citado, o juiz o considerará revel e lhe dará defensor dativo, a quem se abrirá o prazo de cinco dias para contestar a denúncia ou queixa.

Art. 46. Demonstrada a necessidade de certidões de repartições públicas ou autárquicas, e a de quaisquer exames, o juiz requisitará aquelas e determinará éstes, mediante fixação de prazos para o cumprimento das respectivas diligências.

§ 1º. Se dentro do prazo não for atendida, sem motivo justo, a requisição do juiz, imporá este a multa de Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000 (cem mil cruzeiros) ao funcionário responsável e suspenderá a marcha do processo até que em novo prazo seja fornecida a certidão ou se eletue a diligência. Aos responsáveis pela não-realização desta última, será aplicada a multa de Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000 (cem mil cruzeiros). A aplicação das multas acima referidas não exclui a responsabilidade por crime funcional.

§ 2º Vetado.

§ 3º A requisição de certidões e determinação de exames ou diligências serão feitas no despacho de recebimento da denúncia ou queixa.

Art. 47. Caberá apelação, com efeito suspensivo, contra a sentença que condenar ou absolver o réu.

Art. 48. Em tudo o que não é regulado por norma especial desta Lei, o Código Penal e o Código de Processo Penal se aplicam à responsabilidade penal, à ação penal e ao processo e julgamento dos crimes de que trata esta Lei.

CAPÍTULO VI

DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Art. 49. Aquêlê que no exercício da liberdade de manifestação de pensamento e de informação, com dolo ou culpa, viola direito, ou causa prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar:

I — os danos morais e materiais, nos casos previstos no art. 16, números II e IV, no art. 18 e de calúnia, difamação ou injúrias;

II — os danos materiais, nos demais casos.

§ 1º Nos casos de calúnia e difamação, a prova da verdade, desde que admissível na forma dos arts. 20 e 21, excepcionada no prazo da contestação, excluirá a responsabilidade civil, salvo se o fato imputado, embora verdadeiro, diz respeito à vida privada do ofendido e a divulgação não foi motivada em razão de interesse público.

§ 2º Se a violação de direito ou o prejuízo ocorre mediante publicação ou transmissão em jornal, periódico, ou serviço de radiodifusão, ou de agência noticiosa, responde pela reparação do dano a pessoa natural ou jurídica que explora o meio de informação ou divulgação (art. 50).

§ 3º Se a violação ocorre mediante publicação de impresso não periódico, responde pela reparação do dano:

a) o autor do escrito, se nêlê indicado; ou

b) a pessoa natural ou jurídica que explora a oficina impressora, se do impresso não consta o nome do autor.

Art. 50. A empresa que explora o meio de informação ou divulgação terá ação regressiva para haver do autor do escrito, transmissão ou notícia, ou do responsável por sua divulgação, a indenização que pagar em virtude da responsabilidade prevista nesta Lei.

Art. 51. A responsabilidade civil do jornalista profissional que concorre para o dano por negligência, imperícia ou imprudência, é limitada, em cada escrito, transmissão ou notícia:

I — a 2 salários-mínimos da região, no caso de publicação ou transmissão de notícia falsa, ou divulgação de fato verdadeiro truncado ou deturpado (art. 16, ns. II e IV).

II — a cinco salários-mínimos da região, nos casos de publicação ou transmissão que ofenda a dignidade ou decôro de alguém;

III — a 10 salários-mínimos da região, nos casos de imputação de fato ofensivo à reputação de alguém;

IV — a 20 salários-mínimos da região, nos casos de falsa imputação de crime a alguém, ou de imputação de crime verdadeiro, nos casos em que a lei não admite a exceção da verdade (art. 49, § 1º).

Parágrafo único. Consideram-se jornalistas profissionais, para os efeitos dêste artigo:

a) os jornalistas que mantêm relações de emprego com a empresa que explora o meio de informação ou divulgação ou que produz programas de radiodifusão;

b) os que, embora sem relação de emprego, produzem regularmente artigos ou programas publicados ou transmitidos;

c) o redator, o diretor ou redator-chefe do jornal ou periódico; o editor ou produtor de programa e o diretor referido na letra b, nº III. do artigo 9º, do permissionário ou concessionário de serviço de radiodifusão; e o gerente e o diretor da agência noticiosa.

Art. 52. A responsabilidade civil da empresa que explora o meio de informação ou divulgação é limitada a dez vezes as importâncias referidas no artigo anterior, se resulta de ato culposo de algumas das pessoas referidas no art. 50.

Art. 53. No arbitramento da indenização em reparação do dano moral, o juiz terá em conta, notadamente:

I — a intensidade do sofrimento do ofendido, a gravidade, a natureza e repercussão da ofensa e a posição social e política do ofendido;

II — A intensidade do dolo ou o grau da culpa do responsável, sua situação econômica e sua condenação anterior em ação criminal ou civil fundada em abuso no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação;

III — a retratação espontânea e cabal, antes da propositura da ação penal ou civil, a publicação ou transmissão da resposta ou pedido de retificação, nos prazos previstos na lei e independentemente de intervenção judicial, e a extensão da reparação por esse meio obtida pelo ofendido.

Art. 54. A indenização do dano material tem por finalidade restituir o prejudicado ao estado anterior.

Art. 55. A parte vencedora responde pelos honorários do advogado da parte vencedora, desde logo fixados na própria sentença, bem como pelas custas judiciais.

Art. 56. A ação para haver indenização por dano moral poderá ser exercida separadamente da ação para haver reparação do dano material, e sob pena de decadência deverá ser proposta dentro de 3 meses da data da publicação ou transmissão que lhe der causa.

Parágrafo único. O exercício da ação civil independe da ação penal. Intentada esta, se a defesa se baseia na exceção da verdade e se trata de hipótese em que ela é admitida como excludente da responsabilidade civil ou em outro fundamento cuja decisão no juízo criminal faz causa julgada no civil, o juiz determinará a instrução do processo civil até onde possa prosseguir, independentemente da decisão na ação penal.

Art. 57. A petição inicial da ação para haver reparação de dano moral deverá ser instruída com o exemplar do jornal ou periódico que tiver publicado o escrito ou notícia, ou com a notificação feita, nos termos do art. 53, § 3º, à empresa de radiodifusão, e deverá desde logo indicar as provas e as diligências que o autor julgar necessárias, arrolar testemunhas e ser acompanhada da prova documental em que se fundar o pedido.

§ 1º A petição inicial será apresentada em duas vias. Com a primeira e os documentos que a acompanharem será formado processo, e a citação inicial será feita mediante a entrega da segunda via.

§ 2º O juiz despachará a petição inicial no prazo de 24 horas, e o oficial terá igual prazo para certificar o cumprimento do mandato de citação.

§ 3º Na contestação, apresentada no prazo de 5 (cinco) dias, o réu exercerá a exceção da verdade, se for o caso, indicará as provas e diligências que julgar necessárias e arrolará as testemunhas. A contestação será acompanhada da prova documental que pretende produzir.

§ 4º Contestada a ação, o processo terá o rito previsto no art. 685 do Código de Processo Civil.

§ 5º Na ação para haver reparação de dano moral somente será admitida reconvenção de igual ação.

§ 6º Da sentença do juiz caberá agravo de petição, que somente será admitido mediante comprovação do depósito, pelo agravante, de quantia igual à importância total da condenação. Com a petição de agravo, o agravante pedirá a expedição da guia para o depósito, sendo o recurso julgado deserto se no prazo do agravo não for comprovado o depósito.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58. As empresas permissionárias ou concessionárias de serviços de radiodifusão deverão conservar em seus arquivos, pelo prazo de 60 dias, e devidamente autenticados, os textos dos seus programas, inclusive noticiosos.

§ 1º Os programas de debates, entrevistas ou outros que não correspondam a textos previamente escritos, deverão ser gravados e conservados pelo prazo, a contar da data da transmissão, de 20 dias; no caso de permissionária ou concessionária de emissora de até 1 kw, e de 30 dias, nos demais casos.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior aplica-se às transmissões compulsoriamente estatuídas em lei.

§ 3º Dentro dos prazos referidos neste artigo, o Ministério Público ou qualquer interessado poderá notificar a permissionária ou concessionária, judicial ou extrajudicialmente, para não destruir os textos ou gravações do programa que especificar. Neste caso, sua destruição dependerá de prévia autorização do juiz da ação que vier a ser proposta, ou, caso esta não seja proposta nos prazos de decadência estabelecidos na lei, pelo juiz criminal a que a permissionária ou concessionária pedir autorização.

Art. 59. As permissionárias e concessionárias de serviço de radiodifusão continuam sujeitas às penalidades previstas na legislação especial sobre a matéria.

Art. 60. Têm livre entrada no Brasil os jornais, periódicos, livros e outros quaisquer impressos que se publicarem no estrangeiro.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos impressos que contiverem algumas das infrações previstas nos arts. 15 e 16, os quais poderão ter a sua entrada proibida no País, por período de até dois anos, mediante portaria do Juiz de Direito ou do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, aplicando-se neste caso os parágrafos do art. 63.

§ 2º Aquêle que vender, expuser à venda ou distribuir jornais periódicos, livros ou impressos cuja entrada no País tenha sido proibida na forma do parágrafo anterior, além da perda dos mesmos, incorrerá em multa, de até Cr\$ 10.000 por exemplar apreendido, a qual será imposta pelo juiz competente, à vista do auto de apreensão. Antes da decisão, ouvirá o juiz o acusado, no prazo de 48 horas.

§ 3º Estão excluídas do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo as publicações científicas, técnicas, culturais e artísticas

Art. 61. Estão sujeitos à apreensão os impressos que:

I — contiverem propaganda de guerra ou de preconceitos de raça ou de classe, bem como os que promoverem incitamento à subversão da ordem política e social.

II — ofenderem a moral pública e os bons costumes.

§ 1º A apreensão prevista neste artigo será feita por ordem judicial, a pedido do Ministério Público, que o fundamentará e o instruirá com a representação da autoridade, se houver, e o exemplar do impresso incriminado.

§ 2º O juiz ouvirá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o responsável pela publicação ou distribuição do impresso, remetendo-lhe cópia do pedido ou representação.

§ 3º Findo esse prazo, com a resposta ou sem ela, serão os autos conclusos e, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o juiz dará a sua decisão.

§ 4º No caso de deferimento de pedido, será expedido um mandado e remetido à autoridade policial competente, para sua execução.

§ 5º Da decisão caberá recurso, sem efeito suspensivo, para o tribunal competente.

§ 6º Nos casos de impressos que ofendam a moral e os bons costumes, poderão os Juizes de Menores, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público, determinar a sua apreensão imediata para impedir sua circulação.

Art. 62. No caso de reincidência da infração prevista no art. 61, inciso II, praticada pelo mesmo jornal ou periódico, pela mesma empresa, ou por periódicos ou empresas diferentes, mas que tenham o mesmo diretor responsável, o juiz, além da apreensão regulada no art. 61, poderá determinar a suspensão da impressão, circulação ou distribuição do jornal ou periódico.

§ 1º A ordem de suspensão será submetida ao juiz competente, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, com a justificação da medida.

§ 2º Não sendo cumprida pelo responsável a suspensão determinada pelo juiz, este adotará as medidas necessárias à observância da ordem, inclusive mediante a apreensão sucessiva das suas edições posteriores, consideradas, para efeitos legais, como clandestinas.

§ 3º Se houver recurso e este for provido, será levantada a ordem de suspensão e sustada a aplicação das medidas adotadas para assegurá-la.

§ 4º Transitada em julgado a sentença, serão observadas as seguintes normas:

a) reconhecendo a sentença final a ocorrência dos fatos que justificam a suspensão, serão extintos os registros da marca comercial e de denominação da empresa editora e do jornal ou periódico em questão, bem como os registros a que se refere o art. 9º desta Lei, mediante mandado de cancelamento expedido pelo juiz da execução;

b) não reconhecendo a sentença final os fatos que justificam a suspensão, a medida será levantada, ficando a União ou o Estado obrigado a reparação das perdas e danos, apurados em ação própria.

Art. 63. Nos casos dos incisos I e II do art. 61, quando a situação reclamar urgência, a apreensão poderá ser determinada, independentemente de mandado judicial, pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

§ 1º No caso deste artigo, dentro do prazo de cinco dias, contados da apreensão, o Ministro da Justiça submeterá o seu ato à aprovação do Tribunal

Federal de Recursos, justificando a necessidade da medida e a urgência em ser tomada, e instruindo a sua representação com um exemplar do impresso que lhe deu causa.

§ 2º O Ministro relator ouvirá o responsável pelo impresso no prazo de cinco dias, e a seguir submeterá o processo a julgamento na primeira sessão do Tribunal Federal de Recursos.

§ 3º Se o Tribunal Federal de Recursos julgar que a apreensão foi ilegal, ou que não ficaram provadas a sua necessidade e urgência, ordenará a devolução dos impressos e, sendo possível, fixará as perdas e danos que a União-deverá pagar em consequência.

§ 4º Se no prazo previsto no § 1º o Ministro da Justiça não submeter o seu ato ao Tribunal Federal de Recursos, o interessado poderá pedir ao Tribunal Federal de Recursos a liberação do impresso e a indenização por perdas e danos. Ouvido o Ministro da Justiça em cinco dias, o processo será julgado na primeira sessão do Tribunal Federal de Recursos.

Art. 64. Poderá a autoridade judicial competente, dependendo da natureza do exemplar apreendido, determinar a sua destruição.

Art. 65. As empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no País não poderão distribuir notícias nacionais em qualquer parte do território brasileiro, sob pena de cancelamento da autorização por ato do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 66. O jornalista profissional não poderá ser detido nem recolhido preso antes de sentença transitada em julgado; em qualquer caso, somente em sala decente, arejada e onde encontre todas as comodidades.

Parágrafo único. A pena de prisão de jornalistas será cumprida em estabelecimento distinto dos que são destinados a réus de crime comum e sem sujeição a qualquer regime penitenciário ou carcerário.

Art. 67. A responsabilidade penal e civil não exclui a estabelecida em outras leis, assim como a de natureza administrativa, a que estão sujeitas as empresas de radiodifusão, segundo a legislação própria.

Art. 68. A sentença condenatória nos processos de injúria, calúnia ou difamação será gratuitamente publicada; se a parte o requerer, na mesma seção do jornal ou periódico em que apareceu o escrito de que se originou a ação penal, ou, em se tratando de crime praticado por meio do rádio ou televisão, transmitida, também gratuitamente, no mesmo programa e horário em que se deu a transmissão impugnada.

§ 1º Se o jornal ou periódico ou a estação, transmissora não cumprir a determinação judicial, incorrerá na pena de multa de um a dois salários-mínimos da região, por edição ou programa em que se verificar a omissão.

§ 2º No caso de absolvição, o querelado terá o direito de fazer, à custa do querelante, a divulgação da sentença, em jornal ou estação difusora que escolher.

Art. 69. Na interpretação e aplicação desta Lei, o juiz, na fixação do dolo e da culpa, levará em conta as circunstâncias especiais em que foram obtidas as informações dadas como infringentes da norma penal.

Art. 70. Os jornais e outros periódicos são obrigados a enviar, no prazo de cinco dias, exemplares de suas edições à Biblioteca Nacional e à oficial dos Estados, Territórios e Distrito Federal. As bibliotecas ficam obrigadas a conservar os exemplares que receberam.

Art. 71. Nenhum jornalista ou radialista, ou, em geral, as pessoas referidas no art. 25, poderão ser compelidos ou coagidos a indicar o nome de seu informante ou a fonte de suas informações, não podendo seu silêncio, a respeito, sofrer qualquer sanção, direta ou indireta, nem qualquer espécie de penalidade.

Art. 72. A execução de pena não superior a três anos de detenção pode ser suspensa por dois a quatro anos, desde que:

I — o sentenciado não haja sofrido, no Brasil, condenação por outro crime de imprensa;

II — os antecedentes e a personalidade do sentenciado, os motivos e circunstâncias do crime autorizem a presunção de que não tornará a delinquir.

Art. 73. Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime de abuso no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação, depois de transitar em julgado a sentença que, no País, o tenha condenado por crime da mesma natureza.

Art. 74. Vetado.

Art. 75. A publicação da sentença cível ou criminal, transitada em julgado, na íntegra, será decretada pela autoridade competente, a pedido da parte prejudicada, em jornal, periódico ou através de órgão de radiodifusão de real circulação ou expressão, às expensas da parte vencida ou condenada.

Parágrafo único. Aplica-se a disposição contida neste artigo em relação aos termos do ato judicial que tenha homologado a retratação do ofensor, sem prejuízo do disposto no § 2º, letras a e b, do art. 26.

Art. 76. Em qualquer hipótese de procedimento judicial instaurado por violação dos preceitos desta Lei, a responsabilidade do pagamento das custas processuais e honorários de advogado será da empresa.

Art. 77. Esta Lei entrará em vigor a 14 de março de 1967, revogada as disposições em contrário.

Brasília, em 9 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

LEI Nº 251 — DE 9 DE MARÇO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 14.027.673.000 (quatorze bilhões, vinte e sete milhões, seiscentos e setenta e três mil cruzeiros), para indenização à Companhia Port of Pará.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 14.027.673.000 (quatorze bilhões, vinte e sete milhões, seiscentos e setenta e três mil cruzeiros) para, nos termos do Protocolo assinado com os representantes da Companhia Port of Pará em 30 de junho de 1966, atender ao pagamento vencido em 30 de setembro de 1966 e ao pagamento vencível em 31 de março de 1967, por conta do valor ajustado, na conformidade dos Decreto-leis nºs 2.436 e 7.798, respectivamente de 22 de julho de 1940 e 30 de julho de 1945, como indenização pela incorporação ao patrimônio da União dos bens e direi-

tos daquela Companhia existentes no território nacional.

Art. 2º O pagamento previsto para 30 de março de 1968, equivalente a US\$ 3.095.250.00 (três milhões noventa e cinco mil e duzentos e cinquenta dólares) de principal, constará obrigatoriamente do Orçamento da União para o referido exercício, acrescido dos juros convençionados.

Art. 3º Os pagamentos mencionados nos artigos anteriores somente se farão a representante da Companhia Port of Pará devidamente habilitado, exigido em cada oportunidade comprovante do recebimento, reconhecido, no último, terem ficado definitivamente regularizadas, com quitação geral e irragovável, tôdas as reclamações da empresa junto ao Governo Brasileiro, judiciais ou extrajudiciais.

Art. 4º Os créditos mencionados nos artigos 1º e 2º serão registrados automaticamente pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de março de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões

LEI Nº 252 — DE 9 DE MARÇO DE 1967

Revalida a transferência gratuita, à Fundação Darcy Vargas, do terreno de acrecido de marinha descrito no Decreto-lei nº 5.440, de 30 de abril de 1943.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do parágrafo 3º, do artigo 70, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revalidada, em todos os seus termos, a transferência gratuita, que, pelo Decreto lei nº 5.440, de 30 de abril de 1943, foi feita à Fundação Darcy Vargas, do terreno de acrecido de marinha, com área de 1978,7830m2, nele descrito, destinado à ampliação dos serviços de assistência social a cargo da beneficiária.

Art. 2º É concedido o prazo de 2 (dois) anos, a contar da vigência desta Lei, para o início das obras de ampliação a que alude o art. 1º, sob pena de reverter o domínio útil dos terrenos ao patrimônio da União, sem que esta responda por indenização de qualquer espécie, ainda mesmo quanto às construções e benfeitorias incorporadas ao solo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de março de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

APENSO

No "Apenso" dos volumes da "Coleção das Leis" figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATO COMPLEMENTAR Nº 29

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — de 27-12-66)

Retificação

Na página 14 891, 3ª coluna, na 21ª linha onde se lê: ... realizar-se-ão no primeiro domingo de maio. Os ... Leia-se: ... realizar-se-á no primeiro domingo de maio. Os ...

DECRETO-LEI Nº 57 — DE 18 DE
NOVEMBRO DE 1966

Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Divisão Ativa correspondente, e dá outras providências.

(Publicado no *D. O.* — Seção I. — Parte I — de 21-11-66.)

Retificação

Na página nº 13.419, 2ª coluna, nas assinaturas, onde se lê:

H. CASTELLO BRANCO

Leia-se:

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 59 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1966

Define a política nacional de cooperativismo, cria o Conselho Nacional do Cooperativismo e dá outras providências.

(Publicado no *Diário Oficial* de 22 de novembro de 1966 e retificado no de 6.12.66)

Retificação

Republica-se o art. 21, por ter saído com incorreções no *Diário Oficial* de 22.11.66:

Art. 21 — As sociedades cooperativas constituídas na vigência da legislação anterior terão o prazo de 1 (um) ano para se adaptarem ao presente Decreto-Lei.

DECRETO-LEI Nº 74 DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1966

Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 31 do Ato Institucional nº 2 e tendo em vista o Ato Complementar nº 23, decreta:

Art. 1º O Conselho Federal de Cultura será constituído por vinte e quatro membros nomeados pelo Presidente da República, por seis anos, dentre personalidades eminentes da cultura brasileira e de reconhecida idoneidade.

§ 1º Na escolha dos membros do Conselho, o Presidente da República levará em consideração a necessidade de nêle serem devidamente represen-

tadas as diversas artes, as letras e as ciências humanas.

§ 2º De dois em dois anos cessará o mandato de um terço dos membros do Conselho, permitida a recondução por uma só vez. Ao ser constituído o Conselho, um terço de seus membros terá mandato, apenas, de dois anos e um terço de quatro anos.

§ 3º Em caso de vaga, a nomeação do substituto será para complementar o prazo do mandato do substituído.

§ 4º O Conselho Federal de Cultura será constituído em câmaras para deliberar sobre assuntos pertinentes às artes, às letras e às ciências humanas e se reunirá em sessão para decidir sobre matéria de caráter geral.

§ 5º Além das câmaras referidas no parágrafo anterior, haverá uma, especialmente destinada aos assuntos do patrimônio histórico e artístico nacional.

§ 6º As funções de membro do Conselho Federal de Cultura, equiparadas às de membro do Conselho Federal de Educação, serão consideradas de relevante interesse nacional e o seu exercício tem prioridade sobre o de cargos públicos de que sejam titulares os conselheiros.

Art. 2º Ao Conselho Federal de Cultura compete:

- a) formular a política cultural nacional, no limite de suas atribuições;
- b) articular-se com os órgãos federais, estaduais e municipais, bem como com as Universidades, escolas e instituições culturais, de modo a assegurar a coordenação e a execução dos programas culturais;
- c) opinar sobre o reconhecimento das instituições culturais, mediante a aprovação de seus estatutos;
- d) cooperar para a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional;
- e) conceder auxílios às instituições culturais oficiais e particulares de utilidade pública, tendo em vista a conservação e guarda de seu patrimônio artístico ou bibliográfico e a execução de projetos específicos para a difusão da cultura científica, literária e artística;
- f) promover campanhas nacionais que visem ao desenvolvimento cultural e artístico;

g) manter atualizado o cadastro das instituições culturais, bem como o de artistas e professores que militam no campo das ciências, letras e artes;

h) proceder a publicação de um boletim informativo de natureza cultural;

i) informar sobre a situação das instituições particulares de caráter cultural com vistas ao recebimento de subvenções do Governo Federal;

j) opinar, para efeito de assistência e amparo do Plano Nacional de Cultura, sobre os programas apresentados pelas instituições culturais do País;

k) estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura e propor convênios com esses órgãos, visando ao levantamento das necessidades regionais e locais e ao desenvolvimento e integração da cultura no País;

l) apreciar os planos parciais de trabalhos elaborados pelos órgãos culturais do Ministério da Educação e Cultura, com vistas à sua incorporação a um programa anual a ser aprovado pelo Ministro de Estado;

m) elaborar o Plano Nacional de Cultura, com os recursos oriundos do Fundo Nacional de Educação (Fundo Nacional do Ensino Primário, Fundo Nacional de Ensino Médio e Fundo Nacional de Ensino Superior) ou de outras fontes, orçamentárias ou não, colocadas ao seu alcance;

n) promover sindicâncias, por meio de comissões especiais, nas instituições culturais incluídas no Plano Nacional de Cultura, tendo em vista o bom emprego dos recursos recebidos;

o) elaborar o seu regimento a ser aprovado pelo Presidente da República;

p) emitir parecer sobre assuntos e questões da natureza cultural que lhe sejam submetidos pelo Ministro da Educação e Cultura;

q) submeter à homologação do Ministro da Educação e Cultura os atos e resoluções que fixam doutrina ou norma de ordem geral;

r) promover e incentivar convênios que possibilitem exposições, festivais de cultura artística e congressos de caráter científico, artístico e literário;

s) superintender, ouvido o Ministério das Relações Exteriores, cursos e exposições de cultura brasileira no exterior;

t) promover, articulando-se com os Conselhos Estaduais de Cultura, exposições, espetáculos, conferências e debates, projeções cinematográficas e demais atividades conexas, dando também especial atenção à difusão cultural e ao melhor conhecimento das diversas regiões brasileiras.

Art. 3º Os diretores dos diversos órgãos culturais do Ministério da Educação e Cultura participarão dos trabalhos das Câmaras, mediante convocação expressa do Presidente do Conselho, sempre que se debater matéria diretamente ligada à respectiva repartição.

Art. 4º O Plano Nacional de Cultura, bem como o Plano Nacional de Educação, serão aprovados em sessão conjunta do Conselho Federal de Cultura e do Conselho Federal de Educação, sob a presidência do Ministro da Educação e Cultura.

Parágrafo único. A apreciação dos dois planos em sessão plena tem por objetivo evitar duplicação de serviços e harmonizar o plano geral de ação do Ministério da Educação e Cultura nos dois setores de suas atividades básicas.

Art. 5º O Conselho Federal de Cultura terá um Secretário-Geral, de provimento em comissão, símbolo 2-C, nomeado pelo Presidente da República, mediante proposta do Presidente do Conselho ao Ministro da Educação e Cultura.

Art. 6º O Conselho Federal de Cultura terá um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos na forma fixada no seu Regimento.

Art. 7º O Conselho Nacional de Cultura, instituído pelo Decreto-lei nº 526, de 1º de julho de 1938, continuará no exercício de suas atribuições, até a instalação do Conselho Federal de Cultura, a que se refere o presente Decreto-lei.

Art. 8º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Raymundo Moniz de Aragão

Nota do S.Pb. — Republica-se por ter saído com incorreções no *Diário Oficial* de 22.11.66.

DECRETO-LEI Nº 82 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1966

Regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências.

(Publicado no *Diário Oficial* — Suplemento ao de nº 245 — de 28 de dezembro de 1966.)

Retificação

Na página 2, 4ª coluna, art. 40, item II, onde se lê:

II — Decorrente da alienação ...

Leia-se:

II — Decorrente de alienação

No art. 41, alínea c), onde se lê:

... dedique à reprodução ...

Leia-se:

... dedique a produção ...

Na página 3, art. 43, item II, onde se lê:

II — A cooperativa de ...

Leia-se:

II — A cooperativa de ...

No art. 44, parágrafo único, onde se lê:

... excederá no limite ...

Leia-se:

... excederá ao limite ...

Na 2ª coluna, art. 48, item V, onde se lê:

... das Exposições-feiras, ...

Leia-se:

... das Exposições-feira, ...

No art. 51, onde se lê:

... contra a exposição ...

Leia-se:

... contra a expedição ...

No art. 52, onde se lê:

... e pago relativamente ...

Leia-se:

... e o pago relativamente ...

Na 4ª coluna, art. 68, onde se lê:

Art. 68. As aquisições ...

Leia-se:

Art. 68. Nas aquisições ...

Na página 4, 3ª coluna, no fornecimento de trabalho, onde se lê:

1.2 alfaiatarias, ...

Leia-se:

1.1. alfaiatarias, ...

Na página 5, em continuação, nos códigos 3.1. — 4.1 e 5.4, onde se lê:
ilegível %
ilegível %
3%

Leia-se:
3%
5%
2%

Ainda na página 5, 1ª coluna, art. 95, onde se lê:

... exercer mais de ...

Leia-se:
... exercer mais de ...

Na página 5, 2ª coluna, art. 107, item II — Veículos diversos, onde se lê:

Carrinho de mão a frete ou para venda ou entrega de mercadorias ... 0,30

Leia-se:

Carrinho de mão a frete ou para venda ou entrega de mercadorias ... 0,03

No mesmo art. e item, em seguida a palavra: b) com mais de 110 até 195 HP, inclua-se, por ter sido omitido:

c) com mais de 195 HP ... 0,50

Na página 6, 2ª coluna, art. 124, item 23, onde se lê:

23. estadia de veículo em ...

Leia-se:

23. estadia de veículo em ...

Na página 7, 3ª coluna, art. 137, item II, onde se lê:

... que constitua comprovante da ...

Leia-se:

... que constituam comprovantes da ...

No art. 140, onde se lê:

... aplica-se ao ato/ou...

Leia-se:

... aplicam-se ao ato ou ...

Na página 8, 1ª coluna, art. 160, onde se lê, no item II:

... onde exerçam ...

Leia-se:

... onde se exerçam ...

Na 2ª coluna, art. 167, item II, onde se lê:

... pelas saídas ...

... que couberem em depósito;

Leia-se:

... pelas saídas ...

... que receberem em depósito,

Na página 9, 4ª coluna, repita-se o item VI, do art. 206, por ter saído com incorreções

VI — facultar, mediante regulamentação própria, o recolhimento de tributos através da rede bancária ou de repartições de órgãos de administração descentralizada, desde que situadas estas fora do Distrito Federal.

Na página 10, 2ª coluna, art. 215, onde se lê:

... excluindo-se na sua ...

Leia-se:

... excluindo-se da sua ...

Na 3ª coluna, art. 218, repita-se o mesmo, por ter saído com incorreções:

218 — Na administração e cobrança dos tributos de competência do Distrito Federal aplicar-se-ão as normas gerais do Direito Tributário instituídas pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

DECRETO-LEI Nº 83 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1966

Estabelece normas para cobrança pelas Administrações de Portos de lazaretos portuárias incidentes sobre mercadorias movimentadas em terminais ou embarcadouros de uso privativo e instalações rudimentares, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 30 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;

Considerando que o Decreto-lei número 5, de 4 de abril de 1966, em seu artigo 26, ampliou o instituto para a construção e a exploração de instalações portuárias a que se refere o Decreto-lei nº 6.460, de 2 de maio de 1944;

Considerando que essa ampliação corresponde a uma exigência ineludível para o barateamento de mercadorias exportadas para enfrentarem a concorrência internacional;

Considerando que tal ampliação, não deve, contudo, ultrapassar determinados limites, assim como deve ficar assegurado tratamento similar às instalações rudimentares a que se refere o Decreto nº 6.460, de 2 de maio de 1944;

Considerando que uma total liberação quanto ao pagamento de taxas portuárias poderia criar sérias dificuldades ao equilíbrio financeiro dos portos organizados em cuja hinterlândia estiverem situadas as referidas instalações ou serem sacrificadas as populações dependentes de tais portos no tocante à movimentação de mercadorias gerais, especialmente gêneros alimentícios e outros artigos de consumo doméstico;

Considerando que é possível estabelecer, no interesse do bem comum de todas as populações a que servem os portos organizados, um meio termo aceitável entre as exigências econômicas das partes interessadas;

Considerando, ainda, o que dispõe o artigo 10 do Decreto-lei nº 2, de 14 de janeiro de 1966;

Considerando, finalmente, que a matéria relacionada com dispositivos do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, tem implicações com a Segurança Nacional;

Resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º Consideram-se hinterlândia de um porto organizado:

I — A cidade ou localidade em que o porto estiver localizado ou em que funcionar a respectiva alfândega ou mesa de rendas, ou as costas ou margens atingidas pela navegação interior do porto;

II — As faixas litorâneas ou marginais, contíguas às instalações do porto ou à baía ou a enseada em que elas se encontram, e confrontantes com zonas ligadas, efetiva ou previsivelmente, à sede daquelas instalações ou à região interior da hinterlândia, definida no item III deste artigo, pelos mesmos meios e/ou vias de transporte que ligam, ou venham a ligar, esta hinterlândia ao porto respectivo.

III — A região do país servida por meios ou vias de transporte terrestres ou fluviais ou lacustres para a qual se encaminhem, diretamente, mercadorias desembarcadas no porto ou da qual procedam mercadorias para embarque no mesmo porto.

Art. 2º Constituem zona de jurisdição de um porto organizado as partes de hinterlândia referidas nos incisos I e II do artigo anterior.

Art. 3º A área de administração de um porto organizado compreende:

I — As instalações portuárias do respectivo porto, nos termos do artigo 3º do Decreto nº 24.447, de 22 de junho de 1945;

II — As costas ou margens atingidas pela navegação interna do mesmo porto e beneficiadas, direta ou indiretamente, com obras ou serviços relacionados com a tranquilidade e profundidade das águas, bem como a segurança da navegação e o abastecimento das embarcações.

Art. 4º As mercadorias movimentadas em terminal ou embarcadouro de uso privativo, ficam sujeitas ao pagamento das seguintes taxas:

I — As da tabela N da tarifa do porto organizado em cuja zona de jurisdição estiver situado o terminal ou embarcadouro, nos termos do § 1º do art. 26 do Decreto-lei nº 5-66.

II — sem prejuízo do disposto no inciso anterior, os da tabela A da tarifa do porto organizado em cuja área de administração estiver situado o terminal ou embarcadouro, nos termos do Art. 5º deste decreto-lei.

§ 1º Constarão do contrato de concessão ou autorização para construção e exploração de terminal ou embarcadouro de uso privativo os valores das taxas das tabelas A e N, conforme o caso, bem como as regras de seu reajuste.

§ 2º Os valores das taxas mencionadas no parágrafo anterior serão fixados tendo em vista a economicidade do empreendimento, a competitividade internacional do produto, nos casos de exportação, e os níveis de preço do mercado interno, nos casos de importação.

§ 3º Em caso de desacordo na fixação dos valores das taxas das tabelas A e N, o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis submeterá o assunto à apreciação do Conselho Nacional de Comércio Exterior, antes de encaminhá-lo à nomeação do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, às instalações rudimentares de que trata o Decreto nº 6.460, de 2 de maio de 1944.

§ 5º Não se aplica o disposto neste artigo aos gêneros da pequena lavouira, aos produtos da pesca exercida por pescadores utilizando peque-

nas embarcações e aparelhagem individual de pesca e outros artigos movimentados em instalações rudimentares ou em pontos determinados pela fiscalização do porto, ouvida a administração do porto correspondente e as autoridades estaduais e municipais competentes, quando as mesmas, se destinarem ao abastecimento do mercado da localidade em que se situarem as referidas instalações e descargas por conta dos donos das respectivas mercadorias.

Art. 5.º O valor das taxas da tabela A da tarifa dos portos organizados passa a incidir sobre a tonagem de registro líquida das embarcações fundeadas ou atracadas, em operação de carregamento ou descarga, quer nas instalações do porto quer em terminal ou embarcadouros de uso privativo situado na área de administração do porto.

Art. 6.º O disposto neste Decreto-lei aplica-se aos terminais ou embarcadouros de uso privativo e, no que couber, às instalações rudimentares existentes na data da publicação do Decreto-lei n.º 5, de 4 de abril de 1966.

Art. 7.º O Ministério da Viação e Obras Públicas, mediante proposta do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis baixará, dentro de noventa dias, a contar da data de publicação deste Decreto-lei, Portaria, fixando, para cada porto organizado:

I) Os novos valores das taxas da tabela N da tarifa dos portos aplicáveis nos termos do parágrafo 1.º do art. 26 do Decreto-lei n.º 5, de 4 de abril de 1966 e do artigo 4.º deste Decreto-lei, aos terminais ou embarcadouros de uso privativo existentes na data da publicação do Decreto-lei n.º 5, de 4 de abril de 1966;

II) Os novos valores das taxas da tabela A da tarifa dos portos nos termos do art. 5.º deste Decreto-lei, observada a maior ou menor utilização de obras portuárias com que se beneficiem cada terminal ou embarcadouro;

III) Os limites, ao longo da costa marítima ou das margens dos lagos ou dos rios, das zonas de jurisdição e de administração, definidas, respectivamente, nos artigos 2.º e 3.º deste Decreto-lei.

Art. 8.º Ficam acrescidos ao parágrafo 2.º do art. 4.º do Decreto nú-

mero 24.447, de 22 de junho de 1934, os seguintes itens:

5) Exercer a fiscalização da utilização dos terminais ou embarcadouros de uso privativo situados em zonas de jurisdição ou de administração, por inspeções periódicas ou amostragem.

6) Promover a construção de obras portuárias de acesso e segurança da navegação exigidas pela plena utilização dos terminais ou embarcadouros de uso privativo localizados na zona de administração.

7) Proporcionar assistência técnica, no que couber, aos proprietários de tais embarcadouros, durante a construção destes, e, posteriormente, no sentido de garantir sua eficiente operação, quando estiverem eles situados na zona de jurisdição.

Art. 9.º Fica revogado o parágrafo único do artigo 2.º do Decreto número 24.511, de 29 de junho de 1934, bem como quaisquer outros dispositivos de lei geral ou especial que isentem de pagamento de taxas portuárias ou assegurem tratamento especial nos portos a empresas de direito público ou privado.

Art. 10. Os concessionários dos portos organizados deverão adotar medidas objetivas para a descentralização das operações, estimulando a construção de "pers" e o aluguel ou arrendamento das instalações portuárias pelos usuários ou por terceiros, nos termos do art. 27 do Decreto-lei número 5, de 4 de abril de 1966.

Art. 11. O M.V.O.P. levará na devida consideração quando determinar a revisão da estrutura dos portos organizados e a constituição consequente de seus novos quadros funcionais, o fato de que esses portos tenderão a movimentar no futuro, quase exclusivamente as mercadorias da categoria de carga geral, como consequência do incremento à construção e exploração de terminais e embarcadouros de uso privativo para a movimentação de graneis, sólidos e líquidos.

Parágrafo único. Os proprietários de terminais e embarcadouros de uso privativo poderão participar das Sociedades de Economia Mista constituídas para gerir os portos organizados em cujas zonas de administração ou de jurisdição se encontrem situa-

dos os ditos terminais ou embarcadouros, sem prejuízo de sua autonomia operacional e financeira.

Art. 12. Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação independentemente de regulamentação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 73º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Carlos Medeiros Silva
Zilmar Araripe
Octavio Bulhões
Juarez Távora
Roberto Campos

(*) Republicado por ter saído com incorreções no *Diário Oficial* do dia 27 de dezembro de 1966.

DECRETO-LEI Nº 87 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1966

Altera a Lei nº 5.190, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1967. (Publicado no Diário Oficial — Seção I — Parte I — de 30-12-66)

Retificação

Na página 15.075, 2ª coluna, na 21ª linha, onde se lê:

Secretaria de Serviços Sociais — Cr\$ 3.395.639.000.

Leia-se:

Secretaria de Serviços Sociais — Cr\$ 3.393.639.000.

No Quadro de Programas, Subprogramas e Metas da Competência da Secretaria de Finanças, na página 15.077, na 9ª linha, onde se lê:

SEF-053-A — Funcionamento da Junta de Recursos Fiscais...

Leia-se:

SEF/053-A — Funcionamento da Junta de Recursos Fiscais...

DECRETO-LEI Nº 94 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1966

Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências

O Presidente da República, com base no disposto no artigo 51, parágrafo único, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e tendo

em vista o Ato Complementar nº 23, de 20 de outubro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica sujeito, exclusivamente, ao desconto do imposto de renda na fonte, à razão da taxa de 15% (quinze por cento), ainda que o beneficiário se não identifique, o deságio concedido na venda ou colocação no mercado, por pessoa jurídica a pessoa física, de títulos da dívida pública estadual emitidos até 30 de abril de 1967, desde que não aumentem o valor dos títulos em circulação até 31 de dezembro de 1966.

Art. 2º Ressalvado o que dispõe o artigo 41 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, ficam revogadas, a partir de 1º de janeiro de 1967, o Decreto-lei nº 9.330, de 10 de junho de 1946, e demais dispositivos legais sobre tributação de lucros auferidos pelas pessoas físicas na alienação de propriedades imobiliárias ou de direito à aquisição de imóveis.

Art. 3º Poderão ser feitas, até 30 de abril de 1967, declarações de bens existentes no exterior e de rendimentos provenientes do exterior, percebidos no ano de 1965 ou em anos anteriores, e que não hajam sido declarados até 1966, inclusive.

Art. 4º As declarações de que trata o artigo anterior serão feitas, automaticamente, mediante a inclusão dos valores respectivos nas declarações de bens e de rendimentos relativas ao exercício financeiro de 1967.

Art. 5º Com base nos valores dos bens e rendimentos provenientes do exterior retificados nas declarações apresentadas de acordo com este decreto-lei, não será permitido:

a) instaurar qualquer processo, inclusive de lançamento *ex officio*, por inexistência ou falta de declaração de bens e de rendimentos provenientes do exterior;

b) proceder a lançamentos, de qualquer espécie, para cobrança de imposto de renda e de adicionais, exceto do imposto de renda devido, no exercício de 1967 sobre os rendimentos incluídos na declaração, o qual será sobrado sem multa, inclusive mora, e sem correção monetária, podendo ser feita a dedução de que trata o art. 5º da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965;

c) exigir comprovação da origem dos rendimentos e dos bens declara-

dos, quando provenientes do exterior;
d) aplicar penalidades de qualquer natureza, inclusive por operação, ilegítima de câmbio e por não pagamento de imposto de selo, previstas no decreto 55.852, de 22 de março de 1965.

Art. 6º O Departamento do Imposto de Renda poderá fornecer ao Banco Central quaisquer informações relativas a bens no exterior pertencentes a residentes no País.

Art. 7º Extingue-se a punibilidade dos crimes previstos na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, em relação à declaração de bens e de rendimentos provenientes do exterior se for feita a declaração a que se refere este Decreto-lei até 30 de abril de 1967.

Art. 8º Além do caso de que trata o artigo 2º da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, também se extinguirá a punibilidade dos crimes nela previstos, se, mesmo iniciada a ação fiscal, o agente promover, até 31 de janeiro de 1967, o recolhimento dos tributos e multas ou, não estando ainda julgado o respectivo processo, depositar na repartição competente, em dinheiro ou em Obrigações do Tesouro, a importância nele considerada devida.

Art. 9º No cálculo do imposto de renda devida pelas pessoas físicas, e para fins de restituição ou cobrança de diferença do tributo, será abatida do total apurado a importância que houver sido descontada nas fontes correspondente a imposto retido, como antecipação, sobre rendimentos incluídos na declaração, revogadas as disposições especiais em sentido contrário.

Art. 10. No caso de imposto de renda recolhido a maior, na fonte, em jurisdição fiscal diversa daquela onde o contribuinte tiver o seu domicílio, cabe à autoridade fiscal competente do domicílio do contribuinte, e não àquela que promoveu a cobrança originária, efetuar a restituição do indébito.

§ 1º A repartição fiscal onde tiver sido processado o recolhimento do tributo certificará no processo, esse recolhimento com as indicações necessárias, fazendo no verso da guia de recolhimento, em seu poder, as devidas anotações quanto a restituição pleiteada.

§ 2º O recolhimento certificado pela repartição fiscal, na forma indicada

no parágrafo anterior, supra a juntada ao processo do original da guia de recolhimento, a qual constitui documento da fonte pagadora e não do contribuinte.

Art. 11. Fica restabelecido o disposto no artigo 38 e seus parágrafos da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, cujo imposto será cobrado, a partir de 1 de janeiro de 1967 à razão de 5% (cinco por cento).

Art. 12. Na apuração do lucro operacional das empresas de que trata o item IV do art. 40 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, as receitas recebidas antecipadamente, em operações cujo prazo exceda de um exercício social, poderão ser consideradas como realizadas em mais de um exercício, na proporção do prazo da operação.

Art. 13 Os juros de debêntures ou obrigações ao portador com cláusula de conversibilidade em ações da sociedade emissora ficam sujeitos ao regime de tributação de renda aplicável aos dividendos de ações.

Art. 14. Ficam revogados os artigos 17, 18 e 19 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.

Art. 15. Este Decreto-lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1967, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1966;
145ª da Independência e 78ª da República.

H. CASTELLO BRANCO
Oktávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 95 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1966

Autoriza a emissão de Letras do Tesouro, fixa a forma de liquidação das que foram adquiridas pelo Banco Central da República do Brasil, por antecipação de receita referente ao exercício de 1965, e prorroga o prazo de vigência do crédito especial autorizado pela Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, aberta pelo Decreto nº 54.434, de 12 de outubro de 1964.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo nº 9 do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a emitir Obrigações do

Tesouro Nacional, de tipo não reajustável, até o limite de Cr\$ 647.922.680.000 (seiscentos e quarenta e sete bilhões, novecentos e vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta mil cruzeiros), destinadas a substituir as Letras adquiridas pelo Banco Central da República do Brasil, nos termos do artigo 49 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, relativas ao exercício de 1965 e de 1966.

Art. 2º As Obrigações a que se refere o art. 1º serão ao portador, vencerão juros de 4% (quatro) por cento ao ano e seu resgate será efetuado no prazo de cinco anos, a partir de 30 de junho de 1968.

Art. 3º Fica autorizado o Ministro da Fazenda a substituir as Obrigações a que se refere o art. 2º por outras de tipo reajustável, que serão eventualmente colocadas junto ao público pelo Banco Central da República do Brasil, mediante autorização prévia do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único. Com essa finalidade fica elevado de Cr\$ 647.922.680.000 (seiscentos e quarenta e sete bilhões, novecentos e vinte e dois milhões e seiscentos e oitenta mil cruzeiros) o limite máximo de colocação de Obrigações a que se refere a Lei 4.539, de 10 de dezembro de 1964.

Art. 4º As datas de vencimento e valores das Obrigações referidas nos artigos 2º e 3º e demais condições que se fizerem necessárias à execução deste Decreto-lei serão fixadas pelo Ministro da Fazenda.

Art. 5º É prorrogado por dois exercícios, 1967 e 1968, o prazo de vigência e de aplicação do crédito especial autorizado pelo artigo 41 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, aberto pelo Decreto nº 54.434, de 12 de outubro de 1964.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República,

H. CASTELLO BRANCO
Oktávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 96 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1966

Institui normas para a utilização dos créditos orçamentários e adicionais, e dá outras providências de natureza financeira.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 1º, do Ato Institucional número 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 1967, a utilização de recursos constantes do Orçamento-Geral da União e de créditos adicionais far-se-á através do Banco do Brasil S.A., mediante cotas fixadas, trimestramente, pelo Ministro da Fazenda, segundo proposição da Comissão de Programação Financeira, criada pelo Decreto nº 54.506, de 20 de outubro de 1964.

§ 1º As cotas serão concedidas às unidades administrativas com dotações consignadas no orçamento ou em créditos adicionais e serão utilizadas de acordo com as normas legais vigentes, podendo ser repassadas às subunidades administrativas ou a outras entidades que por lei estejam autorizadas a movimentar seus recursos.

§ 2º A concessão de cotas independentemente do parecer prévio da Contadoria-Geral da República e de suas delegações.

§ 3º As cotas concedidas pelo Tesouro Nacional serão consideradas como incorporadas à sua conta no Banco do Brasil S.A. até que as entidades beneficiadas as utilizem em seus pagamentos.

§ 4º As cotas concedidas e os repasses realizados, conforme previsto no § 1º, serão comunicados à Comissão de Programação Financeira e à delegação da Contadoria-Geral da República junto ao Ministério ou órgão a que se subordinam as unidades.

Art. 2º Somente serão permitidos saques contra as cotas concedidas quando se destinarem a adiantamentos, suprimentos ou a pagamentos de bens e serviços, sendo vedadas quaisquer retiradas para efetuar depósito em outra conta ou em outro estabelecimento bancário, a não ser em ca-

sos autorizados pelo Ministro da Fazenda.

Parágrafo único. Os saques, em nenhum caso, poderão exceder as cotas concedidas.

Art. 3º Nas contas relativas às cotas concedidas pelo Tesouro Nacional não poderão ser creditados recursos de outras origens.

Art. 4º As cotas do Tesouro Nacional terão validade apenas durante o exercício em que forem concedidas, salvo autorização em contrário do Ministro da Fazenda.

Art. 5º Na utilização das cotas pelas unidades administrativas, estas identificarão o projeto ou atividade constante do Orçamento-Geral da União ou de créditos adicionais a que se destina o pagamento, notificando, mensalmente, a Comissão de Programação Financeira a respeito.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir Letras do Tesouro, que poderão ser subscritas por entidades federais com disponibilidades de caixa, diretamente no Tesouro Nacional ou através do Banco Central da República do Brasil.

Art. 7º A posição global das contas do Tesouro no Banco do Brasil S.A. será apurada mensalmente, levando-se em consideração o disposto no § 3º do art. 1º.

§ 1º Caso se verifique posição deficitária, o Banco do Brasil transferirá o respectivo montante para débito em conta corrente no Banco Central da República do Brasil, que dará ciência do ocorrido ao Ministério da Fazenda, para efeito das providências indicadas no parágrafo seguinte.

§ 2º O Ministro da Fazenda deixará de fixar novas cotas de utilização de recursos, previstas no art. 1º deste decreto-lei, enquanto não for regularizado o débito referido no parágrafo anterior, podendo essa regularização ser feita mediante a venda de Letras do Tesouro ao Banco Central, até o montante autorizado pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 8º Os créditos de suprimentos do Tesouro que, em 1º de janeiro de

1967, forem reabertos, serão considerados como cotas concedidas na forma do presente decreto-lei.

Art. 9º O processamento contábil dos créditos referentes a cotas concedidas a unidades administrativas será efetuado pelas delegações da Contadoria-Geral da República junto aos Ministérios ou órgãos a que se subordinam as unidades.

Parágrafo único. As delegações da Contadoria-Geral da República procederão às anotações de pagamentos saques, concomitantemente.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

DECRETO-LEI Nº 97 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1966

Exclui o Conselho Federal de Educação dos efeitos do Decreto-lei número 81, de 21 de dezembro de 1966.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 9º, do Ato Institucional nº 4, e considerando que o Conselho Federal de Educação tem seu funcionamento regulado especificamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º A retribuição devida aos membros do Conselho Federal de Educação far-se-á na forma prevista no § 5º do art. 8º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 98 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1966

Prorroga, por mais um exercício, a vigência da autorização, contida na Lei nº 4.661, de 2 de junho de 1965, para a abertura do crédito especial de Cr\$ 877.852.800 (oitocentos e setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos cruzeiros).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do art. 9º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1º Fica prorrogado, por mais um exercício, a vigência da autorização, contida na Lei nº 4.661, de 2 de junho de 1965, para a abertura pelo Ministério da Educação e Cultura, do crédito especial de Cr\$ 877.852.800 (oitocentos e setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos cruzeiros).

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Raymundo Moniz de Aragão

DECRETO-LEI Nº 99 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1966

Prorroga, por mais um exercício, a vigência da autorização para abertura do crédito especial de Cr\$ 87.864.828 (oitenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e vinte e oito cruzeiros), contida no Art. 1º da Lei nº 4.788 de 13 de outubro de 1965.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta

Art. 1º Fica prorrogado, por mais um exercício, a vigência da autorização contida na Lei nº 4.788 de 13 de outubro de 1965, para a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, do crédito especial de Cr\$ 87.864.828 (oitenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e vinte e oito cruzeiros).

Art. 2º O presente Decreto-Lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1966;
145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octavio Bulhões

Raymundo Moniz de Aragão

LEI Nº 5.108 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1966

Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º do art. 70 da Constituição Federal o seguinte dispositivo da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966:

Art. 34.

§ 1º. Na falta, insuficiência ou incorreta colocação de sinalização específica não se aplicarão sanções pela inobservância dos deveres e proibições estipulados neste Código e seu Regulamento, para cuja observância seja indispensável a sinalização.

Brasília, 12 de março de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

LEI Nº 5.194 — DE 24 DE DEZEMBRO
DE 1966

*Regula o exercicio das profissões de
Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-
Agrônomo, e dá outras providências.*

(Publicada no *Diário Oficial* —
Seção I — Parte I — de 27 de
dezembro de 1966)

Retificação

Na página 14.893, 3ª coluna, artigo
29, parágrafo 2º, onde se lê:

§ 2º. O presidente do...

Leia-se:

§ 2º O presidente do...

Na página 14.894, 1ª coluna, art. 41,
onde se lê:

... do artigo 29,...

Leia-se:

... do artigo 29,...

Na 2ª coluna, art. 53, onde se lê:
... que assegurem ou aperfei-
çoem...

Leia-se:
que assegurem ou aperfeiçoem.

Na página 14.895, art. 73, alínea c),
1ª coluna, onde se lê:

... infração dos artigos...

Leia-se:

... infração dos artigos ...

No art. 78, onde se lê:

... que era efeito suspensivo para o
Conselho Regional e, no mesmo pra-
zo, dêste (ilegível) Conselho Federal.

Leia-se:

... que terá efeito suspensivo para o
Conselho Regional e, no mesmo pra-
zo, dêste para o Conselho Federal.

No parágrafo 2º do mesmo artigo,
onde se lê:

... Os autos de infração,...

Leia-se:

... Os autos de infração,...

Na 2ª coluna, art. 89, onde se lê:
... as repre arão.

Leia-se:

... as representarão.

INDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

VOL. I — 1967

A

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS — Doações. (Decreto-lei nº 232, de 28-2-67).

AÇÃO PÚBLICA — De crimes de responsabilidade. (Lei nº 5.249, de 9-2-67).

ACIDENTE DO TRABALHO — Seguro. (Decreto-lei nº 293, de 28 de fevereiro de 1967).

AÇÕES — Incentivo à compra. Imposto de renda. (Decreto-lei número 157, de 10-2-67).

— Retificação do Decreto-lei nº 157, de 1967. (Decreto-lei nº 238, de 28 de fevereiro de 1967).

ACÓRDO COLETIVO DE TRABALHO — Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. (Decreto-lei número 229, de 28-2-67).

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO — Extinção. Criação de Sociedade de Economia Mista. (Decreto-lei nº 256, de 28 de fevereiro de 1967).

— Diferença salarial. Abertura de crédito especial. (Lei nº 5.243, de 31-1-67).

ADMINISTRAÇÃO FEDERAL — Organização. Reforma Administrativa. (Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967).

ADMISSÃO — De empregados. Cadastro permanente. (Decreto-lei nº 193, de 24-2-67).

AEROCUBES — Organização, funcionamento e extinção. (Decreto-lei nº 205, de 27-2-67).

AERONAUTA — Aposentadoria especial. (Decreto-lei nº 158, de 10 de fevereiro de 1967).

AERONÁUTICA — Promoções. (Decreto-lei nº 174, de 15-2-67).

— Criação do Quadro de Oficiais-Engenheiros. (Decreto-lei nº 313, de 7-3-67).

AGÊNCIA NACIONAL — Transferência para a Presidência da República. (Decreto-lei nº 166, de 14 de fevereiro de 1967).

AGENTE FISCAL — Rendas Internas. Rotação. (Decreto-lei nº 176, de 15-2-67).

ÁGUA MINERAL — Imposto único. Cálculo. (Decreto-lei nº 134, de 2 de fevereiro de 1967).

ALFANDEGA — Atribuições das repartições aduaneiras na fiscalização, entrada e trânsito de mercadorias. (Decreto-lei nº 126, de 31 de janeiro de 1967).

ALGAS — Exploração dos campos naturais de algas. Condições. (Decreto-lei nº 221, de 28-2-67).

AMAZÔNIA — Incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental e da Faixa de Fronteiras abrangida pela Amazônia. (Decreto-lei nº 291, de 28-2-67).

APOSENTADORIA — Ver: Aeronauta, Autarquia, Funcionário público.

blico e Sociedades de economia mista.

AGRICULTURA — E seu comércio. (Decreto-lei nº 221, de 28-2-67).

ARMADORES — Nacionais. Define as condições do prêmio pago. Correção monetária. (Decreto-lei número 123, de 31-1-67).

ARMAZÉNS — De entidades portuárias. Delimitação de responsabilidades e de faltas e avarias. (Decreto-lei nº 116, de 25-1-67).

ARQUITETO — Regula o exercício da profissão. (Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966).

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA — Prestação pela previdência social. (Decreto-lei nº 312, de 28-2-67).

ASSOCIAÇÕES — Amadores de pesca. Registro especial. (Decreto-lei nº 221, de 28-2-67).

ASSOCIAÇÕES RURAIS — Organização da vida rural. Investidura nas funções e prerrogativas de órgão sindical. (Decreto-lei nº 148, de 8-2-67).

ATIVO IMOBILIZADO — Empresas concessionárias dos serviços portuários. Correção do registro contábil do valor dos bens do ativo imobilizado. (Decreto-lei nº 188, de 23-2-67).

AUTARQUIA — Colégio Pedro II. (Decreto-lei nº 245, de 28-2-67).

— Regula a situação de servidores aposentados na forma dos Atos Institucionais ns. 1 e 2. (Decreto-lei nº 290, de 28-2-67).

— IAPFESP. Aposentadoria, servidor público e autárquico. Pagamento de proventos e vantagens. (Lei nº 5.235, de 20-1-67).

— Liquidação dos direitos e obrigações das extintas. (Decreto-lei número 141, de 2-2-67).

— Vencimentos de tesoureiros e tesoureiros-auxiliares. (Decreto-lei nº 146, de 3-2-67).

B

BANCO CENTRAL DA REPÚBLICA DO BRASIL — Altera sua denominação, dispõe sobre suas contas,

orçamentos, balanços, atos e contratos. (Decreto-lei nº 278, de 23 de fevereiro de 1967).

BANCO DA AMAZÔNIA S. A. — Borracha. Financiamento. (Lei nº 5.227, de 18-1-67).

— Modificada Legislação da Política Econômica da Borracha. (Decreto-lei nº 164, de 13-2-67).

BANCO DO BRASIL S. A. — Patrimônio imobiliário. Exclusão do sistema de alienação compulsória. (Decreto-lei nº 163, de 13-2-67).

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO S. A. — Aceitação da Nota Promissória Rural. (Decreto-lei nº 220, de 28-2-67).

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO — Terrenos de propriedade do INPS. Venda. (Decreto-lei número 262, de 28-2-67).

BORRACHA — Política econômica. Regulamento de sua execução. (Lei nº 5.227, de 18-1-67).

— Política Econômica. Modifica a Legislação. (Decreto-lei nº 164, de 13-2-67).

C

CABOTAGEM — Dispõe sobre o despacho de embarcações. (Decreto-lei nº 190, de 24-2-67).

CAÇA — Proteção à fauna. (Lei número 5.197 de 3-1-67).

CAÇADORES — Licenças. Taxa. (Lei nº 5.197 de 3-1-67).

CADASTRO — Permanente das admissões e dispensas de empregados. (Decreto-lei nº 193, de 24 de fevereiro de 1967).

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL — Conferente. Vencimentos. (Decreto-lei nº 146, de 3-2-67).

— Regime do pessoal. (Decreto-lei nº 266, de 28-2-67).

CÂMBIO — Dólar norte-americano. Taxa. (Decreto-lei nº 189, de 24 de fevereiro de 1967).

CAPITAL ESTRANGEIRO — Imposto sobre circulação de mercadorias. Cálculo. (Ato Complementar nº 36).

CARTEIRA. PROFISSIONAL — Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. (Decreto-lei nº 229, de 28-2-67)

CARTOGRAFIA BRASILEIRA — Fixa as Diretrizes e Bases. (Decreto-lei nº 243, de 28-2-67)

CARTA — Conceituação. (Decreto-lei nº 227, de 28-2-67)

CÉDULA DE CRÉDITO RURAL — Dispõe sobre títulos de crédito rural. (Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967)

CÉDULA INDUSTRIAL PIGNORÁRI — Criação. (Decreto-lei número 265, de 28-2-67)

— Prorrogação da vigência do Decreto-lei nº 265, de 1967. (Decreto-lei nº 320, de 29-3-67)

CENTRO BRASILEIRO DE TV EDUCATIVA — Criação sob a forma de Fundação. (Lei nº 5.198, de 3-1-67)

CETACEOS — Pesca e Industrialização. (Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967)

CIENTISTAS — Fauna. Licença especial para a coleta de material. Requisitos. (Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967)

CLUBES — Amadores de pesca. Registro especial. (Decreto-lei número 221, de 28-2-67)

— De casa e de tiro ao voo. Organização. Requisitos. (Lei nº 5.197, de 3-1-67)

CÓDIGO BRASILEIRO DE ALIMENTOS — Instituição. (Decreto-lei nº 209, de 27-2-67)

CÓDIGO BRASILEIRO DE AR — Alterações. (Decreto-lei nº 234, de 22-2-67)

CÓDIGO DA JUSTIÇA MILITAR — Alteração. (Decreto-lei nº 215, de 27-2-67)

CÓDIGO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL — Aprovação. (Decreto-lei nº 254, de 28-2-67)

CÓDIGO DE MINAS — Dá nova redação. (Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967)

— Dá nova redação ao seu preâmbulo e a dispositivos. (Decreto-lei nº 318, de 14-3-67)

CÓDIGO DE VENCIMENTOS DOS MILITARES — Altera o seu artigo 187. Contribuições para a pensão militar. (Decreto-lei nº 196, de 24-2-67)

CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO — Modificação. (Decreto-lei nº 237, de 28-2-67)

— Veto presidencial. Parte mantida pelo Congresso Nacional. (Lei número 5.108, de 21-9-66)

COLÉGIO PEDRO II — Transformação em autarquia. (Decreto-lei nº 245, de 28-2-67)

COLÔNIAS DE PESCADORES — Reorganização. (Decreto-lei nº 221, de 28-2-67)

COMÉRCIO — Exterior. Serviços de despachantes. (Decreto-lei nº 264, de 28-2-67)

— De espécimes da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem na sua caça. Requisitos. (Lei nº 5.197, de 3-1-67)

COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE — Elevação do teto dos financiamentos sob sua responsabilidade. Correção monetária. (Decreto-lei nº 123, de 31-1-67)

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO — Extinção. (Decreto-lei nº 292, de 28-2-67)

COMPANHIA BRASILEIRA DE DRAGAGEM — Normas para o seu funcionamento. (Decreto-lei nº 153, de 10-2-67)

COMPANHIA DAS DOCAS DO PARA — Constituição em sociedade de economia mista. (Decreto-lei nº 155, de 10-2-67)

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO BAHIANA — Salário do Pessoal. Abertura de crédito especial. (Lei nº 5.239, de 31-1-67)

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO SÃO FRANCISCO — Dispõe sobre sua reorganização. (Decreto-lei nº 249, de 28-2-67)

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO (CNLB) — Acrescenta um § 4º art. 21 do Decreto-lei nº 67, de 1966. (Decreto-lei nº 306, de 28-2-67)

COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS (CTU) — Isenção dos

impostos de importação e de consumo, e da taxa de despacho aduaneiro. (Decreto-lei nº 311, de 28 de fevereiro de 1967).

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO — Constituição, natureza e objeto. (Decreto-lei nº 256, de 28-2-67).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS DA GUANABARA — Importação. Isenção fiscal. (Lei número 5.223, de 17-1-67).

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO — Isenção fiscal. (Lei nº 5.204, de 12-1-67).

COMPANHIA SIDERURGICA DE MOGI DAS CRUZES — (COSIM) — Organização. (Decreto-lei número 280, de 28-2-67).

CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO — Alienação de móveis integrantes dos cursos das empresas concessionárias dos serviços portuários. (Decreto-lei nº 128, de 31-1-67).

Serviços portuários. Correção do regime contábil do valor dos bens do ativo imobilizado. (Decreto número 188, de 23-2-67).

CONCURSO — Previdência Social — Nova redação do art. 43 do Decreto-lei nº 72, de 1966. (Decreto-lei nº 129, de 31-1-67).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PESCADORES — Reorganização. (Decreto-lei nº 221, de 28-2-67).

CONFEDERAÇÕES — Das categorias econômicas e profissionais. Depósitos banários. (Decreto-lei número 151, de 9-2-67).

CONFERENTE — Caixa Econômica Federal. Vencimentos. (Decreto-lei nº 146, de 3-2-67).

CONSELHO AEROVIÁRIO NACIONAL — Criação. (Decreto-lei número 270, de 28-2-67).

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA — Criação. (Decreto-lei número 74, de 21-11-66).

— Transferência de dotações orçamentárias. (Decreto-lei nº 172, de 15-2-67).

— Criação de cargos em comissão. (Decreto-lei nº 184, de 21-2-67).

— Instalação e funcionamento. Abertura de crédito especial. (Decreto-lei nº 268, de 28-2-67).

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO — Retribuição devolvida aos seus membros. (Decreto-lei número 97, de 30-12-66).

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL — Ciência privativa. Recolhimento do total dos depósitos das instituições financeiras. Elevação do percentual. (Decreto-lei número 108, de 17-1-67).

CONSELHO NACIONAL DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL — Criação. (Decreto-lei nº 312, de 28-2-67).

CONSELHO NACIONAL DA BORRACHA — Criação. Funções normativas. (Lei nº 5.227, de 18-1-67).

— Modifica a Legislação da Política Econômica da Borracha. (Decreto-lei nº 164, de 13-2-67).

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL — Criação. (Decreto-lei número 302, de 28-2-67).

CONSELHO NACIONAL DE COOPERATIVISMO — Criação. (Decreto-lei nº 59, de 21-11-66).

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA — Cria a Comissão Liquidante do Acervo. (Decreto-lei nº 295, de 28-2-67).

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO À FAUNA — Instituição. (Lei nº 5.197, de 3-1-67).

CONSELHO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO — Criação. (Decreto-lei nº 248, de 28-2-67).

CONSELHO NACIONAL DE TRANSPORTES — Reestruturação. (Decreto-lei nº 139, de 2-2-67).

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO — Altera dispositivos e revoga com seus parágrafos os arts. 45, 46, 121, 127, 128, 398, 536, 567, 568, 569 e os §§ 2º os arts. 573 e 904, passam os §§ 1º destes últimos a parágrafos únicos. (Decreto-lei nº 229, de 28-2-64).

CONTABILIDADE — Legalização dos livros de escrituração das operações mercantis. (Decreto-lei nº 305, de 28-2-67).

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA — Da sua cobrança. (Decreto-lei número 195, de 24-2-67).

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL — Promulgação.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL — Execução do seu art. 188. Constituições Estaduais. (Decreto-lei nº 216, de 27-2-67).

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS — Reforma. (Decreto-lei nº 216, de 27-2-67).

CONSTRUÇÃO NAVAL — Dispõe sobre a indústria de construção naval. (Decreto-lei nº 244, de 28-2-67).

CONTENÇÃO DOS PREÇOS — Ver: Custo de vida.

CONTRABANDO — Atribuições dos Portos Organizados e Repartições aduaneiras na fiscalização, controle e trânsito de mercadorias. (Decreto-lei nº 126, de 31-1-67).

CONTRATO — A conta do Fundo da Marinha Mercante. Financiamento para compra ou construção de embarcações. Correção Monetária. (Decreto-lei nº 123, de 31-1-67).

— Regulamenta o Decreto-lei número 123, de 1967.

— De obras. Revisão de preços. (Decreto-lei nº 185, de 23-2-67).

— Dispõe sobre as estipulações de moda de pagamento das obrigações. (Decreto-lei nº 316, de 13-3-67).

CONTRATO DE TRABALHO — Por prazo determinado — Valida. (Decreto-lei nº 229, de 28-2-67).

CONTRAVENÇÕES PENAIS — Proteção à fauna. (Decreto-lei número 197, de 3-1-67).

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL — Penalidades pela falta de pagamento. (Decreto-lei nº 300, de 28 de fevereiro de 1967).

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO — Conceituação. (Decreto-lei nº 229, de 28-2-67).

CONVENIOS — Termo aditivo. Polícia Militar. Estado da Guanabara. Reinclusão de Pessoal. (Decreto-lei nº 105, de 16-1-67).

COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MINAS GERAIS LTDA. — Isenção fiscal. (Decreto-lei nº 5.205, de 12-1-67).

COOPERATIVISMO — Define a política nacional de cooperativismo. Criação do Conselho Nacional do Cooperativismo. (Decreto-lei número 59, de 21-11-66).

COORDENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE BRASÍLIA (CODEBRAS) — Criação. (Decreto-lei nº 137, de 2-3-67).

— Criação. (Decreto-lei nº 302, de 28-2-67).

CORPO DE BOMBEIROS — Estado da Guanabara. Reinclusão do pessoal do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal. (Decreto-lei nº 149, de 8-2-67).

— Estado da Guanabara. Reinclusão do pessoal do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal. Atrelação de dispositivo. (Decreto-lei nº 272, de 8-2-67).

— Dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. Reorganização. (Decreto-lei nº 317, de 13-3-67).

CORREÇÃO MONETÁRIA — Contratos à conta do Fundo da Marinha Mercante. Prêmio pago aos armadores nacionais. Financiamentos sob responsabilidade da Comissão de Marinha Mercante. (Decreto-lei nº 123, de 31-1-67).

— Estímulos fiscais à capitalização das empresas. Compra de ações. Paridade de pagamento de débitos fiscais. (Decreto-lei nº 157, de 10-2-67).

— Bens do ativo imobilizado do capital das empresas concessionárias dos serviços portuários. (Decreto-lei nº 188, de 23-2-67).

CORREGEDOR — Atribuições. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. (Decreto-lei nº 229, de 28-2-67).

COUROS — De anfíbios e répteis, em bruto. Exportação. Proibição. (Lei nº 5.197, de 3-1-67).

CRÉDITO RURAL — Dispõe sobre os títulos de crédito rural. (Decreto-lei nº 167, de 14-2-67).

CREDITOS — Orçamentários e adicionais. Normas para utilização. (Decreto-lei nº 96, de 30-12-66).

CRIME DE RESPONSABILIDADE — Prefeitos e Vereadores. (Decreto-lei nº 201, de 27-2-67).

— Ação pública. (Lei nº 5.249, de 9-2-67).

CUSTAS — Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal. (Decreto-lei nº 115, de 25-1-67). — Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. (Decreto-lei nº 229, de 28-2-67). — Codificação. (Decreto-lei nº 246, de 28-3-67).

CUSTO DE VIDA — Contenção de preços. Altera o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 38, de 1966. (Decreto-lei nº 130, de 31-1-67).

— Modifica o art. 1º do Decreto-lei nº 38, de 1966. (Decreto-lei número 156, de 10-2-67).

D

DEBENTURES — Deságio. Desconto do imposto de renda na fonte. (Decreto-lei nº 100, de 10-1-67).

— Incentivo à compra. Imposto de renda. (Decreto-lei nº 157, de 10-2-67).

DÉBITOS FISCAIS — Facilidade de pagamento. Estímulos fiscais à capitalização das empresas. Compra de ações. Imposto de renda. (Decreto-lei nº 157, de 10-2-67). — Retificação do Decreto-lei nº 157, de 1967. (Decreto-lei nº 238, de 28-2-67).

DECISÃO — Eficácia. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. (Decreto-lei nº 229, de 28-2-67).

DECLARAÇÃO DE BENS — Existentes no exterior. Imposto de Renda. (Decreto-lei nº 94, de 30-12-66).

— Imposto de Renda. Alteração. (Decreto-lei nº 109, de 18-1-67).

DECRETO Nº 24.447, DE 1934 — Acresce os itens 5, 6 e 7 ao § 2º do seu art. 4º. (Decreto-lei nº 83, de 26-12-66).

DECRETO Nº 24.511, DE 1934 — Revoga o parágrafo único do seu art. 2º. (Decreto-lei nº 83, de 26-12-66).

DECRETO Nº 30.694, DE 1952 — Revogação. Distribuição de cotas de borracha. (Lei nº 5.227, de 18-1-67).

DECRETO Nº 35.371, DE 1954 — Revogação. Fomento da produção da borracha. Cooperação de empresas. (Lei nº 5.227, de 18-1-67).

DECRETO Nº 47.757, DE 1967 — Revogação. Zona Franca de Manaus. Regulamento. (Decreto-lei nº 288, de 1967).

DECRETO-LEI Nº 29, DE 1966 — Altera dispositivos seus. Empresas de navegação aérea. Concessões. Supressão. (Decreto-lei nº 106, de 16-1-67).

DECRETO-LEI Nº 32, DE 1966 — Código Brasileiro do Ar. Alterações. (Decreto-lei nº 234, de 28-2-67).

DECRETO-LEI Nº 38, DE 1966 — Altera o parágrafo único do seu artigo 1º. Custo de Vida. Contenção. (Decreto-lei nº 130, de 31-1-67).

— Modifica seu art. 1º. Contenção de preços. (Decreto nº 156, de 10-2-67).

DECRETO-LEI Nº 53, DE 1966 — Princípios e normas de organização de Universidades. Normas suplementares. (Decreto-lei nº 252, de 28-2-67).

DECRETO-LEI Nº 62, DE 1966 — Nova redação do § 4º, II, do seu art. 2º e revogação do seu artigo 13. Legislação do imposto de renda. (Decreto-lei nº 157, de 10-2-67).

DECRETO-LEI Nº 67, DE 1966 — Acrescenta um § 4º ao seu art. 21. Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro (CNLB). (Decreto-lei nº 306, de 28-2-67).

DECRETO-LEI Nº 72, DE 1966 — Ratifica o sistema de remuneração nos órgãos de deliberação coletiva na previdência social, a que se refere o seu art. 26. (Decreto-lei número 110, de 23-1-67).

— Nova redação ao seu art. 43. Previdência Social. (Decreto-lei número 129, de 31-1-67).

DECRETO-LEI Nº 73, DE 1966 — Ratifica dispositivos. Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). (Decreto-lei nº 168, de 14-2-67).

DECRETO-LEI Nº 79, DE 1966 — Altera a redação do seu art. 22. Produtos agropecuários. Preços mínimos. Financiamentos. (Decreto-lei nº 124, de 31-1-67).

DECRETO-LEI Nº 81, DE 1966 — Alteração do seu art. 37. Abertura de crédito especial. Reajustamento de vencimentos. (Decreto-lei número 112, de 24-1-67).

- Modifica o § 1º do seu art. 23. Reajustamento de vencimentos. (Decreto-lei nº 176, de 15-2-67).
- Alteração. Reajustamento de vencimentos. Limites. (Decreto-lei número 177, de 16-2-67).
- Reajustamento de vencimentos. Inativos da Rede Ferroviária Federal S. A. Alteração parcial do seu art. 20. (Decreto-lei nº 294, de 28-2-67).
- DECRETO-LEI Nº 94, DE 1966 — Alteração. Imposto de Renda. (Decreto-lei nº 109, de 18-1-67).
- DECRETO-LEI Nº 113, DE 1967 — Alteração. (Decreto-lei nº 246, de 28-2-67).
- DECRETO-LEI Nº 137, DE 1967 — Revogação. Consolidação do Distrito Federal. (Decreto-lei nº 303, de 28-2-67).
- DECRETO-LEI Nº 149, DE 1967 — Reinclusão de pessoal do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal. Alteração do seu art. 1º. (Decreto-lei nº 272, de 28-2-67).
- DECRETO-LEI Nº 157, 1967 — Estímulos fiscais à capitalização das empresas. Compra de ações. Facilidade do pagamento de débitos fiscais. (Decreto-lei nº 238, de 28-2-67).
- DECRETO-LEI Nº 162, DE 1967 — Acrescenta parágrafo ao seu artigo 1º. Telecomunicações. (Decreto-lei nº 235, de 28-2-67).
- DECRETO-LEI Nº 227, DE 1967 — Dá nova redação ao seu preâmbulo e a dispositivos. (Decreto-lei número 318, de 14-3-67).
- DECRETO-LEI Nº 265, DE 1967 — Prorroga sua vigência. Cédula Industrial Pignoratícia. Duplicata. (Decreto-lei nº 320, de 29-3-67).
- DECRETO-LEI Nº 925, DE 1938 — Alteração. Código da Justiça Militar. (Decreto-lei nº 215, de 1967).
- DECRETO-LEI Nº 1.985, DE 1940 — Dá nova redação. Código de Minas (Decreto-lei nº 227, de 28-2-67).
- DECRETO-LEI Nº 5.894, DE 1943 — Revogação (Lei nº 5.197, de 3-1-67).
- DECRETO-LEI Nº 7.632, DE 1945 — Revogação. Taxas de melhoramentos e de Renovação Patrimonial (Decreto-lei nº 145, de 2-2-67).
- DECRETO-LEI Nº 9.330, DE 1946 — Revogação (Decreto-lei nº 94, de 30-12-66).
- DELEGACIA DO TESOUREO BRASILEIRO NO EXTERIOR — Dispõe sobre ele (Decreto-lei nº 310, de 28-2-67).
- DENTISTA — Registro de diploma (Decreto-lei nº 150, de 9-2-67).
- DEPARTAMENTO DE PORTOS, RIOS E CANAIS — Acrescenta § 7º ao art. 4º da Lei nº 4.985, de 1966 (Decreto-lei nº 140, de 2-2-67).
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM — Reorganização (Decreto-lei nº 122, de 31-1-67).
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS — Execução de obras de Engenharia Rural (Decreto-lei nº 138, de 2 de fevereiro de 1967).
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE SALÁRIO — Organização (Decreto-lei nº 213, de 27-2-67). — Organização (Decreto-lei nº 258, de 28-2-67).
- DEPUTADOS — Assembléias Legislativas Estaduais. Número (Ato Complementar nº 33, de 1937).
- DESÁGIO — Imposto de renda. Títulos da Dívida Pública Estadual (Decreto-lei nº 94, de 30-12-66). — Títulos da Dívida Pública. Desconto do imposto de renda na fonte (Decreto-lei nº 100, de 10-1-67).
- DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL — Publicações. Distribuição gratuita (Decreto-lei nº 102, de 13-1-67).
- DESAPROPRIAÇÕES — Registro do contrato-escritura de compra e venda (Decreto Legislativo nº 2, de 1967). — Prefeitura do Distrito Federal (Decreto-lei nº 203, de 27-2-67). — De imóveis residenciais em Brasília (Decreto-lei nº 223, de 28-2-67). — Declaração de utilidade pública. Hospital (Decreto-lei nº 251, de 28 de fevereiro de 1967). — Estado do Rio Grande do Sul. Cessão de quotas do Serviço Marítimo Sul Brasil Ltda. — SEMASUL (Lei nº 5.208, de 16-1-67).

— Laboratório Central de Controle de Drogas. Abertura de Crédito especial. Ministério da Saúde (Lei número 5.209, de 16-1-67).

DESPACHANTE ADUANEIRO — Utilização de serviços. Operações de Comércio exterior (Decreto-lei número 254, de 28-2-67).

DIPLOMAS — Expedidos por Escolas ou Faculdades de Medicina e de Farmácia. Dispensa de Registro no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia (Decreto-lei nº 150, de 9-2-67).

DIRETRIZES E BASES DA CARTOGRAFIA BRASILEIRA — Fixação (Decreto-lei nº 243, de 28-2-67).

DISPENSA — De empregados. Cadastro permanente (Decreto-lei número 193, de 24-2-67).

DISTINÇÃO PARLAMENTAR — Instituição (Decreto Legislativo nº 4, de 1967).

DISTRITO FEDERAL — Regulamentação o Sistema Tributário (Decreto-lei nº 82, de 26-12-66).

— Orçamento. Alteração (Decreto-lei nº 87, de 28-12-66).

— Organização Judiciária. Alteração (Decreto-lei nº 113, de 25-1-67).

— Política de Consolidação. Criação da Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRAS). Extinção do Grupo de Trabalho de Brasília — G.T.B. (Decreto-lei nº 137, de 2-2-67).

— Prefeitura. Desapropriações (Decreto-lei nº 203, de 27-2-67).

— Organização Judiciária. Modificação (Decreto-lei nº 246, de 28-2-67).

— Organização da Justiça de primeira instância. Modificação (Decreto-lei nº 253, de 28-2-67).

— Sistema de Classificação de Cargos. Quadros de pessoal (Decreto-lei número 274, de 28-2-67).

— Política de Consolidação (Decreto-lei nº 302, de 28-2-67).

— Organiza a Secretaria de Segurança Pública (Decreto-lei nº 315, de 13-3-67).

— Secretaria de Finanças. Abertura de créditos especiais (Lei nº 5.236, de 20-1-67).

— Prefeitura. Transferência de recursos para o IBGE (Lei nº 5.238, de 31-1-67).

DÍVIDA ATIVA — Normas sobre arrecadação. Lançamento e cobrança do imposto sobre a propriedade territorial rural (Decreto-lei nº 57, de 18-11-66).

DÍVIDA PÚBLICA INTERNA FUNDADA FEDERAL — Resgate de títulos (Decreto-lei nº 263, de 28-2-67).

DOAÇÕES — Academia Brasileira de Letras (Decreto-lei nº 232, de 28 de fevereiro de 1967).

— Universidade Federal do Rio de Janeiro (Decreto-lei nº 233, de 28 de fevereiro de 1967).

— Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social MUDES (Lei nº 5.229, de 18-1-67).

DUPLICATA — Altera disposições sobre a duplicata (Decreto-lei número 265, de 28-2-67).

— Prorroga a vigência do Decreto-lei nº 265, de 1967 (Decreto-lei nº 320, de 29-3-67).

E

ELEIÇÕES — Sindicais. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 229, de 28-2-67).

EMBARCAÇÕES — De pesca. Conceito. Exigências (Decreto-lei nº 221, de 28-2-67).

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S. A. — Constituição em sociedade de economia mista (Decreto-lei nº 155, de 10-2-67).

EMPRESAS DE MINERAÇÃO — Constituição. (Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967).

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO AÉREA — Supressão de concessões. Alteração (Decreto-lei nº 106, de 16-1-67).

EMPRESAS PESQUEIRAS — Conceito de "indústria da pesca". Operações de captura e transformação do pescado. Exigências (Decreto-lei nº 221, de 28-2-67).

EMPRÉSTIMO — Contraído no Exterior destinado à construção e venda de habitações (Decreto-lei nº 283, de 28-2-67).

ENERGIA ELÉTRICA — Racionamento. Horário de trabalho nas empresas (Decreto-lei nº 133, de 1 de fevereiro de 1967).

ENGENHEIRO — Regula o exercício da profissão (Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966).

ENGENHEIRO AGRÔNOMO — Regula o exercício da profissão (Lei nº 5.194, de 24-12-66).

ENGENHEIRO DE OPERAÇÃO — Regulamento da profissão (Decreto-lei nº 241, de 28-2-67).

ENSINO SUPERIOR — Reformula a organização da representação estudantil (Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967).

ENTIDADES FILANTRÓPICAS — Aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Decreto-lei nº 194, de 24-2-67).

ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO — Denominação e finalidade (Decreto-lei nº 206, de 27-2-67).

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS (ENCE) — Atribuições (Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967).

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA GUANABARA — Nova denominação (Decreto-lei nº 181, de 17-2-67).

ESCRIVÃO ELEITORAL — Atualização do valor da gratificação (Lei nº 5.225, de 17-1-67).

ESPAÇO AÉREO — Concessão de uso (Decreto-lei nº 271, de 28-2-67).

ESTADO DA BAHIA — Auxílio financeiro. Abertura de crédito especial (Decreto-lei nº 307, de 28-2-67).

ESTADO DA GUANABARA — Convênio com o Governo Federal. Pessoal do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal (Decreto-lei nº 149, de 8-2-67).

ESTADO DO ACRE — Instalação, organização e funcionamento. Abertura de crédito especial (Lei número 5.234, de 20-1-67).

ESTADOS — Hasteamento, pelo Congresso Nacional, das suas bandeiras (Decreto Legislativo nº 4, de 1967).

ESTADOS — Partidos políticos. Gabinetes Executivos Regionais (Ato Complementar nº 32, de 1967).

ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL — Organização da vida rural, investidura das Associações Rurais nas funções e prerrogativas do órgão sindical (Decreto-lei nº 148, de 8-2-67).

ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL — Altera dispositivos da Lei nº 4.214, de 1963 (Decreto-lei nº 276, de 28-2-67).

ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL — Penalidades pela falta de pagamento da contribuição sindical rural (Decreto-lei nº 300, de 28 de fevereiro de 1967).

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO — Aposentadoria integral. Doença de Parkinson (Lei nº 5.233, de 20 de janeiro de 1967).

ESTUDANTE — Reformula a organização da representação estudantil (Decreto-lei nº 228, de 28-2-67).

EXÉRCITO — Criação e organização do Quadro de Material Bélico e extinção do Quadro de Técnico da Ativa. Alteração e revogação de dispositivos da Lei nº 3.654, de 1959 (Decreto-lei nº 132, de 31-1-67).

EXPORTAÇÃO — Para o Exterior, de peles e couros de anfíbios e répteis, em bruto. Proibição (Lei nº 5.197, de 3-1-67).

F

FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES S. A. — Elevação do capital e transferência para o setor privado (Decreto-lei nº 108, de 13-1-67).

FACULDADES — Denominação da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Ceará (Lei número 5.201, de 12-1-67).

— Desdobramento em duas unidades universitárias distintas (Lei nº 5.207, de 16-1-67).

— Criação de cargos de professor catedrático (Lei nº 5.241, de 31-1-67).

FAISCAÇÃO — Conceituação (Decreto-lei nº 227, de 28-2-67).

FARMACÊUTICO — Registro de diploma (Decreto-lei nº 150, de 9 de fevereiro de 1967).

FAUNA — Proteção (Lei nº 5.197, de 31-1-67).

FEDERAÇÕES — Das categorias econômicas e profissionais. Depósitos bancários (Decreto-lei nº 151, de 9 de fevereiro de 1967).

— Pescadores. Reorganização (Decreto-lei nº 221, de 28-2-67).

FILMES — Fixa em 10% *ad valorem* a alíquota incidente sobre películas destinadas à fabricação de filmes fotosensíveis (Lei nº 5.240, de 31 de janeiro de 1967).

FUNCIONÁRIO PÚBLICO — Agente Fiscal das Rendas Internas. Lotação. (Decreto-lei nº 176, de 15 de fevereiro de 1967).

— Vencimentos. Limites. (Decreto-lei nº 177, de 16-2-67).

— Polícia Civil. Regime Jurídico. Modificação. (Decreto-lei nº 247, de 28-2-67).

— Reorganiza o Grupo Ocupacional P-1700 — Medicina, Farmácia e Odontologia. (Decreto-lei nº 299, de 28-2-67).

— Aposentadoria integral. Doença de Parkinson. (Lei nº 5.233, de 20 de janeiro de 1967).

— Aposentadoria. IAPFESP. Pagamento de proventos e vantagens. (Lei nº 5.235, de 20-1-67).

FUNDAÇÃO — Constituição da denominada Grupo de Estudos de Integração da Política Rodoviária — GEIPOT. (Decreto-lei nº 135, de 2-2-67).

— Instituição da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967).

— Instituição da Fundação Interestadual para o Desenvolvimento do Vale do Tocantins-Araguaia e Paraguai-Cuiabá (FIRTOP). (Decreto-lei nº 179, de 16-2-67).

— Universidade Federal de Sergipe. Instituição. (Decreto-lei nº 269, de 28-2-67).

— Cria o Centro Brasileiro de TV Educativa. (Lei nº 5.198, de 3 de janeiro de 1967).

— Abertura de crédito especial. Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais. Fundação Brasil Central. (Lei número 5.203, de 12-1-67).

— Fundação Serviço Especial de Saúde Pública. Abertura de crédito especial. (Lei nº 5.237, de 31-1-67).

— Fundação Darcy Vargas. Reavaliação de transferência de terreno acrescido de marinha. (Lei número 252, de 9-3-67).

FUNDO AEROMARÍTIMO — Criação. (Decreto-lei nº 270, de 28-2-67).

FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇO — Aplicação da legislação às entidades de fins filantrópicos. (Decreto-lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967).

FUNDO DE INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS — Abertura de crédito especial. Ministério da Fazenda. (Lei nº 5.226, de 17-1-67).

FUNDO DE MARINHA MERCANTE — Contratos a sua conta. Correção monetária. (Decreto-lei nº 123, de 31-1-67).

— Abertura de crédito especial. M.V.O.P. (Decreto-lei nº 191, de 24-2-67).

FUNDO DE MELHORAMENTOS. — Estradas de Ferro. Nova redação do art. 7º da Lei nº 5.165, de 1966 (Decreto-lei nº 118, de 31-1-67).

FUNDO DE METEOROLOGIA (FUMET) — Criação (Decreto-lei número 240, de 28-2-67).

FUNDO DE RENOVACÃO PATRIMONIAL — Estradas de Ferro. Nova redação do art. 7º da Lei número 5.165, de 1966 (Decreto-lei nº 118, de 31-1-67).

FUNDO ESPECIAL DA SUPERINTENDÊNCIA DA BORRACHA — Constituição (Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967). — Modificação da Política Econômica da Borracha (Decreto-lei nº 164, de 13-2-67).

FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO — Recursos da Fauna. Recolhimento (Lei nº 5.197, de 3-1-67).

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO — Abertura de crédito especial. Ministério das Minas e Energia (Lei nº 5.228, de 18-1-67).

FUNDO NACIONAL DE INVESTIMENTOS FERROVIÁRIOS — Nova redação do art. 7º da Lei número 5.165, de 1966 (Decreto-lei número 118, de 31-1-67).

FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL

— Redistribuição (Decreto-lei número 208, de 27-2-67).

FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL DE BRASÍLIA

— Incorporação de saldos de dotações orçamentárias, consignados à favor do Grupo de Trabalho de Brasília (Decreto-lei nº 202, de 27-2-67).

FUSÃO DE EMPRESAS

— Tratamento fiscal das pessoas jurídicas (Decreto-lei nº 285, de 28-2-67).

G

GARIMPAGEM — Conceituação (Decreto-lei nº 227, de 28-2-67).

GARIMPEIRO — Conceituação (Decreto-lei nº 227, de 28-2-67).

GORGETA — Conceituação. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967).

GRATIFICAÇÕES — Atualização de valor. Membros dos Tribunais Eleitorais, Procurador-Geral e Procuradores Regionais Eleitorais e Juizes e Escrivães Eleitorais (Lei número 5.225, de 17-1-67).

— Serviço de natureza especial. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Abertura de crédito especial (Lei nº 5.230, de 19-1-67).

GRUPO DE ESTUDOS DE INTEGRAÇÃO DA POLÍTICA RODOVIÁRIA — GEIPOT — Fundação. Constituição (Decreto-lei nº 135, de 2-2-67).

GRUPO DE TRABALHO DE BRASÍLIA — G.T.B. — Extinção (Decreto-lei nº 137, de 2-2-67).

— Extinção (Decreto-lei nº 302, de 28-2-67).

GRUPO EXECUTIVO DE INTEGRAÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES — GEIPOT — Dispõe sobre os contratos celebrados (Decreto-lei nº 135, de 2-2-67).

— Abertura de crédito especial (Decreto-lei nº 304, de 28-2-67).

— Abertura de crédito especial. M.V.O.P. (Lei nº 5.206, de 16 de janeiro de 1967).

H

HABITAÇÃO — Empréstimos contraídos no Exterior destinados à construção e venda de habitações (Decreto-lei nº 283, de 28-2-67).

HEMOTERAPIA — Registro dos órgãos executivos de atividades hemoterápicas (Decreto-lei nº 211, de 27-2-64).

HORÁRIO DE TRABALHO — Nas empresas. Racionamento de energia elétrica (Decreto-lei nº 133, de 1-2-67).

HOSPITAIS — Desapropriações — Declaração de utilidade pública (Decreto-lei nº 251, de 28-2-67).

I

IMÓVEIS DA UNIÃO — Cessão (Decreto-lei nº 178, de 16-2-67).

IMPORTAÇÃO — Pesca — SUDEPE. Isenção fiscal (Decreto-lei número 221, de 28-2-67).

— Isenção fiscal. VARIG (Lei número 5.216, de 16-1-67).

— Isenção fiscal. Companhia Estadual de Águas da Guanabara (Lei nº 5.223, de 17-1-67).

— Isenção Fiscal. Rádio Difusora do Maranhão Ltda. (Lei nº 5.224, de 17-1-67).

— Equipamento para execução de projetos industriais Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas (Lei nº 5.247, de 2-2-67).

IMPOSTO DE CONSUMO — Revogação do inciso XXIV do art. 7º da Lei nº 4.502, de 1964, a partir de 1-2-67 (Decreto-lei nº 104, de 13-1-67).

— Companhia de Transportes Urbanos (CTU). Isenção (Decreto-lei nº 311, de 28-2-67).

— Isenção fiscal. Companhia Estadual de Águas da Guanabara (Lei nº 5.223, de 17-1-67).

— Isenção fiscal. Borracha e derivados (Lei nº 5.227, de 18-1-67). — Modificação da Legislação da Política Econômica da Borracha (Decreto-lei nº 164, de 13-2-67).

IMPOSTO DE FARÓIS — Excesso de arrecadação. Abertura de crédito especial. Ministério da Marinha (Lei nº 5.200, de 12-1-67).

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO — Redução de alíquotas (Decreto-lei número 169, de 14-2-67).

— Pesca. Isenção fiscal (Decreto-lei nº 221, de 28-2-67).

— Altera os arts. 48 e 53 do Decreto-lei nº 37, de 1966 (Decreto-lei número 277, de 28-2-67).

— Zona Franca de Manaus. Isenção (Decreto-lei nº 288, de 28-2-67).

— Companhia de Transportes Urbanos (CTU). Isenção (Decreto-lei nº 311, de 28-2-67).

IMPOSTO DE RENDA — Altera a legislação (Decreto-lei nº 24, de 30 de dezembro de 1966).

— Deságio. Desconto na fonte (Decreto-lei nº 100, de 10-1-67).

— Altera o Decreto-lei nº 94, de 1966, Declaração de Bens (Decreto-lei nº 109, de 18-1-67).

— Estímulos fiscais à capitalização das empresas. Compra de ações. Facilidade do pagamento de débito. Facilidade do pagamento de débitos fiscais (Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967).

— Transferência de juros para o Exterior. Acôrdo tributário. Isenção ou redução (Decreto-lei nº 165, de 13-2-67).

— Estímulos fiscais à capitalização das empresas. Compra de ações. Facilidade do pagamento dos débitos fiscais. Retificação (Decreto-lei nº 238, de 28-2-67).

— Incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental e da Faixa de Fronteiras abrangida pela Amazônia (Decreto-lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967).

IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL — Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança. Arrecadação de Dívida Ativa (Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966).

IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS — Concessão de isenções, reduções e outros favores fiscais (Ato Complementar nº 34, de 1967).

— Bens de capital de origem estrangeira. Cálculo de imposto (Ato Complementar nº 36).

— Demonstrativo dos preços de venda dos produtos ou mercadorias das empresas industriais e comerciais (Decreto-lei nº 156, de 10-2-67).

— Cobrança sobre os derivados de petróleo (Decreto-lei nº 208, de 27 de fevereiro de 1967).

— Derivados de petróleo. Cobrança. Prorrogação de prazo (Decreto-lei nº 319, de 27-3-67).

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS — Altera a legislação (Decreto-lei nº 104, de 13 de janeiro de 1967).

— Altera alíquotas (Decreto-lei número 116-A, de 27-1-67).

— Demonstrativo dos preços de venda dos produtos ou mercadorias das empresas industriais e comerciais (Decreto-lei nº 156, de 10-2-67).

— Borracha. Látices Vegetais. Isenção (Decreto-lei nº 164, de 13 de fevereiro de 1967).

— Pesca. Isenção fiscal. (Decreto-lei nº 221, de 28-2-67).

— Zona Franca de Manaus. Isenção. (Decreto-lei nº 288, de 28-2-67).

IMPOSTO SOBRE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS — Instituição. (Decreto-lei nº 284, de 28-2-67).

IMPOSTO ÚNICO — Incidente sobre águas minerais industrializadas. Cálculo. (Decreto-lei nº 134, de 2 de fevereiro de 1967).

IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS — Altera a redação do artigo 11 da Lei nº 4.425, de 1964. (Decreto-lei nº 125, de 31-1-67).

INCORPORAÇÃO DE EMPRESAS — Tratamento fiscal das pessoas jurídicas. (Decreto-lei nº 285, de 28 de fevereiro de 1967).

INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS — Conceito da expressão. (Decreto-lei nº 192, de 24-2-67).

INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA BRASILEIRA — Utilização. (Decreto-lei nº 270, de 28 de fevereiro de 1967).

INSTITUTO BORGES DA COSTA — Incorporação à Universidade Federal de Minas Gerais. (Decreto-lei nº 186, de 23-2-67).

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA (IBE) — Atribuições. (Decreto-lei nº 161, de 13-2-67).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOLOGIA (IBG) — Atribuições. (Decreto-lei nº 161, de 13-2-67).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) — Revigora crédito especial. (Decreto-lei nº 222, de 28 de fevereiro de 1967).

— Prefeitura do Distrito Federal. Transferência de recursos. (Lei nº 5.238, de 31-1-67).

INSTITUTO BRASILEIRO DO DESENVOLVIMENTO FLORESTAL — Criação. (Decreto-lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967).

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL — Dispõe sobre sua receita. (Decreto-lei nº 308, de 28 de fevereiro de 1967).

INSTITUTO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL — Unificação. Remuneração nos órgãos de deliberação coletiva. Ratificação do sistema. (Decreto-lei nº 110, de 23-1-67).

— Dispõe sobre sua administração. (Decreto-lei nº 225, de 28-2-67).

— Venda de terrenos a entidades do Sistema Financeiro da Habitação. (Decreto-lei nº 262, de 28-2-67).

INSTITUTO NACIONAL DO CINEMA — Recursos financeiros. (Decreto-lei nº 173, de 15-2-67).

INSTITUTO NACIONAL DO MATE — Extinção. (Decreto-lei nº 281, de 28-2-67).

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES — Unificação. Remuneração nos órgãos de deliberação coletiva. Ratificação do sistema. (Decreto-lei nº 110, de 23 de janeiro de 1967).

— IAPFESP. Aposentadoria. Servidor público e autárquico. Pagamento de proventos e vantagens. (Lei nº 5.235, de 20-1-67).

— IAPFESP. Abertura de crédito especial. (Lei nº 5.245, de 31-1-67).

INTERVENTORES MUNICIPAIS — Mandatos. Duração. (Ato Complementar nº 33, de 1967).

INVERTEBRADOS — Exploração dos campos naturais de invertebrados. Condições. (Decreto-lei número 221, de 28-2-67).

ISENÇÃO FISCAL — Imposto sobre circulação de mercadorias. (Ato Complementar nº 34, de 1967).

— Imposto de renda. Transferência de juros para o exterior. Acórdão tributário. Redução. (Decreto-lei nº 165, de 13-2-67).

— Pesca. (Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967).

— Zona Franca de Manaus. Impostos de importação e sobre produtos industrializados. (Decreto-lei nº 288, de 28-2-67).

— Companhia de Transportes Urbanos (CTU). Impostos de importação e de consumo. Taxa de despacho aduaneiro. (Decreto-lei número 311, de 28-2-67).

— Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. (Lei nº 5.204, de 12 de janeiro de 1967).

— Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Limitada. (Lei nº 5.205, de 12-1-67).

— Importação. VARIG. Lei número 5.216, de 16-1-67).

— Importação. Companhia Estadual de Águas da Guanabara. (Lei número 5.223, de 17-1-67).

— Imposto de importação. Rádio Difusora do Maranhão Ltda. (Lei nº 5.224, de 17-1-67).

— Imposto de consumo. Borracha e derivados. (Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967).

— Imposto sobre produtos industrializados. Látices vegetais. (Decreto-lei nº 164, de 13-2-67).

— Importação. Equipamentos para execução de projetos industriais. Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas. (Lei nº 5.247, de 2 de fevereiro de 1967).

J

JOSE FRANCISCO DE ARAÚJO — Ex-cabo do Exército. Concessão de reforma. Registro. (Decreto Legislativo nº 3, de 1967).

JUIZES — Ver: Magistrado.

JUNTA COMERCIAL. — Distrito Federal. Tabela de Taxas e Emolumentos. Instalação, organização e funcionamento. (Decreto-lei número 144, de 2-2-67).

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO — Presidência. Vogais. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. (Decreto-lei nº 229, de 28-2-67).

JUROS — De debêntures ou obrigações ao portador. Cláusula de conversibilidade em ações. Regime de tributação. (Decreto-lei nº 94, de 30-12-66).

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL — De primeira instância. Organização. Modificação. (Decreto-lei nº 253, de 28-2-67).

JUSTIÇA MILITAR — Ministério Público. Alterações. (Decreto-lei nº 267, de 28-2-67).

L

LAVRA — Conceito. (Decreto-lei nº 227, de 28-2-67).

LEI Nº 86, DE 1947 — Revogação. Assistência Econômica da Borracha. (Lei nº 5.227, de 18-1-67).

LEI Nº 1.184, DE 1950 — Revogação. Borracha. (Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967).

LEI Nº 1.506, DE 1951 — Revogação. Cereais. Preços mínimos. (Decreto-lei nº 124, de 31-1-67).

LEI Nº 1.711, DE 1952 — Altera o item III do seu art. 178. Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. Aposentadoria integral. Doença de Parkinson. (Lei nº 5.233, de 20-1-67).

LEI Nº 3.173, DE 1957 — Altera disposições suas. Zona Franca de Manaus. Revogação. (Decreto-lei número 288, de 28-2-67).

LEI Nº 3.222, DE 1957 — Acrescenta parágrafo único ao seu art. 16. Ingresso de subtenente no QOA e no QOE. (Decreto-lei nº 182, de 20-2-67).

LEI Nº 3.501, DE 1958 — Revogação. Aposentadoria do aeronauta. (Decreto-lei nº 158, de 10-2-67).

LEI Nº 3.654, DE 1959 — Altera e revoga dispositivos. Criação e organização do Quadro de Material Bélico e extinção do Quadro de Técnico da Ativa. (Decreto-lei nº 132, de 31-1-67).

LEI Nº 3.765, DE 1960 — Altera os seus arts. 21 e 22 e §§. (Decreto-lei nº 197, de 24-2-67).

LEI Nº 4.117, DE 1962 — Código Brasileiro de Telecomunicações. Complementa e modifica. (Decreto-lei nº 263, de 28-2-67).

LEI Nº 4.131, DE 1962 — Revoga seus arts. 17, 18 e 19. (Decreto-lei nº 94, de 30-12-66).

LEI Nº 4.214, DE 1963 — Estatuto do Trabalhador Rural. Altera dispositivos seus. (Decreto-lei nº 272, de 28-2-67).

LEI Nº 4.262, DE 1963 — Revogação. Aposentadoria do aeronauta. (Decreto-lei nº 158, de 10-2-67).

LEI Nº 4.263, DE 1963 — Revogação. Aposentadoria do aeronauta. (Decreto-lei nº 158, de 10-2-67).

LEI Nº 4.328, DE 1964 — Altera o seu art. 187. Código de Vencimentos dos Militares. (Decreto-lei nº 196, de 24-2-67).

LEI Nº 4.425, DE 1964 — Altera a redação do seu art. 11. Imposto único sobre minerais. (Decreto-lei nº 124, de 31-1-67).

LEI Nº 4.448, DE 1964 — Alteração. Promoções dos Oficiais do Exército. (Decreto-lei nº 309, de 28 de fevereiro de 1967).

LEI Nº 4.494, DE 1964 — Acrescenta parágrafos ao seu art. 33. Locação de prédios urbanos. (Lei nº 5.232, de 20-1-67).

LEI Nº 4.502, DE 1964 — Revogação do inciso XXIV do seu art. 7º, a partir de 1-2-67. Imposto de Consumo. (Decreto-lei nº 104, de 13 de janeiro de 1967).

LEI Nº 4.506, DE 1964 — Restabelece o disposto no art. 38 e seus §§. (Decreto-lei nº 94, de 30-12-66).

LEI Nº 4.595, DE 1964 — Modificação Conselho Monetário Nacional. Recolhimento do total dos depósitos das instituições financeiras. Eleição do percentual. (Decreto-lei nº 108, de 17-1-67).

- LEI Nº 4.712, DE 1965 — Revogação. Banco de Crédito da Borracha So-18-1-67).
- LEI Nº 4.728, DE 1965 — Disciplina cidade Anônima. (Lei nº 5.227, de o disposto no seu art. 53. Mercado de capitais. Imposto de renda na fonte. (Decreto-lei nº 100, de 10-1-67).
- LEI Nº 4.878, de 1965 — Regime jurídico da Polícia Civil. Modificação do seu art. 4º. (Decreto-lei nº 247, de 28-2-67).
- LEI Nº 4.923, DE 1965 — Altera a redação dos arts. 10 e 11. Cadas-tro permanente das admissões e dispensas de empregados. (Decreto-lei nº 193, de 24-2-67).
- LEI Nº 4.985, DE 1965. — Acrescenta § 7º ao seu art. 4º. D. P. R. C. (Decreto-lei nº 140, de 2-2-67).
- LEI Nº 5.010, DE 1966 — Organização da Justiça do Distrito Federal de primeira instância. Modificação. (Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967).
- LEI Nº 5.020, DE 1966 — Nova redação de dispositivos seus. Promoções de Oficiais de Aeronáutica. (Decreto-lei nº 174, de 15-2-67).
- LEI Nº 5.049, DE 1966 — Exclusão do sistema de alienação compulsória dos imóveis de propriedade da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS e do Banco do Brasil S. A. (Decreto-lei nº 163, de 13-2-67).
- LEI Nº 5.074, DE 1966 — Alteração. Promoções dos Oficiais do Exército. (Decreto-lei nº 309, de 28 de fevereiro de 1967).
- LEI Nº 5.108, DE 1966 — Código Nacional de Trânsito. Modificação. (Decreto-lei nº 237, de 28-2-67).
- LEI Nº 5.159, DE 1966 — Modificação de dispositivo. Abertura de crédito especial. Seguro de crédito à exportação. (Decreto-lei número 101, de 11-1-67).
- LEI Nº 5.165, DE 1966 — Nova redação do seu art. 7º. Taxas. Estradas de Ferro. Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários. Fundo de Melhoramentos. Fundo de Renovação Patrimonial. (Decreto-lei nº 118, de 31-1-67).
- LEI Nº 5.172, DE 1966 — Alteração. Sistema Tributário Nacional. (Ato Complementar nº 35).
- LEI Nº 5.189, DE 1966 — Alteração. Orçamento Geral da União. (Decreto-lei nº 111, de 24-1-67).
- Alteração. Presidência da República. Orçamento Geral da União. (Decreto-lei nº 136, de 2-2-67).
- Retificação. Orçamento Geral da União. (Decreto-lei nº 183, de 21 de fevereiro de 1967).
- LEI Nº 5.227, DE 1967 — Modifica dispositivos seus. Política Econômica da Borracha. (Decreto-lei número 164, de 13-2-67).
- LEI Nº 5.250, DE 1967 — Altera dispositivos seus. Lei de Imprensa. (Decreto-lei nº 207, de 27-2-67).
- LEI DE IMPRENSA — Altera dispositivos seus. (Decreto-lei nº 207, de 27-2-67).
- Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. (Lei nº 5.250, de 9-2-67).
- LEI DELEGADA Nº 2, DE 1962 — Revogação. Cereais. Preços mínimos. (Decreto-lei nº 124, de 31 de janeiro de 1967).
- LEI ORGÂNICA DA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL — Nova lei. (Decreto-lei nº 147, de 3-2-67).
- Alteração. (Decreto-lei nº 231, de 28-2-67).
- LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO — Aprovação. (Decreto-lei nº 199, de 25-2-67).
- LETRAS DE CAMBIO — Deságio. Desconto do imposto de renda na fonte. (Decreto-lei nº 100, de 10 de janeiro de 1967).
- Regularização de emissões ilegais de títulos. (Decreto-lei nº 286, de 28-2-67).
- LICENÇAS — Armadores de Pesca. Cientistas. (Decreto-lei nº 221, de 28-2-67).
- LIVRO DIDÁTICO — Proteção da fauna. (Lei nº 5.197, de 3-1-67).
- LIVROS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL — Obrigatoriedade. Legalização. (Decreto-lei nº 305, de 28 de fevereiro de 1967).

LOCAÇÃO DE PRÉDIOS — Acrescenta parágrafos ao art. 33 da Lei nº 4.494, de 1964. (Lei nº 5.232, de 20-1-67).

LOTEAMENTO — Urbano. Responsabilidade do loteador. Concessão de uso do espaço aéreo. (Decreto-lei nº 271, de 28-2-67).

LOTERIA — Exploração. (Decreto-lei nº 204, de 27-2-67).

LUCRO IMOBILIÁRIO — Altera a legislação do Imposto de Renda. (Decreto-lei nº 94, de 30-12-66).

LUCRO OPERACIONAL — Das empresas de que trata o item IV do art. 40 da Lei nº 4.506, de 1964. Alteração do imposto de renda. (Decreto-lei nº 94, de 30-12-66).

M

MAGISTÉRIO — Publicações do Supremo Tribunal Federal. Distribuição gratuita. (Decreto-lei nº 102, de 13-1-67).

MAGISTRADO — Juizes eleitorais. Atualização do valor da gratificação. (Lei nº 5.225, de 17-1-67).

MAGISTRATURA — Publicações do Supremo Tribunal Federal. Distribuição gratuita. (Decreto-lei nº 102, de 13-1-67).

MANAUS — Regula a Zona Franca de Manaus. (Decreto-lei nº 288, de 28-2-67).

MANDATO — Municípios. Prorrogação. (Ato Complementar nº 37).

MEDICO — Registro de diploma. (Decreto-lei nº 150, de 9-2-67).

— Hemoterapia. Registro. (Decreto-lei nº 211, de 27-2-67).

MEIOR — Proteção ao trabalho do menor. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. (Decreto-lei nº 229, de 28-2-67).

MERCADO DE CAPITAIS — Deságio. Desconto do imposto de renda na fonte. (Decreto-lei nº 100, de 10 de janeiro de 1967).

MILITAR — Promoção. Aeronáutica. (Decreto-lei nº 174, de 15-2-67).

— Vencimentos. Limites. (Decreto-lei nº 177, de 16-2-67).

— Ingresso de Subtenente no QOA e no QOE. Acrescenta parágrafo único ao art. 16 da Lei nº 3.222, de 1957. (Decreto-lei nº 182, de 20 de fevereiro de 1967).

— Contribuições para a pensão militar. (Decreto-lei nº 196, de 24 de fevereiro de 1967).

— Pensão. Altera dispositivos da Lei nº 3.765, de 1960. (Decreto-lei número 197, de 24-2-67).

— Promoções. Alteração das Leis números 4.448, de 1964 e 5.074, de 1966. (Decreto-lei nº 309, de 28 de fevereiro de 1967).

— Criação do Quadro de Oficiais Engenheiros Aeronáuticos. (Decreto-lei nº 313, de 7-3-67).

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA — Abertura de crédito especial. Pagamento a diaristas. (Lei nº 5.248, de 2-2-67).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — Abertura de crédito especial. (Decreto-lei nº 219, de 28-2-67).

— Abertura de crédito especial. (Lei nº 5.246, de 31-1-67).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — Abertura de crédito especial. Prorrogação. (Decreto-lei nº 98, de 30-12-66).

— Abertura de crédito. Prorrogação. (Decreto-lei nº 99, de 30-12-66).

— Abertura de crédito especial. Incorporação de Escolas à Universidade Federal da Bahia. (Decreto-lei nº 250, de 28-2-67).

— Abertura de crédito especial. Conselho Federal de Cultura. (Decreto-lei nº 268, de 28-2-67).

— Abertura de crédito especial. Aquisição de imóvel. (Decreto-lei número 279, de 28-2-67).

— Abertura de crédito especial. Universidade Federal da Paraíba. (Decreto nº 5.217, de 16-1-67).

MINISTÉRIO DA FAZENDA — Abertura de crédito especial. (Decreto-lei nº 131, de 31-1-67).

— Modifica a legislação da Política Econômica da Borracha. (Decreto-lei nº 164, de 13-2-67).

- Abertura de crédito especial. XXII Reunião das Juntas de Governadores do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Corporação Financeira Internacional, Associação Internacional de Desenvolvimento e Fundo Monetário Internacional. (Decreto-lei nº 175, de 15-2-67)
- Abertura de crédito especial. Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Obras de adaptação. (Decreto-lei nº 180, de 16-2-67).
- Abertura de crédito especial. (Decreto-lei nº 218, de 28-2-67).
- Abertura de crédito especial. (Decreto-lei nº 230, de 28-2-67).
- Abertura de crédito especial: Inativos da Rede Ferroviária Federal S. A. (Decreto-lei nº 273, de 28 de fevereiro de 1967).
- Abertura de crédito especial. S.N.I. (Decreto-lei nº 282, de 28-2-67).
- Abertura de crédito especial. Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, na Bahia. (Lei nº 5.210, de 16 de janeiro de 1967).
- Abertura de crédito especial. Polícia Militar do Estado da Guanabara. (Lei nº 5.212, de 16-1-67).
- Abertura de crédito especial. Execução de sentença. Empresas VARIG e REAL. (Lei nº 5.214, de 16-1-67).
- Abertura de crédito especial. Reaparelhamento dos órgãos centrais e regionais do Departamento do Imposto de Renda. (Lei nº 5.215, de 16-1-67).
- Abertura de crédito especial. Ações da Companhia Vale do Rio Doce. (Lei nº 5.222, de 17-1-67).
- Abertura de crédito especial. Indenizações trabalhistas. (Lei nº 5.226, de 17-1-67).
- Abertura de crédito especial. Borracha. Constituição do Estoque de Reserva. (Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967).
- Doações. Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social "MUDES". (Lei nº 5.229, de 18-1-67).

— Abertura de crédito especial. I.A.P.F.E.S.P. (Lei nº 5.245, de 31-1-67).

— Abertura de crédito especial. Indenização à Companhia Port of Pará. (Lei nº 251, de 9-3-67).

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO — Abertura de crédito especial. Seguro de crédito à exportação. Modificação de dispositivo. (Decreto-lei nº 101, de 11-1-67).

— Abertura de crédito especial. Indenizações decorrentes de sentenças judiciais. (Decreto-lei nº 160, de 10 de fevereiro de 1967).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Abertura de crédito especial. Estado do Acre. (Lei nº 5.234, de 20-1-67).

MINISTÉRIO DA MARINHA — Abertura de crédito especial. Prorrogação de vigência. Despesas com reparos de navios. (Decreto-lei número 214, de 27-2-67).

— Abertura de crédito especial. Excesso de arrecadação do "Imposto de Faróis". (Lei nº 5.200, de 12 de janeiro de 1967).

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA — Abertura de crédito especial. (Decreto-lei nº 198, de 24 de fevereiro de 1967).

— Abertura de crédito especial. Fundo Federal de Eletrificação. (Lei nº 5.228, de 18-1-67).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO — Abertura de crédito especial. Integralização de capital de empresa pública. (Decreto-lei nº 298, de 28-2-67).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES — Abertura de crédito especial. Posse do Presidente da República. (Decreto-lei nº 217, de 28 de fevereiro de 1967).

— Abertura de crédito especial. Auxílio à Arquidiocese da Cidade do México. (Lei nº 5.202, de 12 de janeiro de 1967).

— Abertura de crédito especial. Visita de S. A. Eminentíssima Frei Angelo e Mojiana di Cologna. (Lei nº 5.220, de 17-1-67).

MINISTÉRIO DA SAÚDE — Abertura de crédito especial. Desapropriação. Laboratório Central de Controle de Drogas. (Lei nº 5.209, de 16-1-67).

— Abertura de crédito especial. Diferenças e vantagens decorrentes do enquadramento definitivo. (Lei número 5.218, de 16-1-67).

— Abertura de crédito especial. Fundação Serviço Especial de Saúde Pública. (Lei nº 5.237, de 31-1-67).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL — Abertura de crédito especial. (Lei número 5.246, de 31-1-67).

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Abertura de crédito especial. Fundo de Marinha Mercante. (Decreto-lei nº 191, de 24 de fevereiro de 1967).

— Abertura de crédito especial. Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT). (Decreto-lei nº 304, de 28-2-67).

— Abertura de crédito especial. Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT). (Lei nº 5.206, de 16-1-67).

— Abertura de crédito especial. Salário do pessoal da Companhia de Navegação Bahiana. (Lei nº 5.239, de 31-1-67).

— Abertura de crédito especial. Salário. Diferença. Administração do Porto do Rio de Janeiro. (Lei número 5.243, de 31-1-67).

— Abertura de crédito especial. (Lei nº 5.246, de 31-1-67).

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA A COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS — Abertura de crédito especial. Seção Brasileira da Comissão Mista da Lagoa Mirim. (Decreto-lei nº 275, de 28-2-67).

— Abertura de crédito especial. Fundação Brasil Central. (Lei nº 5.203, de 12-1-67).

MINISTÉRIO PÚBLICO — Do Distrito Federal. Criação de cargos. (Decreto-lei nº 114, de 25-1-67).

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO — Junto à Justiça Militar. Alterações. (Decreto-lei nº 267, de 28-2-67).

MOEDA DE PAGAMENTO — Das obrigações. Estipulações. (Decreto-lei nº 316, de 13-3-67).

MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (MUDES) — Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Doações. (Lei nº 5.229, de 18-1-67).

MULHER — Proteção ao trabalho da mulher. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. (Decreto-lei nº 229, de 28-2-67).

MULTAS ADMINISTRATIVAS — Processo. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. (Decreto-lei número 229, de 28-2-67).

MUNICÍPIOS — Mandatos eletivos. Prorrogação. (Ato Complementar nº 37).

N

NAVEGAÇÃO MARÍTIMA — Dispõe sobre o despacho de embarcações. (Decreto-lei nº 190, de 24-2-67).

NOTA PROMISSÓRIA RURAL — Aceitação pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo S. A. (Decreto-lei nº 220, de 28-2-67).

O

OBRAS — Contratação. Revisão de preços. (Decreto-lei nº 185, de 23-2-67).

OBRIGAÇÕES — Dispõe sobre as estipulações de moeda de pagamento das obrigações. (Decreto-lei número 316, de 13-3-67).

OBRIGAÇÕES AO PORTADOR — Deságio. Desconto do imposto de renda na fonte. (Decreto-lei número 100, de 10-1-67).

OBRIGAÇÕES DO REAPARELHAMENTO ECONÔMICO — Entrega. (Lei nº 5.199, de 12-1-67).

OBRIGAÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL — Autoriza a emissão e fixa a forma de liquidação das que foram adquiridas pelo Banco Central da República, do Brasil por antecipação de receita referente ao exercício de 1965. Prorrogação de prazo de vigência de crédito especial. (Decreto-lei nº 95, de 30-1-66).

ORÇAMENTO — Distrito Federal. Alteração. (Decreto-lei nº 87, de 28-12-66).

— Utilização dos créditos orçamentários e adicionais. (Decreto-lei número 96, de 30-12-66).

— Geral da União. Alteração Co. brança do Imposto sobre Operações Financeiras. (Decreto-lei nº 111, de 24-1-67).

— Geral da União. Presidência da República. Altera o Anexo 2. (Decreto-lei nº 136, de 2-2-67).

— Geral da União. Alteração. Transferência de verbas. (Decreto-lei número 170, de 15-2-67).

— Geral da União. Alteração. (Decreto-lei nº 171, de 15-2-67).

— Geral da União. Retificação. (Decreto-lei nº 183, de 21-2-67).

ORDEM POLÍTICA E SOCIAL — Define os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social. (Decreto-lei nº 314, de 13-3-67).

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL — Alteração. (Decreto-lei nº 113, de 25-1-67). — Modificação. (Decreto-lei nº 146, de 28-2-67).

P

PARTIDOS POLÍTICOS — Organização. (Ato Complementar nº 29, de 1966).

— Estados. Gabinetes Executivos Regionais. (Ato Complementar nº 32, de 1967).

PELES — De anfíbios e répteis, em bruto. Exportação. Proibição. (Lei nº 197, de 3-1-67).

PENSÕES — Concessão à cidadã portuguesa Mary Crispim Galvão. (Decreto-lei nº 187, de 23-2-67).

— Militar. Contribuições. (Decreto-lei nº 196, de 24-2-67).

— Militar. Altera dispositivos da Lei nº 3.765, de 1960. (Decreto-lei número 197, de 24-2-67).

— Concessão à Deolinda de Araújo Costa. (Lei nº 5.211, de 16-1-67).

— Concessão. Viúva de Alfredo da Silva Ferreira. (Lei nº 5.219, de 17 de janeiro de 1967).

— Concessão. Fausta Gama Ribeiro e Luci de Lima Campos e seus filhos menores. (Lei nº 5.221, de 17 de janeiro de 1967).

PETROLEO — Cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias. Redistribuição do Fundo Rodoviário Nacional. (Decreto-lei nº 208, de 27 de fevereiro de 1967).

PETROLEO BRASILEIRO S. A. — PETROBRAS — Patrimônio imobiliário. Exclusão do sistema de alienação compulsória. (Decreto-lei nº 163, de 13-2-67).

PESCA — Proteção e estímulos. (Decreto-lei nº 221, de 28-2-67).

PESQUISA — Mineral. Conceito. (Decreto-lei nº 227, de 28-2-67).

PESSOA JURÍDICA — Tratamento fiscal nos casos de fusão ou incorporação consideradas de interesse para a economia nacional. (Decreto-lei nº 285, de 28-2-67).

PLANO AEROVIAÁRIO NACIONAL — Constituição. (Decreto-lei nº 270, de 28-2-67).

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA FRONTEIRA SUDOESTE — Dispõe sobre o Plano. (Decreto-lei nº 301, de 28-2-67).

PLANO FERROVIÁRIO NACIONAL — Modificações. (Decreto-lei número 143, de 2-2-67).

PLANO NACIONAL DE CULTURA — Custeio. (Decreto-lei nº 242, de 28 de fevereiro de 1967).

PLANO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — Instituição. (Decreto-lei nº 161, de 13-2-67).

PLANO NACIONAL DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA TERRESTRE — Instituição. (Decreto-lei nº 161, de 13-2-67).

PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO — Patrimônio imobiliário da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobras e do Banco Brasil S. A. Exclusão do sistema de alienação compulsória. (Decreto-lei nº 163, de 13 de fevereiro de 1967).

PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO — Modificações no Plano Ferroviário Nacional. (Decreto-lei nº 143, de 2 de fevereiro de 1967).

PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL — Aprovação. (Decreto-lei nº 142, de 2-2-67).

PODER EXECUTIVO — Abertura de crédito especial. Reajustamento de vencimentos. (Decreto-lei nº 112, de 24-1-67).

POLÍCIA CIVIL — Regime jurídico. Modificação. (Decreto-lei nº 247, de 28-2-67).

POLÍCIA MILITAR — Convênio. Termo aditivo. Estado da Guanabara. Reinclusão de pessoal. (Decreto-lei nº 105, de 16-1-67).

— Dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. Reorganização. (Decreto-lei nº 317, de 13-3-67).

— Do Estado da Guanabara. Abertura de crédito especial. Ministério da Fazenda. (Lei nº 5.212, de 16 de janeiro de 1967).

POLÍTICA ECONÔMICA DA BORRACHA — Regulamento de sua execução. (Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967).

— Modificação da Legislação. (Decreto-lei nº 164, de 13-2-67).

POLÍTICA ECONÔMICA DO SAL — Regula sua execução. (Decreto-lei nº 257, de 28-2-67).

POLÍTICA NACIONAL DE METEOROLOGIA — Definição. (Decreto-lei nº 240, de 28-2-67).

POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO — Constituição. (Decreto-lei nº 248, de 28-2-67).

PORTOS — Taxas portuárias incidentes sobre mercadorias movimentadas em terminais ou embarcadouros de uso privativo e instalações rudimentares. Cobrança pelas Administrações de Portos. (Decreto-lei nº 83, de 26-12-66).

— Atribuições na fiscalização, controle e trânsito de mercadorias. (Decreto-lei nº 126, de 31-1-67).

— Operação de carga e descarga de mercadorias. (Decreto-lei nº 127, de 31-1-67).

— Empresas concessionárias dos serviços portuários. Alienação de imóveis. (Decreto-lei nº 128, de 31 de janeiro de 1967).

POSSE — Presidente da República. Abertura de crédito especial. (Decreto-lei nº 217, de 28-2-67).

PREFEITOS — Mandato. Duração (Ato Complementar nº 33, de 1967) — Crimes de responsabilidade. (Decreto-lei nº 201, de 27-2-67).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — Abertura de crédito especial. (Lei nº 5.242, de 31-1-67).

PREVIDÊNCIA SOCIAL — Prestação de assistência farmacêutica. (Decreto-lei nº 312, de 28-2-67).

PROCURADOR — Regional da Justiça Eleitoral. Atualização do valor da gratificação. (Lei nº 5.225, de 17-1-67).

PROCURADOR-GERAL — Da Justiça Eleitoral. Atualização do valor da gratificação. (Lei nº 5.225, de 17 de janeiro de 1967).

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL (P.G.F.N.) — Lei orgânica. (Decreto-lei nº 147, de 3-2-67).

— Alteração. (Decreto-lei nº 231, de 28-2-67).

PRODUTOS AGROPECUÁRIOS — Preços mínimos. Financiamentos. (Decreto-lei nº 124, de 31-1-67).

PROFESSOR — Catedrático. Criação de cargos. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo. (Lei número 5.241, de 31-1-67).

PROGRAMA TECNOLÓGICO NACIONAL — Definição. (Decreto-lei nº 239, de 28-2-67).

PROPRIEDADE INDUSTRIAL — Código. (Decreto-lei nº 254, de 28 de fevereiro de 1967).

R

RADIO DIFUSORA DO MARANHÃO LIMITADA — Isenção fiscal. Imposto de importação. (Lei nº 5.224, de 17-1-67).

RADIODIFUSÃO — Programas. Proteção da fauna. (Lei nº 5.197, de 3-1-67).

RECURSO — Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. (Decreto-lei nº 229, de 28-2-67).

RÉDE FERROVIÁRIA FEDERAL SOCIEDADE ANÔNIMA — Inativos. Reajustamento de vencimentos. (Decreto-lei nº 294, de 28 de fevereiro de 1967).

REFORMA ADMINISTRATIVA — Diretrizes. (Decreto-lei nº 200, de 25-2-67).

REGIMENTO DE CUSTAS — Da Justiça do Distrito Federal. (Decreto-lei nº 115, de 25-1-67).

— Modificação. (Decreto-lei nº 246, de 28-2-67).

REMUNERAÇÃO — Gorjeta. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. (Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967).

RENDIMENTOS — Provenientes do exterior. Imposto de renda. (Decreto-lei nº 94, de 30-12-66).

REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL — Reformula a organização da representação estudantil. (Decreto-lei nº 228, de 28-2-67).

RESSEGUROS — Sistema Nacional de Seguros Privados. Seguros e Resseguros. Alteração de dispositivos do Decreto-lei nº 73, de 1966. (Decreto-lei nº 296, de 28-2-67).

RIO LIGHT S. A. — SERVIÇOS DE ELETRICIDADE E CARRIS — Registro definitivo de pagamento. (Decreto Legislativo nº 1, de 1967).

S

SAL — Política econômica. Execução. (Decreto-lei nº 257, de 28 de fevereiro de 1967).

SAÚDE PÚBLICA — Medidas de segurança sanitária do País. (Decreto-lei nº 212, de 28-2-67).

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA — Da Prefeitura do Distrito Federal. Organização. (Decreto-lei nº 315, de 13-3-67).

SEGURANÇA NACIONAL — Define os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social. (Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967).

SEGURANÇA SANTÁRIA — Medidas. (Decreto-lei nº 212, de 27 de fevereiro de 1967).

SEGURO — De crédito à exportação. Abertura de crédito especial. Modificação de dispositivo. (Decreto-lei nº 101, de 11-1-67).

— Acidente do Trabalho. (Decreto-lei nº 293, de 28-2-67).

— Sistema Nacional de Seguros Privados. Seguros e resseguros. Alteração de dispositivos do Decreto-lei nº 73, de 1966. (Decreto-lei número 296, de 28-2-67).

SENTENÇA — Execução. Abertura de crédito especial. Empresas VARI-G e Real. (Lei nº 5.214, de 16 de janeiro de 1967).

SERVIÇO DA CONTA "EMPREGO E SALÁRIO" — Criação junto ao Departamento de Administração do Ministério do Trabalho e Previdência Social. (Decreto-lei número 226, de 28-2-67).

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (SAPS) — Extinção. Transferência de bens, serviços e atribuições, com o respectivo pessoal, para outros órgãos e entidades. (Decreto-lei número 224, de 28-2-67).

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO — Do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Publicações. Distribuição gratuita. (Decreto-lei número 102, de 13-1-67).

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DOS TRANSPORTES — M. V. O. P. Criação. (Decreto-lei nº 120, de 31 de janeiro de 1967).

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA (SNPB) — Alienação de navio. (Decreto-lei número 119, de 31-1-67).

— Extinção. Destino de seus bens e de seu pessoal. Constituição em sociedade de economia mista. (Decreto-lei nº 154, de 10-2-67).

— Constituição em sociedade de economia mista. (Decreto-lei nº 154, de 10-2-67).

SERVIÇO MARÍTIMO SUL BRASIL LTDA. — SEMASUL — Cessão de quotas ao Estado do Rio Grande do Sul. (Lei nº 5.208, de 16-1-67).

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC) — Depósitos bancários. (Decreto-lei nº 151, de 9-2-67).

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI) — Depósitos bancários. (Decreto-lei nº 151, de 9-2-67).

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI) — Depósitos bancários. (Decreto-lei nº 151, de 9-2-67).

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC) — Depósitos bancários. (Decreto-lei nº 151, de 9-2-67).

SERVIÇOS ADUANEIROS — Altera os arts. 48 e 53 do Decreto-lei nº 37, de 1966. (Decreto-lei nº 277, de 28-2-67).

SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARA (SNAAP) — Extinção. Destino de seus bens e de seu pessoal. Constituição em sociedades de economia mista. (Decreto-lei nº 155, de 10-2-67).

SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES — Competência para explorá-los. (Decreto-lei nº 162, de 13 de fevereiro de 1967).

— Acrescenta parágrafo ao seu artigo 1º (Decreto-lei nº 235, de 28 de fevereiro de 1967).

SERVIÇOS DE TRANSPORTES DA BAÍA DE GUANABARA S. A. (STBGSA) — Constituição em sociedade de economia mista. (Decreto-lei nº 152, de 10-2-67).

SERVIÇOS — Sujeições. (Decreto-lei nº 227, de 28-2-67).

SÍMBOLOS ESTADUAIS — Hasteamento das bandeiras dos Estados, pelo Congresso Nacional. (Decreto Legislativo nº 4, de 1967).

SINDICATOS — Depósitos bancários (Decreto-lei nº 151, de 9-2-67).

SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS — Distrito Federal. Quadros de pessoal (Decreto-lei nº 274, de 28-2-67).

SISTEMA DE UNIDADES DE MEDIDAS E DOS PADRÕES — Define a política e o sistema nacional de metrologia (Decreto-lei nº 240, de 28-2-67).

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL — Recolhimento do total dos depósitos das instituições financeiras. Elevação do percentual (Decreto-lei nº 108, de 17-1-67).

SISTEMA NACIONAL DE METROLOGIA — Definição (Decreto-lei nº 240, de 28-2-67).

SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS — Alteração de dispositivos do Decreto-lei nº 73, de 1966 (Decreto-lei nº 296, de 28-2-67).

SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA — Definição (Decreto-lei nº 239, de 28-2-67).

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL — Altera a Lei nº 5.172, de 1966 e legislação posterior (Ato Complementar nº 35).

— Regulamentação (Decreto-lei número 82, de 28-12-66).

SOCIEDADES — Amadoristas de caça e de tiro ao voo. Organização. Requisitos (Lei nº 5.197, de 3-1-67).

SOCIEDADES DE CAPITALIZAÇÃO — Dispõe sobre as sociedades de capitalização (Decreto-lei nº 261, de 28-2-67).

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA — Regula a situação de servidores aposentados na forma dos Atos Institucionais ns. 1 e 2 (Decreto-lei nº 290, de 28-2-67).

SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS — Venda ao público. Distribuição de amostras (Decreto-lei nº 159, de 10 de fevereiro de 1967).

SUDPE — Isenção fiscal (Decreto-lei nº 221, de 28-2-67).

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS (SUFRAMA) — Atribuições (Decreto-lei nº 288, de 28-2-67).

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP) — Retifica dispositivos do Decreto-lei nº 168, de 1966 (Decreto-lei nº 168, de 14 de fevereiro de 1967).

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA FRONTEIRA SUDOESTE (SUDESUL) — Criação (Decreto-lei nº 301, de 28-2-67).

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE) — Atribui competência ao seu Conselho Deliberativo para aprovar a estrutura e regimento da sua Secretaria Executiva (Decreto-lei nº 259, de 28-2-67).

— Licitação e contratação de serviços ou obras (Decreto-lei nº 287, de 28 de fevereiro de 1967).

— Altera distribuições de dotações. Orçamento Geral da União (Decreto-lei nº 297, de 28-2-67).

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO DA FRONTEIRA SU-DOESTE — Extinção (Decreto-lei nº 301, de 28-2-67).

SUPERINTENDÊNCIA DO VALE DO SÃO FRANCISCO — Criação (Decreto-lei nº 292, de 28-2-67).

SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES DA BAÍA DE GUANABARA — Venda de embarcações (Lei nº 5.213, de 16-1-67).

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — Abertura de crédito especial (Decreto-lei nº 260, de 28-2-67).

T

TARIFA DAS ALFÂNDEGAS — Imposto de importação. Redução de alíquotas (Decreto-lei nº 169, de 14 de fevereiro de 1967).

— Aliquotas. Modificações (Decreto-lei nº 264, de 28-2-67).

TAXAS — Portuárias incidentes sobre mercadorias movimentadas em terminais ou embarcadores de uso privativo e instalações rudimentares. Cobrança pelas Administrações de Portos (Decreto-lei nº 83, de 26 de dezembro de 1966).

— De Melhoramentos e de Renovação Patrimonial. Extinção (Decreto-lei nº 145, de 2-2-67).

— Aduaneiras. Pesca. Isenção fiscal (Decreto-lei nº 221, de 28-2-67).

— Infraestrutura Aeroportuária Brasileira (Decreto-lei nº 270, de 28-2-67).

— De despacho aduaneiro. Companhia de Transportes Urbanos (CTV). Isenção (Decreto-lei nº 311, de 28-2-67).

— Licenças de caçadores. Turistas. Registro de pessoas físicas e jurídicas que negociem com animais silvestres e seus produtos. Registro de clubes ou sociedades amadoristas de caça e de tiro ao voo. Registro dos criadouros. Recolhimento (Decreto nº 5.197, de 3-1-67).

— De despacho aduaneiro. Isenção fiscal. Companhia Estadual de Águas da Guanabara (Lei nº 5.223, de 17-1-67).

— Aduaneiras. Borracha. Isenção (Lei nº 5.227, de 18-1-67).

— De controle e fiscalização do mercado da borracha. Criação (Lei nº 5.227, de 18-1-67).

TELECOMUNICAÇÕES — Exploração dos serviços. Competência (Decreto-lei nº 162, de 23-2-67).

— Acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-lei nº 162, de 1967 (Decreto-lei nº 235, de 28-2-67).

— Complementa e modifica o Código Brasileiro de Telecomunicações (Decreto-lei nº 236, de 28-2-67).

TELECOMUNICAÇÕES AERONÁUTICAS S. A. (TASA) — Constituição como empresa (Decreto-lei número 107, de 16-1-67).

TELEVISÃO — Programas. Proteção da fauna (Lei nº 5.197, de 31-1-67).

TESOUREIRO — Vencimentos (Decreto-lei nº 146, de 3-2-67).

TESOUREIRO-AUXILIAR — Vencimentos (Decreto-lei nº 146, de 3 de fevereiro de 1967).

TÍTULOS DE CRÉDITO — Deságio — Desconto do imposto de renda na fonte (Decreto-lei nº 100, de 10-1-67).

TRABALHO — Segurança e higiene. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 229, de 28-2-67).

TRAFFEGO — Limite de carga por eixo (Decreto-lei nº 117, de 31 de janeiro de 1967).

TRANSPORTE — De mercadorias por via d'água nos portos brasileiros. Delimitação de responsabilidades e de faltas e avarias (Decreto-lei número 116, de 25-1-67).

— Limite máximo de carga por eixo (Decreto-lei nº 117, de 31-1-67).

— Rodoviário de cargas e coletivo de passageiros. Regulamentação. Competência da União (Decreto-lei número 121, de 31-1-67).

— Marítimo. Exploração de serviços na Baía da Guanabara. Constituição de sociedade de economia mista (Decreto-lei nº 152, de 10-2-67).

— Passageiros. Imposto (Decreto-lei nº 284, de 28-2-67).

— Interestadual e para o Exterior, de animais silvestres, lepidópteros e outros insetos e seus produtos. Requisitos (Lei nº 5.197, de 3-1-67).

TRAPICHES — Municipais e Delimitação de responsabilidades e de faltas e avarias (Decreto-lei número 116, de 25-1-67).

TRIBUNAL DE CONTAS — Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (Decreto-lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967).

TRIBUNAL PLENO — Competência. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967).

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO — Da 2ª Região. Abertura de crédito especial. Gratificação pela execução de Serviço de Natureza especial (Lei nº 5.230, de 19 de janeiro de 1967).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL — Estado da Guanabara. Quadro Suplementar. Transferência (Decreto-lei nº 255, de 28-2-67).

— Atualização do valor da gratificação aos seus membros (Lei número 5.225, de 17-1-67).

— Rio Grande do Sul. Abertura de crédito especial (Lei nº 5.244, de 31-1-67).

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL — Atualização do valor da gratificação aos seus membros (Lei número 5.225, de 17-1-67).

— Abertura de crédito especial. Exercícios findos (Lei nº 5.231, de 19 de janeiro de 1967).

TRIGO — Normas para o abastecimento, sua industrialização e comercialização (Decreto-lei número 210, de 27-2-67).

TURISMO — Licenças de caçadores. Taxa (Lei nº 5.197, de 3-1-67).

U

UNIVERSIDADES — Doações (Decreto-lei nº 233, de 28-2-67).

— Incorporação da Escola Agrônômica da Bahia e da Escola de Veterinária da Bahia (Decreto-lei número 250, de 28-2-67).

— Princípios e normas de organização. Normas complementares (Decreto-lei nº 252, de 28-2-67).

V

VENCIMENTOS — Tesoureiros e Tesoureiros-Auxiliares do Serviço Público Federal e Autárquico. Conferentes das Caixas Econômicas Federais (Decreto-lei nº 146, de 3 de fevereiro de 1967).

— Funcionário público. Militar. Limites (Decreto-lei nº 177, de 16 de fevereiro de 1967).

— Reajustamento. Inativos da Rede Ferroviária Federal S. A. (Decreto-lei nº 294, de 28-2-67).

VEREADOR — Crimes de responsabilidade (Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967).

VETERINARIO — Registro de diploma (Decreto-lei nº 150, de 9 de fevereiro de 1967).

VICE-PREFEITOS — Mandato. Duração (Ato Complementar nº 33, de 1967).

Z

ZONA FRANCA DE MANAUS — Altera disposições da Lei nº 3.173, de 1957. Regulamento (Decreto-lei número 288, de 28-2-67).



REPÚBLICA DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1967 — VOLUME III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos do Poder Executivo

LEIS DE ABRIL A JUNHO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1967

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

E

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

I — DECRETOS-LEIS

Págs.

321 — Decreto-lei de 4 de abril de 1967 — Dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966, alterado pelo Decreto-lei nº 174, de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as promoções de Oficiais da ativa da Aeronáutica, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 5-4-67	Págs. 3	325 — Decreto-lei de 3 de maio de 1967 — Dispõe sobre os recursos da arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante e do Fundo de Marinha Mercante. — Publicado no D. O. de 4-5-67	6
322 — Decreto-lei de 7 de abril de 1967 — Estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 7-4-67	3	326 — Decreto-lei de 8 de maio de 1967 — Dispõe sobre o recolhimento do imposto sobre produtos industrializados e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 8 e republicado no de 17-5-67	6
323 — Decreto-lei de 19 de abril de 1967 — Altera a Legislação sobre Imposto de Renda. — Publicado no D. O. de 20-4-67	3	327 — Decreto-lei de 11 de maio de 1967 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de NCr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos) destinado a atender no corrente ano às despesas de gratificação especial do Serviço Nacional de Informações. — Publicado no D. O. de 12-5-67	3
324 — Decreto-lei de 27 de abril de 1967 — Prorroga o prazo de aplicação do disposto no art. 1º do Decreto-lei número 100, de 19 de janeiro de 1967. — Publicado no D. O. de 28-4-67	5		

II — DECRETOS LEGISLATIVOS

5 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o Instrumento de Emenda da Constituição da Organização Internacional do	5
--	---

	Págs.		Págs.
Trabalho (nº 3) 1964 adotado pela Conferência Internacional do Trabalho em sua quadragésima-oitava sessão, celebrado em Genebra e declarada encerrada em 9 de julho de 1964. — Publicado no D. O. de 7-4 e rep. no de 15-5-67	9	curso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do Cabo Francisco Canindé de Araújo. — Publicado no D. O. de 19-5-67	12
6 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, adotada, em 24 de abril de 1963, pela Conferência das Nações Unidas sobre Relações Consulares. — Publicado no D. O. de 7-4-67	9	13 — Decreto Legislativo de 1967 — Mantém decisão do Tribunal de Contas referente a termo de rescisão de contrato celebrado entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Derson de Almeida". — Publicado no D. O. de 19-5-67	12
7 — Decreto Legislativo de 1967 — Concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do território nacional. — Publicado no D. O. de 7-4-67	10	14 — Decreto Legislativo de 1967 — Mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução de contrato celebrado, em 1º de janeiro de 1955, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Guilherme Tell Bebiano". — Publicado no D. O. de 19-5-67	13
8 — Decreto Legislativo de 1967 — Autoriza a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional a complementar todas as vendas autorizadas por lei e realizadas por concorrência pública. — Publicado no D. O. de 18-4 e rep. no de 15-5-67.	10	15 — Decreto Legislativo de 1967 — Mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução de termo, de 14 de dezembro de 1955, aditivo a contrato celebrado entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Anton Dakitsch". — Publicado no D. O. de 19-5-67	13
9 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o "Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre os Estados Unidos do Brasil e a República Socialista da Tchecoslováquia", firmado na cidade de Praga, a 27 de fevereiro de 1964. — Publicado no D. O. de 15-5-67	11	16 — Decreto Legislativo de 1967 — Mantém decisão, de 20 de dezembro de 1963, do Tribunal de Contas, proferida no processo nº 70 542-63, de interesse da firma Empresa de Ferragens e Motores "Moto" Ltda. — Publicado no D. O. de 19-5-67	13
10 — Decreto Legislativo de 1967 — Denega recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do soldado Walter Pereira Barbosa. — Publicado no D. O. de 15-5-67	11	17 — Decreto Legislativo de 1967 — Mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução do contrato de empréstimo celebrado, em 23 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Estado do Espírito Santo. — Publicado no D. O. de 19-5-67	14
11 — Decreto Legislativo de 1967 — Denega recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do 3º Sargento Carlos Ricardo da Nóbrega. — Publicado no D. O. de 15-5-67	11	18 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 320, de 29 de março de 1967, que prorroga por 180 (cento e oitenta) dias o in-	
12 — Decreto Legislativo de 1967 — Denega provimento a re-			

Págs.		Págs.
	cio da vigência do Decreto-lei nº 265, de 25 de fevereiro de 1967. — Publicado no D. O. de 30-5-67	14
19	— Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 319, de 27 de março de 1967, que prorroga o prazo para cobrança e recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre os derivados de petróleo. — Publicado no D. O. de 30-5 e rep. no de 23-6-67	15
20	— Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 321, de 4 de abril de 1967, que dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966. — Republicado no D. O. de 23 de junho de 1967	15
21	— Decreto Legislativo de 1967 — Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do 2º Sargento Milton Anastácio Alves. — Publicado no D. O. de 23 e rep. no de 30-6-67	15
22	— Decreto Legislativo de 1967 — Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do soldado Luiz Hammes. — Publicado no D. O. de 23 e rep. no de 30-6-67	16
23	— Decreto Legislativo de 1967 — Aprova a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racional, adotada pela Resolução nº 2.106 (XX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 21 de dezembro de 1965. — Publicado no D. O. de 23 e rep. no de 30-6-67	16
24	— Decreto Legislativo de 1967 — Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de tornar definitivo o ato praticado em 14 de junho de 1966, relativamente à despesa de NCRs 11.864,66 (onze mil, oitocentos e sessenta e quatro cruzeiros novos e sessenta e seis centavos), para pagamento à Conservadora Brasileira. — Publicado no D. O. de 30 de junho de 1967	16
25	— Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 323, de 19 de abril de 1967, que altera a legislação sobre o imposto de Renda. — Publicado no D. O. de 30-6-67	17
26	— Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 324, de 27 de abril de 1967, que prorroga o prazo de aplicação do disposto no art. 1º do Decreto-lei número 100, de 10 de janeiro de 1967. — Publicado no D. O. de 30-6-67	17
27	— Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 325, de 3 de maio de 1967, que dispõe sobre os recursos da arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante e do Fundo de Marinha Mercante. — Publicado no D. O. de 30-6-67 ..	17
28	— Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 326, de 8 de maio de 1967, que dispõe sobre o recolhimento do imposto sobre produtos industrializados, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 30-6-67 ..	18
III — LEIS		
5.253	— Acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950, que estabelece normas para a aposentadoria e pensão dos servidores das autarquias pertencentes ao patrimônio da União. — Publicado no D. O. de 5-4-67	19
5.254	— Lei de 4 de abril de 1967 — Prorroga o prazo de existência do Conselho Federal de Odontologia provisório e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 6-4-67 ..	19
5.255	— Lei de 5 de abril de 1967 — Unifica as 1ª e 2ª Classes de Bombeiros, do Cor-	

	Págs.		Págs.
po de Bombeiros do Distrito Federal. — Publicada no D. O. de 6-4-67	20	5.263 — Lei de 17 de abril de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de NCr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros novos), destinado à Fundação Universidade de Brasília. — Publicada no D. O. de 17-4 e rep. no de 30-6-67	27
5.256 — Lei de 6 de abril de 1967 — Dispõe sobre a prisão especial. — Publicada no D. O. de 7 e ret. no de 19 de abril de 1967	20	5.264 — Lei de 17 de abril de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 144.569,27 (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove cruzeiros novos e vinte e sete centavos), para o fim que especifica. — Publicada no D. O. de 17-4-67	27
5.257 — Lei de 7 de abril de 1967 — Dispõe sobre as Tomadas de Contas em atraso dos exatores federais. — Publicada no D. O. de 10-4-67 ..	22	5.265 — Lei de 17 de abril de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça, o crédito especial de NCr\$ 2.555.000,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil cruzeiros novos), destinados à Polícia do Distrito Federal. — Publicada no D. O. de 17-4-67	27
5.258 — Dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 11 e ret. no de 19-4-67	22	5.266 — Lei de 17 de abril de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, o crédito especial de NCr\$ 917,70 (novecentos e dezessete cruzeiros novos e setenta centavos), para pagamento de despesas de exercícios encerrados. — Publicada no D. O. de 17-4-67	28
5.259 — Lei de 12 de abril de 1967 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, o barco doado ao Museu de Biologia Professor Melo Leitão. — Publicada no D. O. de 14-4-67 ..	25	5.267 — Lei de 17 de abril de 1967 — Proíbe a exibição de "trailers" de filmes impróprios para crianças, nos espetáculos para menores. — Publicada no D. O. de 17-4-67 ..	28
5.260 — Lei de 12 de abril de 1967 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, equipamento complementar a um conjunto eletrônico, importado pelo Centro Eletrônico de Processamento de Dados do Paraná S. A. — Publicada no D. O. de 14-4-67	25	5.268 — Lei de 17 de abril de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério dos Transportes, o crédito especial de NCr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos), para o fim que especifica. — Publicada no D. O. de 19 abril de 1967	28
5.261 — Lei de 12 de abril de 1967 — Concede isenção de tributos para equipamento telefônico destinada à Sociedade Telefônica do Paraná S.A. sediada em Maringá, Estado do Paraná. — Publicada no D. O. de 14-4-67	26		
5.262 — Lei de 12 de abril de 1967 — Isenta do imposto de importação, do imposto sobre produtos industrializados e da taxa de despacho aduaneiro, equipamentos destinados à ampliação de uma fábrica de prensados duros de fibras de madeira. — Publicada no D. O. de 14-4-67	26		

Págs.		Págs.
5.269	— Lei de 20 de abril de 1967 — Altera, sem aumento de despesas, dotações do Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — consignação na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1967. — Publicada no D. O. de 24-4-67	29
5.270	— Lei de 22 de abril de 1967 — Institui o "Dia da Comunidade Luso-Brasileira", e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 24-4-67	29
5.271	— Lei de 24 de abril de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça o crédito especial de NCr\$ 3.291.576,93 (três milhões, duzentos e noventa e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzeiros novos e noventa e três centavos), destinado a atender a despesas decorrentes do pagamento de gratificação de função policial instituída pela Lei número 4.878, de 3 de dezembro de 1965. — Publicada no D. O. de 25-4 e rep. no de 30-6-67	30
5.272	— Lei de 24 de abril de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 60.924,21 (sessenta mil novecentos e vinte e quatro cruzeiros novos e vinte e um centavos), destinado a atender a despesas com a participação do Brasil na IV Feira Internacional de Nova York, realizada em 1960. — Publicada no D. O. de 25-4 e rep. no de 30-6-67	30
5.273	— Lei de 24 de abril de 1967 — Amplia o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 26-4-67	31
5.274	— Lei de 24 de abril de 1967 — Dispõe sobre o salário-mínimo de menores, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de abril de 1967	33
5.275	— Lei de 24 de abril de 1967 — Reorganiza o Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26-4-67 ..	33
5.276	— Lei de 24 de abril de 1967 — Dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26-4-67 ..	35
5.277	— Lei de 24 de abril de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Congresso Nacional, o crédito especial de NCr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros novos), destinados a atender a despesas decorrentes de pagamento de passagens aéreas de âmbito nacional, necessárias ao deslocamento dos Congressistas, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26-4-67	37
5.278	— Lei de 27 de abril de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 102.978,03 (cento e dois mil, novecentos e setenta e oito cruzeiros novos e três centavos), para o fim que especifica — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28-4-67	37
5.279	— Lei de 27 de abril de 1967 — Prorroga o prazo para apresentação de declarações do imposto de renda no corrente exercício, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28-4-67	38
5.280	— Lei de 27 de abril de 1967 — Proíbe a entrada no País de máquinas e maquinismos sem os dispositivos de proteção e segurança do trabalho exigidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28-4-67 ..	38
5.281	— Lei de 27 de abril de 1967 — Modifica o prazo da vigência da Lei nº 4.426, de 8 de outubro de 1964, que	

	Págs.		Págs.
"dispõe sobre a venda de vinho em recipientes de volume superior ao estabelecido pela legislação em vigor e dá outras providências" — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de abril de 1967	39	cutivo a abrir; ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCr\$ 1.980 00 (hum mil novecentos e oitenta cruzeiros novos), para ocorrer à despesa realizada em 1959 com a execução de obras de construção no Instituto de Biologia Animal no Km 47 da antiga Rodovia Rio-São Paulo — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 29-5-67	41
5.282 — Lei de 28 de abril de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de NCr\$ 7.714.834 29 (sete milhões, setecentos e quatorze mil, oitocentos e trinta e quatro cruzeiros novos e vinte e nove centavos), para aplicação em obras do Plano do Carvão Nacional — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 2 e retificado no de 11-5-67	39	5.288 — Lei de 25 de maio de 1967 — Autoriza doação de prédio do patrimônio da União à Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 29 de maio de 1967	41
5.283 — Lei de 28 de abril de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de NCr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros novos) destinado a pagamento de aluguel de imóvel e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 2-5-67	39	5.289 — Lei de 26 de maio de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a doar à Ação Paroquial de Assistência de Limoeiro o imóvel situado na Rua de Santa Cruz nº 215, em Limoeiro, Estado de Pernambuco — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 29-5-67	41
5.284 — Lei de 2 de maio de 1967 — Abre ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, o crédito especial de NCr\$ 22,97 (vinte e dois cruzeiros novos e noventa e sete centavos), destinado a atender ao pagamento de despesas com tratamento médico e hospitalar do Juiz da 77ª Zona Eleitoral do Ceará — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 3-5-67	40	5.290 — Lei de 25 de maio de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério dos Transportes o crédito especial de NCr\$ 2.000.000 00 (dois milhões de cruzeiros novos), para atender a despesas com o pagamento de gratificação salarial ao pessoal da Rede Ferroviária Federal S.A. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 29-5-67	42
5.285 — Lei de 5 de maio de 1967 — Dispõe sobre a ocupação de próprios da União por servidores públicos federais e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 8 e retificado no de 11 de maio de 1967	40	5.291 — Lei de 31 de maio de 1967 — Corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 1-6-67	42
5.286 — Lei de 10 de maio de 1967 — Estende à Comarca de Guarujá, Estado de São Paulo, a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11-5-67	41	5.292 — Lei de 8 de junho de 1967 — Dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, em decorrência de dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 12 e retificado no de 16-6-67	43
5.287 — Lei de 25 de maio de 1967 — Autoriza o Poder Exe-			

Págs.	Págs.
5.293 — Lei de 15 de junho de 1967 — Retifica número de certificado cambial constante do artigo 1º da Lei número 5.087, de 30 de agosto de 1966, que isenta do imposto de importação maquinaria destinada à confecção de embalagem metálica — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 16-6-67	54
5.294 — Lei de 15 de junho de 1967 — Concede isenção de impostos para equipamento telefônico destinado à Companhia Telefônica "Melhoramento e Resistência", com sede em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 16-6-67	55
5.295 — Lei de 16 de junho de 1967 — Concede isenção de tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), à Companhia Ferro e Aço de Vitória, à Siderurgia de Santa Catarina S.A. (SIDESC) e à Aço de Minas Gerais S.A. (AÇOMINAS) — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 19 de junho de 1967	55
5.296 — Lei de 16 de junho de 1967 — Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de NCr\$ 25.785.131,01 (vinte e cinco milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, cento e trinta e um cruzeiros novos e um centavo), ... Presidência da República e diversos Ministérios — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 19-6-67	56
5.297 — Lei de 19 de junho de 1967 — Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de NCr\$ 27.413,58 (vinte e sete mil, quatrocentos e treze cruzeiros novos e cinqüenta e seis centavos) destinados a atender ao pagamento de aluguéis de prédios locados às Exatarias Federais no Estado de São Paulo e à Superintendência do Serviço de Repressão ao Contrabando no Rio Grande do Sul — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 20-6-67	60
5.298 — Lei de 22 de junho de 1967 — Cria uma Junta de Conciliação e Julgamento em Santo André, Estado de São Paulo, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26-6-67	61
5.299 — Lei de 23 de junho de 1967 — Dispõe sobre a contratação de pessoal técnico especializado de nível médio e superior pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26-6-67	61

ÍNDICE DO APENSO

Págs.		Págs.
243	— Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Fixa as Diretrizes e Bases da Cartografia Brasileira e dá outras providências — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 8-5-67	65
305	— Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a legislação dos livros de escrituração das operações mercantis — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 24-4-67 ..	65
5.081	— Lei de 24 de agosto de 1966 — Regula o exercício da Odontologia — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 16-6-67 ..	67
5.194	— Lei de 24 de dezembro de 1966 — Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do projeto que se transformou na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 24-4-67 ..	67
5.251	— Lei de 9 de março de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 14.027.673,00 (quatorze milhões, vinte e sete mil seiscentos e setenta e três cruzeiros novos), para indenização à Companhia Port of Pará — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 5-4-67 ..	67
5.252	— Lei de 9 de março de 1967 — Revalida a transferência gratuita, à Fundação Darcy Vargas, do terreno de acréscido de marinha descrito no Decreto-lei nº 5.440, de 30 de abril de 1943 — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 5-4-67 ..	67

Figuram neste volume os Decretos-leis, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no segundo trimestre de 1967, foram publicados no D.O. até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 321 — DE 4 DE
ABRIL DE 1967

Dá nova redação ao Art. 52 da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966, alterado pelo Decreto-Lei nº 174, de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as Promoções dos Oficiais da ativa da Aeronáutica, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Art. 58, inciso I, da Constituição do Brasil, de 24 de janeiro de 1967, e:

— Considerando que as promoções de oficiais processadas em quatro épocas do ano, por sua proximidade, ocasionam uma instabilidade altamente prejudicial nos efetivos e nos programas de trabalho das unidades e dos estabelecimentos da Aeronáutica, em consequência da movimentação de pessoal resultante das mesmas;

— Considerando que as promoções que se operam em abril acrescem ao inconveniente anterior outros problemas de natureza social, com profunda repercussão em todos os setores da corporação;

— Considerando que tais inconvenientes ficam muito amenizados ou são inteiramente superados nas épocas de encerramento dos anos de instrução, dos programas de trabalho e de férias escolares;

— Considerando que os graves inconvenientes assinalados acima, têm implicações que são de nível a afetar

tar a normalidade requerida pela Segurança Nacional, decreta:

Art. 1º O Art. 52 da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 52. As promoções por Antiguidade e Merecimento se efetuarão nos dias 20 de janeiro — data da criação do Ministério da Aeronáutica, 12 de junho — data da criação do Correio Aéreo Nacional, e 23 de outubro — Dia do Aviador”, para preenchimento das vagas abertas até os dias 10 de janeiro, 2 de junho e 13 de outubro, respectivamente.

Art. 2º Este Decreto-Lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional nos termos do parágrafo único do art. 58, da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Márcio de Souza e Mello

DECRETO-LEI Nº 322 — DE 7 DE
ABRIL DE 1967

Estabelece limitações ao reajustamento de alugueis e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 58, item I, da Constituição Federal;

Considerando que o congelamento dos alugueis provoca a fuga de ca-

pitais privados do setor imobiliário, e constitui assim uma agravante da crise habitacional;

Considerando, por outro lado, que a aplicação dos critérios e índices para reajustamento periódico dos aluguéis, fixados pela Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1966, constituiu fator ponderável no aumento geral de preços;

Considerando que os efeitos da mencionada Lei prejudicam o esforço nacional para o controle da inflação e mantiveram os inquilinos em estado de permanente preocupação quanto ao aumento de aluguéis, posto que, esses nem sempre corresponderam aos níveis de elevação das rendas familiares;

Considerando ainda que a 1ª de maio vindouro entrarão em vigor os novos aluguéis, sendo necessária medida urgente para que as correções se façam ainda no corrente ano;

Considerando, finalmente, que os problemas referentes a aluguéis, por sua repercussão, interessam vivamente à segurança nacional, como demonstra o Decreto-lei nº 4, de 7 de fevereiro de 1966, e posteriormente, o Decreto-lei nº 6, de 14 de abril de 1966 do mesmo ano, decreta:

Art. 1º Os reajustamentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, quando referente às locações a que se refere o artigo 18 da mesma Lei, não poderão ser percentualmente superiores ao aumento do maior salário-mínimo no país.

Art. 2º No caso dos reajustamentos regulados no artigo 24 da Lei número 4.494, o limite estabelecido no artigo 1º ficará elevado de 10% (dez por cento) sobre o aluguel anterior ao reajustamento, até que se completem cento e vinte meses da data da citada lei.

§ 1º Completados os cento e vinte meses de que trata este artigo, as locações serão ajustadas ao nível do "aluguel corrigido e atualizado" definido no § 2º do artigo 24, da Lei número 4.494, de 25 de novembro de 1964.

§ 2º Os reajustamentos de que trata este artigo continuam sujeitos ao

disposto no Decreto-lei nº 6, de 14 de abril de 1966.

Art. 3º O disposto nos artigos 1º e 2º deste decreto-lei não se aplica às locações livremente convencionadas e às locações para fins não residenciais, de que tratam, respectivamente, os artigos 17 e 28 da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965.

Parágrafo único. Ficam sujeitos às disposições do artigo 17 da Lei número 4.864, de 29 de novembro de 1965, todos os imóveis que estejam vagos na data deste decreto-lei, bem como os que futuramente venham a vagar.

Art. 4º Observadas as condições e os limites fixados pelo Banco Nacional de Habitação, as Caixas Econômicas e demais entidades do sistema financeiro de habitação poderão destinar até 40% (quarenta por cento) de suas aplicações no Setor Habitacional e empréstimos a inquilinos para aquisição do imóvel em que residam, qualquer que seja a data de concessão do "habite-se".

Art. 5º Nas locações para fins não residenciais será assegurado ao locatário o direito à purgação da mora, nos mesmos casos e condições previstos na Lei para as locações residenciais, aplicando-se o disposto neste artigo aos casos *sub judice*.

Art. 6º Ficam revogados os artigos 31 e 32 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

Art. 7º Fica atribuída ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral a competência para fixar os índices de preços e coeficientes de correção monetária, anteriormente atribuídos ao extinto Conselho Nacional de Economia.

Art. 8º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de abril de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Antônio, Delfim Netto

Hélio Marcos Penna Beltrão

Afonso Augusto de Albuquerque Lima.

DECRETO-LEI Nº 323 — DE 19 DE
ABRIL DE 1967

Altera a Legislação sobre Imposto de Renda

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 58, item II, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. A partir de 1º de julho de 1967 os rendimentos do trabalho assalariado, a que se refere o artigo 16 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, ficam sujeitos ao desconto do imposto de renda nas fontes, mediante a aplicação da seguinte tabela:

Até NCr\$ 400. de renda líquida mensal	Isento
Entre NCr\$ 401 e NCr\$ 500 de renda líquida mensal	3%
Entre NCr\$ 501 e NCr\$ 600 de renda líquida mensal	5%
Entre NCr\$ 601 e NCr\$ 800 de renda líquida mensal	8%
Entre NCr\$ 801 e NCr\$ 1.000 de renda líquida mensal	10%
Acima de NCr\$ 1.000 de renda líquida mensal	12%

Parágrafo único. O imposto de que trata este artigo será cobrado como antecipação do que for apurado na correspondente declaração anual de rendimentos.

Art. 2º. Para fins de aplicação da tabela acima, entende-se como rendimento do trabalho assalariado toda e qualquer remuneração paga por trabalhos ou serviços prestados no exercício de empregos, cargos ou funções que tenham sofrido desconto para a previdência social, assim considerada também a contribuição para o IPASE.

Art. 3º. Para determinação da renda líquida mensal de que trata o artigo 1º, serão permitidas as deduções de encargos de família; as contribuições para institutos e caixas de aposentadorias e pensões ou outros fundos de beneficência; o imposto sindical e outras contribuições para o sindicato de representação da respectiva classe, bem como os gastos previstos na letra c do item V e no item

XIII, ambos do artigo 18 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Art. 4º. Para fins de base de cálculo para aplicação do disposto no artigo 12, da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, com vigência a partir de 1º de julho de 1967 e desde que os rendimentos ali previstos não se sujeitem a descontos para a previdência social nos termos deste Decreto-lei, considerar-se-á, para o limite de isenção, pagamentos até NCr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros novos) em cada mês.

Art. 5º. Este Decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do artigo 58, da Constituição, revoga as disposições em contrário.

Brasília, 19 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 324 — DE 27 DE
ABRIL DE 1967

Prorroga o prazo de aplicação do disposto no art. 1º do Decreto-lei número 100, de 10 de janeiro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 58, item II, da Constituição e tendo em vista a urgência da medida e o interesse público relevante, decreta:

Art. 1º. Fica prorrogado até 31 de julho deste ano o prazo a que se refere o art. 1º do Decreto-lei nº 100, de 10 de janeiro de 1967.

Art. 2º. Este Decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional nos termos do parágrafo único do art. 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Fernando Ribeiro do Val

DECRETO-LEI Nº 325 — DE 3 DE
MAIO DE 1967

Dispõe sobre os recursos da arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante e do Fundo de Marinha Mercante.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 58, nº II, da Constituição Federal, e considerando a necessidade de racionalizar o processo de arrecadação, movimentação e controle dos recursos vinculados às operações da Comissão de Marinha Mercante, decreta:

Art. 1º Em consonância com o Decreto-lei nº 96, de 3 de dezembro de 1966, e o art. 19 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, os recursos da arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante e do Fundo de Marinha Mercante passarão a ser mantidos em depósito no Banco do Brasil S.A. à ordem da Comissão de Marinha Mercante, observadas as demais disposições em vigor da Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958.

Art. 2º Os recursos escriturados em nome dos armadores poderão ser movimentados pela Comissão de Marinha Mercante em suas operações, sem prejuízo do direito dos titulares à sua utilização observado o prazo de 5 (cinco) anos previsto no § 2º do art. 11 daquela lei.

Art. 3º Este decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 3 de maio de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Hélio Marcos Penna Beltrão

DECRETO-LEI Nº 326 — DE 8 DE
MAIO DE 1967

Dispõe sobre o recolhimento do imposto sobre produtos industrializados e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 58, item II, da Constituição do Brasil, decreta:

Art. 1º Fica assim redigido o item III do art. 26 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, acrescido dos seguintes parágrafos:

Art. 26. O recolhimento do imposto far-se-á:

I —

II —

III — Até o último dia da quinzena do segundo mês subsequente aquele em que houver ocorrido o fato gerador — nos demais casos, excetuado o disposto nos parágrafos deste artigo.

§ 1º Os contribuintes do imposto sobre produtos industrializados das posições 22.02 (refrigerantes, etc.), 22.03 (cervejas), 25.23 (cimento etc.), 43.02 a 43.04 (peles, etc.) e 71.01 a 71.15 (pérolas, etc.), recolherão o tributo até o último dia da quinzena subsequente ao mês em que houver ocorrido o fato gerador.

§ 2º Os contribuintes do imposto sobre produtos industrializados da posição 24.02 (fumo) recolherão o tributo na quinzena seguinte àquela em que houver ocorrido o fato gerador.

Art. 2º A utilização do produto da cobrança do imposto sobre produtos industrializados em fim diverso do recolhimento do tributo constitui crime de apropriação indébita definido no art. 168 do Código Penal, imputável aos responsáveis legais da firma salvo se pago o débito espontaneamente, ou, quando instaurado o processo fiscal, antes da decisão administrativa de primeira instância.

Parágrafo único. A ação penal será iniciada por meio de representação da Procuradoria da República, a qual a autoridade de primeira instância é obrigada a encaminhar as peças principais do feito, destinadas a comprovar a existência do crime, logo após decisão final condenatória proferida na esfera administrativa.

Art. 3º Os produtos da posição 24.02 (fumo) só poderão ser exportados em embalagem especial que traga os dizeres impressos: "Produzido para exportação".

Parágrafo único. Cada exportação de produtos referidos neste artigo será precedida de verificação fiscal, segundo normas a serem baixadas pelo Departamento de Rendas Internas, ficando a isenção prevista no art. 7º, item I, da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, condicionada ao cumprimento, pelo exportador, das obrigações estabelecidas naquelas normas.

Art. 4º Fica concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) da multa devida, inclusive a moratória, e permitido o pagamento em parcelas mensais, iguais e sucessivas, até o máximo de 36 (trinta e seis), de todos os débitos relativos aos tributos federais, excetuado o imposto de renda, apurados em processos fiscais ou notificador até a data deste decreto-lei, bem como os que, até 30 (trinta) dias a partir da vigência deste decreto-lei, forem espontaneamente declarados pelo contribuinte.

§ 1º Se o débito já tiver sido parcialmente solvido, aplicar-se-ão os benefícios deste artigo somente sobre o remanescente da dívida, vedada a compensação ou restituição de qualquer importância.

§ 2º Tratando-se de débitos relativos ao Imposto sobre Produtos Industrializados ou ao Imposto Único sobre Minerais, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) da média mensal devida pelo contribuinte, com referência àqueles impostos, no exercício de 1965.

§ 3º A correção monetária incidente sobre os débitos de que trata este artigo será aplicada a partir de 1 de janeiro de 1966.

§ 4º A aplicação das normas constantes deste artigo não implicará em novação ou transação.

Art. 5º Para gozar dos favores previstos no artigo anterior, o interessado dirigirá, dentro dos primeiros 30 (trinta) dias de vigência deste decreto-lei requerimento à autoridade administrativa ou judiciária, conforme esteja o débito em cobrança adminis-

trativa ou judicial, devendo, se for o caso:

I — Obter a declaração de débito oriundo do processo fiscal ou fazer a confissão de dívida, no caso de recolhimento espontâneo, apresentando uma demonstração do imposto sobre Produtos Industrializados ou do Imposto Único sobre Minerais devido mensalmente durante o exercício de 1966, para efeito do cálculo do valor e fixação do número de prestações;

II — Recolher à repartição arrecadadora de sua jurisdição, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da vigência deste decreto-lei, a primeira prestação do débito parcelado;

III — Entregar um exemplar de comprovante do pagamento, devidamente quitado pelo órgão arrecadador, à repartição fiscal própria, da sua jurisdição, até o 10º (décimo) dia do respectivo recolhimento;

IV — Manter atualizado o recolhimento do tributo a que estiver sujeito.

Art. 6º O não pagamento de 2 (duas) prestações sucessivas ou o atraso por duas vezes consecutivas, do recolhimento do tributo a que estiver sujeito, importará no cancelamento dos favores previstos no art. 4º deste decreto-lei, ficando restabelecidas a penalidade originária e a correção monetária, calculadas sobre o remanescente da dívida, sendo o contribuinte declarado devedor remisso, passível da aplicação das sanções previstas na lei de regência.

Art. 7º Fica instituído nas repartições fiscais um registro para o controle do recolhimento das parcelas previstas no art. 4º deste decreto-lei, conforme instruções a serem baixadas pelo Departamento de Rendas Internas.

Art. 8º São anistiadas as infrações à legislação fiscal praticadas até a data da publicação deste decreto-lei e de que não tenham decorrido falta ou insuficiência de recolhimento de tributos ou quando o valor originário destes não atingir quantia superior a NCr\$ 100,00 (cem cruzeiros novos).

Art. 9º Excluem-se dos favores da redução prevista no art. 4º e da anistia concedida pelo art. 8º deste decreto-lei as infrações passíveis das penalidades do art. 83 da Lei número

4.502, de 30 de novembro de 1964 e as conceituadas pelos arts. 71, 72 e 73 do mesmo diploma legal.

Art. 10. A mercadoria saída, sem que haja saldo de imposto previamente recolhido, do estabelecimento de contribuinte declarado devedor remisso, sujeito ao regime de recolhimento prévio do imposto sobre Produtos Industrializados previsto no art. 26, item II, da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, será apreendida pela fiscalização de rendas internas.

§ 1º Quando se tratar de mercadoria cujo valor já tenha sido pago pelo adquirente, só será efetuada a apreensão se este tiver tido notícia, em ato impresso ou escrito, da situação fiscal do devedor.

§ 2º Para fins de controle, o contribuinte devedor remisso fica obrigado a declarar, nas notas fiscais que emitir, o saldo anterior do imposto previamente recolhido, o imposto devido na própria nota e o novo saldo resultante, equiparando-se ao crime de sonegação fiscal previsto no art. 1º, item I, da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, a falsidade dessa declaração ou a sua omissão.

§ 3º A mercadoria apreendida, na forma deste artigo, somente será restituída após o integral pagamento do débito apurado no respectivo processo fiscal.

§ 4º Decorrido, sem recurso, o prazo marcado na decisão, e não satisfeito o débito fiscal, será a mercadoria levada a leilão para o pagamento da importância devida, restituindo-se ao contribuinte o valor excedente, se houver.

Art. 11. As multas por infração à legislação fiscal serão impostas ou revistas de acordo com a lei que tratar mais benignamente a falta apurada.

Art. 12. As multas de mora também são sujeitas à correção monetária.

Art. 13. Este decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo

único do art. 58 da Constituição entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de maio de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

Helio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 327 — DE 11 DE MAIO DE 1967

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de NCr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos) destinado a atender no corrente ano as despesas de gratificação especial do Serviço Nacional de Informações.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 58, item II, da Constituição Federal e da autorização contida no artigo 1º, do Decreto-lei nº 282, de 28 de fevereiro de 1967, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de NCr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos) para atender no exercício de 1967 às despesas de gratificação especial devida pelo Serviço Nacional de Informações (S.N.I.), por força do que dispõe o Decreto nº 59.835, de 21 de dezembro de 1966.

Art. 2º O valor do crédito de que trata o artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da redução, em igual importância, da dotação consignada ao código orçamental número 4.01.01, Categoria Econômica 4.1.2.0, do vigente orçamento.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

II — DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 1967

Aprova o Instrumento de Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (nº 3, 1964 adotado pela Conferência Internacional do Trabalho em sua quadragésima-oitava sessão, celebrada em Genebra e declarada encerrada em 9 de julho de 1964.

Art. 1º E' aprovado o Instrumento de Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (nº 3) 1964, adotado pela Conferência Internacional do Trabalho em sua quadragésima-oitava sessão, celebrada em Genebra e declarada encerrada em 9 de julho de 1964, o qual acrescenta ao art. 1º da Constituição o seguinte parágrafo:

"6. A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho pode, em qualquer sessão da qual esteja inscrito na ordem do dia, e por maioria de dois terços dos delegados presentes à sessão, inclusive os dois terços dos delegados governamentais presentes e com direito a voto, expulsar da Organização Internacional do Trabalho todo Membro que tenha sido expulso das Nações Unidas, ou suspender do exercício de seus direitos e privilégios inerentes à qualidade de Membro da Organização Internacional do Trabalho, qualquer Membro que tenha sido suspenso do exercício dos direitos e privilégios inerentes à qualidade de Membro das Nações Unidas, a suspensão não prejudicará a validade das obrigações do Membro resultantes da Constituição e das convenções das quais seja parte".

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 5 de abril de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1967

Aprova a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, adotada, em 24 de abril de 1963, pela Conferência das Nações Unidas sobre Relações Consulares.

Art. 1º E' aprovada a Convenção de Viena sobre Relações Consulares adotada, em 24 de abril de 1963, pela Conferência das Nações Unidas sobre Relações Consulares.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de abril de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº III, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1967

Concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do território nacional.

Art. 1º É concedida autorização ao Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, para se ausentar do território nacional, no decorrer do mês de abril do corrente ano, a fim de participar da Reunião de Chefes de Estado Americanos, a se realizar em Punta del Este, República Oriental do Uruguai.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Senado Federal, em 5 de abril de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 5º alínea c e § 6º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1967

Autoriza a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional a complementar todas as vendas autorizadas por lei e realizadas por concorrência pública.

Art. 1º A Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional é autorizada a complementar todas as vendas autorizadas por lei e realizadas por concorrência pública, inclusive a Pinho e Terras Ltda., cujos processos estejam tramitando administrativa ou judicialmente, ainda que para os fins previstos no nº III do art. 77 da Constituição Federal de 1946.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de abril de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº 1, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1967

Aprova o "Acôrdio Básico de Cooperação Técnica e Científica entre os Estados Unidos do Brasil e a República Socialista da Tchecoslováquia", firmado na cidade de Praga, a 27 de fevereiro de 1964.

Art. 1º E' aprovado o "Acôrdio Básico de Cooperação Técnica e Científica entre os Estados Unidos do Brasil e a República Socialista da Tchecoslováquia", firmado na cidade de Praga, a 27 de fevereiro de 1964.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 11 de maio de 1967

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1967

Denega recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do soldado Walter Pereira Barbosa.

Art. 1º E' denegado o recurso do Tribunal de Contas interposto no processo nº 1.796-62 para o fim de ser mantida a reforma do soldado Walter Pereira Barbosa, tornando-se definitivo o ato praticado em 14 de dezembro de 1965, de acôrdio com autorização concedida pelo Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos nº 014-DF, de 8 de setembro de 1965, do Ministro da Guerra.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 11 de maio de 1967

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1967

Denega recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do 3º Sargento Carlos Ricardo da Nóbrega.

Art. 1º E' denegado o recurso do Tribunal de Contas interposto no processo nº 45.851-64 para o fim de ser mantida a reforma do 3º Sargento Carlos Ricardo da Nóbrega, tornando-se definitivo o ato praticado em 7 de julho de 1966, de acôrdio com autorização concedida pelo Presidente da

República, exarada na Exposição de Motivos nº 3, de 10 de janeiro de 1966, do Ministro da Aeronáutica.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 11 de maio de 1967

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1967

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do Cabo Francisco Canindé de Araújo

Art. 1º E denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas interposto no processo nº 45.848-64 para o fim de ser mantida a reforma do Cabo Francisco Canindé de Araújo, tornando-se definitivo o ato praticado em 17 de junho de 1966, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos nº 146, de 11 de agosto de 1965 do Ministro da Aeronáutica.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 5º, alínea "c", da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 1967

Mantém decisão do Tribunal de Contas referente a termo de rescisão de contrato celebrado entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Derson de Almeida"

Art. 1º E mantida a decisão, de 19 de março de 1954, do Tribunal de Contas referente ao termo, de 16 de fevereiro de 1954, de rescisão do contrato celebrado, em 25 de setembro de 1950, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Derson de Almeida" para o desempenho, no Instituto Agrônomo do Norte, da função de Assistente da Seção de Química.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 5º, alínea "c", da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 1967

Mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução de contrato celebrado, em 1º de janeiro de 1955, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Guilherme Tell Bebianno"

Art. 1º É mantida a decisão, de 23 de agosto de 1955, do Tribunal de Contas para o fim de ser sustada a execução do contrato celebrado, em 1º de janeiro de 1955, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Guilherme Tell Bebianno" para o desempenho, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, dependência do Serviço Florestal em Teresópolis, da função de médico.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 5º, alínea "c", da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 1967

Mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução de termo, de 14 de dezembro de 1955, aditivo a contrato celebrado entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Anton Dakitsch".

Art. 1º É mantida a decisão, de 13 de março de 1956, do Tribunal de Contas para o fim de ser sustada a execução do termo, de 14 de dezembro de 1955, aditivo ao contrato celebrado, em 5 de maio de 1954, entre o "Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Anton Dakitsch", para o desempenho, na Diretoria do Ensino Industrial, da função de Técnico em Artes Gráficas.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1967

Mantém decisão, de 20 de dezembro de 1963, do Tribunal de Contas, proferida no processo nº 70.542-63, de interesse da firma Empresa de Ferragens e Motores "Moto" Ltda.

Art. 1º É mantida a decisão, de 20 de dezembro de 1963, do Tribunal de Contas, proferida no processo nº 70.542-63 e que se refere ao pagamento

da despesa de NCr\$ 355,00 (trezentos e cinquenta e cinco cruzeiros novos) à firma Empresa de Ferragens e Motores "Moto" Ltda., pelo fornecimento de material ao Ministério da Educação e Cultura, para o fim de tornar sem efeito o ato, de 6 de abril de 1967, praticado em virtude de autorização do Presidente da República.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 5º, alínea "c", da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1967

Mantém decisão do Tribunal de Contas para o fim de sustar a execução do contrato de empréstimo celebrado, em 23 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Estado do Espírito Santo

Art. 1º É mantida a decisão, de 18 de dezembro de 1963, do Tribunal de Contas para o fim de ser sustada a execução do contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos), celebrado, em 23 de outubro de 1963, entre a União Federal e o Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei nº 320, de 29 de março de 1967, que prorroga por 180 (cento e oitenta) dias o início da vigência do Decreto-lei nº 265, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 1º É aprovado o texto do Decreto-lei nº 320, de 29 de março de 1967, que prorroga por 180 (cento e oitenta) dias o início da vigência do Decreto-lei nº 265, de 25 de fevereiro de 1967, que cria a Cédula Industrial Pignoratícia, altera disposições sobre a duplicata, e dá outras providências.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 26 de maio de 1967

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei nº 319, de 27 de março de 1967, que prorroga o prazo para cobrança e recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre os derivados de petróleo.

Art. 1º É aprovado o texto do Decreto-lei nº 319, de 27 de março de 1967, que prorroga o prazo para cobrança e recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre os derivados do petróleo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei nº 321, de 4 de abril de 1967, que dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966.

Art. 1º É aprovado o texto do Decreto-lei nº 321, de 4 de abril de 1967, que dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 5.020, de 7 de junho de 1966, alterado pelo Decreto-lei nº 174, de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as promoções dos Oficiais da Ativa da Aeronáutica e dá outras providências.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de maio de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1967

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do 2º Sargento Milton Anastácio Alves

Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas interposto no processo nº 13.218-65, para o fim de ser mantida a reforma do 2º Sargento Milton Anastácio Alves, tornando-se definitivo o ato praticado em 10 de junho de 1966, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos nº 012, de 28 de março de 1966 do Ministro da Guerra.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de junho de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 1967

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do cidadão Luiz Hammes.

Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas interposto no processo nº 49.756-62, para o fim de ser mantida a reforma do soldado Luiz Hammes tornando-se definitivo o ato praticado em 14 de dezembro de 1965, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República exarada na Exposição de Motivos nº 017-DF, de 8 de setembro de 1965, do Ministro da Guerra.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de junho de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1967

Aprova a Convenção Internacional, sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela Resolução nº 2.106 (XX) da Assembleia-Geral das Nações Unidas, de 21 de dezembro de 1965.

Art. 1º É aprovada a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela Resolução número 2.106 (XX) da Assembleia-Geral das Nações Unidas, de 21 de dezembro de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de junho de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

O texto da Convenção acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no D.C.N. (Seção II).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1967

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de tornar definitivo o ato praticado em 14 de junho de 1966, relativamente à despesa de NCr\$ 11.864,66 (onze mil, oitocentos e sessenta e quatro cruzeiros novos e sessenta e seis centavos), para pagamento à Conservadora Brasileira Ltda.

Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas, interposto no Processo nº MF 25.982-66, para o fim de tornar definitivo o ato praticado em 14 de junho de 1966, de acordo com autorização con-

cedida pelo Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos n.º 979 de 29 de novembro de 1965 do Ministro da Educação e Cultura, relativamente à despesa de NCrs 11.864,66 (onze mil, oitocentos e sessenta e quatro cruzeiros novos e sessenta e seis centavos), para pagamento à Conservadora Brasileira Ltda., proveniente de serviços de limpeza executados no Colégio Pedro II — Internato, no período de 25 de março a 7 de junho de 1965.

Art. 2. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de junho de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei nº 323, de 19 de abril de 1967, que altera a legislação sobre o imposto de renda

Artigo único. E' aprovado o texto do Decreto-lei n.º 323, de 19 de abril de 1967, que altera a legislação sobre o imposto de renda.

Senado Federal, em 28 de junho de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei nº 324, de 27 de abril de 1967, que prorroga o prazo de aplicação do disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 100, de 10 de janeiro de 1967.

Artigo único. E' aprovado o texto do Decreto-lei n.º 324, de 27 de abril de 1967, que prorroga o prazo de aplicação do disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 100, de 10 de janeiro de 1967.

Senado Federal, em 28 de junho de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei nº 325, de 3 de maio de 1967, que dispõe sobre os recursos da arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante e do Fundo de Marinha Mercante.

Artigo único. E' aprovado o texto do Decreto-lei n.º 325, de 3 de maio de 1967, que dispõe sobre os recursos de arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante e do Fundo de Marinha Mercante.

Senado Federal, em 28 de junho de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei nº 326, de 8 de maio de 1967, que dispõe sobre o recolhimento do imposto sobre produtos industrializados, e dá outras providências.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 326, de 8 de maio de 1967, que dispõe sobre o recolhimento do imposto sobre produtos industrializados, e dá outras providências.

Senado Federal, em 28 de junho de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

III — LEIS

LEI Nº 5.253 — DE 4 DE ABRIL DE 1967

Acréscimo parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950, que estabelece normas para a aposentadoria e pensão dos servidores das autarquias pertencentes ao patrimônio da União

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Parágrafo único. Os servidores referidos neste artigo terão computados 255 dias de efetivo embarque barra a fora, como um ano de serviço.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas Gonçalves Passarinho

Mário David Andreazza

LEI Nº 5.254 — DE 4 DE ABRIL
DE 1967

Prorroga o prazo de existência do Conselho Federal de Odontologia provisório e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica prorrogado, até 30 de junho de 1967, o prazo de existência do Conselho Federal de Odontologia provisório, instituído pelo artigo 25 da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, e instalado em 18 de agosto de 1966, bem como, por igual prazo, as respectivas competências,

atribuições e deveres, fixados nos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, e o mandato dos seus membros.

Art. 2º O prazo para designação dos Conselhos Regionais provisórios e eleição e instalação dos Conselhos Regionais é igualmente prorrogado até 30 de junho de 1967.

Art. 3º Os Conselhos Regionais provisórios designados pelo Conselho Federal de Odontologia provisório dentro do prazo estabelecido pelo § 1º do art. 25 da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, e que ainda não hajam sido substituídos pelos Conselhos Regionais, são considerados subsistentes, sendo prorrogados, até a data estabelecida pelo art. 1º desta Lei, as res-

pectivas competências, atribuições, deveres e o mandato de seus membros.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas J. Passarinho

Leonel Tavares Miranda de Albuquerque

LEI Nº 5.255 — DE 5 DE ABRIL
DE 1967

Unifica as 1ª e 2ª Classes de Bombeiros, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São fundidas, na graduação de Soldado Bombeiro, as atuais 1ª e 2ª Classes de Bombeiros, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 2º O Soldado Bombeiro terá os vencimentos previstos no art. 184, § 1º, letra b, da Lei nº 4.328, de 30 abril de 1964.

Art. 3º Os militares já reformados na graduação de Bombeiro de 2ª Classe, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, terão os seus proventos equiparados aos vencimentos previstos nesta Lei para o Soldado Bombeiro, apostilando-se as respectivas cartas de provisão de reforma.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antônio da Gama e Silva

LEI Nº 5.256 — DE 6 DE ABRIL
DE 1967

Dispõe sobre a prisão especial

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nas localidades em que não houver estabelecimento adequado ao recolhimento dos que tenham direito a prisão especial, o juiz, considerando a gravidade e as circunstâncias do crime, ouvido o representante e do Ministério Público, poderá autorizar a prisão do réu ou indiciado na própria residência, de onde o mesmo não poderá afastar-se sem prévio consentimento judicial.

Art. 2º A prisão domiciliar não exonera o réu ou indiciado da obrigação de comparecer aos atos policiais ou judiciais para os quais for convocado, ficando ainda sujeito a outras limitações que o juiz considerar indispensáveis à investigação policial e à instrução criminal.

Art. 3º Por ato de ofício do juiz, a requerimento do Ministério Público ou da autoridade policial, o beneficiário da prisão domiciliar poderá ser submetido a vigilância policial, exercida sempre com discricção e sem constrangimento para o réu ou indiciado e sua família.

Art. 4º A violação de qualquer das condições impostas na conformidade da presente Lei implicará na perda do benefício da prisão domiciliar, devendo o réu ou indiciado ser recolhido a estabelecimento penal, onde permanecerá separado dos demais presos.

Parágrafo único. Neste caso o diretor do estabelecimento poderá aproveitar o réu ou indiciado nas tarefas administrativas da prisão.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antônio da Gama e Silva

LEI Nº 5.257 — DE 7 DE ABRIL
DE 1967

Dispõe sobre as Tomadas de Contas em atraso dos exatores federais

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As Tomadas de Contas dos exatores federais, relativas aos períodos anteriores ao corrente exercício, dependentes de levantamento, são consideradas prescritas, salvo as dos que acusarem débitos superiores à metade do maior salário-mínimo vigente, na escrituração a cargo das Delegações da Contadoria Geral da República.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União expedirá quitação àqueles cujas tomadas estiverem prescritas na forma do artigo anterior e autorizará o levantamento das cauções dos que não estiverem mais no exercício do cargo.

Art. 3º As disposições desta Lei não se aplicarão àqueles a quem, em qualquer época, fôr imputado desfalque, alcance ou desvio de bens da União.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.258 — DE 10 DE ABRIL DE 1967

Dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os menores de 14 anos que praticarem fatos definidos como infrações penais ficam sujeitos a medidas de proteção, assistência, vigilância e reeducação de acordo com sua personalidade e a natureza, os motivos e as circunstâncias do fato (art. 4º).

Art. 2º Os menores de 18 anos e maiores de 14, pela prática de fatos definidos como infrações penais, ficam sujeitos às seguintes medidas, sem prejuízo das referidas no artigo 1º:

a) Se o menor pratica fato definido em lei como infração penal a que não seja cominada pena de reclusão e fôr moralmente abandonado, pervertido ou se achar em perigo de o ser, o Juiz poderá, tendo em conta os elementos mencionados no § 1º, 2ª parte, deste artigo:

1) interná-lo em estabelecimento apropriado para a sua reeducação, pelo menos por seis meses e até no máximo, atingir idade de 21 anos, provendo sobre as condições da internação observado o disposto nos §§ 3º, 4º, 1ª parte 8º e 10º deste artigo;

2) entregá-lo à sua família ou a uma outra idônea, mediante as condições que determinar, ressalvada a internação se a medida se mostrar insuficiente.

b) Se o menor praticar fato definido em lei como infração penal a que seja cominada pena de reclusão, o Juiz mandará interná-lo em estabelecimento apropriado para a sua reeducação, pelo tempo e nas condições constantes dos parágrafos seguintes:

§ 1º O prazo de internação não será inferior a dois terços do mínimo, nem superior a dois terços do máximo da pena privativa de liberdade cominada ao fato na lei penal. Dentro desses limites, o Juiz fixará o prazo mínimo de internação atendendo a personalidade e, notadamente, ao maior ou menor grau de periculosidade, abandono moral e perversão do menor, bem como à natureza, aos motivos e às circunstâncias do fato.

§ 2.º Decorrido o prazo da internação fixado na forma do parágrafo anterior, o Juiz de ofício, mediante proposta da administração do estabelecimento, ou a requerimento do pai ou responsável, ou do Ministério Público, que será sempre ouvido, e precedendo exame pericial na pessoa do menor, poderá relaxar a internação, se houver elementos que evidenciem a cessação da periculosidade, caso em que procederá na forma do § 7.º.

Em casos excepcionais de manifesta cessação da periculosidade, o Juiz poderá relaxar a internação após o decurso da metade, pelo menos, do referido prazo, observado o disposto no § 7.º.

O desligamento constará sempre, de decisão motivada, observando-se, no que for aplicável, o disposto no artigo 6.º e seus parágrafos, quanto ao reexame, que terá efeito suspensivo.

§ 3.º Nenhuma medida será aplicada se ocorrer causa que isente de crime ou de pena as pessoas maiores de 18 anos, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 4.º Se, mediante pericia e outros elementos de convicção, ficar positiva a insanidade mental do menor, o Juiz, sempre depois de observá-lo pessoalmente, ordenará a sua internação em manicômio judiciário ou em casa de custódia e tratamento pelo prazo mínimo que fixar não inferior a um ano, tendo em conta a pena cominada na lei ao fato, até que possa ser desligado com observância, no que for aplicável, do disposto no § 2.º.

Verificada diminuição apenas, da sanidade mental do menor, o Juiz aplicará o disposto no § 1.º, mas o prazo mínimo da internação poderá ser diminuído de um terço.

§ 5.º Em caso de particular periculosidade, cu quando não houver estabelecimento adequado, a internação será feita em seção especial de estabelecimento destinado a adultos.

§ 6.º Completada a maioridade no curso da internação, sem que haja sido declarada a cessação da periculosidade aplicar-se-á o disposto nos §§ 2.º e 3.º do art. 7.º do Decreto-Lei nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941, sem prejuízo do prazo da internação e das condições para o desligamento, observando-se, no que for aplicável, o disposto nos artigos 2.º, § 2.º, e 6.º e seus parágrafos, competente o Juiz das execuções criminais e, para o reexame, o Tribunal das apelações criminais.

§ 7.º O Juiz deverá sujeitar o menor desligado em virtude da cessação da periculosidade a vigilância, nas condições que estabelecer, e por prazo não inferior a um ano e cassar o desligamento se houver inobservância das condições ou nova revelação de periculosidade caso em que dilatará o prazo mínimo da internação dentro do máximo estipulado no art. 2.º, § 1.º, aumentado de um terço.

O menor e os responsáveis por sua guarda serão advertidos pelo Juiz das condições da liberdade vigiada, à qual se aplica no em que não contrariar esta Lei o disposto no Capítulo VIII da Parte Geral do Decreto nº 17.943, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores).

A fiscalização da observância das condições da liberdade vigiada ficará a cargo dos agentes do Juízo, que poderá confiá-la a particulares idôneos, mediante compromisso.

Se durante a internação ou a liberdade vigiada o menor praticar novo fato nos termos do inciso b deste artigo, proceder-se-á na forma do art. 3.º e seus parágrafos. Neste caso o Juiz poderá dilatar o prazo mínimo da internação a que estava sujeito o menor, além de aumentar esse prazo do que fixar pela prática do novo fato, na forma do disposto nos parágrafos deste artigo.

Na fixação da pena criminal aos maiores de 18 anos, serão levados em conta, para os efeitos do art. 42, do Código Penal, os elementos da vida progressa constantes do Juízo de Menores (art. 5.º).

§ 8.º Nenhuma medida será aplicável se da data do fato houver decorrido metade do prazo da prescrição penal que lhe corresponde.

§ 9.º Os menores internados serão sempre separados dos maiores e os particularmente pervertidos cu perigosos dos outros menores.

§ 10. Nos estabelecimentos de internação os menores serão sujeitos a trabalho e instrução adequados, de acordo com os respectivos regulamentos. Ser-lhes-á ministrada educação moral, permitida a religiosa.

Art. 3.º Sempre que tiver conhecimento da prática, por menor de 14 a 18 anos de fato definido como infração penal, a autoridade policial iniciará investigações e fará apresentar *incontinenti* o menor ao Juiz competente

§ 1.º O Juiz, depois de ouvir o menor, as testemunhas, os pais e responsáveis, bem como as pessoas que julgar conveniente, resolverá sobre o seu destino provisório e marcará prazo para a conclusão das investigações policiais.

§ 2.º Recebidas e autuadas as investigações o Juiz mandará abrir vista do processo, por cinco dias, ao Ministério Público.

§ 3.º A seguir, o Juiz determinará as diligências que entender, marcando o respectivo prazo.

§ 4.º E' sempre necessário o exame pericial, para averiguar o grau de desenvolvimento mental do menor, bem como se ocorre as condições previstas no § 4.º do art. 2.º.

§ 5.º Completadas as diligências, o Juiz ouvirá novamente o menor e, conclusos os autos após audiência, em dez dias do Ministério Público, no prazo de vinte dias, proferirá decisão fundamentada.

§ 6.º O menor será submetido a tratamento apropriado quando o seu estado o exigir.

Art. 4.º Quando se tratar de menor de 14 anos, a autoridade policial logo que tiver conhecimento da ocorrência fará apresentar o menor e as testemunhas ao Juiz competente que procederá, sem prejuizo do disposto nesta lei na forma dos artigos 68 e seus parágrafos e 79 do Decreto número 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores), com audiência do Ministério Público

A internação não poderá prolongar-se além da data em que o menor completar 18 anos de idade.

Art. 5.º O escrivão registrará, em livro especial, qualquer decisão definitiva sobre menor de 18 anos bem como a qualificação do menor, dos pais ou responsáveis e das testemunhas.

A decisão só será comunicada aos pais ou responsáveis ou à autoridade judicial ou policial reservadamente.

Parágrafo único. Para os efeitos do processo, deve ser considerada a idade do menor à data do fato.

Art. 6.º A decisão definitiva do Juiz ficará sujeita a reexame do Conselho de Justiça, no Distrito Federal, ou de órgão judiciário correspondente nos Estados a pedido do Ministério Público, ou do pai ou responsável.

§ 1º O pedido de reexame terá efeito devolutivo e será apresentado dentro de dez dias contados da intimação, devendo os autos subir no prazo de cinco dias, após ouvidos, em tríduo, o Ministério Público, e, quando for caso, o pai ou responsável. O órgão revisor poderá determinar as diligências que entender convenientes para seu esclarecimento.

§ 2.º Da decisão a que se referem os arts. 2.º §§ 2.º e 4.º, e 3.º § 5.º, caberá sempre o reexame, por provocação do Juiz, na própria decisão, devendo os autos subir imediatamente após passado o prazo para o pedido de reexame referido no § 1.º

Art. 7. Compete ao Juiz a designação do estabelecimento a que deva ser recolhido o menor, atendida a necessidade de tratamento especial. Mediante decisão motivada o Juiz poderá transferir o menor de um para outro estabelecimento ou alterar o regime da internação.

Parágrafo único. Sem prejuízo da responsabilidade civil, (Código Civil, arts. 159 e segs.), o Juiz arbitrará, na sentença em que determinar a internação, a pensão mensa, que o internado, ou quem lhe deva alimentos, pagará pela sua manutenção no estabelecimento a que fôr recolhido, observado, no que fôr aplicável o disposto nos arts. 400 e 401 do Código Civil.

Art. 8.º O Juiz poderá ouvir os técnicos ou os funcionários que hajam examinado ou assistido o menor.

Art. 9.º Em todos os casos o Juiz estudará a personalidade do menor, sobretudo em seu ambiente familiar e social, mandando proceder reservadamente, a perícias e inquéritos necessários à individualização do tratamento e da reeducação.

Art. 10. A autoridade policial encaminhará ao Juiz competente o menor de 18 anos que fôr encontrado viajando ou vagando sem ter destino certo ou meios próprios de subsistência, bem como o que fôr achado em lugar ou companhia cuja frequência lhe é interdita.

Art. 11. O processo de alimentos devidos a menores abandonados será iniciado por petição ao Juiz de Menores e obedecerá ao rito estabelecido no art. 685 do Código de Processo Civil, cabendo reexame da decisão na forma do art. 6.º e seu § 1.º, no que fôr aplicável.

Art. 12. A autorização para o trabalho, expedida pelo Juiz de Menores suprirá, durante o prazo de um ano a carteira de trabalho de que trata o Título III, Capítulo IV Seção III da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-lei. n.º 5 452 de 1.º de maio de 1943.

Parágrafo único. Expedida a autorização, o Juiz de Menores promoverá a emissão da carteira de trabalho do menor, enviando à autoridade competente os documentos necessários.

Art. 13. As multas estabelecidas pelas leis de assistência e proteção a menores, serão impostas pelo Juiz competente nos processos em curso, ou em processos especiais.

§ 1.º O processo especial de multa será iniciado com o auto de infração lavrado por funcionário competente e subscrito por duas testemunhas.

§ 2.º Poderão ser utilizadas fórmulas impressas com os dizeres comuns do auto, preenchidos os claros e inutilizadas as linhas em branco.

§ 3.º Sempre que possível, a lavratura do auto seguir-se-á imediatamente, à verificação da infração, certificando-se, em caso contrário, os motivos do retardamento.

Art. 14. Aos atuados será facultado o prazo de 15 dias para apresentação da defesa contado da data da intimação que será feita:

a) pelo atuante, no próprio auto quando este fôr lavrado na presença do atuado;

b) por oficial ou funcionário do Juízo, que entregará cópia do auto ao infrator ou ao seu representante legal, lavrando certidão;

c) por via postal, se não fôr encontrado o infrator ou seu representante legal;

d) por edital, com o prazo de 30 dias, se incerto ou não sabido o paradeiro do infrator ou seu representante legal.

Art. 15. Com a defesa poderá o atuado apresentar documento, arrolar testemunhas, e requerer outras provas.

§ 1.º Para a produção das provas será concedido prazo suplementar de 5 dias, findo o qual subirão os autos ao Juiz para decidir dentro de 10 dias.

§ 2.º Da decisão do Juiz caberá reexame, nos termos do art. 6º e seu § 1.º, no que couber se a multa for superior a Cr\$ 2.000,00.

Art. 16 As multas serão cobradas pela União ou pelo Estado mediante executivo fiscal.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito até a importância de Cr\$ 50.000.000,00 ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores para a criação, ampliação e reforma de estabelecimentos destinados à internação de menores, adaptando-os de modo a assegurar a execução desta lei.

Art. 18. Continua em vigor a legislação especial a respeito de menores, no que não contrariar o disposto nesta lei.

Art. 19 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.259 — DE 12 DE ABRIL
DE 1967

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, o barco doado ao Museu de Biologia Professor Melo Leitão.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para o barco, inteiramente equipado, a que se refere a licença sem cobertura cambial nº DG-66/3944-3581, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, doado ao Museu de Biologia, Professor Melo Leitão, sediado na cidade de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

PEDRO ALEIXO

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.260 — DE 12 DE ABRIL
DE 1967

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, equipamento complementar a um conjunto eletrônico, importado pelo Centro Eletrônico de Processamento de Dados do Paraná S.A.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho

aduanheiro, para o equipamento complementar a um conjunto eletrônico, constante do certificado de cobertura cambial nº 9-66/362, emitido pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S. A., importado pelo Centro Eletrônico de Processamento de Dados do Paraná S.A., entidade de economia mista organizada pelo Governo do Estado.

Art. 2º. A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

PEDRO ALEIXO

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.261 — DE 12 DE ABRIL
DE 1967

Concede isenção de tributos para equipamento telefônico destinado à Sociedade Telefônica do Paraná S.A., sediada em Maringá, Estado do Paraná.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduanheiro para o equipamento telefônico destinado à Sociedade Telefônica do Paraná S.A., sediada em Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º. A isenção concedida não se aplica aos materiais com similar na indústria nacional.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

PEDRO ALEIXO

Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.262 — DE 12 DE ABRIL
DE 1967

Isenta do imposto de importação, do imposto sobre produtos industrializados e da taxa de despacho aduanheiro, equipamentos destinados à ampliação de uma fábrica de prensados duros de fibras de madeira.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida isenção do imposto de importação, do imposto sobre produtos industrializados e da taxa de despacho aduanheiro, para os equipamentos amparados pelas licenças ns. DG-66/4.537-3.951 e DG-66/4.536-3.950, emitidas pela Carteira do Comércio Exterior, importados pela Eucatex S.A. — Indústria e Comércio, São Paulo (SP), para a ampliação de sua fábrica de prensados duros de fibras de madeira.

Art. 2º. A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

PEDRO ALEIXO

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.263 — DE 17 DE ABRIL
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de NCr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros novos), destinado à Fundação Universidade de Brasília.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de NCr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros novos), destinado a atender a despesas resultantes da expansão das atividades de ensino, pesquisa e difusão cultural da Fundação Universidade de Brasília.

Art. 2º. O crédito especial de que trata esta Lei será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra
Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.264 — DE 17 DE
ABRIL DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 144.569,27 (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove cruzeiros novos e vinte e sete centavos), para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério das

Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 144.569,27 (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove cruzeiros novos e vinte e sete centavos), destinado a atender a despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente de Israel e de sua comitiva.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta lei será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.265 — DE 17 DE ABRIL
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça, o crédito especial de NCr\$ 2.535.000,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil cruzeiros novos), destinado à Polícia do Distrito Federal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Justiça, o crédito especial de NCr\$ 2.535.000,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil cruzeiros novos), destinado à aquisição de veículos automóveis e material de rádio-comunicações para a Polícia do Distrito Federal.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta lei será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.266 — DE 17 DE ABRIL
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, o crédito especial de NCr\$ 917,70 (novecentos e dezessete cruzeiros novos e setenta centavos), para pagamento de despesas de exercicios encerrados.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, o crédito especial de NCr\$ 917,70 (novecentos e dezessete cruzeiros novos e setenta centavos), destinado ao pagamento de contas de assinaturas e de outras despesas devidas, nos exercicios de 1963, 1964 e 1965, ao Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta Lei será automaticamente registrado e distribuido ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antonio da Gama e Silva

Antonio Delfim Netto

Mário David Andreazza

LEI Nº 5.267 — DE 17 DE ABRIL
DE 1967

Proíbe a exibição de "trailers" de filmes impróprios para crianças, nos espetáculos para menores.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É proibida a exibição de "trailers" de filmes impróprios para menores nos espetáculos em que seja permitido o ingresso de menores.

Parágrafo único. A idade mínima, que fôr fixada na censura do principal filme em exibição, será obedecida para todos os complementos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antonio da Gama e Silva

Tarso Dutra

LEI Nº 5.268 — DE 17 DE ABRIL
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério dos Transportes, o crédito especial de NCr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos), para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério dos Transportes, o crédito especial de NCr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos), destinado à construção de uma garagem-oficina para abrigo e reparo das viaturas a ele pertencentes.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.269 — DE 20 DE ABRIL DE 1967

Altera, sem aumento de despesas, dotações do Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — consignadas na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do parágrafo 3º. do artigo 62, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as dotações abaixo especificadas referentes ao Anexo 2.00.00 — Poder Legislativo e Órgãos Auxiliares — 2.01.00 — Câmara dos Deputados, Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, como se segue:

Categoria Econômica — Espécie de Despesa	Em Milhares de cruzeiros		
	Natureza	Onde se lê	Leia-se
3.0.0.0 — Despesas Correntes			
3.1.0.0 — Despesas de Custeio			
3.1.1.0 — Pessoal			
3.1.1.1 — Pessoal Civil	V	5.602.500	5.402.500
3.2.0.0 — Transferências Correntes			
3.2.3.0 — Inativos			
3.2.3.1 — Pessoal Civil	F	1.330.000	1.460.000
3.2.5.0 — Salário Família			
3.2.5.1 — Pessoal Civil	F	160.000	230.000
TOTAL		7.092.500	7.092.500

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

LEI Nº 5.270 — DE 22 DE ABRIL DE 1967

Institui o "Dia da Comunidade Luso-Brasileira", e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o "Dia da Comunidade Luso-Brasileira", a ser comemorado, em todo o território nacional, no dia 22 de abril.

Art. 2º Das comemorações constarão, principalmente, conferências, atribuição de prêmios, curso e publicação de ensaios:

a) no Brasil, sobre as atividades sociais, econômicas e culturais dos portugueses no Brasil;

b) em Portugal, por intermédio da Embaixada do Brasil, sobre a participação do Brasil naquela comunidade.

Parágrafo único. Figurarão entre as comemorações no Brasil, ainda, palestras, festas e representações alusivas à data, nas escolas em geral.

Art. 3º Para organizar as comemorações do "Dia da Comunidade Luso-Brasileira" o Ministro da Educação e Cultura designará comissão composta de um representante de cada uma das seguintes autoridades:

- Ministério das Relações Exteriores;
- da Associação Brasileira de Imprensa;
- do Real Gabinete Português de Leitura;
- do Ministério da Educação e Cultura, que a presidirá.

Art. 4º As despesas desta lei correrão por conta, de dotações já existentes.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antônio da Gama e Silva

Sérgio Corrêa Affonso da Costa

Tarso Dutra

LEI Nº 5.271 — DE 24 DE ABRIL
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça o crédito especial de NCr\$ 3.291.576,96 (três milhões, duzentos e noventa e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzeiros novos e noventa e três centavos), destinado a atender a despesas decorrentes do pagamento de gratificação de função policial instituída pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965,

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Justiça o crédito especial de NCr\$ 3.291.576,93 (três milhões, duzentos e noventa e um mil quinhentos e setenta e seis cruzeiros novos e noventa e três centavos), destinado a atender ao pagamento das despesas referentes à gratificação pelo exercício de função policial instituída pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, e pelo Decreto número 59.310, de 27 de setembro de 1966, sendo NCr\$ 1.153.869,30 (um milhão, cento e cinquenta e três mil, oitocentos e sessenta e nove cruzeiros novos e trinta centavos) para a Polícia do Distrito Federal e NCr\$ 2.137.707,63 (dois milhões, cento e trinta e sete mil, setecentos e sete cruzeiros novos e sessenta e três

centavos) para o Departamento de Polícia Federal, relativamente ao exercício de 1966.

Art. 2º. O crédito especial de que trata esta Lei será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antônio da Gama e Silva

Fernando Ribeiro do Val

LEI Nº 5.272 — DE 24 DE ABRIL
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 60.924,21 (sessenta mil novecentos e vinte e quatro cruzeiros novos e vinte e um centavos), destinado a atender a despesas com a participação do Brasil na IV Feira Internacional de Nova York, realizada em 1960.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério das

Relações Exteriores, o crédito especial de NC\$ 60.924,21 (sessenta mil, novecentos e vinte e quatro cruzeiros novos e vinte e um centavos), destinado a atender a despesas com a participação do Brasil na IV Feira Internacional de Nova York, realizada em 1960.

Art. 2º. O crédito especial de que trata esta Lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Sérgio Corrêa Affonso da Costa

Fernando Ribeiro do Val

LEI Nº 5.273 — DE 24 DE ABRIL
DE 1967

Amplia o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º, do artigo 62, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º O Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8ª Região, aprovado pela Lei nº 409, de 25 de setembro de 1948, e alterado por leis subsequentes, passa a ser o constante da tabela anexa a esta Lei.

Parágrafo único. Os atuais cargos e funções do referido Quadro passam a ter os símbolos de vencimentos constantes da tabela anexa, ressalvadas as situações já constituídas em virtude de lei ou decisão judicial.

Art. 2º A atual função gratificada de Secretário do Presidente do Tribunal fica transformada em cargo

isolado de provimento em comissão, com a mesma denominação, e será de livre escolha e nomeação do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

Art. 3º O cargo de Arquivista-Bibliotecário, criado por esta Lei, obrigará o seu titular ao desempenho das duas funções.

Art. 4º Os cargos de Servente, do Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8ª Região, passarão a ser isolados de provimento efetivo e terão a denominação de Auxiliar de Portaria.

Parágrafo único. Ficam extintos, no Quadro acima referido, os cargos de Servente, símbolo PJ-7, enquadrando-se os demais no cargo a que se refere este artigo.

Art. 5º Os cargos isolados de provimento em comissão serão preenchidos por funcionários pertencentes ao Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8ª Região, ressalvado o disposto no art. 2º desta Lei.

Art. 6º Os cargos de carreira os isolados de provimento efetivo do Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região serão preenchidos mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 7º Os ocupantes da classe final da carreira de Auxiliar Judiciário terão, pelo critério de merecimento, apurado na forma da legislação vigente, acesso à carreira de Oficial Judiciário e preencherão metade das vagas existentes na classe inicial desta carreira.

Art. 8º Aos Porteiros de Auditório poderão ser atribuídas outras funções além das específicas do cargo.

Art. 9º Aplica-se aos funcionários do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região o disposto no art. 15 e seus parágrafos da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 10. As despesas decorrentes desta Lei deverão correr à conta dos créditos orçamentários do vigente exercício.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 1º

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

QUADRO DO PESSOAL

Numero de Cargos	ESPECIFICAÇÃO	Nível ou Símbolo
<i>Cargos Isolados de Provimento em Comissão</i>		
1	Diretor de Secretaria	PJ
1	Secretário do Presidente	PJ- 1
2	Diretor de Serviço	PJ- 2
4	Chefe de Seção	PJ- 3
1	Chefe de Protocolo	PJ- 4
<i>Cargos Isolados de Provimento Efetivo</i>		
5	Chefe de Secretaria	PJ- 1
3	Chefe de Secretaria	PJ- 2
1	Arquivista-Bibliotecário	PJ- 3
8	Oficial de Justiça	PJ- 8
1	Distribuidor	PJ- 3
1	Contador	PJ- 5
1	Contador-Auxiliar	PJ- 7
1	Avallador	PJ- 7
1	Depositário	PJ- 6
1	Almoxarife	PJ- 6
9	Porteiro de Auditório	PJ- 8
1	Motorista	PJ-12
10	Guarda Judiciário	PJ-12
1	Ascensorista	PJ-13
1	Zelador	PJ-10
20	Auxiliar de Portaria	PJ-12
<i>Cargos de Carreira</i>		
5	Oficial Judiciário	PJ- 3
7	Oficial Judiciário	PJ- 4
10	Oficial Judiciário	PJ- 5
10	Auxiliar Judiciário	PJ- 6
10	Auxiliar Judiciário	PJ- 8
15	Auxiliar Judiciário	PJ- 9

Brasília, 24 de abril de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antonio da Gama e Silva

LEI Nº 5.274 — DE 24 DE ABRIL
DE 1967

Dispõe sobre o salário-mínimo de menores, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do parágrafo 3º, do artigo 62, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º Para menores não portadores de curso completo de formação profissional, o salário-mínimo de que trata o Capítulo III do Título I, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.202, de 1º de maio de 1943, respeitada a proporcionalidade com que vigorar para os trabalhadores adultos da região, será escalonado na base de 50% (cinquenta por cento) para os menores entre 14 (quatorze) e 16 (dezesseis) anos de idade e em 75% (setenta e cinco) por cento para os menores entre 16 (dezesseis) e 18 (dezoito) anos de idade.

§ 1º Para os menores aprendizes assim considerados os menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 14 (quatorze) anos de idade sujeitos à formação profissional metódica do ofício em que exerçam seu trabalho, o salário-mínimo poderá ser fixado em até metade do estatuído para os trabalhadores adultos da região.

§ 2º A execução deste artigo não importará em diminuição de salários para os que estejam trabalhando sob condições pecuniárias mais vantajosas.

Art. 2º Ficam os empregadores obrigados a ter em seu serviço um número de trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos não inferior a 5% (cinco por cento) nem superior a 10% (dez por cento) do seu quadro de pessoal, percentuais estes calculados sobre o número de empregados que trabalhem em funções compatíveis com o trabalho do menor.

Art. 3º Ficam revogados o art. 80 e seu parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho, referido no art. 1º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de abril de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.275 — DE 24 DE ABRIL
DE 1967

Reorganiza o Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º, do artigo 62, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º As reclamações verbais, na Primeira Região da Justiça do Trabalho, nas localidades onde houver mais de uma Junta, serão reduzidas a termo no próprio Distribuidor, cujo ocupante passará a denominar-se Chefe do Serviço de Reclamações e Distribuição, mantido o mesmo símbolo.

Parágrafo único— As reclamações verbais e escritas, uma vez distribuídas pelo Juiz que o Presidente do Tribunal designar, serão notificadas ao reclamado pelo próprio Serviço de Reclamações e Distribuição, na forma do art. 841, §§ 1º e 2º, da C.L.T., para cujo efeito as Secretarias das Juntas, com a antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, fornecerão a pauta das audiências desimpedidas.

Art. 2º Os cargos de Diretor da Secretaria de Chefes do Serviço de Comunicações, do Protocolo e da Seção de Material e Orçamento passam a denominar-se, respectivamente, Diretor-Geral da Secretaria, Diretores dos Serviços de Correição, do Protocolo e de Material e Orçamento, conservados os atuais símbolos, PJ para o Diretor-Geral da Secretaria e PJ-0 para os demais.

Art. 3º Respeitado o direito dos atuais ocupantes, ficam extintos os cargos de suplente da Junta de Conciliação e Julgamento da Primeira Região, e criados 10 (dez) cargos de Juiz do Trabalho Substituto, destinados, por designação do Presidente do Tribunal, a suprir os impedimentos, de qualquer natureza, dos Juizes do Trabalho Presidentes de Juntas, em toda a Região.

Parágrafo único. Os cargos de que trata este artigo serão primeiramente preenchidos pelos candidatos concursados e ainda não aproveitados; e, na falta destes, pelos atuais suplentes de Juizes do Trabalho Presidentes de Junta, após concurso de títulos realizado pelo Tribunal Regional dentro de 30 (trinta) dias da vigência da presente Lei, e na forma das instruções por ele aprovadas.

Art. 4º Ficam criados no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região 56 (cinquenta e seis) cargos, sendo 21 (vinte e um) na carreira de Oficial Judiciário e 35 (trinta e cinco) na carreira de Auxiliar Judiciário, obedecidos os padrões constantes da tabela anexa.

§ 1º É proibida a fusão de carreira ou o enquadramento de cargos e funções, por decisão administrativa.

§ 2º Os cargos iniciais das carreiras de Auxiliar Judiciário e Oficial Judiciário serão preenchidos nos termos dos arts. 18 e 19 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União (Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952) e do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 1.414, de 16 de agosto de 1951.

Art. 5º Ficam equiparados, pela elevação de 1 (um) padrão, aos 2 (dois) únicos avaliadores, símbolo PJ-2, existentes no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, os atuais Oficiais de Justiça, PJ-3, os quais, além de suas atribuições específicas, terão a incumbência de proceder à avaliação que lhes couber por distribuição, mediante laudo junto com o mesmo auto de citação, penhora e depósito.

§ 1º Os avaliadores de que trata este artigo exercerão as mesmas atribuições dos Oficiais de Justiça e com eles passarão a denominar-se Oficiais de Justiça Avaliadores.

§ 2º As despesas de transporte, para localidades onde não seja fornecido passe livre, serão contados como custas de execução, arbitradas pelo Juiz, e reembolsadas aos serventuários encarregados da diligência.

Art. 6º Ficam criados, no mesmo Quadro do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, os cargos constantes do Quadro Anexo à presente Lei, cujos símbolos substituirão os dos cargos já existentes e de mesma denominação.

Art. 7º Ficam extintas as funções gratificadas atribuídas aos Chefes do Serviço de Distribuição de Mandados, da Guarda Judiciária e da Zeladoria.

§ 1º As funções de Chefe da Guarda Judiciária e de Chefe da Zeladoria passarão a ser exercidas em comissão, por funcionário ocupante de cargo de carreira, com tempo de serviço público federal superior a 5 (cinco) anos.

§ 2º A função de Chefe do Serviço de Distribuição de Mandados passa a constituir o cargo de Diretor do Serviço de Distribuição de Mandados Judiciais, que será provido, em caráter efetivo, por bacharel em direito.

Art. 8º Os 2 (dois) motoristas do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, atualmente PJ-7, perceberão vencimentos correspondentes ao símbolo PJ-6.

Art. 9º Para atender às despesas decorrentes desta Lei, fica aberto o crédito de NCr\$ 630.060,00 (seiscentos e trinta mil e sessenta cruzeiros novos).

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO

(QUADRO A QUE SE REFEREM OS ARTS. 4º, 6º E 7º DESTA LEI)

Número de cargos	Cargo	Símbolo
10	Juiz do Trabalho Substituto <i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>	
25	Faxineiro	PJ-12
2	Contador Auxiliar	PJ- 2
10	Escrevente Judiciário (sede)	PJ- 6
2	Escrevente Judiciário (fora da sede)	PJ- 8
1	Mecânico de Automóveis	PJ- 6
2	Mecânico de Máquina de escrever	PJ- 6
1	Carpinteiro	PJ- 6
2	Bombeiro Hidráulico	PJ- 6
1	Eletricista	PJ- 6
10	Guarda Judiciário	PJ- 6
18	Servente	PJ- 7
8	Oficial de Justiça Avaliador	PJ- 2
1	Diretor do Serv. de Distribuição de Mandados Judiciais	PJ- 0
	<i>Cargos em Comissão</i>	
1	Chefe da Zeladoria	PJ- 6
1	Chefe da Guarda Judiciária	PJ- 5
1	Chefe do Serviço de Expedição	PJ- 5
	<i>Cargos de Carreira</i>	
3	Oficial Judiciário	PJ- 3
4	Oficial Judiciário	PJ- 4
4	Oficial Judiciário	PJ- 5
10	Oficial Judiciário	PJ- 6
6	Auxiliar Judiciário	PJ- 7
9	Auxiliar Judiciário	PJ- 8
20	Auxiliar Judiciário	PJ- 9

Brasília, 24 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antonio da Gama e Silva

Fernando Ribeiro do Vale

LEI Nº 5.276 — DE 24 DE ABRIL
DE 1967

Dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º, do art. 62, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º A designação profissional de Nutricionista é privativa dos habilitados na forma da presente lei.

Art. 2º O exercício da profissão de Nutricionista, em qualquer dos seus ramos, só será permitido:

a) aos possuidores de diploma de Nutricionista, expedido no Brasil por escolas de formação de Nutricionista, de nível superior, oficiais ou reconhecidas;

b) aos diplomados em Cursos de Nutricionista ou Dietista, existentes até a data desta Lei;

c) aos que houverem feito cursos equivalentes, no estrangeiro, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo único. Os profissionais de que trata este artigo só poderão exercer a profissão após registro do diploma no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura e no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia do Ministério da Saúde.

Art. 3º Para provimento e exercício do cargo de Nutricionista, na administração pública autárquica e para-estatal nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias de serviço público, é obrigatória a apresentação de diploma de Nutricionista, devidamente registrado, respeitados os direitos dos atuais ocupantes efetivos.

Parágrafo único. A apresentação de tal documento não dispensa a prestação de concurso, quando este for exigido, para o provimento do cargo.

Art. 4º Fica assegurado aos funcionários públicos paraestatais, autárquicos e de empresas de economia mista, aos servidores das empresas sob intervenção governamental ou das concessionárias de serviços públicos, o exercício dos cargos e funções, sob denominação de Nutricionista ou Dietista, em que já tenham sido providos, em caráter efetivo, na data da entrada em vigor desta lei.

Art. 5º Constituem atividades a serem exercidas privativamente pelos nutricionistas as seguintes:

I — direção e supervisão de escolas ou cursos de graduação de nutricionistas;

II — planejamento, organização e chefia dos serviços de alimentação, em estabelecimentos públicos, paraestatais, autárquicos e de economia mista, bem como inspeção dos mesmos serviços nos aludidos estabelecimentos;

III — orientação de inquéritos sobre a alimentação;

IV — regência de cadeiras ou disciplinas que se incluam, com exclusividade, no currículo do curso de Nutricionista;

V — execução dos programas de educação alimentar.

§ 1º Nas localidades em que não residam Nutricionistas, em número suficiente, ou não se disponham eles a aceitar contrato de trabalho, é permi-

tida a efetivação do que se contém no item V deste artigo, por agentes que se tenham habilitado em cursos de nível inferior ao de Nutricionista.

§ 2º Nas Universidades, o provimento do cargo de Diretor das Escolas de nutricionistas obedecerá ao disposto em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Universitário.

Art. 6º Compreende-se, também, entre atividades a serem exercidas por nutricionistas, as que se seguem:

I — elaboração de dietas para sadios, indivíduos ou coletividades, e, sob prescrição médica, planejamento e elaboração da alimentação de enfermos. Observada a legislação em vigor, tal atividade poderá ser exercida em consultórios dietéticos particulares;

II — organização e participação oficial de congressos, comissões, seminários e outros tipos de reunião, destinados ao estudo da nutrição e da alimentação;

III — participação nas pesquisas de laboratório e nos trabalhos de saúde pública, relacionados com a nutrição e a alimentação.

Art. 7º A fiscalização do exercício profissional de Nutricionista será procedida pelos órgãos regionais de fiscalização da Medicina.

Parágrafo único. A tais órgãos compete impor penalidades aos infratores da presente lei, exceto no que respeita às pessoas de Direito Público, às quais se aplicará a legislação vigente.

Art. 8º A fiscalização do disposto no art. 5º, item IV, ficará a cargo do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 9º Ao Nutricionista que infringir ou favorecer a infração dos dispositivos desta lei, aplicar-se-á a pena de suspensão do exercício profissional, cuja duração poderá variar de um a seis meses.

Art. 10. As pessoas físicas e jurídicas que agirem em desacordo com o aqui disposto, aplicar-se-á a pena de multa, que variará de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 50.000 (cinquenta mil cruzeiros). Qualquer interessado poderá promover a responsabilidade do faltoso, sendo a este facultada ampla defesa.

Art. 11. Os diplomados, até a data desta lei, em cursos de Nutricionista ou Dietista deverão requerer, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, ao órgão competente do Ministério da Educação e Cultura, o registro profissional de seu diploma, ficando com todos os direitos que a presente lei concede aos nutricionistas.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

Tarso Dutra

Leonel Tavares Miranda de Albuquerque

anterior, atendendo à proporcionalidade de cada uma das Casas do Congresso.

Art. 3º As requisições de passagens deverão ser feitas diretamente às empresas de transporte aéreo sem interferência, direta ou indireta, de agentes ou intermediários.

Art. 4º A partir do exercício de 1968, será incluída, no Orçamento da União, verba destinada a atender o disposto nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Fernando Ribeiro do Val

LEI Nº 5.277 — DE 24 DE ABRIL
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Congresso Nacional, o crédito especial de NCr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros novos), destinado a atender a despesas decorrentes de pagamento de passagens aéreas de âmbito nacional, necessárias ao deslocamento dos Congressistas, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Congresso Nacional, o crédito especial de NCr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros novos), destinado a atender a despesas decorrentes de pagamento de passagens aéreas, de âmbito nacional necessárias ao deslocamento dos Congressistas, durante o exercício de 1967.

Art. 2º As Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nas suas respectivas esferas de ação, regulamentarão o disposto no artigo

LEI Nº 5.278 — DE 27 DE ABRIL
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 102.978,03 (cento e dois mil, novecentos e setenta e oito cruzeiros novos e três centavos), para o fim que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 102.978,03 (cento e dois mil, novecentos e setenta e oito cruzeiros novos e três centavos), destinado a atender ao pagamento do saldo da contribuição do Governo Brasileiro ao Programa Ampliado de Assistência Técnica das Nações Unidas, referente a 1965.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta Lei será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

Fernando Ribeiro do Val

LEI Nº 5.279 — DE 27 DE ABRIL
DE 1967

Prorroga o prazo para apresentação de declarações do imposto de renda, no corrente exercício, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica prorrogado por 15 (quinze) dias úteis o prazo para apresentação das declarações do imposto de renda, pelas pessoas físicas e jurídicas, no corrente exercício.

Art. 2º Para os efeitos dos arts. 35 e 22, inciso IV, da Constituição Federal, entende-se como diária a parte variável dos subsídios.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Fernando Ribeiro do Val

LEI Nº 5.280 — DE 27 DE ABRIL
DE 1967

Proíbe a entrada no País de máquinas e maquinismos sem os dispositivos de proteção e segurança do trabalho exigidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As máquinas ou maquinismos que, pela periculosidade inerente ao

seu uso, devam ser munidas de guarda protetora contra os acidentes de trabalho, somente poderão ser importadas e desembaracadas nas alfândegas, tendo livre trânsito no País, se da fatura de embarque constar a declaração consular de que satisfazem às condições de segurança e proteção exigidas pela Repartição Internacional do Trabalho.

Parágrafo único — A declaração consular somente será fornecida se o embarcador, vendedor ou fabricante apresentar, passado pelo serviço competente do país onde se fizer o embarque, atestado de que as máquinas ou maquinismos obedecem às condições estabelecidas neste artigo.

Art. 2º Quando não houver a declaração consular de que trata o artigo anterior, o desembarque dos citados maquinismos somente será efetuado após a vistoria procedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social que, no caso de as máquinas não oferecerem a proteção necessária, exigirá a colocação dos mecanismos de segurança.

Art. 3º Nos locais em que o Ministério do Trabalho e Previdência Social não tiver órgão competente em higiene e segurança do trabalho, poderá delegar a fiscalização dos requisitos exigidos na presente Lei aos órgãos próprios das repartições federais, autárquicas, paraestatais, estaduais ou municipais.

Art. 4º Dentro de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta Lei, serão expedidos pelo Poder Executivo os regulamentos e demais atos que se tornem necessários a sua execução.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Fernando Ribeiro do Val

Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.281 — DE 27 DE ABRIL
DE 1967

Modifica o prazo da vigência da Lei nº 4.426, de 8 de outubro de 1964, que "dispõe sobre a venda de vinho em recipientes de volume superior ao estabelecido pela legislação em vigor e dá outras providências".

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O prazo de vigência da Lei nº 4.426, de 8 de outubro de 1964, que permite a venda de vinho em recipientes de volume superior ao estabelecido na legislação em vigor e, ainda, a venda de vinho a tórno, fica prorrogado para 8 (oito) de outubro de 1968.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Edmundo de Macedo Soares

LEI Nº 5.282 — DE 28 DE ABRIL
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de NCr\$ 7.714.834,29 (sete milhões, setecentos e quatorze mil, oitocentos e trinta e quatro cruzeiros novos e vinte e nove centavos), para aplicação em obras do Plano do Carvão Nacional.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de NCr\$ 7.714.834,29 (sete milhões, setecentos e quatorze mil, oitocentos e trinta e quatro cruzeiros novos e vinte e nove centavos), correspondente à diferença entre a percentagem de 1,5% (um e meio por cento) das rendas tributárias efetivamente arrecadadas e as dotações orçamentárias consignadas para a execução do Plano do Carvão Nacional e custeio dos serviços nele compreendidos, nos termos do parágrafo único do art. 7º

da Lei nº 3.860, de 24 de dezembro de 1960, sendo NCr\$ 4.162.650,11 (quatro milhões, cento e sessenta e dois mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros novos e onze centavos) relativos ao exercício de 1961 e NCr\$ 3.552.184,18 (três milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, cento e oitenta e quatro cruzeiros novos e dezoito centavos) ao de 1962.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Fernando Ribeiro do Val

LEI Nº 5.283 — DE 28 DE ABRIL
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de NCr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros novos) destinado a pagamento de aluguel de imóvel e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de NCr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros novos), destinado a atender à despesa de aluguel, relativa a 1963, do imóvel da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás — situado em Brasília, Distrito Federal, onde funciona o referido Ministério.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta lei será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Fernando Ribeiro do Val
José Costa Cavalcanti

LEI Nº 5.284 — DE 2 DE MAIO DE 1967

Abre, ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, o crédito especial de NCr\$ 22,97 (vinte e dois cruzeiros novos e noventa e sete centavos), destinado a atender ao pagamento de despesas com tratamento médico e hospitalar do Juiz da 77ª Zona Eleitoral do Ceará.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É aberto, ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, o crédito especial de NCr\$ 22,97 (vinte e dois cruzeiros novos e noventa e sete centavos), destinado a atender ao pagamento de despesas com o tratamento médico e hospitalar do Bacharel Colombo Dantas Barcelar, Juiz da 77ª Zona Eleitoral — Pacoti, naquele Estado.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de maio de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva
Antônio Delfim Netto.

LEI Nº 5.285 — DE 5 DE MAIO DE 1967

Dispõe sobre a ocupação de próprios da União por servidores públicos federais e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica assegurado a todos os servidores públicos, federais ou autárquicos, em caso de aposentadoria ou disponibilidade, bem como, na hipótese de sua morte, ao cônjuge-sobrevivente ou seus filhos em dependência econômica, o direito de continuar a ocupação de próprio da União, autarquias e demais entidades paraestatais, que detinham em razão do exercício da função a critério da autoridade competente, por prazo mínimo de 30 dias e máximo de 90.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de maio de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Luiz Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker Grunewald
Aurelio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Luiz Pires Leal
José Costa Cavalcanti
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão
Afonso A. Lima
Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.286 — DE 10 DE MAIO
DE 1967

Estende à Comarca de Guarujá, Estado de São Paulo, a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica estendida à Comarca de Guarujá, Estado de São Paulo, a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, no mesmo Estado.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de maio de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antônio da Gama e Silva

LEI Nº 5.287 — DE 25 DE MAIO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCr\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta cruzeiros novos), para ocorrer a despesa realizada em 1959 com a execução de obras de construção no Instituto de Biologia Animal, no Km 47 da antiga Rodovia Rio-São Paulo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCr\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta cruzeiros novos).

Parágrafo único. O crédito destina-se ao pagamento a favor da I.P.E.C. — Irmãos Peixoto Engenharia e Construções — referente à execução de obras de construção de uma casa tipo F21, e conclusão de 4 (quatro) casas geminadas para trabalhadores do Instituto de Biologia Animal, no Km 47 da antiga Rodovia Rio-São Paulo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de maio de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Ivo Arzua Pereira

LEI Nº 5.288 — DE 25 DE MAIO
DE 1967

Autoriza doação de prédio do patrimônio da União à Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba, o prédio nº 312, situado na Avenida Marechal Floriano, nessa Cidade, para instalação do Museu do Município.

Parágrafo único. O prédio doado não poderá ser alienado e nem desviado para outro fim, sob pena de reverter ao patrimônio da União.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de maio de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.289 — DE 25 DE MAIO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a doar à Ação Paroquial de Assistência de Limoeiro o imóvel situado na Rua de Santa Cruz, nº 215, em Limoeiro, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a doar à Ação Paroquial de Assistência de Limoeiro, para fins de

instalação de diversos serviços assistenciais previstos em seus Estatutos, o imóvel e respectivo terreno situado na Rua de Santa Cruz, nº 215, na Cidade de Limoeiro, no Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. Em caso de dissolução, liquidação ou extinção da Ação Paroquial de Assistência de Limoeiro, o imóvel objeto desta doação reverterá ao Patrimônio da União, ressalvada a indenização das benfeitorias.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de maio de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.290 — DE 25 DE MAIO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério dos Transportes o crédito especial de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos), para atender a despesas com o pagamento de gratificação salarial ao pessoal da Rede Ferroviária Federal S. A.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério dos Transportes o crédito especial de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos), destinados a atender a despesas com o pagamento da gratificação salarial prevista na Lei número 4.090, de 13 de julho de 1962, ao pessoal da Rede Ferroviária Federal S. A. regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de maio de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Mario David Andreazza

LEI Nº 5.291 — DE 31 DE MAIO
DE 1967

Corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. ... vetado ...

Parágrafo único. ... Vetado ...

Art. 2º. Terão os títulos apostilados, respeitadas os respectivos padrões e com os direitos inerentes:

I — na Série de Classes de Agente Fiscal do Imposto de Renda;

a) os antigos Contadores e Oficiais Administrativos que, lotados na Divisão do Imposto de Renda, foram aposentados com mais de 30 (trinta) anos de serviço público, anteriormente à Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958;

b) os antigos Contadores e Oficiais Administrativos que, lotados na Divisão do Imposto de Renda, foram aposentados, *ex vi* do art. 201 do Decreto-Lei 1.713, de 28 de outubro de 1939, ou do art. 178, item III, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, anteriormente à Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958.

II — na Série de Classes de Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro;

a) os antigos Oficiais Administrativos, Escriturários, Policiais Fiscais e Fiscais Aduaneiros que, lotados nas repartições aduaneiras, foram aposentados, com mais de 30 (trinta) anos de serviço público, anteriormente à Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960;

b) os antigos Oficiais Administrativos, Escriturários, Policiais Fiscais e Fiscais Aduaneiros que, lotados nas repartições aduaneiras, foram aposentados *ex vi* do art. 201, do Decreto-Lei nº 1.713, de 28 de outubro de 1939, ou do art. 178, item III, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, anteriormente à Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

III — nas classes singulares de Fiel do Tesouro:

a) os antigos ocupantes de cargo que, na data da vigência da Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964,

correspondiam aos cargos de Tesou-
reiros-Auxiliares e Conferentes de Va-
lores que, lotados nas repartições do
Ministério da Fazenda, foram aposen-
tados, com mais de 30 (trinta) anos
de serviço público, anteriormente à
Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964;

b) os antigos ocupantes de cargos
que, na data da vigência da Lei nú-
mero 4.345, de 26 de junho de 1964,
correspondiam aos cargos de Tesou-
reiros-Auxiliares e Conferentes de
Valores que, lotados nas repartições
do Ministério da Fazenda, foram apo-
sentados, *ex vi* do art. 201 do Decreto-
Lei nº 1.713, de 23 de outubro de 1939,
ou do art. 178, item III da Lei nú-
mero 1.711, de 28 de outubro de 1952,
anteriormente à Lei nº 4.345, de 26
de junho de 1964.

Art. 3º. As despesas decorrentes da
execução desta Lei correrão por con-
ta dos recursos a que se refere o ar-
tigo 30 da Lei nº 4.863, de 29 de no-
vembro de 1965.

Art. 4º. Os órgãos pagadores com-
petentes anotarão nos processos de
aposentadoria dos respectivos interes-
sados, folhas de pagamento e títulos,
os direitos ora conferidos, para poste-
rior registro no Tribunal de Contas da
União.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor,
inclusive quanto à percepção de quais-
quer vantagens pecuniárias, na data
de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições
em contrário.

Brasília, 31 de maio de 1967;
146º da Independência e 79º da
República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.292 — DE 8 DE JUNHO
DE 1967

*Dispõe sobre a prestação do Serviço
Militar pelos estudantes de Medici-
na, Farmácia, Odontologia e Ve-
terinária e pelos Médicos, Farma-
cêuticos, Dentistas e Veterinários,
em decorrência de dispositivos da
Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Na-
cional decreta e eu sanciono a se-
guinte Lei:

TÍTULO I

Das Finalidades

Art. 1º Em tempo de paz, o Ser-
viço Militar prestado nas Forças Ar-
madadas — Exército, Marinha e Aero-
náutica — pelos brasileiros, regular-
mente matriculados nos Institutos de
Ensino, oficiais ou reconhecidos, des-
tinados à formação de Médicos, Far-
macêuticos, Dentistas ou Veteriná-
rios (IEMFDV), ou diplomados pelos
referidos Institutos, obedecerá às
prescrições da presente Lei e sua re-
gulamentação. Na mobilização, com-
preenderá todos os encargos de de-
fesa nacional determinados por legis-
lação especial.

§ 1º Os brasileiros que venham a
ser diplomados por Institutos de En-
sino (IE) congêneres, de país estran-
geiro, ficarão sujeitos ao disposto
neste artigo, desde que os diplomas
sejam reconhecidos pelo Governo bra-
sileiro.

§ 2º As mulheres diplomadas pelos
IE citados ficam isentas do Serviço
Militar em tempo de paz e de acordo
com as suas aptidões e especialidades,
sujeitas aos encargos do interesse da
mobilização.

Art. 2º A participação, na defesa
nacional, dos Médicos, Farmacêuticos,
Dentistas e Veterinários (MFDV) que
não estiverem no desempenho de ati-
vidades específicas nas Forças Arma-
das, será regulada na legislação com-
petente.

TÍTULO II

Da Natureza, Obrigatoriedade e Duração do Serviço Militar

CAPÍTULO I

Da Natureza

Art. 3º Os brasileiros natos, MFDV
diplomados por IE, oficial ou reco-
nhecido, prestarão o Serviço Militar
normalmente nos Serviços de Saúde
ou Veterinária das Forças Armadas.

Parágrafo único. A prestação do
Serviço Militar de que trata o pre-
sente artigo será realizada, em prin-
cípio, através de estágios:

- a) de Adaptação e Serviço (EAS);
- b) de Instrução e Serviço (EIS).

CAPÍTULO II

Da Obrigatoriedade

Art. 4º Os MFDV que, como es-
tudentes, tenham obtido adiamento

de incorporação até a terminação do respectivo curso prestarão o serviço militar inicial obrigatório, no ano seguinte ao da referida terminação, na forma estabelecida pelo art. 3º e letra a de seu parágrafo único, obedecendo as demais condições fixadas nesta Lei e na sua regulamentação.

§ 1º Para a prestação do Serviço Militar de que trata este artigo, os citados MFDV ficarão vinculados à classe que estiver convocada a prestar o serviço militar inicial, no ano seguinte ao da referida terminação do curso.

§ 2º Os MFDV que sejam portadores de Certificados de Reservistas de 3ª Categoria ou de Dispensa de Incorporação, ao concluírem o curso, ficam sujeitos a prestação do Serviço Militar de que trata o presente artigo.

§ 3º Será permitida aos MFDV, excetuados os oficiais da reserva de 1ª classe ou remunerada, de qualquer Quadro ou Corpo, a prestação do Serviço Militar de que tratam este artigo e seu § 1º, como voluntários, quaisquer que sejam os seus documentos comprobatórios de situação militar.

§ 4º A prestação do Serviço Militar a que se refere a letra a do parágrafo único do art. 3º é devida até o dia 31 de dezembro do ano em que o brasileiro completar 38 (trinta e oito) anos de idade.

Art. 5º O caráter de obrigatoriedade das convocações posteriores a que estão sujeitos os MFDV deverá ser expresso pelos Ministros Militares no ato de convocação.

§ 1º Será permitida aos MFDV que sejam oficiais da reserva de 2ª classe ou não remunerada, satisfeitas as necessárias condições, a prestação do EIS, como voluntários.

§ 2º As convocações posteriores de que trata este artigo abrangerão os oficiais da reserva de 2ª classe ou não remunerada, MFDV até a idade limite de permanência do oficial no serviço ativo das Forças Armadas.

CAPÍTULO III

Da Duração

Art. 6º Os estágios de que trata o art. 3º, em princípio, terão a duração normal de 12 (doze) meses.

§ 1º O EAS poderá:

a) ser reduzido de até 2 (dois) meses ou dilatado de até 6 (seis) meses, pelos Ministros Militares; e

b) ser dilatado além de 18 (dezoito) meses, em caso de interesse nacional, mediante autorização do Presidente da República.

§ 2º As reduções ou dilatações de que trata o parágrafo anterior serão feitas mediante ato específico e terão caráter compulsório.

TÍTULO III

Dos Estudantes Candidatos à Matrícula ou Matriculados nos IEMFDV

CAPÍTULO I

Dos Estudantes Candidatos à Matrícula nos IEMFDV

Art. 7º Aos estudantes candidatos à matrícula nos IEMFDV que, na época da seleção das respectivas classes, pelo menos estejam aprovados no 2º ano do Ciclo Colegial do Ensino Médio, poderá ser concedido adiantamento de incorporação, por um ou dois anos.

§ 1º Os que tiverem obtido adiantamento de incorporação por dois anos deverão apresentar-se, após decorrido um ano, ao órgão do Serviço Militar, competente.

§ 2º Findo o prazo do adiantamento concedido, caso não obtenham matrícula em nenhum IEMFDV, concorrerão, com a primeira classe a ser convocada, com prioridade, em igualdade de condições de seleção, à matrícula em Órgão de Formação de Reserva ou à incorporação em Organização Militar da Ativa, conforme o caso.

§ 3º O adiantamento de incorporação de que trata este artigo será concedido mediante requerimento do interessado.

CAPÍTULO II

Dos Estudantes Matriculados nos IEMFDV

Art. 8º Os estudantes regularmente matriculados nos IEMFDV poderão ter a incorporação adiada por tempo igual ao da duração do curso, fixada na legislação específica, ou até a sua interrupção.

§ 1º Findo o tempo de duração normal de cada curso, quando também estarão terminados os correspondentes prazos dos adiantamentos de incorporação concedidos, os que necessitarem de novo adiantamento para a conclusão do curso deverão requerê-lo, anualmente.

§ 2º Os que tiverem a incorporação adiada, de acordo com o presente artigo, deverão apresentar-se, anualmente, ao Órgão do Serviço Militar competente, com a situação de estudante perfeitamente comprovada através de uma "Ficha de Apresentação Anual" de modelo a ser fixado no regulamento desta Lei a fim de terem confirmada a concessão do adiamento.

§ 3º Os que interromperem o curso prestarão o Serviço Militar devido, de modo idêntico ao disposto no § 2º do artigo anterior.

TÍTULO IV

Da Prestação do Serviço Militar Inicial pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários

CAPÍTULO I

Da Convocação

Art. 9º Os MFDV, de que tratam o art. 4º e seu § 2º, são considerados convocados para a prestação do Serviço Militar no ano seguinte ao da terminação do curso, pelo que ainda como estudantes do último ano, deverão apresentar-se, obrigatoriamente, para fins de seleção.

§ 1º Aos MFDV, a que se refere o § 3º, do art. 4º, aplica-se também o disposto neste artigo.

§ 2º O ano da terminação do curso, para efeito da presente Lei, é o correspondente ao último do curso do respectivo IE, com início em 1º de janeiro e fim em 31 de dezembro.

§ 3º O Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar (PGC) elaborado atualmente pelo Estado-Maior das Forças Armadas, com participação dos Ministérios Militares deverá conter as prescrições necessárias à convocação dos MFDV para a prestação do Serviço Militar de que trata a presente Lei.

§ 4º Os MFDV que obtiverem bolsas de estudo, de caráter técnico-científico, relacionadas com o respectivo diploma, até o dia anterior ao marcado para a designação à incorporação, poderão obter, ainda, adiamento de incorporação, por prazo correspondente ao tempo de permanência no exterior. Ao regressar ao Brasil, estarão sujeitos à prestação do EAS, na forma prescrita nesta Lei e sua regulamentação.

CAPÍTULO II

Da Tributação

Art. 10. A tributação dos Municípios para a classe a que os MFDV estiverem vinculados não é considerada pela presente Lei.

Art. 11. Todos os IEMFDV serão tributários, com exceção dos declarados não tributários pelo PGC, por proposta dos Ministros Militares, sempre que, anualmente as disponibilidades superem as necessidades ou possibilidades de incorporação nas Forças Armadas, dentro de cada Região Militar (RM), Distrito Naval (DN) ou Zona Aérea (ZAé), respeitadas as prioridades para a incorporação prevista no art. 19.

CAPÍTULO III

Da Seleção

Art. 12. A seleção dos MFDV de que tratam o art. 4º e seus §§ 2º e 3º será realizada dentro dos aspectos físico, psicológico e moral.

§ 1º Para fins de seleção, ficam obrigados a apresentar-se, ainda como estudantes, no segundo semestre do ano da terminação do curso, independentemente de Editais, Avisos ou Notificações.

§ 2º Para atualização de situação militar, planejamento e processamento da seleção, os IE deverão remeter às Regiões Militares (RM), em cujo território tenham sede, as informações necessárias sobre os respectivos MFDV, ainda na situação de estudante, bem como imediatamente depois de concluírem o curso, de modo a ser fixado no Regulamento da presente Lei.

§ 3º Os voluntários de que trata o § 3º do art. 4º, que sejam reservistas de 1ª ou 2ª categoria, aspirantes-a-oficial, guardas-marinha ou oficiais da reserva de 2ª classe ou não remunerada (inclusive das Forças Auxiliares reservas do Exército) de qualquer Quadro ou Corpo, uma vez apresentados para a seleção, ficarão sujeitos a todas as obrigações impostas, pela presente Lei e sua regulamentação aos MFDV incluídos naquele artigo.

Art. 13. A seleção será realizada por Comissões de Seleção Especiais (CSE). Estas Comissões, formadas com elementos das três Forças, serão organizadas sob a responsabilidade das

RM, com a participação dos Distritos Navais (DN) e Zonas Aéreas (ZAé) correspondentes e funcionarão na conformidade do prescrito na regulamentação desta Lei.

Art. 14. O estudante que tiver obtido o adiamento de incorporação até a terminação do curso e não se apresentar à seleção ou que, tendo-o feito, se ausentar, sem a ter completado, será considerado *refratário*.

Art. 15. O estudante que, possuidor do Certificado de Reservista de 3.ª categoria ou do de Dispensa de Incorporação, não se apresentar à seleção ou que, tendo-o feito, se ausentar, sem a ter completado, será considerado *refratário*, para fins da presente Lei.

Art. 16. O estudante reservista de 1.ª ou 2.ª categoria, aspirante-a-oficial guarda-marinha, oficial da reserva de 2.ª classe ou não remunerada (inclusive das Forças Auxiliares reservas do Exército) de qualquer Quadro ou Corpo, que, tendo-se apresentado à seleção, como voluntário, se ausentar, sem a ter completado, será considerado *refratário*, para fins da presente Lei.

Art. 17. Os refratários na forma dos artigos 14, 15 e 16 não poderão prestar exames do último ano do curso, receber diploma ou registrá-lo e ficarão sujeitos à penalidade prevista nesta Lei.

CAPÍTULO IV

Da Incorporação

Art. 18. Os MFDV convocados na forma do art. 9º e seu § 1º, após selecionados, serão incorporados nas Organizações designadas pelos Ministérios Militares, na situação de aspirantes-a-oficial ou guardas-marinha, da reserva de 2.ª classe ou não remunerada.

§ 1º Os voluntários oficiais da reserva de 2.ª classe ou não remunerada (inclusive das Forças Auxiliares reservas do Exército) de qualquer Quadro ou Corpo serão incorporados no posto em que se encontrarem.

§ 2º A incorporação será realizada, em princípio, na Força Armada e Organização Militar de preferência do convocado e, em caso de necessidade do serviço, em qualquer Força e Organização Militar.

Art. 19. Sempre que as disponibilidades de MFDV excederem às ne-

cessidades ou possibilidades das Organizações Militares, terão prioridade de incorporação, dentro das RM, satisfeitas as condições de seleção:

1.º Os voluntários, qualquer que seja o documento comprobatório de situação militar e o IE a que pertencem;

2.º Os que tiverem obtido adiamento de incorporação até a terminação do curso;

3.º Os portadores do Certificado de Reservista de 3.ª categoria ou de Dispensa de Incorporação.

Parágrafo único. Dentro das prioridades, em igualdade de condições de seleção, terão precedência:

1.º Os solteiros, entre eles os refratários e os mais moços;

2.º Os casados e arrimos, entre eles os de menor encargo de família e os refratários.

Art. 20. O convocado selecionado e designado para incorporação que não se apresentar à Organização Militar que lhe for designada dentro do prazo marcado ou que, tendo-o feito, se ausentar antes do ato oficial da incorporação, será declarado *insubmisso*, na situação militar em que se encontrava no ato da designação para a incorporação.

Parágrafo único. A expressão "convocado à incorporação" constante do Código Penal Militar (art. 159) aplica-se ao selecionado e designado para a incorporação em Organização Militar, a qual deverá apresentar-se no prazo que lhe for fixado.

Art. 21. Aplicam-se aos insubmissos de que trata o art. 20 as prescrições e sanções previstas na legislação em vigor.

CAPÍTULO V

Dos Excedentes

Art. 22. Sempre que, anualmente, as disponibilidades dos MFDV que terminarem os respectivos cursos e estiverem sujeitos à prestação do serviço Militar de que trata o presente Título forem maiores que as necessidades ou possibilidades de incorporação nas Organizações Militares, incluídas as necessárias majorações e respeitadas as prioridades de incorporação, além da declaração de IE não tributários nos termos do art. 11:

a) As RM, ouvidos os DN e ZAé, poderão dispensar de seleção e conseqüentemente de incorporação os

MFDV sob sua responsabilidade, de uma ou das duas situações seguintes:

1) portadores do Certificado de Reservista de 3ª categoria ou de Dispensa de Incorporação; e

2) dos que tiverem obtido adiamento de incorporação até a terminação do curso;

b) o órgão responsável pela distribuição considerará dispensados de incorporação os que, embora selecionados, excedam as necessidades.

Art. 23. Serão considerados excepcionais, e em consequência dispensados da prestação do Serviço Militar sob a forma de Estágio de Adaptação e Serviço, os MFDV de que trata o artigo 4º, § 2º;

a) pertencentes à IE declarados não tributários pelo PGC;

b) dispensados de seleção e de incorporação de acordo com as letras a e b do art. 22; e

c) que contarem idade igual ou superior à idade limite de permanência, na situação hierárquica de Aspirante-a-Oficial ou Guarda-Marinha, fixada na legislação competente das Forças Armadas.

CAPÍTULO VI

Do Estágio de Adaptação e Serviço

Art. 24. O EAS constitui o modo pelo qual os MFDV que terminarem os cursos prestarão o Serviço Militar a que são obrigados pela presente Lei.

§ 1º Destina-se, outrossim, a adaptar os MFDV às condições peculiares dos respectivos serviços e ao preenchimento de claros nos Serviços de Saúde e Veterinária das Forças Armadas.

§ 2º Os Ministérios Militares baixarão normas reguladoras da ação educacional, moral e cívico-democrática, bem como da instrução militar, especializada e geral, a que serão submetidos os MFDV, durante a prestação do EAS.

Art. 25. Os aspirantes-a-oficial e guardas-marinha incorporados para o EAS serão promovidos ao posto de 2º Tenente da reserva de 2ª classe ou não remunerada, após decorridos 6 (seis) meses da data de incorporação, desde que satisfaçam as condições fixadas no Regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva (RCOR) de cada Força.

§ 1º A promoção de que trata este artigo importará na inclusão do promovido no Corpo de Oficiais da Reserva, na situação correspondente a MFDV, continuando convocado como oficial, para a conclusão do EAS.

§ 2º Os que não satisfizerem as condições de que trata este artigo não serão promovidos na atividade durante o estágio, nem ao serem licenciados após a terminação do tempo de Serviço Militar.

Art. 26. Os 2ºs. Tenentes da reserva de 2ª classe ou não remunerada, promovidos de acordo com o art. 25 farão jus à promoção a 1º Tenente após a prestação do EAS, a contar do dia do licenciamento, desde que satisfaçam as condições estabelecidas no RCOR de cada Força.

Art. 27. Os oficiais da reserva de 2ª classe ou não remunerada (inclusive das Forças Auxiliares reservas do Exército), de qualquer Quadro ou Corpo, que prestarem o EAS como voluntários, nos termos do § 3º do artigo 4º:

a) se do posto de 2º tenente, farão jus à promoção a 1º tenente a contar do dia do licenciamento, satisfeitas as condições estabelecidas no RCOR de cada Força; e

b) se de posto superior a 2º tenente, terão a promoção regulada pelo RCOR de cada Força.

TÍTULO V

Da Prestação de Outras Formas e Fases do Serviço Militar pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.

CAPÍTULO I

De outras formas e fases do serviço Militar

Art. 28. O Serviço Militar prestado pelos MFDV, além do previsto no Título IV, abrange, ainda, outras formas e fases consequentes de convocações posteriores.

CAPÍTULO II

Das Convocações Posteriores

Art. 29. Os Ministros Militares poderão convocar os MFDV, oficiais da reserva de 2ª classe ou não remunerada, para exercícios, inclusive de apresentação das reservas, manobras e aperfeiçoamento de conhecimentos técnico-militares.

Art. 30. Os Ministros Militares poderão, também, convocar oficiais MFDV, da reserva de 2ª classe ou não remunerada, para o EIS.

§ 1º Os atos de convocação deverão especificar as condições segundo as quais o EIS deva ser realizado.

§ 2º Os MFDV convocados para a prestação do EIS em princípio, deverão ser incorporados em Organização Militar de sua preferência. Em caso de necessidade do serviço, poderão ser incorporados em qualquer Organização Militar.

Art. 31. As condições de promoção dos estagiários durante a prestação do EIS serão fixadas pelo RCOR de cada Força.

Art. 32. O EIS tem um ou mais dos objetivos seguintes:

a) atualizar e complementar instrução anterior.

b) atender à necessidade de preenchimento de cargos de MFDV nas Organizações Militares.

§ 1º O EIS constitui o principal e indispensável requisito para o acesso na reserva e será realizado de acordo com as normas estabelecidas no RCOR de cada Força.

§ 2º Excepcionalmente, o convocado para o EIS poderá prestá-lo em situação hierárquica diferente da que possua, desde que, em consonância com disposições do RCOR, de cada Força.

Art. 33. O oficial MFDV, convocado, na forma desta Lei, para a prestação de EIS, que não se apresentar à Organização Militar, que lhe tenha sido designada, dentro do prazo marcado ou que, tendo-o feito, se ausente antes do ato oficial da inclusão, será considerado insubmisso.

Parágrafo único. Aplicam-se aos insubmissos de que trata este artigo as prescrições e sanções previstas na legislação em vigor.

Art. 34. Em qualquer época, seja qual for o documento comprobatório de situação militar que possuam os MFDV poderão ser objeto de convocação de emergência, em condições determinadas pelo Presidente da República, para evitar perturbação da ordem ou para sua manutenção, ou, ainda, em caso de calamidade pública.

Art. 35. Os MFDV que, ao serem diplomados pelos IEMFDV, não forem incorporados para a prestação do ...

EAS, em razão de terem sido considerados excedentes ou de serem portadores de documentos comprobatórios de quitação do serviço militar, serão relacionados para fins de cadastramento em separado. Se convocados, posteriormente, serão considerados como MFDV, desde que exerçam atividades civis correspondentes às habilitações conferidas pelos respectivos diplomas e satisfaçam as condições previstas no RCOR da Força a que estejam vinculados; caso contrário, serão convocados segundo os interesses dessa mesma Força.

Art. 36. Os MFDV que hajam sido diplomados em qualquer época, qualquer que seja o documento de quitação do serviço militar de que sejam portadores, se convocados, posteriormente, serão considerados como MFDV, desde que exerçam atividades civis correspondentes às habilitações conferidas pelos respectivos diplomas e satisfaçam as condições previstas no RCOR da Força a que estejam vinculados; caso contrário, serão convocados segundo os interesses dessa mesma Força.

CAPÍTULO III

Do Voluntariado

Art. 37. Os MFDV poderão apresentar-se, como voluntários, para a prestação do Serviço Militar, através do EAS e do EIS, desde que estejam incluídos nas situações militares e satisfaçam as demais exigências fixadas na presente Lei e sua regulamentação.

§ 1º As situações militares de que trata o presente artigo são as estabelecidas nos § 3º do art. 4º, para o EAS, e § 1º do art. 5º, para o EIS.

§ 2º Os MFDV, voluntários para a prestação do EAS, uma vez satisfeitas as condições de seleção, terão prioridade de incorporação.

§ 3º Os voluntários de que trata o § 3º do art. 12, desde que apresentados à seleção para o EAS, bem como os voluntários referidos no § 1º do artigo 5º, convocados à incorporação, ficam sujeitos às obrigações e, em caso do seu não cumprimento, às sanções e penalidades previstas na presente Lei e sua regulamentação.

Art. 38. Os Ministros Militares poderão aceitar, como voluntários, para a prestação do EAS, MFDV na situação militar prescrita no § 3º do artigo 4º, que tenham terminado o curso

em qualquer tempo, uma vez satisfeitas as demais exigências fixadas nesta lei e sua regulamentação.

CAPÍTULO IV

Das Prorrogações do Tempo de Serviço

Art. 39. Aos MFDV que hajam terminado o EAS poderá ser concedida prorrogação do tempo de serviço, sob a forma de EIS, por um ano, e assim sucessivamente, até o máximo de 3 (três) anos, mediante requerimento do interessado aos Comandante de RM, DN ou ZAé e a juízo da respectiva Força, dentro de condições fixadas pelos Ministérios competentes.

§ 1º Após a terminação do EAS, os estagiários que se encontrarem no posto de 2º Tenente da reserva de 2ª classe ou não remunerada serão promovidos a 1º Tenente da mesma reserva, desde que satisfaçam as condições estabelecidas no RCOR de cada Força.

§ 2º As promoções a que possam fazer jus os estagiários, durante as prorrogações, obedecerão ao disposto no RCOR de cada Força.

Art. 40. Aos MFDV que tenham terminado o EIS para o qual hajam sido convocados poderá ser concedida a prorrogação do tempo de serviço, nas condições estabelecidas no art. 39.

Art. 41. Para a concessão das prorrogações, deverá ser levado em conta que o tempo total de serviço militar prestado pelos MFDV, sob qualquer aspecto e em qualquer época, não poderá ultrapassar de 5 (cinco) anos.

TÍTULO VI

Dos direitos e deveres dos estudantes candidatos à matrícula ou matriculados nos IEMFDV; dos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários Diplomados por esses Institutos; bem como dos Oficiais da Reserva de 2ª Classe ou não Remunerada, Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.

CAPÍTULO I

Dos Direitos

Art. 42. Os MFDV quando convocados e designados à incorporação em Organização Militar para a prestação do EAS, de acordo com as disposições da presente Lei, farão jus, se for o caso, a transporte; diárias necessárias

ao deslocamento do local de residência ao de destino e ajuda de custo, bem como auxílio para aquisição de uniforme no valor de 2 (dois) meses de soldo, tudo correspondente à situação hierárquica da incorporação e de acordo com o que for aplicável da legislação específica para os militares em atividade.

Parágrafo único. Com exceção do transporte, que será providenciado pela Organização Militar competente mais próxima da residência, as demais indenizações e o auxílio para aquisição de uniforme serão providenciados pela Organização Militar de destino, após a incorporação.

Art. 43. Os direitos de que trata o art. 42, a que façam jus os MFDV, sujeitos a convocações posteriores, inclusive para a prestação do EIS, serão fixados pelos Ministros Militares nos atos de convocação.

Art. 44. Aos aspirantes a oficial, guardas-marinha e oficiais da reserva de 2ª classe ou não remunerada, ... MFDV, quando incorporados em Organização Militar, em caráter obrigatório ou voluntário, em consequência da presente Lei, serão assegurados, durante a prestação do Serviço Militar, os vencimentos, indenizações e outros direitos prescritos na legislação específica para os respectivos postos e funções que venham a exercer, em igualdade de condições com os militares em atividade.

§ 1º Estão amparados por este artigo os alunos das Organizações existentes nas Forças Armadas, destinadas à formação de MFDV, de que trata o art. 65.

§ 2º Os MFDV, incorporados em Organização Militar para a prestação do EAS, nenhum auxílio para aquisição de uniforme receberão além do fixado no art. 42.

Art. 45. Os MFDV, funcionários públicos federais, estaduais ou municipais, bem como empregados, operários ou trabalhadores, qualquer que seja a natureza da entidade em que exerçam as suas atividades, quando incorporados em Organização Militar das Forças Armadas para a prestação do EAS de que tratam o artigo 4º e seus §§ 1º e 2º, desde que para isso sejam forçados a abandonar o cargo ou emprego, terão assegurado o retorno ao cargo ou emprego respectivo, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem ao licenciamento,

salvo se declararem, por ocasião da incorporação, não pretender a êle voltar.

§ 1º OS MFDV referidos neste artigo, durante o tempo em que estiverem incorporados em Organização Militar, nenhum vencimento, salário ou remuneração perceberão da organização a que pertenciam.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos MFDV, que se tenham apresentado como voluntários para a prestação do EAS.

§ 3º Perderá o direito de retorno ao cargo ou função, que exercia ao ser incorporado, o MFDV que, após a prestação do EAS, tiver obtido prorrogação de seu tempo de serviço.

§ 4º Compete ao Comandante, Diretor ou Chefe da Organização Militar comunicar à entidade de origem a incorporação do MFDV e, se for o caso, a sua pretensão quanto ao retorno à função, cargo ou emprego, bem como, posteriormente, a prorrogação do tempo de serviço concedida; a comunicação deverá ser feita dentro dos 20 (vinte) dias que se seguirem à incorporação ou à concessão da prorrogação.

Art. 46. Os MFDV, quando convocados por motivo de manutenção da ordem interna ou guerra, terão assegurados o retorno ao cargo, função, ou emprego que exerciam no momento da convocação. Terão, outrossim, assegurados, pela respectiva Força, as indenizações e outros direitos fixados na legislação especial para os militares em atividade.

§ 1º Aos MFDV de que trata este artigo fica assegurado o direito de optar pelos vencimentos militares.

§ 2º Perderão a garantia e o direito assegurado por este artigo os MFDV que:

a) tenham-se apresentado voluntariamente para a convocação; e

b) obtiverem prorrogação de tempo de serviço, para o qual foram convocados.

Art. 47. Além dos direitos estabelecidos no presente Capítulo, os MFDV gozarão ainda dos direitos fixados nas demais prescrições da presente Lei e sua regulamentação.

CAPÍTULO II

Das Deveres

Art. 48. Constitui dever dos estudantes de que trata o art. 7º e seu

§ 1º, que obtiverem adiamento de incorporação por 2 (dois) anos, apresentar-se, após decorrido um ano, ao órgão do Serviço Militar competente.

Art. 49. Constitui dever dos estudantes matriculados em IEMFDV preencher devidamente os documentos fixados na regulamentação da presente Lei.

§ 1º Se de incorporação adiada até a terminação do curso, portador do Certificado de 3ª categoria ou de Dispensa de Incorporação, bem como voluntário na forma do § 3º do artigo 4º, deverão, ainda, apresentar-se para a seleção no último ano do curso do respectivo IE, nos termos do § 1º do art. 12.

§ 2º Se com a incorporação adiada até a terminação do curso, deverão, também, apresentar-se, anualmente, ao órgão do Serviço Militar competente, com a situação, como estudante, devidamente comprovada, a fim de terem atualizada a sua situação militar,

Art. 50. Constituem deveres dos MFDV que venham a ser diplomados pelos IE correspondentes, qualquer que seja o documento comprobatório de situação militar de que sejam possuidores, com exceção apenas dos que forem designados à incorporação em Organização Militar para a prestação do EAS:

a) se possuidores do Certificado de Dispensa de Incorporação ou de Reservista, os fixados na Lei do Serviço Militar e sua regulamentação, até 38 (trinta e oito) anos de idade;

b) se aspirante a oficial, guardamarinha, oficial da reserva de 2ª classe ou não remunerada (inclusive das Forças Auxiliares reservas do Exército) de qualquer Quadro ou Corpo, os determinados pelo RCOB de cada Força, até a idade de permanência do oficial no serviço ativo das Forças Armadas.

§ 1º Deverão ainda:

a) comunicar a conclusão do curso, comprovada com a apresentação do diploma legal, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da referida conclusão;

b) comunicar a conclusão de qualquer curso de pós-graduação comprovada com a apresentação do diploma legal, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias após o recebimento do citado diploma; e

c) apresentar-se, quando convocado, no local e prazo que lhes tiverem sido determinados.

§ 2º A comunicação de que tratam as letras a e b do parágrafo anterior deverá ser feita:

a) quanto aos de incorporação adiada até a terminação do curso e portadores do Certificado de Dispensa de Incorporação e de Reservista — pessoalmente e por escrito, ao órgão do Serviço Militar competente, até 38 (trinta e oito) anos de idade; e

b) quanto aos aspirantes a oficial, guardas-marinha, oficiais da reserva da 2ª classe ou não remunerada (inclusive das Forças Auxiliares e das Forças do Exército) de qualquer Quadro ou Corpo — diretamente ou por escrito, a RM, DN ou ZAé competente, até a idade limite de permanência do oficial no serviço ativo das Forças Armadas.

Art. 51. Constitui dever dos MFDV que hajam sido diplomados em qualquer época, independente do seu documento comprobatório de situação militar comunicar, com a apresentação do título legal, o recebimento do diploma de conclusão de curso, bem assim o de todo outro de pós-graduação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de entrada em vigor da presente Lei, desde que ainda não o tenham feito.

Parágrafo único. A comunicação deverá ser realizada:

a) pelos portadores do Certificado de Reservista, pessoalmente e por escrito, ao órgão do Serviço Militar competente, até 38 (trinta e oito) anos de idade; e

b) pelos aspirantes a oficial, guardas-marinha, oficiais da reserva de 2ª classe ou não remunerada (inclusive das Forças Auxiliares e das Forças do Exército), de qualquer Quadro ou Corpo — diretamente por escrito, a RM, DN ou ZAé correspondente, até a idade limite de permanência do oficial no serviço ativo das Forças Armadas.

Art. 52. Constituem deveres dos oficiais MFDV da reserva de 2ª classe, ou não remunerada, além dos estabelecidos no RCOR de cada Força:

a) apresentar-se, quando convocados, no local e prazo que lhes tiverem sido determinados;

b) comunicar, dentro de 60 (sessenta) dias, pessoalmente ou por escri-

to, à RM, DN ou ZAé, a mudança de residência ou domicílio, até a idade limite de permanência do oficial no serviço ativo das Forças Armadas;

c) apresentar-se, anualmente, no local e prazo fixados, para fins de exercício de apresentação das reservas ou cerimônia cívica em homenagem ao Patrono do Serviço Militar;

d) comunicar, diretamente ou por escrito, à RM, DN ou ZAé, a conclusão de qualquer curso de pós-graduação, comprovada com a apresentação do diploma legal, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias após o recebimento do citado diploma, até a idade limite de permanência do oficial no serviço ativo das Forças Armadas;

e) apresentar ou entregar à autoridade militar competente o documento comprobatório de situação militar de que for possuidor, para fins de anotação, substituição ou arquivamento, de acordo com o prescrito nesta Lei na LSM e respectiva regulamentação.

Art. 53. Os brasileiros de que tratam os arts. 48 a 52, inclusive, além dos deveres mencionados nos referidos artigos e dos demais prescritos nesta Lei e no seu Regulamento, terão o dever moral de explicar aos demais brasileiros abrangidos pela presente Lei o significado do Serviço Militar, bem como condenar, com os meios ao seu alcance, os processos de fraude de que tiverem conhecimento.

TÍTULO VII

Das Infrações e Penalidades

Art. 54. As infrações da presente Lei, caracterizadas como crime definido na legislação penal militar, implicarão em processo e julgamento dos infratores pela Justiça Militar, quer sejam militares, quer civis.

Art. 55. As multas estabelecidas nesta Lei serão aplicadas sem prejuízo da ação penal ou de punição disciplinar que couber em cada caso.

Parágrafo único. A multa mínima terá o valor de 1/30 (um trinta avos) do menor salário-mínimo vigente no País, por ocasião da aplicação da multa.

Art. 56. Na execução da presente Lei, quem infringir as prescrições da Lei do Serviço Militar e seu regula-

mento sofrerá as correspondentes sanções, desde que não colidam com as fixadas nesta Lei.

Art. 57. Incurrerá na multa mínima quem não se apresentar nas condições fixadas no art. 48 e § 2.º do art. 49.

Parágrafo único. A multa prevista por falta de cumprimento do determinado no § 2º do art. 49 será aplicada em cada falta de apresentação.

Art. 58. Incurrerá na multa correspondente a 5 (cinco) vezes a multa mínima quem:

a) fôr considerado refratário nos termos dos arts. 14, 15 e 16;

b) deixar de fazer a comunicação prevista nas letras a e b do § 1º do art. 50, bem como no art. 51;

c) não se apresentar nas condições fixadas na letra c do art. 52; e

d) deixar de cumprir o determinado na letra e do art. 52.

Parágrafo único. A multa prevista na letra a deste artigo será aplicada a quem faltar à seleção:

a) pela primeira vez; e

b) em cada uma das outras vezes.

Art. 59. Incurrerá na multa correspondente a 10 (dez) vezes a multa mínima quem:

a) deixar de fazer a comunicação prevista na letra d do art. 52;

b) o responsável pelo IEMFDV que deixar de cumprir ou de fazer cumprir, nos prazos estabelecidos, qualquer obrigação imposta pela presente Lei ou sua regulamentação, para cuja infração não esteja prevista pena específica.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, a multa prevista na letra b deste artigo será aplicada em dobro.

Art. 60. Incurrerá na multa correspondente a 15 (quinze) vezes a multa mínima quem:

a) não se apresentar nas condições fixadas na letra c do § 1º do artigo 50 e letra a do art. 52; e

b) deixar de fazer a comunicação determinada na letra b do art. 52.

Art. 61. Incurrerá na multa correspondente a 20 (vinte) vezes a multa mínima o responsável pela matrícula no último ano do curso, prestação de exames, bem como pelo fornecimento ou registro de diploma de MFDV, sem

que o interessado esteja em dia com as suas obrigações militares, fixadas na presente Lei e sua regulamentação.

Parágrafo único. A multa será cobrada em cada caso de infração.

TÍTULO VIII

Das Autoridades Participantes da Execução desta Lei

Art. 62. Participarão da execução da presente Lei os responsáveis pelas entidades e as autoridades a seguir enumeradas:

a) o Estado-Maior das Forças Armadas, Ministérios Cíveis e Militares e as repartições que lhes são subordinadas;

b) os Estados, Territórios e Municípios e as repartições que lhes estão subordinadas;

c) os titulares e serventuários da Justiça;

d) os cartórios de registro civil de pessoas naturais;

e) as entidades autárquicas e sociedades de economia mista;

f) os Institutos de Ensino, públicos ou particulares, de qualquer natureza; e

g) as empresas, companhias e instituições de qualquer natureza.

Parágrafo único. A participação consistirá:

a) na obrigatoriedade da remessa de informações e dos documentos estabelecidos nesta Lei e sua regulamentação, bem como dos solicitados pelos órgãos competentes do Serviço Militar, para cumprimento das suas prescrições;

b) na exigência, nos limites de sua competência, do cumprimento das disposições referentes ao Serviço Militar, fixadas nesta Lei, em particular quanto ao prescrito no § 2º do artigo 12 e art. 17, na Lei do Serviço Militar e nas respectivas regulamentações; e

c) mediante anuência ou acôrdo, na instalação de CSE e criação de outros serviços ou encargos nas repartições ou estabelecimentos cíveis, federais, estaduais ou municipais.

TÍTULO IX

*Do Ingresso no Serviço Ativo das
Forças Armadas*

Art. 63. Os MFDV, qualquer que seja a sua situação militar, poderão ingressar nos Quadros ou Corpos da Ativa das Forças Armadas, de acordo com o estabelecido na legislação de cada Força.

§ 1º Os Oficiais, MFDV, da reserva de 2ª classe ou não remunerada, a partir do posto de 1º tenente, inclusive, que tenham prestado o EAS, terão prioridade sobre os demais candidatos, para a habilitação necessária em caso de obterem igual resultado de seleção.

§ 2º O MFDV pertencente à reserva de uma Força, que ingressar no serviço ativo de outra, terá assegurada a necessária transferência, por iniciativa da última.

Art. 64. É permitido aos MFDV convocados à incorporação ou incorporados em Organização Militar das Forças Armadas, para a prestação do EAS ou EIS, o ingresso no serviço ativo, de acordo com o estabelecido na legislação de cada Força, devendo-lhes ser proporcionadas condições para a prestação das provas necessárias.

§ 1º Para os fins do presente artigo os MFDV oficiais da reserva de 2ª classe ou não remunerada, de qualquer posto, gozarão da prioridade fixada no § 1º do art. 63.

§ 2º Os amparados por este artigo que não conseguirem satisfazer as condições para o ingresso no serviço ativo, além das sanções e indenizações previstas na legislação de cada Força, retornarão à Organização Militar de procedência, na situação hierárquica em que se encontravam ao dela se afastarem, a fim de completar o EAS ou EIS, não sendo computado, para esse fim, o tempo de afastamento da referida Organização.

Art. 65. Os alunos das Organizações existentes nas Forças Armadas destinadas à formação de oficiais MFDV, farão o curso no posto de 1º tenente da reserva de 2ª classe ou não remunerada, ou no que tiverem alcançado, se superior.

TÍTULO X

Disposições Diversas

Art. 66. Os oficiais da reserva de 1ª classe ou remunerada de qualquer Quadro ou Corpo, diplomados por... IEMFDV, poderão ser transferidos, na mesma reserva, para a situação correspondente a MFDV, desde que o requeriram e a juízo do Ministério competente.

Art. 67. A transferência de MFDV de uma Força para outra, qualquer que seja a situação na reserva ou o documento de situação militar de que sejam possuidores, com exceção, apenas dos oficiais que já integram a reserva como MFDV, poderá ser feita por conveniência de uma das Forças ou do interessado.

Art. 68. A condição de arrimo de família ou a aquisição dessa condição não acarretará, respectivamente, dispensa de incorporação ou interrupção da prestação do Serviço Militar, de que trata a presente Lei.

Art. 69. Os militares da ativa que terminarem os cursos dos IEMFDV não são objeto da presente Lei.

Art. 70. Os estudantes matriculados em IEMFDV, os MFDV e as autoridades de que trata o art. 62 estão sujeitos a todas as prescrições aplicáveis da Lei do Serviço Militar e do respectivo Regulamento, que não colidam com as estabelecidas na presente Lei e sua regulamentação.

Art. 71. Aos brasileiros naturalizados estudantes, candidatos à matrícula ou matriculados nos IEMFDV, só se aplica o disposto no art. 7º e seus parágrafos 1º e 3º, bem como no art. 8º e seus parágrafos 1º e 2º e, conseqüentemente, os deveres fixados nos arts. 48, 49 e seu § parágrafo 2º, e também, em caso do seu não-cumprimento, as penalidades previstas no art. 57 e seu parágrafo único.

§ 1º Os brasileiros naturalizados de que trata este artigo, findo o prazo do adiamento concedido, caso não obtenham matrícula, quanto aos abrangidos pelo art. 7º, ou interrompam o curso, quanto aos amparados pelo art. 8º concorrerão com a primeira classe a ser convocada, com prioridade de incorporação, em Organização Militar da Ativa.

§ 2º Os brasileiros naturalizados referidos no presente artigo, com a

incorporação adiada até a terminação do curso, após a sua conclusão, receberão o Certificado de Dispensa de Incorporação.

Art. 72. Os dispositivos da presente Lei não se aplicam aos brasileiros naturalizados, MFDV, já possuidores do Certificado de Dispensa de Incorporação ou pertencentes à reserva das Forças Armadas os quais estão sujeitos às prescrições da Lei do Serviço Militar ou do RCOB de cada Força.

Art. 73. As multas que forem aplicadas aos estudantes matriculados em IEMFDV, bem como aos MFDV, terão o valor fixado no Decreto-lei número 9.500, de 23-7-1946, ou na Lei nº 4.375, de 17-8-1964, se corresponderem às infrações cometidas, respectivamente, até 31-1-1966, e desta última data até a da entrada em vigor da presente Lei.

Art. 74. As multas e Taxa Militar, consequentes da presente Lei, constituirão receita do Fundo do Serviço Militar criado pela Lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), pelo que terão aplicação, no que lhes disser respeito, as prescrições competentes sobre o referido Fundo, constantes dessa última Lei e sua regulamentação.

Art. 75. Aos MFDV, diplomados no período de 17 de agosto de 1964 até a data da entrada em vigor desta Lei, ficam assegurados os direitos previstos no § 1º do art. 3º, nos arts. 4º e 8º, bem como no art. 13 da Lei número 4.375, de 17-8-1964.

Art. 76. O EMFA e os Ministérios Militares deverão providenciar a impressão da presente Lei e do seu Regulamento, para ampla divulgação e distribuição, no âmbito das suas responsabilidades sobretudo às autoridades militares e civis, federais, estaduais, municipais e particulares, inclusive dos IEMFDV existentes no País.

Art. 77. Os Ministérios Militares deverão promover a realização de palestras explicativas das prescrições desta Lei e do seu Regulamento, nos IEMFDV por oficiais devidamente capacitados.

Art. 78. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, mediante proposta do Estado-Maior das Forças Armadas, a ser apresentada no prazo de 90 (noventa) dias a contar da sua publicação.

Art. 79. Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 80. Ficam revogadas a Lei número 4.376, de 17 de agosto de 1964, e demais disposições em contrário.

Brasília, 8 de junho de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

*Luis Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker
Anewaa*

*Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Eduardo Augusto Bretas de No-*

*maria
Marcio de Souza e Mello
Leonel Tavares Miranda de Al-
buquerque
José Costa Cavalcanti
Edmundo de Macedo Soares
Helio Marcos Penna Beltrao
Afonso Augusto de Albuquerque
Lima
Carlos Furtado de Sitas*

LEI Nº 5.293 — DE 15 DE JUNHO
DE 1967

Retifica número de certificado cambial constante do artigo 1º da Lei número 5.087, de 30 de agosto de 1966, que isenta do imposto de importação maquinaria destinada a confecção de embalagem metálica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É retificado para 9.65.139 o número do certificado cambial ... 9.65.139, constante do art. 1º da Lei número 5.087, de 30 de agosto de 1966, que isenta do imposto de importação maquinaria destinada a confecção de embalagem metálica.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de junho de 1967;
146º da Independência e 79º da República

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.294 — DE 15 DE JUNHO
DE 1967

Concede isenção de impostos para equipamento telefónico destinado à Companhia Telefónica "Melhoramento e Resistência", com sede em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento telefónico destinado à Companhia Telefónica "Melhoramento e Resistência", com sede em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, coberto pelo Certificado de Cobertura Cambial nº 29-65-19.

Art. 2º A isenção concedida não abrange a taxa de previdência social e não se aplica aos materiais com similar na indústria nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de junho de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.295 — DE 16 DE JUNHO
DE 1967

Concede isenção de tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), à Companhia Ferro e Aço de Vitória, à Siderurgia de Santa Catarina S.A. (SIDESC) e à Aço de Minas Gerais S.A. (AÇOMINAS)

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida, pelo prazo de 2 (dois) anos, isenção do imposto de

importação, do imposto sobre produtos industrializados e da taxa de despacho aduaneiro, aos equipamentos, maquinaria, sobressalentes e acessórios, ferramentas, material refratário e estruturas metálicas importados para a instalação e montagem das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (USIMINAS), localizada no Município de Ipatinga Estado de Minas Gerais; Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), no Município de Cubatão — Estado de São Paulo; Companhia Ferro e Aço de Vitória, no Município de Cariacica — Estado do Espírito Santo; Siderurgia de Santa Catarina S.A. (SIDESC), no Estado de Santa Catarina; Aço de Minas Gerais S.A. (AÇOMINAS), no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo não abrange os produtos com similar nacional.

Art. 2º A isenção concedida nesta Lei abrange os bens já importados pelas empresas mencionadas no artigo anterior e despachados nas repartições aduaneiras mediante termo de responsabilidade.

Art. 3º A isenção concedida nos arts. 1º e 2º somente se tornará efetiva após a publicação no *Diário Oficial da União* de portaria expedida pelo Ministro da Fazenda, especificando os bens isentos e mencionando o número das licenças de importação emitidas, pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., aos mesmos referentes.

Parágrafo único. A especificação dos bens isentos deverá discriminar qualidade, natureza, procedência, valor e quaisquer outros dados de interesse.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.296 — DE 16 DE JUNHO DE 1967

*Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de
NCR\$ 25.785.131,01 (vinte e cinco milhões, setecentos e oitenta e cinco
mil, cento e trinta e um cruzeiros novos e um centavo), à Presidência
da República e diversos Ministérios.*

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelos Ministérios e Órgãos a seguir discriminados, os créditos especiais no total de
NCR\$ 25.785.131,01 (vinte e cinco milhões, setecentos e oitenta e cinco
mil, cento e trinta e um cruzeiros novos e um centavo):

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

	NCR\$
1) Para regularização de despesas efetuadas em 1963, na forma do § 1º do art. 48 do Código de Contabilidade da União, com o Grupo de Trabalho de Brasília (MF 417.102-63)	841.472,85
2) Para regularizar despesas com a liquidação de empréstimo feito pelo Banco do Brasil S. A. à extinta COFAP, para operações de abastecimento no Nordeste (MF 73.371-62)	1.470.664,07
	<hr/> 2.312.136,92

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

1) Para regularização de despesas com os flagelados do Município de Nanuque, em Minas Gerais, relativas a 1964 (MF 416.443-64)	180.000,00
2) Para pagamento de aluguel do imóvel de propriedade de Alfredo de Cima situado na Estrada do Cabucu nº 516, em Campo Grande, Estado da Guanabara, ocupado por dependência do Serviço Florestal, no período de janeiro a dezembro de 1953 (MF 150.240-54 e MA 252-54)	20,40
3) Para pagamento de indenização a Manoel Pereira de Carvalho, por acidente no trabalho, nos termos do Decreto-lei nº 7.036 de 1944, alterado pelo de nº 7.527 de 1945 e pela Lei nº 5.994-48, sendo NCR\$ 21,08 a título de indenização pela perda do antebraço e NCR\$ 25,00 para aquisição de um braço mecânico (MF 263.413-57 e MA 15.061-59)	46,08
4) Para desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, mediante acordo com o Ministério da Agricultura (MA 5.003-57 anexo ao MF 238.223-57)	30.000,00
5) Para aquisição de maquinaria, destinada à mecanização dos elementos básicos para observações meteorológicas codificadas (MA 26.896-57, anexo ao MF 238.223-57)	20.000,00
6) Cota da União correspondente ao exercício de 1957, para o acordo com o Estado de Minas Gerais, firmado em 1955, para o desenvolvimento da produção de pó calcário destinado a correção e fertilização do solo (MA 35.001-57 anexo ao MF 238.223-57)	5.000,00
7) Para pagamento a Ludwig Aeldert de indenização a que tem direito pela incorporação, ao Patrimônio Nacional, da fazenda de sua propriedade, denominada "Capão do Cipó", situada no Município de Castro, Estado do Paraná (MF 47.800-56 anexo ao MF 238.223-57)	1.188,42

8) Para pagamento de auxílio, correspondente ao exercício de 1956, à Escola Superior de Agricultura, de Lavras, Estado de Minas Gerais, concedido pela Lei nº 2.935-56 (MA 54.938-56, anexo ao MF 238.223-57)	2.500,00
9) Para pagamento à Caixa de Crédito da Pesca do empréstimo feito ao Estado do Rio Grande do Sul, para prosseguimento da instalação do Entrepósito de Pesca do Rio Grande do Sul (MF 59.163-53)	2.000,00
10) Contribuição da União ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, na qualidade de empregadora, correspondente à Quinta, Sexta e Oitava Inspeções Regionais do Serviço de Proteção aos Índios, situados em Cuiabá e Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, e Goiânia, Estado de Goiás (MA 36.509-56)	130,18
	<hr/>
	240.885,08

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

1) Para regularização das despesas com a desapropriação dos bens que constituem o patrimônio da Fundação Gaffré Guinle, no Estado da Guanabara (MF 402.836-66)	600.000,00
2) Para regularização de despesas realizadas com manutenção, obras, instalações etc., relativas a 1959, do Restaurante Central dos Estudantes (MF 225.236-59)	35.160,00
3) Para atender a despesas com pessoal, inclusive salário-família, relativas a 1965, da Universidade Federal da Bahia (MF 278.311-65)	1.673.000,00
	<hr/>
	2.308.160,00

MINISTERIO DA FAZENDA

1) Para ocorrer ao pagamento de custas judiciais relativas ao executivo fiscal movido contra Barbará S. A. — Fábrica de Cimento Portland (MF SC 193.583-64)	336,20
2) Para regularização de despesas efetuadas pela Administração do Edifício da Fazenda, em 1964, sendo: (MF 228.677-64)	
Serviços de Terceiros	6.000,00
Obras	12.000,00
3) Para pagamento de serviços prestações pela Italcable, em março de 1965, concernente a um telegrama dirigido pelo Ministro da Fazenda ao Embaixador do Brasil em Roma (MF SC 76.812-65)	37,54
4) Para regularização da despesas decorrente do resgate antecipado do Empréstimo Público de Emergência (MF 112.699-66)	648.164,79
5) Para atender às despesas decorrentes dos serviços prestados pela Regente Comércio de Máquinas Ltda., à Contadoria-Geral da República (MF SC 37.851-66)	1.900,00
6) Para atender às despesas decorrentes dos serviços prestados pela empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul à Contadoria-Geral da República (MF 184.829-66)	1.500,00
7) Para atender às despesas decorrentes dos serviços prestados pela S. A. Empresa de Viação Aérea Rio-Grandense (MF 184.829-66)	1.500,00
	<hr/>
	671.438,53

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

- 1) Para pagamento, à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, de despesas médico-hospitalares oriundas de atendimento, pelo Pronto-Socorro daquele nosocômio,

dos detentos Rosalvo Leôncio Dias, Valdemir Ferreira Lima, Edmilson Alves da Silva, Antônio Deolindo da Silva e Antenor Lombreu, recolhidos ao Núcleo de Custódia de Brasília (MJNI 52.593-66)		15,46
2) Para pagamento, à Companhia Telefônica Nacional, de despesas referentes ao aparelho telefônico do Serviço de Assistência a Menores — Delegacia Regional do Paraná, em novembro de 1959 (MJNI 56.416-63)		3,59
3) Para pagamento, ao Território Federal de Rondônia, de despesas assim discriminadas, no exercício de 1965:		
3.1.1.1 — Pessoal Civil		
02.00 — Despesas variáveis com pessoal civil (MJNI 23.004-65)	1.500,00	
3.2.0.0 — Transferências Correntes		
3.2.8.0 — Contribuições de Previdência Social (MJNI 23.005-65)	11.261,90	12.761,90
		<hr/>
		12.780,94

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

1) Para regularização de despesa realizada nos termos do art. 48 do C.C.U., pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, no exercício de 1964	957.532,43
2) Para pagamento de serviços técnicos prestados pela firma Francobel S. A. no porto de Mucuripe (MVOP 9.111-62 — Mr 259.830-65)	10.299,20
3) Para pagamento, ao Estado da Guanabara, de débito contraído pela Fábrica Nacional de Motores, relativo à taxa de água entre os anos de 1942 e 1947 (MVOP 8.470-63 — MF 259.831-65)	2.422,01
4) Para reforço ao fundo de Marinha Mercante (MVOP 25.880-62 — MF 259.832-65)	1.800.000,00
5) Para atender às despesas resultantes do Termo de Acordo entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul (MVOP 8.551-62 — MF 343.085 61) ..	1.000.000,00
6) Para fazer face a obrigações financeiras de ordem salarial do Serviço de Navegação, da Baía do Prata (MVOP 23.647-62 — MF 259.833-65)	53.773,20
7) Para regularização de entrega de numerário à Comissão de Marinha Mercante como reforço dos duodécimos de fevereiro a maio da dotação orçamentária do exercício de 1967 (MVOP 35.832-62 — MF 259.834-65) ..	2.000.000,00
8) Para atender ao pagamento procedido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, em favor de D. Eliza Vaz Lopes, decorrente da morte de animais de sua propriedade, por composições daquela Estrada (MVOP 14.771-62)	21,50
9) Para atender a despesas oriundas dos danos causados pelas inundações no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais (MVOP 45.233-61) ...	29.731,00
10) Para regularização do pagamento feito à Administração Marítima dos Estados Unidos da América, proveniente da aquisição de doze navios pela Companhia Nacional de Navegação Costeira, correspondente à 6ª prestação e respectivos juros vencidos em 13-7-62 (MVOP 1.326-62 — MF 151.875-63)	352.444,57
11) Para pagamento ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, de débito contraído pelo Segundo Batalhão Rodoviário, em virtude da elevação dos níveis do salário-mínimo decorrente do Decreto nº 51.336, de 1961 (MVOP 16.287-63 — MF SC 259.835 de 1965)	523,86

12) Para regularização de despesa efetuada nos termos do art. 48 do C.C.U., para atender ao pagamento decorrente da gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais, a que fazem jus funcionários do D.N.E.F. (MVOP 34.847-67 — MF 259.836-65)	17.000,00
13) Para regularização da despesa efetuada nos termos do art. 48 do C.C.U., para atender ao pagamento decorrente da gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais, a que fazem jus funcionários do D.N.P.R.C. (MVOP 20.892-62 — MF 111.126-62) ..	12.106,80
14) Para regularização da despesa efetuada nos termos do art. 48 do C.C.U., para atender ao pagamento decorrente da gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais, a que fazem jus funcionários do D.N.P.R.C. (MVOP 34.943-62 — MF 259.837-65) ..	8.500,00
15) Para regularização da despesa efetuada nos termos do art. 48 do C.C.U., para atender ao pagamento decorrente da gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde, a que fazem jus funcionários do D.N.O.C.S. (MVOP 13.531-62 — MF SU 259.838-65)	6.506,13
16) Para regularização da despesa efetuada nos termos do art. 48 do C.C.U., para atender ao pagamento decorrente da gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde, a que fazem jus funcionários lotados no Serviço Agro-Industrial do D.N.O.C.S. (MVOP 34.944-62 — MF 259.839-65)	1.512,00
17) Para pagamento de indenização a Grigorij Grodskij, acidentado na Estrada de Ferro Santos a Jundiá (MVOP 28.213-62) ..	129,60
18) Para atender aos pagamentos consequentes ao disposto no art. 1º do Decreto nº 50.841, de 24-6-61, em favor da Cia. Docas da Bahia (MVOP 6.410-62 — MF 259.845-65)	1.734,85
19) Para regularizar adiantamento concedido aos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (MVOP 33.732-62)	204.155,74
20) Para regularizar adiantamento feito aos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (MVOP 23.940-62)	65.677,94
21) Para regularização do adiantamento feito à Rede Ferroviária Federal S. A., destinado ao pagamento de trilhos e acessórios, conforme convênios assinados com a Polónia e Iugoslávia (MVOP 18.143-63 — MF 259.846-65)	9.758.098,08
22) Para pagamento de gratificação pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida ou saúde, ao pessoal do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (MVOP 12.757-63)	11.108,16
23) Para regularização do adiantamento feito à Estrada de Ferro Tocantins destinado a atender às despesas decorrentes do enquadramento do pessoal amparado pelas Leis ns. 3.967-61 e 4.069-62 (MVOP 1.366-63-64) ..	102.328,61
24) Para pagamento de despesas inadiáveis (aquisição de material) realizadas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos (MVOP 18.697-65 — MF 157.010-64)	461.700,00
25) Para regularização de despesa efetuada pela Administração do Porto do Rio de Janeiro, com aumento de vencimentos concedidos pela Lei nº 4.242-63 (MVOP 25.546-64)	2.505.308,97
26) Para regularização de despesa efetuada pela Cia. Nacional de Navegação Costeira com aquisição de navios à Administração Marítima Americana (MVOP 17.489 de 1964)	598.958,35

27) Para pagamento de taxas portuárias que seriam efetuadas mediante abertura de crédito especial, conforme determinam os Decretos ns. 44.609-58 e 50.878-61 (MVOP 15.734-64)	87.448,06
28) Para regularização de despesas efetuadas no exercício de 1965, com o pagamento de ajuda de custo com a transferência do 2º Batalhão Ferroviário (MF 105.747 de 1965)	130.000,00
29) Para regularização da despesa referente ao débito apurado na Conta "Empréstimo E-4405" no Banco do Brasil S. A. levado a débito da conta de "Liquidação" do Tesouro Nacional por força da cláusula 6ª do contrato de 27-7-53, firmado entre o Banco do Brasil S. A. e a Cia. Cantareira Viação Fluminense (MF 282.615-65)	60.708,89
TOTAL	20.239.729,54
TOTAL GERAL	25.785.131,01

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Antonio Delfim Netto

Mario David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

LEI Nº 5.297 — DE 19 DE JUNHO DE 1967

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de NCr\$ 27.413,56 (vinte e sete mil, quatrocentos e treze cruzeiros novos e cinquenta e seis centavos), destinados a atender ao pagamento de aluguéis de prédios, locados às Exatarias Federais no Estado de São Paulo e à Superintendência do Serviço de Repressão ao Contrabando no Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, créditos especiais, num montante de NCr\$ 27.413,56 (vinte e sete mil quatrocentos e treze cruzeiros novos e cinquenta e seis centavos) assim discriminados:

1) Ministério da Fazenda	NCr\$
Destinado ao pagamento de aluguéis de prédios locados às Exatarias Federais no Estado de São Paulo, referentes ao exercício de 1965	27.000,00
2) Ministério da Fazenda	
Destinado ao pagamento de aluguéis atrasados e de diferenças de aluguéis, de prédio ocupado pela Superintendência do Serviço de Repressão ao Contrabando no Rio Grande do Sul	413,56
Total	27.413,56

Art. 2.º O decreto de abertura de crédito indicará a receita correspondente à despesa a ser coberta pela suplementação (letra c do § 1º do art. 64 da Constituição Federal).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.298 — DE 22 DE JUNHO
DE 1967

Cria uma Junta de Conciliação e Julgamento em Santo André, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada, na 2ª Região da Justiça do Trabalho, mais uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede na cidade de Santo André, Estado de São Paulo.

Art. 2º Ficam criados um cargo de Juiz do Trabalho, Presidente da Junta, um de suplente de Juiz do Trabalho e duas funções de Vogal, sendo uma para a representação de empregados e outra para a representação de empregadores, com o intuito de atender ao disposto no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Haverá um suplente para cada Vogal.

Art. 3º Os mandatos dos vogais da Junta ora criada terminarão simultaneamente com os dos titulares das atualmente em funcionamento no respectivo Estado.

Art. 4º O Presidente do Tribunal Regional promoverá a instalação da Junta ora criada, bem como as outras medidas decorrentes da presente Lei.

Art. 5º Os vencimentos dos cargos e as gratificações das funções de que trata esta Lei serão os fixados pela Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, para as sedes das 1ª e 2ª Regiões, com as modificações estabelecidas em leis posteriores.

Art. 6º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial necessário à execução desta Lei, até o limite de NCr\$ 2.766,90 (dois mil, setecentos e sessenta e seis cruzeiros novos e noventa centavos).

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de junho de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva
Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.299 — DE 23 DE JUNHO
DE 1967

Dispõe sobre a contratação de pessoal técnico especializado de nível médio e superior pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam excluídos do limite de vencimentos fixados no art. 35 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, os contratos de pessoal técnico especializado de nível médio e superior para os serviços da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Parágrafo único. Os contratos a que se refere este artigo obedecerão ao regime da legislação trabalhista e dependerão, para sua validade, de

enquadramento em normas pertinentes, previamente aprovadas pelo Presidente da República.

Art. 2º Os servidores públicos ou autárquicos da União, técnicos de nível médio e superior, poderão firmar contrato de trabalho com a Comissão Nacional de Energia Nuclear, nos termos do artigo anterior, obedecidas as normas da legislação vigente e na conformidade do disposto nesta Lei.

§ 1º Enquanto vigorar o contrato de trabalho, ficará suspensa a vinculação do servidor ao serviço público, para todos os efeitos, ressalvada a contagem de tempo para fins de aposentadoria e disponibilidade.

§ 2º No cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores, não será considerada nenhuma retribuição decorrente do contrato de trabalho a que se refere este artigo, ainda que a aposentadoria ocorra na vigência do contrato.

Art. 3º Os demais servidores da Comissão Nacional de Energia Nu-

clear, regidos pela legislação estatutária, inclusive os por ela requisitados, obedecidas as exigências do art. 2º, poderão firmar contrato com o citado órgão, sob o regime da legislação trabalhista.

Art. 4º A partir da publicação desta Lei, ressalvado o disposto no art. 1º, as admissões de pessoal na Comissão Nacional de Energia Nuclear serão feitas mediante concurso público de provas ou de provas e títulos e obedecerão ao regime da legislação trabalhista.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de junho de 1967;
146ª da Independência e 79ª da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

APENSO

No "Apenso" dos volumes da "Coleção das Leis" figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no "Diário Oficial" até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO-LEI Nº 243 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1967

Fixa as Diretrizes e Bases da Cartografia Brasileira e dá outras providências.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — de 28-2 e retificado no de 9-3-67.)

Retificação

Na página 2.438, 2ª coluna, no *Diário Oficial* de 28-2-67, em seguida ao

Capítulo I, onde se lê:

— Da Penalidade

Leia-se:

— Da Finalidade.

Na página 2.439, 2ª coluna, art. 25, no item 3, onde se lê:

3. O Plano Cartográfico Aeronáutico, sob a responsabilidade do Ministério da Marinha;

Leia-se:

3. O Plano Cartográfico Náutico, privativamente, pelo Ministério da Marinha;

DECRETO-LEI Nº 305 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

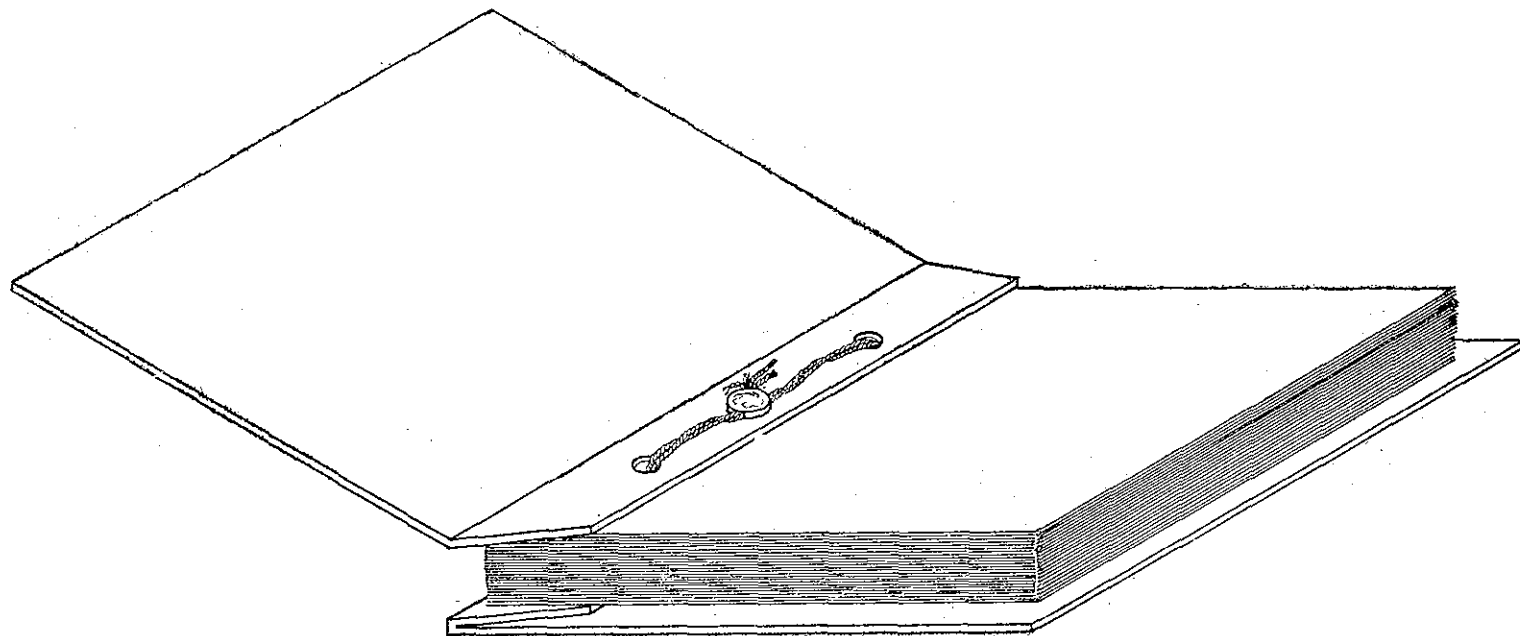
Dispõe sobre a legalização dos livros de escrituração das operações mercantis.

(Publicado no *Diário Oficial* de 28-2-67 e retificado no de 10-3-67)

Retificação

Publica-se a figura anexa ao Decreto-lei, por ter sido omitida.

Figura a que se refere o art. 2º do Decreto-lei nº 305, de 28 de fevereiro de 1967 (Modelo de sêlo de segurança a ser usado nos livros de escrituração das operações mercantis).



LEI Nº 5.081 — DE 24 DE AGOSTO
DE 1966

Regula o exercício da Odontologia

(Publicada no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — de 26 de agosto de 1966 e retificado no *Diário Oficial* de 4 de setembro de 1966)

Retificação

Na página 9.843, 1ª coluna, no artigo 2º, onde se lê:

... de Fiscalização da Odontologia, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Leia-se:

... de Fiscalização da Odontologia, na repartição sanitária estadual competente e inscrição no Conselho Regional de Odontologia sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

LEI Nº 5.194 — DE 24 DE DEZEMBRO
DE 1966

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do projeto que se transformou na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º do artigo 62, da Constituição Federal os seguintes dispositivos da Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966:

Art. 52.

§ 2º Será considerado como serviço público efetivo, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço como Presidente ou Conselheiro, vedada, porém, a contagem cumulativa com tempo exercido em cargo público.

Art. 82. As remunerações iniciais dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, qualquer que seja a fonte pagadora, não poderão ser in-

feriores a 6 (seis) vezes o salário-mínimo da respectiva região.

Brasília, 20 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

LEI Nº 5.251 — DE 9 DE MARÇO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 14.027.673,00 (quatorze milhões, vinte e sete mil, seiscentos e setenta e três cruzeiros novos), para indenização a Companhia Port of Pará.

(Publicada no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — de 10-3-67)

Retificação

Na pag. nº 2.929, 1ª coluna, no número da lei. Onde se lê: ... Lei número 251, de 9 de março de 1967 ...; leia-se: ... Lei nº 5.251, de 9 de março de 1967 ...

Na ementa e no art. 1º. Onde se lê: ... de Cr\$ 14.027.673.000 (quatorze bilhões, vinte e sete milhões, seiscentos e setenta e três mil cruzeiros), ...; leia-se: ... de NCr\$ 14.027.673,00 (quatorze milhões, vinte e sete mil, seiscentos e setenta e três cruzeiros novos), ...

LEI Nº 5.252 — DE 9 DE MARÇO
DE 1967

Revalida a transferência gratuita, à Fundação Darcy Vargas, do terreno de acrescido de marinha descrito no Decreto-lei nº 5.440, de 30 de abril de 1943.

(Publicada no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — de 10-3-67)

Retificação

Na pag. nº 2.929, 2ª coluna, no número da Lei. Onde se lê: ... Lei número 252 — de 9 de março de 1967...; leia-se: ... Lei nº 5.252, de 9 de março de 1967 ...

INDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

VOL. III — 1967

A

ACIDENTE DO TRABALHO — Máquinas e maquinismos sem os dispositivos de proteção e segurança. Importação. Proibição. (Lei número 5.280, de 27-4-67).

AÇO DE MINAS GERAIS S.A. (AÇO MINAS) — Isenção fiscal. (Lei número 5.295, de 16-6-67).

ACÓRDOS — Acórdo Básico de Co-operação Técnica e Científica entre os Estados Unidos do Brasil e a República Socialista da Tcheco-Eslováquia. Aprovação. (Decreto Legislativo nº 9 de 1967).

AERONÁUTICA — Promoções. Aprovação do texto pelo Congresso. (Decreto Legislativo nº 19, de 1967).

AGENTE FISCAL DO IMPÓSTO ADUANEIRO — Corrige desigualdade de situação. (Lei nº 5.291, de 31-5-67).

AGENTE FISCAL DO IMPÓSTO DE RENDA — Corrige desigualdade de situação. (Lei nº 5.291, de 31-5-67).

ALUGUEL — Reajustamento. Limitações. (Decreto-lei número 322, de 7-4-67).

ANISTIA — Fiscal. Imposto sobre produtos industrializados. (Decreto-lei nº 326, de 8-5-67).

APOSENTADORIA — Ver: *Autarquia*.

APROPRIAÇÃO INDEBITA — Utilização do produto da cobrança do

imposto sobre produtos industrializados em fim diverso do recolhimento do tributo. (Decreto-lei número 326, de 8-5-67).

ARQUITETO — Exercício da profissão. Regulamento. (Lei nº 5.194, de 24-12-66).

AUTARQUIA — Normas para aposentadoria e pensão de seus servidores. (Lei nº 5.253, de 4-4-67).

— Ocupação de próprios da União por servidores seus. (Lei nº 5.285, de 5-5-67).

C

CARTOGRAFIA BRASILEIRA — Diretrizes e Bases. (Decreto-lei número 243, de 28-2-67).

CENTRO ELETRÔNICO DE PRO-CCESSAMENTO DE DADOS DO PARANÁ S.A. — Importação. Isenção fiscal. (Lei número 5.260, de 12-4-67).

CENSURA — "Trailers" de filmes impróprios para crianças. Proibição de exibição. (Lei número 5.267, de 17-4-67).

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR — Contratação de pessoal técnico especializado de nível médio e superior. (Lei número 5.299, de 23-6-67).

COMPANHIA FERRO E AÇO DE VITÓRIA — Isenção fiscal. (Lei nº 5.295, de 16-6-67).

COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA (COSIPA) — Isenção fiscal. (Lei nº 5.295, de 16-6-67).

COMPANHIA TELEFÔNICA "MELHORAMENTO E RESISTÊNCIA" — Impostos de importação e de consumo. Isenção. (Lei nº 5.294, de 15-6-67).

CONGRESSO NACIONAL — Abertura de crédito especial. Passagens aéreas. (Lei nº 5.277, de 24-4-67).

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA — Prorroga prazo de existência. (Lei número 5.254, de 4-4-67).

CONSERVADORA BRASILEIRA S.A. — Denegação de recurso do Tribunal de Contas. Pagamento. (Decreto Legislativo nº 24, de 1967).

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO — Máquinas e maquinismos sem os dispositivos de segurança do trabalho. Importação. Proibição. (Lei número 5.280, de 27-4-67).

CONTABILIDADE — Legalização dos livros de escrituração das operações mercantis. (Decreto-lei número 305, de 28-2-67).

CONTRATO — Rescisão. Derson de Almeida. (Decreto Legislativo número 13, de 1967).

— Sustação Guilherme Tell Bebiano. (Decreto Legislativo nº 14, de 1967).

— Sustação. Anton Dakitsch. (Decreto Legislativo nº 15, de 1967).

— Empréstimo. Estado do Espírito Santo. (Decreto Legislativo nº 17, de 1967).

CONTRATO DE TRABALHO — Comissão Nacional de Energia Nuclear. Pessoal técnico especializado de nível médio e superior. (Lei nº 5.299, de 23-6-67).

CONVENÇÕES — Aprova a Convenção de Viena sobre Relações Consulares. (Decreto Legislativo nº 6, de 1967).

— Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Aprovação. (Decreto Legislativo nº 23, de 1967).

CORREÇÃO MONETÁRIA — Fixação de índices. Competência do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. (Decreto-lei número 322, de 7-4-67).

D

DÉBITOS FISCAIS — Redução. Parcelamento. Correção Monetária. Requisitos. (Decreto-lei nº 326, de 8-5-67).

DECRETO-LEI Nº 100, DE 1967 — Prorrogação do prazo estabelecendo em seu art. 1º Mercado de Capitais. Títulos da dívida pública dos Estados e Municípios. Deságio. Substituição de bônus rotativo. (Decreto-lei nº 324, de 27-4-67).

DECRETO-LEI Nº 221, DE 1967 — Revogação do seu art. 78. Proteção e estímulos à pesca. (Decreto-lei nº 326, de 8-5-67).

DECRETO-LEI Nº 288, DE 1967 — Revogação do seu artigo 9º Zona Franca de Manaus. (Decreto-lei nº 326, de 8-5-67).

DECRETO-LEI Nº 289, DE 1967 — Revogação do seu art. 25. Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal. (Decreto-lei nº 326, de 8-5-67).

DECRETO-LEI Nº 320, DE 1967 — Aprova seu texto. Cédula pignoratícia e duplicata. Prorrogação do início de vigência. (Decreto Legislativo nº 18, de 1967).

DECRETO-LEI Nº 321, DE 1967 — Aprova seu texto. Lei de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica. Nova redação do seu art. 52. (Decreto Legislativo nº 19, de 1967).

DECRETO-LEI Nº 323, DE 1967 — Aprovação do seu texto pelo Congresso Nacional. Imposto de renda. (Decreto Legislativo nº 25, de 1967).

DECRETO-LEI Nº 324, DE 1967 — Aprovação de seu texto pelo Congresso Nacional. Títulos da dívida pública. Deságio.

DECRETO-LEI Nº 325, DE 1967 — Aprovação do seu texto pelo Congresso Nacional. Taxa de Renovação da Marinha Mercante. Fundo de Marinha Mercante. (Decreto Legislativo nº 27, de 1967).

DECRETO-LEI Nº 326, DE 1967 — Aprovação do seu texto pelo Congresso Nacional. Imposto sobre produtos industrializados. (Decreto Legislativo nº 28, de 1967).

DESAGIO — Títulos da dívida pública. Aprovação do texto do Decreto-lei nº 324, de 1967. (Decreto Legislativo nº 26, de 1967).

DIA DA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA — Instituição. (Lei número 5.270, de 22-4-67).

DIRETRIZES E BASES DA CARTOGRAFIA BRASILEIRA — Fixação. (Decreto-lei nº 243, de 28-2-67).

DOAÇÕES — Barco doado ao Museu de Biologia Professor Melo Leitão. Isenção fiscal. (Lei nº 5.259, de 12-4-67).

DOAÇÕES — A Prefeitura Municipal de Campina Grande. Instalação do Museu do Município. (Lei número 5.288, de 25-5-67).

— A Ação Paroquial de Assistência — de Limoeiro. Serviços Sociais. (Lei nº 5.289, de 25-5-67).

E

EMPRESA DE FERRAGENS E MOTORES "MOTO" LTDA. — Pagamento de despesa pelo fornecimento de materiais ao M.E.C.. (Decreto Legislativo nº 16, de 1967).

ENGENHEIRO — Exercício da profissão. Regulamento. (Lei nº 5.194, de 24-12-66).

ENGENHEIRO - AGRÔNOMO — Exercício da Profissão. Regulamento. (Lei nº 5.194, de 24-12-66).

EUCATEX S.A. — **INDÚSTRIA E COMÉRCIO** — Importação. Isenção Fiscal. (Lei nº 5.262, de 12-4-67).

EXATOR — Tomadas de Contas em atraso dos exatores federais. (Lei nº 5.257, de 7-4-67).

EXPORTAÇÃO — Fumo. Embalagem. Dizeres. (Decreto-Lei nº 328, de 8-5-67).

F

FILMES — "Trailers". Proibição de exibição de filmes impróprios para crianças. (Lei nº 5.267, de 17-4-67).

FUMO — Exportação. Embalagem. Dizeres. (Decreto-Lei nº 326, de 8-5-67).

FUNCIONÁRIO PÚBLICO — Ocupação de próprios da União por servidores federais (Lei nº 5.285, de 5-5-67).

— Corrige desigualdade de situação entre servidores do M.F. (Lei nº 5.291, de 31-5-67).

FUNDAÇÃO — Fundação Darcy Vargas. Revalidação de transferência de terreno acrescido de marinha. (Lei nº 5.252, de 9-3-67).

— Fundação Universidade de Brasília. Abertura de crédito especial. (Lei nº 5.263, de 17-4-67).

FUNDO DE MARINHA MERCANTE — Aprovação do texto do Decreto-Lei nº 325, de 1967. (Decreto Legislativo nº 27, de 1967).

— Movimentação. (Decreto-Lei nº 325, de 3-5-67).

G

GRATIFICAÇÕES — Função policial. Abertura de crédito especial. Ministério da Justiça. (Lei número 5.271, de 24-4-67).

I

IMÓVEIS DA UNIÃO — Ocupação por servidores públicos federais. (Lei nº 5.285, de 5-5-67).

IMPORTAÇÃO — Centro Eletrônico de Processamento de Dados do Paraná S.A. Isenção fiscal. (Lei nº 5.260, de 12-4-67).

— Sociedade Telefônica do Paraná S.A. Isenção fiscal. (Lei nº 5.261, de 12-4-67).

— Eucatex S.A. — Indústria e Comércio. Isenção fiscal. (Lei nº 5.262, de 12-4-67).

— Máquinas e maquinismos sem os dispositivos de segurança do Trabalho. Proibição. (Lei nº 5.280, de 27-4-67).

IMPOSTO DE CONSUMO — Barco doado ao Museu de Biologia Professor Melo Leitão. Isenção. (Lei nº 5.259, de 12-4-67).

— Centro Eletrônico de Processamento de Dados do Paraná S.A. Isenção fiscal. (Lei nº 5.260, de 12-4-67).

— Sociedade Telefônica do Paraná S.A. Isenção fiscal. (Lei nº 5.261, de 12-4-67).

- Eucatex S.A. — Indústria e Comércio. Isenção fiscal. (Lei número 5.262, de 12-4-67).
- Companhia Telefônica “Melhoramento e Resistência”. Isenção. (Lei nº 5.294, de 15-6-67).

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO — Barco doado ao Museu de Biologia Professor Melo Leitão. Isenção (Lei nº 5.259, de 12-4-67).

- Centro Eletrônico de Processamento de Dados do Paraná S.A. Isenção fiscal. (Lei nº 5.260, de 12-4-67).
- Sociedade Telefônica do Paraná S.A. Isenção fiscal. (Lei nº 5.261, de 12-4-67).
- Eucatex S.A. — Indústria e Comércio. Isenção fiscal. (Lei número 5.262, de 12-4-67).
- Maquinaria destinada à confecção de embalagem metálica. Isenção Retificação de certificado cambial. (Lei nº 5.293, de 15-6-67).
- Companhia Telefônica “Melhoramento e Resistência”. Isenção. Taxa de previdência Social. (Lei nº 5.294, de 15-6-67).

IMPOSTO DE RENDA — Aprovação do texto do Decreto-Lei nº 323, de 1967, pelo Congresso Nacional. (Decreto Legislativo nº 25, de 1967).

- Altera a legislação (Decreto-lei nº 323, de 19-4-67).
- Prorrogação de prazo para apresentação de declarações. (Lei nº 5.279, de 27-4-67).

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS — Aprovação do texto do Decreto-Lei nº 326, de 1967. (Decreto Legislativo nº 28, de 1967).

- Dispõe sobre seu recolhimento. (Decreto-Lei nº 326, de 8-5-67).

ISENÇÃO FISCAL — Barco doado ao Museu de Biologia Professor Melo Leitão. (Lei nº 5.259, de 12-4-67).

- Centro Eletrônico de Processamento de Dados do Paraná S.A. Importação (Lei nº 5.260, de 12-4-67).
- Sociedade Telefônica do Paraná S.A. Importação. (Lei nº 5.261, de 12-4-67).

— Eucatex S.A. — Indústria e Comércio. Importação (Lei nº 5.262, de 12-4-67).

— Companhia Telefônica “Melhoramento e Resistência”. Impostos de importação e de consumo. (Lei nº 5.294, de 15-6-67).

— Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), Companhia Ferro e Aço de Vitória, Siderurgia de Santa Catarina S.A. (SIDESC) e Aço de Minas Gerais S.A. (AÇOMINAS). (Lei nº 5.295, de 16-6-67).

J

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO — De Santos. Extensão de sua Jurisdição à Comarca de Guarujá. (Decreto nº 5.285, de 10-5-67).

— Criação Santo André (Lei número 5.298, de 22-6-67).

L

LEI Nº 1.162, DE 1950 — Acrescenta parágrafo. Normas para a aposentadoria e pensão dos servidores das autarquias federais (Lei nº 5.263, de 4 de abril de 1967).

LEI Nº 4.426, DE 1964 — Modifica seu prazo de vigência. Venda de vinho. Recipientes (Lei nº 5.281, de 27 de abril de 1967).

LEI Nº 4.494, DE 1964 — Revogação de seus arts. 31 e 32. Aluguel (Decreto-lei nº 322, de 7-4-67).

LEI Nº 5.020, DE 1966 — Nova redação do seu Art. 52. Promoções dos Oficiais da Ativa da Aeronáutica (Decreto-lei nº 321, de 4-4-67).

LEI Nº 5.087, DE 1966 — Retifica número de certificado cambial (Lei nº 5.293, de 15-6-67).

LIVROS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL — Obrigatoriedade. Legalização (Decreto-lei nº 305, de 23 de fevereiro de 1967).

LOCAÇÃO — Reajustamento de aluguéis. Limitações (Decreto-lei nº 322, de 7 de abril de 1967).

M

MAQUINAS — Sem dispositivos de Segurança do trabalho. Importação Proibição. (Lei nº 5.280, de 27 de abril de 1967).

MAQUINISMO — Sem dispositivos de segurança de trabalho. Importação. Proibição. (Lei nº 5.280, de 27 de abril de 1967).

MARINHA MERCANTE — Taxa de renovação. Fundo de Marinha Mercante. Aprovação do texto do Decreto-lei nº 325, de 1967 (Decreto-Legislativo nº 27, de 1967).

— Movimentação dos recursos da arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante e do Fundo de Marinha Mercante (Decreto-lei nº 325, de 3-5-67).

MENOR — Prática de fatos definidos como infrações penais (Lei nº 5.256, de 10 de abril de 1967).

— Exibição de "trailers" de filmes impróprios para crianças. Proibição (Lei nº 5.267, de 17-4-67).

— Salário mínimo (Lei nº 5.274, de 24 de abril de 1967).

MERCADO DE CAPITAIS — Prorroga prazo. Títulos da dívida pública dos Estados e Municípios. Deságio. Substituição de bônus rotativo. (Decreto-lei nº 324, de 27 de abril de 1967).

MILITAR — Promoção Aeronáutica. Aprovação do texto pelo Congresso. (Decreto Legislativo nº 19, de 1967).

— Promoções dos Oficiais da Ativa da Aeronáutica. Nova redação do Art. 52 da Lei nº 5.020, de 1966 (Decreto-lei nº 321, de 4-4-67).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — Abertura de Crédito Especial. Obras de construção no Instituto de Biologia Animal (Lei nº 5.287, de 2 de maio de 1967).

— Abertura de Crédito Especial (Lei nº 5.296, de 16-6-67).

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES — Providências relativas à sua organização (Decreto nº 60.876, de 20 de junho de 1967).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — Abertura de crédito

especial. Fundação Universidade de Brasília (Lei nº 5.263, de 17-4-67).

— Abertura de crédito especial (Lei nº 5.296, de 16-6-67).

MINISTÉRIO DA FAZENDA — Abertura de crédito especial. Indenização à Companhia Port O' Para (Lei nº 5.251, de 9-3-67).

— Abertura de crédito especial. Gratificação especial do Serviço Nacional de Informações (Decreto-lei nº 327, de 11-5-67).

— Corrigir desigualdade de situação entre seus servidores (Lei nº 5.291, de 31-5-67).

— Abertura de crédito especial (Lei nº 5.296, de 16-6-67).

— Abertura de crédito especial. Pagamento de aluguéis. Exatorias Federais no Estado de São Paulo. Superintendência do Serviço de Repressão ao Contrabando no Rio Grande do Sul (Lei nº 5.297, de 19 de junho de 1967).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA — Abertura de crédito especial. Polícia do Distrito Federal (Lei nº 5.265, de 17 de abril de 1967).

— Abertura de crédito especial. Gratificação de função policial (Lei nº 5.271, de 24 de abril de 1967).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Abertura de crédito especial (Lei nº 5.296, de 16 de junho de 1967).

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA — Abertura de crédito especial. Pagamento de aluguel (Lei nº 5.283, de 28 de abril de 1967).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL — Competência para fixar índices de preços e coeficientes de correção monetária. Atribuições do extinto Conselho Nacional de Economia. (Decreto-lei nº 322, de 7-4-67).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES — Abertura de crédito especial. Visita do Presidente do Israel (Lei nº 5.264, de 17-4-67).

— Abertura de crédito especial. IV Feira Internacional de Nova York (Lei nº 5.272, de 24-4-67).

— Abertura de crédito especial. Contribuição ao Programa Ampliado de

Assistência Técnica das Nações Unidas (Lei nº 5.278, de 27-4-67).

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — Abertura de crédito especial (Lei nº 5.268, de 17-4-67).

— Abertura de crédito especial. Gratificação salarial ao pessoal da Rede Ferroviária Federal S.A. (Lei nº 5.290, de 25-5-67).

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Abertura de crédito especial (Lei nº 5.236, de 16-6-67).

MOVETERRAS DO BRASIL LTDA. — Importação. Isenção fiscal (Decreto nº 60.754, de 29-5-67).

MULTA — Redução. Débitos fiscais. Parcelamento. Correção monetária. Requisitos (Decreto-lei nº 326, de 8 de maio de 1967).

MUSEUS — Barco doado ao Museu de Biologia Professor Melo Leitão. Isenção fiscal (Lei nº 5.259, de 12 de abril de 1967).

N

NUTRICIONISTA — Dispõe sobre a profissão e regula o exercício (Lei nº 5.276, de 24-4-67).

O

ODONTOLOGIA — Regulamenta seu exercício (Lei nº 5.081, de 24-8-66).

ORÇAMENTO — Alteração. Câmara dos Deputados (Lei nº 5.269, de 20 de abril de 1967).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO — Instrumento de Emenda da sua Constituição (Decreto Legislativo nº 5, de 1967).

P

PENSÕES — Ver: Autarquia.
PLANO DE CARVÃO NACIONAL — Abertura de crédito especial. P. R. (Lei nº 5.282, de 28-4-67).

POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL — Abertura de crédito especial. — (Lei nº 5.265, de 17-4-67).

PREÇOS — Fixação dos índices. Competência do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. (Decreto-lei nº 322, de 7-4-67).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — Abertura de crédito especial: Plano do Carvão Nacional. (Lei nº 5.282, de 28-4-67).

— Abertura de crédito especial (Lei nº 5.296, de 16-6-67).

PRISÃO ESPECIAL — Localidades onde não houver estabelecimento adequado. (Lei nº 5.256, de 6 de abril de 1967).

PROMOÇÕES — Ver: MILITAR.

R

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S. A. — Gratificação Salarial ao seu pessoal. Abertura de crédito especial. (Lei nº 5.290, de 25-5-67).

REFORMA — Denegação de Recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do soldado Walter Pereira Barbosa. (Decreto Legislativo nº 10, de 1967).

— Denegação de recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do 3.º sargento Carlos Ricardo da Nóbrega. (Decreto Legislativo nº 11, de 1967).

— Denegação de recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do 2.º sargento Nilton Anastácio Alves. (Decreto Legislativo nº 21, de 1967).

— Denegação de recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do soldado Luiz Hannes. (Decreto Legislativo nº 22, de 1967).

— Denegação de recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do cabo Francisco Canindé de Araújo. (Decreto Legislativo nº 12, de 1967).

RELAÇÕES CONSULARES — Convenção de Viena. (Decreto Legislativo nº 6, de 1967).

S

SALÁRIO-MÍNIMO — Menores. — (Lei nº 5.274, de 24-4-67).

SEGURANÇA DO TRABALHO — Máquinas e maquinismos sem dispositivos de segurança. Importação. Proibição. (Lei nº 5.280, de 27-4-67).

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES — Gratificação especial.

- Abertura de crédito especial. (Decreto-lei n.º 327, de 11-5-67).
- SIDERURGIA DE SANTA CATARINA S. A. (SIDESC) — Isenção fiscal. (Lei n.º 5.295, de 16-6-67).
- SOCIEDADE TELEFÔNICA DO PARANÁ S. A. — Importação. Isenção fiscal. (Lei n.º 5.261, de 12 de abril de 1967).
- SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL — Complementação de vendas autorizadas por lei e realizadas por concorrência pública. (Decreto Legislativo n.º 8, de 1967).

T

- TAXAS — Renovação da Marinha Mercante. Aprovação do texto do Decreto-lei n.º 325, de 1967. (Decreto Legislativo n.º 27, de 1967).
- De Renovação da Marinha Mercante. Movimentação dos recursos. (Decreto-lei n.º 325, de 3-5-67).
- De despacho aduaneiro. Barco doado ao Museu de Biologia Professor Melo Leitão. Isenção. (Lei n.º 5.259, de 12-4-67).
- De despacho aduaneiro. Centro Eletrônico de Processamento de Dados do Paraná S. A. Isenção fiscal. (Lei n.º 5.260, de 12-4-67).
- De despacho aduaneiro. Sociedade Telefônica do Paraná S. A. Isenção fiscal. (Lei n.º 5.261, de 12 de abril de 1967).
- De despacho aduaneiro. Eucatex S. A. — Indústria e Comércio. Isenção fiscal. (Lei n.º 5.262, de 12-4-67).
- TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA — Deságio. Aprovação do texto do

- Decreto-lei n.º 324, de 1967. (Decreto Legislativo n.º 26, de 1967).
- Estados e municípios. Deságio. Substituição de bônus rotativo. Prorrogação de prazo. (Decreto-lei n.º 324, de 27-4-67).
- TOMADAS DE CONTAS — Exatores federais em atraso. (Lei n.º 5.257, de 7-4-67).
- “TRAILERES” — De filmes impróprios para crianças. Proibição de exibição. (Lei n.º 5.267, de 17 de abril de 1967).
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL — Distrito Federal. Abertura de crédito especial. (Lei n.º 5.266, de 17-4-67).
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ — Abertura de crédito especial. Tratamento médico e hospital do Juiz da 7.ª Zona Eleitoral do Ceará. (Lei n.º 5.284, de 2-5-67).
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO — 8.ª Região. Quadro do Pessoal. Ampliação. (Lei n.º 5.273, de 24-4-67).
- 1.ª Região. Quadro do Pessoal. Reorganização. (Lei n.º 5.275, de 24-4-67).

U

- USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS (USIMINAS) — Isenção fiscal. (Lei 5.295, de 16 de junho de 1967).

V

- VINHO — Venda em recipientes de volume superior ao estabelecido em lei. Prorrogação de prazo. (Lei n.º 5.281, de 27-4-67).



REPÚBLICA DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1967 — VOLUME V

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos do Poder Executivo

LEIS DE JULHO A SETEMBRO



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
1967

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

E

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Págs.

Págs.

I — DECRETOS-LEIS

II — DECRETOS LEGISLATIVOS

- 328 — Decreto-lei de 20 de julho de 1967 — Altera a redação da alínea "b", art. 1º, da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 20-7-67 3
- 329 — Decreto-lei de 2 de agosto de 1967 — Prorroga o prazo a que se refere o art. 1º do Decreto-lei nº 324, de 27 de abril de 1967 — Publicado no D. O. de 2-8-67 3
- 330 — Decreto-lei de 13 de setembro de 1967 — Revoga dispositivos do Decreto-lei número 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967 (Código de Minas) e restaura vigência do artigo 33, da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962 — Publicado no D. O. de 14-9-67 ... 4
- 331 — Decreto-lei de 21 de setembro de 1967 — Prorroga a vigência do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967 — Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1967 4

- 32 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 327, de 11 de maio de 1967 — Publicado no D. O. de 14-8-67 5
- 33 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1960 — Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1967 5
- 34 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 328, de 20 de julho de 1967 — Publicado no D. O. de 26-9-67 5

III — LEIS

- 5.302 — Lei de 3 de julho de 1967 — Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoções dos Oficiais do Exército — Publicado no D. O. de 3-7-67 7
- 5.303 — Lei de 3 de julho de 1967 — Dispõe sobre o recolhimento da taxa de fiscal-

	Págs.		Págs.
mação criada pela Lei número 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências — Publicado no D. O. de 4-7-67	8	sentado Francisco Josephino Maria da Silva — Publicado no D. O. de 18-8-67	11
5.304 — Lei de 3 de julho de 1967 — Dispensa do despacho consular os documentos exigidos para a entrada no Brasil, de aeronaves das empresas de transporte aéreo, nacionais e estrangeiras, que operam serviços regulares — Publicado no D. O. de 4 de julho de 1967	9	5.310 — Lei de 18 de agosto de 1967 — Cria, na Justiça do Trabalho da Terceira Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e dá outras providências — Publicado no D. O. de 22-8-67	11
5.305 — Lei de 4 de julho de 1967 — Altera, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 — Publicado no D. O. de 5-7-67	9	5.311 — Lei de 18 de agosto de 1967 — Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal do Ministério do Exército para melhor atender as organizações de saúde do Exército — Publicado no D. O. de 22-8-67	12
5.306 — Lei de 5 de julho de 1967 — Fixa datas para a realização das convenções para eleição do Diretório Nacional e dos Diretórios Regionais e Municipais dos Partidos Políticos e dá outras providências — Publicado no D. O. de 6 de julho de 1967	10	5.312 — Lei de 4 de setembro de 1967 — Dá nova redação ao art. 3º, inciso III da Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958 — Publicado no D. O. de 6-9-67	13
5.307 — Lei de 7 de julho de 1967 — Dispõe sobre a pensão devida à família de Diplomata — Publicado no D. O. de 10-7-67	10	5.313 — Lei de 4 de setembro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de NCrs 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros novos), para a instalação da Justiça Federal no Est. de S. Paulo — Publicado no D. O. de 6-9-67	13
5.308 — Lei de 7 de julho de 1967 — Altera o art. 15 do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, que "concede estímulos fiscais; à capitalização das empresas; reforça os incentivos à compra de ações; facilita o pagamento de débitos fiscais" e dá outras providências — Publicado no D. O. de 11-7-67	11	5.314 — Lei de 11 de setembro de 1967 — Estabelece normas sobre a fiscalização de mercadorias estrangeiras e dá outras providências — Publicada no D. O. de 11 de setembro de 1967	14
5.309 — Lei de 17 de agosto de 1967 — Concede a pensão especial de NCrs 20.00 (vinte cruzeiros novos) mensais, a Herundina Martins da Silva, filha do ex-tesoureiro apó-		5.315 — Lei de 12 de setembro de 1967 — Regulamenta o art. 178 da Constituição do Brasil, que dispõe sobre os ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial — Publicada no D. O. de 15-9-67	15
		5.316 — Lei de 14 de setembro de 1967 — Integra o seguro de acidentes do trabalho na previdência social, e dá outras providências — Publicado no	

ÍNDICE

V

	<i>Págs.</i>		<i>Págs.</i>
D. O. de 18 e retificada nos de 22 e 27-9-67	17	va, Estado de Minas Gerais — Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1967	22
5.317 — Lei de 21 de setembro de 1967 — Concede isenção dos impostos de importação o sobre produtos industrializa- dos para material importado pela Companhia Telefônica Ponte Novense, de Ponte No-		5.318 — Lei de 26 de setembro de 1967 — Institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Sanamento — Publicada no D. O. de 27-9-67	23

ÍNDICE DO APENSO

Págs.		Págs.
200	— Decreto-lei de 25 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências — Retificado no D. O. de 17-7-67	27
29	— Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o texto do Acôrdo Cultural celebrado, em Lisboa, entre o Brasil e Portugal, em 7 de setembro de 1966 — Publicado no D. O. de 5-7-67	27
30	— Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o Acôrdo de Comércio celebrado entre o Brasil e Portugal, em Lisboa, em 7 de setembro de 1966 — Publicado no D. O. de 5 de julho de 1967	27
31	— Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos do Brasil e de Portugal, assinado em Lisboa, em 7 de setembro de 1966 — Publicado no D. O. de 5-7-67	28
5.271	— Lei de 24 de abril de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça, o crédito especial de NCrs 3.291.576,93 (três milhões, duzentos e noventa e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzeiros novos e noventa e três centavos), destinado a atender a despesas decorrentes do pagamento da gratificação de função policial instituída pela Lei número 4.878, de 3 de dezembro de 1965 — Retificada no D. O. de 10-7-67	28
5.291	— Lei de 31 de maio de 1967 — Corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências — Publicada no D. O. de 3-7-67 ..	28
5.300	— Lei de 29 de junho de 1967 — Dispõe sobre o Conselho de Justificação, estabelece normas para o seu funcionamento e dá outras providências — Publicada no D. O. de 3-7 e retificada no de 18 de agosto de 1967	29
5.301	— Lei de 30 de junho de 1967 — Estende a jurisdição de Juntas de Conciliação e Julgamento da 4ª Região (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e dá outras providências — Publicada no D. O. de 3-7 e retificada no de 18 de agosto de 1967	31
5.301	— Lei de 30 de junho de 1967 — Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial do projeto que se transformou na Lei número 5.301, de 30 de junho de 1967, que estende a jurisdição de Juntas de Conciliação e Julgamento da 4ª Região (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e dá outras providências — Publicada no D. O. de 31-8-67	32

Figuram neste volume os Decretos-leis, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1967, foram publicados no D.O. até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 328 — DE 20 DE
JULHO DE 1967

*Altera a redação da alínea "b", artigo
1º, da Lei 4.357, de 16 de julho de
1964, e dá outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Art. 58, item II, da Constituição Federal;

Considerando que a Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, em seu Art. 1º, alínea "b" fixou em 6% ao ano os juros mínimos para as Obrigações do Tesouro Nacional, tipo reajustável;

Considerando a imperiosa necessidade de ficarem as autoridades monetárias habilitadas a reduzir ou aumentar a mencionada taxa, em função da conveniência de ser oferecido menor ou maior estímulo à aplicação de recursos, pelo público investidor, nessa espécie de títulos;

Considerando a atual tendência para a baixa generalizada dos níveis de juros;

Considerando, ainda, a grande urgência e interesse público relevante da matéria, decreta:

Art. 1º A alínea "b", art. 1º, da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 1º

b) juros máximos de 10% (dez por cento) ao ano, calculados sobre o valor nominal atualizado."

Art. 2º A taxa de juros em referência será fixada pelo Ministro da Fazenda, de acordo com os objetivos da política econômico-financeira do Conselho Monetário Nacional e em harmonia com as normas por este expedidas.

Art. 3º Este Decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do Art. 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de julho de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 329 — DE 2 DE
AGOSTO DE 1967

*Prorroga o prazo a que se refere o
art. 1º do decreto-lei nº 324, de 27
de abril de 1967.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 58, item II, da Constituição e tendo em vista a urgência da medida e o interesse público relevante, decreta:

Art. 1º Fica prorrogado até 31 de dezembro do corrente ano o prazo a que se refere o art. 1º do Decreto-lei nº 324, de 27 de abril de 1967.

Art. 2º Este Decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional nos termos do parágrafo

único do art. 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de agosto de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 330 — DE 13 DE
SETEMBRO DE 1967

Revoga dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967 (Código de Minas) e restaura vigência do art. 33, da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 58, item I, da Constituição, e

Considerando que o Comércio dos minérios nucleares e seus concentrados e dos elementos nucleares e seus compostos constitui monopólio da União e diz respeito à Segurança Nacional, e

Considerando mais a urgência na aplicação de medidas que venham disciplinar o mercado brasileiro desses materiais, decreta:

Art. 1º. Ficam revogados os §§ 1º, 4º e 5º do art. 90 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967 (Código de Minas).

Art. 2º. Fica restaurada a vigência do art. 33 e seus parágrafos da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962.

Art. 3º. Este decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional nos termos do parágrafo único do art. 58, da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de setembro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 331 — DE 21 DE
SETEMBRO DE 1967

Prorroga a vigência do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 58, item II, da Constituição, Decreta:

Art. 1º — Fica prorrogado por mais 90 dias o prazo estabelecido pelo Decreto-lei nº 320, de 29 de março de 1967, para início da vigência do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 2º — Este Decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do artigo 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Edmundo de Macedo Soares

II — DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei nº 327, de 11 de maio de 1967.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 327, de 11 de maio de 1967, que abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos), destinado a atender, no corrente exercício a despesas de gratificação especial do Serviço Nacional de Informações (S.N.I.).

Senado Federal, em 10 de agosto de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 47, inciso VIII da Constituição Federal e eu Camillo Nogueira da Gama 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 1967

Aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1960.

Art. 1º São aprovadas as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1960, em obediência ao disposto no art. 83, inciso XVIII da Constituição Federal, e de acordo com os elementos encaminhados pela Contadoria Geral da República.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de agosto de 1967.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, n.º I da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei nº 328, de 20 de julho de 1967.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 328, de 20 de julho de 1967, que altera a redação da alínea "b" do art. 1.º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, e dá outras providências.

Senado Federal, 21 de setembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

III — LEIS

LEI Nº 5.302 — DE 3 DE JULHO
DE 1967

Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoções dos Oficiais do Exército.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Passam a ter a seguinte redação as disposições abaixo mencionadas da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964, alterada pelas Leis números 4.720, de 8 de julho de 1965, nº 5.074, de 22 de agosto de 1966, e pelo Decreto-Lei nº 309, de 28 de fevereiro de 1967, que regula as promoções dos Oficiais do Exército.

“Art. 15. A promoção aos postos de General-de-Brigada e General-de-Divisão é feita por escolha do Presidente da República, em listas organizadas de acordo com o critério estabelecido a seguir:

1) Promoção a General-de-Brigada
1ª Fase:

A cargo da Comissão de Promoções de Oficiais, que extrairá dos Quadros de Acesso, na ordem em que foram relacionados, e apresentará ao Alto Comando do Exército, os Coronéis a incluir nas listas para promoção, as quais conterão:

a) nas Armas e Quadro de Material Bélico — 8 (oito) Coronéis para a primeira vaga e mais 2 (dois) para cada vaga subsequente. A relação entre o número de Coronéis de cada Arma e do Quadro de Material Bélico a figurar na lista e o total da mesma deve ser, sempre que possível, igual à existente entre o número de Coronéis de cada Arma e Quadro de Material Bélico e o total de Coronéis existen-

tes na relação única de Coronéis dos Quadros das Armas e do Quadro de Material Bélico com o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, compreendidos no limite fixado para estudo e organização dos Quadros de Acesso;

b) Engenheiro Militar e dos Serviços — 3 (três) Coronéis dos respectivos quadros para a 1ª vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente.

2ª Fase:

A cargo do Alto Comando do Exército, que escolherá, por votação secreta, com base nas listas apresentadas pela Comissão de Promoções dos Oficiais, e submeterá ao Presidente da República, para escolha, em ordem decrescente, os Coronéis incluídos nas listas para promoção, as quais conterão:

a) nas Armas e no Quadro de Material Bélico — 3 (três) Coronéis para a primeira vaga e mais 2 (dois) para cada vaga subsequente;

b) no Quadro de Engenheiros Militares e nos Serviços — 2 (dois) Coronéis para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente.

2) Promoção a General-de-Divisão

1ª Fase:

A cargo da Comissão de Promoções de Oficiais, que escolherá, por votação secreta, e apresentará ao Alto Comando do Exército, em ordem de antiguidade, os Generais-de-Brigada a incluir nas listas para promoção, as quais conterão:

a) Combatente — 9 (nove) Generais-de-Brigada para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente;

b) Engenheiro Militar — 3 (três) Generais-de-Brigada-Engenheiros Militares para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente.

c) Serviços — todos os Generais-de-Brigada dos respectivos quadros.

2ª Fase:

A cargo do Alto Comando do Exército, que escolherá, por votação secreta, com base nas listas apresentadas pela Comissão de Promoções de Oficiais, e submeterá ao Presidente da República, para escolha, em ordem decrescente, os Generais-de-Brigada incluídos nas listas para promoção, as quais conterão:

a) Combatentes — 3 (três) Generais-de-Brigada para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente;

b) Engenheiro Militar — 2 (dois) Generais-de-Brigada-Engenheiros Militares para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente;

c) Serviços — todos os Generais-de-Brigada dos respectivos quadros.

Parágrafo único. As listas organizadas na 2ª Fase serão imediatamente publicadas em Boletim Reservado do Exército".

"Art. 21. A promoção ao posto de General-de-Exército será feita por escolha do Presidente da República, em lista organizada pelo Alto Comando do Exército, com base no Quadro de Acesso apresentado pela Comissão de Promoções de Oficiais, na qual figurarão 3 (três) Generais-de-Divisão para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente, indicados em ordem decrescente, segundo os resultados da votação secreta e selecionados no conjunto dos Generais-de-Divisão que satisfaçam aos seguintes requisitos:

1) os constantes dos itens 1 e 2 do art. 16;

2) interstício de 2 (dois) anos de posto, dos quais 12 meses em função privativa do posto ou do superior, consecutivos ou não.

Parágrafo único. Os interstícios a que se referem os números 2 deste artigo e do anterior poderão, no interesse ou necessidade do Exército, ser reduzidos, por ato do Poder Executivo, a 12 meses, em função privativa do próprio posto ou do superior, consecutivo ou não".

"Art. 42. As "Fichas de Promoção" para a organização dos Quadros de Acesso por escolha são feitas, apenas, para a promoção ao posto de General-de-Brigada. Para a promoção a General-de-Brigada, a Comissão de Promoções de Oficiais organizará o Quadro de Acesso de acordo com os re-

sultados obtidos em votação secreta. Dos Quadros de Acesso para a promoção a General-de-Divisão e a General-de-Exército, organizados pela Comissão de Promoções de Oficiais, constarão, na ordem de suas antiguidades, todos os Oficiais-Generais que satisfaçam aos seguintes requisitos:

— General-de-Brigada — os constantes dos itens 3 do art. 16, 2 e 3 do art. 20;

— General-de-Divisão — os constantes dos itens 3 do art. 16, 3 do artigo 20 e 2 do art. 21.

Parágrafo único. A forma de realização da votação de que trata este artigo será prescrita no Regulamento desta Lei."

"Art. 56. Compete à Comissão de Promoções preparar os documentos e cumprir os diversos encargos que lhe são atribuídos nesta Lei e respectivo Regulamento."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de julho de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Aurélio de Lyra Tavares

LEI Nº 5.303 — DE 3 DE JULHO
DE 1967

Dispõe sobre o recolhimento da taxa de fiscalização criada pela Lei número 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As entidades concessionárias ou permissionárias de serviços de telecomunicações ficam isentas de pagamento dos juros de mora referidos no § 1º do art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, desde que recolham a taxa de fiscalização instituída pela referida Lei e correspondente ao exercício de 1967, até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de julho de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA S SILVA
Antônio Delfim Netto
Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.304 — DE 3 DE JULHO
DE 1967

Dispensa do despacho consular os documentos exigidos para a entrada, no Brasil, de aeronaves das empresas de transporte aéreo, nacionais e estrangeiras, que operam serviços regulares.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam dispensados do despacho consular os documentos exigidos

para a entrada, no Brasil, de aeronaves das empresas de transporte aéreo, nacionais e estrangeiras autorizadas a funcionar no País, na execução de serviços regulares.

Parágrafo único. Compreendem-se como despacho consular, para todos os fins, a formalidade do visto consular e a cobrança de emolumentos consulares na "Declaração Geral" e nos "Conhecimentos de carga aérea".

Art. 2º Será exigido o visto consular no "Conhecimento de carga aérea", quando este substituir a fatura comercial.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de julho de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA S SILVA
Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.305 — DE 4 DE JULHO DE 1967

Altera, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada, sem aumento de despesas, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966 que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967 na parte relativa ao Subanexo 4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura, unidade 4.06.44 — Escola de Engenharia de Uberlândia, cujo orçamento passa a vigorar conforme discriminação constante do quadro que acompanha a presente lei.

Art. 2º De acordo com o art. 36, item I, do Decreto-lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967, o Tribunal de Contas da União adotará, automaticamente, as medidas legais atinentes ao assunto.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de julho de 1967, 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA S SILVA
Antônio Delfim Netto
Tarso Dutra

O quadro a que se refere o art. 1º está publicado no D.O. de 5-7-67.

LEI Nº 5.306 — DE 5 DE JULHO
DE 1967

Fixa datas para a realização das convenções para eleição do Diretorio Nacional e dos Diretorios Regionais e Municipais dos Partidos Politicos e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As Convenções Municipais para eleição dos Diretorios Municipais dos Partidos, organizados nos termos da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 (Lei Orgânica dos Partidos Politicos), serão realizadas no primeiro domingo de maio.

Art. 2º As Convenções Regionais e Nacional para eleição dos Diretorios Regionais e do Diretorio Nacional dos Partidos serão realizadas, respectivamente: no segundo domingo de junho e no primeiro domingo de agosto.

Art. 3º Até a data em que se realizarem as Convenções Municipais referidas no art. 1º desta lei, os Diretorios Municipais serão designados pelas atuais Comissões Diretoras Regionais.

Paragrafo único. A Comissão Diretora Regional poderá delegar ao Gabinete Executivo a atribuição referida neste artigo.

Art. 4º ... VETADO

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de julho de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Luis Antônio da Gama e Silva

LEI Nº 5.307 — DE 7 DE JULHO
DE 1967

Dispõe sobre a pensão devida à família de Diplomata

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Aos herdeiros de Diplomata falecido, contribuinte do Montepio dos

Funcionários Públicos Cíveis da União, a que se refere o Decreto nº 942-A, de 31 de outubro de 1890, são assegurados os benefícios de pensão vitalícia e pensão temporária, nos termos da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958.

Paragrafo único. Ficam reajustadas nas mesmas bases as pensões concedidas anteriormente à vigência da presente lei.

Art. 2º A concessão desses benefícios é feita pela Diretoria da Despesa Pública do Tesouro Nacional, por meio de reajustamento da pensão, a fim de atingir os objetivos do Plano de Previdência dos Funcionários da União, instituído pela Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958.

Art. 3º O cálculo de 50% (cinquenta por cento) a que se refere o artigo 4º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, para a soma total da importância das pensões devidas à família do Diplomata falecido, será feito sobre a remuneração que percebe o funcionário de igual categoria da carreira de Diplomata Efetivo, no exercício de suas funções na Secretaria de Estado.

Art. 4º Para efeito desta lei, consideram-se pessoa da família do Diplomata os dependentes enumerados no art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, e na distribuição das pensões serão observadas as normas constantes do artigo 6º desse mesmo diploma legal.

Art. 5º As pensões devidas aos herdeiros de Diplomata falecido, segundo do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, são reajustadas nas bases previstas no art. 3º da presente lei.

Art. 6º As despesas com o pagamento de reajustamento das pensões, previsto na presente lei, correrão à conta da dotação própria de pensionistas consignada no orçamento do Ministério da Fazenda.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
José de Magalhães Pinto
Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.308 — DE 7 DE JULHO
DE 1967

Altera o art. 15 do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, que "concede estímulos fiscais à capitalização das empresas; reforça os incentivos à compra de ações; facilita o pagamento de débitos fiscais", e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 15 do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 15. No exercício financeiro de 1967, os benefícios fiscais de que trata o art. 34, cabíveis cumulativamente à concessão do seu item I, e a redução de alíquota prevista no art. 35 da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965, são extensivos às empresas industriais e comerciais que havendo mantido estáveis os seus preços ou efetuado reajustes inferiores a 15% (quinze por cento) no período de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 1966, tenham efetuado reajustes em 1966 superiores a 10% (dez por cento), autorizados pela Comissão Nacional de Estímulos à Estabilização dos Preços, desde que o aumento global, no período de 28 de fevereiro de 1965 até 31 de dezembro de 1966, não haja excedido de 26,5% (vinte e seis e seis por cento) dos preços vigentes em 28 de fevereiro de 1965."

Art. 2º Será facultado às empresas que fizerem jus aos incentivos fiscais previstos no dispositivo a que se refere o artigo anterior requerer às repartições lançadoras do imposto de renda, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta lei,

a retificação de suas declarações de rendimento, cabendo àquelas repartições compensar as prestações a pagar e distribuir o saldo do imposto em parcelas mensais e iguais às quotas a recolher.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1967; 146º da Independência e 49º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.309 — DE 17 DE AGOSTO
DE 1967

Concede a pensão especial de NCr\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos) mensais, a Herundina Martins da Silva, filha do ex-tesoureiro aposentado Francisco Josephino Maria da Silva.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida a Herundina Martins da Silva, filha do ex-tesoureiro aposentado — Francisco Josephino Maria da Silva — falecido, a pensão especial de NCr\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos) mensais.

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada ao pagamento dos pensionistas da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de agosto de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.310 — DE 18 DE AGOSTO DE 1967

Cria, na Justiça do Trabalho da Terceira Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criada na 3ª Região da Justiça do Trabalho uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede na Cidade de Montes Claros, no Es-

tado de Minas Gerais e jurisdição sobre a respectiva Comarca e as de Pirapora, Januária e Francisco Sá, no mesmo Estado.

Art. 2º Para atender ao disposto no artigo anterior, são criados 1 (um) cargo de Juiz do Trabalho Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, 1 (um) de Suplente de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento 2 (duas) funções de Vogal, sendo uma para a representação de empregados e outra para a de empregadores.

§ 1º Haverá um suplente para cada Vogal.

§ 2º ... VETADO ...

Art. 3º Os mandatos dos Vogais da Junta de que trata o art. 1º terminarão simultaneamente com os dos titulares das demais Juntas do Estado de Minas Gerais, atualmente em curso.

Art. 4º Ficam criados, no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 3ª Região, para a lotação na Junta de Conciliação e Julgamento criada por esta Lei, os cargos constantes da tabela anexa.

Art. 5º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região promoverá a instalação da Junta ora criada.

Art. 6º ... VETADO ...

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de agosto de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antonio da Gama e Silva

O anexo a que se refere o art. 4º está publicado no D.O. de 22-8-67.

LEI Nº 5.311 — DE 18 DE AGOSTO DE 1967

Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal do Ministério do Exército para melhor atender às organizações de saúde do Exército

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados nas séries de classes ou — nas classes respectivas, e incluídos no Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério do Exército, os seguintes cargos:

NÚMERO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
23	Enfermeiro	TC-1.201.18.B
23	Enfermeiro	TC-1.201.17.A
33	Assistente de Enfermagem	P -1.701.15.B
33	Assistente de Enfermagem	P -1.701.13.A
157	Auxiliar de Enfermagem	P -1.702.10.B
157	Auxiliar de Enfermagem	P -1.702. 8.A
58	Atendente	P -1.703. 7
72	Enfermeiro Auxiliar	P -1.706. 8
28	Nutricionista	P -1.708.11
63	Obstetriz	P -1.902.13
1	Técnico de Laboratório	P -1.601.12.A
1	Laboratorista	P -1.602. 9.B
2	Laboratorista	P -1.602. 8.A
2	Operador de Raios X	P -1.710. 9

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de agosto de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Aurêlio de Lyra Tavares

LEI Nº 5.312 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1967

*Dá nova redação ao artigo 3º, inciso III, da Lei nº 3.381,
de 24 de abril de 1958*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso III, do artigo 3º da Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Até 8% (oito por cento) das aplicações anuais do Fundo, no custeio dos serviços da Comissão de Marinha Mercante, que é autorizada a contratar pessoal habilitado e serviços necessários mediante aprovação do seu Orçamento pelo Ministro dos Transportes.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Mario David Andreazza

LEI Nº 5.313 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça o crédito especial de NCrs 3.000.000 00 (três milhões de cruzeiros novos), para a instalação da Justiça Federal no Estado de São Paulo

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de NCrs 3.000.000 00 (três milhões de cruzeiros novos) para as despesas de qualquer natureza, com a instalação, equipamento e funcionamento dos serviços da Justiça Federal, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Para fazer face à despesa autorizada na presente Lei, serão destinados os recursos provenientes das custas a que se refere o art. 45, da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, modificado pelo Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967, ficando ainda o Ministério da Fazenda autorizado a suprir a importância referida no artigo anterior em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antonio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

LEI N.º 5.314 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1967

Estabelece normas sobre a fiscalização de mercadorias estrangeiras e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A fiscalização de mercadorias estrangeiras entradas no território nacional será exercida:

I — na zona aduaneira primária de que trata o art. 33, do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966 — pelos agentes fiscais do imposto aduaneiro.

II — fora da zona prevista no inciso anterior — indistintamente, pelos agentes fiscais de rendas internas ou agentes fiscais do imposto aduaneiro, estes últimos quando em exercício no Serviço Nacional de Fiscalização das Rendas Aduaneiras, criado pelo art. 19 da Lei n.º 4.503, de 30 de novembro de 1964 com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966.

Art. 2.º A competência para instauração, preparo e julgamento dos processos regula-se:

I — quando exercida por agente fiscal de rendas internas — pelas normas da Lei n.º 4.502, de 30 de novembro de 1964.

II — quando exercida por agente fiscal de rendas aduaneiras — pelas normas do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966.

Art. 3.º A execução das decisões proferidas nos processos fiscais de que trata o art. 2.º competirá à autoridade preparadora, e obedecerá às normas da legislação reguladora da competência para julgamento, estabelecidas no art. 2.º inclusive quanto à destinação do produto dos leilões de mercadorias, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

Art. 4.º Nos casos do inciso I do Artigo 2.º, deduzidas do produto de leilão as percentagens devidas aos apreensores e autoridades do processo e aos membros das comissões de leilão e de classificação e avaliação, nos termos da legislação vigente, será o restante classificado como receita do imposto de importação, dispensado o processamento do respectivo despacho aduaneiro.

Art. 5.º Na zona primária, o processamento do desembaraço e despachos de importação, exportação, reexportação, trânsito, reembarque e cabotagem, perante as Alfândegas, Estações Aduaneiras e Mesas de Rendas da República, será promovido, em todos os seus trâmites, somente por despachante aduaneiro, por si e seus ajudantes, aplicando-se-lhe o disposto no art. 39 da Lei n.º 4.069, de 11 de junho de 1962.

Parágrafo único. Compete aos governos estaduais legislar sobre as atividades dos despachantes estaduais.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.315 — DE 12 DE
SETEMBRO DE 1967

Regulamenta o art. 178 da Constituição do Brasil, que dispõe sobre os ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Considera-se ex-combatente, para efeito da aplicação do artigo 178 da Constituição do Brasil, todo aquele que tenha participado efetivamente de operações bélicas, na Segunda Guerra Mundial, como integrante da Força do Exército, da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante, e que, no caso de militar, haja sido licenciado do serviço ativo e com isso retornado à vida civil definitivamente.

§ 1º A prova da participação efetiva em operações bélicas será fornecida ao interessado pelos Ministérios Militares.

§ 2º Além da fornecida pelos Ministérios Militares, constituem, também, dados de informação para fazer prova de ter tomado parte efetiva em operações bélicas:

a) no Exército:

I — o diploma da Medalha de Campanha ou o certificado de ter serviço no Teatro de Operações da Itália, para o componente da Força Expedicionária Brasileira;

II — o certificado de que tenha participado efetivamente em missões de vigilância e segurança do litoral, como integrante da guarnição de ilhas oceânicas ou de unidades que se deslocaram de suas sedes para o cumprimento daquelas missões.

b) na Aeronáutica:

I — o diploma da Medalha de Campanha da Itália, para o seu portador, ou o diploma da Cruz de Aviação, para os tripulantes de aeronaves engajados em missões de patrulha;

c) na Marinha de Guerra e Marinha Mercante:

I — o diploma de uma das Medalhas Navais do Mérito de Guerra,

para o seu portador, desde que tenha sido tripulante de navio de guerra ou mercante, atacados por inimigos ou destruídos por acidente, ou que tenha participado de comboio de transporte de tropas ou de abastecimentos, ou de missões de patrulha;

II — o diploma da Medalha de Campanha da Força Expedicionária Brasileira;

III — o certificado de que tenha participado efetivamente em missões de vigilância e segurança como integrante da guarnição de ilhas oceânicas;

IV — o certificado de ter participado das operações especificadas nos itens I e II, alínea c, § 2º, do presente artigo;

d) certidão fornecida pelo respectivo Ministério Militar ao ex-combatente integrante de tropa transportada em navios escoltados por navios de guerra.

§ 3º A prova de ter servido em Zona de Guerra não autoriza o gozo das vantagens previstas nesta Lei, ressalvado o previsto no art. 177, § 1º, da Constituição do Brasil de 1967, e o disposto no § 2º do art. 1º desta Lei.

Art. 2º É estável o ex-combatente servidor público civil da União, dos Estados e dos Municípios.

Art. 3º O Presidente da República aproveitará, mediante nomeação, nos cargos públicos vagos, iniciais de carreira ou isolados, independentemente de concurso, os ex-combatentes que o requererem, mediante apresentação de diploma registrado no Ministério da Educação e Cultura de curso que os qualifique para o exercício do cargo, ou mediante prova de capacidade para os demais, segundo critérios a serem fixados em regulamento.

§ 1º Os que não quiserem submeter-se à prova, ou nela forem inabilitados, serão aproveitados em classe de menor padrão de vencimentos, não destinada a acesso.

§ 2º O requerimento de que trata este artigo será dirigido aos Ministérios Militares a que estiver vinculado o ex-combatente.

§ 3º O Ministério Militar, a que tiver pertencido o ex-combatente, encaminhará o requerimento ao Depar-

tamento Administrativo do Pessoal Civil, depois de convenientemente informado pelos órgãos competentes quanto ao atendimento dos requisitos previstos no art. 1º desta Lei.

Art. 4º Nenhuma nomeação será feita se houver ex-combatente que tenha requerido o seu aproveitamento no serviço público e esteja em condições de exercer o cargo inicial de carreira, para cujo provimento foi realizado concurso.

Parágrafo único. Aberto o concurso e durante o prazo estabelecido para a inscrição dos candidatos, os ex-combatentes deverão requerer o seu aproveitamento para efeito do disposto neste artigo.

Art. 5º O ex-combatente que, no ato da posse, vier a ser julgado definitivamente incapaz para o serviço público será encaminhado ao Ministério Militar a que estiver vinculado, a fim de que se processe sua reforma, nos termos da Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955.

Parágrafo único. O ex-combatente já considerado incapaz para o exercício da função pública, em laudo passado por autoridade competente da administração pública, poderá, para efeito de seu aproveitamento, requerer, imediato e diretamente, re-inspeção médica, no Ministério Militar a que estiver vinculado, para a concessão da reforma referida neste artigo.

Art. 6º Exclui-se do aproveitamento o ex-combatente que tenha em sua folha de antecedentes o registro de condenação penal por mais de dois anos; ou mais de uma condenação e pena menor por qualquer crime doloso.

Art. 7º Somente será aposentado com 25 (vinte e cinco) anos de serviço público o servidor público civil que o requerer, satisfeitos os requisitos do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se igualmente ao contribuinte da previdência social.

Art. 8º Ao ex-combatente, funcionário civil, fica assegurado o direito à promoção após o interstício legal, e se houver vaga.

Parágrafo único. Nas promoções subsequentes, o ex-combatente terá

preferência, em igualdade de condições de merecimento ou antiguidade.

Art. 9º O ex-combatente, sem vínculo empregatício com o serviço público, carente de recursos, que contraiu ou vier contrair moléstia incurável, infecto-contagiosa, ou não, poderá requerer, para fins do art. 5º desta Lei, sua internação nas organizações hospitalares, civis ou militares, do Governo Federal.

Parágrafo único. A organização militar mais próxima da residência do requerente providenciará sua internação, fornecendo a passagem para o local onde ela for possível.

Art. 10. O ex-combatente já aproveitado e os que vierem a sê-lo não terão direito a novos aproveitamentos.

Art. 11. O disposto nesta Lei se aplica aos órgãos da administração direta e das autarquias.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará a execução da presente Lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grönewald

Aurelio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antonio Delfim Netto

Mario David Anarazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Marcos de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

José Fernandes de Luna

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.316 — DE 14 DE SETEMBRO
DE 1967

Integra o seguro de acidentes do trabalho na previdência social, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O seguro obrigatório de acidentes do trabalho, de que trata o artigo 158, item XVII, da Constituição Federal, será realizado na previdência social.

Parágrafo único. Entende-se como previdência social, para os fins desta Lei, o sistema de que trata a Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, com as alterações decorrentes do Decreto-lei nº 66, de 21 de novembro de 1966.

Art. 2º Acidente do trabalho será aquele que ocorrer pelo exercício do trabalho, a serviço da empresa, provocando lesão corporal, perturbação funcional ou doença que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 1º Doença do trabalho será:

a) qualquer das chamadas doenças profissionais, inerentes a determinados ramos de atividade e relacionadas em ato do Ministro do Trabalho e Previdência Social;

b) a doença resultante das condições especiais ou excepcionais em que o trabalho for realizado.

§ 2º Será considerado como do trabalho o acidente que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte ou a perda ou redução da capacidade para o trabalho.

Art. 3º Será também considerado acidente do trabalho:

I — o acidente sofrido pelo empregado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

a) ato de sabotagem ou de terrorismo praticado por terceiro, inclusive companheiro de trabalho;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada com o trabalho;

c) ato de imprudência ou de negligência de terceiro, inclusive companheiro de trabalho;

d) ato de pessoa privada do uso da razão;

e) desabamento, inundação ou incêndio;

f) outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

II — o acidente sofrido pelo empregado, ainda que fora do local e horário de trabalho:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa, para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço da empresa, seja qual for o meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do empregado;

d) no percurso da residência para o trabalho ou deste para aquela.

Parágrafo único. Nos períodos destinados a refeições ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado será considerado a serviço da empresa.

Art. 4º Não será considerada agraviação ou complicação de acidente do trabalho que haja determinado lesão já consolidada ou outra lesão corporal ou doença que, resultante de outro acidente, se associe ou se superponha às consequências do anterior.

Art. 5º Para os fins desta Lei:

I — equipara-se ao acidente do trabalho a doença do trabalho;

II — equipara-se ao acidentado o trabalhador acometido de doença do trabalho;

III — considera-se como data do acidente, no caso de doença do trabalho, a data da comunicação desta à empresa.

Art. 6º Em caso de acidente do trabalho ou de doença do trabalho, a morte ou a perda ou redução de capacidade para o trabalho darão direito, independentemente de período de carência, às prestações previdenciárias cabíveis, concedidas, mantidas, pagas e reajustadas na forma e pelos prazos da legislação de previdência social, salvo no tocante ao valor dos benefícios de que tratam os itens I, II e III e que será o seguinte:

I — auxílio-doença — valor mensal igual ao do salário de contribuição devido ao empregado no dia do acidente, deduzida a contribuição previdenciária, não podendo ser inferior ao seu salário de benefício, com a mesma dedução;

II — aposentadoria por invalidez — valor mensal igual ao do salário de contribuição devido ao empregado no dia do acidente, não podendo ser inferior ao seu salário de benefício;

III — pensão — valor mensal igual ao estabelecido no item II, qualquer que seja o número inicial de dependentes.

§ 1º O pagamento dos dias de benefício, quando sua duração for inferior a um mês, será feito na base de 1/30 (um trinta avos) de seu valor mensal.

§ 2º A pensão será devida a contar da data do óbito e o benefício por incapacidade, do 16º (décimo sexto) dia seguinte ao do acidente, cabendo à empresa pagar o salário integral do dia do acidente e dos 15 (quinze) primeiros dias seguintes, ressalvado o disposto no art. 10.

§ 3º A assistência médica, afilcluídas a cirúrgica, a hospitalar, a farmacêutica e a odontológica, bem como o transporte do acidentado, será devida, em caráter obrigatório, a partir da ocorrência do acidente.

§ 4º Será majorado de 25% (vinte e cinco por cento) o valor da aposentadoria por invalidez do empregado que, em consequência do acidente, necessitar da permanente assistência de outra pessoa.

§ 5º Quando a morte do empregado aposentado por motivo de acidente do trabalho não resultar deste, o valor estabelecido no item II servirá de base para o cálculo da pensão.

§ 6º Quando a perda ou redução da capacidade para o trabalho puder ser atenuada pelo uso de aparelhos de prótese, eles serão fornecidos pela previdência social independentemente das prestações cabíveis.

§ 7º Nenhum dos benefícios por acidente do trabalho de que trata este artigo poderá ser inferior ao salário-mínimo do local de trabalho do acidentado.

§ 8º O direito ao auxílio-doença, à aposentadoria por invalidez ou à pensão, nos termos deste artigo, ex-

clui o direito aos mesmos benefícios nas condições da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960), sem prejuízo de qualquer outro benefício assegurado pela legislação de previdência social.

§ 9º O auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez e a pensão de que tratam os itens I, II e III darão direito também ao abono especial previdenciário.

Art. 7º A redução permanente da capacidade para o trabalho em percentagem superior a 25% (vinte e cinco por cento) garantirá ao acidentado, quando não houver direito a benefício por incapacidade ou após sua cessação, e independentemente de qualquer remuneração ou outro rendimento, um "auxílio-acidente", mensal, reajustável na forma da legislação previdenciária, calculado sobre o valor estabelecido no item II do art. 6º e correspondente à redução verificada.

Parágrafo único. Respeitado o limite máximo estabelecido na legislação previdenciária, o auxílio de que trata este artigo será adicionado ao salário de contribuição, para o cálculo de qualquer outro benefício não resultante do acidente.

Art. 8º A redução permanente da capacidade para o trabalho em percentagem igual ou inferior a 25% (vinte e cinco por cento) garantirá ao acidentado um pecúlio resultante da aplicação da percentagem da redução à quantia correspondente a 72 (setenta e duas) vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País na data do pagamento do pecúlio.

Art. 9º O pecúlio de que trata o art. 8º será também devido, em seu valor máximo:

I — em caso de morte;

II — em caso de invalidez, quando a aposentadoria previdenciária for igual ou superior a 90% (noventa por cento) do benefício previsto no item II do artigo 6º.

Art. 10. A empresa poderá, observado o disposto no § 2º do art. 12, responsabilizar-se apenas pelo pagamento do salário integral do dia do acidente, sendo o benefício por incapacidade, nessa hipótese, devido a contar do primeiro dia seguinte.

Art. 11. A empresa deverá, salvo em caso de impossibilidade absoluta,

comunicar o acidente do trabalho à previdência social dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de multa variável de 1 (uma) a 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 12. O custeio das prestações por acidente do trabalho, a cargo exclusivo da empresa, será atendido, conforme estabelecer o regulamento, mediante:

I — uma contribuição de 0,4% (quatro décimos por cento) ou de 0,8% (oito décimos por cento) da folha de salários de contribuição, conforme a natureza da atividade da empresa;

II — quando fôr o caso, uma contribuição adicional incidente sobre a mesma folha e variável, conforme a natureza da atividade da empresa.

§ 1º A contribuição adicional de que trata o item II será objeto de fixação individual para as empresas cuja experiência ou condições de risco assim aconselharem.

§ 2º Na hipótese do art. 10, a contribuição de que trata o item I será de 0,5% (cinco décimos por cento) ou de 1% (um por cento).

§ 3º As contribuições estabelecidas neste artigo serão pagas juntamente com as contribuições de que tratam os itens I e II do art. 69 da Lei Orgânica da Previdência Social, na redação dada pelo Decreto-lei número 66, de 21 de novembro de 1966.

Art. 13. A previdência social manterá programas de prevenção de acidentes e de reabilitação profissional dos acidentados, e poderá auxiliar entidades de fins não lucrativos que desenvolvam atividades dessa natureza, bem como de segurança, higiene e medicina do trabalho.

Parágrafo único. A contribuição estabelecida no art. 5º da Lei número 5.161, de 21 de outubro de 1966, que criou a Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, será de 0,5% (cinco décimos por cento) do produto da contribuição de que trata o item I do art. 12.

Art. 14. Esta Lei aplica-se também:

- I — aos trabalhadores avulsos;
- II — aos presidiários.

Art. 15. O acidentado, seus beneficiários, a empresa ou qualquer outra pessoa poderão, diretamente ou por intermédio de advogado, mover ação contra a previdência social para reclamação de direitos decorrentes desta Lei.

§ 1º As ações movidas pelo acidentado ou seus beneficiários terão preferência sobre as demais, e serão gratuitas quando vencidos os autos.

§ 2º Das sentenças finais nas ações de acidentes do trabalho somente caberá agravo de petição, que terá preferência no julgamento pelos tribunais.

§ 3º O Código de Processo Civil será aplicável, no que couber, inclusive quanto às perícias médicas, as ações de acidentes do trabalho contra a previdência social, obedecidos os seguintes prazos:

a) de 5 (cinco) dias, contados do recebimento pelo juiz do inquérito policial ou da petição do interessado ou do Ministério Público, para a designação da audiência de acôrdo;

b) de 30 (trinta) dias, contados da audiência de acôrdo, para encerramento da instrução;

c) de 5 (cinco) dias, contados do encerramento da instrução, para a leitura da sentença, repetindo-se o prazo em caso de justificada força-maior;

d) de 5 (cinco) dias, contados da leitura da sentença, para a interposição de agravo de petição;

e) de 5 (cinco) dias, contados do oferecimento da contraminuta do agravo, para que o juiz mantenha ou reforme a decisão, repetindo-se o prazo em caso de justificada força-maior;

f) da metade dos prazos do Código de Processo Civil superiores a 48 (quarenta e oito) horas, para as execuções de sentença.

Art. 16. Os juizes federais são competentes para julgar os dissídios decorrentes da aplicação desta Lei.

§ 1º Quando não houver juiz federal no fôro do acidente nem no da residência do acidentado, será competente a justiça ordinária local.

§ 2º O disposto neste artigo não exclui a utilização da via recursal da previdência social.

Art. 17. Ressalvado o disposto no art. 31, as ações referentes a prestações por acidentes de trabalho prescreverão em 5 (cinco) anos, contados da data:

I — do acidente, quando dêle resultar a morte ou incapacidade temporária, constatada esta em perícia médica a cargo da previdência social;

II — em que ficar constatada, em perícia médica a cargo da previdência social, incapacidade permanente ou sua agravação.

Art. 18. Quando a previdência social não prestar assistência médica no local do acidente, a empresa deverá dispensar ao acidentado completa assistência emergencial, comunicando o fato à autoridade policial competente, nos casos fatais, e à previdência social, em qualquer caso.

Parágrafo único. A previdência social reembolsará a empresa das despesas com a assistência emergencial de que trata este artigo.

Art. 19. O médico que primeiro atender a um acidentado do trabalho deverá comunicar a previdência social dentro de 72 (setenta e duas) horas a natureza e a provável causa da lesão ou doença e o estado do acidentado, bem como a existência ou não de incapacidade para o trabalho e, na primeira hipótese, a provável duração da incapacidade, fornecendo ao acidentado um atestado com esses elementos.

Art. 20. A integração do seguro de acidentes do trabalho na previdência social obedecerá ao seguinte esquema:

I — nenhuma empresa criada após 1º de janeiro de 1967 poderá fazer nem renovar o seguro em sociedade de seguros;

II — não poderá ser renovado em sociedade de seguros:

a) a partir de 1º de janeiro de 1968, o seguro das empresas anteriormente vinculadas aos antigos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, dos Marítimos e dos Empregados em Transportes e Cargas, ou à antiga Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Aeroaviários;

b) a partir de 1º de julho de 1968, o seguro das empresas anteriormente vinculadas aos antigos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Indus-

triários e dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos;

c) a partir de 1º de julho de 1969, o seguro das empresas anteriormente vinculadas ao antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e o das empresas não abrangidas pela previdência social.

§ 1º Nos prazos do item II:

a) nenhuma empresa segurada em sociedade de seguros poderá renovar o seguro na previdência social;

b) nenhuma empresa segurada na previdência social poderá renovar o seguro em sociedade de seguros.

§ 2º As empresas que já mantêm seguro de acidentes de trabalho na previdência social serão enquadradas no regime dessa Lei a partir de 1º de janeiro de 1968, quando o seguro não tiver sido feito em regime de exclusividade, devendo ser:

a) prorrogados até 31 de dezembro de 1967 os contratos que se vencerem antes dessa data;

b) adaptadas, durante o restante do prazo, as condições dos que se vencerem em 1968.

Art. 21. A aplicação do disposto no art. 12 não poderá conduzir, na primeira fixação da contribuição ali estabelecida, salvo na hipótese de alteração das condições do risco, a uma taxa de contribuição superior a 90% (noventa por cento) da tarifa do último prêmio pago ou contratado pela empresa, continuando esta responsável apenas pelo pagamento do salário do dia do acidente.

§ 1º A empresa cuja taxa de contribuição ficar contida no teto estabelecido neste artigo será considerada em regime de fixação individual de contribuição.

§ 2º São mantidas com redução de 10% (dez por cento) das respectivas taxas as tarifas individuais em vigor na data do início da vigência desta Lei.

Art. 22 Para os trabalhadores rurais e os empregados domésticos, a extensão da previdência social ao acidente do trabalho se fará na medida de suas possibilidades técnicas e administrativas, respeitados os compromissos existentes na data do início da vigência desta Lei.

Parágrafo único. Na zona rural, o seguro de acidentes do trabalho po-

derá ser realizado sob a forma de seguro grupal, através de associação, cooperativa ou sindicato rural, mediante apólice coletiva.

Art. 23. Ao empregado de sociedade de seguros que trabalhar na carteira de acidentes do trabalho desde antes de 1º de janeiro de 1967, será assegurado:

I — o aproveitamento pela previdência social mantido para ele, sem qualquer prejuízo, o regime da legislação trabalhista;

II — a dispensa, mediante a indenização cabível, nos termos da legislação trabalhista, a cargo da previdência social.

§ 1º Também serão aproveitados ou indenizados pela previdência social, nos termos deste artigo, os empregados que, exercendo funções ligadas à carteira de acidentes do trabalho, forem dispensados em razão da redução da atividade da sociedade de seguros motivada por esta Lei, e medida em termos de sua receita global de prêmios livre de resseguros.

§ 2º O aproveitamento de que trata o item I poderá ser feito na medida em que se for reduzido o movimento da carteira de acidentes.

§ 3º Para os fins deste artigo:

a) o salário do empregado não poderá ser superior ao da classe a que ele pertencer;

b) a prova da qualidade de empregado não poderá ser apenas testemunhal, ainda quando feita perante a Justiça do Trabalho, para outro fim.

§ 4º A faculdade prevista neste artigo só poderá ser exercida até 60 (sessenta) dias contados do encerramento da carteira de acidentes.

§ 5º O disposto no item I aplica-se ao corretor de seguros que, contando no mínimo três (3) anos de atividade, como trabalhador autônomo, com provar que nos três (3) últimos anos pelo menos 50% (cinquenta por cento) das comissões por ele recebidas corresponderam a seguro de acidentes do trabalho, não sendo admitida prova testemunhal e não podendo o salário inicial na previdência ser superior a três (3) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 24. As instalações das sociedades de seguros que na data do início da vigência desta Lei estiverem sendo utilizadas exclusivamente para prestação de assistência médica, sendo desnecessárias aos demais ramos de seguro em que as sociedades operem, poderão ser vendidas à previdência social, mediante avaliação homologada pelo Departamento Nacional da Previdência Social, ou, se a sociedade interessada não a aceitar, mediante arbitramento judicial.

Art. 25. As cooperativas de seguros de acidentes do trabalho poderão transformar-se em cooperativas de prestação de assistência médica, tendo em vista a possibilidade de convênios, para esse fim, com a previdência social, a critério desta.

Art. 26. VETADO.

Art. 27. O Ministério do Trabalho e Previdência Social estabelecerá os critérios de avaliação da redução da capacidade para o trabalho e as tabelas para o cálculo dos benefícios por incapacidade de que trata esta Lei.

Art. 28. A legislação de previdência social e, observado o disposto no art. 29, o Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944, serão aplicáveis no que couber, ao seguro de acidentes do trabalho, inclusive no tocante a sanções, dúvidas e casos omissos.

Art. 29. Salvo no tocante ao conceito de acidente do trabalho e ao de doença do trabalho, que serão os desta Lei, o Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944, e o regulamento aprovado pelo Decreto número 18.809, de 5 de junho de 1945, ficam restaurados, para se aplicarem;

I — às operações de seguros realizadas com as empresas de que trata o item II do art. 20 e à liquidação dos acidentes de seus empregados, enquanto não se completar a integração de que trata esta Lei;

II — aos empregados, empregadores e empresas não abrangidos pelo sistema de que trata a Lei Orgânica da Previdência Social.

Art. 30. Enquanto não se completar a integração de que trata esta Lei, será observado, nos procedimen-

tos judiciais contra as sociedades de seguros, o disposto no art. 15, § 3º.

Art. 31. As ações fundadas em acidente ocorrido até 30 de junho de 1970 prescreverão em 2 (dois) anos, contados da data:

a) do acidente, quando dêste resultar a morte ou incapacidade temporária;

b) do afastamento do trabalho por motivo de doença, nos casos de doença do trabalho;

c) da alta médica, nos casos de incapacidade permanente resultante de acidente.

Art. 32. VETADO.

§ 1º — VETADO.

§ 2º — VETADO.

§ 3º — VETADO.

§ 4º — VETADO.

Art. 33. VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 34. VETADO.

Art. 35. VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 36. VETADO.

Art. 37. VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 38. VETADO.

Art. 39. VETADO.

Art. 40. VETADO.

Art. 41. O regulamento da presente Lei, salvo quanto aos arts. 32 a 40, será elaborado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e expedido por decreto, até 30 de novembro de 1967.

Art. 42. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, expressamente as constantes do Decreto-lei nº 293, de 28 de fevereiro de 1967.

Brasília, 14 de setembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

Edmundo de Macedo Soares

LEI Nº 5.317 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1967

Concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados para material importado pela Companhia Telefônica Ponte Novense, de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados para o equipamento telefônico constante da relação publicada conjuntamente com esta Lei e que dela faz parte integrante, a ser importado pela Companhia Telefônica Ponte Novense, de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A isenção concedida não abrange as taxas de despacho aduaneiro, de renovação da marinha mercante e de melhoria dos portos, nem se estende ao material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

RELAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 1º

Relação de material a ser importado pela Companhia Telefônica Ponte Novense

A) — EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO

I — Bastidor para relé de linha
Bastidor para 500 linhas, equipado com:

500 relés de linha e de interrupção
13 relés de grupo de linha
1 equipamento de painel

II — Bastidor para elementos automáticos

1 Bastidor com capacidade de 60 buscadores de linha, com equipamento de painel e múltiplos necessários.

1 Bastidor com capacidade de 60 seletores finais, com equipamento de painel e múltiplos necessários.

1 Bastidor com equipamento de painel para 11 registros.

III — Dispositivos de alarme

3 quadros de lâmpadas

1 dispositivo de campainha de alarme

1 aparelho de controle de sinais

Necessários dispositivos de alarme de tempo e relés de observação.

IV — Distribuidor intermediário

Necessária quantidade de bastidores com os respectivos listões.

V — Elementos automáticos de ligação

40 buscadores de linha com relés

40 seletores finais com relés

1 distribuidor de chamadas

10 registros de tipo "Crossbar"

VI — Motores para bastidores

1 Motor para bastidor de unidade

1 Idem de reserva

Necessários cabos de força

B) DISTRIBUIDOR GERAL

1 Seção primária para 800/540 linhas

15 Listões de projetores para 50 linhas cada

27 Listões de jacks de ensaio para 20 linhas cada

Necessários blocos de jacks, corações de experiência, relé de observação, etc.

C) INSTALAÇÃO DE FORÇA

1 Retificador de 25A, 48V com regulação automática de tensão

1 Bateria de acumuladores de 135 Ah, 24 elementos

Necessários cabos de força

D) FERRAMENTAS, PEÇAS SOBRESSALIENTES MATERIAL DE INSTALAÇÃO E CABOS

1 Jogo de ferramentas

1 Jogo de peças sobressalentes

1 Jogo de material de instalação

Todos os fios e cabos necessários às ligações internas, suportes e cabos

E) DISPOSITIVOS DE PROVA E CONTROLE DE TRAFEGO

1 Aparelho portátil para provas de elementos automáticos

1 Aparelho para prova de linhas

Dispositivos de observação de tráfego com lâmpadas e jacks necessários.

LEI Nº 5.318 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1967

Institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento.

O Presidente da República

Faço saber, que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Política Nacional de Saneamento, formulada em harmonia com a Política Nacional de Saúde, compreenderá o conjunto de diretrizes administrativas e técnicas destinadas a fixar a ação governamental no campo do saneamento.

Art. 2º A Política Nacional de Saneamento abrangerá:

a) saneamento básico, compreendendo abastecimento de água, sua fluoretação e destinação de dejetos;

b) esgotos pluviais e drenagem;

c) controle da poluição ambiental, inclusive do lixo;

d) controle das modificações artificiais das massas de água.

e) controle de inundações e de erosões.

Art. 3º É criado, no Ministério do Interior, o Conselho Nacional de Saneamento (CONSANE), órgão colegiado, com a finalidade de exercer as atividades de planejamento, coordenação e controle da Política Nacional de Saneamento.

Art. 4º O Conselho Nacional de Saneamento é constituído pelos seguintes órgãos:

I — Conselho Pleno;

II — Comissão Diretora.

Art. 5º Ao Conselho Pleno compete:

a) manifestar-se sobre o Plano Nacional de Saneamento e outros assuntos que lhe forem submetidos pela Comissão Diretora;

b) pronunciar-se sobre os critérios que regerão os convênios a serem firmados em decorrência do Plano Nacional de Saneamento;

c) manifestar-se sobre as medidas destinadas a estimular o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal de nível superior, médio e auxiliar, no campo do saneamento.

Art. 6º O Conselho Pleno, presidido pelo Ministro do Interior, será constituído por representantes dos seguintes órgãos:

- a) Ministério do Interior;
- b) Ministério da Saúde;
- c) Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;
- d) Ministério da Agricultura;
- e) Ministério das Minas e Energia;
- f) Ministério da Indústria e do Comércio;
- g) Ministério da Educação e Cultura;
- h) Estado-Maior das Forças Armadas;
- i) cada um dos Governos dos Estados;
- j) Associação Brasileira de Municípios;
- k) Confederação Nacional da Indústria;
- m) Confederação Nacional da Agricultura;
- n) Associação Brasileira de Engenharia Sanitária;
- o) Sociedade Brasileira de Higiene;
- p) Sociedade Brasileira de Medicina;
- q) Federação Nacional de Odontologia.

Art. 7º A Comissão Diretora compete:

- a) elaborar e expedir o Plano Nacional de Saneamento, observadas as normas gerais do planejamento governamental;
- b) fixar critérios para a delimitação dos campos de atuação dos órgãos executores do Plano Nacional de Saneamento;
- c) orientar a elaboração orçamentária dos órgãos executores do Plano Nacional de Saneamento;
- d) incentivar as providências necessárias ao estabelecimento dos convênios de saneamento;
- e) promover o aperfeiçoamento da tecnologia nacional no campo do saneamento e incentivar o treinamento de pessoal especializado, cooperando na criação de cursos de formação e aperfeiçoamento de pessoal de nível médio e superior que possa atender às necessidades das Regiões, Estados e Municípios;
- f) estabelecer critérios de prioridade para obras de saneamento básico, que serão preferentemente financiadas sob o regime de empréstimo;

g) colaborar com os Estados e Municípios na criação de entidades estaduais de saneamento e órgãos municipais autônomos que assegurem a operação e administração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotos sanitários.

Art. 8º A Comissão Diretora será constituída por um Presidente, designado pelo Ministro do Interior, e por dois representantes de cada um dos seguintes órgãos:

- I — Ministério do Interior;
- II — Ministério da Saúde;
- III — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 9º A Comissão Diretora será assistida por uma Assessoria Técnica e uma Secretaria, cujo pessoal será requisitado de órgãos da administração pública.

Art. 10. São órgãos executores do Plano Nacional de Saneamento, no âmbito federal:

I — No Ministério do Interior:

a) o Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

II — No Ministério da Saúde:

- a) a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública;
- b) o Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Art. 11. A execução do Plano Nacional de Saneamento far-se-á de preferência por intermédio de convênios que promovam a vinculação de recursos dos órgãos interessados de âmbito federal, estadual e municipal.

Art. 12. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário e, especialmente, os Decretos-leis ns. 248 e 303, de 28 de fevereiro de 1967.

Brasília, 26 de setembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

APENSO

No “Apenso” dos volumes da “Coleção das Leis” figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no “Diário Oficial” até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO-LEI Nº 200 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — Parte I — Suplemento ao nº 39, de 27 de fevereiro de 1967)

Retificação

Na página 9, 2ª coluna, no art. 73, onde se lê: ... imputada a dotação própria, ... leia-se: ... imputada a dotação imprópria, ...

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 1967

Aprova o texto do Acôrdo Cultural celebrado, em Lisboa, entre o Brasil e Portugal, em 7 de setembro de 1966.

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo Cultural celebrado, em Lisboa, entre o Brasil e Portugal, em 7 de setembro de 1966.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de junho de 1967.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

O texto do Acôrdo acompanha a publicação dêste Decreto Legislativo no D.C.N. (Seção II).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 1967

Aprova o Acôrdo de Comércio celebrado entre o Brasil e Portugal em Lisboa, em 7 de setembro de 1966.

Art. 1º É aprovado o Acôrdo de Comércio celebrado, em Lisboa, entre o Brasil e Portugal, em 7 de setembro de 1966.

Art. 2.º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de junho de 1967.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência.

O texto do Acôrdo acompanha a publicação dêste Decreto Legislativo no D.C.N. (Seção II).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº 1 da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 1967

Aprova o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos do Brasil e de Portugal, assinado em Lisboa, em 7 de setembro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos do Brasil e de Portugal, assinado em Lisboa, em 7 de setembro de 1966.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de junho de 1967.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

O texto do Acôrdo acompanha a publicação dêste Decreto Legislativo no D.C.N. (Seção II).

LEI Nº 5.271 — DE 24 DE ABRIL
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça, o crédito especial de NCr\$ 3.291.576,93 (três milhões, duzentos e noventa e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzeiros novos e noventa e três centavos), destinado a atender a despesas decorrentes do pagamento da gratificação de função policial instituída pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

(Publicada no Diário Oficial — Seção I — Parte I — De 30-6-67)

Retificação

Na página 6.951, 1ª coluna, na ementa,

Onde se lê:

... de NCr\$ 3.291.576,96...

Leia-se:

... de NCr\$ 3.291.576,93...

LEI Nº 5.291 — DE 31 DE MAIO
DE 1967

Corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional manteve, após o presidencial, e eu, Camillo Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, promulgo, de acôrdo com o disposto no art. 62, § 4º, da Constituição, as seguintes partes do Projeto que se transformou na Lei nº 5.291, de 31 de maio de 1967:

Art. 1º São uniformes os níveis das séries de classes de Agente Fiscal do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. O critério do Poder Executivo, a eventual despesa decorrente da correção de desigualdade prevista neste artigo, será de-

decisão da parte variável da remuneração da série de classes provida.

Brasília, 30 de junho de 1967;
146ª da Independência e 79ª da República.

Camilo Nogueira da Gama

LEI Nº 5.300 — DE 29 DE JUNHO
DE 1967

Dispõe sobre o Conselho de Justificação, estabelece normas para o seu funcionamento e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Conselho de Justificação é destinado a julgar, através de processo especial, da incapacidade moral ou profissional do oficial para o serviço ativo, criando-lhe, ao mesmo tempo, condições para se justificar.

Art. 2º A nomeação do Conselho de Justificação é da competência dos Ministros Militares, ou, em caso de guerra, do Comandante de TO, para os oficiais sob sua jurisdição.

Parágrafo único. O Ministro poderá, por decisão fundamentada na natureza dos fatos argüidos, nos precedentes do oficial acusado e na falta de consistência das argüições, julgar, desde logo, improcedente a acusação, indeferindo, conseqüentemente, o pedido de formação do Conselho de Justificação. A decisão será publicada em boletim e transcrita na fé de ofício do interessado.

Art. 3º O Conselho de Justificação será composto de 3 (três) membros de posto superior, ou de igual posto e de maior antigüidade, que a do justificante.

Parágrafo único. Não poderão fazer parte do Conselho de Justificação, sob pena de nulidade:

- a) o oficial que formulou a denúncia;
- b) os oficiais que tenham entre si, ou com o denunciante ou o acusado, parentesco consanguíneo ou afim na linha reta ou até o quarto grau da consanguinidade colateral ou de natureza civil;
- c) os oficiais subalternos.

Art. 4º Será submetido a Conselho de Justificação, a pedido ou "ex officio", o oficial da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que:

a) fôr acusado, oficialmente, ou por qualquer meio lícito de publicidade, de haver procedido incorretamente no desempenho de cargo ou comissão, de ter tido conduta irregular, ou praticado ato que afete a honra pessoal, o pundonor militar ou o decôro da classe;

b) fôr considerado moralmente indóneo, quando cogitado para promoção, por maioria de votos dos membros que compõem qualquer Comissão de Promoções;

c) revelar incapacidade marcante para o exercício de suas funções, quer em situação normal, quer por ocasião de provas de instrução, de manobras ou operações de guerra;

d) fôr condenado, no fôro militar ou comum, a qualquer pena até 2 (dois) anos de privação de liberdade, por crime de natureza dolosa, tão logo transite em julgado a sentença;

e) ostensiva ou clandestinamente pertencer a partido ou associação que, legalmente, tenham sido impedidos de funcionar, exercer atividade a eles ligada ou realizar propaganda de suas doutrinas.

§ 1º Consideram-se, entre outros, para os efeitos desta lei, ato de filiação ou atividade ligada a partido ou associação a que se refere este artigo:

a) a inscrição, ostensiva ou clandestina, como membro do partido ou associação;

b) a prestação ou angariação de valores em benefício do partido ou associação;

c) a colaboração, por qualquer forma, mas sempre de modo inequívoco e doloso, nas atividades de partido ou associação.

§ 2º Tratando-se de acusação prevista na alínea "B" deste artigo, a Comissão de Promoções deverá, obrigatoriamente, fornecer ao Conselho as informações que a levaram a concluir sobre a falta de idoneidade do oficial.

Art. 5º O oficial, ao ser submetido a Conselho de Justificação, em razão de qualquer dos fatos a que se referem as alíneas d e e do art. 4º desta lei, será, automaticamente, afastado de suas funções.

Parágrafo único. Nos casos das alíneas a, b e c do art. 4º, o oficial poderá ser afastado ou não do cargo ou função, a critério do Ministro respectivo.

Art. 6º O Conselho de Justificação funcionará no local que a autoridade julgar melhor indicado para a apuração do fato.

Art. 7º O Conselho de Justificação só funcionará com a totalidade de seus membros e será presidido pelo oficial mais antigo; o que se lhe seguir em antiguidade será interrogante e relator e, o mais moderno, escrivão.

Parágrafo único. No Conselho constituido de Oficiais-Generais, poderá o presidente requisitar um Oficial Superior para servir de escrivão.

Art. 8º Reunido o Conselho de Justificação, convocado previamente pelo presidente, em lugar, dia e hora designados com antecedência, presente o justificante, o presidente mandará proceder à leitura e à autuação dos documentos que instituíram o ato de nomeação do Conselho; e, em seguida, ordenará a qualificação e o interrogatório do justificante, o que será reduzido a auto, assinado por todos os membros do Conselho e pelo justificante, fazendo-se a juntada de todos os documentos por este oferecidos.

Art. 9º Aos membros do Conselho de Justificação é lícito reperguntar ao justificante e às testemunhas sobre o objeto da acusação e, bem assim, propor diligências para o esclarecimento do fato.

Art. 10. Ao justificante é assegurada ampla defesa, tendo ele, após o interrogatório, prazo de 5 (cinco) dias para oferecer suas razões por escrito, devendo o Conselho fornecer-lhe o libelo acusatório, onde se contenham com minúcias o relato dos fatos e a descrição dos atos imputados ao justificante.

§ 1º Em sua defesa, poderá o justificante requerer a produção, perante o Conselho, de todas as provas permitidas no Código Penal Militar. Aquelas que se realizarem mediante Carta Precatória serão efetuadas perante a Auditoria Militar da Região respectiva.

§ 2º ... VETADO ...

§ 3º ... VETADO ...

Art. 11. O Conselho de Justificação poderá inquirir ou receber, por escrito, esclarecimentos do acusador, ouvindo, posteriormente, a respeito o justificante.

Art. 12. Realizadas todas as diligências, o Conselho de Justificação passará a deliberar, em sessão secreta, sobre o relatório a ser redigido, que concluirá, por maioria de votos, se o justificante é ou não culpado da acusação que lhe foi feita.

§ 1º O relatório deverá ser escrito ou datilografado pelo escrivão e assinado por todos os membros do Conselho.

§ 2º Ao membro vencido será facultada a justificação de voto, por escrito.

Art. 13. O prazo para conclusão dos trabalhos do Conselho de Justificação é de 30 (trinta) dias. Por motivos excepcionais, a autoridade nomeante poderá prorrogá-lo pelo prazo que se fizer justificadamente necessário à sua conclusão.

Art. 14. Lavrado o relatório, com um termo de encerramento escrito pelo escrivão, o processo será enviado ao Ministro da respectiva Pasta Militar, que, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, aceitando ou não o parecer do Conselho de Justificação e, neste último caso, justificando os motivos de seu despacho, determinará:

a) o arquivamento do processo, se considerar procedente a justificação;

b) a remessa do processo à autoridade militar competente para a aplicação da punição, se o fato ou o ato apurado constituir falta disciplinar;

c) a remessa do processo ao Auditor competente, se o fato ou o ato apurado constituir crime;

d) a remessa do processo ao Superior Tribunal Militar, se o fato ou ato apurado estiver previsto no art. 4º.

Art. 15. No Superior Tribunal Militar, distribuído o processo, será o mesmo relatado por um dos Ministros, que, antes, abrirá prazo de 5 (cinco) dias para a defesa se manifestar por escrito sobre as conclusões do Conselho de Justificação.

§ 1º — ... VETADO ...

§ 2º Concluída esta fase, será o processo submetido a julgamento.

Art. 16. O Superior Tribunal Militar, se julgar provado que o oficial

se acha enquadrado numa das situações previstas no art. 4º e alíneas, seu § 1º e alíneas, deverá, conforme o caso:

a) declará-lo indigno do oficialato ou com ele incompatível, aplicando-lhe, em consequência, a perda de posto e patente, de acordo com o § 2º do art. 94 da Constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967;

b) ou determinar a reforma do oficial, na forma prevista na letra "d" do art. 25 da Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965 (Lei de Inatividade dos Militares). A reforma do oficial será no posto por ele ocupado, com os vencimentos desse posto proporcionais ao seu tempo de serviço.

Parágrafo único. Os processos de perda de patente e os de reforma, referidos nas letras "a" e "b", serão encaminhados pelo Ministro da respectiva Pasta Militar ao Presidente da República, logo após a publicação do julgamento final do Superior Tribunal Militar.

Art. 17. Esta lei se aplica, no que couber, às Polícias Militares e Corpos de Bombeiros dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º São da competência dos Governadores e do Prefeito do Distrito Federal as atribuições previstas na presente lei para os Ministros Militares.

§ 2º O Conselho de Justificação compor-se-á de oficiais da Corporação a que pertencer o justificante, nas condições especificadas no art. 3º e seu parágrafo único. Não havendo na Corporação oficiais que preencham essas condições, o Conselho será completado com oficiais do Exército, mediante solicitação do Governador ou do Prefeito do Distrito Federal.

Art. 18. Prescrevem em 6 (seis) anos os casos previstos na presente lei, computados na data em que forem praticados.

Art. 19. Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos de acordo com o disposto no Código da Justiça Militar.

Art. 20. Ao art. 91 do Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938 (Código da Justiça Militar), fica acrescentada a seguinte alínea:

"f) julgar em instância única os processos oriundos do Conselho de Justificação."

Art. 21. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Ficam revogados o Decreto-lei nº 2.746, de 5 de novembro de 1940, a Lei nº 1.057-A, de 28 de janeiro de 1950, e a Lei nº 2.738, de 20 de fevereiro de 1956, e demais disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grinewald

Aurélio de Lyra Tavares

Márcio de Souza e Mello

LEI Nº 5.301 — DE 30 DE JUNHO DE 1967

Estende a jurisdição de Juntas de Conciliação e Julgamento da 4ª Região (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e das outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º ... VETADO ...

Art. 2º Fica, igualmente, estendida a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Tubarão, aos Municípios de ... o Fortuna, Braço do Norte, São Ludgero, Gravataí, Imbuí, Armazém, Pedras Grandes, Treze de Maio, Jaguaruna, Laguna, Imbituba, Grão Pará e São Martinho, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Fica retirado a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Criciúma, Estado de Santa Catarina, o território dos Municípios de Jaguaruna e Braço do Norte.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

LEI Nº 5.301 — DE 30 DE JUNHO DE 1967

Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial do projeto que se transformou na Lei nº 5.301, de 30 de junho de 1967, que estende a jurisdição de Juntas de Conciliação e Julgamento da 4ª Região (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º do art. 62 da Constituição, o seguinte dispositivo da Lei nº 5.301, de 30 de junho de 1967:

Art. 1º Fica estendida a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Bagé, ao Município de Lavras do Sul; de Cachoeira do Sul, aos Municípios de Agudo, Restinga Sêca, Formigueiro, Caçapava do Sul, Faxinal do Soturno e Dona Francisca; de Caxias do Sul, aos Municípios de Carlos Barbosa e São Marcos; de Cruz Alta, aos Municípios de Ibirubá, Panambi, Pejuçara, Santa Bárbara do Sul, Tupanciretã e Condor; de Erechim, aos Municípios de Mariano Moro, Erval Grande, Itatiba do Sul, Jacutinga, Barão de Cotegipe, Viadutos, Campinas do Sul, São Valentim, Severiano de Almeida e Sananduva; de Ijuí, aos Municípios de Ajuricaba, Augusto Pestana e Santo Augusto; de Passo Fundo, aos Municípios de Mariaco, Sertão, Victor Graeff e David Canabarro; de Pelotas, aos Municípios de Pedro Osório, Canguçu, Pinheiro Machado e Piratini; de Porto Alegre, aos Municípios de Alvorada, Barra do Ribeiro e Cachoeirinha; de Rio Grande, ao Município de Mostardas; de Santa Cruz do Sul, aos Municípios de Vera Cruz, Venâncio Aires, Rio Pardo e Candelária; de Santa Maria, aos Municípios de Silveira Martins, Nova Palma e São Sepé; de Santa Rosa, aos Municípios de Crissiumal, Horizontina, Independência, Três de Maio, Tucunduva, Tuparendi, Alecrim, Santo Cristo, Porto Lucena, Campina das Missões, Cândido Godói e Giruá; de Santo Angelo, aos Municípios de Catuipe, Chiapetta, Guarani das Missões e Cérro Largo; de São Jerônimo, aos Municípios de Arróio dos Ratos e Butiá; de São Leopoldo, ao Município de Feliz; de Taquara, aos Municípios de Gramado, Igrejinha e Cambará do Sul; de Vacaria, aos Municípios de Esmeralda, Ibiraiaras, Cacique Doble, Paim Filho, Ibiçá Barracão, São José do Curo e Machadinho, todas do Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília 30 de agosto de 1967, 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

INDICE REMISSIVO

INDICE REMISSIVO

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

VOL. V — 1967

A

ACIDENTES DO TRABALHO — Integração do seguro na previdência social (Lei número 5.316, de 14-9-1967).

ADMINISTRAÇÃO FEDERAL — Organização. Reforma Administrativa. (Decreto-lei nº 200, de ... 25-2-1967).

AERONAVES — Empresas de transporte aéreo. Dispensa de despacho consular. (Lei nº 5.304, de 3-7-1967).

B

BÔNUS ROTATIVO — Substituição. (Decreto-lei nº 329, de 2-8-1967).

C

CÓDIGO DE MINAS — Minérios nucleares. Monopólio da União. Disciplinamento do mercado nacional. (Decreto-lei nº 330, de 13-9-1967).

COMPANHIA TELEFÔNICA PONTE NOVENSE — Importação. Isenção fiscal. (Lei nº 5.317, de 21-9-67).

CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO — Normas para o seu funcionamento (Lei n.º 5.300, de 29-6-1967).

CONSELHO NACIONAL DE SANEAMENTO. Criação. (Lei número 5.318, de 26-9-1967).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL — Regulamentação do seu artigo 178.

Ex-combatentes. (Lei nº 5.315, de 12-9-67).

CUSTO DE VIDA — Estabilização de preços. Incentivos fiscais. Alteração do artigo 15 do Decreto-lei nº 157, de 1967. (Lei nº 5.308, de 7-7-1967).

D

DECRETO N.º 18.809, DE 1945 — Restauração. Acidentes do Trabalho. (Lei nº 5.316, de 14-9-67).

DECRETO-LEI N.º 157, DE 1967 — Alteração do seu artigo 15. Estabilização de preços. Incentivos fiscais. (Lei nº 5.308, de 7-7-67).

DECRETO-LEI N.º 227, DE 1967 — Revogação. Minérios nucleares. Código de Minas. (Decreto-lei número 330, de 13-9-1967).

DECRETO-LEI N.º 324, DE 1967 — Prorrogação de prazo. Títulos da Dívida Pública. Bônus rotativo. (Decreto-lei nº 329, de 2-8-1967).

DECRETO-LEI N.º 327, DE 1967 — Aprovação de seu texto pelo Congresso Nacional. Abertura de Crédito Especial. Ministério da Fazenda. SNI. (Decreto Legislativo nº 32, de 1967).

DECRETO-LEI N.º 328, DE 1967 — Obrigações do Tesouro Nacional. Juros máximos. Aprovação do texto pelo Congresso Nacional. (Decreto Legislativo nº 34, de 1967).

DECRETO-LEI N.º 7.036, DE 1944 — Restauração. Acidentes do trabalho. (Lei n.º 5.316, de 14-9-67).

DESAGIO — Títulos da Dívida Pública (Decreto-lei nº 329, de 2-8-1967).

DESPACHO CONSULAR — Entrada de aeronaves de empresas de transporte aéreo. Dispensa. (Lei número 5.304, de 3-7-1967).

DIPLOMATAS — Pensão devida a sua família. (Lei nº 5.307, de 7-7-1967).

E

ELEIÇÕES — Diretório Nacional e dos Diretórios regionais e Municipais dos Partidos Políticos. Fixação de data. (Lei nº 5.306, de .. 5-7-1967).

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO AÉREA — Aeronaves. Dispensa de despacho consular. (Lei nº 5.304, de 3-7-1967).

ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS — Incentivos fiscais. Alteração do artigo 15 do Decreto-lei número 157, de 1967. (Lei nº 5.308, de .. 7-7-1967).

EX-COMBATENTES — Regulamentação do artigo 178 da Constituição Federal. (Lei nº 5.315, de 12-9-1967).

EXÉRCITO — Conselho de Justificação. Normas para o seu funcionamento. (Lei nº 5.300, de 29-6-1967).

F

FUNÇÃO PÚBLICA — Ministério da Fazenda. Correção de desigualdade de situação entre servidores. (Lei nº 5.291, de 31-5-1967).

— Ex-Combatente. Regulamentação do artigo 178 da Constituição Federal. (Lei n.º 5.315, de 12-9-67).

FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES — Taxa. Recolhimento. (Lei nº 5.303, de .. 3-7-1967).

FUNDO DE MARINHA MERCANTE — Dá nova redação ao artigo 3.º, III, da Lei nº 3.381, de 1953. Lei nº 5.312, de 4-9-1967).

G

GRATIFICAÇÕES — Função policial. Abertura de crédito especial. Ministério da Justiça. (Lei número 5.271, de 24-4-1967).

I

IMPORTAÇÃO — Isenção fiscal. Companhia Telefônica Ponte No-vense. (Lei n.º 5.317, de 21-9-67).

INCENTIVOS FISCAIS — Estabilização de preços. Alteração do artigo 15 do Decreto-lei n.º 157, de 1967. (Lei n.º 5.308, de 7-7-1967).

ISENÇÃO FISCAL — Importação. Companhia Telefônica Ponte No-vense. (Lei n.º 5.317, de 21-9-67).

J

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO — Rio Grande do Sul. Extensão de jurisdição. (Lei número 5.301, de 30-6-1967).

— Veto. Parte mantida pelo Congresso Nacional. (Lei n.º 5.301, de 30-6-1967).

— Criação. Justiça do Trabalho da Terceira Região. (Lei número 5.310, de 18-8-1967).

JUSTIÇA DO TRABALHO — Terceira Região. Criação de Junta de Conciliação e Julgamento. (Lei n.º 5.310, de 18-8-1967).

L

LEI N.º 3.381, DE 1958 — Dá nova redação ao seu artigo 3.º, III. Fundo de Marinha Mercante. (Lei n.º 5.312, de 4-9-1967).

LEI N.º 4.118, DE 1962 — Restauração do seu artigo 33. Minérios nucleares. (Decreto-lei n.º 330, de 13-9-1967).

LEI N.º 4.357, DE 1964 — Alteração. Obrigações do Tesouro Nacional. Juros máximos. (Decreto-lei número 328, de 20-7-1967).

LEI N.º 4.448, DE 1964 — Nova redação de dispositivos seus. Lei de Promoções dos Oficiais do Exército. (Lei n.º 5.302, de 3-7-1967).

LEI N.º 5.070, DE 1966 — Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

Taxa. Recolhimento. (Lei número 5.303, de 3-7-1967).

LEI N.º 5.189, DE 1966 — Orçamento Geral da União. Alteração. (Lei n.º 5.305, de 4-7-1967).

LEI DE PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DO EXÉRCITO — Nova redação de dispositivos seus. (Lei número 5.302, de 3-7-1967).

M

MERCADORIAS — Estrangeiras. Fiscalização. (Lei n.º 5.314, de 11-9-1967).

MILITAR — Conselho de Justificação. Normas para o seu funcionamento. (Lei n.º 5.300, de 29-6-1967).

— Promoções — Alteração. (Lei número 5.302, de 3-7-1967).

MINÉRIOS NUCLEARES — Revogação de dispositivos do Decreto-lei número 227, de 1967, e restauração da vigência do artigo 33 da Lei número 4.118, de 1962. (Decreto-lei número 330, de 13-9-1967).

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO — Criação de cargos. (Lei número 5.311, de 18-8-1967).

MINISTÉRIO DA FAZENDA — Abertura de crédito especial. SNI. Aprovação pelo Congresso Nacional. (Decreto Legislativo, número 32, de 1967).

— Correção de desigualdade de situação entre servidores. (Lei número 5.291, de 31-5-1967).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA — Abertura de crédito especial. Gratificação de função policial. (Lei número 5.271, de 24-4-1967).

— Abertura de crédito especial. Instalação da Justiça Federal no Estado de São Paulo. (Lei número 5.313, de 4-9-1967).

O

OBRIGAÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL — Tipo reajustável. Juros máximos. (Decreto-lei n.º 328, de 20-7-1967).

— Tipo reajustável. Juros máximos. Decreto-lei n.º 328, de 1967. Aprovação do seu texto pelo Congresso

Nacional. (Decreto Legislativo número 34, de 1967).

ORÇAMENTOS — Orçamento Geral da União. Alteração. (Lei número 5.305, de 4-7-1967).

P

PARTIDOS POLÍTICOS — Eleição do Diretório Nacional e dos Diretórios Regionais e Municipais. Fixação de datas. (Lei n.º 5.306, de 5-7-1967).

PENSÃO — Herdeiros de diplomata. Reajustamento. (Lei n.º 5.307, de 7-7-1967).

— Herundina Martins da Silva — (Lei n.º 5.309, de 17-8-1967).

POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO — Instituição. (Lei número 5.318, de 26-9-1967).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — Aprovação das Contas do Presidente. (Decreto Legislativo número 33, de 1967).

PREVIDÊNCIA SOCIAL — Integração do seguro de acidentes do trabalho. (Lei n.º 5.316, de 14-9-1967).

R

REFORMA ADMINISTRATIVA — Diretrizes. Organização da Administração Federal. (Decreto-lei número 200, de 25-2-1967).

S

SERVICO NACIONAL DE INFORMAÇÕES — Abertura de crédito especial. Aprovação pelo Congresso Nacional. (Decreto Legislativo n.º 32, de 1967).

T

TAXA — Fiscalização. Telecomunicações. Recolhimento. (Lei número 5.303, de 3-7-1967).

TELECOMUNICAÇÕES — Taxa de fiscalização. Recolhimento. (Lei número 5.303, de 3-7-1967).

TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA — Deságio. (Decreto-lei n.º 329, de 2-8-1967).

ANOTAÇÕES



REPÚBLICA DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS.

DE 1967 — VOLUME VII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Atos Legislativos do Poder Executivo

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1968

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO E ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

	Págs.		Págs.
I — LEIS COMPLEMENTARES			
1 — Lei Complementar de 9 de novembro de 1967 — Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios. — Publicada no D. O. de 10 e retificada no de 20-11-67 ..	3	333 — Decreto-lei de 12 de outubro de 1967 — Dispõe sobre a entrada em vigor das deliberações do Conselho de Política Aduaneira e incorpora às alíquotas do imposto de importação a taxa de despacho aduaneiro e dá outras providências. — Publicado no D.O. de 13 e retificado no de 18 de outubro de 1967	9
2 — Lei Complementar de 29 de novembro de 1967 — Dispõe sobre a execução do disposto no art. 16, § 2º, da Constituição Federal, relativamente à remuneração dos Vereadores. — Publicada no D.O. de 1-12-67	4	334 — Decreto-lei de 12 de outubro de 1967 — Dispõe sobre o imposto único sobre minerais do País, alterando, em parte, a Lei nº 4.425, de 8 de outubro de 1964, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 13-10-67	10
3 — Lei Complementar de 7 de dezembro de 1967 — Dispõe sobre os Orçamentos Plurianuais de Investimentos, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 11 e retificada no de 21-12-67	5	335 — Decreto-lei de 18 de outubro de 1967 — Altera o Decreto-lei nº 208, de 27 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 19 e retificado no de 25-10-67	11
II — DECRETOS-LEIS			
332 — Decreto-lei de 12 de outubro de 1967 — Dispõe sobre estímulos ao aumento de produtividade dos artigos que especifica. — Publicado no D. O. de 13-10-67		336 — Decreto-lei de 24 de outubro de 1967 — Altera os critérios de distribuição do Im-	

	Págs.		Págs.
pôsto Único sobre Energia Elétrica e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 30-10-67	12	quotas do Imposto sobre Produtos Industrializados — Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1967	17
337 — Decreto-lei de 19 de dezembro de 1967 — Prorroga a entrada em vigor do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967. — Publicado no D. O. de 20-12-67	13	345 — Decreto-lei de 23 de dezembro de 1967 — Modifica a Lei nº 5.325, de 2 de outubro de 1967, que institui a duplicata fiscal e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 29-12-67	18
338 — Decreto-lei de 19 de dezembro de 1967 — Dá nova redação ao art. 12 e seu parágrafo 1º, do Decreto-lei número 157, de 10-2-1967. — Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1967	14	347 — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1967 — Dispõe sobre a entrega das parcelas pertencentes aos Municípios, do produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias. — Publicado no D. O. de 29-12-67	18
339 — Decreto-lei de 19 de dezembro de 1967 — Exclui da obrigação do art. 10 do Decreto-lei nº 62, de 21 de novembro de 1966, o Banco do Brasil S. A., o Banco do Nordeste do Brasil S. A., o Banco da Amazônia S. A. e Banco Nacional de Crédito Cooperativo S. A. — Publicado no D. O. de 20 e retificado no de 27-12-67	14	III — DECRETOS LEGISLATIVOS	
340 — Decreto-lei de 22 de dezembro de 1967 — Acrescenta disposições disciplinadoras ao Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. — Publicado no D. O. de 22-12-67	14	37 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o Acôrdo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (FISI), assinado em Nova York, em 28 de março de 1966. — Publicado no D. O. de 9 e rep. no de 13-10-67	21
341 — Decreto-lei de 22 de dezembro de 1967 — Prorroga para o exercício de 1968 os benefícios dos Decretos-leis ns. 157 e 238 de 10 e 28 de fevereiro de 1967. — Publicado no D. O. de 22-12-67	15	38 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o texto do Decreto-lei nº 330, de 13 de setembro de 1967, que revoga dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei número 518, de 14 de março de 1967. (Código de Minas) e restaura a vigência do artigo 33 da Lei nº 4.118, de 1962, que trata de concessão de lavra de minerais nucleares. — Publicado no D. O. de 30 e rep. no de 10-11-67	21
342 — Decreto-lei de 22 de dezembro de 1967 — Prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967. — Publicado no D. O. de 26-12-67	15	39 — Decreto Legislativo de 1967 — Mantém decisão do Tribunal de Contas, contrária a termo aditivo de contrato celebrado entre o Governo Federal e os Irmãos Gaioso e Almendra. — Publicado no D. O. de 10-11-67	22
343 — Decreto-lei de 28 de dezembro de 1967 — Altera a legislação do Imposto Único sobre pubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1967	15	40 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova a Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino, adotada pela Conferência Geral da UNESCO, em Paris,	
344 — Decreto-lei de 28 de dezembro de 1967 — Altera ali-			

	Págs.		Págs.
à 14 de dezembro de 1960. — Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1967	22	recurso do Tribunal de Con- tas, a fim de ser mantida a reforma do Cabo Arnóbio Fernandes de Andrade Moraes — Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1967	25
41 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o Protocolo Adicional ao Tratado de Pe- trópolis, de 17 de novembro de 1903, assinado com a Bolí- via, no Rio de Janeiro, a 27 de outubro de 1966. — Publi- cado no D. O. de 28-11-67	22	49 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova a Emenda do Art. VI.A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotada a 4 de outubro de 1961, pela Conferência Geral daquela Agência, por ocasião de sua quinta sessão regular. — Pu- blicado no D. O. de 5 de de- zembro de 1967	25
42 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o texto do De- creto-lei nº 331, de 21 de se- ntembro de 1967. — Publicado no D. O. de 28-11-67	23	50 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o Tratado para a Proscrição de Armas Nu- cleares, na América Latina, assinado, na Cidade do Méxi- co, em 9 de maio de 1967. — Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1967	26
43 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova a Convenção desti- nada a evitar a dupla tribu- tação em matéria de impostos sobre rendimentos, concluída entre a República do Brasil e o Japão, assinada em Tô- quio, em 24 de janeiro de 1967 — Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1967	23	51 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o Acórdo de Cooperação para a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos entre o Brasil e a Confederação da Suíça, assi- nado, no Rio de Janeiro, a 26 de maio de 1965. — Publicado no D. O. de 5-12-67	26
44 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o texto do De- creto-lei nº 332, de 12 de ou- tubro de 1967, que dispõe so- bre estímulos ou aumento de produtividade dos artigos que especifica. — Publicado no D. O. de 1-12-67	23	52 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova a Convenção Internacional de Telecomuni- cações, firmada pelo Brasil, em Montreux, Suíça, a 12 de novembro de 1965. — Publi- cado no D. O. de 5-12-67	26
45 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova a Convenção relativa à Organização Hidro- gráfica Internacional, assina- da em Mônaco, a 3 de maio de 1967. — Publicado no D. O. de 1-12-67	24	53 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o Instrumen- to de Emenda (nº 1), de 1964, adotada, pela Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em sua quadragé- sima-Oitava sessão realizada, em Genebra, a 17 de junho de 1964. — Publicado no D. O. de 5-12-67	27
46 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o Acórdo Cul- tural celebrado em Haia, em 12 de outubro de 1966, entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos. — Publicado no D. O. de 5-12-67	24	54 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o texto do De- creto-lei nº 333, de 12 de ou- tubro de 1967, que dispõe sobre a entrada em vigor das deli- berações do Conselho de Polí- tica Aduaneira e incorpora as aliquotas do imposto de im-	
47 — Decreto Legislativo de 1967 — Denega provimento a recurso do Tribunal de Con- tas da União, a fim de ser mantida a pensão a Gilda Gonçalves Rosa e outros. — Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1967	24		
48 — Decreto Legislativo de 1967 — Denega provimento a			

	Págs.		Págs.
portação e taxa de despacho aduaneiro e das outras providências — Publicado no D.O. de 5-12-67	27	bélico e aeronaves de uso militar. — Publicada no D. O. de 12-10-67	32
55. — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal, assinado, no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1965. — Publicado no D. O. de 5-12-67	28	5.331 — Lei de 11 de outubro de 1967 — Inclui, na competência do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, atribuição do extinto Conselho Nacional de Economia. — Publicada no D. O. de 12-10-67	32
IV — LEIS		5.332 — Lei de 11 de outubro de 1967 — Dispõe sobre o arrendamento de áreas aeroportuárias às empresas e pessoas físicas ou jurídicas ligadas às atividades aeronáuticas. — Publicada no D. O. de 12-10-67	32
5.325 — Lei de 2 de outubro de 1967 — Institui a duplicata fiscal. — Publicada no D. O. de 4-10-67	29	5.333 — Lei de 11 de outubro de 1967 — Exige o atestado de vacinação contra a poliomielite para a concessão de visto consular, das crianças de 3 (três) meses a 6 (seis) anos de idade. — Publicada no D. O. de 12 e retificada no de 19-10-67	33
5.326 — Lei de 2 de outubro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros novos) para atendimento do disposto no § 2º do art. 2º do Decreto-lei nº 280, de 28 de fevereiro de 1967. — Publicada no D. O. de 2 e retificada no de 9-10-67	29	5.334 — Lei de 12 de outubro de 1967 — Estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis e das outras providências. — Publicada no D. O. de 13 e retificada no de 23-10-67 ..	34
5.327 — Lei de 2 de outubro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar — Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1967	30	5.335 — Lei de 12 de outubro de 1967 — Dá a denominação de Via Prestes Maia à BR-101, do Plano Rodoviário Nacional. — Publicada no D. O. de 13-10-67	34
5.328 — Lei de 4 de outubro de 1967 — Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço dos servidores pertencentes a estabelecimentos de ensino superior antes de federalizados por leis especiais. — Publicada no D. O. de 5-10-67	31	5.336 — Lei de 16 de outubro de 1967 — Abre, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de NCr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros novos) para atender, no corrente exercício, a despesas com gratificações na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Salarial. — Publicada no D. O. de 17-10-67 ..	35
5.329 — Lei de 6 de outubro de 1967 — Revoga as Leis números 3.739, de 4 de abril de 1960, e 5.039, de 20 de junho de 1966, que autorizam o Poder Executivo a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Corumbá, Estado de Mato Grosso. — Publicada no D. D. de 9-10-67	31	5.337 — Lei de 16 de outubro de 1967 — Dispõe sobre a aplicação da multa prevista pelo art. 8º do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965). — Publicada no D. O. de 17-10-67	35
5.330 — Lei de 11 de outubro de 1967 — Inclui, nas isenções do imposto sobre produtos industrializados, material			

Págs.	Págs.
5.338 — Lei de 16 de outubro de 1967 — Dá nova redação ao item 79-01, alíneas 001 e 002, da Seção XV da Tarifa que acompanha a Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957. — Publicada no D. O. de 17-10-67	35
5.339 — Lei de 18 de outubro de 1967 — Concede reajustamento de proventos da aposentadoria do ex-funcionário índio Tamoyo do Prado. — Publicada no D. O. de 19 de outubro de 1967	36
5.340 — Lei de 20 de outubro de 1967 — Prorroga, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a isenção de que tratam as letras b e c do item I do art. 1º da Lei nº 4.622, de 3 de maio de 1965. — Publicada no D. O. de 23-10 e retificada no de 7-11-67 ...	36
5.341 — Lei de 27 de outubro de 1967 — Dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 31 de outubro de 1967	36
5.342 — Lei de 28 de outubro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério dos Transportes, o crédito especial de NCr\$ 391.000,00 (trezentos e noventa e um mil cruzeiros novos), para atender ao pagamento de despesas inadmissíveis da Companhia Nacional de Navegação Costeira. — Publicada no D. O. de 31 de outubro de 1967	38
5.343 — Lei de 28 de outubro de 1967 — Altera o redação de artigos do Decreto-lei número 313, de 7 de março de 1967, estabelece novos prazos e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 31-10 e retificada no de 7-11-67 ..	38
5.344 — Lei de 31 de outubro de 1967 — Altera o Fundo de Reserva criado pelo Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 31-10-67	40
5.345 — Lei de 2 de novembro de 1967 — Dispõe sobre a Justiça Federal de primeira instância, alterando a Lei número 5.010, de 30 de maio de 1966, modificada pelo Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967. — Publicada no D. O. de 7-11-67	42
5.346 — Lei de 3 de novembro de 1967 — Altera dispositivos do Código Penal, visando a proteger serviços de utilidade pública. — Publicada no D. O. de 7-11-67	42
5.347 — Lei de 3 de novembro de 1967 — Concede pensão especial dos Doutores Oroszimbo Corrêa Neto e Esperidião Gabinio de Carvalho, ex-médicos da Comissão Ron-don, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 7-11-67	43
5.348 — Lei de 3 de novembro de 1967 — Revoga o art. 3º do Decreto-lei nº 212, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre medidas de segurança sanitária do País. — Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1967	43
5.349 — Lei de 3 de novembro de 1967 — Dá nova redação ao Capítulo III do Título IX do Código de Processo Penal. — Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1967	43
5.350 — Lei de 6 de novembro de 1967 — Estende aos funcionários da Polícia Civil dos Estados e Territórios Federais, ocupantes de cargos de atividade policial, o regime de prisão especial estabelecido pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965. — Publicada no D. O. de 8-11-67	44
5.351 — Lei de 6 de novembro de 1967 — Retifica a relação nominal a que se refere o art. 2º da Lei nº 1.564, de 1º de março de 1952, que altera, sem aumento de despesa, as carreiras de Marinheiro a Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda. — Publicada no D. O. de 9 de novembro de 1967	44

	Págs.		Págs.
5.352 — Lei de 8 de novembro de 1967 — Institui o "Dia Nacional da Saúde". — Publicada no D. O. de 10 de novembro de 1967	45	5.360 — Lei de 23 de novembro de 1967 — Concede deduções da contribuição devida ao INDA, prevista no art. 3º do Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966. — Publicada no D. O. de 27 de novembro de 1967	51
5.353 — Lei de 8 de novembro de 1967 — Dispõe sobre a criação, no Ministério da Educação e Cultura, de 9 (nove) Prêmios Literários Nacionais. — Publicada no D. O. de 10 de novembro de 1967	45	5.361 — Lei de 29 de novembro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a doar, à Cruz Vermelha Internacional, até 1.000 (mil) sacas de café. — Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1967	51
5.354 — Lei de 9 de novembro de 1967 — Isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, material importado pela Sociedade Telefônica de Franca, Ltda. e destinado à ampliação de uma central telefônica sistema A.G.F. — Publicada no D. O. de 13-11-67 ..	46	5.362 — Lei de 30 de novembro de 1967 — Modifica artigos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências — Publicada no D. O. de 1-12-67 ..	52
5.355 — Lei de 10 de novembro de 1967 — Altera dispositivos da Lei nº 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951. — Publicada no D. O. de 14-11-67 ..	46	5.363 — Lei de 30 de novembro de 1967 — Regula, nos termos do art. 183 da Constituição, a complementação da mudança de órgãos da Administração Federal para a Capital da União, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 1-12-67 ..	52
5.356 — Lei de 17 de novembro de 1967 — Revoga o Decreto-lei nº 142, de 2 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre o Plano Rodoviário Nacional. — Publicada no D. O. de 20 de novembro de 1967	47	5.364 — Lei de 1 de dezembro de 1967 — Autoriza a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — a alienar lotes rurais de sua propriedade no Distrito Federal. — Publicada no D. O. de 4-12-67	54
5.357 — Lei de 17 de novembro de 1967 — Estabelece penalidades para embarcações e terminais marítimos ou fluviais que lançarem detritos ou óleo em águas brasileiras, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 20 e retificada no de 22-11-67	48	5.365 — Lei de 1 de dezembro de 1967 — Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 4 e retificada no de 7 de dezembro de 1967	54
5.358 — Lei de 17 de novembro de 1967 — Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1968. — Publicada no D. O. (Supl.) de 24 de novembro de 1967	48	5.366 — Lei de 1 de dezembro de 1967 — Concede pensão especial ao cidadão brasileiro Leopoldo Jacob Arnt, ex-proprietário da antiga Navegação Arnt Ltda., do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 11-12-67	57
5.359 — Lei de 23 de novembro de 1967 — Transfere um cargo da Série de Classes de Técnico de Administração, nível 22-C, do Departamento Administrativo do Pessoal Civil para o Ministério da Fazenda. — Publicada no D. O. de 27-11-67	50		

Págs.	Págs.
5.367 — Lei de 1 de dezembro de 1967 — Concede pensão especial à família do Inspe- tor Eletrotécnico Arlete de Souza. — Publicada no D.O. de 4-12-67 58	5.373 — Lei de 6 de dezembro de 1967 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968 — Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1967 64
5.368 — Lei de 1 de dezembro de 1967 — Reajusta os venci- mentos dos servidores civis e militares da União, reformula aliquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 4 e retificada no de 7-12-67 ... 58	5.374 — Lei de 7 de dezembro de 1967 — Altera dispositi- vos da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, ex- tingue a Superintendência do Plano de Valorização Econô- mica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia SUDAM) e dá outras provi- dências. — Publicada no D.O. de 11 e retificada no de 18 de dezembro de 1967 67
5.369 — Lei de 4 de dezembro de 1967 — Prorroga, por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo estabelecido no art. 11 da Lei nº 5.276, de 24 de abril de 1967, que dispõe sobre a pro- fissão de Nutricionista, regula o seu exercício, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 5-12-67 60	5.375 — Lei de 7 de dezembro de 1967 — Altera o art. 79 da Lei nº 1.711, de 28 de ou- tubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civi- is da União) — Publicada no D. O. de 11-12-67 70
5.370 — Lei de 5 de dezembro de 1967 — Fixa data para a realização das Convenções para eleição do Diretório Na- cional e dos Diretórios Regio- nais e Municipais, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 6-12-67 61	5.376 — Lei de 7 de dezembro de 1967 — Dispõe sobre o efe- tivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasi- leira em tempo de paz — Pu- blicada no D. O. de 11 e re- tificada no de 18-12-67 70
5.371 — Lei de 5 de dezembro de 1967 — Autoriza a institui- ção da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras provi- dências. — Publicada no D. O. de 6 e retificada no de 12-12-67 61	5.377 — Lei de 11 de dezem- bro de 1967 — Disciplina a Profissão de Relações Públi- cas e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 12 e retificada no de 18-12-67 .. 72
5.372 — Lei de 6 de dezem- bro de 1967 — Estende às so- ciedades concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo controle acioná- rio tiver sido ou vier a ser adquirido pelas Centrais Elé- tricas Brasileiras S. A. — ELETROBRAS, o disposto no art. 16 da Lei nº 3.830-A, de 25 de abril de 1961, e dá ou- tras providências. — Publi- cada no D. O. de 7-12-67 .. 63	5.378 — Lei de 15 de dezem- bro de 1967 — Retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício fi- nanceiro de 1967. — Publi- cada no D. O. de 18-12-67 .. 73
	5.379 — Lei de 15 de dezem- bro de 1967 — Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de ado- lescentes e adultos. — Publi- cada no D. O. de 19-12-67 .. 86

INDICE DO APENSO

	Págs.		Págs.
147 — Decreto-lei de 3 de fevereiro de 1967 — Dá nova lei orgânica à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (P.G.F.N.) — Retificada no D. O. de 31-10-67	91	5.321 — Lei de 29 de setembro de 1967 — Dispõe sobre as comemorações do centenário de Nilo Peçanha, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 2-10-67 ..	94
35 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o Acôrdo entre o Governo Brasileiro e o Governo da República Portuguesa para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para fins pacíficos, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1965. — Publicado no D. O. de 13-10-67	92	5.322 — Lei de 29 de setembro de 1967 — Dispõe sobre a mudança de denominação do Aeroporto de Uruguaiana para Aeroporto Rubem Berta. — Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1967	95
36 — Decreto Legislativo de 1967 — Aprova o Decreto-lei nº 329, de 2 de agosto de 1967 — Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1967	93	5.323 — Lei de 29 de setembro de 1967 — Revoga a Lei nº 4.555, de 10 de dezembro de 1964, que concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Mangueiras S. A., no Estado da Guanabara. — Publicada no D. O. de 3-10-67	95
5.319 — Lei de 29 de setembro de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a doar material e equipamentos a entidades públicas e privadas que menciona e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 2 e retificada no de 9-10-67	93	5.324 — Lei de 29 de setembro de 1967 — Isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, bem como da taxa de despacho aduaneiro, material importado pela firma "Rupturita S.A. Explosivos" e destinado à recuperação de suas instalações, para o fabrico de nitroglicerina. — Publicada no D. O. de 4-10-67	95
5.320 — Lei de 29 de setembro de 1967 — Dispõe sobre referência ao título profissional de funcionário público civil da União, no caso e pela forma que especifica. — Publicada no D. O. de 2-10-67 ..	94		

Figuram neste volume as Leis Complementares, os Decretos-leis, os Decretos Legislativos e as Leis que, expedidos no quarto trimestre de 1967, foram publicados no D.O. até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 1 — DE 9
DE NOVEMBRO DE 1967

Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A criação de município depende de Lei Estadual que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos nesta Lei e de consulta às populações interessadas.

Parágrafo único. O Processo de criação de município terá início mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa, assinada, no mínimo, por 100 (cem) eleitores, residentes ou domiciliados na área que se deseja desmembrar, com as respectivas firmas reconhecidas.

Art. 2º Nenhum município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I — População estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado;

II — Eleitorado não inferior a 10 % (dez por cento) da população;

III — Centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas);

IV — Arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos.

§ 1º Não será permitida a criação de município, desde que esta medida importe, para o município ou municípios de origem, na perda dos requisitos exigidos nesta lei.

§ 2º Os requisitos dos incisos I e III serão apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o de nº II pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado e o de número IV, pelo órgão fazendário estadual.

§ 3º As Assembléias Legislativas dos Estados requisitarão, dos órgãos de que trata o parágrafo anterior, as informações sobre as condições de que tratam os incisos I a IV e o § 1º deste artigo, as quais serão prestadas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento.

Art. 3º As Assembléias Legislativas, atendidas as exigências do artigo anterior, determinarão a realização de plebiscito para consulta à população da área territorial a ser elevada à categoria de município.

Parágrafo único. A forma da consulta plebiscitária será regulada mediante resoluções expedidas pelos Tribunais Regionais Eleitorais, respeitados os seguintes preceitos:

I — Residência do votante, há mais de 1 (um) ano, na área a ser desmembrada;

II — Cédula oficial, que conterà as palavras "Sim" ou "Não", indicando respectivamente a aprovação ou rejeição da criação do município.

Art. 4º Para a criação de município que resulte de fusão de área territorial integral de dois ou mais municípios, com a extinção destes, é dispensada a verificação dos requisitos do art. 2º.

Parágrafo único. — No caso deste artigo, o plebiscito consistirá na consulta às populações interessadas sobre sua concordância com a fusão e a sede do novo município.

Art. 5º Somente será admitida a elaboração de lei que crie município, se o resultado do plebiscito lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria absoluta dos eleitores.

§ 1º Os municípios somente serão instalados com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, cuja eleição será simultânea com a daqueles municípios já existentes, ressalvado o disposto no art. 16, § 1º, da Constituição.

§ 2º A exigência deste artigo se estende ao caso de fusão de municípios.

Art. 6º A criação de município e suas alterações territoriais só poderão ser feitas quadrienalmente, no ano anterior ao da eleição municipal.

Art. 7º Não se inclui nas exigências desta Lei a criação de municípios nos territórios federais.

Art. 8º A Lei que criar o novo município definirá seus limites segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se, as disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

LEI COMPLEMENTAR Nº 2 — DE 29
DE NOVEMBRO DE 1967

Dispõe sobre a execução do disposto no artigo 16, § 2º, da Constituição Federal, relativamente à remuneração dos Vereadores.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º As Câmaras Municipais das Capitais e dos Municípios de população superior a 100.000 (cem mil), habitantes, poderão atribuir remuneração aos seus Vereadores dentro dos limites e critérios fixados nesta Lei.

Art. 2º A remuneração dividir-se-á em parte fixa e variável e será estabelecida no final de cada legislatura, para vigorar na subsequente.

§ 1º É vedado o pagamento de qualquer outra vantagem pecuniária em razão do mandato, inclusive ajuda de custo, representação e gratificações.

§ 2º A parte Variável da remuneração não será inferior à fixa e corresponderá às sessões a que comparecer o Vereador, não podendo ser paga mais de uma por dia.

§ 3º Durante a legislatura não se poderá elevar a remuneração a qualquer título.

Art. 3º A remuneração dos Vereadores não ultrapassará, no seu total, as seguintes proporções com relação aos subsídios atribuídos aos Deputados à Assembleia Legislativa do respectivo Estado, excluída a remuneração das sessões extraordinárias:

I — Nos Municípios com população de mais de 100.000 (cem mil) até 300.000 (trezentos mil) habitantes, um quarto;

II — Nos Municípios com população de mais de 300.000 (trezentos mil) até 500.000 (quinhentos mil) habitantes, um terço;

III — Nos Municípios com população de mais de 500.000 (quinhentos mil) até 1.000.000 (um milhão) de habitantes, metade;

IV — Nos Municípios com população superior a 1.000.000 (um milhão) de habitantes, dois terços;

V — Na Capitais com população superior a 1.000.000 (um milhão) de habitantes, dois terços, e nas outras Capitais, metade.

Art. 4º Para efeito do disposto no artigo anterior, os subsídios dos Deputados às Assembleias Legislativas dos Estados serão os fixados em resolução que respeite a proibição expressa no artigo 13, VI, da Constituição Federal.

§ 1º As Câmaras Municipais, que se instalarem pela primeira vez, e as que ainda não tiverem fixado a remuneração de seus Vereadores, poderão determiná-la para a legislatura em curso, dentro dos limites e critérios fixados nesta Lei.

§ 2º Ficará prorrogada para a legislatura seguinte a vigência da remuneração que não for alterada antes do término da anterior.

Art. 5º A população do Município será aquela estimada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que fornecerá, por certidão, os dados às Câmaras interessadas.

Art. 6º A despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar, anualmente, de 3% (três por cento) da arrecadação orçamentária do respectivo Município, realizada no exercício imediatamente anterior.

Parágrafo único. Se a fixação da remuneração nos limites previstos nesta Lei importar despesa superior à estabelecida, será ela reduzida quanto baste para não exceder a percentagem de que trata este artigo.

Art. 7º Será considerado serviço público relevante o exercício gratuito do mandato de Vereador.

Art. 8º A presente Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antônio da Gama e Silva

LEI COMPLEMENTAR Nº 3 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1967

Dispõe sobre os Orçamentos Plurianuais de Investimento, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Na forma do disposto no art. 46, inciso III, da Constituição, serão elaborados planos nacionais, observadas as regras estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º Entende-se por Plano Nacional o conjunto de decisões harmônicas destinadas a alcançar, no período fixado, determinado estágio de desenvolvimento econômico e social.

§ 1º O Plano Nacional será apresentado sob a forma de diretrizes gerais e dele constarão as definições básicas adotadas, os elementos de informação que as justificarem e a determinação dos objetivos globais pretendidos.

§ 2º O Plano Nacional deverá indicar as decisões alternativas que poderão ser adotadas durante sua execução, a fim de que o resultado final seja efetivamente alcançado.

Art. 3º O Poder Executivo elaborará Planos Nacionais Quinquenais, que serão submetidos à deliberação do Congresso Nacional até o dia 1º de março do ano imediatamente anterior ao término do Plano Nacional que estiver em vigor.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará cada Plano Nacional no prazo de 120 dias.

§ 2º Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior, sem deliberação, a matéria será considerada aprovada.

§ 3º ... VETADO...

Art. 4º Em decorrência do Plano Nacional, os projetos a serem executados, sob a responsabilidade do Poder Público, serão ordenados em programas setoriais e regionais.

Art. 5º O Orçamento Plurianual de Investimento é a expressão financeira dos programas setoriais regionais,

consideradas, exclusivamente, as despesas de capital.

Art. 6º O Orçamento Plurianual de Investimento, que abrangerá período de três anos, será elaborado sob a forma de orçamento-programa e conterá:

I — os programas setoriais, seus subprogramas e projetos e o respectivo custo, especificados os recursos anualmente destinados à sua execução;

II — os programas setoriais determinarão os objetivos a serem atingidos em sua execução.

Art. 7º O Orçamento Plurianual de Investimento indicará os recursos orçamentários e extra-orçamentários necessários à realização dos programas, subprogramas e projetos, inclusive os financiamentos contratados ou previstos, de origem interna ou externa.

Art. 8º ... VETADO...

Parágrafo único. ... VETADO...

Art. 9º O Poder Executivo, através de proposição devidamente justificada e acompanhada de relatório sobre a fase executada, poderá, anualmente, solicitar ao Congresso Nacional seja reajustado o Orçamento Plurianual de Investimento, compreendendo:

- a) inclusão de novos projetos;
- b) alteração dos existentes;
- c) exclusão dos não iniciados, comprovadamente inoportunos ou inconvenientes; e
- d) retificação dos valores das despesas previstas.

§ 1º O reajustamento far-se-á pelo acréscimo de um exercício, desde que não ultrapasse o período de vigência do Plano Nacional Quinquenal a que se refere.

§ 2º Os projetos a que se refere este artigo estão sujeitos às mesmas normas de procedimento aplicáveis aos projetos de Orçamento Plurianual de Investimento.

Art. 10. ... VETADO ...

Art. 11. O Poder Executivo estimará, quando for o caso, o acréscimo dos custos de operação resultantes dos investimentos previstos.

Art. 12. Preservadas a consistência e coerência dos programas, subprogra-

mas e projetos contidos no Orçamento Plurianual de Investimento, o Poder Legislativo deliberará sobre:

I — o mérito dos objetivos selecionados, sua compatibilidade e adequação com os objetivos do Plano Nacional;

II — o mérito das prioridades fixadas;

III — ... VETADO ...

IV — a previsão dos recursos indicados para atender às despesas de capital.

Art. 13. ... VETADO ...

I — ... VETADO ...

II — ... VETADO ...

III — ... VETADO ...

Art. 14. O Congresso Nacional deverá apreciar os Orçamentos Plurianuais de Investimento no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único. Esgotado o prazo previsto neste artigo, sem deliberação, a matéria será considerada aprovada.

Art. 15. Em caráter excepcional, por não existir Plano Nacional aprovado pelo Congresso Nacional, o Poder Executivo instruirá o primeiro projeto de Orçamento Plurianual de Investimento com a enunciação dos princípios de política econômico-financeira que orientarão sua atividade no período e com a definição dos objetivos gerais, setoriais e regionais que pretende alcançar através da execução dos programas e projetos incluídos no orçamento plurianual de investimento.

Art. 16. Na Mensagem a que se refere o inciso XIX do art. 83 da Constituição Federal, o Poder Executivo apresentará elementos de informação que permitam analisar os resultados obtidos com a execução do Plano Nacional e dos programas, subprogramas e projetos incluídos no Orçamento Plurianual de Investimento.

Parágrafo único. ... VETADO ...

Art. 17. Não será objeto de tramitação, devendo ser arquivada, por ato do Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, qualquer proposição que implique em alterar o do Plano Nacional aprovado pelo Congresso Nacional, a não ser as de iniciativa do Poder Executivo, na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 18. Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal adaptarão seus orçamentos, no que fôr aplicável, ao disposto nesta Lei.

Art. 19. O primeiro Plano Nacional Quinquenal será encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 1º de março de 1969.

Art. 20. O primeiro projeto de Orçamento Plurianual de Investimento deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 1º de março de 1968, e abrangerá os anos de 1968, 1969 e 1970.

Parágrafo único. Na elaboração legislativa do primeiro projeto de Or-

çamento Plurianual de Investimento, observar-se-á o seguinte:

a) o prazo para apreciação do projeto será de 90 dias;

b) o projeto será considerado aprovado se não houver deliberação no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 21. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Hélio Beltrão

II — DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 332 DE 12 DE
OUTUBRO DE 1967

Dispõe sobre estímulos ao aumento de produtividade dos artigos que es-
pecifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 58, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos das posições 84.24 e 87.01, da Tabela anexa à Lei número 4.592, de 30 de novembro de 1964.

Parágrafo único. Os estabelecimentos industriais abrangidos pela isenção de que trata este artigo terão direito à restituição do imposto relativo às matérias primas, produtos intermediários e embalagens, adquiridos no período de vigência deste Decreto-lei e empregados na industrialização dos referidos produtos.

Art. 2º. Este Decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do artigo 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até 31 de dezembro de 1967.

Brasília, 12 de outubro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 333 DE 12 DE
OUTUBRO DE 1967

Dispõe sobre a entrada em vigor das deliberações do Conselho de Política Aduaneira e incorpora às alíquotas do imposto de importação a taxa de despacho aduaneiro e da outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo

58, inciso II, da Constituição do Brasil, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1º As alíquotas do imposto de importação constantes da Tarifa das Alfândegas, inclusive as alteradas pelo Conselho de Política Aduaneira, ficam, a partir de 1º de janeiro de 1968, acrescidas de 5% (cinco por cento) *ad valorem*.

Parágrafo único. O acréscimo de 5% (cinco por cento) *ad valorem* não é aplicado nos seguintes casos:

I — Sobre as alíquotas livres pela Tarifa; e

II — Sobre as alíquotas convencionadas em acordos internacionais, quando a alíquota resultante ultrapassar a soma dos níveis dos gravames negociados.

Art. 2º O Conselho de Política Aduaneira poderá estabelecer valores mínimos para fins de cálculo do imposto de importação.

Art. 3º As deliberações do Conselho sobre matéria do art. 22 da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, entrarão em vigor na data da publicação do ato do Ministro da Fazenda que as houver homologado, em casos de urgência ou de relevante interesse econômico.

Art. 4º Este Decreto-lei, que entrará em vigor na data de sua publicação, será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 58 da Constituição.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente e para esse único efeito o disposto no § 1º do art. 1º do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Brasília, 12 de outubro de 1967
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 334 — DE 12 DE
OUTUBRO DE 1967

Dispõe sobre o imposto único sobre minerais do País, alterando, em parte, a Lei nº 4.425, de 8 de outubro de 1964, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 58, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Sobre quaisquer modalidades e atividades da extração, circulação, distribuição ou consumo de substâncias minerais ou fósseis originárias do País, incluídas as águas minerais e excluídos os combustíveis líquidos e gasosos, incidirá, apenas, o imposto de que trata o art. 22, item X, da Constituição Federal cobrado pela União na forma deste Decreto-lei e do disposto na Lei nº 4.425 de 8 de outubro de 1964.

Parágrafo único. Com exceção do imposto de renda e taxas remuneratórias de serviço prestado pelo Poder Público diretamente ao contribuinte do imposto de que trata este artigo, o imposto único exclui a incidência de qualquer outro tributo federal, estadual ou municipal que recaia sobre as operações comerciais realizadas com o produto "in natura", beneficiado mecanicamente ou aglomerado por briquetagem, nodulação, pelotização e sinterização".

Art. 2º E' acrescentado ao art. 2º da Lei nº 4.425, de 8 de outubro de 1964, um parágrafo (2º), passando o seu parágrafo único a constituir o § 1º:

"Art. 2º
§ 1º

§ 2º. Quando a medição das quantidades produzidas só puder ser realizada após o fato gerador, o Departamento das Rendas Internas poderá permitir o lançamento *a posteriori* ou por estimativa, nas condições que especificar".

Art. 3º. Os arts. 4º, 6º, 10 e 11, da Lei nº 4.425, de 8 de outubro de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. O imposto único sobre minerais será calculado sobre os valores unitários constantes de pauta anualmente fixada pelo Departamento das Rendas Internas do Ministério da Fazenda ouvido o Departamento

Nacional da Produção Mineral e o Conselho Nacional de Minas.

§ 1º. A pauta será baixada no mês de novembro de cada ano, para vigorar no ano seguinte.

§ 2º. Quando a pauta deixar de ser publicada no mês a que se refere o parágrafo antecedente, continuará em vigor a anterior, até o último dia do mês subsequente ao da publicação da nova pauta.

§ 3º. O valor do produto mineral, constante da pauta, será estabelecido em função dos preços-médios FOB de exportação e do mercado interno, deduzida percentagem necessária para cobrir as despesas de frete, carreto, seguro, utilização de porto e transporte em geral.

§ 4º. Para efeito do levantamento dos dados que servirão de base à elaboração da pauta, serão considerados os preços médios do primeiro semestre do ano anterior ao da sua vigência.

§ 5º. O imposto sobre o carvão mineral será calculado sobre os preços oficiais de venda fixados pela Comissão do Plano do Carvão Nacional, deduzida a parcela da União e dos Estados na parte referente ao carvão consumido em usinas geradoras de eletricidade".

"Art. 6º. É fixada em 10% (dez por cento) a alíquota do imposto único sobre as substâncias minerais em geral, assim distribuída:

I — 10% (dez por cento) à União;

II — 70% (setenta por cento) diretamente ao Estado e ao Distrito Federal, em cujo território houver sido extraído o mineral produtor da receita;

III — 20% (vinte por cento) diretamente ao Município, em cujo território houver sido extraído o mineral produtor da receita.

§ 1º. Ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em municípios, caberá, cumulativamente, a quota atribuída aos municípios, como se os tivessem.

§ 2º. Nos Territórios Federais, caberá à União a quota atribuída aos Estados.

§ 3º. A quota de que trata o parágrafo anterior será destinada, respectivamente, aos Territórios Federais, em cujo território houver sido extraído o mineral produtor da receita.

§ 4º. A fim de ajustar a alíquota fixada neste artigo às necessidades dos programas de investimentos, poderá o Poder Executivo alterá-la em até 20% (vinte por cento)".

"Art. 10. A receita proveniente da arrecadação do imposto único será escripturada, como depósito, pelas repartições arrecadadoras e, deduzidos 0,5% (cinco décimo por cento), a título de despesas de arrecadação e fiscalização, depositada, diariamente, no Banco do Brasil S.A. mediante guia.

Parágrafo único. De cada recebimento, o Banco do Brasil S.A. creditará:

I — a quota correspondente à União, à conta e ordem do Departamento Nacional da Produção Mineral — Fundo Nacional de Mineração, no que se refere à receita proveniente dos minérios em geral, exceto o carvão mineral; e a conta e ordem da Comissão do Plano do Carvão Nacional, no que se refere ao carvão mineral;

II — as quotas correspondentes aos Estados, Distrito Federal e Municípios, às respectivas contas e ordem;

III — as quotas destinadas aos Territórios Federais, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 6º, às respectivas contas e ordem".

"Art. 11. Os Estados, Territórios, Municípios e o Distrito Federal aplicarão a quota do imposto único sobre minerais da seguinte forma:

I — os Estados, Territórios e Distrito Federal, em investimentos ou financiamentos de obras ou projetos que interessem às atividades previstas no art. 1º e, em especial, àquelas localizadas nas áreas de mineração;

II — os Municípios, prioritariamente, em investimentos nos setores da educação, saúde pública e assistência social".

Art. 4º. Fica liberado, para distribuição aos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com os critérios de consumo, superfície territorial e população, o saldo, porventura existente, da conta única indisponível no Banco do Brasil S.A., relativa ao imposto único sobre minerais arrecadado até 14 de março de 1967.

Art. 5º. Este decreto-lei que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do artigo 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 335 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1967

Altera o Decreto-lei n.º 208, de 27 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 58, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Ficam revogados os artigos 6º, 7º e 8º do Decreto-lei número 208, de 27 de fevereiro de 1967.

Art. 2º Da receita resultante do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes:

I — 60% pertencem à União

II — 32% pertencem aos Estados e ao Distrito Federal

III — 8% pertencem aos Municípios.

§ 1º No caso do Distrito Federal e de Estados que não se subdividem em Municípios, será acrescida à quota que lhes couber a percentagem correspondente aos Municípios.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão suas quotas da receita do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, de acordo com o disposto no artigo 3º do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966.

Art. 3º A distribuição aos Estados e Distrito Federal da quota definida no artigo 2º deste decreto-lei continuará a ser processada segundo os critérios fixados no artigo 53 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, que ficam restabelecidos a partir de 15 de março de 1967.

Art. 4º A distribuição, em cada Estado, da quota dos Municípios, definida no Artigo 2º deste decreto-lei, continuará a obedecer aos critérios fixados no artigo 53 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, e no artigo 3º do Decreto nº 1.379-A, de 11 de setembro de 1962.

Art. 5º Os recolhimentos em 1967 do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, correspondentes às operações efetuadas no exercício de 1966, deverão ser creditados à conta da Rede Ferroviária Federal S. A. e do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, segundo os critérios fixados pela Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964.

Art. 6º Os artigos 12 e 13 do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, passarão a ter a seguinte redação:

“Art. 12. Os Estados e Distrito Federal só receberão as suas quotas do Fundo Rodoviário Nacional após demonstrarem, perante o Conselho Rodoviário Nacional, por intermédio dos órgãos executivos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a destinação e aplicação, nos termos e condições da legislação vigente, dos recursos desse Fundo.

§ 1º Para a entrega das quotas referentes ao segundo trimestre será exigida, além do cumprimento das obrigações a que se refere este artigo, a apresentação do orçamento dos órgãos rodoviários estaduais para o exercício, acompanhado do plano de aplicação das quotas previstas do Fundo Rodoviário Nacional, na forma do disposto na legislação federal sobre normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

§ 2º Para a entrega das quotas referentes ao terceiro trimestre será exigida, além do cumprimento das obrigações a que se refere este artigo, a apresentação de pormenorizado relatório das atividades dos órgãos rodoviários no exercício anterior, acompanhado do demonstrativo da execução do orçamento e do plano de aplicação das quotas do Fundo Rodoviário Nacional no referido exercício.

§ 3º Os Estados e Distrito Federal deverão atender às exigências formuladas com base neste artigo e parágrafos e nos demais dispositivos da legislação vigente, dentro de 60 dias da ciência da respectiva formulação.

§ 4º A inobservância dos prazos a que se referem os parágra-

fos anteriores, salvo se prorrogados a critério do Conselho Rodoviário Nacional, determinará retenção automática das quotas a serem distribuídas.

Art. 13. Os Municípios só receberão as suas quotas do Fundo Rodoviário Nacional após demonstrarem perante os órgãos estaduais e governos dos Territórios, a destinação e aplicação, nos termos e condições da legislação vigente, dos recursos desse Fundo, obedecidos os mesmos prazos e respectivas sanções previstas no artigo anterior.

§ 1º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem entregará diretamente aos Municípios as quotas do Fundo Rodoviário Nacional, após os órgãos rodoviários estaduais e governos dos Territórios comunicarem o cumprimento, por parte dos Municípios, do disposto neste artigo.

§ 2º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem dará imediato conhecimento aos órgãos rodoviários estaduais e governos dos Territórios, da distribuição aos respectivos Municípios das quotas trimestrais.”

Art. 7º Este decreto-lei que será submetido à apreciação do Congresso Nacional nos termos do parágrafo único do Artigo 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Mário David Andreazza
José Costa Cavalcanti
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 336 — DE 24 DE
OUTUBRO DE 1967

Altera os critérios de distribuição do Imposto Único sobre Energia Elétrica e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 58, inciso II, da Constituição, decreta:

Art. 1º A quota do Imposto Único sobre Energia Elétrica, a que se re-

fere o art. 22, item IX da Constituição Federal, atribuída aos Estados, Distrito Federal e Municípios, passará a ser rateada de acordo com os seguintes critérios de proporcionalidade:

I — 20% (vinte por cento) à superfície territorial respectiva;

II — 60% (sessenta por cento) à população respectiva;

III — 2% (dois por cento) à produção efetiva de energia elétrica em seus respectivos territórios, verificada por medidores ou, na falta destes, calculada pela potência legalmente instalada, com fator de carga de 35% (trinta e cinco por cento), ou, ainda, na falta da demanda máxima para o cálculo da produção, admitindo-se 2.500 (duas mil e quinhentas) horas de utilização anual da potência legalmente instalada, para as centrais termelétricas e 4.000 (quatro mil) horas para as usinas hidrelétricas;

IV — 15% (quinze por cento) ao consumo de energia elétrica verificada nos respectivos territórios;

V — 3% (três por cento) à área inundada, nos respectivos territórios, pelos reservatórios das usinas geradoras, desde que igual ou superior a 20 km².

§ 1º Ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em municípios, caberá a parcela atribuída aos municípios, como se os tivessem.

§ 2º Nos Territórios Federais, caberá à União a parcela atribuída aos Estados.

§ 3º A parcela de que trata o parágrafo anterior será destinada aos Territórios Federais, os quais são equiparados aos Estados para os demais efeitos previstos na legislação relativa ao imposto único sobre energia elétrica.

Art. 2º O Poder Executivo fixará, anualmente, os critérios para o cálculo das cotas compensatórias das áreas inundadas pelos reservatórios das usinas geradoras.

Art. 3º No que não contrariar o presente Decreto-lei, ficam mantidas a Lei nº 2.308, de 31 de agosto de 1954, com suas alterações posteriores, e a respectiva regulamentação.

Art. 4º Este Decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congres-

so Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

José Costa Cavalcanti

DECRETO-LEI Nº 337 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1967

Prorroga a entrada em vigor do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 58, inciso II, da Constituição

— considerando a necessidade de reformulação de alguns dispositivos do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967, relativo à duplicata e à cédula industrial pignoratícia;

— considerando a conveniência de serem consolidadas as normas que regem o instituto da duplicata, e disciplinado, separadamente, o da cédula industrial pignoratícia; e

— considerando que projetos de lei neste sentido estão sendo submetidos à apreciação do Congresso Nacional, decreta:

Art. 1º Fica prorrogada por mais 120 dias a entrada em vigor do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do artigo 58 da Constituição.

Brasília, 19 de dezembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

José Fernandes de Luna

DECRETO-LEI Nº 338 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1967

Dá nova redação ao artigo 12 e seu parágrafo 1º, do Decreto-lei nº 157, de 10.2.1967.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 58, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º O artigo 12 e seu parágrafo 1º do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. Poderão ser incorporados ao capital da sociedade ou empresa individual, independentemente de pagamento do imposto de renda pela pessoa jurídica e pelos acionistas, sócios ou titular, beneficiados com o aumento de capital, os recursos correspondentes às variações do ativo, resultante da correção monetária de títulos, que não constituam rendimento tributável, de acordo com a legislação em vigor.

§ 1º O resultado da correção monetária do valor nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, voluntária ou opcionalmente adquiridas, é de livre disponibilidade das sociedades ou empresas individuais que as possuírem, podendo, inclusive constituir reserva especial ou ser registrado como lucro do exercício a que corresponder.”

Art. 2º Este decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional nos termos do parágrafo único do art. 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 339 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1967

Exclui da obrigação do artigo 10 do Decreto-lei nº 62, de 21 de novembro de 1966, o Banco do Brasil S.A., o Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Banco da Amazônia S.A. e Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 58, nºs I e II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Ficam excluídos da obrigação prevista no art. 10 do Decreto-lei nº 62, de 21 de novembro de 1966, o Banco do Brasil S.A., o Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Banco da Amazônia S.A. e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A.

Art. 2º Este Decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do artigo 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Ivo Arzua Pereira
Afonso A. Lima

DECRETO-LEI Nº 340 — DE 22 DE
DEZEMBRO DE 1967

Acrescenta disposições disciplinadoras ao Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe faculta o artigo 58, item II, da Constituição e tendo em vista a urgência da medida e o interesse público relevante, decreta:

Art. 1º Os favores previstos nos artigos 3º, 4º, 7º e 9º do Decreto-lei número 288, de 28 de fevereiro de 1967, não se aplicam aos seguintes produtos, destinados à Zona Franca de Manaus ou dela procedentes: armas e munições, perfumes, fumo, bebidas

alcoólicas e automóveis de passageiros, compreendidos, respectivamente, nos capítulos 93, 33, 24, 22 (posições 22.03, 22.05 a 22.07 e 22.09, incisos 2 a 7) e 87 (posição 87.02, incisos 1 e 2), da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, alterada pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966.

Art. 2º Este Decreto-lei que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do artigo 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Afonso A. Lima

DECRETO-LEI Nº 341 — DE 22 DE
DEZEMBRO DE 1967

Prorroga para o exercício de 1968 os benefícios dos Decretos-leis números 157 e 238 de 10 e 28 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 58, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica prorrogado para o exercício de 1968 o benefício concedido às pessoas jurídicas pelo artigo 4º do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, com a nova redação dada pelo art. 2º do Decreto-lei número 238, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 2º Este Decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 342 — DE 22 DE
DEZEMBRO DE 1967

Prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 58, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica prorrogado até 30 de abril de 1968 o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967, estabelecido no artigo 2º desse Decreto-lei.

Art. 2º Este Decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto

DECRETO-LEI Nº 343 — DE 28 DE
DEZEMBRO DE 1967

Altera a legislação do Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 58, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Da receita proveniente da arrecadação do Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos a que se refere o Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, a União destinará:

I — 8 % (oito por cento) para aumento do capital social da Rede Ferroviária Federal S. A., até o exercício de 1971, inclusive;

II — 12,5 % (doze e meio por cento) para aumento do capital social da Petróleo Brasileiro S. A. — PEROBRAS;

III — 39,5 % (trinta e nove e meio por cento) ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;

IV — 32 % (trinta e dois por cento) aos Estados e ao Distrito Federal;

V — 8 %, (oito por cento) aos Municípios.

§ 1º A distribuição das parcelas destinadas, de acordo com o disposto nos itens IV e V deste artigo, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, será efetuada segundo os critérios fixados no artigo 53 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, e no artigo 3º do Decreto nº 1.379-A, de 11 de setembro de 1962.

§ 2º No caso do Distrito Federal e de Estados que não se subdividem em Municípios, será acrescida à cota que lhes couber a percentagem correspondente aos Municípios.

Art. 2º As parcelas destinadas aos Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Estados, Distrito Federal e Municípios, totalizando, conforme disposto nos itens III, IV e V do artigo 1º deste decreto-lei, 79,5 % (setenta e nove e meio por cento) da arrecadação proveniente do Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, constituirão o Fundo Rodoviário Nacional, que será aplicado em programas rodoviários federais, estaduais e municipais, nos termos da legislação em vigor.

Art. 3º As receitas provenientes da arrecadação do Imposto Único a que se refere este Decreto-lei serão diariamente recolhidas pelas Alfândegas, Mesas de Rendas, Recebedorias, Coletorias e Refinarias, ao Banco do Brasil S. A. mediante guia.

§ 1º De cada recolhimento pelas estações arrecadadoras, nos termos deste artigo, o Banco do Brasil S.A. creditará:

I — a percentagem pertencente ao Fundo Rodoviário Nacional, nos termos do artigo anterior, à conta e ordem do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para ser distribuído da seguinte forma:

a) Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — 303,1-79,5.

b) Estados e Distrito Federal — 32,0|79,5

c) Municípios — 8,0|79,5

II — a percentagem pertencente à Rede Ferroviária Federal à conta e ordem desta.

III — a percentagem pertencente à Petroleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS, à conta e ordem desta.

§ 2º Os recolhimentos, em 1967, do Imposto Único sobre combustíveis e lubrificantes, correspondentes às operações efetuadas no exercício de 1966, deverão ser creditados à conta da Rede Ferroviária Federal S. R. e do

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, segundo o critério fixado no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964.

§ 3º Os recolhimentos do Imposto Único sobre combustíveis e lubrificantes, correspondentes às operações subordinadas ao Imposto Único definido pelas alíquotas do Decreto nº 60.453, de 13 de março de 1967, deverão ser creditados à conta da Petroleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS, Rede Ferroviária Federal, e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem segundo o critério fixado no artigo 3º do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966.

Art. 4º A partir de 1º de janeiro de 1972, a parcela da receita de que trata o item I, do artigo 1º deste Decreto-lei será incorporada ao Fundo Rodoviário Nacional que, a partir de então, será constituído por 87,5 (oitenta e sete e meio por cento) da arrecadação do Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e cuja distribuição ficará alterada para:

a) Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — 47,5|87,5

b) Estados e Distrito Federal — 32,0|87,5

c) Municípios — 8,0|87,5

Art. 5º Os artigos 12 e 13 do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, passarão a ter a seguinte redação:

"Art. 12. Os Estados e Distrito Federal só receberão as suas cotas do Fundo Rodoviário Nacional, após demonstrarem, perante cotas do Fundo Rodoviário Nacional intermédio dos órgãos executivos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a destinação e aplicação, nos termos e condições da legislação vigente, dos recursos desse Fundo.

"§ 1º Para a entrega das cotas referentes ao segundo trimestre será exigida além do cumprimento das obrigações a que se refere este artigo, a apresentação do orçamento dos órgãos rodoviários estaduais para o exercício, acompanhado do plano de aplicação das cotas previstas do Fundo Rodoviário Nacional na forma do disposto na legislação federal sobre normas gerais de direito financeiro para elaboração e con-

trôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

“§ 2.º Para a entrega das cotas referentes ao terceiro trimestre será exigida, além do cumprimento das obrigações a que se refere este artigo, a apresentação de pormenorizado relatório das atividades dos órgãos rodoviários no exercício anterior, acompanhado do demonstrativo da execução do orçamento e do plano de aplicação das cotas do Fundo Rodoviário Nacional no referido exercício.

“§ 3.º Os Estados e Distrito Federal deverão atender às exigências formuladas com base neste art. e parágrafos e nos demais dispositivos da legislação vigente, dentro de 60 dias da ciência da respectiva formulação.

“§ 4.º A inobservância dos prazos a que se refere os parágrafos anteriores, salvo se prorrogados a critério do Conselho Rodoviário Nacional, determinará retenção toamáticas das cotas a serem distribuídas.

“Art. 13. Os Municípios só receberão as suas cotas do Fundo Rodoviário Nacional após demonstrarem perante os órgãos estaduais e governos dos Territórios, a destinação e aplicação, nos termos e condições da legislação vigente dos recursos desse Fundo, obedecidos os mesmos prazos e respectivas sanções previstas no artigo anterior.

“§ 1.º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem entregará diretamente aos Municípios as cotas do Fundo Rodoviário Nacional, após os órgãos rodoviários estaduais e governos dos Territórios comunicarem o cumprimento, por parte dos Municípios, do disposto neste artigo.

“§ 2.º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem dará imediato conhecimento, aos órgãos rodoviários estaduais e governos dos Territórios, da distribuição, aos respectivos Municípios, das cotas trimestrais”.

Art. 6.º Ficam aumentadas, em 20% (vinte por cento), a partir de 1.º de janeiro de 1968, as alíquotas do Imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos.

Parágrafo único. A partir de 1.º de janeiro de 1968, não se aplicará aos Estados, Distrito Federal e Municípios, o disposto no artigo 3.º, § 2.º, da Lei número 4.452, de 5 de novembro de 1964, alterado pelo artigo 3.º do Decreto-lei número 61, de 28 de novembro de 1966.

Art. 7.º Ficam revogados os Decretos-leis números 208, de 27 de fevereiro de 1967, e 319, de 27 de março de 1967.

Art. 8.º O disposto no § 3.º do artigo 1.º, do Decreto-lei número 61, de 28 de novembro de 1966, se aplicará sobre as novas alíquotas resultantes do presente Decreto-lei.

Art. 9.º Este Decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional nos termos do parágrafo único do artigo 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Mário David Andreazza
José Costa Cavalcanti
Hélio Beltrão

DECRETO-LEI Nº 344 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1967

Altera alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 58, item II, da Constituição decreta:

Art. 1.º Durante o exercício de 1968, os produtos das posições 61.01 a 61.04, da tabela anexa à Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, e modificações posteriores, ficarão sujeitos a alíquota de 10%, a partir de 1.º de janeiro.

Art. 2.º Este decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto

DECRETO-LEI N.º 345 — DE 28 DE
DEZEMBRO DE 1967

Modifica a Lei n.º 5.325, de 2 de outubro de 1967, que institui a duplicata fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 58, item II, da Constituição decreta:

Art. 1.º Nas vendas efetuadas por contribuintes do imposto sobre produtos industrializados, realizadas a prazo superior a 30 (trinta) dias, poderá ser exigida a emissão de duplicata de valor equivalente ao imposto, nas condições que o regulamento fixar.

§ 1.º A duplicata referida neste artigo terá a denominação de "duplicata fiscal", será negociável e deverá observar, no mais, inclusive quanto ao número de ordem e série, as disposições da Lei 187, de 15 de janeiro de 1936, com as alterações do Decreto-Lei n.º 265, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 2.º A fatura, que será única, fará referência aos números das séries de duplicatas que lhes corresponderem, inclusive a duplicata fiscal.

§ 3.º Relativamente a uma mesma fatura poder-se-á emitir mais de uma duplicata-fiscal, de mesmo número, feita, porém, a distinção por série alfabética ou algarismos romanos, desde que o vencimento de qualquer delas não ultrapasse o prazo máximo admitido em regulamento.

Art. 2.º A falta de pagamento da duplicata fiscal não exonera o contribuinte da responsabilidade pelo recolhimento do tributo.

Art. 3.º O contribuinte que, estando obrigado a emitir a duplicata fiscal, deixar de fazê-lo, ficará sujeito à multa de 50% do valor da duplicata que deveria ter sido emitida.

Art. 4.º O valor do imposto sobre circulação de mercadorias também poderá, nos termos do regulamento estadual próprio, ser incluído na duplicata fiscal.

Art. 5.º O emitente ou o estabelecimento bancário encarregado da cobrança ficará obrigado a levar a protesto a duplicata fiscal não resgatada decorridos 10 (dez) dias do vencimento, sob pena de incorrer em multa equivalente à prevista no artigo 3.º.

Parágrafo único. Deixará, entretanto, de ser promovido o protesto previsto neste artigo quando o sacador ou o banco receber, em tempo hábil, declaração escrita do comprador afirmando não ter aceito as duplicatas mercantis correspondentes à transação, nos termos em que a legislação respectiva autorizar a recusa do aceite.

Art. 6.º As infrações ao disposto neste decreto-lei serão apuradas, processadas e julgadas de acordo com a legislação do imposto sobre produtos industrializados.

Art. 7.º A duplicata fiscal não será emitida nos casos em que figurem como adquirentes a União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios ou as respectivas autarquias.

Art. 8.º Este decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único, do artigo 58, da Constituição, entrará em vigor na data da sua publicação revogada a Lei n.º 5.325, de 2 de outubro de 1967 e demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de dezembro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI N.º 346 — Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEI N.º 347 — DE 29 DE
DEZEMBRO DE 1967

Dispõe sobre a entrega das parcelas pertencentes aos Municípios, do produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 58, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, 80% (oitenta por cento) constituem receita dos Estados e 20% (vinte por cento) dos Municípios. As parcelas pertencentes aos Municípios serão creditadas em contas especiais, abertas em estabelecimentos oficiais de crédito e entregues, segundo o disposto nesta lei, na proporção das operações tributáveis realizadas em seu território.

Art. 2º. No mês de setembro de cada ano, o Poder Executivo Estadual apurará a relação percentual entre o valor das operações tributáveis ocorridas em cada Município do Estado e o valor total das verificadas em todo o Estado, no período de doze meses, de 1º de julho do ano anterior a 30 de junho do ano em curso.

§ 1º. O índice percentual obtido para cada Município, na forma deste artigo, será aplicado na determinação da parcela que lhe pertencer nos 20% (vinte por cento) do produto da arrecadação, no Estado, do imposto de circulação de mercadorias, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro seguinte.

§ 2º. Para os efeitos do disposto neste Decreto-lei:

I — consideram-se operações tributáveis as que constituírem fato gerador do imposto de circulação de mercadorias, tal como definido no Código Tributário Nacional, mesmo quando a incidência fôr diferida ou quando o crédito tributário fôr excluído em virtude de isenção ou diferido, observado o disposto no item II.

II — não se consideram operações tributáveis as relativas à entrada de mercadorias importadas do exterior, em estabelecimento do importador, e as declaradas não sujeitas ao imposto de circulação de mercadorias pelo artigo 20, III, "d", e pelo artigo 24, parágrafos 5º e 6º, da Constituição.

§ 3º. As operações tributáveis serão apuradas exclusivamente através de documentos e livros obrigatórios, nos termos da legislação estadual aplicável ao imposto de circulação de mercadorias.

§ 4º. Para determinação da relação percentual referida neste artigo, o valor das operações tributadas apuradas mediante ação fiscal e das denunciadas pelo próprio contribuinte fora dos prazos legais, será considerado no período em que se efetivar o recolhimento do imposto, ou da primeira parcela, se recolhido em prestações.

§ 5º. A lei estadual que criar Município novo determinará em que proporção o índice percentual do Município ou Municípios que sofreram desmembramento será atribuído ao Município que fôr criado; a proporção será mantida até que o Estado possa determinar o índice percentual do Município novo, na forma do *caput* deste artigo.

Art. 3º. Até o terceiro dia útil seguinte ao do recebimento do imposto de circulação de mercadorias as repartições estaduais deverão depositar, em estabelecimento oficial de crédito, 20% do produto da arrecadação deste tributo.

§ 1º. A legislação estadual regulará a forma e prazo do depósito a que alude este artigo, para os Municípios onde inexistir agência do estabelecimento oficial de crédito ou do respectivo correspondente, podendo levar em conta as peculiaridades locais e estabelecer normas de aplicação regional, para atender a diversidade de condições. Em qualquer hipótese, o prazo do depósito não poderá ser superior a três dias contados do encerramento do mês em que a arrecadação tiver sido escriturada pela repartição que centralizar a contabilidade regional ou, na falta desta, a que centralizar a contabilidade do Estado.

§ 2º. Na hipótese de ser o crédito relativo ao imposto de circulação de mercadorias extinto por compensação, a repartição estadual deverá efetuar, em dinheiro, o depósito dos 20% pertencentes aos Municípios; a repartição estadual procederá da mesma forma se o crédito fôr extinto por transação.

Art. 4º. Até o dia dez de cada mês, o estabelecimento oficial de crédito entregará a cada Município a parcela que lhe pertencer no valor total dos depósitos feitos pelo Estado onde estiver situado, no mês anterior.

§ 1º. A parcela de cada Município será calculada mediante a aplicação do índice percentual a que se refere o artigo 2º.

§ 2º. O estabelecimento oficial de crédito poderá utilizar-se das repartições arrecadadoras do Estado para entregar a parcela pertencente a qualquer Município, mediante anuência deste e desde que nele não exista agência bancária.

Art. 5º. No mês de setembro, os Estados farão publicar no respectivo jornal oficial o valor total das operações tributáveis ocorridas em cada um de seus Municípios no período de doze meses, de 1º de julho do ano anterior a 30 de junho seguinte. Da publicação constará também o índice percentual de cada Município a que alude o artigo 2º.

Parágrafo único. Mensalmente, os Estados deverão publicar, no seu jornal oficial, a arrecadação total do

impôsto de circulação de mercadorias no mês anterior.

Art. 6º O Poder Executivo de cada Estado escolherá o estabelecimento oficial de crédito em que devem ser feitos os depósitos a que se refere o artigo 3º.

Art. 7º Ficará proibido de receber os depósitos mencionados no artigo 3º o estabelecimento oficial de crédito que não entregar, no prazo, a qualquer Município, parcela que a este pertencer das quantias já depositadas.

§ 1º A proibição será determinada pelo Banco Central do Brasil, a requerimento do Município interessado e mediante prova do fato.

§ 2º A proibição vigorará por prazo não inferior a dois nem superior a quatro anos, a critério do Banco Central do Brasil.

§ 3º Enquanto durar a proibição os depósitos serão obrigatoriamente feitos no Banco do Brasil S. A., para o qual deve ser imediatamente transferido o saldo em poder do estabelecimento infrator.

§ 4º Findo o prazo da proibição, o estabelecimento infrator poderá tornar a receber os depósitos, se escolhido pelo Poder Executivo estadual, ao qual será facultado eleger qualquer outro estabelecimento oficial de crédito.

Art. 8º Os Municípios terão acesso aos documentos fiscais que tiverem servido de base à fixação do valor das operações tributáveis ocorridas em seu território.

§ 1º Sem prejuízo do cumprimento de outras obrigações a que estiverem sujeitos por lei federal ou estadual, os produtores serão obrigados, quando solicitados, a informar às autoridades municipais o valor e o destino das mercadorias que tiverem produzido.

§ 2º Os Municípios poderão verificar os documentos fiscais que, nos termos da lei federal ou estadual, devam acompanhar as mercadorias em operações de que participem produtores, industriais e comerciantes estabelecidos em seu território; apurada qualquer irregularidade, os agentes municipais deverão comunicá-la à repartição estadual competente.

§ 3º Aos Municípios é vedado apreender mercadorias ou documentos, impor penalidades ou cobrar quaisquer taxas ou emolumentos em razão da verificação mencionada no parágrafo anterior.

§ 4º O disposto no parágrafo 2º não prejudicará a celebração, entre os Estados e seus Municípios, de convênios para assistência mútua na fiscalização dos tributos e permuta de informações.

Art. 9º Para efeito de aplicação do artigo 10, item V, letra "b", da Constituição, considera-se inadimplente o Estado que deixar de depositar, no todo ou em parte e nos prazos a que se refere o artigo 3º e seu § 1º, as parcelas da arrecadação do impôsto de circulação de mercadorias pertencentes aos Municípios.

Art. 10. Em 1968, o índice de cada Município corresponderá à relação percentual entre o produto de arrecadação do impôsto de circulação de mercadorias em seu território e o produto da arrecadação do mesmo tributo no território do Estado, no ano de 1967.

§ 1º Até o dia 31 de janeiro de 1968 o Poder Executivo de cada Estado apurará os índices e os publicará no jornal oficial.

§ 2º Os índices de cada Município para 1969 serão fixados com base no valor das operações tributáveis ocorridas de 1º de julho de 1967 a 30 de junho de 1968, em seu território e no do Estado a que pertencer.

Art. 11. Mediante convênio celebrado com a concordância de todos os Municípios, os Estados poderão estabelecer outros critérios de distribuição da parcela pertencente aos Municípios, bem como alterar os prazos previstos neste Decreto-lei. Os convênios terão sempre prazo determinado.

Parágrafo único: Os Estados que tenham firmado convênios com os Municípios para distribuição da parcela que lhes cabe na arrecadação do impôsto de circulação de mercadorias, poderão prorrogá-los, nas mesmas bases, para os exercícios de 1968 e 1969.

Art. 12. Este Decreto-lei, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do artigo 58 da Constituição, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de dezembro de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto

III — DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 1967

Aprova o acôrdo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (FISI), assinado em Nova York, em 28 de março de 1966.

Art. 1º Fica aprovado, nos termos do artigo 47, item I, da Constituição Federal, o Acôrdo entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância (FISI) e o Governo do Brasil, firmado em Nova York, em 28 de março de 1966.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 4 de outubro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

O texto do Acôrdo acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no Diário do Congresso Nacional (Seção II).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei nº 330, de 13 de setembro de 1967, que revoga dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967 (Código de Minas) e restaura a vigência do art. 33 da Lei nº 4.118, de 1962, que trata de concessão de lavra de minerais nucleares.

Art. 1º É aprovado o Decreto-lei nº 330, de 13 de setembro de 1967, que revoga dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967 (Código de Minas) e restaura a vigência do art. 33 da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, que trata da concessão da lavra dos minerais nucleares.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 26 de outubro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 5º, alínea "c", da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1967

Mantém decisão do Tribunal de Contas, contrária a termo aditivo de contrato celebrado entre o Governo Federal e os Irmãos Gaioso e Almendra.

Art. 1º Fica mantida decisão do Tribunal de Contas, de 26 de outubro de 1964 impugnatória do termo aditivo de contrato celebrado entre o Governo Federal e os Irmãos Gaioso e Almendra, em 10 de agosto de 1952, e, em consequência, sustada a execução de quaisquer atos decorrentes do aludido termo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 40, DE 1967

Aprova a Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino, adotada pela Conferência Geral da UNESCO, em Paris, a 14 de dezembro de 1960.

Art. 1º É aprovada a Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino, adotada pela Conferência Geral da UNESCO, em Paris, a 14 de dezembro de 1960.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 15 de novembro de 1967

A Convenção a que se refere o Decreto Legislativo acha-se publicada no *Diário do Congresso Nacional* (Seção II).

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 1967

Aprova o Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, assinado com a Bolívia, no Rio de Janeiro, a 27 de outubro de 1966.

Art. 1º É aprovado o Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, assinado com a Bolívia, no Rio de Janeiro, a 27 de outubro de 1966.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 27 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

O texto do Protocolo Adicional acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no D.C.N. (Seção II).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO nº 42, DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei nº 331, de 21 de setembro de 1967

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 331, de 21 de setembro de 1967, que prorroga a vigência do Decreto-lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967, sobre a Cédula Industrial Pignoraticia.

Senado Federal, 22 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 1967

Aprova a Convenção destinada a evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimentos, concluída entre a República do Brasil e o Japão, assinada em Tóquio, em 24 de janeiro de 1967.

Art. 1º É aprovada a Convenção destinada a evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimentos, concluída entre a República do Brasil e o Japão, assinada em Tóquio, em 24 de janeiro de 1967.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 23 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ou aumento de produtividade dos artigos que especifica.

Art. 1º Fica aprovado o texto do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ou aumento de produtividade dos artigos que especifica.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 28 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 1967

Aprova a Convenção relativa à Organização Hidrográfica Internacional, assinada em Mônaco, a 3 de maio de 1967.

Art. 1º E' aprovada a Convenção relativa à Organização Hidrográfica Internacional, assinada em Mônaco, a 3 de maio de 1967.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 28 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1967

Aprova o Acôrdo Cultural celebrado em Haia, em 12 de outubro de 1966, entre o Brasil e o Reino dos Países-Baixos.

Art. 1º E' aprovado o Acôrdo Cultural celebrado entre o Brasil e o Reino dos Países-Baixos, assinado em Haia, em 12 de outubro de 1966.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

O texto do Acôrdo acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no *Diário do Congresso Nacional* (Seção II).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 1967

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a pensão a Gilda Gonçalves Rosa e outros.

Art. 1º E' denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, interposto pelo Ofício nº 424-67, a fim de ser mantida a pensão

a Gilda Gonçalves Rosa e outros, tornando-se definitivo o ato praticado em 24 de fevereiro de 1967, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República, em despacho exarado na Exposição de Motivos nº 44, de 24 de fevereiro de 1966, do Senhor Ministro do Exército.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1967

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, a fim de ser mantida a reforma do Cabo Arnóbio Fernandes de Andrade Moraes.

Art. 1º E' denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas interposto pelo Ofício nº 235-66, a fim de ser mantida a reforma do Cabo Arnóbio Fernandes de Andrade Moraes tornando-se definitivo o ato praticado em 14 de dezembro de 1965, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República, em despacho exarado na Exposição de Motivos nº 20-DF, de 8 de setembro de 1965, do Ministro do Exército.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1967

Aprova a Emenda ao Artigo VI.A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotada a 4 de outubro de 1961, pela Conferência Geral daquela Agência, por ocasião de sua quinta sessão regular.

Art. 1º E' aprovada a Emenda ao Artigo VI.A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotada a 4 de outubro de 1961, pela Conferência Geral daquela Agência, por ocasião de sua quinta sessão regular.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

O texto da Resolução de Emenda do Estatuto acompanha a publicação, deste Decreto Legislativo no Diário do Congresso Nacional, Seção II.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 1967

Aprova o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares, na América Latina, assinado, na Cidade do México, em 9 de maio de 1967.

Art. 1º E' aprovado o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, assinado pelo Brasil, na Cidade do México, em 9 de maio de 1967.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

O texto do Tratado acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no *Diário do Congresso Nacional* (Seção II).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, DE 1967

Aprova o Acôrdão de Cooperação para a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos entre o Brasil e a Confederação da Suíça, assinado, no Rio de Janeiro, a 26 de maio de 1965.

Art. 1º E' aprovado o Acôrdão de Cooperação para a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos entre o Brasil e a Confederação da Suíça, assinado, no Rio de Janeiro, a 26 de maio de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

O texto do Acôrdão acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no *Diário do Congresso Nacional* (Seção II).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1967

Aprova a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil, em Montreux, Suíça, a 12 de novembro de 1965.

Art. 1º E' aprovada a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil, em Montreux, Suíça, a 12 de novembro de 1965, por ocasião da Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

O texto da Convenção acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no *Diário do Congresso Nacional* (Seção II).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, DE 1967

Aprova o Instrumento de Emenda (nº 1), de 1964, adotada, pela Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em sua quadragésima oitava sessão realizada, em Genebra, a 17 de junho de 1964.

Art. 1º É aprovado o Instrumento de Emenda (nº 1), de 1964, adotado pela Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em sua quadragésima oitava sessão realizada, em Genebra, a 17 de junho de 1964, sobre a aplicação universal das Convenções da OIT a todas as populações, inclusive as que não sejam administradas por si próprias.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

O texto da Conferência Internacional do Trabalho acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no *Diário do Congresso Nacional* (Seção II).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 54, DE 1967

Aprova o texto do Decreto-lei nº 333, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre a entrada em vigor das deliberações do Conselho de Política Aduaneira e incorpora as alíquotas do imposto de importação e taxa de despacho aduaneiro e dá outras providências.

Art. 1º Fica aprovado o texto do Decreto-lei nº 333, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre a entrada em vigor das deliberações do Conselho de Política Aduaneira e incorpora as alíquotas do imposto de importação e taxa de despacho aduaneiro e dá outras providências.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1967

Aprova o Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal, assinado, no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1965.

Art. 1º E' aprovado o Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal, assinado, no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

O texto do Convênio acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no *Diário do Congresso Nacional* (Seção II).

IV — LEIS

LEI Nº 5.326 — DE 2 DE OUTUBRO
DE 1967

Institui a duplicata fiscal

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nas vendas efetuadas por contribuintes do imposto sobre produtos industrializados, realizadas a prazo superior a 30 (trinta) dias, o vendedor emitirá obrigatoriamente duplicata de valor equivalente ao imposto, com vencimento máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 1º A duplicata referida neste artigo terá a denominação de "duplicata fiscal", será inegociável e deverá observar, no mais, inclusive quanto ao número de ordem e série, as disposições da Lei nº 187, de 15 de janeiro de 1936, com as alterações do Decreto-Lei nº 265, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 2º A fatura, que será única, fará referência aos números das séries de duplicatas que lhes correspondam, inclusive a duplicata fiscal.

§ 3º A falta de pagamento da duplicata fiscal não exonera o contribuinte da responsabilidade pelo recolhimento do tributo.

§ 4º Nas vendas até 30 (trinta) dias e naquelas cujo imposto não exceder ao valor fixado periodicamente em regulamento, será facultativa a emissão da duplicata fiscal.

§ 5º Os contribuintes que deixarem de cumprir a exigência deste artigo ficarão sujeitos a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da duplicata que deveria ter sido emitida.

Art. 2º O valor do imposto sobre circulação de mercadorias também poderá, nos termos do regulamento

estadual próprio, ser incluído na duplicata fiscal.

Art. 3º O emitente ou o estabelecimento bancário encarregado da cobrança ficará obrigado a levar a protesto a duplicata fiscal, vencida e não resgatada, no prazo em que o sacador determinar, não superior a 10 (dez) dias após o vencimento, sob pena de incorrer na multa prevista no § 5º do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Deixará, entretanto, de promover-se o protesto previsto neste artigo quando o banco ou o sacador receber, em tempo hábil, declaração escrita do comprador afirmando não ter aceito as duplicatas mercantis correspondentes à transação, nos termos em que a legislação respectiva autoriza a recusa do aceite.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor em primeiro de outubro de 1967, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de outubro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.326 — DE 2 DE OUTUBRO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 15.000 900,00 (quinze milhões de cruzeiros novos) para atendimento do disposto no § 2º do art. 2º do Decreto-lei nº 280, de 28 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de de cruzeiros novos) para atendimento do disposto no § 2º do art. 2º do Decreto-lei nº 280, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 2º Para efeito do estabelecido no artigo anterior, fica o Ministério da Fazenda autorizado a colocar obrigações do Tesouro até o valor correspondente ao crédito especial acima referido.

Art. 3º A Comissão Organizadora prevista no art. 4º do Decreto-lei número 280, de 28 de fevereiro de 1967, ficará encarregada de dar continuidade à tarefa de apurar os atos constitutivos da nova Companhia e realizar a Assembléia de constituição da sociedade.

Art. 4º ... Vetado...

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.327 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, e com jurisdição em todo o território nacional.

Parágrafo único. Quando as condições justificarem, a sede e foro da Fundação serão transferidos para Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º A Fundação Nacional de Material Escolar gozará de autonomia administrativa e financeira e

adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão aprovados o estatuto e o decreto que os aprovar.

Parágrafo único. O prazo de duração da Fundação Nacional de Material Escolar será indeterminado.

Art. 3º A Fundação Nacional de Material Escolar terá por finalidade a produção e distribuição de material didático de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, preço e utilização.

Parágrafo único. A Fundação Nacional de Material Escolar não visará fins lucrativos e o material por ela produzido será distribuído pelo preço de custo.

Art. 4º A Fundação Nacional de Material Escolar será administrada pelos seguintes órgãos:

Conselho Técnico Consultivo
Conselho Fiscal
Diretoria

Art. 5º O Conselho Técnico Consultivo compor-se-á de 3 (três) membros, representativos dos órgãos executivos e técnicos do Ministério da Educação e Cultura, além do Diretor-Executivo que representará o Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. Ao Conselho Técnico Consultivo cabe conceituar a política nacional de produção e distribuição de obras didáticas e material escolar.

Art. 6º O Conselho Fiscal será composto de 2 (dois) representantes do Ministério da Educação e Cultura e 1 (um) contador designado pelo Conselho Técnico Consultivo.

Parágrafo único. Ao Conselho Fiscal compete emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pela Diretoria. A rejeição destas pelo Conselho Técnico Consultivo importará na substituição do Diretor-Executivo, assegurando-se a este ampla defesa, sem prejuízo de sanções penais, quando for o caso.

Art. 7º A Diretoria será exercida por 1 (um) Diretor-Executivo, que integrará o Conselho Técnico Consultivo como representante nato do Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. Ao Diretor-Executivo, que trabalhará em regime de

tempo integral, compete administrar e, ao mesmo tempo, elaborar o plano de atividades e orçamento anual da Fundação Nacional de Material Escolar.

Art. 8º O provimento dos cargos referidos nos arts. 5º e 6º será feito pelo Ministro da Educação e Cultura, mediante Portaria.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Técnico Consultivo e do Conselho Fiscal prestarão serviço relevante, de conhecida utilidade pública, sem ônus para o Estado.

Art. 9º O patrimônio da Fundação Nacional de Material Escolar será constituído por:

- a) acervo da atual Campanha Nacional de Material de Ensino, cuja doação pelo Poder Executivo fica desde logo autorizada;
- b) dotações orçamentárias e subvenções da União;
- c) doações e contribuições de entidades de direito público e privado e de particulares;
- d) receita de material de ensino;
- e) rendas eventuais, inclusive as resultantes de prestação de serviços.

Parágrafo único. Os bens e direitos da Fundação Nacional de Material Escolar serão utilizados apenas para a consecução dos seus objetivos, permitida, todavia, a sub-rogação de uns e outros para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

Art. 10. ... VETADO...

Parágrafo único. ... VETADO...

Art. 11. ... VETADO...

Art. 12. Todo o pessoal admitido na Fundação Nacional de Material Escolar estará sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1º ... VETADO...

§ 2º ... VETADO...

§ 3º ... VETADO...

Art. 13. Ao ato da constituição da Fundação Nacional de Material Escolar deverá estar presente, como representante da União, o Ministro da Educação e Cultura, cabendo-lhe designar comissão incumbida de, no prazo de 30 (trinta) dias, elaborar o estatuto respectivo e submetê-lo à aprovação do Presidente da República.

Art. 14. Extinguindo-se por qualquer motivo a Fundação Nacional de Material Escolar, os seus bens serão incorporados ao Patrimônio da União.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

LEI Nº 5.328 — DE 4 DE OUTUBRO,
DE 1967

Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço dos servidores pertencentes a estabelecimentos de ensino superior antes de federalizados por leis especiais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os servidores, de qualquer categoria, pertencentes a estabelecimentos de ensino superior, antes da federalização dos mesmos por leis especiais que, também, asseguraram o seu aproveitamento no Serviço Público Federal, terão computado o seu tempo de serviço, desde que comprovado em certidão expedida pelo órgão de origem, apenas para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

LEI Nº 5.329 — DE 6 DE OUTUBRO
DE 1967

Revoga as Leis nºs 3.739, de 4 de abril de 1960, e 5.039, de 20 de junho de 1966 que autorizam o Poder Executivo a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nºs 3.739, de 4 de abril de 1960, e

5.039, de 20 junho de 1966, que autorizam o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Corumbá, no Estado de Mato Grosso, o imóvel de propriedade da União, situado na Rua 13 de junho, naquela cidade, ocupado pelo 22º Distrito de Portos e Vias Navegáveis.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.330 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1967

Inclui, nas isenções do imposto sobre produtos industrializados, material bélico e aeronaves de uso militar.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescentem-se, na Alteração 3.ª do art. 2º do Decreto-lei número 34, de 18 de novembro de 1966, os seguintes incisos:

“XXXVI — material bélico, quando de uso privativo das Forças Armadas e vendido à União;

XXXVII — as aeronaves de uso militar, suas partes e peças, quando vendidas à União”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

Antônio Delfim Netto

Márcio de Souza e Mello

LEI Nº 5.331 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1967

Inclui, na competência do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, atribuição do extinto Conselho Nacional de Economia.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluída na competência do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral a audiência de que tratam o art. 39 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e o art. 2º da Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Hélio Beltrão

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.332 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1967

Dispõe sobre o arrendamento de áreas aeroportuárias às empresas e pessoas físicas ou jurídicas ligadas às atividades aeronáuticas.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam dispensados do regime de concorrência pública os arrendamentos de áreas aeroportuárias destinadas às instalações para abrigo, reparação, abastecimento de aeronaves e outros serviços auxiliares, que interessarem diretamente às empresas ou pessoas físicas ou jurídicas concessionárias do serviço aéreo ou de serviços pertinentes à aviação, assim julgados pela autoridade competente.

§ 1º Incluem-se nas disposições deste artigo as áreas para despacho, escritório, oficinas e depósitos.

§ 2º As instalações mencionadas poderão ser feitas em áreas reservadas dos aeroportos, subordinadas porém ao pagamento das taxas previstas no Decreto-lei nº 270, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 2º Os arrendamentos serão formalizados mediante contratos, com prazo máximo de 5 (cinco) anos, e poderão ser renovados a juízo da autoridade competente.

Art. 3º A autoridade competente poderá, nos casos que julgar conveniente e mediante as condições que determinar, ceder aos concessionários áreas para construção de benfeitorias consideradas permanentes, que reverterão ao domínio da União, ao fim do prazo contratual, sem indenização de espécie alguma.

§ 1.º Nesses casos, o prazo da concessão deverá ser tal que permita a amortização do capital empregado na instalação.

§ 2º Caso o Governo necessite da área cedida, antes de expirado o prazo contratual, o concessionário fará jus a uma indenização correspondente ao capital ainda não amortizado.

Art. 4º A ampliação de instalações de que trata o artigo anterior, só poderá ser feita com aprovação da autoridade competente.

§ 1.º O acréscimo não importa em obrigação do Governo de indenizar nem prorrogar o prazo de reversão, salvo quando for autorizado com essa condição especificamente.

§ 2º Seja qual for o valor do acréscimo a prorrogação só poderá ocorrer uma única vez e por tempo que não exceda de um quinto do prazo contratual.

Art. 5º Aos arrendatários que se dediquem à exploração de serviços ou atividades semelhantes, é assegurado o direito de receber áreas iguais às de maior dimensão já concedidas a outra empresa de atividade semelhante, comprovada a necessidade.

Art. 6º As taxas de arrendamento serão fixadas anualmente, tomando por base o metro quadrado, e cobradas mensalmente.

Art. 7º O Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica, regulamentará o processamento dos contratos referidos nesta Lei, observada

a legislação vigente para os casos não especificados.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Márcio de Souza e Mello

LEI Nº 5.333 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1967

Exige o atestado de vacinação contra a poliomielite para a concessão de visto consular, das crianças de 3 (três) meses a 6 (seis) anos de idade.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para a concessão de visto consular, de entrada no País, a menores entre 3 (três) meses a 6 (seis) anos de idade, inclusive, é necessário comprovar, por meio de atestado médico ou certificado fornecido pelas autoridades sanitárias do país de origem, a aplicação da vacina contra a poliomielite.

Art. 2º Os menores brasileiros que retornem ao País, sem que tenham sido vacinados quando de sua saída para o exterior, e os nascidos fora do Brasil, desde que filhos de brasileiros, também estão sujeitos a comprovar a vacinação contra a poliomielite.

Art. 3º Nos atestados médicos ou nos certificados, deverá constar expressamente a declaração das doses já aplicadas em cada criança.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

José de Magalhães Pinto

Leonel Miranda

LEI Nº 5.334 — DE 12 DE OUTUBRO
DE 1967

Estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os reajustamentos de que trata o artigo 19 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, quando relativos às locações a que se refere o artigo 18 da mesma lei, não poderão ser percentualmente superiores ao aumento do maior salário-mínimo no país.

Art. 2º No caso dos reajustamentos regulados no artigo 24 da Lei nº 4.494, o limite estabelecido no artigo 1º ficará elevado de 10% (dez por cento) sobre o aluguel anterior ao reajustamento, até que se complete cento e vinte meses da data da citada lei.

§ 1º Completados os cento e vinte meses de que trata este artigo, as locações serão ajustadas ao nível do "aluguel corrigido e atualizado" definido no § 2º do artigo 24 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

§ 2º Os reajustamentos de que trata este artigo continuam sujeitos ao disposto no Decreto-lei nº 6, de 14 de abril de 1966.

Art. 3º O disposto nos artigos 1º e 2º desta Lei não se aplica às locações livremente convencionadas e às locações para fins não residenciais, de que tratam respectivamente, os artigos 17 e 28 da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965.

Parágrafo único. Ficam sujeitos às disposições do artigo 17 da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, todos os imóveis que estejam vagos na data desta lei, bem como os que futuramente venham a vagar.

Art. 4º Observadas as condições e os limites fixados pelo Banco Nacional da Habitação, as Caixas Econômicas e demais entidades do sistema financeiro de habitação poderão destinar até 40% (quarenta por cento) de suas aplicações no setor Habitacional a empréstimos a inquilinos para aquisição do imóvel em que resi-

dam, qualquer que seja a data de concessão do "habite-se".

Art. 5º Nas locações para fins não residenciais será assegurado ao locatário o direito a purgação da mora, nos mesmos casos e condições previstos na lei para as locações residenciais, aplicando-se o disposto neste artigo aos casos *sub judice*.

Art. 6º Ficam revogados os artigos 31 e 32 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

Art. 7º Fica atribuída ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral a competência para fixar os índices de preços e coeficientes de correção monetária, anteriormente atribuídos ao extinto Conselho Nacional de Economia.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Helio Antonio Scarabôto

Hélio Beltrão

LEI Nº 5.335 — DE 12 DE OUTUBRO
DE 1967

Dá a denominação de Via Prestes Maia à BR-101, do Plano Rodoviário Nacional.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se Via Prestes Maia a Rodovia BR-101, do Plano Rodoviário Nacional.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Mário David Andreazza

LEI Nº 5.336 — DE 16 DE OUTUBRO
DE 1967

Abre, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de NCr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros novos) para atender, no corrente exercício, a despesas com gratificações na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Salarial.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social o crédito especial de NCr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros novos), para atender, no corrente exercício, a despesas com gratificações na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Salarial.

Art. 2º Como fonte de receita para o atendimento deste crédito, fica anulada igual quantia dos recursos orçamentários vigentes atribuídos à unidade Departamento Nacional de Salarário — 3.0.0.0 — Despesas Correntes 3.1.0.0 — Despesas de Custeio — 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros — 07.00 — Serviços de Divulgação, de Impressão e Encadernação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.337 — DE 16 DE OUTUBRO
DE 1967

Dispõe sobre a aplicação da multa prevista pelo art. 8º do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Não se aplicará multa a que se refere o art. 8º do Código

Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965) a quem se alistar até o dia 7 de agosto de 1968.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Helio Antonio Scarabóto

LEI Nº 5.338 — DE 16 DE OUTUBRO
DE 1967

Dá nova redação ao item 79-01, alíneas 001 e 002, da Seção XV da Tarifa que acompanha a Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O item 79-01, alíneas 001 e 002, da Seção XV da Tarifa que acompanha a Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, passa a ter a seguinte redação:

“79-01 — Em bruto, refinado ou não:

001 — lingote, linguado, massa bruta, pão e semelhante — 25%

002 — apara, limalha e sucata — 25%”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente e para esse único efeito o disposto no § 1º do art. 1º do Decreto-lei número 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Brasília, 16 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.339 — DE 18 DE OUTUBRO
DE 1967

Concede reajustamento de proventos da aposentadoria do ex-funcionário índio Tamoyo do Prado.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os proventos da aposentadoria do ex-funcionário índio Tamoyo do Prado, aposentado compulsoriamente por Decreto de 12 de agosto de 1959, a partir de 5 de janeiro de 1959, no cargo de Zelador, classe J, do Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Cultura, passam a corresponder "ex vi" do disposto no art. 63 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, aos do cargo de Oficial de Administração, código AF- 201-12.A.

Art. 2º As vantagens financeiras do reajustamento de que trata o artigo anterior prevalecem a partir de 1º de julho de 1960, e correspondem aos valores resultantes dessa Lei e de leis posteriores que concederam aumento geral, de vencimentos dos funcionários, e proventos dos aposentados, e serão revistas sempre que se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Tarso Dutra

LEI Nº 5.340 — DE 20 DE OUTUBRO
DE 1967

Prorroga, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a isenção de que tratam as letras b e c do item I do art. 1º da Lei nº 4.622, de 3 de maio de 1965.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º E' concedida prorrogação, por 24 (vinte e quatro) meses, do prazo estabelecido nas letras b e c do item I do art. 1º da Lei nº 4.622, de 3 de maio de 1965, que concede isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, para a importação de equipamentos de produção, com os respectivos acessórios, ferramentas e instrumentos, e de partes complementares sem similar nacional à época da importação e destinados à produção nacional de tratores agrícolas, máquinas rodoviárias e cultivadores motorizados.

Art. 2º A concessão dos estímulos previstos no artigo anterior se aplica somente aos bens importados de acordo com os projetos aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas (GEIMEC), da Comissão de Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio, com base nos planos de nacionalização estabelecidos.

Parágrafo único. Esta lei abrange os bens que tenham sido desembarcados nas Alfândegas mediante assinatura de termos de responsabilidade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1967, 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Antonio Delfim Netto
Edmundo de Macedo Soares

LEI Nº 5.341 — DE 27 DE OUTUBRO
DE 1967

Dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras pro-

vidências, passa a vigorar, com as seguintes alterações:

Alteração 1ª — ... VETADO...

Alteração 2ª — Acrescente-se ao artigo 63 os seguintes parágrafos:

“§ 4º Será publicado no órgão oficial ou, na falta deste, no órgão de maior circulação, ou, ainda, afixado na repartição, em local acessível ao público, edital anunciando o leilão, com indicação do local, dia e hora da sua realização em primeira, segunda e terceira praças e das espécies de mercadorias que serão oferecidas à licitação.

§ 5º O edital será publicado ou afixado com a antecedência mínima de oito dias da data da realização do leilão e dele deverão constar as condições, exigências e sanções estabelecidas em lei ou regulamento e, quando for julgado necessário para orientação dos interessados, o estado em que serão vendidas as espécies arroladas no edital.

§ 6º Quando se tratar de leilão de acentuado interesse comercial, dada a qualidade, quantidade, variedade e valor das mercadorias especificadas no edital, poderá o chefe da repartição autorizar a publicação de nota resumida anunciando a sua realização, desde que existam recursos para atender as respectivas despesas.

§ 7º O leilão poderá ser substituído, na forma do regulamento, por venda efetuada mediante concorrência pública, reservada à autoridade aduaneira o direito de anular qualquer concorrência, por despacho justificado, se houver justa causa.

§ 8º A venda em leilão ou concorrência pública poderá, quando for mais conveniente para os interesses da fazenda nacional, ser promovida em qualquer outra repartição, nos termos das normas baixadas pelo Departamento de Rendas Aduaneiras.”

Alteração 3ª — ... VETADO...

Alteração 4ª — O art. 68 e seu parágrafo único passam a vigorar nos seguintes termos:

“Art. 68. As mercadorias arroladas para leilão serão levadas a três praças e só serão consideradas arrematadas se na primeira praça

o maior lance atingir o valor da avaliação, na segunda, o valor estipulado para a primeira com abatimento de 15%, e, na terceira, o valor da segunda com redução de 20%.

Parágrafo único. Se não houver licitante em nenhuma das praças ou ofertas na terceira não atingirem o limite mínimo fixado neste artigo, o chefe da repartição dará conhecimento do fato ao Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras, para que este adote as providências que julgar mais convenientes aos interesses da fazenda nacional, seja determinando a realização de novo leilão, seja mandando proceder a nova avaliação em bases que se ajustem ao valor mínimo fixado para a segunda praça, ou, ainda, quando as circunstâncias o permitirem, autorizando a realização do leilão em outra repartição aduaneira.”

Alteração 5ª — O art. 70 e seus parágrafos passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 70. Nos leilões aduaneiros somente serão admitidos a licitar os importadores e comerciantes devidamente registrados no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda e a liberação da mercadoria arrematada somente será feita a contribuintes que comprovem, com documento hábil, não terem, no biênio anterior à realização do leilão, incorrido em sanções decorrentes da prática de delito, contravenção ou fraude fiscal ou cambial, devendo o atestado ou certidão substanciando essa prova ser baseado nos registros da repartição referentes aos pretendentes à licitação.

§ 1º No caso de mercadoria em unidade ou em diminuta quantidade, sem destinação comercial, poderão ser admitidas a licitar as pessoas naturais, atendidas as instruções que nesse sentido forem baixadas pelo Departamento de Rendas Aduaneiras.

§ 2º Fica excluídos da faculdade prevista no parágrafo anterior os funcionários públicos com exercício em repartição aduaneira, as pessoas interessadas na ação fiscal, os responsáveis incriminados no processo em que houver sido aplicada a pena de perda da

mercadoria levada a leilão, bem como os despachantes aduaneiros, os corretores de navios, seus ajudantes e prepostos."

Alterações 6ª — ... VETADO...

Art. 2º — ... VETADO...

Art. 3º — ... VETADO...

Parágrafo único — ... VETADO...

Art. 4º — ... VETADO...

Art. 5º — ... VETADO...

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de outubro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.342 — DE 28 DE OUTUBRO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério dos Transportes, o crédito especial de NCr\$ 391.000,00 (trezentos e noventa e um mil cruzeiros novos), para atender ao pagamento de despesas inadivels da Companhia Nacional de Navegação Costeira

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério dos Transportes, o crédito especial de NCr\$ 391.000,00 (trezentos e noventa e um mil cruzeiros novos), destinado a atender ao pagamento de despesas inadivels da Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de outubro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

Mário David Andreazza

LEI Nº 5.343 — DE 28 DE OUTUBRO
DE 1967

Altera a redação de artigos do Decreto-lei nº 313, de 7 de março de 1967, estabelece novos prazos e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º do Decreto-lei nº 313, de 7 de março de 1967, e seus incisos passam a ter a seguinte redação, suprimido o parágrafo único:

"Art. 2º O Q O Eng será constituído pelos:

1 — Oficiais-Generais do Quadro de Oficiais-Aviadores, da ativa, atualmente incluídos na Categoria de Engenheiros;

2 — Oficiais do Q O Av da ativa, atualmente incluídos na Categoria de Engenheiros;

3 — Oficiais do Q O Eng da Reserva de 2ª classe, convocados, em serviço ativo, na data da presente lei;

4 — Militares dos diversos Quadros de Oficiais e do Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica, da ativa, ainda que não incluídos na Categoria de Engenheiro, que, dentro do prazo estabelecido no art. 13, possuírem diploma de engenheiro reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura, nas especialidades fixadas em ato do Poder Executivo;

5 — Oficiais dos diversos Quadros, da ativa, atualmente matriculados no Instituto Militar de Engenharia (IME) e Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), de acordo com o previsto no art. 17."

Art. 2º O Capítulo II do Decreto-lei nº 313, de 7 de março de 1967 seus artigos 3º, 4º e 5º e respectivos parágrafos ficam insubsistentes.

Art. 3º O Capítulo III do referido Decreto-lei passa a ter o seguinte título:

"Ingresso inicial no Quadro de Oficiais-Engenheiros".

Art. 4º O art. 6º do Decreto-lei nº 313, de 7 de março de 1967, e seus parágrafos passam a ter a seguinte

redação, acrescentados os §§ 3º e 4º e suprimidos os incisos 1 e 2 do *caput*:

“Art. 6º Os oficiais de que tratam os incisos 1, 2, 3 e 4 do art. 2º serão incluídos no Q O Eng por opção, e mediante decreto, independentemente do número de vagas.

§ 1º O oficial incluído no Q O Eng, de acordo com este artigo, e considerado excedente do efetivo fixado para o posto, ficará agregado até que a vaga se verifique, quando então será numerado.

§ 2º A ordem de inclusão no Q O Eng será feita de acordo com a precedência hierárquica existente em 9 de março de 1967, de conformidade com o Estatuto dos Militares.

§ 3º O posto inicial para inclusão no Q O Eng é de Primeiro-Tenente.

§ 4º Os militares do Corpo de Pessoal Subalterno da Aeronáutica, da ativa, de que trata o inciso 4 do art. 2º, ingressarão no Q O Eng mediante ato do Poder Executivo e a requerimento do interessado ao Ministro da Aeronáutica, via Estado-Maior da Aeronáutica, depois de satisfazerem os requisitos previstos.

1 — São requisitos para os militares do Corpo de Pessoal Subalterno:

- a) conceito favorável;
- b) seleção fisiológica e psicológica;
- c) realizar, com aproveitamento, Curso ou Estágio de Adaptação para ingresso no Q O Eng.

2 — O Ministério da Aeronáutica baixará instruções para a organização e funcionamento do Curso ou Estágio de Adaptação e as medidas complementares que se fizerem necessárias.

3 — A ordem de inclusão no Q O Eng, para efeito de antiguidade, do pessoal previsto neste parágrafo, obedecerá à classificação final obtida no Curso ou Estágio de Adaptação.

4 — O pessoal previsto neste parágrafo será considerado Segundo-Tenente Estagiário, com destino ao Q O Eng, para efeito de vencimentos, uso de uniformes e

precedência hierárquica durante o Curso ou Estágio.

5 — Os militares que não obtiverem aproveitamento durante o Curso ou Estágio reverterão à situação anterior.

6 — O Ministro da Aeronáutica, em qualquer fase do funcionamento do Curso ou Estágio, mandará proceder o desligamento do estagiário, desde que o mesmo perca as condições iniciais exigidas para o ingresso no Q O Eng.”

Art. 5º O art. 8º e seu parágrafo passam a ter a redação abaixo, acrescentados dos §§ 2º e 3º:

“Art. 8º As condições peculiares para o acesso no Q O Eng serão estabelecidas por ato do Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta lei.

§ 1º Para a primeira promoção dentro do Q O Eng, os oficiais devem satisfazer as condições pertinentes aos respectivos Quadros de origem, desde que não haja tempo útil, a critério da Administração, para serem preenchidas aquelas que vierem a ser estabelecidas de acordo com este artigo.

§ 2º Para a segunda promoção será condição básica a realização de todos os concursos previstos, inclusive os que tenham deixado de ser atendidos.

§ 3º As demais promoções serão reguladas pela legislação em vigor para o Corpo de oficiais da Aeronáutica, da ativa.”

Art. 6º Os artigos 9º e 10 e seus parágrafos são tornados insubsistentes.

Art. 7º O artigo 11 passa a ter nova redação, acrescido de três parágrafos:

“Art. 11. A categoria do Engenheiro no Quadro de Oficiais-Aviadores fica em extinção para os postos de Oficiais-Generais e extinta para os demais postos a partir da data-limite de opção estabelecida na forma do art. 13 desta lei.

§ 1º Os oficiais previstos nos incisos 2, 3 e 5 do art. 2º desta lei, que não optarem pela sua inclusão no Q O Eng, permanecerão nos Quadros em que se encontram e serão numerados na medida da

ocorrência de vagas, obedecendo, no que for aplicável, às normas e exigências vigentes.

§ 2º Os Oficiais dos diversos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, uma vez incluídos no Q O Eng, poderão exercer atividades aéreas pertinentes ao quadro de origem, a critério da Administração.

§ 3º Os Oficiais dos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, previstos no art. 2º, que não optarem pela sua inclusão no Q O Eng, poderão exercer função privativa de Engenheiro, a critério da Administração.

Art. 8º A redação do art. 12 e seus incisos é substituída pela seguinte:

"Art. 12. Para a formação inicial do Q O Eng, serão para ele transferidos, por opção, os oficiais previstos nos incisos 1, 2, 3 e 4 do art. 2º".

Art. 9º Os prazos previstos no caput do art. 13 e em seu § 2º e no art. 18 passam a ser de 150, 180 e 90 dias, respectivamente, a contar da vigência desta lei.

Art. 10. O art. 15 passa a ter a seguinte redação, suprimidos o parágrafo único e seus incisos:

"Art. 15. Para fins de preenchimento das vagas iniciais nos diversos postos do Q O Eng, o número de promoções anuais não deverá exceder a um quinto do efetivo de cada posto, nos cinco primeiros anos a partir da constituição do Quadro."

Art. 11. O art. 16 passa a ter a seguinte redação, revogado o seu parágrafo único:

"Art. 16. As condições peculiares para formação normal de Engenheiros-Militares destinados ao Q O Eng, após a sua constituição inicial, serão fixadas por ato do Poder Executivo."

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de outubro de 1967, 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Márcio de Souza e Mello

LEI Nº 5.344 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1967

Altera o Fundo de Reserva criado pelo Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica alterado para NCr\$ 611.635.900,00 (seiscentos e onze milhões seiscentos e trinta e cinco mil e novecentos cruzeiros novos) o montante do Fundo de Reserva criado pelo Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, artigo 22, que passa a vigorar conforme a seguinte discriminação:

Subanexo do Orçamento de 1967	MINISTÉRIOS OU ÓRGÃOS	Fundo de Reserva NCr\$
4.01.00	Presidência da República	61.652.000
	Gabinete	228.000
4.01.01	Órgãos Dependentes	60.852.000
	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária	52.237.000
	Outros Órgãos Dependentes	8.615.000
4.01.02	Departamento Administrativo do Serviço Público ..	572.000
4.02.00	Estado Maior das Forças Armadas	655.000
4.03.00	Coordenação dos Organismos Regionais	75.412.000
4.03.01	Gabinete	329.000
4.03.02	Órgãos Dependentes	34.620.000
	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ..	32.514.000
	Outros Órgãos Dependentes	2.106.000
4.03.03	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ..	25.105.000
4.03.04	Superintendência de Valorização da Fronteira Sudoeste do País	1.484.000

		NCr\$
4.03.05	Comissão do Vale do São Francisco.....	10.417.000
	Outros	3.457.000
4.04.00	Ministério da Aeronáutica	24.134.000
4.05.00	Ministério da Agricultura	37.241.000
4.06.00	Ministério da Educação e Cultura	89.341.000
4.07.00	Ministério da Fazenda	116.838.000
4.08.00	Ministério da Guerra	20.267.000
4.09.00	Ministério da Indústria e do Comércio.....	476.000
4.10.00	Ministério da Justiça	4.356.000
4.11.00	Ministério da Marinha	8.343.000
4.12.00	Ministério das Minas e Energia	17.710.000
4.13.00	Ministério das Relações Exteriores	2.774.000
4.14.00	Ministério da Saúde	38.886.900
4.15.00	Ministério do Trabalho e Previdência Social.....	880.000
4.16.00	Ministério da Viação e Obras Públicas.....	112.670.000
	Total.....	611.635.900

Art. 2º Os Ministérios e Órgãos diretamente subordinados à Presidência da República deverão apresentar a discriminação da alteração do Fundo de Reserva de que trata esta lei, ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, que a encaminhará ao Ministério da Fazenda.

Art. 3º Fica o Tesouro Nacional autorizado a realizar operações de crédito, mediante colocação de letras e outros títulos de sua responsabilidade, até o limite de NCr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros novos).

Parágrafo único. Inclui-se, no montante autorizado neste artigo, a colocação dos títulos referidos junto ao Banco Central do Brasil, de acordo com o que preceituam os §§ 1º e 2º do artigo 49 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, bem como o § 2º do artigo 7º do Decreto-lei nº 96, de 30 de dezembro de 1966.

Art. 4º Ficam liberados os recursos de NCr\$ 11.635.900,00 (onze milhões seiscentos e trinta e cinco mil e novecentos cruzeiros novos), relativos ao Acêdo "C" do Subanexo do Ministério da Saúde, incluídos no Fundo de Reserva criado pelo Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

Art. 5º As disposições constantes da presente lei destinam-se à cobertura das despesas decorrentes de novos créditos incorporados à programação de desembolso de Caixa do Tesouro Nacional no exercício de 1967.

Art. 6º Fica elevado para 15% (quinze por cento) o limite estabelecido no artigo 16 da Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de outubro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antonio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Helio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.345 — DE 3 DE NOVEMBRO
DE 1967

Dispõe sobre a Justiça Federal de primeira instância, alterando a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, modificada pelo Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São introduzidas na Lei número 5.010, de 30 de maio de 1966, que organizou a Justiça Federal de primeira instância, alterada pelo Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967, as seguintes modificações:

a) o item IX do art. 13 da Lei número 5.010, de 30 de maio de 1966, introduzido pelo item II do art. 1º do Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com o seguinte texto:

“IX — requisitar força federal ou estadual necessária ao cumprimento de suas decisões;”

b) a alínea 2 do item XIII do artigo 1º do Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com o seguinte texto:

“2) Nas Seções Judiciárias do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Sergipe, um cargo de Distribuidor-Contador;”

c) a modificação do art. 36 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, constante do final do item IV do art. 1º do Decreto-lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967, constitui o item V do referido art. 1º.

d) o item sobre a 3ª Região Judiciária Nordeste, constante do art. 2º da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, passa a ter a seguinte redação:

“3ª. Nordeste: Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Território de Fernando de Noronha, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.”

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

LEI Nº 5.346 — DE 3 DE NOVEMBRO
DE 1967

Altera dispositivos do Código Penal, visando a proteger serviços de utilidade pública.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O item III do parágrafo único do art. 163 do Código Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

“III — contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista.”

Art. 2º É acrescentado ao art. 180 do Código Penal o seguinte parágrafo:

“§ 4º No caso dos bens e instalações do patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista adquiridos dolosamente:

Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa de 1 (um) a 5 (cinco) salários-mínimos do maior vigente no País.”

Art. 3º É acrescentado ao art. 265 do Código Penal o seguinte parágrafo:

“Parágrafo único. Aumentar-se-á a pena de 1/3 (um terço) até a metade, se o dano ocorrer em virtude de subtração de material essencial ao funcionamento dos serviços.”

Art. 4º A presente Lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

LEI Nº 5.347 — DE 3 DE NOVEMBRO
DE 1967

Concede pensão especial aos doutores Orozimbo Corrêa Neto e Esperidião Gabínio de Carvalho, ex-médicos da Comissão Rondon, e da outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida aos doutores Orozimbo Corrêa Neto e Esperidião Gabínio de Carvalho, ex-médicos da antiga Comissão Rondon, a pensão especial de NCr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros novos) mensais.

Parágrafo único. Com o falecimento do beneficiário a pensão reverterá, exclusivamente, em favor do cônjuge sobrevivente.

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta dos recursos próprios destinados a pagamento de pensionistas da União e consignados ao orçamento do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.348 — DE 3 DE NOVEMBRO
DE 1967

Revoga o art. 3º do Decreto-lei número 212, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre medidas de segurança sanitária do País.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o art. 3º do Decreto-lei nº 212, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre medidas de segurança sanitária do País.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Leonel Miranda

LEI Nº 5.349 — DE 3 DE NOVEMBRO
DE 1967

Dá nova redação ao Capítulo III do Título IX do Código de Processo Penal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo único. O Capítulo III do Título IX do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941), passa a ter a seguinte redação:

“CAPÍTULO III

Da Prisão Preventiva

Art. 311. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou do querelante, ou mediante representação da autoridade policial.

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova de existência do crime e indícios suficientes da autoria.

Art. 313. A prisão preventiva poderá ser decretada:

I — nos crimes inafiançáveis;

II — nos crimes afiançáveis, quando se apurar no processo que o indiciado é vadio ou quando, havendo dúvida sobre a sua identidade, não fornecer ou indicar elementos suficientes para esclarecê-la;

III — nos crimes dolosos, embora afiançáveis, quando o réu tiver sido condenado por crime da mesma natureza, em sentença transitada em julgado.

Art. 314. A prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato nas condições do art. 19, ns. I, II ou III do Código Penal.

Art. 315. O despacho que decretar ou denegar a prisão preventiva será sempre fundamentado.

Art. 316. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem".

Brasília, 3 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

LEI Nº 5.350 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1967

Estende aos funcionários da Polícia Civil dos Estados e Territórios Federais, ocupantes de cargos de atividade policial, o regime de prisão especial estabelecido pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estendido aos funcionários da Polícia Civil dos Estados e Territórios Federais, ocupantes de cargos de atividade policial, o regime de prisão especial estabelecido pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965; em seu art. 40 e respectivos parágrafos, para os funcionários da Polícia Civil da União e do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília 6 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

LEI Nº 5.351 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1967

Retifica a relação nominal a que se refere o artigo 2º da Lei nº 1.564, de 1º de março de 1952, que altera, sem aumento de despesa, as carreiras de Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º Fica incluído na relação nominal a que se refere o art. 2º da Lei nº 1.564, de 1º de março de 1952, que altera, sem aumento de despesa, as carreiras de Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, o nome de Inocêncio Vieira dos Santos, ocupante do cargo da classe F da carreira de Marinheiro, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério.

Art. 2º A vigência desta lei será contada a partir de 5 de março de 1952.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.352 — DE 8 DE NOVEMBRO
DE 1967

Institui o "Dia Nacional da Saúde"

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o "Dia Nacional da Saúde", a ser comemorado, anualmente, a 5 de agosto, com a finalidade de promover a educação sanitária e despertar, no povo, a consciência do valor da saúde.

Art. 2º Os Ministérios da Saúde e da Educação e Cultura, na esfera das respectivas atribuições, organizarão e farão executar os planos para cumprimento do estatuído nesta Lei.

Parágrafo único. Sem prejuízo de outras comemorações, nos estabelecimentos federais de ensino de qualquer grau, a primeira hora dos trabalhos escolares do "Dia Nacional da Saúde" será dedicada a recordar a vida de Osvaldo Cruz e suas realizações, sendo, pelo Ministério da Educação e Cultura, estabelecidos entendimentos com as autoridades estaduais e municipais a fim de que igual orientação seja adotada nas escolas a elas subordinadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de novembro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra
Leonel Miranda

LEI Nº 5.353 — DE 8 DE NOVEMBRO
DE 1967

Dispõe sobre a criação, no Ministério da Educação e Cultura, de 9 (nove) Prêmios Literários Nacionais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados, no Ministério da Educação e Cultura, os Prê-

mios Literários Nacionais, destinados a distinguir obras publicadas e inéditas, em língua vernácula.

Art. 2º Os Prêmios Literários Nacionais para Obras Publicadas, em número de 6 (seis), terão as seguintes denominações:

- 1 — Prêmios Instituto Nacional do Livro de Ficção (Romance, Novela, Conto);
- 2 — Prêmio Instituto Nacional do Livro de Poesia;
- 3 — Prêmio Instituto Nacional do Livro de Teatro;
- 4 — Prêmio Instituto Nacional do Livro de Estudos Brasileiros;
- 5 — Prêmio Instituto Nacional do Livro de História do Brasil;
- 6 — Prêmio Instituto Nacional do Livro de Ensaio Literário, Crítica Literária e Lingüística.

Art. 3º Os Prêmios Literários Nacionais para Obras Inéditas, em número de 3 (três), destinar-se-ão aos gêneros Ficção, Poesia e Ensaio Literário, e terão as seguintes denominações:

- 1 — Prêmio Jorge de Lima — Poesia;
- 2 — Prêmio José Lins do Rêgo — Ficção (Romance, Conto e Novela); e
- 3 — Prêmio Mário de Andrade — Ensaio Literário ou Filosófico.

Art. 4º Os Prêmios Literários Nacionais para Obras Publicadas de Ficção (Romance, Novela, Conto), de Poesia e de Estudos Brasileiros serão concedidos nos anos ímpares; e os de Teatro, de História do Brasil e de Ensaio Literário, Crítica Literária e Lingüística, nos anos pares.

Art. 5º Os Prêmios Jorge de Lima, José Lins do Rêgo e Mário de Andrade, para Obras Inéditas, serão concedidos anualmente.

Art. 6º Os Prêmios Literários Nacionais para Obras Publicadas terão, cada uma, a dotação inicial de NCr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos).

Parágrafo único. O valor destes Prêmios será revisto periodicamente, de modo a manter-se o mesmo equi-

valente a 50 (cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 7º Os Prêmios Literários Nacionais para Obras Inéditas terão a dotação inicial indivisível de NCr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos).

Parágrafo único. O valor destes Prêmios será revisto periodicamente de modo a manter-se o mesmo equivalente a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 8º As Comissões Julgadoras dos Prêmios Literários Nacionais para Obras Publicadas e Obras Inéditas deverão ser constituídas, cada uma delas, por 3 (três) intelectuais de renome, nomeados pelo Ministro da Educação e Cultura, mediante indicação de 1 (um) pelo Conselho Federal de Cultura e 2 (dois) outros pelo Diretor do Instituto Nacional do Livro.

Art. 9º No Orçamento Geral da União serão incluídas, à conta do Instituto Nacional do Livro, as dotações necessárias ao atendimento dos encargos decorrentes da presente Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

LEI Nº 5.354, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1967

Isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, material importado pela Sociedade Telefônica de Franca Ltda. e destinado à ampliação de uma central telefônica sistema A.G.F.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, para o material importado pela Sociedade Telefônica de Franca Ltda., sediada em Franca, Estado de São Paulo, ao amparo da Guia de Importação DG-67/10.465 e anexo e do Aditivo DG-67/3.223 da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., respectivamente, de 6 e 20 de abril do corrente ano e destinado à ampliação de 1.500 linhas de uma central telefônica, sistema AGF.

Art. 2º Os favores fiscais previstos nesta Lei não abrangem os materiais com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.355 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1967

Altera dispositivos da Lei nº 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 2º e suas alíneas a e b, do art. 4º da Lei nº 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951, modificada pelas Leis números 3.399, de 11 de junho de 1958 e 4.300, de 23 de dezembro de 1963, passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Poderão ingressar no Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, desde que satisfaçam requisitos a serem estabelecidos em Regulamento desta Lei:

a) Mediante concurso de seleção e posterior curso de Engenharia;

I — Oficiais do Corpo da Armada;

II — Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais e do Corpo de Intendentes da Marinha, por necessidade do serviço e a critério da Administração Naval.

b) Mediante concurso de admissão, por necessidade do serviço e a critério da Administração Naval, desde que diplomados pelos Institutos, Faculdades e Escolas de Engenharia do país, oficialmente reconhecidos pelo Governo Federal ou engenheiros, cujos diplomas venham a ser reconhecidos pelo Governo Federal, mesmo quando formados em Institutos, Faculdades e Escolas de Engenharia do estrangeiro:

I — Primeiros e Segundos Tenente:

— do Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha;

— do Quadro de Oficiais Auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais;

— oriundos do Centro de Instrução para Oficiais da Reserva da Marinha ou Escola de Formação de Oficiais para a Reserva da Marinha.

II — Suboficiais e Sargentos.

III — Civis"

Art. 2º Ao Art. 4º da Lei nº 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951, fica acrescentado o § 3º com a seguinte redação:

"§ 3º A colocação do ingressante será após o oficial mais moderno do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais".

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

LEI Nº 5.356 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1967

Revoga o Decreto-lei nº 142, de 2 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre o Plano Rodoviário Nacional

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o Decreto-lei nº 142, de 2 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre o Plano Rodoviário Nacional.

Art. 2º São restabelecidas, em todos os seus termos, as disposições das Leis nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964, e nº 4.906, de 17 de dezembro de 1965.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Mário David Andreazza

LEI Nº 5.357 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1967

Estabelece penalidades para embarcações e terminais marítimos ou fluviais que lançarem detritos ou óleo em águas brasileiras, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As embarcações ou terminais marítimos ou fluviais de qualquer natureza, estrangeiros ou nacionais, que lançarem detritos ou óleo nas águas que se encontrem dentro, de uma faixa de 6 (seis) milhas marítimas do litoral brasileiro, ou nos rios, lagoas e outros tratos de água, ficarão sujeitos às seguintes penalidades:

a) as embarcações, à multa de 2% (dois por cento) do maior salário-mínimo vigente no território nacional, por tonelada de arqueação ou fração;

b) os terminais marítimos ou fluviais, à multa de 200 (duzentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no território nacional.

Parágrafo único. Em caso de reincidência a multa será aplicada em dobro.

Art. 2º A fiscalização desta Lei fica a cargo da Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha, em estreita cooperação com os diversos órgãos federais ou estaduais interessados.

Art. 3º A aplicação da penalidade prevista no art. 1º e a contabilidade da receita dela decorrente far-se-ão de acordo com o estabelecido no Regulamento para as Capitânicas de Portos.

Art. 4º A receita proveniente da aplicação desta lei será vinculada ao Fundo Naval, para cumprimento dos programas e manutenção dos serviços necessários à fiscalização da observância desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

José Moreira Maia

LEI Nº 5.358 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1967

Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1968.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O orçamento do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1968, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita em NCr\$ 373.701.927,00 (trezentos e setenta e três milhões, setecentos e um mil, novecentos e vinte sete cruzeiros novos) e fixa a Despesa em igual valor, respeitado o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 2º A Receita do Distrito Federal será realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras receitas ordi-

nárias e extraordinárias, na forma da legislação em vigor e de acôrdo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	NCr\$
Impostos	108.863.000,00
Taxas	711.000,00
Contribuições de Melhoria	1.000,00
Receita Patrimonial	11.000,00
Receita Industrial	24.000,00
Transferências Correntes	160.521.927,00
Receitas Diversas	1.730.000,00
Total das Receitas Correntes	271.861.927,00
RECEITAS DE CAPITAL	NCr\$
Transferências de Capital	101.840.000,00
Total das Receitas de Capital	101.840.000,00
Total Geral da Receita	373.701.927,00

Art. 3º A Despesa do Distrito Federal será efetuada na forma dos quadros anexos e distribuída pelas Unidades Orçamentárias abaixo especificadas:

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	NCr\$
Gabinete do Prefeito	1.288.410,00
Departamento de Turismo e Recreação	1.673.400,00
Procuradoria-Geral	1.750.206,00
Secretaria do Governo	2.578.451,00
Região Administrativa — I — Brasília	420.000,00
Região Administrativa — II — Gama	527.100,00
Região Administrativa — III — Taguatinga	684.600,00
Região Administrativa — IV — Brazlândia	210.000,00
Região Administrativa — V — Sobradinho	591.800,00
Região Administrativa — VI — Planaltina	394.406,00
Região Administrativa — VII — Paranoá	126.100,00
Região Administrativa — VIII — Jardim	126.100,00
Secretaria de Administração	9.745.698,00
Secretaria de Finanças	23.543.811,00
Secretaria de Agricultura e Produção	16.916.850,00
Secretaria de Educação e Cultura	35.038.659,00
Secretaria de Saúde	44.478.447,00
Secretaria de Serviços Sociais	20.538.933,00
Secretaria de Viação e Obras	147.806.394,00
Secretaria de Serviços Públicos	16.900.468,00
Secretaria de Segurança Pública	47.073.198,00
Tribunal de Contas do Distrito Federal	1.298.896,00
Total Geral da Despesa	373.701.927,00

Art. 4º A aplicação das dotações inscritas nos quadros mencionados no art. 3º, far-se-á mediante orçamentos analíticos organizados para cada anexo, até 31 de dezembro do ano em curso.

§ 1º Os orçamentos analíticos serão publicados obrigatoriamente no *Diário Oficial* da União e poderão ser alterados até 29 de outubro.

Art. 5º Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a:

I — Realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Tributária;

II — Abrir os créditos suplementares que se fizerem necessários, até o limite de 100% (cem por cento) da Receita Tributária orçada; mediante Decreto e de acordo com o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III — Firmar convênio com a União para administração e cobrança dos tributos previstos na presente Lei.

Art. 6º A Receita a que se refere a presente Lei será arrecadada de acordo com o disposto no Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966 — Código Tributário do Distrito Federal.

Art. 7º As dotações de pessoal e material bem como as destinadas ao pagamento de água, luz e telefone, das diversas unidades orçamentárias poderão ser movimentadas pelos órgãos próprios da Secretaria de Administração do Distrito Federal, segundo o disposto no art. 36 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º No decorrer do exercício, os recursos destinados aos Programas, Subprogramas e Metas poderão ser alterados, respeitado o total da Despesa por unidade orçamentária e obedecidos os limites máximos, para cada elemento da despesa.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1968, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Os anexos integrantes desta Lei, citados no art. 1º, foram publicados no *Diário Oficial* de 24-11-67 (Suplemento).

LEI Nº 5.359 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1967

Transfere um cargo da Série de Classes de Técnico de Administração, nível 22-C, do Departamento Administrativo do Pessoal Civil para o Ministério da Fazenda.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica transferido um cargo da Série de Classes de Técnico de Administração, nível 22-C, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Departamento Administrativo do Pessoal Civil para a Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.360 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1967

Concede deduções da contribuição devida ao INDA, prevista no art. 3º do Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os contribuintes a que se refere o art. 7º da Lei nº 2.313, de 23 de setembro de 1955, que tenham seus imóveis rurais situados nas regiões de zoneamento III e IV, conforme definidas no art. 43 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, quando também contribuintes de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, terão a partir do exercício financeiro de 1967, nos seis primeiros anos de aplicação do disposto no art. 3º do Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966, as seguintes deduções:

- a) 50% nos três primeiros anos; e
- b) 30% nos três anos seguintes.

Art. 2º É prorrogada, até 31 de janeiro de 1968, sem multa e sem correção monetária, a cobrança do Imposto Territorial Rural e das contribuições para o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA.)

Parágrafo único. Fica igualmente prorrogado, até 30 de junho de 1968, sem multa e correção monetária, o prazo de cadastramento voluntário dos proprietários rurais.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Ivo Arzuva Pereira

LEI Nº 5.361 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a doar, à Cruz Vermelha Internacional, até 1.000 (mil) sacas de café

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É autorizado o Poder Executivo a doar até 1.000 (mil) sacas de café à Cruz Vermelha Internacional, através do Instituto Brasileiro do Café em Beirute, República do Líbano, à conta dos estoques oficiais, para distribuição às populações árabes e israelitas vitimadas pela guerra do Oriente Próximo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

José Fernandes de Lima

LEI Nº 5.362 — DE 30 DE NOVEMBRO
DE 1967

Modifica artigos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os arts. 6º e 14 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação, mantidos os respectivos parágrafos:

“Art. 6º. O Conselho Monetário Nacional será integrado pelos seguintes membros:

I — Ministro da Fazenda, que será o Presidente;

II — Presidente do Banco do Brasil S. A.;

III — Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

IV — Sete (7) membros nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros, com mandato de sete (7) anos, podendo ser reconduzidos.”

“Art. 14. O Banco Central do Brasil será administrado por uma Diretoria de cinco (5) membros, um dos quais será o Presidente, escolhidos pelo Conselho Monetário Nacional dentre seus membros mencionados no inciso IV do art. 6º desta Lei.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

LEI Nº 5.363 — DE 30 DE NOVEMBRO
DE 1967

Regula, nos termos do art. 183 da Constituição, a complementação da mudança de órgãos da Administração Federal para a Capital da União, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A transferência de órgãos e servidores da Administração Federal para Brasília, tar-se-a com observância das diretrizes da Reforma Administrativa e, especialmente, do princípio de descentralização executiva.

Art. 2º. Deverá localizar-se na Capital da União o núcleo central da Administração Federal assum entendidos os órgãos e servidores incumbidos:

I — do assessoramento direto ao Presidente da República;

II — do planejamento e coordenação geral das atividades da Administração Federal;

III — do assessoramento direto aos Ministros de Estado e do planejamento, coordenação e controle superior das atividades a cargo de cada Ministério.

Art. 3º. Em decorrência do art. 2º, localizar-se-ão necessariamente em Brasília:

I — os Ministros de Estado;

II — os Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República;

III — a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional;

IV — a Chefia e a Agência Central do Serviço Nacional de Informações;

V — o Estado-Maior das Forças Armadas;

VI — a Diretoria-Geral do DASP — Departamento Administrativo do Pessoal Civil;

VII — a Consutoria Geral da República;

VIII — o Núcleo Central de cada Ministério, incumbido das funções referidas no inciso III do art. 2º.

§ 1º. A definição dos órgãos e servidores abrangidos pelo inciso VIII deste artigo será feita, em cada caso, por ato do Presidente da República, uma vez realizados os trabalhos de revisão, descentralização, simplifica-

ção e reestruturação de que trata o título XIII do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

§ 2º. Localizar-se-ão ainda em Brasília as unidades e organizações das Forças Armadas que forem definidas por ato do Presidente da República, tendo em vista as conveniências de segurança nacional.

Art. 4º. Observado o disposto nos artigos anteriores, a complementação da mudança, para a Capital da União, dos órgãos da Administração Federal, deverá realizar-se até 31 de março de 1970.

Art. 5º. A fim de que possam concentrar-se nas atividades superiores de planejamento, coordenação e controle, que lhes competem, os órgãos e servidores integrantes do núcleo central da Administração Federal deverão permanecer liberados das atividades meramente executivas e das decisões rotineiras de casos individuais, que deverão ser deferidas a órgãos regionais ou locais, em regime descentralizado.

Art. 6º. Os servidores efetivos que, na data da publicação desta Lei, se encontrarem em exercício, na qualidade de requisitados, em órgãos do conjunto administrativo do Distrito Federal, poderão optar pelo ingresso no quadro provisorio, em cargo de atribuições iguais ou equivalentes às que estiverem efetivamente exercendo.

§ 1º. A opção de que trata este artigo será manifestada por escrito, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da vigência desta Lei e deverá ser apreciada no interesse exclusivo da Administração, ouvido o órgão de origem, quando se tratar de servidor estadual ou municipal.

§ 2º. A aceitação da opção ficará condicionada em qualquer caso à existência de vaga e à verificação do cumprimento das exigências fundamentais para o exercício do cargo.

Art. 7º. A orientação e coordenação geral das providências de que trata esta Lei caberá ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, competindo à CODEBRAS — Coordenação do Desenvolvimento de Brasília — com base no Plano Diretor de Transferência a que se refere o item I do art. 2º, do Decreto-lei nº 302, de 28 de fevereiro de 1967, as providências necessárias à efetivação da transferência dos órgãos e servidores de que trata esta Lei, in-

clusive as relativas à moradia dos servidores transferidos.

Parágrafo único. A construção dos prédios públicos destinados à instalação dos órgãos federais permanece sob a responsabilidade da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 8º. Para execução do Plano Diretor de Transferência, serão utilizados:

1 — recursos orçamentários específicos, destinados à CODEBRAS — Coordenação do Desenvolvimento de Brasília — aos Ministérios, aos órgãos subordinados à Presidência da República e à Prefeitura do Distrito Federal.

11 — recursos destinados à construção de residências, provenientes do Fundo Rotativo Habitacional de Brasília, com personalidade contábil, gerido pela CODEBRAS — Coordenação do Desenvolvimento de Brasília

Art. 9º. O Banco Nacional de Habitação poderá efetuar, dentro de suas normas operacionais, empréstimos à CODEBRAS — Coordenação do Desenvolvimento de Brasília — para reforço do Fundo Rotativo Habitacional de Brasília.

Art. 10. Não poderão ser objeto de alienação os imóveis de propriedade da União e dos órgãos da Administração Indireta, destinados à moradia de ocupantes de cargo em comissão.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
 Luis Antonio da Gama e Silva
 Augusto Hamann Rademaker
 Grünewald
 Aurélio de Lyra Tavares
 José de Magalhães Pinto
 Antonio Delfim Netto
 Mario David Andreazza
 Ivo Arzua Pereira
 Tarso Dutra
 Járbas G. Passarinho
 Marcio de Souza e Mello
 Leonel Miranda
 José Costa Cavalcanti
 José Fernandes de Luna
 Helio Beltrão
 Afonso A. Lima
 Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.364 — DE 1 DE DEZEMBRO
DE 1967

Autoriza a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — a alienar lotes rurais de sua propriedade no Distrito Federal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — órgão vinculado à Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, autorizada a alienar os Lotes Rurais Agropecuários e os Lotes Rurais de Exploração Industrial de sua propriedade a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado assegurados na venda os direitos dos legítimos ocupantes.

Art. 2º Nenhuma pessoa física ou jurídica, por si ou por outrem, poderá adquirir mais de um lote rural da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — admitida, apenas como exceção, a aquisição de até dois lotes rurais, com a autorização do Prefeito do Distrito Federal.

Parágrafo único. A exceção será feita somente para possibilitar a realização de empreendimentos de maior vulto ou que exijam maiores áreas para a sua implantação.

Art. 3º As condições de venda e os preços dos lotes rurais a serem alienados, bem como os novos planos de loteamento, serão submetidos pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — à aprovação do Prefeito do Distrito Federal.

Art. 4º Tornar-se-ão indivisíveis os lotes rurais alienados por força desta lei e somente poderão ser explorados de acordo com as finalidades constantes do contrato.

Art. 5º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1.º de dezembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Luís Antonio da Gama e Silva

LEI Nº 5.365 — DE 1 DE DEZEMBRO
DE 1967

Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criada a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO — entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior.

§ 1º A área de atuação da SUDECO compreende os Estados de Goiás e Mato Grosso.

§ 2º A área que, em virtude do disposto no parágrafo anterior e no artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, resultar comum à SUDECO e à SUDAM, permanecerá, para efeito de aplicação de estímulos fiscais, sujeita à legislação e normas que regem a SUDAM.

§ 3º A sede e fóro da SUDECO serão estabelecidos no Distrito Federal, enquanto não fixada por lei, em cidade situada na área da jurisdição da autarquia, atendidos os requisitos técnicos pertinentes e o critério de interiorização.

Art. 2º Compete à SUDECO elaborar, em entendimentos com os Ministérios e órgãos federais atuantes na área e, tendo em vista as diretrizes gerais do planejamento governamental, os Planos Diretores do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, que observarão a seguinte orientação:

a) realização de programas e pesquisas e levantamentos do potencial econômico da Região, como base para a ação planejada a curto e a longo prazo;

b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado com a fixação de polos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;

c) concentração de recursos em áreas selecionadas em função do seu potencial e da sua população;

d) formação de grupos populacionais estáveis, tendentes a um processo de auto-sustentação;

e) fixação de populações regionais especialmente no que concerne às zonas de fronteiras;

f) adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;

g) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura como base de sustentação das populações regionais;

h) ordenamento da exploração das diversas espécies e essências nobres nativas da Região, inclusive através da silvicultura e aumento da produtividade da economia extrativista, sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável;

i) ampliação das oportunidades de formação de mão-de-obra e treinamento de pessoal especializado necessário ao desenvolvimento da Região;

j) aplicação coordenada dos recursos federais da administração centralizada e descentralizada, e das contribuições do setor privado e fontes externas;

l) coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento, implantação e expansão de infra-estrutura econômica e social, reservando à iniciativa privada as atividades agropecuárias, industriais, mercantis e de serviços básicos rentáveis;

m) coordenação de programas de assistência técnica e financeira nacional, estrangeira ou internacional, a órgãos ou entidades da Administração Federal na parte referente a normas e princípios do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

§ 1º Os planos Diretores serão executados em etapas plurianuais, substanciados e aprovados em decreto e revisados anualmente.

§ 2º O Orçamento da União consignará, em cada exercício, os recursos financeiros suficientes aos encargos do Governo Federal com a execução do Plano.

Art. 3º Compete ainda à SUDECO:

a) elaborar os Planos Diretores, previstos no § 1º do artigo anterior, acompanhar a sua execução e promover as revisões anuais, tendo em vista os resultados obtidos;

b) opinar sobre as propostas orçamentárias dos órgãos federais na parte em que se referirem a programas incluídos nos Planos Diretores;

c) desempenhar, em geral, as suas atribuições de órgão coordenador de programas de desenvolvimento regional, de acordo com o disposto nesta lei e em seu Regulamento.

Art. 4º São órgãos da SUDECO:

- a) Conselho Deliberativo;
- b) Secretaria Executiva.

Art. 5º São atribuições do Conselho Deliberativo:

a) manifestar-se sobre os Planos Diretores e suas revisões;

b) acompanhar a execução dos Planos Diretores e apreciar periodicamente os resultados obtidos;

c) decidir sobre as propostas do Superintendente relativas à alienação de bens imóveis que por lei ou programa tenham essa destinação;

d) aprovar acordos, convênios e contratos pertinentes a obras ou serviços não constantes do Plano Diretor;

e) aprovar a proposta de orçamento-programa a ser submetida ao Ministério do Interior;

f) aprovar as normas, tabelas de salários e gratificações, e o quadro de pessoal da SUDECO, e submetê-los ao Ministro do Interior, para aprovação do Presidente da República;

g) aprovar a estrutura da Secretaria Executiva e as atribuições dos órgãos que a integram, respeitados as normas e os princípios do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

h) emitir parecer sobre as contas do superintendente, sobre os balancetes e o balanço anual da Autarquia.

Parágrafo único. O Poder Executivo disporá sobre a remuneração dos membros do Conselho Deliberativo, que será fixado por sessão a que comparecerem, bem como sobre a forma pela qual deverá ele deliberar.

Art. 6º O Conselho Deliberativo será constituído pelo Superintendente da SUDECO, que o presidirá, e pelos representantes das seguintes entidades:

a) Ministérios da Agricultura, Comunicações, Educação e Cultura, Fazenda, Indústria e Comércio, Minas e Energia, Planejamento, Saúde e Transportes;

b) Estado-Maior das Forças Armadas;

c) Estado de Goiás e Mato Grosso;

d) Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Art. 7º Compete à Secretaria Executiva:

- a) apresentar ao Conselho Deliberativo propostas sobre os assuntos da competência desse órgão;
- b) cumprir e fazer cumprir as resoluções do Conselho;
- c) apresentar ao Conselho Deliberativo e ao Ministro do Interior relatório periódico sobre o desenvolvimento do Plano Diretor;
- d) elaborar plano de emergência, em caso de calamidade pública.

Parágrafo único. O Superintendente da SUDECO será o responsável pela Secretaria Executiva, auxiliado por um Superintendente-Adjunto.

Art. 8º Cabe ao Superintendente representar a SUDECO ativa e passivamente, em juízo e fora dele.

Art. 9º Os serviços da SUDECO serão atendidos:

- a) por pessoal próprio contratado exclusivamente sob o regime da legislação trabalhista;
- b) por servidores federais, estaduais ou municipais, inclusive autárquicos e de empresas públicas ou de economia mista, requisitados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. Os servidores de que trata a letra "b" deste artigo poderão optar entre a percepção dos vencimentos e vantagens correspondentes ao do cargo de origem ou pelos salários e vantagens a que fizerem jus de acordo com as normas de pessoal da SUDECO.

Art. 10. A SUDECO exercerá as suas atividades conformando-se às leis e regulamentos gerais pertinentes à administração indireta, no que lhe forem aplicáveis, especialmente as normas e diretrizes do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 11. Considerar-se-á extinta, na data da instalação da SUDECO, a Fundação Brasil Central, instituída nos termos do Decreto-lei número 5.878, de 4 de outubro de 1943, transferindo-se, automaticamente, para a SUDECO o respectivo acervo patrimonial, recursos orçamentários e extra-orçamentários, bem como serviços.

Parágrafo único. A SUDECO examinará os acordos, contratos, ajustes ou convênios firmados pela Fundação Brasil Central, ratificando-os, modificando-os ou rescindindo-os, nos termos da legislação vigente.

Art. 12. O quadro de pessoal da Fundação Brasil Central, integrado pelos servidores amparados pela Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, será absorvido pela SUDECO, na forma estabelecida pelo Poder Executivo, quando da extinção da entidade mencionada no artigo anterior.

§ 1º O quadro a que se refere este artigo é considerado em extinção a operar-se gradativamente, de acordo com as normas a serem fixadas no Regulamento desta lei.

§ 2º Os servidores do quadro em extinção passarão a prestar seus serviços à SUDECO, de acordo com o regime legal que lhes é próprio, podendo, entretanto, optar pelo regime da legislação trabalhista, a juízo da Administração, conforme Regulamento a ser estabelecido.

§ 3º O Poder Executivo poderá determinar o aproveitamento do pessoal referido neste artigo em outros órgãos da administração direta ou indireta, consoante artigo 99 do Decreto-Lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967 ou mediante convenio, colocá-los à disposição de Estados e Municípios.

Art. 13. Observadas a legislação e normas em vigor, a SUDECO, por proposta do Superintendente, aprovada pelo Conselho Deliberativo, poderá contrair empréstimo no País ou no exterior, para acelerar ou assegurar a integral execução de programas e projetos previstos no Plano Diretor.

§ 1º A operação de que trata este artigo poderá ser garantida pela SUDECO, com seus próprios recursos.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a dar garantia do Tesouro Nacional às operações de crédito internas ou externas, referidas neste artigo.

§ 3º Os recursos destinados à amortização e ao pagamento de juros relativos às operações de crédito contratadas pela SUDECO constarão do Orçamento-programa da autarquia.

Art. 14. A SUDECO poderá promover a desapropriação de bens por necessidade ou utilidade pública ou por interesses social quando necessária a realização de suas finalidades, em sua área de atuação.

Art. 15. Ressalvada a necessidade excepcional de contratação de técnicos especializados, reconhecida expressamente pelo Presidente da República, nenhuma admissão de pessoal será feita na Autarquia sem que se verifique, previamente, no centro de redistribuição de pessoal a existência de servidor que possua a qualificação exigida (artigo 99, § 5.º Decreto-Lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967).

Art. 16. A SUDECO encaminhará ao Poder Executivo, com base em levantamento de dados econômicos da área e em conformidade com as diretrizes da política financeira, a proposta de criação de um banco de desenvolvimento para a Região Centro-Oeste.

Parágrafo único. Enquanto não instituído o estabelecimento bancário previsto neste artigo, a Superintendência escolherá a agência ou agências financeiras necessárias a execução de planos ou programas, mediante condições estipuladas em convênios, ouvido o Conselho Deliberativo e submetida a escolha a prévia aprovação dos Ministérios da Fazenda e do Interior.

Art. 17 ... VETADO ...

Art. 18. A SUDECO poderá criar e manter escritórios regionais onde julgar conveniente, mediante a aprovação do Conselho Deliberativo.

Art. 19. Os recursos constantes de planos ou programas e as verbas específicas ou globais, da SUDAM e SUDESUL, destinadas à área da SUDECO, serão aplicados em regime de convênio entre os órgãos interessados, pela SUDECO.

Art. 20. O artigo 2º do Decreto-Lei número 301, de 28 de fevereiro de 1967, passa a ter a seguinte redação :

"Art. 2º A Região Sul, para os efeitos deste Decreto-Lei, compreende os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul".

Art. 21. O Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste e a Superintendência da Fronteira Sudoeste (SUDESUL) passam a denominar-se respectivamente, Plano de Desenvolvimento da Região Sul, e Superintendência da Região Sul (SUDESUL).

Art. 22. O Poder Executivo baixará, em execução desta Lei, o Regulamento da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Art. 23. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Afonso A. Lima

Fernando Ribeiro do Val

LEI Nº 5.366 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1967

Concede pensão especial ao cidadão brasileiro Leopoldo Jacob Arnt, ex-proprietário da antiga Navegação Arnt Ltda., do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida pensão mensal especial, equivalente a duas vezes o maior salário-mínimo vigente no País, ao cidadão brasileiro Leopoldo Jacob Arnt, ex-proprietário da antiga Navegação Arnt Ltda., do Rio Grande do Sul.

Art. 2º As despesas decorrentes do pagamento da pensão ora concedida correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º A pensão concedida por esta lei no caso de falecimento do beneficiário, será assegurada à sua esposa e devida a partir da data da ocorrência do falecimento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Fernando Ribeiro do Val

LEI N.º 5.367 — DE 1.º DE DEZEMBRO
DE 1967

Concede pensão especial à família do Inspetor Eletrotécnico Arlete de Souza.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida à família de Arlete de Souza, falecido a 11 de julho d. 1965, quando se encontrava em tratamento de moléstia adquirida no desempenho de suas atribuições nas selvas do Território Federal de Rondônia, uma pensão especial correspondente ao vencimento do cargo de Inspetor Eletrotécnico, que exercia à data do evento.

Art. 2.º A União integralizará quaisquer pensões a que por lei tenha direito a família do servidor, a fim de que seja assegurada a pensão a que se refere o art. 1.º.

Art. 3.º A qualidade de beneficiário e a respectiva ordem de preferência, assim como os casos de reversão e perda da pensão especial, regem-se pela legislação do Montepio Civil.

Art. 4.º A pensão será sempre atualizada pela tabela de vencimento em vigor.

Art. 5.º As despesas decorrentes do pagamento da pensão ora concedida correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1 de dezembro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

A. COSTA E SILVA

Fernando Ribeiro do Val

LEI N.º 5.368 — DE 1 DE DEZEMBRO
DE 1967

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, reformula alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Ficam majorados em 20% (vinte por cento), a partir de 1.º de janeiro de 1968, os padrões, símbolos e valores de retribuição fixados nas tabelas anexas ao Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

Parágrafo único. Para os inativos e os pensionistas de que trata o artigo 4.º do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, aplicar-se-á a mesma percentagem a que se refere este artigo.

Art. 2.º Os valores de retribuição do pessoal a que alude o artigo 3.º, e suas alíneas, do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, atendido o disposto no artigo 20 e seus parágrafos, do mesmo decreto-lei, serão revistos com observância das bases e condições estipuladas no artigo 1.º e seu parágrafo único desta lei.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, serão compensados os aumentos concedidos, a qualquer título, por entidades da Administração Indireta, no decurso de 1967, de forma a que, a partir de janeiro de 1968, a majoração não exceda a 20%, relativamente a janeiro de 1967.

Art. 3.º A partir da vigência da presente lei, a redução do complemento de vencimentos e vantagens, na forma do artigo 33 e seu § 1.º, da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, bem como do artigo 3.º, e respectivo parágrafo único, da Lei nº 4.531, de 8 de dezembro de 1964, será de 5% (quinze por cento) sobre os aumentos ou reajustamentos salariais.

Art. 4.º O salário-família passará a ser pago na base de NC\$ 12,00 (doze cruzeiros novos) mensais por dependente.

Art. 5.º O disposto nesta lei, excetuado o seu artigo 4.º, não se aplica aos servidores beneficiados pelo arti-

go 1º do Decreto-lei nº 146, de 3 de fevereiro de 1967.

Art. 6º O § 1º do Artigo 35 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, alterado pelo Decreto-lei nº 177, de 16 de fevereiro de 1967, fica acrescido da letra *f*, com a seguinte redação:

“*f*) gratificação prevista no artigo 18 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964.”

Art. 7º Continuam em vigor todos os preceitos do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, e do Decreto-lei nº 177, de 16 de fevereiro de 1967, ressalvado o disposto nesta lei e no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 8º As alíquotas da tabela anexa à Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, com as modificações posteriores passam a ser as seguintes, conservadas as demais:

a) Alínea V, Capítulo 22, posições: 22.02, 24%; 22.03, 55%; 22.05: inciso 1, 55%; inciso 2, 20%; 22.06, 28%; 22.07: inciso 1, 24%; inciso 2, 40%; 22.08, 8%; 22.09: inciso 1, 8%; inciso 2, 30%; inciso 3, 55%; inciso 4, 40%; inciso 5, 45%; inciso 6, 30%; inciso 7, 75%; inciso 8, 45%; 22.10: inciso 1, 12%; inciso 2, 18%;

b) Alínea IX, Capítulo 33, posições: 33.01 a 33.04, 12%; 33.06: inciso 2, 30%; inciso 3, 50%; Capítulo 34, posições: 34.01: inciso 1, 30%; inciso 2, 8%; inciso 3, 15%; inciso 4, 8%; 34.02 a 34.07, 15%; Capítulo 36, posições: 36.01, 24%; 36.02: inciso 2, 18%; 36.03 e 36.04, 18%; 36.05, 60%; 36.06, 24%; 36.07: inciso 1, 45%; inciso 2, 30%; 36.08: inciso 1, 45%; inciso 2, 20%; Capítulo 37, posições: 37.01 e 37.02, 18%; 37.03: inciso 1, 12%; inciso 2, 5%; 37.04 e 37.05, 5%; 37.06, 24%; 37.07, 8%; 37.08, 18%; Capítulo 39, posições: 39.01, 10%; ... 39.02 a 39.06, 12%; 39.07: inciso 1, 12%; inciso 2, 16%; Capítulo 40, posições: 40.07, 15%; 40.08 e 40.09, ... 12%; 40.10 a 40.13, 15%; 40.14, 18%; 40.15: inciso 1, 8%; inciso 2, 5%; 40.16, 18%;

c) Alínea XI, Capítulo 42, posições: 42.01 a 42.06, 18%; Capítulo 43, posições: 43.02: inciso 1, 24%; inciso 2, 60%; 43.04, 60%;

d) Alínea XIII, Capítulo 48, posições: 48.01: inciso 1, 6%; inciso 2, 12%; 48.02 a 48.07, 12%; 48.08 a ... 48.21, 15%; Capítulo 49, posições: ...

49.05, 15%; 49.07: inciso 1, 15%; ... 49.08 a 49.10, 15%; 49.11: inciso 2, 15%;

e) Alínea XIV, Capítulo 58, posições: 58.01 a 58.03, 26%; 58.04 a ... 58.08, 18%; 58.09 e 58.10, 24%;

f) Alínea XV, Capítulo 65, posições: 65.01 a 65.07, 18%; Capítulo 66, posições: 66.01 a 66.03, 18%; Capítulo 67, posições: 67.01: inciso 1 18%; 67.02 a 67.04, 18%; 67.05, 24%;

g) Alínea XVII, Capítulo 71, posições: 71.01, 30%; 71.02: inciso 1, 12%; 71.03 e 71.04, 12%; 71.05 a 71.10, ... 18%; 71.11, 15%; 71.12: incisos 1 e 2, 18%; 71.13: inciso 1, 18%; inciso 2, 24%; 71.15, 24%; 71.16, 24%;

h) Alínea XIX, Capítulo 84, posições: 84.12: incisos 1 e 2, 24%; 84.15: inciso 1, 20%; inciso 2 e 3, ... 15%; 84.17: inciso 1, 15%; incisos 2 e 3, 8%; 84.18: inciso 1, 20%; incisos 2 e 3, 8%; 84.19: inciso 1, 20%; incisos 2 e 3, 8%; 84.40: inciso 1, 20%; incisos 2 e 3 8%; 84.51 a 84.54, ... 18%; 84.55: incisos 1 e 2, 18%; 84.58: incisos 1 e 2, 18%; Capítulo 85, posições: 85.06: incisos 1 e 2, 20%; 85.07: incisos 1 e 2, 20%; 85.12: inciso 2, 20%; 85.15: incisos 1 e 2, 20%;

i) Alínea XX, Capítulo 87, posições: 87.02: inciso 1: subincisos: 01, 24%; 02, 28%; 03, 30%; inciso 2, 20%; inciso 3: subincisos: 01, 10%; 02, 16%; inciso 4: subincisos 01 e 02, 12%; 87.03 a 87.05, 12%; 87.06: inciso 2, 12%; 87.07: incisos 1 e 2, 12%; 87.09: inciso 1, 15%; inciso 2, 24%; 87.10, 15%; 87.12, 12%; 87.13: incisos 1 e 2, 15%; 87.14: incisos 1 e 2, 12%;

j) Alínea XXI, Capítulo 90, posições: 90.01 e 90.02, 15%; 90.03: incisos 1 e 2, 15%; 90.04: incisos 1 e 2, 15%; 90.05, 18%; 90.06: incisos 1 e 2, 15%; 90.07 a 90.10, 18%; 90.11 a 90.29, 15%; Capítulo 91, posições: 91.01: incisos 1 e 2, 18%; 91.02: inciso 1, 24%; inciso 2, 18%; inciso 3, 24%; 91.03 a 91.08, 18%; 91.09: inciso 1, 24%; inciso 2, 18%; 91.10: inciso 1, 24%; inciso 2, 18%; 91.11, 18%; Capítulo 92, posições: 92.01, 24%; 92.02 a 92.11, 24%; 92.12: inciso 1, 8%; inciso 2, 15%; 92.13, 24%;

l) Alínea XXII, Capítulo 93, posições: 93.01 e 93.02, 30%; 93.04 e 93.05, 30%; 93.06, 18%; 93.07, 30%;

m) Alínea XXIII, Capítulo 94, posições: 94.01 a 94.04, 15%; Capítulo 95, posições: 95.01 a 95.08, 24%; Capítulo 96, posições: 96.01 a 96.06,

15%; Capítulo 97, posições: 97.01 a 97.03, 18%; 97.04, inciso 1, 60%; incisos 2 e 3, 18%; 97.05 a 97.08, 18%; Capítulo 98, posições 98.01 e 98.02, 18%; 98.03: inciso 1, 30%; inciso 2, 20%; 98.04: inciso 1, 24%; inciso 2, 18%; 98.05 a 98.09, 18%; 98.10: inciso 1, 45%; inciso 2, 30%; 98.11: inciso 1, 30%; inciso 2, 24%; 98.12 e 98.13, 18%; 98.14: inciso 1, 24%; inciso 2, 18%; 98.15, 15%; 98.16, 18%;

n) Alínea VII, Capítulo 24, posição: 24.02, incisos: 1, 15%; 2, 365, 63%; 3, 10%; 4, 30%; 5, 15%.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a promover a correção dos valores estabelecidos para as classes constantes da alteração 29, observação 1.ª do Decreto-lei 34, de 18.11.66, ajustando inclusive o percentual tributável fixado na observação 6.ª da mesma alteração, a fim de evitar elevações desnecessárias nas margens operacionais da indústria e do varejo.

Art. 9.º Para atender às despesas decorrentes desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Ministério da Fazenda, o crédito até o limite de NCr\$ 826.000.000,00 (oitocentos e vinte e seis milhões de cruzeiros novos), suplementar às dotações próprias do Orçamento e com vigência até 31 de dezembro de 1968.

Art. 10. A despesa a que se refere o artigo anterior será coberta com o produto da elevação das ali-

quotas de que trata o artigo 8.º e seu parágrafo único desta Lei.

Art. 11. Os Podêres Judiciário e Legislativo, mediante Lei ou Resolução de sua iniciativa, utilizarão, se entenderem conveniente, o saldo eventual resultante da diferença entre a receita e a despesa prevista para reajustar os vencimentos dos seus servidores, observado o percentual fixado no art. 1.º e seu parágrafo, desta Lei.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1968, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1.º de dezembro de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

A. COSTA E SILVA
 Luis Antonio da Gama e Silva
 Augusto Hamman Rademaker
 Grunewald
 Aurélio de Lyra Tavares
 José de Magalhães Pinto
 Fernando Ribeiro do Val
 Mario David Andreazza
 Ivo Arzua Pereira
 Tarso Dutra
 Jarbas G. Passarinho
 Marcio de Souza e Mello
 Leonel Miranda
 José Costa Cavalcanti
 José Fernandes de Luna
 Hélio Beltrão
 Afonso A. Lima
 Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.369 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1967

Prorroga, por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo estabelecido no art. 11 da Lei nº 5.276, de 24 de abril de 1967, que dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica prorrogado, por 180 (cento e oitenta) dias o prazo estabelecido no art. 11 da Lei nº 5.276, de 24 de abril de 1967, para que os diplomados em curso de Nutricionista e Dietista requeiram o registro profissional de seu diploma.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de dezembro de 1967; 146ª da Independência e 79ª da República.

A. COSTA E SILVA
 Jarbas G. Passarinho
 Tarso Dutra
 Leonel Miranda

LEI Nº 5.370 — DE 5 DE DEZEMBRO
DE 1967

Fixa data para a realização das Convenções para eleição do Diretório Nacional e dos Diretórios Regionais e Municipais, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As Convenções Municipais para eleição dos Diretórios Municipais dos Partidos, que serão organizados nos termos da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), serão realizadas no primeiro domingo de julho de 1969, realizando-se no quarto domingo de julho e no quarto domingo de setembro de 1969, respectivamente as Convenções Regionais e Nacional para eleição dos Diretórios Regionais e do Diretório Nacional dos Partidos.

Art. 2º Até a eleição dos Diretórios Municipais, nos termos e prazos estabelecidos nesta Lei, os Diretórios Municipais serão organizados, independentemente de filiação partidária, pelos Diretórios Regionais dos Partidos, nos municípios em que os mesmos não hajam sido constituídos ou tenham sido destituídos ou dissolvidos, e exercerão competência plena para a escolha e registro de candidatas a funções eletivas municipais.

Parágrafo único. A competência dos Diretórios Regionais para organizar Diretórios Municipais poderá ser delegada às respectivas Comissões Executivas.

Art. 3º Os membros dos Diretórios Nacional e Regionais e das respectivas Comissões Executivas poderão, em suas faltas e impedimentos, indicar os respectivos substitutos que exercerão a função na sua plenitude.

Art. 4º As atuais Comissões Diretoras Regionais, Comissão Diretora Nacional, Gabinetes Executivos Regionais e Gabinete Executivo Nacional passam a denominar-se respectivamente, Diretórios Regionais, Diretório Nacional, Comissões Executivas Regionais e Comissão Executiva Nacional.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de dezembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

LEI Nº 5.371 — DE 5 DE DEZEMBRO
DE 1967

Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Governo Federal autorizado a instituir uma fundação, com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, denominada "Fundação Nacional do Índio", com as seguintes finalidades:

I — estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, baseada nos princípios a seguir enumerados:

- a) respeito à pessoa do índio e as instituições e comunidades tribais;
- b) garantia à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nela existentes;
- c) preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio, no seu contacto com a sociedade nacional;
- d) resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma a que sua evolução sócio-econômica se processe a salvo de mudanças bruscas;

II — gerir o Patrimônio Indígena, no sentido de sua conservação, ampliação e valorização;

III — promover levantamentos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre o índio e os grupos sociais indígenas;

IV — promover a prestação da assistência médico-sanitária aos índios;

V — promover a educação de base apropriada do índio visando à sua

progressiva integração na sociedade nacional;

VI — despertar, pelos instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indigenista;

VII — exercer o poder de polícia nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção do índio.

Parágrafo único. A Fundação exercerá os poderes de representação ou assistência jurídica inerentes ao regime tutelar do índio, na forma estabelecida na legislação civil comum ou em leis especiais.

Art. 2º O patrimônio da Fundação será constituído:

I — pelo acervo do Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.), do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (C.N.P.I.) e do Parque Nacional do Xingu (P.N.X.);

II — pelas dotações orçamentárias e créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

III — pelas subvenções e doações de pessoas físicas, entidades públicas e privadas nacionais, estrangeiras e internacionais;

IV — pelas rendas e emolumentos provenientes de serviços prestados a terceiros;

V — pelo dízimo da renda líquida anual do Patrimônio Indígena;

§ 1º Os bens, rendas e serviços da Fundação são isentos de impostos federais, estaduais e municipais, de conformidade com a letra "c", item III, do art. 20 da Constituição.

§ 2º O Orçamento da União consignará, em cada exercício, recursos suficientes ao atendimento das despesas da Fundação;

§ 3º A Fundação poderá promover a obtenção de cooperação financeira e assistência técnica internas ou externas, públicas ou privadas, coordenando e adequando a sua aplicação aos planos estabelecidos.

Art. 3º As rendas do Patrimônio Indígena serão administradas pela Fundação tendo em vista os seguintes objetivos:

I — emancipação econômica das tribos;

II — acréscimo do patrimônio rentável;

III — custeio dos serviços de assistência ao índio;

Art. 4º A Fundação terá sede e fóro na Capital Federal e se regerá por Estatutos aprovados pelo Presidente da República.

§ 1º A Fundação será administrada por um Conselho Diretor, composto de pessoas de ilibada reputação, representantes de órgãos públicos ou entidades interessadas e escolhidas na forma dos Estatutos.

§ 2º A Fundação ficará vinculada ao Ministério do Interior, ao qual caberá promover o ato de sua instituição, nos termos da Lei.

Art. 5º A Fundação, independentemente da supervisão ministerial prevista no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, prestará contas da gestão do Patrimônio Indígena ao Ministério do Interior.

Parágrafo único. Responderá a Fundação pelos danos que os seus empregados causarem ao Patrimônio Indígena, cabendo-lhe ação regressiva contra o empregado responsável, nos casos de culpa ou dolo.

Art. 6º Instituída a Fundação, ficarão automaticamente extintos o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e o Parque Nacional do Xingu (PNX).

Art. 7º Os quadros de pessoal dos órgãos a que se refere o artigo anterior serão considerados em extinção, a operar-se gradativamente, de acordo com as normas fixadas em Decreto.

§ 1º Os servidores dos quadros em extinção passarão a prestar serviços à Fundação, consoante o regime legal que lhes é próprio, podendo, entretanto, optar pelo regime da legislação trabalhista, a juízo da Diretoria da Fundação, conforme normas a serem estabelecidas em Decreto do Poder Executivo.

§ 2º O tempo de serviço prestado à Fundação em regime trabalhista, na forma do parágrafo anterior, será contado como de serviço público para os fins previstos na legislação federal.

§ 3º A Fundação promoverá o aproveitamento em órgãos federais e, mediante convênio, nos Estados e Municípios, dos servidores referidos neste

artigo, que não forem considerados necessário aos seus serviços, tendo em vista o disposto no art. 99 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 8º A Fundação poderá requisitar servidores federais, estaduais e municipais, inclusive autárquicos, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. Os Servidores requisitados na forma deste artigo poderão optar pelo regime trabalhista peculiar à Fundação, durante o período em que permaneçam à sua disposição, contando-se o tempo de serviço assim prestado para efeito de direitos e vantagens da função pública.

Art. 9º As dotações orçamentárias consignadas ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e ao Parque Nacional do Xingu (PNX), no Orçamento da União, serão automaticamente transferidas para a Fundação, na data de sua instituição.

Art. 10. Fica a Fundação autorizada a examinar os acordos, convênios, contratos e ajustes firmados pelo SPI, CNPI, e PNX, podendo ratificá-los modificá-los ou rescindi-los sem prejuízo ao direito adquirido por ter-

ceiros; ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, nos termos do artigo 150 e §§ 3º e 2º da Constituição do Brasil.

Parágrafo único — ... VETADO ...

Art. 11. São extensivos à Fundação e ao Patrimônio Indígena os privilégios da Fazenda Pública, quanto à impenhorabilidade de bens, rendas e serviços, prazos processuais, ações especiais e executivas, juros e custas.

Art. 12. Cumpre à Fundação elaborar e propor ao Poder Executivo Anteprojeto de Lei, a ser encaminhado ao Congresso, sobre o Estatuto Legal do Índio Brasileiro.

Art. 13. No prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, O Ministro do Interior, ouvida a Procuradoria-Geral da República, submeterá ao Presidente da República o projeto dos Estatutos da Fundação Nacional do Índio.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de dezembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Afonso de A. Lima.

LEI Nº 5.372 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1967

Estende às sociedades concessionárias de serviço público de energia elétrica cujo controle acionário tiver sido ou vier a ser adquirido pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS, o disposto no artigo 16 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Estende-se às sociedades concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo controle acionário tiver sido ou vier a ser adquirido pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS, o disposto no art. 16 da Lei nº 3.890-A, de 21 de abril de 1961.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições de leis especiais referentes à constituição e funcionamento das sociedades aludidas no artigo anterior e que impliquem em limitação aos poderes de suas Assembléias Gerais, quanto à reforma dos respectivos estatutos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de dezembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
José Costa Cavalcanti

LEI Nº 5.373 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1967

Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1968, discriminado pelos Anexos integrantes desta Lei, e elaborado de acordo com a Seção VI do Capítulo VI do Título I da Constituição do Brasil, estima a Receita em NCr\$ 13.590.786.118,00 (treze bilhões, quinhentos e noventa milhões, setecentos e oitenta e seis mil cento e dezoto cruzeiros novos), e fixa a Despesa em igual importância.

Art. 2º Sera a Receita realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações do Anexo 1, de acordo com o seguinte desdobramento:

		NCr\$
1 — RECEITA DO TESOURO		
1.1 — RECEITAS CORRENTES		10.484.950.678
Receita Tributaria	10.002.768.231	
Receita Patrimonial	47.404.000	
Receita Industrial	117.344.656	
Receitas Diversas	327.433.212	
Transferências Correntes	580	
1.2 — RECEITA DE CAPITAL		602.692.801
Total		11.097.643.279
2 — RECEITA DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (exclusive transferências do Tesouro)		
2.1 — RECEITAS CORRENTES		1.249.408.839
2.2 — RECEITAS DE CAPITAL		1.243.734.000
Total		2.493.142.839
Total Geral		13.590.786.118

Art. 3º A Receita da União é revigorada e cobrada, segundo os textos legais, enumerados na Constituição Federal, na legislação da Receita, na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e na legislação complementar.

Art. 4º A despesa sera realizada segundo a discriminação constante do Anexo 2, que apresenta a programação setorial do Governo, e dos Anexos 3 a 5, que detalham a composição da despesa pelos Poderes da União.

		NCr\$
2 — POR PROGRAMAS		
110 — Administração	1.483.065.362	
130 — Agropecuaria	349.744.385	
150 — Assistência e Previdência	1.161.776.057	
170 — Colonização e Reforma Agraria	60.604.878	
190 — Comércio	13.251.039	
210 — Comunicações	342.365.000	
230 — Defesa e Segurança	1.711.875.706	
250 — Educação	850.842.521	
270 — Energia	354.958.126	
290 — Habitação e Planejamento Ur- bano	139.153.449	

310 — Indústria	417.857.505	
330 — Política Exterior	119.240.349	
350 — Saúde e Saneamento	507.951.640	
370 — Transporte	2.042.018.091	
390 — Recursos Naturais	21.939.171	
410 — Programação a cargo dos Estados e Municípios	1.521.000.000	
430 — Programação a cargo dos Órgãos da Administração Indireta	2.493.142.839	
Total	13.590.786.118	
3 — PODER LEGISLATIVO E ÓRGÃOS AUXILIARES ..		141.657.955
01 — Câmara dos Deputados	85.701.000	
02 — Senado Federal	42.955.000	
03 — Tribunal de Contas da União	13.001.955	
4 — PODER JUDICIÁRIO		140.381.940
01 — Supremo Tribunal Federal	6.750.000	
02 — Tribunal Federal de Recursos ..	11.554.000	
03 — Justiça Militar	12.374.760	
04 — Justiça Eleitoral	39.555.480	
05 — Justiça do Trabalho	54.543.200	
06 — Justiça Federal	5.970.000	
07 — Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	9.634.500	
5 — PODER EXECUTIVO		10.815.603.384
01 — Presidência da República	158.848.436	
02 — Ministério da Aeronáutica	631.151.818	
03 — Ministério da Agricultura	300.456.901	
04 — Ministério das Comunicações ..	328.666.000	
05 — Ministério da Educação e Cultura	859.427.890	
06 — Ministério do Exército	1.090.431.000	
07 — Ministério da Fazenda	3.426.937.131	
08 — Ministério da Indústria e do Comércio	26.323.969	
09 — Ministério do Interior	618.966.439	
10 — Ministério da Justiça	100.241.500	
11 — Ministério da Marinha	532.589.077	
12 — Ministério das Minas e Energia ..	313.278.177	
13 — Ministério das Relações Exteriores	134.543.152	
14 — Ministério da Saúde	300.918.817	
15 — Ministério do Trabalho e Previdência Social	130.166.677	
16 — Ministério dos Transportes	1.862.656.400	
DESPESAS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (Recursos Próprios)	2.493.142.839	
Total	13.590.786.118	

Art. 5º A aplicação dos recursos discriminados no artigo anterior far-se-á de acordo com os Programas estabelecidos para as unidades orçamentárias e para as entidades da Administração Indireta.

Art. 6º As unidades orçamentárias da Administração Direta organizarão, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação desta lei, quadros de detalhamento dos projetos e atividades segundo o esquema da despesa, os quais deverão ser publicados, obrigatoriamente, no *Diário Oficial*.

Parágrafo único. Se necessário, os quadros referidos neste artigo poderão ser alterados, até 31 de outubro de 1968, respeitados os limites máximos para cada elemento de despesa.

Art. 7º O Poder Executivo encaminhará, semestralmente, ao Congresso Nacional balancete da receita e despesas orçamentária, indicando os recursos liberados segundo programas, subprogramas, projetos ou atividade.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, a fim de se obter, na execução, o equilíbrio orçamentário preconizado pela Constituição Federal.

Art. 9º O Balanço Geral da União apresentará a despesa orçamentária discriminada por projetos e atividades e por elementos de despesa conforme os quadros orçamentários e a legislação complementar.

Art. 10. Fica o Tesouro Nacional autorizado a realizar operações de crédito, mediante colocação de Letras e outros títulos de sua responsabilidade até o limite de NCr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros novos) para realização do equilíbrio orçamentário nos termos dos itens I e II do art. 63 da Constituição do Brasil.

Parágrafo único. Inclui-se, no montante autorizado neste artigo, a colocação dos títulos referidos junto ao Banco Central do Brasil, de acordo com o que preceituam os §§ 1º e 2º do art. 49 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, bem como o § 2º do art. 7º do Decreto-lei nº 96, de 30 de dezembro de 1966.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares no decorrer do exercício de 1968, até o limite de 10% (dez por cento) da receita tributária, na forma dos arts. 7º e 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e a realizar operação de crédito nos termos do art. 69 da Constituição.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de dezembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademacker Grunewald

Aurêlio de Lyra Tavares

Jose de Magalhães Pinto

Fernando Ribeiro do Val

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Favorino Bastos Mercio

Jarbas G. Passarinho

Marcio de Souza e Melo

Leonel Miranda

Jose Costa Cavalcanti

Jose Fernandes de Luna

Helio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

Os anexos integrantes desta lei estão publicados em Suplemento.

LEI Nº 5.374 — DE 7 DE DEZEMBRO
DE 1967

Altera dispositivos da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os arts. 1º, 11, 13, 14, 15, § 1º, 16; 20; 30; 38; 39, § 1º, 42, 43, 45 e 48 da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia obedecerá às seguintes disposições da presente Lei.

Art. 11. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, dirigida por um Superintendente, é assim constituída:

a) Conselho Deliberativo;

b) Secretaria Executiva, integrada de Unidades Administrativas.

Art. 13. Compete ao Superintendente o exercício dos poderes que a legislação lhe conferir e especialmente:

a) praticar todos os atos necessários ao bom desempenho das atribuições conferidas à SUDAM;

b) encaminhar ao Ministro de Estado o Regimento Interno e estrutura da Secretaria Executiva para homologação;

c) submeter à apreciação do Conselho Deliberativo os planos e suas revisões anuais;

d) representar a autarquia ativa e passivamente em juízo e fora dele;

e) delegar atribuições ao Secretário-Executivo.

Parágrafo único. O Secretário-Executivo é o substituto eventual do Superintendente, e desempenhará as funções que por este lhe forem cometidas.

Art. 14. Compete ao Conselho Deliberativo:

a) ... VETADO ...

b) acompanhar a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia através de relatórios periódicos apresentados pelo Superintendente;

c) recomendar a adoção de medidas tendentes a facilitar ou acelerar a execução de programas, projetos e obras relacionadas com o desenvolvimento da Amazônia;

d) aprovar normas e critérios gerais de análise de projetos e aplicação da legislação de incentivos fiscais;

e) aprovar convênios, contratos e acordos firmados pela SUDAM e seus órgãos subordinados;

f) aprovar o orçamento da SUDAM e os programas de aplicação das dotações globais e dos recursos sem destinação prevista em lei;

g) apreciar os balancetes semestrais e anual da autarquia, bem como o relatório anual apresentado pelo Superintendente;

h) homologar a escolha de firmas auditoras a que se referem os artigos 30 e 31 da presente Lei;

i) aprovar os critérios de contratação de serviços técnicos ou de natureza especializada com terceiros;

j) aprovar o regimento interno da SUDAM, bem como suas respectivas alterações;

l) opinar sobre a necessidade de pessoal e níveis salariais das diversas categorias ocupacionais da ... SUDAM, inclusive para os encargos de direção, chefia, assessoramento e secretariado.

Art. 15.

§ 1º. O Conselho deliberará com a presença da maioria absoluta de seus membros, sob a presidência de um deles, escolhido na forma regimental.

Art. 16. O Conselho Deliberativo é integrado pelo Superintendente da

SUDAM, pelo Presidente do Banco da Amazônia S.A., por um representante do Estado-Maior das Forças Armadas, um da Superintendência da Zona Franca de Manaus, um de cada Estado e Território integrante da Amazônia, um do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, um do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, um do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, um da Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública, um do Conselho Nacional de Pesquisas e um de cada Ministério a seguir mencionado: — Agricultura, Comunicações, Educação e Cultura, Fazenda, Minas e Energia, Planejamento, Relações Exteriores, Saúde, Indústria e Comércio, Trabalho e Previdência Social e Transportes.

Art. 20. Constituem recursos da SUDAM:

I — dotações plurianuais, nunca inferiores ao montante de sua participação no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, consignadas no Orçamento da União;

II — as dotações orçamentárias ou créditos adicionais que lhe sejam atribuídos;

III — o produto de operações de crédito;

IV — o produto de juros de depósitos bancários, de multas e emolumentos devidos à SUDAM;

V — a parcela que lhe couber, do resultado líquido das empresas de que participe;

VI — auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais e estrangeiras;

VII — as rendas provenientes de serviços prestados;

VIII — a sua renda patrimonial.

Parágrafo único. Os recursos não utilizados em um exercício passarão aos exercícios subsequentes.

Art. 30. A SUDAM exercerá, obrigatoriamente, fiscalização técnica dos serviços e obras executadas com a sua colaboração técnica ou financeira, expedindo laudo em favor do órgão ou entidade executora.

§ 1º. O laudo mencionado neste artigo constitui elemento essencial

à prestação de contas do responsável pelo órgão ou entidade executora dos aludidos serviços ou obras, e será sempre fornecido dentro de 30 (trinta) dias após o pedido do mesmo.

§ 2º. O representante da União ou da SUDAM, nas assembleias gerais das sociedades de economia mista que houverem recebido recursos destinados ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, sob pena de responsabilidade, somente aprovará as contas da Diretoria se delas constar o laudo de fiscalização passado pela SUDAM.

§ 3º. A SUDAM poderá, também, exercer a fiscalização técnica das obras e serviços executados com recursos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, independente de sua natureza, origem ou fonte, diretamente ou mediante contrato com firma especializada, de auditoria, de notória idoneidade.

Art. 38. A SUDAM goza de todas as isenções tributárias deferidas aos órgãos e serviços da União.

Art. 39.

§ 1º. A assistência de que trata este artigo poderá ser prestada através de financiamento a longo prazo e a juros módicos ou através de investimento a fundo perdido na forma das normas propostas pelo Superintendente da SUDAM e aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Art. 42. A SUDAM apresentará relatórios anuais de suas atividades ao Ministério do Interior.

Art. 43. A SUDAM contará exclusivamente com pessoal sob regime de legislação trabalhista, cujos níveis salariais serão fixados pelo Superintendente, inclusive para os encargos de Direção, Chefia, Assessoramento e Secretariado, sem obrigatoriedade de observância da nomenclatura, níveis salariais e símbolos previstos no Serviço Público Federal, respeitado, contudo, o mercado de trabalho e ouvido o Conselho Deliberativo.

§ 1º. O pessoal da SUDAM, executados os ocupantes dos cargos de Superintendente e de Secretário-Executivo que serão segurados do IPASE, é filiado ao INPS.

§ 2º. ... VETADO ...

Art. 45. Fica criado o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia — FIDAM — que será constituído dos seguintes recursos:

a) dotações plurianuais, nunca inferiores ao montante de sua participação no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, consignadas no Orçamento da União;

b) o produto da colocação das "Obrigações da Amazônia", emitidas pelo Banco da Amazônia S.A.;

c) da receita líquida resultante de operações efetuadas com seus recursos;

d) de dotações específicas, doações, subvenções, repasses e outros;

e) dos depósitos deduzidos do Imposto de Renda, não aplicados em projetos específicos, no prazo e pela forma estabelecida na legislação de incentivos fiscais em favor da Amazônia;

f) dos recursos atuais do Fundo de Fomento à Produção, criado pelo art. 7º da Lei nº 1.184, de 30 de outubro de 1953, modificado pelo artigo 37, da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.

§ 1º. As emissões de "Obrigações da Amazônia" não poderão exceder, em cada exercício, de 5% (cinco por cento) da importância do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis arrecadada no exercício anterior.

§ 2º. As obrigações a que se refere o parágrafo anterior serão nominativas, intransferíveis e resgatáveis no prazo de até 10 (dez) anos, com as condições e vantagens estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 3º. Os recursos, a que se refere a alínea a deste artigo, serão depositados pelo Tesouro Nacional no Banco da Amazônia S.A., que se incumbirá de sua aplicação, exclusivamente na área amazônica, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, destinando-se pelo menos 60% (sessenta por cento) de seu valor para aplicação em crédito rural, na forma da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.

§ 4º. A dotação prevista neste artigo, para ser distribuída, independará de registro prévio no Tribunal de Contas da União.

Art. 48. A Secretaria Executiva e as Unidades Administrativas terão as atribuições definidas no Regimento Interno da entidade."

Art. 2º. O pessoal da extinta SPVEA, aproveitado pela SUDAM, contará, nesse órgão, para todos os efeitos previstos na legislação trabalhista, todo o tempo de serviço prestado anteriormente ao órgão extinto, bem como lhe fica assegurada a efetividade e estabilidade desde que preencha os requisitos constantes do § 2º do art. 177 da Constituição do Brasil.

Art. 3º. Compete ao Conselho Deliberativo, mediante proposta do Superintendente, aprovar a estrutura da Secretaria Executiva da Autarquia e o respectivo Regimento, submetendo-o à homologação do Ministro de Estado.

Parágrafo único. A SUDAM terá um único Regimento Interno, que será aplicável ao Conselho Deliberativo, à Secretaria Executiva e Unidades Administrativas.

Art. 4º. Todas as referências e remissões aos ora extintos Conselho de Desenvolvimento da Amazônia (CODAM) e Conselho Técnico, constantes de dispositivos não revogados da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, entender-se-ão feitas ao Conselho Deliberativo, criado em substituição àqueles órgãos.

Art. 5º. O Superintendente da SUDAM poderá, por delegação e "ad referendum" do Conselho Administrativo da Autarquia, aprovar projetos que interessam ao desenvolvimento da Amazônia, tendo em vista a concessão de benefícios fiscais ou colaboração financeira, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. Os projetos aprovados na forma deste artigo deverão ser submetidos ao Conselho Deliberativo, em sua primeira reunião após a referida aprovação.

Art. 6º. São revogados os arts. 17, 18 e demais disposições em contrário da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de dezembro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

*Augusto Hamann Rademaker
Grünwald*

Aurêlio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Fernando Ribeiro do Val

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Favorino Bastos Mercio

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

José Fernandes de Luna

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.375 — DE 7 DE DEZEMBRO
DE 1967

*Altera o artigo 79 da Lei nº 1.711, de
28 de outubro de 1952 (Estatuto dos
Funcionários Públicos Cíveis da
União)*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 79 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União), passa a vigorar acrescido do inciso e parágrafo seguintes:

"XIII — Licença, até o limite máximo de 2 (dois) anos, ao funcionário acometido de moléstia consignada no art. 104 e outras indicadas em lei.

Parágrafo único. VETADO."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1967;
146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

*Augusto Hamann Rademaker
Grünwald*

Aurêlio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Fernando Ribeiro do Val

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Favorino Bastos Mercio

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

José Fernandes de Luna

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.376 — DE 7 DE DEZEMBRO
DE 1967

*Dispõe sobre o efetivo do Corpo de
Oficiais da Ativa da Força Aérea
Brasileira em tempo de paz.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Força Aérea Brasileira em tempo de paz, definida no artigo 2º do Decreto nº 60.521, de 31 de março de 1967, contará com o seguinte efetivo de Oficiais em serviço ativo:

a) Quadro de Oficiais Aviadores
Oficiais-Generais

Tenentes-Brigadeiros-do-ar	4
Majores-Brigadeiros-do-Ar	15
Brigadeiros-do-Ar	24

Oficiais Superiores

Coronéis	118
Tenentes-Coronéis	247
Majores	378

Capitães e Oficiais Subalternos

Capitães	510
Primeiros-Tenentes	500
Segundos-Tenentes	Variável

b) Quadro de Oficiais Engenheiros

Oficiais-Generais

Majores-Brigadeiros	1
Brigadeiros	2

Officiais Superiores

Coronéis	16
Tenentes-Coronéis	32
Majores	50

Capitães e Officiais Subalternos

Capitães	100
Primeiros-Tenentes	Variável

c) Quadro de Officiais Intendentes

Officiais-Generais

Majores-Brigadeiros	1
Brigadeiros	3

Officiais-Superiores

Coronéis	25
Tenentes-Coronéis	60
Majores	110

Capitães e Officiais Subalternos

Capitães	173
Primeiros-Tenentes	170
Segundos-Tenentes	Variável

d) Quadro de Officiais Médicos

Officiais-Generais

Major-Brigadeiro	1
Brigadeiros	3

Officiais-Superiores

Coronéis	23
Tenentes-Coronéis	50
Majores	95

Capitães e Officiais Subalternos

Capitães	148
Primeiros-Tenentes	Variável

e) Quadro de Officiais Farmacêuticos

Officiais Superiores

Coronéis	2
Tenentes-Coronéis	2
Majores	6

Capitães e Officiais Subalternos:

Capitães	8
Primeiros-Tenentes	Variável

f) Quadro de Officiais Dentistas

Officiais Superiores:

Coronel	1
Tenentes-Coronéis	2
Majores	4

Capitães e Officiais Subalternos:

Capitães	15
Primeiros-Tenentes	Variável

g) Quadro de Officiais Especialistas em Avião

Officiais Superiores :

Tenentes-Coronéis	3
Majores	9

Capitães e Officiais Subalternos:

Capitães	40
Primeiros-Tenentes	85
Segundos-Tenentes	Variável

h) Quadro de Officiais Especialistas em Comunicações

Officiais Superiores :

Tenentes-Coronéis	2
Majores	7

Capitães e Officiais Subalternos:

Capitães	25
Primeiros-Tenentes	70
Segundos-Tenentes	Variável

i) Quadro de Officiais Especialistas em Armamento

Officiais Superiores :

Tenente-Coronel	1
Majores	3

Capitães e Officiais Subalternos:

Capitães	12
Primeiros-Tenentes	30
Segundos-Tenentes	Variável

j) Quadro de Officiais Especialistas em Fotografia

Officiais Superiores:

Tenente-Coronel	1
Majores	2

Capitães e Officiais Subalternos:

Capitães	6
Primeiros-Tenentes	25
Segundos-Tenentes	Variável

l) Quadro de Officiais Especialistas em Meteorologia

Officiais Superiores:

Tenente-Coronel	1
Majores	2

Capitães e Officiais Subalternos:

Capitães	7
Primeiros-Tenentes	25
Segundos-Tenentes	Variável

m) Quadro de Officiais Especialistas em Contrôl de Tráfego Aéreo

Officiais Superiores:

Tenente-Coronel	1
Majores	3

Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães	7
Primeiros-Tenentes	25
Segundos-Tenentes	Variável

n) Quadro de Oficiais Especialistas em Suprimento Técnico

Oficiais Superiores:

Tenentes-Coronéis	2
Majores	7

Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães	25
Primeiros-Tenentes	33
Segundos-Tenentes	Variável

o) Quadro de Oficiais de Infantaria de Guarda

Oficiais Superiores:

Tenente-Coronel	1
Majores	2

Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães	25
Primeiros-Tenentes	75
Segundos-Tenentes	Variável

p) Quadro de Oficiais de Administração

Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães	5
Primeiros-Tenentes	70
Segundos-Tenentes	Variável

q) Quadro de Capelães

Oficiais Superiores:

Major	1
-------------	---

Capitães:

Capitães	33
----------------	----

Art. 2º ... VETADO ...

Art. 3º Os reajustamentos decorrentes desta lei, serão feitos, progressivamente, em três parcelas, efetivadas, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 1968 e de igual data nos anos de 1969 e 1970.

§ 1º As promoções decorrentes desta Lei, a serem efetivadas no ano de 1968, serão condicionadas à disponibilidade nas dotações existentes.

§ 2º As vagas a serem preenchidas, anualmente, obedecerão a percentagens estabelecidas em planejamento adequado feito pelo Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 4º Dentro do efetivo fixado nesta lei, fica o Poder Executivo au-

torizado a promover as medidas necessárias ao melhor aproveitamento do pessoal para atender aos serviços da Aeronáutica, dispondo, inclusive, sobre a criação ou a extinção de Quadros de Oficiais, desde que tal providência não acarrete prejuízo às promoções dos oficiais existentes, por falta de vagas.

§ 1º Fica extinto, nesta data, o Quadro Complementar de Oficiais-Aviadores, conforme previsto no artigo 2º do Decreto-lei nº 3.448, de 23 de julho de 1941.

§ 2º O Oficial remanescente do Quadro Complementar supracitado será incluído no Quadro de Oficiais-Aviadores, sujeito às suas disposições, sem ser numerado, e colocado em ordem hierárquica correspondente à homologia do Quadro de origem.

Art. 5º A designação das funções privativas de Oficiais-Generais de que trata esta Lei, será feita por decreto do Poder Executivo e a dos demais Oficiais por ato do Ministro da Aeronáutica, mediante proposta do Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as Leis números 2.391, de 7 de janeiro de 1955, na parte relativa à Aeronáutica, e, no que se aplicar, a Lei número 2.999, de 11 de dezembro de 1956, assim como as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1967; 146º da Independência e 79ª da República.

A. COSTA E SILVA

Márcio de Souza e Mello

LEI Nº 5.377 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1967

Disciplina a Profissão de Relações Públicas e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Definição

Art. 1º A designação de "Profissional de Relações Públicas" passa a ser privativa:

a) dos bacharéis formados nos respectivos cursos de nível superior;

b) dos que houverem concluído curso similar no estrangeiro, em estabelecimento legalmente reconhecido após a revalidação do respectivo diploma no Brasil;

c) dos que exerçam a profissão, de acordo com o art. 6º do Capítulo IV da presente Lei.

CAPÍTULO II

Das atividades profissionais

Art. 2º Consideram-se atividades específicas de Relações Públicas as que dizem respeito:

a) a informação de caráter institucional entre a entidade e o público, através dos meios de comunicação;

b) a coordenação e planejamento de pesquisas da opinião pública, para fins institucionais;

c) a planejamento e supervisão da utilização dos meios audio-visuais, para fins institucionais;

d) a planejamento e execução de campanhas de opinião pública;

e) ao ensino das técnicas de Relações Públicas, de acordo com as normas a serem estabelecidas na regulamentação da presente Lei.

CAPÍTULO III

Do registro da Profissão e de sua fiscalização

Art. 3º O registro do profissional de Relações Públicas fica instituído com a presente Lei, e tornar-se-á obrigatório no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da sua publicação, para aqueles que já se encontram no exercício da profissão.

Parágrafo único. O registro referido neste artigo será feito pelo Serviço de Identificação Profissional do Ministério do Trabalho e Previdência Social, mediante comprovante ou comprovantes portados pelos profissionais nas hipóteses das letras "a" a "c" do art. 1º.

Art. 4º A fiscalização do exercício profissional será feita pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 5º A fiscalização do disposto no art. 2º alínea "e" ficará a cargo do Ministério da Educação e Cultura.

CAPÍTULO IV

Disposições gerais

Art. 6º Fica assegurado o registro de que trata o art. 3º da presente Lei às pessoas que já venham exercendo funções de Relações Públicas, como atividade principal e em caráter permanente, pelo prazo mínimo de 24 meses, conforme declaração do empregador e comprovação de recebimento salarial proveniente dessa atividade, em entidades públicas ou privadas que comprovem a existência do setor especializado, e ainda que sejam sócios titulares da ABRP — Associação Brasileira de Relações Públicas, por idêntico período.

Art. 7º A presente Lei será regulamentada pelo Executivo dentro de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1967; 146º da Independência e 79 da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

Favorino Bastos Mercio

LEI Nº 5.378, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1967

Retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica retificada, sem ônus, a Lei número 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1967, na forma abaixo:

4.03.00 — Coordenação dos Organismos Regionais.

4.03.03 — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (página 489).

ADENDO "A"

04 — Amazonas

Abastecimento d'água na Cidade de Coari, a cargo do FESP — 40.000.

Leia-se:

Serviços de abastecimento d'água na Cidade de Cararauri, a cargo do FESP — 40.000.

Saneamento

Mato Grosso

Onde se lê:

Rede de Abastecimento d'água na Colônia Sagrado Coração de Meruri — General Carneiro — 40.000.

Leia-se:

Serviço de água, na Colônia Sagrado Coração de Mervei — General Carneiro — 40.000.

4.05.00 — Ministério da Agricultura.

4.05.09 — Departamento de Administração.

ADENDO "B"

Subvenções Extraordinárias

Onde se lê:

São Paulo

Associação Rural de Aguas de Lindóia — 1.000.

Associação Rural de Sertãozinho — 1.000.

Associação Rural de Taubaté — 2.000

Associação Rural de Itabaiana — 4.000.

Total — 8.000.

Leia-se:

São Paulo

Associação Rural de Aguas de Lindóia — 1.000.

Associação Rural de Sertãozinho — 1.000.

Associação Rural de Taubaté — 2.000.

Total — 4.000.

Sergipe

Associação Rural de Itabaiana — 4.000.

4.05.00 — Ministério da Agricultura

4.05.04 — Conselho do Fundo Federal Agropecuário.

Agropecuária

0.3.03.1.0523 — Promoção e extensão agropecuária — supervisão, controle de programas.

Onde se lê:

3) Reserva de emergência para custeio de planos de interesse agropecuário, etc.

e) Instituto de Estudos Rurais de Fundação de Sociologia e Política de São Paulo — 100.000.

Leia-se:

3) Reserva de emergência para custeio de planos de interesse agropecuário, etc.

e) Instituto de Estudos Rurais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo — 100.000.

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura.

4.06.03 — Conselho Nacional de Serviço Social.

ADENDO "B"

Subvenções Ordinárias

02 — Alagoas

Onde se lê:

Penedo

Esporte Clube Pendense, sendo NCr\$ 1.700,00 para a Escola Gratuita Alberto Gomes e NCr\$ 600,00 para a Escola Gratuita Perilo Gomes — 2.300.

Leia-se:

Penedo

Escola Gratuita Alberto Gomes, mantida pelo Esporte Clube Pendense — 2.300.

05 — Bahia

Onde se lê:

São Felipe

Centro Cultural Carlos Moura — 500

Leia-se:

Grêmio Cultural Carlos Moura — 500.

Onde se lê:

Ginásio Itaporá — 3.000.

Leia-se:

Igaporã

Ginásio Igaporã — 3.000.

Onde se lê:

Cipó

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cipó — 200

Associação de Proteção à Maternidade Nossa Senhora da Saúde de Cipó — 1.500.

Leia-se:

Cipó

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Nossa Senhora da Saúde — 1.700.

06 — Ceará

Cascavel

Onde se lê:

Maternidade do Posto de Saúde de Pindoretama — 1.000.

Leia-se:
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pindoretama — 1.000.

Onde se lê:
Guaiúba
Hospital Maternidade de Guaiúba
Sociedade de Amparo aos Agricultores Pobres de Guaiúba — 800.
Março
Atividades Assistenciais da Prefeitura de Março — 1.500.

Leia-se:
Guaiúba
Hospital Maternidade de Guaiúba — 800.
Sociedade de Amparo aos Agricultores Pobres de Guaiúba — 500.

Março
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Março — 1.000.
08 — Espírito Santo

Onde se lê:
Casa de Caridade São João — Alegre.

Leia-se:
Casa de Caridade São José — Alegre.

10 — Goiás
Luziânia

Onde se lê:
Municipalidade de Luziânia, para obras e manutenção de escola primária na localidade de Chácara Marajó — 1.000.

Leia-se:
Municipalidade de Luziânia, para obras e manutenção de escola primária na localidade de Chácara Araguaia — 1.000.

Onde se lê:
Santa Helena de Goiás
Conferência São Vicente de Paulo

Leia-se:
São Francisco de Goiás
Conferência de São Vicente de Paulo — 100.

11 — Guanabara

Onde se lê:
Total do Estado da Guanabara — 1.493.500.

Leia-se:
Total do Estado da Guanabara — 1.498.500.

12 — Maranhão
Caxias
Onde se lê:
Associação Feminina de Assistência Social — 1.600.
União Feminina de Assistência Social — 3.100.

Leia-se:
União Feminina de Assistência Social — 4.700.

13 — Mato Grosso
Guiratinga
Onde se lê:
Hospital Dom Bosco — 200
Leia-se:
Hospital de Caridade Dom Bosco — 200.

14 — Minas Gerais
Baependi
Onde se lê:
Ginásio Nossa Senhora de Monserrat — 1.100.

Leia-se:
Colégio Nossa Senhora de Monserrat — 1.100.
Belo Horizonte

Onde se lê:
Associação Beneficente da Assembléia de Deus — 2.000.

Leia-se:
Associação Beneficente dos Membros das Igrejas Evangélicas — Assembléias de Deus — 2.000.

Onde se lê:
Movimento por um Mundo Cristão — 16.800.
Movimento por um Mundo Melhor — 800.
Obras Sociais do Movimento por um Mundo Cristão — 800.

Leia-se:
Movimento por um Mundo Cristão — 18.400.
Carmo do Rio Claro

Onde se lê:
Conselho Particular das Conferências Vicentinas — 300.
Sociedade de São Vicente de Paulo — 300.

Leia-se:
Conselho Particular das Conferências Vicentinas — 600.
Conselheiro Lafaiete

Onde se lê:
Hospital Nossa Senhora do Carmo-Pró-Matre. — 300.

Leia-se:

Hospital e Maternidade São José — 300.

Espera Feliz

Onde se lê:

Educandário Sacramento — 500

Leia-se:

Educandário Sacramentino do Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora — 500.

Lavras

Onde se lê:

Conselho Particular Vicentino da Paróquia de Lavras — 1.000.

Leia-se:

Conselho Particular de Lavras da Sociedade São Vicente de Paulo — 1.000.

Leopoldina

Onde se lê:

Caixa Escolar das Escolas Reunidas de Providência — 300.

Leia-se:

Caixa Escolar Joaquim Amaral Teixeira das Escolas Combinadas Coronel Marco Aurélio Monteiro de Barros, de Providência — 300.

Onde se lê:

Caixa Escolar das Escolas Reunidas de Abaiba — 300.

Leia-se:

Caixa Escolar Francisco Pinheiro C. Lacerda, das Escolas Combinadas de Abaiba — 300.

Onde se lê:

Lavras

Roda da Amizade de Lavras — 500

Leia-se:

Lavras

Roda da Amizade das Senhoras dos Rotarianos de Lavras — 500.

Monte Carmelo

Onde se lê:

Santa Casa de Misericórdia de Monte Carmelo — 800.

Leia-se:

Santa Casa da Sociedade de São Vicente de Paulo — 800

Uberlândia

Onde se lê:

Caixa Escolar do Grupo Escolar Dr. Duarte Pimentel — 500

Caixa Escolar do Grupo Escolar Alice Paes — 300.

Leia-se:

Caixa Escolar do Grupo Escolar Dr. Duarte Pimentel — Uíhoa — 500

Caixa Escolar do Grupo Escolar Professora Alice Paes — 300

Varginha

Onde se lê:

Universidade do Sul de Minas, para a Faculdade Diocesana de Filosofia — 600.

Leia-se:

Fundação Universidade do Sul de Minas, para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — 600.

Caratinga

Onde se lê:

Caixa Escolar Grupo Escolar de Ubaporanga — 200.

Leia-se:

Caixa Escolar do Grupo Escolar Dr. Almério Rezende, de Ubaporanga — 200.

15 — Pará

Belém

Onde se lê

Paróquia de Icoraci — 500

Paróquia São João Batista, para obras sociais — 6.100.

Leia-se:

Paróquia São João Batista, para obras sociais (Icoraci) — 6.600

16 — Paraíba

Onde se lê:

Araruna:

Maternidade Hospital Maria Júlia Maranhão — 4.000.

Leia-se:

Hospital Maternidade Maria Júlia Maranhão — 4.000.

Onde se lê:

Guhinhem: Sociedade de Amparo e Assistência à Maternidade e à Infância — 11.000

Leia-se:

Sociedade de Amparo e Assistência à Maternidade e à Infância de Guhinhem — 11.000

Onde se lê:

Ibiara

Instituto de Proteção à Infância e a Maternidade Anésia Jacobina — 600

Leia-se:

Ibiara

Instituto de Proteção à Infância e Assistência à Maternidade Anésia Jacobina — 600.

Onde se lê:
João Pessoa
Hospital e Maternidade Caçua Leite — 1.000.
Leia-se:
Conceição
Hospital e Maternidade Caçua Leite — 1.000.
Onde se lê:
João Pessoa
Albergue Noturno de Joao Pessoa — 400.
Leia-se:
Associação Albergue dos Pobres Desvalidos — 400.
Onde se lê:
Santa Fé
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — 900.
Leia-se:
Bonito de Santa Fé
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — 900.
Onde se lê:
Serra Branca
Escola Profissional Pio XII — 3.000
Leia-se:
Escola Profissional Pio XII, custeio do Ginásio Industrial — 3.000
Onde se lê:
Tambaú
Colégio Apostólico Estrêla do Mar — 100.
Leia-se:
João Pessoa
Colégio Apostólico Estrêla do Mar — Tambaú — 100.
17 — Paraná
Onde se lê:
Curitiba
Hospital Evangélico Beneficente de Curitiba — 4.000.
Leia-se:
Hospital Evangélico — 4.000
18 — Pernambuco
Onde se lê:
Goiana
Centro Operário Católico de Goiana — 2.000.
Leia-se:
Circulo Operário de Goiana — 2.000
20 — Rio de Janeiro
Barra Mansa
Onde se lê:
Centro de Prevenção do Câncer do Vale do Paraíba, sendo NCr\$ 1.000,00

para a construção do Hospital John Kennedy — 10.200.

Leia-se:
Centro de Prevenção ao Câncer do Vale do Paraíba — 10.200.
Campos

Onde se lê:
Sociedade Musical Conspiradores — 100.

Leia-se:
Sociedade Musical Lira Conspiradora — 100.
Niterói

Onde se lê:
Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio (Pendotiba) — 1.700.
Associação Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro — 500

Leia-se:
Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro — 2.200.

22 — Rio Grande do Sul

Bem Jesus

Onde se lê:
Sociedade Beneficente e Educativa Frei Geraldo — 1.000.

Leia-se:
Escola Paroquial Frei Geraldo — 1.000.
Cangussu

Onde se lê:
Escola Normal Nossa Senhora de Fátima — 600
Ginásio Nossa Senhora Aparecida — 100.

Leia-se:
Escola Normal Nossa Senhora Aparecida — 700.
Marcelino Ramos

Onde se lê:
Grupo Espirita Amigos da Verdade — 1.000.

Leia-se:
Sociedade Espirita Amigos da Verdade — 1.000.

Onde se lê:
Ijuí
Grupo Escolar do Bairro Osvaldo Aranha

Leia-se:
Circulo de Pais e Mestres do Grupo Escolar do Bairro Osvaldo Aranha.
Caxias do Sul

Onde se lê:

Asilo da Velhice — 200

Leia-se:

Lar da Velhice São Francisco de Assis — 200.

Onde se lê:

Santa Casa de Misericórdia São João Batista — Jaguarão — 1.000.

Leia-se:

Santa Casa de Caridade de Jaguarão — 1.000.

Onde se lê:

Lajeado

Hospital São Roque — 1.400

Leia-se:

Lajeado Hospital São Roque — Vila Pão — 1.400.

Pelotas

Onde se lê:

Hospital Dr. Mauricio Arndt — Morro Redondo — 4.300.

Leia-se:

Hospital Dr. Ernesto Mauricio Arndt — Morro Redondo — 4.300.

Onde se lê:

Pôrto Lucena

Sociedade Hospitalar São José — 1.600.

Leia-se:

Sociedade Hospital de Caridade São José — 1.600.

Herval Grande

Onde se lê:

Educandário Santa Lúcia (para a Escola de Economia Doméstica Sagrada Família).

Leia-se:

Educandário Santa Lúcia (para a Escola de Economia Doméstica Gemma Galgani).

Taquara

Onde se lê:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — 700 e Sociedade de Proteção à Infância — 200.

Leia-se:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — 900.

Pôrto Alegre

Onde se lê:

Associação dos Moradores das Vilas Elizabeth e Parque — 600.

Associação dos Moradores das Vilas Elizabeth e Parque — 300.

Leia-se:

Associação dos Moradores das Vilas Elizabeth e Parque — 900

Onde se lê:

Clube Agrícola e Recreativo Oliveira Martins, Santa Maria — 500 e Clube Agrícola e Recreativo Silveira Martins, Silveira Martins — 1.300.

Leia-se:

Clube Agrícola e Recreativo Silveira Martins, Silveira Martins — 1.800. Caxias do Sul

Onde se lê:

Escola São Vicente de Paulo — 800. e Escola Particular São Vicente de Paulo — 200.

Leia-se:

Escola Primária Particular São Vicente de Paulo — 1.000.

Onde se lê:

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Frio de Carnes e Derivados — 1.200 Santana do Livramento e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Frio de Carnes e Derivados — 1.100 — Livramento.

Leia-se:

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Frio de Carnes e Derivados — 2.300, Santana do Livramento.

Campo Novo

Onde se lê:

Hospital de Caridade — 2.100 e Sociedade Hospitalar de Caridade — 1.100.

Leia-se:

Sociedade Hospitalar de Caridade de Campo Novo — 3.200.

Onde se lê:

Sociedade Recreativa e Beneficente do Bairro Industrial — 800. Livramento e Sociedade Recreativa e Beneficente do Bairro Industrial — 1.200, Santana do Livramento.

Leia-se:

Santana do Livramento Sociedade Recreativa e Beneficente do Bairro Industrial — 2.000. Taquara

Onde se lê:

Sociedade Hospitalar — 200 e Hospital de Caridade de Taquara — 1.600.

Leia-se:

Sociedade Hospitalar de Caridade — 1.800. Soledade

Onde se lê:
União Operária Recreativa e Beneficente 600 e União Operária Beneficente — 500.

Leia-se:
União Operária Beneficente e Recreativa — 1.100.
Campo Novo

Onde se lê:
Sociedade Hospitalar de Campo Novo 1.000 e Associação do Hospital de Caridade — 1.000.

Leia-se:
Sociedade Hospitalar de Caridade de Campo Novo — 2.000.
Santa Catarina

Onde se lê:
Araranguá
Hospital Nossa Senhora Mãe dos Homens — 1.000.

Leia-se:
Araranguá
Ginásio Nossa Senhora Mãe dos Homens — 1.000.

Onde se lê:
Criciúma
Obras Sociais do Clube União Operário, de "Operária Velha" — 1.000.

Leia-se:
Criciúma
Obras Sociais da Sociedade Recreativa União Mineira — 1.000.
Florianópolis

Onde se lê:
União Catarinense de Estudantes — 800.

Leia-se:
Diretório Estadual de Estudantes de Santa Catarina — 800.

Onde se lê:
Orleães
Casa Paroquial de Orleães — 1.000
Ginásio Municipal — 2.000
Hospital Santa Otília, sendo NCr\$ 109,09 para a Maternidade — 4.600.
Instituto São José — 3.600.
Grêmio Esportivo São José (obras sociais) — 200.

Lar Escola Nossa Senhora dos Navegantes, para assistência a menores — 1.900.
Obras da Paróquia João XXIII — 1.000.

Paróquia de Santa Lúcia — Sete de Setembro — 300.
Ouro

Lar Escola Nossa Senhora dos Navegantes — 1.100.
Seminário Nossa Senhora dos Navegantes — 500.

Leia-se:
Orleães.
Casa Paroquial de Orleães — 1.000.
Ginásio Municipal — 2.000.
Hospital Santa Otília — 4.600.
Instituto São José — 3.600.
Obras Sociais da Paróquia João XXIII — 1.000.

Ouro.
Grêmio Esportivo São José (obras sociais) — 200.
Lar Escola Nossa Senhora dos Navegantes, para assistência a menores — 3.000.
Seminário Nossa Senhora dos Navegantes — 500.
Paróquia de Santa Lúcia — Sete de Setembro — 300.

Onde se lê:
Perituba.
Instituto Coração de Maria — 800.
Piratuba.
Instituto Coração de Maria — 400.

Leia-se:
Perituba:
Instituto Coração de Maria — 1.200.

Onde se lê:
Araquari.
Colônia de Pesca A-12 de Barra do Sul — 500.

Leia-se:
Araquari:
Colônia de Pesca Z-5 de Barra do Sul — 500.

Onde se lê:
Criciúma:
Obras Sociais da Igreja Evangélica Assembleia de Deus.

Leia-se:
Criciúma:
Associação Beneficente da Assembleia de Deus de Criciúma — Criciúma.

Onde se lê:
Barra Velha
Colônia de Pescadores de Barra Velha Z-48 — 2.000.

Leia-se:
Barra Velha:
Colônia de Pescadores de Barra Velha — Z-6 — 2.000.

Onde se lê:
Rio do Sul:
 Inspetoria Salesiana São Pio X —
 3.800.

Leia-se:
Rio Grande do Sul:
 Porto Alegre:
 Inspetoria Salesiana São Pio X —
 3.800.

SÃO PAULO

Onde se lê:
Campos do Jordão:
 Instituto de Desenvolvimento do
 Vale do Paraíba — 2.000.

Leia-se:
Taubaté:
 Instituto de Desenvolvimento do
 Vale do Paraíba — 2.000.
Jardinópolis:

Onde se lê:
 Casa da Criança — 500.
 Leia-se:
 Associação da Casa da Criança —
 500.

Jundiaí:
 Onde se lê:
 Sociedade Amigos de Vila Arenas
 — 300.

Leia-se:
 Sociedade Amigos de Vila Arenas —
 300.

Piracicaba:
 Onde se lê:
 Nosso Lar da União Espírita de
 Piracicaba — 3.900.
 Serviço Social da União Espírita de
 Piracicaba — 500.

Leia-se:
 União Espírita de Piracicaba, para
 o serviço social, sendo NCr\$ 3.900,00
 para o "Nosso Lar" — 4.400.

Onde se lê:
 Casa Transitória Cesário Mota —
 300.

Leia-se:
 Casa Transitória Dr. Cesário Mota
 Filho — 300.

Rio Claro:
 Onde se lê:
 Sociedade Beneficente São João da
 Escócia — Casa das Crianças —
 1.000.

Casa da Criança da Sociedade Be-
 neficente São João da Escócia —
 200.

Casa das Crianças São João da
 Escócia — 300.

Leia-se:
 Sociedade Beneficente São João da
 Escócia para a Casa das Crianças —
 1.500.

Santa Rosa de Viterbo:
 Onde se lê:
 Associação de Proteção à Materni-
 dade e à Infância — 1.800.

Leia-se:
 Associação de Proteção à Infância
 — 1.800.

São Joaquim da Barra:
 Onde se lê:
 Casa da Mãe Pobre Bittencourt
 Sampaio — 800.
 Casa da Mãe Pobre — 600.

Leia-se:
 Casa da Mãe Pobre Bittencourt
 Sampaio — 1.400.

São José do Rio Pardo:
 Onde se lê:
 Asilo Padre Euclides — 300.

Leia-se:
 Asilo de Inválidos Padre Euclides
 Carneiro — 300.

São Manuel:
 Onde se lê:
 Centro Espírita, Fé Luz e Caridade
 sendo NCr\$ 100,00 para o Albergue
 Noturno, e NCr\$ 1.000,00 para o Asi-
 lo — 1.100.

Leia-se:
 Centro Espírita Fé e Caridade,
 sendo NCr\$ 100,00 para o Albergue
 Noturno e NCr\$ 1.000,00 para o Asi-
 lo — 1.100.

São Paulo:
 Onde se lê:
 Instituição Beneficente Nosso Lar
 — 1.900.
 Instituto Beneficente Nosso Lar —
 500.

Leia-se:
 Instituição Beneficente Nosso Lar
 — 2.400.

Socorro:
 Onde se lê:
 Centro de Estudos Psíquicos Alan
 Kardec — 200.
 Lar de Jesus Amélie Boudet —
 1.100.

Leia-se:
Centro de Estudos Psíquicos Alan
Kardec sendo NCr\$ 1.100,00 para o
Lar de Jesus Amélie Boudet — 1.300.
Tupã:

Onde se lê:
Casa dos Velhos Asilo da Velhice
Desamparada — 400.
Casa dos Velhos Nosso Lar — 100.
Asilo da Velhice Desamparada —
100.

Leia-se:
Casa dos Velhos de Tupã — 600.
Onde se lê:
1) Colégio Regina Pacis — São
Paulo.
2) Liceu de Jesus — S. P.

Leia-se:
1) Colégio Rainha da Paz — São
Paulo.
2) Liceu Coração de Jesus — São
Paulo.

ADENDO "C"

Subvenções Extraordinárias
Acre:

Cruzeiro do Sul:
Onde se lê:
Escola Coronel José Correia
Vila Rodrigues Alves — 6.500.

Leia-se:
Escola Coronel João Correia — Vila
Rodrigues Alves — 6.500.

05 — BAHIA

Amargosa:
Onde se lê:
Associação de Amparo à Maternida-
de de Amargosa, sendo NCr\$ 10.000
para o Posto de Diógenes Sampaio
— 19.000.

Leia-se:
Associação de Amparo à Materni-
dade — 19.000.

Onde se lê:
Nazaré:
Mútua União dos Operários Naza-
renos — 1.000.

Leia-se:
Sociedade Mútua União dos Operá-
rios — 1.000.

Onde se lê:
Salvador:
Fundação Santa Terezinha contra
a tuberculose — 1.000.

Leia-se:
Fundador Anti-Tuberculose Santa
Terezinha — 1.000.

Onde se lê:
Conceição do Coité:
Hospital de Conceição do Coité.

Leia-se:
Hospital de Conceição do Coité, a
cargo da Liga Coiteense de Proteção
à Maternidade e à Infância.

Onde se lê:
Amélia Rodrigues
Ginásio de Amélia Rodrigues

Leia-se:
Ginásio Prado Valadares — Amélia
Rodrigues.

06 — Ceará

Cascavel

Onde se lê:
Maternidade do Posto de Saúde de
Pindoretama — 1.000.

Leia-se:
Associação de Proteção à Materni-
dade e à Infância de Pindoretama —
1.000.

Onde se lê:
Mauriti
Patronato Dona Zefinha Gomes, pa-
ra a Escola Rural — 4.000.
Milagres
Escola Rural Dona Zefinha Gomes
— 1.000.

Leia-se:
Milagres
Patronato Dona Zefinha Gomes,
para Escola Normal Rural — 5.000.

10 — Goiás

Onde se lê:
Lar Espírita Francisco de Lima —
3.000.

Leia-se:
Lar Espírita Francisca de Lima —
3.000.

11 — Guanabara

Onde se lê:
Sociedade Brasileira de Artista —
1.500.

Leia-se:
Associação dos Artistas Brasileiros
— 1.500.

Onde se lê:
Caixa Beneficente dos Fiscais do
Estado da Guanabara — 2.000.

Leia-se:
Associação dos Inspectores e Fiscais
do Estado da Guanabara — 2.000.

13 — Mato Grosso

Corumbá

Onde se lê:
Associação dos Nortistas de Mato
Grosso — 1.000.

Leia-se:
Associação dos Nortistas Amigos de
Mato Grosso — 1.000.

14 — Minas Gerais

Belo Horizonte

Onde se lê:
Associação Beneficente da Assem-
bléia de Deus — 4.000.

Leia-se:
Associação Beneficente dos Mem-
bros das Igrejas Evangélicas - Assem-
bléias de Deus. — 4.000.

Onde se lê:
Associação Educadora Católica —
(Mantenedora do Ginásio Carlos Jordão,
filhado à CNEG) — Engenheiro
Caldas — 1.000.

Leia-se:
Ginásio Carlos Jordão, filhado à
Campanha Nacional de Educandários
Gratuitos — Engenheiro Caldas —
1.000.

Onde se lê:
Conselheiro Lafaiete
Hospital Nossa Senhora do Carmo
Pró Matre — 1.000.

Leia-se:
Hospital e Maternidade de São Jo-
sé — 1.000.

Espera Feliz

Onde se lê:
Educandário Sacramento — 1.000

Leia-se:
Educandário Sacramento do Insti-
tuto dos Missionários Sacramentinos
de Nossa Senhora — 1.000.
Mar de Espanha

Onde se lê:
Santa Casa de Misericórdia Getúlio
Vargas — 1.000.

Leia-se:
Casa de Misericórdia de Mar de
Espanha — 1.000.
Nepomuceno

Onde se lê:
Caixa Escolar Felipe Capelo do
Grupo Escolar Lucas de Lima — 1.000.

Leia-se:
Caixa Escolar Felipe Capelo do
Grupo Escolar Lucas de Lima — 1.000.
Ubá

Onde se lê:
Serviço Beneficente Anália Franco
— 1.000.
Sociedade Anália Franco — 1.000.

Leia-se:
Sociedade Beneficente Anália Fran-
co — 2.000.

Onde se lê:
Varginha
Universidade do Sul de Minas, para
a Faculdade de Filosofia de Varginha
— 1.000.

Leia-se:
Varginha
Fundação Universidade do Sul de
Minas, para a Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras — 1.000.

15 — Pará

Onde se lê:
Marajó
Círculo Operário Pontapedrense, em
Ponta de Pedras — 1.000.

Leia-se:
Marajó
Círculo Operário Pontapedrense, em
Ponta de Pedras — 1.000.

Onde se lê:
Belém
Centro Social Auxílio das Irmãs Sa-
lesianas — 2.000.

Leia-se:
Belém
Centro Social Auxilium, a cargo das
Irmãs Salesanas do Instituto Dom
Bosco — 2.000.

16 — Paraíba

Onde se lê
João Pessoa
Mocidade Artística de Conceição
de João Pessoa — 1.000.

Leia-se:
Conceição
Sociedade Artística Educadora —
1.000.

17 — Paraná

Onde se lê:
Curitiba
Hospital Evangélico de Curitiba,
mantido pela Associação Evangélica
Beneficente — 10.000.

Leia-se:
Hospital Evangélico de Curitiba,
mantido pela Sociedade Evangélica
Beneficente — 10.000.

18 — Pernambuco

Onde se lê:
Goiana
Centro Operário Católico de Goia-
na — 1.000.

Leia-se:
Goiana
Circulo Operário de Goiana —
1.000.

20 — Rio de Janeiro

Onde se lê:
Nilópolis
Banda Musical Lira Fluminense —
1.000.

Leia-se:
Nilópolis
Banda de Música Lira Fluminense
— 1.000.

Onde se lê:
Niterói
Associação Pestalozzi do Estado do
Rio de Janeiro — 1.000.

Leia-se:
Niterói
Sociedade Pestalozzi do Estado do
Rio de Janeiro — Pendotiba — 1.000.

Onde se lê:
Nova Iguaçu
Albergue Noturno Alan Kardec
(Centro Espirita Esperança e Carida-
de) — 2.000.

Leia-se:
Nova Iguaçu
Albergue Noturno Alan Kardec
(Centro Espirita Esperança e Cari-
dade) — 2.000.

22 — Rio Grande do Sul

Onde se lê:
Caçara
Colégio Nossa Senhora Medianeira
— 1.000.

Leia-se:
Caçara
Colégio Nossa Senhora Menina —
1.000.

Onde se lê:
Panambi
Sociedade Hospital Bíblico de Ca-
ridade de Panambi — 1.000.

Leia-se:
Panambi
Sociedade Hospital Público de Ca-
ridade da Cidade de Panambi —
1.000.

Onde se lê:
Santa Casa de Misericórdia — de
São João Batista — Jaguarão — 1.100.

Leia-se:
Santa Casa de Caridade de Jagua-
rão — 1.100.

26 — São Paulo

Onde se lê:
São Paulo
Associação Cristã Padre Zabeu
Kauffmann — 1.000.

Leia-se:
São Paulo
Associação Espirita Cristã Padre
Zabeu Kauffmann — 1.000.

Onde se lê:
Caconde
Santa Casa de Misericórdia — 3.000
Leia-se:
Irmandade de Misericórdia de Ca-
conde — 3.000.

Onde se lê:
Rio Claro
Associação Cultural Prof. João Ba-
tista Leme — 2.00.

Leia-se:
Rio Claro
Associação Cultural Prof. João Ba-
tista Leme — 200.

Onde se lê:
Associação dos Antigos Alunos do
Colégio São Bento — São Paulo —
1.000.

Leia-se:
Fundação São Bento, da Associação
dos Antigos Alunos do Colégio São
Bento — 1.000.

Onde se lê:
São José do Rio Pardo
Asilo Padre Euclides — 1.000

Leia-se:
São José do Rio Pardo
Asilo de Inválidos — Padre Eu-
clides Carneiro — 1.000.

Onde se lê:
São Manoel
Centro Espirita Fé, Luz e Carida-
de, de São Paulo, para o asilo —
1.000.

Leia-se:
São Manoel
Centro Espirita, Fé, e Caridade —
1.000.

27 — Sergipe

Onde se lê:
Aracaju
Educandário Sagrados Corações de
Jesus.

Leia-se:
Instituto Sagrado Coração de Je-
sus
4.06.11 — Departamento Nacional
de Educação.

ADENDO "G"

Santa Catarina

Onde se lê:
Ginásio Municipal de Criciúma —
5.000.

Leia-se:
Ginásio Marista de Criciúma —
5.000.
4.06.13 — Diretoria do Ensino In-
dustrial.

ADENDO "I"

Rio de Janeiro

Onde se lê:
Escola Sagrado Coração — 5.000

Leia-se:
Escola Profissional Feminina Sa-
grado Coração — Rezende — 5.000.
4.06.16 — Diretoria do Ensino Su-
perior.

9 — Universidade Católica

26 — São Paulo

Onde se lê:
Pontificia Universidade Católica de
São Paulo (sendo NCr\$ 180.000,00 pa-
ra a Faculdade de Engenharia Indus-
trial) — 300.000.

Leia-se:
Pontificia Universidade Católica de
São Paulo — 300.000.

ADENDO "L"

22 — Rio Grande do Sul

Onde se lê:
Faculdade de Filosofia de Alegrete
— 3.000.

Leia-se:
Faculdade de Economia de Alegre-
te — 3.000.
4.10.00 — Ministério da Justiça
e Negócios Interiores.
4.10.13 — Departamento de Ad-
ministração.

ADENDO "A"

05 — Bahia

Onde se lê:
Sociedade da Amiga Secreta — Bel-
monte — 10.000.

Leia-se:
Associação Beneficente Amiga Se-
creta — Belmonte — 10.000.
4.14.00 — Ministério da Saúde
4.14.10 — Departamento Nacional
de Saúde.

08 — Espírito Santo

Onde se lê:
Hospital São Marcos — São Ma-
theus — 6.500.

Leia-se:
Hospital São Marcos — Nova Ve-
nécia — 6.500.

22 — Rio Grande do Sul

Onde se lê:
Policlinica do Círculo Operário Rio
Grandino — Rio Grande — 5.000

Leia-se:
Círculo Operário Riograndino, para
a sua Policlínica São Lucas — Rio
Grande — 5.000

ADENDO "C"

Onde se lê:
Auxílio Financeiro e Assistência Mé-
dico-social e Instituições Hospitais
e Para-Hospitais nas seguintes
unidades da Federação:

Leia-se:
Auxílio Financeiro para Assistência
Médico-Social, Instituições Hospitais
e Para-Hospitais e Médico-Cul-
turais e Científicas.

05 — Bahia

Onde se lê:
Hospital da Santa Casa de Mis-
ericórdia de Canavieiras — 8.000

Leia-se:
Irmandade da Santa Casa de Mi-
sericórdia de Canavieiras — 8.000

13 — Mato Grosso

Onde se lê:
Associação de Amparo à Maternidade e à Infância de Camapuã — 4.000

Leia-se:
Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Camapuã — 4.000

14 — Minas Gerais

Onde se lê:
Santa Casa de Misericórdia de Oliveira — 7.000

Leia-se:
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Oliveira — 7.000

Onde se lê:
Hospital de Machado — Machado — 5.000

Leia-se:
Santa Casa de Caridade de Machado — 5.000

Onde se lê:
Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância, para o Hospital Pediátrico — Boa Esperança — 4.000.

Leia-se:
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância, para o Hospital Pediátrico — Boa Esperança — 4.000.

16 — PARAIBA

Onde se lê:
Liga Campinense Contra a Tuberculose, sendo 5.000 para o seu Hospital — Campina Grande — 12.000.

Leia-se:
Liga Campinense Contra a Tuberculose, sendo 5.000 para o seu dispensário — Campina Grande — 12.000.

17 — PARANÁ

Onde se lê:
Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho — 6.000.

Leia-se:
Misericórdia de Jacarezinho — Jacarezinho — 6.000.

Onde se lê:
Hospital Regional Diocesano — Maringá — Maringá — 3.000.

Leia-se:
Santa Casa de Misericórdia de Maringá — 3.000.

20 — RIO DE JANEIRO

Onde se lê:
Centro de Prevenção ao Câncer do Vale do Paraíba, sendo NCr\$ 6.000,00 para construção do Hospital John Kennedy — Barra Mansa — 17.000.

Leia-se:
Centro de Prevenção ao Câncer, do Vale do Paraíba — Barra Mansa — 17.000.

22 — RIO GRANDE DO SUL

Onde se lê:
Hospital de Clínicas de Passo Fundo — 10.000.

Leia-se:
Hospital Municipal de Passo Fundo — 10.000.

Onde se lê:
Santa Casa de Misericórdia de Jaguarão — 10.000.

Leia-se:
Santa Casa de Caridade de Jaguarão — 10.000.

Onde se lê:
Santa Casa de Caridade de Santana do Livramento — 15.000.

Leia-se:
Santa Casa de Misericórdia de Santana do Livramento — 15.000.

Onde se lê:
Hospital de Caridade de Canguçu Júlio Limeira, de Canguçu — 20.000.

Leia-se:
Hospital de Caridade de Canguçu Coronel Júlio Limeira — Canguçu — 20.000.

Onde se lê:
Hospital e Maternidade de São José do Norte — 4.000.

Leia-se:
Associação Hospital e Maternidade S. Francisco de São José do Norte — 4.000.

25 — SANTA CATARINA

Onde se lê:
Hospital São José de Lajes — 4.000.

Leia-se:
Hospital São José de Lajes, mantido pela Ação Social Beneficente da Diocese de Lajes — 4.000.

Onde se lê:
Hospital Infantil Seára do Bem, de Lajes — 2.000.

Leia-se:
Associação Beneficente Seára do Bem, de Lajes, mantenedora do Hospital Infantil Seára do Bem — 9.000.

Onde se lê:
Hospital Frei Rogério de Curitiba-nos — 4.000.

Leia-se:
Sociedade Beneficente Frei Rogério, de Curitiba-nos — 4.000.

Onde se lê:
Hospital de Caridade Senhor Jesus dos Passos, de Florianópolis — 20.000.

Leia-se:
Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Hospital de Caridade, de Florianópolis — 20.000.

26 — SÃO PAULO

Onde se lê:
Sociedade Filantrópica Hospital José Venâncio, de Colina — 5.000.

Leia-se:
Sociedade Filantrópica Hospital Municipal de José Venâncio, de Colina — 5.000.

Onde se lê:
Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Birigui — 5.000.

Leia-se:
Santa Casa de Misericórdia de Birigui — 5.000.

Onde se lê:
Hospital de Caridade Anita Costa, de Santo Anastácio — 5.000.

Leia-se:
Hospital Anita Costa (Santa Casa de Misericórdia) de Santo Anastácio — 5.000.

Onde se lê:
Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba — 20.000.

Leia-se:
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba — 20.000.

4.16.00 — Ministério da Viação e Obras Públicas.

4.16.04 — Departamento de Administração (Órgãos Dependentes)

10 — Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Onde se lê:
10.02 — 1.2026 — Abastecimento d'água e Rêde de Esgotos no Estado de Minas Gerais, nas Cidades de Sapucaí, etc. — 9.700.000.

Leia-se:
10.02 — 1.2026 — Abastecimento d'água e Rêde de Esgotos no Estado de Minas Gerais, nas Cidades de São Gonçalo do Sapucaí, etc. 9.700.000.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

Ivo Arzuza Pereira

Tarso Dutra

Antônio Faustino Porto Sobrinho

Héllo Beltrão

LEI Nº 5.379 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1967

Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Constituem atividades prioritárias permanentes, no Ministério da Educação e Cultura, a alfabetização funcional e, principalmente, a educação continuada de adolescentes e adultos.

Parágrafo único. Essas atividades em sua fase inicial atingirão os objetivos em dois períodos sucessivos de 4 (quatro) anos, o primeiro destinado a adolescentes e adultos analfabetos até 30 (trinta) anos, e o segundo, aos analfabetos de mais de 30 (trinta) anos de idade. Após esses dois períodos, a educação continuada de adultos prosseguirá de maneira constante e sem discriminação etária.

Art. 2º Nos programas de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, cooperarão as autoridades e órgãos civis e militares de todas as áreas administrativas, nos termos que forem fixa-

dos em decreto, bem como, em caráter voluntário, os estudantes de níveis universitário e secundário que possam fazê-lo sem prejuízo de sua própria formação.

Art. 3º E' aprovado o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, que esta acompanha, sujeito a reformulações anuais, de acordo com os meios disponíveis e os resultados obtidos.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma fundação, sob a denominação de Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAF — de duração indeterminada, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, enquanto não for possível a transferência da sede e foro para Brasília.

Art. 5º O MOBRAF será o órgão executor do Plano de que trata o art. 3º.

Art. 6º O MOBRAF gozará de autonomia administrativa e financeira e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados seu estatuto e o decreto do Poder Executivo que o aprovar.

Art. 7º O patrimônio da fundação será constituído:

- a) por dotações orçamentárias e subvenções da União;
- b) por doações e contribuições de entidades de direito público e privado, nacionais, internacionais ou multinacionais, e de particulares;
- c) de rendas eventuais.

Art. 8º O titular do Departamento Nacional de Educação será o Presidente da Fundação.

Art. 9º O pessoal do MOBRAF será, pelo seu presidente, solicitado ao Serviço Público Federal.

Art. 10. O MOBRAF poderá celebrar convênios com quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais, internacionais e multinacionais, para execução do Plano aprovado e seus reajustamentos.

Art. 11. Os serviços de rádio, televisão e cinema educativos, no que concerne à alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, constituirão um sistema ge-

ral integrado no Plano a que se refere o art. 3º.

Art. 12. Extinguindo-se, por qualquer motivo, o MOBRAF, seus bens serão incorporados ao patrimônio da União.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

Plano de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos

O Ministério da Educação e Cultura sistematizará suas atividades, quanto à alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, na realização dos seguintes objetivos e na forma adiante estabelecida, através da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAF):

1. Assistência financeira e técnica, para promover e estimular, em todo o País, a obrigatoriedade do ensino, na faixa etária de 7 a 14 anos.

2. Extensão da escolaridade até a 6ª série, inclusive.

3. Assistência educativa imediata aos analfabetos que se situem na faixa etária de 10 a 14 anos, induzindo-os à matrícula em escolas primárias e proporcionando recursos para que as escolas promovam essa integração por meio de classes especiais, em horários adequados. A assistência financeira consistirá, em relação a cada educando matriculado e freqüente, na contribuição da metade do custo previsto para a educação direta dos analfabetos adultos.

4. Promoção da educação dos analfabetos de qualquer idade ou condição, alcançáveis pelos recursos audiovisuais, em programas que assegurem aferição válida dos resultados. A assistência financeira consistirá, em relação a cada alfabetizando matriculado e freqüente, na contribuição de um terço do custo previsto para a educação direta dos analfabetos adultos.

5. Cooperação nos movimentos isolados, de iniciativa privada, desde que comprovada sua eficiência.

6. Alfabetização funcional e educação continuada para os analfabetos de 15 ou mais anos, por meio de cursos especiais, básicos e diretos, dotados de todos os recursos possíveis, inclusive audiovisuais, com a duração prevista de nove meses. Será assegurada assistência técnica e financeira para a ministração desses cursos.

7. Assistência alimentar e recreação qualificadas, como fatores de fixação de adultos nos cursos, além de seus efeitos educativos.

8. Fixação das seguintes prioridades em relação aos cursos diretos previstos no item 6:

a) *prioridade número um:* condições sócio-econômicas dos Municípios, dando-se preferência aos que oferecerem melhores condições de aproveitamento dos efeitos obtidos pelos educandos e maiores possibilidades quanto ao desenvolvimento nacional;

b) *prioridade número dois:* faixas etárias que congregam idades vitais no sentido de pronta e frutífera receptividade individual e de maior capacidade de contribuição ao desenvolvimento do País.

9. Integração, em todas as promoções de alfabetização e educação, de noções de conhecimentos gerais, técnicas básicas, práticas educativas e profissionais, em atendimento aos problemas fundamentais da saúde, do trabalho, do lar, da religião, de civismo e da recreação.

10. Promoção progressiva de cursos de continuação (diretos, radiofônicos ou por televisão), objetivando estender a alfabetização funcional, entendendo-se que, para efeito de assistência financeira, só serão considerados os cursos radiofônicos ou por televisão ministrados através de rádio-escolas ou telescolas enquadradas em sistemas organizados, e em proporção ao respectivo número de educandos matriculados e frequentes.

11. Tendo em vista as prioridades estabelecidas no item 8, a ação sistemática começará pela faixa etária compreendida entre 10 e 30 anos, em cada município — capital de Estado, Território e Distrito Federal, e em grandes municípios industriais e

agrícolas, observados os respectivos planos-pilotos.

12. Instalação de centros de educação social e cívica, para sociabilidade de adolescentes e adultos e fixação de hábitos e técnicas adquiridos, mediante a utilização dos meios de comunicação coletivos — livro, música, rádio, cinema, televisão, teatro e publicações periódicas.

13. Descentralização da ação sistemática, com a execução pelos Estados, Territórios e Distrito Federal, Municípios e entidades particulares, mediante convênio.

14. Dentro de 60 dias a contar da data em que adquirir personalidade jurídica, a Fundação apresentará ao Ministério da Educação e Cultura um esquema de prazo para execução das seguintes etapas operacionais:

- a) apresentação do projeto básico;
- b) instalação dos grupos federais de coordenação;
- c) instalação das equipes federais nos Estados, Distrito Federal e Territórios;
- d) apresentação dos cadernos básicos para os cursos;
- e) apresentação do material áudio-visual;
- f) lançamento do programa;
- g) início do treinamento trimestral do magistério e colaboradores locais, para execução dos planos-pilotos.

15. As dotações orçamentárias terão como base de cálculo as seguintes previsões de despesas anuais, cuja proporcionalidade por espécie de aplicação fica desde logo fixada:

- a) custo básico de NCr\$ 100,00 para uma população de 1.500.000 adolescentes e adultos entre 15 e 30 anos (item 6 do plano) NCr\$ 150.000.000,00;
- b) custo básico de NCr\$ 50,00 para incorporação à Escola comum, de ... 850.000 analfabetos entre 10 e 14 anos (item 3 do plano) NCr\$ 42.500.000,00;
- c) custo básico de NCr\$ 33,00 para 500.000 alunos de rádio-escolas, telescolas, e outros sistemas, em qualquer idade (item 4 do plano) NCr\$ 16.500.000,00;
- d) 1% sobre o total das cifras anteriores, para administração federal, NCr\$ 2.090.000,00;
- e) 1% sobre o mesmo total, para material áudio-visual, inclusive impressão de livros NCr\$ 2.090.000,00.

Total NCr\$ 213.180.000,00.

APENSO

No “Apenso” dos volumes da “Coleção das Leis” figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no “Diário Oficial” até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO-LEI Nº 147 — DE 3 DE
FEVEREIRO DE 1967

*Dá nova lei orgânica à Procuradoria-
Geral da Fazenda Nacional ...
(P.G.F.N.).*

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção
I — Parte I — de 3 de fevereiro
de 1967)

Retificação

Na página 1.504, 2ª coluna, no ar-
tigo 13, letra d do item III, na segun-
da linha, onde se lê:

... finanças de responsáveis pe-
rante a...

Leia-se:

... fiança de responsáveis perante
a...

No item VII, nas 5ª e 6ª linhas, on-
de se lê:

... fôr o caso, a propositura dessas
ações;

Leia-se:

... fôr o caso, a propositura dessas
ações;

Na 4ª coluna, item I do art. 16, ali-
nea a, 4ª linha, onde se lê:

... da Fazenda Nacional, nos pro-
cessos...

Leia-se:

... da Fazenda Nacional, nos pro-
cessos...

Na 5ª linha, a seguir, onde se lê:

... que he forem distribuídos; e

Leia-se:

... que lhe forem distribuídos; e

No item II, na 2ª linha, onde se lê:

... Pública, nos feitos judiciais em
que...

Leia-se:

... Público, nos feitos judiciais
em que...

Nas 4ª e 5ª linhas do art. 18, onde
se lê:

... a solução esrá conclusiva e cin-
gir-se-á ao...

Leia-se:

... a solução será conclusiva e cin-
gir-se-á ao...

Na 4ª linha do parágrafo 3º, onde
se lê:

... de audiência à Procuradoria
Geral...

Leia-se:

... de audiência à Procuradoria
Geral...

Na página 1.505, 1ª coluna, artigo
20, na 2ª linha, onde se lê:

... Procurador da República a con-
tra-fé de...

Leia-se:

... Procurador da República a con-
trafé de...

Na 2ª coluna, na 1ª linha, no tér-
mino do parágrafo único do art. 21,
onde se lê:

... a contra-fé.

Leia-se:

... a contrafé.

Na 2ª coluna, no parágrafo 1º do
art. 22, na 8ª linha, onde se lê:

... dívida ativa nos registros pró-
prios...

Leia-se:

... dívida ativa nos registros pró-
prios...

Na 3ª coluna, nas 4ª e 5ª linhas do
art. 23, onde se lê:

... o Tesouro Nacional participa, o
Procurador-Geral...

Leia-se:

... O Tesouro Nacional participe, o Procurador-Geral...

Na página 1.506, na 1ª coluna, 4ª linha do parágrafo 2º do art. 28, onde se lê:

... forma dos arts. 56, item II e 57 da...

Leia-se:

... forma dos arts. 56, item II, e 57 da...

Nas 7ª e 8ª linhas do art. 30, onde se lê:

... na forma da legislação vigente vem sendo pagos aos...

Leia-se:

... na forma da legislação vigente vêm sendo pagos aos...

Na 3ª coluna, nas 5ª e 6ª linhas, no parágrafo único do art. 38, onde se lê:

... pelo expediente da Procuradoria, nos cargos...

Leia-se:

... pelo expediente da Procuradoria, nos casos...

Na 3ª coluna, nas 2ª e 3ª linhas, item III do art. 41, onde se lê:

... as matérias que devem ser submetidas...

Leia-se:

... as matérias que devam ser submetidas...

Na 4ª coluna, nas 5ª, 6ª e 7ª linhas, no art. 44, onde se lê:

... transmitirão ao Ministro da Fazenda com a antecedência...

Leia-se:

... transmitirão ao Ministro da Fazenda, com a antecedência...

Na página nº 1.507, 1ª coluna, nas 2ª e 3ª linhas do parágrafo 1º do artigo 45, onde se lê:

... deverá, obrigatoriamente ser ocupante do cargo de...

Leia-se:

... deverá, obrigatoriamente, ser ocupante do cargo de...

Na 3ª coluna, na 1ª linha do artigo 58, onde se lê:

— Art. 58. Fica extinto, no Quadro...

Leia-se:

Art. 58. Fica extinto, no Quadro...

Na 4ª linha, no art. 61, onde se lê: ... concorrência do Procurador-Geral...

Leia-se:

... concordância do Procurador-Geral...

Na 3ª linha, item II, alínea b, do art. 63, onde se lê:

... (cem) vezes o valor do maior...

Leia-se:

... (cem) vezes o valor do maior...

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 83, item VIII, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 35, DE 1967

Aprova o Acôrdo entre o Governo Brasileiro e o Governo da República Portuguesa para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para fins pacíficos, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1965.

Art. 1º E' aprovado o Acôrdo entre o Governo do Brasil e o Governo da República Portuguesa para Cooperação na utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos, assinado no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1965.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal em 26 de setembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

O texto do Acôrdo acompanha a publicação dêste Decreto Legislativo no Diário do Congresso Nacional (Seção II).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 1967

Aprova o Decreto-lei nº 329, de 2 de agosto de 1967.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 329, de 2 de agosto de 1967, que promulga o prazo a que se refere o art. 1º do Decreto-lei nº 324, de 27 de abril de 1967.

Senado Federal, 26 de setembro de 1967

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

LEI Nº 5.319 — DE 29 DE SETEMBRO
DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a doar material e equipamentos a entidades públicas e privadas que mencionam e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a doar, através do Ministério da Saúde, material e equipamentos adquiridos à conta de dotações orçamentárias destinadas a planos integrados de saúde, equipamento e manutenção de unidades médico-sanitárias, instalação e manutenção de laboratórios de saúde pública, assistência médico-sanitária de emergência, assistência e recuperação a mutilados e deficientes físicos, combate à raiva, combate às doenças venéreas e imunizações contra doenças transmissíveis

Parágrafo único — As doações poderão abranger material e equipamentos médico-hospitalares adquiridos pelo Ministério da Saúde no exercício de 1966, à conta das dotações: 3.1.2.0: Material de consumo; 4.1.2.0: Serviços em regime de programação especial; 4.1.3.0: Equipamentos e instalações; 4.1.4.0: Material permanente.

Art. 2º As doações serão efetuadas de acordo com plano a ser elaborado pelo Ministério da Saúde, atendidas, de preferência, localidades, em todo o território nacional, deficientemente servidas quanto a entidades médico-hospitalares.

Art. 3º As doações somente poderão ser feitas a entidades médico-hospi-

tales de beneficência social, públicas ou privadas, sem fins lucrativos, registradas na Divisão de Organização Hospitalar do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, bem como a Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios, entidades autárquicas e fundações, para seus serviços médico-hospitalares.

Parágrafo único — Nos casos de assistência e recuperação a mutilados e deficientes físicos, as doações poderão ser feitas a pessoas físicas, através de entidades públicas ou privadas, desde que atendida a exigência do registro prevista neste artigo, segundo critérios a serem fixados em regulamento.

Art. 4º As doações, com encargos que o Poder Executivo fixar, serão feitas mediante termo lavrado em livro próprio, perante o Ministro da Saúde, tendo efeito de escritura pública para fins de transcrição nos registros competentes.

Parágrafo único — As doações, a que se refere o parágrafo único do artigo anterior, poderão ser feitas perante a autoridade que o regulamento especificar.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contado de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA
Leonel Miranda

LEI Nº 5.320 — DE 29 DE SETEMBRO
DE 1967

Dispõe sobre referência ao título profissional de funcionário público civil da União, no caso e pela forma que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatória referência especial ao respectivo título profissional, no texto do ato de nomeação de funcionário público civil da União, para cargo cujo provimento exija diploma de conclusão de curso superior, bem assim todos os atos administrativos atinentes à sua vida funcional, observado o disposto no art. 35 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Augusto Hamann Rademaker

Luiz Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker
Grünwald

Aurélio de Lyra Tavares

Sérgio Affonso Correa da Costa

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzuza Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.321 — DE 29 DE SETEMBRO
DE 1967

Dispõe sobre as comemorações do centenário de Nilo Peçanha, e das outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Governo Federal assumirá, nos termos desta Lei, a iniciativa de comemoração do primeiro centenário do nascimento de Nilo Peçanha, a transcorrer em 2 de outubro de 1967.

Art. 2º O Ministério da Educação e Cultura promoverá, em todo o País, a 2 de outubro de 1967, palestras e conferências sobre a vida de Nilo Peçanha e o sentido patriótico da obra por ele desenvolvida, cabendo ao Ministério das Relações Exteriores tomar idêntica providência nas representações brasileiras no exterior, onde comportar.

Art. 3º As direções dos estabelecimentos de ensino mantidos pelo SENAI e SENAC, recomendarão aos professores destes Serviços que profiram palestras nas quais seja destacado o papel que desempenhou Nilo Peçanha, na implantação, em caráter oficial, do ensino técnico-profissional no Brasil.

Art. 4º O Instituto Nacional do Livro fará incluir no plano de publicações, à conta da verba própria do Orçamento de 1967, a edição de obra contendo os atos governamentais e os discursos parlamentares de Nilo Peçanha.

Art. 5º O Ministério das Comunicações, por intermédio do Departamento dos Correios e Telégrafos, providenciará a emissão de uma série de selos comemorativos do centenário de nascimento de Nilo Peçanha.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Sérgio Corrêa Affonso da Costa

Tarso Dutra

Carlos F. de Simas

LEI Nº 5.322 — DE 29 DE SETEMBRO
DE 1967

Dispõe sobre a mudança de denominação do Aeroporto de Uruguiana para Aeroporto Rubem Berta.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O atual Aeroporto de Uruguiana, sediado na cidade do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Sul passa a denominar-se Aeroporto Rubem Berta.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Márcio de Souza e Mello

LEI Nº 5.323 — DE 29 DE SETEMBRO
DE 1967

Revoga a Lei nº 4.555, de 10 de dezembro de 1964, que concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Manguinhos S. A., no Estado da Guanabara.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 4.555, de 10 de dezembro de 1964, que concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A., para instalação e manutenção de sua Refinaria em Manguinhos, no Estado da Guanabara.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

LEI Nº 5.324 — DE 29 DE SETEMBRO
DE 1967

Isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, bem como da taxa de despacho aduaneiro, material importado pela firma "Rupturita S.A. Explosivos" e destinado à recuperação de suas instalações, para o fabrico de nitroglicerina.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para o material importado por "Rupturita S.A. Explosivos", ao abrigo do Certificado de Cobertura Cambial DG-66/16365 e Aditivos números DG-66/9640 e DG-66/10752, com a finalidade de recuperar suas instalações, para o fabrico de nitroglicerina.

Art. 2º Os favores fiscais previstos nesta Lei não abrangem os materiais com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Antonio Delfim Netto

ÍNDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

VOL. VII — 1967

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ATOS LEGISLATIVOS DO PODER EXECUTIVO

A

- AÇÕES** — Incentivo à compra. Imposto de renda. Prorrogação para o exercício de 1968. (Decreto-lei nº 341, de 22-12-67).
- ACORDOS** — Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos. Aprovação. (Decreto Legislativo nº 35, de 1967).
- Entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (FUNI). (Decreto Legislativo nº 37, de 1967).
- Acordo Cultural entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos. Aprovação. (Decreto Legislativo nº 46, de 1967).
- Cooperação para Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos. Brasil-Suíça. Aprovação. (Decreto Legislativo nº 51, de 1967).
- ADMINISTRAÇÃO FEDERAL** — Complementação da mudança para a Capital Federal. (Lei nº 363, de 30-11-67).
- AERONÁUTICA** — Quadro de Oficiais-Engenheiros. Criação. Alteração de artigos do Decreto-lei número 313, de 1967. (Lei nº 5.343, de 28-10-67).
- Efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira, em tempo de paz. (Lei nº 5.376, de 7-12-67).
- AERONAVES** — De uso militar. Imposto sobre produtos industrializados. Isenção. (Lei nº 5.330, de 11 de outubro de 1967).
- AEROPORTOS** — Mudança de denominação. R. S. (Lei nº 5.322, de 29-9-67).
- AGENCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA** — Aprovação de Emenda ao art. VI.A.3 do seu Estatuto. (Decreto Legislativo nº 49, de 1967).
- ALFABETIZAÇÃO** — Funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. (Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967).
- ALUGUEIS** — Reajustamento. Limitações. (Lei nº 5.334, de 12 de outubro de 1967).
- APOSENTADORIA** — Ver: *Funcionário público*.
- AREAS AEROPORTUARIAS** — Arrendamento. Formalização. Dispensa do regime de concorrência pública. Taxas e arrendamento. Fixação. (Lei nº 5.332, de 11 de outubro de 1967).
- ARMAS** — e munições. SUFRAMA. Incentivos fiscais. (Decreto-lei número 340, de 22-12-67).
- AUTOMOVEIS** — De passageiros. SUFRAMA. Incentivos fiscais. (Decreto-lei nº 340, de 22-12-67).

B

BALANÇOS — Correção monetária. Banco do Brasil S. A., Banco do Nordeste do Brasil S. A., Banco da Amazônia S. A. e Banco de Crédito Cooperativo. (Decreto-lei número 339, de 19-12-67).

BANCO DA AMAZÔNIA S. A. — Balanço. Correção Monetária. Exclusão. (Decreto-lei nº 339, de 19 de dezembro de 1967).

BANCO DO BRASIL S. A. — Balanço. Correção Monetária. Exclusão. (Decreto-lei nº 339, de 19 de dezembro de 1967).

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A. — Balanço. Correção Monetária. Exclusão. (Decreto-lei número 339, de 19-12-67).

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO S. A. — Balanço. Correção Monetária. Exclusão. (Decreto-lei nº 339, de 19-12-67).

BEBIDAS ALCOÓLICAS — SUPRAMA. Incentivos fiscais. (Decreto-lei nº 340, de 22-12-67).

BONUS ROTATIVO — Substituição. Aprovação pelo Congresso Nacional. (Decreto Legislativo nº 36, de 1967).

C

CEDULA INDUSTRIAL PIGNORATÍCIA — Aprovação do Texto do Decreto-lei nº 331, de 1967. (Decreto Legislativo nº 42, de 1967).

— Prorroga a entrada em vigor do Decreto-lei nº 265, de 1967. (Decreto-lei nº 337, de 19-12-67).

CÓDIGO DE MINAS — Minérios nucleares. Monopólio da União. Disciplinamento do mercado nacional. Decreto-lei nº 330, de 1967. Aprovação pelo Congresso Nacional. (Decreto Legislativo nº 38, de 1967).

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL — Nova redação do Capítulo III do seu Título IX. Prisão preventiva. (Lei nº 5.349, de 3-11-67).

CÓDIGO ELEITORAL — Multa. (Lei nº 5.337, de 16-10-67).

CÓDIGO PENAL — Alteração. Proteção de serviços de utilidade pública. (Lei nº 5.346, de 3-11-67).

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA — Abertura de crédito especial. (Lei nº 5.342, de 28-10-67).

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP — Alienação de lotes rurais de sua propriedade no Distrito Federal. (Lei nº 5.364, de 1 de dezembro de 1967).

CONFERÊNCIAS — Conferência da Organização Internacional do Trabalho. Instrumento de Emenda. (nº 1), de 1964. Aprovação. (Decreto Legislativo nº 53, de 1967).

CONSELHO DE POLÍTICA ADUANEIRA — Deliberações. Vigência. Aliquotas do Imposto de Importação. Incorporação da taxa de Despacho Aduaneiro. (Decreto-lei número 333, de 12-10-67).

— Aprovação do texto do Decreto-lei nº 333, de 1967 pelo Congresso Nacional. (Decreto Legislativo número 54, de 1967).

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL — Criação. Alteração. (Lei nº 5.362, de 30-11-67).

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA SALARIAL — Gratificações na Secretaria Executiva. Abertura de crédito especial. (Lei nº 5.336, de 16-10-67).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL — Remuneração dos Vereadores. (Lei Complementar nº 2, de 29-11-67).

CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO — Ver: *Tempo de serviço*.

CONTRATOS — Impugnação de termo aditivo. Irmãos Gaioso e Almendra. (Decreto Legislativo número 39, de 1967).

CONVENÇÕES — Luta contra a discriminação no campo do ensino. (Decreto Legislativo nº 40, de 1967).

— Imposto de renda. Dupla tributação. Brasil e Japão. (Decreto Legislativo nº 43, de 1967).

— Organização Hidrográfica Internacional. (Decreto Legislativo número 45, de 1967).

— Convenção Internacional de Telecomunicação. Brasil-Suíça. Aprovação. (Decreto Legislativo nº 52, de 1967).

— Para eleição do Diretório Nacional e dos Diretórios Regionais e Municipais. Fixação de data. (Lei nº 5.370, de 5-12-67).

CONVÊNIOS — Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal. Aprovação. (Decreto Legislativo nº 55, de 1967).

CORREÇÃO MONETÁRIA — Balanços. Banco do Brasil S. A., Banco do Nordeste do Brasil S. A., Banco da Amazônia S. A. e Banco de Crédito Cooperativo S. A. (Decreto-lei nº 339, de 19-12-67).

— Estímulos fiscais à capitalização das empresas. Compra de ações. Facilidade de pagamento de débitos fiscais. Prorrogação para o exercício de 1968. (Decreto-lei número 341, de 22-12-67).

CRUZ VERMELHA INTERNACIONAL — Doação de sacas de café para distribuição às populações árabes e israelenses. (Lei nº 5.361, de 29-11-67).

D

DEBENTURES — Incentivo à compra. Imposto de renda. Prorrogação para o exercício de 1968. (Decreto-lei nº 341, de 22-12-67).

DÉBITOS FISCAIS — Facilidade de pagamento. Estímulos fiscais à capitalização das empresas. Compra de ações. Imposto de renda. Prorrogação para o exercício de 1968. (Decreto-lei nº 341, de 22-12-67).

DECRETO-LEI Nº 37, DE 1966 — Alterações. Leilão de mercadorias pelas repartições aduaneiras. (Lei nº 5.341, de 27-10-67).

DECRETO-LEI Nº 61, DE 1966 — Alteração. Imposto único sobre lucros líquidos e gasosos. (Decreto-lei nº 343, de 28-12-67).

DECRETO-LEI Nº 62, DE 1966 — Excluída obrigação do seu art. 10 o Banco do Brasil S. A. o Banco do Nordeste do Brasil S. A., o

Banco da Amazônia S. A. e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S. A. Balanços. Correção Monetária. (Decreto-lei nº 339, de 19 de dezembro de 1967).

DECRETO-LEI Nº 81, DE 1966 — Alteração do seu art. 22. Reajustamento de vencimentos de funcionários civis e militares. (Lei número 5.344, de 31-10-67).

— Acresce ao § 1º do seu art. 35 a alínea f. Reajustamento de Vencimentos. Gratificação. (Lei número 5.368, de 1-12-67).

DECRETO-LEI Nº 142, DE 1967 — Revogação. Plano Rodoviário Nacional. (Lei nº 5.356, de 17-11-67).

DECRETO-LEI Nº 157, DE 1967 — Dá nova redação ao seu art. 12 e § 1º. Estímulos fiscais à capitalização das empresas, reforça os incentivos à compra de ações; facilita o pagamento de débitos fiscais. (Decreto-lei nº 338, de 19 de dezembro de 1967).

DECRETO-LEI Nº 208, DE 1967 — Revogação e alteração de dispositivos. ICM. Derivados do petróleo Fundo Rodoviário Nacional. Redistribuição. (Decreto-lei nº 335, de 18-10-67).

— Revogação. ICM sobre os derivados de petróleo. Redistribuição do Fundo Rodoviário Nacional. (Decreto-lei nº 343, de 28-12-67).

DECRETO-LEI Nº 212, DE 1967 — Revogação do seu art. 3º. Medidas de segurança sanitária. (Lei número 5.348, de 3-11-67).

DECRETO-LEI Nº 227, DE 1967 — Revogação. Minérios nucleares. Código de Minas. (Decreto-lei número 330, de 1967. Aprovação pelo Congresso Nacional. (Decreto Legislativo nº 38, de 1967).

DECRETO-LEI Nº 253, DE 1967 — Alteração. Organização da Justiça Federal de primeira instância. (Lei nº 5.345, de 3-11-67).

DECRETO-LEI Nº 265, de 1967. — Aprovação do texto do Decreto-lei nº 331, de 1967. (Decreto Legislativo nº 42, de 1967).

— Prorroga a entrada em vigor. Duplicata e cédula industrial pignoratícia. (Decreto-lei nº 337, de 19 de dezembro de 1967).

DECRETO-LEI Nº 288, DE 1967 — Zona Franca de Manaus. Armas e munições, perfumes, fumo, bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros. Incentivos fiscais. (Decreto-lei nº 340, de 22-12-67).

DECRETO-LEI Nº 301, DE 1967 — Nova redação do seu art. 2º. Região sul. (Lei nº 5.385, de 1 de dezembro de 1967).

DECRETO-LEI Nº 313, DE 1967 — Alteração de artigos. Corpo de Oficiais da Aeronáutica. Quadro de Oficiais-Engenheiros. (Lei nº 5.343, de 28-10-67).

DECRETO-LEI Nº 319, DE 1967 — Revogação. ICM sobre os derivados do petróleo. Prorrogação de prazo. (Decreto-lei nº 343, de 28-12-67).

DECRETO-LEI Nº 324, DE 1967 — Prorrogação de prazo. Títulos da Dívida Pública. Bônus Rotativo. Aprovação pelo Congresso Nacional. (Decreto Legislativo nº 36, de 1967).

DECRETO-LEI Nº 329, DE 1967 — Aprovação do seu texto pelo Congresso Nacional. (Decreto Legislativo nº 36, de 1967).

DECRETO-LEI Nº 330, DE 1967 — Aprovação do seu texto pelo Congresso Nacional. Concessão de lavra de minerais nucleares. (Decreto Legislativo nº 38, de 1967).

DECRETO-LEI Nº 331, DE 1967 — Aprovação do seu texto pelo Congresso Nacional. Cédula Industrial pignoratícia. (Decreto Legislativo nº 42, de 1967).

DECRETO-LEI Nº 332, DE 1967 — Estímulos ao aumento de produtividade de artigos. IPI. Aprovação do texto pelo Congresso Nacional. (Decreto Legislativo nº 44, de 1967).

DECRETO-LEI Nº 333, DE 1967 — Aprovação do seu texto pelo Congresso Nacional. (Decreto Legislativo nº 54, de 1967).

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 1941 — Nova redação do Capítulo IV do seu Título IX. Código de Processo Penal. Prisão preventiva. (Lei nº 5.349, de 3-11-67).

DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 1942 — Lei de Introdução ao Código Civil. Revogação do disposto no § 1º do seu art. 1º. (Lei nº 5.338, de 16 de outubro de 1967).

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO PESSOAL CIVIL — Transferência de cargo para o M. F. (Lei nº 5.359, de 23-11-67).

DESAGIO — Títulos da Dívida Pública. Aprovação pelo Congresso Nacional. (Decreto Legislativo número 36, de 1967).

DETRITOS — Lançamento em águas brasileiras. Penalidades. (Lei número 5.357, de 17-11-67).

DIA NACIONAL DA SAÚDE — Instituição e comemoração. (Lei número 5.352, de 8-11-67).

DISTRITO FEDERAL — Orçamento. (Lei nº 5.358, de 17-11-67).

DOAÇÕES — Ministério da Saúde. Material e equipamentos. (Lei número 5.319, de 29-9-67).

— Prefeitura Municipal de Corumbá. Imóvel da União. Revogação. (Lei nº 5.329, de 6-10-67).

— Cruz Vermelha Internacional. Sacas de café. (Lei nº 5.381, de 29 de novembro de 1967).

DUPLICATA — Prorroga a entrada em vigor do Decreto-lei nº 265, de 1967. (Decreto-lei nº 337, de 19 de dezembro de 1967).

DUPLICATA FISCAL — Instituição. (Lei nº 5.325, de 2-10-67).

DUPLICATA FISCAL — Instituição. Alteração. (Decreto-lei nº 345, de 28-12-67).

E

EDUCAÇÃO — Continuada de adolescentes e adultos. Alfabetização. (Lei nº 5.379, de 15-12-67).

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO — Patrimônio. Proteção. Código Penal. Alteração. (Lei nº 5.346, de 3-11-67).

EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA — Controle acionário adquirido pela ELETOBRAS. (Organização. (Lei nº 5.372, de 6-12-67)

ESTADO — Patrimônio. Proteção. Código Penal. Alteração. (Lei número 5.346, de 3-11-67).

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CÍVIS DA UNIÃO — Alteração do seu art. 79. Licença. Limite. (Lei nº 5.375, de 7-12-67).

F

FORÇA AÉREA BRASILEIRA — Efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa, em tempo de paz. (Lei número 5.376, de 7-12-67).

FUMO — SUFRAMA. Incentivos fiscais. (Decreto-lei nº 340, de 22 de dezembro de 1967).

FUNCIONÁRIO PÚBLICO — Referência ao título profissional. (Lei nº 5.320, de 29-9-67).

-- Servidores pertencentes a estabelecimentos de ensino superior antes da federalização. Contagem de tempo de serviço. (Lei nº 5.328, de 4-10-67).

-- Reapontamento de proventos da aposentadoria do ex-funcionário índio Tamoyo do Prado. (Lei número 5.339, de 18-10-67).

-- Funcionário da Polícia Civil dos Estados e Territórios Federais. Prisão especial. (Lei nº 5.350, de 6 de novembro de 1967).

-- Vencimentos. Reajustamento. (Lei nº 5.368, de 1-12-67).

-- Licença. Limite. (Lei nº 5.375, de 7-12-67).

FUNDAÇÃO — Fundação Nacional de Material Escolar. (Lei nº 5.327, de 2-10-67).

-- Fundação Nacional do Índio. Instituição. (Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967).

FUNDO DE RESERVA — Reajustamento de Vencimentos de Funcio-

nários Cívis e Militares. Alteração. (Lei nº 5.344, de 31-10-67).

FUNDO RODOVIÁRIO — Redistribuição. Revogação e alteração do Decreto-lei nº 208, de 1967. (Decreto-lei nº 335, de 18-10-67).

-- Redistribuição. Alteração da legislação. (Decreto-lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967).

I

IMPORTAÇÃO — Isenção fiscal. Refinaria de Petróleo de Mangunhos S. A. Revogação. (Lei nº 5.323, de 29-9-67).

-- Isenção fiscal. Rupturita S. A. Explosivos. (Lei nº 5.324, de 29 de setembro de 1967).

IMPÓSTO DE IMPORTAÇÃO — Incorporação da taxa de Despacho Aduaneiro. (Decreto-lei nº 333, de 12-10-67).

-- Aprovação do texto do Decreto-lei nº 333, de 1967, pelo Congresso Nacional. (Decreto Legislativo número 54, de 1967).

-- Tratores agrícolas, máquinas rodoviárias e cultivadores motorizados. Imposto sobre produtos industrializados. Isenção fiscal. (Lei nº 5.340, de 20-10-67).

-- Leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras. Alterações. (Lei nº 5.341, de 27 de outubro de 1967).

-- Isenção. Sociedade Telefônica de Franca Ltda. (Lei nº 5.354, de 9 de novembro de 1967).

IMPÓSTO DE RENDA — Dupla tributação. Brasil e Japão. (Decreto Legislativo nº 43, de 1967).

-- Balanços. Correção Monetária. Exclusão do Banco do Brasil S.A. do Banco do Nordeste do Brasil S.A., do Banco da Amazônia S.A. e do Banco de Crédito Cooperativo S.A. (Decreto-lei nº 339, de 19 de dezembro de 1967).

-- Estímulos fiscais à capitalização das empresas. Compra de ações. Facilidade de pagamento de débitos fiscais. Prorrogação para o exercício de 1968. (Decreto-lei número 341, de 22-12-67).

IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS — Duplicata fiscal. (Lei nº 5.325, de 2-10-67).

— Derivados do petróleo. Redistribuição do Fundo Rodoviário Nacional. Revogação e alteração de dispositivos do Decreto-lei nº 208, de 1967. (Decreto-lei nº 335, de 18 de outubro de 1967).

— Entrega de parcelas pertencentes aos Municípios. (Decreto-lei nº 347, de 29-12-67).

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS — Aumento de produtividade. Isenção. Vigência. Aprovação pelo Congresso Nacional do Decreto-lei nº 332, de 1967. (Decreto Legislativo nº 44, de 1967).

— Aumento de produtividade. Isenção. Vigência. (Decreto-lei nº 332, de 12-10-67).

— Prorrogação de prazo da vigência do Decreto-lei nº 332, de 1967. (Decreto-lei nº 342, de 22-12-67).

— Alteração de alíquotas. (Decreto-lei nº 344, de 28-12-67).

— Duplicata fiscal. (Lei nº 5.325, de 22-10-67).

— Material bélico. Aeronaves de uso militar. Isenção. (Lei nº 5.330, de 11-10-67).

— Tratores agrícolas, máquinas rodoviárias e cultivadores motorizados. Imposto de importação. Isenção fiscal. (Lei nº 5.340, de 20 de outubro de 1967).

— Isenção. Sociedade Telefônica de Franca Ltda. (Lei nº 5.354, de 9 de novembro de 1967).

— Novas alíquotas. Reajustamento de vencimentos. (Lei nº 5.368, de 1 de dezembro de 1967).

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL — Cobrança. Prorrogação. (Lei número 5.360, de 23-11-67).

IMPOSTO ÚNICO — Sobre energia elétrica. Alteração de critérios de distribuição aos Estados, Distrito Federal e Municípios. (Decreto-lei nº 336, de 24-10-67).

— Sobre minerais. Incidência e cálculo. (Decreto-lei nº 334, de 12 de outubro de 1967).

— Sobre lubrificantes líquidos e gasosos. Alteração. (Decreto-lei número 343, de 28-12-67).

INDÚSTRIA — Aumento de produtividade. IPI. Isenção. Vigência. (Decreto-lei nº 332, de 12-10-67).

— Prorrogação de prazo da vigência do Decreto-lei nº 332, de 1967. (Decreto-lei nº 342, de 22-12-67).

INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS, BANCÁRIAS E CREDITÍCIAS — Alteração da Lei nº 4.595, de 1964. (Lei nº 5.362, de 30-11-67).

INSTITUTO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (INDA)

— Deduções de contribuições. — Prorrogação da cobrança do Imposto Territorial Rural (Lei número 5.360, de 23-11-67).

ISENÇÃO FISCAL — IPI. Aumento de produtividade. Aprovação pelo Congresso Nacional do Decreto-lei número 332, de 1967 (Decreto Legislativo nº 44, de 1967).

— Imposto sobre Produtos Industrializados. Aumento de produtividade. Vigência (Decreto-lei nº 332 de 12-10-67).

— Importação. Refinaria de Petróleo de Manguinhos S. A. Revogação (Lei nº 5.323, de 29-9-67).

— Importação. Rupturita S. A. Explosivos (Lei nº 5.324, de 29 de setembro de 1967).

— Imposto sobre produtos industrializados. Material bélico. Aeronaves de uso militar (Lei nº 5.330, de 11 de outubro de 1967).

— Tratores agrícolas, máquinas rodoviárias e cultivadores motorizados. Imposto de importação. Imposto sobre produtos industrializados. — (Lei nº 5.340, de 20-10-67).

— Impostos de importação e sobre produtos industrializados. Sociedade Telefônica de Franca Ltda. (Lei nº 5.354, de 9-11-67).

J

JUSTIÇA FEDERAL — De primeira instância. Organização. Alteração (Lei nº 5.345, de 3-11-67).

L

- LEI Nº 1.531-A, DE 1951 — Alteração. Ingresso no Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais (Lei número 5.355, de 10-11-67).
- LEI Nº 1.564, DE 1952 — Retificação. Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda. Carreiras de marinheiro e patrão. Vigência (Lei número 5.351, de 6-11-67).
- LEI Nº 1.711, DE 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União. Alteração do seu art. 79. Licença. Limite (Lei nº 5.375, de 7-12-67).
- LEI Nº 2.308, DE 1954 — Vigência com suas alterações posteriores e a respectiva regulamentação. Imposto único sobre energia elétrica. Rateio (Decreto-lei nº 336, de 24 de 10 de outubro de 1967).
- LEI Nº 2.391, DE 1955 — Revogação. Aeronáutica. Efetivo em tempo de paz (Lei nº 5.376, de 7-12-67).
- LEI Nº 2.999, DE 1956 — Revogação. Aeronáutica. Efetivo em tempo de paz (Lei nº 5.376, de 7-12-67).
- LEI Nº 3.244, DE 1957 — Nova redação do item 79-01, alíneas 001 e 002, da Seção XV da Tarifa das Alfândegas (Lei nº 5.338, de 16-10-67).
- LEI Nº 3.739, DE 1960 — Revogação. Doação de imóvel da União. Prefeitura Municipal de Corumbá (Lei nº 5.329, de 6-10-67).
- LEI Nº 4.118, DE 1962 — Restauração do seu art. 33. Minérios nucleares. Decreto-lei nº 330, de 1967. Aprovação pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 38, de 1967).
- LEI Nº 4.425, DE 1964 — Alteração. Imposto único sobre minerais (Decreto-lei nº 334, de 12-10-67).
- LEI Nº 4.555, DE 1964 — Revogação. Isenção fiscal. Importação. Refinaria de Petróleo de Manguinhos S. A. (Lei nº 5.323, de 29-9-67).
- LEI Nº 4.592, DE 1964 — Restabelecimento. Plano Rodoviário Nacional (Lei nº 5.356, de 17-11-67).
- LEI Nº 4.595, DE 1964 — Alteração. Política e Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Criação do Conselho Monetário Nacional (Lei nº 5.362, de 30-11-67).
- LEI Nº 4.906, de 1965 — Restabelecimento. Plano Rodoviário Nacional (Lei nº 5.356, de 17-11-67).
- LEI Nº 5.010, de 1966 — Alteração. Organização da Justiça Federal de primeira instância (Lei nº 5.345, de 3-11-67).
- LEI Nº 5.039, DE 1966 — Revogação. Doação de imóvel da União. Prefeitura Municipal de Corumbá (Lei nº 5.329, de 6-10-67).
- LEI Nº 5.173, DE 1966 — Alteração. Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Lei nº 5.374, de 7 de dezembro de 1967).
- LEI Nº 5.189, DE 1967 — Retificação. Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1967 (Lei nº 5.378, de 16-12-67).
- LEI Nº 5.276, DE 1967 — Prorrogação do prazo estabelecido em seu art. 11. Registro profissional do diploma de nutricionista (Lei número 5.369, de 4-12-67).
- LEI Nº 5.325, DE 1967 — Revogação. Duplicata fiscal (Decreto-lei número 345, de 28-12-67).
- LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL — Revogação do disposto no § 1º do seu art. 1º (Lei nº 5.332, de 16-10-67).
- LEILÃO — De mercadorias realizadas pelas repartições aduaneiras — (Lei nº 5.341, de 27-10-67).
- LICENÇA — Funcionário público. — Limite (Lei nº 5.375, de 7-12-67).

M

- MARINHA — Ingresso no Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais — (Lei nº 5.355, de 10-11-67).
- MATERIAL BÉLICO — Imposto sobre produtos industrializados. Isenção (Lei nº 5.330, de 11-10-67).

MENOR — Visto consular. Atestado de vacinação contra a poliomielite (Lei nº 5.333, de 11-10-67).

MINERIOS NUCLEARES — Revogação de dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 1967, e restauração da vigência do art. 33 da Lei nº 4.118, de 1962. Decreto-lei nº 330, de 1967. Aprovação pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 33, de 1967).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — Criação de Prêmios Literários Nacionais (Lei nº 5.353, de 8-11-67).

MINISTÉRIO DA FAZENDA — Abertura de crédito especial (Lei número 5.326, de 2-10-67).

— Quadro Suplementar. Carreiras de marinho e patrão. Relação nominal. Retificação. Vigência (Lei nº 5.351, de 6-11-67).

— Transferência de cargo do DAPC (Lei nº 5.359, de 23-11-67).

— Abertura de crédito suplementar. Reajustamento de vencimentos (Lei nº 5.368, de 1-12-67).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL — Remessa de lucros. Inversões novas. Audiências do Ministério do Planejamento (Lei nº 5.331, de 11 de outubro de 1967).

MINISTÉRIO DA SAÚDE — Doação de material e equipamentos a entidades públicas e privadas. (Lei nº 5.319, de 29-9-67).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL — Abertura de crédito especial. Gratificações na Secretaria do Conselho Nacional de Política Salarial. (Lei nº 5.336, de 16-10-67).

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — Abertura de crédito especial. Cia. Nacional de Navegação Costeira. (Lei nº 5.342, de 28-10-67).

MULTAS — Lançamento de detritos de óleo em águas brasileiras. (Lei nº 5.357, de 17-11-67).

MUNICÍPIO — Patrimônio. Proteção. Código Penal. Alteração. (Lei nº 5.346, de 3-11-67).

— Criação. Requisitos. (Lei Complementar nº 1, de 9-11-67).

— Parcelas de produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadoria. (Decreto-lei nº 347, de 29-12-67).

MUNIÇÕES — E armas. SUFRAMA. Incentivos fiscais. (Decreto-lei número 340, de 22-12-67).

N

NILO PEÇANHA — Comemorações do centenário. (Lei nº 5.321, de 29 de setembro de 1967).

NUTRICIONISTA — Registro profissional. Prorrogação de prazo (Lei nº 5.369, de 4-12-67).

O

OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOUREIRO — Resultado da correção monetária do valor nominal. Livre disponibilidade. Nova redação do art. 12 e seu § 1º do Decreto-lei nº 157, de 1967. (Decreto-lei número 338, de 19-12-67).

ORÇAMENTO — Do Distrito Federal. (Lei nº 5.358, de 17-11-67).

— Orçamentos Plurianuais de Investimentos. (Lei Complementar número 3, de 7-12-67).

— Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1968. (Lei nº 3.373, de 6-12-67).

— Estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1967. Retificação. (Lei nº 5.378, de 16-12-67).

P

PARTIDOS POLÍTICOS — Fixação de data para a realização das Convenções para eleição do Diretório Nacional e dos Diretórios Regionais e Municipais. (Lei número 5.370, de 5-12-67).

PENSÃO — Denegação de provimentos ao recurso do Tribunal de Contas da União. (Decreto Legislativo nº 47, de 1967).

— Especial. Concessão a ex-Médicos da Comissão Rondon. (Lei número 5.347, de 3-11-67).

— Concessão. (Lei nº 5.366, de 1 de dezembro de 1967).

— Concessão. (Lei nº 5.367, de 1 de dezembro de 1967).

PERFUMES — SUFRAMA. Incentivos fiscais. (Decreto-lei número 340, de 22-12-67).

PETROLEO — ICM. Fundo Rodoviário Nacional. Revogação e alteração de dispositivos do Decreto-lei nº 208, de 1967. (Decreto-lei nº 335, de 18-10-67).

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA FRONTEIRA SUDOESTE — Nova denominação. (Lei número 5.365, de 1-12-67).

PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZONIA — Altera dispositivos da Lei nº 5.173, de 1966. (Lei nº 5.374, de 7 de dezembro de 1967).

PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL — Revogação do Decreto-lei número 142, de 1967, e restabelecimento das Leis ns. 4.592, de 1964, e 4.906, de 1965. (Lei nº 5.356, de 17 de novembro de 1967).

POLIOMIELITE — Atestado de vacinação. Visto consular. Menor. (Lei nº 5.333, de 11-10-67).

POLÍTICA MONETÁRIA, BANCARIA E CREDITÍCIA — Alteração da Lei nº 4.595, de 1964. (Lei número 5.362, de 30-11-67).

PRÊMIOS LITERÁRIOS NACIONAIS — Criação. M.E.E. (Lei número 5.353, de 8-11-67).

PRISÃO ESPECIAL — Funcionário da Polícia Civil dos Estados e Territórios Federais. Prisão especial. (Lei nº 5.350, de 6-11-67).

PRISÃO PREVENTIVA — Nova redação do Capítulo III do Título IX do Código de Processo Penal. (Lei nº 5.349, de 3-11-67).

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (P.G.F.N.) — Lei Orgânica. Retificação. (Decreto-lei nº 147, de 3-2-1967).

PRODUÇÃO — Aumento. IPI. Isenção. Vigência. Aprovação pelo

Congresso Nacional do Decreto-lei nº 332, de 1967. (Decreto Legislativo nº 44, de 1967)

— Aumento. Imposto sobre Produtos Industrializados. Isenção. Vigência. (Decreto-lei nº 332, de 12-10-67).

— Prorrogação da vigência do Decreto-lei nº 332, de 1967. (Decreto-lei nº 342, de 22-12-67).

PROFISSIONAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS — Disciplina a profissão. (Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967).

PROPRIEDADE RURAL — Cadastro. Prorrogação. (Lei número 5.360, de 23-11-67).

R

REFINARIA DE PETRÓLEO DE MANGUINHOS S.A. — Importação. Isenção fiscal. Revogação. (Lei nº 5.323, de 29-9-67).

REFORMA — Denegação de provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União. (Decreto Legislativo nº 48, de 1967).

RELAÇÕES PÚBLICAS — Disciplina a profissão. (Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967).

REMESSA DE LUCROS — Inversões novas. Audiência do Ministério do Planejamento. (Lei número 5.331, de 11-10-67).

RODOVIAS — Dá a denominação de Via Prestes Maia à BR-101, do Plano Rodoviário Nacional. (Lei nº 5.335, de 12-10-67).

RUPTURITA S.A. EXPLOSIVOS — Importação — Isenção fiscal. (Lei nº 5.324, de 29-9-67).

S

SALÁRIO-FAMÍLIA — Funcionário público. Elevação. (Lei nº 5.368, de 1-12-67).

SEGURANÇA SANITÁRIA — Revogação do art. 3º do Decreto-lei nº 212, de 1967. (Lei nº 5.348, de 3-11-67).

SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA — Proteção. Código Penal.

Alteração. (Lei nº 5.346, de 3 de novembro de 1967)

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA — Patrimônio. Proteção. Código Penal. Alteração. (Lei nº 5.346, de 3-11-67).

SUPERINTENDENCIA DA FRONTEIRA SUDOESTE (SUDESUL) — Nova denominação. (Lei nº 5.365, de 1-12-67).

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA (SUDAM) — Criação. Altera dispositivos da Lei nº 5.173, de 1966. (Lei nº 5.374, de 7-12-67).

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIAO CENTRO-OESTE (SUDECO) — Criação. (Lei nº 5.365, de 1-12-67).

SUPERINTENDENCIA DO PLANO DE VALORIZACAO ECONOMICA DA AMAZONIA (SPVEA) — Extinção. Alterações de dispositivos da Lei nº 5.173, de 1966. (Lei número 5.374, de 7-12-67).

T

TARIFA DAS ALFANDEGAS — Nova redação ao seu item 73-01, alíneas 001 e 002, Seção XV. (Lei número 5.338, de 16-10-67).

TAXA — De Despacho Aduaneiro. Incorporação às alíquotas do Imposto de Importação. (Decreto-lei nº 333, de 12-10-67).

— Aprovação do texto do Decreto-lei nº 333, de 1967, pelo Congresso Nacional. (Decreto Legislativo número 54, de 1967).

TEMPO DE SERVIÇO — Servidores pertencentes a estabelecimentos de ensino superior antes de federalizados por leis especiais. (Lei número 5.328, de 4-10-67).

TITULOS DA DÍVIDA PÚBLICA — Deságio. Aprovação pelo Congresso

Nacional. (Decreto Legislativo número 36, de 1967).

TÍTULO PROFISSIONAL — Funcionário público. Referência ao título. (Lei nº 5.320, de 29-9-67).

TRATADOS — Aprovação do Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis. Brasil e Bolívia. (Decreto Legislativo nº 41, de 1967).

— Proscrição de Armas Nucleares, na América Latina. Aprovação. (Decreto Legislativo nº 50, de 1967).

U

UNIÃO — Patrimônio. Proteção. Código Penal. Alteração. (Lei número 5.346, de 3-11-67).

V

VARIAÇÕES DO ATIVO — Resultante da correção monetária de títulos, que não constituam rendimento tributável. Incorporação ao capital da sociedade ou empresa individual. (Nova redação do artigo 12 e seu § 1º do Decreto-lei nº 157, de 1967. (Decreto-lei número 338, de 19-12-67).

VENCIMENTOS — Funcionário público. Reajustamento. (Lei número 5.368, de 1-12-67).

VEREADORES — Remuneração. (Lei Complementar nº 2, de 29-11-67).

VISTO CONSULAR — Atestado de Vacinação contra a poliomielite. Menor. (Lei nº 5.333, de 11-10-67).

Z

ZONA FRANCA DE MANAUS (SUPRAMA) — Incentivos fiscais. Armas e munições, perfumes, fumo, bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros. (Decreto-lei nº 340, de 22-12-67).